

UNIVERSIDAD DE



EXTREMADURA

Tesis doctoral

La arenga militar en la historiografía, en la épica y en los tratados militares en lengua portuguesa y en lengua latina del siglo XVI

Autor: Luís Miguel Ferreira Henriques

DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DE ANTIGÜEDAD

Noviembre de 2012

UNIVERSIDAD DE



EXTREMADURA

Tesis doctoral

La arenga militar en la historiografía, en la épica y en los tratados militares en lengua portuguesa y en lengua latina del siglo XVI

Autor: Luís Miguel Ferreira Henriques

DEPARTAMENTO DE CIENCIAS DE ANTIGÜEDAD

Directores: Juan Carlos Iglesias Zoido
Santiago López Moreda

Noviembre de 2012

**Memoria que se presenta para optar al título de
Doctor en Filología Clásica
Por la Universidad de Extremadura**

**Programa de Doctorado en Estudios Filológicos
Departamento de Ciencias de la Antigüedad**

**Facultad de Filosofía y Letras
Universidad de Extremadura
Noviembre de 2012**

AGRADECIMENTOS

Esto brevis et placebis. Tomando como referência este provérbio latino, agradeço ao Doutor Juan Carlos Iglesias Zoido, o incessante e minucioso aconselhamento metodológico-científico, bem como o aturado processo de revisão das diferentes etapas por que passou a elaboração desta tese.

Ao Doutor Santiago López Moreda, agradeço os sábios conselhos e indicações que sempre me facultou, acompanhados de bibliografia específica, sobre a historiografia do Renascimento, particularmente no que toca à recepção dos modelos clássicos pelas literaturas peninsulares. A ambos, apresento o mais sentido e profundo agradecimento.

Aos meus pais, o reconhecimento por me terem inculcido sempre os valores da honra, da honestidade e do amor ao trabalho, valores esses imprescindíveis na feitura deste trabalho de investigação.

Às minhas filhas, Ângela e Inês, agradeço o sorriso e o amor que sempre demonstraram, apesar de, por vezes, privadas da companhia do pai, encerrado no silêncio dos livros.

À Luísa, verdadeira epifania da bondade, devo os seus profundos incentivos, particularmente nos momentos em que a tristeza e o desânimo pareciam ganhar esta peleja.

A todos, bem hajam.

**Porque o Capitão secco de palavras, e tacanho de condição,
peleja contra dous exércitos, o seu, e o do inimigo;**

Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. VI, Cap. XI

Infinitas veces ocurren cosas mediante las cuales **se arruina un ejército cuando el general no sabe o no acostumbra a arengarle**, pues las palabras disipan el temor, enardecen los ánimos, alientan la obstinación, descubren las celadas del enemigo, prometen recompensas, muestran los peligros y el modo de evitarlos. Con ellas se reprende, se ruega, se amenaza, se infunde esperanza, se elogia, se vitupera y se hacen todas las cosas que apagan o encienden las pasiones humanas.

Nicolás Maquiavelo, *El Arte de la Guerra*, Lib. IV

Reparty o tempo da vida, dando os dias ao officio e parte das noytes a esta escriptura (...); e assy compry com o regimento do officio, e com o desejo que sempre tiue desta impresa.

João de Barros, Prólogo da Década I da *Ásia*, Liv. VI, Cap. XI, p. 4

Resumen: Esta investigación analiza, desde diferentes perspectivas y transversalmente, el papel de la arenga militar en la historiografía, en la épica y en los tratados militares portugueses del siglo XVI. Basado en un *corpus* de más de doscientos discursos de diferentes géneros literarios, se procede a su caracterización tipológica y a la identificación de su *dispositio* retórica. Se presta especial atención a su *argumentatio* retórica, centrada en el análisis de los distintos *capitula finalia*, evidenciando no sólo su afiliación a la tradición historiográfica previa, sino sobre todo su adaptación al contexto cultural y ideológico portugués del Renacimiento. En definitiva, esta tesis trata de demostrar la enorme influencia de los modelos historiográficos greco-latinos en el diseño y en la creación de de la historiografía portuguesa del quinientos, especialmente en lo que respecta a la inclusión del discurso más característico de la historiografía: la arenga militar.

Palabras clave: Arenga militar; historiografía; tradición greco-romana, épica; retórica; Renacimiento; siglo XVI, Portugal.

Abstract: Based on *a corpus* of over two hundred speeches of different literary genres, proceeds to its typological characterization and identification of its rhetorical *dispositio*. Provides particular attention also to their rhetoric *argumentatio* focused on the analysis of different *capitula finalia*, showing not only their affiliation in previous historiographical tradition, but mostly their adaptation to the Portuguese Renaissance's cultural and ideological context. In sum, this thesis seeks to demonstrate the enormous influence of Greco-Roman historiographical models in the design and creation of portuguese sixteenth century historiography, especially as regards the inclusion of their speech more characteristic of historiography: a military harangue.

Keywords: military harangue; historiography; epic; greek and latin rhetorical tradition; Renaissance; Portugal, sixteenth century.

ÍNDICE GERAL

I. INTRODUCCIÓN	5
1. Prólogo	5
2. Objectivos generales	9
3. Metodologia	22
4. A arenga militar – Estado da questão	31
5. A arenga militar na historiografia, na épica e nos tratados militares portugueses do Renascimento	34
6. Obras latinas de quinhentos	46
7. Conclusão	47
II. O DISCURSO IDEOLÓGICO DO <i>IMPERIUM</i> E DA HISTORIOGRAFIA RENASCENTISTA	49
1. Introdução	49
2. Especificidade ultramarina do <i>Imperium</i> português	49
2.1. A Fé e o Império	51
2.1.1. A ideologia da honra e o modo português de fazer a guerra	60
3. A historiografia portuguesa de quinhentos	64
3.1. O papel da história no imperialismo	69
3.2. A história-propaganda	86
3.2.1. A função do historiador	95
3.4. A propaganda imperialista na épica e na poesia	99
4. Conclusão	107
III. RETÓRICA E HISTORIOGRAFIA: A ARENGA MILITAR	109
1. Introdução	109
2. A teorização retórica da história	109
2.1. Recursos retóricos ao serviço da história	112
2.1.1. A descrição de batalhas e a progressiva dramatização da obra histórica	118
2.1.2. A arenga militar e a concepção dramática da obra histórica	122
3. O dever da arenga militar historiográfica	124
3.1. A arenga como produto histórico-literário	130
3.1.1. A verosimilitude das arengas historiográficas	131
4. A arenga na tratadística militar: da Antiguidade ao Renascimento	134
5. Conclusão	146
IV. ASPECTOS FORMAIS DO <i>CORPUS COHORTATIONUM</i>	149
1. Introdução	149
2. A constituição do <i>corpus cohortationum</i>	149
3. Os emissores	159
4. Os receptores	172
5. Os estilos discursivos	180

6. Conclusão	194
V. TIPOLOGIA	195
1. Introdução	195
2. Os tipos de arengas	195
2.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	197
2.2. <i>Engarces</i> identificadores	197
2.3. Superfície (terrestre ou marítima) em que é proferida a arenga	200
2.4. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas	201
3. Arenga de Tipo 1: Dirigida aos comandos intermédios do exército antes de uma batalha	201
3.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	202
3.2. <i>Engarces</i> identificadores	205
3.3. Superfície (terrestre ou marítima) em que é proferida a arenga	211
3.4. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas	213
4. Arenga de Tipo 2: Dirigida a uma assembleia de tropas num momento (horas ou dias) anterior ao combate	221
4.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	222
4.2. <i>Engarces</i> identificadores	226
4.3. Superfície (terrestre ou marítima) em que é proferida a arenga	235
4.4. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas	238
5. Arenga de Tipo 3: Dirigida às tropas em formação no campo de batalha antes do combate (sem indicação de movimento por parte do capitão)	239
5.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	240
5.2. <i>Engarces</i> identificadores	242
5.3. Segundo a superfície (terrestre ou marítima) em que é pronunciado	250
5.4. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas	251
6. Arenga de Tipo 4: Revista de tropas (<i>Epipólesis</i>) que pode ser produzida antes, durante ou depois de uma batalha	254
6.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	255
6.2. <i>Engarces</i> identificadores	261
6.3. Segundo a superfície em que se desenvolve a <i>Epipólesis</i> (terra ou mar)	275
6.4. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas	285
7. Arenga de Tipo 5: Dirigida às tropas no meio do combate	292
7.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	293
7.2. <i>Engarces</i> identificadores	298
7.3. A cena típica do estandarte da cruz	305
7.3.1. Recursos retórico-estilísticos caracterizadores dos protagonistas	317
7.4. Superfície (terrestre ou marítima) em que é proferida a arenga	325
7.5. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas	326
8. Arenga de Tipo 6: Dirigida às tropas depois da batalha	328
8.1. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem	328
8.2. <i>Engarces</i> identificadores	330
8.3. Extensão e conteúdo da argumentação	332
9. Outros tipos de arengas	337
10. Conclusão	347
VI. DISPOSITIO	351
1. Introdução	351
2. Plano e partes do discurso	351

3. A dispositio da arenga	352
3.1. Análise de <i>exempla</i>	353
4. Conclusão	366
VII. ARGUMENTATIO	367
1. Introdução	367
2. Linha didático-instrutiva (<i>Didaché</i>)	367
2.1. A vitória é possível e está ao alcance da mão (<i>possibile et facile</i>)	369
2.2. A conveniência e a necessidade da luta (<i>utile et necessarium</i>)	399
2.3. A justiça da luta (<i>iustum</i>)	418
3. Linha exortativa (<i>Parakéleusis</i>)	453
3.1. As consequências nefastas de uma derrota (<i>ekbesómenon</i>)	453
3.2. Os argumentos éticos (<i>honestum et dignum</i>)	454
4. Conclusão	465
VIII. O CAPITÃO-SOLDADO	467
1. Introdução	467
2. A figura do general-soldado na Literatura Antiga	468
3. A figura do capitão-soldado na Literatura Portuguesa de Quinhentos	475
3.1. Lourenço de Almeida	476
3.2. António da Silveira	479
3.3. D. João de Mascarenhas	483
3.4. D. João de Castro	486
3.5. As <i>Epipílesis</i> de Cristóvão da Gama e de Tristão Vaz	489
3.6. D. João I	493
3.7. D. Luís de Ataíde	494
4. Conclusão	495
IX. CONCLUSÕES	497
X. BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	505
XI. ANEXOS	519

I. INTRODUCCIÓN

La finalidad de este trabajo de investigación es analizar bajo diversas perspectivas de qué forma la historiografía, la épica y también los tratados militares portugueses del siglo XVI integran e adaptan un tipo de discurso que ya contaba con una larga tradición histórico-retórica – la arenga militar – cuyas orígenes remontan a la Antigua Grecia, particularmente a autores como Homero y Tucídides, verdaderos precursores en el arte de introducir discursos en sus respectivas narraciones. Por un natural proceso de influencia literaria griega, la arenga militar se convirtió en una componente esencial de la historiografía y de la épica latinas, y así ha sucedido en la historiografía bizantina y en la medieval, procediendo cada una de ellas a sus respectivas adaptaciones formales y ideológicas. Por consiguiente, es llegado el momento de examinar – en pleno siglo del Renacimiento en Portugal – la recepción de la arenga militar de matriz clásica en la historiografía y épica portuguesas del quinientos, así como de evaluar su acomodación a la coetánea realidad lusitana.

Dicho esto y una vez que la arenga militar es un tipo de discurso que surge tanto en la historiografía como en la épica, se hace necesario, en primer lugar, determinar qué se entiende por una arenga militar en el ámbito historiográfico, con especial enfoque en el modelo que ha sido creado por Tucídides y que se convirtió en la gran referencia para las generaciones venideras de historiadores; en segundo lugar, presentar los objetivos generales que regulan esta investigación, seguidos de su explicación; en tercer lugar, explicar la metodología que hemos seguido; el cuarto objetivo es presentar un repaso sobre el estado actual de los estudios sobre las relaciones entre retórica y historiografía; el quinto, es abordar el modo en que se presenta la arenga militar en la historiografía, en la épica y en los tratados militares portugueses renacentistas.

1. PRÓLOGO

La arenga es un discurso pronunciado por un jefe militar delante de sus soldados, antes, durante o después de una batalla o campaña militar. Su tema ha de ser naturalmente la guerra, al paso que su finalidad es impresiva. O sea, con este discurso, el jefe militar pretende enardecer a su ejército para luchar o, contrariamente, disuadirlo de ello, porque las circunstancias así lo exigen. Aunque su origen provenga de la praxis

marcial, la verdad es que la arenga rápidamente ha traspasado tales fronteras, convirtiéndose en un elemento esencial en la orgánica de la historiografía y de la épica clásicas, medievales y también renacentistas. En este sentido, la arenga es un discurso o parlamento más o menos desarrollado, formalmente en estilo directo (*oratio recta*) o indirecto (*oratio obliqua*), de temática guerrera, pronunciado en un ambiente bélico (antes, durante o después de la ofensiva militar), cuyo objetivo es provocar una reacción emocional en los receptores. Para ello, el líder militar del momento que arenga a sus soldados recurre a una serie de razonamientos o *topoi* argumentativos, la mayoría de ellos con una sólida tradición retórico-literaria, a fin de rechazar el temor y alcanzar la confianza necesaria para afrontar el peligro inherente a una batalla.

Apresentado o conceito de arenga militar, podemos agora adiantar que a sua inserção no universo historiográfico foi amplamente favorecida pelo facto de a guerra se ter assumido como o grande tema histórico desde a Antiguidade até ao Renascimento. Com efeito, o leitor moderno pode hoje comprovar quão numerosas são as páginas de tais obras históricas ocupadas com descrições dramáticas de batalhas e de outros eventos bélicos. Certamente que o mesmo leitor terá ocasião de verificar que muitos desses episódios de guerra são geralmente antecidos por uma ou várias arengas militares em que o general procura, por um lado, afugentar o temor da mente dos soldados e, por outro, infundir-lhes confiança na vitória. De facto, os historiadores daquele período temporal, cientes das virtuosidades dramáticas que estes discursos imprimiam às respectivas narrativas históricas, valeram-se deles não só para impressionar os seus leitores e ouvintes, como também para emular os seus estrategas nacionais.

É provável que alguns leitores actuais olhem com hesitação para a presença de tais alocações nas obras históricas, já que muitas delas dificilmente transporiam, integralmente, o crivo científico da verdade histórica. É pois imperioso recordar-lhes que, para entenderem plenamente a inserção das arengas militares nas narrativas históricas, terão de levantar os olhos para totalidade da obra histórica antiga, de modo a poderem compreender que ela não era coetaneamente entendida apenas como um meio de preservar o passado, mas sobretudo como uma *composición literaria elevada y erudita, en la que juegan un papel destacado la retórica y los diferentes procedimientos de imitación e intertextualidad*.¹ Só com a assunção absoluta deste acto de reconhecimento,

¹ IGLESIAS ZOIDO (2008: 20).

o leitor de hoje apreenderá o verdadeiro significado destes discursos militares, que são, no fundo, o resultado do labor retórico exercido pelos diferentes historiadores sobre as breves exortações que, efectivamente, um general poderia pronunciar no campo de batalha.

Se, contudo, agora nos focarmos exclusivamente no século XVI, época em que a Europa acolhia com entusiasmo os influxos culturais da Antiguidade clássica, também os historiadores portugueses do Renascimento, em pronunciado amplexo, integraram os valores e a tradição retórica-literária clássicos nas suas obras históricas, convertendo-as, não só em repositórios da memória passada, mas também em composições que alcançaram a categoria de obras literárias. Efectivamente, alguns historiadores e humanistas portugueses foram permeáveis ao conceito ciceroniano de que a história era um *opus oratorium maxime* (*De legibus*, 1.5.21), procurando ajustar ao máximo as suas obras a tal princípio. É nessa linha de raciocínio que devem ser enquadradas as palavras de Damião de Góis, no momento em que declara que o relato dos feitos dos grandes senhores *requere alto stylo describere, grãde ornamento de lingoagem, sutil e discreto artificio rhetorico*.² Tal como no passado clássico, também no Portugal do Renascimento, a retórica e a historiografia convergiram na potenciação das respectivas virtuosidades, com implicações claras não só ao nível formal, como também ao nível substancial. Efectivamente, com os objectivos muito claros de instruírem, de comoverem e de deleitarem os leitores coevos, os historiadores renascentistas socorreram-se de certos e determinados mecanismos retóricos, entre os quais, se enquadram, por direito próprio, as arengas militares, objectos de estudo desta investigação.

Com efeito, impelida tanto pela expansão do *imperium* ultramarino português como pela decorrente exaltação patriótica, naturalmente promovida e fomentada pelas altas esferas do poder, a historiografia portuguesa, sobretudo na segunda metade do século XVI e, depois, nos séculos seguintes, acabou por aumentar exponencialmente o número e o primor das suas obras históricas, como se uma vontade velada pugnassem por equiparar a produção escrita à enorme cifra de feitos praticados em tão vasto império. Na verdade, as páginas da historiografia renascentista estão enxameadas pelos fastos militares praticados pelos portugueses nos mais variados teatros de operações do orbe terrestre.

² Damião de Góis, Prólogo da *Crónica de Dom Ioam*.

De maneira sistémica, podemos afirmar que, em Portugal, no século XVI, se conjugaram todas as condições favoráveis e propiciadores para que as arengas militares, de diversos tipos, pudessem historiograficamente emergir no seio das narrativas dos feitos. Em primeiro lugar, não escasseou a temática histórica fundamental, a guerra, para enquadrar cenicamente a arenga militar. Em segundo lugar, não faltaram os historiadores de sólida formação histórica e humanista, conhecedores da tradição retórico-literária, enformadora de um discurso tão idiossincrático, como a arenga militar. Alguns desses autores, além da erudição, souberam ainda cumulativamente tirar partido da experiência militar havida em África ou no Oriente, cumprindo o ideal renascentista de terem empunhado, à vez, tanto a espada, como a pena. Finalmente, em terceiro lugar, não mingou o ensejo desses historiadores de colocarem na boca dos protagonistas governativos e militares de quinhentos, discursos militares retoricamente elaborados, numa tentativa declarada de, por um lado, os elevar à condição de heróis, de maneira a poderem ombrear e até superar os grandes generais da Antiguidade clássica.

Eis pois que a historiografia, mas também a épica e outros géneros de poesia, a fim de exaltarem a história-pátria, elegeram a arenga militar como um dos discursos privilegiados para a divulgação ideológica e apologética do *imperium*, das suas conquistas e descobertas. Efectivamente, a arenga militar, pela sua assídua presença em contexto literário, assume-se como um dos discursos mais característicos da historiografia e da épica portuguesas renascentistas. Quer na sua expressão integral (*oratio recta*), quer na sua condensação substancial (*oratio obliqua*), a arenga militar irrompe das narrativas dos feitos, com uma cadência delineada pelos respectivos contextos e propósitos narrativos envolventes. Por esse motivo, a arenga militar na historiografia e épica renascentistas portuguesas impôs-se, finalmente, ela mesma, como amplo objecto de estudo e de investigação.

Se sobre a presença da arenga na historiografia portuguesa medieval já havia sido produzida uma dissertação,³ a verdade é que a arenga militar, em Portugal, ainda não almejou o merecido e focado interesse por parte dos estudiosos e académicos. Provavelmente, influenciados por ideias feitas de que se trata de um discurso simples e repetitivo, os investigadores nacionais têm dirigido a sua atenção para outras *orationes*, mais consideradas retórica e literariamente. Chegou, pois, o momento de a arenga militar literária do Renascimento português se assumir como protagonista de uma investigação

³ Cf. LOPES (1995), *O discurso do chefe militar antes da batalha na cronística medieval portuguesa*, tese de Mestrado em literatura portuguesa, Lisboa, Universidade Clássica.

no âmbito de uma tese doutoral. Embora cientes tanto da extensão, como da complexidade inerentes a esta empresa, propomo-nos nesta tese investigadora atingir os objetivos gerais que a seguir passamos a enunciar e a explicitar.

2. OBJETIVOS GENERALES

Con la presente investigación procuramos alcanzar los objetivos que siguen:

El primer objetivo es constituir un *corpus* de arengas, tanto en estilo directo como en estilo indirecto, a partir de obras históricas y epopeyas o poemas heroicos portugueses compuestos en el decurso del siglo XVI.

El segundo objetivo es trazar una clara panorámica del *imperium* portugués del siglo XVI, su expansión, sus amenazas finiseculares, salvaguardando que se trataba sobre todo de un imperio marítimo más que una posesión territorial. Posteriormente, establecer la correlación entre este hecho y un tipo particular de arengas asiduamente presentes en el *corpus*, la arenga pronunciada en el escenario marítimo, la arenga naval. La arenga naval representa 26 % de la totalidad de discursos insertos en el *corpus*.

El tercer objetivo es evaluar en qué medida la historia, o mejor dicho, la obra histórica, tocada ampliamente por la retórica, ha ayudado a defender el *imperium*, tanto interna como internacionalmente, junto la *Respublica Cristhiana*. En el fondo, demostrar cómo la obra histórica portuguesa renacentista, con su singularidad, ha desempeñado el papel de *opus oratorium maxime*.

El cuarto objetivo es demostrar cómo la arenga militar historiográfica se ha beneficiado ampliamente, desde la Antigüedad hasta el Renacimiento, del intercambio proficuo entre la retórica y la historiografía. En este sentido, es nuestro objetivo destacar y explicar el nuevo modelo de la arenga creado por Tucídides, que rompió con el primer modelo, breve y directo, de discurso exhortativo de la literatura griega: la arenga homérica. Así, Tucídides ha creado un nuevo modelo de la arenga dependiente del contenido argumentativo y que resulta de la combinación de dos líneas de argumentación, una de tipo explicativo (*didaché*) y otra de carácter exhortativo (*parakéleusis*), que, posteriormente, fue largamente imitado y adaptado por los subsecuentes historiadores greco-latinos, como Salustio, Tito Livio, Quinto Curcio o Cesar, sólo para citar algunos. Ha sido a partir de las obras de estos autores, o simplemente en selecciones de discursos extraídos de sus obras históricas, como ha sucedido con Salustio, que, en la lengua latina

o en traducciones vernáculas, los cronistas, como también los embajadores y los generales de la Baja Edad Media, pero sobretodo del Renacimiento, han podido contactar y recriar el modelo dúctil de arenga creado por Tucídides.⁴

El quinto objetivo es constituir una tipología de arengas portuguesas. Así hay que analizar, primeramente, el sistema de engarces que introducen este tipo de discursos con la finalidad de identificar las circunstancias temporales, pero también contextuales que determinan la introducción de la arenga en la narración histórica. Solo así es posible identificar los seis tipos de las arengas más recurrentes en el universo épico-historiográfico portugués, bien como un otro tipo de arengas proferidas en contextos no bélicos. Finalmente, como es nuestra intención demostrar, el momento elegido por el historiador para la pronunciación de una arenga tiene implicaciones claras en el contenido y extensión de los discursos.

El sexto objetivo es analizar el proceso compositivo-argumentativo de las arengas. Para el estudio del tal proceso, el enfoque será binario, por un lado incidirá sobre la *dispositio* y por otro recaerá sobre la *argumentatio* de las arengas. Es decir, primeramente veremos cómo los distintos *topoi* retóricos o *capitula finalia* surgen ordenados en la estructura interna de los discursos, o sea, en las dos líneas argumentativas de las arengas: la línea instructiva y la línea exhortativa. Por último, analizaremos con profundidad los *topoi* argumentativos escogidos por los capitanes portugueses para exhortar a sus tropas a la lucha, demostrando tanto su estrecha filiación con la tradición retórica previa, como el tratamiento original que han recibido por parte de los historiadores portugueses.

El séptimo y último objetivo es analizar las funciones y las innovaciones de las arengas portuguesas. Así, serán determinadas las funciones que las arengas han desempeñado en el contexto narrativo de las obras historiográficas portuguesas y también el papel que han jugado en la transmisión de la ideología oficial contemporánea del estado portugués. Demostraremos, por último, cómo la arenga militar en general y, el modelo propuesto por Tucídides, en particular, transmitido, como hemos dicho, pela tradición retórico-historiográfica subsecuente, han sido acogidos y adaptados tanto por los historiadores como por la jerarquía de los valores sociales y morales del siglo XVI, de modo que posamos registrar las innovaciones introducidas en la historiografía portuguesa renacentista.

⁴ Cf. OSMOND, P. (2003: 196).

Assim sendo, nos capítulos seguintes, esta dissertação doutoral empenhar-se-á no estudo da arenga militar portuguesa e quinhentista, discurso que surge com bastante regularidade tanto nas narrativas de obras históricas, como também nas de poemas épicos. Colocando o enfoque na arenga militar, tentaremos provar, em termos gerais, que as relações entre a retórica e a historiografia, no Portugal renascentista, foram amplas e profícuas, demonstrando que, também neste ponto, se fez a assimilação dos modelos e da tradição retórica prévios.

Entre outros aspectos igualmente pertinentes, esta investigação permitirá demonstrar, como acabámos de sublinhar, que a arenga militar é um tipo de discurso que não pertence exclusivamente a um género ou subgénero literário. É certo que a historiografia se assume como o ambiente propício e natural para a inserção deste tipo de discurso, tendo contribuído com a maioria dos exemplares para a constituição do *corpus* de arengas em análise. Na verdade, a arenga militar surge um pouco disseminada por quase todos os subgéneros históricos, desde as grandes colecções, como a *Ásia* de João de Barros e de Diogo do Couto, passando pelas crónicas, pelas histórias, até aos opúsculos, nomeadamente os comentários, como o *Commentarius De Rebus a Lusitanis In Índia Apud Dium Gestis* de Diogo de Teive. Depois da historiografia, é a épica que mais está atenta à arenga militar. Seria expectável que o expoente máximo da épica portuguesa, *Os Lusíadas* de Luís de Camões privilegiassem este tipo de discurso, contudo já não se esperaria que o *Sucesso do segundo cerco de Diu* de Jerónimo Corte Real estivesse juncado de arengas militares. Mas também a poesia integrou no seu âmago o discurso militar, e entre os exemplos passíveis de serem referenciados, atente-se no epigrama de Pedro Sanches «De spoliata domo» dedicado a um dos heróis da Índia, D. Luís de Ataíde. Só por estes poucos exemplos se comprova a significativa recepção e adaptação da arenga militar ao universo literário renascentista.

A singularidade deste *corpus* discursivo reside, portanto, na diversidade genérica de obras literárias em que foi possível identificar exemplos de arengas militares, como ainda no facto de as mesmas se expressarem em códigos linguísticos diferentes, designadamente, o português, o latim e o castelhano. Diga-se, ainda, que as estratégias discursivas para a transmissão dos discursos são também elas variadas. Enquanto as arengas produzidas em português tendem a apresentar-se em estilo directo (*oratio recta*), as arengas produzidas em latim, tal sucedera com as suas congéneres latinas, figuram significativamente em estilo indirecto (*oratio obliqua*). A riqueza discursiva e literária do *corpus* advém ainda do tipo de emissores das mesmas. Se, na Antiguidade, a

pronúnciação estava geralmente confiada aos generais, alguns deles famosos de nome, igual missão é desempenhada pelos grandes estrategas portugueses, como Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque ou António da Silveira. A verdade é que, obedecendo a uma ideologia prosélita, iremos assistir a frades franciscanos exortando os portugueses à luta contra os infiéis, inimigos de Cristo. Secundados por estes, também algumas célebres mulheres, no Oriente, tomarão a palavra para persuadirem os soldados à resistência contra os invasores turcos. Adiante proporemos uma explicação para esta participação inusitada de oradores de arengas.

Ao longo desta investigação teremos ocasião de apresentar detalhadamente uma tipologia de arengas da literatura portuguesa quinhentista, em todo o caso, podemos adiantar desde já que o leque de tipos de discursos encontrados é bastante alargado. Tal como sucedera com o *corpus* de arengas greco-latinas produzido por Carmona Centeno *et al.* (2008), também no *corpus* discursivo português, encontramos discursos exortativos dirigidos só aos comandos intermédios do exército (Tipo 1); arengas dirigidas a uma assembleia de tropas antes do início da batalha (Tipo 2); arengas dirigidas às tropas formadas justamente antes de se iniciar a refrega (Tipo 3); revista de tropas ou *epipólesis* (Tipo 4); arengas produzidas no meio de um combate (Tipo 5) e discursos consolatórios e/ou epidícticos pronunciados após uma batalha (Tipo 6). A esta lista, acrescentamos ainda um tipo de arenga que não se enquadra em nenhum dos contextos anteriores. Trata-se de arengas que geralmente procuram recuperar os ânimos de soldados abatidos por alguma situação de desânimo, designadas por alguns autores como “anti-arenga”⁵ (Tipo 7).

Ora, se a literatura clássica elegeu como modelo-tipo de arenga aquela que é pronunciada pelo general diante de uma assembleia de tropas e que é, diga-se, a essência e a razão da arenga historiográfica, não só pela sua extensão e pelo número de tópicos que reúne, mas sobretudo pela profundidade e desenvolvimento argumentativos de cada um deles, também, o Tipo 2 é, pelas mesmos motivos, o modelo de arenga mais representativo do universo historiográfico português. Tem por finalidade, geralmente, captar o favor do auditório para a causa do emissor-orador, tal como os discursos deliberativos, além de, naturalmente, configurarem uma ocasião para os respectivos cronistas expressarem os seus dotes retórico-estilísticos.

⁵ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 355).

Contudo, é necessário dizer-se, para uma análise rigorosa que, tanto pela sua frequência, como pelo papel nuclear que assumem na orgânica diegética, sobressaem ainda outros dois tipos de arengas. Assim, estritamente em termos de frequência, a arenga de Tipo 5, proferida no decurso de batalhas, é a que reúne o segundo maior número de *exempla*, perfazendo quase o mesmo número das alocações de Tipo 2. De facto, a predilecção dos historiadores por estes discursos relaciona-se com o elevado dramatismo que os mesmos imprimem às descrições de batalha a que sempre vêm associados, episódios que têm por finalidade impressionar os leitores. De igual modo, estas arengas concorrem para a exemplaridade dos respectivos oradores, uma vez que evidenciam protagonistas que não só exortam os soldados à luta, mas que, igualmente, são os primeiros a arrojarem-se contra o inimigo, de maneira que este tipo de arenga contribui para a confirmação do estatuto de herói dos seus emissores-oradores.

O terceiro tipo de arengas mais relevante da historiografia portuguesa engloba os discursos proferidos pelo capitão-mor diante de uma assembleia restritiva de militares, composta por capitães subalternos, sendo, portanto, de Tipo 1. Na maioria das vezes, o capitão-mor convoca os restantes capitães – o conselho – para se dirigirem à sua presença, a fim de lhes apresentar uma decisão bélica, acompanhada, muitas vezes da respectiva fundamentação legal e estratégica. Como facilmente se pode divisar, estas arengas estão fortemente orientadas para a linha argumentativa didáctico-instrutiva, enquanto a componente exortativa, ocupando a parte final dos discursos, surge resumida em um ou dois parágrafos. De seguida, admite-se que cada um dos capitães reproduziria, diante da sua companhia militar, o discurso do capitão-mor.

Por outro lado, este é tipo arengas que geralmente ocorre a bordo de uma nau, ou, dito de outro modo, as arengas de Tipo 1 têm por cenário mais emblemático a tolda ou o chapitêu das naus portuguesas que sulcavam os mares da Índia. É conhecida a especificidade marítima do *imperium* português no século XVI, bem como a necessidade premente que sempre houve por parte dos responsáveis de então de defenderem esse espaço apetecível dos múltiplos concorrentes/inimigos, de tal maneira que, ao abrigo desse desígnio, se travaram centenas de batalhas navais, pelo que este seria o tipo de arenga que maiores possibilidades teria de ser praticado em contexto naval. Era impossível ao capitão-mor discursar diante de centenas ou milhares de homens distribuídos por dezenas de embarcações, a não ser que aportassem todos no mesmo local, como o faz Francisco de Almeida, em Angediva, no momento em que anuncia a toda a tripulação da armada, a sua decisão de atacar os rumes em Diu e vingar assim a

morte do filho, Lourenço de Almeida.⁶ Dadas as limitações logísticas próprias dos vasos de guerra da época, os narradores/historiadores repetem-nos que o capitão-mor, com frequência, ordena aos capitães e aos fidalgos das outras embarcações que se dirijam para a nau principal e é na quadra, na tolda ou no chapitêu que ocorrem essas alocações. Atente-se na movimentação prévia a uma arenga de Francisco de Almeida:

Polo que o Visorey pôs **bandeira na quadra**, e mandou o bargantym **chamar os mestres e pilotos que todos vierão, com os Capitães e fidalgos**, que todos forão chamados do Visorey. **Antre todos assentado na tolda**, o Visorey a todos lhe fez esta fala.⁷

Sublinhe-se ainda que as arengas pronunciadas em contexto naval/marítimo constituem 28% do total dos discursos presentes no *corpus*, o que vem revelar que este discurso assume uma particularidade no contexto literário português de quinhentos.

Obedecendo à tradição histórico-retórica, também na historiografia portuguesa podemos verificar a presença de um tipo de arengas genuinamente filiado na épica homérica. Estamos, naturalmente, a falar da *epipólesis*, ou revista de tropas. Trata-se de uma arenga pronunciada em movimento, isto é, o general arenga às tropas enquanto vai percorrendo as diferentes alas do exército, embora este tipo de arenga também possa ocorrer no mar. Neste caso, o capitão-mor, movimentando-se num pequeno barco e a partir dele, exorta todos os elementos da armada à batalha, à medida que vai percorrendo as distintas embarcações que compõem a totalidade da frota, tal como fez o governador Lopo Vaz de Sampaio: *O Governador meteose em hum navio ligeiro, e foi correr as nossas fustas, e fez a todos hũa muito breve fala.*⁸ Ora, tanto a *epipólesis* marítima como as arengas de Tipo 1 proferidas a bordo de uma nau, assinalam que a arenga/naval marítima é um modelo discursivo idiossincraticamente caracterizador e identificador da forma como os historiadores portugueses do século XVI acolheram e adaptaram a arenga militar a partir dos modelos historiográficos da Antiguidade.

Na verdade, toda a ampla tipologia de arengas portuguesas não resulta exclusivamente do génio criativo dos autores portugueses de quinhentos, mas sobretudo, como acabámos de ver, da acomodação de um modelo flexível de arengas criado por Tucídides, o autor da *História da guerra do Peloponeso*. Esse novo tipo de modelo, que

⁶ Cf. João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. III, Cap. III.

⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei D. Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.», Cap. III.

⁸ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. V, Cap. V.

cortava cerce com a tradição retórica homérica, acabou por se tornar no modelo das seguintes historiografias grega, latina e também portuguesa renascentista. De facto, o modelo de arengas tucídideo apresentava-se de tal maneira plástico que poderia cobrir todas as possibilidades exortativas, como demonstra a tipologia atrás enunciada e pôde ser adaptado pela tradição historiográfica ocidental até ao Renascimento. Com efeito, o seu sucesso foi tal que *fue admirado por la retórica y la historiografias antiguas, que continuamente recurren a su obra a la hora de ofrecer ejemplos concretos de estos diferentes tipos de discursos, que acabaron conformando un paradigma esencial a lo largo de toda la tradición.*⁹

É preciso deixar bem claro que os historiadores portugueses de quinhentos apreenderam o modelo de arengas de Tucídides, não por contacto directo com a obra do historiador grego, mas sim através das obras históricas dos autores latinos que, na sua época, haviam igualmente imitado esse modelo discursivo. Foi, pois através da historiografia romana, em latim, ou em traduções vernáculas que desde o século XV se iam tornando cada vez mais comuns, que os historiadores portugueses quinhentistas se familiarizaram com o arquétipo discursivo tucídideo. Ora, conseguimos, com alguma segurança, apontar os autores latinos que não só melhor assimilaram o modelo de arengas de Tucídides, certamente com a finalidade de explorarem as suas potencialidades dramáticas, assumindo-se, por isso, como a base literária e retórica sobre a qual se inspiraram os historiadores portugueses do século XV e XVI.

Não é despendianda aqui a referência ao século XV, pois é sabido que, na Europa, Portugal incluído, desde os inícios de quatrocentos, se vinha adensando o interesse pela descoberta e pela leitura das obras clássicas. No caso português, é vulgar citar-se como exemplo dessa nova tendência, a biblioteca do rei D. Duarte (1433-38), que contava entre os seus quase 90 códices, várias obras latinas, desde Valério Máximo até a um livro da guerra, que, como adiante aduziremos, seria a obra de Vegécio. A D. Pedro, o Infante das Sete Partidas, se deve a divulgação das novas tendências europeias e sobretudo do humanismo italiano em Portugal, graças às suas viagens pela Europa (1424-1428), Inglaterra, Flandres, Hungria, Itália (Veneza, Pádua, Florença e Roma). Aí travou conhecimento com humanistas italianos, como Pier Paolo Vergerio (1370-1444), autor do *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (1402), o primeiro tratado pedagógico.¹⁰

⁹ IGLESIAS ZOIDO (2011: 67).

¹⁰ Cf. SOARES (2011: 126).

Já a partir da leitura da *Crónica da Tomada de Ceuta* (1450) de Zurara, reconhecemos, a partir das suas múltiplas citações, que o conhecimento de obras de autores clássicos era, então, já bastante assinalável. De entre outros que podem ser nomeados, na obra de Zurara, é nítida a influência de Salústio e de Tito Lívio, sendo igualmente revelador o domínio de outros autores, como César, Valério Máximo, Lucano e Vegécio, etc. Mais ainda, é nítida a retorização das suas obras históricas, quer da *Crónica da tomada de Ceuta*, como das crónicas dos *Meneses*, cujas narrativas são constantemente suspensas pela inserção de falas e discursos, nomeadamente arengas militares.¹¹ Ora se nos meados de quatrocentos já havia um conhecimento das obras destes autores, com a emancipação do humanismo renascentista, os historiadores de quinhentos revelaram um grau de informação mais profundo e mais amplo da historiografia romana.

Acresce sintomaticamente que estes autores romanos que integravam conhecimento historiográfico de Zurara e, por extensão, dos cronistas e humanistas portugueses de quinhentos, são considerados, pelos estudiosos, como perfeitos exemplos da arte de imitar o processo compositivo de arengas militares que vinha da historiografia grega, particularmente de Tucídides,¹² explorando, com mestria, as virtuosidades retóricas e dramáticas deste tipo de discursos. Assim, é consensual apontar Salústio como um reformador da historiografia romana, não só porque introduziu o género monográfico, mas sobretudo na imitação que fez de Tucídides no que toca à inserção de discursos, ficcionados ou reelaborados, na textura diegética,¹³ de tal maneira que *the Ciceronian Quintilian quotes with approval the judgement of historian Servilius Nonianus that Sallust and Livy are the same level but with different qualities; he thinks Sallust a worthy Roman counterpart to Thucydides, as Livy is to Herodotus.*¹⁴ Igualmente é de salientar, neste aspecto, o papel que as suas obras, tanto o *De coniuratione Catlinae liber* como o *Bellum Iugurthinum*, tiveram na modelação retórica de autores seguintes, particularmente Tácito, mas também Valério Máximo, Pompónio Mela ou Frontino.¹⁵

¹¹ REIS BRASIL (1992:19) na edição por si anotada à obra de Zurara, escreve o seguinte: *Embora siga, parcialmente, os ensinamentos de Tito Lívio e de Salústio, não deixa de advertir o leitor para o seu conteúdo, que não é totalmente realista, mas é preciso saber-se que devem ser tomados como indicadores do que se passou, como lembranças vivas do falar, pensar e sentir, daqueles em cuja boca são postas determinadas falas ou mesmo discursos.*

¹² Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008:55).

¹³ Cf. PARATORE (1987: 294).

¹⁴ OSMOND, P. (2003: 186).

¹⁵ Cf. OSMOND, P (2003: 189).

Durante a Idade Média, as suas obras continuaram a ser amplamente lidas e interpretadas, tal como o comprovam o grande número de manuscritos que delas nos chegaram.

Na Renascença, sùmulas de *sententiae*, de *exempla* e de discursos extraídos dos seus textos serviram de modelo a oradores, embaixadores, generais, assim que como historiadores que continuaram a admirar a sua *brevitas*.¹⁶ A sua *editio princeps* data de 1470.

Incontornável, a todos os títulos, é a também a referência, ainda que breve, à monumental obra (*Ab urbe condita libri*) de Tito Lívio. Devedor de Salústio no critério monográfico que imprimiu à sua obra, visível na respectiva estrutura analística, Lívio elaborou uma narrativa num estilo dramático e retórico,¹⁷ colocando discursos na boca de personagens insignes em momentos historicamente significativos, a fim de traçar o retrato moral dos protagonistas, como acontece com Aníbal (*lib. XXI*). A sua obra histórica, epopeia à *virtus* romana, acabou por influenciar autores como Quinto Cúrcio, que nela se inspirou para construir a figura de Alexandre, mas também Sílio Itálico ou Floro. Durante a Idade Média, circularam vários epítomes da sua obra, enquanto no Renascimento, a mesmo suscitou um interesse inaudito. No século XV, Poggio Bracciolini e Leonardo Bruni escreveram em latim, imitando o seu estilo, enquanto Nicolau Maquiavel escreveu, à maneira de reflexões, sobre as *Décadas* de Lívio, os *Discursos*, que são um tratado de ciência política e de estratégia militar, como adiante teremos ocasião de demonstrar. A fortuna liviana influenciou também João de Barros, o *lívio português*, visível não só na divisão cronológica que Barros imprimiu à sua, também, monumental obra, as *Décadas da Ásia*, como também no estilo retórico e solene com que cunhou os discursos dos grandes protagonistas, como sucede com a extensa arenga de Francisco de Almeida (*Década II, Liv. III, Cap. III*).

Em matéria de retórica militar, não podíamos olvidar o papel do maior estratega de Roma: César, até porque em Portugal, do século XV, é conhecida uma tradução anónima de uma obra francesa do século XIII, intitulada *Le fit des romains*,¹⁸ que reúne escritos sobre César, não só do próprio, mas também de Salústio, Suetónio e Lucano. Este dado, demonstra o impacto literário de César em Portugal nos séculos XV e XVI.

¹⁶ Cf. OSMOND, P (2003: 196).

¹⁷ Cf. McDONALD (1971: 332).

¹⁸ Veja-se sobre este assunto a obra de MIRA MATEUS (2010), *Vida e feitos de Júlio César*, 2 vols, Fundação Calouste Gulbenkian.

A narração nos seus *Commentarii* é marcada pela objectividade, pela brevidade e concentração de ideias, daí a preferência pelo estilo indirecto nos discursos e o uso da 3ª pessoa verbal. César vê na capacidade de discursar diante dos soldados uma das virtudes dos comandantes, como magistralmente ficou registado na arenga de César aos oficiais antes de atacar os germanos (*Gall.* 1.40.1-41.1). Perante o terror que grassava no exército romano, amedrontados com a estatura e o valor militar dos germanos, César convocou os centuriões e proferiu-lhes uma arenga. Encoraja-os com um discurso que é exemplo de todos os dotes que um verdadeiro comandante deve possuir: antes de tudo, põe em dúvida as intenções hostis de Ariovisto; em seguida, reevoca o exemplo modelar de Mário, exterminador de tropas germânicas e a sua própria vitória contra os Helvécios, émulos dos Germanos em destreza militar. Depois, gradativamente, fala das suas providências, para assegurar mantimentos, apelando para a sua fortuna; finalmente, na linha exortativa da arenga, brande os tópicos da honra e da emulação. Naturalmente, o discurso alcança o objectivo pretendido, tal como comprova o *engarce* final: *E a décima legião foi a primeira a agradecer-lhe, por meio dos seus tribunos, pela opinião excelente que ele tinha dela e declarou-se prontíssima a combater.*

Segundo Paratore,¹⁹ *esta é a cena mais eloquente de vida militar, que as literaturas antigas nos transmitiram, e com uma sobriedade e segura verdadeiramente militaristas.* Discursos como este, proferidos perante tropas amedrontadas confirmam as suas qualidades de exposição e oratórias verdadeiramente excepcionais, explorando propagandisticamente nessas peças de oratória o seu magnetismo pessoal. Durante o período medieval, os maiores líderes e governadores de povos tomaram César como modelo, facto que documenta um conhecimento sustentado da sua pessoa e da sua obra.

Finalmente, um breve apontamento ainda para Lucano e para a sua epopeia de tema histórico, *Farsalia*. Esta obra foi lida e admirada na Idade Média pelo moralismo que exalava. Dante apreciou-o e não deixou de o colocar no seu inferno ao lado de Virgílio. Foi igualmente traduzido e comentado ao longo do Renascimento e até do Iluminismo. O seu poema, de cunho oratório, enquadra-se na cultura historiográfica clássica de que a obra histórica era um *opus oratorium*. Não é de admirar que a sua obra esteja semeada de discursos, militares também, sobressaindo como marca de excelência, a Prosopopeia da Pátria, tentando barrar a passagem do Rubicão por César.²⁰

¹⁹ PARATORE (1987: 254).

²⁰ PARATORE (1987: 626).

Como vimos, alguns destes e outros autores continuaram a ser lidos e comentados durante a Idade Média em círculos culturais restritos, continuando a servir de referência a historiógrafos eclesiásticos ou senhoriais. De maneira que nas crónicas medievais, se bem que mais breves e com um menor grau de elaboração, a arenga militar continua a intercalar as narrativas dos feitos, como o comprova o estudo feito por Bliese (1989) a partir de obras históricas europeias, escritas entre o ano 1000 e 1250. O que importa vincar é que a transmissão da arenga militar, desde a Antiguidade até ao Renascimento, se fez de modo de modo pragmático e por imitação, não havendo nenhum manual exclusivo sobre a retórica militar, como adiante aprofundaremos.

Decorre daqui que a diversidade e a riqueza tipológica de arengas da literatura portuguesa quinhentista só foram possíveis porque os historiadores de quinhentos apresentaram as suas arengas amplamente filiadas na tradição historiográfica greco-latina prévia, tanto nos historiógrafos, que já salientámos, como em outros de menor nomeada. Com efeito, é possível observar, nas obras históricas portuguesas, uma integração criteriosa dos discursos na dinâmica da narrativa dos feitos, interactuando com ela, sendo os contextos narrativos que determinam o tipo de discurso que deve ser pronunciado. Por exemplo, Duarte Galvão conta-nos que D. Afonso Henriques, nas vésperas da Batalha de Ourique, sentiu que os seus homens se amedrontaram face ao elevado número de efectivos muçulmanos que ali se apresentaram para pelejar. Escreve Galvão, que o rei, embora amargurado, percebeu que só ele poderia infundir-lhes ânimo e esperança de vitória, por isso, *lhe pareceo necessário fazer a todos uma falla, a qual depois de todos ajuntados, assi começou*. Em situações em que o medo lavra no seio do exército, o general ou o chefe militar há-de levar a cabo um discurso fortemente centrado na componente didáctico-instrutiva, demonstrando aos soldados que há sempre uma possibilidade de vitória, porque eles têm alguma vantagem sobre os inimigos ou defendem uma causa justa. Em termos gerais, há-de passar-lhes um quadro convincente de vitória, que é a mensagem que o rei fundador pretende passar aos seus homens, ao exortá-los do seguinte modo:

Nós pelejamos por Deos, pela Fé, pela verdade, e estes arrenegados que vedes, pelejam contra Deos, pela falsidade. Nós por nossa terra, elles pela que nos tem tomada, e furtadada, e querem furtar. Nós pelo sangue, e vingança de nossos Antecessores, elles por ainda cruelmente espargarem o nosso. Nós por poer nossos pais, nossas mais, nossas pessoas, mulheres, e filhos, com liberdade, elles a nós todos em seu cativoiro.²¹

²¹ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

Ao invés, se o general pressentir que reina a confiança entre as tropas, o conteúdo da arenga será diferente, de carácter marcadamente epidíctico. Recordemos, entretanto que a arenga proposta por Tucídides se baseava numa estrutura interna assente em duas componentes argumentativas: uma de tipo explicativo (*didachê*) proveniente da oratória deliberativa, cujo objectivo é mostrar às tropas que o cenário militar que irão enfrentar lhes é favorável e promissor, ao mesmo tempo que é traçada a estratégia a executar para vencer o inimigo, evocando-se exemplos passados que possam ser vantajosos para o momento presente; a outra, a *parakéleusis*, de pendor claramente exortativo, inspirada no modelo homérico de arenga e na secção protréptica do discurso fúnebre, procura galvanizar as tropas para o combate, sustentando a argumentação na necessidade de se honrar o valor dos antepassados ou de que se deve preferir uma morte honrosa. Por sua vez, cada uma das componentes argumentativas da arenga desenvolverá uma série de *topoi* ou lugares comuns argumentativos, denominados pelos rétores da historiografia greco-latina como *telikà kephálaia* ou *capitula finalia*.

Se bem que num capítulo V tratemos deste assunto com profundidade, podemos, contudo, neste momento, enunciar os quatro grandes núcleos argumentativos à volta dos quais gravita a argumentação de uma arenga: assim o general que pretende exortar as suas tropas para a batalha, há-de demonstrar que o mesmo é justo (*dikaion/iustum*), é útil (*sunféron/utile*) pois defende o estado e o indivíduo e evita consequências, é ainda possível (*dúnaton/possibile*) e honroso (*éndoxon/honstum et dignum*). A estes quatro pode-se juntar um quinto tópico constante da historiografia, ou seja, as consequências negativas de uma derrota (*ekbesómenon*). Ora, a título prenunciativo e transversal, podemos asseverar que as arengas portuguesas tendem, na sua componente instrutiva, a explorar com profundidade dois *topoi* argumentativos, a que não são alheias claras motivações retóricas e também ideológicas.

Assim, dado o crónico défice de efectivos militares que sempre caracterizou os exércitos portugueses, ainda mais visível em situações de confronto bélico com os copiosos exércitos dos inimigos, os capitães e por extensão os historiadores portugueses valeram-se do *topos* da possibilidade, para incutirem confiança nos seus homens, declarando-lhes que sempre foi possível a um punhado de homens, motivados e organizados, vencer um exército numeroso, mas desorganizado. É um tópico muito recorrente nos discursos militares, tendo-se vindo a revelar eficaz, uma vez que, variadíssimas vezes, poucos portugueses venceram muitos inimigos. Digamos que a

orientação deste tópico argumentativo é sobretudo interna, ou seja, tem como destinatários os próprios soldados que se preparam para combater.

O outro tópico, o tópico da causa justa, é certamente o mais importante da historiografia portuguesa e foi, ao longo dos tempos, também um dos mais significativos da tradição historiográfica ocidental. Este é um tópico crucial na motivação das tropas e concorre decisivamente para o elevar do seu moral, pois tenta legitimar e legalizar, de acordo com o enquadramento legal coevo, aquele acto bélico. Não é por acaso que, por vezes, os capitães incluem nos seus discursos, referências a certas disposições legais, como bulas papais, para reforçar o argumento da justa causa da empresa bélica em que estão inseridos. Para além da força retórica interna aos discursos, o recurso a este tópico por parte dos historiadores tem um objectivo que vai para além do contexto narrativo da obra, pois tem intuítos claramente ideológicos de defesa e legitimação do império português, sobretudo no plano externo. Na verdade, à medida que se ia avançando no século, as vozes contestatárias ao monopólio das especiarias iam-se adensando, oriundas sobretudo de humanistas e outros altos dignitários naturais de países que disputavam aquelas riquezas comerciais. Na célebre arenga pronunciada por D. João de Castro nas vésperas da batalha que iria precipitar o fim do segundo cerco de Diu, o governador declara aos seus militares que os Rumes se apresentam ali sem que a justiça humana e divina os assista:

Ita pugnate, tamquam non meo sed dei praesentis, atque omnia intuentis ductu, adversus eius hostes omnis iuris divini et humani expertes dimicaturi;²²
Combatei como se estivésseis, não sob o meu comando, mas sob o comando de Deus que está presente e vela sobre todas as coisas; é contra os seus inimigos, desprovidos de todo o direito humano e divino, que tendes de combater;

Atente-se que esta arenga surge inserida num opúsculo de Diogo de Teive, cujo subgénero historiográfico, *commentarius*, bem como a língua latina em que foi escrito, visava divulgar com rapidez, na Europa, os sucessos portugueses alcançados no Oriente e defender a justa causa do projecto imperial junto daqueles que o contestavam.

Além destas potencialidades, as arengas constantes do corpus renascentista português, inspiradas na nova *paránesis* (5.65), termo que é utilizado pelo próprio Tucídides para designar o seu modelo de arengas, além das virtuosidades já sumariamente apresentadas, podem ainda, como adiante veremos, adiantar as

²² Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis*, 85.

circunstâncias que rodearam uma batalha, servindo de complemento à neutra exposição dos feitos e de informações estratégicas. Acresce que estas arengas permitem também aprofundar os retratos de cada um dos capitães-oradores, bem como explicar ao leitor os motivos ocultos que estiveram por detrás de uma vitória ou de uma derrota.²³

Em síntese, as arengas militares atestam que a historiografia e épica renascentistas foram tocadas pela retórica. Cumprindo distintas funções no contexto narrativo proposto pelos respectivos autores, assumiu-se também como um dos veículos privilegiados na transmissão dos valores ideológicos adstritos à expansão e exploração do império ultramarino. Neste ponto, fizemos apenas menção às linhas-mestras que norteiam esta dissertação e que ao largo da mesma serão consideravelmente desenvolvidas e aprofundadas. Por outro lado, a partir de algumas temáticas aqui apenas resumidamente apresentadas, abrir-se-ão outras linhas de investigação, de tal maneira que, no final, se almeja que esta tese doutoral possa contribuir para um conhecimento mais aprofundado do papel crucial que a arenga militar desempenha no contexto literário português do século XVI.

3. METODOLOGIA

Este projecto de investigação começou pelo levantamento das obras históricas escritas ao longo do século XVI. Elaborada a lista de obras, passámos ao levantamento de todas as arengas militares inseridas em tais obras e conseqüente constituição de um *corpus* de discursos. Ao *corpus*, vieram ainda juntar-se os discursos presentes nos poemas heróicos e em poesia novilatina, de tal maneira que, no final da pesquisa, foi possível reunir um total de 222 discursos, que servem de objecto de estudo a esta tese doutoral. As arengas recolhidas provêm de obras literárias pertencentes a géneros literários distintos, a maioria escritas em língua portuguesa, mas também, algumas delas, porque produzidas no contexto geral do Renascimento, redigidas em latim. Resulta daqui que 15% do total das arengas do *corpus* se apresentam no idioma latino, de forma que, ao largo desta investigação, estudaremos arengas tanto em português como em latim e ainda uma arenga em castelhano.

Do ponto de vista metodológico, é necessário afirmá-lo com toda a objectividade, que vamos apresentar, nos próximos capítulos, uma análise científica de tipo transversal

²³ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2011:65).

orientada para todos os discursos do *corpus* instituído, a fim de evidenciar todas as características e traços essenciais deste tipo de discurso, de tal maneira que, no final desta investigação, possam ser reveladas as chaves da sua adaptação ao contexto histórico e historiográfico do Portugal do século XVI.

Assim sendo, diremos, de seguida o modo como esta investigação foi levada a cabo, começando por afirmar que a mesma evoluiu de acordo com uma análise científica tripartida. Uma primeira linha investigadora incidiu em revelar e relevar o papel que os *engarces* introdutórios de arengas detêm na identificação tipológica dos discursos. De facto, os *engarces* são determinantes para o apuramento dos verdadeiros e justos motivos que determinam a pronúncia de uma arenga, de forma que é a partir da sua análise que propomos, mais adiante, uma tipologia de arengas da literatura portuguesa do século XVI. Herdeira da tradição historiográfica prévia, cujos autores mais influentes no XV e XVI foram Salústio, Tito Lívio, César ou Lucano, como atrás referimos, foi possível encontrar também na historiografia portuguesa de quinhentos, uma tipologia de arengas similar²⁴ à da historiografia greco-romana, tipologia essa, que tendo por base o critério cronológico da pronúncia da arenga, antes, durante e após o combate, secciona os discursos em seis tipos diferentes, tal como os enunciámos no ponto anterior. Ora, no *corpus* em análise, para além desses seis tipos, canónicos, foi identificado um sétimo tipo de arengas que reúne os discursos proferidos fora de cenário bélico, nomeadamente quando um exército é acometido de uma situação de desânimo. A frequência deste e de outros tipos de arengas permitem demonstrar a idiosincrasia da arenga militar portuguesa e a sua conformidade com o contexto ideológico quinhentista.

A segunda linha investigadora focou-se sobre a identificação transversal dos cinco *topoi* retóricos que são desenvolvidos nas duas componentes argumentativas das arengas militares: a componente didáctica e a componente exortativa. A análise efectuada não se centrou apenas no levantamento dos cinco *topoi* retóricos ou dos *capitula finalia* (ou segundo Hermógenes, os *telikà kephálaia*), a saber: o justo (*dikaion* ou *iustum*), o útil (*sunphéron* ou *utile*), o possível (*dúnaton* ou *possibile*), o honroso (*éndoxon* ou *honestum et dignum*) bem como as consequências negativas de uma derrota (*ekbesómenon*). Por sua vez, cada um destes *topoi* retóricos desenvolve, em sequência, uma série de lugares-comuns retóricos, que Burgess²⁵ (1902) contabiliza em doze na historiografia clássica, enquanto na historiografia medieval, Blise (1989) identifica dezassete.

²⁴ Cf. CARMONA CENTENO *et al.* (2008: 537).

²⁵ Cf. NAVARRO ANTOLÍN (2000: 89).

Assim, esta segunda linha de investigação, não se limitou a desocultar do universo discursivo os cinco tópicos retóricos, mas também os lugares-comuns²⁶ retóricos que lhe estão associados. Embora ainda não seja o momento oportuno para facultar dados, podemos contudo adiantar que a variedade de lugares comuns da literatura portuguesa excede em muito o número de lugares comuns propostos pelos estudiosos atrás citados. Para além da cifra, alguns desses lugares-comuns são “exclusivamente portugueses”, como o lugar-comum do capitão que exorta os soldados a combater como se estivessem, de facto, a fazê-lo, não à sua, mas à vista do rei, ou ainda o exemplo do capitão que tenta convencer os seus homens de que a vitória é possível, pois, naquela batalha, o capitão é Cristo. São estes casos que, paulatinamente, vão revelando que a interpretação e a adaptação dos modelos de arenga prévios à realidade lusa de quinhentos.

Não nos limitámos a fazer o levantamento destes tópicos retóricos ou a apresentar dados de frequência. Na verdade, identificámos e enquadrámos contextualmente cada um dos tópicos, confrontámos autores e obras distintos e, finalmente, não deixámos de enunciar linhas de intertextualidade com a historiografia antiga. Por outro lado, ainda que a metodologia de análise seja transversal a todo o *corpus*, não deixámos de facultar indicações precisas relativamente a cada um dos géneros literários em causa, seja a historiografia, a épica ou a poesia em geral.

A terceira linha de investigação recaiu sobre a identificação e caracterização das várias funções que as arengas militares exercem no contexto das narrativas históricas. Tanto na historiografia antiga como na renascentista, as arengas militares podem desempenhar os papéis que a seguir se enunciam:

1. *Antecipar e explicar o desenvolvimento de acções bélicas.*

Como já anunciámos, a componente instrutiva da arenga tucididea tem por finalidade apresentar, num quadro convincente, a estratégia que de seguida há-de ser executada. Ora, o historiador colocando um dos seus protagonistas, em estilo directo, a expor às tropas o plano de ataque seguinte, logra alcançar, do ponto de vista narrativo, importantes objectivos. Desde logo, ao ser uma personagem a debuxar o estrategema, aproxima o narratário/leitor da narração, leva-o a ver com os olhos a cena que se está

²⁶ Adoptamos a terminologia *lugar-comum* tal como é apresentada por Navarro Antolín (2000: 90) escorando-se em Keitel (1987). Ou seja, de cada um dos respectivos *topoi* retóricos derivam diferentes lugares-comuns. Assim do *topos* do *iustum* derivam lugares-comuns como os agravos provocados pelos inimigos, o favor divino ao exército justo, ou o *bellum iustum* etc.

desenrolar.²⁷ Isso, do ponto de vista de estratégia narrativa, é muito mais apelativo para o leitor do que, momentos depois, o narrador facultar esse programa militar em plena narrativa dos feitos históricos. Acresce que antecipando narrativamente essa exposição, o mesmo leitor poderá compreender melhor as acções e as manobras bélicas que a seguir hão-de ser executadas. Este foi o entendimento que, na Antiguidade, Políbio fez deste tipo de arenga, permitindo-lhe explicar, com maior acuidade, o desenvolvimento das acções bélicas.

2. *Clarificar os verdadeiros motivos que rodearam uma vitória ou uma derrota.*

O modelo de arenga criado por Tucídides apresenta a faculdade de poder contribuir para aclarar os reais motivos que estiveram por detrás de uma vitória ou de uma derrota. Com efeito, a narrativa dos feitos subsequentes à pronúncia de uma arenga tem o privilégio de confirmar ou não acontecimentos que eram dedutíveis no discurso em si. A arenga em particular e os discursos em geral inseridos na narrativa histórica possibilitam um certo afastamento e descomprometimento ideológico do narrador/historiador relativamente à matéria narrada, permitindo, por isso mesmo uma abordagem mais pormenorizada de determinados assuntos. De facto, embora a responsabilidade última do discurso seja do narrador/historiador, a verdade é que a mesma fica, digamos, partilhada com a personagem/orador de circunstância. Tal liberdade aparente licencia o narrador a aclarar as verdadeiras razões que estiveram na base de uma vitória ou de uma derrota, como sejam as escolhas e as decisões que o general fez na hora de combater, as suas apreciações sobre a capacidade bélica do inimigo e também do seu exército, a justa causa daquele confronto, enfim, a sua confiança na vitória, entre muitos outros aspectos, que, à posteriori, o leitor poderá avaliar. Na historiografia portuguesa de quinhentos existe um caso paradigmático que é tratado em próximos capítulos. Em 1578, no norte de África, o rei português, D.

²⁷ Nas escolas gregas do Império Romano, manuais de retórica denominados *Progymnasmata* apresentavam o conceito de *ekphrasis*, discurso que se destinava a vivificar, diante dos olhos, um certo assunto. Identificavam Tucídides como um dos mestres no tratamento deste recurso retórico, que visava conferir eficácia (*enárgeia*) visual a um discurso, com o objectivo de envolver imagética e emocionalmente um leitor ou um ouvinte. Tucídides, com a descrição de alguns episódios e a pronúncia de certos discursos, logrou atingir esses efeitos sobre o auditório. A historiografia subsequente recorreu a esse expediente, do mesmo modo que, por imitação, e com objectivos análogos, também os historiadores portugueses exploraram a dramatização de certas cenas para impressionarem os leitores. Ao longo desta investigação, apresentaremos vários exemplos, particularmente a descrição dramática que nos é facultada por João de Barros, da morte de Lourenço de Almeida, Filho de Francisco de Almeida. Sobre a evolução do conceito de *ekphrasis*, desde a Antiguidade aos nossos dias, veja-se SOARES (2011).

Sebastião, precipitou a fina-flor do exército e da sociedade coevas para uma das maiores derrotas da história nacional: a Batalha de Alcácer Quibir. As arengas prévias pronunciadas por D. Sebastião evidenciam os verdadeiros motivos que determinaram aquele fim. Em primeiro lugar, sobressai logo a temeridade do rei e a sua incapacidade de análise do poderio inimigo, assim como não se vislumbra nessas aloquções uma estratégia organizada de ataque, parecendo que o desenlace da batalha está mais dependente da vontade divina do que do trabalho dos homens. Perscruta-se ainda das palavras do rei, uma desconfiança na preparação do exército lusitano, de forma que a alusão de D. Sebastião à *gente bisonha* é referência clara ao arcaísmo de processos de muitos combatentes.

Em suma, do ponto de vista do historiador, mais ou menos veladamente, ser-lhe-ia menos comprometedor facultar, numa arenga, os motivos que rodearam uma vitória ou uma derrota, cabendo ao leitor fazer o seu próprio juízo tanto do carácter como da actuação do chefe militar, do que fazer essa abordagem na narração fria dos acontecimentos, já para não insistir que se trata de uma estratégia narrativa muito mais apelativa.

3. *Caracterizar personagens.*

Tal como consta da *Ars Poetica* (156-178) de Horácio, várias foram as obras técnicas e literárias que, ao longo da história, exprimiram a necessidade de se combinar o discurso com o carácter das personagens. De forma que, nas arengas da historiografia greco-latina, podemos ver caracterizados os grandes protagonistas das batalhas dos dois impérios clássicos, como César ou Aníbal. Salústio utilizou, modelarmente, as arengas para caracterizar as personagens-chave, como os ambiciosos Catilina ou Jugarta. Por outro lado, se as aloquções que César profere nos *Commentarii* deixam transparecer um carácter exemplar, eficaz a motivar tropas amedrontadas e calculista a aplacar soldados amotinados, já na obra de Lucano, *Farsália*, os discursos de César descobrem um homem violento e tirânico. Analogamente, em Tito Lívio ou mesmo em Sílio Itálico, os discursos militares denunciam um general dominado pelos seus interesses, ao passo que os generais romanos, como os Cipiões, exalam as nobres virtudes morais e patrióticas.²⁸

Também por meio de arengas da historiografia portuguesa é possível proceder à caracterização dos grandes protagonistas lusos de quinhentos. Nas arengas de Duarte

²⁸ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 257).

Pacheco Pereira presentes na obra de Castanheda, a determinação e a coragem são uma constante, ao passo que nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, Afonso de Albuquerque deixa como notas dominantes nos seus discursos, a noção de estado e a probidade. Já as múltiplas arengas proferidas pelo rei fundador, presentes na vasta historiografia que se ocupou desta temática, assinalam um homem firme e astuto.

Os historiadores tinham plena noção de que as palavras proclamadas pelas suas personagens eram uma forma indirecta de construção de caracteres, cabendo ao leitor a tarefa de formular o retrato de cada protagonista. No caso das arengas, para além dos traços gerais de carácter, sobressaem também as capacidades de avaliação estratégica e de liderança, inerentes à arte militar.

4. Aumentar ou diminuir a tensão dramática nos momentos que antecedem uma batalha.

Na historiografia latina, tanto Salústio como Amiano Marcelino foram mestres na utilização das respectivas arengas para imprimirem nos seus relatos uma série de clímax e anticlímax que actuam em unísono com a tensão do relato.²⁹ Assim, nas *Res Gestae* de Amiano Marcelino, são momentos dramáticos os discursos proferidos por Juliano (21.5.1-9) diante dos seus homens ou de Constantino à sua hoste (21.13.9-16), explicando-lhe a sua actuação e exortando-a a lutar valorosamente contra os exércitos do imperador inimigo. Ora, o discurso de Juliano, no início da campanha persa (23.5.15-25), extenso e elaborado, ajuda a reduzir a tensão dramática e prepara o leitor para os momentos mais importantes, a morte de Juliano, às ordens do qual Marcelino havia combatido.

Na historiografia portuguesa há também autores que inserem estrategicamente as arengas na narrativa dos feitos com intenções quer de aumentar a tensão dramática junto do leitor quer de a reter ou atrasar. Ilustram a primeira possibilidade, dois importantes episódios da história da expansão do Estado Português da Índia, a batalha naval de Diu comandada por Francisco de Almeida e a conquista de Adém por Afonso de Albuquerque. Gaspar Correia e Castanheda narram respectivamente cada um destes sucessos navais, partilhando a mesma estratégia narrativa. De facto, cada um destes acontecimentos é precedido de várias arengas pronunciadas em espaços e tempos distintos. Ora à medida que se vai afunilando o tempo e a aproximação ao local das batalhas, a extensão das arengas vai progressivamente diminuindo: se as primeiras

²⁹ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 305).

arengas apresentam uma componente instrutiva muito mais ampla comparativamente com a componente exortativa, a verdade é que a última arenga, pronunciada instantes antes do início da batalha, fica reduzida apenas a uma breve componente exortativa. Nestes dois exemplos, verifica-se que as arengas vão sofrendo uma diminuição da componente explicativa na razão inversa da aproximação do clímax, concorrendo, deste modo, para o aumento da tensão dramática.

Ao invés, António de Vaena, autor de uma *Crónica de El Rei D. Sebastião*, faz preceder a Batalha de Alcácer Quibir de extensas arengas, algumas emparelhadas, pronunciadas pelos dois reis mouros também envolvidos no conflito, antes da única arenga proferida por D. Sebastião, momentos prévios ao início da batalha. Fica claro que a intenção do autor foi a de prolongar a tensão dramática inerente àquela decisiva batalha, para concentrar todo o efeito dramático num só momento: a narração da batalha.

5. *Fazer um exercício retórico-estilístico.*

Casos há na historiografia da Antiguidade ao Renascimento, em que os autores subvertem a verdade histórica de um acontecimento não só para explorar o efeito dramático conferido por um discurso como também para exibir as suas habilidades retóricas e estilísticas. Um exemplo flagrante de como a retórica se pode sobrepor à verdade histórica está bem patente num estudo, levado a cabo por Iglesias Zoido (2010), focado na análise de três aspectos discursivos (tipologia, estilo de fala e argumentação), evidenciando a forma como as palavras de Alexandre antes das batalhas de Issus e Gaugamela foram apresentadas pelos historiadores, em obras de géneros históricos diferentes: Quinto Cúrcio e Arriano (monografias), Diodoro e Trogo (histórias universais) e Plutarco (biografia). O estudo mostra que, dependendo dos objectivos retóricos de cada um dos historiadores, se assistem a variações ao nível da tipologia, estilos discursivos e também na argumentação:

What possible reasons could be behind this behavior of the ancient historians towards Alexander's pre-battles speeches? [...] From our point of view, however, these speeches provide a practical illustration of what Bosworth already postulated about the case of Alexander: the possibility of rhetorical expansion from an argumentative nucleus within a well-known context. There is also evidence to support Brock's theory cited above: that if a previously published version of an event existed, ancient historians did not usually supply their readers with the same exact version of the words of the historical personages. Rather, depending on their objectives, their methodology, or their background, they chose to develop types of speeches, styles (*oratio recta* or

obliqua), or rhetorical arguments employed by earlier authors. This behavior, in reality, constitutes a very interesting form of *aemulatio*. Without discarding the possibility of remaining faithful to the different historical sources on Alexander, **our study demonstrates that the influence of rhetoric provides a coherent explanation for the different ways in which an episode, even one so well known as Issus or Gaugamela, could be presented and even recreated.** Above all, it demonstrates that pre-battle speeches, despite their apparent simplicity, **provide considerable creative scope.** This is a facet of pre-battle speeches that some scholars have neglected, more concerned with the issue of authenticity. The different ways of rallying troops (choosing a type of speech, a style, or a line of argumentation) **illustrate the existence of perfectly established and formalized rhetorical models of battle exhortations that were available to ancient historians.**³⁰

Neste sentido, algumas arengas do *corpus* português denunciam claramente que provêm da amplificação e da reelaboração retórica efectuadas pelo historiógrafo sobre as breves exortações pronunciadas pelo comandante nos momentos que rodearam um recontro bélico. De facto, no caso específico do *corpus* português, podemos encontrar discursos, cujos tipos de linguagem utilizados são desde logo um prenúncio dessa realidade. O recurso a frases longas com o predomínio da hipotaxe, as alusões a factos da história antiga e da história da Igreja, a inserção de expressões latinas como o faz Fernando de Castro na *Crónica do Vice-rei D. João de Castro*, quer ainda a extensão longa de alguns discursos, entre outros aspectos, são exemplo de que as arengas são um produto retórico. Na verdade, se pensarmos quer no momento de tensão que envolveria uma batalha, quer ainda no público-alvo das arengas, cuja maioria seria analfabeta, reconheceríamos a impossibilidade factual de alguns discursos. Com efeito, um manual militar do século XVII aconselhava a que se usasse com os soldados uma linguagem muito distante do nível quase literário que aparentam algumas arengas, justamente para que a soldadesca não só compreendesse as mensagens, mas que as executasse, com prontidão, de modo que a linguagem deveria ser composta por um léxico básico e sobretudo repetitivo. Acrescenta mesmo que esta linguagem funcionaria, em contexto de guerra, como os toques de tambores ou de qualquer outro instrumento, cuja finalidade era de reacção rápida. Quão longe estão algumas arengas destes conselhos.

Se na Antiguidade, Arriano ou Quinto Cúrcio fizeram das arengas um pretexto para demonstrar a sua habilidade retórica, as arengas de autores portugueses como Diogo de Teive, João de Barros, António de Vaena ou Jerónimo Corte Real revelam

³⁰ IGLESIAS ZOIDO (2010: 240).

amplos conhecimentos da arte de composição de um discurso como também dos tópicos argumentativos consagrados pela tradição retórico-histórica.

6. *Expor a ideologia de uma personagem, da nação ou do próprio historiador.*

A partir da análise das arengas da historiografia latina é possível chegar, em alguns casos, à própria ideologia defendida pelos autores. Se as arengas de Lucano denunciam a sua acusação contra o servilismo que havia imperado na sua época, já o pessimismo da obra de Tácito contamina também as suas arengas, uma vez que muitos dos seus discursos não têm como finalidade que os homens lutem com valor, mas que simplesmente lutem.³¹ Algo análogo se pode descobrir nas arengas do *corpus* português. Sem querermos aprofundar esta temática, é lícito, contudo, afirmar, em termos gerais, que a fundamentação e a legitimação ideológica do império passou também pelo conteúdo argumentativo das arengas. Nas arengas encontramos muitas das linhas que enformavam o discurso oficial de então, como a constante afirmação da justiça inerente à conquista e usufruto das possessões ultramarinas ou a missão providencialista de Portugal. É possível também verificar que os autores da primeira metade do século são mais ufanos na insistência destes valores, do que os do fim do século, num tempo em que a perda dos valores morais antigos e a corrupção ameaçavam vertiginosamente a ruína do império. Diogo do Couto, espectador atento desta degradação finesseccular, denuncia a cada passo este estado de coisas. Por isso, nas suas arengas, um dos tópicos mais repetidos é a rememoração dos comportamento modelar dos antigos portugueses, da sua bravura e sobretudo da sua honra, valores que pareciam tão distantes dos seus actuais leitores. De modo que pela análise atenta do conteúdo argumentativo das arengas é possível identificar o posicionamento ideológico de uma personagem, de um estado ou de um historiador.

É pois como base nesta actuação metodológica tripartida, exercida cientificamente sobre o *corpus* discursivo, que pretendemos mostrar algumas características e traços essenciais da orgânica e da adaptação da arenga militar ao contexto literário português do Renascimento.

³¹ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 307).

4. A ARENGA MILITAR – ESTADO DA QUESTÃO

Já nesta introdução tivemos a oportunidade de referir que leitores e estudiosos ainda hoje parecem não estar despertos para a importância real que a arenga militar assume no contexto das obras históricas que foram produzidas desde a Antiguidade até ao Renascimento. Aos duvidosos, temos de começar por afirmar que, ao contrário do que supõem, pese embora as situações de pronúncia de uma arenga serem semelhantes – iminência de uma batalha – a verdade é que a arenga militar historiográfica está longe de ser entendida como um discurso simples e repetitivo. Depois apresentar-lhes que, apesar de tudo, existem hoje grupos de investigadores que se dedicam a aprofundar esta questão, sobre a qual, apresentamos o estado actual da mesma.

Foi sobretudo a partir do século XX e com maior profusão nas últimas três décadas que os investigadores passaram a interessar-se em analisar as relações entre retórica e historiografia, centrando-se num vasto período que vai da Antiguidade até ao Renascimento. Vários são os mecanismos retóricos, entre eles a inserção de discursos pronunciados por protagonistas históricos, que comprovam que retórica e historiografia têm mantido, naquele leque cronológico, estreitas conexões, pelo menos é isso que revelam os estudos focalizados em autores concretos como Tucídides ou Salústio, mas também sobre autores bizantinos, medievais e renascentistas.³² Embora se verifique um interesse pelos discursos inseridos na historiografia, a verdade é que em comparação com outros tipos de discursos, a arenga militar tem captado uma menor atenção por parte dos investigadores modernos.³³ Efectivamente, baseados na sua aparência simples e repetitiva e pronunciada sempre em condições similares ao longo da história – um chefe militar exortando os seus soldados para a luta – os investigadores têm preferido ocupar-se de outros discursos mais solenes, como o discurso de assembleia, o discurso de embaixada ou mesmo o sermão.

Na verdade, há pois necessidade de desmitificar tal ideia cristalizada, demonstrando que a arenga militar, favorecida pelo facto de o tema central da

³² Sobre retórica e historiografia, cf. WISEMAN (1979) e WOODMAN (1988). Sobre os discursos na historiografia greco-latina, cf. FORNARA (1983), WALBANK (1965) e HARTO TRUJILLO (2008). Acerca do período bizantino cf. HUNGER (1978); para o período medieval cf. BLISE (1989) e (1991) e CHAPARRO GÓMEZ (2008); sobre o papel da retórica na historiografia renascentista cf. MERINO JEREZ (2008) e PINEDA (2008).

³³ O primeiro estudo sobre o tema das arengas tem o título de *Die paraklêtikóí logoi in der Griechischen und Römischen Literatur* publicado em 1908 por J. Albertus. Nesta obra, Albertus pretende realizar uma análise retórica das arengas presentes na historiografia greco-latina. Ainda que possa ser considerado um trabalho meritório, apresenta algumas lacunas, nomeadamente ao ter apenas identificado noventa e oito discursos e todos eles em discurso directo.

historiografia antiga e portuguesa renascentista ser a guerra, alcançando, por isso, um espaço privilegiado na literatura. E ao contrário do que uma análise superficial possa fazer pensar, o frequente emprego da arenga na historiografia ocidental tem uma já longa tradição, cumprindo funções narrativas e literárias bem concretas, apresentando não uma rigidez estrutural, mas sim flexibilidade e variações de acordo não só com os distintos contextos narrativos em que figuram, mas também com os diversos tipos de obras historiográficas em que se inserem (histórias, crónicas, monografias, etc.), de tal maneira que podemos afirmar com segurança que, de uma aparência simples, a arenga militar é afinal, como procurará demonstrar esta investigação, um discurso que apresenta alguma complexidade, chegando ao ponto de se inserir em outros géneros literários, como a épica e a poesia laudatória, por exemplo.

Ora, o problema que se coloca, ao analisar a arenga sob este ponto de vista, é o de que a obra histórica tem de ser entendida *no solo como un medio de preservar el pasado también como una composición literaria elevada y erudita, en la que juegan un papel destacado la retórica y los diferentes procedimientos de imitación e intertextualidad*.³⁴

Tal entendimento da obra histórica transporta-nos imediatamente para essa acesa polémica dirimida entre estudiosos sobre a conformidade ou não do discurso militar historiográfico com aquilo que realmente teria sido pronunciado pelo líder militar, controversia essa, aliás, que desencadeou o interesse pelo estudo das relações que se estabelecem entre retórica e historiografia. Sobre esta questão da verosimilitude da arenga, Iglesias Zoido³⁵ dá-nos conta da sua evolução durante o século XX, dos seus principais intervenientes e respectivas posições, até ao estado actual da mesma e de que aqui apresentamos um epítome.

Assim, autores como Gomme ou Momigliano,³⁶ baseados no tal capítulo metodológico de Tucídides (1.22) propuseram que os historiadores antigos tentavam reconstruir fielmente, tanto quanto possível, tanto os feitos como os discursos que constituem as suas obras históricas. Trata-se de uma postura tradicional que advoga a historicidade tanto do dito como do feito pelos protagonistas históricos. Ora, a partir da segunda metade do século XX, emerge uma outra visão da historiografia que já não entende que a criatividade dos historiadores antigos estivesse submetida aos rigores da procura da verdade de acções e feitos, mas sim que a mesma historiografia antiga deve

³⁴ IGLESIAS ZOIDO (2008: 20).

³⁵ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008:20-25).

³⁶ Cf. GOMME (1937); GOMME *et al.* (1945); MOMIGLIANO (1981 e 1990).

ser apreendida como um género literário concreto, com tudo o que isso implica. Foi White o primeiro a alertar para os elementos poéticos e retóricos presentes na redacção da história, enquanto Wiseman e Woodman³⁷ demonstraram que o elemento catalisador da historiografia antiga era a forma literária adoptada e o influxo categórico da retórica, de tal maneira que tanto acções como discursos devem ser interpretados mais como produtos literários do que como simples representações históricas. Deste modo fica a via aberta para uma melhor compreensão das funções desempenhadas pelos discursos no universo da obra historiográfica assim como do papel desempenhado pela retórica em cada uma das épocas em que foram escritas as respectivas obras históricas.

Nas duas últimas décadas reacendeu-se o debate em torno do conflito entre arenga real e arenga literária. Assim, Hansen³⁸ alertou para o facto de que as circunstâncias materiais de pronúncia da arenga real no campo de batalha implicariam que o discurso fosse breve, preenchido por frases exortativas, ou, quando muito, dirigidas aos comandos intermédios ou a contingentes reduzidos de soldados, sendo posteriormente proclamadas em sucessivos brados, à medida que o general ia passando revista às sucessivas linhas do exército. Sobre esta arenga original, o historiador, fruto do seu labor retórico, moldaria um discurso estruturado em todos os seus elementos constitutivos como se de facto tivesse sido proclamado pelo general diante do exército, ficando assim claramente estabelecida a fronteira entre a arenga real e a arenga literária. Tal tese colidiu frontalmente com a posição de vários autores, como Ehrhardt, Clark e Pritchett,³⁹ que apoiando-se em vários exemplos históricos, argumentam a favor da historicidade e da realidade destes discursos.

Esta polémica demonstra um crescente interesse da investigação pela arenga militar na historiografia antiga, pelos seus processos de composição, também pela definição do género oratório em que se deva incluir e claro pela sua evolução ao longo do tempo. Os resultados destas recentes investigações vêm concluir que, quanto ao contexto de criação e ao critério de verosimilitude, actualmente, a arenga historiográfica é entendida como *un tipo de discurso que ha de ser estudiado como un producto construído a partir de un conjunto de lugares comunes bien asentado, con una naturaleza y características definidas por una tradición literaria y retórica.*⁴⁰ Isto significa que no processo de composição de uma arenga historiográfica, o historiador

³⁷ Cf. WHITE (1973 e 1987); WISEMAN (1979 e 1993); WOODMAN (1988).

³⁸ Cf. HANSEN (1993 e 1998).

³⁹ Cf. EHRHARDT (1995); CLARK (1995) e PRITCHETT (1994 e 2002).

⁴⁰ IGLESIAS ZOIDO (2008: 25).

tem de observar dois requisitos fundacionais: por um lado, deverá ser o mais possível fiel ao que foi feito e, neste caso, dito, no decurso da batalha, apoiando-se nas fontes de informação que tem disponíveis, pois a primeira tarefa do historiador é a procura da verdade; por outro lado, deverá levar em linha de conta a tradição retórica e literária bem conhecida dos leitores da sua obra.⁴¹ Concretizando no historiador português de quinhentos, o modo como insere um discurso na sua obra e a perspectiva nele plasmada podem ser determinados por: primeiro, pelo grau de fidelidade ou conhecimento do evento bélico e o que na circunstância foi dito pelo chefe militar, não esqueçamos de que alguns historiadores participaram nessas batalhas como militares; em segundo, pela tradição historiográfica de composição de discursos, assim como da norma retórica vigente no Renascimento, a qual era do conhecimento dos receptores/leitores da sua obra e que não podia defraudar.

Este é, precisamente, o pilar em que assenta esta investigação e que servirá de referência até ao final da mesma: as arengas militares em análise devem ser entendidas não só como uma tentativa de fidelização histórica às reais e breves proferidas pelos capitães no campo de batalha, como também como uma processo de reelaboração retórica posterior levada a efeito pelos historiadores, uma vez que tinham de atender à tradição retórica vigente, e sobre a qual, havia um acordo, senão declarado, pelo menos tácito com os leitores das suas obras. O segredo da aceitação destes discursos residia, assim, num possível equilíbrio entre verdade histórica e elaboração retórica.

5. A ARENGA MILITAR NA HISTORIOGRAFIA, NA ÉPICA E NOS TRATADOS MILITARES PORTUGUESES DO RENASCIMENTO

Um dos homens mais eruditos em cultura humanista e na arte militar do século XVII, D. Francisco Manuel de Melo, a propósito da necessidade que os portugueses vinham revelando desde o século anterior de contarem a sua história ao mundo, escreveu: *o mais honesto fim da historia não he sómente deleitar com a relação dos seus sucessos, mas fazer delles lição para os vindouros, donde se funda sua mayor utilidade.*⁴² Para este sábio homem, mais do que *delectare*, a finalidade da história é sobretudo de *docere*, ou seja, de ensinar e de persuadir. Escrevendo em meados do século XVII, numa época em que Portugal já era mais uma nostálgica potência do passado, do que uma realidade

⁴¹ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 32).

⁴² D. Francisco Manuel de Melo, *Epanaphoras de varia historia portuguesa...*, 198.

presente, a história, a obra histórica parecia vir substituindo o cada vez mais enfraquecido valor militar. Se, por meados do século XVI, a historiografia acompanhava o clima de epopeia que então se vivia, tendo, por isso, ficado marcada por um aumento de obras escritas e até impressas, já no fim deste século e nos princípios de seiscentos, o declínio imperial português era reequilibrado por uma produção historiográfica centrada tematicamente no vigoroso início da nacionalidade, nos feitos alcançados no Brasil, ou em novas edições sobre os grandes feitos do Oriente. Assim, Fernando de Oliveira, nos inícios da década de oitenta do século XVI, escreveu uma *História de Portugal* focada nos sucessos providencialistas de D. Afonso Henriques, enquanto Manuel de Sousa Sá apresentou uma *Breve relación de la jornada de la conquista de Marañon* (1625), entre muitas outras que foram escritas por outros autores.

Assiste-se, desde meados do século XVI, a um progressivo desenvolvimento e aumento da produção de obras históricas sobre a gesta portuguesa, que terá continuidade no século XVII, de tal maneira que, do universo de obras escritas ao longo deste período, calculável entre 1300 e 1400, *a maioria de cariz militar-marítimo*,⁴³ embora muitas delas não tenham chegado aos nossos dias. Diga-se, contudo, que desde a segunda metade do século XV, que os feitos nacionais de expansão e conquista tinham despertado um redobrado interesse historiográfico, do mesmo modo que a arte de escrever história havia também sido objecto de uma renovação. Percebe-se que por detrás deste novo impulso, reside essa agitação espiritual – o Renascimento italianizante – destinada a aproximar novamente o Ocidente da Europa da Antiguidade. Valorizaram-se os feitos de armas e os homens de Letras, não em oposição, mas em comunhão de sinergias, pois estes perpetuam as grandezas daqueles.

Um dos primeiros historiadores dessa nova vaga foi Zurara, que, numa carta endereçada ao rei D. Afonso V, de 1467, declara:

Não é sem razão que os homens que têm vosso cargo sejam de prazer e honrar, que, depois, daqueles príncipes ou capitães que fazem os feitos dignos de memória, aqueles que depois de seus dias os escreveram muito maior louvor merecem. Bem-aventurado dizia Alexandre que era Aquiles que tivera a Homero por seu escritor. Que fora dos feitos de Roma, se Tito Lívio os não escrevesse e Quinto Cúrcio os feitos de Alexandre, Homero os de Tróia, Lucano os de César, e assim outros autores? Muitas coisas estes fizeram, as quais são tão dignas de memória, quanto são doces de ouvir e ler pelo bom estilo em que foram escritas

⁴³ SANTOS (2003:157).

[...]. Muitos são os que se dão ao exercício das armas e mui poucos ao estudo da arte oratória; assim que, pois vós sois nesta arte assaz ensinado [...].⁴⁴

Este trecho assume especial relevância porque define um programa que perdurará por todo o período clássico: a partir de agora, a *arte oratória*, para citar Zurara, cunhará a historiografia, de tal maneira que a obra histórica deixará de ser uma sucessão cumulativa de actos de guerra, para passar a ser entendida como uma produção literária em que mecanismos retóricos e de intertextualidade intervêm compositamente. A partir de agora, os historiadores e também os leitores procurarão o *bom estilo em que foram escritas*, pois assim são *mais doces de ouvir e ler*, diz o cronista de Ceuta. Assim, não só a obra histórica pretenderá ensinar, mas também impressionar e deleitar esse público sedento de novidades da guerra e de uma nova roupagem linguística. Falamos de Zurara, porque ele foi o precursor, em Portugal, da utilização da retórica em favor da historiografia. A sua narrativa histórica está carregada de recursos retóricos, nomeadamente discursos de géneros diferentes e entre eles, arengas militares. Foi o primeiro historiador que as utilizou prolixamente e em versão alargada, numa tentativa de emular os heróis do norte de África e de interessar o leitor.

Os dados estavam lançados e a partir de Zurara, os cronistas seguintes passaram a ser escolhidos criteriosamente, já não apenas homens diligentes, mas sobretudo humanistas e latinistas. Assim chegaram a Portugal Justo Baldino, Mateus de Pisano ou Cataldo Sículo, não só para escreverem os feitos de armas lusos, mas para os escrevessem na língua de César, o latim, de modo que a Europa culta pudesse deleitar-se com a gesta portuguesa e confirmasse Portugal como o único zelador da *Respublica Christiana* contra o inimigo de sempre, o Turco.

O programa estava definido, de maneira que a obra histórica tocada pela retórica, ao dramatizar a sua narrativa, intentava impressionar os seus leitores, não deixando, contudo, de se tornar também pragmática, sobretudo aquela historiografia alinhada com os interesses oficiais, procurando impor pela força dos acontecimentos narrados, a legalidade e a legitimidade do *imperium* ultramarino português. Ora, a arenga militar historiográfica, como tentaremos demonstrar ao longo desta investigação, cumpriu amplamente este desígnio, afastando-se claramente da ideia de que se trata de um discurso simples e repetitivo.

⁴⁴ FERREIRA (1993: 35).

Centremo-nos, pois, na arenga militar, enquanto discurso e com assinalada frequência na historiografia portuguesa quinhentista. A finalidade primeira de uma arenga num campo de batalha é a de inspirar nas tropas a confiança necessária para a vitória. Desde a Antiguidade, depois do modelo de arenga criado por Tucídides, que a consecução deste grande objectivo passa pela observância de uma estrutura interna discursiva baseada em duas componentes: uma instrutiva, própria da argumentação e da estratégia e outra, a exortativa, orientada para o universo das emoções. Entre as duas componentes produz-se uma relação de proporcionalidade inversa: um maior enfoque na componente informativa estaria motivada pelas circunstâncias envolventes, em que, para além de exortar é necessário também explicar, como acontece em situações em que o medo tomou conta das tropas. Ao contrário, num cenário de confiança, haverá maior determinação na componente exortativa.

Neste processo compositivo, os *telikà kephálaia* ou *topoi* retóricos vão evoluindo num processo em que *dispositio* e *argumentatio* jogam harmoniosamente, materializando-se nos diferentes lugares comuns. De uma forma breve, apresentamos, de seguida, uma arenga do opúsculo de Diogo de Teive, que ilustra a virtuosidade da arenga historiográfica portuguesa. Trata-se de uma arenga produzida por D. João de Mascarenhas, no início das hostilidades contra os rumes, aquando do segundo cerco que estes impuseram à fortaleza de Diu, no ano de 1546:

Verum antequam dimisit, praefectus paucis pro tempore eos allocutus est. «Se non illis ducem datum, sed Christum immortalem et omnipotentem deum. Tanti ducis fiducia bene de victoria sperandum esse, qui nullo milite, nullis annis, sed solo ipso nutu, non modo exercitum illum, sed omnes mortalium vires posset superare; omnes hac spe fiduciaque pugnare oportere, ut divinitus sibi auxilia non putent defutura; sese vero iam animo praesagire victoriam, quam pro certa habebat. Quod autem sibi nonnulli forte persuadent commodius, et ad salutem tutius, id ego – inquit – non modo foedum, et flagitiosum, sed longe omnium perniciosissimum reor. Quanto enim satius est gnaviter ac strenue dimicando gloriose occumbere, quam se turpiter dedendo tormentis lacerari, crudilissimo, foedissimoque mortis genere obtruncari? Id unum a vobis, commilitones, peto, ut et religionis, cui nomen dedistis, et Lusitanorum gloriae, et vestrae maiorumque vestrorum virtutis vobis in mentem veniat. Cum eo autem hoste rem esse cogitate, cui praeter perpetuum Christiani nominis odium, nec fides sit in promissis, nec in victoria modus, nec erga victos ulla clementia. Belli vero id genus esse, quod violatis foederibus, contra omnis divini atque humani iuris contemptores inviti, ac multis magnisque iniuriis laccessiti suscepimus; in quo vincere gloriosum, mori certa salus est, vinci, non minus perniciosum quam turpe ac dedecorosum. Nolite per deum immortalem quae maiores nostri virtute, animique magnitudine obtinuerunt, ignavia torporeque de manibus amittere; vestramque vitam, vel falsa spe salutis, vel turpi mortis formidine, in praesentem perniciem praecipitare». Haec Mascarenna, tametsi capiti omnium

imminere ultimum discrimen videbat, praesenti animo locutus, primus ipse labores aggreditur; primus pericula obit, militis et imperatoris, uti res tempusque postulabant, officio fungitur.⁴⁵

Mas, antes de lhes dar voz para avançarem, o capitão dirigiu-lhes, por momentos, umas breves palavras. «Que não fora ele que lhes fora dado como chefe, mas sim Cristo, deus imortal e onipotente. Que força era ter esperança na vitória, em resultado da fé em tão alto capitão, que sem soldados, sem armas, antes apenas com um simples aceno, era capaz de levar de vencida não somente aquele exército, como, até, todas as forças dos mortais; que importava que todos se entregassem à peleja com esta esperança e fé, para que não viessem a supor poder-lhes faltar a ajuda da divindade; que antevia já no coração a vitória, a qual tinha por segura. Mas o que alguns lhe sugerem ser porventura mais fácil e mais seguro para alcançar a salvação, isso, acrescentou, «considero-o não apenas indigno e infame, como a mais arriscada das soluções. Quanto mais não vale cair gloriosamente, combatendo com coragem e bravura, do que, entregando-se, de forma vergonhosa, ser dilacerado por torturas e massacrado na mais cruel e indigna espécie de morte? Só isto vos peço, companheiros de combate, que vos acorra ao espírito a religião a quem destes o nome e a glória dos Portugueses e vossa e o valor dos vossos antepassados. É com esse inimigo - pensai bem! - que temos de lidar, o qual, além do ódio eterno que alimenta contra o nome cristão, não conhece lealdade nos juramentos, nem moderação na vitória, nem clemência de qualquer espécie contra os vencidos. Por terem violados pactos de aliança, esse é o tipo de combate que, sem que o quiséssemos e flagelados por muitas e graves ofensas, empreendemos contra gente que despreza todas as leis divinas e humanas; vencer nele há-de ser fonte de glória, morrer, salvação assegurada, ser vencido, não menos motivo de desgraça que de vergonha e desonra. Não queirais deixar escapar de entre as mãos, por cobardia ou indolência, o que os vossos antepassados alcançaram pela sua coragem e grandeza de ânimo, e, seja por falsa esperança de salvação, seja por infame temor da morte; não queirais precipitar a vossa vida na perdição que tendes diante».

Estas palavras, posto que visse que sobre a cabeça de todos pairava extrema ameaça, pronunciou-as Mascarenhas com presença de espírito; ele mesmo é o primeiro a avançar para o combate, o primeiro a enfrentar o perigo; assim desempenha a função de soldado e de comandante, conforme as circunstâncias e a ocasião reclamavam.

Uma análise sumária, do geral para o particular, revela que esta arenga desenvolve duas componentes argumentativas: a instrutiva ou informativa surge primeiramente, sendo também a mais extensa. Nela, Mascarenhas expõe o quadro político-estratégico que os portugueses vão enfrentar, numa tentativa de gerar a confiança nas suas tropas. Já a parte final, a componente exortativa, assim designada porque essa é a sua finalidade, tem uma grande força ilocutória, marcada pelo imperativo negativo *Nolite per deum immortalem quae maiores nostri virtute, animique magnitudine obtinuerunt, ignavia torporeque de manibus amittere* [...].

Do ponto de vista da *dispositio*, o primeiro *topos* a encabeçar o discurso é o da possibilidade (*possibile et facile*), seguido do da dignidade (*honestum et dignum*), terminando com o tópico da justiça (*iustum*). Como seria expectável, a componente exortativa insiste nos argumentos éticos (*honestum et dignum*). Descendo ao pormenor, à *argumentatio*, um outro tópico recorrente da historiografia portuguesa é precisamente o

⁴⁵ Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis*, 17-18.

da possibilidade ou facilidade de vitória, argumento típico de quem possui poucos recursos militares e de quem necessita de os potenciar. Neste caso, um dos lugares-comuns que expressam com maior frequência este tópico é o de que Cristo é o capitão do exército português. Com ele na dianteira, a vitória é uma possibilidade incontornável e compreende-se o constante apelo a este lugar-comum uma vez que o mais tenaz inimigo português foi, desde a Reconquista, o muçulmano, neste caso agora, os rumes.

Segue-se o apelo às virtudes cavaleirescas (*honestum et dignum*), à honra, não sem mencionar as suas contrapartidas negativas como a cobardia e a desonra do antigo nome português, *quanto enim satius est gnaviter ac strenue dimicando gloriose occumbere, quam se turpiter dedendo tormentis lacerari, crudilissimo, foedissimoque mortis genere obtruncari?* De seguida, Mascarenhas vale-se do argumento da justiça (*iustum*) para sancionar junto das tropas aquele acto bélico. Este *topos*, da mesma maneira que é dos mais marcantes da historiografia portuguesa, também já o fora na Antiguidade, nomeadamente entre os romanos, tendo, na altura, sido desenvolvido em torno do legal. É uma acção justa combater os rumes, porque eles quebraram os pactos assinados, violando as leis humanas e divinas, por isso merecem ser punidos, *belli vero id genus esse, quod violatis foederibus, contra omnis divini atque humani iuris contemptores inviti, ac multis magnisque iniuriis lacessiti suscepimus*. Tal como sucedera na Idade Média, este tópico surge aqui também com uma conotação teológica de “guerra santa”, guerra de religiões, *cum eo autem hoste rem esse cogitate, cui praeter perpetuum Christiani nominis odium*.

De acordo com a tradição histórico-retórica prévia, a componente exortativa concentra-se nos motivos éticos, na honra, no tópico do (*honestum et dignum*). Diz o capitão Mascarenhas, que os portugueses não podem deixar escapar aquela oportunidade quer pelo temor da morte quer por esperanças vãs de salvação, envergonhando, assim, aquilo que os antigos alcançaram pela coragem.

Ainda que apresentemos aqui uma breve análise desta arenga de Teive, em todo o caso ela é representativa da arenga historiográfica portuguesa, da sua teia argumentativa, servindo de preâmbulo ao capítulo V desta tese. Por este *exemplum*, podemos compreender que a recepção e adaptação dos modelos prévios de arengas foi feita com mestria pelos historiadores, sendo possível rastrear as marcas compositivas e ideológicas portuguesas. Para encerrar este ponto, há ainda que fazer uma alusão ao *engarce* final. Proferida a arenga, Mascarenhas, para dar o exemplo aos seus combatentes, *uti res tempusque postulabant, officio fungitur*, foi o primeiro a avançar para o combate,

cumprindo assim a dupla função de *militis et imperatoris*. Esta informação é importante para a caracterização do orador e contava já com uma grande tradição na historiografia antiga ligada ao arquétipo do general-soldado, cujas raízes mergulham nos heróis homéricos e que acabou por modelar as figuras de grandes personagens da historiografia greco-latina, como Ciro ou Alexandre Magno. Esta é apenas mais uma nota que revela não só o conhecimento e adaptação dos modelos prévios anteriores, mas também a tentativa, por parte dos historiadores de quinhentos, de equipararem os seus heróis aos da Antiguidade clássica.⁴⁶

Uma última nota, para salientar que as arengas militares não surgem a esmo nas obras históricas. Na verdade, os historiadores fazem convergir, cumulativamente, estes discursos para os grandes acontecimentos militares do século XVI. Assim, é à volta da batalha naval de Diu, em 1509 e dos dois cercos que esta praça sofreu, em 1538 e 1546, bem como da batalha de Alcácer Quibir, de 1578, entre outros exemplos, que podemos aceder a um considerável número de arengas militares. Naturalmente que tal sucede, porque, entre outros objectivos, os historiadores procuravam aumentar a tensão dramática das suas narrativas históricas ao redor de tais eventos bélicos.

Como seria de esperar, não só pelas façanhas alcançadas, mas também pelo renascer dos valores e géneros clássicos, a épica, a partir da segunda metade do século XVI, foi um género muito apreciado e cultivado. Verdadeiramente, houve uma transferência biunívoca de motivos entre a historiografia e a épica, facto que culminou na aproximação entre os dois géneros. Enquanto a historiografia recebeu da épica o estilo elevado, a épica passou a tratar de assuntos históricos fazendo deles o seu tema principal, sendo ambos atraídos pela retórica. Um flagrante exemplo desta mútua influência, aliás como adiante o demonstraremos textualmente, é observável no poema épico de Jerónimo Corte Real, *Sucesso do segundo cerco de Diu*, que trata não só de um tema histórico, como também o seu autor se terá inspirado nos acontecimentos militares narrados em obras históricas prévias, como a *Crónica de D. João de Castro* e, possivelmente, o *Commentarius* de Diogo de Teive. Por sua vez, no final do século, Diogo do Couto decalcou nas suas *Décadas*, algumas arengas que constam no poema de Corte Real.

Esta aproximação entre géneros fica também patente na forma como, a partir do início do século, os humanistas introduziram um novo tema literário – o incitamento à criação da epopeia. Ansiavam por exprimir à maneira clássica, a visão heróica dos

⁴⁶ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 409).

acontecimentos praticados no Oriente, consciente de que tais feitos históricos excediam os dos heróis antigos por serem verdadeiros. Vários foram persuadidos a realizarem essa tarefa, sendo o poeta António Ferreira, um dos mais activos instigadores dos seus amigos. Ao guarda-mor da Torre do Tombo, António de Castilho, na Carta VI, perguntou, *quando será que eu veja a clara história / do nome português por ti entoada, / que vença da alta Roma a grã memória?*, para logo, similarmente, estimular também o poeta Pêro Andrade de Caminha (Carta VIII do Livro I), *o Português Império, que assim toma / senhorio por mar de tanta gente, / tanto bárbaro ensina, vence e domina, // Por que assim ficará tão baixamente / sem Musas, sem espirito que, cantando, / o vá do Tejo seu, ao seu Oriente?* Foi só em 1572, que, finalmente, Luís de Camões deu expressão grandiosa à história nacional, com *Os Lusíadas*. No alvará de Filipe II,⁴⁷ concedido ao tradutor de uma das edições castelhanas, a de 1580, o poema era considerado *livro proveitoso para os professores de história e navegação*, e aproximado da *Eneida*, de Virgílio e das epopeias de Homero, ficando pois divulgadas as fontes da epopeia portuguesa.

Após a publicação da epopeia camoniana, aumenta, em Portugal, o interesse pelos poemas heróicos de temática histórica, cuja narração, quase sempre em oitava rima, se centra num acontecimento de interesse nacional, como foi o caso do primeiro émulo camoniano, Jerónimo Corte Real, com o *Sucesso do segundo cerco de Diu*, em 1574. Vários outros poemas se seguiram até ao final do século e no seguinte, o que mostra o apreço por este género literário. Adaptada do ponto de vista versificatório, com uma linguagem erudita mas pouco verosímil, a arenga na épica é claramente um produto literário, retoricamente bem elaborado, que visava impressionar os leitores e engrandecer os seus heróis. Tudo isso é aceitável, porque o género literário para isso está licenciado. Veja-se o exemplo da arenga de D. João I, em *Os Lusíadas*:

Sentio Ioane a afronta que passava
Nuno, que como sabio capitão,
Tudo corria, e via, e a todos dava
Com presença e palavras coração:
Qual parida Lioa fera e brava
Que os filhos que no ninho sós estão
Sentio, que em quanto pasto lhe buscava,
O pastor de Massilia lhos furtara.

Corre raivosa, e freme, e com bramidos
Os montes sete Irmãos atroa e abala,
Tal Ioane com outros escolhidos,

⁴⁷ Cf. FERREIRA (1993: 62).

Dos seus, correndo acode aa primeira ala:
«O fortes companheiros, o subidos
Cavaleyros, a quem nenhum se ygoala,
Defendey vossas terras que a esperança
Da liberdade, está na vossa lança.

Vedes me aqui, Rey vosso, e companheiro
Que entre as lanças e setas, e os arneses
Dos inimigos corro, e vou primeiro
Pelejay verdadeiros Portugueses».
Isto disse o magnanimo guerreyro
E sopesando a lança quatro vezes,
Com força tira e deste unico tiro
Muytos lançarão o ultimo suspiro.⁴⁸

Como se observa, os símiles iniciais e as aliteraões sugerem a literariedade deste evento, do mesmo modo que a breve arenga do rei, pronunciada no fragor da batalha, é de conteúdo ficcional, visando engrandecer o monarca, que ali surge à maneira clássica, como um general-soldado, aquele que comanda mas que, no meio dos seus homens, também combate.

À parte a saliente questão literária, a épica portuguesa adaptou, sem esforço, tanto a estrutura interna dos modelos de arenga prévios como a sua *argumentatio*, conforme adiante teremos oportunidade de aprofundar.

Desde a Antiguidade que se pode atestar a presença da arenga militar em quase todos os historiadores, contudo, o seu tratamento está ausente praticamente ausente dos manuais de retórica clássicos,⁴⁹ contando-se-lhe raras referências indirectas, a partir das quais se pode supor a existência de uma consciência da arenga militar como um género menor do discurso deliberativo. De maneira geral se pode afirmar que a presença na arenga da persuasão e, ou da dissuasão, enquadra-a, de acordo com as regras da *Retórica* de Aristóteles, no género deliberativo, uma vez que o seu objectivo primordial é o conveniente, o seu tempo de referência é o futuro e de acordo com essa prospectiva, as suas emoções principais são a esperança da glória e o temor da vergonha.⁵⁰

É importante, no entanto, lembrarmo-nos de que estamos a falar da retórica no campo de batalha, de forma que todos aqueles que escreveram tratados ou manuais militares, tanto da Antiguidade clássica como na Europa medieval, sentiram a importância da arenga militar no seio castrense. Apesar de tudo, as suas formulações são genéricas e nada sistematizadas, refugiando-se, quase sempre, na obrigação do chefe

⁴⁸ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 36-39.

⁴⁹ Cf. NAVARRO ANTOLÍN (2000: 87-88).

⁵⁰ Cf. CHAPARRO GÓMEZ (2008: 409).

militar exortar os seus soldados para a luta antes de esta se iniciar. O mais conhecido tratado militar e o que exerceu maior influência na Europa medieval foi o *De re militari* de Vegécio, que a seu tempo daremos amplo destaque.

A literatura de cariz militar, a partir do século XVI, momento em que se começa a assistir à profissionalização dos exércitos europeus, despertou o interesse de autores e de leitores. Em Portugal, tal facto é bem visível, se atendermos ao número de publicações que foram saindo a lume, como a *Ars Nautica* (1570) do Padre Fernando de Oliveira, *Instruções militares* (1573) de Isidoro de Almeida, *Avisos para soldados e gente de guerra* (1590) do Padre Francisco António, entre outros. É, porém, de outros dois tratados que pretendemos falar.

Em 1555, sai dos prelos em Coimbra, uma obra pioneira em assuntos de natureza naval, focalizada no campo da estratégia: trata-se da *Arte da Guerra do Mar* do Pe. Fernando Oliveira. No prólogo, Fernando Oliveira apresenta a razão que o levou a escrever este tratado dedicado aos portugueses, pois é do mar que têm retirado o lucro, o poder e a glória, mas adverte que correm o risco de perder tudo *se o não conservarem cõ esta guerra, cõ que seus contrayros lho podem tirar*. Oliveira tem consciência do pioneirismo da sua Arte, declarando não ter conhecimento de escritor ou documento acerca da guerra do mar, *soamente Vegecio cousa pouca*.

Para o estudo concreto da arenga, interessa focalizarmo-nos na II parte do tratado de Oliveira, que *trata das frotas armadas, e das batalhas maritimas, e seus ardijs*, especificamente o capítulo X, *das batalhas do mar e alguns ardis necessarios nellas*. Abre o capítulo de uma forma sublime, afirmando que a batalha do mar é a mais terrível de todas, porque nela se juntam num único momento as duas coisas que mais aterram a humanidade: a guerra e o mar.

Antes, porém, de iniciar a batalha, o capitão *escoldrinhe* bem a vontade que a sua gente tem de pelejar e se sentir desconfiança e frieza em alguns, deve afastá-los dos restantes para não transmitirem a cobardia aos demais. Ou em alternativa faça-lhes uma *fala*. Eis pois, para Oliveira, o contexto ideal em que deve ser introduzida uma arenga: sempre que os militares estiverem receosos e pouco motivados para a batalha, o capitão deve pronunciar-lhes uma arenga, em que, adianta, os *amoeste do que lhe cumpre fazer*. Para exortar os soldados, o capitão tem ao seu dispor uma série de tópicos argumentativos já consagrados por uma longa tradição histórico-retórico e que podem enformar o conteúdo da fala, da arenga. Deste modo, Fernando Oliveira, num fôlego, apresenta todos os tópicos argumentativos conhecidos – *iustum, necessarium, possibile*,

utile, honestum, e dignum – verificando-se, nessa lista, que os tópicos do *necessarium e iustum possibile*, precedem aqueles que estão conotados com benefícios materiais. Ora, pela sua singularidade em toda a tratadística militar, passamos a transcrever:

lhe faça hũa fala em que os amoeste do que lhe cumpre fazer por sua saluaçam e da terra, por serviço de Deus e delrey, por sua honra e por seu proueyto, mostrelhe as oportunidades que se offerecem pera pelejar, e a facilidade para vencer, contelhes a justiça que tem por sua parte, e a sem rezam dos imigos, e digalhes quanto deuem confiar no fauor divino que he a principal ancora em que deuem escorar. Tragalhes aa memoria a fama da sua naçam, e a gloria que seus passados ganharam, as victorias que ouveram em especial contra essa gente com que ham de pelejar, notando a fraqueza delle e a couardia, e a desordem, pôdolhe diante quã vorgonhosa afronta seraa sua, faltar da virtude e valentia de seus auoos deminuindo sua honra e gloria. Se os dias precedentes fez ou mandou fazer algum salto prospero tem mays ocasiam dabater nos contrayros e aleuantar os ânímos dos seus. Mas se atee entam lhe nam socedeo bem a guerra, digalhe que nam estaa sempre o demo a hũa porta e os casos da fortuna sam mudaveys, porque este he o bem que tem o mal, e o mal que tem o bem. Do mal esperamos emenda, e do bem arreceamos perda. Caimos na aduersidade passada por erros ou negligencias que nam tínhamos visto, mas despoys que jaa nisso he prouido emendar se ha a perda. Aponte aqui o porque verisimilmête ou segundo opiniam se perdeo o passado, e declare como jaa estaa melhor prouido. Se porque eram poucos os que foram desbaratados, ou nam foram a tempo ou foram descuydados. Ou pera os engodar com hũa yguaria de que muyto gosta a gente darmas, segundo nas comedias se representa, digalhes que os desbaratados nam eram tam valentes commelles, e que delles por serem bos caualeyros e esforçados se espera emenda e recuperaçam daquella perda, e que por tanto os manda ou leua a isso, pollo muyto que delles confia, e que da tal emenda ganharam mays assinada gloria.⁵¹

Como se observa, trata-se do mais completo repositório de tópicos retóricos de que temos notícia. E tal como sucedera nos anteriores tratados, para consolidar a palavra, deverá o capitão da armada juntar actos persuasivos, alguns também já consagrados, como conduzir os seus até à vista dos navios dos inimigos, para assim afastarem o receio e assim outras manhas. Com este capítulo, fica provado que Fernando Oliveira era um homem experimentado na marinharia. De facto os poucos dados biográficos confirmam isso, como revelam uma sólida formação histórica e retórica. Fica também claro, a partir deste exemplo, que no século XVI, a retórica já tinha transcorrido para a teoria militar, pois, Oliveira lista pormenorizadamente todos os tópicos retóricos literariamente consagrados, donde se conclui que a retórica era entendida como uma mais-valia para a consecução dos objectivos militares.

⁵¹ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. X (II Parte).

Um tratado militar a considerar, de um modo breve, intitula-se *Doctrina Militar en la qual se trata de los principios y causas porque fue hallada en el mundo la Milícia, y como com razõ y justa causa fue hallada de los hombres, y fue aprobada de Dios*. Este manual é obra de um italiano, Bartolomeu Scarion de Pavia, escrito em castelhano e publicado em Lisboa no ano de 1598. Diz, na dedicatória ao Conde de Portalegre, que o objectivo que o levou a escrevê-lo, foi o de transmitir à milícia os seus conhecimentos de militar experiente, misturados com a sabedoria adquirida a partir da leitura de autores antigos e modernos, *como es Vegecio, Onasandro Platónico, el Vallo*,⁵² e outros muitos. Um pouco adiante, pormenoriza o alvo da *Doctrina*, que é instruir todos os cargos militares desde o capitão general até ao soldado mais raso. Deste ambicioso projecto, cumpre aqui falar apenas do capitão general, exactamente pelas atribuições várias que lhe estão adstritas. Assim, no capítulo que leva o título *de las partes y calidades que deve tener el Capitan general*, Scarion decalca muitas das qualidades que constam de outros tratados anteriores, salientando-se que deve ter dotes oratórios *debe saber bien hablar, porque desto se seguiran muchas utilidades a las cosas del gouierno de la guerra*. E acrescenta:

Com su buena platica animando los soldados facilmente persuadirà a cada uno dellos a que menosprecien todo peligro, y tengan atencion a la gloria y honrra de la empresa, y si fuere menester confortar los ânimos affligidos por qualquier aduersidad auenida las opalabras del Capitan seran como medicina, de donde para el prouecho del exercito, y para aliuir la pena de los accidentes y aduersos casos, la buena habla y razonamiento del Capitan se deue mas dessear que la industria, y arte de los médicos y cirujanos, los quales no tienen outro cargo si no curar las heridas, mas el Capitã cõ dulce y cortes manera de hablar conforta, y alegra en grã manera los animos debiles y afligidos, que es curar las enfermedades que estan en los pechos ocultas y escõdidas, las quales son mas difficulktosas de curar, que no son aquellas que se pueden ver y tocar.

Trata-se de um belo trecho, donde sobressai o papel que o capitão general e a sua arenga podem ter no seio do exército. Dois momentos cruciais de pronúncia da arenga são identificados por Scarion. O primeiro, antes da batalha, para exortar e persuadir as tropas a menosprezar os perigos. O outro momento, depois de os soldados terem sofrido algum revés – é pois uma arenga consolatória. De facto, o papel do capitão supera o trabalho dos cirurgiões cuja tarefa de sarar as feridas do corpo é mais fácil de realizar, do que sanar as feridas do espírito – tarefa do capitão – que não se vêem nem se podem

⁵² Giovanni Baptista della Valle.

tocar. Neste símile é clara a intertextualidade com Onassandro e Vegécio, como adiante veremos.

6. OBRAS LATINAS DE QUINHENTOS

Para a elaboração do presente *corpus* de arengas em língua latina e em língua portuguesa, tivemos como primeiro critério bibliográfico a pesquisa em obras impressas no século XVI, sempre que possível orientada para a primeira edição impressa. É certo, contudo, que algumas obras, embora escritas nesse século, só conheceram edição impressa séculos mais tarde. Por conseguinte e em alternativa, foi nessas edições seculares posteriores que tivemos acesso ao texto impresso das obras produzidas no século XVI, do mesmo modo que foi em edições modernas fac-similadas que acedemos ao texto original de impressões quinhentistas raras. Ainda que no final desta tese seja facultada a bibliografia completa das obras consultadas de quinhentos, apresentamos, em todo o caso, as edições das obras latinas que concorreram com os seus discursos para a eleição do presente *corpus* de arengas.

Assim, de Damião de Góis, consultámos duas monografias, o opúsculo *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio* dos *Aliquot opuscula* que foram publicados em Lovaina, no ano de 1544, edição a que acedemos a partir das *Obras de Damião de Góis* (2002), Vol. II (1539-1540), traduzidos por Miguel Pinto de Meneses e anotados por Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, Edições Távola Redonda, enquanto o opúsculo de 1549, também da edição de Lovaina, na circunstância o *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii Tres*, obra que se encontra digitalizada no sítio da biblioteca digital de fundo antigo da Universidade de Coimbra (<http://almamater.uc.pt>).

Já relativamente a Diogo de Teive, vimos a edição fac-similada do original de Coimbra do *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis*, impresso em 1548, obra traduzida e anotada, respectivamente, por Carlos André e por Rui Loureiro. Esta publicação, saída em 1995, pertence às Edições Cotovia.

De Jerónimo Osório, consultámos, na Biblioteca Nacional, o micro-filme da edição original dos *De rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio Libri Duodecim*, Lisboa, 1571.

Acedemos ao original acompanhado da respectiva tradução do *De gestis Mendi de Saa* do Pe. José de Anchieta, na edição publicada no Rio de Janeiro, em 1958, pelo Pe. Armando Cardoso.

Foi na antologia intitulada *Latim Renascentista em Portugal* da autoria de Américo da Costa Ramalho, publicada em Coimbra, em 1985, que tivemos acesso ao poema heróico latino *Arcitinge* de Cataldo Sículo e respectiva tradução. Em nota de rodapé, o autor da antologia informa não só que *Arcitinge* se encontra publicado no livro dos *Poemata*, obra dos primeiros anos do século XVI, como também que o texto utilizado é o da respectiva edição príncipe.

Relativamente aos poemas que homenageiam os feitos do vice-rei da Índia, tanto o poema heróico de André de Resende, como o epigrama «De spoliata domo» de Pedro Sanches foram localizados na revista *Humanitas* (43-44) dos anos 1991-1992. Deve-se a Belmiro Pereira a descoberta destes e de outros poemas de humanistas portugueses que se encontram reunidos num opúsculo de 1575, intitulado *Diversorum Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Ludovici Athaidii, Serenissimi Regis Portugalliae a Consiliis*, que fora encontrado em 1990, na Biblioteca Nacional de Roma. Finalmente, o poema «De origine domus Saracae apud Rhacusanos» de Diogo Pires encontra-se numa antologia homónima dedicada ao poeta reunida por Carlos André, em 1983.

Como é imperioso, os dados bibliográficos relativos tanto à bibliografia primária como à bibliografia secundária que sustentam esta investigação apresentam-se seriados e completos no final da tese.

7. CONCLUSÃO

A introdução que agora concluímos foi norteadada por um objectivo geral e dois específicos. O objectivo principal foi o de oferecer ao leitor uma visão de conjunto sobre a matéria investigada nesta tese doutoral, ou seja, a arenga literária portuguesa do século XVI. Do ponto de vista específico, o primeiro objectivo visou expor o processo de nascimento desta investigação, os objectivos que se pretendem atingir com a mesma, bem como os métodos científicos aplicados na descoberta da essência discursiva da arenga militar renascentista. O segundo objectivo específico que orientou a presente introdução foi o de demonstrar que a arenga militar é, contrariamente ao que um pensamento despreocupado possa supor, um discurso que encerra uma série de chaves úteis para a

compreensão mais pormenorizada, tanto das obras históricas e das suas relações com os contextos histórico ideológicos envolventes, neste caso, o século de ouro da história de Portugal, como também da tradição histórico-retórica prévia que sempre influenciou a produção historiográfica. Em suma, são apresentadas aqui algumas das temáticas que, em sequência, deram origem a respectivas linhas focalizadas de investigação.

II. O DISCURSO IDEOLÓGICO DO *IMPERIUM* E DA HISTORIOGRAFIA RENASCENTISTA

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar, em traços largos, o quadro histórico do século XVI que determinou a eleição da arenga militar como um dos discursos mais característicos da historiografia e da épica quinhentistas. Ao longo deste capítulo veremos que a história e a historiografia coevas estabeleceram uma relação biúnivoca: enquanto a história proporcionava feitos inauditos à historiografia, alcançados em diferentes latitudes, esta, por sua vez, sob o influxo dos valores do Renascimento, não só emulava esses fastos, elevando-os à altura da gesta praticada pelos heróis da Antiguidade, como ainda servia de esteio da ideologia legitimista do *imperium* português. De facto, a historiografia, amplamente favorecida pela generalização da imprensa, tornou-se num dos veículos mais importantes da divulgação e sustentação ideológica do império português e do monopólio das especiarias.

2. ESPECIFICIDADE ULTRAMARINA DO *IMPERIUM* PORTUGUÊS

No Capítulo I do Livro I da *Primeira Década da Ásia*, João de Barros expõe com clareza o projecto do seu grandioso edifício historiográfico. Esta *vasta enciclopédia histórico-geográfica*⁵³ estava seccionada em três grandes partes: a primeira era constituída pela *Conquista*, a segunda era designada de *Geographia* e a terceira de *Mercadaria*. Se esta última parte se ocupava de propor alguma regulação na actividade comercial, a segunda parte procurava apresentar uma geografia do mundo descoberto de grande utilidade para a navegação. Relativamente, à primeira parte, *Conquista*, tratava da *Milícia*, a qual estava dividida em quatro títulos: *Europa*, *África*, *Ásia* e *Santa Cruz* (Brasil); com facilidade se compreende que esta *Conquista* era o relato das conquistas levadas a cabo pelos portugueses nestas distintas e distantes regiões do globo até ao ano de 1539. Deste ambicioso programa apenas nos chegaram as primeiras quatro *Décadas* da *Ásia*, assim designadas uma vez que Barros procurava enaltecer os feitos dos portugueses no Oriente como Tito Lívio havia imortalizado a gesta de Roma.

⁵³ LOPES e SARAIVA (s/d: 278).

No entanto, ao contrário de outros impérios anteriores e mesmo coevos, o império português na primeira metade do século XVI apresentava matizes particulares. Assim, mais do que uma estrutura político-administrativa associada a um determinado território, o império português era fundamentalmente uma rede,⁵⁴ ou seja, um sistema de comunicações marítimas cujos esteios estavam localizados em diferentes pontos continentais, mormente na orla costeira, distribuídos pela Europa, Brasil, África e Ásia, e que serviam tanto de apoio à navegação como de feitoria comercial. De facto, a territorialidade só se justificava em função do papel solidário que prestava à navegação, era apenas um meio que viabilizava e ajudava a defender o objectivo prioritário que era a circulação de bens transaccionáveis. Tratava-se pois de um império essencialmente marítimo, de cariz mercantil e que era gerido em regime de monopólio, inviabilizando o acesso, mesmo e sobretudo militarmente, de outros concorrentes à tal rede, um autêntico *mare clausum*. E foi assim que Lisboa, capital do império, se assumiu na primeira metade do século XVI, como uma das cidades mais cosmopolitas e ricas do mundo de então. Consciente dessa magnificência, Damião de Góis tece-lhe um rasgado elogio no opúsculo *Vrbis Olisiponis Descriptio* (1554), em cuja introdução apresenta Lisboa, a par de Sevilha, como as cidades rainhas dos oceanos:

Duae sunt urbes nostra hac tempestate quas iure oceani dominas ac tamquam Reginas appellare possimus, quarum ductu et imperio totus oriens, occidentesque hodie nauigatur. Earum altera est Olisipo, quae a Tagi faucibus eius oceani partis imperium sibi uendicat, quae Africam Asiamque immeso maris circuitu complectitur. Altera uero Hispalis...
Duas são as cidades que, nos nossos tempos, poderíamos legitimamente designar por senhoras do Oceano e como que suas rainhas. Às suas ordens e sob sua dominação, nos nossos dias, Oriente e Ocidente em conjunto estão abertos à navegação. Uma delas é Lisboa. Desde a embocadura do Tejo chama ela a si o domínio de parte do Oceano que, em amplexo imenso de mar, abarca a África e a Ásia. A outra é Sevilha...⁵⁵

Ora, a fim de garantir o usufruto de tão vasto *imperium*, Portugal, ao longo século XVI, teve de se empenhar militarmente para salvaguardar aquelas rotas marítimas da ambição dos seus concorrentes directos, tendo para o efeito organizado e investido numa marinha de guerra que zelava pela segurança da frota comercial. Não surpreende pois que a maioria dos confrontos bélicos travados tenha ocorrido no mar, razão pela qual a arenga militar pronunciada a bordo de uma embarcação seja a mais representativa no universo historiográfico de quinhentos.

⁵⁴ Cf. THOMAZ (1998: 208).

⁵⁵ Damião de Góis, *Vrbis Olisiponis Descriptio*, 83.

2.1. A FÉ E O IMPÉRIO

A conclusão da formação do território continental português na Península Ibérica ocorreu em meados do século XIII. Nesse processo de formação, Portugal acompanhou o movimento pan-peninsular conhecido por Reconquista Cristã que visava expulsar os muçulmanos da Península. Para a consecução de tal objectivo, os reis portugueses de então beneficiaram da passagem e acção de contingentes de cruzados que, na sua viagem marítima de regiões do norte da Europa, navegavam em direcção Jerusalém, a fim de libertarem a Cidade Santa do domínio turco. Tal como no oriente, também aqui havia que expulsar os infiéis muçulmanos de um território cristão, de tal maneira que não minguaram os apoios papais a esse propósito. E foi assim que em 1147, D. Afonso Henriques teve o decisivo apoio militar dos cruzados na conquista de Lisboa. Portugal nasceu, pois, sob o desígnio da cruzada contra os muçulmanos.

Eis que, já na primeira metade do século XV, Portugal enxergou em Marrocos o seu prolongamento natural. Entre outros interesses que presidiram à realização desta conquista, os dirigentes portugueses de então viram na tomada de várias cidades marroquinas, um serviço a Deus e à *Respublica Christiana*⁵⁶ e tal intuito enquadrava-se perfeitamente no ideal de cruzada medieval, uma vez que se tratava de reaver um território que fora primitivamente cristão. Ao mesmo tempo, pretendiam ocupar uma nobreza insatisfeita porque inactiva, que ansiava desesperadamente por praticar actos de cavalaria e adquirir honra na luta contra os muçulmanos. Ainda no decurso desse mesmo século XV, foram sendo enviadas pelos reis portugueses constantes embarcações que, costeando o continente africano, ambicionavam não só estabelecer relações comerciais com povos autóctones, mas também demandavam em busca do mítico Preste João, rei cristão de um reino que se cria estar situado algures na Etiópia. Portugal procurava aí um aliado cristão, que a partir do sul, o ajudasse a cercar o inimigo muçulmano.

No final desse mesmo século, em 1495, D. Manuel sobe ao trono, herdando do seu antecessor, D. João II, um projecto imperial, projecto esse que rapidamente foi envolvido por uma cultura messiânica,⁵⁷ baseada mais uma vez na ideologia cristã de cruzada, que intentava lutar contra todas as frentes do Infiel muçulmano, mormente no seu império mameluco do Egipto, a destruição do seu centro de peregrinação, Meca, bem como o definitivo resgate de Jerusalém do domínio turco. Tudo isto devia ser levado a

⁵⁶ Cf. THOMAZ (1998:50).

⁵⁷ Cf. BUESCU (2008:269).

cabo sob a protecção de um rei português, D. Manuel, fundador de um império cristão ecuménico. Bafejado pela fortuna, daí o seu cognome de Venturoso, viu chegar da Índia, não só a armada de Vasco da Gama, mas também os subsequentes lucros do comércio da pimenta. Não é pois de estranhar que esse messianismo tenha sido estimulado pelos seus conselheiros e demais personalidades próximas, de tal maneira que João de Barros, emboído do mesmo espírito, em 1522, tenha dado a lume essa crónica fantasiosa designada de *Crónica do Imperador Clarimundo*, obra dedicada ao futuro rei D. João III. Nela, Barros apresenta a monarquia portuguesa directamente filiada nos reis do império cristão de Constantinopla, pelo que o império português deveria ser considerado o herdeiro desse império romano do oriente, devendo, por essa via, empreender a evangelização do mundo. Por outro lado, e em simultâneo, o império português, assumindo também as características marciais do império romano do ocidente, numa simbiose perfeita de sinergias, deveria transmitir aos povos descobertos e conquistados, altos valores civilizacionais. É pois assim, que em pleno século XVI, na ideologia dominante, encontramos valores antigos como a vocação guerreira associados a valores modernos ligados à mercancia, de tal maneira que a honra, o provento, a reputação e a glória (terrena mas sobretudo celeste) são valores de alta estima.⁵⁸

Como atrás dissemos, desde o século XV, que esta ideologia providencialista do reino de Portugal foi estimulada pelas elites próximas do poder, tendo ganhado um novo alento no ocaso do século XVI, quando o país e o império entraram em crise.

Fernando Oliveira, autor da *Arte da Guerra do Mar* (1555), deixou também escrita uma *História de Portugal*, provavelmente a primeira⁵⁹ de outras que entretanto se lhe seguiram, na qual insiste na dimensão transcendental da história de Portugal, consubstanciada na respectiva missão providencialista de universalização do Cristianismo, missão essa que – segundo se cria - fora revelada profeticamente pelo próprio Cristo ao rei fundador, D. Afonso Henriques, na Batalha de Ourique, em 1139. Mais do que a narração da epifania propriamente dita, importa, para o concurso desta investigação, olharmos com atenção para o epílogo da mesma batalha. Assim, terminado o recontro e alcançada a vitória sobre cinco reis mouros, o narrador fernandino focaliza-se no simbolismo comportamental do rei Afonso:

⁵⁸ Cf. SANTOS (2001: 280).

⁵⁹ Segundo FRANCO (2006: 12) Fernando Oliveira terá escrito esta obra entre 1580 e 1582, portanto já no ocaso da sua preenchida vida.

Insígnia quer dizer sinal de nobreza, em especial aquele que é sinal dalgum feito bom e notável. Os quais sinais, os que fazem aqueles feitos costumam trazer pintados nos seus escudos, e chamam-lhe vulgarmente armas. Desta maneira, mandou Dom Afonso Henriques pintar nos seus escudos o sinal de vitória do campo de Ourique [...]. A pintura daquela vitória são cinco escudos de cinco reis mouros que ele ali venceu. E porque os venceu com a ajuda de Jesus Cristo crucificado, que lhe ali apareceu, mandou pintar aqueles cinco escudos sobre uma cruz de cor azul, a qual dizem era a insígnia antiga deste reino. Mandou mais pintar em cada um daqueles escudos cinco pontos que fazem número de vinte e cinco, e com os cinco escudos fazem trinta. Estes números quis ele que significassem os cinco escudos cinco chagas principais de Jesus Cristo, e o número de trinta significasse os trinta dinheiros por que ele foi vendido, dando a entender que receava ser este reino vendido por aqueles que comem o seu pão, como diz o profeta. São estas armas fundadas sobre a cruz de Cristo e mistérios de nossa redenção e são as melhor fundadas e mais seguras honradas que podem ser outras. Estas duram em Portugal até agora.⁶⁰

Neste excerto de Fernando Oliveira, encontra-se bem plasmada a ideologia da missão providencialista de Portugal. Portugal era, enquanto reino independente, um desígnio divino a quem Cristo confiara também a missão de tornar universal o Cristianismo. Ora, *este encargo confere a Portugal o estatuto de povo eleito da Nova Aliança prefigurado no povo hebreu, eleito do Antigo Testamento*.⁶¹ De facto, a historiografia dos séculos XV, XVI e XVII replica com insistência esta ideologia providencialista, acabando a mesma por se arreigar no imaginário português, de tal maneira que o chamado milagre de Ourique – alusão ao aparecimento de Cristo ao rei fundador – só no século XIX perdeu consistência, não sem acesa polémica entre o seu detractor, o historiador Alexandre Herculano e a própria Igreja. Interessa para já apenas focar a atenção no episódio da pintura dos escudos com as insígnias nacionais. Na verdade, sabe-se que, com algumas modificações, aquelas insígnias – as quinas – vinham de facto do tempo de Afonso Henriques, cujas moedas coevas se encontram cunhadas já com esses símbolos. Ora, acreditamos que, por um processo de reescrita da história e com motivos claramente ideológicos, nos finais do século XIV, os frades historiadores de Santa Cruz de Coimbra, naturalmente conhecedores profundos da historiografia cristã, ao atribuírem ao primeiro rei a impressão das cinco chagas de Cristo no seu escudo, quiseram selar as origens providencialistas do reino de Portugal, de tal maneira que muitos historiadores de quinhentos, partilhando desse espírito providencialista, incluíram também nas suas narrativas históricas aquele episódio

⁶⁰ Fernando Oliveira, *História de Portugal*, Cap. VI.

⁶¹ FRANCO (2006:13).

iconográfico, de que são exemplo, na segunda metade do século, o supracitado Fernando Oliveira e, até o próprio Luís de Camões, no poema épico,⁶² *Os Lusíadas*, lhe dá amplo espaço. Já no início de quinhentos, Duarte Galvão ao escrever a *Crónica de D. Afonso Henriques* e dedicando-a ao rei D. Manuel, incentivava-o a prosseguir o seu projecto imperial na linha da missão providencialista nacional revelada ao rei fundador.

Outros autores, ainda que não narrem em concreto tal episódio, não deixam de aludir à origem providencialista de Portugal, uns mais alinhados oficialmente, como João de Barros e outros, mais graves, como Jerónimo Osório, que confia ao Infante D. Luís [...] *quantas vezes, com indícios evidentes, se certificaram de que a ajuda lhes procedia do Céu – facto que se verificou, sem margem para dúvida, com D. Afonso, primeiro rei de Portugal, iniciador da vossa estirpe e família*⁶³. Esta ideologia tinha por detrás, como se seria de esperar, motivações congregadoras do tecido social em torno da defesa da portugalidade.

Este episódio da pintura dos escudos não é um facto inédito. E certamente que os frades de Coimbra estavam conscientes disso, no momento em que o recriaram, adaptando-o à história-pátria. Pela biblioteca daquele mosteiro conimbricense, que guarda o túmulo do rei Afonso, haveria provavelmente cópias da primitiva historiografia cristã ou, pelo menos, os monges crúzios teriam um conhecimento dessa mesma historiografia. Ora, um dos primeiros historiadores cristãos, Lactâncio, escreveu no início do século IV uma obra historiográfica de tendência apologética intitulada *De mortibus persecutorum*, na qual é narrada a famosa batalha travada junto da Ponte Mílvio, no ano 312, entre Constantino e Maxêncio. Eis os preparativos para a batalha:

Se inicio la lucha, y al comienzo lograron imponerse los soldados de Majencio hasta que, posteriormente, Constatino, con ánimo renovado y dispuesto a todo movió sus tropas hasta las proximidades de Roma y acampó junto al puente Mílvio. Estaba próxima la fecha en que Majencio conmemoraba su ascenso al poder, el 27 de octubre, y sus Quinquenales tocaban a su fin. Constantino fue advertido en sueños para que grabase en los escudos el signo celeste de Dios y entablase de este modo la batalla. Pone práctica lo que se le había ordenado y, haciendo girar la letra X con su extremidad superior curvada en círculo, graba el nombre de Cristo en los escudos. El ejército, protegido con este emblema, toma las armas.⁶⁴

⁶² Camões, *Os Lusíadas*, Canto III, 53 e 54.

⁶³ Osório, *Tratados da Nobreza Cristã*, III. 3.

⁶⁴ Lact. *De mort.* 44, 3-6.

Com esta intervenção divina, Constantino obterá a vitória. Em consequência da vitória, no ano 313, o tetrarca ocidental, Constantino e o tetrarca oriental, Licínio, determinaram, naquele documento que ficou conhecido como *Édito de Milão*, o fim da perseguição aos cristãos e a liberdade de culto aos demais povos: *conceder a los cristianos y a todos los demás la facultad de practicar libremente la religión que cada uno desease*.⁶⁵ Mas regressando ao excerto acima transcrito, como se depreende, existe uma extraordinária intertextualidade entre esta narração de Lactâncio e as narrativas historiográficas do milagre de Ourique, entre as quais a de Fernando Oliveira. Segundo Lactâncio, Constantino fora avisado em sonhos⁶⁶ para gravar o signo de Cristo no seu escudo, embora não fique clara a identidade do portador da mensagem, se Cristo ou um anjo,⁶⁷ tendo a advertência ocorrido antes da batalha. E será com o nome de Cristo inscrito nos escudos,⁶⁸ o conhecido monograma constantiniano, que Constantino vencerá Maxêncio. Já a tradição historiográfica portuguesa declara que na véspera da batalha, encontrando-se o rei recolhido em oração, foi surpreendido pela aparição de Cristo crucificado, prometendo-lhe a vitória sobre os infiéis. Foi pois em sinal de reconhecimento que o monarca gravou as cinco chagas de Cristo nos escudos, numa clara alusão à manifestação de Cristo crucificado.

Ora o que está subjacente a estas duas narrações é naturalmente a ideologia providencialista em que Deus se assume como o motor da história e em que os homens cumprem desígnios divinos, tal como sugerira Santo Agostinho. Esta é de facto uma das marcas fundamentais da medievista historiografia cristã. Vejamos o prómio em *De mortibus persecutorum*:

Dios retrasó su castigo para mostrar en ellos grandes y admirables ejemplos com que los venideros aprendiesen que Dios es uno y es juez que impone a los impios e perseguidores suplicios dignos de un vengador. Es de su muerte de lo que me ha parecido bien dejar testimonio escrito, a fin de que todos, tanto aquellos que no fueron testigos de los

⁶⁵ Lact, *De mort.* 48, 2.

⁶⁶ A advertência ocorrida em sonhos assumiu-se como uma autêntica fórmula presente tanto em textos cristãos como pagãos.

⁶⁷ Eusébio de Cesareia, na *História Eclesiástica*, X, 9, declara que foi Deus quem lhe deu firme esperança de vitória sobre os inimigos. A literatura sagrada apresenta outros casos similares como o constante do *Livro dos Macabeus* em que Judas Macabeu recebe do profeta Jeremias uma espada da parte de Deus para derrotar os inimigos do seu povo.

⁶⁸ A pintura, gravação ou fabricação dos escudos assume-se como uma cena típica no universo literário. Recordemos que na *Iliada*, Hefestos imprimiu a cosmografia grega no escudo de Aquiles. Já Vulcano, na *Eneida*, imprimiu profeticamente a história de Roma no escudo de Eneias. A historiografia medieval apresenta-nos a iconografia presente nos escudos dos guerreiros como modo de identificação da facção a que pertencem e que se tornou na base do desenvolvimento futuro da heráldica.

acontecimientos como quienes nos sucederán, sepan de qué modo el Dios supremo mostró su poder y majestad en la extinción y aniquilación de los enemigos de su nombre.⁶⁹

Da leitura do excerto anterior, conclui-se que Lactâncio pretende demonstrar o papel da Providência no curso da história coetânea. Concretamente, com esta sua obra histórica, Lactâncio desenvolve a tese de que todos os imperadores que perseguiram os cristãos vieram a ser considerados maus imperadores, pois só um imperador mau pratica a injustiça e, em consequência disso, acaba por padecer uma morte miserável sancionada pelo Juiz supremo. Para fundamentar a sua tese, selecciona aqueles imperadores a quem somente se aplicam duas características: por um lado, foram perseguidores dos cristãos, sofrendo, em consequência disso, uma morte violenta, e, por outro lado, foram maus imperadores, de acordo com o conceito da historiografia pagã, isto é, foram anti-senatoriais.⁷⁰ Neste sentido, o adjectivo *mau* no sintagma *imperadores maus* tem um âmbito alargado: tais imperadores foram maus porque inimigos e perseguidores dos cristãos, mas também porque tomaram decisões políticas negativas para a população, nomeadamente ao nível fiscal.

É por todos estes motivos que dentro da tradição literária cristã, os estudiosos defendem que esta obra pertence ao género apologético. A finalidade da obra não é historiográfica, mas sim apologética, quer dizer, instrumentaliza a história para demonstrar o papel interventivo da Providência nessa mesma história, punindo, com mortes miseráveis, os imperadores que perseguiram os cristãos.

Na mesma linha providencialista e apologética, se enquadra a obra histórica *Historiae aduersum paganos* do peninsular Paulo Orósio, autor dos inícios do século V. É consensualmente aceite, particularmente o sétimo livro, como o mais importante manual de história universal de toda a Idade Média, de tal maneira que atingiu um milhar de reproduções manuscritas. Nesta obra, os caminhos humanos, particularmente os inerentes ao Império Romano, resultam de uma intenção providencialista. Isso é bem visível no governo do Imperador César, já que este, ao decretar a *pax romana*, estava a cumprir um desígnio divino, pois Jesus Cristo haveria de nascer num tempo de paz, uma vez que essa era a Sua mensagem para a humanidade. Por outro lado, o censo ordenado por César no ano do Seu nascimento era um sinal evidente de que Cristo haveria de ser um cidadão romano:

⁶⁹ Lact. *De mort.* 1, 7-8.

⁷⁰ Cf. TEJA (2008: 26).

Pues que assí es, en aquel tiempo, esto es, en aquel anyo que César, por voluntad de Dios, ordenó e puso muit firme e verdadera paz en el mundo, nació Jesu Cristo Nuestro Senyor, en cuyo advenimiento aquesta paz servió [...] E en aquel mismo anyo, el dicho César, al qual Dios havia predestinado por aquestas tan grandes figuras e sinyales ocultos que dicho havemos, la hora, primerament mandó que todas las provincias del mundo e todos los hombres diessen censo e tributo, quando Dios tuvo por bien de parecer e seyer hombre en el mundo. E la hora Jesu Cristo nació, e decontinent que fue nacido, fue ascripto al tributo de Roma.⁷¹

Por tudo isto – segundo Orósio – o Império de Roma era o mais bem-aventurado de todos os impérios, porque Cristo não só nascera durante a sua vigência, como o Cristianismo acabaria por germinar e afirmar-se, não sem espargimento de muito sangue, durante a dominação romana.

Orósio, historiador e apologeta cristão, reagiria contra as acusações pagãs que imputavam ao Cristianismo as causas da conquista de Roma por Alarico, rei dos Godos, em 410. Munindo-se do método comparativo, Orósio demonstrou que os três impérios anteriores, sem nunca terem professado o Cristianismo, também ruíram, de tal maneira que as causas deste agora infortúnio romano não se deviam procurar na religião dos cristãos, mas sim na falta de ética demonstrada por muitos governantes, base de toda a desarmonia social que enfraqueceu o estado e a sociedade romanas. Ao contrário das invectivas pagãs, Orósio assevera que o Império Romano foi o mais privilegiado de todos os impérios, pois, sob o desígnio providencialista, unira, política e administrativamente, todos os povos da terra. Além disso, uma paz duradoura, que se seguira ao nascimento de Cristo, permitira aos romanos serem mais felizes que os povos de antanho, pelo que ainda que a entidade política romana desapareça, a sua essência permanecerá, assim como o Cristianismo.

Ao longo de todo o período medieval, a historiografia foi grandemente cultivada sob diversos géneros. Destacam-se as *histórias*, como acabámos de ver com o exemplo de Orósio, pois este género historiográfico servia amplamente o propósito de narrar o nascimento de uma nação cristã, celebrar uma determinada dinastia ou empreender não só a defesa dos cristãos, mas também o ataque religioso àqueles que insistiam em perseguir os cristãos. Neste contexto, salientam-se a *Historia Gothorum* de Santo Isidro de Sevilha (séculos VI e VII) ou a *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda, o venerável (século VIII). Tanto nestas histórias, como em outros géneros historiográficos da Idade Média, como hagiografias, crónicas, anais reais ou monásticos, muitos deles

⁷¹ Orósio, *Hist.*, 6.200.

escritos por elementos ligados ao clero, seja secular ou regular, o providencialismo encontra-se plasmado nas suas páginas. Uma análise atenta destas obras revelará que os homens continuam a desempenhar desígnios divinos, o que significa que o providencialismo de inspiração agostiniana continua como base comum da historiografia medieval cristã e assim há-de permanecer até ao advento do Renascimento.

Diga-se, no entanto, que a teoria providencialista não era de origem cristã, mas sim pagã e que os cristãos não fizeram mais do que amoldá-la à sua crença religiosa. De facto, a literatura antiga revela amplos testemunhos de cariz providencialista e percorre indistintamente vários géneros como a épica e a historiografia.

Obra ímpar da historiografia romana, tanto pelo significado coevo alcançado, como pela influência que gerou nas gerações futuras de historiadores, *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio merece um olhar atento, ainda que breve. De facto esta volumosa enciclopédia da cultura e história romanas foi uma obra de referência para variadíssimos autores, desde os gregos Plutarco ou Dión Cássio, até autores dos primeiros séculos do Cristianismo, como Orósio e Cassiodoro. O Renascimento Italiano veio dar um novo fôlego à obra liviana, recolocando-a no lugar que merece. Muitos foram os humanistas que dedicaram atenção ao texto de Lívio, como Dante, que o elogia no canto XXVIII do seu *Inferno*, Petrarca, Boccaccio, Poggio ou Maquiavel.

Não cumpre aqui e agora traçar uma análise de *Ab Vrbe Condita*, mas tão-só trazer à colação um ou dois pontos que concorrem para a temática em questão. Ora um dos aspectos mais evidentes nesta obra é a vocação ética e didáctica que Lívio atribui à história e que vai ao encontro da teorização ciceroniana presente no *De oratore*, segundo a qual a história é *magistra vitae* (2.9.36). Na circunstância, no prólogo inicial da obra, somos logo confrontados com essa perspectiva liviana *hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in inlustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites*.⁷² Neste sentido, o Livro 1 realça a carga ética das personagens e dos episódios, interessando-se Lívio pelos *exempla* dos homens que fizeram o Império, usando para o efeito uma prosa elaborada, tendo em conta que a *ars scribendi* era para Lívio um processo de superação dos autores precedentes, tal como

⁷² *No conhecimento dos factos uma coisa sobretudo é salutar e frutífera: observar os ensinamentos de toda a espécie de exemplos deixados num testemunho prestigiado; daqui poderás tomar para ti e para o teu estado o que deverás imitar, daqui deverás evitar o que no principiar é vergonhoso, o que vergonhoso é no seu desfecho.*

afirma no mesmo prólogo *superar pela arte literária a rudeza dos antigos*. Por isso, nestes como noutros aspectos, os estudiosos são unânimes em considerar o Livro 1 como um dos mais estimulantes da literatura latina.

Uma outra característica que sobressai da narrativa histórica de Tito Lívio é o seu intenso patriotismo, sentimento comum a outros autores do período pós-Áccio.⁷³ De facto, tornara-se literariamente assente a noção de que Roma detinha o papel de *caput rerum* ou como escreve Vergílio *imperium sine fine dedi* (A. 1.278) de forma que Roma tinha uma missão civilizacional a desempenhar, tal como apontam as palavras de Anquises ao filho Eneias, *tu regere imperio populos, Romane, memento / (hae tibi erunt artes) pacique imponere morem, / parcere subiectis et debellare superbos*.⁷⁴ A tão preclara grei era lícito – mais que a qualquer outra nação – reivindicar para si uma génese divina, de forma que o povo romano, imortalizado pela sua arte militar, teria de se filiar forçosamente no deus Marte, deus da guerra. De facto, Lívio deixa-se tentar pela lenda *et si cui populo licere oportet consecrare origines suas et ad deos referre auctores, ea belli gloria est populo Romano ut cum suum conditorisque sui parentem Martem potissimum ferat, tam et hoc gentes humanae patientur aequo animo quam imperium patiuntur*.⁷⁵ Por outras palavras, o povo Romano foi o escolhido pelos deuses para desempenhar aquela missão condutora de todos os povos, isso mesmo declarou o próprio Rómulo a Próculo Júlio, quando lhe ordenou que divulgasse junto dos Romanos essa boa nova:

Abi, nuntia – inquit – Romanis, caelestes ita uelle ut mea Roma caput orbis terrarum sit; proinde rem militarem colant sciantque et ira posteris tradant nullas opes humanas armis Romanis resistere posse.⁷⁶

Como se observa neste excerto, está presente a ideia, mais tarde cristianizada na concepção do sentido providencialista das *Historiae aduersum paganos* de Orósio, de que Roma, por missão divina, é a cabeça do império da Terra.

⁷³ Cf. ALBERTO (1999:16).

⁷⁴ Verg. A. 6.851-853 – *Tu, Romano, sê atento a governar os povos com o teu poder / - estas serão as tuas artes – a impor hábitos de paz, / a poupar os vencidos a derrubar os orgulhosos*.

⁷⁵ Liv. 1.7 – *E se a algum povo deve ser permitido considerar divinas as suas origens e atribuir aos deuses a sua autoria, a glória militar do povo Romano é tal que, quando afirma que o seu pai e pai do seu fundador é, de preferência a todos os outros, Marte, os povos do mundo aceitam isto com tanta serenidade como aceitam o domínio Romano*.

⁷⁶ Liv. 1. 16.7 – *Vai-te – disse – anuncia aos Romanos que os deuses celestes querem que a minha Roma seja a cabeça do mundo. Por isso, que cultivem a arte militar e que saibam e transmitam aos vindouros que nenhum poder humano poderá resistir às armas de Roma*.

Acrescente-se ainda que este patriotismo de Lívio não era uma submissão a um qualquer *princeps*,⁷⁷ mas uma ideia clara de que o poderio de Roma era um desígnio do destino, que atribuiu a esta cidade, guardiã das *priscae uirtutes*, uma missão civilizadora *mas a fundação de tão grande cidade e início do mais poderoso império logo a seguir ao dos deuses era uma obrigação, segundo julgo, para com o destino* (1.4.1).

A reivindicação das origens providencialistas de um povo ou de uma nação tivera as suas raízes na literatura pagã. Os romanos, cientes da sua grandeza, justificaram-na com as suas origens divinas. Os primeiros autores cristãos acabaram por matizar esta concepção, alterando a filiação de Roma, agora não nos deuses mitológicos, mas no próprio Cristo, como estratégia argumentativa contra os pagãos que os perseguiram. O providencialismo firmou-se na Idade Média, quando começaram a surgir os primeiros estados como forma de legitimação das respectivas autonomias e consequentes dinastias. No século XVI, os reinos peninsulares activaram novamente esta ideologia para sancionar a posse dos territórios ultramarinos, descobertos ou conquistados, mas também como estratégia de sublimação patriótica para fins propagandísticos.

2.1.1. A IDEOLOGIA DA HONRA E O MODO PORTUGUÊS DE FAZER A GUERRA

Impressionou-se a Europa de então, como se impressiona ainda hoje, o homem contemporâneo, pelo facto de um país tão pequeno como Portugal, quase esquecido no ocidente europeu, com uma rarefeita população inferior a 1,5 milhões de habitantes, ter erguido um espantoso império ultramarino à escala quase planetária. De entre distintas propostas de explicação, parece-nos justo aqui destacar duas linhas orientadores que nos ajudam a compreender a conquista e manutenção de tão vasto império.

Assim, e em primeiro plano, como acabámos de ver, a historiografia coeva de quatrocentos e de quinhentos se encontra comprometida com a ideologia providencialista, segundo a qual os portugueses eram o povo escolhido por Deus para o desempenho de uma missão divina, o chamado *milagre português*.⁷⁸ Trata-se de uma ideia mobilizadora da sociedade de então, que aglutinou os portugueses em torno do desígnio comum da expansão. Com a ideia da missão providencialista de Portugal ficava secularmente

⁷⁷ ALBERTO (1999:16).

⁷⁸ Cf. SANTOS (2001: 282).

sancionado o ideal de cruzada contra os muçulmanos e, desta forma, legitimado o domínio sobre mares e territórios a conquistar aos muçulmanos.

A ideologia providencialista espalha-se pela historiografia de quatrocentos, está logo presente em Zurara, mas também na de quinhentos, encontrando-se também na dramaturgia. Gil Vicente é uma das suas vozes oficiais. Na *Tragicomédia da Exortação da Guerra*, representada ao rei D. Manuel, no ano de 1514, no momento da partida de D. Gemes para Azamor, assiste-se a um cortejo de personagens que vão entrando em cena, sequencialmente. Algumas são personagens conhecidas, particularmente Aquiles, Aníbal, Heitor e Cipião e estão ali com um propósito definido. Antes destes heróis da Antiguidade desfilarem, surge a troiana Policena, que profeticamente anuncia: *Não foi o Paço Troiano / dino do vosso primor: / vejo um Príamo maior / um César mui soberano; [...] E vós, Príncipe excelente, / dai-me alvíssaras liberais, / que vossas mostras são tais, / que todo o mundo é contente. / E aos planetas dos Céus / mandou Deus / que vos desse tais favores, / que em grandeza sejais vós / prima dos antecessores*. Policena é pois a porta-voz divina da missão providencialista que D. Manuel há-de levar a cabo. Os heróis militares da Antiguidade, com toda a autoridade marcial que se lhes reconhece, vêm exortar ao cumprimento dessa missão, empreendendo a guerra justa contra os infiéis, tal como diz Aníbal: *É guerra de devação, / por honra de vossa terra, / cometida com rezão, formada com descrição / contra aquela gente perra*. E mais adiante: *Avante! Avante, Senhores! / Que na guerra com razão / anda Deus por capitão*. O general cartaginês, não é por acaso que é um general africano que assume protagonismo, uma vez que a guerra em causa contra os infiéis é também no Norte de África, termina o auto, declarando: *Este Rei tão excelente, / muito bem afortunado, / tem o mundo rodeado / do Oriente ao Ponente. / Deus mui alto, omnipotente, / o seu real coração / tem posto na sua mão*.

Em síntese, os portugueses dos Descobrimentos souberam erigir e activar uma ideologia providencialista enformada por um conjunto de valores aos quais a nação se mostrou receptiva e acolhedora. A essa ideologia providencialista teremos forçosamente de associar o facto de os portugueses de quinhentos haverem sempre demonstrado crença nas suas capacidades para vencer e superar os outros, verdadeiros senhores de uma vontade inflexível, enfim eram, como refere Diogo do Couto no *Soldado Prático portugueses de ouro*.

Para o bom sucesso de tão assinalável determinação não podemos olvidar o elevado domínio dos portugueses demonstrado ao nível das técnicas e estratégias militares, bem como pelo inaudito desempenho da marinha de guerra e respectiva

artilharia. Eis pois aqui que reside, segundo a nossa interpretação, o segundo pilar de sustentação do império ultramarino alcançado no século XVI. Sem dúvida que tão vasta rede marítima só foi possível de manter com certa solidez até finais do século XVI, graças ao poderio naval evidenciado pela marinha de guerra, mormente no chamado Estado Português da Índia. Na verdade, no Índico, os portugueses introduziram, logo na primeira década de quinhentos, novos métodos de combate naval, baseados tanto na capacidade de manobra das suas embarcações, como na respectiva força da sua artilharia, que em conjugação se mostraram superiores às técnicas beligerantes dos povos autóctones, muçulmanos e turcos. Para a consecução de tal superioridade, não faltou o definitivo abandono de uma técnica tradicional de guerra, que tinha feito escola no norte de África, que consistia numa abordagem e assalto à embarcação inimiga. De facto, esta técnica revelou-se logo amplamente desfavorável, uma vez que os contingentes militares portugueses foram sempre incomparavelmente inferiores aos dos seus inimigos. Nessas circunstâncias, os portugueses, inicialmente, procuram decidir os seus combates navais em zonas afastadas da costa, confiados no poder de manobra das suas esquadras constituídas por navios de alto bordo⁷⁹ e na capacidade de fogo da sua artilharia, evitando sempre que possível o confronto directo. A par desta, os portugueses transpuseram para o cenário de guerra oriental, uma outra técnica/estratégia de sucesso comprovado em Marrocos. Tratava-se de uma arte em que se revelaram exímios executantes e que consistia em desembarques anfíbios em locais costeiros previamente seleccionados, cuja surpresa e extrema crueldade atemorizavam os inimigos. Por vezes o objectivo era fundar uma fortaleza, outras vezes era apenas de desmoralizar o inimigo a que se seguia um retorno à esquadra de apoio. E assim se edificou o império.

Contudo, a partir da segunda década, a arte de fazer a guerra inicialmente posta em prática foi sofrendo um progressivo processo de *orientalização*⁸⁰ facto que, a médio prazo, afectou comprometedoramente a hegemonia portuguesa no oriente. Neste sentido, a marinha de guerra foi introduzindo sucessivamente nas suas armadas embarcações orientais a remos em detrimento dos navios de alto bordo, assim como a substituição das suas bocas de fogo por uma anacrónica activação da estratégia de abordagem-assalto. Ora, na base desta alteração está, por um lado, a substituição do teatro de batalha decidido inicialmente em alto mar, por combates navais desenvolvidos, agora, em zonas costeiras e em estuários de rios; por outro lado, esta mudança vai ao encontro dos desejos

⁷⁹ Cf. RODRIGUES (2004:198).

⁸⁰ Cf. RODRIGUES (2004: 205).

da fidalguia e da soldadesca de praticarem actos de bravura e adquirirem honra por meio de recurso a arma branca em combates corpo a corpo, numa omnipresente e permanente cruzada. Isso mesmo podemos comprovar numa arenga prévia a um combate naval pronunciada pelo governador Lopo Vaz de Sampaio, incitando os seus homens a assaltarem a embarcação inimiga e a ganharem honra por meio da espada:

que nenhum navio tirasse bomba so pena do caso maior ao tempo do cometimento, por que se não estorvassem os marinheiros, *que os aferrassem primeiro, e que ganhassem aquella honra a espada, porque assi ficaria a vitoria mais fermoza (...)*⁸¹

Tal atitude, implicou que nos finais do século XVI, a marinha de guerra portuguesa no oriente estivesse obsoleta, uma vez que não só não investiu em novas formas de fazer a guerra, como retrocedeu nos seus procedimentos beligerantes. Por esse motivo, quando naquela rede do Índico, no final de quinhentos, surgiram concorrentes europeus, nomeadamente Holandeses e Ingleses, com poderios navais actualizados e mais potentes, os portugueses começaram, amargamente, a assistir ao inexorável declínio do seu império.

Como vimos, a persistente ideologia orientada para a aquisição de honra na luta contra os muçulmanos determinou as estratégias e práticas militares tanto da fidalguia dirigente como da milícia, de tal maneira que no último quartel do século XVI, Portugal tinha definitivamente perdido competitividade beligerante⁸² para as potências europeias emergentes e foi responsável pela arcaica estratégia apresentada na malograda batalha de Alcácer Quibir, em 1578. Vejamos a este propósito, as argutas palavras de Luís F. Thomaz:⁸³ *foi a custo que a expansão portuguesa se desligou desse projecto [cruzada] e dos arquétipos ideológicos que lhe andavam associados; a bem dizer só se emancipou definitivamente dele ao preço de um desastre como o de Alcácer Quibir.*

⁸¹ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. V, Cap. V.

⁸² A este propósito, DOMINGUES (2004: 151) declara que Portugal entre 1500 e 1800 *ficou para trás (...)* no tocante ao acompanhamento da evolução de táticas, dos armamentos e da organização militar que a maior parte das potências europeias viveram neste período.

⁸³ THOMAZ (1998:41).

3. A HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA DE QUINHENTOS

Desde os primeiros alvares do século XV, que vários estados europeus foram despertando para o culto da História clássica, acompanhando, nesse aspecto, o pioneirismo italiano, cujo interesse havia despontado já no século anterior. De entre as distintas personalidades que activamente contribuíram para tal desígnio, podemos destacar, por um lado, Petrarca, que procurou zelosamente os manuscritos de Tito Lívio e de Plínio, assim como o papa Nicolau V,⁸⁴ que confiou a alguns humanistas a tarefa de darem versão latina às obras dos clássicos gregos, procedimento que contribuiu para que rapidamente o Latim se tornasse na língua de cultura desse amplo movimento focalizado essencialmente na História, mas também na Arte e na Cultura clássicas, designado como Humanismo e que iria perdurar por mais de um século.

Embora o apreço pela História antiga e pela tradução das suas obras histórico-literárias tenham sido desencadeadas por humanistas italianos, auto-considerados herdeiros directos do Império, facto que os atraiu para um processo de emulação de seu passado mítico-histórico romano, rapidamente, como dissemos, o interesse pela História se estendeu ao resto do mundo culto de então, particularmente à França, onde a enraizada tradição novelística contribuiu para a divulgação do passado da Antiguidade clássica, pelo que, nos séculos XV e XVI, aí se efectuaram várias traduções das obras de Tucídides, Heródoto, Diodoro Sículo entre outros. Em 1470, na corte de Borgonha, um português, Vasco de Lucena, efectuou a tradução francesa da *Ciropedia* a partir da versão latina de Poggio.⁸⁵ Também em Espanha e em Portugal se conhecem, desta época, traduções várias de obras clássicas, sobretudo de obras morais e de parénese ético-política,⁸⁶ realizadas por autores como Diego Gracián de Alderete ou Damião de Góis, respectivamente. Gera-se, então, um pouco por toda a Europa humanista, ciente das suas origens latinas, uma admiração pela glória de Roma, projectada na celebração das suas respectivas pátrias e dos seus heróis. Por este motivo, a par das traduções da produção histórico-literária clássica, a historiografia foi um dos géneros que, na primeira etapa do Renascimento europeu, alcançou enorme fortuna, quer fomentada pelos próprios estados, quer ligada ao encómio de grandes casas principescas. Assiste-se a um reposicionamento ideológico da concepção do poder que favoreceu a recepção de modelos antigos e

⁸⁴ Cf. SOARES (2002:15).

⁸⁵ Cf. SOARES (2002:17).

⁸⁶ Cf. SOARES (2002: 16), nota 4.

condicionou a *orientação para a tratadística moral e histórica de incidência política*,⁸⁷ de que as obras políticas de Maquiavel são um testemunho.

Portugal não ficou, pois, à margem desta renovação cultural devido ao intenso intercâmbio que sempre manteve com vários estados europeus. De facto, quando o movimento humanista se desencadeou em Itália, lá se encontrava um considerável contingente de escolares portugueses, que desde o reinado de D. João I (1385-1433), vinha cursar direito em universidades italianas, como Pádua e Bolonha. Considerável era também o número de eclesiásticos portugueses que frequentava a cúria romana. Em sentido inverso, desde meados do século XV que humanistas italianos se dirigiam à corte portuguesa para consagrarem pelo latim a florescente gesta lusitana. Efectivamente, a obra histórica desempenhará um papel fundamental na consolidação e apologia da recente dinastia de Avis e da sua estratégia expansionista. É pois nos séculos XV e sobretudo XVI, que a historiografia, como género literário, atingirá em Portugal enorme brilhantismo. Convém, então, neste preciso momento, analisarmos com alguma detenção, o conceito de história que transparece das páginas dos historiadores portugueses daquela época, assim como a sua evolução, os seus motivos e enfim concluir sobre a forma como o pensamento humanista nele se espelhou.

Ora, é opinião generalizada entre os estudiosos, de que, com Fernão Lopes, sobrevém uma secessão na escrita da História, uma vez que o cronista da Revolução de 1383-1385 compõe já a sua *ars scribendi historiae* com matizes clássicas, matizes que se adensarão com os historiadores subsequentes. De facto, exercendo a sua actividade de cronista do reino na primeira metade do século XV, Fernão Lopes denuncia, no prólogo da *Crónica de D. João I*, I Parte, uma incessante preocupação com a verdade dos factos, relegando para segundo plano a questão do estilo: *se outros per ventuira em esta cronica buscam fremosura e novidade de pallavras, e nom a çertidom das estorias desprazer lhe ha de nosso rrazoado*. Foi pois para se aproximar o mais possível à verdade, que Lopes investigou e confrontou várias fontes: *OO! Com quamto cuidado e diligemçia vimos grandes vollumes de livros, de desvairadas limguageês e terras ... depois de longas vegilias e grandes trabalhos, mais çertidom aver nom podemos da contheuda em esta obra*. Efectivamente, são inúmeras as afirmações no seu relato historiográfico que aludem não só à incessante procura da versão mais próxima da razão, mas também à sua imparcialidade no reconto dos factos, recusando-se, por exemplo, a diminuir, na Batalha

⁸⁷ SOARES (2002:18).

de Aljubarrota, o número de efectivos militares portugueses aumentando proporcionalmente o número dos castelhanos, para louvor dos primeiros e vitupério dos segundos.⁸⁸ Esta preocupação em duplicado, verdade e imparcialidade, postula já uma orientação de tendência clássica, afastando-se, por conseguinte, da pretérita historiografia medieval, denunciado que Fernão Lopes estava realmente bem documentado quando cita autores clássicos. Na verdade, este método historiográfico está muito próximo daquele outro que Tucídides expõe no seu conhecido capítulo metodológico: *baseando o meu trabalho, em parte, naquilo que me foi dado presenciar, e, noutra parte, nos elementos que outros recolheram para mim, mas tendo a certeza de que o rigor do relato tinha sido garantido através das mais aturadas e pormenorizadas confirmações que era possível realizar.*⁸⁹

Fernão Lopes declara-se, pois, a cada passo firme no seu propósito de fidelidade à verdade histórica, *caa o caronista ha de ser muito certo em seu razoar,*⁹⁰ e que vai, portanto, ao encontro da concepção de história que vem desde o século V a. C. com a obra de Tucídides. Como cúpula de tal desígnio, para Lopes a *estoria ade ser luz da verdade e testemunha dos amiguos tempos,*⁹¹ definição de história que não é mais do que a tradução para vulgar daqueloutra constante no *De Oratore* (2,9,36) de Cícero: *Historia testis temporum, lux veritatis*. Para além do Túlio, forma como Fernão Lopes se refere a Cícero, as alusões a autores clássicos como Tito Lívio, Ovídio, Aristóteles, Santo Agostinho, entre outros, são variadas, o que comprova que Lopes conhecia as suas obras quer no original quer em tradução e que se encontravam na biblioteca do rei D. Duarte, precisamente o monarca que o incumbiu de escrever as estórias dos Reis que antigamente em Portugal foram. Para além do conteúdo, Fernão Lopes revela já preocupações com a ordenação harmoniosa da narrativa e com a apresentação de um estilo elevado, literário. A partir do exposto, não podemos, contudo, declarar que Fernão Lopes é já um historiador humanista, pois nas suas páginas ainda perpassa a visão do mundo medieval, mas apenas destacar que a sua prosa historiográfica anuncia cambiantes ideológicos e formais que se consolidarão no discurso histórico humanista.⁹²

Efectivamente, é nos três primeiros quartéis do século XVI, que a historiografia fica marcada por uma evolução, determinada tanto pela consciência de que se vivia então

⁸⁸ Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II Parte, Cap. XXXVI.

⁸⁹ Th, 1, 22.

⁹⁰ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II Parte, Cap. XXXVI.

⁹¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II Parte, Cap. XXXVI.

⁹² Cf. SOARES (2002: 21).

o momento áureo da história pátria, como pela assumpção dos valores e modelos clássicos. Efectivamente, relativamente a este último vector, os historiadores de quinhentos teriam bem presentes no seu horizonte a máxima proposta por Cícero no *De Legibus* (1.5.21) de que a história é *opus oratorium maxime*. Na verdade, vários são os exemplos da historiografia portuguesa que ilustram precisamente a activação desse princípio. Parece-nos, pois, que explicitação plena de tal entendimento, se encontra logo no prólogo da Década III da *Ásia* de João de Barros: *tem tanto poder a força da eloquencia, que mais doce, e accepta e na orelha, e no animo hũa fabula composta com decoro, que lhe convem, que hũa verdade sem ordem, e sem ornato, que e a forma natural della*.

Para além de Barros, acerca do estilo inerente à obra histórica dissertaram também outros historiadores, como Damião de Góis. No prólogo da *Cronica do Príncipe Dom Ioam*, Góis apresenta a definição humanista do estilo histórico: *e muito mais se tratta de feitos de Reis, e grandes senhores, porque nestes se requiere alto stylo descrever, grãde ornamento de lingoagem, sutil e discreto artificio rhetorico*. E assertivamente, declara: *ha história tem em si tãta magestade, que nella se nam pode sofrer palaura nenhuma que no lugar em que se põe nam traga consigo grauidade, honestidade e autoridade, às quaes leis e jugo a que ho stylo histórico está sugeito, e de que cõ razam nam pode sair*. Ora, as expressões - *sutil e discreto artificio rhetorico* - e - *grauidade, honestidade e autoridade, às quaes leis e jugo a que ho stylo histórico está sugeito* – trazem-nos imediatamente à memória as considerações feitas por Cícero no *Orator*, sobre a forma *grauiter et probe* (30.6) como Tucídides escreveu história, explicando que, embora a narração histórica se aproxime da eloquência, se narre *ornate*, porém, a forma da história deve ser uma *oratio tracta et fluens* (66.5). Na verdade, como assertivamente discorreu Sánchez Salor,⁹³ do ponto de vista da forma, Cícero entendia que a história deveria ser um género *medium*, isto é, grave, elegante, que agrada e soe bem ao leitor, mas que use com parcimónia as figuras da Retórica. Já à oratória, cuja *oratio é contorta et acris* (*Orator*, 66.5). Neste sentido, do ponto de vista da forma, a historia não é um *opus oratorium maxime*, mas tão-só um *opus oratorium*,⁹⁴ porquanto apresenta a narrativa de uma forma digna, auxiliando-se sobriamente nos recursos da arte da oratória, para assim ser elegante.

⁹³ Cf. SÁNCHEZ SALOR (2008:125-128).

⁹⁴ Cf. SÁNCHEZ SALOR (2008:128).

Para se ter uma percepção mais exacta da forma como os historiadores de quinhentos foram sensíveis à vaga oratória que perpassa pela narrativa histórica, basta atender às dedicatórias e prólogos que antecedem as respectivas obras históricas. Tanto do ponto de vista da semântica frásica como da semântica lexical as referências directas ao estilo e à eloquência são um lugar-comum. Assim, Jerónimo Corte Real, na carta ao leitor, do *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, impresso em 1574, declara que os feitos dos antigos Gregos, Troianos e Romanos são hoje julgados por nós quase impossíveis, devido à *elegância das palavras, polo ornamento, polo facundo e copioso estilo com que sam encarecidos por poetas illustres e outros grauissimos autores*. Descendo ao particular, nomeia as respectivas duplas imortais: Aquiles foi louvado por Homero, os feitos de Júlio César e Pompeu por Lucano; *os de Alexandre magno por Quinto Curcio; os de Anibal, Cipião, e outros muitos capitães Romãos por Tito Lívio e Salustio*. Efectivamente, declara, os antigos escritores ilustraram e enobreceram os feitos dos homens valorosos, de tal maneira que ao ler a *Ilíada* de Homero – e este é um *exemplum* repetido por vários autores de então – mais se condoía Alexandre por Aquiles ter semelhante escritor do que propriamente pelas suas extraordinárias façanhas. De igual modo se pronuncia Miguel de Castanhoso,⁹⁵ ao relatar essa inaudita proeza empreendida por D. Cristóvão da Gama e 400 companheiros, que no ano de 1540, penetrando no reino cristão do mítico Preste João, na Etiópia, em duas desiguais batalhas, venceram os Turcos e rechaçaram a invasão muçulmana. Castanhoso, na carta-dedicatória a D. Francisco de Portugal, repete que o grande Alexandre se entristecia por lhe faltar um Homero que perpetuasse as suas façanhas, porque entendia bem *quanto espírito e vida dá às cousas a eloquência e graça do escritor que as representa*.

Podemos afirmar que, do largo número de autores quinhentistas por nós estudados, uma parte considerável não passa sem discorrer, em breves ou longas linhas, acerca do estilo da sua própria obra historiográfica. Enquanto uns, como Barros ou Góis chegam ao ponto de definir o estilo que compete à obra histórica, outros, como Fernão Lopes de Castanheda ou Gaspar Correia, apressam-se, como tópicos de humildade, a fazer o respectivo *mea culpa* pelo estilo chão do seu razoado. Embora, a matéria de que tratam seja mais subida que a dos gregos e romanos, lamentam-se por não possuírem os dotes literários dos autores clássicos, para dignamente imortalizarem os feitos portugueses. Quer acerca de uns, quer sobre aqueloutros, o que importa sublinhar é que todos os

⁹⁵ Miguel de Castanhoso, *História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão da Gama fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que levou consigo*.

historiadores do quinhentismo português estavam plenamente conscientes – e essa atitude é consentânea com o espírito humanista da época – de que à matéria histórica deveria estar associado um estilo grave e eloquente. Na verdade, não seriam desconhecidas destes homens, as palavras de Cícero no *De Oratore* (II.9.36), quando questiona se há outra voz, que não seja a do orador, para imortalizar a história.

3.1. O PAPEL DA HISTÓRIA NO IMPERIALISMO

Na carta-prefácio dedicada ao infante D. Luís que abre o *De bello Cambaico ultimo commentarii tres*, publicado em Lovaina, em Janeiro de 1549, escreve Damião de Góis:

Ea enim sunt facta praeclara nostrae gentis, ea magnitudo uarietasque rerum, ea nouitas insularum climatumque, ut si denuo aliquis Homerus exurgeret posset non incommode ex Rebus Lusitanis et Iliados et Odisseae argumentum non fabulose, sed ex uero componere. Sed haec fortassis alias tentabimus. Nunc quae proximi acta sunt ad Gangem in tuenda arce Diensi, describere propositum est. São tais as proezas da nossa gente, tal a grandeza e variedade dos seus feitos, tantas as ilhas descobertas e os novos climas, que um Homero teria na epopeia lusíada motivo não fabuloso mas verdadeiro para uma *Iliada* ou uma *Odisseia*. Talvez um dia a tentemos; agora só é nossa intenção descrever as acções memoráveis há pouco praticadas junto do Ganges, em defesa da fortaleza de Diu.

Tinha reais motivos, Góis, para se mostrar assim tão efusivo com as proezas alcançadas pelos seus compatriotas. Na verdade, à data da publicação deste opúsculo, o império tinha atingido o seu zénite com a retumbante defesa das suas praças indianas, a efectivação de uma rede comercial no extremo oriente, a chegada dos primeiros jesuítas ao Japão e o início da colonização do Brasil. As duas rotas comerciais, a do Cabo e a de Vera Cruz, estavam garantidas, de tal maneira que Portugal se preparava para cumprir a sua missão ecuménica.⁹⁶ Vive-se, nesta primeira metade do século, um clima de euforia, respira-se uma atmosfera moral de exaltação, desenvolve-se a consciência identitária portuguesa. O Humanismo renascentista proporcionara o contacto com as obras históricas da Antiguidade e o conhecimento dos feitos de gregos e de romanos. A verdade é que desde o século XV, uma elite cultural, próxima dos centros de decisão, vem insistentemente proclamando que a gesta portuguesa superara largamente tudo quanto aqueles povos antigos haviam realizado, acabando por consagrar-se esta ideia como tópico literário. Vários são os humanistas e homens de letras em geral que dirigem

⁹⁶ Cf. SERRÃO (1994: 68).

constantes apelos para que se escrevam as conquistas e as descobertas alcançadas, antes que o tempo as apague de todo da memória dos homens e assim acabem por não servir de exemplo às gerações vindouras. De facto, os autores coevos, ao mesmo tempo que louvam a temeridade dos portugueses em pegar na espada, lamentam-se de que sejam eles mesmos tão descuidados em perpetuar esses actos pela pena. Esta é uma ideia, um lugar-comum insistentemente repetido na literatura de então, mas será que uma observação atenta da produção manuscrita e editorial de finais de quatrocentos e quinhentos sobre a gesta portuguesa vem, efectivamente, demonstrar esse alheamento dos portugueses relativamente à sua história? Para respondermos à questão, teremos de analisar a transmissão da memória em dois ângulos distintos: primeiramente, analisar a produção escrita sobre a gesta nacional tutelada por portugueses quer interna quer externamente. Em seguida, verificaremos, de maneira breve, o que a Europa de então escreveu sobre a expansão portuguesa.

Antes, porém, é necessário salvaguardar que o século XVI fica fortemente vinculado à vulgarização do texto impresso, sendo, portanto, a imprensa uma das invenções mais notáveis para a época, de que Garcia de Resende bem se apercebeu: *E vimos em nossos dias/ a letra de forma achada,/ com que a cada passada/ crescem tantas livrarias,/ e a ciência é aumentada.* Embora introduzida ainda no século XV em Portugal, a verdade é que foi na viragem para o século seguinte que os nossos reis se interessaram pela novidade e cedo procuraram atrair⁹⁷ para o reino impressores estrangeiros, nomeadamente alemães, cujos nomes de Valentim Fernandes e de Germão Galharde ficaram indelevelmente ligados à arte tipográfica em Portugal. O século XVI é marcado também pelo correlativo início do mercado livreiro, surgindo os recentes ofícios de livreiro e de mercador de livros. Aos portugueses, se deve ainda, neste século, o facto de terem levado a tipografia para África, Índia, China, Japão e Brasil, nomeadamente pela mão de missionários, sobretudo jesuítas.⁹⁸ É necessário, contudo, ter em conta que, a par da circulação do livro impresso, ao longo do século, continuaram a circular obras manuscritas,⁹⁹ como as crónicas de Duarte Galvão e de Rui de Pina, ainda que muitas delas só tenham passado à estampa no século XVIII ou mesmo XIX, como foi o caso das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia. Um poeta do *Cancioneiro Geral* (1516), Álvaro

⁹⁷ Cf. ROCHA (1998:5).

⁹⁸ Cf. ROCHA (1998:12).

⁹⁹ Cf. CURTO (2007:110).

Barreto, legou-nos a notícia dessa cultura manuscrita: *Escreverem coronystas/ Pera ler muyto nos val/ Mas he fala das conquystas,/ Trelado sem original.*

O *trelado sem original* das crônicas é uma clara referência à sua circulação manuscrita, uma cultura de *excerpta*, onde, por vezes, se tornava problemático identificar a autoria dos textos e a sua manipulação.¹⁰⁰ Traçado assim o contexto livreiro de quinhentos, e no que concerne à produção historiográfica efectuada pelos portugueses acerca da gesta nacional, podemos identificar três grandes momentos: a primeira metade do século XVI; de 1551 até meados da década de 70 e a última década de quinhentos.

No primeiro momento, embora a impressão de livros fosse já uma realidade bem evidente, a verdade é que apenas saíram dos prelos portugueses quatro títulos¹⁰¹ relativos à expansão no oriente, duas epístolas de D. Manuel, e já no reinado de D. João III, a *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam* (Lisboa, 1540) do padre Francisco Álvares, bem como o *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis nostrae MDXLVI* (Coimbra, 1548) de Diogo de Teive. A par da produção interna, também no estrangeiro, D. Manuel soube explorar para fins propagandísticos as virtuosidades da imprensa, mandando imprimir em várias cidades europeias textos que publicitavam os feitos realizados pelos seus súbditos, relacionando-os com profecias do Antigo Testamento.¹⁰² Por esta via, o monarca português granjeou a admiração de muitos europeus. Ainda em contexto externo, a a partir da década de 30, portugueses no estrangeiro, usando o latim, e em forma de relato breve, esforçam-se por comunicar à Europa os feitos portugueses na Ásia. Em 1531, André de Resende publica em Lovaina o *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exemplum epistolae quam Nonnius Cugna, dux Indiae max. Designatus, ex urbe Cananorio III. Idus Octobris. Anno MDXXX*. Em 1539, ainda em Lovaina, Damião de Góis publicou os *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem, anno 1538*. Em 1544, acrescenta-lhe os *Aliquot Opuscula* acerca de assuntos variados da Ásia e da África. Finalmente, e ainda em Lovaina, sai do mesmo autor, o *De bello Cambaico ultimo commentarii tres*.¹⁰³ Lugar ainda para fazer referência a uma crónica anónima e inédita, elaborada no primeiro quartel do século,¹⁰⁴ que terá sido possivelmente utilizada por Castanheda e Barros, a *Crónica dos descobrimentos e conquistas da Índia pelos portugueses*. Como se

¹⁰⁰ Cf. CURTO (2007:99).

¹⁰¹ Cf. CURTO (1998: 443).

¹⁰² Cf. COSTA (2011:310).

¹⁰³ Cf. RAMALHO (1992:25).

¹⁰⁴ Cf. LOPES e SARAIVA (s/d: 294).

depreende, neste período a estratégia historiográfica assentou fundamentalmente nas *epistulae* e na breve relação impressa. De notar ainda que uma das obras mais significativas deste momento, ainda que não se inclua no âmbito da historiografia, mas sim no universo da literatura náutica e de inspiração científica, na circunstância o *Esmeraldo de situ orbis*, escrito na primeira década do quinhentismo, por Duarte Pacheco Pereira, permaneceu manuscrita até ao século XIX. *O Aquiles Lusitano*, segundo Luís de Camões, foi um notável estratega militar nos vários teatros de operações em que os portugueses então actuavam. Distinguiu-se também como cosmógrafo, e nesta sua obra do *humanismo prático*,¹⁰⁵ não se cansa de sublinhar o papel que a experiência dos portugueses teve na desmitificação dos erros geográficos propostos por autoridades antigas como Ptolomeu ou Pompónio Mela.

Já no segundo momento, assiste-se a uma explosão editorial de textos sobre a expansão ultramarina, altura em que surgem as grandes sínteses, publicadas sob a forma de colecção, como as três primeiras Décadas da *Ásia* de João de Barros, publicadas respectivamente em 1552, 1553 e 1563, e a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, cujo livro primeiro saiu, em Coimbra, dos prelos de João da Barreira, em 1551 e os dois livros seguintes, no ano imediato. Ao mesmo rol, pertencem também as manuscritas *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, falecido em 1563, bem como uma alargada biografia do *Leão dos mares*, intitulada *Commentarios de Afonso de Dalbuquerque* (Lisboa, 1557) de Brás de Albuquerque. No decurso destas duas décadas e meia, são editados também alguns opúsculos sobre feitos circunstanciados, como o *Livro primeyro do cerco de Diu que os turcos poserão à fortaleza de Diu* (Coimbra, 1556) de Lopo de Sousa Coutinho, a *Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Cristovão da Gama fez nos Reynos do Preste João, com quatroçêtos portugueses* (Coimbra, 1564) de Miguel de Castanhoso assim como o *Comentário do cerco de Goa e Chaul no anno de MLXX* (Lisboa, 1573) entre outros títulos. Como se observa, trata-se de obras cujos títulos denunciam um claro enfoque sobre a história externa de Portugal, focalizadas nos feitos praticados no espaço imperial de então, o que não invalida que a *Crónica de D. Manuel* (Lisboa, 1566-1567) de Damião de Góis, que sob o aparente título constituído pelo nome do monarca, que deixaria implícito um tratamento primordial dos assuntos internos de Portugal, não deixe de dedicar 88% da matéria dos seus quatro livros também a assuntos

¹⁰⁵ BUESCU (2008: 302).

ultramarinos.¹⁰⁶ De igual modo, o *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae Inuictissimi Virtute et Auspicio Gestis Libri Duodecim* (Lisboa, 1571) de Jerónimo Osório dedica ampla atenção aos feitos portugueses praticados em África e no oriente durante o reinado de D. Manuel. Embora não pertencendo ao género historiográfico, contudo mantendo com ele estreitas relações, este foi o período em que finalmente a tão desejada epopeia se efectivou, com a publicação de *Os Lusíadas* (Lisboa, 1572) de Luís de Camões, logo seguido da edição de um novo poema heróico, o *Sucesso do segundo cerco de Diu* (Lisboa, 1574) de Jerónimo Corte Real. Fica pois claro, que no contexto quinhentista, este foi o momento em que a historiografia portuguesa, mormente a ultramarina atingiu maior fulgor.

Finalmente, a derradeira década de quinhentos vem a ser o último ciclo historiográfico. O entusiasmo expansionista que marcou a etapa anterior torna-se agora contido. O império entrara num irreversível declínio e tal desencanto contagiou a historiografia. É certo que é precisamente nesta década que Diogo do Couto é empossando no cargo de cronista e guarda-mor da Torre do Tombo, tendo nessa altura assumido a tarefa – por decisão de Filipe II – de continuar as *Décadas*¹⁰⁷ da *Ásia* iniciadas por João de Barros, narrando os feitos portugueses no oriente. No final do século, dá-se uma inflexão na historiografia tanto pela parte de autores como do público, dirigindo o seu interesse para as grandes sínteses históricas nacionais, modeladas de acordo com a *Crónica Geral de Espanha* de Afonso X, de que são exemplo os *Dialogos de varia historia* (Coimbra, 1594 e 1599) de Pedro Mariz, a *Relacion de las vidas e hechos de los reyes de Portugal* (Mântua, 1596) de Fernando de Goes Loureiro,¹⁰⁸ assim como as *Crónicas dos reis de Portugal* (1600) de Duarte Nunes de Leão. Deve dizer-se, também, que esta tendência é influenciada pelo contexto historiográfico espanhol, nomeadamente pela *História de España* (ed. latina, Toledo, 1592; 2ª ed., 1595; trad. castelhana, 1601) do padre Juan de Mariana.¹⁰⁹

Como acabámos de ver, identificam-se três momentos maiores no que toca à historiografia de quinhentos especificamente dedicada à expansão. É importante dizer-se que estas são apenas algumas das obras que chegaram aos nossos dias, como tal é sobre as mesmas que exerceremos as nossas reflexões. Efectivamente, os investigadores apontam que muitas outras obras historiográficas foram escritas – a maioria de cariz

¹⁰⁶ Cf. CURTO (2007: 110).

¹⁰⁷ Cf. SERRÃO (1972: 248).

¹⁰⁸ Cf. CURTO (2007:114).

¹⁰⁹ Cf. CURTO (2007:114).

militar-marítimo¹¹⁰ – neste período do Renascimento, mas que, por diversos motivos, não chegaram até nós. Temos pois de nos cingir àquelas que hoje existem. Ainda que de uma forma breve, é ocasião para tecermos uns concisos comentários sobre os três momentos de produção historiográfica comprometida com o império.

Assim, ao atentarmos para a historiografia elaborada no período circunscrito à primeira metade do século, tendo bem presente que o mesmo é constituído por um arco temporal de cinquenta anos e se a confrontarmos com a *miríade* de feitos alcançados em tal época, descobertas, conquistas, assaltos, batalhas na terra e no mar, cercos etc., alguns deles inauditos, somos, numa primeira análise, levados a dar razão aos autores coevos que teimosamente repetiam que os portugueses punham mais interesse em fazer do que em escrever as suas façanhas. Por outro lado, se nos cingirmos exclusivamente à cultura impressa, e compararmos o que foi publicado na Europa sobre a expansão portuguesa com aquilo que os portugueses levaram ao prelo acerca da sua história, mais vincada se torna tal ideia. De facto, a expansão quer portuguesa quer espanhola desde cedo despertaram a curiosidade europeia. Assim, Johan Weissenburguer, impressor em Nuremberga, entre 1506 e 1507 publicou quatro panfletos sobre matérias portuguesas. Um dos mais relevantes é a *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris*, de 1507, que é uma reedição de uma relação publicada em Roma, baseada numa carta de D. Manuel.¹¹¹ Nela relatam-se os feitos de Francisco de Almeida em África e no oriente e interessou muito a financeiros alemães envolvidos nessa empresa. Concorrentes directos no comércio das especiarias, os venezianos mantiveram-se sempre muito atentos aos avanços portugueses e publicitavam-nos sob forma impressa, como é o caso da relação *Paesi nuovamente ritrovati*, da autoria de Francanzano de Montalboddo, editado em 1507, cujo impacto foi tal que registou cinco novas edições nos dez anos seguintes e traduções em outras línguas, alemã em 1508, sob o título *Newe unbekante landte*, em 1511 surgiu uma edição inglesa e em 1515, a edição francesa.¹¹² E assim outras relações, relatórios, cartas foram sendo publicadas na Europa sobre a gesta lusa.

Por este simples debuxo editorial facilmente concluímos que antes de meados do século, foram raros os esforços para publicar em Portugal panfletos ou livros sobre navegações e feitos portugueses em África e no oceano Índico. A maioria foi publicada

¹¹⁰ Cf. SANTOS (2003:157).

¹¹¹ Cf. CURTO (1998: 445).

¹¹² Cf. CHAUDHURI (1998: 514).

por iniciativa estrangeira, na Europa. Os estudiosos procuram interpretar esse facto, propondo justificações, mas sem certezas absolutas. Deste modo, é imperioso compreender que a cultura impressa, no século XVI, era controlada pelo estado e pela Igreja, servia para difundir e reforçar as suas orientações.¹¹³ Nesse sentido, alguns estudiosos, como Jaime Cortesão (1924), assumem que essa rara produção editorial se deve ao facto de tanto D. João II, como D. Manuel terem perfilhado uma política de sigilo relativa às descobertas e seus resultados, a fim de evitar que cidadãos de outros estados, nomeadamente italianos, entrassem no mercado concorrente das especiarias.¹¹⁴ Efectivamente tanto Rui de Pina, como Damião de Góis omitem pormenores da empresa portuguesa no Índico. Segundo alguns estudiosos, a coroa manteria uma política de sigilo sobre o conhecimento das rotas navais, das linhas de costa, sistema de ventos, entre outros pormenores. No entanto, as notícias gerais sobre descobrimento de povos e feitos militares rapidamente circulariam pela Europa.¹¹⁵ De forma que talvez a explicação para a pouca publicação editorial de factos alusivos à expansão e para o desinteresse dos portugueses em os registarem por escrito advenha do facto de a mesma informação circular por via manuscrita, sendo impressa apenas a informação que a coroa, com fins propagandísticos, julgava pertinente. Por outro lado, não nos esqueçamos de que a imprensa, apesar de tudo era ainda uma novidade como forma de difusão de notícias e o público leitor poderia ser, em Portugal, muito pequeno, não justificando uma rede completa de distribuição de livros.¹¹⁶ Acresce ainda que o fraco empenho em escrever história poderá estar relacionado com a proximidade temporal com os feitos alcançados, impedindo o necessário distanciamento avaliativo de quem procura fazer história, a que se soma também a proximidade espacial com o exótico – ao contrário de uma cidade alemã, era vulgar em Lisboa poder observar-se um elefante ou um rinoceronte – todo esse clima de epopeia não teria propiciado a reflexão sossegada que tal tarefa exigiria. Podemos ainda supor que não seria fácil para os potenciais historiadores narrar acontecimentos cujos muitos protagonistas estariam vivos, tarefa arriscada como por diversas vezes alguns cronistas coetâneos asseguraram. Por tudo isto, somos levados a concordar com todos os autores que no século XVI se lamentaram pelo facto de os portugueses colocarem muito empenho nas proezas e pouco cuidado no seu registo. Isso é de tal maneira evidente, porquanto os dois cronistas régios subsequentes a Rui de Pina,

¹¹³ Cf. CURTO (1998: 443).

¹¹⁴ Cf. CHAUDHURI (1998: 514).

¹¹⁵ Cf. COSTA (2011: 313).

¹¹⁶ Cf. CHAUDHURI (1998:518).

Fernão de Pina e António Pinheiro, num período que ascende a mais de cinquenta anos,¹¹⁷ nada tenham produzido de relevante conteúdo historiográfico.

O segundo momento de produção historiográfica, fortemente focalizado na gesta ultramarina, corresponde à primeira tentativa para sistematizar os feitos portugueses no oriente, publicadas à maneira de grandes colecções. Cientes de que a *nação português é tam descuidada de si quão pronta e diligente nos efeitos que lhe que lhe competem por malicia e que mais se preza de fazer que dizer*,¹¹⁸ eis que nos alvares da segunda metade do século XVI, tanto Barros como Castanheda reivindicam para si o pioneirismo na perpetuação pela pena das proezas alcançadas por navegadores e por combatentes. Como se pode explicar esta súbita inflexão historiográfica tanto do ponto de vista da sua intensificação editorial como da sua concentração na história ultramarina?

Entre os estudiosos que abordam as questões editoriais do século XVI, não encontramos um enfoque cirúrgico, nem uma resposta definitiva sobre o assunto em causa. Em todo o caso, considerando naturalmente as explicações aduzidas por esses mesmos investigadores, bem como a nossa leitura dos mesmos factos históricos e editoriais, apresentamos aqui uma interpretação para esse marcado interesse historiográfico sobre os feitos do oriente, verificado no terceiro quartel do século XVI.

Começamos por dizer que esse êxito editorial, pelo menos quando comparado com a primeira metade do século XVI, começa a desabrochar ainda antes do *terminus* do reinado de D. João III (1521-1557). Ora, em primeira instância, há que ter bem claro que no decurso deste período, se bem que já anunciadas no reinado de D. Manuel, sobrevêm algumas transformações no ordenamento político-social europeu, que acabarão por determinar o rumo de governo do *O Piedoso*. Assim, o século XVI viu intensificar uma literatura muito orientada em definir as virtudes ideais que um príncipe deveria possuir para governar com clarividência a república. Tal literatura política, conhecida por *espelho* ou *regimento de príncipes*, não descurava também de apontar a monarquia como a melhor forma de governo, simbolicamente representada na metáfora do corpo humano, cuja cabeça, identificada com o rei, comandava os restantes membros, ou seja os súbditos, com vista à obtenção do bem comum. Já S. Tomás de Aquino (1204-1274) no *Regimento dos Príncipes* (c.1266-67) procura apresentar a monarquia como a melhor forma de governo, assim como já em pleno século XVI, Antonio Guevara, no seu *Relox de Principes* dedicado a Carlos V, insiste nessa imagem de representatividade social,

¹¹⁷ Cf. SERRÃO (1972:195).

¹¹⁸ João de Barros, Prólogo da Década I da *Ásia*.

texto aliás que D. João III mandou imprimir em Lisboa.¹¹⁹ Em várias ocasiões públicas de celebração do poder, oradores de distinta gravidade, repetiram diante do rei tal doutrina política. Se bem que no início a ideia primordial era de que o rei, como cabeça, se assumia como elemento preponderante, desempenhando um papel unificador e regulador, estabelecendo com os restantes membros sociais uma união solidária e funcional, a verdade é que progressivamente se foi caminhando para um acentuado protagonismo do rei enquanto cabeça, abrindo-se assim espaço para a afirmação do absolutismo régio e postergando definitivamente o conceito secular da república entendida como *corpo místico*.¹²⁰ Foi assim que o rei e a monarquia, por meio de um conjunto de mecanismos políticos, simbólicos e administrativos, procuraram afirmar, difundir e consolidar eficazmente esse poder diante de outros poderes concorrentes. Rigorosamente, desde os tempos de D. João II (1481-1495), passando pelo reinado de D. Manuel (1495-1521), que vinha sendo desenvolvida uma série de formulações com vista ao fortalecimento do poder régio de acordo com os ditames dos Estados modernos. Neste particular, sublinhe-se, a imprensa desempenhou um papel central, uma vez que serviu de instrumento de divulgação de textos legislativos, iconográficos e ideológicos provenientes das estruturas régias. Na prática, a tendencial concentração de poderes na pessoa do rei D. João III teve como consequência, por um lado, não só a rarefação das reuniões de cortes, apenas três no reinado, mas também na sua instrumentalização como suporte de políticas e necessidades, muito distante do seu original entendimento de assembleia de estados.¹²¹ Por outro lado, pode dizer-se, com o reinado joanino, a máquina administrativa cresceu exponencialmente, *verificou-se um verdadeiro surto burocrático e legislativo, materializado na publicação de centenas de regimentos, leis e alvarás, na reforma e desenvolvimento de uma rede administrativa, na multiplicação de oficiais régios que só teria paralelo mais tarde durante a monarquia filipina*.¹²²

Se a máquina burocrática do estado ia aumentando, a liquidez financeira da fazenda ia diminuindo, não só porque cresceram os gastos com a gestão corrente, mas sobretudo porque os custos de guerra aumentaram consideravelmente, uma vez que, a partir da década de trinta, o estado teve de se empenhar arduamente para defender militarmente o seu império de sucessivos e dispersos ataques. As praças em África eram postas em constantes sobressaltos devido à enorme pressão exercida pelos muçulmanos,

¹¹⁹ Sobre a temática do príncipe ideal no Renascimento veja-se SOARES (1994).

¹²⁰ Cf. BUESCU (2008:218).

¹²¹ Cf. BUESCU (2008: 221).

¹²² BUESCU (2008: 221).

de tal maneira que os esforços militares e financeiros se tornaram insuficientes, pelo que o monarca determinou abandonar algumas delas, facto que marcou negativamente o imaginário de certos sectores aristocráticos. O império no oriente, por sua vez, deparava-se com a expansão dos turcos otomanos e Diu confrontou-se com dois sucessivos cercos que deixaram exangues a respectiva fazenda. O esforço de guerra na Índia contra turcos e coligações autóctones era tal, que um português, atendendo a esse facto, bem como à desproporção de meios, afirmou que fazer guerra da Índia equivalia a tirar água do mar e voltar a lançar-lha.¹²³ Porém, a ameaça maior começava a manifestar-se e vinha justamente da Europa. Efectivamente tanto as riquezas como os territórios descobertos por portugueses e por espanhóis começaram a despertar a cobiça de Francisco I (1515-1547), rei da França, iniciando um processo de contestação da partilha do mundo assinada pelos dois reinos ibéricos em Tordesilhas, e da sua prerrogativa de *mare clausum*, ficando famosa aquela sua afirmação em que requeria que lhe mostrassem a cláusula do testamento de Adão em que ele mesmo era excluído da partilha do mundo.¹²⁴ Deste modo, desenvolveu uma acção feroz de corso e pirataria nos mares em que navegavam as embarcações portuguesas e espanholas, pelo que Portugal, para além das perdas comerciais, teve de investir numa armada defensiva da sua frota mercante. Do mar, passou-se a terra, de tal forma que a França acalentou o sonho de fundar no Brasil, uma França Antártica, desapossando os portugueses das terras brasílicas. Aí aportaram em 1555, obrigando os portugueses a reagir militarmente, até lograrem a sua expulsão em 1567. Para além das acções de corso, a que os ingleses também se juntaram, de igual modo no plano ideológico, várias eram as vozes autorizadas, como Erasmo ou Paulo Jóvio, que sensivelmente desde o início do reinado de D. João, internacionalmente iam colocando em causa a justiça e a validade do império marítimo-comercial português. Se no plano, digamos, externo as dificuldades eram muitas, também, no foro interno, o império demonstrava instabilidade. Na Índia portuguesa, a corrupção, as disputas pelo poder, a falta de justiça, a desorganização administrativa e militar, a promiscuidade entre cargos oficiais e actividades particulares ameaçavam a sua integridade. Com tantos problemas, o final do reinado de D. João III imprimia na sociedade coeva, a sensação de que um capítulo áureo se estava a encerrar.

Foi pois neste ambiente das décadas de cinquenta e sessenta, marcadas pela percepção de uma realidade disfórica, diferente da glória ampliada pelas descobertas

¹²³ Cf. BUESCU (2008: 273).

¹²⁴ Cf. BUESCU (2008:156).

manuelinas, que João de Barros, Castanheda, Damião de Góis, no caso a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* e Jerónimo Osório, referimo-nos naturalmente ao *De rebus Emmanuelis Gestis*, deram ao prelo as suas obras historiográficas, focalizadas nos acontecimentos do Oriente, praticados desde a chegada do Gama até 1550. Também Gaspar Correia elaborou as *Lendas da Índia* na década de cinquenta, mas a sua obra permaneceu inédita durante séculos. Como se vê, estes acontecimentos editoriais demonstram, na sua totalidade, uma primeira grande divulgação pela imprensa portuguesa da gesta portuguesa no oriente. Como interpretar que num momento de crise e de quebra de confiança nacional se assiste a esta avalanche de historiografia impressa?

Parece-nos que a resposta possível terá de contemplar diversas variáveis. Assim, aparentemente, parece tratar-se de uma espécie de compensação cultural, em que a publicação historiográfica, mas também de outros géneros, procurava contrabalançar o pessimismo político-social e económico vigente, uma vez que:

as celebrações do passado, ou seja, as tentativas destinadas a inventar ou a manipular a memória em função dos interesses do presente, atingem a sua maior intensidade em momentos de crise e são sobretudo instrumentalizadas por aqueles que pretendem exorcizar as suas próprias derrotas.¹²⁵

De acordo com tal hipótese, esta vaga glorificadora da história e da identidade nacionais do terceiro quartel do século teria atingido o seu acme com o poema épico, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. No mesmo sentido, se inscrevem os actos orientados para o reavivar da memória de D. Manuel, que passam pela solenizada trasladação dos seus ossos para o Mosteiro dos Jerónimos em 1551, até às citadas crónicas manuelinas de Damião de Góis (1566-67) e de Osório (1571). Com o mesmo intuito, Fernão Lopes de Castanheda viu-se obrigado a corrigir a segunda edição (1554) do primeiro livro da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, de forma a dar maior protagonismo a D. Manuel. Esta reescrita da história em função dos interesses do presente foi certamente favorecida pelo poder central, mas também por interesses particulares, vinculados a determinadas linhagens ou personalidades individuais que procuram ver reconhecidos junto do rei os seus feitos e as suas recompensas. De facto, também por esta altura, a par dos feitos do colectivo, sobressaem monografias históricas focalizadas nos feitos de um herói, como é o caso de D. João de Castro, celebrado por Diogo de Teive e Leonardo Nunes. Outros, buscam reabilitar a memória de familiares

¹²⁵ CURTO (1998:451).

injustiçados, como aconteceu com Afonso de Albuquerque, destituído do cargo de vice-rei da Índia, em 1515, por D. Manuel. A partir dos escritos de seu pai, Brás de Albuquerque empreendeu a redacção dos *Comentários de Afonso de Albuquerque*, com edições em 1557 e 1576. Parece pois que, nos meados do século, surge uma tentativa de estabelecer uma galeria hierarquizada de heróis nacionais,¹²⁶ filiada numa lógica de mercês, de que o discurso histórico, em parte, também é tributário, pois *são os poderes que suscitam a escrita da história, fazendo dela uma das suas acções*.¹²⁷ Poderes esses, como acabámos de ver, da esfera privada, assim como do próprio poder régio. Enquanto acima falávamos de que o discurso histórico em meados de quinhentos poderia ter incentivado uma escrita histórica enaltecadora da gesta conquistadora do oriente, a fim de contrariar o pessimismo contemporâneo, contudo, quer parecer-nos que a escrita da história, nomeadamente a que é solicitada pelo poder, a historiografia oficial, tem um escopo muito mais alargado, do que tão-só celebrativo.

Focalizados, pois, no reinado de D. João III, importa vincar que, assim que O Piedoso sucedeu a D. Manuel no trono, o projecto imperial manuelino sofreu uma inflexão estratégica, que de uma forma prosaica, se pode resumir na suspensão das suas ambições expansionistas e imperialistas, para se concentrar exclusivamente na manutenção, conservação dos domínios economicamente vantajosos, como era o Estado Português da Índia, o promissor Brasil, enquanto, por essa via, algumas praças norte-africanas eram abandonadas. Uma das linhas de actuação para a manutenção da soberania na Índia passou por provê-la militarmente contra os avanços otomanos, mas também dotá-la de uma máquina administrativa que aliada à vertente religiosa, tendo como referência o modelo imperial romano-cristão,¹²⁸ ajudasse na consecução de tal objectivo. Por outro lado, numa altura, em que a ameaça turca otomana exercia pressão em várias frentes, não só na Índia, mas também na Europa, patrocinada por dúbias posições cristãs, como Veneza, numa altura em que o império português começava a gerar a cobiça dos impérios emergente, como a França, D. João III empenhar-se-á em manter a soberania das rotas e possessões alcançadas, desenvolvendo uma diplomacia internacional de defesa dos interesses portugueses, que passava não só pela afirmação do prestígio e reputação do monarca português, mas também pela legitimação do império ao nível do Direito Internacional, de acordo com a teoria do *Iustum Imperium*. Para isso, D. João

¹²⁶ Cf. CURTO (1998:453).

¹²⁷ CURTO (1998a:465).

¹²⁸ Cf. LOPES (2007: 180).

fomentou uma rede de embaixadores, letrados, humanistas e historiadores que, externa, mas também internamente, desempenharam tal missão. Para além de encontros diplomáticos havidos, o texto impresso, mormente o discurso epistolar, com notícias vindas do oriente, de feição muitas vezes propagandística,¹²⁹ por isso escritos na língua veicular de então, o latim, serviram esse propósito. Contudo, foi o discurso historiográfico, particularmente o oficial, que desde o início da expansão, naturalmente com Zurara à cabeça, mais eficazmente deu visibilidade aos tratados, à diplomacia, enfim à ideologia que procurava validar o poder português sobre rotas e espaços junto da *Respublica christiana*, designadamente face a pretensões e expectativas de estados cristãos que pretendiam estender a sua influência a esses mesmos domínios, quer àqueles que se encontravam na sua área de expansão.¹³⁰ Enfim um *iustum imperium* português. Não nos esqueçamos de que essa forma de pressão exercida pela historiografia tinha um alvo europeu alargado, porquanto algumas monografias foram escritas em latim, logo no centro da Europa, como os opúsculos de Damião de Góis, mas também porque os primeiros livros das obras de João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda rapidamente alcançaram êxito internacional, materializado em traduções para várias línguas europeias.

Deve atender-se que a historiografia portuguesa de quinhentos desempenha um papel de fundamentação¹³¹ do império português, uma vez que assenta num sistema conceptual anterior ou contemporâneo das acções a que se refere. Não se lhe pode atribuir um papel justificativo, porquanto a justificação é necessariamente uma concessão de razão ou desculpa a quem anteriormente a não possuía, sendo, portanto, revisionista. Recorde-se, por exemplo, que logo no início da expansão, antes de D. João I decidir conquistar Ceuta, consultou os seus letrados sobre a justiça desse projecto, declarando-lhes que, ainda que entendesse conquistar todo o mundo, não o faria se tal não fosse serviço de Deus. Por isso lhes pedia *por que eu possa saber certamente se isto é Seu serviço [...] queirais escoldrinhar assim por vossos bons livros e santas escrituras, como pela alteza de vossos entendimentos*.¹³² De forma que, desde o seu início, o projecto expansionista português teve subjacente um enquadramento jurídico que o sancionasse como justo, um *iustum imperium*. Justo, entenda-se no sentido equivalente de correcto, perfeito, de ajustado à forma. *É precisamente nesse sentido puro de forma que se fala de iustum bellum, iustum hostis, iustum exercitus, iusta acies [...] um império fundado,*

¹²⁹ Cf. LOPES (2007:181).

¹³⁰ Cf. SALDANHA (2005: 152).

¹³¹ Cf. SALDANHA (2005:167).

¹³² Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Cap. X.

*sustentado [...] por normas e procedimentos considerados lícitos à face daquela tríade de justiça de justiça, ética e moral vigentes na época.*¹³³

É o próprio D. João III, em 1530, que na linguagem política da época, alude à fundamentação do império:

Bulas e Decretos dos Santos Padres [...] não somente confirmam a posição do que os ditos reis meus antecessores e eu temos achado e começado a achar, mas lhe dão e concedem os senhorios de tudo [...] e defendem que nenhum outro género de cristão não impeça o sobredito nem navegue, nem pesque nos sobreditos mares, nem contrate nas ditas terras sob grandíssimas penas e censuras.¹³⁴

Diga-se, em abono da verdade, que este discurso legitimador foi enunciado por outros monarcas portugueses, mas também castelhanos, nos momentos em que foi necessário defender os respectivos impérios junto da cristandade. São similares os argumentos, amplamente repetidos, por castelhanos e portugueses que justificam a preferência papal pelos reinos ibéricos e que se encontram bem expressos na carta-réplica de Damião de Góis a Paulo Jóvio, na qual argumenta que os portugueses têm gasto enormes somas de dinheiro e vidas humanas na dilatação da fé e do império, enquanto os restantes reinos cristãos, indiferentes aos apelos para a colaboração na luta contra os infiéis, se ocupam em lutas fratricidas. Para além de Góis, outros historiadores, assim como diplomatas, juristas repisaram semelhantes argumentos, até mesmo teólogos, como Francisco de Vitoria, no seu *Relictio de Indis: como foram os soberanos hispânicos os primeiros que, sob os seus auspícios e com o seu dinheiro empreenderam aquela navegação e tão felizmente descobriram o novo mundo, justo é que tal empresa seja proibida aos demais e eles só desfrutem do descoberto.*¹³⁵

Compreende-se, pois, que ao longo do processo expansionista, Portugal tenha insistido no peso tranquilizador das Bulas romanas. De facto, com esses documentos ficava sancionado o usufruto dos territórios descobertos, consagrava-se a luta contra o Islão e a conseqüente posse desses territórios conquistados como sustento dessa missão. Em síntese, o programa doutrinário que legitimou a expansão portuguesa e naturalmente a castelhana, particularmente na reivindicação dos respectivos proveitos, assentou numa tríade indivisível constituída pelas vertentes militar, comercial e religioso, sendo

¹³³ SALDANHA (2005:170).

¹³⁴ SALDANHA (2005:172).

¹³⁵ Vitoria (1967), *Relictio de Indis...*, 88-89.

contraproducente isolar uma sem destacar as outras, como fica claro no parecer de Jorge da Silva, enviado em 1573, ao rei D. Sebastião:

Os Papas deram as terras dos infiéis a El-Rei de Portugal e a El-Rei de Castela *ad propagandam fidem* e porque os ministros do Evangelho não têm liberdade para ensinar a Fé Católica pela insolência dos bárbaros, é necessário que levem em sua defesa armas e exércitos. E por razão destes gastos podem os reis cristãos licitamente aproveitar-se dos proveitos e das terras dos infiéis.¹³⁶

Como se vê claramente, o lucro da expansão não era *uma causa, mas um meio cuja legitimidade da existência se verifica em função do modo de aquisição e da sua afectação a uma utilização ou causa lúdima*.¹³⁷ Foi isso mesmo que Damião de Góis declarou na célebre carta-contestação ao *Paulo Genovês*, o qual não fala *por mor do bem público, mas pelo seu próprio interesse, que é o que leva também as outras nações a invejar a nossa navegação, pois buscam mais o seu lucro que a propagação da religião*, confrontando-o com a gesta heróica dos portugueses na Ásia, África e Brasil em benefício da Fé, única razão do império comercial ultramarino:

Certo é – e não é coisa que se não deva dizer – que também nós tiramos proveito e riqueza das nossas viagens, porque sem isso nem a Europa toda seria capaz de suportar as despesas que todos os dias fazemos. Mas precisamente por isso devíamos ser louvados, porquanto não percorremos o Oceano como negociantes inermes em demanda apenas do lucro das especiarias, como antigamente fizeram e ainda agora fazem muitas nações da Itália, Espanha e França, mas, protegidos por exércitos e armadas para impor respeito aos inimigos, dilatamos não só as fronteiras da nossa soberania, mas também as da fé cristã. [...] Oxalá o doutíssimo Jóvio tivesse visto isto e também o que os nossos fizeram na Etiópia, onde graças ao nosso esforço e doutrinação, o poderoso rei do Manicongo recebeu com todo o reino a fé de Cristo. Depois, oxalá também soubesse como podemos pregar a mesma fé de Cristo em todos os reinos da Guiné e da Nigéria, que são inúmeros, e quase até ao Monte da Lua, e nos reinos de Sofala, Benamataxa, Moçambique, Quíloa, Mombaça, Melinde e noutros, e na Ilha de S. Lourenço, e até ao Golfo Árábico, e nas imensas praias austrais do Brail [...] Sem dúvida que agora *por toda a terra se espalhou a sua voz, e até extremas as suas palavras*, e há a esperança de que a fé de Cristo será propagada a pouco e pouco, com a Sua ajuda e a nossa pregação, muito mais longe até aos sertões.

Pelo exposto, podemos compreender melhor o motivo pelo qual a historiografia portuguesa de feição essencialmente ultramarina atingiu o seu período mais produtivo em qualidade e quantidade no terceiro quartel de quinhentos, bem como o papel que a história desempenhou na fundamentação do império. É certo que uma concomitância de

¹³⁶ Cit. em SALDANHA (2005:160).

¹³⁷ SALDANHA (2005:162).

razões estão na base desse facto, embora umas nos pareçam ser mais determinantes que outras. É certo que, como aduzem alguns estudiosos, este fulgor historiográfico centrado na exaltação épica da gesta imperialista possa ter sido uma forma de contrapeso anímico numa época em que eram sentidos os primeiros sinais de preocupação com o futuro do império. Poderá também ser uma tentativa de, no jogo de mercês, algumas linhagens envolvidas directamente no processo expansivo, verem reconhecidos os seus méritos e as suas tenças. Contudo, e pelo que se nos foi dado a observar, temos de ir um pouco além e verificar que a historiografia, sobretudo a oficial, em cuja conta se integram as obras de Damião de Góis, João de Barros ou Jerónimo Osório, obras que estritamente vinculadas ao rei e à ideologia vigente, acabam por desempenhar um papel de afirmação do poder, como o faziam outros discursos integrantes de cerimónias públicas do espectáculo desse mesmo poder. Ora, se pensarmos na historiografia romana, os estudiosos não têm dúvidas de que além de patriótica era também justificativa, pois pretendia legitimar a estratégia expansionista do império, enquanto a épica virgiliana viu no mito os esteios da romanidade e celebrou a sua propensão civilizadora.¹³⁸ Algo análogo se passou com a historiografia portuguesa de meados do século. Recordemos que, foi no reinado de D. João III, que o estado aumentou a sua centralização, levando a efeito um amplo processo de administração burocrática. Tanto administrativa, como simbólica, como ainda politicamente tudo concorria para elevar o poder e o prestígio do rei. Para tal objectivo de muito útil foi a historiografia. Quer os opúsculos, que escritos em latim, anunciaram à *Respublica* dos cristãos a gesta portuguesa no oriente, quer as obras escritas em vernáculo, que acabaram por ter traduções noutras línguas, começam por elogiar o rei e as suas virtudes nos prólogos e, ao longo dos seus capítulos, contribuem para a legitimação da sua estratégia expansionista. Cientes do papel difusor propiciado pela tipografia, os círculos do poder viram na obra historiográfica impressa uma forma hábil de demonstrar aos outros a legitimidade dos direitos adquiridos com e no império, numa época em que outros impérios estavam a nascer. Mais do que justificativa, a historiografia coeva é fundamentadora, porquanto procura enquadrar e argumentar de acordo com as normas jurídicas vigente, a legalidade de exploração exclusiva do seu do império ultramarino. Era pois um *iustum imperium*, justo porque, segundo a respectiva argumentação, estava ajustado, estava de acordo com as normas ético-jurídicas da época. De facto, quando D. Manuel adoptou o ditado de *senhor da conquista navegação e*

¹³⁸ Cf. LOPES (2007: 93).

comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, e depois dele os reis seguinte, fê-lo, segundo João de Barros, *ex iure*:

porque (como já repetimos por vezes) os sumos pontifices tinham cõcedido a este reino tudo o que descobrissem do cado Bojador ate a oriental plaga, etcétera, segundo mais compridamente se contem nas próprias doações. [...] Pera os quaes títulos nam ouve mister mais escriptura que a primeira doaçam apostólica [...] quanto mais que ao presente sam confirmados per o direito de usucapionis (como dizem os juristas) de mais de cincoenta e tantos anos de posse...¹³⁹

Assim sendo, a historiografia ao alinhar e dar voz à ideologia oficial, verdadeiramente pode ser entendida, de acordo com o pensamento ciceroniano, como um *opus oratorium maxime*, porquanto se empenhou na defesa do estado e do império ultramarino-comercial.

Finalmente é hora de analisar a terceira vaga historiográfica que teve lugar na última década de quinhentos. Se bem que a historiografia de natureza ultramarina continuasse a ser objecto de atenção, a verdade é que o interesse do público e dos escritores se concentrou na história nacional. Incluem-se neste apartado, os *Dialogos de varia historia* (1ª ed, Coimbra, 1593) de Pedro Mariz ou a *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal* (1600) de Duarte Nunes de Leão, de uma longa listagem. Todas estas obras *contribuem para uma tematização do que se considera ser a nação: o seu passado, os actos dos seus reis e heróis, o seu território, os seus recursos*,¹⁴⁰ etc. Estas sínteses da história nacional, por vezes recuam as suas raízes até aos tempos bíblicos, insistindo na fundação divina da nação, incumbida de tornar universal o Cristianismo, missão revelada ao rei fundador pelo próprio Cristo. A emergência desta história de cariz autonomista que advoga a impossibilidade a dominação por potências estrangeiras, estará relacionada com a Batalha de Alcácer Quibir e a consequente perda de soberania em 1580.

Este é pois o século de ouro da historiografia portuguesa. Num ambiente de exaltação glorificativa, a história enaltece os reis que dirigiram a empresa expansionistas e os fastos cometidos na sua consecução. Com o Renascimento, dá-se o encontro da modernidade descoberta com a civilização clássica. Recuperam-se formas antigas para celebrar o momento presente, num verdadeiro processo emulativo, em que os portugueses

¹³⁹ João de Barros, *Década I da Ásia*, Liv. 6, Cap. II.

¹⁴⁰ CURTO (2007:114).

levam a palma. Para alguns historiadores como Barros, Lopes Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto a história de Portugal é quase sempre o ultramarino. Já autores como Damião de Góis e Jerónimo Osório, ainda que foquem o império, fazem-no colocando no centro o elogio do monarca.¹⁴¹ Enquanto soldados e marinheiros ajudaram a edificar o império com a espada, os historiadores colaboram, como o discurso histórico, tanto na sua perpetuação intemporal, como também na sua sustentação ideológica, em alturas de acesa disputa pelos proveitos de tão vasto império.

Verdadeira aliada da historiografia portuguesa de quinhentos foi a imprensa, que permitiu que a gesta marítima se difundisse pela Europa culta de então, satisfazendo a curiosidade crescente pelo combate aos turcos no oriente e pelo exotismo dos povos descobertos. Quando se analisa o repositório de obras históricas do século XVI, por exemplo da Biblioteca Nacional ou da Biblioteca de Évora, fica-se surpreendido com o seu elevado número e com a sua variedade de géneros. Trata-se, sem dúvida, de um dos mais valiosos capítulos da cultura nacional. De forma que, confrontando esse cômputo impreciso de obras, impressas, inéditas e daquelas muitas que se terão irremediavelmente perdido na voragem dos tempos, com os lamentos de muitos autores coevos, de que os portugueses eram pouco empenhados em escrever os seus feitos, fica-se com a impressão de que se trata mais de um constante apelo à escrita da história do que a uma efectiva realidade.

Tendo como referencial os feitos de gregos e romanos, a historiografia renascentista portuguesa evoca a superioridade das conquistas e das descobertas relativamente às daqueles impérios da Antiguidade. Para essa emulação, muito contribuiu o papel desempenhado pela historiografia, que se assumiu como um firme sustentáculo ideológico tanto do império comercial ultramarino, como da conservação da República portuguesa de quinhentos.

3.2 A HISTÓRIA-PROPAGANDA

Em 1500, o impressor alemão, Valentim Fernandes, dava à estampa um volume que levava o título de *Epistole et orationes quedam Cataldi Siculi*. Este precioso incunábulo abre com uma carta-prólogo do próprio humanista Cataldo Sículo ao 1º Conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, seguida da *oratio* pronunciada pelo mesmo,

¹⁴¹ Cf. SERRÃO (1972: 146).

em 1490, na ocasião da entrada na cidade de Évora da Princesa Isabel, filha dos Reis Católicos, vinda para se consorciar matrimonialmente com D. Afonso, primogénito de D. João II. Aproveitando a presença de altos dignitários estrangeiros, Sículo, como era de regra, pronunciou uma *oratio* focalizada na *laudatio principis*, estratégia retórica que visava por um lado ratificar as fronteiras terrestres com Castela, ao mesmo tempo que tornava emerso o projecto expansionista de D. João II no Atlântico.

Ora, o que importa agora destacar, é que esta *oratio* era apenas uma das muitas *orationes* e *epistulae* de Cataldo que copiosamente completavam o volume impresso por Valentim Fernandes. Umás mais breves, outras mais longas, mas todas em latim renascentista, denunciavam um humanista exímio no burilar do discurso de imitação clássica, potenciado pelas virtuosidades divulgadoras da tipografia.¹⁴² Cirurgicamente dirigido a um público aristocrático europeu, por todo este volume transcorre a temática do elogio do Príncipe Perfeito, D. João II. Assinale-se contudo que a *laudatio principis* não era exclusiva da oratória, pois também a encontramos na historiografia, bem como na poesia. Garcia de Resende, no prólogo do *Cancioneiro Geral* (1516), descreve enfaticamente o *imperium*, reconhecendo implicitamente que tudo o que nele acontecia mais não era que o próprio reflexo da grandeza de D. João II: *tantos reinos e senhorios, cidades, vilas, castelos, por mar e terra tantas mil léguas, e por força de armas tomados, sendo tanta a multidão dos contrairos [...]*. A diferença entre estes textos, escritos quase sempre em vernáculo e aqueloutros em latim, é que aquelas *orationes* e *epistulae*, nestes inícios de quinhentos, se destinavam à *propaganda europeia e internacional do monarca português*.¹⁴³ O facto de esta literatura de propaganda em latim ser entregue a impressores estrangeiros tem desde logo subjacente o intuito claro de difusão europeia. Este tipo de literatura emerge no final do reinado de D. João II e prolonga-se ao longo de todo o reinado de D. Manuel, num momento em que estes monarcas, servindo-se do suporte literário, procuravam não só afirmar a sua grandeza *inter pares*, como também assegurar o monopólio comercial da rota do Cabo.

Nos primórdios de quinhentos, foram não só as *orationes* e as *epistulae* de Cataldo Parísio Sículo, mas também as de outros *oratores* que, reunidas posteriormente em folheto breve, muitos dos quais impressos em Roma, se tornaram no primeiro órgão difusor das metamorfoses da gesta e do *imperium* portugueses junto das *respublica cristiana*. Neste sentido, importa averiguar os reais motivos por que as *epistulae* e as

¹⁴² Cf. OSÓRIO (1989: 534).

¹⁴³ OSÓRIO (1989: 535).

orationes se tornaram na estratégia discursiva privilegiada pelo sujeito de enunciação – o monarca português naturalmente, diluído por vezes sob o manto diáfano do *orator* – no primeiro quartel do século XVI. Os estudiosos são unânimes em afirmar que, tanto umas como outras, ao apresentarem uma grande unidade formal e temática,¹⁴⁴ cumpriam exemplarmente os objectivos da *real politik* de então. Vamos por partes.

As *epistulae* eram textos curtos, rondando as mil palavras. Dada a sua brevidade, o discurso centrava-se objectivamente nos acontecimentos ocorridos num passado muito próximo. A estratégia argumentativa, mais do que uma *captatio benevolentiae*, passava essencialmente pela apresentação incontestável da verdade dos acontecimentos, sem ambiguidades, impondo-se inequivocamente a história como *auctoritas*, com o recurso à enumeração dos diferentes sucessos alcançados, como se de um relatório se tratasse. Trata-se, pois, de uma estratégia retórica focalizada na *realia* dos factos enunciados pela própria voz do monarca, na 1ª pessoa, senhor de um vasto *imperium* de cujo relato dificilmente se poderia duvidar. É essa atitude centrada no resumo dos factos que encontramos nas cartas de 1507, 1508 e 1513 de D. Manuel dirigidas aos Papas Júlio II e Leão X. Assim, a primeira delas, encontra-se fortemente orientada para os sucessos navais-militares de D. Lourenço de Almeida, alcançados em 1506, em Ceilão, com descrições pormenorizadas das manobras empreendidas nas batalhas navais, mas também na defesa de cidades sitiadas, matérias em que os portugueses estavam decididamente mais bem preparados que os congéneres europeus. De facto, a par da minuciosa relação factual dos acontecimentos, as *epistulae* eram também documentos propícios para o monarca, numa atitude epidíctica, enaltecer, como extensão da sua própria figura, o valor guerreiro dos portugueses, único esteio da cristandade na luta contra os muçulmanos e efectivo empreendedor na propagação da fé, matérias que se cristalizaram como pilares da ideologia oficial do estado e que se encontram disseminadas tanto na historiografia como na épica.

No desenvolvimento destas duas principais linhas argumentativas, não raras vezes encontramos nas *epistulae* o recurso a alguns *topoi* retóricos que encontram uma expressão generalizada nas arengas militares historiográficas, como a desproporção do número de efectivos, com clara desvantagem para os lusitanos, cujos inimigos se contam sempre na ordem dos milhares, para além do facto dos mesmos virem sempre conotados

¹⁴⁴ Cf. OSÓRIO (1989: 536).

com a perfídia, com a soberba, *superbia hostium*, sem dúvida ilícitos graves que legitimam a guerra que os portugueses lhes movem.

Com a *factorum relatio* das *epistulae*, sobretudo as de 1507 e de 1513, em que são narrados os sucessos de Lourenço de Almeida na primeira e de Afonso de Albuquerque na segunda, D. Manuel pretendia pois demonstrar ao Papa e a toda a cristandade que os portugueses eram não só os mais bem preparados militarmente para livrarem a Europa da ameaça turca, como eram os que mais se empenhavam na consecução desse objectivo.

Ainda que mantenha alguns traços comuns com a *epistula*, a *oratio*, tanto pela sua maior extensão, como pelo facto de ser um discurso filiado numa arraigada tradição oratória, podia dispor de outros recursos retóricos em que aquela estava limitada,¹⁴⁵ porque era essencialmente informativa. Assim, uma *oratio*, ultrapassando a linear função informativa, apresentava-se mais rica, retórica, literária e também tematicamente. Um dos temas recorrentes, veja-se a *oratio* de Diogo Pacheco, em 1505, pronunciada diante do Papa Júlio II, era o elogio do monarca focalizando a sua ascendência, a *gloriosa progenies*, cujos reis, desde os tempos da formação da nação, sempre lideraram a guerra contra os infiéis. De igual modo, a guerra no norte de África não era mais que a continuação do processo de expulsão dos mouros, iniciada na Península nos tempos da reconquista. Ora, para um auditório tão ilustre e poderoso como era o romano, que concentrava todos os interesses e atenções internacionais, cenário ideal para a propaganda régia, as *orationes* serviam o amplo propósito de transmitir uma imagem fabricada da monarquia e do *imperium* portugueses. De facto, as *orationes*:

permitiam um alargamento da organização retórica do discurso e dos mecanismos de sedução e de persuasão de que a retórica era capaz. Não admira, por conseguinte, que venhamos a encontrar nestes textos práticas de enriquecimento literário do discurso, como o recurso a citações, provocando uma intertextualidade com a literatura antiga em latim que não podia passar despercebida aos ouvintes cultos e humanistas da cúria romana, ou então modulações da sequência textual como as apóstrofes, de efeito superior ao que se poderia obter nas *epistulae*.¹⁴⁶

Uma última nota, para o facto de tanto as *epistulae* como as *orationes* irem vincando, cada vez com maior nitidez, neste início de quinhentos, a valorização da violência e da prática guerreira, fazendo transparecer que por detrás de tal discurso

¹⁴⁵ Cf. OSÓRIO (1989: 543).

¹⁴⁶ OSÓRIO (1989: 544).

estavam pressões de certos grupos sociais aristocráticos que, gradualmente, vinham integrando o projecto imperial, como a seu tempo teremos oportunidade de confirmar.

Como acabámos de ver, o primeiro suporte da propaganda internacional do poder régio foi o folheto impresso, privilegiando a divulgação de *epistulae* e *orationes*. Contudo, a partir da década de 30, a propaganda régia passou a ter como meio de divulgação os opúsculos históricos, os relatos breves de eventos de natureza bélica, que se focalizaram essencialmente nos dois assédios que os turcos puseram à fortaleza de Diu em 1538 e 1546. No desenvolvimento deste género historiográfico, escrito na língua internacional de então, o latim, importa destacar dois nomes mais industriais: Damião de Góis e Diogo de Teive.

Góis deixou-nos dois opúsculos dedicados respectivamente a cada um dos cercos, separados entre si por 10 anos: o primeiro impresso em 1539 sobre os acontecimentos ocorridos no ano anterior e o segundo, em 1549, três anos volvidos sobre o retumbante sucesso alcançado em 1546. Ambos partilham o facto de terem sido impressos em Lovaina e *testemunham o mesmo sentido de oportunidade em difundir com rapidez notícias que serviam, claramente, os interesses do monarca português*.¹⁴⁷ De permeio entre os dois relatos goesianos, foi impresso em Coimbra, em 1548, o opúsculo de Diogo de Teive também sobre o segundo cerco de Diu. Talvez por terem sido impressos no centro da Europa, a verdade é que os relatos de Góis tiveram ampla fortuna editorial, mais o primeiro que o segundo, é certo. Ambos foram traduzidos e editados tanto separadamente como incorporados em outros textos do humanista, como a *Fides* e a *Hispania* e que iam ao encontro da grande procura do público europeu, chegando mesmo ao ponto de terem sido integrados em grandes obras impressas, como a *De rebus oceanicis et novo orbe, decada tres* de Pedro Martire de Anghiera e isto não só no presente mas no sequente século, tendo incluído, em 1603, uma colecção de dois grossos volumes, impressa em Frankfurt, dedicada à Hispânia reconquistada, sob o título de *Hispania illustrata*, que para além de outros, integrava obras de D. Rodrigo Ximénez de Rada, Alonso de Cartagena, Antonio de Nebrija, Lúcio André de Resende e também o opúsculo de Diogo de Teive.¹⁴⁸ Ainda no século XVII, o relato de Teive foi impresso em Roma em 1602 e em Barcelona, no ano de 1622.

¹⁴⁷ OSÓRIO (2003:166).

¹⁴⁸ Cf. OSÓRIO (2003:167).

Temos, portanto, três opúsculos latinos, publicados na quarta década, relativos aos cercos de Diu, cuja ordem de impressão foi primeiramente o *Commentarius rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis* (Lovaina, 1539), seguido do *Commentarius de rebus Lusitanis in India apud Diuum gestis* (Coimbra, 1548) e, finalmente, os *De Bello Cambaico secundo, Commentarii tres* (Lovaina, 1549). Por conseguinte, estamos diante de três breves relatos que partilham o mesmo título de *commentarius*, o que configura desde logo uma noção de género historiográfico. Ora, de acordo com a tradição historiográfica, um *commentarius* aplicava-se genericamente a uma narração de acontecimentos recentes, tal como havia sido originariamente proposto por César, acerca da conquista da Gália: *C. Julii Caesaris Commentarii rerum gestarum*, sendo mais conhecidos no Renascimento pelo sintagma *De Bello Gallico*.¹⁴⁹

Com a designação de comentários, declaram os estudiosos, que se pretendia designar obras de estatuto ainda indefinido, orientando discursivamente o leitor mais para a narração dos feitos, as *res gestae*, do que propriamente para o género literário. De igual modo, o substantivo *bellum* associado, no caso de César, a *gallicus*, ou em Góis a *cambaicus*,¹⁵⁰ identifica, no primeiro, o alvo inimigo e, no segundo, o teatro de guerra. Acresce ainda que o designativo *commentarius* deixava ainda antever uma hesitação em termos de caracterização retórica.¹⁵¹ Em síntese, o *commentarius* focaliza-se, pois, na ideia de breves e pouco desenvolvidas anotações sobre acontecimentos bélicos mais ou menos recentes, sem o recurso a mecanismos sólidos de persuasão, como sucedia com a oratória; advirá, porventura, daí o seu sucesso historiográfico, cujos acontecimentos se assumem, eles mesmos, como o instrumento privilegiado de persuasão, ilibando o autor de grandes preocupações retóricas.¹⁵² A estratégia narrativo-argumentativa centra-se na verdade dos factos, extremamente vinculada a referentes que concorrem para a certidão da verdade e não só para sua verosimilhança, como indicações topográficas e toponímicas, a identificação dos intervenientes, datas, quantificações o mais possível

¹⁴⁹ Sobre último *commentarius* de Góis (Lovaina, 1548), LÓPEZ MOREDA (2003: 646) declara que, dada a sua brevidade narrativa bem como o próprio título, teríamos de falar mais de um Góis comentarista de feitos notáveis, *vistos a la manera de un periodista moderno*, do que de um verdadeiro historiador.

¹⁵⁰ A propósito desta questão do subgénero historiográfico a que pertencem os opúsculos de Góis, escreve LÓPEZ MOREDA (2003: 648-9): [...] *a la obra del portugués, salvadas las connotaciones biográficas, le quadra mejor la consideración de “commentarius” a la manera se César, al menos en los opúsculos relativos a Diu, Hispania, Lapónia y Etiopia. [...] Una vez aceptado, por tanto, que estamos antes unos comentarios que informan a la corte lisboeta y divulgan las gestas portuguesas a la Europa del momento, en que se mezclan relatos épicos a la manera de Lívio, dramáticos a la manera de Salustio y diario de operaciones a la manera de Lívio...*

¹⁵¹ Cf. OSÓRIO (2003: 168).

¹⁵² ZEHNACKER (1997: 216) menciona que na Antiguidade podia ocorrer outra terminologia como *annales, historiae, res gestae*.

exactas de distâncias, bem como a inserção de discursos, sobretudo arengas, efectivamente pronunciados. Todos estes elementos, focados na realidade dos acontecimentos, contribuiriam para o crédito do relato. De forma que um comentário ficava a meio caminho entre a certificação documental e a apologia épica.¹⁵³

Atentemos como na prática se realizam estas questões teóricas, tomando como exemplo o primeiro opúsculo de Góis dedicado a Pietro Bembo, aquele que atingiu maior fortuna editorial. Perfazendo 20 páginas de texto narrativo, surpreende que o início do mesmo se apresente desprovido de qualquer recurso retórico introdutório, usualmente centrado na captação da atenção do destinatário, inserindo logo o leitor no contexto político dos factos: *Postea vero Rex ille Cambaiae, de quo tanta, et tam magnifica, et vera in nostra versione legisti, a nostris ob prodicionem, quam in Nunium a Cunha Proregem nostrum meditabatur...* Impõe-se que o início do relato seja este, não só por uma codificação de género, mas também porque o narrador, na ânsia da força ilocutória dos acontecimentos, pretende conduzir logo o leitor para os motivos que desencadearam hostilidades – a traição do Rei de Cambaia contra Nuno da Cunha – eixo estruturante de toda a narrativa e simultaneamente legitimadora da contra-reacção dos portugueses, acção meritória pois é levada a cabo na defesa da cristandade contra o inimigo turco. O relato evolui num *continuum* narrativo, explorando dramaticamente a actuação de algumas personagens, sendo raras vezes interrompido pela inserção de falas em discurso directo. Embora pouco numerosas, elas emergem da narrativa nos momentos em que os sitiados portugueses, em número sempre inferior face aos sitiantes, um verdadeiro *topos* retórico, requerem mostras de singular heroísmo. É o momento ideal, por exemplo, para António da Silveira pronunciar uma breve arenga exortativa aos soldados portugueses, *Lusitani milites, qui omnibus arcis angulis praesto erat, huc, illuc, viginti tantum militibus constipatus, excurrentes, audiens hostes non solum aggressos, verum etiam muros, atque turris repagula superasse.* É no engarce pós-discursivo que surge aquele símile consagrado literariamente *His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium catervae se protrudit, huc illucque iter aperiens.* É porventura este o momento retórico mais elaborado e justifica-se pela obediência à tradição retórica-historiográfica da inserção de arengas nestes contextos bélicos precisos. Ao contrário deste exemplo, o opúsculo apresenta um acentuado despojamento retórico e literário, compensado pela imposição crua da verdade, como o recurso à enumeração dos membros humanos

¹⁵³ Cf. OSÓRIO (2003: 169).

despedaçados jazendo no fundo do fosso da fortaleza, estratégia altamente impressionante, para mover o leitor *erat res incredibilis dictu videre capita, cerebra, brachia, tibiae, intestina, caeteraque corporis membra, quae in arcis fossa prostrata iacebant*. Na verdade, este género de guerra:

caracterizava-se por uma extrema violência; ora, ao divulgar na língua culta e universal da Europa relatos deste género, Góis contribuía para uma outra função de propaganda portuguesa: evidenciar que os portugueses detinham não só a coragem, mas também o saber estratégico para guerras caracterizadas por cercos de cidades-fortaleza como Diu. Daí a anotação dos pormenores da tecnologia, das tácticas de parte a parte, por exemplo na referência às mantas ou testudines muito usados pelos turcos na aproximação às muralhas.¹⁵⁴

Damião de Góis voltaria a publicar um outro *commentarius* em 1549 sobre o assédio de 46. Embora mais extenso e enriquecido retórica e literariamente que o de 39, a verdade é que nem este, nem o *commentarius* de Diogo de Teive impresso no ano anterior, atingiram o mesmo impacto que o primeiro, talvez por na altura haver maior circulação de informação acerca do acontecimento. Sobre estes dois últimos *commentarii*, embora tanto um como o outro sejam retoricamente mais favorecidos, nomeadamente na inserção de arengas, que em Teive ascendem a 10 exemplos, com efeito, é a na exposição verdadeira dos factos e na identificação clara dos intervenientes que os opúsculos encontram a sua intrínseca persuasão. Certamente que para essa necessidade de reconhecimento dos protagonistas, não estaria fora do alcance a tentativa de fornecer dados precisos sobre eventuais recompensas futuras. Nesta apetência pela narrativa factual, assinala-se ainda que, se em Teive ainda ocorrem menções de carácter supersticioso, elas são completamente omissas em Góis, a que não seria alheia a sua linha erasmista, bem como o tipo de público-leitor centro-europeu destinatário do seu relato, pouco afeito a tais providencialismos. A par de isso, os dois insistem em assinalar a crueldade dos combates, como orientação persuasiva.

Não podemos encerrar a matéria historiográfica vocacionada para a promoção da história portuguesa, sem nos referirmos a uma obra, saída dos prelos, em Lisboa, em 1571, ou seja, o *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae Inuictissimi Virtute et Auspicio Gestis Libri Duodecim*, de Jerónimo Osório. Trata-se de uma obra que procurava recolocar o nome de Portugal num xadrez político internacional, numa época em que o Portugal cada vez ia mexendo menos peças do tabuleiro. A estratégia passou por trazer à

¹⁵⁴ OSÓRIO (2003: 175).

memória os grandes feitos realizados no tempo de D. Manuel, obra que ficou a cargo deste grande latinista, Osório, de ritmo ciceroniano. Ora esses *doze livros dos feitos praticados sob os auspícios de D. Manuel* atingiram nomeada europeia e recordou-se o nome português. O original tornou-se um *best-seller*, granjeando traduções em francês, inglês, alemão, holandês e, coisa rara, em português. Um dos seus leitores foi Montaigne, classificando Osório, nos *Essais*, (vol. I de 1580), como *o melhor latinista da nossa época*.¹⁵⁵

Foi pois durante o reinado de D. João III que se assistiu a um aumento significativo de publicações sobre a gesta expansionista, embora aquém da própria dimensão da epopeia. Foram as missivas diplomáticas sobretudo dirigidas à Santa Sé¹⁵⁶ e os opúsculos históricos que melhor desempenharam a propaganda régia sobre o império. Nesta matéria, podemos dizer que Damião de Góis foi um agente empreendedor. Instalado na sumptuosa feitoria de Antuérpia, adquiriu conhecimentos e uma rede de contactos com personalidades influentes da época, acabando por desempenhar várias missões diplomáticas ao serviço de D. João III. A sua correspondência dá-nos indícios dessa defesa dos interesses portugueses. Numa carta de 1531, redigida em Antuérpia e dirigida a João Magno Gothus, Góis recorda-lhe as conversas havidas entre os dois em Danzig, tendo falado *das gestas lusitanas, quer dizer, das expedições à Índia, Arábia, Pérsia; da extensão e dificuldade da rota para essas paragens, dos riscos do oceano vastíssimo, das lutas constantes contra os árabes, os persas, os indianos de aquém e além-Ganges; das incursões anuais dos turcos, que com grandes armadas desde o Golfo Árábico até à Índia Menor duramente, embora sem êxito, atacam os nossos*.¹⁵⁷ Digamos que Góis se deixou seduzir, à época, pela figura do humanista-diplomata,¹⁵⁸ desempenhada por eminentes personalidades como Pietro Bembo ou Robert Gaguin que, além do mais, mantinham uma estreita ligação com a historiografia. Era aliás recomendado que as figuras culturais desempenhassem também cargos públicos, a fim de

¹⁵⁵ RAMALHO (1992: 26).

¹⁵⁶ *On aurait cependant tort de considérer l'envoi de ces lettres [...] comme un système de propagande monte de toutes pièces. Car elles sont d'abord moins nombreuses que ne le voudraient les ambassadeurs portugais qui insistent fréquemment auprès de la Chancellerie pour que l'on tienne la Saint-Siège au courant des entreprises du pays en outre-mer. Ils demandent aussi que ces lettres soient désormais rédigées directement en latin à la Cour du Portugal [...] la Saint-Siège se méfiant souvent de la traduction qui en était faite à Rome par les diplomates; c'est pourquoi l'un de ceux-ci proposera en 1537 au roi d'engager à Rome un latiniste éprouvé et de faire venir au Portugal.* (MATOS, 1991: 63)

¹⁵⁷ TORRES (1982: 231) Vol. I.

¹⁵⁸ Cf. LOPES (2007: 184) Vol. I.

adquirirem conhecimento, autoridade, de tal modo que as suas histórias nacionais granjeassem a idoneidade necessária junto do público. Embora não fosse um agente diplomático oficial, a verdade é que a sua obra historiográfica implicaria alguma incumbência nessa área, ainda que oficiosa,¹⁵⁹ ao tempo de D. João III. Por ele terá passado muita da defesa internacional do império comercial português:

A defesa do monopólio é um dos mais fortes acicates da política de prestígio internacional a que a coroa portuguesa se via obrigada. [...] Como justamente notou Bataillon, *Damião de Góis é um agente comercial da mais alta categoria dirigindo-se em nome do rei a outras cabeças coroadas e aos príncipes da finança*. As múltiplas relações que as longas viagens permitiram a Damião de Góis entretecer não tiveram ocasião unicamente na sua fácil sociabilidade e no seu culto das letras, da música e da pintura; mas também do seu prestígio de agente do Rei de Portugal. [...] Damião de Góis, com efeito, não lidava apenas com presentes e amostras, mas também com a pena. [...] Ora é esta posição de letrado que permite a Damião de Góis na polémica da pimenta.

António José Saraiva acaba por assertivamente concluir que *o opúsculo* [edição de 1544] *de Góis resume a argumentação da Coroa portuguesa na polémica travada em torno do monopólio das especiarias, e mostra o seu interesse em ter a seu lado os grandes condutores da opinião pública esclarecida da época, os humanistas*.¹⁶⁰

Para concluir, pois, acerca da natureza dos *commentarii*, é da mais justa e elementar razão, trazer aqui as sábias palavras de Sáchez Salor, as quais, ainda que se reportem às monografias de Salústio, se podem aplicar aos três opúsculos latinos aqui nomeados *la manifestación más clara de este tipo de historia puesta al servicio de la defensa del individuo, sobre todo del individuo político, o de grupos de individuos son los Commentarii y las Historiae* [...]. *Los Commentarii y las Historiae son, en el terreno historiográfico, lo que es un discurso apologético en el terreno oratorio. Son, pues, un opus oratorium maxime*.¹⁶¹

3.3.1 A FUNÇÃO DO HISTORIADOR

Dissertar acerca da função do historiador no século XVI implica desde logo integrar este ofício na respectiva mundividência coeva. Se hoje em dia, um escritor ou historiador, com qualidades firmadas, pode livremente entrar com as suas obras no concorrencial

¹⁵⁹ Cf. LOPES (2007:187) Vol. I.

¹⁶⁰ SARAIVA (1953: 524 e ss) Vol. II.

¹⁶¹ SANCHÉZ SALOR (2008: 131).

editorial, já na época quinhentista *a figura do escritor, tal como a do artista, trabalhando para o mercado, e liberto de outros envolvimento e compromissos de natureza social, não existia*.¹⁶² De facto, todos os que à escrita se dedicaram, no caso, à escrita da história, para sermos mais concretos, não podem ser compreendidos fora da lógica de pressões sociais ou de uma economia de atribuição de mercês. Na maioria dos casos, são os próprios poderes vigentes, régio, nobiliárquico ou eclesiástico que solicitam a escrita da história, fazendo dela, uma das suas manifestações.¹⁶³ Num quadro social em que os grupos dominantes dedicavam enorme atenção à circulação de ideias impressas, sobretudo quando os visados ou os seus antepassados haviam sido participantes nos actos narrados, o ofício de historiador com enorme apreço pela verdade da história, teria certamente os seus riscos. Alias, não poucos cronistas, nos respectivos prólogos, aludem precisamente ao acto temerário que é a redacção da história. Um dos exemplos mais notáveis que ilustram este aspecto provém da pena dessa figura ímpar do humanismo português, Jerónimo Osório. Dirigindo-se ao Cardeal D. Henrique, futuro rei, no início do *De rebus Emmanuelis gestis*, declara que o ofício de historiador, entre os lusitanos, é expor-se ao alcance de todas as lanças, recordando o funesto exemplo de Damião de Góis, que poucos anos antes tinha sido alvo dos ódios da Casa de Bragança, ressentida com o zelo do historiador expresso na *Crónica do Felicíssimo...*

Aqueles porém que à sua ambição não encravam baliza alguma, sofrem pesadamente que lhes não ilustrem os seus maiores com desmesurados elogios. O que sendo já de voga nas outras nações, mete entre os lusitanos em tanto perigo, às vezes, o emprego de historiador, que a tanto se arroja, quanto é dar-se por alvo a todas as lanças. Já mais que muito o experimentou na história, que em vulgar compôs Damião de Góis, das coisas que com a virtude, auspício e incrível felicidade de teu invictíssimo pai D. Manuel, se obraram, porque dizia um: *Não adornou os merecimentos de meus antepassados como deles se requeria. Salpicou com manchas o lustre (dizia outro) de nosso antigo solar. Este enfim: Passou em silêncio este ou aquele feito, que fora brasão para nosso apelido. E se de homem sisudo é avisar-se com o perigo alheio, este exemplo só bastara para, descorçoado de escrever, me assustar com o sucesso*.¹⁶⁴

Razão tinha Osório para estar assustado com as adversidades por que passara Góis. Neste jogo de interesses histórico-editoriais, as casas nobres em Portugal, eram um verdadeiro grupo de pressão, um estado dentro de um estado. Damião de Góis é o protótipo desse jogo de influências protagonizado pelos Braganças, pois não só se viu

¹⁶² CURTO (2007:129).

¹⁶³ Cf. CURTO (2007: 117).

¹⁶⁴ Osório, *De rebus Emmanuelis gestis*, Livro I.

obrigado a fazer emendas na reedição da *Crónica do Felicíssimo*, como acabou por desaparecer em circunstâncias misteriosas. Não foi o único que teve de corrigir as segundas edições das suas obras. Também Castanheda foi obrigado a fazer alterações na reedição de 1554 do livro I da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Porém, como recusou ceder às pressões de certas casas nobres¹⁶⁵ que se sentiram diminuídas nos seus lustres, infringindo o seu código de verdade histórica, os livros IX e X não obtiveram alvará régio para impressão. De igual modo, Diogo do Couto viu suas Décadas sujeitas a uma verdadeira atribulação, conseguindo apenas vendo publicadas em vida as primeiras quatro Décadas, da IV à VII. A VIII e a IX tiveram de ser refeitas, a X manteve-se manuscrita até ao século XVIII, a XI desapareceu inexplicavelmente, conhecendo-se hoje um epítome e a XII ficou incompleta. Razão tinha pois para afirmar, na sequência do que sucedera a Castanheda, que o historiador e a sua obra corriam riscos, designadamente quando a narração incidia sobre protagonistas ainda vivos. Embora cômico de tal situação, não deixará de dizer a verdade, e se ele não a proclamar, outro virá que em que a mesma verdade se há-de manifestar. Dizia isto no início da redacção da obra, Década IV, como que antecipando as vicissitudes por que as seguintes Décadas iriam passar:

A estes [impedimentos de publicação] e a outros riscos se poem os escritores que as escrevem, em quanto vivem os homens de quem o fazem; e por isso com menos receio escrevemos as cousas passadas (como el Rey nos mandou) que as presentes, que tãobem temos escritas, e assi em hũas, como em outras, nem por respeitos, nem por temor deixaremos de as falar: e posto que tãobem em algum tempo se mande recolher algum volume dos nossos, outro vira em que se ellas manifestem.¹⁶⁶

Diz Couto, no excerto acima transcrito, que fora o rei, Filipe I de Portugal, quem lhe mandara dar continuação à obra iniciada por João de Barros. De facto, por volta de 1595,¹⁶⁷ Couto assumiria cumulativamente as tarefas de cronista e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa. De facto, desde o século XV, que, por decisão régia, o reino passara a ter um funcionário – o cronista régio - encarregado de escrever a história do país, tendo o cargo sido ocupado primeiramente por Fernão Lopes, a que se seguiu Zurara. Durante o século XVI, o cargo foi ocupado por sucessivos nomes, apesar de alguns deles não terem

¹⁶⁵ É essa a informação que Diogo do Couto, na Década IV da *Ásia*, livro V, cap. I nos dá: *Este volume nos dixerão algũas pessoas dinas de fé que elrey Dom João mandara recolher, a requerimento de alguns fidalgos que se acharão n'aquelle raro e espantoso cerco, porque fallava nelle verdades.*

¹⁶⁶ Couto, Década IV da *Ásia*, livro V, cap. I.

¹⁶⁷ Cf. SERRÃO (1972: 248).

produzido obra alguma. À excepção de Diogo do Couto, nenhum dos historiadores quinhentistas de maior nomeada ascendeu a essa condição. Damião de Góis bem desejou esse lugar, tendo apenas ocupado interinamente o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo. Tal facto não implica que, por solicitação régia, ou de um membro da casa real, não lhes tenha sido *encomendada* a tarefa de produzirem uma obra histórica precisa. Góis, por exemplo, escreveu a *Crónica do Felicíssimo* a pedido do Cardeal D. Henrique, irmão de D. João III. João de Barros, feitor da Casa da Índia, recebeu o encargo *para escrever as cousas da Índia*. Por esta cronística oficial passa naturalmente a ideologia oficial do triunfalismo imperial. Outros historiadores, não incumbidos formalmente de qualquer tarefa, não deixaram de directamente dedicar as respectivas obras ao rei ou a membros da mesma família, salientando-se os irmãos de D. João III, o príncipe D. Luís, que segundo os escritos da época, tinha tudo para ser rei, menos a coroa e o cardeal D. Henrique, certamente com intuítos não só panegiristas, como também decerto esperando daí colher algum benefício protector.

Nessa lógica social redistributiva de mercês, como já tacitamente fora anunciado, as casas nobres, no que à produção historiográfica diz respeito, foram empreendedoras. Com intuítos puramente encomiásticos ou de natureza mais prosaica, como a sempre ambicionada mercê, tais obras historiográficas, maioritariamente na forma de relato breve, têm como motor da narrativa os sucessivos actos de bravura de uma personagem. Atente-se no caso da *Crónica de D. João de Castro* (1550) de Leonardo Nunes, centrada na narração do segundo cerco de Diu, cujo herói D. João de Castro era amigo do proponente da obra, o conde da Castanheira. Confronte-se esta obra, com a de Lopo de Sousa Coutinho, *Livro primeiro do cerco de Diu* (1556), cujo autor bem poderia ter destacado os feitos individuais de António da Silveira, no entanto Coutinho opôs-se a esse tipo de história heróico-individual, preferindo destacar a acção colectiva de todos os defensores, elevar *os nomes ignorados daquelles esforçados cavalleiros*. Semelhantes exemplos aqui poderíamos trazer à colação.

Há contudo, um nome que rompe com esta lógica de influências. Trata-se das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia. Este impressionista do oriente, onde passou grande parte da vida, deixou-nos um retrato viu da presença dos portugueses naquela região durante a primeira metade do século. Ao contrário dos restantes cronistas, endereça a sua obra, no prólogo, não ao monarca, nem sequer a uma figura nobre, mas tão-só *aos senhores leitores*. Facto é que, ou por essa ausência de tutela ou pelas críticas aos

comportamentos irresponsáveis dos portugueses, a sua obra só foi levada à estampa no século XIX!

Como ficou enunciado no início e demonstrado ao longo do texto, o historiador de quinhentos inseria-se numa engrenagem de dependências, pelo que não poderia dispor de todas as liberdades de expressão, para o bom sucesso da sua obra. Poderia omitir factos, elogiar personagens, a verdade cristalina da história não agradaria a muitos, sobretudo se vivos fossem, pelo que, como afirmaram alguns autores, ser escritor era um acto temerário, era expor-se, como disse Osório, a todas as lanças.

3.4. A PROPAGANDA IMPERIALISTA NA ÉPICA E NA POESIA

No canto VI da *Eneida* de Virgílio, no Averno, o pai Anquises mostra a Eneias os futuros herdeiros da Dardânia geração. É ocasião para assistirmos ao cortejo dos heróis romanos e das suas façanhas: Sívio, Procas, César, Camilo, Bruto, Catão, os dois Cipiões, Fabrício, Máximo entre outros. Terminado o cortejo, Anquises anuncia, profeticamente, a missão dos Romanos:

Outros modelarão, bem o creio, bronzes com vida
e sem dureza; extrairão do mármore seres animados;
defenderão melhor as causas; medirão com o compasso
o curso dos céus e anunciarão o nascer dos astros.
Tu, Romano, sê atento a governar os povos com o teu poder
- estas serão as tuas artes – a impor hábitos de paz,
a poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos. (VI. 847-853)

E, finalmente, as últimas profecias:

Depois que conduziu o filho por todos os sítios,
Anquises inflamou-lhe o ânimo com a paixão da futura fama;
logo lhe lembra as guerras que há-de depois sustentar,
ensina-lhe quem são os povos laurentinos e a cidade de Latino,
e como há-de evitar cada um ou aguentar o esforço. (VI. 888-892)

Há no canto X de *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões, um episódio que imediatamente nos remete para o cortejo dos heróis romanos. Concluída a chegada de Vasco da Gama à Índia, uma Ninfa profeticamente anuncia aos navegadores, os

governadores e heróis¹⁶⁸ que se irão imortalizar na Índia: Duarte Pacheco Pereira, Francisco e Lourenço de Almeida, Tristão da Cunha, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Nuno da Cunha, João de Castro e outros. Finalmente, a deusa Tétis *des-cobre* a Vasco da Gama a máquina do mundo¹⁶⁹ bem como os diferentes locais¹⁷⁰ do orbe terrestre em que os portugueses hão-de vir a praticar feitos gloriosos.

Depois de muitos anseios e outros tantos estímulos à redacção de um poema heróico sobre a expansão portuguesa, finalmente em 1572, o poema acontece. Desde o século XV que, dentro e fora de Portugal, se manifestava tal aspiração. Ângelo Policiano ofereceu-se a D. João II para celebrar em verso latino os feitos do seu reinado, Garcia de Resende lamenta-se de que os feitos portugueses não tenham a dignidade literária que merecem, António Ferreira encorajou insistentemente vários companheiros a fazê-lo. *Talvez um dia a tentemos*, suspirava Damião de Góis, em 1549, nessa carta-prefácio do *De bello Cambaico*, mas, por enquanto, dedicar-se-ia a descrever as façanhas alcançadas no oriente. *Este projecto dos humanistas relaciona-se com a ambição de ressuscitar um dos mais nobres géneros greco-romanos. As viagens dos portugueses prestavam-se a uma comparação emuladora com as de Ulisses, dos Argonautas e de Eneias, assim como os seus feitos guerreiros com os dos Gregos e Troianos.*¹⁷¹ Várias são as expressões que, na historiografia aludem a essa supremacia portuguesa, como a proposta por Fernão Lopes de Castanheda, assegurando que as façanhas portuguesas no oriente tiveram mais vantagem *em grandeza, fama e admiração* que aquelas que foram escritas por Tito Lívio e Homero.¹⁷² Por tudo isto, não admira que Góis chegue ao ponto de afirmar que se um Homero se ocupasse a escrever a epopeia portuguesa, não encontraria nela um argumento fabuloso, mas sim verdadeiro. Na verdade, respirou-se até meados de quinhentos uma atmosfera de glorificação e epopeia, de tal maneira que este clima de exaltação das glórias nacionais teve como consequência que a redacção da história – à maneira clássica - se tenha aproximado do da epopeia. Isso é muito claro em João de Barros, cujo título *Décadas* aproximam a sua *Ásia* tanto do modelo proposto por Tito Lívio como da *Eneida* de Virgílio.¹⁷³

Mas, afinal, o que é uma epopeia? *As epopeias são narrativas de fundo histórico em que se registam poeticamente as tradições e os ideais de um grupo étnico sob a forma*

¹⁶⁸ Estâncias 10-73.

¹⁶⁹ Estâncias 75-90.

¹⁷⁰ Estâncias 91-141.

¹⁷¹ LOPES e SARAIVA (s/d: 333).

¹⁷² Cf. Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, prólogo.

¹⁷³ Cf. SOARES (2002: 25).

*de aventuras de um ou alguns heróis.*¹⁷⁴ O género épico teve no Renascimento certas regras colhida de modelos como a *Ilíada* e a *Odisseia* homéricas, a *Argonáutica* de Apolónio de Rodes e a *Eneida* de Virgílio:

Foi precisamente o desiderato da ressurreição da epopeia clássica segundo o padrão homérico que Camões procurou satisfazer, levando a cabo um objectivo característico dos escritores humanistas. O ambiente marítimo do assunto central aponta para a filiação do poema sobretudo na linhagem da *Odisseia*, da primeira metade da *Eneida* e dos poemas sobre os Argonautas escritos pelo grego Apolónio de Rodes e pelo romano Valério Flaco.¹⁷⁵

Não cumpre agora dissertar mais acerca da épica enquanto género literário. Importa sim, destacar que, em termos mais largos, a ideia de epopeia vinculada ao conceito de nação, nascera com a expansão e encontramos-la logo, com muita premência, em Eanes de Zurara. Tanto na *Crónica da Tomada de Ceuta*, como na historiografia sequente, perpassa uma ideologia, segundo a qual, os portugueses estavam destinados a empreenderem uma missão providencial, dilatando o império e a fé: *eram os cruzados por excelência.*¹⁷⁶ Fora o próprio Cristo que revelara ao rei fundador esse encargo, e em prova desse milagre, D. Afonso Henriques gravou cinco quinas no seu escudo, que representam as cinco chagas de Cristo e que ainda hoje são o símbolo de Portugal, como bem conta Duarte Galvão na crónica homónima deste rei, nos inícios de quinhentos. Numa época em que, como já aludimos, as lutas intestinas entre cristãos (católicos e reformados, Casa de França e Casa de Áustria), ao mesmo tempo que os turcos atingiram os Balcãs (Viena, 1529), dois anos após o saque de Roma das tropas luteranas de Carlos V, a missão sagrada de Portugal tornava-se mais actual, exemplum que lançaria o opróbrio sobre a restante cristandade.

Ao abrimos *Os Lusíadas*, logo no primeiro canto, segunda estância, o poeta anuncia programaticamente uma significativa parte do ideário da epopeia, que em simultâneo, coincide com a ideologia oficial, presente em outros autores, como em Gil Vicente ou em João de Barros. Diz o poeta que irá cantar no poema *E também as memórias gloriosas / Daqueles Reis que foram dilatando / A Fé, o Império e as terras viciosas*, de tal forma que ali se concentram algumas palavras que são ideologicamente mais marcantes, **rei** (com 280 ocorrências no poema), **dilatar**, **fé**, **império** e **terras viciosas**, ou seja as terras privadas de religião cristã.

¹⁷⁴ SARAIVA (1997: 121).

¹⁷⁵ LOPES e SARAIVA (1993: 335).

¹⁷⁶ LOPES e SARAIVA (1993: 335).

De facto, a história de Portugal, tal como ela surge no poema camoniano, é uma cruzada iniciada por Afonso Henriques e que deveria servir de exemplo aos outros estados cristão. Nesse sentido, numa época de ameaça turca, o poeta dirige exortações várias, aos alemães, *soberbo gado, ao duro Inglês que nova maneira faz da Cristandade*, à Itália *submersa em vícios mil* para que em coligação, ataquem o inimigo turco, apelos constantes em outros autores, como António Ferreira e sempre em João de Barros. No fundo, tais exortações reproduzem a própria política régia, interessada numa cruzada contra os turcos e que deixasse livre o caminho para a sua expansão para o oriente.¹⁷⁷

No canto IV, D. Manuel tem um sonho profético em que o Ganges personificado lhe anuncia a submissão voluntária dos povos do Oriente, para os quais é uma aspiração receber o *jugo* português. Efectivamente, a cruzada, a ideologia guerreira é um dos vectores fundamentais da epopeia, cuja história de Portugal ali narrada, para além das viagens marítimas, é uma sequência de feitos militares de heróis individuais e que coincide com a ideologia cavaleiresca dominante em Portugal na segunda metade do século XVI.

Como anteriormente dissemos, a epopeia era uma aspiração que circulava nos meios cultos desde o século XV. Várias tentativas se fizeram, antes de Camões a ter realizado. Recordemos, que Cataldo, em finais do século XV, compôs a *Arcitinge*, poema latino dedicado a D. João II, que trata da conquista de Arzila e da ocupação de Tânger, abandonada em 1471. Nele, afirma-se a superioridade guerreira dos portugueses relativamente à dos romanos *cantemos ao menos agora os combates famosos que o invictíssimo rei Afonso outrora travou contra os povos infiéis e os Africanos ferozes, a quem o grande poder romano, com toda a sua força, não venceu, embora tivesse pacificado o mundo insubmisso*¹⁷⁸ e legitima-se a luta contra os infiéis: *É uma gente verdadeiramente selvagem que não sabe submeter-se a poder algum, a quem nada aterroriza; que não presta culto aos deuses do Céu e cumpre leis injustas. E despreza a fé sagrada e não adora a divindade da Virgem Imaculada.*¹⁷⁹ Embora possamos recensear mais alguns poemas heróicos até à publicação de *Os Lusíadas* (1572), a verdade é que foi na esteira de Camões que até meados do século XVII se produziu cerca de meia centena de poemas épicos.

¹⁷⁷ Cf. LOPES e SARAIVA (1993:341).

¹⁷⁸ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 81-85.

¹⁷⁹ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 86-90.

O primeiro émulo de Camões é Jerónimo Corte Real, cujo título *Sucesso do segundo cerco de Diu* (1474) memoria as proezas do cerco de Diu, protagonizadas pelo vice-rei D. João de Castro e pelo capitão, João de Mascarenhas. Embora algo monótono devido à sequência cronológica dos acontecimentos e ao decassílabo heróico branco, é um poema oratoriamente marcado, apresentando uma dezena e meia de arengas militares, algumas delas de extensão considerável. Como seria de esperar, também nele encontramos a ideologia de cruzada, como ilustra o excerto desta arenga do capitão Mascarenhas, presente no canto IV: *Alembrevos que temos IESU CHRISTO / Por nosso capitam: e que está certo / Vencermos, pelejando contra imigos / De sua Fé sagrada*. Trata-se de um autor prolixo em termos de epopeia, pois ainda sairão da sua pena mais dois poemas: *Felícísima victoria ... en el Golfo de Lepanto* (1578) e *Naufrágio ... de Sepúlveda* (1594), sobre as desventuras de Alcácer Quibir, que também surgem na *Elegíada* (1588) de Luís Pereira Brandão. Última nota para um poema em 20 cantos, intitulado *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu nas partes da Índia defendido pelos Portugueses* (1589) de Francisco de Andrada.

Também a exaltação da expansão e dos seus heróis se fez pela poesia. Nas duas primeiras décadas do século XVI, dentro e fora de Portugal vários epigramas latinos que enaltecem figuras e aspectos relacionados com os Descobrimentos. O epigrama não tem uma temática definida, pelo que os humanistas empregaram-no com pretensões laudatórias.¹⁸⁰ Um dos seus destacados cultores foi Cataldo. Ao elogiar a grandeza da Casa de Vila Real, num epigrama seu, que levava o título de *Ad Marchionem de Miranda eius nauis*, o navio ali metaforizado tem a popa em Roma, o mastro e as velas em África e a popa com o leme, em Lisboa, uma vez que, elementos destacados daquela família desempenham altos cargos, respectivamente, em Roma, em Ceuta e em Lisboa.

Grande parte das vezes, como era timbre da época, o elogio concentra-se na pessoa do rei, pois o *imperium* é o reflexo da sua grandeza. Singularmente, João Baptista Mantuano, conhecido como o “Virgílio cristão” endereçou o poema seguinte ao rei da Lusitânia. Por ele trespassa a ideologia oficial de dilatação da fé e o elogio do pioneirismo expansionista:

¹⁸⁰ Cf. RAMALHO (1992: 24).

Ad Lusitaniae seu Portugalliae regem

*Quid tibi, supremis cui Lusitana sub astris
imperia, hos tantos nitar suadere paratus?
Nil opus est: tu sponte uenis, tua circuit orbem
classis, et ignoti sulcat longinqua profundi
aequora transiliens nullis uada cognita nautis.
Et bella geris, cinctisque sedentibus unus
per maris Oceani fluctus naualia soluis.
Primus ad antipodum submersas aequore gentes
Uelificas adigens subter caua Tártara proram.*

[...]

*Hanc superi docuere uiam Nilotica ad arua,
ad Nabataeorum fines, ad Persidis oram.
Hoc iter insolitum Ganges audiuit et Indus
terraque longinqui priscis ignota Cathaii.*
[...]

*Iamque uocant regna illa fidem, cupiuntque doceri
orgia nostra. Deus, cunctis ex gentibus unam
iam facturus, iter pandit quo iungere possit
ortus et occasus facili commercia nixu.
Iam Colocutenses, gens nostro incognita mundo
hactenus, accipiunt leges et uiuere Christum
incipiunt, mercesque nouas da Iberica portant
litora, mirati quae nec superesse putabant
arua, domos, habitu cultas et moribus urbes.¹⁸¹*

Também Lourenço de Cáceres dedica alguns epigramas ao cerco de Azamor, exaltando o valor de D. Jaime, a quem endereçou o seu *Epigrammaton libellus* (Salamanca, 1518). Jorge Buchanam dedicou um epigrama em onze dísticos elegíacos a D. João III, *Ad eudem inuictissimi Regem de hoc commentario*, impresso no começo do *Commentarius* de Diogo de Teive (1548). A exaltação poética da expansão em latim, não se fez só por meio de epigramas, mas também de elegias, como a *Ad clarissimum principem Lodovicum* (Paris, 1549) em que Aquiles Estaço celebra as façanhas do príncipe D. Luís, ao lado dos exércitos de Carlos V, na conquista de Tunes, em 1530.¹⁸²

Tanto em termos cronológicos, como em termos de lastro literário alargado, trataremos no final deste ponto de uma antologia de poemas sobre as vitórias obtidas por D. Luís de Ataíde no oriente e impressa em Roma, no ano de 1575. Este opúsculo, descoberto¹⁸³ na década de noventa do século passado na Biblioteca Nacional de Roma,

¹⁸¹ ANDRÉ (1992: 222).

¹⁸² Cf. ANDRÉ (1992:226).

¹⁸³ Essa descoberta foi protagonizada por Belmiro F. Pereira e publicamente a anunciou em artigo datado de 1992 na revista *Humanitas* 43 e 44, intitulado «A fama portuguesa no ocaso do império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde». Nesse artigo, Pereira analisa retórica e literariamente os diferentes poemas constitutivos do opúsculo, cujas conclusões aqui damos conta.

tem o título de *Diversorum auctorum carmina in laudam Illustrissimi Ludovici Athaidii, Serenissimi Regis Portugalliae a Consillis* e reúne composições de André de Resende, Pedro Sanches e Inácio de Moraes. Recordemos entretanto que sob o comando D. Luís de Ataíde os portugueses obtiveram, em 1571, duas importantes vitórias nos cercos impostos pelos turcos às praças indianas de Goa e Chaul, de tal maneira que seria triunfalmente recebido em Lisboa, como se de um César se tratasse. Sabe-se que logo em 1571 foi posto a circular um sumário dessas vitórias que acabou por ser a base informativa da *oratio* pronunciada por Aquiles Estaco em 1574, contudo mais centrada no elogio do rei do que no relato das proezas individuais.

A guerra contra os turcos estava mais uma vez activa e em várias frentes, pois nesse ano de 1571, também os cristãos tinham alcançado a vitória de Lepanto. Era a ocasião para os poetas áulicos da corte pontifícia celebrarem os heróis e os feitos em epinícios de ideologia cruzadística, destacando nomes como Lorenzo Gambara, Fabio Giordano. Era também o momento ideal para um opúsculo divulgar as proezas dos portugueses no Índico, pois seria favoravelmente acolhido. Assim este opúsculo é composto, em primeiro lugar, por um poema heróico de André de Resende, com 132 versos em hexâmetros dactílicos, seguido de quatro epigramas de Pedro Sanches em dísticos elegíacos e de, finalmente, 24 versos também em dísticos elegíacos de Inácio de Moraes.

Pela sua natureza e extensão, sobressai o poema heróico de André de Resende. O humanista propõe-se cantar aqueles feitos do vice-rei Luís de Ataíde. De entre os vários episódios narrados, evidencia-se o momento em que Ataíde, face à ausência de despojos, exigiu que os seus soldados saqueassem, como recompensa, a sua própria casa. De facto, o desprezo das riquezas torna-se o traço mais marcante da caracterização da personagem. Escreve Resende (vv. 1-4):

Quod Ludouice nigris remeasti uictor ab Indis,
Gratulor, atque magis praeda quod inanis, et auro,
Illinc, unde duces alii fecere frequenter
Diuitias summas, sed maiestate minuta.

De facto a sua *honestas* é tanto maior quanto a indiferença pelas riquezas do oriente (vv. 98-101):

Nuper Idalconis domitor regionis heoae
Rector, opumque animo magno despector, opimo
Pauper ab orbe redis, alienoque aere grauatus

No epigrama de Inácio de Moraes, o herói português vence os grandes líderes militares da Antiguidade, tanto em estatura moral como em perícia guerreira vv. 13-18):

Caesare tu maior superas Garamantas et Indos,
Famamque extendis iusta per arma tuam.
Obsceno rumor turpabat crimine nomen
Caesaris, illaesum est, et sine labe tuum,
Ille suas uires patriam conurtit in ipsam,
Confirmas patriam uiribus ipse tuis.

Como seria normal, a guerra dos portugueses no Oriente *é iustum bellum*, não só porque naqueles dois cercos defendem a própria vida, como também porque os inimigos o são também do próprio Cristo, como declara Resende (vv. 31-34):

Qui domitis terrae indigenis, Maumetis iniqui
Insanam primus sectam has in inuexit in oras,
Donec eo nostri uictricia signa tulerunt,
Signa cruce rutilo simulantia linthea cocco.

No final, André de Resende sublinha o estoicismo do vice-governador da Índia (vv. 130-132):

Quibus aetherio mens aestuat igne relict
Qui uirtute, bonum in rebus nihil esse putarunt.

Embora sejam várias as referências cronísticas a D. Luís de Ataíde, surpreende o desaparecimento deste opúsculo, na língua internacional de então, o latim.

Para além destes, outros géneros poéticos clássicos como a ode e o soneto, e também em vernáculo, cumpriram o mesmo objectivo de exaltar e defender a gesta portuguesa.

A publicitação da expansão e dos heróis portugueses foi feita por diferentes suportes e por diversos actores. Fez-se por meio da língua internacional de então, o latim, mas também, através de traduções, em línguas vernáculas europeias, e, obviamente, em língua portuguesa. Envolveram-se tanto, autores portugueses, como também muitos estrangeiros, cujas primeiras edições, algumas delas, foram realizadas fora de Portugal e só mais tarde, às vezes muito mais tarde, granjearam impressão e tradução portuguesas. Em quase todos os géneros literários se imprimiu a expansão portuguesa, desde a historiografia, à épica e à poesia, nesta em distintos subgéneros. Também as obras

dramáticas celebraram e incitaram a gesta portuguesa, particularmente a *Exortação de Guerra* e o *Auto da Fama* de Gil Vicente.

4. CONCLUSÃO

Deste capítulo, retemos que para levar por diante um projecto imperial tão vasto, os portugueses de então tiveram de encontrar um quadro ideológico que o suportasse interna e externamente. Sem pretensão de aduzirmos e aprofundarmos todas as alíneas desse pacote, elegemos o providencialismo como uma das mais determinantes. Já os romanos o tinham perscrutado como uma estratégia de legitimação sobre os territórios conquistados, assim como os primeiros autores cristãos se serviram dele para contra-atacarem os pagãos que os haviam previamente perseguido. Já os portugueses de quinhentos reactivaram esta ideia como forma de validar a cruzada contra os muçulmanos em África e no Oriente, desapossando-os de espaços e de riquezas e recristianizando áreas que haviam sucumbido à pressão de outras religiões. Por outro lado, a Europa cristã vivendo sob a constante ameaça turca, tinha em Portugal a frente mais avançada na sua defesa, combatendo os turcos na retaguarda oriental. Era este o argumento que faltava a Portugal: para manter essa guerra desproporcional de homens e meios era-lhe fundamental o lucro exclusivo das especiarias.

Esta foi a argumentação de muitas *orationes* dos embaixadores portugueses junto da Cúria Romana, do mesmo modo que a historiografia, nomeadamente os opúsculos de Damião de Góis e de Diogo de Teive procuraram caucionar esta ideia, pois ao divulgarem por meio da imprensa e, em, latim os feitos guerreiros alcançados no Oriente contra os turcos, impunham os portugueses como os mais especializados e os mais capazes de enfrentarem belicamente os eternos inimigos da fé. De facto, a historiografia, particularmente aquela mais alinhada oficialmente servira propagandisticamente este propósito. Mas não só a historiografia, também a épica e a poesia, mormente a latina, impressa por autores portugueses no estrangeiro.

III. RETÓRICA E HISTORIOGRAFIA: A ARENGA MILITAR

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo procura demonstrar como a arenga militar historiográfica beneficiou amplamente da aproximação que a historiografia e a retórica encetaram desde a Antiga Grécia. Veremos que, para cumprir a tríade de objectivos de *docere, mouere e delectare* os leitores e ouvintes, a historiografia se valeu de várias estratégias retóricas, nomeadamente de descrições patéticas como as das batalhas e, claro, de discursos intercalados na narrativa dos feitos, no caso específico, as arengas militares.

Tucídides foi o obreiro não só da equiparação dos discursos à narração dos feitos nas obras históricas, como também o criador de um modelo de arenga que amplifica as exortações efectivas do general no campo de batalha, conjugando-as com componentes de outros discursos retóricos. O resultado, como a seguir explicamos, é a de um discurso maleável, capaz de se adaptar a diferentes contextos narrativos e apto a desempenhar várias funções na obra histórica. Efectivamente, todos os historiadores até ao Renascimento, na hora de comporem as suas arengas, terão naturalmente a força da tradição historiográfica greco-latina.

2. A TEORIZAÇÃO RETÓRICA DA HISTÓRIA

A presença de discursos pronunciados por protagonistas, assim como de outros mecanismos retóricos presentes na historiografia desde a Antiguidade até ao Renascimento, têm vindo a despertar cada vez maior interesse por parte dos investigadores. Tal atenção especializada tem demonstrado que a retórica e a historiografia estabeleceram, desde cedo, estreitas correlações, pelo que é lícito concluir-se que em autores como Tucídides, Salústio e Tito Lívio, assim como em posteriores autores, bizantinos, medievais e renascentistas, é manifesto o papel que a retórica jogou na organização das suas histórias.¹⁸⁴

A dimensão retórica da história, no que à inserção de discursos diz respeito, deve muito a Tucídides, que, no século V a. C., pela primeira vez colocou feitos (*érga*) e

¹⁸⁴ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008:19).

palavras (*lógoi*) ao mesmo nível. Trata-se de um capítulo metodológico (1.22) em que Tucídides analisou o papel que os discursos desempenham na sua obra histórica, declarando, por um lado, que eles obedecem à dupla necessidade de se aproximarem o mais possível àquilo que realmente os oradores pronunciaram, e, por outro, o de expressarem aquilo que, segundo o próprio historiador, era exigido em cada um dos actos ilocutórios.

A historiografia latina acabou por consolidar a presença de discursos intercalados na história. Cícero dedica mesmo alguma atenção a esta questão, revelando no *Orator* (66) que a história é constituída por narração, pela descrição de batalhas e pela intercalação de discursos e arengas (*contiones et hortationes*), alertando, contudo que a *oratio* da história deve ser *tracta et fluens*, enquanto na oratória é *contorta e acris*. Efectivamente, desde a Antiguidade até ao Renascimento, vários foram os autores que, de forma mais ou menos expansiva e aprofundadamente, reflectiram sobre a presença de discursos intercalados na narrativa histórica, tal como a investigação de Victoria Pineda (2008) nos dá conta, e, a partir da qual, aqui apresentamos uma súmula.

Assim, Diodoro Sículo, no livro XX da *Biblioteca histórica* releva as consequências negativas da interposição de discursos nas obras históricas, porquanto interrompem o relato histórico e prejudicam o interesse dos leitores, redundando em que a arte histórica se possa converter numa peça oratória, devendo por isso, a inserção dos discursos ser efectivada com parcimónia e pertinência. De modo análogo, se pronunciou Luciano de Samósata no tratado *Quomodo historia conscribenda*, defendendo que a história tem apenas a finalidade de expor o útil, enquanto o agradável, secção em que se incluem os discursos, deve ser entendido apenas como um suplemento, devendo o historiador ser mais directo que o orador para que possa ser entendido por todos. Com o advento da Idade Moderna, provavelmente o primeiro tratado que se ocupa da intercalação de discursos é a *Retórica* de Jorge de Trebisonda. Ao elogiar Tucídides mais como orador do que como historiador, Trebisonda denuncia o seu acordo com a presença de discursos directos intrometidos no relato histórico. A partir do início do século XVI, na tratadística e na historiografia, evoluirá uma linha de pensamento, permeável a introdução de discursos na *ars scribendae historiae*. Destaca-se o diálogo *Acticus* (1499) de Giovanni Pontano, que, embora considerando que seja à narração que compete responder à função utilitária e modelar da história, as orações (*conciones*), subsidiárias portanto da narração, são, contudo, o adorno que contribuem para deleitar o leitor, permitindo-lhe que quase veja com os olhos os que falam e actuam. Similarmente, se

pronuncia Juan Luís Vives no seu tratado *De ratione dicendi* (1532), apresentando uma escala narrativa de compromisso com a verdade. Ora, num mesmo grupo, surgem os *verba, sententiae, orationes*, cuja finalidade é de facilmente ensinarem e de entreterem, não são incompatíveis com narração verdadeira, desde que se lhes reconheça um fundo de verdade. Trata-se de uma saída airosa para quem tentava certamente apaziguar uma questão que preocupará a teoria historiográfica até aos nossos dias: conjugar a verdade da história com a criatividade do historiador.

A partir de meados do século XVI, sobretudo em Itália, assiste-se a uma proliferação de tratados e discursos sobre a teorização da história, cujo deflagrar desse interesse esteve na difusão da *Poética e da Retórica* de Aristóteles. Por arrastamento, estes tratadistas não deixaram de dissertar sobre as orações directas presentes na obra historiográfica. Assim, com o *Dialogo della istoria* (1542) de Sperone Speroni, bem como com as obras de Francesco Robortello, e *De facultate historia In Librum Aristotelis de arte poetica Explicationes*, ambas de 1548, abrem-se duas linhas de pensamento distintas: uma histórico-retórica, de que participam estes autores, sanciona a presença de discursos na obra histórica, vincando que a sua finalidade é a de proporcionar deleite ao leitor; a outra, histórica *annales, au contraire*, advoga a *nuda historia* dos *annales* e por consequência abdica das *orationes* históricas.

Até ao final do século o caminho estava traçado, extremado-se as posições: de um lado, temos tratados que, aproximando a história da teologia, da epistemologia e da política, preocupados com a verdade dos factos, abandonam as reflexões sobre os discursos intercalados. Do outro lado, encontram-se tratados, a maioria deles, que seguem a tradição retórica e perceptiva da história, demonstrando um vivo apreço pelas potencialidades dos discursos. É o caso do afamado tratado *De scribenda historia liber* (1569), obra em que Antonio Viperano distingue entre *oratio recta* e *oratio obliqua*, advertindo, contudo, que o discurso deve procurar um ponto de equilíbrio entre a verdade e o deleite. Também, o *De ratione scribendae historiae* (1574) de Uberto Foglietta vem confirmar Viperano, defendendo a pertinência das orações intercaladas, porque contribuem para o deleite da narração histórica, apoiando-se no exemplo de Tito Lívio para as legitimar.

Em Portugal, sobre a dimensão retórica da história, não se conhece nenhum tratado que aborde esta questão de uma forma sistemática,¹⁸⁵ embora alguns destes

¹⁸⁵ Cf. SOARES (2002: 28).

tratados certamente aqui foram conhecidos, particularmente as obras de Viperano, uma vez que desempenhou funções diplomáticas em Lisboa no tempo de Filipe II.¹⁸⁶ Em todo o caso, a historiografia portuguesa de quinhentos, marcada pela inserção de inúmeros discursos intercalados, acompanha a tendência retórica da história renascentista, de matriz greco-latina. Efectivamente, à maneira clássica, os historiadores de quinhentos procuraram aproximar-se da teoria da *mimesis*,¹⁸⁷ transmitindo o mais possível os efeitos da natureza humana, adaptando as emoções e a linguagem aos respectivos caracteres individuais. Trata-se de uma estratégia que contribui largamente para manter vivo o interesse do leitor pelo relato histórico, levando-o quase que a participar na narrativa, proporcionando a obra histórica, na sua plenitude, o deleite ao leitor/ouvinte, que é uma das suas intrínsecas finalidades.

2.1 RECURSOS RETÓRICOS AO SERVIÇO DA HISTÓRIA

Cícero, ao elencar as diferentes matérias que devem fazer parte do conteúdo de uma obra historiográfica, como cronologia, geografia, feitos entre outras, fá-lo numa obra oratória (*De Oratore* 2.63). Este episódio de falar, numa obra oratória, sobre o conteúdo da obra historiográfica é de tal maneira revelador do entendimento que Cícero tinha da escrita da história: consideraria, naturalmente, a historiografia como uma produção oratória. Indo um pouco mais longe e se verificarmos com atenção concluiremos que uma boa parte do conteúdo de uma obra historiográfica, antiga ou renascentista, é oratória. Efectivamente, a par da narrativa dos feitos, encontramos no caso da historiografia portuguesa do XVI, em particular naquela que se encontra alinhada com a ideologia oficial, partes significativas dessas mesmas obras que são vincadamente argumentativas, próprias de um discurso, ou até a inclusão de autênticos discursos.¹⁸⁸

Começemos pelos discursos. Uma das estratégias retóricas a que a historiografia houvera recorrido com maior insistência, nomeadamente desde a Antiguidade até ao Renascimento, fora à inserção de discursos, intercalando-os com a narrativa dos feitos. Discursos são um termo demasiado genérico, que compreende uma gama tipológica diferenciada de textos e que convém tratar por apartado.

¹⁸⁶ Cf. SOARES (2002: 30).

¹⁸⁷ Cf. Dionísio de Halicarnasso considerava a imitação de caracteres e emoções uma das qualidades da prosa histórica; *Ad Pompeium Geminum* 18 (776).

¹⁸⁸ Cf. SÁNCHEZ SALOR (2008: 134).

Em primeiro lugar, encontramos na historiografia discursos, resumos ou referências breves a discursos que, digamos, não resultam do labor paciente do historiador. Trata-se de discursos pré-existentes à composição da obra historiográfica em causa, com direitos de autor firmados, alguns dos quais já circulavam impressos. É o flagrante caso das *epistulae* e das *orationes* que, como dissemos no ponto anterior, foram a primeira estratégia propagandística do *imperium*, cujo sujeito de enunciação era o próprio rei, sobretudo D. Manuel. De facto, esses textos de oratória mantêm uma relação muito estreita com a historiografia de meados quinhentos, pois alguns acabaram por integrar algumas crónicas,¹⁸⁹ reforçando-lhes a respectiva finalidade retórica e se quisermos, probatória, pois cremos que se trata de verdadeiros argumentos de autoridade.

Num segundo plano, temos de considerar aqueles discursos que resultam da investigação, reconstrução ou criação do autor. Cabem nesse rol discursos de embaixada, discursos deliberativos, discursos fúnebres, sermões, cartas, diálogos, arengas militares entre outros, que ocupam uma parte significativa da narrativa historiográfica de quinhentos. A decisão de os integrar no mesmo bloco prende-se com o facto de que, para uma parte substancial dos mesmos, dificilmente se encontrar uma base sólida da sua efectividade e de, em simultâneo, nos virem à memória as palavras de Lourenzo Valla, no proémio da sua *Historia de Fernando de Aragón*:

¿Acaso hay alguien que crea que aquellos admirables discursos intercalados en las obras históricas son reales y no producto de un sabio y elocuente autor, que ha sabido adaptarlos a las personas, las circunstancias y los hechos, para enseñarnos a hablar y a **juzgar rectamente**?¹⁹⁰

Tudo quanto possa ser dito em sequência desta afirmação poderá cair na redundância. Fica naturalmente evidente a natureza retórica daqueles discursos. Por um processo de descentração narrativa, os discursos permitem ao narrador liberdades ideológicas, literárias e fundamentalmente retóricas, que, se fossem introduzidas na narrativa dos feitos ficariam limitadas pela especificidade desse registo narrativo e comprometeria muito mais o narrador/autor com a sua história. Mas o que importa relevar é que os discursos intercalados na história têm, primacialmente, uma finalidade retórica e justifica-se a sua ampla presença na escrita da história, porque toda a história é também ela retórica, *toda historiografia está, pues, tocada de Retórica*. Por isso historiador há-de empregar *todos los símbolos verbales o palabras a su alcance para*

¹⁸⁹ Cf. OSÓRIO (1989: 540).

¹⁹⁰ Trad. de LÓPEZ MOREDA (2002:76).

*persuadir, agradar o convencer a sus oyentes o lectores.*¹⁹¹ E certamente que a maneira mais industriosa de o fazer é introduzir discursos no fio narrativo.

De facto o discurso, segundo a *Retórica* de Aristóteles, fornece três espécies de provas de persuasão: *umas residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar.*¹⁹² Na verdade, o carácter fidedigno do orador é importante na persuasão, no entanto, adverte Aristóteles essa confiança deve decorrer do próprio discurso, da probidade do que se fala e não de uma opinião prévia que se possuía acerca do orador. Persuade-se também, quando os ouvintes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos individuais dependem em muito dos sentimentos por que cada um, no exacto momento da decisão, é atravessado. Finalmente persuade o próprio discurso, ou melhor, cada um dos três géneros discursivos, judicial, deliberativo e epidíctico, desenvolvendo respectivamente uma série de tópicos retóricos. Verdadeiramente, os discursos cumprem três funções retóricas, ensinam, deleitam e comovem o auditório.

Ora, os historiógrafos, em geral, bem como os de quinhentos em particular, reconheceram nos discursos, não só a longa tradição historiográfica de recurso ao discurso, como sobretudo as enormes potencialidades retóricas que lhe estavam associadas, por isso a sua enorme presença nas obras históricas.

Tal como afirmáramos no início deste ponto, para além dos discursos, nas obras históricas podemos encontrar outras partes argumentativas, de que os historiadores se socorrem, igualmente para persuadirem o leitor. Por vezes, a seguir a um trecho narrativo, os historiógrafos introduzem uma parte que não é historiográfica, mas sim oratória. Às vezes, trata-se apenas de um simples comentário subjectivo, que nada tem que ver com o relato histórico, mas é uma estratégia para expressar uma opinião¹⁹³ ou fazer uma crítica. Diogo do Couto é um dos autores que recorre a essa possibilidade. Ao narrar um ataque contra os portugueses na ilha de Ceilão, em que os combatentes autóctones, equipados com elefantes, tiveram de retroceder graças ao empenho dos lusitanos, nomeadamente *homens não conhecidos [...] criados pobres, e rusticamente, mal vestidos e peor atados*. Aliás, acrescenta Couto, foram os mais pobres, sem apelido, que as mais das vezes sustiveram os cercos nesta ilha de Ceilão. E depois de terminar a

¹⁹¹ LÓPEZ EIRE (2008: 67).

¹⁹² Aristot. *Rh.* 1. 1356a.

¹⁹³ Cf. SÁNCHEZ SALOR (2008: 134).

narração, declara mordazmente, *porque os que nacerão illustres cuidão que seu honroso nascimento so lhe basta.*¹⁹⁴ Igualmente, ao narrar a crónica indisciplina que grassava entre as hostes portuguesas em meados do século, momentos antes do início de uma batalha, deixa escapar este comentário *e certo que segundo a pouca disciplina da soldadesca da Índia he mais trabalhoso a seus capitães domar-lhes seus apetitos que desbaratar seus imigos; porque estes vencem-se com as armas, e os soldados nem com ellas nem com a resão se podem domar.*¹⁹⁵

Ainda de Couto, na Década IV de, ao ser narrada a chegada de armadas bem providas à Índia, é ocasião para suspender a narrativa dos efeitos e estabelecer uma comparação entre os anos de gloriosa memória do governo da Índia de Nuno da Cunha (1529-1538) e a decadência geral a que chegara o Estado Português da Índia, no momento em que escreve, finais do século XVI. Declara Couto a propósito do presente:

Por onde a mudança deve de ser, a dos homens, das leys, e dos costumes tão differentes em tudo d'aquelles com que a Índia se ganhou, por que diz Seneca, que os estados he necessario sustentarensse com as mesmas artes com que se ganharão. [...] A India ganhouse com peitos desintereçados, e com o intento no serviço de Deos e d'el Rey, com desejos de honra e fama: com se estimarem os homens: com que os capitães não terem outros arreyos, nem tapeçarias mais que muitos soldados em suas casas: com poucos desembargadores, e ouvidores: o que depois veyo a ser tão diferente, que ja oje ha poucos que pretendão fama, senão renda. Trocarãose os ardis da guerra, em ardis de fazenda, e recolher os soldados temse ja por doudice, e por isso andão muitos pellas portas dos mosteiros.[...] porque oje assi se fechão os capitães com seu dinheiro, que não ha poder entrar com elles mais que a morte, que parece que de proposito os espreita: porque em os vendo ricos e prosperos, vem hũa dor de cabeça, e acabãose todos os seus castelos de vento. E pello decurso da historia apontaremos tempo em que nenhum capitão logrou o que adquirio, **pellos meyos que elles sabem. Deixemos esta materia que he perigosa, e continuemos com nossa historia.**¹⁹⁶

A frase final prova que a narrativa fora suspensa e que, já de seguida, irá ser retomada. Por vezes, assiste-se à suspensão da *narratio*, que é intrinsecamente historiográfica, cujos tempos verbais são históricos, como podemos observar no mesmo capítulo antes da introdução desta peça retórica. Ali encontramos o pretérito perfeito do indicativo (*foi aver vista da costa da Arabia*), as orações participiais (*partido Diogo da Sylveira, de Chaul com toda sua armada junta*), deícticos temporais e espaciais (*ali lhe forão dar nas mãos*) etc. Ora tal *narratio* é interrompida, para ser inserida a *descriptio* que, em parte, acima transcrevemos. A *descriptio* tem, de acordo com a *Retorica a*

¹⁹⁴ Couto, Década VIII da *Ásia*, Liv. I, Cap. I.

¹⁹⁵ Couto, Década VIII da *Ásia*, Livro I, Cap. IX.

¹⁹⁶ Couto, Década IV da *Ásia*, Livro VIII, Cap. X.

Herennio (4.39) a finalidade de *rerum consequentium perspicuam et dilucidam cum grauitate expositionem*, para *vel indignatione vel misericordia commoueri*.¹⁹⁷ Como se observa, Couto pretende demonstrar que em 50 anos se mudaram os homens, as leis e os costumes na Índia de tal maneira que a incúria e o enriquecimento ilícito dos capitães estão na base da ruína daquela possessão portuguesa. Pretenderia certamente, o autor, provocar os leitores, levá-los à indignação e à reforma de costumes, pois alguns dos potenciais leitores da sua obra seriam, certamente, alguns dos actores da sua narrativa histórica. Justifica-se, nesta perspectiva, os lamentos constantes de Couto pelo facto de não conseguir vender os seus livros, de se ver na obrigação de os oferecer aos capitães das fortalezas, os quais, como confessa a D. Francisco da Gama (1608), nem uma *caxa de mermalada* lhe dão como recompensa. Como se observa, o estilo eleva-se, alteram-se os tempos verbais, para infinitivos flexionados *estimarem os homens; os capitães não terem outros arreyos*, e sobretudo para o presente para descrever a situação actual *temse ja por doudice, e por isso andão muitos pellas portas dos mosteiros...* porque oje assi se *fechão os capitães*; surgem as figuras retóricas, as repetições/acumulações para servirem de contraste entre o passado honrado e o presente desmazelado *A India ganhouse com peitos desintereçados, e com o intento no serviço de Deos e d'el Rey, com desejos de honra e fama: com se estimarem os homens: com que os capitães não terem outros arreyos, nem tapeçarias mais que muitos soldados em suas casas: com poucos desembargadores, e ouvidores*. Surgem as citações de autoridades, como a alusão a Séneca, ou as sentenças moralizadoras, em que a morte surge personificada, como se de um ladrão se tratasse à espera da ocasião *fechão os capitães com seu dinheiro, que não ha poder entrar com elles mais que a morte, que parece que de proposito os espreita: porque em os vendo ricos e prosperos, vem hũa dor de cabeça, e acabãose todos os seus castelos de vento*. Ninguém fica indiferente a esta afirmação, interpela o leitor e fica-se com ela na memória. Numa *descriptio*, eleva-se o estilo, recorre-se a figuras, a sentenças, a todas as estratégias para provocar o leitor, indignando-o ou despertando-lhe a compaixão.

Não poderíamos encerrar este ponto, sem trazermos aqui o episódio da exemplar morte de D. Lourenço de Almeida, no decurso de um combate naval contra os mouros. É um facto, que embora apareça relatado em outros historiógrafos, é em Barros que ele atinge o maior esplendor retórico:

¹⁹⁷ Cf. SÁNCHEZ SALOR (2008: 140).

No qual tempo deram a dom Lourenço hũa bombardarda que lhe levou meya coixa com que acurvou, ao que logo acodiram os principaes da nao querêdo o passar em hũ parao que pera isso mandarã aperceber ao contra mestre e levallo a curar á não de Pêro Barreto: nam tanto por lhe salvar a vida, porque a ferida nam era pera esperar que a podia elle ter, quanto por salvar seu corpo que nam viesse a mãos dos mouros por honra deste reino e nam se gloriarem delle, tam pouca esperança avia de se poder salvar. Chegando a dom Lourêço os que ministravã esta obra de o salvar cõ palavras piadosas do estado em que o viam: respõdeo que o leixassem porque mais lhe offendia alma esta piedade que com elle queriam usar, do que lhe lastimava o corpo aquella ferida: que lhe pedia que cada um tornasse a seu officio de cavaleiros como eram, porque parelle qualquer pessoa bastava pera lhe atar aquella ferida com hũa touca. E mandou que o encostassem ao propao junto do masto do meyo assentado em hũa cadeira quasy em giolhos: e vendose naquelle estado levantou as mãos a deos dizendo, senhor pois te aprouve tirar o poder pera ajudar a estes cavaleiros que derramam seu sangue por confissam da tua fé, peçote que aqui atado nesta columna que eu tomo por glória com a lembrança da tua, ajas por bem que os ajude com a fala pois nam posso com a pesoa, porque ella seja testemunha que te confesso com alma pois o corpo desfaleceo. Acabado estas palavras e convertandose á gente que pelejava querêdo os ajudar cõ outras nã da fraqueza da morte que lhe vazava o sangue mas que lhe ditava o animo de cavaleiro e espírito de catholico baram, nã perdendo o officio de capitam nem o conhecimêto pera dar a seu deos: veo outra bombardarda que lhe levou totalas costas da parte direita descobrindolhe os bofes. Morto este capitam deu a morte licença que sem nenhuũ acatamento por nam verem aly jazer seu corpo, que per alguũs homeês darmas fosse lançado em baixo nos conves como hũ sacco de terra junto do fogam: e como era hũ dos mayores homeês deste reyno, assy atroou a nao a pãcada que o seu corpo deu em baixo, que muyto mayor terror fez no animo de todos o tom desta caída, que a voz da sua morte. Ao qual corpo seguio hũ seu paje [...], que o arrastou per hũa perna [...] e per hũ olho lançava as lagrimas, e per outro vertia sangue de hũa seta que lho quebrara [...] té que na entrada da nao forã os mouros dar com elle onde acabou sobre o corpo de seu senhor como leal criado.¹⁹⁸

A descrição da morte de D. Lourenço é um acto dramático e patético. O leitor, ao deparar-se com este episódio, rapidamente olvida a sequênciã narrativa e atenção focaliza-se exclusivamente no sofrimento e na dignidade do herói. Efectivamente, qual cena cinematográfica, esta morte dolorosa entra pelos olhos e pelos ouvidos do leitor (*enárgeia*) e torna-se quase participante dela *E mandou que o encostassem ao propao junto do masto do meyo assentado em hũa cadeira quasy em giolhos: e vendose naquelle estado levantou as mãos a deos* e de seguida o acme da cena patética: aproximando-se a morte, um homem atado a uma coluna, no pico do seu sofrimento, exangue, eleva as mãos ao céu, pedindo a Deus, não por ele, mas por aqueles companheiros que em breve iria deixar. Há naturalmente em toda esta cena, uma intenção muito clara de o narrador estabelecer uma comparação com a dolorosa morte de Cristo. De facto, D. Lourenço morre como um mártir, morte essa que um infunde no leitor/espectador um *pathos*

¹⁹⁸ João de Barros, *Década I da Ásia*, Liv. II, Cap. VIII.

profundo. Mas o *pathos* ainda não terminou, o leitor ainda há-de ver o cadáver daquele mártir ser maltratado por necessidade, ao ser atirado com estrondo – *atroou* -para o convés como se fosse um saco de terra. Trata-se de uma selecção rigorosa da forma verbal, de enorme expressividade onomatopaica, cujo efeito sonoro aterrorizou todos os embarcados. Finalmente, aquele que fora o seu pajem, arrasta-o por uma perna, contudo também ele, em pleno sofrimento, vaza de uma vista sangue e da outra lágrimas – mais uma rememoração bíblica – para, qual terceiro acto de uma tragédia, cair morto sobre o cadáver do amo.

É a todos os títulos, um trecho comovente, altamente retórico. Nele encontramos a *descriptio*, os acontecimentos dramáticos entram pelos olhos e pelos ouvidos do leitor. Há também *argumentatio*, a referência ao carácter, à fibra deste português *hũ dos maiores homeẽs deste reyno* e finalmente encontra-se a *peroratio* na constante exploração patética da cena. Trata-se, de facto, de um acontecimento encaixado na narrativa historiográfica, que comove o leitor e provoca-o a seguir o exemplo de Lourenço de Almeida. Exemplos como este são frequentes e mais do que historiografia, o seu efeito é retórico. De forma que mais uma vez se confirma que, quanto ao seu conteúdo, a história é um *opus oratorium maxime*, é uma obra de oratória sobretudo.

2.1.1. A DESCRIÇÃO DE BATALHAS E A PROGRESSIVA DRAMATIZAÇÃO DA OBRA HISTÓRICA

Foram os grandes acontecimentos bélicos e governativos conduzidos pela insistente figura do herói que preencheram a traços carregados os capítulos das obras históricas até ao início do século XX. A guerra é a temática nuclear da obra histórica ocidental, não sendo de surpreender que historiografia portuguesa medieval e renascentista se tenha vergado ao seu apelo dramático. As guerras e o fenómeno bélico são matéria global da historiografia que narrou o imperialismo português de quinhentos, porque global era também a guerra empreendida pelos portugueses. Com efeito, os lexemas *peleja* e *pelejar* irrompem a cada passo das narrativas históricas, associados a descrições violentas de batalhas terrestres e navais, assédios, assaltos e acções de guerrilha. De maneira que tanto a frequência como a valorização da guerra, enquanto montra de virtudes guerreiras, ajudam, ainda que parcialmente, a explicar a predilecção dos historiadores antigos e renascentistas pelas descrições de batalhas e afins. A outra

parte da justificação deve ser encontrada nas relações que, desde a Antiguidade até ao Renascimento, se têm intensificado entre a retórica e a historiografia.

Na verdade, se recuarmos até ao século V a.C. e nos focarmos numa obra como a *História da guerra do Peloponeso*, podemos observar que os principais feitos militares e políticos se encontram acompanhados de discursos insuflados pela retórica, já que a retórica era uma constante da vida social ateniense. Nos séculos seguintes, a retórica, no sentido público do termo, foi perdendo fulgor, acabando por ficar confinada ao ambiente escolar, porque passou a ser ensinada e aprendida na escola e estendia-se a todos os géneros literários em prosa, como a própria historiografia. De forma que será esta retórica escolar, a “Retórica de Hermes” que permanecerá nas escolas até à Época Imperial e da Antiguidade Tardia.¹⁹⁹ Trata-se de uma retórica centrada na aprendizagem de discursos por parte dos estudantes que visa uma formação moral, ético-política e epidíctica. Significaria que os candidatos a futuros oradores, poetas e também historiadores – actividades que têm por base a palavra – teriam um programa de estudos comum, sendo o mestre de retórica que acabaria por indicar o melhor caminho a seguir para cada um dos seus alunos. Assim, depois da aquisição dos saberes básicos, os jovens alunos eram conduzidos para exercícios em prosa, designados por *progymnasmata* que envolveria, entre outros, a prosopopeia, a narração ou a descrição de um acontecimento histórico.²⁰⁰ Decorre daqui que o orador, o historiador e o poeta, desde o seu processo formativo, se exercitavam a manipular a história para fins retóricos, tendo como consequência a aproximação entre a historiografia e a retórica.

Mais tarde, a história será descrita por Cícero no *Orator* (20.66) como *in qua et narratur ornate et regio saepe aut pugna describitur*, donde se conclui que, para o Arpinate, a história é composta por narração e descrição, de modo que a historiografia deve ter um carácter narrativo-descritivo e não exclusivamente narrativo. O historiador não se deve cingir unicamente a referir os feitos, mas sim meter pelos olhos adentro do leitor, acções e personagens. De facto, segundo a *Retórica a Herénio* (4.39), a *descriptio* consiste em *exponer de manera clara y lúcida y com seriedad las consecuencias de unos hechos* e serve para *excitar la indignación o la piedad*. Se a narração tem a virtude da persuasão, já a descrição prima pela eficácia, podendo valer-se de algumas categorias do género epidíctico (que engloba descrições de lugares e acções com o objectivo de evidenciar uma cidade ou uma personagem) e, uma vez que está menos condicionada do

¹⁹⁹ Cf. LÓPEZ EIRE (2008: 80).

²⁰⁰ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 364).

que a narração pela obrigação da verosimilhança, tem mais liberdade para criar ou inventar. De facto, o seu objectivo é provocar efeito sobre o leitor.

Alguns autores antigos, como Luciano ou Políbio, contudo, mostraram-se relutantes contra as licenças sancionadas pelas descrições de outros historiadores que, procurando impressionar os leitores, exageraram nos pormenores criativos e patéticos, denunciando, deste modo, a inverosimilhança dessas descrições. Muito curadores da eficácia, esses mesmos autores olvidaram as duas outras virtudes da descrição: a clareza e a concisão. A verdade é que desde a Antiguidade, a eficácia descritiva das emoções era uma componente apreciada da obra historiográfica, gerando enorme impacto sobre o público, desde que não exageradamente dramáticas. Embora em Tucídides e Xenofonte possam ser encontradas descrições eficazes, no entanto, foi a partir da Época Helenística e já na Época Imperial que se evidenciou o estreitamento das relações entre a retórica e a historiografia de tal modo que as obras históricas se valeram progressivamente de descrições dramáticas para agradarem e emocionarem os seus leitores.

A historiografia percebeu que a morte de uma personagem era a ocasião ideal para transmitir esse forte conteúdo dramático e patético, tanto que carregou literariamente em tais descrições. Os historiadores portugueses souberam também interpretar o valor retórico associado à descrição da morte de um protagonista, cumulando esses episódios com pormenores de alto valor patético, cujo objectivo era impressionar o leitor. Um exemplo claro desse dramatismo encontra-se na pungente descrição da morte de D. Lourenço de Almeida realizada por João de Barros,²⁰¹ cujo valor retórico já tratámos em outro lugar desta investigação. A essa e a outras semelhantes *descriptions* historiográficas se aplica a expressão ciceroniana *hanc enim mortem rhetorice et tragice ornare potuerunt* (*Brutus*: 11.43), ou seja, *el historiador, imbuido de la técnica retórica, debe elaborar una reconstrucción espectacular de los hechos y describir una escena de modo eficaz e impresionante.*²⁰² Nestes casos, mais do que a fidelidade à verdade histórica, os historiadores procuram um pretexto para expor as suas ambições literárias.

É por isso que, desde o período helenístico, se acentuou a inclusão de descrições dramáticas nas obras históricas, particularmente descrições focalizadas nos feitos de guerra, sobretudo batalhas, dramatizando-se as suas terríveis consequências, com o intuito de explorar os sentimentos e as emoções dos leitores. Com efeito, a descrição de

²⁰¹ Cf. Barros, *Década I da Ásia*, Liv. II, Cap. VIII.

²⁰² CARMONA CENTENO (2008: 369).

cenas patéticas inerentes ao fenómeno guerreiro tornou-se de tal maneira insistente na obra histórica, já pelo interesse dos leitores, já pela oportunidade que se abria ao autor de ostentar os seus dotes retórico-literários, não sendo de surpreender que este tenha sido um motivo que também concorreu para que a guerra se tenha tornado como o tema central da historiografia antiga. Era pois requisito indispensável que os historiadores latinos e por extensão os renascentistas dominassem a arte descritiva de batalhas, momento único para porem em prática os seus dotes de eloquência.

Além do mais, os feitos militares, individuais ou colectivos, eram o momento privilegiado em que a eficácia descritiva desempenhava um papel determinante como estratégia narrativa de elevado conteúdo retórico. Veja-se que esses episódios bélicos representavam a oportunidade para o historiador de não só debuxar os caracteres individuais de muitos personagens, mas também de os engrandecer a ponto de se tornarem na montra das virtudes étnicas. Quando João de Barros ou outro historiador descreve um Lourenço de Almeida, ferido de morte e exangue, imóvel no seu posto de comando, exortando os seus homens a lutar, está o historiador a mostrar um conteúdo de alto valor retórico, porquanto apresenta um eficaz *exemplum* da *virtus* lusitana e, em simultâneo, o historiador demonstra também o seu próprio patriotismo. Se no passado assim procedeu Tito Lívio relativamente ao seu povo, no século XVI, também João de Barros ou Diogo de Teive assumiram claramente que exaltando os seus heróis se engrandecia a pátria.

Com as descrições de batalhas, os historiadores procuraram não só mover e agradar os leitores – atingindo logo duas finalidades – mas também, por meio dos exemplos dos heróis do passado, instruir os seus públicos, completando-se assim a tríade de objectivos da obra histórica, ao mesmo tempo que confirmavam a natureza retórica da historiografia. Fica pois assim claro que o apreço pelas descrições de batalhas por parte dos historiógrafos de quinhentos se justifica não só por a guerra ser-lhes muito próxima do ponto de vista espaço-temporal, mas também pelos propósitos retóricos que estavam subjacentes às descrições de batalhas.

2.1.2. A ARENGA MILITAR E A CONCEPÇÃO DRAMÁTICA DA OBRA HISTÓRICA

Se bem que a moderna concepção de arte de escrever história olhe com alguma desconfiança para a presença dos discursos intercalados nas obras históricas desde a Antiguidade até ao Renascimento, uma vez que dificilmente resistiriam a uma prova de verdade, todavia a perspectiva interpretativa não deve ser a hodierna, mas sim aquela que vigorava no momento da produção escrita dessas obras. Tanto na Antiguidade Clássica como no Renascimento, a obra histórica – como dissemos em cima – era percebida não só como um instrumento de preservação da memória, mas também como uma composição literária e erudita, em que a tradição e a imitação desempenham um papel importante.²⁰³ Só assim se compreenderá perfeitamente a inserção da arenga na obra histórica, de forma que é necessário compreendê-la mais como um produto literário vinculado a uma tradição retórica, do que como um elemento histórico.²⁰⁴ Com a obra histórica, o historiador clássico procurava ensinar (*docere*), entreter (*delectare*) mas também comover (*mouere*) o leitor, por isso em autores como Tito Lívio ou Políbio e por imitação em historiadores portugueses de quinhentos vigorava uma concepção dramática da história, que visava impressionar o mesmo leitor, daí que pelas suas páginas perpassem numerosas cenas de batalhas, cercos de cidades, parlamentos e sobretudo discursos²⁰⁵ como a arenga militar. Em grande medida, os discursos contribuem para esse dramatismo historiográfico uma vez que: (1) com a sua inserção, há uma concomitante variação de estilo, quebra-se a monotonia da narrativa e, por consequência, mantém-se vivo o interesse do leitor; (2) são um poderoso instrumento de construção dos caracteres das personagens: neste particular as parelhas de arengas ajudam a definir e contrastar personagens; (3) introduzem tensão dramática e contribuem para elevar a vivacidade da narrativa dos feitos.²⁰⁶

Note-se, contudo, que a atribuição de um discurso a uma personagem não resulta de um mero acto aleatório, o mesmo sucede relativamente à selecção dos *topoi* argumentativos nele presentes. Assim como os historiadores optam por concentrar os discursos nos momentos político-militarmente mais decisivos, de igual modo, na sua generalidade, a pronúncia de alocações é um acto adstrito aos mais destacados protagonistas da história, cujos discursos contribuem para as suas representação e

²⁰³ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 20).

²⁰⁴ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 21).

²⁰⁵ Cf. NAVARRO ANTOLIN (2000: 81).

²⁰⁶ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 341).

caracterização memoráveis. Por outro lado, a escolha dos tópicos retóricos constantes desses discursos são um poderoso instrumento para se aferir a interpretação que o historiador/narrador faz de tais personagens,²⁰⁷ clarificando, por exemplo, no caso da arenga, os verdadeiros motivos que estiveram por detrás de uma vitória ou de uma derrota.

Nesta concepção dramática da história, se o historiador/narrador procura efectivamente impressionar o leitor, opta por reproduzir as alocuções, no caso, as arengas, em estilo directo, pois é a estratégia discursiva que melhor contribui para manter viva a chama do interesse do leitor. Na verdade, o estilo directo consegue impressionar dramaticamente o leitor, pois aproxima o discurso do narratário/leitor, como se quase visse com os olhos o próprio acontecimento histórico, tornando a narrativa histórica próxima de outros géneros como a tragédia²⁰⁸ ou mesmo da épica, cujo objectivo é também emocionar e deleitar o leitor. Ainda que na historiografia da Antiguidade, exista uma presença assídua em estilo directo, já a historiografia portuguesa de quinhentos tende indiscutivelmente para o estilo directo. Tal facto tem a intenção de deleitar o leitor e atesta a natureza dramática e literária da historiografia antiga e portuguesa de quinhentos. Por sua vez, alguns dos historiadores latinos mais importantes, como Salústio, César ou Tácito transmitem as arengas, na sua generalidade, em estilo indirecto, impelidos certamente pela tentativa de aproximarem a narrativa a uma das finalidades da história, a *lux veritatis*. Por outro, o estilo indirecto deixava-lhes espaço para introduzirem os seus juízos e reflectirem sobre causas e consequências dos feitos históricos.²⁰⁹ Como estratégia de reprodução das alocuções, a historiografia clássica e certamente por imitação, também a portuguesa facultam-nos uma terceira possibilidade de reprodução discursiva. Assim Tito Lívio, Sílio e Fernão Lopes de Castanheda por vezes apresentam uma parte do discurso em estilo indirecto, vertendo depois a componente mais importante do discurso em estilo directo. Trata-se de uma estratégia de amplos efeitos sobre o leitor, pois a diversidade de estilos mantém-no em alerta, além de que esta súbita inflexão discursiva transmite à narrativa um súbito pico de intensidade dramática. Todas estas técnicas narrativas comprovam pois que a historiografia antiga e renascentista é enformada por uma concepção dramática da obra histórica.

²⁰⁷ Cf. NAVARRO ANTOLIN (2000: 82).

²⁰⁸ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 359).

²⁰⁹ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 360).

3. O DEVIR DA ARENGA MILITAR HISTORIOGRÁFICA

Segundo os estudiosos, o primeiro modelo influente de arengas da literatura grega é o modelo homérico. Na verdade, Homero inserira um número considerável de arengas na *Ilíada*, cuja larga maioria elegera, como o momento privilegiado da respectiva pronúncia, o decurso da batalha. Tal circunstância implica que se trate de breves discursos directos,²¹⁰ cuja extensão não vai além de seis versos, preenchidos por tópicos de incentivo ao combate de carácter universal, pois a exiguidade de tais arengas coarctava a sua profundidade argumentativa. Autores como E. Keitel (1987) identificam, contudo, na épica homérica um significativo número de *topoi* retóricos da arenga militar que a tradição historiográfica sequente acabará por cristalizar, de tal maneira que uma análise séria da influência de modelos prévios sobre a arenga historiográfica, há-de contemplar o modelo proposto por Homero na *Ilíada*, cujas *sententiae* são visíveis em autores posteriores tão importantes como Salústio ou Tito Lívio.

Para além de *topoi* retóricos e de *sententiae*, o modelo homérico de arenga impôs-se também ao nível do tipo de discurso empregado e da sua colocação dentro da obra historiográfica. Efectivamente, no poema homérico encontramos já arengas organizadas em parênteses contrapostas, assim como um tipo de arenga pronunciada em movimento na sequência da revista passada às tropas pelo general, designada como *epipólesis*. Estas arengas tinham o objectivo preciso de aumentar a intensidade dramática necessariamente relacionada com a narração das respectivas batalhas.²¹¹

O modelo literário de arengas proposto por Homero encontrou ampla assimilação em géneros literários tão díspares como a épica, a lírica e a tragédia. Por exemplo, vislumbra-se influência do modelo de Homero, logo nos séculos VII e VI a.C., nas elegias de Calino e Tirteo, bem como nas tragédias da época clássica, patente no modelo breve de arengas integradas nos relatos dos mensageiros, personagem que integra o elenco tanto dos *Persas* de Esquilo, como das tragédias *Heraclidas*, *Fenícias* e *Suplicantes* de Eurípides. Com esta estratégia literária de encaixar arengas no relato do mensageiro ficava legitimada não só a inserção da arenga na narrativa dramática, como ainda se aproximavam dos espectadores atenienses pormenores relacionados com batalhas, como exortações ao combate em estilo directo.

²¹⁰ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 231).

²¹¹ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 233).

Do ponto de vista historiográfico, o modelo homérico acabou por ser integrado primeiramente por Heródoto nas suas *Histórias*. Trata-se de um discurso designado pelo próprio historiador como *paránesis*, discurso composto por tópicos simples e directos que, por esse motivo, se aproximam daquilo que o general realmente poderia pronunciar num momento crucial de uma batalha, como seria o seu início. Assinale-se, contudo, que Heródoto parece mais interessado na intensificação dramática que a arenga introduz na narração de um facto bélico, do que propriamente na sua essência argumentativa. Em síntese, até à época clássica, impôs-se na literatura o modelo de arenga proposto por Homero.

Deve-se a Tucídides a proposta de um modelo criativo de arenga distinto do anterior modelo homérico, que acabará por se tornar fundamental no desenvolvimento do género historiográfico. De facto, Hansen (1993) considera que Tucídides foi o inventor da arenga historiográfica, fonte de inspiração mais importante para as gerações seguintes de historiadores, gregos, romanos e renascentistas.

Com Tucídides, a arenga sofre um processo de reelaboração criativa e compositiva, passando a ter uma estrutura mais ampla e complexa e integrando-se perfeitamente na narrativa dos feitos históricos.²¹² Hansen (1993) outorgando a Tucídides a criação do modelo de arenga militar historiográfica, assegura que este inovador modelo de arenga historiográfica amplificava as breves exortações não só constantes do modelo literário de Homero, como as que verdadeiramente poderiam ser pronunciadas pelo general no campo de batalha. De facto, as condições materiais do campo de batalha inviabilizariam a pronúncia de discursos extensos e complexos, pelo que, em consequência disso, Hansen (1993) não tem dúvidas de que o modelo tucidideano de arengas era uma invenção literária, cujo universo de realização é exclusivo da historiografia. A verdade é que este foi o modelo de arengas mais imitado pela historiografia greco-latina e que ainda influenciou a historiografia portuguesa de quinhentos.

Embora propondo a tese de que Tucídides criara um novo modelo de arenga muito influente na historiografia posterior greco-latina através da imitação de uma bateria de tópicos bem estabelecida, a verdade é que Hansen (1993) acabou por não demonstrar processualmente como, de umas breves exortações, o autor da *História da Guerra do Peloponeso* concebeu um modelo discursivo amplo e compósito. Essa explicação foi

²¹² Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 238).

recentemente apresentada por Iglesias Zoido²¹³ (2008), cujas linhas mestras apresentaremos de seguida. Ora, na base desta inovação discursiva, está a maneira como Tucídides interpretou a função dos discursos na história, elevando e colocando-os ao mesmo nível da narração dos feitos históricos. Isso mesmo afirma o historiador grego, no amplamente debatido capítulo metodológico (1.22) da sua obra:

No que concerne aos discursos constantes nesta história, alguns foram proferidos antes da eclosão das hostilidades, outros já durante o seu decurso. Alguns deles ouvi-os eu pessoalmente, doutros tomei conhecimento através de diversas fontes. Em qualquer dos casos, foi difícil conservá-los, palavra por palavra, na memória de alguém. Por isso, adoptei o método de fazer os oradores dizer aquilo que me pareceu ser o que lhes era exigido por cada uma das circunstâncias, obviamente procurando reflectir o mais possível, o sentido geral daquilo que realmente afirmaram. E, no que toca à narrativa dos acontecimentos, longe de permitir-me fundamentá-la na primeira fonte que me apareceu, fui ao ponto de duvidar das minhas percepções (...)

Como se comprova pela leitura deste excerto, os discursos e a narrativa dos acontecimentos surgem no mesmo patamar de igualdade. Por outro lado, dada a dificuldade de alguém reter na memória a totalidade dos discursos, o historiador grego optou pelo método de que, na sua obra, os mesmos discursos expressassem não só aquilo que era necessário que gerais e políticos pronunciassem em cada um dos actos elocutórios, mas também que reflectissem o mais possível aquilo que realmente fora afirmado. A partir deste programa metodológico, Tucídides afasta-se dos seus antecessores, de tal maneira que as suas arengas já não se subordinam à narração mas “actúan” conjuntamente. Neste sentido, é lícito afirmar-se que Tucídides criou uma tipologia dúctil de arengas, capazes de se adaptarem a diferentes contextos narrativos, de tal forma que algumas se apresentam em estilo directo, amplamente desenvolvidas para assumirem papéis novos na obra, enquanto outras, já em estilo indirecto, facultam-nos apenas a essência dos discursos. Com este modelo de arengas, o historiador tem por objectivo não só aproximar o mais possível o discurso àquilo que manifestamente fora pronunciado pelo general, como fundamentalmente pretende estabelecer uma dinâmica com a narrativa dos feitos, antecipando uma táctica militar que de imediato se porá em prática, mostrar a sabedoria e a argúcia de um general, ou ainda tornar mais transparentes os verdadeiros motivos que estiveram por detrás de uma vitória ou de uma derrota. Estas arengas são, pois, verdadeiros discursos de preparação ou de antevisão, uma vez que

²¹³ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 240-258).

Tucídides edificaria a narrativa subsequente ao discurso como complemento e prossecução de algumas asserções feitas na arenga.²¹⁴ A partir do exposto, podemos comprovar que discurso e narração dos acontecimentos estão ao mesmo nível, interagindo e progredindo em simultâneo, ficando também demonstrado que as breves exortações e sentenças homéricas se tornaram insuficientes para cabalmente desempenharem estas novas funções. Se assim é, falta-nos então, identificar as fontes onde Tucídides se foi fundamentar para a criação deste novo tipo de arengas.

Para a criação desta arenga flexível e adaptável a distintos contextos narrativos, Tucídides valeu-se da retórica e da oratória de finais do século V a.C., concertando aquelas potencialidades que lhe pareciam mais profícuas. Assim, o seu modelo de arenga resulta daquele reduzido número de tópicos que um general efectivamente poderia pronunciar diante do seu exército, amplificado com o recurso ao conteúdo argumentativo dos três géneros retóricos (deliberativo, judicial e epidíctico) apontados pela retórica aristotélica. Ainda que fosse comum à retórica sofística combinar num mesmo discurso linhas argumentativas de discursos distintos, nunca havia sido enunciada a possibilidade de concertação dos três géneros retóricos. Assim, a nova *paránesis* proposta por Tucídides resulta da convergência de duas linhas argumentativas de origens distintas: uma de tipo explicativo (*didaché*) proveniente da oratória deliberativa, cujo objectivo é mostrar às tropas que o cenário militar que irão enfrentar lhes é favorável e promissor, ao mesmo tempo que é traçada a estratégia a executar para vencer o inimigo, evocando-se exemplos passados que podem ser vantajosos para o momento presente; a outra, a *parakéleusis*, de pendor claramente exortativo, inspirada no modelo homérico de arenga e na secção protréptica do discurso fúnebre, procura galvanizar as tropas para o combate, sustentando a argumentação na necessidade de se honrar o valor dos antepassados ou de que se deve preferir uma morte honrosa. Por sua vez, cada uma das componentes argumentativas da arenga desenvolverá uma série de *topoi* ou lugares comuns argumentativos, denominados pelos rétores da historiografia greco-latina como *telikà kefálaia* ou *capitula finalia*. Se bem que num capítulo próximo tratemos deste assunto com maior profundidade, podemos, contudo, neste momento, enunciá-los: assim, podem ser identificados quatro grandes núcleos argumentativos: o general que pretende exortar as suas tropas para a batalha há-de demonstrar que o mesmo é justo (*dikaion*), é útil (*sunphéron*) pois defende o estado e o indivíduo e evita consequências, é ainda possível

²¹⁴ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 241).

(*dúnaton*) e honroso (*éndoxon*). A estes quatro pode-se juntar um quinto tópico constante da historiografia, ou seja, as consequências negativas de uma derrota (*ekbesómenon*).

Para a correcta interpretação deste modelo de arenga são pois determinantes tanto a sua extensão como o seu contexto narrativo.²¹⁵ Assim, as arengas breves, como as que se apresentam em estilo indirecto, privilegiam a componente exortativa, cuja linha argumentativa gira essencialmente à volta do *topos* universal do honroso, da nobreza da luta e da “bela morte” e da sua contrapartida negativa, a vergonha da fuga. Com frequência são produzidas também sentenças e imperativos. Precisamente pelo seu carácter universal, esta componente argumentativa não está tão dependente do contexto narrativo em que ocorre, pelo que pode facilmente ser transferida para outros discursos ou para outros contextos narrativos. Recordemos que esta era a *paraínesis* vigente até ao modelo tucídideo. Por seu turno, as arengas mais amplas, apresentam a componente explicativa (*didachê*) mais extensa do que a componente exortativa. Esse facto deriva de que esta componente argumentativa está directamente implicada com o contexto narrativo, cujos *engarces* prévios nos aclaram sobre as circunstâncias que determinaram a pronúncia da arenga, assim como justificam o seu desenvolvimento argumentativo. Na maioria dos casos, uma arenga é pronunciada pelo chefe militar quando este se apercebe de que o temor e o desânimo grassam no seio do exército e é necessário infundir novamente ânimo e restaurar a confiança na vitória. Ora, a componente explicativa, *didachê*, tem exactamente esta designação porque lhe tem associada a ideia de “instruir” ou de “recordar”. Na verdade, o chefe militar instruirá as suas tropas expondo-lhes a estratégia que se porá em prática, aproveitando para trazer à memória feitos ilustres dos antepassados. Esta componente não é só perceptiva, mas sobretudo emotiva, pois, a exposição da estratégia há-de ser de tal maneira motivadora e convincente que as tropas se galvanizarão para o combate, crendo firmemente na vitória, desaposando do ânimo a desconfiança e o temor. É o momento oportuno para o líder militar assentar a sua estratégia argumentativa nos tópicos de que a vitória está ao alcance, hiperbolizando alguma vantagem militar própria, ao mesmo tempo que identifica um ponto fraco no inimigo. Deve trazer-lhes à memória uma vitória, deles ou dos seus antepassados, contra os mesmos inimigos, demonstrando-lhes que a acção que se prepararam para realizar é justa, porque apenas respondem a um agravo cometido pelos inimigos, tendo, por isso, o favor dos deuses. Vincarà ainda que a vitória é útil quer para a defesa da pátria e do

²¹⁵ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 245).

estado, mas também para cada um continuar a ser dono do seu destino. Pelo exposto e como poderemos apreciar nos próximos capítulos, a componente instrutiva da arenga é o elemento nuclear de muitas arengas, quer em Tucídides, mas também na historiografia portuguesa de quinhentos, sobretudo as mais desenvolvidas. Tem os objectivos de, como acabámos de ver, moralizar as tropas para o combate em consequência da exposição da estratégia militar a seguir, mas também de recordar uma bravura do passado útil para o presente. Uma *didaché* largamente desenvolvida pressupõe que, por sua vez, a arenga em que se insere, seja também um discurso extenso. Com frequência os historiadores reservam as arengas mais amplas para os momentos histórico-militares determinantes, chegando ao ponto de as apresentarem em sucessão, muitas vezes formando verdadeiras parselhas de arengas contrapostas, em que um dos generais responde ponto por ponto aos argumentos aduzidos pelo general contrário, formando pois, estas arengas, uma verdadeira teia argumentativa.

É por demais evidente que a componente instrutiva da arenga tem o objectivo de não só mostrar a estratégia a executar, mas também tem o propósito muito claro – por parte dos historiadores – de transmitir aos leitores da obra uma visão transparente das circunstâncias que rodearam uma batalha decisiva e de trazer à tona os verdadeiros motivos que estiveram na base da vitória ou da derrota, conforme o desfecho. Ao invés de os historiógrafos exporem tais considerações na parte narrativa, decidem que sejam os próprios protagonistas da história a transmitirem-nas em discurso directo.²¹⁶

Foi assim que Tucídides, de uma tradição em que a arenga era composta por breves exortações, criou um discurso dinâmico, móvel, que combina distintos tópicos argumentativos relacionados com o contexto narrativo envolvente e também com os objectivos do historiador. Este novo modelo de discurso parenético apoiado nos *capitula finalia* e com uma capacidade de se adaptar a novos contextos narrativos, tornou-se rapidamente em modelo de referência para a oratória militar dos vindouros historiadores, como Políbio, Salústio, Arriano,²¹⁷ bem como a historiografia renascentista. Foi pois graças a essa faculdade de adaptação a diferentes contextos narrativos assim como a inovadoras tendências retórico-literárias e ideológicas que este modelo se manteve influente durante séculos e que ajuda também a explicar as suas diferenças temporais correlacionadas com a eleição de uns *topoi* em detrimento de outros.

²¹⁶ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 246).

²¹⁷ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 257).

Este inovador tipo de arengas criado por Tucídides converteu-se em modelo da oratória militar para as gerações seguintes de historiadores. O segredo deste seu sucesso na tradição historiográfica reside na sua enorme capacidade de adaptação a contextos narrativos distintos (persuade, exorta, critica ou consola), de forma que, a partir de Tucídides, a arenga militar ficou sancionada como uma componente fundamental da obra historiográfica desde a Antiguidade até ao Renascimento.

3.1. A ARENGA COMO PRODUTO HISTÓRICO-LITERÁRIO

Manifestamente, tal como observámos no ponto anterior, podemos afirmar que a criação e evolução deste modelo discursivo – a arenga militar – resulta mais de uma praxis historiográfica levada a cabo por cada um dos historiadores que com ela se relacionou do que propriamente pelos ditames inscritos em qualquer arte retórica. Na verdade, não existe nenhum tratado retórico antigo que trate isoladamente das *parakléuseis* ou *cohortationes*, como as designa Cícero no *De Oratore* (2.15.64), nem, tão-pouco, acerca das regras da historiografia em geral (*De Oratore*, 2.15.62.3). Quando muito, os preceitos orientadores da arenga encontram-se dispersos pelos capítulos de distintas artes retóricas²¹⁸ e, apesar de tudo, mais esboçados que concretos,²¹⁹ donde, todavia, se pode concluir que, para alguns autores, os tópicos de composição de uma arenga eram bem conhecidos, não necessitando, por isso, de um tratamento retórico individualizado, enquanto outros, relevando o seu carácter literário e ficcional, arredaram-na do âmbito pragmático da retórica.²²⁰ Por outro lado, o novo modelo de arenga proposto no século V a.C. por Tucídides, marcado pela facilidade de adaptação a contextos narrativos distintos e capaz de desempenhar várias funções²²¹ (persuadir, exortar e mesmo consolar), era o resultado de uma mescla de linhas argumentativas provenientes de géneros discursivos diferentes. Tal facto, contudo, tornou-se numa dificuldade na hora de classificar a arenga num dos três géneros retóricos – deliberativo, judicial e epictíco – definidos por Aristóteles na sua *Retórica*. Ainda que na Antiguidade se reconhecesse a importância da arenga como um discurso adaptável a oradores e a contextos diversos, importante mesmo na formação

²¹⁸ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 43).

²¹⁹ Cf. NAVARRO ANTOLIN (2000: 87).

²²⁰ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 43).

²²¹ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 47).

de rétores, tal versatilidade revelou-se num óbice no momento de a classificar de acordo com a normativa retórica. Compreendido contudo o seu processo de composição, cuja parte mais desenvolvida coincide com os tópicos empregados na secção protréptica do discurso fúnebre, a que se soma o tema da guerra, tornou-se num dos discursos mais importantes do género deliberativo e no discurso mais característico da historiografia.²²²

3.1.1. A VEROSIMILITUDE DAS ARENGAS HISTORIOGRÁFICAS

No momento de avaliar a verosimilitude das arengas, temos de ter em conta dois tipos de verdade²²³ – primeiramente a verdade que enforma as palavras que os generais dirigem aos seus soldados no campo de Marte – e depois aquelas palavras que os historiadores recolhem nas suas obras.

Sobre a verdade das asserções pronunciadas pelos generais, vários são os tratados militares que propõem mesmo o recurso a falsidades e a ardis psicológicos para motivar e chamar ao combate as tropas desmoralizadas. Desde logo nos *Strategemata* de Frontino, o capítulo 1.11, intitulado *quemadmodum incitandus sit ad proelium exercitus* é preenchido com a narração de vários estratagemas ilusórios, empreendidos por chefes militares tão insignes como César, Péricles ou Ciro, cujo objectivo era encorajar as suas tropas para o combate. Sobre o conteúdo das arengas, vários foram os protagonistas que falsearam factos tanto para moralizar as tropas como para que não caíssem em desânimo. O almirante espartano Leôntico, antes de uma batalha naval, para motivar as suas tropas, disse-lhes que o inimigo acabara de obter uma vitória, sem, contudo, disso ter tido notícia. Por sua vez, Lúcio Sula alegava aos seus soldados que os deuses lhe previam o futuro. Já Fernando Oliveira, na *Arte da Guerra do Mar*, capítulo X (II Parte), classifica a própria arenga como um dos vários ardis necessários às batalhas no mar. Nesse capítulo, intitulado, *das batalhas do mar e alguns ardis necessarios nellas*, o tratadista português declara que *antes de trauar peleja quero apontar algũs ardijs que bos capitães teueram, pera alcançar vitoria, e fazer quando feytos, sem estrago nem perigo dos seus*, apresentando a arenga e o seu conteúdo retórico, precisamente como um ardil que o capitão deve usar para benefício dos seus

²²² Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 53).

²²³ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 301).

homens, *sem estrago nem perigo dos seus*. Também Diogo do Couto narra o episódio de D. Francisco de Menezes que, tendo recebido uma carta de um outro capitão português a pedir-lhe soldados, no momento em que a leu aos seus homens, alterou-lhe completamente o sentido, engodando-os com informações falsas, dizendo-lhes que aquele capitão asseverava a possibilidade de vitória se atacassem imediatamente o inimigo. Escreve Couto acerca deste procedimento:

Alguns grandes Capitães tiveram pera si que não era licito mentir nunca, senão oferecendo-se perigo, ou pela saude da patria; e assim o usou algumas vezes o grande Sertorio, que em tempo de grandes necessidades mentia a seus soldados, e lhes lia cartas fingidas pera os tirara do temor em que os via, porque todo o outro mentir em hum Capitão he baixaza. Da mesma maneira este valoroso Capitão D. Francisco de Menezes, vendo que se fallava verdade, ficavam as fortalezas a risco de se perderem; porque se descobrisse aos seus o poder dos inimigos, não haviam de querer passar dali, e tudo se perderia.²²⁴

Como já anteriormente tivemos ocasião de referir, para se compreender eficazmente a presença da arenga militar na historiografia, é condição prévia entender o significado que a obra histórica possui no século XVI. De facto, tanto no Renascimento, como na Antiguidade clássica, a obra histórica não era só um instrumento de preservação do passado, mas também uma composição literária e erudita, em que a retórica, a *mimesis* e a intertextualidade²²⁵ intervinham activamente. Só assim se pode interpretar correctamente a inserção de numerosos discursos em tais obras históricas e que, a cada passo, se intrometem e suspendem a narrativa dos acontecimentos. Entre esses discursos, contam-se naturalmente as arengas militares. A pergunta que imediatamente assoma ao espírito de um despreocupado leitor de historiografia é a de se interrogar, sobre a autenticidade, em particular, destas alocações militares. Na verdade, as dúvidas não o assaltarão com tanta insistência acerca da verosimilitude de outros discursos, como as *orationes* ou as *epistolae*, dada a formalidade que os envolve, para além do facto de muitos desses mesmos discursos terem sido previamente escritos, a que, em alguns casos, ainda hoje podemos aceder em separado. Já quanto à historicidade das arengas, marcadas pelo imediatismo de produção e de recepção, aliadas às condições contextuais e materiais que rodeiam a sua enunciação, dificilmente resistem a uma prova de verdade, ainda mais se, em causa, estiver um discurso longo, com grande elaboração retórica e formal. Por outro lado, se continuarmos a pensar ainda nas arengas extensas e retoricamente

²²⁴ Diogo do Couto, *Ásia, Década V*, Liv. VIII, Cap. IV.

²²⁵ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 20).

elaboradas e o tipo de público a quem eram dirigidas, mais rapidamente somos convencidos de que se trata de um discurso essencialmente da responsabilidade do historiador. Um tratado militar do século XVIII, *Avisos de hum official velho para hum official moço*, alertava que, ainda que muitos soldados tivessem bom entendimento, a maioria era pouco instruída, pelo que, para que todos os soldados reagissem em sintonia, era forçoso que todos percebessem o que lhes era dito. Por isso, a linguagem com que se deve falar aos soldados *deve ser de poucas palavras e sempre as mesmas. Com eles não se deve usar de frases nem de palavras sinónimas porque toda a elegância desta língua consiste na simplicidade e pouca variedade das suas vozes.*²²⁶ Deste modo, é hoje consensual a proposta de Hansen (1993) segundo a qual as arengas reais não iriam além de umas poucas frases de tipo exortativo, ou breves intervenções junto dos oficiais subalternos e não à totalidade do exército. Na verdade as condições no terreno inviabilizariam uma arenga dirigida a todo o exército, quando muito pronunciar-se-ia a pequenos contingentes de comandos intermédios. Ora, a partir dessas arengas históricas, e por um processo de amplificação dessas breves exortações, o historiador comporá um discurso, literária e retoricamente bem elaborado, com todos os elementos constitutivos, como se realmente fora pronunciado pelo general diante do exército no campo de batalha. Por isso, a arenga historiográfica é um discurso que há-de ser apreendido como *un producto construido a partir de un conjunto de lugares comunes bien asentado, com una naturaleza y características definidas por una tradición literaria y retórica.*²²⁷

Em conclusão, as arengas que compõem o *corpus* em análise, devem ser entendidas como uma amplificação da retórica pronunciada pelos reis, vice-reis, capitães-mores e outros líderes militares portugueses do século XVI, submetida a posterior reelaboração literária efectuada pelos historiadores e fortemente influenciada pela tradição retórica prévia, bem como pelas características formais e ideológicas de cada um dos autores.

²²⁶ COSTA (2004: 97), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2. Na linha da simplicidade da linguagem militar, esse mesmo tratado conta o episódio de um oficial que, ordenando aos seus soldados que virassem a cara à periferia, termo deles desconhecido, ficou ele mesmo com a alcunha de Periferia...

²²⁷ IGLESIAS ZOIDO (2008: 25).

4. A ARENGA NA TRATADÍSTICA MILITAR: DA ANTIGUIDADE AO RENASCIMENTO

Eis que chegou o momento de analisar a atenção e a profundidade que foram dispensadas à arenga, desde a Antiguidade até ao Renascimento, pela respectiva arte natural de actuação: a tratadística militar. Parte substancial deste trabalho já se encontra plasmado nos artigos de Paniagua Aguilar (2007) e de Chaparro Gómez (2008). Trata-se de duas investigações que cobrem a tratadística militar produzida desde a Antiguidade Greco-latina até à Baixa Idade Média e de cujas conclusões aqui apresentaremos uma súpula. Porém, como esta investigação assenta sobre a historiografia do século XVI, não deixaremos de aqui considerar aqueles tratados político-militares que, produzidos no Renascimento, causaram impacto na Europa de então, Portugal incluído. Sobressaem duas obras de Maquiavel, a *Arte da Guerra* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, obras importantes na formação e concepção dos estados modernos. Para além destes, já tivemos oportunidade de, na Introdução a esta investigação, apresentar dois importantes tratados militares impressos em Portugal, a *Arte da Guerra do Mar* do Pe. Fernando Oliveira. Bem como a *Doctrina Militar* do italiano Bartolomeu Scaron de Pavia.

Começamos já por apresentar uma conclusão a que se seguirá, depois, a sua demonstração: assim, ainda que de uma forma pouco sistematizada,²²⁸ a tratadística militar clássica e medieval sublinhe a necessidade da arenga como uma das estratégias militares possíveis para se conquistar um combate, todavia nem todos os tratados, sobretudo greco-latinos, *ni siquiera en la mayor parte de ellos*,²²⁹ prestam atenção à arenga militar. Verdadeiramente, a arenga só consegue atingir protagonismo preceptivo nos tratados de Onassandro e Vegécio²³⁰ e breves referências em Polieno e Frontino.

Strategikós é um tratado do século I a.C, escrito por Onassandro, cuja temática central gira em torno da descrição das qualidades que um perfeito general devia reunir de acordo com a tradição grega.²³¹ Entre as qualidades enunciadas, interessa destacar, por motivos óbvios, a eloquência e a capacidade para falar em público. Desta virtude ocupa-se no capítulo inicial, entre os parágrafos 13 e 16. Ora, dissertando especificamente sobre a arenga, declara que esta deve ser proclamada nos momentos prévios ao combate,

²²⁸ Cf. CHAPARRO GÓMEZ (2008: 406).

²²⁹ PANIAGUA AGUILAR (2007: 2).

²³⁰ Cf. PANIAGUA AGUILAR (2007: 2).

²³¹ Cf. PANIAGUA AGUILAR (2007: 5).

quando o general ordena o seu exército para o recontro. Nessa ocasião precisa, a arenga contribuirá para que as tropas se alheiem dos perigos iminentes e transfiram os seus pensamentos para os aspectos positivos, como os benefícios morais proporcionados por uma vitória. Outro momento adequado para a pronúncia da arenga deve ter lugar sempre que o exército tenha sofrido um revés. A arenga, nestas circunstâncias difíceis, tem a finalidade de recobrar o ânimo dos soldados, tendo um efeito mais poderoso que a medicina do corpo, porquanto esta apenas assiste as feridas do corpo, a arenga recupera o ânimo e a moral das tropas, tarefa muito mais complexa visto que actua sobre a mente. Esta comparação da arenga com a medicina, favorável a primeira, acabará por se cristalizar no âmbito da subsequente literatura técnica da arenga. Encerra esta parte com uma com uma notável sentença que acaba por resumir o pensamento geral de Onassandro acerca da virtuosidade da arenga: da mesma forma que uma *pólis* não envia para o campo de batalha o seu exército órfão de general, tão pouco elege um general que não seja capaz de elaborar e proclamar uma arenga.²³²

Sobressai também pela sua exemplaridade o capítulo IV, uma vez que nele, Onassandro enuncia alguns tópicos que devem constar da *inventio* da arenga. Assim, a guerra deve ser feita sob o tópico do *bellum iustum*, pois, deste modo, colhe-se o favor dos deuses, e galvanizam-se os soldados para repelir a injustiça dos inimigos. Decorrente daqui, o general, tomando os deuses como testemunhas, deverá asseverar que não entra na guerra de forma irresponsável, sem previamente ter ponderado os perigos que daí podem advir para os soldados, do mesmo modo que o objecto militar não é fazer deliberadamente a guerra, infligindo danos no inimigo. Com este procedimento, o general será confirmado como óptimo general. No capítulo XIV, Onassandro sustenta que o general tem na arenga um poderoso instrumento para controlar as consciências dos soldados, refractando-lhes a verdadeira imagem que tinham do inimigo: se as suas tropas caírem numa excessiva auto-confiança pode fazer-lhes crer que o inimigo é mais temível do que aparenta, e, no reverso, em caso de desânimo, demonstrar-lhes que o inimigo não é tão forte como parece. Finalmente, no capítulo XXIII, o autor sublinha o poder decisivo que a palavra pode ter no evoluir de uma batalha. No fundo, trata-se de o general poder socorrer-se de alguns ardis ou mentiras para influenciar o ânimo dos soldados, próprios e alheios. Pode, por exemplo, ao seu exército, anunciar falsas boas notícias de tal maneira audíveis que sejam perceptíveis pelos inimigos, de modo a provocarem-lhes o desânimo;

²³² Cf. PANIAGUA AGUILAR (2007: 7).

como esta, sugere outras artimanhas, cujo objectivo visa sempre animar os seus e desalentar os outros. O interessante, neste aspecto, é que, passados mais de 1500 anos, Bartolomeu Scaron, no século XVI, vem reafirmar a pertinência destes ardis numa guerra que se fazia já de maneira muito diferente.

Os *Strategemata* de Frontino encaram a arenga numa maneira distinta da de Onassandro. Como está subjacente ao seu próprio título, trata-se de um tratado que reúne os mais paradigmáticos estratégias militares, cuja menção à arenga surge sempre na sequência da enunciação de um desses estratégias, pelo que a arenga é apresentada numa forma meramente descritiva, nunca perceptiva.²³³ Ou seja, Frontino não reflecte acerca composição da arenga, mas tão-só a introduz como um elemento consuetudinário que integra a narrativa de um evento bélico. Em todo o caso, nos *exempla* históricos que cita, Frontino enquadra sempre a arenga nas circunstâncias já estáveis. Por um lado, a arenga, nesses episódios, é pronunciada pelo general após um exército ter sofrido uma derrota, funcionando como um elemento restaurador anímico dos soldados, para que estes retornem ao confronto bélico. Por outro lado, a invocação da arenga ocorre também nos momentos prévios à abertura das hostilidades, para exortar as tropas e dissipar-lhes os temores. Como se vê, nos sucessivos exemplos que apresenta, a arenga surge em sequência nunca como verdadeira protagonista do evento militar a que dedique uma secção temática.²³⁴ De forma ainda mais superficial, é percebida a arenga por Polieno no seu tratado *Strategiká*, exemplificando o recurso à arenga em momentos em que o general sente necessidade de restaurar animicamente as tropas, ou seja, após estas terem sofrido militarmente um desaire, sendo, portanto, o segundo contexto natural de inserção da arenga no sistema bélico.²³⁵ Em suma, relativamente a estes dois manuais técnicos militares, conclui-se que o tratamento dado à arenga não surge nem sistematizado, nem estruturado.²³⁶

Nos finais do século IV, Publius Vegetius Renatus, ou simplesmente Vegécio, terá oferecido ao imperador Teodósio I (379-395) a *Epitoma rei militaris*. Trata-se de um tratado que visava apresentar soluções sistematizadas para o declínio militar de Roma, procurando reformar parcialmente o exército, tomando como modelo o inspirador e nostálgico exército republicano.²³⁷ Recentes estudos apontam no sentido de que o tratado

²³³ Cf. PANIAGUA AGUILAR (2007: 10).

²³⁴ Cf. PANIAGUA AGUILAR (2007: 13).

²³⁵ Cf. PANIAGUA AGUILAR (2007: 14).

²³⁶ Cf. CHAPARRO GÓMEZ (2008: 406).

²³⁷ Cf. MONTEIRO (2009: 96).

de Vegécio não é só uma arte militar, mas toca também a política e a filosofia.²³⁸ De assinalar, ainda, a popularidade e o sucesso que o *Epitoma* alcançou ao longo da Idade Média, ao ponto de um iminente estudioso da obra, Christopher Allmand, ter afirmado que foi um verdadeiro *best-seller medieval*.²³⁹ Segundo Allmand, a popularidade terá advindo do facto de a obra ter um carácter informativo mas também didáctico, capaz de proporcionar lições a pessoas de diferentes épocas.²⁴⁰ Por isso, foi o tratado militar mais *reconocido, citado, extractado y copiado*,²⁴¹ em toda a Idade Média. Podendo existir mais, são conhecidos hoje 226 testemunhos integrais do texto latino, datados do século VII ao século XVII. Tal cifra ascende a mais de 320 manuscritos se lhe somarmos as traduções em línguas vernáculas como francês, inglês, alemão, italiano e castelhano, efectuadas entre os séculos VII e XIX.²⁴² Embora não se conheça hoje o seu paradeiro, tudo aponta para que tenha havido também uma tradução portuguesa da *Epitoma*, executada ou pela própria mão ou pelo menos sob a responsabilidade do infante D. Pedro, regente de Portugal entre 1439 e 1448. Vários historiadores de quatrocentos e de quinhentos fazem referência a essa tradução do infante e a obra consta mesmo do rol dos 84 livros da biblioteca do rei D. Duarte.²⁴³ Foi uma obra cuja influência foi enorme na Idade Média, pois que os manuscritos posteriores a 1500 constituem menos de 6% do total.²⁴⁴ A confirmar ainda a popularidade de Vegécio está o facto de o número de manuscritos da *Epitoma* anteriores a 1300, (58) superarem os de alguns autores clássicos como César, Valério Máximo e Tito Lívio, todos com 41. Desse período, Vegécio é também o autor técnico mais difundido, à frente de Vitruvius e Columela. Foi ainda o primeiro autor militar a ser impresso, devendo tal ter ocorrido por volta de 1474, em Utrech.²⁴⁵

Muito admirado na Idade Média, contudo o Humanismo, marcado pela ideologia da república de cidadãos, contribuiu também para a afirmação de vários preceitos vegecianos, como o de todos terem a obrigação de participar na defesa da pátria e da coroa, ou ainda a máxima de que o valor militar resultava do treino e não do nascimento. Neste início do Renascimento, Vegécio continuou a ser lido por guerreiros, políticos,

²³⁸ Cf. MONTEIRO (2009: 108).

²³⁹ MONTEIRO (2009: 108).

²⁴⁰ Cf. MONTEIRO (2009: 108).

²⁴¹ CHAPARRO GÓMEZ (2008: 407).

²⁴² Cf. MONTEIRO (2009: 109).

²⁴³ Cf. MONTEIRO (2009: 140).

²⁴⁴ Cf. MONTEIRO (2009: 110).

²⁴⁵ Cf. MONTEIRO (2009: 113).

filósofos, teólogos e poetas,²⁴⁶ destacando-se aqui, por motivos óbvios, a tentativa de Nicolau Maquiavel em modernizar, na *Arte della guerra*, os preceitos vegecianos à luz dos pensamentos da guerra clássica. Apesar de tudo, diga-se, os tempos começavam a ser outros, e as armas de fogo vieram alterar os padrões de fazer a guerra, pelo que Vegécio começava a não ser a única autoridade na matéria, de tal maneira que alguns especialistas no século XX, concluíram que no Renascimento o interesse por Vegécio passara a ser mais académico: *a aprendizagem da guerra era agora eminentemente prática e não teórica*.²⁴⁷ Ainda que, a partir de 1500, tenha ficado desactualizado em termos técnicos e organizativos do exército, no entanto, muitos dos seus preceitos em matéria de estratégia e de política de defesa permanecem actuais, dos quais se destacam: (1) *qui desiderat pacem praeparet bellum* (Livro III, prólogo); (2) ninguém tenta atacar uma potência superior (Livro III, prólogo); (3) só se deve empreender uma batalha em última necessidade ou em condições muito favoráveis (Livro III, caps. IX, XI, XXVI); a vitória só se alcança com muito treino prévio e combatendo-se com organização e não ao acaso (Livro III, prólogo).²⁴⁸ Embora a relação de Monteiro (2009) termine no número quatro (4), a verdade é que um quinto princípio vegeciano se tem mantido activo, saudavelmente activo, nestes dezasseis séculos subsequentes à redacção da *Epitoma*. Assim, (5) a arenga militar pronunciada pelo general é determinante no aumento dos níveis de confiança e coragem no seio de um exército, na sequência dos quais acalenta a esperança de chegar à vitória (Livro III, cap. XII). Se os quatro anteriores preceitos hoje são aceites por todos, a verdade é a que a arenga militar confirmou-se como parte integrante da *ars militaris* até ao século XXI. Os tratados militares e as obras históricas, medievais, renascentistas e modernos registam e revelam sempre o papel da arenga militar na predisposição anímica dos exércitos para a guerra e o quanto a motivação é determinante no evento bélico. Porventura, esperar-se-ia que nos momentos actuais em que a guerra é feita à distância com recurso à tecnologia, que a arenga não passasse já de uma memória história. Ora, como nos dá conta o artigo de Iglesias Zoido (2010), recrudescer o interesse académico e militar pela arenga, de que são exemplo as mais recentes publicações ocorridas no mundo anglo-saxónico, demonstrando que a arenga continua viva no meio castrense, tendo desempenhado um papel activo em conflitos como a Segunda Guerra Mundial ou a Guerra do Iraque.

²⁴⁶ Cf. MONTEIRO (2009: 130).

²⁴⁷ MONTEIRO (2009: 131).

²⁴⁸ Cf. MONTEIRO (2009: 133).

Assim sendo, regressando à *Epitoma rei militaris*, numa visão de conjunto, há que apontar que a arenga assume protagonismo em diversos capítulos, sob diferentes abordagens perceptivas. No capítulo XXVIII, do Livro I, encontramos a primeira referência à arenga, justamente logo no título: *de adhortationi rei militares romanaeque virtutis*. Este capítulo era o epílogo da primeira versão da *Epítoma* que era constituída exclusivamente pelo primeiro livro. Porém, como o próprio Vegécio declara no prólogo do Livro II, uma vez que essa parte primeira teve uma grande aceitação na corte, acabou por ser incentivado pelo imperador a continuar a sua obra, na sequência da qual surgiram os restantes três livros. Ora, este capítulo XXVIII, de que há pouco falávamos, trata-se de uma *pieza retórica de gusto delicado, bien urdida*,²⁴⁹ que perpassa alguns dos tópicos que definem a virtus romana. O propósito do livro, afirma Vegécio, era reunir todo o antigo saber militar que andava disperso para ser útil ao treino dos recrutas, pela imitação das antigas virtudes. Na verdade, Vegécio acredita que a virtude guerreira do império ainda existe em todas as províncias, simplesmente *longae securitas pacis homines partim ad delectationem otii, partim ad civilia transduxit officia*, de tal maneira que o treino militar foi negligenciado e só há uma fórmula para retomar os êxitos passados, *semper ergo legendo et exercendi sunt iuniores*. Uma explicação da arenga em termos mais preceptivos, ocorre no Livro III, capítulo IX, cujo título *quae et quanta consideranda sint ut intellegatur utrum superventibus et insidiis an publico Marte confligi*. Neste capítulo, Vegécio defende que o recurso à batalha deve ser feito em última análise, *boni enim duces non aperto proelio*, porque tudo se joga num período de duas a três horas, findo o qual se desvanecem todas as esperanças do vencido. Por isso, o general deve ponderar bem as suas decisões antes de se decidir pelo rumo a dar à guerra, deve conhecer antecipadamente bem as forças do inimigo e bem como aferir o ânimo das suas tropas. Neste sentido, enumera alguns procedimentos ao alcance do *dux* para aumentar a coragem e a confiança daqueles que estão desesperados. Ora, à cabeça desses procedimentos está a arenga do general *desperantibus autem crescit audacia adhortatione*, sublinhando de seguida que o general actue em conformidade com as suas palavras, demonstrando ele mesmo que não tem medo de nada; também aumenta o ânimo, se entretanto, o mesmo general numa emboscada realizar algum acto notável. Todas estas possibilidades devem ser consideradas pelo general para aumentar a moral dos soldados, salientando-se, neste aspecto, tal como já havia apontado Onassandro, a

²⁴⁹ PANIAGUA AGUILAR (2007: 16).

assertividade do general, que a sua mensagem de audácia seja coerente com as suas atitudes.

No capítulo XII, a arenga assume maior protagonismo, pois Végécio não se limita a apresentar as circunstâncias que potenciam a sua pronúncia, mas sobretudo adianta-se pela *inventio* da mesma, facultando alguns tópicos argumentativos. Sob o título *investigandum quid sentiant pugnaturi*, o general deve, então, investigar o que sentem os soldados no dia do combate. Para aumentar a *virtus* e o *animus* dos soldados deve o general fazer-lhes uma arenga, adiantando explicações sobre o combate que se avizinha, na sequência das quais, *sperent se ad victoriam perventuros*. De seguida, sugere outros tópicos mobilizadores da vontade, como mostrar-lhes a *ignavia vel error* dos inimigos, ou trazer-lhes à memória uma vitória recente sobre os mesmos inimigos. Finalmente, o general deverá afirmar tudo aquilo que possa despertar nas tropas o ódio, a ira e a indignação para com os adversários (*dicenda etiam quibus militum mentes in odium adversariorum ira et indignatione moveantur*). Acrescenta mais uma vez, que os actos ajudam a dar crédito às palavras, por isso, se os soldados se atemorizarem com a presença dos inimigos, deve conduzir os seus a um local de onde possa ver com frequência os contrários, porque *quae ex usu nota sunt non timentur*. Já no capítulo XVIII, a pronúncia da arenga é de tal maneira importante que chega a determinar a disposição do dux no alinhamento do exército. Assim, deverá ocupar o lugar entre *equites et pedites* do lado direito do exército. Deste modo, entre uns e outros poderá não só comandar ambos, mas também exortá-los com a sua autoridade (*autoritate...ad pugnam possit hortari*). Por último, no capítulo XXV, *quid fieri debeat si vel pars fugerit vel totus exercitus*, a primeira atitude é a de o general manter a serenidade para poder reivindicar ainda a vitória. Frequentemente um exército já derrotado, recuperando as forças, acaba por derrotar os inimigos que os perseguem. Nesse contexto, os sobreviventes devem ser reunidos para o combate, e devem ser animados por meio de uma arenga apropriada para esse fim *bello erigendi adhortationibus congruis* e só depois devem ser armados, *et armorum instauratione refovendi*. Como se vê, a arenga neste contexto preciso funciona como um instrumento de recuperação psicológica e tem uma função semelhante, como já definira Onassandro, à da medicina do corpo.

Da análise comparatista destes três tratados greco-latinos, Paniagua Aguilar (2007:19-22), formulou algumas conclusões sobre o texto e o contexto da arenga militar, de que aqui destacaremos algumas linhas. Em primeiro plano, a arenga é um discurso que é sempre da responsabilidade do general. Ao pronunciar uma arenga, o general pretende

restaurar e consolidar o estado anímico dos soldados, de forma que, para que a mensagem seja correctamente apreendida pelo exército, é de todo útil que possua aptidões retóricas, tal como o político as deve ter para conduzir os cidadãos. Depois, há dois momentos nucleares para a pronúncia de uma arenga: antes de uma batalha e após uma derrota. A primeira tem uma finalidade estimuladora, exortativa, procurará fazer crer aos soldados que a vitória é possível, de modo a que sejam dissipados os temores inerentes à guerra. Já a arenga associada ao segundo momento, tem uma dupla função: reparadora – um bálsamo – visando recuperar animicamente os sobreviventes do desaire passado, mas também mobilizadora para que possam voltar ao combate e porventura, alcançar ainda a vitória. Uma terceira conclusão é a de que o tópico do *bellum iustum* tem uma forte tradição histórico-retórica, acabando por se cristalizar com o tempo. O seu impacto persuasivo é profundo, pois assegura às tropas que o combate que vão travar é uma questão de justiça e, desse modo, concorrem com o favor dos deuses. De salientar que um comportamento ponderado do general favorece a credibilização da sua mensagem.

Embora não se enquadre na tratadística militar, sobre esta matéria, há um incontornável estudo comparativo sobre a presença da arenga nas crónicas medievais realizado por Bliese (1989), que lança luz sobre o tratamento que a retórica militar tem nesta literatura. Partindo da análise de arengas constantes em crónicas medievais europeias, declara Bliese: *If we analyse these speeches, searching first for the specific appeals and persuasive strategies (rhetorical topoi) in each one and then compiling the results, we will have not merely the rhetorical choices of a few authors, but an entire vocabulary of motives in war for whole region and period from which the speeches come.*²⁵⁰

Baseado pois na sua frequência relativa, Bliese concluiu pela existência de uma hierarquia formada por dezassete lugares comuns retóricos e, sempre que possível, relacionou-os com a tradição retórica-historigráfica. Esta lista mostra-nos a psicologia do combatente medieval, muito interessado no tópico das virtudes cavaleirescas, ou no da justiça da guerra, como ainda no tópico da ajuda divina, que são os três mais recorrentes. Estes lugares comuns transmitem-nos as aspirações, as preocupações e os sentimentos do guerreiro medieval.

²⁵⁰ BLIESE (1989: 204).

Para encerrar este ponto, vêm muito a propósito as palavras de Chaparro Gómez (2008), que de uma forma elegante e sábia sintetizam o tratamento dispensado pela tratadística militar, antiga e medieval, à arenga:

Los manuales militares no son, desde luego, tratados de retórica; por ello, no puede sorprender que no aparezca en ellos una teoría sistemáticamente elaborada sobre el contenido tópico de esos discursos militares; lo que hay son instrucciones o consejos, mediante los cuales se adivina el importante papel que juega en esos momentos la retórica. Los autores de los manuales de guerra no vieron la necesidad de crear un corpus retórico, independiente y sistemático, para el campo de batalla. Ellos escribían con un propósito eminentemente práctico y nada teórico; ganar la guerra. Sin embargo, dentro de ese contexto, la retórica se introdujo como un factor importante, un elemento que podía jugar un papel decisivo a la hora de aumentar las posibilidades de victoria en el combate.²⁵¹

Para uma completa análise do acolhimento que a arenga militar deteve junto dos manuais militares, falta-nos considerar aqui alguns notáveis tratados, produzidos nos séculos XV e XVI. Ficaria sempre truncado esta investigação, se não concedêssemos especial atenção a duas obras fundamentais na renovação das teorias políticas e militares que conduziram à formação do estado moderno, *A Arte da Guerra* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Os conceitos maquiavélicos de ordenamento social, governação do estado e estratégia militar surgiram numa altura em que a Itália se encontrava em ruptura com os cânones medievais e via em Roma o modelo organizacional a imitar. Embora estas obras de Maquiavel só recentemente tenham sido traduzidas para a língua portuguesa, o pensamento do florentino era seguramente conhecido em Portugal no século XVI, porque sempre houve uma intensa circulação de universitários, agentes financeiros e eclesiásticos entre as cidades italianas e Portugal. O próprio Damião de Góis frequentou a universidade de Pádua entre 1534-1538. Um dos testemunhos irrefutáveis de que as ideias de Maquiavel aqui penetraram, encontra-se nos *Tratados de Nobreza Civil e Cristã* (1542), da autoria de um opositor contra-reformista, D. Jerónimo Osório. Osório mostra-se muito crítico de Maquiavel, denominando-o de *perverso escritor*, ou *homem ímpio*, afirmando que tem causado mal *com os seus corruptíssimos escritos*.²⁵²

Lugar central na história da tratadística militar é ocupado pela *A Arte da guerra* (1521). Logo no prólogo da obra, dedicada ao patricio florentino Lorenzo Strozzi, Maquiavel afirma que a sustentação de qualquer regime político e social reside na

²⁵¹ CHAPARRO GÓMEZ (2008: 407).

²⁵² Osório, *Tratado da nobreza cristã*. III.2.

manutenção de uma milícia bem organizada. Cabe aos militares, homens que assumiram o compromisso de fidelidade à pátria, infundir o temor de Deus e o respeito pelo bem comum, por isso as instituições militares da Antiguidade foram tão honrosas. Sem pretensiosismo, contudo, escreve esta obra precisamente para os amantes da Antiguidade, acreditando que não é de todo impossível restaurar as antigas instituições militares e a sua conseqüente virtude. Como obra renascentista que é, apresenta, ao longo dos sete livros, um diálogo entre os protagonistas, Cosme e Fabrício, sobre a *ars* da guerra. Ora, no sumário introdutório ao Livro IV, são enunciados três tópicos a desenvolver acerca da importância da arenga no contexto militar: (1) como se alentam soldados quando não querem pelejar; (2) arengas militares; (3) o bom general deve saber falar aos soldados. Ou seja, num único livro, e de uma forma sistematizada, aparece reunida uma parte substancial da matéria preceptiva relativa à arenga, que se encontra dispersa tanto pelos tratados retóricos como pelos militares. Assim, já no final do Livro IV, para Fabrício, a pronúncia de uma arenga deve ser produzida quando os soldados estiverem pouco dispostos a lutar. O objectivo da alocução, neste caso, é de que sejam exortados para o combate. Tendo em conta esse contexto preciso, a arenga deverá iniciar-se sobre o tópico mais apto para o efeito – a honra. Aos soldados, deve dizer-se frases ofensivas e ultrajantes, ao ponto de se afirmar que estão de conluio com o inimigo e que mesmo uma parte deles já se vendeu. Deve reprovar-se-lhes – com indignação – a cobardia, dizendo-se-lhes que se não pretenderem seguir o general, irão eles mesmos, sozinhos, enfrentar o inimigo, sem a voz de comando. E como os tratadistas anteriores já haviam sublinhado, o general deve acompanhar a alocução de acções persuasivas, como acampar junto dos inimigos, porque o que se vê diariamente com facilidade se deprecia, ou ainda, o general deve impedir que os soldados tenham acesso ao saque sem que a guerra esteja terminada, pois assim pelejam com tal ardor como se fosse para salvar a própria vida.

Interessante é o raciocínio desenvolvido pelo narrador maquiavélico -Fabrício – quando responde à questão do seu interlocutor de circunstância –Zanobi – se uma arenga deve ter como alvo todo o exército ou dirigida só aos chefes. Fácil – declara – é persuadir poucos, basta o general exercer a sua autoridade. Difícil, contudo, é convencer uma multidão a abandonar uma ideia perniciosa e contrária ao bem comum e à vontade do general. Se tal suceder, só há uma solução possível: o general deve usar da palavra e arengar à totalidade do exército, todos os soldados devem ouvir para todos serem convencidos. De forma que para que tal seja exequível, há uma condição necessária: o general deve ter capacidades oratórias, aliás, sem elas – assegura Fabrício – não se fará

nada de útil. Para fundamentar esta posição, recorre ao *exemplum* histórico. Foi graças a constantes arengas dirigidas a todo o exército que Alexandre Magno conseguiu que os seus soldados, já enriquecidos pelo saque, o seguissem pela Arábia e pela Índia, sujeitos a enormes fadigas e perigos. Nenhum dos tratadistas anteriores chegara ao ponto de sobrevalorizar tanto o papel da arenga, como o faz Maquiavel sob a voz de Fabrício, declarando que muitas vezes sobrevém a ruína a um exército porque o general ou não sabe ou não lhe costuma arengar. O florentino parece atribuir, em contexto de guerra, maior gravidade às palavras do que mesmo às armas, porque:

las palabras disipan el temor, enardecen los ánimos, alientan la obstinación, descubren las celadas del enemigo, prometen recompensas, muestran los peligros y el modo de evitarlos. Con ellas se reprende, se ruega, se amenaza, se infunde esperanza, se elogia, se vitupera y se hacen todas las cosas que apagan o encienden las pasiones humanas.²⁵³

Por isso, completa o seu raciocínio, todo o príncipe ou república que pretenda reunir uma nova milícia e assegurar a sua reputação, deverá habituar os soldados a ouvir as arengas do general ao mesmo tempo que este há-de saber pronunciá-las.

Encerra o Livro IV, adicionando dois tópicos argumentativos que podem concorrer para a persuasão dos soldados: o general deve empregar todos os recursos que tiver ao alcance para depreciar o valor do adversário, para assim criar confiança nos seus homens. Por último, Fabrício, ou Maquiavel, realça o lugar-comum que considera o mais eficaz na mobilização dos soldados para a guerra: não existe outra esperança de salvação que não seja a vitória. De facto, pode haver muitas razões que forcem a combater com bravura, como a confiança no armamento, a organização, as vitórias recentes, a fama e o valor do general, o amor à pátria, ou o apelo dos benefícios, contudo nenhuma é tão poderosa como aquela que obrigue os soldados a vencer ou morrer. Sabemos que este é o tópico favorito de Maquiavel e a ele se refere com insistência nos *Discursos*...

Como acabámos de ver, nenhum dos tratados anteriores havia dado tanta atenção e importância ao papel da arenga no contexto militar. Para Maquiavel, a arenga deve integrar, como o treino, a praxis militar, uma vez que a mesma pode evitar a ruína de um exército, pois, tão poderosas como as armas são as palavras, porque atingem o recôndito do ânimo dos soldados, contribuindo para a erradicação de uma ideia nefasta ao bem comum. Por isso, é condição necessária de um bom general que as saiba pronunciar,

²⁵³ Maquiavelo, *El Arte de la Guerra*, 90.

aliás, aos grandes generais não minguou nem a eloquência, nem o costume de arengar aos soldados, a todos e cada um dos soldados e não apenas aos chefes subalternos. Para Maquiavel, a arenga tem sobretudo uma função exortativa, e o tópico mais eficaz na consecução desse objectivo é aquele que retira aos soldados qualquer outra esperança de sobrevivência que não seja a vitória: vencer ou morrer.

A arenga volta a ter protagonismo na maior obra política de Maquiavel, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, impressa em 1532, a primeira obra-prima, da historiografia moderna, segundo a opinião de alguns estudiosos.²⁵⁴ Tendo como ponto de partida os legados historiográficos de Tito Lívio, Tácito, Cícero, Salústio, Tucídides entre outros, a imitação da república de Roma por Florença é uma verdadeira aspiração para o autor. Tal imitação não deve acabar nas belas artes, mas atingir também a estruturação social, a política e o modo de fazer a guerra.²⁵⁵ A obra encontra-se plasmada em três livros, cujo enfoque desta investigação recai sobre o terceiro, no qual Maquiavel destaca notáveis homens da história e analisa a dissolução e a decadência da república romana estabelecendo um paralelo com semelhante situação vivida por Florença e por outros estados europeus. Ora, no capítulo XII, intitulado *de como um capitão prudente deve incutir nos seus soldados a necessidade de combater e tirá-la aos inimigos*, Maquiavel retoma a ideia já amplamente tratada na *Arte da Guerra* de que a capacidade de exortação do capitão pode conduzir um exército à vitória, por mais remota que ela se apresente. Uma vez mais, também, o florentino volta a eleger o tópico do *necessarium* como o mais eficaz na exortação dos soldados para a vitória. Efectivamente, a assunção pelos soldados de que é na vitória que reside a salvação é capaz de os levar a vitórias impossíveis. Tito Lívio denominava este tópico como o *ultimum ac maximum telum*, de facto em extrema necessidade o capitão deve incutir nos soldados que ou vencem ou morrem. Afirma Maquiavel, no início do capítulo, que não fosse o apelo da necessidade nem as mãos nem a língua humanas teriam obrado as grandezas que se conhecem. Por isso, os antigos capitães sempre exploraram este tópico junto dos seus exércitos. Um capitão – adianta – quer ofensiva, quer defensivamente, se quiser que as suas tropas combatam com ardor, *acima de qualquer coisa*, deve espertar-lhes no peito as labaredas da necessidade. Pelo contrário, o capitão deve procurar que os inimigos se alheiem de tal necessidade, para baixarem a guarda e mais facilmente se deixarem conquistar, nem que para isso, tenha de se socorrer da insídia e de promessas vãs.

²⁵⁴ Cf. MARTELO (2010: 19).

²⁵⁵ Cf. MARTELO (2010: 25).

Apresenta, como é hábito na sua argumentação, vários *exempla* históricos que testemunham esta ideologia, como é o caso de Cláudio Pôncio, capitão do exército samnita, que embora tendo pedido a paz aos romanos, na sequência de roubos e pilhagens nos campos dos aliados de Roma, viu as suas pretensões recusadas, de forma que se preparou para a guerra porque a necessidade impunha-lhe tal destino, e por isso, pronunciou a seguinte arenga: *iustum est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nisi in armis spes est*. E sobre a necessidade edificou a esperança na vitória. Heróico é pois o caso do exército dos volscos cujo capitão, subitamente cercado por dois exércitos romanos, reparou que ou abriam caminho à espada ou morriam, pronunciou a seguinte arenga: *ite mecum; non murus nec vallum, armati armatis obstant; virtute pares, quae ultimum ac maximum telum est, necessitate superiores estis*.

Deste capítulo, retiramos pelo menos três linhas de força: (1) o sucesso de um exército depende em grande medida da argúcia do seu general; (2) a arenga, para Maquiavel, é definitivamente uma poderosa arma de guerra, tão determinante como o potencial bélico, como ficou provado à luz de vários exemplos históricos; (3) de entre todos os tópicos retóricos que podem constar de uma arenga, o tópico da necessidade supera a força persuasiva de todos, capaz de abrir caminho para a vitória quando o cenário envolvente faz adivinhar a humilhante derrota. Por isso é apodado de *ultimum ac maximum telum*. Em suma, de uma forma sistematizada e doutrinária, Maquiavel enaltece o valor retórico e pragmático no contexto militar, como nenhum dos anteriores tratadistas o havia realizado.

Embora não sistematizada, a arenga militar surge, na tratadística militar sempre como uma mais-valia nos contextos bélicos.

5. CONCLUSÃO

A partir deste capítulo, ficou claro que a arenga militar é essencialmente um produto retórico-literário e que beneficiou amplamente da crescente retorização da obra histórica. Efectivamente, graças ao modelo dúctil criado por Tucídides, foi possível aos historiadores vindouros adaptar as suas arengas aos respectivos contextos narrativos específicos, como também aos valores políticos, sociais, religiosos de cada época, de tal maneira que a arenga militar se constitui como um dos discursos mais característicos da historiografia ocidental. Com efeito, mais do que aos tratados de retórica e de arte militar,

a arenga militar, enquanto discurso, é o resultado de um processo em que intervieram historiadores de diferentes épocas, servindo-se deles para moverem, ensinarem e deleitarem os seus leitores e ouvintes.

IV. ASPECTOS FORMAIS DO *CORPUS COHORTATIONUM*

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo iniciamos, de forma efectiva, a análise do objecto de estudo desta tese doutoral: a arenga militar literária do século XVI. Esse primeiro passo é orientado para os aspectos de índole formal que facilitam a inserção de arengas no meio das narrativas dos feitos históricos. Já no ponto 2, abordamos aquela que foi, efectivamente, a origem desta investigação, ou seja, a constituição de um *corpus* discursivo. Assim, de um modo breve, identificamos as obras, e respectivos autores que contribuíram com discursos para o *corpus* em análise, destacando tanto o género literário a que pertencem, bem como a data da primeira impressão. Nos pontos 3 e 4, fazemos, respectivamente, o levantamento dos emissores e dos receptores das arengas militares, concluindo acerca das implicações retóricas de tais escolhas. Finalmente, no ponto 5, destacamos os estilos discursivos em que são emitidas as arengas, apresentando tendências e propondo justificações retóricas e dramáticas que possam favorecer um determinado estilo em cada um dos géneros literários.

2. A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS COHORTATIONUM*

A presente investigação iniciou-se com a constituição do *corpus* de arengas (Anexo II), que teve como primeiro passo a interiorização plena do conceito de arenga militar. Ora, a literatura especializada aponta para a necessidade de que um discurso tem de ver preenchidos três requisitos prévios para que possa ser reconhecido como arenga militar:²⁵⁶ (1) a alocação tem de ser pronunciada em contexto de guerra: pode ocorrer antes, durante ou depois de uma batalha; (2) o tema do discurso tem de ser obviamente a guerra; (3) o objectivo do mesmo é emocional, isto é, procura agir impressivamente sobre o público-alvo constituído por soldados, quer persuadindo-o para que combata com determinação e denodo, quer dissuadindo-o da sua temeridade. Verificados estes pressupostos, uma arenga, tal como surge na historiografia como na épica, é, então, um discurso de temática guerreira, de extensão variável, uns mais breve outros extensos, expresso tanto em estilo directo como em estilo indirecto, ou em ambos. Tem de ser

²⁵⁶ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 298).

pronunciado em contexto bélico (antes, durante ou após um recontro), tendo o objectivo de provocar uma resposta impressiva nos receptores.

Foi pois com esta definição de arenga militar que procedemos ao levantamento das alocações presentes em obras historiográficas e épicas produzidas desde o início do reinado de D. Manuel (1495) até ao final do século XVI. Embora algumas Décadas da *Ásia* de Diogo do Couto ultrapassem, quer pela redacção quer pela impressão, o limite *ad quem* do *corpus*, as mesmas não deixaram de aqui ser consideradas, porque entendemos que estabelecem uma linha de continuidade temática com a historiografia anterior e também porque consideramos que, com a obra de Couto, falecido em 1616, se encerra definitivamente um ciclo histórico. Deste modo, em traços largos, podemos afirmar que se trata de um *corpus* de arengas organizado a partir da historiografia e da épica portuguesas quinhentistas. O quadro seguinte apresenta o contributo que cada obra e cada autor tiveram na constituição do *corpus* de arengas em estudo:

Autor	Obra	Total arengas obra	Total arengas autor
Diogo de Teive	<i>Commentarius De Rebus a Lusitanis In Índia Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI</i>	10	10
Damião de Góis	<i>Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio, Damiano a Goes autore, in Damiani a Goes Equitis Lusitani Aliquot Opuscula</i>	3	5
	<i>De Bello Cambaico Vltimo Commentarii Tres</i>	2	
André de Resende	«Quod, Ludouice, nigris remeasti uictor ab Indis, Gratulor...» in <i>Diversorum Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii</i>	1	1
Cataldo P. Sículo	<i>Arcitinge</i>	3	3
José de Anchieta	<i>De gestis Mendi de Saa</i>	5	5
Diogo Pires	«De origine domus Saracae apud Rhacusanos»	1	1
Jerónimo Osório	<i>De Rebus Emmanuelis Gestis</i>	7	7
Pedro Sanches	«De spoliata domo»	1	1
Fernão Lopes de Castanheda	<i>História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses</i>	31	31
João de Barros	<i>Ásia, Décadas I-IV</i>	4	4
Gaspar Correia	<i>Lendas da Índia</i>	23	23
Diogo do Couto	<i>Ásia, Décadas IV-XII</i>	59	60
	<i>Vida de D. Paulo de Lima Pereira...</i>	1	
Duarte N. Leão	<i>Crónicas</i>	5	5
António de Castilho	<i>Comentário do Cerco de Goa e Chaul no ano de MDLXX</i>	1	1
António Vaena	<i>Crónica de El Rei D. Sebastião</i>	15	15
Duarte Galvão	<i>Crónica de D. Afonso Henriques</i>	7	7

?	<i>Jornada del-Rei dom Sebastião à Africa</i>	2	2
?	<i>Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia</i>	4	4
Fernando de Castro	<i>Crónica do Vice-Rei D. João de Castro</i>	5	5
Leonardo Nunes	<i>Crónica de D. João de Castro</i>	2	2
Lopo de Sousa Coutinho	<i>Livro Primeiro do cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu</i>	3	3
Jorge de Lemos	<i>História dos cercos de Malaca</i>	1	1
Rui de Pina	<i>Crónica de D. Afonso V</i>	1	1
Fernando Oliveira	<i>História de Portugal</i>	2	2
Luís de Camões	<i>Os Lusíadas</i>	1	1
Jerónimo Corte Real	<i>Sucesso do segundo cerco de Diu</i>	16	
	<i>Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Juan d' Austria en el golfo de Lepanto (...)</i>	1	17
Francisco de Andrade	<i>O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu</i>	2	2
Luís Henriques	<i>Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi</i>	1	1
	Total	222	222

Quadro 1. Distribuição do número total de arengas por obras e por autores

Como se pode observar, neste acervo de obras do século XVI, foram identificados duzentos e vinte discursos. A distribuição pelos diferentes géneros literários não é equitativa, pois a maioria (190), ou seja, 86% das arengas encontram-se na historiografia, em subgéneros tão díspares como monografias, histórias, crónicas ou biografias. Já na épica, estão recenseadas 30 arengas, isto é, 14% do total de arengas, como se pode observar no quadro infra:

Autor	Obra	Arengas
Cataldo P. Sículo	<i>Arcitinge</i>	3
José de Anchieta	<i>De gestis Mendi de Saa</i>	5
André de Resende	«Quod, Ludouice, nigris remeasti uictor ab Indis Gratulor...» in <i>Diversorum Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii</i>	1
Jerónimo Corte Real	<i>Sucesso do segundo cerco de Diu</i>	16
	<i>Felicissima victoria concedida (...)</i>	1
Francisco de Andrade	<i>O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu</i>	2
Luís Henriques	<i>Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi</i>	1
Luís de Camões	<i>Os Lusíadas</i>	1
	Total	30

Quadro 2. Total de arengas presentes na épica

De notar ainda que a presença de arengas não se restringe a estes dois géneros, mas também estão presentes na poesia, em textos poéticos de Diogo Pires e de Pedro Sanches:

Autor	Obra	Arengas
Diogo Pires	«De origine domus Saracae apud Rhacusanos»	1
Pedro Sanches	«De spoliata domo»	1
	Total	2

Quadro 3. Total de arengas presentes na poesia

De notar ainda que 33 arengas, ou seja, 15% das arengas se encontram no idioma de cultura do Renascimento, o latim. Tal cifra impõe duas conclusões breves: por um lado, isso justifica-se pelo facto de os humanistas/historiadores portugueses verem no latim a ferramenta linguística mais eficaz na consecução dos seus objectivos de emulação da gesta nacional. Por outro lado, atendendo ao número de obras historiográficas adstritas ao subgénero *Commentarii*, tal como dissemos no capítulo III, o uso do latim nestas peças históricas serviu como forma de internacionalização dos fastos bélicos portugueses, junto da elite cultural europeia. Os *Comentários* eram, como dissemos já, *anotações breves e pouco desenvolvidas*, sem rebuscados ornamentos oratórios, cuja narração focalizada nos feitos militares se impunha a si mesma como o grande instrumento de persuasão.²⁵⁷

De seguida, apresentamos um breve sumário dos autores e das obras²⁵⁸ cujo contributo se mostrou relevante para a constituição do presente *corpus* de arengas literárias quinhentistas, procurando destacar-se o momento de redacção ou impressão dessas mesmas obras. Começamos essa exposição pelos autores que usaram o latim como código linguístico.

Diogo de Teive (1513/14 – 1565?) foi um prestigiado humanista e historiador, tendo cursado em cidades europeias como Paris, Salamanca e Toulouse, exerceu depois funções docentes em Bordéus, Paris etc. Em 1547, Teive com outros humanistas integrou a equipa fundadora do Colégio das Artes em Coimbra. Este prestigiado latinista deixou vasta obra tanto em prosa como em verso, nomeadamente o opúsculo que integra esta investigação, o *Commentarius De Rebus a Lusitanis In Índia Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*, publicado em Coimbra, em 1548.

Damião de Góis (1502-1574) personalidade ímpar e multifacetada do Renascimento português, pois foi humanista, historiador, guarda-mor do arquivo nacional e diplomata. No estrangeiro, publicou inúmeros dos seus opúsculos, como os

²⁵⁷ Cf. OSÓRIO (2003:168).

²⁵⁸ Os dados bibliográficos aqui apresentados resultam de uma selecção de informantes recolhidos em SERRÃO (1972) e RAMALHO (1985; 1988 e 1992).

Commentarii Rerum Gestarum in India citra Gangem a Lusitanis, anno 1538, impressos em Lovaina em 1539. Em 1544, este mesmo opúsculo volta a ser publicado, agora sob o título de *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio*, acompanhado dos *Aliquot Opuscula*, sobre temas diversos de África, da Ásia e até da Europa. Ainda em Lovaina, em 1549, saíram do prelo os *De Bello Cambaico Vltimo Commentarii tres*. Em 1566, conseguiu terminar e publicar a primeira e segunda partes da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* e, no ano seguinte, a terceira parte. Também em 1567, publicou a *Crónica do Príncipe D. João*, que estava pronta há dez anos.

André de Resende (1500-1573) foi outra das glórias do humanismo português, estudou nas universidades de Alcalá de Henares, Salamanca, Aix-en-Provence e Lovaina. Mais do que os escritos que deixou ao nível da história, sobressai a sua obra poética, assim como as *orationes pro rostris*. Como outros humanistas, empenhou-se sempre em comunicar à Europa, por via da língua latina, os feitos portugueses na Ásia. Assim, em 1531, em Lovaina, mandou imprimir um *Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exemplum epistolae quam Nonnius Cugna, dux Indiae max. designatus, ad regem misit, ex urbe Cananorio III. Idus Octobris. Anno MDXXX*. Em 1575, em Roma, é publicado um florilégio de composições de autores portugueses, intitulado *Diversorum Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii, Serenissimi Regis Portugalliae a Consiliis, Pro foelici uictoria apud Indos reportata. Romae. MDLXXV*, que abre precisamente com um poema heróico de André de Resende, dedicado ao vice-rei da Índia, D. Luís de Ataíde. Logo no primeiro verso, o poeta declara a sua satisfação pelo regresso vitorioso da Índia de D. Luís: *Quod, Ludouice, nigris remeasti uictor ab Indis, gratulor*. Trata-se pois de um poema constituído por 132 versos em hexâmetros dactílicos, em que o poeta se propõe cantar as recentes vitórias obtidas por Ataíde nos cercos a que as cidades de Goa e Chaúl tinham estado sujeitas. Na mesma antologia, figuram quatro epigramas em dísticos elegíacos de um poeta novilatino de origem castelhana, Pedro Sanches, falecido em 1580. No poema, intitulado *De spoliata domo* e que integra o presente *corpus*, o poeta sublinha o desprendimento dos bens materiais de D. Luís, apresentando-nos o valoroso vice-rei arengando aos seus soldados, declarando-lhes que, após aquela vitória, não encontrou ouro entre os despojos de guerra, por isso ordena-lhes que saqueiem a sua própria casa.

Diogo Pires (1517-1599) ou *Didacus Pyrrhus Lusitanus*, nome por que também era conhecido, foi igualmente um poeta novilatino, que, entre outros temas, cantou as saudades da pátria, pois dela viveu afastado, longos períodos. Percorreu várias cidades

europeias, carteando-se com personalidades eminentes da época, como Paulo Jóvio, a quem, numa epístola, censura pelo facto de este historiador nos seus *Elogia* se esquecer sistematicamente dos feitos portugueses. Em Ferrara, no ano de 1547, publicou um dos vários livros que haveria de mandar imprimir até ao final dos seus dias, na circunstância um livro de versos em latim, denominado *Carmina*.

Cataldo Parísio Sículo, prestigiado humanista italiano, chegou à corte de D. João II, em 1485, com o firme propósito de cantar em latim as glórias portuguesas. Deixou dois livros de epístolas, o primeiro datado de 1500, além de muitos milhares de versos, uns publicados, outros que ficaram manuscritos. Deve-se a Cataldo o facto de ter sido o primeiro autor que tentou dar uma feição épica, em latim, aos feitos lusitanos, no caso os actos de bravura que foram praticados no ano de 1471, aquando da conquista de Arzila e Tânger, no tempo ainda de D. Afonso V. Trata-se do poema épico *Arcitinge*.

José de Anchieta (1534-1597), nascido nas Canárias, veio aos catorze anos estudar filosofia para o Colégio das Artes, em Coimbra. Este jesuíta, em 1553 embarcou para o Brasil, onde desenvolveu actividades de missão. Dominou com mestria a língua latina, tendo deixado nesta língua numerosos escritos, nomeadamente um poema épico, em hexâmetros dactílicos, publicado em Coimbra, no ano de 1563, chamado *De gestis Mendi de Saa*. Esses mais de 3000 hexâmetros cantam a acérrima e gloriosa resistência dos portugueses à tentativa francesa de instalar no Brasil uma França Antártica, ocorrida nos tempos do governador Mendes de Sá.

Jerónimo Osório (1506-1580), bispo do Algarve e famoso humanista, escreveu obras que foram lidas em toda a Europa. Em 1571, saiu em Lisboa uma obra histórica que alcançou grande nomeada, escrita em ritmo ciceroniano, com o título de *De Rebus Emmanuelis Inuictissimi Virtute et Auspicio Gestis Libri Duodecim*. Esta crónica visava reavivar em contexto europeu o nome de Portugal, tendo em parte alcançado esse objectivo, uma vez que as sucessivas traduções em francês, inglês, alemão e holandês demonstram essa realidade.

Vejamos, agora, os historiadores que escreveram em vernáculo:

António Vaena viveu no norte de África, deixando transparecer na *Crónica de D. Sebastião*, escrita entre 1580 e 1582, um conhecimento aprofundado da região. Pouco se sabe da sua vida, em todo o caso, na sua obra, revela um amplo conhecimento dos procedimentos compositivos da arenga militar.

Lopo de Sousa Coutinho (1515-1577) participou em numerosas batalhas no Oriente, tanto na terra como no mar, para onde embarcou em 1533. Em 1556, saiu em Coimbra o *Livro primeiro do cerco de Diu que os turcos puseram à fortaleza de Diu*. A narrativa aborda o ataque movido por Coge Sofar, em 1538, à fortaleza de Diu e a forma heróica como o capitão, António de Silveira, a defendeu. Homem muito culto, traduziu obras latinas, de forma que assumiu plenamente o papel cumulativo de herói e de homem de letras.

Francisco de Andrade (1540-1614) desempenhou os cargos de cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo. Foi historiador, em cuja qualidade escreveu uma Crónica de D. João III, impressa em 1613, mas também poeta lírico e heróico. De facto, em 1589, imprimira em Coimbra, um poema heróico em vinte cantos, chamado *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu, nas partes da Índia, defendida pelos portugueses*.

Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559), entre 1528 e 1538 permaneceu na Índia, onde reuniu a informação para a composição da sua volumosa obra histórica *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, que redigiu no regresso à pátria, desenvolvida em paralelo com a actividade de bedel da Universidade de Coimbra. O primeiro livro foi impresso em 1551, sendo portanto a primeira grande obra a ser impressa acerca dos feitos portugueses na Índia. O segundo e o terceiro livros em 1552, o quarto e o quinto em 1553, enquanto os livros sexto e sétimo em 1559. Após a publicação do oitavo (1561), os restantes dois, por imposição da regente D. Catarina atreita a influências fidalgas, não foram publicados. O estilo de Castanheda é claro e revela conhecimentos sobre a literatura clássica. Esta obra suscitou grande curiosidade na Europa, pelo que foram feitas traduções para espanhol (1554), italiano (1578) e inglês (1582).

João de Barros (1496-1570), o Lívio português, é um dos nomes maiores do Renascimento português. Senhor de uma sólida formação clássica, entendeu a história como um ramo da retórica, de forma que o estilo grave e grandiloquente é a sua grande marca. Por sugestão de D. Manuel, iniciou a redacção dos feitos portugueses no Oriente, as conhecidas Décadas da *Ásia*, assim chamadas à semelhança da obra de Tito Lívio, uma vez que cada livro cobre acontecimentos decorridos num período de dez anos. A primeira Década foi impressa em 1552, a segunda em 1553, enquanto a terceira em 1563. O quarto volume, inacabado, foi concluído por João Baptista Lavanha e publicado em Madrid, em 1615.

Gaspar Correia (1495-1561), enquanto secretário do vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, pôde privar com determinados círculos sociais e ter acesso a informação privilegiada. Viveu grande parte da sua vida no Oriente, de tal maneira que a sua obra histórica, *Lendas da Índia*, é o melhor testemunho daquela cor local, colmatando, por essa via, o seu estilo chão. Esta obra só foi impressa no século XIX.

Diogo do Couto (1542-1616) foi o sucessor de João de Barros na feitura das Décadas da *Ásia*, cobrindo o período de 1526 a 1600. Em vida, assistiu à publicação em Lisboa das Décadas IV, V, VI e VII, em 1602, 1612, 1614 e 1616, respectivamente. As quatro Décadas seguintes ficaram manuscritas, sendo alvo de infortúnios vários. Já a XII ficou incompleta. Cedo embarcou para a Índia onde serviu como soldado. Embora tendo regressado a Portugal, rapidamente voltou ao Oriente, onde passou a maior parte da sua vida. Foi entre 1591 e 1593 que Couto lançou mão à empresa de continuar as Décadas iniciadas por Barros. Em 1598, acumulou o cargo de cronista e de guarda-mor da Torre do Tombo de Goa. Para além das Décadas, escreveu também uma crónica biográfica intitulada *Vida de D. Paulo da Lima Pereira* e ainda aquele que para muitos é considerado o livro mais honesto da literatura portuguesa, o *Soldado prático*. A sua obra histórica revela que Couto detinha grandes conhecimentos sobre a história e a historiografia clássicas. O seu estilo histórico é marcado por uma constante aproximação à retórica, de tal maneira que as 60 arengas presentes na sua obra são um exemplo inequívoco desse facto.

Duarte Nunes de Leão (1530-1608) jurista, gramático e historiador, reformou as crónicas antigas, coligindo informes novos: documentos notariais e de chancelaria, estudou problemas canónicos, de forma que em 1600, em Lisboa, saiu a *Primeira parte das crónicas dos Reis de Portugal*.

António de Castilho (1530-1593), homem letrado e humanista, representa o homem de cultura do Renascimento português. Substituiu Damião de Góis no cargo de guarda-mor do arquivo nacional, tendo desempenhado também missões diplomáticas. Em 1573, mandou imprimir o *Comentário do cerco de Goa e Chaúl*. Trata-se de um opúsculo em que abundam os pormenores respeitantes tanto a operações militares como aos nomes dos combatentes. Deixou ainda manuscrita uma *Crónica de D. João III*, datada de 1589.

Duarte Galvão (1446-1517) foi um importante diplomata ao serviço de D. João II e de D. Manuel e um dos principais animadores da teoria messiânica que rodeou este monarca. Como cronista escreveu a *Crónica de D. Afonso Henriques*, em 1505.

Rui de Pina (1440-1522) foi diplomata e cronista oficial de D. João II e de D. Manuel. Escreveu as crónicas de todos os reis de Portugal até D. João II, à excepção da do rei fundador, tarefa executada por Duarte Galvão.

Jerónimo Corte Real (1530-1588) serviu como militar em Marrocos e na Índia. Escreveu vários poemas épicos, entre os quais, o *Sucesso do segundo cerco de Diu*, poema composto por vinte e dois cantos e dedicado ao rei D. Sebastião, impresso no ano de 1574. Esta obra celebra os feitos militares de D. João de Castro e de D. João de Mascarenhas no cerco que a cidade de Diu sofreu em 1546. Em 1578, publicou em Lisboa, um outro poema épico, agora em castelhano, intitulado *Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Iuan d' Austria en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Otomana*. O referido poema conta com 15 cantos e celebra os feitos de D. João da Áustria sobre os turcos otomanos na Batalha de Lepanto (1571).

Fernando de Castro (1568-1641), frade dominicano, era neto de D. João de Castro, o herói do segundo cerco de Diu, deixou uma crónica intitulada *Crónica de D. João de Castro*, certamente com a finalidade de honrar a memória do seu antepassado. Segundo a opinião dos transcritores e anotadores da sua primeira impressão, em 1995, Luís Albuquerque e Tereza Matos, esta obra terá sido escrita nos finais do século XVI, entre 1594 e 1596.²⁵⁹

Leonardo Nunes desempenhou, em meados do século XVI, o cargo de escrivão do provedor-mor dos defuntos da Índia. Na sua obra de pendor biográfico, *Crónica de D. João de Castro*, ocupa-se do governo de D. João de Castro e também das acções militares do filho deste, D. Álvaro de Castro, durante o cerco segundo de Diu. Esta crónica foi escrita em Goa, pois o colofón indica data de 1550, ainda que só 1936 tenha conhecido edição impressa.

Jorge de Lemos (Goa ? – 1593) exerceu o cargo de secretário de muitos vice-reis do Estado da Índia. Em 1590, acompanhou o vice-rei Matias de Albuquerque no seu regresso a Portugal. Em Lisboa, no ano de 1585, publicou uma obra com o extenso título de *História dos cercos que, em tempo de António Moniz Barreto, governador que foi dos Estados da Índia, os Achéns e Jaus puseram à fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga capitão dela*.

²⁵⁹ Cf. ALBUQUERQUE e MATOS (1995: XXXI).

Luís Anriques ou Henriques²⁶⁰ compôs um poema heróico que celebra os feitos militares de D. Jaime, duque de Bragança, na tomada de Azamor, ocorrida em 1513. Este poema integra o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, impresso em 1516.

Fernando de Oliveira (1507-1581?) foi o autor da primeira gramática da língua portuguesa. Este padre jesuíta, além de revelar um conhecimento muito profundo sobre cultura clássica, acumulara um imenso capital de sabedoria ganho nas múltiplas viagens que empreendera pela Europa que haveria de pôr em prática ao redigir a primeira obra conhecida sobre tática naval dos tempos modernos, a *Arte da Guerra do Mar* (1555) bem como a *História de Portugal*, possivelmente em 1581, para além de uma *Ars Náutica*.

Luís de Camões (1525-1580), o maior vulto literário da história da literatura portuguesa. Depois de muitos apelos e de várias tentativas, Camões finalmente celebrou epicamente a gesta lusitana. *Os Lusíadas* foram impressos pela primeira vez em Lisboa, no ano de 1572 e foram dedicados ao jovem rei, D. Sebastião. O poeta soube habilmente combinar a mitologia com a matéria histórica que tem como tema central a viagem de Vasco da Gama à Índia, mas que por um processo de diferenciação de narradores, *Os Lusíadas* evocam a história de Portugal anterior aos Descobrimentos, como em prolepse, são anunciados os acontecimentos principais que envolverão os governos de todos os vice-reis da Índia, até D. João de Castro. Camões aliou perfeitamente os seus conhecimentos em cultura clássica com os saberes provenientes da sua experiência enquanto residente no norte de África e no Oriente.

Uma última nota para a *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses* e para a *Jornada del-Rei dom Sebastião à África*. De acordo com os estudiosos, trata-se de duas obras de autor anónimo, escritas ambas, ao que tudo indica, na segunda metade do século XVI.

Fica aqui concluído, o elenco das obras cujos discursos militares integram o corpus em análise.

²⁶⁰ Desconhecem-se os dados biográficos deste autor.

3. OS EMISSORES

Estabelecido o *corpus* de arengas, cumpre agora apontar quais são os emissores-oradores, autorizados pelos historiadores, que verbalizam este género discursivo. É nos *engarces* iniciais das arengas que devemos procurar o respectivo emissor. É justamente na frase que antecede a interposição do discurso na narrativa que o narrador/historiador procede à apresentação do orador, sempre de uma maneira clara e objectiva, geralmente identificando-o pelo nome próprio. Poucas são as arengas de emissor anónimo e, mesmo assim, o narrador/historiador esforça-se por aduzir alguma informação sobre ascendência ou sobre a companhia a que pertencia. É possível encontrar também arengas colectivas, tal como sucede no poema épico de Anchieta, em que os chefes jovens índios se motivam mutuamente,²⁶¹ recurso retórico que remonta à historiografia antiga, como Tucídides.

A tratadística militar, unanimemente, desde Onassandro até Scarion, preconiza que a pronúncia da arenga é uma das responsabilidades do *dux*, do general. É ao general que cabe o dever de levantar o moral das tropas e de as exortar para o combate. De modo análogo, também a historiografia antiga alinha por este padrão da literatura especializada, de forma que é normal encontrarmos Alexandre, Ciro, Aníbal ou César e outros preclaros generais a pronunciarem arengas aos seus exércitos. Pode acontecer que um deus, um profeta ou um grupo de cidadãos, pontualmente e sobretudo na épica, possam ter também as suas intervenções, mas maioritariamente é uma tarefa imputada aos generais ou a grandes protagonistas políticos que também desempenharam funções militares. É compreensível que assim seja, porque a história antiga é a história das grandes personagens e são elas que assumem o comando dos exércitos.

Um olhar panorâmico sobre o *corpus* português transmite uma ideia mais democrática acerca desta questão, como a seu tempo veremos. Em todo o caso e para sermos assertivos, começamos por dizer que a arenga é, em primeira instância, uma obrigação da personalidade que, na circunstância, detiver o cargo mais elevado do estado. Expliquemos: a arenga não é tão-só um discurso adstrito exclusivamente a militares, digamos, de carreira, mas sim daquela autoridade que, no momento e no local de batalha, for o mais alto representante do estado e que na época assumia também a

²⁶¹ Cf. Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber II, vv. 1606-1633.

componente militar. A verdade é que em contexto bélico o máximo representante do estado é, na maioria das vezes, um militar.

Assim, a historiografia que tem por centro gravitacional a corte portuguesa e que, embora produzida no século XVI, se ocupa em registar os acontecimentos ocorridos nos séculos anteriores, apresenta o monarca português como o principal emissor de arengas. Compreende-se que assim seja, já que vários foram os reis que participaram activamente em batalhas, mas sobretudo porque ao rei, no período medieval, competia também a “pasta” da defesa. Assinale-se, contudo, que, de todos os soberanos, é D. Afonso Henriques, o orador mais prolixo em termos de intervenções exortativas. Isso acontece por uma razão evidente: no século XVI, por motivos claramente ideológicos, a historiografia de quinhentos interessou-se muito pelos acontecimentos relacionados com a fundação da nacionalidade e, por extensão, pelo primeiro rei. Tanto Duarte Galvão, com a *Crónica de D. Afonso Henriques*, como Fernando Oliveira e a sua *História de Portugal* são adeptos fervorosos da missão providencialista de Portugal, missão essa profeticamente revelada ao rei fundador. Nos momentos prévios à Batalha de Ourique, após a qual a hoste portuguesa iria alçar o príncipe Afonso como rei, encontramos na obra de Galvão, um interessante *engarce* inicial que interpreta cabalmente a essência de uma arenga. (1) Afonso apercebe-se de que o receio estava a tomar conta dos seus homens; (2) só a Afonso, comandante, compete restaurar a confiança do exército, porque o comandante deve ser o último avatar da constância; (3) para empreender essa reviravolta só há um caminho a seguir que é pronunciar uma arenga às tropas, valendo-se de uma argumentação retórica necessária à retoma dos níveis de confiança imprescindíveis para o combate; (4) acto contínuo, as tropas são convocadas para se juntarem e ouvirem o discurso. Dado o contexto narrativo em que esta arenga se insere e o ter ocorrido no dia anterior à batalha, cerca de 4/5 da extensão do discurso são preenchidos com a linha argumentativa didáctico-instrutiva:

- a. (1) Quando o Principe D. Affonso ouviu aos seus esto, pezou-lhe muito, (2) e posto que nelle só houvesse o esforço que a toda a Oste cumpria, (3) lhe pareceo necessário fazer a todos uma falla, (4) a qual depois de todos ajuntados, assi começou.²⁶²

Outro rei a quem a historiografia atribui a pronunciação de arengas é o D. Sebastião, provavelmente porque a sua aventura norte-africana teve consequências graves para a nação. Merece atenção o *engarce* inicial da arenga prévia à Batalha de

²⁶² Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

Álcacer Quibir, proferida diante dos comandos intermédios, no qual o narrador descreve o monarca português de uma forma bisonha, ou seja, no último quartel do século XVI em que se generalizara o uso das armas pirobalísticas, o rei apresenta-se numa batalha como se fosse entrar numa cruzada [ideologicamente era uma cruzada]. Ele, monarca, que na sua arenga se lamenta por o contingente português ter gente armada de forma bisonha, arcaica:

b. Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, **com humas armas azuladas, posto em hum cavallo mui formoso acobertado, com a lança na mão com o conto no chaõ, e o elmo alevantado**, mandou chamar o mestre de campo e os coronéis, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse.²⁶³

É no entanto na denominada historiografia ultramarina focalizada nos feitos do oriente, que a diversidade de oradores se torna manifesta, até porque se multiplicam os cenários e as técnicas de praticar a guerra. Damião de Góis,²⁶⁴ numa tentativa de aproximar certamente os heróis portugueses dos romanos, ao referir-se a António da Silveira, protagonista do primeiro cerco de Diu, identifica-o como *dux Antonius a Silveira*, emissor de duas arengas neste mesmo opúsculo. Esta referência abonatória não poderá ser confundida com a do *dux* da historiografia latina, cujo referente é geralmente um general. Ora, António da Silveira nunca foi general, porque esse patente militar, à época, era ainda incipiente em Portugal, mas essencialmente porque Silveira desempenhava sim o cargo de capitão da fortaleza de Diu, nesse ano de 1538. O responsável máximo de uma fortaleza, no Estado da Índia, era o capitão, de modo que, passe o elogio de Góis, a tradução correcta de *dux* deve ser de capitão. De facto, neste âmbito de historiografia, uma boa percentagem de arengas é proferida por capitães ou por capitães-mores. De facto, o mesmo Damião de Góis, agora já em 1549, seguindo a mesma ideia subjacente no opúsculo anterior, deixará escrito no *De Bello Cambaico* que o *prudens imperator*, D. João de Macarenhas, se preparava para refrear a temeridade dos seus soldados, proferindo-lhes uma arenga. Por *imperator* deve entender-se capitão-mor, categoria militar superior que tutelava vários capitães. Era esta a organização administrativa do Estado da Índia, baseada no poder de capitães. Este é efectivamente o termo militar mais recorrente na historiografia ultramarina, cabendo ao capitão a gestão militar das suas tropas, pelo que é frequente observarmo-los a arengarem às respectivas

²⁶³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

²⁶⁴ Damião de Góis, *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis opugnatio*.

tropas. Tal apreço derivará, porventura, do sentido etimológico da palavra latina *caput*. Como explica Fernando Oliveira, na *Arte da Guerra do Mar*, o capitão deve ser realmente a *cabeça* que orienta, no bom sentido, um contingente militar. Ora, a especificidade do império português residia na tentativa de monopólio de rotas comerciais marítimas, de tal maneira que a guerra, no século XVI, foi essencialmente praticada em zonas de costa, em estuários ou em mar aberto. De forma que, atente-se bem no número, 30% das arengas historiográficas têm lugar a bordo de uma nau ou em local costeiro e são dirigidas ao contingente militar de uma armada. Diga-se que a organização militar de uma armada, de certa forma, reproduzia aquilo que se passava em terra: cada esquadra era comandada pelo respectivo capitão-mor e, por sua vez, cada uma das naus tinha um capitão.²⁶⁵ Assistimos, com frequência, a arengas produzidas pelo capitão-mor na sua nau, depois de este ter expressamente convocado para o efeito os capitães das restantes embarcações.

Tanto na terra como no mar, produzindo longos discursos aos combatentes, encontramos a autoridade máxima do Estado da Índia: os governadores e aqueles que alcançaram o estatuto de vice-reis. Alguns governadores/vice-reis eram militarmente activos, combatendo por vezes ao lado dos seus homens, por isso ouvimos as suas arengas. Diz Diogo de Teive que no segundo cerco de Diu, *praetor tamen paucis admonendos sibi ratus, silentio facto, ita exorsus est*.²⁶⁶ Ora o *praetor*, isto é, o governador da Índia, em 1546, era D. João de Castro.

Não se pense contudo que o patriotismo dos historiadores portugueses tenha excluído as arengas produzidas pelos chefes militares inimigos. É certo que o fazem com intuitos de valorização do heroísmo lusitano, ao admitirem nos seus discursos a superioridade dos portugueses. Em todo o caso, algumas são as arengas historiográficas que têm como emissores reis e capitães muçulmanos, turcos ou de povos indígenas algumas delas excelentes peças de retórica. António de Vaena descreve com eficácia e com pormenor o início de uma batalha entre dois exércitos muçulmanos que lutam entre si pela hegemonia no norte de África. Em toda a historiografia portuguesa do século XVI, não há exemplo que exceda este no visualismo, na capacidade cinematográfica de transmitir as emoções de dois exércitos frente a frente. É uma descrição quase homérica:

²⁶⁵ Cf. HENRIQUES (2009).

²⁶⁶ Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis*, 83.

c. Não se descuidava neste tempo **o Xarife Mulei-Hamet do officio de capitão, em pôr em ordem os seus esquadroens, com ordem de cometter e resistir; e posto defronte do Maluco, com as bandeiras arvoradas e tambores tocados, de maneira que se viaõ e ouviaõ os exércitos hum ao outro, e os soldados batendo as armas com ânímos ferozes e desejo de se encontrarem, com ódio capital, sem lembrança da nação, parentesco, língua e religião, onde todos eraõ nascidos,** o Mulei-Hamet, pera os mais animar e induzir á compaixaõ do estado em que se via, lhes começou a fallar desta maneira.²⁶⁷

É conveniente dizer-se que as arengas pronunciadas por reis, vice-reis e governadores surgem, esmagadoramente, em contexto narrativo historiográfico, antes das batalhas, o que não quer dizer que um vice-rei, como D. João de Castro, não intervenha no decurso de uma refrega, lutando como soldado e exortando os soldados, como chefe militar:

d. andava como um leão feroz matando e ferindo os mouros mui animosamente, outras vezes dizendo aos soldados **que soubessem seguir a vitória que Deus lhes dava, a qual havia de ser a mor que nunca se no mundo visse, e que só para eles fora guardada aquela honra, que eles haviam de estimar por cima de todas as riquezas da vida.**²⁶⁸

O facto de as arengas das grandes personagens serem produzidas quase sempre antes dos confrontos bélicos, tem repercussões imediatas nos discursos. Por um lado, são discursos de razoável extensão, alguns deles ocupam integralmente um capítulo e são o assunto principal de muitos outros. É caso da arenga produzida por Afonso de Albuquerque,²⁶⁹ no momento em que anuncia aos homens da sua frota que iriam conquistar Goa ou da copiosa arenga de D. João de Castro antes da batalha contra os capitães do rei de Cambaia.²⁷⁰ É denominador comum destas arengas o facto de a componente didáctica ocupar a quase totalidade dos discursos, restando à componente exortativa geralmente o parágrafo final. Por outro lado, obedecendo ao princípio retórico de que os discursos devem estar adaptados aos oradores, estas arengas são simultaneamente as que retórica e estilisticamente apresentam maior elaboração, como recurso, por exemplo a citações. Neste quadro que conjuga extensão com elaboração literária integram-se as arengas constantes das obras de João de Barros, Antonio Vaena, Duarte Galvão e Fernando de Castro, sobretudo.

²⁶⁷ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX.

²⁶⁸ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (IV Parte).

²⁶⁹ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

²⁷⁰ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

Para além dos grandes protagonistas da história renascentista, muitos dos quais oriundos de famílias com linhagem, também podemos encontrar alocações, ainda que escassas, produzidas por simples soldados anónimos ou quase anónimos. Essas breves exortações podem ser proferidas tanto individual como colectivamente e têm lugar quando, no decurso de uma batalha, os restantes companheiros começam a dar mostras de desânimo ou se preparam para capitular. Foi isto que fizeram catorze portugueses, vendo que os demais se rendiam e entregavam as armas ao inimigo, recusaram a ignomínia, morrendo de armas na mão:

e. Mas huns catorze homens, valentes cavalleiros, vendo que os outros s'entregavão, bradarão com elles fortemente assy na peleja em que andavão, dizendo: «O homens mal aventurados! Porque vos entregaes a trédores arrenegados? Morrey como homens, porque depois vos hão de matar com fortes justiça». Estes catorze homens pelejarão ás lançadas e cotiladas até que todos forão mortos.²⁷¹

Quem ler atentamente a historiografia portuguesa ultramarina, a dada altura, ficará surpreendido por encontrar em cenários de guerra, marcados por actos de violência extrema, dois tipos de personagens que ordinariamente estão conotados com pacifismo e delicadeza. Trataremos em primeiro lugar dos religiosos. Companheira da expansão do império foi a divulgação do Cristianismo, de modo que, bem cedo, levas de religiosos embarcaram também rumo ao Oriente, mormente frades franciscanos. Vemo-los com alguma regularidade a tomarem parte activa na guerra, usando os seus dotes oratórios e a sua posição canónica para incentivarem os portugueses à luta. As suas curtas intervenções ocorrem, sempre, antes ou durante os confrontos guerreiros e são marcadas por um forte pendor exortativo, cujos *topoi* retóricos apelam para a guerra justa e santa contra os infiéis e inimigos de Cristo, afiançando aos que perecerem, verdadeiros mártires, a salvação das suas almas. Assinale-se, no entanto, que estas participações dos religiosos não surgem em todas as formas de guerra, elas circunscrevem-se a batalhas limitadas territorialmente, por isso podemos observá-los em acção na tolda ou no chapitêu de uma nau, por ocasião de uma batalha naval, ou, quando as cidades-fortaleza dos portugueses sofrem um assédio, encontramos-los tanto a pronunciar arengas na praça central, bem como exortando os soldados, à medida que percorrem os baluartes das fortalezas, muitas vezes empenhando um crucifixo.

²⁷¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1541, Cap. XXVII.

Quando intervêm antes de uma batalha, as arengas dos sacerdotes não são o cerne daquele alargado momento retórico, que é constituído geralmente por dois ou mais discursos. Na verdade, é a extensa arenga pronunciada pelo capitão ou pelo governador que constitui o centro oratório de circunstância, enquanto as arengas dos religiosos giram na órbita desta, funcionando como introdução ou conclusão daquele momento solene. Desempenham, pois, a função de suplemento anímico para os soldados, impelindo-os para o combate e assegurando, àqueles que falecerem, a salvação das almas.

Diogo de Teive dá-nos um magnífico exemplo ocorrido durante o segundo cerco de Diu, antes da batalha decisiva contra os Rumes, ocorrida a 10 de Novembro de 1546. Reunidos os efectivos num local da fortaleza que pudesse ser visto por todos, o franciscano António, depois de celebrar a eucaristia, pronuncia uma oração que é uma arenga, em que exorta os soldados a rogarem a Deus que vingue aquela afronta e que o pequeno exército português, confiado no seu poder, possa alcançar a vitória sobre os inimigos da fé. Findo o discurso do franciscano, – diz o narrador – o Governador, D. João de Castro, ainda que visse a esperança nos seus homens, foi de opinião que deveria dizer-lhes algumas palavras de estímulo. De facto, não foram algumas palavras, mas sim um discurso exemplar de retórica militar e que merece, mais à frente, um tratamento pormenorizado.

f. Cum, ut imperatum erat, convenissent, loco magis quam caetera edito, in area arcis, unde prospectus in omnes partes erat, **Ant[onius] Custodius Franciscanus, homo integrae vitae ac summae sanctitatis opinione, sacrum orditur. Eo cum magno silentio peracto, caeteris tacite subsequentibus orationis verba praeit:** «Christum omnipotentem precatis Deum ut suum nomen a contumelia vindicet, suam potentiam hosti superbissimo ostendat, et hanc manum, quamlibet parvam, ipsius tamen auxilii fiducia innumerabiles hostium copias non reformidantem, spei votique sui compotem faciat, ac in hostium castra, qui ad religionem eius evertendam coniurati venerant, terrorem et fugam convertat». **Haec ubi dixisset, quamquam omnium animi spe et fiducia erecti viderentur, Praetor tamen paucis admonendos sibi ratus, silentio facto, ita exorsus est.**²⁷²

Quando se ajuntaram, como lhes fora determinado, em lugar mais elevado que os restantes, em uma zona da fortaleza de onde era possível observar todos os lados, António, custódio de S. Francisco, homem de vida íntegra e com fama de grande santidade, celebra o sagrado sacrifício. Concluído este por entre profundo silêncio, enuncia diante dos outros, para em recolhimento o acompanharem, as palavras de uma oração: «Roga a Cristo Deus omnipotente que vingue o Seu nome da afronta; que manifeste o Seu poder contra a arrogância do inimigo, e faça com que este exército, posto que exíguo, mas confiado, no entanto, no Seu auxílio, não tema as tropas inumeráveis dos inimigos e alcance a realização da sua esperança e dos seus votos, e no campo dos inimigos, que se conjuraram ali para subverter a sua religião, desencadeie a agitação, o terror e a fuga».

Assim que acabou de pronunciar estas palavras, embora o ânimo de todos parecesse levantar-se na esperança e na fé, o Governador, contudo, por ser

²⁷² Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Diu gestis*, 83.

de opinião que devia dirigir-lhes algumas palavras de incitamento, estabelecido o silêncio, assim falou.

Relativamente às arengas pronunciadas no meio de uma batalha, quer na extensão reduzida quer no conteúdo emotivo-exortativo, não se afastam muito daquelas que são proferidas antes das batalhas, havendo também exemplos de arengas proclamadas tanto em terra como no mar. Difere, de algum modo, o contexto narrativo em que se inserem. De facto, as intervenções dos religiosos durante as batalhas, quer travadas no mar quer nos assédios dos Rumes, ocorrem em momentos em que o inimigo consegue ascendente sobre os portugueses e que estes parecem ter um fim já traçado. É nessa ocasião que ouvimos um religioso, empunhando um crucifixo, a exortar os portugueses à luta, bradando que, com Cristo por capitão nada havia a recear ou que seguissem o exemplo de Cristo ali crucificado, que morrera por todos eles. Veja-se o exemplo seguinte:

g. Foi aqui a crueza mui grande, porque se feriam em descuberto, e sem amparo algum; mas como o poder dos inimigos era grande, e de todas as partes lhes foi acudindo sempre mais gente, **estiveram os nossos quasi perdidos, e desbaratados; mas chegou áquelle tempo o Padre Fr. Antonio do Casal com o Crucifixo arvorado na lança, e passando por meio dos nossos, foi bradando alto.**²⁷³

É numa dessas intervenções que sucede um acontecimento insólito que é relatado por autores como Gaspar Correia, Diogo do Couto ou Diogo de Teive. No segundo cerco de Diu, precisamente no momento em que o religioso António exortava os soldados, arvorando o crucifixo, um projectil inimigo quebrou um dos braços de Cristo. O religioso não perdeu o ensejo para redobrar a força ilocutória da sua alocução, apelando agora para que vingassem a ofensa:

h. «Ah Cavalleiros de Christo, vedes aqui a Imagem de nosso Deos ferida, e escalavrada diante de vós; que fazeis que não vingais tamanha ofensa, e injúria, feita a hum Senhor, que vos remio pelo seu precioso sangue? Segui-me, filhos meus, e Cavalleiros Christãos, vamos vingar nosso Deos».²⁷⁴

Sobre a participação activa dos religiosos nas batalhas, estranha aos dias de hoje, trazemos aqui à memória as palavras de um padre da época, Fernando Oliveira, que na *Arte da Guerra do Mar*, a propósito deste assunto, escreveu no prólogo: *E por ser eu sacerdote não pareça materea incompetente a minha pessoa, porque aos sacerdotes conuem ir aa guerra quanto mays falar della*. Devem ir à guerra, explica Oliveira, não

²⁷³ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

²⁷⁴ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

para pelejarem, mas para fazerem orações e ministrarem sacramentos. E não só para isto, mas sobretudo para exortarem os demais à guerra, porque assim o fizeram no passado profetas e até Papas:

i. (...) mas também para amostrar e animar os que pelejão, deuem ir os sacerdotes aa guerra, porque assy lemos que o Deos mandava na ley velha, e assy o fizeram alguns santos homens na nova. Chegandosse o tempo do combate, disse Deos a moyses, estando o sacerdote diante da azamoestaraa o pouo que peleje sem temor nem espanto. [...] O que também imitam barões santos sacerdotes e religiosos christãos, os quaes diante da gente nas guerras levam cruces e imagens, com que dam esforço aos homens.²⁷⁵

A outra categoria inusitada de emissores de arengas militares historiográficas é preenchida pelas mulheres. Embora, à partida, a presença de mulheres num campo tradicionalmente masculino como é o da guerra possa surpreender, a verdade é que na Grécia Antiga ficaram célebres os exércitos de mulheres guerreiras, as Amazonas. A história mostra mesmo legiões de mulheres guerreiras, algumas delas rainhas, como Boudicca, rainha britânica que dirigiu o seu povo para a batalha contra os invasores romanos. Tácito (*Annales*, 14.35.1-2), facultou-nos mesmo uma *epipólesis* pronunciada por Boudicca. Também a história portuguesa dá amplo destaque ao papel guerreiro da mulher. Várias foram as que internamente, mas também no norte de África e no Oriente não hesitaram em ajudar os homens em combate, carregando pedras para repor muralhas destruídas pelos inimigos, cuidando dos feridos, ou pegando em armas para encorajarem e estimularem os defensores portugueses. É na Índia, nos momentos mais dramáticos sofridos pelos portugueses que emergem as grandes heroínas da expansão, particularmente nos cercos de Diu, de tal maneira que ficaram conhecidas como as Defensoras de Diu, comparadas às mitológicas Amazonas. Estas mulheres revelaram uma enorme coragem, empenhando-se bravamente na defesa da fé e do império, prestigiando as armas portuguesas. Nomes como Isabel da Veiga, Ana Fernandes ou Isabel Fernandes, a “Velha de Diu”: *a esta se atribui particular coragem na exortação aos soldados, quando no momento de maior perigo, quando insistentemente corria o boato de terem os Turcos entrado na fortaleza, se precipita por entre os combatentes com uma chuça na mão, exortando-os com as palavras mais necessárias: «Pelejai por vosso Deus, pelejai por vosso Rei, cavaleiros de Cristo, porque Ele está convosco»*.²⁷⁶

De entre os vários papéis desempenhados, o do encorajamento aos combatentes é um dos mais importantes realizados pelas mulheres no Oriente. Não admira pois que a

²⁷⁵ Fernando Oliveira, Prólogo da *Arte da Guerra do Mar*.

²⁷⁶ CARREIRAS (2004:191).

historiografia seja pródiga na inclusão de tais arengas, pois de um total de nove discursos, oito são pronunciados pelas Defensoras de Diu, sendo a remanescente proferida pela rainha de Ternate.

Uma análise atenta dos *engarces* iniciais destas arengas, permite-nos perceber o posicionamento dos historiadores face a esta questão de género. É Diogo do Couto o cronista que mais se interessa por destacar o papel da mulher nos assédios de Diu. Identifica-as colectivamente como o *exercito de matronas*²⁷⁷ ou com grande deferência *as honradas matronas*,²⁷⁸ e de uma forma marcial denomina-as ainda como *o esquadrão feminino*.²⁷⁹ As mais enérgicas não deixam de ser nomeadas e lá aparecem então a Isabel Fernandes, ou melhor, a *boa* Isabel Fernandes, a Ana Fernandes e até uma Catarina Moreira. Couto, num desses *engarces* iniciais sintetiza as suas funções marciais, mulheres que combatem e que exortam os homens a combater. Atente-se na acumulação de sintagmas que transmitem o trabalho incansável destas mulheres de *animos varonis*:

j. O esquadrão feminino desamparando as casas, **se foram ao baluarte pera nelle morrerem em companhia daquelles esforçados defensores**, e dos caros consortes que alli tinham, **levando sobre suas cabeças pólvora, pedras, e outras cousas pera offenderem aos inimigos, mettendo-se no meio dos que pelejavam com animos varonis, e animando aos que pelejavam.**²⁸⁰

Uma outra mulher, turca de nascimento e agora casada com um português, vestiu-se de homem e a si própria se armou de capacete e de espada e se foi ao muro, onde o marido lutava, para a todos animar. Na sua exortação, afirma que conhece bem o fraco valor daqueles perros, justamente porque nascera entre eles:

k. Huma molher casada com hum Rafael Lourenço, que primeiro fora turqua, **se vestio nos vestidos de seu marido, e pôs huma espada na cinta e hum capacete na cabeça, e com huma lança nas mãos se foy ao muro onde estava seu marido**, dizendo: «Senhores, agora vereis pera quão pouco são estes perros; que eu sey quem elles são, que nacy antre elles, e aquy me veres com elles».²⁸¹

Por vezes as suas alocuções em tudo se assemelham à dos religiosos, porquanto munidas de um objecto sagrado, cruz ou retábulo, percorrem as muralhas, exortando os homens à luta, seguindo o exemplo de Cristo que padeceu por todos. Todas estas

²⁷⁷ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. IV.

²⁷⁸ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. II.

²⁷⁹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. X.

²⁸⁰ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. X.

²⁸¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVIII.

intervenções exortativas das mulheres de Diu, estão coarctadas pelo momento de enunciação, o decurso das batalhas.

Há porém, um discurso que sai deste padrão, pois, ao ser pronunciado antes da batalha, tem repercussões na sua maior extensão. Trata-se de uma arenga centrada na componente instrutiva do discurso na qual a rainha de Ternate procura vincar o desassossego e as malfeitorias de que aquela ilha padece desde que os portugueses ali aportaram, estratégia para captar a adesão do auditório à sua causa. Por isso, agora que se pressentia que havia discórdia entre os portugueses era a ocasião ideal por os matar e devolver a liberdade àquela pátria. Findo o discurso, diz o narrador: *a todos moverão as rezões da raynha, a quem não faltarão lagrimas, em quanto renovou as cousas passadas, e todos ali se lhe oferecerão pera dar a execução aquelle negocio, tratando logo ali o modo, e o dia, em que avia de ser.*²⁸²

Ficou aqui por demais sublinhado o papel tanto de soldado como de caudilho que as mulheres desempenharam na manutenção das armas portuguesas na praça de Diu. Leonardo Nunes, sobrelevando o valor daquelas mulheres, escreveu uma das mais admiráveis páginas historiográficas a este respeito na *Crónica de D. João de Castro*. De facto, diz Nunes que a grandeza destas mulheres excede em muito a fama de todas as outras que na Antiguidade ficaram também famosas pela sua bravura e determinação. Só a ele, condoído Leonardo Nunes, lhe mingua o estilo facundo como o de Cícero, rei da eloquência, para as dignificar condignamente. Como dissemos, pela sua beleza literária, esta página historiográfica merece aqui um espaço:

I. E as virtuosas e varonis mulheres eram as que sustinham o serviço de acarretar terra para os entulhos e de dar panelas de pólvora aos homens que pelejavam nos muros e de lhes aguar os pés com grandes gameladas de água para que os não abrasasse o fogo das panelas da pólvora dos mouros, que eram infinitas. E algumas eram às vezes bem chamuscadas e custava-lhes o serviço muitas chagas do fogo e muitas pedradas na cabeça e muitas frechadas nas pernas e nos braços. E o que de mais admiração era que, assim feridas e queimadas, não deixavam de servir, até que a fraqueza humana, mingramento das forças, lhes não tolhia, como eu vi em muitas delas. **Oh, quem pudera ser tão fecundo e eloquente como aquele Cícero, rei da eloquência, para fazer festa a suas honras e louvores e para pôr seu preço e coroa por cima de todas as outras mulheres, para se calarem as Sabinas e as do contrário campo de Mário e as persas que que fizeram tornar as bandeiras de Ciro contra os feridos contrários e a mui negativa Tómiris, porque acharam outras mais esforçadas que elas! E aquela meia tancada mãe de Nino, que tinha o nome da falsa desculpa do materno pecado, achara mui gentis e avantajadas companheiras de sua valentia e muito mais virtuosas que ela.** Mas sou tão rude que não ousou de dizer mais, senão que fizeram serviço digno de ser tido por tal e muito grande de tão bom rei e senhor como Deus nos deu²⁸³.

²⁸² Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VIII, Cap. I.

²⁸³ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap XIII.

Uma última referência para a épica. Talvez se esperasse que neste género a escolha dos oradores de arengas fosse mais selectiva, focada nas grandes figuras da história portuguesa. A verdade contudo revela que, deste ponto de vista, há uma grande aproximação entre a épica e a historiografia. De todas as obras épicas renascentistas, aquela que mais arengas introduz na narrativa dos feitos é o poema de Jerónimo Corte Real, o *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*. Na verdade, à excepção das heroínas de Diu, lá se encontram discursos proferidos pelos mesmos protagonistas já identificados e nem falta o religioso António, apelando aos soldados para que vinguem o ultraje praticado pelos inimigos na imagem de Cristo. Com efeito, algumas alocações presentes nesta obra coincidem contextual e formalmente aos discursos presentes na historiografia, sendo o mais célebre a arenga de D. João de Castro antes da batalha final. Dir-se-ia que Corte Real quis que o seu poema épico se acercasse o mais possível da verdade historiográfica.

Do ponto de vista da enunciação, historiografia e épica demonstram também a sua proximidade. De facto, são comuns, como acabámos de referir, os oradores individuais de arengas, mas também encontramos, nos dois géneros, referência a emissores colectivos de discursos militares. Na verdade, tal como podemos observar na historiografia clássica, em que um grupo de generais ou de soldados arengam em coro aos soldados, como são os casos dos generais atenienses em Tucídides (*Hist.* 7.70.7) e dos soldados romanos em Tácito (*Ann.*12.35.), também na historiografia e na épica portuguesas podemos assistir a um coro de vozes militares pronunciando um mesmo discurso, ou, em alternativa, a um idêntico conteúdo argumentativo ser reproduzido, ao mesmo tempo, por vários oradores. Ilustra este último caso, o exemplo colhido em Diogo de Teive, ocorrido no segundo cerco de Diu. Assim, o narrador conta-nos que a coligação de comandantes rumes animou os seus homens pronunciando-lhes uma arenga. Depreende-se que, cada comandante, ao mesmo tempo, foi repetindo diante de sectores diferentes do exército, topoi retóricos idênticos, já que o inimigo era comum, já que os objectivos pretendidos com aquele cerco eram os mesmos:

m. Contra, hostium duces suos admonere paucitatis nostrorum, suae multitudinis, neque cum hominibus iam rem esse, sed verius cum hominum simulacris, vulneribus, vigilliis, fame morboque confectis.²⁸⁴

Os **chefes inimigos**, por seu turno, **incitavam os seus homens, lembrando-lhes** a exiguidade das nossas tropas e o número imenso das suas, e que se não tratava já de pelejar com homens, mas, antes, com simulacros de homens, prostrados por ferimentos, vigílias, fome e doença.

²⁸⁴ Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis*, 48.

Por outro, um mesmo discurso aparece pronunciado por um coro de chefes militares portugueses, no poema épico de Anchieta. Parece-nos que neste caso é mais um recurso retórico-estilístico de grande funcionalidade literária do que propriamente uma correspondência possível com a realidade: *Hortantur socios primores agmines*²⁸⁵ / *Exortam aos companheiros os chefes do exército.*

Apesar da similitude na selecção dos emissores de arengas entre a historiografia e a épica, assinala-se que, nos *engarces* iniciais, os processos de apresentação dos oradores na épica são, em determinados momentos, mais burilados do ponto de vista literário. Veja-se, por exemplo, que o monarca das campanhas africanas de Arzila e de Tânger é designado pelo narrador cataldese como a *progenies Eduardica*,²⁸⁶ ou seja, a progénie de Duarte, perífrase que alude à filiação de D. Afonso V em D. Duarte. Por seu turno, no poema de Anchieta, o chefe militar português que, nas terras brasílicas, arenga às tropas é apresentado como *magnanimus*,²⁸⁷ que o tradutor, o Pe. Armado Cardoso, traslada como *herói*, para, um pouco mais adiante, o narrador/poeta o designar mesmo como herói, ainda que, agora, *em vão magnânimo, magnanimus nequicquam heros*.²⁸⁸ Dada a sua frequência, pode-se dizer que o termo magnânimo está de alguma maneira conotado com a épica, pois, em *Os Lusíadas*, também o *engarce* final da arenga de D. João I na Batalha de Aljubarrota apresenta o rei como magnânimo, *isto disse o magnanimo guerreyro*.²⁸⁹ À medida que vamos entrando na poesia, a força do género vai naturalmente influenciado a forma da escrita, de tal maneira que não surpreende a presença cada vez mais assídua de qualificativos para os capitães, de modo a salientar traços dos respectivos caracteres. Por exemplo, D. Luís de Ataíde, herói da Índia, ao despojar-se dos seus bens pessoais para premiar o esforço dos seus soldados, é apresentado no poema «De spoliata sua» de Pedro Sanches, como *fortis dux Ludouicus*,²⁹⁰ ou seja, Luís, o valoroso general.

Em síntese, desta análise dos emissores de arengas da historiografia e da épica renascentistas podem retirar-se algumas ideias. A primeira delas é uma constatação: embora haja uma clara tendência para os oradores de arengas coincidirem com as grandes figuras históricas, como reis, vice-reis, capitães, há depois uma franja de emissores, como

²⁸⁵ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber II, v.1922.

²⁸⁶ Cataldo Sículo, *Arcitinge*, v. 413.

²⁸⁷ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, v. 341.

²⁸⁸ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, v. 625.

²⁸⁹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, IV, 38, v. 5.

²⁹⁰ Pedro Sanches, *DIVERSORUM AUCTORUM CARMINA IN LAUDEM ILLUSTRISSIMI DOMINI LVDOVICI ATHAIDII SERENISSIMI REGIS PORTUGVGALLIAE A CONSILIIS.*

os soldados, alguns anónimos, os religiosos ou as mulheres que quebram aquela unanimidade anterior. Além do mais, em qualquer arte militar não figura qualquer indicação sobre alocuções proferidas por personagens secundárias, donde resulta que, à partida, estariam excluídas deste ambiente.

E eis que deste facto resulta a sua interpretação. É nossa convicção de que esta diversidade de oradores de arengas é uma clara afirmação do patriotismo dos historiadores e dos portugueses de então. De facto, aos vermos as grandes figuras da história portuguesa a lutarem ao lado dos pequenos e uns e outros ajudando-se e animando-se mutuamente, significa a participação de todos no mesmo esforço e no mesmo desígnio comuns. Todas estas acções e discursos partilhados são, cremos nós, a manifestação da missão imperial portuguesa e da sua consciência patriótica, muito bem despertadas, nesse longínquo século XVI, quando a mais ténue *ameaça pairava sobre o corpo uno e indivisível do Portugal de aquém e além-mar*.²⁹¹

4. OS RECEPTORES

Como compete ao entendimento geral do processo comunicativo das arengas, identificados os seus emissores, cumpre agora reconhecer os receptores das respectivas alocuções militares. De uma maneira prosaica, podíamos dizer simplesmente que tais destinatários são, evidentemente, as tropas, os activos militares. Contudo, essa conclusão deixaria de fora aspectos concretos que dizem respeito tanto à retórica do discurso, como aos processos de natureza linguístico-literária e, finalmente, aos próprios sucessos bélicos registados pela História.

Antes de mais, temos de recordar que a análise aqui efectuada é transversal, ou seja abarca horizontalmente todos os discursos do *corpus*, provendo-se primeiramente os dados que são comuns às arengas, permitindo, quanto possível, efectuarmos generalizações, para, em seguida, isolarmos casos concretos e pontuais que possam ajudar a compreender o ajustamento da arenga militar ao contexto retórico-histórico português de quinhentos.

Como preâmbulo basilar da análise que se segue, podemos apontar, na historiografia greco-latina e bem assim na portuguesa do século XVI, dois receptores globais de arengas. Num primeiro grupo incluem-se as arengas que têm como receptor a

²⁹¹ BARROS (1951: 29).

totalidade dos efectivos que compõem um exército. Um general ou um capitão discursa para uma assembleia que integra não só os soldados como também os comandos intermédios e demais figuras militar e aristocraticamente destacadas. Num segundo grupo, integram-se aquelas outras arengas dirigidas apenas a uma parte ou secção de um exército ou de uma companhia militar. Por razões várias, o chefe militar, em vez de discursar diante e para a totalidade da mole militar, pode decidir arengar separadamente para um grupo de comandos ou focar-se numa falange ou grupo particular de soldados.

Contabilizados os dados constantes do *corpus* em estudo, o quadro seguinte apresenta a distribuição numérica e percentual destas duas possibilidades exortativas, dirigidas à totalidade ou a uma parte do exército, quer pelos géneros literários em que surgem, quer pela superfície em que ocorrem:

género	superfície	totalidade exército	parte exército	% totalidade	% parte
historiografia	marítima	34	24	71	29
historiografia	terrestre	112	18	85	15
épica	marítima	1	1	50	50
épica	terrestre	20	9	55	45
poesia	terrestre	3	0	100	0
totais	_____	171	51	71	29

Quadro 4 – distribuição numérica e percentual dos receptores totais e parciais de exércitos

Em termos gerais e de modo transversal, os dados mostram que a arenga literária portuguesa renascentista tem como receptor preferencial a totalidade do exército. De facto, em termos globais, 71% das alocações proferidas pelos capitães destinam-se à totalidade dos efectivos que compõem o respectivo exército ou esquadrão. Neste aspecto, a historiografia e épica portuguesas estão em linha com as homónimas clássicas, cujos receptores privilegiados são, também, as grandes e universais assembleias de tropas. Apesar de tudo, quando analisamos a variável superfície marítima, verificamos que, sem contrariar a tendência geral, em todo o caso, a amplitude entre os dois tipos de receptor (total/parcial) se reduz em favor de auditórios reduzidos (71 X 29). De facto, parlamentos reduzidos seriam, certamente, o mais consentâneo com a verdade história, por razões que se prendem com a logística naval. Na verdade, arengas proferidas à totalidade dos elementos de uma armada, em alto mar, parecem-nos mais um recurso retórico levado a cabo pelos historiadores, seguramente com a intenção de impressionarem os seus leitores.

Fica, porém, confirmada, uma vez mais, a importância que a arenga naval/marítima desempenha no universo histórico-retórico português de quinhentos.

Excepção feita à arenga naval, não nos deve surpreender o facto de, pelo menos do ponto de vista literário, a totalidade do exército se afirmar como o receptor percentualmente favorecido na pronúncia de arengas terrestres, pois parece coincidir com aquilo que, efectivamente, sucedia na realidade. Senão vejamos que, historicamente, salvo casos excepcionais em que os exércitos portugueses foram compostos por largos milhares de homens, como os 18.000 efectivos que, em 1513, participaram na conquista de Azamor, os 19.900 que, em 1531, acompanharam Nuno da Cunha no assalto a Diu, e ainda os 18.000 que seguiram com D. Sebastião para Alcácer Quibir, em 1578,²⁹² a verdade é que os contingentes militares de quinhentos se caracterizam pela exiguidade efectivos, a que se somava a dispersão de efectivos pela vastidão do império. Várias são os desabafos comuns de capitães e de historiadores que insistem no crónico défice de pessoal militar, mormente no Estado da Índia, onde os poucos portugueses combatiam os gigantescos exércitos tanto dos povos autóctones como dos rumes. Face a esse desequilíbrio de forças, os portugueses procuravam fugir de confrontos abertos com esses exércitos, tendo-se especializado, isso sim, nos ataques-surpresa a cidades costeiras ou as batalhas, onde um pequeno número de homens, secundados por uma artilharia moderna, semeava rapidamente o terror numa cidade populosa. Neste cenário, facilmente se compreende que os capitães arengassem à totalidade das tropas, que andaria sensivelmente à volta de umas centenas de homens. Veja-se, a este propósito, que, na batalha naval mais importante da marinha portuguesa, a Batalha de Diu, em 1509, intervieram apenas 1.500 portugueses, pelo que é verosímil que D. Francisco de Almeida tenha, previamente, arengado para a totalidade dos homens da sua armada, tendo, para o efeito, desembarcado em local fresco e aprazível. Ao contrário, parecem-nos pouco verosímeis as arengas proferidas pelos grandes generais da Antiguidade diante de exércitos formados por milhares de homens, donde se conclui que esses tais discursos são efectivamente criações e amplificações literárias efectuadas pelos historiadores sobre as poucas palavras que um general poderia pronunciar num campo de batalha e que certamente só uma parte dos soldados poderia ouvir.

Ora, os *engarces* iniciais fornecem-nos, algumas vezes, o número desses poucos soldados que compunham um contingente militar português de quinhentos e que poderia

²⁹² HESPAÑA (2004: 23).

conferi-lo como auditório indivisível de uma única arenga. Assim, Jerónimo Osório escreve que D. João de Meneses, em campanhas no Norte de África, arengou a pouco mais de 220 cavaleiros que levava consigo:

a. Armati conveniunt, eumque sine ulla recusatione sequuntur. [...] Erant autem illi, quos tunc secum eduxit, **equites viginti supra ducentos**, quibus ubi commodum visum fuit, quid sui consilii esset, aperuit²⁹³.

Juntam-se todos armados e o seguem sem a menor repugnância. [...] Eram os que ele levou consigo acima de 220 cavaleiros, a quem, quando lhe pareceu acertado, descobriu qual era sua deliberação.

O auditório total de uma arenga pode ainda ser mais reduzido, não indo além de umas dezenas de homens, como foi o que sucedeu com a arenga desse herói da Índia, Duarte Pacheco Pereira: *E ido Acote, ho capitão fez ajuntar os seus, que serião **quarenta homens** ou pouco mais todos doentes, e ele tambem, e disselhes.*²⁹⁴ Contudo, na esmagadora maioria dos casos, o narrador/historiador não fornece qualquer cifra dos soldados que se preparavam ou que acabaram de ouvir o discurso. Por vezes, a universalidade e a indivisibilidade de um exército, enquanto receptor de um discurso militar, são-nos transmitidas por meio de substantivos comuns e colectivos, imprecisos quanto ao número, como *homens*, *soldados* e *gente*, precedidos, em algumas ocasiões, pelo determinante possessivo *seus*, donde resultam constituintes sintácticos, conforme o exemplo que se segue:

b. Gonçalo Pereira tanto que vio tão grossa Frota, ajuntou os seus navios, a sua galeota, e tomou no meio as embarcações dos mantimentos, e se preparou pera aquelle conflicto, em que lhe era necessario mostrar todo o valor, porque bem vio que o negocio era muito arriscado; mas não perdendo ponto em seu animo, posto em sima do toldo, animou [**os seus soldados**] com a brevidade a que o tempo deo lugar.²⁹⁵

Noutras circunstâncias, aqueles sintagmas, argumentos de predicados declarativos, ficam reduzidos apenas aos pronomes, como *todos*, *seus*, *nossos*, *lhes*, e *os*, tal como podemos observar no excerto da arenga seguinte de D. João de Mascarenhas: *Estando todos juntos em silencio, / O Capitam **lhes disse** estas palavras.*²⁹⁶ Referências circunstanciais ao facto de os soldados estarem em *silêncio* e/ou *juntos* surgem também pontualmente nos *engarces* introdutórios.

²⁹³ Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis Regis ...*, Liber III.

²⁹⁴ Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Livro II, Cap. XXIX.

²⁹⁵ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. VIII.

²⁹⁶ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IV.

Ainda na totalidade do exército como auditório, o narrador/historiador sente, pontualmente, a necessidade de identificar social e militarmente os membros dessa assembleia, certamente com o intuito de afirmar a unidade e os propósitos comuns de tais combatentes. Assim, ainda no poema de Corte Real, relativamente a D. João de Castro:

c. O Visorey chamou **quantos fidalgos,**
Capitães, e soldados ali estavam;
Vendoos a todos juntos com silencio
Com alta voz, começa estas palavras:²⁹⁷

Como variante da anterior e em linguagem técnico-militar, podem figurar exemplos como *Rex placido astantes vultu circumspicit alas / Instructasque acies*,²⁹⁸ ou seja, o rei, D. Afonso V, preparando-se para arengar, olha serenamente para os seus receptores, as alas e as frentes do exército, ou seja, a sua globalidade.

Para finalizar este aspecto, recordemos que a historiografia de quinhentos era atravessada por um sentimento fortemente patriótico. É pois natural que o destinatário de alguns discursos seja identificado pelo termo *portugueses*, sobretudo, quando do outro lado está um inimigo, tanto do estado como da religião: *E quando dom Sancho vio tanta gẽte sobresi e que não tinha nenhũ remedio se não pelejar, disse aos Portugueses*.²⁹⁹ Embora a historiografia seja portuguesa, nela podemos encontramos, também, espaço para a inserção de arengas pronunciadas pelos chefes militares de povos e religiões inimigos. De maneira que, pontualmente, os receptores de arengas são os *mouros*, os *árabes* e povos autóctones asiáticos, como os *mogores*.

Vejamos, agora, o que se passa quando apenas uma parte do exército é o alvo de uma arenga militar, situação que compreende 29% do total dos discursos. Como dissemos atrás, o momento em que ocorre a arenga, antes ou durante ou batalha, selecciona preferencialmente um ou o outro tipo de auditório, aqui em consideração. No entanto, os motivos que levam o capitão a arengar a uma parte do exército, antes ou durante uma refrega, são claramente distintos, como distinta é a categoria militar do exército que a acolhe.

Sempre que um capitão, antes de uma batalha, terrestre ou naval, profere uma arenga exclusiva a uma parte do exército ou de uma armada, fá-lo diante de um grupo de comandos intermédios, que a historiografia e épica portuguesas de quinhentos designa

²⁹⁷ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

²⁹⁸ Cataldo Sículo, *Arcitínges*, vv. 448-449.

²⁹⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VI, Cap. LV.

por *conselho*. Regra geral, o governador ou o capitão-mor convoca esses comandos para formarem conselho:

d. E ele lhe deu tão boa enformação, que **ho governador assentou de todo de pelear**. E ao outro dia logo logo pela menhaã **chamou a cõselho**, não pera tomar mais pareceres, mas **pera declarar a todos como avia de pelear cõ os imigos**.³⁰⁰

Com alguma regularidade, os *engarces* iniciais avançam com informação mais detalhada acerca da composição do conselho, que naturalmente integraria alguns capitães e elementos da nobreza, se bem que nem sempre seria fácil estabelecer uma distinção entre ambos, porque, quase sempre, havia uma coincidência entre a hierarquia militar e o topo da pirâmide nobiliárquica:

e. **Afonso d'Albuquerque**, Governador, [...], chegando a Angediva, com toda'armada, **fez conselho com todos os capitães, e fidalgos que erão pera yssó**, em que elle propôs a practica, dizendo.³⁰¹

Anos antes da Batalha de Alcácer Quibir, em 1578, as *Ordenações Sebásticas* (1570) haviam introduzido alterações teóricas e práticas na *ars militaris*, facto que foi recenseado pela própria historiografia. Assim:

f. Antes que elrei [D. Sebastião] abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, posto em hum cavallo mui formoso acobertado, com a lança na maõ com o conto no chaõ, e o elmo alevantado, mandou chamar **o mestre de campo e os coronéis**, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse.³⁰²

No entanto, nem sempre esta informação pormenorizada é facultada pelos narradores/historiadores, optando geralmente por informes mais sintéticos acerca da constituição do conselho, concentrando-se apenas em termos como *capitães*, *principais* ou *grandes*.

Estas alocuções, restritivas e preparatórias do acto bélico, perfazem 21% do total das arengas enunciadas antes de batalhas terrestres, cifra que, por sua vez, duplica para 40%, em cenário marítimo/naval, antes de uma complementar batalha naval. Assinale-se, pois, que 40% ou 2/5 do total das arengas navais têm como alvo o conselho militar ou de guerra, de tal maneira que o mar é o factor que determina esta alta percentagem. Estas

³⁰⁰ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VI, Cap. CXXI.

³⁰¹ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, «Armada de Gonçalo de Sequeira. Ano 1510» Cap. XIX.

³⁰² António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

reuniões têm sempre uma liturgia associada, rica do ponto de vista da imagem e plenas de valor impressionista. Ordinariamente, o capitão-mor da armada coloca, em local bem visível da sua nau como a quadra, uma bandeira-signo. Ao ser avistada pelos capitães das naus que compõem a frota, rapidamente discorrem que o capitão-mor os convoca para a sua nau, deslocando-se para lá num pequeno barco, às vezes acompanhados de fidalgos e demais personalidades distintas, como vimos. Em alternativa, sobretudo em ocasiões de bruma cerrada que impede a visibilidade da bandeira, os capitães são convocados por meio de um emissário que, embarcado num bergantim, alcança as respectivas naves: *E o Governador pôs sua bandeyra na quadra, a que logo vierão os capitães, e fidalgos e gente d'armada.*³⁰³ Compreende-se que, por força da logística e da fortuna das correntes e dos ventos, 40% das arengas marítimas tivessem como auditório exclusivo, o conselho, desenrolado na nau do capitão-mor.

Acerca destas arengas proferidas em conselho antes das batalhas, cumpre dizer que são autênticos discursos preparatórios das acções bélicas que se irão seguir. Em consequência deste facto, estas alocações assumem uma extensão considerável, algumas prolongam-se mesmo por várias páginas e estão fortemente concentradas na respectiva componente instrutiva. Na verdade, o capitão-mor aproveita não só para representar o inimigo, propondo a estratégia militar a desenvolver, como também para vincar a importância daquele combate, tanto para o reino, como para a sobrevivência e expansão do Cristianismo. Frise-se que a força ilocutória da arenga do capitão-mor só produziria o subsequente efeito junto dos restantes soldados que compunham tanto a armada como o exército terrestre, se, por sua vez, cada um dos capitães que estivera no conselho reproduzisse as palavras do capitão-mor junto dos homens da sua companhia.

Por último, uma arenga produzida no meio de uma batalha, já não se dirige especialmente ao conselho, muito raramente tal sucede, os receptores já não são os capitães e os principais, assim como os motivos que a desencadeiam são também, obviamente, distintos. Estamos, pois, a falar de arengas localizadas, geralmente muito breves, de alto conteúdo protréptico, quando o destinatário se encontra em dificuldades e é necessário insuflar-lhe ânimo, despertando-lhe a nobreza de lutar por uma causa justa. É o que sucede, quando D. João I acode à primeira ala do exército que fraquejava. Em magnífico símile, o rei acode aos seus, como a leoa corre para salvar do furto as respectivas crias:

³⁰³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, «Afonso d e Albuquerque, segundo governador», Cap. XVI.

h. Qual parida Lioa fera e brava
Que os filhos que no ninho sós estão
Sentio, que em quanto pasto lhe buscava,
O pastor de Massilia lhos furtara.

Corre raivosa, e freme, e com bramidos
Os montes sete Irmãos atroa e abala,
Tal Ioane com outros escolhidos,
Dos seus, correndo acode aa primeira ala:³⁰⁴

No entanto, estas breves e parcelares exortações destinam-se, essencialmente, àqueles que, por medo ou por resignação, se preparam para desistir de combater ou fugir. São discursos dirigidos, repetidamente, aos que fogem:

i. o que elle fez só com doze que o seguirão, porque **os outros todos voltarão fogindo**, como fazião os de pé; com que o capitão, vendo que lhe fogião, bradou: «Ah, rapazes, avey vergonha, que vosso capitão, só, vay a morrer, e livrar a bandeira, que está cerquada de mouros!»³⁰⁵

Como vimos, são discursos que, por meio da reprovação e até da humilhação desses comportamentos, procuram recuperar soldados para a luta.³⁰⁶ Os qualificativos usados tanto pelo narrador/poeta como pelo capitão-mor que arenga são, por vezes, aviltantes:

j. Outros de todo **entregues, e rendidos**
A hum vil, e torpe medo, dam as costas
Aos imigos, fogindo, sem lembrança
De infamia, ou de deshonra, todos cegos
Desatinados, vam lugar buscando
Para salvar as vidas; que isto era
O que entam lhes lembrava; e como visse
O Capitam mor este caso feo,
Vay correndo a detellos, **affrontando**
Os mais acovardados, com palavras,
Que os rostros lhe tornava em cor sanguinha,
Dizendo: «**Onde fugis, ô fracos homens**
Aonde intentais yr mezquinha gente?»³⁰⁷

Claro está que a análise e a interpretação dos receptores agora efectuada será complementada e aprofundada com a caracterização tipológica das arengas, a efectuar no capítulo seguinte desta tese.

³⁰⁴ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 36-37.

³⁰⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXV.

³⁰⁶ Cf. Hom. *Il.* 3.223-421. Nesta longa *epipólesis*, Agamémnon, com palavras furiosas, repreende os Argivos que se preparavam para fugir e exorta-os a combaterem com nobreza os Troianos.

³⁰⁷ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII.

De seguida, passamos, a identificar os estilos por que esses mesmos discursos são reproduzidos e apresentados nas obras literárias, descortinando, as inerentes implicações narratológicas.

5. OS ESTILOS DISCURSIVOS

Como temos acentuado, a inserção de discursos militares na historiografia é um recurso que remonta aos primórdios deste género literário, a historiografia grega. Por um processo de imitação, os subsequentes historiadores gregos e latinos tornaram-se permeáveis à inclusão de tais alocações militares proferidas pelos grandes protagonistas das suas histórias, como forma de imprimir maior fulgor ao relato dos respectivos feitos, na senda do pioneirismo de Tucídides. É inegável que na base desta inovação está a progressiva aproximação que historiografia clássica foi tendo com o mundo da retórica, facto que contribuiu para que as arengas militares acabassem por se tornar mais um produto literário pleno de tópicos retóricos, do que propriamente um atestado fiel da verdade histórica.

Por outro lado, no que especificamente diz respeito à arenga militar, é reconhecido que o primeiro e o mais influente modelo de discurso exortativo da literatura grega é o homérico.³⁰⁸ Efectivamente, na *Ilíada*, o poeta inseriu um respeitável número de arengas, maioritariamente pronunciadas no decurso de uma batalha, de maneira que se trata de breves discursos e em estilo directo. Resulta daqui que, desde os primórdios, a épica foi um dos géneros literários que mais guardou uma relação estreita com a historiografia, acabando essa conexão por se tornar ainda mais estreita na época romana. Este aspecto fica desde logo comprovado com a partilha de idêntico sentimento nacionalista tanto pelos *Annales* de Énio, como pelo *Bellum Punicum* de Névio.³⁰⁹ Já na época imperial, atravessada por um saliente sentimento patriótico, a eliminação de barreiras entre os dois géneros tornou-se mais evidente, de tal maneira que a história se poetizou, enquanto a épica se encheu de dados históricos, sendo ambas tocadas pela retórica. Assim, ainda que diferentes, os dois géneros acabam por partilhar os mesmos recursos, como descrições de exércitos e de batalhas, campanhas militares e discursos.

³⁰⁸ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 231).

³⁰⁹ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 342).

Estas asserções válidas para a historiografia e épica latinas, são igualmente válidas para a historiografia e épicas portuguesas renascentistas, como já em outro ponto desta investigação tivemos ocasião de aprofundar. Na verdade, enquanto as epopeias e os poemas heróicos celebram a gesta portuguesa alcançada nos vários teatros mundiais, já a historiografia, como a de João de Barros e mesmo a de Diogo do Couto, interrompe assiduamente a sua narrativa dos feitos, para nela interpor, entre outros recursos, discursos como arengas militares.

Várias são as estratégias usadas por poetas e por historiadores para reproduzirem e inserirem, nas suas obras, estes mesmos discursos militares: por vezes, acolhemos, enquanto leitores, estes discursos pela voz dos respectivos emissores/protagonistas históricos, estratégia amplamente reconhecida como discurso ou estilo directo. Em alternância, os poetas, mas sobretudo os historiadores/narradores optam, eles mesmos, por reproduzirem, em diferido, as alocações militares, técnica designada por discurso ou estilo indirecto. De seguida, apresentamos a frequência com que emerge cada um dos estilos discursivos nos dois géneros literários em causa, propondo interpretações para os dados apresentados.

Começemos pela épica, uma vez que nela residem as primitivas manifestações de arengas militares. Logo na *Iliada* de Homero, o facto de a maioria das arengas ser proferida pelos heróis gregos e troianos, durante as refregas, tem como consequência imediata que as mesmas sejam não só breves, mas também em estilo directo. Por sua vez, já na épica latina, é também, massivamente, em estilo directo que tanto César, como Aníbal, arengam às suas tropas, respectivamente, na *Farsalia* de Lucano e nos *Punica* de Sílio Itálico. Chegados ao século XVI, a análise dos poemas épicos portugueses confirmou, em absoluto, que o estilo directo se havia cristalizado como a estratégia discursiva eleita pela épica, para a representação de arengas militares. Efectivamente, de um universo de 31 arengas, tanto em língua portuguesa (19), como em língua latina (11) e uma em castelhano, 29 das alocações, ou seja 93,54%, apresentam-se em estilo directo. Deste universo, 14 são proferidas nos momentos (dias ou horas) que antecedem a batalha, facto que contribui também para a sua maior extensão relativamente a outras proferidas durante o acto bélico.

Regra geral, estas extensas arengas prévias estão outorgadas à categoria dos heróis, sendo os respectivos momentos de enunciação coincidentes com batalhas decisivas para a manutenção/expansão do império português. Ora, é isso que se passa com aquela célebre arenga de D. João de Castro, discurso largamente reproduzido pela

historiografia do século XVI, proclamada nas vésperas do assalto final da coligação liderada pelo rei de Cambaia a Diu, em sequência do segundo assédio desta a esta cidade-fortaleza. Jerónimo Corte Real, no *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, dá-nos uma versão épica desse emocionante discurso:

a. Acabandose a Missa derradeira,
O Visorey chamou quantos fidalgos,
Capitães, e soldados ali estavam;
Vendoos a todos juntos com silencio
Com alta voz, começa estas palavras:
«**O nobres Portugueses, se a grandeza
Do animo que em vós claro estou vendo,
E essa grande alegria verdadeira,
Que todos amostreais, me parecesse
Que de temeridade procedia,
Tivera o coraçam menos alegre.
Mas como sey muy certo, que vos hembra
Quem sois, e o que deveis áquella fama
Dos nossos Portugueses ja passados,
Nam há cousa que aqui me faça triste.
Porque elles nam somente se tiveram
Por contentes, vencendo muitas vezes
Exércitos em Affrica com pouca,
E mal provida gente; mas ainda
Aos valentes Romãos, que conquistavam
Quasi todas as partes do universo,
Deram muito trabalho, e sendo poucos
Forão mil vezes delles vencedores.
Alembrovos a todos as victorias
Que aqui neste lugar, os nossos sempre
Destes mesmos inimigos alcançaram.
Lembrovos que a batalha há de ser rija,
Perigosa, e cruel, em ambas partes,
E que elles fogirám, ou nós seremos
Ao ímpeto, e furor delles rendidos.
Pois bem sabemos todos que esta gente
Pellejará a mais della com frieza,
Sem muito se arriscar, porque bem sabem
Por quam pouco interesse se aventuram;
Pois nesta fortaleza, mais de pressa
Acharám cruéis mortes, que thesouros,
Nem mais outro proveito, os que acabarem
Que penar para sempre la no inferno.
A esperança lhe falta de poderem
Alcançar de Mamude grandes prémios,
Por ser o seu thesouro já gastado,
Em guerras que tem sempre tam continas.
Mas nós outros vencendo, temos certa
Hũa fama gloriosa, em todo o mundo;
Temos delRey merces, temos favores,
Temos em fim fazer o que devemos
Por Deos, por nossa pátria, e por quem somos.
O proveito que disto se nos segue,
Alem destas razões que ja vos disse,
He que ficando agora vencedores,
(O que eu senhores tenho por muy certo**

Pois que temos a Deus por nossa parte;)
Nunca mais os inimigos teram forças
Para se levantar; porque nos Turcos
Tem postas todas suas esperanças.
Os quaes, inda que sam fortes, e destros,
Nam se igualam com vosco com gram parte;
E sendo estes por vós aqui vencidos,
Serlhão tam dilatados os socorros,
Que de Tracia virám, ou Macedónia,
Como os que a nós nos vem da Lusitania.
A gente de Ásia he mais belicosa,
Que estes miseros Índios, e nam menos
He dos Turcos immiga que nós outros.
Pois o povo da Índia he costumado
A contino servir; e nam tem conta
Nem menos lhe da nada da victoria.
Pondo estas cousas todas ante os olhos,
Assi vos esforçay, como se visseis
El Rey nosso senhor aqui presente,
O qual ha de julgar vossos trabalhos,
E ha de remunerar vossos serviços.
E ainda que este Rey tam poderoso
Ausente está de nós, vos encomenda
Que olheis ca por sua honra, que está posta
No fim desta batalha, no sucesso,
Que está ser mão, ou bom nos vossos braços.
Esforçai vos valentes Portugueses,
Que sois de Iesu Christo cavalleiros;
Esforçai vos leaes e bõs vassallos,
Ou por melhor dizer, amados filhos
Del Rey de Portugal. Pelejay todos
Com grande coraçam, que aqui vos guia
IESU crucificado, (sto dizendo
 Levanta hum Crucifixo, que adorado
 Foy de todos ali com reverencia,
 E grande devaçam) **pois atestemos**
Se com tal Capitam averá cousa,
Que possa contrastar o furor grande,
E a força dos soldados que o seguirem.
Cometamos com força estes inimigos,
Da Sancta, e sacra Fé que professamos,
Mostremos lhe, que mais val a pequena
Copia de corações nobres, e fortes,
Que a immensa multidam dos seus covardos,
Perversos, desleaes, e fementidos».
 Dizendo estas palavras, lhes pergunta
 Se lhe parece bem, (e lho aconselhem
 Lhes pede) que a batalha apresentada
 Seja sem mais tardança; e disto todos
 Soldados, capitães lhe dem resposta.³¹⁰

A partir da sua leitura, logo se concluirá que esta alocução é fruto do labor do poeta, tendo nela aplicado com precisão e com engenho o cinzel da retórica. Na verdade, reconhece-se que esta extensa arenga resulta, em primeiro plano, de um exercício de amplificação das breves e assertivas exortações que D. João de Castro teria dito aos

³¹⁰ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

portugueses sitiados na fortaleza indiana. Nesse processo de amplificação, o poeta, além do espartilho do hexâmetro, modelou interna e argumentativamente o discurso à luz da tradição retórica prévia. Rapidamente, se observa que está organizado numa primeira componente instrutiva, onde são caracterizadas as forças portuguesas e as forças inimigas, pondo-se em relevo a superioridade moral e histórica lusa face à multidão turca. Já com a componente exortativa, marcada por imperativos e conjuntivos, apela-se para a guerra contra os perversos inimigos de Cristo. Para além destes, praticamente o poeta esgota o catálogo de *topoi* retóricos conhecidos, aproximando-se bastante daquela lista³¹¹ que Fernando Oliveira propõe na *Arte da Guerra do Mar*. Assinale-se ainda que, do ponto de vista formal, o discurso prima por uma constante e variada adjectivação (*Que a immensa multidam dos seus covardos /Perversos, desleaes, e fementidos*), por um léxico do campo semântico da guerra e por repetidas referências à divindade, tudo para que o mesmo discurso seja atravessado por uma imanente tensão dramática. Todas estas características conferem à alocução do vice-rei em particular e ao poema épico em geral, um tom alto e grandiloquente, no entanto essa elevação só se torna nítida e clarividente graças ao discurso directo. De facto, como o comprovam as estatísticas de uso, o discurso directo é o que melhor se ajusta à épica, pois muita da expressividade dramática do género épico passa pelo uso do discurso directo. Com efeito, ele arrebatava o leitor para o cenário bélico e torna-se ouvinte e receptor do discurso. Ao contrário, este discurso ou outro similar veria diluído o seu *pathos* se, ao invés, o narrador o transmitisse em estilo indirecto. Ora, é isso que exactamente sucede com a única arenga em estilo indirecto, proferida por D. Jaime nas campanhas da Azamor e que está inserida no poema heróico³¹² do poeta áulico, Luís Henriques. Ainda que o herói desta campanha debuxa aos principais o exemplo da organização romana como virtude para o bom sucesso militar, a verdade é que o discurso acaba por não sobressair dramaticamente da narrativa dos feitos.

Porém, de entre todos os poetas que escreveram poemas épicos, nenhum excede o patetismo que José de Anchieta imprimiu ao seu *De gestis Mendi de Saa*. Enquanto os outros poetas, por pudor literário, se eximem de pormenorizar os horrores da guerra, não assim é Anchieta. De facto, o leitor quase sente a dor das cutiladas, pode aspirar o odor do fogo, por muitos versos escorre o vermelho vivo do sangue, tudo envolto num paleta

³¹¹ Cf. ponto 1.5 desta tese.

³¹² Luís Henriques, *Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi*, vv. 57-104.

de cores que caracteriza não só a guerra como o exotismo do Brasil, tudo potenciado pelo uso do discurso directo:

b. flagrat intus amor, vel caede cohortes
Perdere crudeles merita, vel funere vitam
Pugnando, **patriamque suo servare cruore.**
Atque: «O victores socii, quibus **arma ferusque**
Ensis adhuc squalet, **scelerato et sanguine** dextrae;
Acceleremus, ait, victosque ruamus in hostes,
Dum trepidant, pavidosque agitat certaminis ingens
Terror adhuc gemini, quo **procubuere gementes,**
Atque acceperunt versis immania tergis
Vulnera; **vel saevos perdamus funditus hostes,**
Auxiliante Deo, vel pulchro funere arenam
Sternamus!» Sic fatus abit (**simul omnibus idem**
Ardor inest),³¹³

[...] uma de duas, ou acabar com as hordas bárbaras ou deixar no combate a vida, comprando com o sangue a vitória da pátria. «Meus companheiros vencedores, diz, a vossa espada valente, armas e destros estão tintas ainda do sangue maldito; sem tardar, lancemo-nos contra o inimigo vencido, enquanto o abate o terror das últimas duas batalhas; vedes quantos aí estão prostrados a gemer moribundos, quantos outros na fuga receberam mortais ferimentos; ou exterminar de vez esta raça felina com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia gloriosamente». A estas palavras, parte (a todos devora o mesmo fogo).

Em síntese, todas estas licenças criativas que estão associadas à épica resultam claramente de um acordo tácito estabelecido entre o poeta e os leitores. De facto, mais do *docere*, a épica visa *mouere* e sobretudo *delectare* os leitores, para os quais a clara certidão da verdade não é exactamente o objectivo da leitura deste género de obras literárias. Por tudo isso, é o discurso directo que melhor se adequa ao carácter grandiloquente da épica e que, desde Homero, adquiriu *carta de natureza*.³¹⁴

Passemos agora à análise do estilo discursivo nas arengas historiográficas. Nesta matéria, há que pôr imediatamente em relevo que o *corpus* contempla historiografia em língua latina e em língua portuguesa, uma vez que cada uma evidencia comportamentos opostos. Antes, porém, de iniciarmos a análise pela historiografia portuguesa em língua latina, vejamos, precisamente, algumas características da historiografia antiga, latina. Ora, a historiografia romana privilegia o discurso indirecto como estratégia de inserção das arengas militares na narrativa dos feitos, numa percentagem que atinge os 60% do universo total de arengas em consideração.³¹⁵ Tal cifra mostra que os historiadores latinos patenteavam uma preferência pelo discurso indirecto,

³¹³ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, vv. 535-546.

³¹⁴ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 359).

³¹⁵ Cf. CARMONA CENTENO *et al.* (2008: 552).

como consecuencia de la naturaleza más descriptiva y en principio más aséptica y veraz de los hechos del género historiográfico, así como por la posibilidad que el estilo indirecto ofrece al historiador de enjuiciar los propios hechos, de reflexionar sobre sus causas y condicionamientos y, en definitiva, por la dependência del historiador com respecto a la *lex veritatis*.³¹⁶

Decorre daqui que, em comparação com a épica, o estilo indirecto das arengas historiográficas se ajusta, por princípio, à linguagem tendencialmente menos erudita e mais expositiva da obra histórica, de tal maneira que é lícito crer que estes discursos parecem estar mais próximos das breves exortações que um general efectivamente poderia pronunciar num campo de batalha. Esta teórica maior preocupação com a verdade dos factos, leva a que a historiografia não se concentre excessivamente apenas com os *acta*, como sucede com a épica, mas que procure também averiguar as motivações e as consequências desses mesmos feitos, saindo favorecido, pela *narratio*, o discurso indirecto das alocações. Efectivamente, o discurso abre a possibilidade ao narrador/historiador de razoar sobre palavras e acções dos protagonistas, evidenciando, por exemplo, partes ou argumentos do discurso que apoiem o seu juízo. Por isso, estas arengas indirectas, mais ajustadas às reais e breves exortações do general, são menos extensas do que aquelas que são expressas em discurso directo, havendo casos em que se torna claro que houve mesmo um processo de resumo/compressão, patenteando-se o essencial do discurso, tal como acontece nesta arenga de Marcelo, durante a Segunda Guerra Púnica:

c. Al día siguiente se presentaron conforme a la orden ataviados y armados; el general los felicita y anuncia **que va meter en primera línea a quienes empezaron la fuga el día anterior y a las cohortes que habían perdido sus banderas; ahora sus disposiciones eran que todos debían luchar y vencer, y todos y cada uno debían esforzarse para que la noticia de la fuga del día anterior no llegara a Roma antes que la victoria del día presente.** Después les mandó fortalecer sus corpos con alimentos³¹⁷ [...]

Volvemos agora os olhos para a historiografia quinhentista, primeiramente para aquela que foi produzida em língua latina, tal como há pouco anunciáramos. Esta historiografia contribui com 20 arengas para a constituição do *corpus* total, expressando-se 5 (25%) em discurso directo, enquanto 15 (75%) se inserem na narrativa dos feitos em discurso indirecto. Interpretamos estes dados pelo facto de historiadores, como Diogo de

³¹⁶ VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 360).

³¹⁷ Liv. 27.13. 11-13; (trad. de GASCÓ y SOLÍS: 2009).

Teive, Damião de Góis e Jerónimo Osório, cumulativamente distintos humanistas, terem procurado, porventura, aproximar a respectiva *ars scribendi historiae* da congénere romana, num tempo de forte influxo cultural greco-romano. Por outro lado, a questão do género historiográfico adoptado pelos dois primeiros historiadores, o *commentarius*, monografia de extensão limitada, que tem como estratégia maior de argumentação a incontestabilidade e a imposição dos factos bélicos narrados, condicionou certamente o recurso a mecanismos retórico-literários mais elaborados e amplificados, como o discurso directo. De facto, os *commentarii*, objectivamente focalizados num pragmatismo informativo, orientam o leitor para a coisa narrada, as *res gestae*, de maneira que, em consequência, se tornam limitados os recursos de persuasão como acontece na oratória.³¹⁸ Na verdade, os acontecimentos narrados assumiam a força ilocutória suficiente para persuadir os leitores, europeus e letrados, de que os portugueses, num cenário de guerra extremamente sangrenta, tinham não só a coragem, mas também o saber estratégico para sustentar ou empreender assédios a cidadelas. Por isso, o discurso indirecto, mais breve e mais despojado retoricamente, é o que se acomoda melhor a este género historiográfico.

Apesar de tudo, nem Teive, nem Góis conseguem resistir aos tentadores apelos tanto da retórica como do patriotismo/patetismo inerente aos factos narrados. Efectivamente, nos momentos de maior tensão dramática que genericamente coincidem com decisivos eventos militares, introduzem os discursos dos protagonistas em estilo directo. No seu *Commentarius* (1548), Diogo de Teive, no auge de tensão dramática que envolve o prestes e decisivo assalto das forças turcas e guzarates, comandadas por Rumeção, à fortaleza de Diu, insere uma longa arenga em discurso directo pronunciada pelo governador D. João de Castro, acabado de ali chegar, vindo de Goa. Reunidos todos os combatentes num local elevado da fortaleza, donde todos o pudessem avistar, e depois de ter sido celebrada a missa pelo franciscano António do Casal, o governador profere um dramático discurso, no qual evidencia a necessidade de resistirem e vencerem aquele transe, insistindo no *topos* do *ultimum ac maximum telum*, uns não-de vencer e os outros não-de ser postos em fuga:

d. [...] alteri scilicet vincent, alteri fugient. Neque enim aequa illis et vobis proposita sunt vel pericula, vel praemia. **Nobis enim victis a tergo Oceanus tempestatibus inuius, Lusitania quam petamus toto terrarum orbe interiecto dissita, arx in quam fugiamus diruta, neque si incolumis sit, aliae supersunt copiae unde subsidia expectemus.** Illis contra pugnantibus omnia

³¹⁸ Cf. OSÓRIO (2003: 168).

infesta, fugientibus a tergo latebrae, et spes plerisque redeundi ad suos, ad quos ut revertantur, homines barbari, ne ignominiae quidem notam reformidant.

[...] uns hão-de, seguramente, vencer, os outros hão-de pôr-se em fuga. Nem estão, portanto, assegurados, a eles e a vós, prémios ou riscos de igual valor.

Nós, em caso de derrota, teremos atrás o oceano, vedado por força das tempestades; Portugal, para onde havemos de encaminhar-nos, está de nós separado por se interpor de permeio todo o orbe terrestre; a fortaleza para onde podemos fugir está arrasada; e, ainda que se mantenha intacta, não nos restam mais tropas de que possamos esperar ajuda.

Eles, por seu turno, em caso de combate dispõem-se a todos os danos, e em caso de fuga, têm na retaguarda refúgios e, para muitos, a esperança de regresso para junto dos seus; quando para junto deles voltam, os homens bárbaros nem sequer temem a mancha da ignomínia.

A fim de introduzir um pico de dramatismo, D. João aponta para a imagem de Cristo crucificado, declarando que, com aquela bandeira, tem certa a vitória, ainda que avance sozinho. À conclusão da arenga, gerou-se um enorme clamor entre a multidão de soldados, requerendo que ele os comandasse, quanto antes, contra o inimigo. A este propósito, assinala-se a similitude com o poema épico de Jerónimo Corte Real.

Também Damião de Góis, no seu opúsculo de 1544, relativo ao cerco de 1538, se deixara tocar pela retórica, inserindo na narrativa uma breve arenga em discurso directo, pronunciada em combate, pelo então capitão da fortaleza de Diu, António da Silveira:

e. Eo dum omni celeritate festinat, suos atque hostes promiscue non super moenia, sed in ipsa arcis area dimicantes, vel potius tumultuantes, aut fluctuantes invenit. Quo viso, elatus animi magnitudine uoce sublimi inquit: «Mei Christiani, Lusitanique milites, mementote fidei, patriae, parentum, mecumque corpora instar martirum constanter pergite sacrificare».

His dictis, **veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium catervae se protrudit, huc illucque iter aperiens, suosque veluti oves ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, unde venerant, brevi temporis spatio reiecit.**³¹⁹

Até que se apressa com toda a velocidade, [e] encontra os seus e os inimigos misturados, não sobre as muralhas, mas dentro da própria área da fortaleza lutando, ou melhor, fazendo tumulto, ou vacilando. E visto isto, exaltado pela grandeza do seu ânimo, com voz sublime, diz: «Cristãos meus e soldados Portugueses, lembrai-vos da fé da pátria, dos pais, e continuei vigorosamente a sacrificar comigo com firmeza os corpos à imagem dos mártires.»

Com estas palavras, **como um leão com a boca cheia de sangue, tendo brandido a espada, lançou-se para o meio da multidão, abrindo caminho para aqui e para ali, arrancando os seus como ovelhas das fauces dos lobos, atira os inimigos como uma bola para o lugar de onde tinham vindo**, num breve espaço de tempo.

Para além do apelo de Siveira aos portugueses para o martírio, sobressai o símile presente no *engarce* final, em que o capitão, qual leão ensanguentado, vai resgatar os seus das garras dos inimigos. Sobressai ainda a repetição da expressão adverbial *huc illuc*, retoricamente consagrada. Nem sempre, pois, nestas monografias breves, os humanistas se sustiveram perante a premente força centrípeta da retórica.

³¹⁹ Damião de Góis, *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio*, 71.

Uma outra estratégia é a de empregar, num mesmo discurso, os dois estilos, procurando com essa súbita inflexão discursiva, provocar efeitos retórico-dramáticos subjacentes. Ora, o estilo directo é derivado para a parte mais importante do discurso, tentando-se aumentar não só a força ilocutória da argumentação, como também a tensão dramática da alocação, persuadindo e deleitando, por extensão, o leitor. Isso acontece, no já citado opúsculo de Teive, quando o capitão da fortaleza, D. João de Mascarenhas, a meio da sua arenga introdutória, expressa até então em discurso indirecto, é confrontado com a cobardia de alguns, sugerindo que era melhor entregarem-se para se salvarem. Exasperando-se o capitão, eis que a mudança de estilo acompanha o tom e a força ilocutória do discurso;

f. Quod autem sibi nonnulli forte persuadent commodius, et ad salutem tutius, id ego – inquit - **non modo foedum, et flagitiosum, sed longe omnium perniciosissimum reor.**

Quanto enim satius est gnaviter ac strenue dimicando gloriose occumbere, quam se turpiter dedendo tormentis lacerari, crudilissimo, foedissimoque mortis genere obtruncari?³²⁰

Mais uma técnica para aproximar a narrativa do leitor. A análise efectuada até ao momento demonstra que o comportamento da historiografia portuguesa se aproxima dos procedimentos discursivos que podem ser identificados na historiografia latina. É hora de alargar o leque de observação para a historiografia portuguesa, mas agora escrita em vernáculo. Ora, é aqui que os dados surpreendem e se afastam das conclusões preliminares, entretanto, avançadas.

Ao contrário da historiografia portuguesa produzida em língua latina, a historiografia redigida em língua portuguesa revela uma clara e inequívoca inclinação para o discurso directo. Assim, foram identificados 116 discursos em estilo directo, representando uma cifra de 71% do total das arengas historiográficas presentes no *corpus*. De seguida, propomos uma interpretação para esta tendência discursiva.

Antes, porém, recordemos o processamento narrativo do discurso directo. Sempre que uma arenga se intromete na narrativa dos feitos, imediatamente esta é temporariamente suspensa. O narrador, em *engarce* prévio, informa o narratário/leitor de que uma determinada personagem se adianta, por um motivo apontado, para discursar a

³²⁰ «Mas o que alguns lhe sugerem ser porventura mais fácil e mais seguro para alcançar a salvação, isso, acrescentou, **«considero-o não apenas indigno e infame, como a mais arriscada das soluções. Quanto mais não vale cair gloriosamente, combatendo com coragem e bravura, do que, entregando-se, de forma vergonhosa, ser dilacerado por torturas e massacrado na mais cruel e indigna espécie de morte?»**»

um auditório. Imediatamente, o orador-militar, na primeira pessoa, produz uma alocução mais ou menos longa, de acordo com as circunstâncias, findo o qual, geralmente numa oração participial, anuncia o termo da arenga. Consecutivamente, a narrativa é retomada.

Ora, no nosso entender, a inclinação dos historiadores, utilizadores da língua vernácula, para o discurso directo como estratégia para a exposição das alocuções militares, está relacionada com o quadro cultural e ideológico do século XVI. Assiste-se agora, como se assistira na Roma imperial, a uma transferência biunívoca de temas e tendências literárias entre a épica e historiografia, fruto não só dos influxos culturais renascentistas, mas também como resultado do clima de epopeia que se vivia em Portugal em grande parte do século XVI. Concretizando, enquanto a épica recebeu da história uma extensa relação de dados históricos, já história foi buscar à épica a erudição, a grandiloquência. De facto, os historiadores procuraram também, como a épica, celebrar os sucessos militares e os seus protagonistas, e uma forma clara de o fazer, passou por colocar em palco esses mesmos heróis a proferirem alocuções em estilo directo, retoricamente bem elaboradas, aumentando assim o interesse e o dramatismo das suas obras históricas. Intentavam os historiadores, não só moverem, mas sobretudo deleitarem os seus leitores, semelhavelmente à missão dos poetas.

Por outro lado, o facto de escreverem em português e para um público que se expressava também em português, terá também favorecido a opção pelo discurso directo. Num ambiente de exaltação da história-pátria, é o discurso directo que emotivamente se ajusta a esse ambiente, pois o discurso indirecto perde em emotividade em confronto com o discurso directo. De forma que, o estilo directo foi também uma estratégia para tornar os leitores portugueses participantes da gesta nacional.

Cumpram também dizer, relativamente ao momento de enunciação, que 70% das alocuções em estilo directo ocorrem antes das batalhas, percentagem que ascende a 79% nas arengas pronunciadas no meio de batalhas. Relativamente às arengas em estilo directo proferidas antes de batalhas, os historiadores fazem-nas coincidir com os grandes eventos militares em que estiveram envolvidos os portugueses, no século XVI, a fim de criar, na narrativa, um momento de tensão dramática. Estamos a falar de arengas extensas, algumas estendem-se por várias páginas, de modo que têm de resultar necessariamente da reelaboração retórica efectuada pelos historiadores. De facto, o momento de tensão que assola um exército nos momentos prévios ao início de um combate inviabilizaria discursos longos e plenos de uma linguagem que se afasta da oralidade. Ora, ao contrário dos discursos de assembleia ou de embaixada que costumam

ser comprimidos, as arengas, sobretudo estas de que agora tratamos, são o resultado de um processo de amplificação retórica sobre as exortações breves do capitão no campo de batalha. É assim que as devemos entender, reconhecendo as distintas funções que desempenham numa narrativa histórica, entre as quais, a de elevar o dramatismo da *narratio*, provocando emotivamente o leitor, cumprindo, neste aspecto, um papel idêntico ao das congêneres presentes na épica, ainda que, formal e linguisticamente, as arengas da historiografia demonstrem menor elaboração. Por outro lado, são um instrumento privilegiado para a construção da personagem-orador.

Olhemos agora para as arengas em estilo indirecto que perfazem 24% do universo total de alocações militares historiográficas em língua portuguesa. Pelas razões acima apontadas e ao contrário dos historiadores latinos, os autores portugueses foram menos sensíveis ao uso do discurso indirecto, contrariando assim a tradição retórico-historiográfica. Acabámos de propor interpretações para aquela manifesta preferência pelo discurso directo. Em todo o caso, tal não impede de reconhecer que o discurso indirecto seja o que melhor se ajusta ao carácter factual da historiografia, pela sua tentativa de aproximação ao que foi feito e também dito, enfim, ao grau de comprometimento que a historiografia tem com a *lex veritatis*. Ao invés, o discurso directo conforma-se com a emotividade e impressionismo inerentes à épica.

Além do mais, enquanto a épica se centra nos feitos, a historiografia interessa-se também por averiguar as causas e as consequências desses mesmos feitos, de forma que o estilo indirecto permite ao historiador ajuizar sobre esses factos, uma vez que o estilo indirecto licencia o historiador para modelar o discurso, focalizando alguns tópicos e em detrimento de outros. Pode inclusivamente comprimir o discurso com efeitos justificativos, como o caso seguinte colhido em Diogo do Couto, em que um capitão indiano acicata o ódio contra a presença dos portugueses. Ainda que o *engarce* inicial aponte para uma extensa arenga, a verdade é que se trata de um breve discurso, em que o narrador acaba por vincar a perfídia dos portugueses:

g. Pera isto fez chamamento de seus Capitães, e lhes fez sobre isto huma **grande falla**, em que lhes representou a obrigação em que elles, como vassallos tão leaes, estavam de satisfazerem as affrontas, que tinham recebido dos Portuguezes; e como havia tantos annos que lhe comiam as suas terras firmes de Salcete, e Bardés, que lhes deram por mandar Mealecan pera Portugal, o que nunca os Governadores da Índia lhe quizeram cumprir: e que elle agora, pois lhe tinham dado tamanha occasião, queria lançar mão do que era seu, e que determinava de mandar descer seus exércitos abaixo;³²¹

³²¹ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

Em face do exposto, é fácil legitimar a justa guerra dos portugueses, como resposta às agressões de que teriam sido vítimas.

Se nos detivermos agora em aspectos formais, divisaremos que o modelo de discurso indirecto mais comumente repetido é, afinal, uma imitação do discurso directo. Significa, portanto, que para ser inserido na narrativa dos feitos, necessita também de um *engarce* inicial que identifica emissor, receptores e o motivo da alocução. Depois uma ou várias orações completivas [1], geralmente introduzidas pela conjunção subordinativa *que* [2], dependente de um verbo declarativo ou exortativo [3], reproduzem o conteúdo da arenga, enunciado pela voz selectiva do narrador. Um *engarce* final [4] anuncia o fim da exortação e recomeço da narrativa dos feitos:

h. Mas nisto chegou dom Iorge e começou de **bradar** [3] **que** [2] **se chegassem ao muro** [1], e eles não derão por isso e deixarãse estar quedos. E como ele era muyto esforçado, passou a diante com hũa espada dambas as mãos, dizendo. Que pois não querião pelejar, que ele queria ser ho primeyro que recebesse a morte, antes que padecer tamanha vergonha. **E dizendo isto**, [4] e chamado por Santiago, remeteo a hũ portal que estava na tranqueyra por onde os de dentro se servião.³²²

Este género de configuração do discurso é designado pelos estudiosos como estilo indirecto mimético.³²³

Concluindo acerca do estilo indirecto e tendo em conta os dois exemplos anteriores, compreende-se que os historiadores de quinhentos demonstrem preferência pelo discurso directo, uma vez que o discurso indirecto perde claramente em patetismo. Ora numa época como o Renascimento, a opção pelo discurso indirecto é compreensível num quadro mais geral em que a obra histórica não era apenas um simples repositório de factos históricos, mas era também recebida como obra literária e erudita.

Como já tivemos ocasião de dizer a propósito da historiografia em língua latina, um mesmo discurso pode ser parcial e respectivamente expresso em estilo indirecto e estilo directo, geralmente por esta ordem. Podemos designá-lo por discurso/estilo misto. A intenção desta alternância discursiva visa criar um pico de tensão dramática, havendo por vezes uma correspondência entre a parte discursiva em estilo directo e a componente exortativa de uma arenga [1], onde reside a maior força ilocutória da alocução, geralmente marcada por conjuntivos e imperativos exortativos:

³²² Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VIII, Cap. V.

³²³ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 60).

i. O viso-rei [...] andava como um leão feroz matando e ferindo os mouros mui animosamente, outras vezes dizendo aos soldados **que soubessem seguir a vitória que Deus lhes dava, a qual havia de ser a mor que nunca se no mundo visse, e que só para eles fora guardada aquela honra, que eles haviam de estimar por cima de todas as riquezas da vida.** Acabando de os animar com estas palavras tornou outra vez a dar «S. Tiago» dizendo: «[1]Cavaleiros animosos, fogem os mouros, apertemos com eles, não lhes demos lugar a que olhem para trás e vejam quão poucos somos! Façamo-los fugir apressadamente sem nenhuma maneira de ordem nem concerto!»! Com isto arremeteram os nossos a eles com tão grande ferocidade e braveza [...] ³²⁴

Raras vezes, porém, o narrador/historiador opta apenas por referir que um discurso foi proferido, sem, contudo, nos facultar a substância dessa mesma alocução. Estas referências podem, apesar de tudo, apresentar comportamentos distintos. Nuns casos, o narrador dá conta, em síntese, dos *topoi* da arenga, como exemplo seguinte: *esforçavão aos seus soldados ora com palavras cheas de esperanças de victoria, ora com exemplos de esforço pera os animar a não afrouxarem*,³²⁵ outras vezes, o narrador reporta o conteúdo da presente arenga para uma outra alocução previamente proferida, como o exemplo seguinte presente em Duarte Galvão: *Não cessava o Príncipe [...]correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes, trazendo-lhe á lembrança o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer*.³²⁶

Em alternativa, a única referência fornecida pelo narrador/historiador é a de que se pronunciou um discurso, sem adiantar mais nada: *mas não perdendo ponto em seu animo, posto em cima do toldo, animou os seus soldados com a brevidade a que o tempo deo lugar, e esperou os inimigos mui confiado em Deos nosso Senhor, a quem se encommendou muito do coração*.³²⁷

Chegados ao termo deste assunto, é tempo de sublinhar dois breves aspectos. Em primeiro lugar, reafirmar que os historiadores de quinhentos, dispendo de várias estratégias para inserirem as arengas nas narrativas dos feitos, seleccionam aquela que se ajusta à importância do evento tendo em conta o conjunto da narrativa dos feitos, procurando aumentar ou diminuir a tensão dramática que rodeia tanto o discurso como o acontecimento bélico associado. Um segundo aspecto é o de que, por força da retórica e da euforia expansionista de quinhentos, os historiadores portugueses procuram celebrar

³²⁴ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI, (IV Parte).

³²⁵ António de Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XX.

³²⁶ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XVI.

³²⁷ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. VIII.

os seus heróis e dramatizar as suas narrativas históricas, valendo-se de várias estratégias, como a inserção de alocações militares em estilo directo.

6. CONCLUSÃO

Terminado este capítulo, concluimos que a arenga militar é um discurso presente em distintos géneros da literatura portuguesa de quinhentos. Para a constituição do *corpus*, a prolixa historiografia memorialista dos fastos militares foi o género literário que mais contribui com *exempla*, seguida da épica que também logo despertou para a gesta lusitana, celebrando feitos e heróis. Finalmente, também a poesia novilatina não resistiu ao apelo da tradição retórica, de tal maneira que, num pequeno número de epigramas de Pedro Sanches e de André de Resende, podemos ouvir D. Luís de Ataíde, herói de Goa e Chaul, discursando diante dos seus militares.

Se a arenga é, tradicionalmente, uma prerrogativa das grandes figuras do estado e da hierarquia militar, a realidade literária portuguesa, sem contrariar essa norma, elegeu também como protagonistas-oradores deste género discursivo, personagens que, à partida, estariam arredados dessa função, designadamente religiosos e mulheres. Há certamente, por detrás desta amplitude discursiva, uma tentativa de demonstrar a participação de todos no esforço colectivo de edificação e manutenção do *imperium*.

Maioritariamente, estes discursos são transmitidos em estilo directo, estratégia retórica que visa presentificar e impressionar os leitores ou ouvintes, metendo-lhes pelos olhos adentro a cena que está a ser descrita. Estamos a falar naturalmente do conceito de *enárgeia*, de que Tucídides foi um mestre, mas que os historiadores subsequentes greco-latinos e também os portugueses exploraram a fim de evidenciar as potencialidades dramáticas dos discursos.

V. TIPOLOGIA

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, o enfoque recai na identificação e caracterização dos diferentes tipos de arengas presentes na literatura portuguesa de quinhentos. Para a constituição dessa tipologia, proceder-se-á, em cada um dos tipos discursivos, à análise de quatro parâmetros: forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção de mensagem; *engarces* identificadores; superfície (terrestre ou marítima) em que é proferida a arenga e extensão e conteúdo das linhas argumentativas. No final, esperamos deixar uma nítida descrição dos tipos de arengas presentes nas obras literárias produzidas em Portugal no século XVI.

2. OS TIPOS DE ARENGAS

A proposta de uma tipologia de arengas é um dos pontos fundamentais para alcançar o objectivo último desta tese: descrever o modo como a historiografia portuguesa do século XVI, bem como a épica coeva, acolheram e adoptaram, estrutura e formalmente, a arenga militar, cujas origens remontam à *Ilíada* homérica. Neste sentido, procuramos agora, evidenciar, do ponto de vista da tipologia discursiva, as características mais relevantes de arenga militar renascentista, pondo em destaque todas as peculiaridades adaptativas deste discurso milenar à realidade histórico-literária portuguesa de quinhentos.

Como previamente anunciáramos no capítulo I desta tese, aplicaremos ao actual *corpus* hitórico-épico, um ordenamento tipológico baseado no critério cronológico de pronúncia da arenga, ou seja, antes, durante ou depois da batalha, proposto por Iglesias Zoido (2008) e testado, nesse mesmo ano, na historiografia greco-romana. Trata-se de uma tipologia de discursos que apresenta vantagens significativas sobre as demais propostas tipológicas prévias, como a de Usher (1969) ou a de Hansen (1993). Na verdade, procedendo a um mais acutilante estudo das características e dos contextos narrativos em que se inserem as arengas nas obras historiográficas, Iglesias Zoido elegeu o momento de pronúncia de arenga, antes, durante ou depois de uma batalha, como o critério que melhor abarca e analisa a *variatio* do discurso militar.

Efectivamente, o momento de enunciação da alocução tem implicações óbvias tanto na extensão como no conteúdo retórico de cada um dos discursos. Assim, uma arenga pronunciada horas ou dias diante de uma assembleia de tropas ou perante um contingente de oficiais intermédios, favorece uma analítica componente didáctico-instrutiva, semelhante à do discurso deliberativo. Já uma arenga proferida após um combate, terá um conteúdo epidíctico, orientado para o louvor dos vencedores ou, em alternativa, para a reprimenda ou consolação dos vencidos.

No fundo, estamos a falar de um critério pragmático que tem em conta o contexto narrativo em que a arenga surge inserida, pois, a sua presença no relato dos factos, além de contribuir para o equilíbrio entre *res* e *uerba*, desempenha desde Tucídides, várias funções como a de apresentar a táctica que se há-de seguir ou ajudar a aclarar os reais motivos que estiveram por detrás de uma vitória ou de uma derrota, etc.

Assim sendo, confrontando critérios pragmáticos, retóricos e literários, Iglesias Zoido (2008: 531) propôs, para a historiografia antiga, uma tipologia que distingue seis tipos de arengas, e que foi aplicada por Carmona Centeno *et al* (2008) ao *corpus* de arengas de autores gregos e latinos. Ora, é essa mesma tipologia de arengas que agora aplicamos ao *corpus* português, procurando avaliar o seu processo de conformação, bem como de inovação formal e substancial.

Antes, porém, de passarmos à análise da tipologia de arengas, convém reafirmar que o princípio metodológico seguido é transversal a todo o *corpus*, ou seja, compreende a totalidade dos discursos, independentemente do género literário a que pertençam.

Assim, do ponto de vista metodológico, serão analisados quatro aspectos de cada tipo de discurso, que, peremptoriamente, ajudam a compreender a respectiva especificidade. Sequencialmente, as faces do poliedro discursivo a analisar são:

- 1º. Forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção de mensagem;
- 2º. *Engarces* identificadores;
- 3º. Superfície (terrestre ou marítima) em que é proferida a arenga;
- 4º. Extensão e conteúdo das linhas argumentativas.

2.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Para uma análise incisiva do processo de emissão da mensagem por parte do orador e de recepção por parte do auditório intra-textual da arenga, seguiremos, em termos latos, os conceitos e a terminologia propostos por Longo (1983) para os discursos historiográficos presentes na obra histórica de Tucídides. Assim, o estudioso italiano distingue dois grandes tipos de composição do auditório que condicionam e determinam a estrutura da alocução: indiferenciado, que caracteriza os discursos judiciais e os deliberativos; múltiplo ou heterogéneo, que também se encontra algumas vezes na recepção de discursos deliberativos, sendo contudo nas arengas que podem ser reconhecidos vários níveis (étnico, militar, político, etc.).³²⁸ O estudioso italiano, seguindo a terminologia homérica, acrescenta ainda o exemplo da *epipólesis*, que se caracteriza pelo facto de o general passar diante das alas do seu exército proferindo, defronte de vários grupos, falanges ou membros (dependendo da categorização qualitativa que se faça) diferenciadas alocuções. Em síntese, as arengas serão unitárias ou diferenciadas quanto ao conteúdo de acordo com a homogeneidade ou heterogeneidade qualitativa do auditório. Resultam daqui as seguintes possibilidades combinatórias:

1.- Auditório indiviso: um só discurso destinado a um público unitário.

2.- Decomposição simples (sem *epipólesis*): o auditório sendo heterogéneo, no entanto, o orador pronuncia um único discurso, ainda que utilize argumentos diferenciados, dirigidos a cada um dos grupos militares. Esta diferenciação ocorre, por vezes, nas arengas dirigidas a uma assembleia de tropas.

3.- *Epipólesis* sem decomposição: o mesmo discurso é repetido várias vezes em diferentes lugares a diferentes secções do público-alvo.

4.- Decomposição com *epipólesis*: o general arenga várias vezes, em diferentes espaços e com argumentos distintos, a diferentes partes do auditório.³²⁹

2.2. ENGARCES IDENTIFICADORES

O segundo aspecto a ser analisado em cada um dos tipos discursivos é o respectivo sistema de *engarces*. De facto, a análise dos *engarces* reveste-se de uma

³²⁸ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 57).

³²⁹ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 58).

extrema importância pois dela depende a respectiva classificação tipológica de cada um dos discursos, individualmente considerados. Iglesias Zoido (2006)³³⁰ estudou o sistema de *engarce* narrativo nos discursos de Tucídides, cujos princípios metodológicos servem de suporte à investigação que a seguir nos propomos apresentar.

Em rigor, com o termo “engarce” (*setting*) referimo-nos àquelas palavras ou frases que introduzem e encerram, na linha narrativa dos feitos, as intervenções oratórias, tanto em estilo directo (*oratio recta*) como em estilo indirecto (*oratio obliqua*). O emprego consecutivo de um elenco de expressões no momento de inserir os discursos num texto literário, acabou por configurar tais palavras e frases como verdadeiras fórmulas de transição entre a narração dos feitos (*res*) e os discursos (*uerba*). Decorre, pois, daqui que a função primordial exercida pelos *engarces* é de servir de charneira entre narração e discursos. Ainda que por instantes a narração fique interrompida pela introdução dos discursos, tal não significa um corte com a mesma, mas, como já em outro ponto dissemos, os discursos podem clarificar e aprofundar temáticas previamente apontadas pelo historiador (como sucede com os deliberativos), ou, em alternativa, adiantar feitos que a seguir serão narrados (cujo exemplo categórico é o das arengas militares). Deste modo, os *engarces* assumem-se como elementos decisivos do equilíbrio entre *res* e *uerba*, tal como o propôs Tucídides no seu capítulo metodológico (1.22.1-2), sendo, em última instância, a argamassa que une discurso e narração num todo harmónico.

Assim, começaremos por analisar as palavras que entram em contacto com o discurso (primeiro nível de *engarces*) e que servem para o narrador/historiador introduzir as palavras pronunciadas pelo orador. A selecção de uma palavra em detrimento de outras pode servir para aferir questões de autenticidade dos discursos, tornando mais claro se o que é dito, o fora realmente ou se, pelo contrário, resulta da reelaboração retórica do historiador. Geralmente, essas palavras são constituídas por deícticos (*istolisso*), bem como por *verba dicendi* como *dizer* ou outros de conteúdo mais parenético como *exortar* ou *bradar*.

Já o segundo nível de *engarces* enquadra as frases prévia e posterior aos discursos e, como seria de esperar, o seu grau de complexidade é maior do que o nível anterior. Na verdade, graças ao seu conteúdo mais variado, o nível de informação que

³³⁰ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2006: 1-28).

proporciona ao leitor relativa ao discurso é consequentemente mais vasto, podendo atingir os seguintes domínios:

- a. **Delimitação do âmbito oratório do discurso.** Justamente, na frase prévia ao discurso, o leitor encontra, na maior parte dos casos, informação precisa sobre o tipo de reunião ou assembleia defronta da qual o capitão produziu a alocução. Geralmente, o capitão convoca o auditório, o verbo mais utilizado é *juntar*, para um determinado local e, em seguida, o mesmo chefe militar ocupará uma posição criteriosa diante dos soldados a fim de que possa ser ouvido pelos militares. Sucede também que o *engarce* inicial nos pode informar de que nem todas as tropas foram convocadas para o efeito, mas apenas um grupo restrito de combatentes a quem o capitão deseja dirigir uma exortação particular, do mesmo modo que o capitão pode produzir distintas alocuções a cada uma das companhias do exército.
- b. **Informação sobre as características e objectivos do discurso.** Em algumas ocasiões, a frase prévia antecipa-nos algumas características retóricas do discurso, relacionadas com os objectivos do orador. Tal acontece quando o *engarce* nos adianta quer a temática quer os argumentos-chave do discurso que, imediatamente, veremos desenvolvidos na respectiva *argumentatio*. Dito de outro modo, o *engarce* proporciona uma selecção do que será exposto na argumentação, facto que revela uma visão subjectiva do discurso e, em algumas passagens, há lugar a avaliações pessoais por parte do historiador.
- c. **Identificação e caracterização do orador.** Por vezes, o *engarce* inicial foca-se na figura do orador. Assim, o historiador pode evidenciar, por meio de superlativos, características pessoais do orador, tanto ao nível da sua eloquência como das suas capacidades de liderança. Tal facto, predispõe e condiciona imediatamente o leitor para o tipo de orador que vai ouvir de seguida. Ainda que o historiador procure mostrar uma posição objectiva relativamente à narração, deixando que sejam os leitores a ajuizarem sobre os protagonistas mediante as suas intervenções oratórias, é neste nível de

engarce que o historiador mais deixa transparecer a sua adesão a uma personagem, expressando juízos valorativos.

- d. **Informação sobre o tipo de arenga proferido.** Os *engarces* das arengas militares, comparativamente aos dos discursos deliberativos apresentam uma maior regularidade. Não raras vezes apresentam informações contextuais relacionadas com o ânimo das tropas. Assim, nos casos em que o medo e o temor lavrem no espírito da soldadesca, causas que maioritariamente determinam a pronúncia de uma arenga, o capitão produzira uma alocução preferencialmente centrada numa argumentação focada no restabelecimento da confiança das tropas, portanto a linha didáctica assumirá uma maior preponderância. Ou seja, o *engarce* ao evidenciar o estado anímico dos soldados está directamente a condicionar o tipo de arenga a ser pronunciado. Ao invés, se a firmeza reinar nas tropas a argumentação será completamente diferente. Por outro lado, o *engarce* inicial é fundamental para o cabal reconhecimento de um tipo de arenga particular: a *epipólesis*. Neste caso, o *engarce* inicial há-de informar que o capitão percorreu as falanges do exército, proferindo uma ou várias exortações. Trata-se, assim, de um tipo de arenga que combina movimento com exortação.
- e. **Informar sobre o resultado ou sobre as consequências do discurso.** Geralmente, a frase que se segue ao discurso, sendo menos importante que a que precede, na economia da obra, em todo o caso pode informar sobre o efeito que o discurso produziu no espírito das tropas, se foi acolhido com entusiasmo ou com indiferença.

2.3. SUPERFÍCIE (TERRESTRE OU MARÍTIMA) EM QUE É PROFERIDA A ARENGA

Desde a historiografia antiga que assistimos à pronúncia de arengas associadas mais comumente a batalhas terrestres, contudo não minguam exemplos de arengas emitidas a bordo de embarcações na sequência de batalhas navais. Uma das mais emblemáticas de toda a história ocidental é a que ocorreu no Porto de Siracusa,

sendo igualmente a mais importante da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides. Esta batalha ocasiona a pronúncia não só de distintas arengas navais/marítimas, como também de tipologias diferentes, como a epípolesis proferida por Nicias (6.68) aos trierarcos nos preparativos para a batalha, ou a produzida pelo mesmo general diante de uma assembleia de tropas (7.61-4). De igual modo, a historiografia portuguesa é pródiga não só em batalhas terrestres e marítimas, como em arengas proferidas sobre estes dois elementos. O que importa aferir neste ponto é se a superfície favorece ou condiciona algum tipo discursivo em particular, destacando a importância retórica desse facto.

2.4. EXTENSÃO E CONTEÚDO DAS LINHAS ARGUMENTATIVAS

Finalmente, neste apartado, poremos em evidência a relação que se estabelece entre cada tipo discursivo e a respectiva *argumentatio*. Veremos em que medida cada um dos tipos de discurso privilegia, quer do ponto de vista da extensão quer da profundidade argumentativa, a linha didáctica-instrutiva (*didachê*) e/ou a exortativa (*parakéleusis*), apontando justificações para esse favorecimento.

3. ARENGA DE TIPO 1: DIRIGIDA AOS COMANDOS INTERMÉDIOS DO EXÉRCITO ANTES DE UMA BATALHA

No *De bello Gallico* (1.40.1), Júlio César escreve que o genial estratega militar, César, apercebendo-se do temor que assolava alguns dos soldados, convocou imediatamente o conselho, para o qual chamou também os centuriões de todas as coortes (*couocato consilio... adhibitibus centurionibus*). Começou por os censurar de quererem discutir as suas intenções, mas após uma assertiva argumentação, conseguiu produzir em todos os espíritos uma mudança que fez nascer o mais aceso desejo de ir ao encontro de Ariovisto. Na mesma obra, também Vercingétorix (7.66.2) convoca para um conselho os chefes da sua cavalaria, mostrando-lhes que o momento da vitória sobre os romanos havia chegado, enquanto Crasso (3.26.1) já houvera exortado os comandantes da cavalaria a encorajarem os seus soldados, preparando-os para a batalha contra os Aquitanos e os Cântabros.

Estes três exemplos replicam o mesmo modelo exortativo: um general, dias ou horas antes de uma batalha, convoca apenas os chefes das diferentes coortes ou divisões militares, para lhes comunicar não só a sua decisão de combater, como também a estratégia de execução do ataque. Ainda que a argumentação seguida tenha um carácter intelectual, por ela há-de passar também um cunho emotivo, pois o general procurará demonstrar que aquela é a melhor deliberação, estando, por isso, a vitória ao alcance da mão. É isso mesmo que César declara aos comandantes, recordando-lhes que os seus pais já haviam, no passado, vencido aquele inimigo, e, ao terminar a arenga, releva tanto a integridade como a sorte que ele, César, já demonstrara e tivera contra os Helvécios.

Ora, também no *corpus* em estudo, várias são as arengas dirigidas a um auditório parcelar, constituído somente por capitães e demais categorias similares, dias ou momentos antes de uma batalha. Precisamente, 46 são estes discursos, donde se conclui pois que cerca de 1/5 do total das arengas se enquadra no TIPO 1. Passemos, já de seguida à análise transversal dos aspectos acima enunciados.

3.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Cumpre, então, trazer à colação as formas de reprodução e transmissão dos discursos, assunto que acabámos de tratar no ponto 2.1. deste capítulo. O objectivo é, seguindo a terminologia de Longo (1983), o de cruzar as formas de reprodução discursivas com os processos de emissão e de recepção da mensagem. Ora, como já em ocasião útil propuséramos, a historiografia e a épica portuguesas privilegiam como forma discursiva o discurso directo. Resulta daqui que, cruzando as formas discursivas com os processos de emissão e recepção da mensagem propostos por Longo (1983), podemos dizer que, no que respeita ao TIPO 1 de arengas, encontramos as seguintes possibilidades:

A. Arenga simples em discurso directo:

Este é o modelo de arenga mais produtivo da historiografia e da épica portuguesas. Estamos diante de uma arenga simples em discurso directo quando o *engarce* inicial nos informa de que o orador discursou perante um grupo unitário de

comandos militares, mas nada nos diz se diferenciou argumentativamente o seu discurso perante um ou vários capitães em particular. Vejamos um exemplo:

Idque sua regnum cupiens ditione tenere,
Arma parata movet, **fidus procereque ducesque**
Convocat et recti pandit penetralia cordis :
«Vidi iam pridem vestrae observantia mentis
In me quanta foret (...)»³³¹
Desejoso de ter sob a sua obediência este reino, põe em movimento o exército que preparara, convoca os fiéis magnates e chefes e abre-lhes os recessos do seu justo coração: «Vi há muito como era grande o respeito que tínheis por mim (...)»

Um *engarce* final informa que o discurso findara com a anuência do auditório e, de imediato, se reata a narrativa:

Dictis quibus annuit omnis
Turba virum concors animis; tum tendere gressus
Largisque optatam contingere passibus urbem
Festinant nullumque putant pro laude laborem.
E a estas palavras anuiu toda a multidão dos varões, concorde em seu coração; então apressam-se a marchar e a atingir a ambicionada cidade com largos passos, não tendo em conta esforço algum, em vista da glória³³².

B. Arenga simples em discurso indirecto mimético:

O discurso indirecto mimético difere apenas do discurso directo, por este ser reproduzido pela voz do narrador, de modo que necessita de ser introduzido de alguma maneira na narração. Significa que, por isso mesmo, conta com um *engarce* inicial e/ou final como se tratasse de um discurso em estilo directo. Estamos, pois, diante de uma arenga simples em discurso indirecto mimético quando, no *engarce* inicial, somos informados de que um capitão discursou diante de um grupo limitado a capitães, mas nada diz se produziu alguma exortação particular dirigida a um só capitão ou a um grupo de capitães intermédios. Em sequência, surge um discurso em estilo indirecto, como o exemplo seguinte:

(...) e como teve todas as cousas ordenadas [Rumecão] chamou todos os capitães do arraial e lhes disse o que determinava que aquele era o dia em que a fortaleza se havia de ganhar ou perder; e em que todos haviam de mostrar o esforço que deles se esperava que lhes encomendava e pedia muito que cada um no lugar que lhe fosse dado para o combate fizesse de maneira como que só nele estava o bom sucesso da batalha, porque fazendo cada um esta conta consigo estava certo alcançarem uma grande vitória.

³³¹ Cataldo Parísio Sículo, *Arcitinge*, vv. 439-444.

³³² Cataldo Parísio Sículo, *Arcitinge*, vv. 459-462.

Acabada esta prática deu a cada um o lugar por onde havia de combater a fortaleza e o regimento do modo que nisso haviam de ter.³³³

Como se observa no trecho acima transcrito, a arenga em estilo indirecto mimético consta de um preâmbulo inicial que avisa que Rumeção chamou à sua presença os capitães para os exortar a combater com denodo os portugueses, pois determinara naquele dia atacar a fortaleza de Diu ([Rumeção] *chamou todos os capitães do arraial e lhes disse o que determinava que...*). No fim do discurso, uma oração participial anuncia o termo da alocução (*Acabada esta prática deu a cada um o lugar por onde havia de combater a fortaleza ...*) e o conseqüente retomar da narração.

Neste tipo de arengas, não se encontra no *corpus* outra forma discursiva para além da arenga simples em discurso directo e da arenga simples em discurso indirecto mimético. Não registámos qualquer ocorrência em que o discurso fosse decomposto quer relativamente ao seu conteúdo quer relativamente aos membros concretos que compõem o conselho de guerra. Conclui-se daqui que os reis, vice-reis ou capitães privilegiam discursos para a globalidade das chefias em desprimor de individualização dos membros ou pequenos grupos de comandantes. Cremos que esta opção resulta da conformidade com a própria realidade.

Estas assembleias de capitães, para além de compreenderem um número restrito de homens, certamente todos eles eram portugueses, ou em português se entendiam, todos partilhavam o mesmo rei, os mesmos objectivos, enfim, o mesmo credo. Não sentiria, o capitão-mor a necessidade de particularizar o seu discurso em favor de algum ou de alguns. Algo equivalente parece suceder quando o orador é muçulmano.

Na verdade, ainda que os exércitos e as armadas portuguesas do século XVI integrassem contingentes de tropas auxiliares, nomeadamente indianos, como os malabares e malaios, seriam certamente comandados por militares portugueses. Se na historiografia grega ou romana, com alguma regularidade, é possível observar um general a decompor o seu discurso diante dos povos aliados de guerra, como na *História de Alexandre* de Quinto Cúrcio (3.10.4-10) em que Alexandre dirige exaltações particulares aos macedónios, aos gregos, aos ilírios e aos trácios. Já na historiografia portuguesa, poucas foram as vezes em que os exércitos portugueses integraram alianças com outras repúblicas para fazer a guerra, motivo determinante que leva à decomposição da arenga

³³³ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXXIII.

do ponto de vista do conteúdo e do auditório. É certo que os exércitos portugueses integrem tropas auxiliares oriundas de outras nações, tanto no Oriente, como até em Alcácer Quibir, contudo os historiadores optarem sempre por, neste tipo discursivo, apresentar uma arenga simples em vernáculo, sem decomposição de conteúdo nem de auditório.

3.2. *ENGARCES* IDENTIFICADORES

Como acabámos de afirmar, no *corpus* em análise, as arengas pronunciadas pelos chefes militares aos comandos intermédios, dias ou horas antes de um combate, pertencentes, portanto, ao Tipo 1, são proferidas sempre em um único discurso, pois nem os *engarces* iniciais, nem os *topoi* retóricos presentes no corpo do discurso estão direccionados para destinatários qualitativa ou quantitativamente distintos. Trata-se, por isso, de arengas simples, quer quanto ao conteúdo, quer quanto ao auditório.

Neste processo de reconhecimento e classificação, mais geral, de âmbito tipológico, quer mais especificamente quanto ao modo de emissão e recepção da mensagem, os *engarces* iniciais desempenham um papel crucial, polarizando, neste momento, toda a nossa atenção. Estamos a cingir-nos àquela frase última que contacta directamente com o discurso, embora não sendo discurso, também já não é narrativa dos feitos.

Ora, esses *engarces* iniciais das arengas, embora não sejam tão repetitivos que possamos ver neles uma *fórmula* literária, em todo o caso apresentam uma similitude tanto sintáctica como lexical, que procuramos, de seguida, trazer à tona. Fundamentais para a compreensão das arengas, várias são as informações que os *engarces* iniciais podem facultar, designadamente:

a. **Delimitação do âmbito oratório e informação sobre o tipo de arenga pronunciado.** Esta é uma informação que assiduamente aparece no *engarce* inicial nas arengas deste tipo. Com regularidade, os historiadores informam os seus leitores do tipo de reunião ou assembleia em que intervém o militar-orador. Nestas exortações, o capitão-mor convoca ou manda chamar os restantes capitães à sua presença, para escutarem o seu discurso, tal como faz D. Sebastião em Alcácer Quibir, num dos mais ricos *engarces* da

historiografia portuguesa, tanto pelos pormenores bélicos como pela imagética subjacente:

Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, posto em hum cavallo mui formoso acobertado, com a lança na mão com o conto no chaõ, e o elmo alevantado, **mandou chamar o mestre de campo e os coronéis**, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse...³³⁴

Atente-se também no *engarce* que introduz a arenga de Rumeção, que depois de ter repartido as tropas à volta da cidadela de Diu, chamou a si os capitães para lhes fazer uma última exortação, antes de a atacar:

Com esta presunção, mandou fazer prestes toda a sua gente, com muita ordem e concerto repartindo-a para o combate da fortaleza o qual queria que se desse a todas as partes dela, para que os nossos sendo tão poucos, não pudessem acudir a tantas partes; e como teve todas as cousas ordenadas **chamou todos os capitães do arraial** e lhes disse o que determinava...³³⁵

Da épica, provém o exemplo de D. Juan de Áustria que, antes da gloriosa batalha naval de Lepanto, mandou, igualmente, chamar os seus capitães para os resgatar emocionalmente do desmaio a que haviam sucumbido:

Determina esforçar la flaca gente,
Y dar a los osados, nuevo brio,
Manda llamar, sus fuertes capitanes,
Y juntos los teniendo assi les dize.³³⁶

É o verbo *chamar* que maioritariamente exprime essa ordem convocatória, podendo, em alternativa ser substituído pelo verbo *juntar* ou um seu derivado, como sucede com a arenga do governador Francisco Barreto, antes de combater o exército do Idalxá: *Pera isto fez chamamento de seus Capitães, e lhes fez sobre isto huma grande falla, em que lhes representou...*³³⁷

Como já tivemos oportunidade de verificar a partir dos exemplos apresentados, o alvo destas consecutivas convocatórias está bem identificado, sendo constituído, de forma exclusiva, pelos capitães subalternos e por outras figuras importantes da fidalguia que,

³³⁴ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

³³⁵ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-rei D. João de Castro*, Cap. XXXIII.

³³⁶ Jerónimo Corte Real, *Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Juan d' Austria en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Otomana*, Canto IX.

³³⁷ Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

genericamente, integravam o conselho do capitão-mor. O *engarce* seguinte ilustra a composição do conselho, bem como as respectivas atribuições ([Afonso de Albuquerque] *chegando a Angediva, com toda'armada, fez conselho com todos os capitães, e fidalgos que erão pera ysso, em que elle propôs a practica, dizendo...*³³⁸). Só depois de todos os membros estarem *juntos*, repete-se este adjectivo com muita insistência, é que os capitães ou reis iniciam o discurso.

Em face de tudo o que foi exposto, automaticamente se deduz que estamos na presença de *engarces* que identificam as arengas de Tipo 1, proferidas pelos altas individualidades militares a assembleias restritas constituídas por comandos intermédios, antes de se iniciarem as respectivas batalhas.

b. **Informação sobre as características e objectivos do discurso.** Como dissemos acima, no *engarce* inicial, por vezes, são dadas informações retóricas relevantes acerca do discurso que a seguir é introduzido, nomeadamente acerca do contexto oratório e militar em que se insere, bem como com os objectivos subjacentes do orador. Nesses casos, o *engarce* inicial adiante quer a temáticas quer alguns argumentos-chave que logo a seguir serão amplamente desenvolvidos, facto que não deixa de documentar uma apreciação subjectiva do discurso pelo próprio historiador.

Ao longo desta investigação, teremos ocasião de evidenciar a argúcia retórica de um historiógrafo quase esquecido, Fernando de Castro. Historiando os feitos do seu avô, faculta-nos a longa arenga deste herói aos capitães de Diu, discurso amplamente repetido e moldado por diferentes cronistas do século XVI. Antes, porém, de inserir tal discurso, fá-lo preceder do seguinte *engarce*:

Acabado este auto tão devoto, tornou o viso-rei a chamar todos os capitães, fidalgos e outras pessoas de muita experiência, aos quais fez uma fala, **persuadindo-lhes que lhes não parecesse cousa dificultosa aquela empresa**, dandolhes muitas rezões, a qual ponho aqui por ser cousa que serve ao fio de nossa história.³³⁹

Repare-se como o narrador/historiador antepõe ao discurso, o objectivo do mesmo, persuadir os capitães para que não lhes parecesse *cousa dificultosa* a defesa da fortaleza, de tal maneira que a argumentação discursiva basear-se-á, essencialmente, no *topos* da possibilidade, enfatizando que poucos bem ordenados podem vencer muitos inimigos, tal como o evidenciam os muitos exemplos da história portuguesa.

³³⁸ Gaspar Correia, *Lendas...*, Liv. II, «Armada de Gonçalo de Sequeira. Ano de 1510», Cap. XIX.

³³⁹ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (I Parte).

Gaspar Correia, cronista experiente nas coisas do Oriente, perscrutou bem as dissensões que, por vezes, irrompiam entre os governadores e os capitães. É caso de Lopo Vaz Sampaio, eleito provisoriamente governador em conselho pelos restantes capitães, uma vez que ainda não chegara à Índia o novo governador, nomeado pelo rei, na circunstância, Pêro Mascarenhas. Esta foi uma eleição que acentuou fracturas entre a fidalguia dirigente, partidárias de outros nomes para tal cargo. Escreve o historiador que isso gerou invejas, alguns lhe queriam mal e *lhe querião estoruar para que nom ganhasse honra*. Tanto foi assim que o governador decidiu atacar as estacadas dos mouros, intenção imediatamente contrariada pelos restantes capitães, dando-lhe muitas razões. Porém, o governador, *que entendia suas falsas vontades, com muyta dessimulação*, tal como revela o *engarce* inicial, proferiu-lhes uma curta alocução em que sem se indispor com eles, lhes declarou que seria desonroso para o nome português, passar ao largo das tranqueiras mouras sem as atacar. Deste modo, *nom ouve nenhum que ysto lhe contrariasse, por nom ficar falto de sua honra*. Como se vê, perante uma dissensão, a retórica oferece recursos e soluções para este tipo de situações, donde se conclui que a frase prévia parece ter sido concebida para informar o leitor sobre a importância da retórica como modo de inverter uma situação adversa.

c. **Identificação e caracterização do orador.** O emissor neste tipo de arenga está sempre nominalmente identificado. Se num outro contexto bélico, um anónimo soldado, tomado de brios, pode emergir da mole soldadesca e exortar os companheiros à luta, já esta tipologia discursiva limita o leque de oradores às grandes chefias militares. De facto, quer pelo contexto, quer por uma referência exacta no *engarce* que antecede a inserção do discurso, ficamos a saber que a responsabilidade oratória destes discursos militares prévios cabe exclusivamente a reis, vice-reis, capitães-mores e capitães e demais chefes militares, não só portugueses, mas também muçulmanos, cambaicos etc. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, António da Silveira, Nuno da Cunha, D. João de Mascarenhas, D. João de Castro, mas também Rumeção ou a rainha de Ternate. Veja-se o *engarce* seguinte, que identifica o orador[1], na circunstância Afonso de Albuquerque, bem como os receptores, os capitães[2], seguidos do advérbio de exclusividade *somente*[3]: (*E entendendo ho governador[1] por esta carta que avia de tomar a cidade por força, chamou a cõselho os capitães da frota[2] somente[3], e disselhes...*)³⁴⁰.

³⁴⁰ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. CV.

Compreende-se este condicionamento oratório, pois só uma alta autoridade militar teria o poder de convocar os restantes capitães para lhes comunicar a sua decisão militar, de expor o plano estratégico de ataque ou de defesa e de motivar esses comandos para a execução desse mesmo debuxo tático.

Do ponto de vista da caracterização do orador, minguem os respectivos *engarces* neste tipo discursivo. Em todo o caso, pela sua singularidade, sobressai o *engarce* prévio à arenga que D. Jaime proferiu aos fidalgos antes de conquistar Azamor (1513), discurso este presente no poema épico desse poeta do Cancioneiro Geral, chamado Luís Anriques ou Henriques. O *engarce* elogioso caracteriza tanto a *falla* posterior possuidora de muito *primor*, mas também o seu orador, que ao ser galardoado com *gram favor*, tem como consequente adjutório, o subsídio da eloquência:

Des que congregados com ele presente
Lhes fez hũa falla de tanto primor,
como aquele que **tem gram favor**,
ajuda **sossidio de mays eloquente**.

Onde per ele lhes foy declarado
Toda a tençã del rrey, seu senhor...³⁴¹

d. **Verbo introdutor do discurso.** Comummente, os *engarces* que precedem o início do discurso apresentam uma estrutura bimembre: um primeiro membro (segundo nível de *engarce*) constituído pela identificação do emissor, do verbo directivo e dos receptores; um segundo membro (primeiro nível de *engarce*) que contacta e introduz o discurso, tendo como núcleo geralmente um verbo declarativo, tal como o exemplo seguinte: (1. [*E chamando* [Nuno da Cunha] *os capitães a conselho*] 2. [*lhes disse*]³⁴²). Ora, é nestes *verba dicendi* que verdadeiramente reside a força ilocutória dos discursos. Neste tipo de arengas é o verbo *dizer* que geralmente ocupa esses contextos sintácticos, tal como se observa no último exemplo. Em alternativa, podem surgir perífrases, como as seguintes: (*Pera isto fez chamamento de seus Capitães, e lhes fez sobre isto **huma grande falla***)³⁴³ ou (*Maluco chamou Seus Alcaldes, e segunda ves lhe **fez nova practica***).³⁴⁴

³⁴¹ Luís Anriques, *Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi*, 61-66.

³⁴² Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VII, Cap. II.

³⁴³ Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

³⁴⁴ *Jornada del-rei dom Sebastião à África*.

Já na historiografia em língua latina, encontramos formas verbais do verbo *admonere*, como (*Mascarenna hac de re certior factus, omnium turrium praefectos admonet*).³⁴⁵ No fundo, o que estes verbos nos transmitem é a natureza eminentemente instrutiva e didáctica deste tipo de arengas, ainda que de todo não deixe de ser também exortativa. Ora, este facto, como adiante pretendemos demonstrar, acabará por ser corroborado não só pela estrutura interna destes discursos, marcados por amplificadas componentes didácticas e reduzidas componentes exortativas, como também pela hierarquia de *topoi* retóricos utilizados.

e. Informar sobre o resultado ou sobre as consequências do discurso.

Geralmente os discursos logram alcançar o seu objectivo fundamental, galvanizar as tropas e restituir-lhes a confiança. Deste modo, os *engarces* finais costumam dar eco do entusiasmo que provocou o discurso do capitão, tal como o demonstra o *engarce* que sucede à arenga do insigne capitão de Diu, D. João de Mascarenhas:

Apos estas palavras se alevantam
Todos num coração: ja desejosos
De de verem travados cós imigos.³⁴⁶

Porventura, o *engarce* que melhor mostra a excitação dos militares após a exortação do seu chefe é o que encontramos na sequência do discurso de Mem de Sá, governador do Brasil, depois de anunciar aos seus capitães, o decisivo ataque às posições francesas, que haviam ocupado partes daquele território. Compreende-se a efusão linguístico-literária do *engarce*, pois está contaminado pelo género em que se inscreve, a *épica*:

Haec postrema dedit dux forti e pectore dicta.
Iamque omnes trahit ad sese; iam pectora cunctis
Incaluere viris armorum ac Martis amore;
Fervescunt animis; iuvat ire, et Gallica bello
Moenia diruere, et fumantibus urere flammis.³⁴⁷

Esse grito último arrancou o chefe do ardoroso. Já todos arrastou para si; já o peito dos bravos se acende no anseio das batalhas furiosas; fervem as almas impacientes; desejam ir arrasar as fortificações francesas e entregá-las às chamas; ou generosas perder a vida em morte gloriosa pela causa santa da fé e da glória divina.

³⁴⁵ Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a Lusitanis...*, 56.

³⁴⁶ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do segundo cerco de Diu*, Canto IV.

³⁴⁷ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber III, vv. 2510-14.

Assinale-se, no entanto, que um número significativo deste tipo de arengas prima pela ausência de qualquer *engarce* que informe sobre o resultado ou consequências do discurso. Nestes casos, assistimos ao reatar imediato da narrativa dos feitos, concorrendo para esse facto, decerto, o carácter eminentemente didáctico e instrutivo destas arengas. Na verdade, sucede que, findo o discurso, os capitães tratam logo de dar cumprimento ao plano estratégico acabado de ser ouvido. O categórico é o exemplo presente na obra de António de Castilho. Depois de um desaire inicial no ataque a Goa, Nisamaluco reuniu os seus capitães para os capacitar de que era possível tomar aquela cidade, com pouca gente e com as muralhas rotas. Terminado o discurso, o historiador nada diz sobre o modo como foram recebidas aquelas palavras, retomando a narração dos feitos, com o reinício da guerra:

Os Capitães aballados destas palavras sayram ao Campo co as armas na mão, e dado sinal á bateria mais brava, cingindo a cidade, abrindo caminho a seus Elephantes e a suas bandeyras, cõtinuando tee o quarto dalva esta força: determinadamente foy outra vez a Cidade em roda batida, e os Imigos entravam por todas as partes.³⁴⁸

3.3. SUPERFÍCIE (TERRESTRE OU MARÍTIMA) EM QUE É PROFERIDA A ARENGA

Como apontámos no capítulo II desta investigação, o *imperium* português caracterizou-se pela descontinuidade territorial, impondo-se sobretudo como uma rede de rotas comerciais marítimas. A balança comercial dependia então da capacidade de limitar ou vedar essa rede aos concorrentes comerciais directos, de tal maneira que Portugal procurava assegurar, por meio de uma política de *mare clausum*, o monopólio das especiarias orientais. A fim de proteger as naus da carreira das índias, as naus carregadas de pimenta da Índia, foi desenvolvida uma marinha de guerra que escoltava tais embarcações comerciais e defendia os demais interesses portugueses no Oriente e no Atlântico. O devir do *imperium* jogava-se no mar e no mar se travaram muitas batalhas navais. Não surpreende pois que 54 % das arengas de Tipo 1 (25 discursos) tenham como cenário a tolda ou a quadra de uma nau. A convocação e a reunião do conselho de capitães de uma armada obedeciam a um código e a uma liturgia muito precisa. O capitão-mor colocava na sua nau uma bandeira em local bem visível, na quadra por exemplo, a que logo acorriam os capitães das diferentes embarcações. Em alternativa, o

³⁴⁸ António de Castilho, *Comentário do cerco de Goa e Chaul no ano de MDLXX*, Liv. II.

capitão-mor enviava um mensageiro que, embarcado num pequeno barco, ia sucessivamente convocando os capitães das naus. Todos juntos na nau principal, em silêncio, ouviam a alocução do mais alto responsável pela armada. Assim procedeu Francisco de Almeida:

Polo que o Visorey pôs bandeira na quadra, e mandou o bargantym chamar os mestres e pilotos que todos vierão, com os Capitães e fidalgos, que todos forão chamados do Visorey. Antre todos assentado na tolda, o Visorey a todos lhe fez esta fala...³⁴⁹

Resulta daqui que a superfície marítima, certamente por razões de ordem logística, favorece a realização de assembleias restritas de comandos intermédios, as arengas de Tipo 1 são maioritariamente navais. Não deixamos de ver aqui também a força do discurso ideológico, uma vez que a defesa dos interesses imperiais portugueses eram sobretudo marítimos e estas arengas, pela palavra, procuram legitimar esse mar restrito.

A outra parte dos discursos ocorre na superfície terrestre, uma parte antes de batalhas em campo aberto, e a restante no interior das fortalezas em zonas costeiras de acordo com o sistema defensivo que os portugueses haviam traçado. Neste sentido, a cidadela de Diu assume lugar privilegiado no imaginário guerreiro português, pois nele se desenvolveram alguns dos mais altos actos de bravura da gesta lusitana.

À excepção de duas arengas terrestres, por motivos contextuais, somos levados a crer que as restantes, a maioria, são pronunciadas por um capitão apeado e em postura estática, devendo os membros do conselho estar dispostos, informalmente, ao redor do orador. As duas excepções estão sinalizadas na obra de António Vaena e focadas na Batalha de Alcácer Quibir. Assim, enquanto D. Sebastião pronuncia uma arenga montado em cima de um cavalo, toda a sua descrição nos traz à memória os cavaleiros andantes da Idade Média, com lança na mão e elmo na cabeça:

Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, **posto em hum cavallo mui formoso** acobertado, **com a lança na mão com o conto no chaõ, e o elmo alevantado**, mandou chamar o mestre de campo e os coronéis, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse³⁵⁰ (...)

³⁴⁹ Gaspar Correia (1975), *Lendas...*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.», Cap. III.

³⁵⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

Já o seu opositor, Mulei-Maluco se vê obrigado a proferir a sua alocução deitado num coche, pois momentos antes fora acometido de doença súbita:

Estando Mulei-Maluco muito mal da enfermidade, que trazia, **deitado em hum coche**, no qual se enxergavaõ já alguns sinaes denunciadores da morte, chegando-se de redor d'elle seu irmão Mulei-Hamet, e os principaes alcaides de seu campo (assás desconsalados de verem o seu rei em tal estado, e em tal tempo, de cuja morte se esperava total perdição do exercito³⁵¹).

Em síntese, a forma de arengar dos capitães enquadra-se com a respectiva maneira portuguesa de fazer a guerra.

3.4. EXTENSÃO E CONTEÚDO DAS LINHAS ARGUMENTATIVAS

Inscrevendo-se na tradição historiográfico-retórica prévia e dependendo do momento da sua enunciação, antes, durante ou, inclusive, depois de uma batalha, as arengas historiográficas portuguesas quinhentistas apresentam diferenças quanto à sua extensão e conteúdo das suas linhas argumentativas, a explicativo-didáctica (*didaché*) e aquela que é eminentemente exortativa (*parakéleusis*).

Assim sendo, as arengas do presente tipo discursivo, ao serem proferidas nos momentos (dias ou horas), que antecedem um combate apresentam como consequência natural, o facto de a componente didáctica ter um ascendência sobre a componente exortativa, nomeadamente ao nível da extensão, mas também no que respeita à respectiva profundidade retórica-argumentativa. Para nos ajudar a perceber um pouco melhor esta questão temporal, temos de atentar uma vez mais nos *engarces* iniciais das arengas, uma vez que neles encontramos preciosas informações acerca dos contextos narrativos que expõem as razões e as circunstâncias que conduziram à pronúncia das arengas, decorrendo daí a respectiva configuração das suas linhas argumentativas.

Efectivamente, alguns *engarces* iniciais anunciam claramente que a arenga decorreu exactamente nas vésperas do dia anterior à batalha. Para o efeito, o capitão-mor chama os restantes capitães a fim de lhes anunciar a sua decisão de atacar o inimigo no dia seguinte e de lhes traçar o consequente plano de actuação. A ilustrar cabalmente este assunto, temos o exemplo de Afonso de Albuquerque que, desejoso de atacar Curiate, mandou nuns batéis, uns espías com a missão de tirarem a linha da costa e

³⁵¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXV.

averiguarem os melhores locais de desembarque. Regressados à nau principal, passaram as informações ao grande capitão, de maneira que logo tratou de descobrir aos capitães o que esperava fazer no dia seguinte: *e sabido isto por ele descobrio aos capitães, e pessoas do cõselho ho que esperava de fazer ao outro dia dizendo...*³⁵² Segue-se um discurso pouco extenso, contendo quatro períodos sintáticos, três dos quais preenchidos com a linha didáctica do discurso. Aqui, Albuquerque focaliza-se essencialmente no *topos* do *bellum iustum*, demonstrando que os habitantes mouros de Curiate não só rejeitaram um pacto de amizade que lhes fora oferecido, como ainda blasfemam o nome de Cristo em terra primitivamente cristã. Providencialmente, eles, portugueses, foram conduzidos a esta terra para a resgatarem do seu falso culto:

«E não queyrais mais que serem eles imigos de nosso senhor Jesu Christo, que aveis de crer que nos guiou a esta terra pera destruição de seus habitadores, que como tiranos lha tem ocupada, e brasfemão nela ho seu santo nome, sendo criada por ele pera ser nela louvado, porque nos lho avemos de louvar nola há de ele de dar».

Já na linha exortativa, muito mais breve, o capitão exorta os seus comandantes a romperem, de manhã cedo, as tranqueiras dos inimigos, sem medo da artilharia dos inimigos e a aproveitarem as condições favoráveis de desembarque. Atente-se nos conjuntivos exortativos empregados pelo orador:

«Por isso senhores **não tardemos** mais, e **vamos** ante manhã coesta fê, e sem temor da artilharia dos inimigos, e **rõpamos** suas tranqueyras, porque eu sey per Antonio do campo e per Afonso lopez da costa que temos boa desêbarcação».³⁵³

Nota ainda para o *engarce* final que nos declara que, após este discurso, o capitão mandou que se publicasse pela frota a sua decisão de maneira a todos estarem apercebidos para o dia seguinte.

É sobretudo em batalhas navais ou feitas a partir do mar que as arengas deste tipo ocorrem no dia prévio à batalha. Compreende-se que assim seja, dada a morosidade que certamente implicaria a movimentação de uma armada, sempre sujeita aos caprichos dos elementos.

Efectivamente, o esquema sequencial da exortação anterior repete-se numa outra arenga de Francisco de Almeida, agora num ataque a Panane, *hũa vila porto de mar do reino de Calicut*. O motivo que torna esta, uma arenga singular é o facto de ser

³⁵² Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. LIV.

³⁵³ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. LIV.

nocturna, foi pronunciada por Almeida, de noite, na galé de Diogo Pires, onde então seguia. Nessa noite, ali vieram os outros capitães que integravam o conselho.

E chegados a Panane que foy hũa tarde dous dias despois que partirão de Cochim, e surtos na boca da barra, **em anoitecêdo chamou o viso rey a conselho**, que foy na galé de Diogo pirez onde hia. E ali veo Tristão da cunha, que hia na de Payo de Sousa. E juntos todos os do conselho, ho viso rey lhes disse...³⁵⁴

Na sua alocução, se bem que o elemento emotivo e exortativo não estejam ausentes, do ponto de vista formal esta arenga tem apenas claramente exposta a componente instrutiva (*didaché*). Almeida encarece a necessidade de arrasar este reduto dos inimigos de Cristo, «*e que vos lembre que neste lugar estâ agora toda sua salvação*». O carácter instrutivo desta arenga está bem patente na parte final da arenga, espaço habitualmente ocupado com a componente exortativa. Ora, em vez de exortar, Almeida optou por convocar os seus homens para observarem um debuxo do local que iriam atacar, desenho que previamente mandara tirar ao local:

«E porque saybais pera onde aveys dhir, querovos mostrar ho lugar tirado pelo natural como ho eu mandey tirar pera que ho visseys». E dizêdo isto mostrou ho papel onde estava pintado assi como estava fortalecido.³⁵⁵

De facto, um reduzido número de arengas proferidas diante dos comandos intermédios prima pela ausência de qualquer linha exortativa, ficando limitadas exclusivamente ao elemento didáctico, genericamente preenchido com a exposição de um plano estratégico ou modo de actuação das tropas. Jerónimo Osório, num estilo breve, apresenta-nos uma arenga naval de João da Nova em estilo indirecto. Face ao embargo provocado pela armada inimiga, rapidamente declarou aos capitães que estes combatessem à distância, evitando qualquer abordagem. Cingissem-se, assim, unicamente ao fogo da artilharia, amplamente reconhecido pela sua eficácia.

Postero die conspicatus est Novius portus aditum ab hostibus teneri. Navium numerus erat supra centum. Novius ita naves instruxit, ut possent tormentis omnibus uti. Deinde duces **admonuit, omnem salutis spem in eo positam esse, ut non cogerentur ullo modo cominus cum tanta multitudine pugnare;**³⁵⁶

No outro dia, descortinou João da Nova impedida a barra pelos inimigos. O número dos navios era superior a cem. João da Nova dispôs de sorte a armada que laborasse com toda a artilharia. Em seguida, fez capacitar os capitães singularmente que toda a esperança do salvamento consistia em não se deixar forçar a combater de perto com tanta multidão;

³⁵⁴ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. LXV.

³⁵⁵ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. LXV.

³⁵⁶ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis...*, Liber II.

Contudo, segundo é possível apurar a partir dos *engarces* iniciais, maioritariamente os capitães discursam aos seus comandantes momentos antes de se iniciar o combate e apresentam uma linha instrutiva bem definida e mais extensa que a linha exortativa, confinada, quase sempre, ao último período do discurso. Assim, António Vaena põe-nos o rei D. Sebastião a arengar aos coronéis e os fidalgos, momentos antes de se iniciar a Batalha de Alcácer Quibir, já com os exércitos formados e à vista um do outro:

Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, posto em hum cavallo mui formoso acobertado, com a lança na mão com o conto no chaõ, e o elmo alevantado, mandou chamar o mestre de campo e os coronéis, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse...³⁵⁷

Segue-se uma extensa e pungente arenga que prediz o desastre vindouro, cuja componente exortativa final aparece também diluída, em que o único argumento válido proferido pelo rei é uma vaga a distribuição de mercês em caso de vitória.

É ponto assente que o momento de pronunciação da arenga influencia determinantemente as suas linhas argumentativas. Porém, não nos esqueçamos de que, para além do momento de enunciação, também o público-alvo, bem como os objectivos deste tipo de arengas concorrem para o seu ordenamento retórico-argumentativo. Assim, vários são os objectivos que levam um capitão-mor a convocar os seus comandantes nos momentos prévios a uma batalha e a proferir-lhes um discurso. Um dos mais frequentes é o de lhes comunicar uma decisão importante, geralmente a resolução de atacar as posições do inimigo. Feito esse anúncio, a etapa discursiva seguinte prende-se com a *captatio benevolentiae* do auditório para o cumprimento eficaz dessa resolução. Este tópico surge com grande regularidade no início dos discursos, ainda que possa ser feito em fase mais adiantada da alocução, já depois de o orador militar ter feito uma introdução, preenchido com elogios aos elementos do conselho ou com um enquadramento histórico da situação. Independentemente do seu lugar no discurso, a deliberação do capitão-mor serve de esteio e de ponto de partida para o edifício da exortação argumentativa que é a essência da arenga militar. Veja-se o caso da breve arenga de Garcia Rodrigues, capitão da fortaleza de Damão que, para impedir os contínuos saques às terras vizinhas, comunicou aos seus capitães a decisão de atacar esses inimigos no exterior da fortaleza:

³⁵⁷ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV

(...) ajuntou os Capitães, e pessoas principais a conselho, e lhes deo relação de tudo, declarando-lhes que **sua tenção era ir buscar os inimigos**; porque se o deixasse de fazer, ficariam elles tão affoutos, e atrevidos, que lhe iriam bater as adargas as portas da Cidade; e que pois tinham tanta gente, e tão valorosos Capitães, e esforçados soldados, / que sahisses a buscallos, porque a determinação era começo de vitoria.³⁵⁸

Facilmente se compreende que o objectivo do ajuntamento dos capitães e a consequente pronúncia da arenga de Garcia Rodrigues é a comunicação da sua tenção de atacar os inimigos. Embora se trate de um breve discurso, em todo o caso é possível reconhecer que, para sustentar a sua resolução e mover os capitães à luta, Rodrigues fundamenta-se no *topos* do conveniente, declarando-lhes que se não cometerem já os inimigos no terreno, estes acabarão por assediar a fortaleza. De seguida, o *topos* do possível, numa menção à superioridade quantitativa e qualitativa dos efectivos militares, remata a componente instrutiva. Ainda que curta, a componente exortativa, anima os militares a combaterem com determinação, porque nela reside o princípio da vitória.

A assertividade e a frontalidade caracteriza muitas dessas decisões, como a de Nuno da Cunha, ao anunciar aos capitães que iria atacar 2000 homens do rei de Cambaia que se encontravam estacionados na ilha de Beth, impedindo assim o consequente auxílio à coligação de forças que então cercava a praça portuguesa de Diu:

[Nuno da Cunha] soube, que naquella ilha estava hum capitão d'el rey de Cambaya, turco de nação dous mil homens de guerra. E chamando os capitães a conselho, lhes disse, **que elle estava determinado de dar naquella ilha, e meter todos os que nella estivessem à espada**, assi pera terror e espanto dos de Dyo (...) ³⁵⁹

Um último exemplo colhido, desta vez, da épica. Men de Sá, governador do Brasil, comunica ao conselho uma decisão que há muito tomara: atacar o Forte Coligny, reduto dos invasores franceses, expulsando-os definitivamente da “França Antártica”:

Ergo simul proceres omnes coire vocati,
Quae sedeat menti praetor sententia pandit,
Atque haec in medio promit verba ultima coetu:
**«Ventum ad supremum, proceres; stat Marte superbam
Oppugnare arcem.** Video munita locique
Ingenio et multis tutissima moenia telis,
Hostilesque manus et vitam effundere certos,
Aut tutari arcem spargendo funera, Gallos³⁶⁰.

Logo que se reuniram todos os chefes em conselho, o governador expõe a decisão que guarda no peito e no meio da assembleia profere estas últimas palavras: «Chegámos, senhores, ao termo; estou enfim decidido a atacar a fortaleza altiva. Bem sei a posição estratégica do lugar

³⁵⁸ Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. IX, Cap. VIII.

³⁵⁹ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VII, Cap. II.

³⁶⁰ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber III, vv. 2490-2497.

e as construções montadas de inúmeras peças, as mãos inimigas e os Franceses decididos a perder a vida ou salvar o forte a preço de sangue.

Tendo em conta a especificidade preparatória deste tipo de arengas e a composição do auditório, o mais natural é que o capitão-mor, depois de ter comunicado a sua decisão de combate, proceda à apresentação do plano estratégico de ataque ou de defesa. Decorre daqui que uma boa parte destes discursos esteja preenchida com indicações mais ou menos precisas sobre a sequência de movimentações que as tropas farão nos teatros de guerra, bem como do tipo de armamento utilizado.

Dada, pois, a ordem de batalha, o capitão-mor expõe o plano bélico que irá ser conduzido pelos diferentes capitães. Não surpreende, pois, que algumas arengas apresentem planos pormenorizados desse xadrez beligerante. Atentemos primeiro em alguns exemplos e logo teceremos considerações.

O primeiro exemplo demonstra que, nos primeiros anos do século XVI, os portugueses se impuseram no Oriente muito graças à superioridade tecnológica das suas armas de fogo, da sua artilharia. Estrategicamente, combatiam à distância, a partir de naus de alto bordo, evitando, a todo o custo, o confronto directo com armadas compostas de efectivos muito superiores. É isso que João da Nova propõe aos seus capitães:

Postero die conspicatus est Novius portus aditum ab hostibus teneri. Navium numerus erat supra centum. Novius ita naves instruxit, ut possent tormentis omnibus uti. Deinde duces admonuit, **omnem salutis spem in eo positam esse, ut non cogerentur ullo modo cominus cum tanta multitudine pugnare; proinde eo ordine curarent tormenta disponi, ut continenter pilae in hostes iacerentur. Si enim ulla fieret intermissio, magnum periculum vitari non posse**³⁶¹.

No outro dia, descortinou João da Nova impedida a barra pelos inimigos. O número dos navios era superior a cem. João da Nova dispôs de sorte a armada que laborasse com toda a artilharia. Em seguida, fez capacitar os capitães singularmente que toda a esperança do salvamento consistia em não se deixar forçar a combater de perto com tanta multidão; e que delirassem o teor dos tiros de maneira que servissem com aturados pelouros os inimigos. Porquanto por onde parassem os tiros, entraria grandíssimo desbarato.

O mesmo João da Nova, cercado em Cananor por uma gigantesca armada, exorta os seus capitães a ripostarem por meio da artilharia, mantendo assim os inimigos à distância. Para que o fogo seja cerrado e contínuo, ordena o alinhamento de todas as naus:

E ao outro dia dezaseys de Dezembro amanheceo a baya de Cananor cercada da armada del rey de Calicut, que era de cento e tantas velas assi naos como paraós tudo cheo de mouros bem apercebidos, de frechas, de lanças, e despadas e de muytos arremessos. João da Nova tanto que vio esta armada, chamou logo os capitães e disselhes: «se os mouros

³⁶¹ Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis Regis...*, Liber II.

nos aferrão segundo sam muytos e nos poucos, não temos salvação; e pera nos salvarmos he necessário com esperança em nosso senhor **resistirlhes com a artelharía que nos não cheguem**, por isso senhores tende cuydado, e **ponhamos as naos hūas a par das outras em proporção que todas juntamente possam jugar com sua artelharía**».³⁶²

A partir destes dois exemplos, podemos apreender as técnicas apuradas de guerra que os portugueses aplicavam e que lhes proporcionaram, durante algum tempo, exercer a sua hegemonia nos mares do Oriente. De facto, sempre que possível, os ataques deviam ser feitos e a partir do mar, já que as naus eram verdadeiras fortalezas flutuantes.

Muitos são os desenhos táticos que nos facultam as arengas. Não é em vão que os historiadores incluem essas estratégias nos discursos dos protagonistas, demonstrando, por vezes, um enorme desvelo na respectiva descrição. De facto, a presença da estratégia militar nos discursos das personagens históricas desempenha funções importantes na economia das narrativas. A partir dos exemplos anteriores, os diferentes planos de guerra permitem desde logo adiantar acontecimentos, possibilitando ao leitor apreender melhor aquilo que se há-de seguir na narrativa dos feitos. Permitem ainda contribuir para a construção dos caracteres dessas personagens, aferir as suas capacidades de estratégias militares.

Como acabámos de ver, tanto a comunicação de uma decisão de guerra com o estabelecimento do seu plano de execução são dos elementos que mais contribuem para o preenchimento da componente instrutiva (*didaché*) deste tipo de arengas, que, por esse motivo, se sobrepõe em tanto em extensão como em profundidade argumentativa à respectiva componente exortativa. É certo que apreender o contexto estratégico do combate, a assembleia de capitães e/ou de soldados recebe já uma mensagem clara de motivação. Contudo, se atendermos ao termo original com que Tucídides denominou esta parte da arenga, *didaché*, nela estão implicadas as ideias de “instruir” e de “recordar”. Quer dizer que o chefe militar há-de não só instruir as suas tropas, mas também deverá enaltecer os motivos favoráveis de ânimo, a fim de infundir nos homens a confiança necessária para enfrentar o inimigo. Para tal, há-de recordar-lhes o comportamento digno dos antepassados, convertido em modelo de imitação e de emulação. Por tudo isto, e em face deste e de outros *topoi* retóricos que podem ser aduzidos, se compreende que a

³⁶² Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. I, Cap. XLIII.

instrução não pode ser reduzida a uma fria operação intelectual, mas, constitui-se sobretudo como um exercício emocional.³⁶³

Deixámos para o final as causas principais³⁶⁴ que justificam a pronúncia de uma arenga: o medo e a desmoralização das tropas que podem conduzir ao desastre. Neste sentido, uma vez mais é decisiva a informação prestada pelo *engarce* inicial no que respeita ao ânimo em que se encontram os militares. Precisamente, no momento em que o leitor lê o *engarce* que introduz a arenga de D. Juan de Áustria aos capitães nos instantes prévios à batalha naval contra a armada otomana, rapidamente se inteira de que D. Juan tomou a decisão de esforçar a sua gente, porque *un desmayo en los gestos amarillos* se ia apoderando da *flaca gente*. De maneira que com este discurso, o famoso general procura restituir a confiança às suas tropas (*dar a los osados, nuevo brio*) para enfrentarem o inimigo destemidamente e com audácia:

Pues viendo el general famoso d'Austria (...) **Un elado temor y miedo acculto: Que de unos a otros pechos se emeçava Conocer y mostrar ya claramente.**

Y que un ciego rumor, y voz medrosa
Volava a ca y alla com triste aguero,
Mostrando alli los flacos coraçones
Un desmayo en los gestos amarillos.
Determina esforçar la flaca gente,
Y dar a los osados, nuevo brio,
Manda llamar, sus fuertes capitanes,
Y juntos los teniendo assi les dize.³⁶⁵

Visto que existem temor e falta de ânimo entre as tropas, a consequência natural é que as linhas argumentativas da arenga reajam em conformidade com esses factores, de maneira que a resposta directa a essas adversidades será dada na linha explicativa da mesma (*didaché*), donde se conclui que esta assumirá maior destaque, retórico e extensivo, relativamente à linha exortativa. De facto, esta arenga que vem do cálamo de Jerónimo Corte Real é a mais extensa do *corpus* de arengas portuguesas quinhentistas (150 versos heróicos), estando inserida no poema épico intitulado *Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Juan d' Austria en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Otomana* (1578), que celebra a vitória dos exércitos cristãos chefiados por D. Juan de Áustria na Batalha de Lepanto contra os turcos otomanos. Ao longo dos 143 versos por que se explana a linha instrutiva da arenga, D. Juan procura restituir a

³⁶³ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 246).

³⁶⁴ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 41).

³⁶⁵ Jerónimo Corte Real, *Felicissima victoria...* Canto IX.

confiança dos seus capitães, trazendo-lhes à memória um elenco de façanhas alcançadas no Oriente, por antigos capitães hispânicos. Na curta linha exortativa, o general exorta-os a terem um comportamento valoroso. No final, todos se mostram disponíveis e animosos para entrarem na luta.

Nesta como em outras arengas do mesmo tipo, admite-se que a arenga do capitão-mor é transmitida por cada um dos seus capitães, ou pelo menos um resumo da mesma, às respectivas companhias. É isso que se depreende da arenga do rei de Achém, requerendo aos seus capitães que esforçassem os seus homens a fim de tomarem a fortaleza de Pacém aos portugueses:

E antes que entrasse nela determinou de a tomar aquela noyte confiado na muyta gente que tinha, e assi lho **disse aos seus capitães, encomendãdolhes que esforçassem sua gête pera isso**, representãdolhes que como os muros e baluartes da fortaleza erão de madeyra...³⁶⁶

Em suma, dada a sua natureza estratégico-instrutiva, a arenga dirigida aos comandos intermédios apresenta um assinalado enfoque retórico-argumentativo na respectiva linha didático-instrutiva (*didachê*).

4. ARENGA DE TIPO 2: DIRIGIDA A UMA ASSEMBLEIA DE TROPAS NUM MOMENTO (HORAS OU DIAS) ANTERIOR AO COMBATE

Sempre que se torna oportuno, procuramos abrir linhas de intertextualidade com os tratados militares escritos até ao século XVI, bem como com a historiografia, seja clássica ou medieval. Grande parte das vezes, a comparação é feita com a historiografia latina, porque esta, à época, era bem conhecida dos escritores portugueses, pois, nas suas obras, inúmeras são, por exemplo, as comparações estabelecidas entre heróis e feitos portugueses e homónimos romanos.

Volvendo a atenção precisamente para a obra de um dos historiadores romanos mais conhecidos, a certo ponto do *Bellum Punicum* (XXVI.41.1-24), ouvimos o narrador dizer que Públio Cipião, chegando à desembocadura do Ebro entendeu que devia de dirigir umas palavras às tropas antes de enfrentar os cartagineses, pelo que, convocada uma assembleia (*contione aduocata*), proferiu-lhes uma extensa arenga. Sabemos que o discurso foi bem acolhido pelos soldados, pois o *engarece* final informa-nos de que *hac*

³⁶⁶ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VI, Cap. L.

oratione accensis militum animis. Observamos, neste passo, que Cipião, dias antes das campanhas militares que se iriam desenrolar no sul da *Hispania*, entendeu que era útil fortalecer os ânimos dos soldados, reunindo-os para o efeito, numa assembleia. Ora, as arengas dirigidas a uma assembleia de tropas, dias ou horas antes de um confronto, enquadram-se no Tipo 2, de acordo com a tipologia apresentada por Carmona Centeno *et. al.* (2008), tipologia aplicada também ao presente *corpus cohortationum*. É útil dizer-se que tanto Tito Lívio, como a historiografia latina no seu conjunto, privilegiam este segundo tipo de arengas, sendo o mais frequente em ambos.

Ao regressarmos à historiografia portuguesa, a primeira grande nota a apresentar é a de que, também neste parâmetro, os historiadores de quinhentos afinam pelo mesmo diapasão, de tal maneira que quase 29 % (63 alocações) dos discursos se enquadram neste Tipo 2 de arengas. Resulta daqui que este tipo discursivo, como se depreende, assume a maior representação no universo total de arengas.

Temos assim que, em quase 29 % dos discursos, os oradores militares pronunciam a sua exortação para uma assembleia de soldados, geralmente heterogénea, uma vez que nela estão integrados não só os soldados, mas também as demais chefias militares, capitães, fidalgos etc. De maneira que, ao contrário do que sucede no Tipo 1, vamos encontrar auditórios maiores, com mais receptores, restando saber se a argumentação seguida, neste contexto, atende a este facto, verificando-se alguma variação/inação retórica relativamente ao modelo anterior.

4.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Neste passo, seguiremos a metodologia aplicada no ponto 3.1. deste capítulo que tem por antecâmara os conceitos terminológicos aplicados por Longo (1983) aos discursos presentes na obra de Tucídides. Em termos práticos, esta metodologia tem por base o cruzamento dos estilos discursivos das arengas, ou seja os processos de emissão dos discursos, com a forma de recepção dessas mensagens pelos diferentes auditórios. Assim, relativamente ao Tipo 2 de arengas, verificamos a ocorrência das seguintes possibilidades:

A. Arenga simples em estilo directo:

Este é o modelo de arenga mais produtivo da historiografia e da épica portuguesas e portanto também deste segundo tipo de arengas. Estamos diante de uma arenga simples em estilo directo, quando o *engarce* inicial nos informa de que o orador pronunciou um único discurso em estilo directo perante um grupo unitário de militares, nada nos dizendo se diferenciou qualitativa ou quantitativamente o seu discurso perante um ou vários grupos de soldados. Atente-se na seguinte cena militar:

Feita esta diligencia, ao outro dia á tarde levantou o Governador o campo, e foi marchando até o Sol posto, que se tornou a alojjar, e ao outro dia fez pela manhã resenha da gente que o seguia, e achou quinhentos e sessenta soldados todos de espingarda, em que entravam cem mosqueteiros que levavam soldo dobrado, e vinte e tres de cavallo, e desta gente ordenou sinco Companhias; e cavalgando em hum fermoso cavallo, armado de armas ligeiras, se poz no meio de todos, e lhes disse: «**Eia, companheiros meus, e esforçados cavalleiros, caminhemos, e vamos buscar os inimigos, que mais contente, e seguro vou com estes poucos tão contentes que com muitos mais forçados, e contra sua vontade**»; e logo foi marchando pela terra dentro com guias³⁶⁷

...

Repare-se que, embora este exército seja composto por cinco companhias que integram categorias militares distintas, soldados, mosqueteiros e cavaleiros, o governador, Francisco Barreto, posicionando-se no meio de todos, pronunciou de uma só vez um único discurso – em **estilo directo** – dirigido uniformemente a todos os combatentes, sem, de acordo com o *engarce* inicial e com próprio discurso, personalizar argumentos tanto para mosqueteiros como para cavaleiros.

Atente-se agora no discurso de D. João de Castro a toda a multidão de tropas que estava reunida no interior das muralhas de Diu, nas vésperas da batalha final contra os sitiantes rumes. O *engarce* inicial especifica que o auditório era constituído por fidalgos, capitães e soldados. Apesar disso, de uma só vez, sem diferenciação argumentativa, o vice-rei pronunciou um único e extenso discurso em estilo directo:

Acabandose a Missa derradeira,
**O Visorey chamou quantos fidalgos,
Capitães, e soldados ali estavam;
Vendoos a todos juntos com silencio**
Com alta voz, começa estas palavras:
«O nobres Portugueses...»³⁶⁸

³⁶⁷ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. XXIII.

³⁶⁸ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

Este é o processo de emissão e recepção que em que são expressas 61% das arengas de Tipo 2, cifra que está em linha com o que sucede nos restantes tipos de arenga, como veremos. Tal facto demonstra uma indesmentível aproximação que a historiografia fez à retórica, no século XVI. Na verdade, o estilo directo coaduna-se com a dramatismo que a obra histórica de quinhentos pretende imprimir ao relato dos seus feitos, pois, nesta época, como na Antiguidade, a obra histórica não é entendida apenas como uma crónica de acontecimentos, mas sobretudo como uma obra literária e com aspirações a erudição. Acresce ainda que por detrás desta estratégia discursiva, além do desejo de impressionar os seus leitores, havia, certamente, um espírito de patriotismo vibrante, que levava os historiadores a verem nos protagonistas portugueses de então, os últimos avatares da heroicidade.

B. Arenga simples em estilo indirecto mimético:

Depois da arenga simples em estilo directo, a arenga simples em estilo directo mimético cobre 37,5% das arengas de Tipo 2, captando a preferência das arengas. Como já dissemos anteriormente, o estilo indirecto mimético é uma imitação do estilo directo, necessitando, por isso, de ser introduzido na narração. Para esse fim, conta com a presença de um *engarce* inicial e/ou como se fosse um discurso em estilo directo. De maneira que nos damos conta de que estamos diante de uma arenga simples em estilo indirecto mimético, quando o *engarce* inicial nos comunica que um chefe militar discursou para as suas tropas, contudo não diz se produzira exortações particulares. Em seguida, surge o discurso em estilo directo. Vejamos um exemplo retirado do opúsculo de Diogo de Teive:

Omnibus igitur ita ad pugnam animatis, paucis milites exhortatus, ne nimio pugnandi ardore ac festinatione victoriam corrumpent, neve ordines relinquerent; in eos solo spem esse perrumpendi adversus tantam hostium multitudinem, si conferti pugnam ineant. **Haec cum praemonuisset** ³⁶⁹(...)

Nestas condições, assim animados todos para a contenda, exortou em breves palavras os soldados: que, por força da excessiva sede de combate e agitação, não deslustrassem a vitória; que não abandonassem a formação de batalha; que, naquele terreno, a esperança de romper contra tamanha multidão de inimigos consistia em avançar para o combate de fileiras cerradas.

Depois que ele fez tais advertências (...)

Como se observa, a não ser o facto de o discurso se apresentar em estilo indirecto, a presença dos dois *engarces* aproximam-no da arenga simples em estilo directo.

³⁶⁹ Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus...*, 75.

C. Arenga em estilo indirecto com decomposição do auditório

Aquilo que caracteriza este tipo de arenga é o facto de, contrariamente aos exemplos anteriores, o orador diferenciar quantitativa e qualitativamente o seu discurso, de acordo com os grupos de receptores a quem se dirige. No caso da arenga em estilo indirecto com decomposição do auditório, a *engarce* inicial notifica-nos de que o orador pronunciou diferentes discursos dirigidos particularmente a grupos ou indivíduos do seu exército. Apesar disso, o narrado só nos oferece uma única arenga em estilo indirecto. Ora, no corpus, registamos a presença de um exemplo: trata-se de uma arenga do turco Rumecão. Procurava convencer os membros do exército, ora individualmente ora em grupo, de que chegara a hora de substituir seu pai, Coge Sofar, na liderança do exército. Só assim estariam aptos para combaterem os portugueses:

Interea ut quisque au[c]toritate apud vulgus pollebat, eorum seorsum animos tentare; **interim apud singulos opportuna tempori dicere; interdum se circulis inserere ac multitudinis animos omni arte tractare**: «patrem quidem suum magnum duces ac fortes virum fuisse, sed unum tamen hominem, ex cuius vita aut morte non modo eius exercitus et regni Cambaiae, sed totius prope orientis spes pendere, universis quidem turpe, tot vero ducibus, qui in exercitu superessent, etiam contumeliosum. (...)». **His ac talibus saepe audiendis confirmati militum animi**. Rumicanem in locum demortui patris duces creant³⁷⁰.

Entretanto, a cada um por sua vez, consoante a autoridade que detinha junto do povo, ia-lhes alicando o espírito, em separado; ora dizia, em particular, o que lhe parecia adequado ao momento; ora se insinuava em grupos e manipulava, com toda a astúcia, o espírito da multidão: «que o seu pai havia sido, sem dúvida, um grande general e um homem de coragem, mas, todavia, não passava de um só homem, e que depender da sua vida ou da sua morte a esperança, não apenas daquele exército e do reino de Cambaia, como ainda de quase todo o Oriente era, em verdade, coisa vergonhosa para todos e, mais ainda, um ultraje para tantos capitães que restavam no exército. (...)».

Ao ouvirem tantas vezes estes e outros semelhantes incitamentos, o ânimo dos soldados robusteceu-se. Para o lugar do pai desaparecido, elegem Rumecão como chefe.

O *engarce* inicial atesta que, apesar de Rumecão ter produzido diferentes exortações com conteúdo retórico idêntico, o narrador optou apenas por mostrar essa similitude num único discurso em estilo indirecto mimético.

Se confrontarmos os processos de emissão e recepção da mensagem aqui identificados com aqueles que atrás foram recenseados no Tipo 1 de arengas, notamos que a variedade de processos é aqui maior. No nosso ponto de vista, a justificação advém do facto de que também os contextos narrativos que favorecem os discursos de assembleia são mais diferenciados, como vimos acima. Este facto ligado à

³⁷⁰ Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus...*, 38.

heterogeneidade dos auditórios, que integram diferentes categorias militares, potencia tanto a decomposição das exortações como os processos narrativos de transmissão das mensagens.

4.2. *ENGARCES* IDENTIFICADORES

Como já anteriormente sublinhámos, a análise dos *engarces* das arengas é determinante para se aferir o contexto narrativo que implicou a inserção dos discursos, revelando igualmente informações importantes quanto ao ânimo das tropas quer quanto ao tipo de intervenção retórica praticado.

a. **Delimitação do âmbito oratório e informação sobre o tipo de arenga pronunciado.** Para a classificação tipológica das arengas é determinante que se proceda a uma pormenorizada análise dos *engarce* prévio à introdução do discurso na narrativa dos feitos. De facto, o *engarce* inicial funciona como charneira entre a narrativa e o discurso, permitindo, desde logo, avaliar os reais motivos que levam o narrador à inserção daquele discurso em particular, do mesmo modo que, a partir da análise do mesmo *engarce*, se concluiu acerca do tipo cada uma das arengas. Para além disso, o *engarce* inicial permite identificar o emissor e o(s) receptor(es) da alocução, bem como, em alguns casos, apreender a força do acto ilocutório que se segue. Mas vejamos cada um destes aspectos *per se*. Se atentarmos no exemplo seguinte, o *engarce* que introduz a arenga de D. João de Castro no opúsculo de Diogo de Teive, verificamos que ele permite fazer a transição entre o discurso prévio enunciado pelo custódio António e inserção da arenga do vice-rei [1]; permite identificar o emissor [2], também o receptor [3], cujo contexto nos diz que é guarnição da fortaleza de Diu e, finalmente, o mesmo *engarce* nos notifica sobre os motivos que levam à pronunciação do discurso [4], no caso, para motivar as tropas:

[1]Haec ubi dixisset, quamquam omnium animi spe et fiducia erecti viderentur, Praetor[2] tamem paucis admonendos[4] sibi[3] ratus, silentio facto, ita exorsus est³⁷¹ (...)

Assim que acabou de pronunciar estas palavras, embora o ânimo de todos parecesse levantar-se na esperança e na fé, o Governador, contudo, por ser de opinião que devia dirigir-lhes algumas palavras de incitamento, estabelecido o silêncio, assim falou:(...)

³⁷¹ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 83.

Importa pois reconhecer que o *engarce* identificador das arengas de Tipo 2, ainda que mantenha uma proximidade com o congénere das arengas de Tipo 1, apresenta algumas diferenças: em primeiro lugar, e isto é importante, o verbo *chamar* aplicado ao orador (muito frequente no *engarce* das arengas de Tipo 1), no sentido de este mandar chamar as tropas para lhes discursar, torna-se aqui residual. Ou seja, se antes havia um desfasamento temporal entre a ordem de chamamento e a pronúncia do discurso, pois fisicamente, os capitães parecem estar espacialmente afastados do emissor-orador, certamente junto da companhia de militares sobre quem directamente exercem a autoridade, agora, o mesmo emissor-orador parece encontrar-se muito próximo ou junto da assembleia de tropas para quem vai discursar. De maneira que, ou o capitão-mor ordena a reunião das tropas à sua volta e então o verbo *ajuntar* substitui o pretérito verbo *chamar*, como no exemplo seguinte: *Feito isto, ajuntou todos no terreiro da fortaleza, e posto no meio delles, fez esta breve falla.*³⁷² Diga-se, no entanto, que exemplos como este são fortuitos, pois na larga maioria dos casos, os discursos são introduzidos por um breve *engarce*, de acordo com a estrutura acima detalhada. Tal pressupõe uma proximidade espacial entre o emissor-orador e o auditório, como sugere o *engarce* que anuncia a arenga naval de Duarte Pacheco Pereira: *(E depois de todos comerem, lhes disse),*³⁷³ não havendo assim a necessidade de chamar ou de ordenar o ajuntamento das tropas.

Em segundo lugar, o âmbito oratório do discurso alarga-se agora a toda a comunidade militar de um exército ou de uma companhia, formando, portanto, uma assembleia de tropas. É isso que podemos observar no *engarce* introdutório da arenga de D. João de Castro aos militares de Diu:

Acabado este solemne auto (que foi de muito grande alegria e consolação pera todos) levantou-se o Governador no meio de **toda aquela multidão de soldados**, e alçando a voz, lhes fez esta breve prática.³⁷⁴

O *engarce* inicial pode, todavia, apresentar-se mais específico, diferenciando hierarquicamente os diversos militares que compõem o auditório, de maneira que algumas assembleias, para além de soldados, são compostas também por capitães, por cavaleiros, e por demais elementos da fidalguia, ou seja, o universo total dos militares que compõem um exército, uma guarnição ou uma armada. Assim, enquanto aquela mesma arenga de D. João de Castro constante da *Ásia* de Diogo do Couto tem como

³⁷² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

³⁷³ Castanheda, *História do Descobrimento...* Liv. I, Cap. LXXIII.

³⁷⁴ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

receptor, a *multidão de soldados*, o mesmo discurso, fruto da reelaboração retórica de Jerónimo Corte Real, apresenta-se, no seu poema épico, com o auditório discriminado:

Acabandose a Missa derradeira,
O Visorey chamou quantos **fidalgos**,
Capitães, e **soldados** ali estavam;
Vendoos a **todos juntos** com silencio
Com alta voz, começa estas palavras:³⁷⁵

Em face das informações proporcionadas pelo *engarce* introdutor, designadamente o facto de agora o orador, sem movimento, proferir um discurso a uma assembleia de tropas, nos momentos que antecedem um combate, levam-nos a concluir que estamos diante de arengas do Tipo 2.

b. **Informação sobre as características e objectivos do discurso.** Entre as informações relevantes para a compreensão do discurso e das suas características retóricas, apontam-se as relacionadas com os objectivos do orador. Isso processa-se mediante o adiantamento de temas e argumentos-chave, que logo serão desenvolvidos no corpo discursivo. Com esta estratégia, o leitor fica mais bem preparado para acolher o significado contextual e retórico do discurso com que se irá deparar.

Vários são os *engarces* de arengas do presente tipo discursivo que apresentam informações cruciais acerca das características dos discursos e dos objectivos que determinaram a sua pronúncia. Porventura, um dos mais significativos e eloquentes da historiografia portuguesa é o *engarce* que introduz o discurso que Afonso de Albuquerque fez a toda a armada antes de atacar Goa. Nele é justificada a própria finalidade do discurso militar, animar as tropas (*era levar os homeês contentes e alegres*), apagando-lhes da memória qualquer recordação negativa do passado (*pólos ver em algũa maneira descontentes do que se passara nella quãdo a leixáram aos mouros*), no caso concreto, o facto de já terem perdido uma vez aquela cidade para os mouros. Se bem que Albuquerque, sobre esse desvairo, já havia falado em conselhos anteriores, todavia, e o que vem a seguir é retoricamente saboroso, lhe pareceu que era necessário, pela experiência que tinha, *adoçar* o ânimo das tropas, quando obedecem a justificações superiores, sobretudo nos momentos, como seria aquele, em que *elles vam offerecer suas vidas debaixo de seu mãdado*. Ou de seja, renova-se a finalidade retórica deste e de qualquer discurso militar, dulcificar o ânimo das tropas:

³⁷⁵ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

Afonso Dalboquerque como a principal cousa que avia mister pera cometer aquella cidade Goa, **era levar os homees contentes e alegres** póllos ver em algũa maneira descontentes do que se passara nella quãdo a leixáram aos mouros, posto que já sobréste caso em alguus conselhos se tinha justificado, toda via lhe pareceo necessário dar publica razam de sy, **pola experiencia que tinha quanto adoçava o animo dos homees que obedecem as justificações do superior, e mais nos tempos que elles vam offerecer suas vidas debaixo de seu mãdado.** Assy que movido destas causas (posto que em todos visse prontidã pera aquelle feito) quis próporlhe este arazoamento³⁷⁶

De semelhante jaez, é o *engarce* que anuncia a arenga de D. João de Mascarenhas na crónica de Fernando de Castro. Neste longo *engarce*, entre outros aspectos que posteriormente comentaremos, sabemos, antecipadamente, que a prática é *mui avisada* e que animou a todos os que se encontravam dentro da fortaleza, de tal maneira que, depois de a ouvirem, desejaram *se verem logo embrulhados com os mouros*. Mais importante ainda e que este *engarce* cumpre efectivamente a função que lhe está destinada, servir de nexo entre a narração e o discurso. Repare-se que o narrador/ historiador sente a necessidade de justificar a inserção da arenga: *qual prática me pareceu razão pôr aqui memória de tão singular e insigne capitão*. A arenga é pois uma estratégia que demonstra a adesão do narrador/historiador a esta personagem, bem como um forma expedita de evidenciar o carácter prudente e sábio deste capitão, cujo discurso serve ainda para impressionar os seus leitores:

E para fazer em tudo bem o officio de bom capitão e tão prudente como ele era, fazendo vir diante si toda a gente que havia na fortaleza, lhes fez uma **prática mui avisada em que animou de maneira a todos os que estavam na fortaleza**, que ficaram desejando de se verem logo embrulhados com os mouros para mostrarem quão pouco os estimavam; **a qual prática me pareceu razão pôr aqui memória de tão singular e insigne capitão.** *Fala que D. João Mascarenhas fez aos soldados da sua fortaleza de Diu, antes de ser socorrido.*³⁷⁷

Não de forma tão eloquente como nos exemplos anteriores, no entanto, vários são os *engarces* que, de uma maneira mais telegráfica, anunciam que o objectivo do discurso é animar as tropas, como foi o caso Mir Zaman, capitão dos Mogores, lhes fez *hũa pratica para os animar*³⁷⁸ antes de cometer um exército inimigo de 60 000 homens ou do *primcipee* (de Cochim) *Maramuhy* que *pera os provocar ha pellejar lhes fez a falia seguimte*.³⁷⁹

³⁷⁶ João de Barros, Década II da *Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

³⁷⁷ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

³⁷⁸ João de Barros, Década IV da *Ásia*, Liv. VII, Cap. XI.

³⁷⁹ *Crónica do Descobrimento...*, Cap. XXIII.

c. **Identificação e caracterização do orador.** O *engarce* inicial faculta-nos sempre a identificação dos oradores deste tipo discursivo. Assinala-se, do ponto de vista da enunciação, uma enorme conformidade com as arengas de Tipo 1, uma vez que também estas são geralmente pronunciadas pelos grandes protagonistas históricos. Convém notar, contudo, que nos deparamos com ligeiras inovações. Ora, se é novidade na literatura portuguesa depararmos-nos com oradores colectivos de arengas, na historiografia antiga estão recenseados casos de arengas pronunciadas por generais ou soldados em conjunto. Assim, no poema épico de José de Anchieta, é possível identificar jovens índios brasileiros exortando-se mutuamente para atacarem os portugueses e o seu capitão em particular:

Confluit omnis
Undique, vel letum bello subitura, vel ipsum
Demissura duces morti, selecta iuventus;
Inque vicem ad pugnam sese succendere³⁸⁰.
Eis que de toda a parte acorrem jovens valentes prontos a arrostar a morte na luta ou a infligi-la de vez ao chefe; uns aos outros se inflamam para o combate com estas palavras.

Já do lado português, no mesmo poema, são os capitães que exortam os companheiros à luta contra os ocupantes franceses: *Hortantur socios primores agmines*³⁸¹ / *Exortam aos companheiros os chefes do exército*. Este colectivo de vozes de emissores-oradores é a principal inovação nesta questão da emissão dos discursos.

Por outro lado, se os mesmos *engarces* identificam universalmente os oradores das arengas de assembleia de tropas, já são mais parcimoniosos na respectiva caracterização. Os melhores exemplos são os que acima apresentamos, relativamente a Afonso de Albuquerque e D. João de Mascarenhas.

Sobre Afonso de Albuquerque já muito se escreveu, sendo amplamente reconhecido o seu papel na fundação do Estado da Índia. Era decerto um grande líder militar, exímio condutor de homens. Nas palavras de João de Barros, Albuquerque tinha experiência em retórica militar, pois sabia que era fundamental adoçar o ânimo das tropas, sobretudo quando recebem ordens que colocam em risco as suas vidas. Não é pela força, mas sim pela motivação que lutam as tropas, como muito bem sabia o experiente Albuquerque, aqui comparado aos grandes generais da Antiguidade:

³⁸⁰ José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Liber II, vv. 1612-15.

³⁸¹ José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Liber II, v. 1922.

Afonso Dalboquerque como a principal cousa que avia mister pera cometer aquella cidade Goa, era levar os homeês contentes e alegres pólos ver em algũa maneira descontentes do que se passara nella quãdo a leixáram aos mouros, posto que já sobreste caso em alguũs conselhos se tinha justificado, toda via lhe pareceo necessário dar publica razam de sy, **pola experiencia que tinha quanto adoçava o animo dos homeês que obedecem as justificações do superior, e mais nos tempos que elles vam offerecer suas vidas debaixo de seu mãdado.** Assy que movido destas causas (posto que em todos visse prontidã pera aquelle feito) quis próporlhe este arazoamento³⁸²

Em termos análogos, se inscreve a caracterização apresentada pelo engarce introdutório da arenga de D. João de Mascarenhas. A justificação da sua arenga decorre da obediência ao tópicos do general exemplar, muito popularizado pela historiografia antiga, que exorta as tropas e é o primeiro a abrir caminho entre os inimigos. Aqui temos D. João de Mascarenhas exercendo uma parte desse ofício de bom capitão, fazendo uma prática muito avisada a toda a gente que havia na fortaleza de Diu. Repare-se no uso intensificador dos adjectivos, *bom capitão e tão prudente, tão singular e insigne capitão*, cuja arenga era *mui avisada*:

E para fazer em tudo bem o ofício de bom capitão e tão prudente como ele era, fazendo vir diante si toda a gente que havia na fortaleza, lhes fez uma **prática mui avisada** em que animou de maneira a todos os que estavam na fortaleza, que ficaram desejando de se verem logo embrulhados com os mouros para mostrarem quão pouco os estimavam; a qual prática me pareceu razão pôr aqui memória de **tão singular e insigne capitão.** *Fala que D. João Mascarenhas fez aos soldados da sua fortaleza de Diu, antes de ser socorrido.*³⁸³

Estes exemplos mostram uma apreciação subjectiva e valorativa dos oradores por parte dos historiadores, de maneira que se comprova que na informação proporcionada pelos *engarces* acerca dos oradores, os historiadores se costumam afastar do conceito de objectividade histórica.

d. **Verbo introdutor do discurso.** Para a análise completa do *engarce* introdutor dos discursos, cumpre agora dirigir o enfoque sobre as palavras que directamente contactam com os mesmos. Sabemos de antemão que essas ditas palavras pertencem à categoria sintáctica dos verbos declarativos, *verba dicendi*, e por eles passa muita da força ilocutória de cada um daqueles actos de fala. Aquando da análise desta questão nas arengas de Tipo 1, verificámos que o verbo *dizer* era largamente seleccionado neste contexto. Pois bem, no Tipo 2, este mesmo verbo continua a reunir a preferência dos narradores/historiadores para intercalarem os discursos nas narrativas dos feitos. Porém,

³⁸² João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

³⁸³ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

uma análise transversal aos 63 discursos evidencia que um leque variado de outros verbos vem ocupar esse lugar, facto que documenta que estes discursos decorrem de contextos narrativos mais abrangentes, que conduzem a necessidades exortativas específicas.

Esta evidência está bem patente na historiografia e na épica em língua latina. Podemos encontrar formas verbais como *allocatus est; hortando; exortatus; admonendos*;³⁸⁴ *ostendit*,³⁸⁵ destacando-se a sugestiva e imagética forma verbal no poema de Anchieta (*Inque vicem ad pugnam sese succendere*).³⁸⁶ Trata-se de verbos que têm uma forte vocação exortativa, coadunável com a retórica militar exigida em cada um dos respectivos momentos de enunciação. Algo similar se passa nas obras em língua portuguesa: se o verbo *dizer* continua a ser preponderante, sofre também a concorrência de outros mais impressionantes como os seguintes *animou pera peleja*³⁸⁷; *deteve-os para os esforçar*,³⁸⁸ *persuadiu*,³⁸⁹ *bradou...*³⁹⁰. Também a presença sugestiva de alguns constituintes sintáticos com o verbo *fazer* como *fez-lhe uma fala*³⁹¹ ou *fez esta breve prática*.³⁹² Nesta linha, destaca-se o *engarce fazer razonamento (fez um razoamento n'esta maneira)*³⁹³, com duas ocorrências. Trata-se do conhecido termo *rationem* que previamente se encontra em Vegécio (III.12), e com o qual se vinca o carácter argumentativo que têm as palavras do chefe militar antes de uma batalha. Finalmente, uma nota para *engarces* mais solenes, focalizados topicamente na alocução, como o constante da obra de Fernando de Castro (*Fala que D. João de Mascarenhas fez aos soldados da sua fortaleza de Diu, antes de ser socorrido*).³⁹⁴

Como já tínhamos dito, esta maior diversidade de verbos introdutores resulta da necessidade de ajustar os discursos a novos contextos narrativos, nomeadamente relacionados com o grau de motivação das tropas e a correlativa necessidade de as animar, bem como a iminência/importância do combate. Verbos como os que acima identificámos na historiografia e na épica em língua latina, bem como *persuadir; animar* ou *bradar*, em língua portuguesa, transmitem uma enorme força ilocutória, focalizada na necessidade de *mouere* os soldados para a batalha. Regra geral, as alocuções introduzidas

³⁸⁴ Diogo de Teive, *Commentarius...*

³⁸⁵ Damião de Góis, *De Bello Cambaico...*, 28.

³⁸⁶ José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Liber II, v. 1615.

³⁸⁷ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. CV.

³⁸⁸ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VI, Cap. XL.

³⁸⁹ Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. I, Cap. V.

³⁹⁰ Diogo do Couto, *Década X da Ásia*, Liv. I, Cap. V.

³⁹¹ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XXX.

³⁹² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

³⁹³ Rui de Pina, *Crónica D'El Rei D. Afonso V*, Cap. CII.

³⁹⁴ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

por estes verbos são breves e de forte conteúdo parenético e produzidas já na iminência do combate ou, pelo menos, com o inimigo à vista, explorando argumentativamente um reduzido número de tópicos, quase sempre o da possibilidade de vitória [1], depois a justiça da luta [2] e os motivos éticos [3]. É isso que demonstra uma análise sumária da arenga de Fernando de Castro, durante o segundo cerco de Diu:

Itaque animi viribus, corporis infirmitatem dissimulans, suorum animos ad pericula subeunda **hortando, praeparat**: [1] rerum praeclare gestarum a maioribus in India et Africa commemoratione accendit, parva saepe manu hostium numerosos exercitus fusos ac fugatos, oppida capta, unumquemque praesentium sui privatim decoris ac rerum per tot menses, quibus obsessi fuerunt, gestarum admonet; neminem esse omnium qui non eo tempore decem aut plures hostium occiderit, esse nonnullos, qui totas a se cohortes extinctas merito gloriari possint, [2] divinum vero praesidium cum Lusitanis in omnibus bellis semper adfuerit, in hoc non defuturum, quo nullam umquam iustioribus de causis sit susceptum; [1] quaecumque humano consilio provideri possent, ea praefecti sapientia ac diligentia provisa, [3] itaque in hoc proelio, quod ultimum futurum esset, eum quem superioribus diebus animum praestitissent, praestare debere, semperque illud secum cogitent, fortissimum quemque tutissimum esse³⁹⁵.

Disfarçando, assim, com as forças da alma a enfermidade do corpo, prepara o ânimo dos seus homens, com palavras de incitamento, para enfrentar o perigo, inflama-os com a evocação dos gloriosos feitos alcançados na Índia e em África pelos seus antepassados - os numerosos exércitos desbaratados e postos em fuga, vezes sem conta, por um punhado de guerreiros, as cidades conquistadas, relembra aos presentes a glória de cada um deles e os feitos alcançados ao longo de tantos meses em que estiveram sujeitos ao cerco; de entre todos não havia nenhum que não tivesse abatido, no decurso desse tempo, dez ou mais inimigos, que alguns havia que podiam, com justiça, orgulhar-se de por si terem sido dizimados esquadrões inteiros, mas que a Divina Providência sempre esteve presente, ao lado dos Portugueses, em todas as batalhas, e que lhes não havia de falecer nesta, pois nenhuma causa mais justa do que ela alguma vez fora abraçada; que, de quanto era possível serem munidos, no tocante a conselho humano, de tudo isso estavam munidos pela sabedoria e diligência do capitão, e assim, nesta batalha, que havia de ser a derradeira, aquela coragem de que haviam dado mostras nos dias precedentes, dela deveriam dar mostras, que tivessem sempre presente nos seus pensamentos que todo o que for o mais valoroso, esse será o mais seguro.

Ao invés, a maioria qualificada dos discursos de assembleia, introduzida por formas verbais dos verbos *dizer* e *falar* e seus derivados, apresenta um comportamento diferente. Estes são os mais extensos de todo o *corpus*, bem como os que congregam o maior número de *topoi* retóricos e respectivo desenvolvimento e a sua finalidade para além de *mouere* e também de *docere* de ensinar ou persuadir. Estamos a falar de arengas de assembleia proferidas com alguma antecedência relativamente ao embate bélico e cujo objectivo não é tanto o de mover as tropas para a batalha, ou de definir uma estratégia de combate, mas sobretudo o de provocar a adesão das tropas a uma causa, naturalmente a que é apresentada pelo capitão-orador. Atente-se na extensa arenga de D. Afonso Henriques, na crónica homónima de Duarte Galvão (Cap. XIV). Diz-nos o *engarce*

³⁹⁵ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 62.

inicial que nas vésperas da Batalha de Ourique e à vista da multidão sem conto de tropas mouras, a hoste portuguesa começou a vacilar e pôr em dúvida uma batalha com tamanha desigualdade de tropas. Alguns portugueses chegaram-se a Afonso Henriques instando-o a não cometer essa loucura, que era coisa sem razão, uma aventura em que punha em causa o senhorio de Portugal e até uma forma de tentar a Deus. De maneira que o jovem Afonso reuniu toda a hoste (*e posto que nelle só houvesse o esforço que a toda a Oste cumpria, lhe pareceo necessário fazer a todos uma falla*) e fez-lhes uma extensa fala. Valendo-se de uma série de *topoi* retóricos, desde a justiça até à honra da luta:

Certo não é de homens, nem de Cavalleiros, e muito menos de Christãos, e mais nós Portuguezes recearmos trabalho, que nos sae em tanta gloria, nem morte que nos passa a vida para sempre segura da morte, pelo qual meus bons Cavalleiros tenhamos muita Fé, e muita Esperança, em N. Senhor, o dia de amenhã em que com sua graça venceremos a batalha, será de tanto prazer para nós, e nos apresenta tanta gloria e honra para o outro mundo, e para este cuidando no premio, faz ligeiro o trabalho;

Terminado o discurso, todos aderiram imediatamente à vontade do príncipe, de tal maneira que, diz o *engarce* final, parecia que todos tinham sido trespassados pelo mesmo esforço de Afonso, mostrando-se já prestes e ledos para a peleja:

Quando os Portuguezes ouviram taes palavras, com tanto e tão confiado esforço do Príncipe, foram assi todos esforçados, e animados de um coração para servir a Deos, e a elle naquella **batalha que pareceo ser trespassado em cada um o mesmo esforço, que no Príncipe viam**, responderam todos mui ledos, que pois elle queria, e lhe assi parecia, elles estavam mui prestes para fazer o que sempre fizeram aquelles donde elles decendiam.³⁹⁶

Resulta daqui que a historiografia quinhentista portuguesa se apresenta alinhada com a historiografia antiga, pois entende o discurso de assembleia como a essência e razão de ser da arenga historiográfica.³⁹⁷ Nestas arengas de assembleia, se bem que não desapareça a função de exortar ou de *mouere*, encontramos bem plasmada a função de *docere* e de persuadir. Na nossa opinião, estes longos e desenvolvidos discursos militares, mais do que cumprirem uma função retórica junto dos soldados-receptores, por certo logisticamente inverosímeis, têm, afinal, como destinatários privilegiados, os leitores das obras históricas. Mais do um discurso pronunciado por um capitão-mor diante de uma assembleia de militares, este é um discurso escrito e reelaborado retoricamente por um historiador, destinado à *respublica* dos leitores de obras históricas. Este é o momento

³⁹⁶ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

³⁹⁷ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 303).

apropriado para o historiador manifestar e expressar a ideologia dominante de uma personagem, da nação ou dele próprio, por isso o enorme empenho que coloca na *inventio* e na *dispositio* dos *topoi* retóricos.

Em suma, estes são os discursos cujo grau de elaboração mais se aproxima das normas da retórica e da oratória.

d. **Indicar o resultado ou as consequências de um discurso.** Vimos no ponto anterior que a hoste portuguesa aderiu à causa do seu chefe, Afonso Henriques. Nem todos os discursos, como já antes dissemos, apresentam o efeito das tropas nos seus ouvintes. Às vezes uma oração participial assinala o fim da alocução, sendo, de seguida, retomada a narração dos feitos. Parece haver uma tendência entre a manifestação de adesão do auditório expressa pelo auditório e as consequências bélicas futuras. Ou seja, nos casos em que há um assentimento claro do auditório ao discurso acabado de referir, a consequência habitual redundante na vitória da respectiva hoste. Isso passa-se com a arenga de Afonso Henriques, vitorioso em Ourique ou as diferentes versões da arenga de D. João de Castro.

4.3. SUPERFÍCIE (TERRESTRE OU MARÍTIMA) EM QUE É PROFERIDA A ARENGA

Se mais de metade das arengas de Tipo 1 ocorre a bordo de uma nau, esse cifra desce para cerca de 33 % (21 discursos) da totalidade de discursos de Tipo 2. Para essa cifra, concorre o facto de agora o universo historiográfico integrar também obras que abordam apenas assuntos pré-ultramarinos, nomeadamente os sucessos que rodeiam a vida épica do rei fundador. Por outro lado, proferir a uma alocução à totalidade dos elementos de uma armada de guerra levantaria certamente problemas logísticos. É verosímil que o capitão possa discursar aos elementos que estão embarcados num único navio, de que exemplo a arenga de Duarte Pacheco Pereira. Perante a chegada de uma armada inimiga, o capitão pronuncia uma exortação aos homens da sua caravela:

Depois disto estãdo Duarte pacheco hũ domingo jentando na sua **caravela** que viera de vigiar aquela noyte, como fazia as outras, disselhe hũ homẽ que estava no topo do masto, que pola bãda de Repelĩ vinhã dezoyto paraós de Calicut. E sabendo que não erão mais disse aos seus.³⁹⁸

³⁹⁸ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. I, Cap LXXVIII.

Ao contrário, já nos parece pouco verosímil a arenga produzida por Tristão Vaz da Veiga. É certamente mais uma elaboração literária levada a efeito por Diogo do Couto, de uma correspondência com a realidade. Aquele capitão, apercebendo-se de que a batalha estava iminente, desceu da fortaleza da sua nau e embarcou-se numa galeota, para que os seus homens, vogando em pequenos barcos, o sentissem ao mesmo nível de risco. Depois chamou a totalidade da armada para junto de si, para os alentar com o seu discurso. Sem dúvida de que literariamente esta arenga resulta ao nível da imagética, do ponto de vista pragmático seria complicado proferir uma alocução a uma armada dispersa por várias embarcações, no mar ao largo de Malaca:

Vendo Tristão Vaz da Veiga que era já necessario baralhar-se com elles por lhe ser forçado, entregou a sua nao a hum Manoel Ferreira, e elle embarcou na galeota de Ayres Pinto, porque vissem os nossos que elle se não queria valer da Fortaleza da sua nao, estando elles arriscados em navios tão pequenos, e mal petrechados, e chegou toda a Armada a si, e animou a todos, afirmando-lhes...³⁹⁹

Porém, a maioria das arengas pronunciadas diante de uma assembleia de soldados desenvolve-se em cenário terrestre, em que o emissor-orador costuma discursar apeado. Importa, sobretudo, atender a alguns *engarces* que nos informam sobre a posição que o capitão-orador ocupa na assembleia, quando profere uma arenga. Vários são os *engarces* que nos documentam que o orador discursava no meio da multidão de soldados, portanto em ambiente informal, visto que também os militares não estavam em formatura. Vejamos dois exemplos distintos que nos asseguram um grau de confiança assinalável de que os oradores portugueses preferiam esse contacto mais personalizado.

O primeiro exemplo é o de D. João de Castro. Segundo Diogo do Couto, antes da batalha final contra os sitiados de Diu, o governador posicionando-se no meio da multidão de soldados residente naquela cidadela, cerca de três milhares de homens, pronunciou uma emotiva arenga:

Acabado este solemne auto (que foi de muito grande alegria e consolação pera todos) levantou-se o **Governador no meio de toda aquela multidão de soldados**, e alçando a voz, lhes fez esta breve prática.⁴⁰⁰

Já antes, no início dessas hostilidades, o capitão-mor, D. João de Mascarenhas, havia tido um comportamento similar, como nos conta também Diogo do Couto (*Feito*

³⁹⁹ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Liv. IX, Cap. XVII.

⁴⁰⁰ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

*isto, ajuntou todos no terreiro da fortaleza, e posto no meio delles, fez_esta breve falla.)*⁴⁰¹

Embora as referências não sejam de todo objectivas, pelo contexto, depreendemos que um reduzido número de arengas é produzido por um emissor-orador montado num cavalo. Vejamos o exemplo de D. João de Meneses que faz uma correria, no Norte de África, com cerca de duas centenas de cavaleiros. As probabilidades de a arenga ser pronunciada com o orador em posição equestre, são elevadas

Erant autem illi, quos tunc secum eduxit, equites viginti supra ducentos, quibus ubi commodum visum fuit, quid sui consilii esset, aperuit⁴⁰² (...)
Eram os que ele levou consigo acima de 220 cavaleiros, a quem, quando lhe pareceu acertado, descobriu qual era sua deliberação.

Do mesmo modo, o exemplo seguinte parece deixar pouca margem para dúvidas:

E dizendo isto decerão todos pola serra abaixo, que era tão íngreme que quasi que lhe corria as selas sobre os pescoços dos cavalos, que se os mouros tiverão acôrdo ao descer os matarão todos. E chegados dous tiros de besta dos imigos pouco mais ou menos, devevos ho capitão e fezlhes hũa fala, dizendo (...).⁴⁰³

Como temos estado a assistir desde o início da análise deste tipo de arengas, a diversidade marca este modelo de discurso, conduzindo-o ao mais marcante da historiografia ocidental.

Sentimos aqui a necessidade de fazer um comentário. De certo modo, o leitor actual tem a sua imaginação muito condicionada pelos relatos de batalhas veiculados pela historiografia antiga e popularizados, depois, pelo cinema. Na historiografia antiga, a imagem cristalizada de um general discursando à frente de um exército ou entre as suas fileiras é muito forte, vincando-se muito claramente a extrema entre as arengas proferidas diante de um exército formado e as alocações ditas defronte de uma assembleia de tropas.

Já na historiografia portuguesa, nomeadamente na ultramarina, essas imagens diluem-se, não só porque o modo de fazer a guerra tinha evoluído e os portugueses praticavam uma guerra de ataques súbitos e rápidos, mas também porque os exércitos portugueses contavam sempre com poucos efectivos. De maneira que essa imagem do capitão a discursar diante de um exército formado é rara na historiografia portuguesa. De facto, perante a iminência de um combate, o capitão, na maioria das vezes, chama a si os

⁴⁰¹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

⁴⁰² Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber III.

⁴⁰³ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. LXV.

seus soldados e diante daquela assembleia, profere uma curta exortação, valendo-se de dois ou três breves *topoi* retóricos. Finda a exortação, cada um dirige-se para o seu posto esperando o início da batalha, ou executa de imediato a missão que lhe estava destinada. É pois necessário ter a noção de que alguns discursos de assembleia, os mais curtos, são proferidos na iminência da batalha e enquadram-se nas circunstâncias atrás enunciadas. Há também discursos de assembleia pronunciados com antecedência relativamente à batalha (horas ou até dias) e esses são mais extensos, não só pela disponibilidade temporal associada, mas também porque resultam da reelaboração retórica executada posteriormente pelos historiadores.

4.4. EXTENSÃO E CONTEÚDO DAS LINHAS ARGUMENTATIVAS

Como disséramos, as arengas pronunciadas diante de uma assembleia de tropas são as mais numerosas, as mais extensas e as que reúnem um maior número de *topoi* retóricos. Se bem que nelas não desapareça a função de exortar ou *mouere* (sobretudo nas mais curtas), encontramos também a finalidade de *docere*, de ensinar ou persuadir que se anunciam logo nos verbos relacionados com os *uerba dicendi*, seus introdutores, os quais não acarretam consigo uma matriz de exortação (ex. dizer, falar). Em suma, estes são os discursos que mais obedecem às regras da oratória, em que ao nível da *dispositio* é possível identificar o *exordium*, a *argumentatio* e a *peroratio*, tal como o demonstram a arenga de D. João de Castro no *Commentarius* de Diogo de Teive ou o longo discurso de Afonso de Albuquerque antes de tomar pela segunda vez Goa, segundo a pena de João de Barros.⁴⁰⁴

Pelo exposto, ao nível das respectivas linhas argumentativas, logo se compreende l que a linha instrutiva (*didaché*) seja muito mais extensa do que a linha exortativa, congregando um número considerável de *topoi* retóricos, com assinalada profundidade argumentativa. Vários são os exemplos que aqui poderíamos apresentar, no entanto, cingimo-nos somente ao já amplamente citado, longo discurso de D. João de Mascarenhas.

Na linha didático-instrutiva, encontramos o *topos* da justiça da luta (*o que toca ao serviço de Deus e de el-rei nosso senhor, principalmente contra aqueles que foram quebrantadores das pazes que com ele tinham feitas*), seguido do *topos* da fama em

⁴⁰⁴ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

desfavor do desprezo dos bens materiais (*E porque o proveito e cómodo que daqui se nos consegue está tão certo, achei por escusado tratar de interesse a Vossas Mercês, pois tão pouco interesseiros se têm mostrado desde o tempo que os converso por me parecer melhor trazer-lhes à memória a grande nomeada que poderá ficar de nós quando nas obras correspondermos com o sangue donde procedemos*). Vem ainda o *topos* da possibilidade e facilidade de vitória (*devemos tirar da fraqueza forças e não respeitar a multidão dos inimigos, porque a virtude dos poucos quando está unida numa vontade e numa determinação fortior est;*) e claro o *topos* na necessidade de lutar e vencer (*deve cada um de se esmerar em mostrar a força de seu braço e o ânimo de seu espírito; porque, que aproveitam vitórias passadas se houverem de ficar escurecidas por descuido e negligência dum dia e ficara licença aos pragueiros para poderem dizer que por covardia perdemos o que tínhamos alcançado*).

Já a linha exortativa foca-se no *topos* da honra, exortando o capitão as tropas, a morrerem doce e gloriosamente por Deus e pela pátria (*não nos assombre a morte nem trabalhos porque, que mor honra pode ser que morrer tão honradamente por serviço de Deus e de el-rei nosso senhor, e por honra da nossa pátria*).

Por este *exemplum* parece-nos que fica sancionado o objectivo de instruir e ensinar deste tipo de discurso, sem que a finalidade de *mouere* desapareça.

5. ARENGA DE TIPO 3: DIRIGIDA ÀS TROPAS EM FORMAÇÃO NO CAMPO DE BATALHA ANTES DO COMBATE (SEM INDICAÇÃO DE MOVIMENTO POR PARTE DO CAPITÃO)

Muitos dos leitores da *Iliada* têm certamente bem presente aquele episódio em que, perfiladas as tropas para o início da batalha, Aquiles e Heitor⁴⁰⁵ proferem uma parilha de discursos paralelos diante das respectivas hostes. Certamente que, ao longo dos tempos, os seguintes poetas e os historiadores, ao inserirem um discurso de Tipo 3 nas suas narrativas históricas, ter-se-ão recordado daquele episódio retórico que envolve os dois heróis homéricos. É o caso de Tucídides, em cuja obra⁴⁰⁶ estão recenseadas seis arengas tipologicamente afins, proferidas pelos oradores aos seus exércitos em formatura. Dessas seis arengas de Tipo 3, interessa-nos evidenciar quatro delas, todas em estilo directo. Assim, tanto as arengas de Pagondas (*Hist.* 4.92) e a de Gilipo e dos generias

⁴⁰⁵ Hom., *Il.*, (20. 354-363 e 366-372).

⁴⁰⁶ Cf. CARMONA CENTENO *et al.* (2008: 539).

siracusanos (*Hist.* 7. 66-8), que formam parselhas com discursos tipologicamente diferentes, como as alocuções de Demóstenes (*Hist.* 4.10) e a de Brásidas (*Hist.* 4.126), excedem a extensão e a lhanza retórica concordantes com um discurso pronunciado nos momentos prévios ao início da batalha, já com os exércitos formados e à vista. De facto, quando o próprio narrador tucídideo, no *engarce* final da extensa arenga de Brásidas (*Hist.* 4.126), diz que *Com este breve discurso, Brásidas começou a conduzir o movimento de recuo do seu exército*, tem naturalmente a noção de que o discurso apresentado é um produto literário, que amplifica retoricamente as breves exortações que efectivamente um general poderia pronunciar numa ocasião tão dramática como é o início de uma batalha. Na verdade, seria pouco verosímil que, numa ocasião destas, um general, em posição estática, pudesse longamente discursar e ser ouvido por um exército constituído por milhares ou dezenas de milhar de soldados. Admitindo mesmo assim que o discurso se efectivasse, ele seria, certamente, constituído por breves sentenças e concisas frases exortativas e não por elaboradas estruturas retórico-literárias.

O que se passa relativamente à *História* de Tucídides, acaba por se repetir, parcialmente, na historiografia portuguesa de quinhentos. Na verdade, ao percorrermos os 23 discursos (10% do *corpus*) pertencentes a esta tipologia, sobressai o carácter notoriamente literário de seis deles, constantes da *Crónica de El Rei D. Sebastião* de António Vaena. Esse cunho literário manifesta-se tanto na sua extensão, desconforme com aquilo que poderia ser realmente pronunciado, como ainda por os mesmos discursos integrarem pares de arengas contrapostas. De facto, citando Iglesias Zoido, a parselha de arengas é o *tipo de discursos más “arteficial”*: *el que presenta a dos oradores que, ante auditorios distintos, pronuncian discursos en los que los argumentos empleados llegan a contraponerse punto por punto.*⁴⁰⁷

Já os restantes discursos, menos extensos e com um forte conteúdo parenético, parecem ajustar-se mais ao respectivo momento de enunciação.

5.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Tendo por base novamente a terminologia avançada por Longo (1983), aplicada agora ao presente tipo de arengas, podemos dizer que existe uma uniformidade muito

⁴⁰⁷ IGLESIAS ZOIDO (2008:39).

pronunciada relativamente às formas discursivas das arengas segundo o processo de emissão e recepção da mensagem.

A. Arenga simples em estilo directo

Assim, dezasseis discursos são arengas simples em estilo directo, uma vez que o *engarce* inicial nos informa que o orador pronunciou um só discurso, em estilo directo, perante um grupo unitário de militares, não especificando se o diferenciou qualitativa ou quantitativamente perante este ou aquele grupo de soldados. De igual modo, o corpo do discurso não adianta nenhuma discriminação argumentativa realizada em favor de um soldado ou de uma companhia de soldados. Como se vê, o estilo directo é a estratégia discursiva que melhor exprime o dramatismo da situação, e que, por esta via, mais comove e deleita o leitor da obra literária.

O exemplo seguinte, mostra-nos Alimoxeera, general berbere que, diante do seu exército formado, proferiu de uma só vez, um único discurso em estilo directo, sem diferenciações retóricas quantitativas ou qualitativas:

Alimoxeera não se mostrando menos esforçado e practico na arte militar, tendo sua gente posta a pique, se voltou a elles, dizendo-lhes: «Naõ vos quero, esforçados cavalleiros, fazer outra lembrança pera cumprirdes com a obrigação de leaes vassallos, senão mostrar-vos com o dedo este minino, que aqui está ante nós, príncipe dos reinos de Berberia e filho do Xarife, que tendes nas costas, em vosso socorro, de traz daquelles outeiros...»⁴⁰⁸

B. Referência a arenga simples:

No decurso de uma narrativa histórica, pode acontecer haver simplesmente a menção, sem que surja o conteúdo da exortação, de que um determinado protagonista produziu uma arenga aos soldados. Tão-pouco se dá informação sobre se proferiu exortações particulares durante o acto ilocutório.

Gonçalo Pereira tanto que vio tão grossa Frota, ajuntou os seus navios, a sua galeota, e tomou no meio as embarcações dos mantimentos, e se preparou pera aquelle conflicto, em que lhe era necessario mostrar todo o valor, porque bem vio que o negocio era muito arriscado; mas não perdendo ponto em seu animo, posto em sima do toldo, **animou os seus soldados com a brevidade a que o tempo deo lugar**, e esperou os inimigos mui confiado em Deos nosso Senhor, a quem se encommendou muito do coração.⁴⁰⁹

Como se observa acima, o narrador informa-nos de que Gonçalo Pereira, confrontado com a aproximação da frota inimiga, animou os soldados *com a brevidade a*

⁴⁰⁸ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁴⁰⁹ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. VIII.

que o tempo deo lugar, contudo não temos acesso sequer a um tópico do seu breve discurso. Certamente, o narrador, ao não apresentar o discurso de Pereira, terá querido imprimir rapidez ao relato, de modo a que o leitor percepcionasse o aperto dos soldados portugueses e a necessidade de se preparem com celeridade para o combate. No *corpus*, nas arengas de Tipo 3, este é o único exemplo de referência.

C. Arenga simples em estilo indirecto mimético

Como já dissemos antes, o estilo indirecto mimético é uma imitação do estilo directo, necessitando, por isso, de ser introduzido na narração por meio de um *engarce* inicial tal como se fosse um discurso em estilo directo. Assim, estamos diante de uma arenga simples em estilo indirecto mimético, quando o *engarce* inicial nos informa de que um chefe militar discursou para as suas tropas, contudo nada diz se foram produzidas exortações particulares quantitativa ou qualitativamente. De igual modo, o discurso não se apresenta seccionado em argumentações distintivas. Seis discursos de Tipo 3 apresentam estas características, nos quais, manifestamente, se dilui a intensidade dramática inerente à grandiosidade do momento, como se observa no exemplo seguinte:

E tendo tudo prestes, poz-se em campo com todos, e lhes fez uma breve falla, em que os persuadio a **se quererem achar todos com elle com bom animo naquella jornada.**
(...)⁴¹⁰

Em suma, o estilo directo é o que melhor se ajusta e transmite a tensão dramática que antecede o início de uma batalha.

5.2. ENGARGES IDENTIFICADORES

Para a classificação tipológica das arengas é fundamental que se proceda uma pormenorizada análise do sistema de *engarges* que facilitam a introdução do discurso na narrativa dos feitos. Por exemplo, o *engarce* inicial, além de servir denexo entre a narrativa e o discurso, permite também determinar os motivos que levam o narrador a inserir o discurso na narrativa, do mesmo modo que é a partir da análise do mesmo *engarce*, que se concluiu acerca do tipo de cada uma das arengas. Assim, o que caracteriza o presente tipo de arengas é o facto de o *engarce* inicial informar que o orador

⁴¹⁰ Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, Liv. X, Cap. VIII.

pronunciou, sem indicação de movimento, uma arenga, não diante de uma assembleia de tropas disforme distribuídas, mas sim defronte de um exército formado no campo de batalha, antes do início do recontro. O exemplo seguinte, retirado de António Vaena, ilustra grandemente o caso. Dois exércitos muçulmanos, em ordem para palejar, desenvolvem toda uma liturgia específica que assinala os preliminares de uma batalha. Antes, porém, cada um dos líderes militares profere uma alocução, sem indicação de movimento:

Postos os campos inimigos **em ordem de pelejar**, dentro do reino de Sus, em Buxoleia, despregadas as bandeiras, e fazendo os sinaes significadores de batalha, **cada hum dos príncipes trabalhava animar a sua gente pera com esforço pelejar**; e começando o Xarife disse (...).⁴¹¹

a. **Delimitação do âmbito oratório e informação sobre o tipo de arenga pronunciado.** Se nos dois tipos de discursos anteriores, geralmente, o capitão convocava (chamava ou ajuntava) as tropas para formarem uma assembleia e ouvirem o seu discurso, essa ordem agora toma outras cambiantes. De facto, o capitão agora não manda que as tropas se reúnam como uma assembleia de ouvintes ou espectadores, mas ordena sim que os soldados ocupem as suas posições de batalha de acordo com o plano estratégico-tático definido. Veja-se, primeiramente, um exemplo naval. Diogo da Silveira, antes de atacar com a sua armada a cidade de Pate, ordenou a sua gente. Só depois e porque alguns disseram que não a cometesse, proferiu uma curta exortação, incitando-os a serem lesto no ataque. O *engarce* final documenta-nos ainda que formaram em *az com as proas nas bombardas*:

Diogo da Silveira, que levou vinte velas, galeotas e fustas, com boa gente, e foy andar sobre a barra de Dio, a que as fustas nom ousarão de sayr, então passou avante doze legoas de Dio a huma cidade chamada Pate, cerquada de muro, assentada perto da praya, que diante avia hum recife, que guardava hum baluarte e huma tranqueira muy forte com muyta artelharia, que guardava as naos que estavam varadas; porque n'esta cidade avia grande trato e muytos mercadores, e por isso por guarda da cidade sempre ally estava gente de gornição d'ElRey deCambaya. E postoque a cidade estava tão áspera, **Diogo da Silveira ordenou sua gente**. Ao que alguns lhe contradizião que nom cometesse tão forte cousa. **Elle respondeo**: «O que vedes nom he mais forte que até lhe chegarmos com as mãos; e por isso cada hum trabalhe por mais asinha chegar, porque todo o perigo são os tiros antes que chegemos, e por tanto encomendar a Deos e apertar o remo e chegar». Ao que todos se muyto esforçarão, e feita per hum crelgo a confissão geral, todos postos em az com as proas nas bombardas, çarrando os olhos, encomendandose a Deos, com os pelouros que por elles passvão, de que tres portugueses forão mortos e alguns feridos,

⁴¹¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXII.

abalroarão a tranqueira tão fortemente que os mouros nom puderão registir o ferir dos nossos.⁴¹²

Agora, observemos um exemplo terrestre. Mulei-Hamet, como experimentado capitão, começou pôr dispor em ordem de cometer e resistir os seus esquadrões, antes de se iniciar a batalha com Mulei Maluco. Depois, para os animar ainda mais, proferiu-lhes, sem indicação de se movimentar por entre os esquadrões, uma extensa arenga:

Naõ se descuidava neste tempo o **Xarife Mulei-Hamet do officio de capitão, em pôr em ordem os seus esquadroens, com ordem de cometter e resistir**; e posto defronte do Maluco, com as bandeiras arvoradas e tambores tocados, de maneira que se viaõ e ouviaõ os exércitos hum ao outro, e os soldados batendo as armas com ânímos ferozes e desejo de se encontrarem, com ódio capital, sem lembrança da nação, parentesco, língua e religião, onde todos eraõ nascidos, **o Mulei-Hamet, pera os mais animar e induzir á compaixão do estado em que se via, lhes começou a fallar desta maneira.**⁴¹³

Noutros casos, a maioria, essa ordem de formatura desaparece, de maneira que o capitão discursa já na sequência da formatura já realizada, como podemos compreender a partir de um dos *engarces* mais eloquentes da literatura portuguesa, da autoria de Cataldo Sículo. Apresenta-nos o rei Afonso V, sem indicação de movimento, a olhar as alas do seu exército e a proferir-lhes uma alocução, durante as campanhas de Arzila e Tânger:

Rex placido **astantes** vultu circumspicit **alas**
Instructasque acies: «En nunc ego primus, amici,
Experiamur» ait (...) ⁴¹⁴
O Rei olha em volta, com sereno rosto, as alas em parada e as frentes em posição de combate e diz: «Experimentemos pois, meus amigos (...)»

Assim, estamos diante de uma arenga de Tipo 3, quando o *engarce* inicial informa que o orador proferiu, sem indicação de movimento, uma arenga, não diante de uma assembleia de tropas disformemente distribuídas, mas sim defronte de um exército formado no campo de batalha, antes do início do recontro. O exemplo seguinte, retirado de António Vaena, ilustra e reforça grandemente o caso. Dois exércitos muçulmanos, em ordem para palejar, desenvolvem toda uma liturgia específica que assinala os preliminares de uma batalha. Antes, porém, cada um dos líderes militares profere uma alocução, sem indicação de movimento:

⁴¹² Gaspar Correia, *Lendas...*, Liv. III, «Lenda do Governador Nuno da Cunha que partio do Reyno o ano de 528, e passou á Índia o ano de 1529» Cap.XXXV.

⁴¹³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

⁴¹⁴ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 448-450.

Postos os campos inimigos **em ordem de pelear**, dentro do reino de Sus, em Buxoleia, despregadas as bandeiras, e fazendo os sinaes significadores de batalha, **cada hum dos príncipes trabalhava animar a sua gente pera com esforço pelear**; e começando o Xarife disse (...).⁴¹⁵

b. **Informação sobre as características e objectivos do discurso.** O *engarce* inicial pode destacar os objectivos que levam o orador a produzir um discurso. Trata-se de uma importante informação retórica que antecipa ao leitor, a temática do discurso. Uma coligação de príncipes de Cochim decidiu combater o vizinho rei de Calecut. Então, o príncipe Muramuhy, colocando-se diante dos exércitos *e pera os provocar ha pellejar*, proferiu-lhes uma *falia*.⁴¹⁶

Já Mulei-Hamet, durante a guerra civil contra Mulei Maluco, fora acometido de uma série de infortúnios e derrotas. Ora, para provocar a adesão das tropas à sua causa, em vez de os exortar à guerra como se costumava fazer em semelhantes ocasiões, procurou uma via alternativa, pretendendo antes despertar-lhes a compaixão pela sua má sorte e assim lutarem pela sua causa, colocá-lo no trono da Berbéria, (*o Mulei-Hamet, pera os mais animar e induzir á compaixão do estado em que se via, lhes começou a fallar desta maneira*).⁴¹⁷

Do mesmo modo, o *engarce* inicial pode apresentar elementos caracterizadores do discurso que se segue, o que demonstra uma apreciação subjectiva por parte do narrador/historiador desse mesmo discurso, ao mesmo tempo que condiciona as expectativas dos leitores. Antes de atacar a Ilha de Palimbão, Duarte Pacheco cumpriu as funções de capitão e de guerreiro:

mas o Capitão mor a todos falava e esforçava com palavras muy catholicas e d'esforçado cavalleiro, tudo pondo em seu lugar como compria. Assi o fazia tambem na estacada, dando a todos aviso...⁴¹⁸

De facto, uma análise atenta aos discursos de Duarte Pacheco revela que as notações cristãs são uma constante do seu discurso, o que será, sem dúvida, um elemento de acréscimo na construção do seu retrato, enquanto militar e orador.

⁴¹⁵ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXII.

⁴¹⁶ *Crónica do Descobrimento...*, Cap. XXIII.

⁴¹⁷ António Vaena, *Crónica de El rei D. Sebastião*, Cap. XXIX.

⁴¹⁸ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo I, «Duarte Pacheco, capitão do mar, ano de 1504», Cap. XXI.

Do poeta novilatino, Diogo Pires, provém o exemplo seguinte. Perante o recrudescimento dos ataques inimigos, um jovem general anima os companheiros com *palavras brandas*:

At iuvenis fractos animo, et peiora timentes

Affatur comités **dulcibus alloquiis**:

«O qui magnanimi Belli vexilla secuti...»⁴¹⁹

Mas o jovem, aos companheiros de ânimo quebrado e que temiam piores males, dirige estas brandas palavras: «Ó vós que, tendo seguido a bandeira do magnânimo Belo...»

c. **Identificação e caracterização do orador.** O *engarce* inicial clarifica também que os emissores-oradores deste tipo de arengas são sempre os grandes protagonistas históricos, tal como convém ao momento e à tipologia específica desta arenga. Complementarmente, os oradores são sempre individuais, não se verificando oradores colectivos, como havia sucedido ocasionalmente nas arengas de Tipo 2.

Alguns *engarces* prévios facultam uma caracterização dos oradores que vão intervir, denunciado um juízo valorativo por parte do narrador/historiador. De Duarte Pacheco, são relevadas as qualidades directivas de capitão experiente na arte militar, assim como o seu discurso orientado para o providencialismo: *mas o Capitão mor a todos falava e esforçava com palavras muy catholicas e d'esforçado cavalleiro, tudo pondo em seu lugar como compria.*⁴²⁰

Um outro *engarce* deixa bem claro que Alimoxeera, ao motivar os seus homens por meio de uma arenga, era não só um general esforçado, mas sobretudo sábio e experiente na arte militar. É uma das poucas referências explícitas na historiografia em que a pronúnciação de uma arenga é uma competência militar:

Alimoxeera naõ se mostrando menos esforçado e **practico na arte militar**, tendo sua gente posta a pique, **se voltou a elles, dizendo-lhes...**⁴²¹

O cronista António Vaena demonstra na sua crónica um amplo conhecimento da retórica militar e mereceria um estudo particular. A sua obra revela muitas leituras da historiografia prévia a que aliou um conhecimento de experiências feito nas campanhas que realizou no Norte de África. O exemplo anterior provém da sua obra, assim como o

⁴¹⁹ Diogo Pires, «De origine domus Saracae apud Rhacusanos», vv. 57-59.

⁴²⁰ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo I, «Duarte Pacheco, capitão do mar, ano de 1504», Cap. XXI.

⁴²¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

seguinte. Posicionando-se em local onde fosse visto por todos, e com eloquência e discricção, companheiras da sua diligência, proferiu a sua exortação. Outra referência clara em como a eloquência é uma virtude dos grandes generais, sempre encarecida pelos tratadistas militares:

E assi o Mulei-Maluco se poz em parte onde fosse visto de sua gente, e com a **eloquencia** e discricção, que nelle eraõ companheiras de seu esforço, disse:⁴²²

Finalmente, por ausência de informação dos *engarces*, admitimos que o emissor-ador, para discursar às tropas, ocupe uma posição central defronte das linhas do exército, embora a informação de que dispomos seja imprecisa, restringindo-se ao caso de que *Mulei-Maluco se poz em parte onde fosse visto de sua gente*,⁴²³ ou que D. Afonso V olhou em volta as alas em parada e a vanguarda em posição de combate:

Rex placido astantes vultu circumspicit alas
Instructasque acies: «En nunc ego primus, amici,
Experiamur» ait...⁴²⁴
O Rei olha em volta, com sereno rosto, as alas em parada e as frentes em posição de combate e diz: «Experimentemos pois, meus amigos, e eu em primeiro lugar...»

d. **Verbo introdutor do discurso.** Para a análise completa do *engarce* introdutor destes discursos, cumpre agora dirigir a atenção para as palavras que directamente contactam com os mesmos. Se olharmos previamente para a historiografia latina, nestas arengas proferidas antes dos combates, em que é dominante a função de mover, tal reflecte-se em verbos introdutores como *hortor*, *cohortor*, *adcendo*, *stimulo* ..., assim como substantivos como *hortatio*, *adhortatio*, entre outros.⁴²⁵ Esperar-se-ia uma similitude lexical dos verbos introdutores das arengas historiográficas portuguesas, a verdade é que tal não parece suceder. De facto, o verbo *dizer* continua a ser o mais comum, quando julgaríamos encontrar, proficuamente, verbos como *estimular*, *animar* ou *exortar*, entre outros, mais adequados à finalidade exortativa subjacente. Interpretamos a opção pelo verbo *dizer* porque ele se harmoniza muito mais facilmente, não só com a assinalável extensão de alguns destes discursos (três parelhas de arengas contrapostas) como também com a reelaboração retórica levada a efeito pelos

⁴²² António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

⁴²³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

⁴²⁴ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 448-450.

⁴²⁵ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 304).

historiadores e que afastam os discursos daquilo que teria sido efectivamente dito pelos oradores.

Em todo o caso, os historiadores, tendo consciência do momento exortativo e da força ilocutória associados a estes discursos, transferiram a sua finalidade de *mouere* para as orações prévias, à oração em que figura o verbo *dizer*. É o que podemos observar em alguns exemplos seguintes. É o caso dos *engarces* que introduzem as alocações que formam uma parêntese de arengas, na obra de António Vaena. A finalidade *mouere* encontra-se, não no verbo que contacta directamente com o discurso, mas nas orações prévias:

Postos os campos inimigos em ordem de pelear (...) cada hum dos príncipes **trabalhava animar a sua gente pera com esforço pelear**; e começando o Xarife disse (...).⁴²⁶

E no outro exemplo: *Mulei-Hamet, volvendo-se aos seus, não lhes quis falar com outra matéria de persuações, dizendo (...)*.⁴²⁷

O exemplo mais inusitado literariamente provém do poema épico de Francisco de Andrade. Como variante do verbo *dizer*, temos a expressiva perífrase *Em taes palavras a língua solta*. Antes, porém, não falta a referência ao acto de mover:

Vendo que elles de novo mastrão pronta
Vontade para o que elle desejava,
Porque de todo os **mova** a darê volta,
Em taes palavras logo a lingoa solta:⁴²⁸

Em Cataldo, aquela estrutura sintáctica inverte-se, primeiro surge o verbo *dizer* e depois o verbo *animar*:

Rex licet ardentes omnes fortesque videret,
Et licet hortatu consortum nullus egeret,
Attamen haec placido voluit mitissimus **ore**
Pauca loqui, magis armaret quo in proelia cunctos:⁴²⁹
O Rei, embora visse em todos entusiasmo e coragem e nenhum deles precisasse de incitamentos dos companheiros, todavia, com extrema afeição, tais palavras quis da plácida boca dizer, em termos breves, para mais os armar a todos para os combates.

⁴²⁶ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXXII.

⁴²⁷ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXXII.

⁴²⁸ Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto XVIII.

⁴²⁹ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 283-286.

Finalmente, o verbo *exhortor*, vem relembrar a finalidade retórica destes discursos. Assim, em Diogo de Teive temos o seguinte *engarce* numa arenga de Mascarenhas:

Omnibus igitur ita ad pugnam animatis, paucis milites **exhortatus**, ne nimio pugnandi ardore ac festinatione victoriam corrumpent, neve ordines relinquerent;⁴³⁰

Nestas condições, assim animados todos para a contenda, exortou em breves palavras os soldados: que, por força da excessiva sede de combate e agitação, não deslustrassem a vitória;

Decorre daqui que os historiadores, embora seleccionando preferencialmente o verbo declarativo *dizer* para introduzir as arengas de Tipo 3, se valeram, em alguns casos, de outros verbos ou construções sintácticas para demonstrarem que a finalidade deste tipo de discursos é de mover as tropas para a luta, têm um conteúdo altamente parenético.

e. **Informar sobre o resultado ou consequências do discurso.** Significativo neste tipo de discurso é o facto de os *engarces* finais aludirem pouco à forma como os discursos foram recebidos pelos exércitos em linha de batalha. Dos mais efusivos, é o que Diogo Pires nos faculta, após a arenga de um jovem general: (*Dixit, et armatae circumstrepere cohortes.*⁴³¹ / Assim falou e à sua volta ergueram altos brados as legiões armadas.).

Regra geral, o *engarce* final contempla uma breve oração de participação notificando que o discurso acabara de findar, posto o que se reinicia a narrativa dos feitos, com o início das hostilidades, tal como no exemplo seguinte:

Esta falla acabada, o Xarife se virou com o rosto pera o exercito de Mulei-Maluco, e mandou dar sinal de cometter; e pondo-se diante de todos, com animo determinado, remetteo aos imigos, levando em sua companhia, repartidos pelo corpo do exercito, Mulei Xerique e a sei irmão Mulei-Nacar.⁴³²

De igual modo sucede após D. João de Mascarenhas ter exortado os combatentes de Diu:

Haec cum praemonuisset, Alvarus Castrus Franciscusque Menesius, primi sub signis progressi in murum evadunt; ac iam intra castra pugnabant, Indis contra

⁴³⁰ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 75.

⁴³¹ Diogo Pires, «De origine domus Saracae apud Rhacusanos», v. 75.

⁴³² António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX.

acriter se defendentibus.⁴³³

Depois que ele fez tais advertências, Álvaro de Castro e Francisco de Meneses são os primeiros a avançar, atrás de suas bandeiras, e a sair fora da muralha; e depressa combatiam dentro do campo, ante os Indianos que deles se defendiam com vigor.

Cremos que esta urgência em se retomar a narração dos feitos se prende com a necessidade de não interromper a tensão dramática decorrente da pronúncia de um discurso nos momentos imediatos ao início de um confronto bélico. Findos os discursos, o leitor espera automaticamente mergulhar na descrição da batalha e sentir as cutiladas de ambos os exércitos.

5.3. SEGUNDO A SUPERFÍCIE (TERRESTRE OU MARÍTIMA) EM QUE É PRONUNCIADO

Por motivos de ordem logística, facilmente se compreende que a maioria esmagadora das arengas proferidas diante de tropas formadas, tenha por cenário o campo de batalha. Isto significa que dezoito dos discursos deste tipo têm por palco o orbe terrestre. Por omissão de informação nos *engarces* iniciais, supomos que, genericamente, é apeado que o orador das arengas desenvolvidas em cenário terrestre pronuncia a sua alocução, ocupando, por suposição, uma posição central defronte das azes do exército. Estranhámos o facto de os historiadores portugueses serem quase sempre omissos relativamente à posição que o comandante ocupava, no momento em que discursava diante das tropas formadas. Tanto mais que, por exemplo, Vegécio, tratadista bem conhecido à época, preconiza que o *dux qui praecipuum sustinet potestatem inter equites et pedites inter parte dextra stare consuevit*,⁴³⁴ ou seja, que o general se costuma posicionar do lado direito, entre cavaleiros e peões. Quer, pois, parecer-nos que esta omissão põe, essencialmente, de manifesto o carácter literário e retórico dos discursos militares historiográficos.

Para encerrar este ponto, temos ainda a dizer que cinco das arengas são proferidas a bordo de uma nau. Merece aqui referência o *engarce* que anuncia uma arenga naval de Francisco de Almeida. O autor é Gaspar Correia, historiador a que se lhe reconhecem méritos descritivos de natureza impressionista. Antes de atacar Dabul, o vice-rei proferiu uma arenga a toda a sua guarnição, encontrando-se esta já previamente distribuída pelas

⁴³³ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 75.

⁴³⁴ Vegécio, *Epitoma Rei Militaris*, III, XVIII.

diferentes bocas de fogo da nau. É sem dúvida uma bela descrição militar, donde transparece o frenesim que toma conta dos soldados antes de uma batalha:

O que elle fez primeyro que todos, que mandou portar huma ancora junto da nao Meril. E de todo os nossos se apreceberão como compria, com toda artelharia carregada, e bombardeiros repartidos, e a gente com Capitães repartida nos chapiteos, e convézes; dizendo o Capitão mór a todos (...).⁴³⁵

Uma última nota, para dizer que, expectavelmente e por razões logísticas, as arengas pronunciadas em cenário terrestre apresentam uma extensão maior do que as alocações navais.

5.4. EXTENSÃO E CONTEÚDO DAS LINHAS ARGUMENTATIVAS

Começamos este ponto por transcrever um excerto de uma referência a uma arenga produzida por Gonçalo Pereira:

Gonçalo Pereira tanto que vio tão grossa Frota, ajuntou os seus navios, a sua galeota, e tomou no meio as embarcações dos mantimentos, e se preparou pera aquelle conflicto, em que lhe era necessario mostrar todo o valor, porque bem vio que o negocio era muito arriscado; mas não perdendo ponto em seu animo, posto em sima do toldo, animou os seus soldados com a **brevidade** a que o tempo deo lugar (...).⁴³⁶

Duas notas importantes exalam deste trecho que, no fundo, marcam todas as arengas pertencentes a este tipo discursivo. Desde logo o facto de serem proferidas na iminência do combate, nos instantes imediatos ao início da peleja. Decorrente deste facto, não é possível contextualmente que o orador profira um longo e estruturado discurso, não só porque o inimigo está à vista, mas sobretudo porque as tropas estão de tal maneira ansiosas e focadas no combate que seria de todo desajustado submetê-las a esse suplício. Cumpre, pois, nessas circunstâncias, que o discurso se adapte ao momento, de maneira que deve ser breve, limitado a curtas exortações ou sentenças, altamente emotivas e incendiárias dos ânimos dos soldados. Ainda que depois a extensão de algumas dessas alocações não confirmem a brevidade pré-anunciada, os narradores, com tais referências, procuram ao menos transmitir uma aparência de

⁴³⁵ Gaspar Correia, *Lendas...*, «Continuação do terceiro ano do Vice-Rei D. Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.», Cap. III.

⁴³⁶ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. VIII.

brevidade como corresponde e convém ao momento e às circunstâncias históricas em que são realizadas: diante de tropas formadas e antes de encetar um combate.⁴³⁷ Trata-se, pois, de um procedimento formal que tem por objectivo manter o equilíbrio entre *res* e *verba* e que se converteu assumidamente num tópico.

Está pois dado o mote para a apreensão argumentativa destes discursos, cuja característica geral é brevidade. Na verdade, são os próprios historiadores que mostram uma consciência muito nítida desse facto, de maneira que nos *engarces* iniciais se repetem o adjectivo “breve” ou o substantivo seu derivado “brevidade”. Se o primeiro exemplo provém da obra de Diogo do Couto, o seguinte do poema épico de Cataldo. D. Afonso V, às portas de Arzila, embora visse entusiasmo em todos, quis reforçar-lhes os ânimos, fazendo-o em termos breves:

Rex licet ardentis omnes fortesque videret,
Et licet hortatu consortum nullus egeret,
Attamen haec placido voluit mitissimus ore
Pauca loqui, magis armaret quo in proelia cunctos:⁴³⁸

O Rei, embora visse em todos entusiasmo e coragem e nenhum deles precisasse de incitamentos dos companheiros, todavia, com extrema afeição, tais palavras quis da plácida boca dizer, em termos breves, para mais os armar a todos para os combates.

Como já apontámos, os discursos proferidos antes do início da batalha, são breves, de teor altamente parenético e exortativo. São pois desprovidos de qualquer linha didáctica ou instrutiva, apresentando apenas a linha exortativa. Recorrentemente encontramos nestes discursos apelos veementes para o valor, para a coragem, para a honra ou fama e nome perpétuos, lugares-comuns do *topos* do *honestum et dignum*, bem como a convicção da protecção e favor divinos, ou seja, o *topos* do *iustum*. Do ponto de vista da estruturação sintáctico-morfológica das frases, sucedem-se as interrogações retóricas, as frases imperativas, as interjeições exortativas, conjuntivos exortativos e imperativos, tudo com a finalidade de incendiar os ânimos das tropas para a luta, como podemos observar nesta mesma arenga do rei africano:

«O quid ego, socii, quid vos exhorter ad arma?
Si pro me primis animam diffundere ab annis
Nom renuistis? Amor iam pridem cognitus imo
Vester inest animo, proprios e corpore natos
Esse meos volui. **Vestras nunc promite vires**
Et solitos monstrate animos, quibus ante fuistis.
Scitis enim requiem post partos esse labores

⁴³⁷ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 167).

⁴³⁸ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 283-286.

Propositam, fortique viro laus magna futura est.
Vobiscum moriar, vobiscum saecula ducam
Omnia, dum mites producent stamina Parcae.

**Eia agite, armato et constanti pectore in hostes
Tendamus, memores laudis memoresque decori.**

**Quinetiam dextrumque Iovem Martemque secundum
Credamus, quoniam sunt haec mandata deorum».**⁴³⁹

«Porquê, caros companheiros? Porque hei-de eu exortar-vos a combater, se não recusastes, desde a minha infância, dar a vida por mim? O amor que em vós sempre conheci está no fundo do vosso coração e os filhos que vos pertencem sempre lhes quis como meus. Revelai agora as vossas forças e mostrai a vossa coragem costumada, a que sempre tivestes. Vós sabeis, na verdade, que diante de vós está o repouso depois do trabalho concluído e que ao varão corajoso aguarda um grande louvor. Morrerei convosco, ficarei convosco para a eternidade, enquanto as Parcas fizerem correr tranquilamente os fios. Eia, pois! Com o peito armado e constante, marchemos contra o inimigo, lembrados da nossa glória e lembrados da nossa honra. Mas ainda, acreditemos que Júpiter nos é propício e Marte nos é favorável, visto que a nossa empresa é ordenada pelos deuses».

Dos 23 discursos pronunciados antes de batalhas, seis escapam a este esquema retórico. Esses seis discursos, ao contrário dos restantes, são extensos sendo, igualmente possível identificar neles duas linhas argumentativas, uma didáctica e outra exortativa. Logo concluímos que estão muito afastados do que verosimilmente poderia ser efectivamente pronunciados pelos capitães nos instantes prévios às refregas, resultando, sim, da reelaboração retórica levada a cabo pelo historiador a partir das possíveis e breves exortações no campo de batalha.

De facto, foi assim que sucedeu com estes seis discursos que integram três parselhas de arengas contrapostas. Trata-se de arengas proferidas pelos dois aspirantes ao trono da Berbéria e respectivos capitães, durante o processo de guerra civil que envolveu estas duas facções e que haveria de levar um deles a firmar uma aliança com D. Sebastião, acabando os três reis por perecer na sequente Batalha de Alcácer Quibir. Ora, o historiador, António Vaena, aproveitou potencialidade retórica das arengas, para cada um dos contendores expor as suas razões legitimistas e derrogar as do seu opositor. De maneira que cada um responde ponto por ponto ao que outro afirma, como se de um discurso judicial se tratasse. Nestas extensas arengas, que adiante analisamos em pormenor, as duas linhas argumentativas estão assinaladas, com enfoque natural na didáctica, onde se expõem os argumentos jurídicos que cada um invoca.

⁴³⁹ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 287-300.

6. ARENGA DE TIPO 4: REVISTA DE TROPAS (*EPIPÓLESIS*) QUE PODE SER PRODUZIDA ANTES, DURANTE OU DEPOIS DE UMA BATALHA

No Canto IV da *Ilíada*, o poeta diz-nos que Agamémnon, à medida que vai percorrendo as filas do exército, se detém junto de alguns contingentes de tropas a quem dirige arengas personalizadas:

Mas ele próprio **percorreu** a pé **as fileiras de homens**.
E àqueles dentre os Dânaos de velozes poldros que ele visse
apressados, junto desses **parava para os encorajar com palavras**.⁴⁴⁰

Um pouco mais adiante, enquanto procedia à mesma revista das tropas, Agamémnon aproximou-se, desta vez, dos cretenses, liderados pelo feroso Idomeneu, *semelhante a um javali*, a quem Agamémnon dirigiu uma arenga individual:

Com tais comandos **percorria as fileiras dos homens**.
E ao percorrer a turba de homens chegou aos Cretenses,
Que vestiam as armas em volta do feroso Idomeneu.⁴⁴¹

Nestes dois exemplos, a forma verbal empregada para expressar a acção de percorrer as filas de homens levada a efeito por Agamémnon é *epepoleito*, forma verbal essa pertencente ao verbo *epipoléomai*, que significa *passar em revista, inspeccionar as tropas*.⁴⁴² Será, justamente, a partir deste verbo que, séculos depois, Estrabão, empregará o pela primeira vez o termo *epipólesis*, referindo-se objectivamente àquele episódio simultâneo de Agamémnon pronunciar diferentes arengas enquanto percorria as fileiras de soldados. De igual modo, tanto Plutarco, como o bizantino Eustácio, denominam a mesma situação com idêntico termo.⁴⁴³

Se bem que na Antiguidade, o termo *epipólesis* se reporte exclusivamente a este episódio de Agamémnon (4. 223 ss), os estudiosos actuais estendem este termo a todas as arengas, não só da *Ilíada*, como da historiografia, que exibem características similares: um chefe militar ou um deus (no caso da épica) que exorta as tropas enquanto se movimenta pelas respectivas fileiras. Foi a partir desta base que Carmona Centeno (2008) apresentou uma distinta investigação sobre a *epipólesis* na historiografia greco-latina, investigação essa de grande valor para a análise que a seguir se apresenta sobre a mesma tipologia discursiva na historiografia portuguesa de quinhentos.

⁴⁴⁰ Hom., *Il.*, (4.231-233).

⁴⁴¹ Hom., *Il.*, (4.250-252).

⁴⁴² Bailly, *Dictionnaire Grec – Français* (1991: 768).

⁴⁴³ Cf. CARMONA CENTENO (2008:15).

Assim, centrados agora no *corpus* em estudo, começamos por dizer que foram identificados dezoito discursos, cujas características se enquadram tipologicamente na *epipólesis*, cifra que, portanto, corresponde a 8% do universo discursivo. Estas arengas provém exclusivamente da historiografia, sendo de assinalar que duas delas surgem na sequência da pronúncia de arengas de outro tipo, uma de Tipo 1, enquanto a outra de Tipo 3 e ambas saídas do cálamo de António Vaena. No primeiro exemplo, na obra de António Vaena, D. Sebastião, depois de ter proferido um discurso aos coronéis, percorreu e animou, de seguida, os esquadrões das tropas que aguardavam o início da batalha em Alcácer Quibir.⁴⁴⁴ No segundo caso, Mulei-Maluco, depois de ter discursado diante das linhas do seu exército, dirigiu exortações particulares às tropas à medida que percorria as suas fileiras.⁴⁴⁵

Ainda que o número total de arengas deste tipo não seja considerável, contudo, mostra que os historiadores acolheram com propriedade e diversidade, como veremos, este tipo de discurso de origem homérica.

6.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Seguindo a metodologia que temos aplicado aos anteriores tipos de discursos, pretende-se agora avaliar se o capitão, enquanto percorre as filas de tropas, pronuncia um ou vários discursos, dependendo se diferencia argumentativamente ou não diferentes companhias do exército. Ora, como tem sido norma, basear-nos-emos nos conceitos e na terminologia de Longo (1983) sobre a composição e a decomposição dos discursos que o estudioso italiano aplicou à obra de Tucídides, conceitos terminológicos que agora adequaremos à análise da *epipólesis* historiográfica portuguesa.

A primeira nota a vincar é a de que todas as formas discursivas (referência, discurso directo e discurso indirecto) marcam presença neste tipo de arengas. De seguida, apresentaremos o *corpus* de *epipólesis*, de acordo com o processo de emissão e recepção da mensagem, mas classificadas segundo a forma discursiva em que aparecem.

a) *EPIPÓLESIS* SIMPLES: como já em outras ocasiões tivemos oportunidade de referir, o que caracteriza este tipo de *epipólesis* reside no facto de o orador, enquanto se

⁴⁴⁴ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

⁴⁴⁵ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

movimenta por entre as azes do exército, não as diferenciar qualitativa ou quantitativamente no seu discurso, embora possa produzir várias exortações. De maneira que podemos assistir às seguintes possibilidades:

a.1. Referência a *epipólesis* simples: no decurso da narração, pode referenciar-se, sem que surja o conteúdo da exortação, que determinado capitão arengou aos seus enquanto procedia à revista das tropas. Assim a *epipólesis* simples, em forma de menção, regista duas ocorrências no *corpus*. Numa delas, D. Sebastião, depois de ter pronunciado a sua última arenga diante dos comandos intermédios, saiu, por sua vez, para animar também os soldados que se encontravam dispostos pelos diferentes esquadrões:

Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e **discorrendo pelos esquadroens**, com o rosto alegre e confiado, **dava animo aos soldados**.⁴⁴⁶

Como se vê, só temos informação de que o monarca arengou aos soldados, enquanto se movimentava por entre eles, sem que nada seja adiantado sobre o que lhes disse, nem sequer sabemos se produziu diferentes exortações durante o seu percurso.

De modo análogo, D. Álvaro de Castro, cumprindo os deveres de bom soldado e óptimo capitão, percorria os diferentes lugares da fortaleza de Diu, animando e ajudando todos os combatentes que encontrava, sem, contudo, termos o exacto conhecimento do que dizia e se diferenciava a alocação consoante os soldados que encontrava:

D. Álvaro e **correndo pessoalmente todos os lugares da peleja e da subida, animando os cavaleiros com suas boas palavras** e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro.⁴⁴⁷

a.2. *Epipólesis* em estilo indirecto mimético:

Como indica o próprio adjectivo, o estilo indirecto *mimético* é uma espécie de imitação do discurso directo, necessitando, portanto, de ser inserido na narração, sob qualquer processo. Deste modo, conta com um *engarce* inicial e/ou final, como se se tratasse de um discurso em estilo directo. Assim sendo, reconhecemos que estamos diante de uma *epipólesis* em estilo indirecto mimético, sempre que o *engarce* inicial nos informa de que o protagonista militar arenga às tropas, enquanto percorre as linhas do exército, nada dizendo, contudo, se o herói dirige diferentes exortações durante esse trajecto. No *corpus*, encontramos três discursos que se encaixam nestas características discursivas.

⁴⁴⁶ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

⁴⁴⁷ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXVIII.

Apresentamos o exemplo de uma arenga proferida em cenário marítimo, por Lopo de Vaz de Sampaio, sexto governador da Índia. Este protagonista, movimentando-se numa pequena galeota, arenga a todos os militares, enquanto navega por entre as fustas portuguesas:

O Governador meteose em hum navio ligeiro, e foi correr as nossas fustas, e fez a todos hũa muito breve fala, pondolhes diante suas obrigações, facilitandolhes a vitoria, **afirmandolhes que** estava só no cometimento: que lhes mandava da parte d'elRey, que nenhum navio tirasse bomba so pena do caso maior ao tempo do cometimento, por que se não estorvassem os marinheiros, que os aferrassem primeiro, e que ganhassem aquella honra a espada, porque assi ficaria a vitoria mais fermoza e ao primeiro que investisse navio lhe prometeo cem cruzados, e o navio, tirando artelharia, encomendando a dianteira a Eitor das Sylveira, que pos todos os seus navios em ordem. O Governador receando que os imigos lhe fugissem pera o rio de Bandora, que estava diante mea legoa, mandou a hum capitão, que tanto que a batalha se travasse, fosse com oito navios (que lhe nomeou, e a quem mandou recado) e tomasse a boca d'aquelle rio.

Atente-se que o *engarce* inicial nada nos diz se o governador pronunciou ou não várias exortações. Por outro lado, quanto ao discurso propriamente dito, não fora as diferentes orações completivas dependentes do verbo declarativo *afirmar*, estaríamos diante de um discurso em estilo directo. Isto demonstra que, embora o narrador assuma a responsabilidade enunciativa do discurso, a verdade é que, por meio do estilo indirecto mimético, a sua dicção parece continuar a pertencer mais ao emissor do que ao próprio narrador.⁴⁴⁸

A título de exemplo, o rei Maluco percorre e exorta o seu exército em simultâneo. Apesar de tudo, temos apenas um único discurso em estilo indirecto mimético:

Vendo o capitam Aldana que acaso se achou perto del Rey, o sucesso que as cousas prometiam lhe lembrou que em pessoa devia de animar os seus porque era tempo, ao que o Rey Satisfez **discorrendo pellos de seus exercito, exortando a todos com palavras brandas**, lembrando lhe o valor e antigo esforço de seus passados, e como Sempre Sendo poucos venceram a muitos, e que agora com mais rezam esperava elle que o fisessem naquelle dia pelejando contra aquelles Barbaros inimigos da Sancta fee Catholica, de que sempre tiveram Seus pais e avos gloriosas vitorias, e que lembrado disto teriam ante elle seu merecido lugar e os covardes Seu devido castigo.⁴⁴⁹

Análogo a esta tipologia, registam-se outras duas ocorrências.

a.3. *Epipólesis* simples em estilo directo: trata-se de um dos tipos de *epipólesis* mais produtivos na historiografia grega, podendo-se contar três *exempla* na literatura

⁴⁴⁸ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 60).

⁴⁴⁹ *Jornada del-rei dom Sebastião à África*, Liv. II, Cap. XIII.

portuguesa quinhentista.⁴⁵⁰ Estamos, assim, diante de uma *epipólesis* simples em estilo directo sempre que o *engarce* inicial nos informa de que o protagonista militar arengou às tropas enquanto percorria as alas do exército em formatura, ainda que não exista nenhuma informação se dirigira exortações particulares. Em sequência, surge um único discurso em estilo directo. O caso seguinte mostra-nos D. João de Castro arengando às tropas, enquanto percorre a cavalo todo o exército:

O Governador hia em hum palaquim de que em lhe dando as novas saltou logo fora, e cavalgou em hum formoso cavallo melado; e tomando huma lança, e adarga, **correo por todo o exército muito rizonho, dizendo a todos:** «Eia filhos, alli temos os inimigos: vamos a elles, que pouco tendes que fazer, porque pera vosso esforço, e pera o alvorço que em todos sinto, tomara que foram mais, pera que ficara a vitoria mais gloriosa». E passando-se á dianteira, aonde hia seu filho D. Alvaro de Castro, e D. Diogo de Almeida com a gente de cavallo, lhes deo a nova, e mandou que se pusessem em ordem.⁴⁵¹

Findo o discurso, a narração é reatada. O exemplo seguinte, mostra também D. João Pereira a discorrer pelos seus e a exortá-los. De seguida, um único discurso em estilo directo comprime todas as exortações:

Dom João logo entendeo, e receando que mais o desbaratasse o medo dos seus, que o poder dos imigos, foi **descorrendo por todos com hum rosto mûy alegre dizendolhes:** «Que he isto cavaleiros, e companheiros meus, aqui temos estes Mouros imigos de nossa ley, que são os mesmos que vos desbaratastes muitas vezes, não aja novidades, seguime que Deos he com nosco, e a vitoria está certa».⁴⁵²

Invulgar em toda a historiografia é a arenga que Francisco de Almeida escreveu e que, em seguida, mandou ler em todas as naus as naus envolvidas na batalha naval de Diu em 1509. Almeida, a fim de animar todos os elementos que compunham aquela armada, pois todos os combatentes eram poucos para enfrentar tamanha aliança de inimigos, escreveu, com o seu próprio punho, uma carta, prometendo uma série de honrarias, tanto aos que vivessem como àqueles que percessem. De imediato, solicitou que um bergantim levasse aquele documento a cada uma das naus, com ordens para que cada um dos capitães a mandasse ler em presença da respectiva equipagem, tal como refere o *engarce* inicial. À medida que o mensageiro se aproxima de uma nova nau, o mesmo discurso, em estilo directo, é lido publicamente, na primeira pessoa, como se fosse o próprio vice-rei a fazê-lo:

⁴⁵⁰ Cf. CARMONA CENTENO (2008:61).

⁴⁵¹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. V, Cap. X.

⁴⁵² Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. X, Cap. V.

(...) o Visorey **mandou o bargantym per toda ‘armada aos Capitães com hum papel, que o mandassem ler em presença de toda’ gente**, o qual dizia assy: «Dom Francisco d’Almeida, Visorey da India, polo muyto alto, e excelente Rey Dom Manuel, meu senhor. **Notefico a quantos esta minha carta virem**, que porquanto neste dia e ora estou nesta barra de Dio com todo o poder que tenho, pera dar batalha a huma armada do grão Turco, que elle mandou, que vierão de Meca pera guerrearem, e ponirem contra a fé de Christo, e contra o estado d’ElRey meu senhor;»⁴⁵³

b) *EPIPÓLESIS* COM DECOMPOSIÇÃO:

Este tipo de *epipólesis* caracteriza-se, como já dissemos, pelo facto de o herói, durante o seu percurso, diferenciar qualitativa e quantitativamente o seu discurso diante de militares, individualmente considerados, ou de grupos de militares. De entre todas as possibilidades de decomposição, identificámos no *corpus* as que a seguir apresentamos.

b.1. Referência a *epipólesis* com decomposição do conteúdo e do auditório:

Uma das arengas obedece à formulação enunciada. No caso, Mulei-Maluco, depois de ter discursado diante da mole colectiva do exército, percorreu a cavalo o arraial e, à medida que passava por diferentes grupos de soldados, louvava uns e ordenava outros na maneira como deviam ter tanto a atacar como a defender. Apesar de tudo, nenhum argumento é facultado de forma explícita. É, portanto, uma referência a várias exortações diferenciadas de acordo, também, com diferentes auditórios:

Como Mulei-Maluco acabou esta falla, com rosto alegre e confiado, posto sobre hum fermoso cavallo, armado com a lança nas mãos, **começou a correr o arraial**, e com riso de amor **louvava huns, e aspecto severo ordenava os outros no modo que deviaõ ter no offender, e defender**, e com ar de graça, que de si dava, convertia a si os olhos de todos os mouros, e juntamente os corações, com grande esperança de victoria, tendo-o por dino de huma grande monarchia...⁴⁵⁴

b.2. *Epipólesis* em estilo indirecto *standard* com decomposição do auditório:

O que distinguirá o estilo indirecto *standard* da referência é que ao menos neste surge o conteúdo da alocação introduzidas por uma completiva de infinitivo ou por conjunções também completivas como *que*. No caso da *epipólesis* em estilo indirecto *standard* com decomposição do auditório, somos informados, pelo *engarce* prévio, de que

⁴⁵³ Gaspar Correia, *Lendas...*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.», Cap. IV.

⁴⁵⁴ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

o capitão, percorrendo as tropas, dirige exortações particulares individuais ou grupais. De seguida surge, contudo, um único discurso em estilo indirecto standard. Ou seja, embora o discurso esteja vinculado a uma personagem, na verdade, o narrador apropria-se dele, encurtando-o ou resumindo-o, de maneira a destacar o que lhe parece ser mais útil retoricamente. Exemplo único é esta arenga de Afonso Henriques, em que o monarca dirige exortações individuais aos soldados, chamando-os pelos nomes, ainda que o narrador, de uma maneira muito resumida e de temática muito geral, faculte um único e breve discurso:

Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, **chamando-os por seus nomes**, trazendo-lhe á lembrança **o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer**, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos, maioritariamente indo acompanhados da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.⁴⁵⁵

Repare-se que o narrador anuncia que o monarca lembrou a todos os militares as suas obrigações que já anteriormente lhes havia comunicado, donde podemos concluir que o discurso teria alguma extensão. Apesar de tudo, o mesmo narrador, só nos faculte, sucintamente, um resumo da alocação do ponto de vista temático. Dito de outro modo, embora o discurso seja do príncipe, introduzido, aqui pelo pronome relativo *que*, o narrador está sempre em primeiro plano, manipulando o discurso de acordo com os seus objectivos. Por outro lado, se há um contexto inicial, preparatório e favorável à inserção do discurso, a retoma da narração é feita sem a presença de um *engarce* final, que sirva denexo entre a alocação e o processo narrativo.

b.3. *Epipólesis* em estilo indirecto mimético com decomposição do auditório:

Neste caso, o *engarce* inicial informa-nos de que o protagonista percorreu as filas de tropas, dirigindo várias exortações a diferentes interlocutores. Contudo, só nos é facultado um único discurso em estilo indirecto mimético. No *corpus*, registamos a presença de um caso, presente no opúsculo de Diogo de Teive. Assim, Mascarenhas, vendo os soldados desanimados pelo flagelo imposto pelos inimigos, saiu em seu auxílio, acompanhado por um sacerdote. Este percorre os soldados feridos e ainda atónitos, persuadindo-os a regressarem à luta, imitando Cristo no seu sofrimento. O *engarce* inicial diz-nos que o sacerdote produz várias exortações, ora individualmente, ora a todos, em

⁴⁵⁵ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XVI.

geral. Apesar dessa informação, é-nos apenas facilitado um único discurso, em estilo indirecto mimético:

Mascarenna cum octo militibus in subsidium **venit**, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu vexillum praeferente, **ac nunc singulos, nunc universos** magno clamore ad pugnam hortante eius auspiciis pugnarent, qui ut omnibus vitam daret, unus mori voluit, cuius ductu nec de victoria esse desperandum nec mortem timendam; eo itaque animo certarent, ut qui superessent certamini, ad praeclaram se victoriam reservatos putarent, qui caderent, aditum sibi ad immortalitatem per mortem factum crederent. **Haec aliaque** pro loco ac tempore **clamitans**, accurrentibus undique, qui prope erant, pauci adversus tantam multitudinem hostium pugnam aliquamdiu sustinuerunt.⁴⁵⁶

Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral, a que com batessem sob patrocínio d'Ele, pois, para dar a vida a todos, quis, sozinho, morrer, e clamava que, sob o seu comando, nem há que desesperar da vitória nem há que temer a morte; combatessem, portanto, com tal ânimo que os que viessem a sobreviver à batalha, podiam convencer-se de que estavam guardados para uma resplandecente vitória, e os que viessem a tombar, podiam crer que, pela sua morte, se lhes abriam a porta para a imortalidade.

Com estes e outros brados, consoante o lugar e a ocasião, e graças ao socorro dos que se encontravam por perto, um escasso número aguentou durante algum tempo o combate contra tamanha multidão de contrários.

Depois do discurso em estilo indirecto mimético, o narrador, no *engarce* final, declara-nos que com aqueles e outros brados, apenas alguns aguentaram o combate contra tamanha multidão de inimigos.

6.2. *ENGARCES* IDENTIFICADORES

Dada a especificidade contextual e argumentativa deste tipo de discurso, a informação que a seguir apresentamos, torna-se mais específica.

a. **Delimitação do âmbito oratório e informação sobre o tipo de *epipólesis* pronunciado.** Em todas as anteriores formas de emissão e recepção da mensagem, desde as referências de *epipólesis* até à *epipólesis* com decomposição do auditório e do conteúdo, ficou bem evidente o que caracteriza e individualiza este tipo de discurso, relativamente a todos os outros já vistos: a união formal e indivisível do movimento de desfile do capitão com a respectiva exortação.

⁴⁵⁶ Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus...*, 65.

Ora, é precisamente a repetição sistemática da combinação de exortação com movimento ao longo da historiografia greco-latina que leva Carmona Centeno⁴⁵⁷ a propor a existência de uma verdadeira “fórmula introdutória” da *epipólesis*. Segundo este investigador, a opção pela designação de “fórmula” advém do facto de que a *epipólesis* se anuncia, no *engarce* inicial, com regularidade e de forma repetida, pelo menos, por meio do recurso a dois verbos: um verbo de acção que implica movimento e outro de carácter exortativo ou declarativo. Os casos seguintes demonstram e ilustram o raciocínio anterior:

- a. Lhe lembrou que em pessoa devia de animar os seus porque era tempo, ao que o Rey Satisfez **discorrendo** pellos de seus exercito, **exortando** a todos com palavras brandas (...) ⁴⁵⁸
- b. Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, **correndo** por todos **a anima**-los, e **esforça**-los, chamando-os por seus nomes, **trazendo**-lhe á lembrança (...) ⁴⁵⁹
- c. O Governador (...) tomando huma lança, e adarga, **correo** por todo o exército muito rizonho, **dizendo** a todos (...) ⁴⁶⁰
- d. O Governador meteose em hum navio ligeiro, e **foi correr** as nossas fustas, e **fez a todos hũa muito breve fala** (...) ⁴⁶¹

Ainda que não possamos identificar um padrão único nestes exemplos, é possível evidenciar a presença de três elementos formalmente explícitos (agente – verbo de movimento – verbo exortativo/declarativo) que se unem num mesmo objectivo (mostrar um protagonista arengando às suas tropas enquanto percorre as alas do exército). Eis, portanto, a “fórmula introdutória” da *epipólesis*, que, em todo o caso pode vir a ser enriquecida com novos elementos que, por um lado, a tornam mais expressiva e, por outro, ajudam a diferenciar os vários tipos de *epipólesis*.

A. EPIPÓLESIS SIMPLES:

Com efeito, tal como sucede na historiografia antiga, também na historiografia portuguesa, a *epipólesis* simples é a que assume maior destaque neste tipo de discursos, facto que já havia ficado documentado no penúltimo ponto de análise. Na verdade, ao contrário da épica, na historiografia, a alocação do capitão proferida durante a revista de tropas privilegia a globalidade da massa militar em detrimento da particularização de coortes ou até de membros individuais do exército. De maneira que, em muitas ocasiões, a *epipólesis* simples acaba por coincidir com a fórmula básica introdutória da *epipólesis*,

⁴⁵⁷ CARMONA CENTENO (2008:64).

⁴⁵⁸ *Jornada del-rei dom Sebastião à África*, Liv. II, Cap. XIII.

⁴⁵⁹ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XVI.

⁴⁶⁰ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. V, Cap. X.

⁴⁶¹ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. V, Cap. V.

já que, no seu percurso ao longo das azes do exército, o herói não discrimina, qualitativa ou quantitativamente, qualquer delas, no seu discurso. Resulta daqui que a *epipólesis* simples pode anunciar-se unicamente por meio de um verbo de movimento e outro de exortação ou de dicção. Para além destes, a *epipólesis* simples pode acolher outros elementos que concorrem para a diferenciar de outros tipos de *epipólesis*.

1. Tanto o verbo de movimento que evidencia o desfile do protagonista, como o verbo exortativo que introduz a consequente alocação, podem vir acompanhados de um termo que especifica a coorte revistada ou exortada. Podemos, por exemplo, encontrar substantivos que façam referência ao exército em geral ou às naus, no caso de ser uma arenga marítima:

- 1.1. O Governador hia em hum palaquim de que em lhe dando as novas saltou logo fora, e cavalgou em hum formoso cavallo melado; e tomando huma lança, e adarga, correo por todo o **exército** muito rizonho, dizendo a todos (...) ⁴⁶²
- 1.2. Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e discorrendo pelos **esquadroens**, com o rosto alegre e confiado, dava animo aos soldados. ⁴⁶³
- 1.3. O Governador meteose em hum navio ligeiro, e foi correr as nossas **fustas**, e fez a **todos** hũa muito breve fala. ⁴⁶⁴

Pode acontecer que esse substantivo venha precedido de um quantificador universal que aponte, precisamente, para a totalidade do exército, como é visível no terceiro membro oracional do exemplo supra.

2. O verbo de movimento, que informa do desfile do protagonista, e / ou o verbo declarativo ou exortativo, que manifesta a acção de arengar, pode vir acompanhado por um termo que focaliza as partes ou secções pouco determinadas, entre as quais o capitão, durante o seu percurso e respectiva exortação, não faz especificação de tipo algum. O exemplo seguinte, mostra D. Álvaro Castro a correr todos os lugares da peleja a fim de animar os soldados com as suas boas palavras, mas também com o seu exemplo de valoroso combatente. Repare-se que não se especifica as secções do exército exortado, mas apenas os lugares onde decorria a peleja:

⁴⁶² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. V, Cap. X.

⁴⁶³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

⁴⁶⁴ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. V, Cap. V.

2.1. D. Álvaro e correndo pessoalmente todos **os lugares da peleja e da subida**, animando os cavaleiros com suas boas palavras e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro.⁴⁶⁵

De entre este tipo discursivo, a *epipólesis* simples é a mais recorrente no *corpus*, contando-se oito ocorrências. Mais característico da historiografia do que da épica, este tipo de *epipólesis* é também o mais frequente dentro do género historiográfico, como sucede não só no exíguo *corpus* português, como também na historiografia greco-latina. Na verdade, no processo de movimentação pelas filas das tropas, o protagonista militar, ao privilegiar no seu discurso a massa militar em detrimento da especificação individual ou seccional, acaba por se adequar mais ao verosímil, ajustando-se melhor ao conceito de verdade conotado com o género histórico. Por outro lado, com este tipo de *epipólesis*, os historiadores concorrem para que se mantenha o equilíbrio entre *res* e *verba*, não surpreendendo, portanto, que seja o mais frequente em toda a historiografia.

B. EPIPÓLESIS COM DECOMPOSIÇÃO DO AUDITÓRIO

A *epipólesis* com decomposição do auditório conta com duas ocorrências no *corpus* historiográfico. Digamos que este tipo de *epipólesis* fica a meio caminho entre a *epipólesis* simples e a *epipólesis* com decomposição do auditório e do conteúdo, porque, embora exista uma informação muito clara de que o protagonista, no decurso da sua circulação, pronunciou várias exortações a indivíduos ou a pequenos grupos, a verdade é que esse facto não se encontra materializado em diferentes discursos, mas sim num só que funciona como um sumário. Para que o leitor possa reconhecer esta evidência, geralmente, à fórmula básica introdutória vêm associados outros elementos distintivos que denunciam “distribuição” ou “repartição”.⁴⁶⁶

O exemplo que a seguir apresentamos provém do opúsculo de Diogo de Teive:

Mascarenna cum octo militibus in subsidium **venit**, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu vexillum praeferente, **ac nunc singulos, nunc universos** magno clamore ad pugnam **hortante** eius auspiciis pugnarent, qui ut omnibus vitam daret, unus mori voluit, cuius ductu nec de victoria esse desperandum nec mortem timendam;

Mascarenhas ocorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral, a que com batessem sob patrocínio d’Ele, pois, para dar a vida a todos, quis, sozinho, morrer, e clamava que, sob o seu comando, nem há que desesperar da vitória nem há que temer a morte;

⁴⁶⁵ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXVIII.

⁴⁶⁶ Cf. CARMONA CENTENO (2008:202).

Num momento de aperto por que passam as tropas portuguesas nos combates de Diu, o capitão Mascarenhas acorreu a um local onde havia vítimas e desânimo. Levava consigo oito soldados e um sacerdote que, empunhando um crucifixo, procurava reanimar os sobreviventes e restituí-los à guerra, exortando-os a seguirem o exemplo de martírio do próprio Cristo. Reconhecemos ali a fórmula básica introdutória da *epipólesis*, que reúne movimento (*venit in subsidium*) e exortação (*ad pugnam hortante*). Por sua vez, a presença de par distributivo (*singulos / universos*) reforçado pela anteposição respectiva de *nunc* (*nunc singulos / nunc universos*), todos dependentes do verbo exortativo (*hortante*), comprovam que a *epipólesis* é constituída por diferentes exortações dirigida a distintos grupos de soldados. Apesar de tudo, como é sabido nestes casos, apenas um discurso-súmula sintetiza as várias alocações produzidas.

Importa agora olhar com atenção para a expressão distributiva empregada por Teive (*singulos / universos*). Na verdade, ao nível deste aspecto, é evidente a intertextualidade entre a obra de Teive e as obras de alguns autores latinos. Na obra de Lívio (23.18), embora não se trate de uma *epipólesis*, já que não existe nenhuma informação de que Aníbal arengue aos cartagineses à medida que percorre o exército, é possível verificar, contudo, que *singulos universosque* surge dependente de *admonens*.

Postero die omnium animi ad oppugnandum accenduntur, utique postquam corona aurea muralis proposita est atque ipse dux castelli plano loco positi segnem oppugnationem Sagunti expugnatoribus exprobrabat, Cannarum Trasmennique et Trebiae **singulos** admonens **universosque**.

É em Quinto Cúrcio (5.9.17) que voltamos a encontrar esta mesma expressão, desta vez numa *epipólesis* de Artabazo, general de Dario. De entre as suas funções, contam-se as suas visitas às tendas dos persas, onde os exortava e chamava a atenção, ora individualmente, ora em conjunto:

Artabazus omnibus imperatoriis fungebatur officiis: ille Persarum tabernacula circumire, hortari, monere nunc **singulos** nunc **universos**.

Como se observa (*nunc singulos nunc universos*) é também a expressão usada por Teive, par distributivo que, neste excerto de Cúrcio, se encontra dependente da forma verbal *monere*. Conclui-se, pois, que estamos diante um modelo literário de *epipólesis*

dentro da tradição historiográfica,⁴⁶⁷ ao qual não foi alheio o olhar de Diogo de Teive, ainda que o tenha adaptado a uma situação narrativa original, como sempre acontece entre os historiadores.

Tratemos, agora, de um outro elemento fundamental que ajuda no reconhecimento da *epipólesis* com decomposição do auditório, elemento esse que goza de uma grande tradição retórica tanto na épica como na historiografia. Tal facto evidencia-se quando o *engarce* inicial nos informa de que o protagonista, ao percorrer as filas dos soldados, lhes dedica exortações individuais, chamando-os pelo nome. Apesar disso, o narrador apenas proporciona um único discurso-sumário, que funciona como um apanhado das exortações produzidas. Recordemos, entretanto, o *engarce* inicial da arenga do príncipe Afonso Henriques:

Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, **chamando-os por seus nomes**, trazendo-lhe á lembrança **o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer**, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos, maioritariamente indo acompanhados da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.⁴⁶⁸

Como se observa, o príncipe correu as azes do exército com o objectivo de esforçar todos os soldados, dirigindo-lhes exortações particulares, chamando-os pelos seus nomes. Como quase sempre acontece, no âmbito da historiografia, é em Tucídides que surge pela primeira vez uma exortação em que os combatentes são chamados pelos nomes. Porém, tal exortação personalizada ocorre num outro tipo de arenga que não em uma *epipólesis*, mas sim numa exortação individual proferida pelo general aos seus comandantes, chamando-os pelo nome. Assim, na *Guerra do Peloponeso* contamos dois exemplos que, além do mais, fazem parte do mesmo episódio: nos preparativos para a batalha final no porto de Siracusa, o narrador informa-nos de que, para se certificar de tinha as tropas consigo, Nícias *voltou a convocar os capitães um por um, dirigindo-se a cada um pelo nome do pai, pelo seu próprio nome e pelo da respectiva tribo* (7.69.2). Já durante a batalha, os respectivos generais oponentes chamam pelo nome os estrategos, de cada vez que se lhes dirigem a fim de os exortar (7.70.8):

⁴⁶⁷ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 206).

⁴⁶⁸ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XVI.

Além disso, os generais, em ambos os lados, se acaso viam algum navio, nalguma parte da batalha, a recuar para a costa sem a tal ser forçado, **chamavam o capitão pelo nome** e perguntavam-lhe (...).

Esta narrativa, pela sua enorme intensidade dramática, acabou por ser imitada pelo devir historiográfico, do mesmo modo que a circunstância de um general chamar pelos nomes os capitães, para lhes arengar, se converteu num *topos*. Assim, Xenofonte, louvando Ciro, estabelece um curioso paralelismo entre os artesões ou os médicos e os generais. De facto, tal como os primeiros devem conhecer os nomes dos seus utensílios e dos seus fármacos, de igual modo o general deve saber os nomes dos seus comandantes, para lhes dar ordens quando houver mister de atacar ou de animar as tropas. Por isso, Ciro sabia o nome dos seus oficiais e, quando lhes dava ordens, chamava-os pelo nome. Além do mais, pensava Ciro, quando os militares se apercebem de que o general sabe os seus nomes, tornam-se mais empenhados na luta e pensam duas vezes antes de se macularem com actos de covardia. Pela sabedoria do excerto, vamos transcrevê-lo (5.3. 47-49):

Ciro tinha-se exercitado nisto (saber os nomes dos seus oficiais), porque estranhava que os mecânicos soubessem os nomes dos instrumentos do seu ofício, que os médicos soubessem os nomes dos instrumentos da sua arte e de todos os remédios que administram e que um general fosse tão ignorante que não soubesse os nomes dos seus oficiais, dos quais se havia de servir como instrumentos para atacar, para defender, para encorajar e para aterrorizar.

Parecia-lhe que os militares, que se sabiam conhecidos do general, punham todo o empenho em desempenhar feitos de coragem no campo de batalha e não em sujar-se com acções de covardia.

Parecia-lhe incoerente imitar certos senhores que nas suas casas dão ordens indeterminadamente:

- Vão buscar água; cortem lenha.

A uma ordem tão vaga, os criados olham uns para os outros e ninguém a executa. Todos são culpados e nenhum se julga como tal, nenhum teme o castigo, porque a culpa é comum a todos. Ao pensar desta maneira, Ciro nomeava sempre aquele a quem dirigia as suas ordens.

De maneira que o acto de nomear tem, também, subjacente um acto compromissivo, de co-responsabilização. Ainda neste ponto da obra de Xenofonte, acrescenta-se que previamente a este comentário do narrador, Ciro se dirigira, por doze vezes, aos doze chefes aliados, a quem nomeara e exortara individualmente para que pusessem os respectivos contingentes em marcha, em auxílio do rei Gادات.

Estudioso desta matéria, Carmona Centeno⁴⁶⁹ aduz que, se nas primeiras obras históricas apenas os comandantes eram nomeados pelos generais nas exortações, à

⁴⁶⁹ Cf. CARMONA CENTENO (2008:214).

medida que avançamos no tempo, verifica-se que este tópico de chamar pelo nome para se ser exortado irá adquirindo, por influência da retórica, novas matizes até atingir a inverosimilhança. Essa evolução seguirá duas vias que acabarão por se cruzar e unir num mesmo curso: de um lado, o general chamará pelo nome os seus imediatos para os exortar à medida que percorre o exército, ou seja, executará uma *epipólesis*; já, pelo outro lado, o general acabará por, paulatinamente, saber também o nome dos soldados, até ao ponto inverosímil de saber o nome de todos os soldados.

Relativamente ao primeiro aspecto, é em Diodoro Sículo que podemos encontrar, dentro da literatura disponível, o primeiro caso em que o general Nícias, numa arenga naval, percorre as tropas para as animar, chamando os seus oficiais pelo nome (13.15.1-3). Outros autores se lhe seguirão, mesmo na historiografia latina. Já quanto ao segundo aspecto, é na obra *Antiguidades Romanas* de Dioniso de Halicarnaso, que o auditório nomeável se começa a alargar. Nesta obra, assistimos à actuação de Aquílio que percorrendo uma parte do seu exército, exorta aqueles que se distinguiram em anteriores batalhas, chamando-os pelos nomes. Veja-se que aqui Aquílio já não se dirige aos oficiais mas aos que se destacaram anteriormente, conhecendo os seus nomes, que, em todo o caso, já não seriam poucos. Em Salústio (*Cat.* 59.5), assistimos à afirmação plena do tópico, quando Petreyo, general adversário de Catilina, deslocando-se num cavalo, vai animando e nomeando cada um pelo seu nome:

ipse equo circumiens **unum quemque nominans appellat**, hortatur, rogat, ut meminerint se contra latrones inermis pro patria, pro liberis, pro aris atque focis suis certare. homo militaris, quod amplius annos triginta tribunus aut praefectus aut legatus aut praetor cum magna gloria in exercitu fuerat, plerosque ipsos factaque eorum fortia noverat: ea commemorando militum animos adcendebat.

Desplazandose a caballo va nombrando a cada cual por su nombre, los anima y les ruega que recuerden que pelean contra bandidos desarmados por la patria, los hijos, los altares y sus hogares. Hombre de armas, como habia estado en el ejercito con gran gloria mas de treinta anos de tribuno, prefecto, lugarteniente o pretor, conocia a la mayoria personalmente, asi como las gestas de cada cual; con el recuerdo de ellas inflamaba los animos de los soldados.⁴⁷⁰

O narrador declara mesmo que Marco Petreyo conhecia pessoalmente a maioria dos soldados, bem como as suas gestas (*plerosque ipsos factaque eorum fortia noverat*), de tal maneira que o comportamento deste general se assemelha mais ao de um herói homérico do que de um militar do século I a. C., como veremos de seguida. Não

⁴⁷⁰ CARMONA CENTENO (2008: 218).

surpreende, pois, que o narrador procure contrabalançar este facto, vincando o seu *curriculum* militar de mais de trinta anos.

Em suma, alguns foram os historiadores que acabaram por inserir o tópico de chamar os soldados pelos respectivos nomes nas suas *epipólesis*, de tal maneira que as cenas narrativas em que surgem se tornaram cada vez mais complexas, roçando, por vezes, o inverosímil. Por outro lado, o acto de chamar pelo nome desloca-se para as *epipólesis* preparativas de batalhas, de modo a que o general possa correr as filas do exército e dirigir-se pessoalmente às tropas, chamando não só os nomes dos oficiais, como também, de maneira progressiva, também os dos soldados.

Apesar de tudo, nas *epipólesis* historiográficas com decomposição exclusiva do auditório e ainda que o orador chame os seus interlocutores pelo nome, essas diferentes exortações nunca acabam por se materializar na apresentação de discursos *ad personam*, mas sim num único discurso-sumário das exortações proferidas.⁴⁷¹ Por outro lado, também nas *epipólesis* de decomposição cumulativa de auditório e de conteúdo e independentemente de o orador chamar os interlocutores pelo nome ou não, a verdade é que nunca encontramos casos em que o general arenga especificamente *ad personam*, mas sim a grupos!⁴⁷²

O *exemplum* atrás apresentado de António Vaena acaba por estar em linha com os *exempla* aqui aduzidos da historiografia clássica. Expliquemo-nos: em todos os casos em que o orador convoca os seus interlocutores pelo nome, a verdade é que esses combatentes nunca saem do anonimato, pois os *engarces* não vão além do anúncio geral de que o orador os chamou pelos nomes, jamais, porém, oferecendo os reais nomes dos guerreiros. De maneira que, em caso algum, na historiografia podemos aceder, neste contexto narrativo preciso, a um catálogo de nomes de heróis como sucede, por exemplo, com a épica.

De facto, a apresentação dos nomes dos interlocutores, individualmente considerados, ou em forma de catálogo, é mais consentâneo com o género épico, devido ao menor compromisso que este género literário mantém com o conceito de verosimilhança. Ora, justamente, o primeiro *exemplum* com que introduzimos a *epipólesis* provinha de um excerto da longa *epipólesis* de Agamémnon (Canto IV), cujas características influenciaram decisivamente a historiografia. Nesta *epipólesis* de Agamémnon pelas filas argivas, podem ser identificadas duas fases: primeiramente,

⁴⁷¹ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 220).

⁴⁷² Cf. CARMONA CENTENO (2008:248).

Agamémnon dirige-se a grandes grupos de guerreiros, uns que estavam prestes a combater e outros que estavam remissos à luta. Já num segundo momento, o Atrida dirige-se individualmente a vários heróis, para os elogiar ou para os repreender. Ora, algumas dessas exortações iniciam-se justamente por um vocativo que identifica o receptor da alocução, como sucede com Idomeneu (v. 257) ou com os dois Ajantes (v. 285), depois de já terem sido identificados nos *engarces* prévios.

Um outro *exemplum* também da *Ilíada*, reside no momento em que o cadáver de Pátroclo é defendido como um leão por Ájax (Canto XVII), de maneira que Heitor se vê forçado a solicitar ajuda aos aliados dos troianos enquanto percorre respectivas fileiras de tropas, dirigindo-se individualmente a cada um. Eis que o *engarce* prévio nos oferece um catálogo com os nomes de todos os interlocutores:

Percorreu todos, incitando com palavras cada um:
Mestles e Glauco e Médon e Tersíloco;
Asteropeu e Desinor e Hipótoo;
Fórcis e Crómio e Énomo, o augure.
Incitando-os proferiu palavras apetrechadas de asas:
«Ouvi-me, ó raças numerosas dos aliados circunvizinhos!»⁴⁷³

Porém, como sucede na maioria das vezes, apenas um único discurso encabeçado por um vocativo universal nos é facultado.

Na épica latina, também sobressai um caso similar na obra de Sílio Itálico, *La Guerra Púnica*. Neste poema de temática histórica, encontram-se arengas várias, duas das quais são *epipólesis* em que o general chama os seus pelo nome, embora apenas naquela que é proferida por Flamínio, tenhamos acesso aos nomes próprios dos respectivos interlocutores. Trata-se de uma *epipólesis* com decomposição do auditório e de conteúdo. Depois de uma arenga geral, Flamínio dirige-se individualmente a três soldados diferentes, ainda que só tenhamos conhecimento desse facto à medida que entramos nos discursos, pois os *engarces* são omissos relativamente aos nómima dos interlocutores. Assim, Flamínio nomeia cada soldado à medida que se aproxima dele para o estimular. O primeiro a ser exortado é Órfito (5.165-186):

Así de exaltado hablaba cuando, entre los miles de soldados apinados, vio a uno que se ajustaba el sombrío penacho de su casco: «Obligación tuya -le dijo- es este combate, si. **Órfito**, tuya. Quien habra de llevar a Jupiter propicio los abundantes despojos cargados en unas angarillas ensangrentadas? Por que semejante gloria habria de recaer en otra diestra?»

⁴⁷³ Hom., *Il.*, (17.215-220).

A segunda arenga *ad personam* é dirigida a Murrano, a que se seguirá igualmente uma outra a Ecuano.

Em todo o caso, na historiografia portuguesa não se encontram nem *epipólesis* com decomposição de auditório e de conteúdo, nem os interlocutores são nomeados pelos nomes.

Recuperando o *engarce* inicial da *epipólesis* de D. Afonso Henriques (*Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes...*), encontramos nele a fórmula básica introdutória da *epipólesis*, constituída por um verbo de movimento (*correndo*) que selecciona um complemento preposicional, identificador do alvo desse giro, *por todos*, seguido, não de um, mas de dois verbos de exortação *animar* e *esforçar* acompanhados, respectivamente, dos pronomes objecto directo, cujos referentes são os soldados. São, no entanto, os constituintes sintácticos seguintes *chamando-os por seus nomes*, que permitem apurar que o orador ter-se-á aproximado dos soldados a quem chamou nominalmente e ter-lhes-á proferido exortações *ad personam*. Apesar de tudo, essas diversas exortações não se materializam em igual número de discursos, optando apenas o narrador por facultar um único discurso em estilo indirecto standard, que resume o conteúdo de tais alocações.

São pois as variantes distintivas como *chamar pelo nome*, bem como *nunc singulos nunc universos* que permitem identificar que quanto ao processo de emissão e recepção da mensagem, nos encontramos diante de uma *epipólesis* com decomposição do conteúdo.

b. Informação sobre as características e objectivos do discurso. A *epipólesis* é um discurso de proximidade proferido pelo capitão. O capitão procura, com a sua presença junto dos soldados e com exortações dirigidas a pequenos grupos ou mesmo individuais, reforçar o ânimo das tropas, já que estas se sentem, por momentos, dignas da atenção e do olhar do seu comandante.

Assim, o objectivo que impele o capitão a discursar junto dos seus homens é de os fortalecer animicamente, como aliás repetidamente vem expresso nos *engarces* iniciais. Aí temos o exemplo de D. Afonso Henriques que, depois de ter ordenado as suas azes, para pelejar com os mouros em Ourique, não cessava de correr por todos, animando-os e esforçando-os e, à maneira épica, chamando-os pelos nomes:

Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes, trazendo-lhe á lembrança **o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer**, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos, maioritariamente indo acompanhados da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.⁴⁷⁴

Sobre a necessidade de o capitão exortar e combater junto dos seus homens nada excede literariamente, na historiografia, o que escreveu Jorge de Lemos, a propósito dos cercos de Malaca. Quando falamos em descrições dramáticas capazes de impressionarem vivamente os leitores, à cabeça deveria figurar este *engarce* que introduz e justifica a *epipólesis* de Tristão Vaz. Este capitão-mor abandonando-se a sua nau, se meteu numa galeota não só para ordenar a sua armada, mas também para animar os seus soldados, para que vendo-o como companheiro, pelessem mais confiados. De facto, diz o *engarce* (a frase seguinte é das mais belas da literatura portuguesa, pela imagem que transmite, pela linguagem empregue e pela capacidade de impressionar até às lágrimas os leitores) que em perigo tão assinalado como era aquele, de pouco valeria aos soldados terem um capitão-mor que os exortasse à distância, *metido na torre da sua nau*, se não o vissem com os seus olhos ao nível dos remos dos seus pequenos barcos:

(E deixando [Tristão Vaz] a Manuel Ferreira por capitão da sua nau, **se meteu em uma galeota, das que consigo levava, para ordenar a sua armada e animar os soldados, para que, vendo-o a si, tão companheiro como cada qual**, dos que cada um deles tinha para remédio peculiar do trabalho que lhes sobreviesse, **pelessem mais confiados**; e principalmente para lhes dar a entender, visto como dependurados de seu bom ou mau semblante, que não era tão espantoso o inimigo, como se em Malaca pintava, pois queria achar-se com eles, não só como seu capitão-mor, mandando de sua nau, senão também como soldado, pelejando numa galeota com a espada na mão. **Porque, à verdade, em perigo tão claro e manifesto, pouco montaria terem estes soldados capitão-mor animoso, metido na torre de uma nau, se não o vissem com os olhos no raso dos navios de remo.**⁴⁷⁵

c. **Identificação e caracterização do orador.** Se o excerto anterior serve para sublinhar a importância de o capitão motivar, olhos nos olhos, as tropas, do mesmo modo nele emerge a liderança e audácia do capitão-mor, Tristão Vaz. Este valoroso capitão domina a psicologia militar, percebendo a importância de exortar e combater, em simultâneo, junto aos seus homens, verdadeiro tónico anímico das tropas. Ou seja assistimos à manifestação do tópico do capitão-soldado. Dito de outro modo, a

⁴⁷⁴ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XVI.

⁴⁷⁵ Jorge Lemos, *História dos Cercos de Malaca*, Cap. IX.

epipólesis é um tipo de discurso que, pela sua singularidade, favorece a emersão desse modelo de capitão.

De seguida, podemos observar em toda a sua plenitude, a actuação do capitão-soldado, D. Álvaro de Castro, durante os combates do segundo cerco de Diu. O seu heroísmo vai do *exemplum*, lutando e ajudando a pelejar, como das palavras de incentivo que proferia pelos locais onde chegava. De maneira que o historiador não mingou nos adjectivos caracterizadores das suas palavras que eram *boas* e das quais fazia, também, *bom tratamento* delas, manifestações claras da *gentil maneira de sua pessoa*, que comprovam as suas qualidades de *excelente varão*:

D. Álvaro e correndo pessoalmente todos os lugares da peleja e da subida, **animando os cavaleiros com suas boas palavras** e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é **a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro**. Com o qual tanto trabalhou e ajudou com **suas boas palavras e bom tratamento delas e gentil maneira de sua pessoa, de que ele é tão abastado, como de partes de excelente varão**, que seus soldados, apesar dos Mouros, subindo um diante do outro e ajudados dos arcabuzes de fora, ganharam um lança de muro.⁴⁷⁶

Às mulheres de Diu, são atribuídas também, pelos historiadores, algumas *epipólesis*. Mais do que as suas qualidades de eloquência, os historiadores evidenciam a sua coragem em desafiar a sorte dos projecteis, bem como a sua bondade, distribuindo carinhos e palavras de alento àqueles que deles mais precisavam. Diogo do Couto pormenoriza-nos o trabalho incansável destas honradas mulheres e a enérgica actuação da célebre Isabel Fernandes:

As honradas matronas não faltaram aqui, porque em todos os assaltos tiveram sempre cuidado de acudir ao baluarte, e andavam antre os que pelejavam, mettendo-lhes nas mãos panellas de pólvora, e dando-lhes todas as mais cousas que eram necessarias, e que se pediam, porque se não tirassem dos seus lugares; tanto que hum cahia, era tirado por ellas, e levado a curar. A boa Isabel Fernandes **andava com huma chuça nas mãos, e com o seio cheio de seus bocadinhos, humas vezes pelejando, outras animando todos, e aos que via fracos acudia-lhes com seus mimos, mettendo-lhos na boca**, dizendo (...).⁴⁷⁷

d. **Verbo introdutor do discurso.** Quer pronunciadas antes ou durante as batalhas, têm a finalidade de exortar, de *mouere* as tropas para a batalha. Em face disso, é expectável que os verbos introdutores destes discursos transmitam a força ilocutória

⁴⁷⁶ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXVIII.

⁴⁷⁷ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. II.

inerentes a esses actos de fala. Alguns dos verbos são *exortar*, *bradar* ou *hortor*, verbo este que introduz a alocação de um sacerdote aos combatentes de Diu:

Mascarenna cum octo militibus in subsidium venit, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu vexillum praeferente, ac nunc singulos, nunc universos magno clamore ad pugnam hortante eius auspiciis pugnarent...⁴⁷⁸
Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral, a que com batessem sob patrocínio d'Ele...

Mesmo os discursos que são introduzidos pelo verbo *dizer*, é manifesto que este serve apenas como ponto de apoio sintáctico para a inserção do discurso, como já tivemos oportunidade de verificar em outras pretéritas ocasiões. Com efeito, o verbo que transmite a força discursiva, geralmente *animar*, precede o verbo *dizer*, sendo, efectivamente, por este que passa toda a força ilocutória, como se depreende do exemplo a seguir:

A boa Isabel Fernandes andava com huma chuça nas mãos, e com o seio cheio de seus bocadinhos, humas vezes pelejando, outras **animando** todos, e aos que via fracos acudia-lhes com seus mimos, mettendo-lhos na boca, **dizendo**: «Esforçai, Cavalleiros de Christo, e pelejai por sua fé, que elle está comvosco».⁴⁷⁹

Estes verbos concorrem para o dramatismo inerente a estas arengas, ajudando a comover os seus leitores.

e. Indicar o resultado ou as consequências de um discurso. Os *engarces* finais destas arengas expõem de maneira clara a recepção dos discursos por parte do auditório. Impelidos pelo discurso de proximidade, os soldados imprimem um novo vigor no combate. Assim sucedia com as correrias da boa Isabel Fernandes: *E assim todas as vezes que entrava nos baluartes, que a ouviam, assim se animavam todos tanto, que pelejavam com alegria, e sem receio.*⁴⁸⁰

⁴⁷⁸ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 65.

⁴⁷⁹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. II.

⁴⁸⁰ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. V.

6.3. SEGUNDO A SUPERFÍCIE EM QUE SE DESENVOLVE A *EPIPÓLESIS* (TERRA OU MAR)

Um critério para classificar a *epipólesis* prende-se como facto de esta ser levada a cabo em terra, a pé ou a cavalo, ou no mar, a bordo de uma pequena embarcação. É importante perspectivar a *epipólesis* sob este um aspecto, porque nos permite compreender o grau de adaptação deste tipo de arenga a contextos narrativos inovadores, bem como apreender a idiosincrasia da arenga historiográfica portuguesa.

A. A *EPIPÓLESIS* A CAVALO OU A PÉ

Catorze *epipólesis* registadas no *corpus* desenrolam-se em cenário terrestre, ainda que em algumas das alocações não seja de todo inteligível apurar se o emissor discursa em posição equestre ou simplesmente a pé, à medida que percorre as filas de soldados. Na verdade, por falta de informação precisa nos *engarces* que abrem ou encerram os discursos ou mesmo no contexto narrativo envolvente, é impossível afirmar inequivocamente se o capitão se deslocou de uma ou de outra maneira. Veja-se o exemplo seguinte da *epipólesis* pronunciada por Afonso Henriques no Campo de Ourique:

Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes, trazendo-lhe á lembrança **o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer**, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos, maioritariamente indo acompanhados da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.

A forma verbal empregada *correndo*, não permite elucidar se a corrida do então príncipe se fez de um ou de outro modo. Se atendermos à totalidade do contexto narrativo envolvente, verificamos que o narrador, momentos antes da formatura das tropas, nos fornece o catálogo das tropas portuguesas: distribuídos por quatro azes, estavam dez mil homens de pé e mil homens de cavalo, onze mil homens, no cômputo geral. Numa frase pode ler-se, ainda, que *na primeira az, hia ho Príncipe com muy bõos cavaleiros*. Em face do número de tropas e do facto de o príncipe estar acompanhado de cavaleiros, podemos imaginar ou supor que ele se terá movimentado a cavalo por aquela multidão, enquanto os exortava. Em todo o caso, o narrador não é suficientemente inequívoco neste aspecto, não nos permitindo chegar a uma conclusão incontestável sobre o modo de circulação do futuro rei. Como este exemplo, outros similares encontramos no *corpus* historiográfico.

Assim, o narrador da crónica anónima *Jornada del rei D. Sebastião à África* declara-nos que, no decurso da Batalha de Alcácer Quibir, o capitão Aldana, vendo que as tropas árabes iam progressivamente envolvendo o exército português, lembrou a D. Sebastião que este devia reforçar o ânimo dos soldados. Deste modo o rei, diz o narrador, discorrendo pelos seus, exortava-os com palavras brandas:

Vendo o capitam Aldana que acaso se achou perto del Rey, o sucesso que as cousas prometiam lhe lembrou que em pessoa devia de animar os seus porque era tempo, ao que o Rey Satisfez discorrendo pellos de seus exercito, exortando a todos com palavras brandas.⁴⁸¹

O que interessa sublinhar é que o verbo que mais frequente é aplicado pelos narradores nas *epipólesis*, para sugerirem a movimentação dos heróis pelas tropas é o verbo *discorrer*. Este verbo deriva etimologicamente do verbo latino *discurro, is, curri*, significando *correr em várias direcções* e está documentado na língua portuguesa desde o século XIV.⁴⁸² Com este sentido, hoje em dia, é entendido como um arcaísmo. Em termos metafóricos, poderá ter também a acepção de *discursar, dissertar*. É, pois, um termo feliz que amalgama a fórmula introdutória da *epipólesis*, movimento e exortação. No exemplo acima, o significado ajusta-se ao percurso do rei, realizado aleatoriamente por entre os soldados, já que o verbo de exortação está bem explícito no *engarce*, através da forma verbal conjugada no gerúndio (*exortando*).

Tal como sucedera no exemplo da *epipólesis* de Afonso Henriques, também agora não podemos inequivocamente afirmar se o giro de D. Sebastião foi efectuado a cavalo, a pé ou através um outro qualquer meio de transporte, como um palanquim.

Semelhantemente, D. João Pereira, apercebendo-se de que dois esquadrões inimigos de quatro mil e quinhentos cada haviam provocado temor nos seus homens e receando, por isso, que os desbaratasse mais o temor que o poder dos inimigos, discorreu por todos os soldados da sua companhia, declarando-lhes que aqueles inimigos eram os mesmos que anteriormente já haviam sido vencidos por eles:

Dom João Pereira posto que visse o grande poder dos imigos, e a boa ordem em que estavam não fez aballo algum em seu coração, não deixando de o fazer nos mais da sua companhia, que ficarão embaraçados vendo tamanho exercito, o que Dom João logo entendeo, e receando que mais o desbaratasse o medo dos seus, que o poder dos imigos, foi descorrendo por todos com hum rosto muy alegre dizendolhes (...).

⁴⁸¹ *Jornada de el rei D. Sebastião à África*, Liv. II, Cap. III.

⁴⁸² Cf. *Dicionário Houaiss* (2005), Tomo VII, 3024.

Como dissemos, a fórmula de *epipólesis* encontra-se, de novo, no verbo de movimento *discorrer*, a que se associa o verbo declarativo *dizer*. Uma vez mais, não é possível saber se de D. João Pereira realizou esta *epipólesis* a pé ou em cima de um cavalo, nem mesmo pelo contexto narrativo envolvente.

Ao contrário destes, os dois exemplos seguintes de *epipólesis* são manifestamente proferidas por um orador montado num cavalo. O primeiro caso, colhido da obra de António Vaena, mostra-nos D. Sebastião a animar os soldados, enquanto discorre pelos esquadrões:

Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e discorrendo pelos esquadroens, com o rosto alegre e confiado, dava animo aos soldados.⁴⁸³

Embora nesta referência a *epipólesis* nada nos permita afirmar que D. Sebastião se terá movimentado em cima de um cavalo, em todo o caso devemos focar-nos no sintagma inicial, *com isto*. O demonstrativo *isto* tem como referente a anterior arenga de D. Sebastião que acabara de ser proferida exclusivamente diante dos coronéis e restantes membros do conselho, de maneira que este sintagma não é mais do que o *engarce* final dessa arenga restritiva. Assim sendo, se retrocedermos até ao *engarce* inicial dessa primeira arenga pronunciada pelo monarca aos coronéis, inequivocamente, ficamos a saber que ele discursa montado num formoso cavalo:

Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, **posto em hum cavallo** mui formoso acobertado, com a lança na mão com o conto no chaõ, e o elmo alevantado, mandou chamar o mestre de campo e os coronéis, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavaõ com elle, lhes disse (...).⁴⁸⁴

Finda aquela arenga, o soberano mandou cada coronel à sua companhia e ele próprio, a cavalo, naturalmente, percorreu os esquadrões, a fim de animar todos os soldados.

Por sua vez, D. João de Castro, também a cavalo, exorta os soldados, à medida que percorre o exército em marcha. Depois desta *epipólesis*, passou à dianteira da coluna, ordenando que formassem para cometerem os inimigos:

⁴⁸³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

⁴⁸⁴ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

O Governador hia em hum palaquim de que em lhe dando as novas saltou logo fora, e **cavalgou em hum formoso cavallo melado**; e tomando huma lança, e adarga, correo por todo o exército muito rizonho, dizendo a todos (...).⁴⁸⁵

Note-se a intenção estilística do narrador em caracterizar duplamente o *formoso* cavalo *melado* do vice-rei.

Importa, contudo, sublinhar, que a *epipólesis* equestre, na historiografia portuguesa de quinhentos, apresenta reduzidos casos, afastando-se, portanto, das congéneres greco-latinas, cuja maioria é levada a cabo num cavalo. Finalmente, uma última nota para assinalar que estas duas *epipólesis* a cavalo são proferidas antes das respectivas batalhas.

Uma outra possibilidade que assiste ao protagonista é a de realizar a pé, a *epipólesis*. Ora, se na literatura antiga, encontramos narradores/autores que, em determinados contextos narrativos e por motivos ideológicos ou outros, tendem a deixar bem claro que foi a pé que determinado protagonista efectuou a *epipólesis*⁴⁸⁶, já na historiografia portuguesa, as *epipólesis* efectuadas a pé são mais sugeridas contextualmente do que verbalmente afirmadas. Na verdade, em caso algum, os *engarces* iniciais oferecem tal informação, de maneira que compete ao próprio leitor imaginar/visualizar a postura apeada do herói, enquanto discorre e discursa pela multidão combatente. Vejamos um exemplo:

D. Álvaro e **correndo pessoalmente todos os lugares da peleja e da subida, animando os cavaleiros com suas boas palavras** e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro.

Nesta referência a *epipólesis*, vemos D. Álvaro de Castro *correndo* todos os lugares da peleja, com o propósito de animar e ajudar os soldados na refrega. De facto, ainda que o verbo “correr” possa apontar para um movimento realizado a pé, em todo o

⁴⁸⁵ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. V, Cap. X.

⁴⁸⁶ Na *Iliada*, salvo numa ocasião em que Heitor percorre num carro o exército troiano para o exortar (*Il.* XV.352-3), todas as *epipólesis* são a pé. O melhor exemplo de uma *epipólesis* pedestre coincide com a grande *epipólesis* de Agamémnon (Canto IV), em que o Atrida, abandonando os cavalos, percorre a pé os diferentes contingentes do exército:

Deixou os cavalos e o carro com variegados adornos de bronze;
e à distância os cavalos arfantes retinha seu escudeiro,
Eurimedonte, filho de Pireu, filho de Ptolomeu,
a quem ordenou que os mantivesse perto, para quando
o cansaço lhe tomasse os membros ao dar as ordens às tropas.
Mas ele próprio **percorreu a pé** as fileiras de homens.
E àqueles dentre os Dânaos de velozes poldros que ele visse
apressados, junto desses parava para os encorajar com palavras:

caso pode-se “correr” também através de outros meios, como a cavalo ou de carro. Não existe, pois, uma referência explícita à maneira como se movimentou o herói, como sucede com o exemplo infra da *Ilíada*. Apesar de tudo, o narrador utiliza o advérbio *pessoalmente* para destacar que aquele protagonista percorreu as tropas para, em pessoa, lhes arengar.

Ainda neste âmbito da *epipólesis* proferida por um protagonista a pé, sem contudo, haver uma notificação clara desse facto, foquemos agora um tipo particular de *epipólesis* da historiografia portuguesa. Trata-se de um tipo de *epipólesis* que envolve sempre os mesmos protagonistas e os mesmos contextos narrativos, uma vez que esses actos ilocutórios se encontram narrados em distintas obras históricas. Como dissemos, estas *epipólesis* eclodem em contextos narrativos circunscritos: os cercos à cidadela de Diu e os ataques a outras cidades portuguesas do Oriente. Algumas delas são protagonizadas por religiosos, geralmente frades franciscanos, que empunhando uma imagem sagrada, percorrem os baluartes da fortaleza onde o fogo inimigo descorçoa os soldados portugueses, procurando, por meio de palavras de ânimo, restituir os desalentados à luta. São, portanto, *epipólesis* proferidas no meio das refregas. O exemplo seguinte é flagrante:

(...) mas como o poder dos inimigos era grande, e de todas as partes lhes foi acudindo sempre mais gente, estiveram os nossos quasi perdidos, e desbaratados; mas chegou áquelle tempo o Padre Fr. Antonio do Casal com o Crucifixo arvorado na lança, e **passando por meio dos nossos, foi bradando** alto (...).⁴⁸⁷

Repare-se no rigor linguístico e na focalização do narrador: quando tudo parecia perdido, Frei António do Casal, com o crucifixo na ponta da lança, foi passando pelo meio dos nossos e bradando alto. Para além da fórmula introdutória da *epipólesis* presente no verbo de movimento passar e no verbo exortativo bradar, importa sublinhar o facto de a forma verbal utilizada pelo narrador ter sido, em ambos os casos, o gerúndio, de tal maneira que o leitor pode visualizar aquele guerreiro de Cristo a desfilar continuamente por entre os contendores, ao mesmo tempo que o mesmo leitor o pode ouvir a bradar, a animar incansavelmente, em altas vozes, os soldados portugueses. Diogo do Couto é realmente um mestre na arte de captar cenas militares na Índia. O exemplo seguinte é também da sua lavra.

⁴⁸⁷ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

A novidade é que agora em vez de um, temos dois franciscanos que, não receando nem as flechas nem os pelouros⁴⁸⁸ *de que o ar estava cuberto* (magnífica imagem) percorrem as estâncias da fortaleza, exortando todos para a peleja:

(...) os outros dous frades que ficarão de fora andarão todo este tempo entre os nossos, sem recearem frechas, nem pelouros, de que o ar estava cuberto: e vendo agora os nossos neste segundo cometimento tão afrontados e apertados **foram correndo todas as estancias** com crucifixos alevantados **bradando por todos dizendo-lhes**:⁴⁸⁹

Atente-se ainda que a selecção da preposição “por” no sintagma por todos, em detrimento da preposição “a” sugere exactamente uma alocação ou várias proferidas em movimento, a passar por todos os soldados. Também Diogo de Teive, em 1548, já havia sido histórica e literariamente sensível a estes actos ilocutórios, que não desprovidos de bravura, ao ter incluído no seu opúsculo uma destas *epipólesis*, cujo orador, como já comentámos, *nunc singulos, nunc universos*, exorta a que se batam sob o patrocínio de Cristo:

Mascarenna cum octo militibus in subsidium **venit**, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu vexillum praeferente, **ac nunc singulos, nunc universos** magno clamore ad pugnam **hortante** (...).⁴⁹⁰
Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral (...).

No conjunto, temos, assim, três *epipólesis* proferidas por religiosos. Ora, justamente em contextos narrativos análogos, surgem-nos os outros inusitados protagonistas de *epipólesis*: as mulheres. Em Diu, o exército das matronas, como lhe chamou Diogo do Couto, desempenhou um papel ímpar na defesa daquela praça. Se os frades percorriam as estâncias a exortarem os que lutavam, estas heroínas, não só curavam dos feridos, como forneciam armamento e comida aos que pelejavam, bem como acorriam a todos os locais a dar ânimo aos que dele necessitavam. No exemplo seguinte, por meio de uma sucessão de orações justapostas o narrador/Diogo do Couto transmite-nos o frenesim destas valorosas mulheres, percorrendo incansavelmente toda a fortaleza e animando a todos. Sobressai a Isabel Fernandes que, de chuço na mão, pelejava, acorria a animar os mais fracos e metia-lhes na boca algum doce que trazia consigo:

⁴⁸⁸ Bala de pedra ou de metal empregue em artilharia.

⁴⁸⁹ Diogo do Couto, *Década VIII da Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

⁴⁹⁰ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 65.

As honradas matronas não faltaram aqui, porque em todos os assaltos tiveram sempre cuidado de **acudirem** ao baluarte, e **andavam** antre os que pelejavam, mettendo-lhes nas mãos panellas de pólvora, e dando-lhes todas as mais cousas que eram necessarias, e que se pediam, porque se não tirassem dos seus lugares; tanto que hum cahia, era tirado por ellas, e levado a curar. A boa Isabel Fernandes **andava** com huma chuça nas mãos, e com o seio cheio de seus bocadinhos, humas vezes pelejando, **outras animando todos, e aos que via fracos** acudia-lhes com seus mimos, mettendo-lhos na boca, dizendo.⁴⁹¹

Esta Isabel Fernandes, já anteriormente tinha protagonizado outra *epipólesis* de semelhante jaez:

A velha Isabel Fernandes **corria** os baluartes com seus bolos, e bocados doces, esforçando a todos, acudindo aos fracos com aquella refeição, mettendo-lha nas bocas por não desoccuparem as mãos, que estavam offendendo aos inimigos, **alevntando a voz a toda a parte a que chegava**, pera que todos a ouvissem, pera se della quizessem alguma cousa, a dar, **dizendo** (...).⁴⁹²

São, portanto, seis as *epipólesis* levadas a cabo por frades e por mulheres. Pelos contextos narrativos, parece não ficarem dúvidas de que os percursos efectuados por estes heróis foram, efectivamente, realizados a pé.

Como pudemos observar, na historiografia portuguesa existe uma enorme variedade na forma como os capitães e demais oradores percorrem as tropas em terra, a cavalo, sendo a mais comum a posição apeada. Surpreende também o facto de a *epipólesis* na historiografia portuguesa ir além dos pergaminhos formais que a historiografia antiga evoca. Na verdade, além da *epipólesis* efectuada à maneira clássica, com um capitão ou monarca a passar revista às tropas formas em campo aberto, assistimos a *epipólesis* executados ao longo dos altos muros das fortalezas, no fragor das batalhas, não só por heróis consagrados, mas também por franciscanos e mulheres audazes. Demonstra pois, que a *epipólesis*, enquanto tipo de arenga, foi apreendida e modelada pelos historiadores portugueses aos diferentes cenários de guerra por onde deambularam os portugueses do século XVI. Por outro, ao introduzirem nas suas obras históricas estas *epipólesis* particulares, contribuem para a *variatio* das suas narrativas e intensificam o dramatismo dos episódios bélicos a que estão associadas.

Para encerrar este critério de classificação, cumpre agora olharmos para um tipo de *epipólesis*, com grande tradição historiográfica, em que o capitão percorre a sua armada a bordo de uma pequena embarcação.

⁴⁹¹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. X.

⁴⁹² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. V.

B. A EPIPÓLESIS NO MAR A BORDO DE UMA PEQUENA EMBARCAÇÃO

Embora possa de certo modo parecer inverosímil que um capitão efectue uma *epipólesis* no mar, percorrendo a sua frota numa pequena exortação, para animar os seus homens, contudo, no *corpus* historiográfico registamos a presença de três *exempla*, do mesmo modo que na historiografia antiga assistimos ao surgimento e fixação deste tipo de arenga.

É na *História* de Heródoto que se encontram os primeiros contributos para o surgimento da *epipólesis*, ainda que não possamos afirmar que efectivamente se trata já de uma *epipólesis*. Assim, no episódio mais significativo para o devir da *epipólesis*, ainda que Xerxes (livro VII), a bordo de uma nau sidónia, passe junto às proas das naus e faça perguntas em cada uma, a verdade é que falta ali um dos elementos fundamentais para cumprimento da *epipólesis*: a exortação. Outros exemplos precursores da *epipólesis* no mar podiam aqui ser aduzidos, focados nas revistas das tropas a bordo de uma pequena embarcação.

Data do século I a. C. o primeiro caso claro deste tipo de *epipólesis*, presente na *Biblioteca Histórica* de Diodoro. Nos preliminares à batalha naval entre atenienses e sicilianos, Nícias subiu para um barco e assim percorreu os trirremes da sua armada. Passando diante de cada trirreme ateniense, dirige-se ao respectivo trierarco pelo seu nome e dirige-lhes uma arenga em estilo indirecto (13.15.1-3).⁴⁹³ A partir daqui, vários são os historiadores gregos que inserem exemplos de *epipólesis* a bordo de uma nau, geralmente em obras que abordam feitos da história romana.

Importa pois vincar que este tipo de *epipólesis* acabou por fazer a sua aparição em diversas obras históricas de diferentes épocas, devendo-se tal facto sobretudo à recriação deste tópico literário por cada um dos diferentes historiadores, uma vez que não parece provável que esta *epipólesis* específica pudesse produzir-se efectivamente em contexto militar real, devido a condicionantes logísticos, naturais e outros. E como já afirmáramos, os historiadores de quinhentos incorporaram também a *epipólesis* nas suas obras, nomeadamente aqueles que se dedicaram a historiar os acontecimentos ultramarinos. De forma que três são as *epipólesis* marítimas que registamos no *corpus* discursivo. Um dos exemplos mais paradigmáticos encontramos-lo na obra de Diogo do Couto, historiador

⁴⁹³ Cf. CARMONA CENTENO (2008:316).

que soube aliar muito bem os conhecimentos adquiridos enquanto soldado com a erudição clássica.

Foi assim que a armada portuguesa capitaneada pelo governador da Índia, Lopo Vaz de Sampaio (1526-29), houve vista da esquadra inimiga ancorada no porto de Bombaim. Imediatamente, Sampaio embarcando-se num navio ligeiro, navegou por todas as fustas⁴⁹⁴ e fez a todos uma exortação, apresentada em estilo indirecto.

Importa fazer uma análise à estrutura tripartida do *engarce* que anuncia a *epipólesis* marítima, porque ele encerra literariamente, do mais elucidativo e claro que existe, a este nível, na historiografia portuguesa. Repare-se que o narrador começa por informar que o governador, em pessoa, se embarcou num navio ligeiro (*O Governador meteose em hum navio ligeiro*). Acto seguinte, surge a fórmula introdutória da *epipólesis*, constituída por um verbo de movimento como núcleo de uma oração que declara que o governador, metido naquele pequeno barco, passou pelas fustas portuguesas (*e foi correr as nossas fustas*) com o objectivo de a todos fazer uma breve exortação, como as condições permitem. De maneira que, com a oração final que tem implícito um verbo dicção (*e fez a todos hũa muito breve fala*), completa-se a fórmula tipologicamente requerida pela *epipólesis*. Vejamos, agora, na totalidade, o *engarce* da *epipólesis* marítima:

O Governador amanheceo sobre Bombaim, aos seis de Fevereiro, que foi ao outro dia logo, em que cayo dia de Çinza e o ouverão vista da armada do imigo, que estava na ponta d'aquella barra. O Governador meteose em hum navio ligeiro, e **foi correr as nossas fustas, e fez a todos hũa muito breve fala**,⁴⁹⁵

O exemplo sequente presente na obra de Jorge de Lemos é, ao nível da retórica militar, uma das mais belas páginas da historiografia portuguesa, coincidindo com a narração de uma *epipólesis* marítima. O capitão é Tristão Vaz da Veiga, sendo a narração desta *epipólesis* um verdadeiro elogio ao comportamento deste herói dos cercos de Malaca, que aqui surge a desempenhar eficazmente o papel de óptimo capitão. Informado de que a armada inimiga se encontrava próxima, abandonou a sua nau, deixando outro a capitaneá-la, meteu-se numa galeota e foi animar os soldados pelas demais embarcações. O episódio é todo ele simbólico e tem por detrás uma intenção clara do capitão se tornar companheiro dos seus homens. Como declara o narrador, o acto de descer da torre da sua nau para uma galeota e igualar-se com os restantes combatentes, tem como consequência

⁴⁹⁴ Embarcação ligeira de trinta remadores e outros tantos soldados.

⁴⁹⁵ Diogo do Couto, Década IV da *Ásia*, Liv. V, Cap. V.

a galvanização das tropas. De facto, afiança o narrador, de pouco valeria aos soldados, em perigo tão manifesto, um capitão animoso encerrado no alto na sua nau, se não vissem com os olhos ali junto aos navios remos. Como se pode ver, é uma das mais exemplares páginas da retórica historiográfica de quinhentos:

E levando-se em rompendo a manhã, navegou para o rio Formoso, que está doze léguas de Malaca, por lhe afirmarem as espias, que estava nele a armada inimiga. Tanto que a descobriu, viu assomar a dianteira dela, que seria de vinte e tantos navios ligeiros. E deixando a Manuel Ferreira por capitão da sua nau, **se meteu em uma galeota, das que consigo levava, para ordenar a sua armada e animar os soldados**, para que, vendo-o a si, tão companheiro como cada qual, dos que cada um deles tinha para remédio peculiar do trabalho que lhes sobreviesse, pelejassem mais confiados; e principalmente para lhes dar a entender, visto como dependurados de seu bom ou mau semblante, que não era tão espantoso o inimigo, como se em Malaca pintava, pois queria achar-se com eles, não só como seu capitão-mor, mandando de sua nau, senão também como soldado, pelejando numa galeota com a espada na mão. Porque, à verdade, em perigo tão claro e manifesto, pouco montaria terem estes soldados capitão-mor animoso, metido na torre de uma nau, se não o vissem com os olhos no raso dos navios de remo.⁴⁹⁶

Finalmente, temos a *epipólesis* marítima em que o discurso manuscrito de Francisco de Almeida chega a todas as embarcações da grande armada de Diu onde é publicamente lido diante de todos os militares. De acordo com o narrador, o vice-rei enviara, primeiramente, por um bergantim, uma missiva a todos os capitães, notificando-os para que se aparelhassem para a batalha. Como a maré era favorável, o vice-rei chamou de novo o bergantim, a quem entregou um novo manuscrito, para que fosse levado e lido nas naus, mas agora na presença de todos. Portanto, aquela pequena embarcação percorre a armada, levando a voz do vice-rei a todos os que nela vão embarcados, desde os capitães até aos escravos:

Como virão que a maré vinha do mar, outra vez o Visorey **mandou o bargantym per toda 'armada aos Capitães com hum papel, que o mandassem ler em presença de toda' gente**, o qual dizia assy: «Dom Francisco d'Almeida, Visorey da India, polo muyto alto, e excelente Rey Dom Manuel, meu senhor. Notefico a quantos esta minha carta virem (...)»⁴⁹⁷

É necessário atendermos minuciosamente ao discurso, para percebermos que ele tem, efectivamente, uma finalidade exortativa, assumindo-se como uma arenga e não como um discurso de um outro género. Na verdade, o discurso gira em torno de dois

⁴⁹⁶ Jorge de Lemos, *História dos Cercos de Malaca*, Cap. IX.

⁴⁹⁷ Gaspar Correia, *Lendas...*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.», Cap. IV.

tópicos retóricos: primeiramente, Almeida vinca a necessidade de impedir que os turcos atentem contra a fé cristã e se assenhereiam das possessões portuguesas:

(...) que porquanto neste dia e ora estou nesta barra de Dio com todo o poder que tenho, pera dar batalha a huma armada do grão Turco, que elle mandou, que vierão de Meca pera guerrearem, e ponirem contra a fé de Christo, e contra o estado d'ElRey meu senhor;

Por outro lado, pressentindo que naquela batalha se jogava a honra sua e o dever de Portugal no Oriente e de maneira a ter os seus homens altamente motivados, Almeida escreveu aquela missiva onde atribuía e diferenciava, consoante a condição do combatente, um vasta série de honrarias morais e económicas. Com base, pois, nestes pressupostos, percebemos que se trata não só de uma arenga, mas de uma verdadeira *epipólesis* marítima, uma vez que o discurso de Francisco de Almeida, em suporte papel, circula por toda a armada e por todos é ouvida.

Todos os casos de *epipólesis* no mar aqui vistos da historiografia portuguesa revelam, como já anteriormente haviam demonstrado as representantes da historiografia antiga, uma crescente adaptação a contextos narrativos inovadores e atestam, portanto, uma recreação literária cada vez mais apurada pelos historiadores, afastando, no entanto, a narrativa do verosímil. Em suma, a *epipólesis* marítima converte-se num rico recurso literário que vem aumentar o patetismo de um episódio que já de si não estava isento dele.

6.4. EXTENSÃO E CONTEÚDO DAS LINHAS ARGUMENTATIVAS

O *engarce* introdutório da arenga naval do governador, Lopo Vaz de Sampaio, anuncia que este se meteu numa galeota e, ao percorrer as fustas, *fez a todos hũa muito breve fala*.⁴⁹⁸ De facto, atendendo ao momento e ao contexto narrativo em que são proferidas, essas alocações terão de ser breves, focadas na finalidade de *mouere* as tropas para a guerra. Concomitantemente, estas breves arengas, também, são retoricamente pouco elaboradas, constituídas, na sua maioria, por apelos veementes à luta, à coragem, à audácia ou à confirmação da justiça da luta.

Como se observa no corpus, há, contudo, *epipólesis* proferidas antes dos combates, enquanto outras são pronunciadas durante as lutas. Analisemos as linhas

⁴⁹⁸ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. V, Cap. V.

argumentativas destes dois grupos, procurando aferir semelhanças e diferenças. Começamos pelas prévias às batalhas.

Pela sua originalidade, merece amplo destaque a arenga manuscrita de Francisco de Almeida, posteriormente lida diante do auditório de cada uma das naus da armada que venceu a batalha naval de Diu. A singularidade torna-se ainda mais evidente, uma vez que esta alocução, ao contrário das demais, é extensa e apresenta uma argumentação fundamentada e ponderada.

Podemos observar que o vice-rei desenvolve o seu discurso em torno de dois eixos retóricos fundamentais: a justiça e a conveniência da luta. Procura, em primeiro lugar, demonstrar a perfídia dos inimigos, a fim de requestar a vontade dos soldados para aquela causa. Desfia, perante eles, o rol de iniquidades cometidas ou com a intenção de cometer, contra a fé de Cristo ou contra o estado português da Índia. De facto, se não cercearem já o mal dessa coligação entre turcos e o rei de Calecut, as fortalezas de Cananor e Cochim correrão sérios perigos, de maneira que é de toda a elementar justiça, punir já estes inimigos:

pera dar batalha a huma armada do grão Turco, que elle mandou, que vierão de Meca pera guerrearem, e ponirem contra a fé de Christo, e contra o estado d'ElRey meu senhor; em comprimento do qual, dentro em Chaul, no rio, derão batalha com o Capitão mór do mar da Índia, e o matarão, e muytos cativarão com 'ajuda dos de Melequiaz, Capitão de Dio, que os recolheo, onde se tornarão a refazer, e acrescentar com mór poder de gente e armada, com proposito de hirem guerrear e tomar as fortelezas de Cananor, e Cochym, com favor e ajuda de grande armada que lhe mandou o Rey de Calecut, e com outra muyta que lhe forveceo Melequiaz aquy nesta cidade de Dio, onde erão juntos pera fazer a dita obra de guerra; **o que por mym sabido, por atalhar o tamanho mal como se podia seguir, se estes imigos nom fossem ponidos, e de todo apagados.**⁴⁹⁹

Em segundo lugar, como já tivemos oportunidade de comentar, Almeida insiste depois nas vantagens daquela luta, prometendo a todos os soldados, segundo a sua categoria, honras diferenciadas. E para mais os excitar, concede-lhes o saque da armada turca, com excepção, uma vez mais, da artilharia e das próprias embarcações (*E a todos dou escala franca, que seja seu o que cada hum tomar, tirando os navios, e artelharia, que nom posso dar*). Repare-se que, ainda que esta arenga exceda em extensão o que é comum nestas circunstâncias, em todo o caso não há nenhuma referência à estratégia bélica a seguir. Na iminência da luta, o vice-rei insiste nos tópicos mais parenéticos, a

⁴⁹⁹ Gaspar Correia, *Lendas...*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508. Cap. IV.

justiça da luta desenvolvida na linha instrutiva e as vantagens materiais da luta na linha exortativa.

Já a *epipólesis* de D. João Pereira conta apenas com uma componente exortativa. Na verdade, perante o receio que os seus homens manifestaram ao avistarem a extensão do exército inimigo, aquele capitão procura valer-se de tópicos que restaurem a confiança dos homens, nomeadamente, recordando-lhes que aqueles são os mesmos mouros tantas vezes por eles desbaratados. Com o seu exemplo e a crença em Deus, o capitão acredita que a vitória está certa. Ou seja, perante um cenário muito particular de medo entre a hoste, o capitão vale-se dos tópicos da possibilidade de vitória para reacender a confiança nas suas tropas. E para que as suas palavras se tornem mais credíveis e concordantes com o seu pensamento, o narrador afirma que ele passou por todos com *hum rosto m̃y alegre*:

Dom João logo entendeo, e receando que mais o desbaratasse o medo dos seus, que o poder dos imigos, foi percorrendo por todos com hum rosto m̃y alegre dizendolhes: «Que he isto cavaleiros, e companheiros meus, aqui temos estes Mouros imigos de nossa ley, que são os mesmos que vos desbaratastes muitas vezes, não aja novidades, seguime que Deos he com nosco, e a vitoria está certa».⁵⁰⁰

Algo de semelhante se passou nos preparativos da batalha de Alcácer Quibir, segundo o narrador da *Jornada de África*. Vendo que o exército mouro ia envolvendo a hoste portuguesa, o capitão Aldana sugeriu a D. Sebastião que devia ir animar os seus. Perante a ameaça inimiga, o rei intentou fortalecer o ânimo e a confiança dos soldados, mostrando-lhes como os antepassados, sempre poucos, venceram muitos, exortando-os a fazerem o mesmo nesse dia. Terminou, afirmando que os valorosos teriam o seu prémio e os cobardes o merecido castigo:

lhe lembrou que em pessoa devia de animar os seus porque era tempo, ao que o Rey Satisfez discorrendo pellos de seus exercito, exortando a todos com palavras brandas, lembrando lhe o valor e antigo esforço de seus passados, e como Sempre Sendo poucos venceram a muitos, e que agora com mais rezam esperava elle que o fisessem naquelle dia pelejando contra aquelles Barbaros inimigos da Sancta fee Catholica, de que sempre tiveram Seus pais e avos gloriosas vitorias, e que lembrado disto teriam ante elle seu merecido lugar e os covardes Seu devido castigo.⁵⁰¹

Também a *epipólesis* de D. João de Castro desenvolve apenas uma linha argumentativa, a exortativa, cujas interjeição e o vocativo afectivo são um bom exemplo disso. Também aqui o tópico da possibilidade de vitória é esgrimido por D. João, desta

⁵⁰⁰ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. X, Cap. V.

⁵⁰¹ *Jornada del-rei dom Sebastião à África*, Liv. II, Cap. XIII.

vez elogiando estrategicamente a bravura dos seus homens. De facto, segundo ele, não sem uma ponta de ironia, tomara que os inimigos fossem mais, para que eles pudessem mostrar toda a valentia e a vitória ser mais gloriosa. Mais uma vez, o narrador nos informa que o governador passou por todos muito risonho, demonstrando, com esse gesto, que as suas palavras eram assertivas:

e tomando huma lança, e adarga, correo por todo o exército muito risonho, dizendo a todos: «Eia filhos, alli temos os inimigos: vamos a elles, que pouco tendes que fazer, porque pera vosso esforço, e pera o alvorço que em todos sinto, tomara que foram mais, pera que ficara a vitoria mais gloriosa».⁵⁰²

Finalmente, a *epipólesis* marítima de Tristão Vaz cinge-se a um provérbio ou a uma sentença que apela para o valor dos combatentes, segundo o qual, os Fados favorecem os ousados:

Entendendo o capitão-mor Tristão Vaz, pelo muito curso que tinha da guerra, que na determinação sua estava o temor dos inimigos, e na dúvida, confiança, lembrou aos capitães e soldados suas obrigações, e os exortou, persuadiu e moveu à peleja, e alvorçando-os com o provérbio muito trilhado entre eles, que «aos ousados favoreciam e ajudavam prodigamente os Fados», se fez logo na volta deles, com as velas a topetar.⁵⁰³

Tal como as restantes arengas, também as *epipólesis* prévias às batalhas não deixam de inter-agir com a narração, ainda que a componente didáctico-instrutiva reduza a sua importância em favor da componente exortativa, que assume verdadeiro destaque neste tipo de discurso. Significa que a *epipólesis* deve ser breve, directa e substancialmente exortativa de maneira a ajustar-se ao respectivo momento de enunciação, diante de tropas formadas e prestes a entrar em combate. Nestas circunstâncias, os oradores focalizam-se nos tópicos retóricos mais parenéticos, nomeadamente nos motivos éticos e também na conveniência da luta e suas recompensas.

Passemos agora à *epipólesis* enunciada durante as batalhas, começando por recordar que, na Antiguidade, Tucídides, tantas vezes aqui referenciado pelo papel inovador que imprimiu na historiografia seguinte, não inserta na sua obra nenhuma *epipólesis* durante a batalha, ao passo que, na *Ilíada*, por exemplo, este já é o procedimento mais habitual. Ora, o *corpus* de *epipólesis* durante a batalha identificado na historiografia portuguesa, embora mais reduzido do que aqueles que são produzidos antes

⁵⁰² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. V, Cap. X.

⁵⁰³ Jorge de Lemos, *História dos Cercos de Malaca*, Cap. IX.

dos combates, conta ainda assim com um número considerável de casos, se bem que apresentem uma estrutura simples e repetitiva.

Tomemos, pois, alguns exemplos para depois extrairmos conclusões. De todas as *epipólesis* proferidas durante a batalha, uma única apenas é proferida por um militar de carreira, D. Álvaro de Castro, filho de D. João de Castro. D. Álvaro recebera de seu pai a missão de tomar por força de armas a fortaleza costeira de Caxem e de a entregar a seu rei natural, Saïd Bem Içabenafrão. Desembarcada a armada portuguesa na barra da cidade de Caxem, depararam-se que, o alvo do ataque, a fortaleza, possuía muralhas muito altas, quatro colossais baluartes e era cercada de uma larga cava. Além disso, *estava guarnecida de muito especiais cavaleiros que, ainda que mouros, não se pode tirar a cada um sua glória e eles o mostraram bem verdadeiramente*. Depois de um primeiro ataque de artilharia aos bastiões a fim de se abrir neles um portal por onde se pudesse escalar, D. Álvaro fez pontes de madeira para atravessar o fosso. Preparados os esquadrões *em muito boa ordenança*, arremeteram à fortaleza:

Onde se começou uma crua e brava peleja que duraria por espaço de três horas, onde muito mais dano recebiam os Portugueses que os cercados, porque eles, por muitos buracos que tinham feito nas portas, matavam muita gente com arcabuzaria e de riba de seus muros descobertos, sem nenhum medo da morte e com penedos e panelas de pólvora, feriram muitos portugueses, os quais nenhum outro mal lhes faziam senão trabalhar para entrar e subir na fortaleza (...).⁵⁰⁴

É pois do meio deste impasse, que sobressai o comportamento heróico e decisivo de D. Álvaro que, correndo a todos os lugares da peleja, não só animava com boas palavras os combatentes, como também pelejava, cumprindo as obrigações de capitão e de soldado:

D. Álvaro e **correndo pessoalmente** todos os lugares da peleja e da subida, **animando os cavaleiros com suas boas palavras** e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro. Com o qual tanto trabalhou e ajudou com suas boas palavras e bom tratamento delas e gentil maneira de sua pessoa, de que ele é tão abastado, como de partes de excelente varão, que seus soldados, apesar dos Mouros, subindo um diante do outro e ajudados dos arcabuzes de fora, ganharam um lanço de muro. O qual logo começaram a sustentar com mui ásperas e fortes lançadas.

Três breves ideias se podem aduzir desta *epipólesis* e que são, de uma maneira geral, transversais às restantes *epipólesis* produzidas no meio do fragor da batalha. Em primeiro lugar, este tipo de *epipólesis* surge abrupta e inesperadamente no meio da

⁵⁰⁴ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXVIII.

narrativa dos feitos, não obedecendo a nenhum esquema preparatório como havia acontecido com a *epipólesis* proferida antes da batalha. Na verdade, o anúncio da *epipólesis* faz-se no exacto momento da sua pronúncia, por meio da justaposição de um verbo de movimento (*correndo*) e de um verbo de exortação (*animando*). Quanto ao discurso propriamente dito de D. Álvaro, há apenas uma referência ao mesmo, cujo conteúdo é, segundo o narrador, constituído por *boas palavras*. Esta brevidade concedida ao discurso tem o propósito firme de o ajustar à celeridade e dramatismo que envolvem o decorrer da batalha. Esta *epipólesis* proclamada no meio da batalha assume-se como um valioso recurso usado pelo narrador para caracterizar heroicamente a figura de D. Álvaro de Castro, capitão que exorta e peleja junto dos seus. Graças ao seu comportamento, os portugueses ganharam primeiramente um lanço do muro, até que finalmente a vitória foi alcançada, *com infinito trabalho e mui sanguinha*.

Partindo desta *epipólesis* de D. Álvaro de Castro e estendendo a análise às restantes exortações, de um modo transversal, podemos aduzir as conclusões que a seguir explanamos:

1. A *epipólesis* no meio da batalha surge, na maioria das vezes de forma súbita na narrativa dos feitos, sem que a mesma obedeça a um esquema de inserção preparatório. Não surpreende, pois, que se expressem formalmente por meio da fórmula básica introdutória da *epipólesis*, constituída pela justaposição de um verbo de movimento e de um verbo declarativo, como no exemplo seguinte:

e vendo agora os nossos neste segundo cometimento tão afrontados e apertados **foram correndo** todas as estancias com crucifixos alevantados bradando por todos **dizendo-lhes...**⁵⁰⁵

2. Segundo o critério de emissão e recepção da mensagem, todas as *epipólesis* são simples. Trata-se, obviamente, de uma estratégia de adequação do discurso às condições contextuais em que eles se produzem: no meio da acutilância de uma luta, marcada por um sucessão de golpes de lança e onde imperam os rebentamentos de painéis de pólvora e os tiros de arcabuzes, não há lugar para várias exortações a diferentes interlocutores, nem tão pouco para extensos discursos que suspendam o ritmo acelerado de uma batalha. Por isso, é de prever que os discursos, além de serem breves, se expressem à maneira de referências simples, para destacarem mais o facto de que o capitão percorreu e exortou as

⁵⁰⁵ Diogo do Couto, *Década VIII da Ásia*, Liv. I, Cap. VIII.

tropas, do que para enaltecer o conteúdo das mesmas. Para além da referência simples, cujo exemplo apresentado antes foi o da *epipólesis* de D. Álvaro de Castro, também as alocações podem ser expressas por meio de curtas exortações em estilo directo (a maioria) e também, residualmente, em estilo indirecto.

3. A *epipólesis* durante a batalha é um extraordinário recurso que, permitindo aliar exortação e luta ao lado dos soldados, serve exemplarmente para a caracterização valorativa da figura do general-soldado, que tem as suas raízes bem arreigadas na épica homérica, confirmando-se posteriormente enquanto tradição historiográfica, como veremos num dos próximos capítulos. Este raciocínio aplica-se em toda a linha à *epipólesis* de D. Álvaro de Castro, bastando para tal que o narrador, depois de ter afirmado que este capitão corria todos os lugares da peleja, animando os cavaleiros e lutando a seu lado, diga lapidariamente que com essa atitude cumpria o *cargo de capitão e obrigação de cavaleiro*, ou seja, o ofício de general-soldado. Atente-se, uma vez mais, no excerto de Leonardo Nunes:

D. Álvaro e **correndo pessoalmente** todos os lugares da peleja e da subida, **animando os cavaleiros com suas boas palavras e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro**. Com o qual tanto trabalhou e ajudou com suas boas palavras e bom tratamento delas e gentil maneira de sua pessoa, de que ele é tão abastado, como de partes de excelente varão, que seus soldados, apesar dos Mouros, subindo um diante do outro e ajudados dos arcabuzes de fora, ganharam um lanço de muro.⁵⁰⁶

Se o narrador procurava exaltar a sua figura enquanto valoroso capitão, a mesma ilação se pode tirar nas alocações análogas proferidas por sacerdotes e por mulheres. Há uma deliberada intenção de conferir a estes protagonistas também o estatuto de herói, que por entre perigos e guerras, desafiando a morte, procuram altruisticamente resgatar para a luta os companheiros e salvar a pátria, em sentido lato.

4. A inserção destas *epipólesis* obedece sempre às mesmas circunstâncias narrativas. De facto, estas exortações surgem em contextos narrativos em que os inimigos levam um claro ascendente sobre, nestes casos, os portugueses, de maneira que o objectivo das actuais *epipólesis* é de avivar a chama beligerante dos respectivos

⁵⁰⁶ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXVIII.

interlocutores, procurando resgatá-los anímicamente para a luta, a fim de reverterem um cenário desfavorável. De facto, se nestas ocasiões acodem sacerdotes e mulheres, é porque, efectivamente, a iminência de males maiores é manifestamente perceptível.

5. Do ponto de vista argumentativo, por todas as razões já aduzidas, estas breves arengas apresentam uma componente fortemente exortativa, preenchida por incessantes apelos à luta, ao valor e à coragem, expressos por inúmeros vocativos, interjeições, conjuntivos exortativos e sentenças, como a de Tristão Vaz: «aos ousados favoreciam e ajudavam prodigamente os Fados».

Para encerrar a *epipólesis*, se bem que na historiografia antiga estão recenseadas *epipólesis* levadas a cabo depois de batalhas e em outras situações, na historiografia portuguesa apenas têm lugar antes e durante as batalhas. O que importa vincar é que, independentemente de, na realidade histórica, os capitães e demais oradores ocasionais poderem percorrer as tropas e exortá-las, antes ou durante um combate, estas *epipólesis* enquadram-se perfeitamente no tom épico e dramático que os historiadores portugueses do Renascimento procuraram imprimir aos relatos das batalhas e em cuja elaboração, a retórica desempenha um papel fundamental.

7. ARENGA DE TIPO 5: DIRIGIDA ÀS TROPAS NO MEIO DO COMBATE

Avançando na análise sistémica do discurso militar literário, focamos agora as arengas pronunciadas durante o fragor da batalha, cifra discursiva que abrange 28% (61 alocações) do universo do *corpus cohortationum*. Esta percentagem só é compreensível pelo facto de este tipo de discurso ser o segundo mais frequente no género historiográfico (sendo apenas superado pela arenga proferida diante de uma assembleia de tropas) e o mais representativo do género historiográfico. Por outro lado, este tipo de arenga é o mais comum da épica, uma vez que de um total de 29 arengas seleccionadas neste género, 14 têm, justamente, como momento de enunciação, o decurso do combate, ultrapassando as 8 alocações levadas a cabo diante de assembleias de soldados, tipo de discurso que, agora, ocupa o segundo posto ao nível da frequência.

Estes dados permitem-nos, desde já aduzir que a emotividade inerente às arengas proferidas durante um combate seduziu tanto os historiadores como os poetas, comprovando-se a aproximação dos dois géneros literários à retórica e partilhando ambos a finalidade de *mouere* e *delectare* os seus leitores e ouvintes. De seguida, aprofundaremos estes e outros aspectos, focando-nos, agora, nas estratégias discursivas inerentes a estas alocações.

7.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Seguindo a linha metodológica aplicada aos precedentes tipos de discursos, baseada nos conceitos e na terminologia de Longo (1983) apresentaremos a classificação das arengas afins ao actual tipo, de acordo com o processo de emissão e recepção da mensagem, mas classificadas segundo a forma discursiva em que aparecem.

a) ARENGA SIMPLES: como já em outros momentos tivemos oportunidade de referir, o que caracteriza esta forma de arenga é o facto de o orador não diferenciar, qualitativa ou quantitativamente, o seu discurso diante deste ou daquele contingente de soldados, ainda que possa produzir várias exortações. De maneira que, neste *corpus* restrito, podemos assistir às seguintes possibilidades:

a.1. Referência a arenga simples: no decurso da narração, pode fazer-se referência, de que determinado capitão produziu uma exortação sem que, contudo, surja o respectivo conteúdo argumentativo. O caso seguinte mostra Gonçalo Falcão, capitão do baluarte de S. Tomé, a exortar os companheiros a reagirem ao ataque de artilharia de que eram alvo, durante o primeiro cerco de Diu. Apesar de o narrador referir que Falcão dava ânimo aos companheiros, não nos é facultado o teor de tais exortações:

Aos dezasseis dias de Outubro, pela manhã, trabalhando Gonçalo Falcão no seu baluarte de danar aos inimigos com artilharia – ainda que os lugares do curso dela estivessem cegos e desabrigados, sendo ele o primeiro que calhava à bombarda, e, com ser o dianteiro, **dava ânimo a seus companheiros**, que mui escandalizados dos tiros dos seus inimigos receavam de se descobrir, sem o qual não se pode conseguir ofensa que, contra os contrários, se pretende – foi de um pelouro de espera ferido na cabeça.⁵⁰⁷

⁵⁰⁷ Lopo de Sousa Coutinho, *Livro primeiro do cerco de Diu*, Liv. II, Cap. II.

Este é o único exemplo de referência a arenga simples levada a cabo durante a batalha.

a.2. Arenga simples em estilo indirecto standard: o que distingue o estilo indirecto *standard* da referência é que ao menos neste surge o conteúdo da alocução introduzido por uma completiva de infinitivo ou, como no caso seguinte, por duas conjunções disjuntivas correlativas. Embora tenhamos acesso ao conteúdo da alocução, em todo o caso aparece modelado pela voz no narrador, que comprime a substância do discurso. Em vez da(s) voz(es) do(s) protagonista(s) emitidas com as reconhecidas marcas do estilo indirecto, é sim a voz do narrador que continua a fazer-se ouvir. Ora no único exemplo assinalado, o narrador sintetiza tematicamente num só discurso as alocuções do Xarife e do rei de Fez, nas batalhas intestinas preliminares da batalha de Alcácer Quibir:

Começada a batalha com ânimos obstinados de morrer ou vencer, lidando cada hum pela vida e honra e reino, esforçavão aos seus soldados **ora com palavras cheas de esperanças de victoria, ora com exemplos de esforço** pera os animar a não afrouxarem, e ferindo-se com ódio capital (...).⁵⁰⁸

Trata-se de um estilo discursivo que se adequa à plausível brevidade destes discursos, dado que as condições reais da sua pronúncia impediriam não só a sua extensão, como também a sua profundidade argumentativa. Com esta estratégia o narrador procura ajustar a brevidade do discurso à rapidez bélica dos acontecimentos, à trepidação da batalha.

a.3. Arenga simples em estilo indirecto mimético: como já o dissemos anteriormente, o estilo indirecto *mimético* é uma espécie de imitação do discurso directo, necessitando, portanto, de ser inserido na narração, sob qualquer processo. Assim, conta com um *engarce* inicial e/ou final, como se tratasse de um discurso em estilo directo. Geralmente, esse processo de transição entre o *engarce* inicial e o discurso é feito por meio de uma conjunção subordinativa completiva, depende de um verbo declarativo ou exortativo, que introduz uma ou várias orações com o mesmo nome. Basicamente assistimos a um discurso directo modelado pelas estruturas sintáctico-morfológicas, como podemos observar nesta arenga de Francisco de Melo, durante o recomeço das hostilidades de uma batalha naval. Descorçoados os militares por um novo ataque e

⁵⁰⁸ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XX.

ainda mal recompostos do primeiro, o capitão procura animá-los com a esperança do apoio divino. Atente-se na sucessão de orações completivas. Alterando os tempos verbais e os deícticos, o discurso poderia ser apresentado em estilo directo:

e quando os nossos as virão ficarão muyto tristes por quão cansados e feridos estavam, e Francisco de Melo os esforçou, dizendo **que** esperassem em nosso senhor, que os não livrara dos primeyros pera os deixar morrer a mãos daqueles, e **que** lhe avia dacabar de dar a vitoria, pera que vissem os imigos camanho era seu poder. E nisto chegarão os immigos, e comecouse a peleja muyto mais brava que dates (...).⁵⁰⁹

Oito são as alocações expressas de acordo com esta forma discursiva, cifra que revela a pouco apetência dos historiadores por inserirem arengas em estilo indirecto enquanto decorrem as batalhas. Na verdade, do ponto de vista narrativo, o estilo indirecto abranda significativamente o dramatismo e o estrépito inerentes a uma batalha, fundamentais para deleitarem os leitores. Ora, justamente, por esses motivos, nenhum destes oito discursos provém do género épico, mas todos da historiografia, comprovando-se que foi sim o estilo directo que ganhou *carta de natureza desde Homero*.⁵¹⁰

a.4. Arenga simples em estilo directo: 81% das arengas proferidas no decurso dos combates vêm expressas em estilo directo, o que diz bem da concordância desta forma discursiva com o momento bélico da sua enunciação. Se na historiografia ainda podemos apontar a presença de alguns discursos em estilo indirecto, pelo contrário, na épica, tal como já havíamos afirmado, todos estes discursos estão em estilo directo. De facto, tanto os historiadores, mas sobretudo os poetas épicos entreviram no estilo directo um dos possíveis mecanismos para imprimirem nas suas obras maior emoção e dramatismo. Com efeito, o estilo directo impressiona mais o leitor, mantém-no mais próximo dos acontecimentos, quase testemunha ocular, como se assistisse a uma tragédia. Ainda que seja mais comum na épica do que na historiografia, em todo o caso, no corpus, são residuais as arengas que, na historiografia, não se expressam neste estilo, o que confirma que também a historiografia se assumiu como uma obra literária, interessada também, em emocionar e deleitar o leitor.⁵¹¹

A arenga seguinte de D. João de Mascarenhas presente no poema épico de Corte Real ilustra cabalmente o que temos vindo a afirmar. Introduzida por um *engarce* inicial

⁵⁰⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. CLI.

⁵¹⁰ VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 359).

⁵¹¹ Cf. VILLALBA ÁLVAREZ (2008: 359).

que nos informa das circunstâncias que levam à sua pronúncia e que conta ainda com a presença de um verbo declarativo. Depois de proferido o discurso em estilo directo, um *engarce* final notifica-nos não só o seu termo, como do efeito que a mesma alocução produziu no alocutário:

Ali anda o Capitam sempre diante,
Onde o perigo estava mais notorio:
Trazendo as armas ja rotas, e a espada
Toda banhada em sangue, aos seus incita,
Dizendo: «Ea valentes Portugueses,
A vencer costumados, dia he este
Para ficar de vos eterna fama,
E para que mostreis o grande esforço:
O preço, e o valor que em tudo tendes.
Com Mouros pelejamos, pouco valem,
Que em fim procuram vida, e honra engeitão».
Dizendo estas palavras, todos juntos
Redobram mais os golpes, e arremetem
Com dobrado furor.⁵¹²

Embora deixemos para mais tarde essas conclusões, é possível desde já verificar que estes discursos são eminentemente breves, de alto conteúdo parenético.

a.5. Arenga simples em estilo indirecto e em estilo directo (misto): três são as arengas expressas nos dois estilos discursivos. Não é obra do acaso, mas um acto deliberado. Na verdade, introduzindo esta súbita inflexão na forma discursiva, o narrador/autor procura, desde logo concentrar a atenção do leitor na componente do discurso em estilo directo. Com efeito, a passagem dá-se maioritariamente do estilo indirecto para o directo, facto que provoca uma ascensão da força ilocutória discursiva, impressionando e deleitando o leitor. Por outro lado, a componente em estilo directo é aquela que transporta consigo um conteúdo intensivamente parenético.

Perante a ameaça dos mouros em Cunhale, alguns combatentes portugueses decidiram esconder-se debaixo das galeotas, precisamente, dos mouros. Então, o capitão e um franciscano, indo ao seu encontro, incitam-nos a que se juntem aos demais companheiros que pelejam, lembrando-lhes que eram portugueses e filhos de uma nação amplamente conhecida pelas suas conquistas. Ora, esta parte do discurso, menos emotiva, vem, naturalmente, expressa em discurso indirecto. Subitamente, porém, como era hábito acontecer, o religioso vale-se de um argumento mais persuasivo: levanta uma crucifixo e, em estilo directo, exorta-os a seguirem aquele Capitão, chamando-os de

⁵¹² Jerónimo Corte real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IX.

soldados de Cristo. Seguindo aquele estandarte, diz o frade, a vitória era certa. Perante estas arrojadas palavras do franciscano, aqueles que se escondiam, decidiram regressar para junto dos outros:

(...) e com elle hum Padre de S. Francisco, que se chamava Fr. Francisco Baptista da Recoleta dos Descalços, que já fora cativo em Cunhale, e começaram a persuadillos **que se fossem ajuntar com os que estavam na mesquita, lembrando-lhes que eram Portuguezes, e que não quizessem abater e afrontar sua nação, que tão temida fora sempre em todas as partes do mundo.** A voltas disto alevantou o Padre no ar hum devoto Crucifixo, e lhe disse: «Eia, soldados de Christo, e esforçados cavalleiros, segui este Capitão, e esta sua bandeira, que certa está a vitoria em quem á sua sombra quizer pelear». Com esta exhortação se foram os soldados sahindo de debaixo dos navios, como homens que queriam seguir tão formoso estandarte;⁵¹³

A verdade, porém, é que depois desta resolução, foram novamente tomados pelo medo e lançando-se ao mar, a maior parte deles morreu afogada.

O exemplo seguinte mostra-nos D. João de Castro matando e ferindo os mouros como um *leão feroz*. Não só lidava animosamente, como ainda movia os soldados a seguirem rumo à vitória que seria a maior do mundo, de tal maneira que ficariam cobertos de honra. Esta parte do discurso foi expressa em discurso indirecto. Porém, quando pretendeu que eles, em bloco, carregassem em cima dos mouros, de viva voz, e em discurso directo, bradou por S. Tiago, exortando-os a atacarem de supetão os mouros, de tal maneira que, atordoados pelo ataque, fugissem desordenadamente, sem se aperceberem de que os portugueses eram poucos. Repare-se, por um lado, que o estilo directo coincide com a maior força ilocutória do discurso, altamente parenética, por outro lado, o narrador, ao optar pelo estilo directo, quis imprimir, também no discurso, a celeridade geral com que se desenrolavam tão estrépitos acontecimentos:

(...) porque o viso-rei de sôfrego da vitória, nenhuma maneira de descanso lhes dava, antes andava como um leão feroz matando e ferindo os mouros mui animosamente, outras vezes dizendo aos soldados **que soubessem seguir a vitória que Deus lhes dava, a qual havia de ser a mor que nunca se no mundo visse, e que só para eles fora guardada aquela honra, que eles haviam de estimar por cima de todas as riquezas da vida.** Acabando de os animar com estas palavras tornou outra vez a dar «S. Tiago» dizendo: «Cavaleiros animosos, fogem os mouros, apertemos com eles, não lhes demos lugar a que olhem para trás e vejam quão poucos somos! Façamo-los fugir apressadamente sem nenhuma maneira de ordem nem concerto!»! Com isto arremeteram os nossos a eles com tão grande ferocidade e braveza que, apesar de Rumeção, fizeram fugir assim aos que tinham vindo do baluarte de Diogo Lopes, como aos que tinham experimentado a grande fúria dos portugueses.⁵¹⁴

⁵¹³ Diogo do Couto, *Década XII da Ásia*, Liv. II, Cap. VII.

⁵¹⁴ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (IV Parte).

Por tudo quanto dissemos até agora, percebemos que o presente tipo de arengas é enformado por um discurso breve, directo, de conteúdo altamente parenético. São igualmente arengas simples, porque os discursos são emitidos de uma única vez, sem diferenciação quantitativa ou qualitativa do auditório.

7.2. *ENGARCES* IDENTIFICADORES

Veremos nos próximos pontos, os elementos constitutivos dos *engarces* iniciais fundamentais não só para o reconhecimento deste tipo de arenga, mas também para a sua caracterização retórico-discursiva.

a. **Delimitação do âmbito oratório e informação sobre o tipo de arenga pronunciado.** O presente tipo de alocução tem como destinatário um grupo reduzido de soldados, aqueles que na circunstância são alvo da atenção do orador, podendo, também, em alguns casos ser dirigido a uma hoste mais numerosa, embora, neste caso, tal suceda mais do ponto de vista literário do que real. Em todo caso, independentemente, da cifra de receptores, esta alocução é sempre proferida no decurso de um combate, sempre com a finalidade de espertar a entrega das tropas à luta. Uma das descrições mais eloquentes é a que Damião de Góis faz do capitão António da Silveira. Este, apercebendo-se que os seus homens estão a ser devorados pelos inimigos, quais mansas ovelhas nas fauces dos lobos, ocorre ao epicentro da luta, exorta-os à resistência e à valentia, enquanto se arroja aos inimigos como um leão:

Dux Antonius a Silveira, qui omnibus arcis angulis praesto erat, huc, illuc, viginti tantum militibus circumstipatus, audit hostes non solum arcem aggressos, verum etiam muros atque turris repagula superasse. **Eo dum omni celeritate festinat, suos atque hostes promiscue non super moenia, sed in ipsa arcis area dimicantes, vel potius tumultuantes, aut fluctuantes invenit. Quo viso, elatus animi magnitudine uoce sublimi inquit:** «Mei Christiani, Lusitanique milites, mementote fidei, patriae, parentum, mecumque corpora instar martirum constanter pergite sacrificare».

His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium catervae se protrudit, huc illucque iter aperiens, suosque veluti oves ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, unde venerant, brevi temporis spatio reiecit. Interim a parte litorali tormentis nostris tres trirremes evertuntur, uniusque puppis confringitur.⁵¹⁵

O capitão António da Silveira, que estava presente em todos os cantos da fortaleza, para aqui e para ali, tendo por companhia apenas 20 soldados, ouve que os inimigos não só tinham atacado a fortaleza como também tinham ultrapassado as barreiras do baluarte. Até que se apressa com toda a velocidade, [e] encontra os seus e os inimigos misturados, não sobre as muralhas, mas dentro da própria área da fortaleza lutando, ou melhor, fazendo tumulto, ou

⁵¹⁵ Damião de Góis, *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio*, 71.

vacilando. E visto isto, exaltado pela grandeza do seu ânimo, com voz sublime, diz: «Cristãos meus e soldados Portugueses, lembrai-vos da fé da pátria, dos pais, e continuai vigorosamente a sacrificar comigo com firmeza os corpos à imagem dos mártires.» Com estas palavras, como um leão com a boca cheia de sangue, tendo brandido a espada, lançou-se para o meio da multidão, abrindo caminho para aqui e para ali, arrancando os seus como ovelhas das fauces dos lobos, atira os inimigos como uma bola para o lugar de onde tinham vindo, num breve espaço de tempo. Entretanto, da parte marítima, três galés são afundadas pelos nossos canhões, e a popa de uma é despedaçada.

Nesta tipologia discursiva, não há lugar a qualquer convocatória ou ajuntamento das tropas para junto do capitão. Aqui o movimento é inverso, é o capitão que, por motivos vários, se dirige para junto de um grupo de soldados a fim de os animar a combater.

b. Informação sobre as características e objectivos do discurso. Estes *engarces* comportam uma valiosa informação para entender o discurso no seu contexto narrativo e oratório. Assim, ficamos a saber os motivos que levaram o orador a exortar as tropas, proferindo uma alocução. Vários são os motivos que impelem o capitão-mor a animar os soldados no meio da peleja, sendo certo que, de longe, o mais frequente é provocado pela fuga ou tentativa de fuga do local de batalha. Neste caso, o discurso do capitão, pleno de incisivas invectivas, tem o objectivo de interromper esse acto de cobardia e reconquistar as tropas para a batalha. Aí temos o caso de um capitão português que tendo arremetido aos mouros, fora só acompanhado por doze soldados, porque os demais viraram as costas para fugir. A fim de interromper essa debandada, o capitão bradou-lhes, dizendo que fugiam vergonhosamente, deixando o capitão sozinho a defender a bandeira portuguesa:

O que vendo o capitão bradou Santiago, e toqando as trombetas arremeteo aos mouros; o que elle fez só com doze que o seguirão, porque os outros todos voltarão fogindo, como fazião os de pé; **com que o capitão, vendo que lhe fogião, bradou:** «Ah, rapazes, avey vergonha, que vosso capitão, só, vay a morrer, e livrar a bandeira, que está cerquada de mouros!» A qual tinha hum homem de pé, valente cavalleiro, chamado Thomé Rodrigues, que tinha a bandeira com a mão esquerda fincada no chão, e com a espada pelejava, que nenhum mouro lhe ousava a chegar.⁵¹⁶

O segundo motivo que mais desencadeia a pronunciação de discursos breves nas batalhas é o desalento, o desânimo ou, para usarmos um termo da época, o *desmaio* das tropas, quando confrontados com o poderio bélico dos inimigos. O discurso do capitão visa insuflar-lhes novo ânimo, procurando mitigar a força adversária. O exemplo seguinte mostra D. João de Mascarenhas invectivando os soldados, muito lesto nas palavras e pouco diligentes nas obras, desmaiando face às mortes de alguns companheiros:

⁵¹⁶ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d'Andrade, ano de 1535», Cap. LXV.

Vendo que os Mouros matam algũs homẽs,
Com setas, e arcabuzes; vendo certo,
E evidente o perigo, nam ousavam
Subir; mas recolher se determinam.
O capitam sentindo este desmayo,
Com todos os fidalgos arremete
Dizendo a grandes vozes. «Ah soldados
Ousados nas palavras, mas agora
Temerosos no campo, eis aqui tendes
Nas mãos o que pedis, que fraqueza
He esta que mostrais? Ea subamos,
Restauray pellejando tal deshonra».⁵¹⁷

A alocução do capitão emerge também em contextos de enorme aperto a que as tropas se encontram submetidas, na iminência de uma derrota certa. O capitão procura, então, reavivar-lhes a chama da bravura, de maneira a imprimir uma inversão no rumo da batalha. Neste caso, não poderíamos deixar de mencionar o *engarce* que introduz a arenga do Mestre Avis durante a Batalha de Aljubarrota, no momento em que Nuno Álvares sofria um ataque intenso das forças castelhanas. Camões, eloquentemente, compara a célere ajuda do Mestre à da mãe leoa, quando vê que os filhos ficaram à mercê do pastor de Massília:

Sentio Ioane a afronta que passava
Nuno, que como sabio capitão,
Tudo corria, e via, e a todos dava
Com presença e palavras coração:
Qual parida Lioa fera e brava
Que os filhos que no ninho sós estão
Sentio, que em quanto pasto lhe buscava,
O pastor de Massilia lhos furtara.

Corre raivosa, e freme, e com bramidos
Os montes sete Irmãos atroa e abala,
Tal Ioane com outros escolhidos,
Dos seus, correndo acode aa primeira ala:⁵¹⁸

Noutros casos, a intervenção oratória do orador tem por objectivo apenas animar, esforçar as tropas enquanto decorre a contenda, como se a alocução fizesse parte do próprio excursão da batalha, como se observa a partir da leitura do *engarce* que insere a alocução de D. João de Mascarenhas:

⁵¹⁷ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII.

⁵¹⁸ Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 36-37.

Chegado o Capitão aos baluartes, e **perigo, e a crueza da batalha, e as maravilhas que os nossos faziam, vendo o levantou a voz pera os animar**, dizendo: «Ah senhores Fidalgos, Capitães, e Cavalleiros de Christo, fazei-vos hoje acabar de conhecer a estes bárbaros, porque não queiram provar mais vosso ferro...».⁵¹⁹

Temos ainda exemplos de arengas de capitães que são acompanhadas de intervenções guerreiras, cujo objectivo é dar o *exemplum* às tropas, arrastá-las energicamente para a luta, como podemos ver na actuação de D. Paulo da Lima Pereira:

O Capitão-mor vendo aquilo, e entendendo que não estava em mais perder-se que em começar a desconcertar-se, **arrancando de uma formosa espada lançou-se no meio dos inimigos com ela levantada em alto, dizendo**: «Aqui, cavaleiros de Cristo, aqui! Ah, cavaleiros, segui-me, porque aqui está o caminho da vitória». **E com aquele furor deu em os inimigos, aos quais fez bem sentir os fios da espada. Vendo os capitães, e todos os mais a seu capitão-mor naquele risco, rompendo como leões por tudo, foram-lhe por diante**, e ali obraram tão altas cavalarias que foi espanto, fazendo nos mouros tal estrago que, de o não poderem sofrer, se foram recolhendo para o palmar.⁵²⁰

Donde se conclui que as locuções durante as batalhas são determinadas por diferentes contextos narrativos, embora o objectivo seja, em última instância, o mesmo, esforçar as tropas para e durante a luta.

c. **Verbo introdutor do discurso.** A selecção do verbo que contacta e introduz o discurso na narrativa dos feitos está directamente relacionada com o contexto narrativo que determina a pronúncia de cada uma das arengas em particular. Assim, há-de ter em linha de conta o facto de este tipo discursivo ser proferido durante o fragor da batalha, onde o retumbar das armas, mesclado da vozearia humana provocariam um ruído de tal ordem que dificultaria a comunicação do capitão com os soldados.⁵²¹ Por outro lado, se em outros tipos de discurso, são as tropas que vão ao encontro do capitão e se dispõem mais ou menos ordenadamente ao seu redor para, em silêncio, ouvir a sua alocução, agora, para além do estrépito da guerra, os soldados andam mais ou menos dispersos a pelejar, de maneira que há-de ser a voz do capitão que terá de chegar aos ouvidos dos soldados. Por estas razões de todo dramáticas, não surpreende que os verbos introdutores dos discursos expressem os decibéis com que foram pronunciados. Assim, verbos como *bradar* ou *gritar* ilustram claramente a forma como foram proferidos os discursos,

⁵¹⁹ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. II, Cap. VI.

⁵²⁰ Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo da Lima Pereira*, Cap. XXV.

⁵²¹ Atente-se na descrição das difíceis condições visuais e auditivas que envolviam uma batalha naval, segundo Diogo do Couto (Década XI da *Ásia*, Cap. XXIX: *Bem viam os do Fayal investirem-se estas naos; mas durante o combate, não as podiam divisar, porque se encerraram entre huma espessa nuvem de fumo, dentro da qual ouviam retumbar os pavorosos ecos das bombardas.*

havendo casos em que o narrador/historiador ainda reforça um verbo tão onomástico como *bradar*, juntando-lhe o advérbio *alto*, vincando fleumaticamente a forma como o capitão pronunciou o discurso: *Neste passo houve alguns que bradaram que dessem logo á Cidade, o que o Capitão Mor ouviu, e bradou alto: «Avante, Cavalleiros...»*.⁵²² Esta forma pleonástica repete-se noutra ocasião, sublinhando a força com que o discurso fora proferido:

e assy muyto ferião aos nossos que estavam per cima das paredes e tranqueira, onde o Governador logo sobio, e o frade com a cruz diante d'ele, **bradando a grandes brados**, dizendo: «Ó fies christãos...».⁵²³

Mesmo nos casos em que são formas de um verbo tão inócuo como é verbo *dizer* a inserir os discursos, não deixam de ter adjacente um constituinte que caracteriza, em altura, o tom ilocutório com que foi proferido, como já fora evidente no último exemplo visto. O exemplo seguinte é um dos mais comuns:

Chegado o Capitão aos baluartes, e vendo o perigo, e a crueza da batalha, e as maravilhas que os nossos faziam, **levantou a voz** pera os animar, **dizendo**: «Ah senhores Fidalgos, Capitães, e Cavalleiros de Christo...».⁵²⁴

Para compreendermos melhor o tipo de verbos introdutórios dos discursos, temos de aprofundar mais ainda os contextos narrativos que determinam a sua pronúnciação. Já tivemos oportunidade de dizer que este tipo de discurso emerge no meio dos combates, facto que determina que a sua finalidade seja de *mouere* as tropas à luta, reforçando-lhes o ânimo e o espírito de vitória. Depois há que ter em conta que as condições materiais de pronúnciação condicionam a extensão e a profundidade retórica argumentativa dos discursos, de tal maneira que, na sua maioria, são breves, reduzidos, muitas vezes, a sentenças ou a curtas frases exortativas. Ou seja, dito de outro modo, o capitão ou o orador de circunstância, em face deste cenário, tem de rentabilizar o seu breve discurso, resultando daqui uma alocução altamente parenética, dramática e emotiva. Ora isso reflecte-se no tipo de verbos introdutórios, como *increpo*, *hortor*, *admoneo*, *incitar*, *alevantar a voz*, *bradar*, *gritar* ou *esforçar*. Por outro lado, mesmo sendo o verbo *dizer* o introdutor, um constituinte preposicional como *em altas vozes*, ilustra as reais condições exortativas da alocução.

⁵²² Diogo do Couto, *Década X da Ásia*, Liv. IX, Cap. XI.

⁵²³ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo IV, Ano de 1546, Cap. LXIV.

⁵²⁴ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. VI.

Depois, há que ter em conta de que estas arengas não só exortam, como em muitos casos têm a finalidade de reverter situações de extrema dificuldade guerreira, provocadas pelo temor e pelo desânimo dos soldados, como a rendição ou a fuga desordenada do campo de batalha. Estes contextos exigem um esforço argumentativo acrescido por parte dos emissores, sendo os verbos introdutórios dos discursos reveladores do ímpeto retórico subjacente. Vejamos alguns exemplos.

No *De Bello Cambaico* de Damião de Góis, focado nos acontecimentos que rodearam o segundo cerco de Diu, a dado momento, o narrador/historiador conta-nos que Rumeção atacou tão violentamente os soldados que se encontravam com o capitão Mascarenhas, que estes começam a recuar em desordem. Imediatamente intervém Mascarenhas *suosque ad resistuendum hortatur*, verbo este que ainda se encontra reforçado previamente por um outro, *conclamat*:

Rumecanum, maximi inter suos imperii ducem, tam vehementer in Mascaregnam impressio fit, ut nostri impetum sustinere amplius non valerent, et ordine turbato resilire occiperent. Id ipse Mascaregnas animadvertens, **conclamat**, suosque ad restituendum **hortatur**: «Urgerent victoriam...»⁵²⁵

Rumeção, capitão do maior prestígio entre os seus, susteve estas forças e fez tão violenta pressão sobre D. João de Mascarenhas, que os nossos, impotentes para aguentar a investida, começam a recuar em desordem. D. João de Mascarenhas brada e exorta os seus à resistência: «seguissem o caminho da vitória ...».

Do mesmo opúsculo, chega-nos o heróico exemplo de D. Duarte de Meneses, que, ferido em combate, assistiu à vergonhosa fuga dos companheiros. Ainda os incitou ao combate, *voce magna inclemans*, construção que tem subjacente a exortação sentida do orador, apelando para a honra e valor dos camaradas, jurando ali morrer, nem que fosse abandonado por todos. Esta patética promessa acabou fatalmente por se cumprir:

Is, quem dixi, Feriensis comitis filius, hostium impetum postremus ferens, saucius graviter, nec loco tamen cedens, indolem suam clarissimorumque natalium decus egregie ostendit, summumque virtutis suae testimonium reportavit. Nam caeteris ignominiosam exproban, eos omni ratione revocare nitebat, **voce magna inclamans**: «Commilitiones, et pectus frontemque in hoste obvertite, neque tam probo se fugiatis quem paulo ante erumpendi facultatem per seditionem extorsistis. Testor vestram fugam istam Lusitanicae gloriae macula, me aut hic in vestigio moriturum, aut dilapsis omnibus non nisi ultimum rediturum». Quod et ipsum facto praestitit, nam dictorum fidem morte ibidem fortissime excepta adimplevit.⁵²⁶

Este filho do Conde da Feira [D. Duarte de Meneses Pereira], o último a sustentar o ataque inimigo, gravemente ferido mas não cedendo, deu prova do seu valor, honrando-se e aos seus ilustres antepassados. Exprobando aos outros a fuga vergonhosa, incita-os ao combate, gritando em altas vozes: «Firmes, camaradas, voltai contra o inimigo o peito e o rosto, não fuja tão ignominiosamente quem há pouco extorquiu pela violência e ordem de acometer. Por

⁵²⁵ Damião de Góis, *De Bello Cambaico, Vltimo Commentarii tres*, 34.

⁵²⁶ Damião de Góis, *De Bello Cambaico, Vltimo Commentarii tres*, 29.

vossa fuga – mancha na honra portuguesa – juro que morrerei aqui, ou serei o último a voltar depois de a todos derrotarmos». Cumpriu a sua palavra, morrendo ali heroicamente.

O exemplo seguinte mostra, dramaticamente, o desespero de Simão de Brito perante o *desbarato* ou o *desmancho* dos seus soldados, provocado por um contra-ataque do exército mouro, na costa oriental africana. O capitão, fora de si *como um doudo*, tirou o morrião da cabeça e proferiu uma áspera exortação aos gritos. A perifrástica empregada começou a gritar exprime a finalidade de *mouere* os soldados para a luta, tendo, no caso, a estratégia argumentativa passado por vituperar o comportamento indigno dos combatentes, que abandonavam as câs do seu velho capitão:

mais de mil tornaram a dar nos que hiam victoriosos com tão grande fúria, que puzeram os nossos quasi em desbarato, e se começaram a espalhar, e recolher de má feição. Vendo Simão de Brito tão supita, e desordenada mudança nos seus, tirou o murrião da cabeça, e como doudo de ver aquelle desmancho, **começou a gritar**: «Ah Senhores Fidalgos, e Cavalleiros...». ⁵²⁷

Por tudo quanto já tratámos até agora, podemos concluir que estas arengas proferidas durante os combates se exprimem maioritariamente em estilo directo, são as preferidas da épica e pelo tom dramático-patético que rodeia a sua pronúnciação, acabam por ser as mais expressivas e emotivas, deleitando o leitor ou ouvinte, que se sente imerso também na luta.

d. **Identificação e caracterização do orador.** Os *engarces* prévios identificam sempre, nominalmente, os emissores-oradores deste tipo de arengas. É certo que uma parte significativa destas arengas são protagonizadas pelas grandes figuras militares de quinhentos: D. João de Mascarenhas, António da Silveira, D. João de Castro, bem como outros governadores e capitães. Contudo, ao contrário, por exemplo das arengas proferidas diante de comandos militares, reservadas aos grandes capitães, já o fragor da batalha leva a que também soldados, mais ou menos anónimos, tomados de assomos de heroísmo, exortem decididamente os hesitantes companheiros à luta, quando a ameaça de desastre os arrastaria a todos inexoravelmente para a morte. De igual modo, o fragor das batalhas é também favorável à emersão de oradores supostamente insuspeitos para a pronúnciação de arengas. Estes actores já anteriormente tinham tido intervenções em outros tipos de arengas, nomeadamente nas *epipólesis*, contudo é agora que a sua visibilidade se torna mais latente. Falamos dos religiosos e das mulheres de Diu.

⁵²⁷ Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. IX, Cap. I.

Com a chamada destes últimos emissores a protagonistas, os narradores introduzem preferentemente aquilo a que os estudiosos designam como cena típica que, como veremos de seguida, acaba por ser uma recriação adaptada à ideologia coeva, de uma “cena” que larga fortuna na historiografia latina.

7.3. A CENA TÍPICA DO ESTANDARTE DA CRUZ

Carmona Centeno,⁵²⁸ em artigo de fundo, abordou amplamente a exemplaridade e as funções da cena típica do estandarte na historiografia romana. Começaremos, pois, por ver as conclusões a que este investigador chegou relativamente à historiografia romana, para, depois, passarmos a tratar esta temática na historiografia e épica portuguesas, identificando as suas idiosincrasias.

Começa este estudioso por abordar a importância da historiografia enquanto instrumento de propaganda da ideologia imperialista romana. Efectivamente, os historiadores utilizaram a história como um instrumento político-social, de tal maneira que a obra histórica deveria, não só ter uma vertente didáctica e moralizante para ensinar o povo, como também uma outra de deleite e persuasão. Para essa dupla finalidade muito contribuiu a aproximação da historiografia à retórica, amplamente sintetizados nos conceitos de Cícero de que a história é *magistra vitae* (*De Orat.* 2.36.2) e também um *opus oratorium maxime* (*De Leg.* 1.5.21), tal como havíamos dito no início desta investigação.

É amplamente reconhecido que a função moralizante da história se conseguia, no mundo romano, através da exemplaridade ética de algumas protagonistas históricos, verdadeiros modelos de virtude. A insistência dos historiadores nestes parâmetros conduziu a que a narração de episódios de certas personagens num determinado momento da história coincidisse formal e substancialmente com a de outros protagonistas em outros momentos da história. Quando isto sucede, estamos diante de uma cena típica, facto que demonstra a ascendência da retórica sobre a historiografia e a confirmação desta enquanto obra literária.

Ora, os historiadores gregos e latinos que escreveram sobre os acontecimentos bélicos de Roma, fazem da guerra o grande escaparate da *virtus* romana, evidenciada em momentos das batalhas por diferentes protagonistas, através do cometimento de actos

⁵²⁸ CARMONA CENTENO (2008a: 273-295).

heróicos. Na verdade, a guerra era o motor da história, que fazia girar todos os acontecimentos.

A manifestação dessa heroicidade ou dessa valentia fazia-se, em determinados momentos, pela recorrência à chamada cena típica, recorrentemente utilizada pelos historiadores greco-latinos e cujas componentes essenciais passamos a enunciar:

1.º Um exército romano, tomado pelo medo e pela desconfiança, receia iniciar um combate, ou, já no decurso deste, não mostra o valor necessário para a ocasião ou atravessa uma situação periclitante.

2.º Confrontados com a situação, um elemento do exército toma um estandarte, podendo ou não proferir uma exortação e, com ele nas mãos, se lança em direcção ao exército inimigo. Em alternativa, em lugar de o transportar, pode simplesmente arremessá-lo para o meio das linhas inimigas.

3.º Ambas as possibilidades alcançam o efeito pretendido, uma vez que o exército reage em força para evitar a perda do estandarte.

Como se observa, é o estandarte que provoca a reacção dos soldados e tal só se compreende, porque os estandartes eram verdadeiros objectos de culto, símbolos da religião oficial e da força romanas, de maneira que eram considerados verdadeiros objectos sagrados. A perda de um estandarte representava para o respectivo exército-portador, não só uma desonra e uma maldição, como ainda um possível punição pelo acto indigno.

Esta cena típica, como também os estandartes, foi sofrendo uma *variatio*, consoante os respectivos autores. O primeiro autor a transmitir a cena típica foi Júlio César, tanto no *De bello Gallico* como no *De bello ciuile*, em que o próprio César é o protagonista. De facto, por meio desta sua actuação virtuosa e dos seus exércitos, fica sancionada a sua estratégia político-militar para se assumir como o líder dos romanos. A cena típica torna-se, assim, como um elemento propagandístico para exaltar a valentia dos romanos. Já Lívio utilizou a cena típica para recuperar os antigos valores e proceder a uma recuperação moral da sociedade. E assim por diante, cada autor introduziu variações na cena, mas sem nunca perderem o efeito propagandístico subjacente.

Os historiadores portugueses, conhecedores da historiografia romana, num processo de imitação e também de emulação, encontraram nos actos heróicos dos protagonistas de quinhentos uma forma de recriar a cena típica do estandarte, cunhando-a, contudo, da ideologia oficial do estado. Vamos, porém, por etapas.

Comecemos, justamente, pelo estandarte. A partir da análise dos episódios de cenas típicas de estandartes da história romana, concluímos que houve uma evolução na configuração dessas mesmas insígnias. Assim, o mais antigo estandarte do exército romano representava um manípulo. A designação provém da sua forma básica: uma mão no alto de uma lança, decorada com *phalerae* (discos de metal semelhantes a um crescente). A partir do momento em que a coorte substituiu o manípulo como unidade táctica, o estandarte passou a estar adstrito à coorte. Três são os tipos de estandartes que podem ser diferenciados: o *aquila* representava toda a legião, era transportado pelo *aquilifer* e fora introduzido por Mário. Na República, os *signa*, um para cada centúria, é o mais habitual nas cenas típicas e temos ainda os *vexilla*, muito associados à cavalaria.

Para a efectiva recriação da cena típica, os historiadores portugueses também elegeram um estandarte que fosse ideologicamente comprometido com a religião oficial do estado. Como já abordámos oportunamente esta questão, os portugueses requestaram e nacionalizaram, em pleno século XVI, o conceito de cruzada contra o Islão e fizeram dele um elemento de coesão nacional. Além do mais, os portugueses assumiram a missão de cristianizar os povos com quem contactaram, de maneira que a difusão da fé sempre acompanhou a expansão do império. Desde cedo, levas de religiosos embarcaram para a Índia, disseminando-se depois por todo o Oriente, chegando ao Tibete e ao longínquo Japão. Ainda hoje S. Francisco Xavier, o apóstolo das Índias, continua a ser venerado nessas paragens. Essa missão evangelizadora está bem representada na insígnia inscrita nas velas das caravelas que iniciaram a aventura oceânica: a cruz de Cristo.

Em face de tudo isto, é fácil de entender que o estandarte que repetidamente integra episódios de cenas típicas seja, necessariamente, a cruz, o crucifixo, ou representações similares de Cristo. Somos de opinião que os historiadores tinham uma noção, pelo menos tácita, da associação da cruz ao estandarte das legiões romanas. Ao introduzirem as cenas típicas que a seguir descreveremos, os cronistas teriam certamente em mente a recriação das cenas típicas dos estandartes dos exércitos romanos, uma vez que tanto os momentos bélicos, como o efeito psicológico provocado pela cruz nos soldados, são similares àqueles que eram despertados pelo arremesso dos *signa* ou dos *vexilla*. Atente-se nos exemplos seguintes que provam, até lexicalmente, essa associação da cruz ao estandarte romano. O primeiro exemplo, provém de Diogo de Teive, em que num momento de aperto por que passam os soldados portugueses de Diu, apareceu um franciscano empunhando um crucifixo como se fosse um estandarte, um *vexillum*, tal como diz o narrador:

Mascarenna cum octo militibus in subsidium venit, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu **vexillum praeferente**, ac nunc singulos, nunc universos magno clamore ad pugnam hortante (...).⁵²⁹

Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral (...).

Já num outro episódio, depois da entrada em cena da cruz no meio da refrega e da respectiva exortação, o narrador insiste que a cruz era um estandarte que os soldados queriam seguir:

Com esta exortação se foram os soldados sahindo de debaixo dos navios, como homens que queriam seguir **tão formoso estandarte** (...).⁵³⁰

Outros exemplos podiam ser aduzidos para ilustram o estandarte português: a cruz de Cristo. Vejamos, agora, quais os componentes básicos que enformam sempre a cena típica da historiografia portuguesa:

1.º Um exército português prepara-se para iniciar um combate decisivo com um exército inimigo, composto por um efectivo militar imensamente superior. Em alternativa, já no meio da peleja, o exército atravessa uma situação de enorme dificuldade ou não demonstra o valor exigido para alcançar a vitória.

2.º Confrontado com esta situação, um elemento do exército, mas sobretudo um religioso ou uma mulher, empunha uma cruz e pronunciando sempre uma exortação, se lança no meio das tropas portuguesas ou no epicentro do conflito. Noutras situações, com uma espada na mão, é o primeiro a arrostar com o inimigo.

3.º Pelo menos, numa situação inicial, estas actuações produzem o efeito pretendido, já que o exército ou os elementos visados pela exortação ganham um novo fôlego beligerante.

Ao contrário da cena típica romana, a cena típica portuguesa apresenta sempre uma exortação, do mesmo que o estandarte, a cruz tem um efeito psicológico em si: por um lado, procura que os soldados rememorem que lutam por e com Cristo e, por outro, os inimigos são, igualmente, inimigos de Cristo.

De seguida, analisaremos vários episódios de cenas típicas, evidenciando as possibilidades de *variatio*, bem como a ideologia subjacente. Convém dizer desde já que

⁵²⁹ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 65.

⁵³⁰ Diogo do Couto, *Década XII da Ásia*, Liv. II, Cap. VII.

a inserção da cena típica acontece tanto na historiografia, como na épica, uma vez que esta, como sabemos, sendo de temática história, reelabora literariamente os acontecimentos históricos. Por outro lado, embora a cena típica apresente um índice de frequência muito elevado no meio das batalhas, ou, se quisermos, o decurso das batalhas potencia a emersão da cena típica, todavia o início de um combate pode também, episodicamente, ser favorável à sua manifestação. Decorre daqui que encontremos, associados a diferentes episódios de cenas típicas, também distintos tipos de exortação:

1. *Cena típica prévia à batalha associada a arenga proferida diante de uma assembleia de capitães*

Pouco frequente, é certo, este tipo de associação, contudo, podemos apontar aqui o exemplo presente no poema épico de José de Anchieta, que enaltece a gesta de Mem de Sá no Brasil. Justamente, este herói, antes de iniciar o ataque decisivo às linhas dos ocupantes franceses, reúne em assembleia os restantes chefes militares. Nesse discurso, já anteriormente analisado em momento próprio, Sá declara que apesar do poderio francês, os portugueses contarão com o poder divino e já na componente exortativa do discurso, convoca-os a seguirem o estandarte de Cristo:

Ergo simul proceres omnes coire vocati,
Quae sedeat menti praetor sententia pandit,
Atque haec in medio promit verba ultima coetu:
« Ergo, Dei invicto fidentes robore, magnum
Aggrediamur opus divinae laudis amore;
Splendida praecedant sacra **vexilla** tropaei
Et sperata crucis victoria **signa** sequetur».
Haec postrema dedit dux forti e pectore dicta.
Iamque omnes trahit ad sese; iam pectora cunctis
Incaluere viris armorum ac Martis amore;
Fervescunt animis; iuvat ire, et Gallica bello
Moenia diruere, et fumantibus urere flammis.⁵³¹

Logo que se reuniram todos os chefes em conselho, o governador expõe a decisão que guarda no peito e no meio da assembleia profere estas últimas palavras: «...Confiados pois na força do Deus invencível, lancemo-nos à grande empresa para glória divina; preceda-nos o estandarte fulgente do triunfo de Cristo, e a desejada vitória seguirá a bandeira da Cruz!» Esse grito último arrancou o chefe do ardoroso. Já todos arrastou para si; já o peito dos bravos se acende no anseio das batalhas furiosas; fervem as almas impacientes; desejam ir arrasas as fortificações francesas e entregá-las às chamas; ou generosas perder a vida em morte gloriosa pela causa santa da fé e da glória divina.

Embora, explicitamente, não exista uma referência à existência de uma cruz, a experiência mostra-nos que uma panóplia de objectos religiosos acompanhava os exércitos cristãos. Em todo o caso, cremos que exista uma vontade deliberada do poeta

⁵³¹ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber III, vv. 2490-92 e 2506-14.

em aproximar analogicamente a cruz do *vexillum* ou do *signum* dos exércitos romanos, uma vez que introduz, precisamente, estes termos no discurso. Nota ainda para o engarce final, que nos notifica de que esta referência última ao estandarte da cruz foi produzida a altas vozes pelo orador. Findo o discurso, em todos os chefes fervia já de impaciência de arrasarem as fortificações francesas.

2. *Cena típica da cruz com epipólesis durante a batalha*

Voltamos a afirmar que o decurso das batalhas é o terreno mais fértil para a produção historiográfica de cenas típicas. Implicitamente já nos tínhamos referido a epipólesis que surgem na sequência de uma cena típica. O caso mais flagrante é o que assoma no opúsculo de Diogo de Teive:

Ex iis qui calamitatem eam evaserunt, quatuor Lusitani venientium hostium impetum exceperunt. Caeteri enim aut corporibus vulneratis erant inutiles, aut animis attonitis nondum sui compotes erant. Mascarenna cum octo militibus in subsidium venit, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu **vexillum** praeferente, **ac nunc singulos, nunc universos** magno clamore ad pugnam hortante eius auspiciis pugnarent, qui ut omnibus vitam daret, unus mori voluit, cuius ductu nec de victoria esse desperandum nec mortem timendam; eo itaque animo certarent, ut qui superessent certamini, ad praeclaram se victoriam reservatos putarent, qui caderent, aditum sibi ad immortalitatem per mortem factum crederent. Haec aliaque pro loco ac tempore clamitans, accurrentibus undique, qui prope erant, pauci adversus tantam multitudinem hostium pugnam aliquamdiu sustinuerunt.

Dos que escaparam ao massacre, quatro foram os portugueses que fizeram frente ao ímpeto dos inimigos que se aproximavam. Os restantes ou estavam incapacitados pelas feridas que lhes cobriam o corpo ou tinham o espírito alucinado e não estavam ainda senhores de si.

Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral, a que com batessem sob patrocínio d'Ele, pois, para dar a vida a todos, quis, sozinho, morrer, e clamava que, sob o seu comando, nem há que desesperar da vitória nem há que temer a morte; combatessem, portanto, com tal ânimo que os que viessem a sobreviver à batalha, podiam convencer-se de que estavam guardados para uma resplandecente vitória, e os que viessem a tombar, podiam crer que, pela sua morte, se lhes abriam a porta para a imortalidade.

Com estes e outros brados, consoante o lugar e a ocasião, e graças ao socorro dos que se encontravam por perto, um escasso número aguentou durante algum tempo o combate contra tamanha multidão de contrários.

Aqui assistimos ao esquema básico na cena típica:

1.º O ataque dos turcos ao baluarte da fortaleza de Diu, deixou feridos e atónitos os soldados portugueses.

2.º O capitão Mascarenhas acode em seu socorro com oito soldados. A precedê-lo, um sacerdote, com um crucifixo nas mãos como se fosse um estandarte, *imaginem*

seu vexillum, exorta com grande clamores, *ac nunc singulos, nunc universos*, a que se ergam e combatam sob o patrocínio de Cristo. Profere, portanto, uma *epipólesis*.

3.º Tanto a exortação como o auxílio dos companheiros, levou a que a pequena hoste portuguesa aguentasse um pouco mais o combate contra tamanha multidão de inimigos.

Como temos vindo a insistir, é durante as batalhas que surgem, com maior, frequência, as cenas típicas acompanhadas de exortação.

3. *Cena típica com exortação simples ocorrida no meio da batalha*

Podemos dizer que mais de uma dúzia de arengas proferidas durante os confrontos militares co-ocorre em ligação estreita com uma cena típica, em que o estandarte é um crucifixo. Como sucedeu no exemplo acima visto, tanto a cena típica como a respectiva exortação são levadas a cabo pelo mesmo protagonista, quase sempre um frade ou uma das heróicas mulheres de Diu. No exemplo que a seguir apresentamos, torna-se, uma vez mais, evidente a intenção de o historiador criar uma analogia com a cena típica do estandarte romana. Vejamos então o episódio:

E como andava pela fortaleza huma voz que o baluarte era perdido, desampararam alguns Capitães as estancias, e foram-lhes acudir; e ao mesmo tempo **chegou o Padre Vigairo com hum Crucifixo levantado em huma haste**, e entrou pelo baluarte com **aquella Divina bandeira de nossa redempção arvorada**, e pondo-se no meio de todos, levantou a voz, dizendo: «Ah Cavalleiros de Christo, aqui tendes a figura de vosso Deos, que vos não ha de desamparar: aqui o vereis com as mãos, e os pés cravados, e lado aberto derramando seu preciosíssimo Sangue por vosso resgate: derramai vós tambem o vosso agora pelo resgatar a elle, porque não vá ter a poder de seus inimigos. Pelejai, valorosos Portuguezes, e defendei vosso Deos, que elle está comvosco nestes trabalhos pera vos ajudar a defender. Aqui o tendes, ponde os olhos, e o coração nelle, porque d'elle vos ha de vir o esforço contra vossos inimigos». E assim se apresentou diante do mor perigo. Os que estavam accezos na batalha ouvindo a voz, levantando os olhos, que viram o Crucifixo arvorado, bradando por misericordia, **remettêram com os inimigos como leões bravos**, e lançando-se no meio delles, fizeram tão grande estrago que foi espanto.⁵³²

Cumpr-se o esquema da cena típica: um dos baluartes da fortaleza de Diu está sob fogo inimigo, de tal maneira que já corria a voz pela cidadela de que fora perdido para os inimigos. Em consequência disso, ali acodem não só alguns capitães, como também um sacerdote com um crucifixo no topo de uma haste. Repare-se a intenção do narrador/historiador em referir que o crucifixo estava no alto de uma haste, tal como o manípulo romano estava no cimo de uma lança. De igual modo, o narrador afirma,

⁵³² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. X.

reportando-se à cruz, que aquela era a *divina bandeira de nossa redempção*, portanto, a cruz apreendida como um estandarte. Depois de ter arvorado o estandarte da cruz diante dos soldados, o sacerdote posicionou-se no meio deles e exortou-os a resgatarem, com o seu sangue, Cristo das mãos dos inimigos. A alocução teve o efeito esperado, já que os mais dispostos para a luta, ao verem o crucifixo arvorado, arremeteram não como leões, mas sim como *leões bravos* contra os inimigos.

É a partir deste esquema estável que se enxertam as diferentes possibilidades de variação. A primeira que aqui apresentamos aparece repetida em vários historiadores que se ocuparam dos acontecimentos do segundo cerco de Diu, como Gaspar Correia ou Diogo do Couto, só para citar dois deles. Apresentamos primeiro o episódio e depois a respectiva análise:

E como o Custodio andava diante de todos animando-os, e esforçando-os, permittio o Senhor, por dar mor animo aos seus, **que daquelles números infinitos de pedras que cahiam sobre todos, acertasse huma em hum braço do Crucifixo, que lho quebrou todo; e vendo assim o Custodio, levantou a voz, e começou a dizer:**

«Ah Cavalleiros de Christo, vedes aqui a Imagem de nosso Deos ferida, e escalavrada diante de vós; que fazeis que não vingais tamanha ofensa, e injúria, feita a hum Senhor, que vos remio pelo seu precioso sangue? Segui-me, filhos meus, e Cavalleiros Christãos, vamos vingar nosso Deos»; e com isto remetteo com os inimigos, bradando por Christo. Ouvindo todas aquellas palavras, alevantando os olhos, que lhe viramo braço dependurado do cravo pela mão, clamando todos a grandes brados, misericordia, misericordia, arreentaram com aquella furia, que lhes fazia levar o desejo de satisfazerem, e vingarem aquella injuria feita ao Senhor.⁵³³

Uma vez mais, durante um combate, ali andava o sacerdote de serviço, animando os soldados. Enquanto cumpria esse procedimento habitual, uma das muitas pedras arremessadas pelos inimigos quebrou um braço de Cristo crucificado, acto que, segundo o narrador, fora permitido por Deus, justamente para despertar maior ânimo nos portugueses, tal como se pode ler, *permittio o Senhor, por dar mor animo aos seus*. Atente-se que esse facto, à primeira vista, poderia revelar-se altamente negativo e desmotivador para os soldados, pois a destruição da cruz poderia ser entendida como o abandono da protecção divina. Ora, é nos momentos difíceis que sobressai a craveira dos heróis. Assim, o religioso ganhou ali, ao contrário do que se poderia supor, um novo alento argumentativo, convocando os soldados para vingarem aquela injúria feita ao Salvador. Dita a exortação, o religioso, levando a imagem quebrada, arremeteu contra os inimigos, ao mesmo tempo que gritava *misericórdia*. Ao verem-no ir assim de encontro

⁵³³ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

aos inimigos, os soldados sentiram-se compelidos a seguirem o audacioso frade e assim *arrebentaram aquella furia, vingando aquella injuria feita ao Senhor.*

Se confrontarmos esta cena com a cena típica romana, verificamos uma extraordinária similitude, particularmente na tentativa de manter inviolável o estandarte ou de, pelo menos vingar a sua profanação. Por outro lado, tal como o porta-estandarte romano, o religioso, arvorando a cruz, é o primeiro a lançar-se contra o exército inimigo, acto que faz precipitar os restantes companheiros irresolutos para a luta.

A quebra de um membro de Cristo crucificado, motivo para se empreender uma reacção rápida contra o inimigo, é uma das variações da cena típica portuguesa mais produtiva. De facto, embora os historiadores e poetas dêem amplo espaço a esta cena ocorrida no segundo cerco de Diu, a verdade é que podemos encontrá-la, em moldes semelhantes, anos mais tarde, num outro espaço. De facto, durante o vice-reinado da Índia de D. Francisco Coutinho (1561-1564) num assédio à fortaleza de Damão, aconteceu o episódio seguinte:

E sendo já perto, dispararam os seus bombardeiros huma somma de bombas, que se foram desfazer entre os nossos, de que derribaram sete, e entre elles foi o Padre de S. Domingos, que levava o Crucifixo, que logo alevantou hum soldado muito animoso, a que não soubemos o nome; e chamando pelo Nome de Jesus e do Apostolo Sant-Iago, foi passando avante até se metter em meio dos inimigos de pé, com quem já os nossos começavam a pegar, e a espingardaria a laborar de huma e de outra parte. **E neste conflicto deram huma espingardada no braço do Crucifixo;** ao que o soldado que o levava, levantou a voz, dizendo: «Aqui, Cavalleiros de Christo, vinguemos a affronta, que seus inimigos fizeram á Imagem de nosso Deos e Senhor». E alevantando todos os olhos, vendo a Christo dependurado de hum braço, e com o outro quebrado, accenderam-se em tamanha ira e furor, que pareciam leões, e como taes se metteram em meio dos inimigos, fazendo nelles grandes estragos.⁵³⁴

Diogo do Couto, embora repetindo os alicerces da cena típica de Diu, introduz, porém, algumas alterações. Agora, quem transporta o crucifixo é um soldado, justamente porque o dominicano que o previamente levava fora atingido por uma bomba. Nisto, enquanto o soldado, cujo nome o narrador ignora, retomava as funções do frade, desta vez, não uma pedra, mas um tiro de espingarda atingiu o mesmo braço do Crucifixo. Este facto levou a que o soldado clamasse vingança junto dos companheiros. Estes, ao verem Cristo sujeito a uma nova flagelação, dependurado de um braço e com o outro quebrado, inflamaram-se de ira e, mais uma vez, semelhantes a leões, arremeteram contra os inimigos, *fazendo nelles grandes estragos.*

⁵³⁴ Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, Liv. X, Cap. VIII.

Finalmente, o mesmo historiador volta a inscrever esta cena típica⁵³⁵ durante o vice-reinado da Índia protagonizado por Francisco da Gama (1597-1600). Num desembarque em Cunhale, um pelouro de espingarda volta a quebrar o braço do crucifixo que era empunhado pelo frei Francisco Baptista, ocasião privilegiada para o religioso exortar os soldados a vingarem aquela ofensa feita a Deus pelos seus inimigos. O desfecho daquela exortação termina, agora, com o frade a sofrer o martírio abraçado ao crucifixo.

À épica também consagrou a cena típica do ataque ao crucifixo, ocorrida durante o assédio à fortaleza de Diu em 1546. Pela sua extensão, transcrevemos apenas alguns versos do poema de Corte Real:

Estava ali o Custodio na revolta,
Tendo nas mãos alçado hum crucifixo,
Para que com tal vista se esforçassem
Aquelles que por elle pelevavam.
**E como as pedras fossem tam continuas,
Offendendo os soldados, vem direita
Hũa dellas com força pollos ares,
De mão dura, infernal arremessada,
Acerta o Crucifixo, e leva hum braço
Daquella piadosa, e sacra ephige.**
Vendo tam grande mal, o bom Prelado,
Com grandes brados diz: «ô cavaleiros,
O soldados Christãos, vedes que offensa
Se fez, a quem por vos com tantas dores
Na cruz quis padecer? Vingay soldados
A injuria feita a Deos...».⁵³⁶

Em toda a sua plenitude, repete-se o esquema básico da investida ao crucifixo, inclusivamente no pormenor do tiro atingir o braço da sacra figura. Como já tivemos oportunidade de referir, a intertextualidade entre Diogo do Couto e Corte Real emerge em muitos episódios narrativos, com a particularidade de ter sido o poeta a influenciar o historiador, ao invés daquilo que costumava suceder, em que a épica eternizava os actos sancionados pela historiografia.

As possibilidades de *variatio* da cena típica realizam-se também ao nível do protagonista da cena, assumindo as mulheres um papel que já conhecíamos das *epipólesis*. De facto, por três vezes, podemos assistir ao heroísmo das mulheres de Diu, que, meneado o estandarte sagrado, exortam os soldados portugueses a rechaçarem o ataque turco. Atentamos num exemplo surpreendente relativo ao primeiro cerco de 1538:

⁵³⁵ Diogo do Couto, Década XII da *Ásia*, Liv. II, Cap. VII.

⁵³⁶ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVIII.

N'este ensejo veose meter antre a gente huma molher portuguesa, per Nome Anna Fernandes, casada com hum bacharel de medicina, **a qual trouxe nas mãos hum retavolo da imagem de Nossa Senhora**, bradando: «Ah! Senhores, olhai que Nossa Senhora vos vem aquy secorrer, e ajudar com seu bento filho, per quem vós pelejaes. Esforçay, filhos de Jesu Christo, que elle he comvosco!» E posto que estas palavras nom erão muyto ouvidas, mas vendo a imagem de Nossa Senhora, cobrarão tanto coração que arremeterão com os rumes tão fortemente que os fizerão tornar atrás.

Embora se mantenham as componentes básicas do esquema da cena típica, é de assinalar, como afirmámos, que a protagonista é uma mulher, Ana Fernandes. O segundo elemento inovador da cena prende-se com o tipo de estandarte exibido por Ana Fernandes. Se até agora, o crucifixo fora a única insígnia destacada, esta valorosa mulher mostra aos que combatem, um retábulo com a imagem de Nossa Senhora. Desde a Idade Média que, em Portugal, se generalizara o culto à Virgem, de maneira que o efeito esperado assemelhar-se-ia ao da cruz. Em todo o caso, Ana Fernandes produz uma breve exortação, dizendo aos soldados que naquela imagem tinham o socorro e a ajuda de que necessitavam. Declara o narrador que, no meio da estridência da batalha, as suas palavras não eram bem ouvidas, mas os soldados, vendo a imagem de Nossa Senhora, cobraram ânimo e arremeteram destemidamente contra os rumes até os fazerem recuar. Além das palavras, fica aqui bem vincada a importância de elementos visuais na motivação dos soldados.

Finalmente, uma última nota de variação. Na cena típica romana do estandarte, um membro do exército, em vez de arrojá-lo para o meio das filas inimigas, pode, ele mesmo, transportando-o nas suas mãos, se lançar em direcção à hoste inimiga. Temos embora poucos, alguns exemplos destes na historiografia portuguesa e, desta vez, protagonizados, por militares.

O primeiro exemplo conta a fuga em massa do campo de batalha das tropas portuguesas para junto do seu capitão, João Pereira. O capitão, vendo a situação do terreno e percebendo que não havia alternativa, senão pelejar, exortou-os nesse sentido, afirmando-lhes que era melhor morrer lutando que fugindo. Disse-lhes ainda, que quem quisesse, que o imitasse. Então, com o estandarte diante e evocando Santiago, rompeu por entre os mouros, sendo logo seguido pelos seus, pois viram que não tinham outra salvação:

Mas o capitão, vendo a desposição da terra, que era de maneira que se nom podia recolher sem receber muyto mal, pôs sua esperança em Deos, e recolheo a gente, e lhe falando e esforçando ordenou pera dar batalha; mas todos bradavão que tal nom fizesse. Elle dixe: «Nós estamos nas mãos de Deos, que com sua misericórdia nos ajudará contra seus imigos. Melhor é morrer pelejando que fogindo; e por tanto, quem quiser faça o que

eu fizer». E mandou tanger as trombetas, **com seu guião diante, evocando Santiago, rompeo por entre os mouros**. O que todos assy fizerão, porque virão que nom têm salvação.⁵³⁷

Outro episódio conta-nos a bravura do capitão António Galvão, quando tomou a ilha de Tidore no Maluco, acção de ataque-ataque a uma liga hostil à presença dos portugueses neste Extremo Oriente. Depois de ter ascendido ao castelo e de o ter queimado, o capitão Galvão reuniu todos os soldados e proferiu-lhes uma exortação, na qual os impeliu a aproveitarem o momento de desorientação dos inimigos para atacarem a cidade. E do alto da colina, Galvão tomou uma bandeira de Cristo e, como hum trovão, lançou-se pelo monte abaixo, acto em que foi secundado por todos, com grande ânimo:

E ajuntando todos, lhes disse:

«Ora sus, meus cavalleiros de Christo, pois nos elle fez tantas mercês, não arrefecemos, saibamo-nos aproveitar do tempo, e vamos commeter em fresco a Cidade, porque os inimigos estam com medo nas entranhas; e agora vendo este incendio hão de acabar de descoraçar, e não hão de esperar nossa furia, por isso segui-me, que Deos he conosco». **E tomando a bandeira de Christo a par de si, arremecou-se pelo monte abaixo como hum trovão, e foi demandar a Cidade** ao som de muitas caixas, e trombetas, com grandes gritas de todos os nossos, que com hum novo animo hiam seguindo seu Capitão.⁵³⁸

Dentro deste último registo, o estandarte toma a forma de uma espada empunhada por D. Paulo da Lima Pereira. Trata-se de mais um episódio escrito pela pena de Diogo do Couto. Acossado pelos inimigos, o exército português começou a desordenar-se. Determinado, o capitão-mor arrancou de uma espada e lançou-se no meio dos inimigos com ela levantada. Enquanto assim procedia, exortava os soldados a seguirem-no, a fim de alcançarem a vitória. Lidando assim perigosamente com os inimigos, os demais portugueses, romperam solidariamente como leões e ali cometeram todos grandes feitos de armas.

Mas, como os inimigos eram tantos, apertaram de feição com os nossos que começaram a se desordenar. O Capitão-mor vendo aquilo, e entendendo que não estava em mais perder-se que em começar a desconcertar-se, arrancando de uma formosa espada lançou-se no meio dos inimigos com ela levantada em alto, dizendo: «Aqui, cavaleiros de Cristo, aqui! Ah, cavaleiros, segui-me, porque aqui está o caminho da vitória». E com aquele furor deu em os inimigos, aos quais fez bem sentir os fios da espada. Vendo os capitães, e todos os mais a seu capitão-mor naquele risco, rompendo como leões por tudo, foram-lhe por diante, e ali obraram tão altas cavalarias que foi espanto, fazendo nos mouros tal estrago que, de o não poderem sofrer, se foram recolhendo para o palmar.⁵³⁹

⁵³⁷ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXXIX.

⁵³⁸ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. II.

⁵³⁹ Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo da Lima Pereira*, Cap. XXV.

Por aquilo que podemos observar, a historiografia portuguesa e a retórica estreitaram as suas relações no Renascimento, de tal maneira que o relato historiográfico adquiriu um corte político, didáctico e moralizante. Efectivamente, sobressai como base comum a todas estas cenas típicas a exemplaridade dos seus protagonistas, tomados como símbolos da *virtus* lusitana. Partindo da cena típica romana do estandarte, os historiadores recriaram-na e adaptaram-na à ideologia que exteriormente enfunava o *imperium*, a difusão do Cristianismo e a luta contra o Islão. Neste sentido, o crucifixo ou outras imagens de carácter sagrado substituíram os *signa* latinos, do mesmo modo que a diegese das cenas foi recriada. De facto, emergindo essencialmente no meio de recontros bélicos, em momentos de dificuldade ou hesitação, um frade, uma mulher, ou um militar, independentemente da sua categoria, erigindo o estandarte da cruz, exorta os companheiros a lutarem, a espargirem o seu sangue contra os inimigos de Cristo. Se num número significativo de vezes, a simples exortação é suficiente para relançar os soldados para a luta, outras vezes, é necessário que o porta-estandarte se precipite audaciosa e perigosamente contra os inimigos, acto que tem por finalidade arrastar os indecisos para o conflito.

Os amplos episódios de cenas típicas foram muito apreciados pelos historiadores portugueses, como já anteriormente tinham sido pelos historiógrafos romanos. Na verdade, estas cenas contribuem grandemente para a construção dos caracteres das personagens, concorrendo para a afirmação do seu estatuto de heróis. De facto, por meio destas cenas, os leitores não só vêem estes protagonistas a praticarem acções de bravura, como ainda ouvem as suas palavras plenas de valentia, de optimismo, de patriotismo, de sentido do dever, de maneira que a cena típica do estandarte é um poderoso mecanismo retórico que reforça o *ethos* de cada um dos heróis.

7.3.1. RECURSOS RETÓRICO-ESTILÍSTICOS CARACTERIZADORES DOS PROTAGONISTAS

Como já tivemos oportunidade de referir no início deste ponto, este é o tipo discursivo mais característico da épica e o segundo mais frequente na historiografia. Importa, pois, interpretar e escarpelizar os motivos que levaram poetas e historiadores a demonstrarem um interesse tão assinalado por este tipo de alocução. À partida, convém desde logo evidenciar a especificidade deste tipo de discurso relativamente aos restantes,

que se prende com o facto de ser proferido no momento em que decorre uma batalha, estando, portanto, integrado num episódio bélico caracterizado pelo dinamismo, pelo dramatismo e pelo patetismo. Por estas razões, as descrições de batalhas se tornaram altamente sedutoras para autores antigos e renascentistas, de maneira que a alocação inserta no meio do recontro guerreiro vem acrescentar tensão dramática a um episódio já de si suficientemente dramático. Neste sentido, este tipo de arenga está intimamente conectada à diegese que lhe está tanto a montante como a jusante.

Assim, pois, este tipo de arenga não pode, como acabámos de dizer, ser dissociado da descrição da batalha em que vem inserido, facto que ajuda a compreender melhor a sua altíssima frequência nas obras literárias constantes do *corpus*. Recordemos, entretanto, que na Antiguidade, as descrições de batalhas serviam perfeitamente o propósito dos historiadores condensado na definição de história proposta por Cícero no *Orator* (20.66): *in qua et narratur ornate et regio saepe aut pugna describitur*. Como se vê, para o Arpinate, a obra histórica devia apresentar um carácter narrativo-descritivo e não só narrativo. Quer dizer, o historiador não se devia limitar a narrar os feitos, mas também deveria expor perante os olhos do público situações e personagens.

Ora a eficácia (*enárgeia*) das descrições estava estritamente ligada à capacidade de o historiador descrever eficazmente as emoções que produziam efeito sobre o público, entendida essa competência como uma virtude do historiador e da obra histórica⁵⁴⁰, desde que não usada em excesso. Assim, os escritores portugueses de quinhentos, bebendo dos clássicos, muniram-se também da retórica e elaboraram não só uma reconstituição espectacular dos feitos históricos, como ainda descreveram as cenas de batalha de uma forma eficaz e impressionante, exercendo, deste modo, influência sobre o público-leitor, ao mesmo tempo que exaltavam o carácter valoroso dos seus protagonistas. Na verdade, as descrições mais ou menos épicas e dramáticas das batalhas possibilitaram que os historiadores desenhasssem o carácter heróico das personagens intervenientes e, em última análise, exaltassem o patriotismo desses mesmos heróis.

Descendo agora ao particular, importa, pois, verificar alguns dos recursos retórico-estilísticos mais significativos que os historiadores e os poetas utilizaram para evidenciar o carácter heróico dos protagonistas que proferiam dramáticas exortações enquanto lutavam. Do mesmo modo não deixaremos de notar, também, alguns recursos retórico-estilísticos que repercutem o efeito dessas alocações no ânimo dos respectivos

⁵⁴⁰ CARMONA CENTENO (2008:367).

receptores, bem como aqueles que mais intensamente transmitem o dinamismo e o dramatismo que rodeiam a pronúncia deste tipo de arengas.

Ao nível estilístico-retórico, a literatura de quinhentos acaba por insistir em alguns dos mesmos recursos já consagrados pela tradição retórico-histórica e também poética. Nessa categoria sobressai o símile literário, cujos *exempla* homéricos da *Ilíada* foram tidos como referência para as várias gerações de autores vindouros. Por definição, um símile não é apenas entendido pelos escritores como um mero ornamento literário, mas também um mecanismo para, entre outras finalidades, amplificar, prolongar e explicar uma narrativa, como também um recurso para estimular o público, levando-o a experimentar uma impressão ou um sentimento. Eustácio de Tessalónica, nos seus *Commentarii as Homeri Iliadem*, sintetizou a função dos símiles em Homero. Segundo ele, o símile possibilita que o poeta exiba o carácter dos animais, o seu conhecimento da natureza e dos acontecimentos diários, introduzindo variedade, vivacidade e uma sensação de saber na sua narrativa. Permite ainda explicitar relações apenas sugeridas, clarificando a narração. Em resumo, para este sábio do século XII, como para a maioria dos estudiosos, variedade, vivacidade, clareza, amplificação e também ornamentação são as principais funções desempenhadas pelos símiles nas narrativas em que se inserem.⁵⁴¹

Do ponto de vista temático, as imagens são retiradas das experiências comuns a todos os homens, seja o mundo intemporal da natureza, seja o prosaico mundo humano, justamente, para que o símile possa cumprir os seus intrínsecos objectivos, pois, para evidenciar, por exemplo, as façanhas extraordinárias de um herói, o historiador terá de as relacionar com eventos recorrentes e próximos do auditório. Já que tomámos como exemplo a *Ilíada*, os estudiosos costumam agrupá-los tematicamente em três categorias: o primeiro reúne fenómenos ou forças da natureza, como tempestades ou ventos; um segundo, relacionado com temas da caça e do pastoreio, sobressaindo os símiles em que intervêm as feras, nomeadamente os leões; finalmente, um grupo que reúne os símiles tematicamente referentes às técnicas artesanais, como a carpintaria ou a tecedura.

Em relação aos contextos narrativos mais favoráveis para a eclosão dos símiles e, se tomarmos como referência de novo a *Ilíada*, verificamos que as cenas de batalha são dos episódios que mais potenciam o recurso aos símiles. Veja-se o caso da *Ilíada*, em que cerca de $\frac{3}{4}$ das comparações ocorrem em cenas de batalha, particularmente nos cantos

⁵⁴¹ Cf. VIEIRA (2006: 26).

XVI e XVII; já na *Odisseia*, onde os combates são reduzidos, esta cifra desce $\frac{1}{4}$.⁵⁴² A aproximação dos símiles às cenas de batalha, na épica, mas também na historiografia, explica-se com a faculdade de estes recursos acrescentarem variedade às descrições de batalhas, beneficiam, também, as mudanças nas cenas de batalha, nomeadamente quando um herói entra e sai de um combate, quando vence ou sai vencedor, e, finalmente, permitem a visualização dos movimentos das massas, nomeadamente exércitos. Em suma, os símiles servem para ilustrar e organizar vitórias, derrotas, entradas, saídas e movimentos de multidões.

Assim, focando-nos nos *engarces* iniciais e finais das exortações, começaremos por fazer um breve levantamento dos símiles que imprimem cor e variedade aos emissores-oradores deste tipo de arengas, não deixando de focar, ocasionalmente, também, aquelas comparações que têm como ponto de apoio também os receptores das ditas alocações.

Neste aspecto, são significativas as passagens na literatura portuguesa de quinhentos, em que os heróis, emissores-oradores de exortações durante as refregas, surgem comparados a animais selvagens. Ou seja, de acordo com as categorias de símiles acima referidas a propósito da *Ilíada*, os animais selvagens incluem-se na segunda, que congrega a caça e o pastoreio. Tal como na *Ilíada*, ou mesmo na historiografia greco-latina, de entre o universo de animais selvagens, são os leões que também, na historiografia portuguesa, assumem protagonismo. A razão da preferência de poetas e de historiadores pelo leão justifica-se pelo facto de esta fera, mais do que qualquer outra, se caracterizar por um comportamento heróico e exemplar: combate sempre, mesmo quando recua. Na verdade, quando o historiador empreende uma comparação entre um herói e um leão, procura que o protagonista comungue da força leonina, do impulso para a frente diante do perigo. Efectivamente, os leões ou as feras em geral possuem as qualidades apreciadas nos guerreiros, particularmente a coragem e o valor, que acabam por ser o cerne da virtude guerreira. A coragem é a fonte da agressividade das feras e dos guerreiros, é aquilo que os move até ao limite de arriscar a vida num combate. Por outro lado, os leões, bem como as demais feras, também se caracterizam por um ardor excessivo e pela falta de pudor em se lançarem nos combates, mesmo diante da morte. Deste modo, os guerreiros que partilham desse despudor combativo das feras, correm

⁵⁴² Cf. VIEIRA (2006: 27).

também o risco de perder a capacidade de perceber os limites mortais, entrando num estado similar ao das feras, tornando-se selvagens como elas.⁵⁴³

Posta esta explicação de aproximação dos combatentes às feras, vejamos alguns exemplos em que os heróis surgem comparados precisamente a leões. Quatro são os símiles em que os heróis lusos são comparados a feras leoninas. O primeiro exemplo ocorre no *engarce* que precede uma exortação de D. João de Castro, numa das muitas escaramuças entre portugueses e mouros, durante o segundo cerco de Diu. Sobressai neste símile a virtude guerreira do vice-rei, que, qual *leão feroz*, atente-se na intensificação proporcionada pelo adjectivo *feroz*, andava *mui animosamente*, umas vezes matando e ferindo os mouros, enquanto outras andava animando os soldados com suas boas palavras. Ou seja, D. João de Castro cumpre o papel do capitão-soldado, pois não só exorta os seus à luta, como ainda emerge na luta, combatendo como um leão, procurando que a sua *virtus* guerreira arraste exemplarmente os soldados para a luta. Com este símile, o narrador/historiador amplifica a coragem e o carácter do herói em cena, ao mesmo tempo que não deixa, por meio deste recurso retórico-imagético, de impressionar o público-leitor:

porque o viso-rei de sôfrego da vitória, nenhuma maneira de descanso lhes dava, **antes andava como um leão feroz matando e ferindo os mouros mui animosamente**, outras vezes dizendo aos soldados que soubessem seguir a vitória que Deus lhes dava, a qual havia de ser a mor que nunca se no mundo visse, e que só para eles fora guardada aquela honra, que eles haviam de estimar por cima de todas as riquezas da vida.⁵⁴⁴

Os dois símiles que se seguem partilham os mesmos traços. Ambos ocorrem nos *engarces* finais, portanto, depois de as respectivas exortações terem sido proferidas. Estas alocações procuram infundir ânimo e confiança nos soldados, em situações em que a vacilação e o desbarato iminente ameaçavam a integridade dos soldados e o bom sucesso das armas lusas. Por outro lado, estes símiles têm a função de acompanhar o regresso dos seus heróis à luta, como podemos observar já de seguida:

«...Como assim quereis desamparar estas cans?» E com huma desesperada determinação se arremeçou entre os Mouros, e fez entre elles taes maravilhas que foi espanto; e voltando muitos ao ajudar, o acharam ferido em meio dos inimigos, fazendo tamanho estrago, como um leão magoado;⁵⁴⁵

⁵⁴³ Cf. VIEIRA (2006:42).

⁵⁴⁴ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (IV Parte).

⁵⁴⁵ Diogo do Couto, *Década X da Ásia*, Liv. IX, Cap. I.

Como pano de fundo, assistimos aqui a uma cena típica do estandarte, cujo “estandarte” é o capitão Simão de Brito, em guerras com os mouros da costa oriental africana. Perante o desbarato e a desordem na hoste portuguesa, o capitão, *doudo de ver aquelle desmancho* proferiu uma áspera exortação. Finda a mesma, lançou-se entre os mouros como um leão, realizando um enorme desbarato entre os inimigos. Tal símile demonstra não só a coragem, mas também a irracionalidade do herói que, não aferindo as reais consequências desse acto irreflectido, por isso a comparação com o leão, intentou assim arrastar os soldados para o combate. Importa assinalar que esta pequena *aristeia* foi também potenciada pelo facto do herói se ter arrojado ao combate não apenas como um leão, mas como um *leão magoado*. Magoado pela cobardia que os soldados que o acompanhavam, de maneira que a sua gesta individual foi uma contra-reacção à atitude hesitante do exército que comandava.

O outro exemplo, proveniente do opúsculo de 1544 de Damião de Góis, é um dos símiles mais conhecidos e comentados da historiografia renascentista portuguesa. Em rigor, temos vários símiles que proporcionam uma sugestiva imagem de heroicidade e movimento do capitão de Diu, nos sucessos que envolveram aquela praça em 1538:

His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium catervae se protrudit, huc illucque iter aperiens, suosque veluti oves ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, unde venerant, brevi temporis spatio reiecit.⁵⁴⁶

Com estas palavras, como um leão com a boca cheia de sangue, tendo brandido a espada, lançou-se para o meio da multidão, abrindo caminho para aqui e para ali, arrancando os seus como ovelhas das fauces dos lobos, atira os inimigos como uma bola para o lugar de onde tinham vindo, num breve espaço de tempo.

Surpreendendo os soldados em perigosa e desigual luta com os sitiantes, António da Silveira exorta os seus a se sacrificassem, posto o que se lançou como um leão na multidão, para libertar os combatentes lusos dos golpes dos inimigos. Em seguida, fá-los recuar até desalojarem o baluarte que tinham assaltado. Temos ao todo quatro comparações, envolvendo as três primeiras, animais que contam com uma larga tradição literária. Tanto na *Ilíada* como na *Eneida*, inúmeros são os símiles que envolvem leões, ovelhas e lobos. A selecção destes animais pelo narrador/historiador está directamente relacionada com a tradição literária prévia e os contextos narrativos em que habitualmente intervêm, bem como a simbologia a que estão associados, como atrás explicámos a propósito do leão. Assim, os inimigos surgem comparados aos lobos, cuja característica associada é a voracidade. Aproveitando a desatenção ou as limitações do

⁵⁴⁶ Damião de Góis, *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio*, 71.

pastor, leia-se da guarnição portuguesa, os lobos invadem o bardo, ou seja, o baluarte, a fim de saciarem a fome na tenra carne das ovelhas. Na verdade, face à desproporcionalidade de tropas, os lusos entregam-se docilmente às forças inimigas, tal como as ovelhas são presas fáceis das fauces dos lobos. De um lado, temos a astúcia e a voracidade dos lobos que atacam em conjunto, do outro, as ovelhas, símbolo da fragilidade e de martírio. Vendo o seu rebanho atacado pelos lobos, António da Silveira, qual pegureiro audaz, lança-se no meio da luta, para salvar as suas amadas ovelhas. Contudo, pelo arrojo com se atira para o interior da multidão, o narrador/historiador compara-o a um leão, que, com a boca ensanguentada (*veluti leo ore cruore pleno*), ou seja, pleno de ira, procura a todo o custo salvar a vida dos seus homens. Repare-se na antítese que procura sobrevalorizar o heroísmo de Silveira: de um lado, os soldados são frágeis ovelhas confrontadas com o sacrifício iminente; do outro, temos a robustez e a força do leão que abre caminho por entre a caterva para resgatar os soldados do perigo. Assinale-se ainda que o narrador/historiador procurou imprimir dramatismo, dinamismo a esta imagem, recorrendo particularmente à expressão adverbial *huc illucque*, presente já na historiografia romana.⁵⁴⁷

O último símile desta cena evidencia a facilidade e a brevidade com que António da Silveira rechaçou os inimigos para fora do baluarte: *tanquam pilam*. Os inimigos confrontados com a valentia e a destreza militar de Silveira, assemelham-se a um simples juguete nas garras de um leão. Com esta associação de símiles, o narrador/historiador introduz um momento de visualização da cena de batalha que descreve, metendo pelos olhos adentro dos leitores a coragem e a valentia de António da Silveira, ao mesmo tempo que introduz um momento de variação no *continuum* narrativo, muito focado nos acontecimentos, como era característico do género literário em epígrafe, *commentarius*. Silveira atinge aqui os píncaros da heroicidade e os louvores pela coragem e patriotismo revelados, pois o símile leonino que o caracteriza é um procedimento retórico estritamente ligado à linguagem laudatória⁵⁴⁸ e que contava com uma larga tradição literária prévia.

Ao âmbito dos símiles com feras, não fugiu o maior nome da literatura portuguesa, Camões. Na verdade, por uma óbvia questão de género, a comparação é feita não com um leão, mas com uma leoa. No canto IV de *Os Lusíadas*, encontramos ainda

⁵⁴⁷ Cf. Tácito (*Historiae*, 1.40) *Agebatur huc illuc Galba vario turbae fluctuantis impulsu, completis undique basilicis ac templis, lugubri prospectu.*

⁵⁴⁸ Cf. OSÓRIO (2003:172).

Vasco da Gama a narrar retrospectivamente ao rei de Melinde a História de Portugal. O episódio em foco é a batalha de Aljubarrota e o protagonista é o rei, D. João I. No decurso da batalha, o rei, como *sábio capitão* que tudo via e corria, apercebeu-se do aperto por que passavam alguns dos companheiros liderados pelo Condestável. Imediatamente, dirige-se com alguns à primeira ala, exortando-os a lutarem pela liberdade e a seguirem o seu exemplo. Ora, o símile interpõe-se, justamente, entre o momento em que o atento rei divisou a aflição dos soldados e a respectiva arenga. O narrador, ao introduzir aqui a comparação, quebra o ritmo frenético da batalha e projecta a atenção do narratário/leitor para um espaço distante dos campos de Aljubarrota, para a longínqua Numídia. Por outro lado, é uma estratégia para introduzir na batalha D. João I, destacando-lhe as virtudes de capitão que tudo supervisiona.

O símile apresenta-nos o monarca comparado a uma leoa. Assim, tal como a brava leoa corre raivosamente para resgatar as crias do furto do pastor de Massília, de tal maneira que os seus rugidos atroam e abalam os montes Sete Irmãos, assim acorre o rei em socorro da ala que atravessa dificuldades. É importante assinalar que o monarca é comparado a uma leoa e não a um leão. Como vimos até agora, o leão é o símbolo da virtude guerreira, qualidade que não é aqui evidenciada no rei, ao invés da qualidade de supervisão e de direcção, que tudo rege e protege. Daí a comparação com a leoa, a protectora dos filhos, imagem especular de um rei que protege e anima os soldados para a batalha:

Nuno, que como sabio capitão,
Tudo corria, e via, e a todos dava
Com presença e palavras coração:
Qual parida Lioa fera e brava
Que os filhos que no ninho sós estão
Sentio, que em quanto pasto lhe buscava,
O pastor de Massilia lhos furtara.

Corre raivosa, e freme, e com bramidos
Os montes sete Irmãos atroa e abala,
Tal Ioane com outros escolhidos,
Dos seus, correndo acode aa primeira ala:
«O fortes companheiros...»⁵⁴⁹

Os emissores deste tipo de arengas podem também ser comparados a fenómenos ou forças de natureza. Por uma vez isso sucede, tendo por foco o capitão António Galvão antes do assalto à ilha de Tidore, a partir do monte sobranceiro à cidade local. Depois de ter arrasado a fortaleza alcantilada, Galvão proferiu uma curta arenga aos soldados,

⁵⁴⁹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 36 e 37.

exortando-os a atacar já a cidade, ainda atónita por aquele súbito ataque à fortaleza local. Dita a exortação e em plena cena típica do estandarte, Galvão precipitou-se *pelo monte abaixo como uma trovão*. Este símile curto pretende explorar não só a rapidez do ataque, mas também a forma ruidosa como aquele contingente se arremessou, ao som de trombetas e caixas:

E tomando a bandeira de Christo a par de si, **arremeçou-se pelo monte abaixo como hum trovão**, e foi demandar a Cidade ao som de muitas caixas, e trombetas, com grandes gritas de todos os nossos, que com hum novo animo hiam seguindo seu Capitão.⁵⁵⁰

Também os receptores de arengas são objecto de símiles. Eles emergem como forma de dar eco às exortações acabadas de ouvir, amplificam o efeito produzido pela alocação no ânimo dos soldados. Sobressaem uma vez mais as comparações a leões, para evidenciar a *virtus* guerreira dos combatentes. O exemplo seguinte mostra-nos a reacção das tropas portuguesas após a alocação de um sacerdote integrada numa cena típica. Ao olharem para o crucifixo empunhado pelo frade, os soldados remeteram contra os inimigos, não como leões, mas como leões bravos:

E assim se apresentou diante do mor perigo. Os que estavam accezos na batalha ouvindo a voz, levantando os olhos, que viram o Crucifixo arvorado, bradando por misericórdia, remettêram com os inimigos **como leões bravos**, e lançando-se no meio delles, fizeram tão grande estrago que foi espanto.⁵⁵¹

Como vimos, os símiles ajudam grandemente na construção dos caracteres dos protagonistas, realçando as suas qualidades, guerreiras, de liderança entre outras. Além de um instrumento de ornamentação literária, é igualmente inegável o seu poderoso efeito dramático sobre o público-leitor, pelas suas capacidades de visualização, colaborando na ratificação das personagens como heróis.

7.4. SUPERFÍCIE (TERRESTRE OU MARÍTIMA) EM QUE É PROFERIDA A ARENGA

Apenas cinco são as arengas proferidas em cenário marítimo. Esta cifra vem confirmar os dados que atrás apontámos, segundo os quais as arengas navais tendiam a ser proferidas diante dos comandos intermédios e, em menor grau, a assembleias de

⁵⁵⁰ Diogo do Couto, Década V da *Ásia*, Liv. II, Cap. II.

⁵⁵¹ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. II, Cap. X.

tropas. Certamente que por razões logísticas e de ajustamento da *uerba a res*, a frequência de arengas navais proferidas no decurso de batalhas é pouco expressiva, sendo mais literária do que real. Resulta daqui que a esmagadora maioria destas aloções são pronunciadas em situações de batalha campal ou de assédios/defesa de fortalezas.

7.5. EXTENSÃO E CONTEÚDO DAS LINHAS ARGUMENTATIVAS

Como já tivemos oportunidade de apontar, este tipo de discurso encontra-se fortemente limitado pelo contexto narrativo em que é proferido. Essas condicionantes reflectem-se na extensão, na estrutura e no conteúdo retórico das aloções, como teremos ocasião de demonstrar já de seguida.

Efectivamente, a azáfama inerente a uma batalha obriga a que os soldados combatam incessantemente, estando, portanto, física e mentalmente sempre absorvidos. Além do mais, o estrondoso ruído das armas e os gritos dos combatentes condicionam a produção e a recepção das aloções, como se pode compreender a partir das descrições impressivas de batalhas transmitidas por Diogo do Couto. Os excertos seguintes são ricos, tanto do ponto de vista da visualização como da sonoridade, de tal maneira que o leitor se sente imediatamente arremessado para o meio desses *terramotos*, palavra/imagem que Couto mais emprega para definir esses momentos. Vejamos alguns exemplos: *as bombardas zunindo pelas orelhas; a madeira a arder com tamanho estrondo que parecia que se consumia o mundo*. Os dois exemplos a seguir apresentam um tom intensamente dramático:

Os **estouros** da arcabuzaria que não descansava, e causava hum grande **estrondo**, que ajuntando a isto o **retinir** das armas e os **gritos** de todos, parecia que se acabava o mundo, e que **fervia** o mar.⁵⁵²

Os **estrondos**, as gentes, os **urros** dos elefantes, os **gemidos** e **ais** dos que cahão, as chamas e as **labaredas** das lanças de fogo e **panelas** de polvora, que os nossos lançavão sobre os inimigos, os **prantos** e **gritos** e **acclamações** aos ceos [...] hum final juizo [...] hum terramto em fim do mundo universal.⁵⁵³

Em face destes cenários, os capitães não podiam pronunciar longos discursos, limitando-se a proferir breves exortações muito relacionadas com o contexto bélico

⁵⁵² Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, Liv. III, Cap. II.

⁵⁵³ Diogo do Couto, Década VIII da *Ásia*, Liv. VII, Cap. VIII.

envolvente. Estamos a falar de *orationes* com um ou dois períodos, raramente três, de conteúdo altamente parenético. Ora, se nos tipos discursivos, anteriormente analisados, foi, geralmente, possível identificar duas componentes argumentativas, uma didáctico-instrutiva e outra exortativa, neste tipo de arengas, verificamos que, pelas razões apontadas, os discursos ficam cingidos a uma componente exortativa. É certo que num ou noutra discurso, sempre breve, podemos reconhecer as duas componentes retóricas. Assim, pela sua singularidade e também pela sua extrema similitude, trazemos aqui à colação duas arengas, que, embora sejam de géneros distintos, épica e historiografia, reportam-se à mesma situação e ao mesmo emissor, de maneira que a diferença reside no facto de um mesmo discurso ter sido criado por um poeta e reelaborado por um historiógrafo:

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XI

Estando todos ja, deste perigo
Livres, levanta a voz hum valente homem,
Que **Diogo de Reinoso** se chamava,
Dizendo: «Nunca **Deos** isto **permita**,
Que os **portugueses** tenham tal infamia,
Nem no **mundo se diga**, que fizeram
Cousa que se lhes note por fraqueza.
Pode ser isto ardil, que se deixarmos
A estancia, sobirám estes imigos,
Ganhando o que despois, nenhum remédio,
Tera; e se aqui tenho certa a morte,
Morrer com ganhar honra, isso he o que busco.
A vos digo **senhores**, que guardemos
Esta estancia delRey, e a deffendamos,
E aquelle que se for, eu lhe prometo
De **apregoar** que faz o que nam deve». Tiveram tanta força estas palavras,
Que logo **tornaram** todos ao perigo,
Querendo antes morrer, que ser notados
De fazer covardia.

Diogo do Couto, *Ásia, Década VI*, Liv. II, Cap. IX

Com este recado se começaram a sahir alguns, o que visto por **Diogo de Reinoso**, disse alto: «Não ha **Deos** de **permitir** que por medo algum commettam **Portuguezes** fraqueza, e que **se diga** no **mundo**, que com temor da morte largaram o lugar que sustentavam. **Póde** bem **ser seja isto ardil** pera cuidarmos que querem dar fogo a algumas minas pera nos affastarmos, e elles terem lugar de entrarem, e ganhar este baluarte, o que será causa de se perder esta fortaleza. Por isso, **senhores**, vede o que fazeis, não desampareis este baluarte que he d'ElRey; e se a ventura nos tem aqui guardado nosso fim, não queiramos mais ditosa, nem mais **honrosa morte**: e affirmo-vos que o que se sahiir daqui, o hei de **pregoar** por fraco, e covarde». Com estas palavras se detiveram todos, e **tornaram** alguns dos que se tinham ido.

Quadro 5. Semelhanças entre as arengas de Corte Rel e de Diogo do Couto

Uma vez mais assinalamos a intertextualidade entre a obra de Corte Real e a de Couto. Couto escreve já em cima do século XVII, depois de em 1595, Filipe II o ter deferido como cronista e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, ao passo que Corte Real vira publicado o seu *Sucesso* em 1574. Os estudiosos apontam como fontes de Couto, sobretudo Castanheda, Barros, Gaspar Correia, não fazendo alusão ao poema de Corte Real. É certo que para se lograr conclusões definitivas, o estudo comparativo teria de ser alargado ao universo das duas obras. Em todo caso, no que se refere, exclusivamente, às aloções dos protagonistas, por mais de uma vez já assinalámos a

similitude da obra de Couto com a de Corte Real. A última prova reside nesta arenga de Diogo Reinoso, onde existe uma similitude retórico-estrutural e mesmo lexical.

O que importa, contudo, notar é que em ambas, encontramos aquilo que é transversal às restantes arengas proferidas durante as batalhas: são arengas breves, pouco desenvolvidas, de carga fortemente exortativa, pois a sua finalidade é de *mouere* as tropas para a guerra. Estas são das arengas mais expressivas e dramáticas do *corpus*, cujo tom parenético e breve deleita o leitor que se sente imerso no ambiente da batalha.

8. ARENGA DE TIPO 6: DIRIGIDA ÀS TROPAS DEPOIS DA BATALHA

Cinco são os discursos que se enquadram na presente tipologia, representando 2,2% do universo discursivo em análise. Diferentes dos anteriores, estes discursos estão mais próximos do género epidíctico, uma vez o seu tempo de referência não é tanto o futuro, mas sobretudo o passado e o presente, tendo como objectivos primordiais elogiar ou vituperar alguém.

8.1. FORMA DISCURSIVA DA ARENGA SEGUNDO O PROCESSO DE EMISSÃO E RECEPÇÃO DA MENSAGEM

Seguindo sempre a terminologia de Longo (1983), encontramos as seguintes possibilidades de emissão e recepção da mensagem:

A. Arenga simples em estilo directo:

Recordemos que estamos diante de uma arenga simples em estilo directo, quando o *engarce* inicial nos informa de que o orador pronunciou um único discurso em estilo directo perante uma assembleia de militares, nada nos dizendo se diferenciou qualitativa ou quantitativamente o seu discurso perante um ou vários grupos de soldados. Dois são os discursos que seguem este esquema, cujo exemplo a seguir provém da pena do poeta Pedro Sanches. D. Luís de Ataíde, dirigindo-se aos soldados vitoriosos, pergunta-lhes que recompensa lhes há-de oferecer:

«Post reges uictos, post bella exhausta, ducesque
Innumeros caesos, millia uirum,
Praemia pro factis quae uobis digna dabuntur?»

Militibus fortis dux Ludouicus ait.⁵⁵⁴

«Depois de terdes vencido reis, depois de terdes laboriosamente acabado as guerras e morto tantos generais e tantos milhares de homens que recompensas, dignas dos vossos feitos, vos hei-de conceder»? pergunta Luís, o valoroso general, aos seus soldados.

B. Arenga simples em estilo indirecto mimético:

Como já apontámos anteriormente, o estilo indirecto mimético é uma imitação do estilo directo, necessitando, por isso, de ser introduzido na narração. Para tal, conta com a presença de um *engarce* inicial e/ou como se fosse um discurso em estilo directo. De maneira que nos damos conta de que estamos diante de uma arenga simples em estilo indirecto mimético, quando o *engarce* inicial nos informa de que um chefe militar discursou para as suas tropas, nada dizendo se produzira exortações particulares. Em seguida, surge o discurso em estilo directo. É assim que nos é transmitido o discurso consolatório de Tristão Vaz da Veiga à guarnição da fortaleza de Malaca, depois da perda de uma armada que vinha em seu auxílio:

mas Tristão Vaz da Veiga, que era Fidalgo de grande animo, acudio a remediar as desconfianças de todos, **afirmando**-lhes com rosto muito alegre **que** Deos nosso Senhor lhe havia de dar grandes vitorias daquelles inimigos...⁵⁵⁵

C. Arenga simples em estilo directo e em estilo indirecto mimético

André de Resende, no poema épico que compôs em louvor de D. Luís de Ataíde, apresenta-nos um discurso deste herói, alternando entre os dois estilos. Primeiramente, em estilo indirecto:

Ergo ad signa uocas, ruit ad praetoria miles
Imperio pronus, si quo ferre arma iuberes
Tum breuiter grates agis omnibus, atque laborum
Tecum exhaustorum persoluere praemia digna⁵⁵⁶

Logo mandas tocar a reunir, correm para o palácio os soldados prontos para, às tuas ordens, pegar em armas, para onde quer que os mandasses, testemunhas, então, em poucas palavras, a todos o teu reconhecimento e anuncias-lhes que não está nas tuas mãos pagar recompensas dignas

Depois, a fim de tornar mais dramático o discurso, emerge o estilo directo:

⁵⁵⁴ Pedro Sanches, «De spoliata domo».

⁵⁵⁵ Diogo do Couto, Década IX da *Ásia*, Cap. XXVII.

⁵⁵⁶ André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii», 84-87.

«Dux impero **dixit**,
Post paulo iam miles erro, tamen impedit ipsa
Si uos relligio ac pietas, age sumite nostra
Donatiua manu».⁵⁵⁷

«Por pouco tempo detenho o comando,
respondeste, dentro em breve serei apenas soldado, todavia se
é mesmo religião e o respeito que vos detém, vamos, tomai-a como
nossos donativos».

D. Referência a arenga simples

Pode suceder uma simples menção, sem que surja o conteúdo da exortação, de que um determinado herói produziu uma arenga aos soldados. Tão-pouco se dá informação sobre se proferiu exortações particulares durante o acto ilocutório. É caso da referência ao discurso de agradecimento de D. João de Castro aos soldados de Diu:

Acabada esta vitória, o governador deu por ela graças a Nosso Senhor **e com boas e amorosas palavras agradeceu aos cavaleiros e soldados o bom serviço que fizeram a El-Rei Nosso Senhor**, em tanta maneira que os contentou muito a todos.⁵⁵⁸

8.2. *ENGARCES* IDENTIFICADORES

Passemos, já de seguida, à análise do sistema de *engarces*, a partir do qual podemos compreender melhor o tipo de discurso que agora analisamos.

a. **Delimitação do âmbito oratório e informação sobre o tipo de arenga pronunciado.** Tendo em conta a informação disponível nos *engarces* iniciais destas cinco arengas, entendemos que o orador profere o seu discurso diante de uma assembleia ou grupo de soldados. No caso acima visto, D. Luís convoca a reunir os soldados, a que logo vieram prontos ao palácio, de armas na mão, julgando que o inimigo estava outra vez às portas da cidade, quando, na verdade, aquele herói apenas pretendia recompensá-los pela sua bravura.

Ergo ad signa uocas, ruit ad praetoria miles
Imperio pronus, si quo ferre arma iuberes
Tum breuiter grates agis omnibus, atque laborum
Tecum exhaustorum persoluere praemia digna⁵⁵⁹

⁵⁵⁷ André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii», vv. 93-96.

⁵⁵⁸ Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXV.

Logo mandas tocar a reunir, correm para o palácio os soldados prontos para, às tuas ordens, pegar em armas, para onde quer que os mandasses, testemunhas, então, em poucas palavras, a todos o teu reconhecimento e anuncias-lhes que não está nas tuas mãos pagar recompensas dignas...

Também D. João Pereira arenga aos casados de Goa, quando estes estão todos juntos (*Onde o capitão assy a todos juntos fez grande escramação, dizendo*).⁵⁶⁰ Donde se conclui, assim, que estas alocações são proferidas a grupos de tropas. Para maior aprofundamento deste tipo discursivo temos de estender o âmbito da análise a outros elementos do *engarce*.

b. Informação sobre as características e objectivos do discurso. Poucos são as informações acerca das características e objectivos dos discursos, porque poucas são também as alocações. É mais uma vez no discurso de D. Luís de Ataíde que o *engarce* prévio antecipa, tematicamente, o teor do discurso, quando anuncia que o herói a todos expressa o seu reconhecimento pelos actos praticados (*Tum breuiter grates agis omnibus*). De seguida, no corpo do discurso, ficamos a saber, pormenorizadamente, como o agradecimento foi efectivado. Por outro lado, na referência aos discurso de D. João de Castro, a única informação é a de que a alocação continha *boas e amorosas palavras*.

c. Identificação e caracterização do orador. São exíguas as referências aos oradores destas arengas e, essencialmente, dirigidas para os traços da sua personalidade que não para os dotes oratórios. No mesmo poema de André de Resende, o *engarce* inicial elogia a solicitude do general (*Ducis reuerentia cunctos / Mouerat.*) que a todos movera. Por sua vez, sobre outro orador, Tristão Vaz, o *engarce* apresenta-o como fidalgo animoso (*mas Tristão Vaz da Veiga, que era Fidalgo de grande animo, acudio a remediar as desconianças de todos...*). De notar ainda que este tipo de discurso está reservado às grandes figuras militares, pois só elas têm autoridade para elogiar ou vituperar.

⁵⁵⁹ André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii», vv. 84-87.

⁵⁶⁰ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXV.

d. **Verbo introdutor do discurso.** Para se apreender a especificidade destes discursos, cumpre olhar com atenção para os verbos que os introduzem. Assim, o discurso de D. João Pereira é inserido pelo seguinte *engarce* (*Onde o capitão assy a todos juntos fez grande escramação, dizendo*),⁵⁶¹ sendo de relevar que o capitão a todos fez uma grande *escrremação*, ou seja uma gritaria, uma censura em altas vozes, donde se conclui que o discurso foi violentamente reprovador das atitudes do auditório. Ao contrário, o discurso de D. João de Castro foi de elogio e reconhecimento, expresso no verbo *agradecer* (*Acabada esta vitória, o governador deu por ela graças a Nosso Senhor e com boas e amorosas palavras agradeceu aos cavaleiros e soldados...*).⁵⁶²

e. **Informar sobre o resultado ou consequências do discurso.** Face às duas finalidades destes discursos, as consequências naturais serão o regozijo ou a vergonha. Após o discurso de D. João de Castro, o *engarce* final declara que todos ficaram muito contentes (*em tanta maneira que os contentou muito a todos*). Já no caso da arenga de D. Luís proporcionada por André de Resende, depois do protagonista ter convidado os soldados a saquearem a própria casa, como única recompensa possível, estes baixaram, envergonhados, os olhos (*Victa pudore / Lumina demisere*). Acerca da mesma situação e após o discurso breve de D. Luís de Atáde, Pedro Sanches deixa-nos este loquaz e sentencioso *engarce*:

Esset solet uictus uictori praeda superbo,
At uictor praeda, hic solus in orbe fuit.⁵⁶³
Costuma o vencido ser presa da soberba do vencedor,
Mas vencedor que fosse presa, foi este o único no mundo.

8.3. EXTENSÃO E CONTEÚDO DA ARGUMENTAÇÃO

A partir da informação adiantada até agora, já se tornou suficientemente claro que a pronúncia de uma arenga depois de uma batalha apresenta diferenças de conteúdo relativamente às congéneres proferidas antes ou durante uma refrega. De facto, o seu conteúdo será marcadamente epidíctico, focado no elogio dos vencedores ou na consolação dos vencidos.⁵⁶⁴

⁵⁶¹ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXV.

⁵⁶² Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXV.

⁵⁶³ Pedro Sanches, «De spoliata domo».

⁵⁶⁴ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 39).

Com esta nota introdutória logo se compreende que a argumentação destes discursos se afasta das linhas didáctica e exortativa que caracterizam, em maior ou menor grau, os anteriores tipos de arengas. Por essa razão, optamos por fazer já a respectiva análise argumentativa destes discursos. À cabeça de tudo, temos de dizer que estes discursos são argumentativa e literariamente muito ricos e mereciam um estudo mais pormenorizado.

O primeiro discurso é proferido por Tristão da Veiga e tem por finalidade consolar os cento e cinquenta soldados que constituíam a guarnição da fortaleza de Malaca, que vertiam lágrimas de sangue pela perda de uma armada que trazia tropas auxiliares. Mas do que esse dano, diz o *engarce* inicial, o que lhes doía eram o regozijo desmesurado e o ânimo dos inimigos por semelhante infortúnio (*o que mais de tudo sentiam, era a ufanía, e coragem que ficou daquelle desestrado feito aos inimigos*). Foi nesse contexto que *Tristão Vaz da Veiga, que era Fidalgo de grande animo, acudio a remediar as desconfianças de todos*, produzindo um discurso consolatório, renovando-lhes a esperança na vitória que Deus lhes havia de dar de tais inimigos. Que não desconfiassem e acreditassem tanto em Deus, como no valor dos seus braços para a defesa da fortaleza, porque não mingando a coragem e o valor, não lhes faltaria, certamente a ajuda de Deus:

...Deos nosso Senhor, que os não havia de desamparar, que nelle principalmente, e no valor de seus braços esperassem a defensão daquela Fortaleza, porque se elles não faltassem, Deos o não havia de fazer da sua parte, por honra de seu Santíssimo nome, e de sua Lei sagrada.⁵⁶⁵

Uma outra alocução distinta é a de D. João Pereira, vituperando o comportamento negligente dos casados de Goa num recontro com os mouros, que, apesar de tudo, venceram, graças ao empenho do capitão. O mais relevante no discurso, é o uso brilhante que o capitão, D. João Pereira, faz da ironia, arma acutilante usada para censurar a cobardia dos casados de Goa. O discurso apresenta três partes distintas. É na primeira que a ironia é o recurso retórico proeminente. Diante dos casados, o capitão agradece, egocentricamente, a Deus, por lhe ter dado a vitória sobre os seus inimigos, feito que lhe trará muita fama. A justificação para esse individualismo afinal tem fundamento, pois arrancara sozinho essa vitória, uma vez que lhe haviam fugido os

⁵⁶⁵ Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. XXVII.

casados de Goa. Se ali tivesse morrido teria certa a salvação de sua alma, enquanto eles desonrados para sempre:

Muytos louvores dou a Nosso Senhor, de tamanha mercê que me fez em me dar a vitoria d'estes seus imigos, por sua misericordia. D'este feito sempre serey lembrado de tamanha judaria como fizestes, vendome remeter a pelejar com os mouros, e vós voltando, fogindo. O que vendo, nom pude al fazer senão, como desesperado, me meter antre os mouros, pera morrer com a bandeira d'ElRey, que estava tomada polos mouros. E se ally morrera fiqava minha alma salva ante Deos, de meus pecados salva, e vós, casados de Goa, ficaríeis tão condenados, e aviltados de vossas honras, em toda vossa vida pera sempre perdidas!

Enquanto a secção anterior se baseou nos factos passados, o segundo momento analisa a hipótese contrária, se em vez de vitória, tivesse acontecido uma derrota. Veemente, o capitão declara que, face à fuga pecaminosa dos casados, se sobreviesse a derrota, no entanto, por toda a parte se diria que D. João Pereira perdera a bandeira e fugira com numeroso exército ao Idalcão, donde toda a sua geração se cobriria de ignomínia, pelo que melhor seria morrer que viver com tal mancha:

E posto que vós fizestes o pecado em vossa fogida, que se falaria pola Índia e ante ElRey em Portugal, a perda toda sobre mim ficava, dizendo: Dom João Pereira, capitão de Goa, passou á terra firme, e perdeo a bandeira, e fogio com sua gente, que erão tantos de cavallo e tantos de pé, que avondavão pera pelejar com o poder do Idalcão. A qual deshonra pera sempre ficava em minha geração; polo que antes escolhia a morte que ficar vivo com tanta deshonra: o que Nosso Senhor remediou com sua grande misericordia.

Conclui D. João, dizendo que para que fossem lembrados desta infâmia e, com ironia, para que tal não lhes volte a acontecer, o capitão assertivamente declarou que não consentiria mais a sua ajuda:

E pera que sejaes bem lembrados de tamanho mal, pera outra tal vos nom acontecer, ao menos comigo, nom venhaes mais a me ajudar, que o nom hey de consentir.⁵⁶⁶

O *engarce* final ainda acrescenta que D. João proferiu outras palavras *muy vergonhosas*.

Finalmente lugar a dois poemas latinos que apresentam versões aproximadas de uma arenga de D. Luís de Ataíde, vice-rei da Índia. Depois de ter sacudido os assédios a Chaul e a Goa, D. Luís chama os soldados para os recompensar das vitórias obtidas e dos trabalhos sofridos. Porém, o herói, deparando-se com a ausência de qualquer

⁵⁶⁶ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d'Andrade, ano de 1535», Cap. LXV.

riqueza ou saque possível, nada mais tem para oferecer do que o mobiliário de sua casa. Então ordena-lhes que procedam ao saque da sua própria casa.

A primeira arenga provém do poema épico de André de Resende, justamente escrito em honra de D. Luís. Esta alocução apresenta duas estratégias discursivas. Inicialmente, em estilo indirecto, diante dos soldados, o herói apresenta-lhes um problema e uma possível solução: anuncia-lhes que não possui prémios dignos que recompensem o esforço dispendido, de maneira que lhes ordena o saque de quanto tinha:

**Tum breuiter grates agis omnibus, atque laborum
Tecum exhaustorum persoluere praemia digna
Non opis esse tuae quaeris, quae sola facultas
Tunc foret, in praedam: te linquere quidquid haberes
Irent diriperent, auferrent.**⁵⁶⁷

então, em poucas palavras, a todos o teu reconhecimento e anuncias-lhes que não está nas tuas mãos pagar recompensas dignas dos trabalhos que contigo suportaram, que só uma possibilidade havia: deixavas atrás de ti, como presa, tudo o que tinhas, que fossem, saqueassem, levassem.

Perante a recusa envergonhada dos soldados, então, já em estilo directo, o herói altera a sua estratégia argumentativa. Declara-lhes que o seu vice-reinado chegara ao fim, em breve outro viria substituí-lo no cargo, assumindo de novo a condição de soldado. Acrescenta que se é por respeito que se sustêm, então que recebessem os seus pertences como donativos. Assim, chamando um a um pelo nome, foi distribuindo a mobília da casa:

**«Dux impero dixit,
Post paulo iam miles erro, tamen impedit ipsa
Si uos relligio ac pietas, age sumite nostra
Donatiua manu».**⁵⁶⁸

Por pouco tempo detenho o comando, respondeste, dentro em breve serei apenas soldado, todavia se é mesmo religião e o respeito que vos detém, vamos, tomai-a como nossos donativos.

Por sua vez, a arenga proporcionada por Pedro Sanches é mais dramática. Sempre em estilo directo, o vice-rei pergunta aos soldados que recompensas são dignas de soldados que terminaram guerras, aniquilando generais e milhares de soldados:

⁵⁶⁷ André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii», vv. 87-90.

⁵⁶⁸ André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii», vv. 96-99.

**«Post reges uictos, post bella exhausta, ducesque
Innumeros caesos, millia uirum,
Praemia pro factis quae uobis digna dabuntur»?**
Militibus fortis dux Ludouicus ait.

«Depois de terdes vencido reis, depois de terdes laboriosamente acabado as guerras e morto tantos generais e tantos milhares de homens que recompensas, dignas dos vossos feitos, vos hei-de conceder»? pergunta Luís, o valoroso general, aos seus soldados.

O próprio herói dá a resposta: nenhum ouro foi deixado para trás pelos inimigos derrotados, nenhuma cidade para despojar, de maneira que, para que o esforço deles não tenha sido em vão e, para que ele não sofra com isso, ordena-lhes que saqueiem a sua casa:

**«Nullum aurum in castris deuicto ex hoste relictum est,
Nulla urbs, quam uictrix dextera diripiat,
Non tamen, o socii, uester labor irritus ut sit
Iam patiar, nostrum depopulate domum».**

«Nenhum ouro foi deixado nos acampamentos pelo inimigo derrotado, Não há qualquer cidade que a mão vencedora possa despojar, Não quer isto dizer, ó companheiros, que o vosso esforço seja vão E que eu o não sofra – ponde a saque a minha casa».

Admirado com esta atitude, o poeta, no *engarce* final, sentencia (*Esset solet uictus uictori praeda superbo, /At uictor praeda, hic solus in orbe fuit.*), ou seja, costuma o vencido ser presa da soberba do vencedor, mas vencedor que fosse presa, foi este o único caso no mundo.

Obedecendo à tradição histórico-retórico, os dois poetas colocaram o vice-rei a agradecer às tropas os altos feitos praticados e as vitórias alcançadas. Em casos semelhantes, a tradição historiográfica mostra-nos que o saque dos bens perdidos pelos inimigos era uma forma de recompensa para os soldados e um tópico retórico brandido pelos generais na hora de os lançar numa batalha. Contudo, a historiografia portuguesa desvalorizou completamente o saque como meio de persuasão da soldadesca, apresentando-o sempre a mover-se pela nobreza dos feitos ou pela fama imortal. Em alternativa ao saque, o general poderia proferir um discurso de louvor aos vencedores.

A novidade nas arengas destes dois poetas reside no facto de, sem menosprezar o elogio, nos apresentarem D. Luís a querer recompensar, materialmente, os seus leais soldados. Porém, face à ausência de qualquer tipo de despojos, a única alternativa que o herói encontra, é o saque dos bens da sua própria casa, até porque o seu mandato chegara ao fim. Obviamente que, mais que recompensar ou elogiar os soldados, os poetas pretenderam louvar, sim, o herói D. Luís, pelo desapego dos bens materiais, cuja

única recompensa é a palma da vitória e a honra da pátria. Aliás o *engarce* apresenta, com toda a certeza, um dos maiores encómios a uma figura histórica portuguesa, sendo, em simultâneo, o mais primoroso elogio a um orador de uma alocução militar:

Postquam est donata supellex,
Ad subcessorem tranfers moderamen; et ille
Nuper Idalconis domitor, regionis heoae
Rector, **opumque animo magno despector**, opimo
Pauper ab orbe redis, alienoque aere grauat,
Quod non luxus iners, nec pyrgo inuorsa doloso
Tessera contraxit, animi sed uiuida uirtus
Marte decus patriae, non emolumenta potentis.⁵⁶⁹

Depois de ter dado a mobília da casa, ao teu sucessor
levas o leme do governo; e tu, ainda há pouco do Hidalcão vencedor,
e tu senhor das terras
do Oriente e magnânimo desprezador das riquezas, voltas,
de um mundo rico, pobre e carregado de dívidas,
que nem o luxo indolente, nem os dados voltados no copo enganador
contraíam, mas sim o valor de um peito ardente,
que na guerra procura não o lucro mas a honra da pátria.

9. OUTROS TIPOS DE ARENGAS

Neste apartado inserem-se sete alocuções que não se enquadram nos seis tipos discursivos anteriores. As razões fundamentais dessa exclusão residem no facto de tais exortações não serem proferidas antes, durante ou após uma batalha, nem de terem como objectivo mover/dissuadir para/da guerra, requisitos fundamentais para a inclusão plena no termo arenga militar, tal como a definimos no prólogo desta investigação e que agora recordamos:

La arenga es un discurso pronunciado por un jefe militar delante de sus soldados, antes, durante o después de una batalla o campaña militar. Su tema ha de ser naturalmente la guerra, al paso que su finalidad es impresiva, o sea, con este discurso, el jefe militar pretende enardecer a su ejército para luchar o, contrariamente, disuadirlo de ello, porque las circunstancias así lo exigen.

Daí termos incluído estas alocuções num apartado intitulado *outros tipos de arengas*.

⁵⁶⁹ André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici Athaidii», vv. 97-104.

Quatro destas arengas reportam-se a um mesmo episódio dramático, de grande tradição literária: a procela. De facto, tanto a *Odisseia*, como a *Eneida* e, por *mímesis*, também *Os Lusíadas* têm incluídas vivas descrições de tempestades marítimas. Ora, a descrição tanto de uma procela, ainda para mais com duas exortações insertas, como de uma batalha nocturna, de uma doença epidémica são ocasiões privilegiadas para os autores envolverem emocional e imageticamente os seus leitores (*enárgeia*). Como já o fizemos anteriormente, o caso seguinte mostra, novamente, a intertextualidade entre Diogo do Couto⁵⁷⁰ e Jerónimo Corte Real.⁵⁷¹ Couto, escrevendo a *Década VI*, provavelmente, já nos inícios do século XVII, uma vez mais se inspira no *Sucesso* (1574) de Corte Real. De seguida faremos um estudo comparativo dos dois pares de arengas.

a. **Título do capítulo:**

Sucesso do Segundo Cerco de Diu

Década VI da *Ásia*

Neste Decimo Tercio Canto se trata, como chegaram á fortaleza Luís de Melo de Mendonça, e dom Duarte de Meneses, filho do Cõde da Feira, e dom Jorge de Meneses com algũs soldados. Trata tambem da vinda de dom Alvaro de Castro, e dom Francisco de Meneses; e de como o Capitão mòr sahio aos imigos, tornando-se a recolher com perda, e morte de algũs fidalgos.

Dos socorros que partiram de Baçaim; e do que aconteceu a Luiz de Mello de Mendonça, e os mais até chegarem a Dio; e do grande assalto que os Mouros deram, em que ganharam parte de todos os baluartes.

Quadro 6. Títulos de capítulo

O título de Couto é mais sucinto, evidenciando apenas a viagem marítima de Baçaim até Diu de Luís de Melo, sem, contudo, referir outros elementos embarcados da fidalguia, como o faz Corte Real.

⁵⁷⁰ Diogo do Couto, *Década Vi da Ásia*, Liv. III, Cap. III

⁵⁷¹ Corte real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII

b. **Contexto narrativo e *engarces* prévios à primeira exortação.**

Sucesso do Segundo Cerco de Diu

Leva nove
Soldados Portugueses; mas o tempo
Naquelle conjunçam foy tam furioso,
Que la dentro no golfam, muitas vezes
A pequena galveta se cubria
Daquelle tam soberba, e revolta agua.
Os soldados começam (vendo a força
Dos ventos, e o mortal termo chegado)
Enfraquecer de todo, e **determinam**
Fazer que o Capitam por força arribe.
Aires Gomez de quadros, que era hum delles
Lhe descobre este intento; **mas o forte**
Mancebo, toma as armas desmandadas
Daquelles que o motim tinham movido,
Tendo elle nas mãos ambas alto erguida
Hũa luzente, aguda, larga espada.
Diz com bravo semblante:

Década VI da *Ásia*

O tempo era tão grosso que o mar parecia que fervia, e que debaixo das ondas sahiam labaredas de fogo. De sima não tinham menos perigo, porque também parecia que as cataratas do Ceo queriam fazer outro segundo dilúvio, e com isso eram tão grandes, e espantosos os fuzis, e relampagos, que pasmavam todos. Os soldados **pediram a Luiz de Mello de Mendonça, que quizesse arribar,** porque parecia que os elementos todos estavam conjurados em seu damno, e que era temeridade querer ir contra a ira de Deos; porque segundo havia necessidade de homens em Dio, melhor era pouparem-se para outra conjuração, que deixarem-se morrer por teima. Luiz de Mello de Mendonça muito seguro, e sem mostras de algum receio, os **esforçou e animou, dizendo-lhes:**

Quadro 7. Contexto narrativo e *engarces* prévios à primeira exortação

O poeta conta-nos que o capitão levava, na galveta, nove soldados que, ao cruzarem o golfo, se amedrontaram com o mar revolto. Julgando que era chegado o mortal termo, determinaram forçar o capitão a aportar em local seguro. Porém, um dos nove soldados, Aires Gomez, revela ao capitão a conjuração urdida pelos companheiros. Logo o capitão procurou capturar as armas dos restantes e de espada em riste, profere-lhes um discurso com *bravo semblante*, ou seja, encolerizado. O discurso que se segue visa pois aniquilar o motim preparado, de maneira que, ao nível das expectativas, esperamos uma violenta alocução reprovadora.

Já o historiador começa o episódio com a descrição de uma procela à maneira épica, empregando variados recursos retórico-estilísticos, como imagens ou aliteraões, tudo para meter pelos olhos e pelos ouvidos adentro dos leitores, o espectáculo de uma tempestade marítima. Por um lado, o mar *parecia que fervia, e que debaixo das ondas sahiam labaredas de fogo*. Do céu, vinham *cataratas que queriam fazer outro segundo dilúvio, e com isso eram tão grandes, e espantosos os fuzis, e relampagos, que pasmavam todos*. No meio do turbilhão, os homens pediram, humildemente, que arribasse, que não teimasse em ir contra a vontade de Deus onde todos pereceriam, ficando a fortaleza de Diu sem o almejado reforço de homens. Porém, Luís de

Mendonça, seguro e sem receios, proferiu-lhes um discurso que será certamente galvanizador para enfrentarem com confiança a tormenta.

Resulta do exposto que, o discurso do capitão no poema vem na sequência de uma rebelião descoberta, enquanto na história, o narrador insere o discurso para acalmar a tripulação, aterrada com a fúria da tempestade. Tempestade descrita com cores fortes.

c. Primeira exortação

Sucesso do Segundo Cerco de Diu

«ninguém seja
Mais ousado a fallar, nem tema dano,
Que em fim Deos he por nós, e desta affronta
Todos nos salvará. Sus bõs soldados
Esforçay, esforçay, que nestes tempos
Se mostram corações livres de medo».

Dizendo estas palavras,

Década VI da *Ásia*

«Esforçados companheiros, não vos espantem estas carrancas, porque alguma cousa he necessario que soframos pera chegarmos a socorrer a fortaleza d'El-Rey. A honra não se ganha sem riscos, e perigos, com tempo quieto, e brando pouco havia que nos agradecer. Esta he a mesma galveta, em que meu primo Antonio Moniz Barreto passou este mesmo golfo, e estas mesmas tempestades, pois nós que menos temos que elle, que não passemos por onde elle fez? E ainda que não fora pela honra, que pretendemos ganhar, só pela infamia, em que cahiremos, vendonos arribar de medo, nos havíamos de arriscar a mores perigos; andar por diante, e vá Deos connosco, que elle nos encaminhará».

Quadro 8. Primeira exortação

Tal como dissemos, a força ilocutória dos discursos é distinta. No poema, Luís de Melo procura debelar a conjuração, proibindo qualquer murmúrio (*ninguém seja / Mais ousado a fallar, nem tema dano*), asseverando que Deus os salvará e que afastassem o medo. Por sua vez, na narrativa, o tom do orador é apaziguador e gerador de confiança. É possível identificar uma linha instrutiva, na qual o capitão procura demonstrar aos soldados que é necessário passar por estes perigos para se alcançar a honra. Por outro lado, outros portugueses, na mesma galveta, tinham sofrido, naquele local, iguais tormentas, por isso, eles nada ficavam a dever aos anteriores. Além do mais, para além do medo, arribar à costa significaria correr mores perigos. Por isso, exorta-os a erem confiança em Deus e ânimo. Entretanto, de um e do outro lado, a viagem prossegue.

d. **Contexto e engarces prévios à segunda exortação:**

Sucesso do Segundo Cerco de Diu

rompe as nuvês
Hũa ligeira luz de vivo fogo;
Ouvese polos ares hum rogado
Espantoso, que corre a todas as partes;
Deixase vir a baixo impituosa
Espessa, e grossa chuiva, acompanhada
De horrendíssimo vento, que revolve
Com grande fúria o mar; fica a galveta
Cuberta de mil ondas, e escondida
Toda a gente ficou debaixo de agua.
Aparece outra vez o affadigado,
E sumido navio; soa hũa alta,
E miserável grita, a Deos pedindo
Merce, dizem, Senhor misericordia.
Luís de Mello esforça a desmayada
Enfraquecida gente, alto dizendo:

Década VI da *Ásia*

Vendo os soldados hum tamanho perigo,
requereram a Luiz de Mello de Mendonça que
arribassem; mas elle dissimulou, mandando-lhes
que trabalhassem. Vendo elles tamanha
contumácia, falaram-se em segredo huns com os
outros, e determinaram de lho fazer por força.
Disto foi elle avisado por hum Gomes de Quadros
de sua obrigação, e dissimulando-se se foi ás
armas, e as tomou todas, e as meteo em hum
pequeno paiol, e posto em cima delle com huma
espada nua na mão, disse com grande colera

Quadro 9 – Contexto e engarces prévios à segunda exortação

De repente, os que viajam na pena de Corte Real, são acometidos por uma forte procela. O poeta descreve-nos a tormenta, recorrendo a adjetivos, a aliterações e a hipérboles, no entanto, faltam-lhe as imagens vibrantes que o historiador acima empregara. O historiador ganha ao poeta.

Perdidos no meio da tempestade e das súplicas a Deus, Luís de Melo intervém segunda vez para esforçar a desmaiada e enfraquecida gente.

Regressando agora à Década de Couto, recordemos que depois da exortação sossegadora do capitão, os soldados vendo recrudescer o perigo, voltaram a pedir ao capitão que arribasse. Com este não atendesse ao pedido e obstinado continuasse a viagem, os soldados, em segredo, uniram-se para o forçar a interromper a jornada. No entanto, um de entre eles, Gomes de Quadros e Aires Quadros como no poema (até poderia ser a mesma personagem, cujo nome muito bem poderia ser Aires Gomes de Quadros) revelou ao capitão a urdidura, de maneira que logo Luís de Melo apinhou todas as armas num pequeno paiol e, pondo-se em cima dele de espada nua na mão, profere uma segunda e encolerizada exortação.

e. Segunda exortação

Sucesso do Segundo Cerco de Diu

«O nobres companheiros, ô soldados
Não mostreis tal temor, que os Portugueses
Assi servem seu Rey. Mores perigos
Passamos todos ja, pois que fraqueza
He esta que mostrais injustiça agora?
Acodi, acodi ao necessario,
Nam vos espante a força deste vento,
Nem menos estas tam soberbas ondas,
Que eu vos affirmo aqui, que Deos nos leve
Todos a salvamento dentro de Diu».

Década VI da Ásia

«Ninguem seja ousado de fallar em arribarmos,
porque eu ou hei de morrer, ou hei de chegar a
socorrer a fortaleza d'El-Rey, por isso cada hum
trabalhe por se segurar, e não temer, que Deos irá
connosco; e folgai todos de passardes comigo a
ventura que eu passar, pois não tendes que perder
mais que eu; e se passardes riscos, e perigos, Os
Portuguezes assim servem seu Rey, e pera
vencerem todos os trabalhos nasceram; por isso
não sejamos sós os que nos deixamos vencer
delles, acuda cada hum ao que lhe he
encommendado, e vamos por diante».

Quadro 10. Segunda exortação

Continuando com Couto, a alocução do capitão é uma verdadeira exortação, face à quantidade imperativos e conjuntivos presentes, cuja finalidade é cercear a revolta. À cabeça da exortação, o capitão dá o exemplo ao auditório, ou morre ou chega a socorrer a fortaleza de Diu. Nada há a temer com o auxílio de Deus, pois eles não hão-de perder mais que o seu capitão. Além do mais, a sina dos portugueses é correr riscos e vencer perigos e toda a ordem de trabalhos. Portanto, não sejam eles a inverter esse desígnio e façam o que o capitão lhes encomendar.

Já no poema de Corte Real, o capitão procura inspirar-lhes confiança, recordando-lhes situações similares no passado e o compromisso de que Deus os salvaria.

Como ficou amplamente visível, temos diante de nós o mesmo episódio contado por Couto com uma sequência diferente. Assim é, porque Couto escreve depois de Corte Real. De facto, enquanto o poeta intercala a descrição da procela entre as duas alocuções, já o historiador arrasta a descrição da tormenta para o início do episódio. Por outro lado, sonora e visualmente a descrição de Couto supera a de Corte Real. Depois desta crucial alteração, a sequência de arengas também tinha de ser modificada. Assim em face da tempestade, a primeira arenga em Couto visa gerar confiança nas tropas. A segunda arenga, vem na sequência da rebelião preparada pelos soldados por o seu capitão insistir na viagem.

Ao invés, em Corte Real, face aos primeiros sinais de tormenta, os soldados amotinam-se e obrigam o capitão a recolher as armas e a suspenderem o motim. Recrudesce a tempestade e a última alocução procura sossegar os ânimos.

Do nosso ponto de vista, Couto ganhou em verosimilhança e em tensão dramática com esta alteração. De facto, é mais credível que a decisão de tomar a galveta tenha sido decidida depois de uma primeira tentativa para que o capitão arribasse. Além do mais, ao abrir o episódio com a descrição da violência da tempestade, coloca logo o leitor desperto, e ao longo do episódio, sente-se também como um joguete no meio das ondas. Por outro lado, esta sequência gera dois picos de intensidade dramática, no início, com a tempestade e, no final, com a segunda arenga do capitão, áspera do ponto de vista retórico.

No *Sucesso*, o dramatismo dos discursos e da tempestade estão diluídos e o leitor pouco sente a convulsão do mar.

A seguir, colocamos a par as arengas afins discursivamente, mas proferidas com uma sequência alternada. Existe alguma similitude sintáctica e lexical entre elas, do mesmo modo que Couto arrastou para a primeira alocução uma frase (*ipsis uerbis*) da segunda exortação da obra de Corte Real (*os Portugueses Assi servem seu Rey*). Mais do que a inversão cronológica do episódio e o dramatismo impresso à situação, os discursos de Couto resultam da amplificação das arengas propostas por Corte Real, ajuntando pormenores e tópicos argumentativos.

Sucesso do Segundo Cerco de Diu

(1ª)
 «ninguém seja
 Mais ousado a fallar, nem tema dano,
 Que em fim **Deos he por nós**, e desta affronta
 Todos nos salvará. Sus bõs soldados
 Esforçay, esforçay, que nestes tempos
 Se mostram corações livres de medo». Dizando estas palavras,

(2ª)
 «O nobres **companheiros**, ô soldados
 Não mostreis tal temor, que os Portugueses
Assi servem seu Rey. Mores perigos
 Passamos todos ja, pois que fraqueza
 He esta que mostrais injustiça agora?
 Acodi, acodi ao necessario,
 Nam vos espante a força deste vento,
 Nem menos estas tam soberbas ondas,
 Que eu vos affirmo aqui, que Deos nos leve
 Todos a salvamento dentro de Diu».

Década VI da *Ásia*

(2ª)
 «**Ninguem seja ousado de fallar** em arribarmos, porque eu ou hei de morrer, ou hei de chegar a socorrer a fortaleza d'El-Rey, por isso cada hum trabalhe por se segurar, e não temer, que **Deos irá connosco**; e folgai todos de passardes comigo a ventura que eu passar, pois não tendes que perder mais que eu; e se passardes riscos, e perigos, Os Portuguezes assim servem seu Rey, e pera vencerem todos os trabalhos nasceram; por isso não sejamos sós os que nos deixamos vencer delles, acuda cada hum ao que lhe he encomendado, e vamos por diante».

(1ª)
 «Esforçados **companheiros**, não vos espantem estas carrancas, porque alguma cousa he necessario que soframos pera chegarmos a socorrer a fortaleza d'El-Rey. A honra não se ganha sem riscos, e perigos, com tempo quieto, e brando pouco havia que nos agradecer. Esta he a mesma galveta, em que meu primo Antonio Moniz Barreto passou este mesmo golfo, e estas mesmas tempestades, pois nós que menos temos que elle, que não passemos por onde elle fez? E ainda que não fora pela honra, que pretendemos ganhar, só pela infamia, em que cahiremos, vendo-nos arribar de medo, nos havíamos de arriscar a mores perigos; andar por diante, e vá Deos connosco, que elle nos encaminhará».

Quadro 11. Quadro geral comparativo das arengas

Couto estava consciente da tradição histórico-retórica prévia, conhecida do público que não podia defraudar, de maneira que introduziu uma *variatio* no episódio, onde o peso de retórica está por mais evidente no dramatismo da procela, na amplificação argumentativa dos discursos e até na força ilocutória dos mesmos, já que os seus discursos são muito mais assertivos que os de Corte Real.

O exemplo seguinte evidencia o mesmo processo de transmissão e intertextualidade entre obras históricas e autores, um deles, uma vez mais, Diogo do Couto. O caso é simples: numa obra publicada em Coimbra (1556), *Livro primeiro do cerco de Diu*, Lopo de Sousa Coutinho narra, de maneira breve, o patético episódio em que um chefe turco, desesperado por não conseguir rebater o jugo que os portugueses lhe impuseram, a si e ao seu povo, proferiu diante dos seus imediatos, um discurso, *inflamando-os com esforçadas palavras ao desprezo da vida, e engrandecendo o morrer com liberdade, vituperando a vida sem ela*.⁵⁷² De tal maneira os persuadiu, que naquela noite mataram as mulheres, os filhos e os velhos inábeis para a defesa.

Décadas mais tarde, já na esquina do século, Diogo do Couto pegou neste episódio presente na obra de Coutinho e amplificou-o nos pormenores, mas também no discurso do chefe mouro. Ou seja, Couto, a partir de um núcleo (conhecimento de que um discurso fora produzido e da notícia de certos argumentos empregados), livremente expandiu e adicionou parte do conteúdo.⁵⁷³ Por outro lado, enquanto Coutinho optara por um discurso em estilo indirecto *standard*, Couto, transformou-o, ampliou-o, tendo-o apresentado em estilo directo. De maneira que sendo certo que Lopo de Sousa Coutinho foi uma fonte segura de Couto, podemos dizer que o texto de Coutinho é o hipotexto do de Couto. Este é um processo muito comum entre os historiadores de quinhentos, estratégias aliás a que, por diversas vezes, já aludimos nesta investigação.

O *engarce* inicial, sendo mais extenso, é-o também na riqueza de pormenores.

Os de dentro vendose d'aquella maneira, desconfiados de todo o remédio, e entendendo bem que os Portugueses lhe avião d'entrar a fortaleza por força, e que forçado todos os que dentro estavão avião de morrer em sua defensão, e que suas mulheres, filhos, e fazendas, não poderião deixar de ficar por despojos aos Portugueses, o que sentião em extremo, e trazendolhe o demonio hum brutalíssimo remédio a memoria, ajuntou o capitão todos os Mouros, e lhes fez esta breve arenga:

⁵⁷² Lopo de Sousa Coutinho, *Livro primeiro do cerco de Diu*, Livro I, Cap. II.

⁵⁷³ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2010: 218).

Já o discurso em si, pleno de patetismo, tem por finalidade impressionar os leitores, daí a sua amplificação. Toda a argumentação é conduzida habilmente, no sentido de levar os homens a entender o caso como honroso e o único possível. De facto, de nada vale a vida se não for vivida em liberdade. Por isso, a morte é preferível e honrosa a uma vida de sofrimento: (*porque nos como somos homens mais avemos de **pretender hũa morte honrosa, que vida com vitupério, de que não podemos escapar, segundo estes imigos estão encarnissados contra nos.***). Assim, para que as esposas, filhos e fazendas não viessem a cair nas mãos dos portugueses, o mouro incita-os a consumirem tudo com o fogo. Depois, com essa dor inalienável, podiam lutar e morrer contra os portugueses, de maneira que todos acabados, os estrangeiros de nada se poderiam gloriar:

«Mas por que depois de todos acabados em nosso officio, e obrigação, **não fiquem nossas molheres e filhos em seu poder, nem as fazendas que com tanto trabalho adquirimos, sou de parecer, que antes se consuma tudo a nossas mãos entregandoas ao duro fogo, pera que as gaste e consuma**, e depois com odio desta magoa mais entranhável, e com a ira desta crueza mais azeza, sayamos aos imigos, e tomemos nelles vingança d'esta deshumanidade que avemos de usar, com nossas proprias molheres e filhos. E quando todos acabarmos a suas mãos, não lhes ficara cousa de que se possam louvar de nos, e assi ficaremos hum raro exemplo ao mundo».

O clímax do patetismo acontece na descrição do assassínio colectivo, pois aqueles mouros, em vez de lançarem os familiares ao fogo, conforme o sugerido, foram a casa, enquanto todos repousaram e abriram-lhes as entranhas com espadas, tão friamente, diz o narrador, que nem se comoveram com as lágrimas dos filhos nem das esposas amadas:

A todos pareceo bem aquelle conselho, e saindose d'alli com aquella furia, cada hum se foi a sua casa, e nos innocentes filhos e molheres, que estavam repousando, banharão as crueis espadas, abrindolhes as entrenhas sem piedade algũa (o que todos fizerão em hum mesmo tempo) não perdoando a pays, mãys, molheres, filhos, irmãos, nem a toda mais gente e familia. Esta crueza executarão, sem lhes mover as entranhas o choro do tenro filho, nem as lágrimas, e piadosas lamentações da chara, e amada esposa.⁵⁷⁴

Se ao longo da investigação já evidenciamos vários exemplos de descrições dramáticas (*ekphrasis*) destinadas a vivificar, diante dos olhos dos leitores, um determinado episódio ou acontecimento, agora, tanto o discurso, como a descrição da mortandade apresentam uma eficácia (*enárgeia*) visual que envolve imagética e emocionalmente os respectivos leitores ou ouvintes. Foi, pois, por este motivo que

⁵⁷⁴ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VII, Cap. III.

Diogo do Couto recriou e amplificou este impressionante episódio. Ficando igualmente justificado o motivo pelo qual àquela ilha se chamava Ilha dos Mortos.

Parece certo que Diogo do Couto se inspirou na *Farsália* de Lucano, obra muito apreciada no Renascimento, particularmente na arenga de Vulteyo (4.476-520), cujo tema é o suicídio colectivo. Este capitão cesarista dirige uma companhia de opiterginos durante uma batalha naval no Adriático. Entretanto a embarcação que comandava ficou cercada por naves pompeianas, mas eis que a noite interrompe os combates. Todos estão conscientes de que, com o novo dia, chegará a morte. Vulteyo exorta-os ao suicídio colectivo e os opiterginos suicidam-se mutuamente. Na *peroratio* encontramos a máxima *felix esse mori*, tema muito caro aos estóicos,⁵⁷⁵ já que para estes era preferível um suicídio a um combate sem honra. Atentemos então nos versos finais da arenga de Vulteyo:

«Agnoscere solis
Permissum, quos iam tangit vicinia fati,
Vicurosque dei celant, ut vivere durent
Felix esse mori».⁵⁷⁶
«Tan sólo quienes cumplen su hora
Postrera la conocen. Pues los dioses ocultan
A los que han de vivir, para que vivos sigan,
Lo dulce que es morir».⁵⁷⁷

O último discurso, também de Diogo do Couto, vem igualmente pôr em evidência a arte narrativa deste historiador. Vindo de regresso ao reino uma armada da Índia, algumas naus se perderam e outras tiveram de se dirigir à costa africana para não lograrem o mesmo fim. Ora um dos capitães de uma destas últimas naus, Francisco Barreto, vendo a tristeza e desânimo que grassavam pelos ânimos de todos, fez-lhes um esperançoso discurso. Neste ponto, o *engarce* inicial estabelece uma comparação entre a fala de Barreto e a que Eneas fez aos companheiros, quando estes, amargurados, procuravam nas costas da Itália, um local para fundar uma nova povoação:

Vendo Francisco Barreto o estado em que estavam, **fez a todos os da nao huma breve falla**, nascida de hum animo, a quem nem trabalhos cansavam, nem perigos atemorizavam, pera perder hum muito pequeno ponto delle, (**como a outra que Eneas fez a seus companheiros**, quando escaparam da destruição de Troia, andando pelo mar Mediterrâneo, buscando alguma parte de Itália, onde fundasse povoação, pelos ver tristes, e descoraçoados, como Virgílio conta no seu primeiro livro das Eneidas) dizendo...

⁵⁷⁵ Cf. NAVARRO ANTOLÍN (2000: 105).

⁵⁷⁶ Luc., *Phar.* (4.517-520)

⁵⁷⁷ Lucano, *Farsália*, trad. Mariano Rodán, 92.

O seu discurso destinava-se a animar os seus interlocutores, descorçoados por verem o desejo de regressar à pátria ser subitamente interrompido. Diz-lhes orador para não se entristecerem por irem em busca de terra, porque aí conquistarão outros mundos e até uma Índia maior, pois todos eles são afamados cavaleiros, com os quais não tem dúvidas em cometer qualquer empresa:

Senhores Fidalgos, e Cavalleiros, amigos e companheiros, não deveis de vos entistecer e melancorizar com irmos demandar a terra, **onde possamos conquistar outro novo mundo, descobrir outra Índia maior, que a que está descuberta, pois levo aqui Fidalgos e Cavalleiros por companheiros, com quem me atrevo a commetter todas as conquistas, e emprezas do mundo**, por arduas e difficultosas que sejam; porque o que a experiencia de muitos que aqui vão nesta companhia me tem mostrado, me assegura, e dá confiança pera não haver cousa no mundo, que possa temer, nem recear».⁵⁷⁸

Saboroso é também o *engarce* final da alocução. Barreto disse aquelas palavras tão animosamente como se andasse nos campos agrícolas perto de Lisboa e não em terras de fera e bruta gente. O certo é que as suas palavras acrescentaram forças àquelas pessoas para seguirem com o peso dos seus trabalhos. Donde se concluiu que o poder da palavra e a força da retórica podem, de facto, influir nos espíritos dos ouvintes.

10. CONCLUSÃO

Com este capítulo, procurámos apresentar uma tipologia de discursos militares da literatura portuguesa do século XVI. Nela identificámos seis tipos de arengas, cujos momentos de enunciação se encontram cronologicamente relacionados com a eclosão das batalhas (antes, durante ou depois), contando-se entre eles, a significativa presença de um tipo discursivo (T4) filiado na tradição homérica, a *epipólesis*, que conta com 18 ocorrências. Nele, assistimos ao discorrer do capitão por entre as linhas de soldados em formatura, usando argumentos diferentes para cada uma das companhias revistadas. Evidentemente, na mente dos historiadores, ao escolherem o momento decisivo prévio à batalha, para apresentar um discurso acompanhado de movimento cénico, permitiu-lhes igualmente apresentar o protagonista como um capitão paradigmático.

Porém, de entre este vasto leque discursivo, os historiadores privilegiaram os discursos proferidos diante de uma assembleia de tropas (T2). Sendo os mais extensos,

⁵⁷⁸ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VII, Cap. III.

são igualmente os mais favoráveis para se fazer um exercício retórico, não só pelo número de *topoi* recolhidos, mas também pela profundidade argumentativa de cada um deles. As mais emblemáticas figuras históricas do Portugal de quinhentos têm várias intervenções retóricas deste tipo, contribuindo para a sua afirmação como heróis do Renascimento, detentores de habilidades guerreiras e retóricas. É tempo de os historiadores contemporâneos observarem estes discursos com o óculo científico hodierno, pois neles estão plasmadas as escolhas políticas e estratégicas coevas.

Não podíamos encerrar esta abordagem, sem mencionar o número impressionante de alocações proferidas no decurso de batalhas (T5), pois elas demonstram não só a ininterrupta batalha dos portugueses nessa época, mas sobretudo porque elas revelam o enorme apreço dos historiadores por esta impressiva e comovente alocação. Muito presentes na épica, mas também na historiografia, estas breves exortações cuja finalidade é *mouere* os soldados para a luta são extremamente dramáticas, por isso deleitam o leitor que se sente transportado para o cenário de guerra.

Apesar de tudo, nenhum dos seis tipos discursivos anteriores pode ser entendido como o discurso militar característico da historiografia portuguesa quinhentista. Dito de outro modo, o discurso-emblema da historiografia portuguesa encontra-se disseminado um pouco (mais no T1) por todos estes seis tipos discursivos, uma vez que é proferido a bordo de uma nau, antes, durante ou após uma batalha ou em outro ambiente. Ao todo, recenseámos 62 alocações navais, perfazendo 28% do total de arengas do *corpus*. Esta cifra evidencia a recepção, por parte dos historiadores portugueses, de um tipo de arenga que vinha já da historiografia antiga, bem como a sua recriação e adaptação à idiosincrasia histórica portuguesa do século XVI.

Por outro lado, fomos chamando a atenção para o facto de uns autores recorrem a versões de discursos previamente publicados nas obras de anteriores historiadores. Se existem muitos exemplos em como a épica bebe na historiografia, na literatura portuguesa de quinhentos, a situação inverte-se em Diogo do Couto, que utiliza o *Sucesso* de Jerónimo Corte Real. É certo que os historiadores não costumam fornecer aos seus leitores a mesma versão exacta das palavras das personagens históricas. Pelo contrário, dependendo dos objectivos, da sua metodologia, ou dos antecedentes, desenvolvem tipos de discursos, estilos (*oratio recta* ou *obliqua*), ou argumentos retóricos empregados por autores anteriores. Ora esse comportamento, na realidade,

constitui uma forma muito interessante de *aemulatio*.⁵⁷⁹ Assim procede Diogo do Couto, cujas reelaboração dos discursos, descrições de batalhas ou de tempestades são, em alguns casos, muito mais ricos do ponto de vista retórico e até literário do a própria épica, de tal maneira que a prosa é, por vezes, poética e dramática, afastando-se, portanto, ainda que circunstancialmente, admitimos, do estilo seco e militar que alguns estudiosos lhe atribuem.

⁵⁷⁹ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2010: 240).

VI. DISPOSITIO

1. INTRODUÇÃO

Neste breve capítulo, procuraremos demonstrar como estão ordenados e distribuídos os *topoi* retóricos pelas diferentes partes dos discursos militares, assim como concluir se existe um plano discursivo que seja replicado em todos os tipos de discursos, em confronto com as orientações teóricas dos tratados de retórica antiga, nomeadamente a *Retórica a Herénio*, um dos mais conhecidos na Península Ibérica no período em causa.

2. PLANO E PARTES DO DISCURSO

A *dispositio*, assim como a *inuentio*, a *elocutio*, a *memoria* e a *pronuntiatio* integram a lista das «partes da retórica»,⁵⁸⁰ matéria de certos tratados de retórica, como a *Retórica a Herénio*. Neste tratado, aquelas são apresentadas como as qualidades que um orador deve possuir:

El orador debe tener las cualidades de *invención*, *disposición*, *estilo*, *memoria* y *representación*.⁵⁸¹ La *invención* es la capacidad de encontrar argumentos verdaderos o verosímiles que hagan convincente la causa. La *disposición* ordena y distribuye los argumentos y muestra el lugar en que debe ser situado cada uno de ellos. El *estilo* sirve para adaptar a los argumentos de la invención las palabras y frases apropiadas. La *memoria* consiste en retener con seguridad en la mente las ideas y palabras y su disposición. La *representación* es la capacidad de regular de manera agradable la voz, el rostro y los gestos.⁵⁸²

De todas as «partes da retórica», este capítulo ocupa-se apenas de uma: a *dispositio*. Quer dizer, procuraremos evidenciar quais e como estão ordenadas as partes discursivas das arengas, bem como se encontram distribuídos por elas os distintos *topoi* retóricos. Dito de uma maneira lapidar: mostrar o plano do discurso.

⁵⁸⁰ Cf. PERNOT (2010:283).

⁵⁸¹ Salvador Núñez (1997:71), em nota de rodapé (7), a propósito deste assunto, escreve o que passamos a transcrever. «Estos cinco *officia oratoris*, *inuentio*, *elocutio*, *dispositio*, *memoria* y *actio* (los *érga toû rétoros* de Aristóteles; *materia rhetoricae artis* en Cic., *De inu.* I 7,9) representan el sistema establecido por la retórica helenística. Las dos últimas, *memoria* y *actio*, faltan en la retórica de Aristóteles, que sólo distinguió la *invención*, el *estilo* y la *disposición*, aunque menciona la *actio* (*representación*) (*Ret.* 1403b) que, junto con la *memoria*, fue desarrollada por los rétores helenísticos.»

⁵⁸² *Rhét. Her.* (1.2.3).

Pernot (2000: 287), a partir dos de alguns tratados de retórica antigos, entre os quais se contam a *Rhét. Her* (1.3.4), Aristóteles (*Rhét.*, 3.13), Cícero (*Inv.*, 1.19; *Or.*, 122), identifica cinco partes do discurso, as *orationis partes*: o *exordium*, a *narratio*, a *diuisio*, a *argumentatio* (dividida em *confirmatio* seguida da *refutatio*) e, finalmente a *peroratio*. Para a explicação de cada uma das partes, passamos a palavra ao autor anónimo da *Rhét. Her* (1.3.4):

El *exordio* es el comienzo del discurso; con él dispone e prepara la atención del oyente o del juez para escuchar. La *narración* expone el desarrollo de los hechos tal como se produjeron o pudieron producirse. La *división* es el medio por el que revelamos aquello en lo que estamos de acuerdo o con lo que disintimos y exponemos los puntos que vamos a tratar. La *demonstración* es la exposición y justificación de nuestros argumentos. La *refutación* sirve para destruir los argumentos de nuestros adversarios. La *conclusión* pone fin al discurso según los principios de la retórica.

Ora, este plano-tipo destina-se especialmente ao género judicial, já que os outros géneros (o deliberativo e o epidíctico) simplificam este esquema numa divisão tripartida (*exordium*, *argumentatio* e *peroratio*), apresentando, por isso, uma organização diferente baseada em *topoi* retóricos.⁵⁸³

3. A *DISPOSITIO* DA ARENGA

Uma vez que o fim primordial é o conveniente, o seu tempo de referência é o futuro (o presente ou o passado recente são empregados apenas enquanto *exempla*) e, de acordo com essa perspectiva futura, as emoções dominantes são o desejo de vitória e o temor da ignomínia, a arenga militar ou *cohortatio* se enquadra dentro do género deliberativo.

Resulta daqui que, embora num residual número de arengas se possa identificar uma divisão em quatro partes, composta pelos *exordium*, *narratio*, *argumentatio* e *peroratio*, na maioria dos casos é omitida a *narratio*, donde se conclui que os historiadores optaram pela estrutura mais simples, constituída apenas pelo *exordium*, pela *argumentatio/tractatio* e pela *peroratio*, tal como convém a um subgénero deliberativo.⁵⁸⁴ Na verdade, este esquema tripartido enquadra-se perfeitamente com

⁵⁸³ Cf. PERNOT (2010:288).

⁵⁸⁴ Cf. NAVARRO ANTOLÍN (2000: 91).

consecução dos objectivos da retórica, uma vez que o *exordium* cumpre o *delectare*, a *tractatio* o *docere* e a *peroratio* o *mouere*.⁵⁸⁵

3.1. ANÁLISE DE *EXEMPLA*

Já afirmámos que a estrutura mais recorrente nas arengas da história antiga é a tripartida. De seguida, analisando algumas arengas, procuraremos demonstrar qual é afinal o plano discursivo das arengas em estudo. Para tal analisaremos, de seguida, a composição de algumas arengas, a fim de tirarmos posteriores conclusões.

Começamos por analisar uma arenga T1, proferida por D. João de Castro presente na *Crónica* de Fernando de Castro.

Qualquer *exordium* tem a finalidade de obter um auditório bem-disposto, favorável e atento (*delectare*). A estratégia usada por D. João de Castro foi o elogio da valentia dos capitães, uma vez que o alvoroço que manifestavam, resultava do orgulho e do reconhecimento que tinham de pertencerem a uma *gens* de heróis que tem sustentado a Índia e não de qualquer assomo de temeridade:

«Senhores: se me parecera que a grandeza de vosso ânimo e o grande esforço de vosso braço e o **grande alvoroço que me todos mostrais para a empresa que temos ente mãos, procedia** de não entenderdes a graveza do negócio e a importância dele, e que **temerariamente, sem outra nenhuma consideração, entraveis nela**, tivera o coração menos alegre e não me atrevera a querer mostrar por armas a el-rei de Cambaia quanto mais forte é um exército de três mil homens determinados que o seu de sessenta mil, porque a virtude e a força unida dizem que *«magis forcior est»*. **Mas porque sei que vos lembra quem sois, esteios e alicerces que ao presente sustêm e defendem a Índia**, que é uma morada que foi edificada sobre tantas vidas e sangue português...»

Depois do *exordium*, segue-se a *tractatio*, em que o orador começa por apresentar, de forma breve, o motivo da guerra, no caso o incumprimento do rei de Cambaia dos pactos de amizade.

«que ficando el-rei de Cambais desta vez sem castigo **da ofensa que tem feita a el-rei nosso senhor e aos seus capitães**, quão abatidos ficamos e quanto melhor nos é a todos morrer nesta empresa que ficar com vida, sem fazer conhecer aos imigos **o erro que cometeram**»

A partir daqui, o orador sustenta a argumentação (*docere*) baseada, inicialmente, no *topos* da necessidade (*necessarium*) de punir os infractores (*ofereçamos nossas*

⁵⁸⁵ Cf. PERNOT (2010:154).

vidas, pondo-as em todos os perigos por defesa da nossa lei e por aumento do estado de el-rei nosso senhor,) alertando no entanto para não menosprezar o valor do adversário (*Não quero que tenhais em pouco a força dos inimigos, nem menos que cuideis que o haveis de ver com gente fraca e medrosa do vosso braço, senão que vos persuadeis haver de ser a batalha muito rija, perigosa e cruel de parte a parte*). Segue-se o *topos* da possibilidade (*possibile*) de um exército pequeno vencer um numeroso, aduzindo para tal inúmeros exemplos da história portuguesa onde tal se verificou, não mortos, mas de homens vivos que eles conheciam (*Não quero que tenhais em pouco a força dos inimigos, nem menos que cuideis que o haveis de ver com gente fraca e medrosa do vosso braço, senão que vos persuadeis haver de ser a batalha muito rija, perigosa e cruel de parte a parte*). Regressa ao *topos* da utilidade e conveniência da luta (*necessarium et utile*) para afirmar que vitória trará o fim das fadigas (*ficando agora vencedores (o que eu tenho por mui certo, pois temos a Deus por nossa parte), que nunca mais os inimigos terão atrevimento para tornarem outra vez a se levantar contra nós,*).

E eis que chegamos à conclusão (*peroratio*), destinada a *mouere* as tropas. Apresenta três pontos. Em primeiro lugar, um recordatório ou uma recapitulação breve dos argumentos anteriores, sem que, contudo, eles sejam nomeados (***Ponde todas estas rezões diante dos olhos***), a que se segue uma amplificação para comover os ouvintes. No caso, demonstrando o grande interesse que o rei de Portugal tem nesta vitória, que os há-de remunerar dos seus serviços, não de quem está em Portugal, mas como se estivesse presente. Mais ainda, o orador chega ao ponto de afirmar que o rei é pai de todos e eles seus filhos:

«**fazei conta que pelejais em presença de el-rei nosso senhor**, o qual há-de julgar vossos trabalhos e remunerar vossos serviços, não como quem está daqui cinco mil léguas, senão como se estivera presente a todos os combates e recontros que por vós passarão. Esforçai-vos valentes e animosos portugueses, leais e bons vassallos, ou, por dizer melhor, **amados filhos daquele grande rei de Portugal a que todos chamais pai;**»⁵⁸⁶

Finalmente, encerra o discurso, com o tópico de que é honroso morrer a combater pela pátria (*honestum et dignum*), (*que acometessem os inimigos com grande ânimo e que não arreceassem morrer naquela empresa porque, dizia ele, «che un bel morir total a vita honora»*).

⁵⁸⁶ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (I Parte).

Como vemos, aplicou-se, nesta a arenga a estrutura tripartida *exordium, tractatio* e *peroratio*, desempenhando as respectivas finalidades de *delectare, docere e mouere*.

Ainda de T1, passaremos em revista a arenga mais extensa do *corpus*, proferida por de D. Juan de Austria aos capitães na sua galera. Face ao *desmayo* e à falta de brios demonstrados pelos capitães nas vésperas da batalha contra os turcos, este famoso general procura insuflar a confiança necessária na sua cadeia de comando para o terrível embate.

O *exordium* da arenga é iniciado por um vocativo: *Esforçados varones*. Sabemos que nas arengas em estilo directo, é muito comum o orador dirigir-se ao auditório por meio de um vocativo. É um elemento importante, porque dá o tom para o resto do discurso e quanto mais apelativo for, mais facilmente o orador obterá a atenção e a benevolência do receptor. No caso, o general apelidou-os de *varones*, cuja carga associada é de força e virilidade, a que juntou o adjectivo *esforçados*. Face ao receio em que estavam mergulhados, o general poderia ter sido cáustico e desfiar uma série de invectivas, humilhando os capitães. O mais certo era que os capitães se desinteressassem do resto do discurso e desmobilizassem. Ora, a psicologia em geral e militar em particular, demonstra que o incentivo, a motivação produz melhores resultados que a punição. De maneira que o orador ao chamar-lhes *varones esforçados* quis sobretudo reavivar-lhes na memória que eles eram valentes e já tinham dado mostras, no passado, dessa audácia, pelo que havia necessidade de por essa qualidade de manifesto.

Além do mais, para intensificar a atenção dos capitães, o general não diz que é necessário vencer os turcos, mas, para lhes aguçar os brios da fama e da honra, tão caros a uma sociedade cavalheiresca, diz-lhes que chegou o momento, a oportunidade sancionada pelo céu em que honra e fama estão garantidos. De maneira que, logo na introdução ao seu discurso, o orador toca no *topos* mais sensível dos guerreiros, a aquisição de honra e de reputação, seguido do *topos* do *iustum*, na medida em que aquela é uma acção confirmada pelos céus, justa, portanto. Resulta deste cenário favorável, que tudo está nas mãos dos combatentes. Há que mostrar, então, valor, coragem audácia. Daí os constantes apelos feitos por D. Juan à bravura, a fim de despertar da placidez o ânimo dos capitães:

«Tenemos en la mano el punto, y ora
En que deveis mostrar com fuertes braços
El valor, el esfuerço, y la osadia
De vuestros invencibles corazones».

Encerra o *exordium*, com um vivo apelo para a vitória, porque divinamente ela está já sancionada:

«Venced, vencid amigos, pues el cielo
Os tiene concedida alta victoria».

Assim chegamos à *tractatio*. A fim de traçar um jogo de contrastes, se antes elogiou os seus, logo passa a dizer mal dos inimigos, como se fosse uma barra de tribunal, em que o advogado pronuncia uma *propositio* seguida de uma *refutatio* dos argumentos adversários. De facto, o discurso avança de acordo com esse princípio pendular *vós/eles*. Vós tendes a virtude, a verdade, a valentia que eles não têm:

«No se pueden temer fuerças de Turcos:
No pueden recearse sus armadas,
**Pues les falta virtud, y no conoscem
Verdad: que solo se halla en vuestros pechos.
Pues ho saben tener honra, ved como
Osaran resistir pechos honrados?**
La braveza que muestran al principio,
Al fin pâra en bolveros las espaldas.
El temor concebido entre Christianos,
Los hizo injustamente assi nombrados,
Cometen com gran fuerça, y esto es sempre
A donde hallan menor la resistêcia.
Considerad varone animosos,
En guerra exercitados, quanto valen,
Ellos para com vos: y vereis claro
Quanto los precedeis en valentia».

Acrescenta que a insolência dos inimigos só foi possível com a complacência e até o favor dos cristãos que nunca foram suficientemente assertivos para tolherem de vez tal ousadia. Depois, para lhes fazer acreditar que é possível vencer as numerosas forças turcas, o orador desfia o *topos* do *possibile et facile*, apresentando numerosos exemplos de diminutos exércitos cristãos que venceram a imensidão de tropas turcas.

«Aquel illustre George Castrioto
De los Turcos llamado Scander Bego,
De fuerte pecho, y animo invencible:
Valiente capitan de Iesu Christo.
Quantas vezes deshizo su potencia,
**Y quantas los vencio, biene es sabido,
Com muy pequeño exercito,** aunque este era
De fuerte gente llena de osadia».

No final da *tractatio*, o general toca o *topos* da honra (*honestum et dignum*), dizendo que, depois de todos os exemplos apresentados, deixarem má memória naquela batalha com os turcos:

«Que verguença sera ô fuertes hombres,
Si dexamos a Cipro entregue a Turcos?
Y que las islas sean saqueadas
Com muretes y com daños tan sangrentos»:

Na *peroratio*, recrudescer o apelo para o *topos* do *honestum et dignum*, com constantes apelos para a valentia e para a bravura contra os inimigos.

«Apercebid las armas, y al encuentro
Salgamos, al cruel duro enemigo.
Mostralde la opinion y animo grande
De vuestros coraçones y mostralde
Con su daño, el valor de vuestro hechos».⁵⁸⁷

Ainda de T1, não podíamos deixar sem comentário a arenga do rei Afonso V às portas de Tânger e que consta do poema épico de Cataldo, *Arcitinge*. Antes do ataque àquela praça, o rei convocou *fidios procereque ducesque* e pronunciou-lhes um sentido discurso. Segundo a *Rhét. Her.* (1.5), conseguiremos, na introdução dos discursos, um auditório favorável, se lhe recordarmos a sua valentia, a sua inteligência ou a estima de que gozam. Parece ser essa a via escolhida pelo monarca para encetar o seu discurso. No *exordium*, o rei elogia a fidelidade e a valentia dos ouvintes, (*vidi rigidissima bello / Pectora*) que ele havia presenciado em cenários de guerra. De facto, no primeiro período do discurso, repete-se a forma verbal de primeira pessoa (*vidi*) a que acrescenta ainda (*novi*). Ou seja, o rei vinca o aturado conhecimento que detém da valentia das suas tropas, conhece-a porque já a viu. Ora, isso é o melhor elogio que se pode fazer a alguém. Para vincar a confiança que o rei tem nos seus, inicia o período seguinte com a primeira pessoa (*ego*), declarando que, com eles, não só não temeria o ataque de qualquer poderoso, como ainda não hesitaria em afrontar qualquer perigo na terra, tal era o tamanho e a profundidade dessa fidúcia. Isto é claramente uma amplificação e visa emocionar os seus receptores.

⁵⁸⁷ Jerónimo Corte Real, *Felicíssima Victoria...*, Canto IX.

«**Vidi** iam pridem vestrae observantia mentis
In me quanta foret, **vidi** rigidissima bello
Pectora, novi animos extrema et ad ardua fortes.
Vos **ego** multarum per taetra pericula rerum
Expertus totiens, nullorum tela potentum,
Crudelesve minas aut horrida tela vererer.

**Quinetiam auderem terris quodcumque pericli,
Tantum nos animi movit fiducia notis».**

Vi há muito como era grande o respeito que tínheis por mim, vi os vossos corações corajosíssimos na guerra, conheço o vosso ânimo forte no que é extremo e difícil. Tendo-vos experimentado tantas vezes no meio de situações negras, eu não temeria os dardos de poderoso algum ou as suas ameaças cruéis ou os seus ataques de meter medo. Pelo contrário, eu ousaria afrontar na terra não importa que perigo, tanto me persuade a confiança numa coragem conhecida.

Já com o auditório rendido, inicia a *tractatio*, anunciando que agora é necessário retomar essa valentia. Incita-os a punirem (*iustum*) as iniquidades e barbaridades praticadas pelos tangerinos, aludindo certamente à tentativa frustrada que, anos antes, os portugueses fizeram para a tomar. Além disso, a fortuna e Marte ser-lhes-ão favoráveis:

«**Nunc** quo nos fortuna vocat cedamus et illic,
Marte favente, decet solitas entendere vires.
**Gens fera litoribus nostris vicina cohaeret,
Regibus invitis, quam nutrit barbara Tinge.
Quae scitis quot iniqua viros, quot tradidit Orco
Armigeros...**»

Agora para onde a fortuna nos chama, sigamos nós, e aí, com o favor de Marte, é altura de revelar o costumeado vigor. Um povo feroz mantém-se vizinho das nossas costas, contra a vontade dos Reis, um povo criado na bárbara Tânger. E vós sabeis quantos homens, quantos guerreiros, na sua iniquidade, ela mandou para o Orco...

Numa curta *peroratio*, numa *amplificatio*, o orador impele os seus homens a seguirem o rumo traçado pelos Fados e a coarctarem a impunidade dos bárbaros:

«Pergamus quo fata monent, non impia regnet,
Non impune ferat».⁵⁸⁸

Prossigamos para onde os Fados nos aconselham, para que ela não reine na sua impiedade, não actue na impunidade.

Do T2, analisamos agora a arenga de D. João de Mascarenhas a toda a guarnição de Diu reunida no terreiro da fortaleza, segundo Diogo do Couto.

O *exordium* da alocução é preenchido por um vocativo em que o adjectivo utilizado (*valorosos*) surge no grau superlativo (*muito valorosos Capitães, e esforçados cavalleiros*), estratégia para captar a aquiescência do auditório. Ora se a assembleia é composta por gente valorosa, consciente das suas obrigações para com a nação

⁵⁸⁸ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 411-462

portuguesa, *bem pudera*, diz o orador, *escusar de fazer estas lembranças*. Assim, diante de uma assembleia responsável, o capitão podia escusar-se da tarefa de a esforçar. Esta é, portanto, uma prova de confiança no auditório. No entanto, justifica-se Mascarenhas, levará por diante a sua *oratio*, como alguém que tem aos seus ombros a responsabilidade de defender, com os companheiros, a fortaleza do ataque dos cambaicos e dos turcos, se, entretanto, estes também se juntarem. Ou seja, sabiamente, o orador, reconhecendo que não havia necessidade de discurso, em todo o caso dispõe-se a ele, como estratégia para implicar os ouvintes na responsabilidade de defesa da cidadela:

«mas satisfaço nisto a minha obrigação pelas muitas que carregão sobre mim, como homem que ha de dar conta desta fortaleza, **que eu pertendo defender com tão valorosos companheiros**, não só a todo o poder d’ElRey de Cambaya, mas ainda ao do grão Turco, se com elle se ajuntar».

Na *tractatio* do discurso, o capitão-mor insiste numa estratégia argumentativa baseada inicialmente no *topos* do *possibile et facile*, que visa enaltecer o valor dos próprios e minimizar o poderio dos inimigos. É claro que, bem vistas as coisas, na prática, o desequilíbrio de tropas era avassalador para se poder fazer uma comparação séria, no entanto, o orador fá-lo para ainda mais enrubescer o valor dos ouvintes, declarando, à maneira de *amplificatio*, que tomara não existissem quaisquer muros a separá-los dos inimigos, para mostrar que não existem peitos mais desassombrados que os dos portugueses. Passa depois ao *topos* do *iustum*, recordando que os cambaicos foram os *quebrantadores da paz*. Prossegue, dizendo que, embora o Inverno impeça a vinda de ajuda, não faltará o favor de *Deus justicioso*, porque eles defendem a lei verdadeira enquanto os mouros pelejam pela falsidade.

A *perorotio* explana o *topos* do *honestum et dignum*, como sucede na maior parte dos casos. Inicia-se por um novo vocativo, (*Por isso, ó Portuguezes dignos de immortal nome*) que tem a finalidade de os chamar para a prática de feitos valorosos, dignos da fama portuguesa. E neste aspecto, Mascarenhas, procura, astutamente, levar os seus combatentes a superarem a fama dos portugueses que estrondosa e milagrosamente sustiveram o ataque àquela fortaleza no cerco de 1538, nomeadamente a derrota que então infligiram à assombrosa armada turca nunca antes vista na Europa. Temos aqui o desejo de *aemulatio* provocado por uma *amplificatio*:

«**pondo os olhos em Deos**, que tendes brando, e benigno, e depois nos feitos de vossos antepassados, **e nas grandes proezas, e cavallerias, que nossos parentes, e amigos ha bem poucos annos obraram neste lugar**, onde alcançaram victorias, que pareciam milagrosas, destes, e de outros inimigos mais poderosos, **e de huma Armada, que pudéra assombrar a toda a Europa se lá passára**, pera assi vos accenderdes no desejo de vos igualardes com elles, e alcançardes a fama que elles alcançaram».⁵⁸⁹

Fernando Oliveira⁵⁹⁰ faculta-nos uma arenga de D. Afonso Henriques ao seu exército (T2), enunciada antes da Batalha de Ourique, que apresenta, no seu exórdio uma similitude com a anterior arenga de D. João de Mascarenhas. De facto, no *exordium*, iniciado por um vocativo (*Nobres cavaleiros e fidalgos portugueses meus amigos*), em que o orador classifica os receptores não só como combatentes, mas também como amigos, volta a surgir o tópico da escusa de arengar diante de combatentes, por natureza, esforçados. O rei, em todo o caso, sabendo que em matéria de luta contra os mouros, as suas tropas não necessitam de *admoestações*, não deixa de cumprir o seu *ofício*, porque *na mão e vontade de Deus e não na multidão está a vitória das batalhas*. Esta estratégia visa, pois, obrigar os ouvintes a demonstrar a confiança que neles é posta. De maneira que o orador insiste no seu ofício de exortar, justificando-se com o tema da sua alocução: a vitória está na mão de Deus e não na multidão dos exércitos.

Em toda a *tratactio* da exortação, o monarca desenvolve o mesmo tipo de argumentação: apresentar uma série de *exempla* bíblicos em que ficou patente que a vitória se deveu à intervenção de Deus que derrotou grandes exércitos: *E Judas Macabeu com três mil venceu quarenta mil*. Do mesmo modo, ser-lhes-á também, com a ajuda de Deus, fácil vencer os exércitos de cinco reis mouros, porque lutam em nome e por amor de Deus e para defenderem as suas terras e dos seus amigos (*iustum*).

Na *peroratio*, insiste que Deus os ajudará na sua causa. Mas para que Deus não se afaste dessa misericórdia, o rei manda que se confessem todos os que sentirem necessidade disso, porque, na manhã seguinte, a batalha será travada. Aqui temos a renovação das guerras de cruzada tão populares durante a Idade Média.

Alcançar a benevolência do auditório passa também por, no *exordium*, o orador rememorar as façanhas alcançadas pelos antepassados dos ouvintes e dos próprios leitores. Isso faz Fernando de Castro aos soldados do segundo cerco de Diu. Trata-se de uma arenga em latim, em estilo indirecto, e que apesar de tudo, apresenta a estrutura que temos estado a apresentar. Assim, no *exordium*, Castro recorda as façanhas alcançadas

⁵⁸⁹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

⁵⁹⁰ Fernando de Oliveira, *História de Portugal*, Liv. III, Cap. V.

pelos portugueses em África e na Ásia, mas vinca, para emocionar, sobretudo as vitórias individuais de alguns, amplificando-as ao ponto de dizer que dizimaram esquadões inteiros.

hortando, praeparat: rerum praeclare gestarum a maioribus in India et Africa commemoratione accendit, parva saepe manu hostium numerosos exercitus fusos ac fugatos, oppida capta, **unumquemque praesentium sui privatim decoris ac rerum per tot menses, quibus obsessi fuerunt, gestarum admonet; neminem esse omnium qui non eo tempore decem aut plures hostium occiderit, esse nonnullos, qui totas a se cohortes extinctas merito gloriari possint...**⁵⁹¹

com a evocação dos gloriosos feitos alcançados na Índia e em África pelos seus antepassados - os numerosos exércitos desbaratados e postos em fuga, vezes sem conta, por um punhado de guerreiros, as cidades conquistadas, relembra aos presentes a glória de cada um deles e os feitos alcançados ao longo de tantos meses em que estiveram sujeitos ao cerco; de entre todos não havia nenhum que não tivesse abatido, no decurso desse tempo, dez ou mais inimigos, que alguns havia que podiam, com justiça, orgulhar-se de por si terem sido dizimados esquadões inteiros...

Já na *tractatio*, o orador foca-se no costumado apoio divino, para terminar o discurso, a *peroratio*, exortando para a valentia e bravura dos soldados:

ea praefecti sapientia ac diligentia provisa, itaque in hoc proelio, quod ultimum futurum esset, eum quem superioribus diebus animum praestitissent, praestare debere, semperque illud secum cogitent, fortissimum quemque tutissimum esse.

e assim, nesta batalha, que havia de ser a derradeira, aquela coragem de que haviam dado mostras nos dias precedentes, dela deveriam dar mostras, que tivessem sempre presente nos seus pensamentos que todo o que for o mais valoroso, esse será o mais seguro.

Pelo exposto, já nos é possível adiantar que as arengas mais extensas e sobretudo em estilo directo apresentam uma *dispositio* tripartida composta por *exordium*, *tractatio* e *peroratio*, cumprindo, cada um, a respectiva finalidade de *delectare*, *docere* e *mouere*. Para não nos repetirmos em vão, a partir de agora traremos aqui à colação, um *exordium*, uma *tractatio* ou uma *peroratio* que, pelo seu conteúdo inesperado, se afaste do que temos apresentado até agora.

Se nos dois *exordia* anteriores se repetia o tópico da escusa de exortação, particularmente no segundo, em que a justificação para o facto advinha do inimigo ser mouro, agora temos um *exordium* em que esse tópico tem uma nova cambiente. Assim, na guerra civil entre Mulei-Hamet e Mulei-Maluco, este último, já no campo de batalha (T3), profere aos seus uma longa exortação. No exórdio, Maluco declara que se o

⁵⁹¹ Diogo de Teive, *Commentarius*..., 84.

inimigo fosse cristão ou contra outros estrangeiros recorreria ao antigo costume de os capitães exortarem os seus exércitos, uma vez que o semblante carregado do auditório mostrava desconfiança na vitória:

«se esta batalha, (...) fora contra cristãos, ou contra outros estrangeiros, correria-me muito usar do antigo costume, que todos os capitães tem de exercitar e persuadir seus soldados a esforço pera pelejar, porque o esforço que vos enxergo nesses rostos confiados e chãos de furor, e nesses ameaçadores braços, me fizera parecer desconfiado da victoria»;⁵⁹²

Porém, como a guerra é civil, declara Maluco, e travada em consanguinidade, procura demonstrar que apenas vem tomar posse do que, justa e legalmente, lhe pertence.

O seu opositor, Mulei-Hamet, após uma primeira derrota, reúne novamente as tropas e, já no campo de batalha, profere uma exortação (T3), com um exórdio verdadeiramente surpreendente em termos retóricos. Com efeito, no próprio *exordium*, o orador declara que vai fazer uma fala diferente, em matéria e na forma, daquela que têm por costume usar os grandes capitães (*Hoje me he necessario, esforçados cavalleiros fazer-vos huma falla por diferente maneira e diferente materia do que atégora se usou entre os grandes e illustres capitaens;*). Na verdade, prossegue, esses, para alcançarem as vitórias desejadas, esforçavam os seus soldados valiam-se de todas as palavras e de até de affectos fingidos, para mover uns à ferocidade e outros a perderem o medo:

«porque, como elles pera alcançar victorias pertendidas, tivessem necessidade de esforço em seus soldados, todas as palavras que buscavaõ e os affectos que fingiaõ era mover huns a ferocidade e outros a perder o medo».

Este exórdio é, em matéria de teorização retórica, o mais importante do *corpus*. Em nenhum outro se define tão bem o valor da retórica e a essência da arenga militar. Repare-se que a finalidade da arenga militar é despertar uns soldados para guerra e afastar, de outros, o medo da mesma. Já o meio para se lograr esse objectivo passa por recorrer a todas as palavras, pois todas podem ser potenciais aliadas nesse processo de convencimento, assim como passa pela manifestação de affectos fingidos. Ou seja, quando nos exórdios, os oradores chamam os soldados de amigos ou que são valorosos e valentes, tudo pode não passar de uma estratégia retórica para captar a benevolência

⁵⁹² António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

dos ouvintes. Ora, esse pensamento enquadra-se perfeitamente com o que Fernando Oliveira, na *Arte da Guerra do Mar*, faz a propósito da arenga militar, integrando-a no capítulo em que trata, de uma forma geral, dos ardis e manhas que convém ter na guerra.

Mas, regressando, à arenga de Mulei-Hamet, depois de ter dito que vai proceder de maneira diferente do que habitualmente fazem os capitães nestes contextos, anuncia:

«...mas o que quero pedir-vos he a **compaixão de hum rei mofino**, pera me não desacompanhardes posto em estado infelice, privado de parte de meus reinos, e arriscado a os perder todos hoje neste dia;»

Ou seja, para captar a adesão das tropas para aquela batalha, em vez de os esforçar para esse fim, a estratégia é despertar-lhes a *pietas*, a compaixão para com um rei desapossado do seu reino e perseguido pela má sorte militar. Segundo ele, sentindo comisseração pelo seu líder, mas facilmente as tropas lutariam para lhe devolverem a sorte e o reino usurpados. Este é um tópico inovador no *corpus*, mas que encontra abrigo teórico na *Rhét Her.* (1.5). Aqui se diz que conseguimos o favor do auditório, falando-lhe de nós mesmos, da nossa pobreza ou da nossa desgraça, vincando que só nos ouvintes depositamos a esperança.

Se entretanto passarmos para a *peroratio*, o apelo para a compaixão volta a ser claramente expresso. Acrescenta que, vença ou perca a batalha, será sempre um perdedor, porque uns e outros são seus vassalos:

«Não cuideis que he de animo fraco **pedir-vos compaixão** de mim pois a qualquer parte parte destes exercitos que se a victoria inclinar, eu ficarei assas perdido e vencido, pois, á força, huns e outros são meus vassallos e filhos, que muito amo. Mulei-Maluco ficará vencedor, com o pouco amor dos que o seguem, e muito ódio dos que o offendem».⁵⁹³

Também na *Rhét Her.* (2. 31.50), o autor aponta que, na *peroratio*, se pode apelar para a misericórdia dos ouvintes, quando nos encomendamos à sua compaixão ou se descrevemos as desgraças que recairão sobre os nossos parentes por força do nosso infortúnio, que é afinal o que sucederá, porque daquela contenda sempre correrá sangue.

Ao longo desta investigação, tecemos várias considerações à sapiência militar e retórica de António Vaena e que, num futuro próximo mereceria um estudo focalizado.

Já por diversas vezes, aludimos ao tópico da escusa de arengar, que apesar de tudo, se consubstancia num discurso. Trata-se de um tópico corrente já na historiografia

⁵⁹³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX.

antiga, sendo, provavelmente, Tito Lívio, o historiador latino que mais a ele recorre.⁵⁹⁴ A ele voltamos numa arenga que consta do poema épico de Francisco de Andrade. Voltamos porque, como temos vindo a assistir, o tópico dá para ser modelado de maneiras diferentes, adaptando-se a novos contextos narrativos. Agora temos uma arenga (T3) de um capitão mogor, Mirizam, antes de enfrentar o exército cambaico.

No *exordium* da alocução declara que, embora o contexto preciso em que está urja uma exortação, com os exércitos inimigos à vista, em todo o caso, em vez de os animar, teme, se insistir na exortação, anojá-los, pois quem com razões desperta o forte, com as mesmas razões pode ofendê-lo:

«O tempo, a conjunção, e esses armados
Imigos que ala vedes esperarvos,
Me pediam que aqui (fortes soldados)
Tempo, e palavras gaste ã animarvos
Nem foram sem razão ambos gastados
Mas em vez d'animar temo anojarvos,
Porque quem com rezões o forte acende
Cõ as mesmas rezões o anoja e ofende».⁵⁹⁵

De facto, o orador renuncia a qualquer tipo de elogio inicial, porque o auditório está suficientemente motivado e bravo para enfrentar a batalha. Contudo, não se escusa de prosseguir o discurso, entrando na *tractatio* por recordar as cobardias antigas do inimigo.

Como ficou patente ao longo destas breves páginas, algumas alocuções apresentam uma *dispositio* tripartida (*exordium*, *tractatio* e *peroratio*), que, em todo o caso, será sempre inferior ao número das alocuções em que tal não se verifica. Assim, podemos encontrar esta *dispositio* em algumas arengas de T1, T2 e T3, uma vez que são as mais extensas e aquelas em que o contexto narrativo (antes das batalhas) permite um aprofundamento retórico tanto da *dispositio* como da *argumentatio*. Um segundo requisito para que tal suceda, é que para além da extensão, estejam expressas em estilo directo, ainda que, e apesar disso, não seja suficiente. De maneira que, a divisão tripartida tem alta probabilidade de ser identificada nos primeiros três tipos de arengas, sejam expressas em discurso directo e sejam proferidas antes de batalhas cruciais para o

⁵⁹⁴ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 310).

⁵⁹⁵ Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto IX.

futuro da nação do orador. São, portanto, os momentos mais solenes, em que o narrador procura, por meio da arenga, explica o passado e antecipa os acontecimentos futuros.

Na verdade, nas arengas de T1, T2 e T3 expressas em estilo indirecto e como é próprio deste estilo, o narrador não só se apropria do discurso, como focaliza apenas aqueles argumentos que interessam ao seu objectivo narrativo. Veja-se esse procedimento numa arenga de Nuno da Cunha (T1) em estilo indirecto, reduzida ao essencial:

E chamando os capitães a conselho, lhes disse, **que elle estava determinado de dar naquella ilha, e meter todos os que nella estivessem à espada, assi pera terror e espanto dos de Dyo, (porque não aguardassem a experimentar outra tal crueza, e lhes dessem s fortaleza livremente) como pera terem menos aquelles dous mil homens que erão os escolhidos de Cambaya; que forçado avião de ir socorrer Melique Tocão, e era bom não lhe deixar nas costas aquelle socorro.** Aos capitães lhes pareceo bem esta determinação (que foi causa de se perder a empreza de Dyo, porque se logo cometerão sem duvida o tomara.) O Governador mandou logo rodear a ilha pellos navios ligeiros, porque se não saíssem d'ella.⁵⁹⁶

Por outro lado, as arengas de T4 e T5, por estarem inseridas em contextos já de imersão na batalha, são muito breves e estão reduzidas à formulação de um ou dois tópicos exortativos. Em todo o caso, é sempre possível ver nelas um breve exórdio constituído por uma interjeição e um vocativo, seguido da exposição do tópico de apelo à luta e/ou à valentia, como se observa nesta arenga de Simão de Brito:

Vendo Simão de Brito tão supita, e desordenada mudança nos seus, tirou o murrião da cabeça, e como doudo de ver aquelle desmancho, começou a gritar: «**Ah Senhores Fidalgos, e Cavalleiros,** como assim quereis perder huma honra, que tendes ganhado á força de vossos braços? Como assim quereis desamparar estas cans?» E com huma desesperada determinação se arremeçou entre os Mouros...».⁵⁹⁷

Relativamente às arengas de T6, admitimos que a *dispositio* proposta possa ser aplicada, ainda que no corpus não ocorra nenhum *exemplum*.

⁵⁹⁶ Diogo do Couto, Década IV da *Ásia*, Liv. VII, Cap. II

⁵⁹⁷ Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. IX, Cap. I

4. CONCLUSÃO

Por tudo o que foi dito, sobre a *dispositio* dos discursos, podemos concluir que o seu maior ou menor grau de formalização está dependente do contexto narrativo em que é inserida a alocução, particularmente a iminência da batalha e importância que a mesma tem para o devir da narrativa dos feitos, bem como do estilo discursivo empregado. De facto, em arengas prévias a acontecimentos decisivos da história (T1, T2 e T3) os historiadores, para explicarem os antecedentes e os consequentes, como para aumentarem a intensidade dramática da sua narrativa, optam por colocar na boca de um protagonista, um discurso em estilo directo, com uma *dispositio* interna de acordo com as regras da retórica: *exordium*, *tractatio* e *peroratio*, que respondem, respectivamente, às funções de *delectare*, *docere* e *mouere*.

Dentro de cada uma dessas partes, vimos que a estratégia retórica mais utilizada pelos oradores, no *exordium*, para captarem a simpatia dos ouvintes foi o elogio do valor, de tal maneira que esta dava lugar ao tópico recorrente de escusa de arengar, que nunca se concretizava. Já na *tractatio*, de que resumidamente falámos por se tratar de assunto que interessa ao capítulo seguinte, podemos verificar que o *topos* do *iustum* é nuclear. Finalmente, ficou igualmente patente o empenho que os oradores colocam na última parte dos discursos, *peroratio*, uma vez que estas palavras, por serem as últimas a serem ouvidas, serão também as mais lembradas. A estratégia retórica mais comum é a *amplificatio*, baseada no *topos* do *honestum et dignum*, nomeadamente quando o orador anuncia que, em caso de vitória, adquirirão uma fama e uma reputação globais.

Uma nota ainda para António Vaena que definiu a importância da retórica no convencimento dos soldados, vincando que todas as palavras são úteis para essa finalidade, independentemente de corresponderem a um sentimento, à voz do coração.

VII. ARGUMENTATIO

1. INTRODUÇÃO

Ao longo deste capítulo procederemos à análise dos diferentes *topoi* retóricos (os *teliká kefálaia* ou *capitula finalia*) que cada uma das linhas argumentativas, a didáctico-instrutiva e a exortativa, desenvolve. Recordemos, entretanto, que com este termo,

atestigado a partir da época imperial, los rétores aluden a una serie de “encabezamientos” que conciernen a la finalidad (*télos*) a los actos, lo que, en principio, permiten evaluar si una acción propuesta está bien fundada o no.⁵⁹⁸

Neste sentido, destacam-se quatro núcleos argumentativos: o orador há-de demonstrar que a acção que pretende levar a cabo é justa (*iustum*), útil (*utile*) uma vez que satisfaz uns interesses e evita consequências nefastas, é possível (*possibile*) de ser realizada, além de ser honrosa (*dignum*). A estes quatro, pode ainda acrescentar-se um tópico muito frequente na historiografia greco-latina, que adverte para as terríveis consequências da derrota (*ekbesómenon*). Começemos então pela linha didáctico-instrutiva.

2. LINHA DIDÁCTICO-INSTRUTIVA (*DIDACHÉ*)

A designação de linha didáctico-instrutiva deriva do facto de nela o capitão expor o plano estratégico-táctico a executar na batalha que se há-de seguir. É certo que ao receber o plano estratégico do combate, a assembleia de capitães e/ou de soldados recebe já uma mensagem clara de motivação, contudo, se atendermos ao termo original com que Tucídides denominou esta parte da arenga, *didaché*, divisaremos que nela estão implicadas as ideias de “instruir” e de “recordar”. Significa então que o chefe militar há-de, não só instruir taticamente as suas tropas para a batalha, como deverá enaltecer os motivos favorecedores de ânimo, a fim de inspirar nos homens a confiança necessária para enfrentarem o inimigo. Com este fim, há-de recordar-lhes, por exemplo, o comportamento digno dos antepassados, convertido em modelo de imitação e também de emulação, além de outros *topoi* retóricos a que pode recorrer para gerar confiança nuns e

⁵⁹⁸ IGLESIAS ZOIDO (2008:8).

afastar o medo de outros. Por tudo isto, se entende que a instrução ministrada pelo capitão não pode ser reduzida a uma fria operação intelectual, mas, deve ser, sobretudo um exercício emocional.⁵⁹⁹

Voltemos, por instantes, ao capítulo IV da *Arte da Guerra*⁶⁰⁰ de Maquiavel, para escutar as palavras de Fabrício. Declara este ao seu interlocutor, Zanobi, que sem saber falar a todo o exército, um general dificilmente pode alcançar coisa boa. Ilustra a sua tese, com o exemplo de Alexandre Magno, que insistentemente arengava publicamente ao seu exército. De facto, acrescenta o orador, é por meio das palavras que se apagam ou se incendiam as paixões humanas, de modo que, saber pronunciar arengas e acostumar o seu exército a ouvi-las, são deveres fundamentais de um general.

Ora, decorre do acima exposto que, no âmbito da retórica militar, as arengas proferidas diante de uma assembleia de tropas, se assumem como o momento exortativo por excelência, uma vez que esta é a ocasião em que, segundo o mesmo Fabrício, o general pode convencer a totalidade do exército, pois a sua voz, ao alcançar os ouvidos de todos os soldados, pode reprimir-lhes ou incendiar-lhes as vontades. Nesse sentido, a selecção dos *topoi* retóricos é altamente orientada para o exacerbar dos ânimos dos soldados, a fim de que, tomados por uma quase irracionalidade, enfrentem intrepidamente o inimigo e a iminência da morte, como o demonstra o *engarce* que se segue à arenga de D. João de Mascarenhas, antes da abertura das hostilidades do segundo cerco de Diu:

Acabada esta falla, todos com os corações mui determinados, e **desejosos de se verem já ás mãos com os inimigos**, lhe responderam, que todos **estavam alvoroçados pera desenganarem aquelles barbaros**; e que em quanto os elle governasse os estimavam poucos⁶⁰¹ (...)

Serve este razoado para recordar que as arengas T2 são as que apresentam a linha didáctica mais extensa de todos os tipos de discursos, uma vez que, ao serem proferidas para a totalidade do exército ou da companhia, o orador recorrerá ao maior número de tópicos retóricos para seduzir o auditório para a sua causa.

Mais condensadas são as arengas de T1, até porque o objectivo não é mesmo das alocações do tipo anterior, ainda que a componente instrutiva esteja bem definida, pois nela se dá conhecimento de uma decisão e se expõe o plano táctico a executar, que será depois transmitido pela cadeia de comando às respectivas companhias.

⁵⁹⁹ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008a: 246).

⁶⁰⁰ Cf. Nicolás Maquiavelo, *El Arte de la Guerra*, 90.

⁶⁰¹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

Finalmente, as arengas T3 podem ser divididas em dois grupos: por um lado, temos alocações que, fortemente enformadas pelos influxos da retórica, apresentam as componentes instrutiva e exortativa, bem definidas. São, portanto, os discursos de maior extensão. Do outro lado, temos discursos breves, de forte conteúdo parenético, constituídos unicamente pela componente exortativa.

Em suma, os *topoi* retóricos que a seguir analisamos ao pormenor provém dos tipos discursos que apresentam, bem definida a linha didáctico-instrutiva, ou seja as arengas T1, T2 e T3, aquelas em que a parte explicativa da arenga desempenha um papel decisivo na vitória de um exército, porquanto infunde confiança nas tropas e previne comportamentos temerários.

2.1. A VITÓRIA É POSSÍVEL E ESTÁ AO ALCANCE DA MÃO (*possibile et facile*)

Intimamente vinculado e depende da planificação e da estratégia da batalha encontra-se, na argumentação de uma arenga, o tópico de que a vitória é possível e está ao alcance da mão. Sendo um dos tópicos mais repetidos da historiografia greco-latina, é-o igualmente na historiografia portuguesa. De facto, o “possível” tem uma grande expressão na retórica militar portuguesa de quinhentos, uma vez que os capitães viam, neste tópico da esperança, uma forma de compensar a distância da pátria, a exiguidade e o isolamento a que os exércitos ou armadas portuguesas estavam votados. Era necessário inculcar nos soldados que, apesar de todas as dificuldades, um punhado de homens determinados e organizados podiam vencer uma aliança de inimigos a que por vezes se juntavam também os elementos da natureza. É, também, com este tópico que são iniciadas muitas das alocações militares e, por consequência, as respectivas componentes didácticas. Deste modo, os oradores reconhecem nele um forte aliado para gerar confiança nas tropas e um poderoso antídoto contra o medo instalado em determinados sectores do exército.

Do ponto de vista retórico, aplicado à arenga, o *topos* ou *encabezamiento*⁶⁰² do “possível” evidencia-se numa pluralidade de lugares-comuns, que a seguir analisaremos individualmente.

a. **Diante de experimentados e briosos soldados, não há necessidade de exortação.** Ligado à planificação estratégica da batalha, o tópico de que a vitória é

⁶⁰² IGLESIAS ZOIDO (2008a: 244).

possível e está ao alcance da mão desempenha, como dissemos, um papel cimeiro na retórica militar historiográfica. Sucede, porém, que, em algumas arengas e logo no seu *exordium*, os oradores se mostram retoricamente tão confiados em alcançar a vitória, que afirmam não ser necessária nenhuma exortação. Assim, perante um auditório experimentado, o orador declara que não há necessidade de o esforçar. Apesar de tudo, o mesmo orador não se exime de proferir a arenga de maneira a que os ouvintes se sintam obrigados a demonstrar a confiança neles depositada. A verdade é que as palavras são a razão de ser desta arte. Trata-se de um tópico que conta com uma larga tradição historiográfica, surgindo com muita frequência, por exemplo, em Tito Lívio.⁶⁰³ Na senda dessa tradição, um homem douto e também experimentado como era Duarte Galvão, deixou um eloquente exemplo. Nas vésperas de uma batalha com os mouros em Sevilha, o ainda infante D. Sancho I, filho do rei fundador, declara (T1) aos seus comandantes que se ocupem de gizar a estratégia de luta para o dia seguinte, pois ele, jovem infante não via necessidade de exortar homens tão experimentados que já haviam acompanhado o pai em tantas lutas. Na verdade, era mais justo que ele, imberbe, recebesse animo dos mais velhos do que o contrário:

(...) e com muito prazer ordenemos, como logo de manhã vamos a elles, e assi a ordenança que a nossa gente hade levar, **que do mais hei por mui escuzado dizer-vos nada do que cada um hade fazer, nem meter-vos esforço para esso, conhecendo-vos que sois tais, e que sabeis tanto de honra, e cavallaria exercitados em muitas peleijas, e batalhas, e grandes vencimentos com El-Rei meu Senhor, e pai, que soies mais para dar desso ensino e esforço, que toma-lo de ninguem**».⁶⁰⁴

A realidade, contudo, demonstra que D. Sancho acabou por continuar o seu discurso, lembrando-lhes, entre outros argumentos, que pelejavam por Cristo e que a ausência de D. Afonso Henriques não obstasse a que eles, todos, continuassem a ser bons cavaleiros.

No seu poema heróico, Cataldo faculta-nos uma arenga (T2) de D. Afonso V, em cujo *exordium*, o monarca se interroga sobre a mais-valia de uma exortação a combatentes que, no passado, nunca hesitaram dar a vida pelo seu rei:

Rex licet ardentis omnes fortesque videret,
Et licet hortatu consortum nullus egeret,
Attamen haec placido voluit mitissimus ore

⁶⁰³ HARTO TRUJILLO (2008: 310).

⁶⁰⁴ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. LI.

Pauca loqui, magis armaret quo in proelia cunctos:

«O quid ego, socii, **quid vos exhorter ad arma?**

Si pro me primis animam diffundere ab annis

Nom renuistis? Amor iam pridem cognitus imo

Vester inest animo, proprios e corpore natos

Esse meos volui. (...)»⁶⁰⁵

O Rei, embora visse em todos entusiasmo e coragem e nenhum deles precisasse de incitamentos dos companheiros, todavia, com extrema afeição, tais palavras quis da plácida boca dizer, em termos breves, para mais os armar a todos para os combates: «Porquê, caros companheiros? Porque hei-de eu exortar-vos a combater, se não recusastes, desde a minha infância, dar a vida por mim? O amor que em vós sempre conheci está no fundo do vosso coração e os filhos que vos pertencem sempre lhes quis como meus.»

Também D. João de Mascarenhas, capitão de Diu, conhecia as regras da retórica:

Bem pudera, muito valorosos Capitães, e esforçados cavalleiros, escusar de fazer estas lembranças; porque a quem tem tantas obrigações pera tudo, nenhuma cousa os move mais, que o sangue, a opinião, e a honra, assi particular de cada hum, como em geral desta nossa nação Portuguesa, que todos tanto desejamos conservar; **mas satisfaço nisto a minha obrigação pelas muitas que carregão sobre mim, como homem que ha de dar conta desta fortaleza,** que eu pertendo defender com tão valorosos companheiros, não só a todo o poder d'ElRey de Cambaya, mas ainda ao do grão Turco, se com elle se ajuntar.⁶⁰⁶

Já numa batalha contra os cambaicos, o chefe mongol, Mirazim, no proémio do seu discurso (T2), declara mesmo ser contraproducente animar os fortes, porque, como ele diz, as mesmas razões que servem para os *acender*, podem igualmente contribuir para os anojar e ofender:

«O tempo, a conjunção, e esses armados
Imigos que ala vedes esperarvos,
Me pediam que aqui (fortes soldados)
Tempo, e palavras gaste ã animarvos
Nem foram sem razão ambos gastados
Mas em vez d'animar temo anojarvos,
Porque quem com rezões o forte acende
Cõ as mesmas rezões o anoja e ofende.»⁶⁰⁷

b. **O elogio das virtudes guerreiras.** Muito próximo do anterior, situa-se o tópico do elogio das virtudes guerreiras dos combatentes. Assim, a fim de incutir confiança nos seus homens, o orador pode iniciar o seu discurso, elogiando as virtudes guerreiras dos homens que comanda. É uma forma de captar a atenção do auditório para o discurso que agora vai efectivamente pronunciar e de o mover para a finalidade pretendida. Como é

⁶⁰⁵ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 282-290

⁶⁰⁶ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. I, Cap. VI.

⁶⁰⁷ Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto IX.

bom de ver, se o capitão-orador elogia os seus soldados, fá-lo evidenciando disposições ou habilidades fundamentais para o exercício da guerra, que, no seu entender, tornam mais fácil a consecução da vitória. Um desses elogios, retoricamente mais bem conseguido, feito às tropas, é proferido por D. Afonso Henriques, o rei fundador. Embora necessitasse de mais tropas para tomar Santarém aos mouros, o rei diz aos seus homens (T2) que os escolheu a eles e não outros, porque sempre lhe foram leais e a confiança na guerra é um bem inestimável. Esta prova de confiança leva-o a acreditar que objectivo daquela incursão, já está antecipadamente alcançado:

(...) e ainda que parece necessário chamar mais gente para isso, e seja certo que me viera de mui boa vontade, porém não quis, **nem escolhi mais que vós soes**, em que sempre puz, e ponho meus conselhos, e fadigas, e cuja lealdade, e valentia, em muitos perigos meus conhecida me deu sempre de vós, tal, e tão firme confiança, que com a graça de Deos, ei já por feito o que vimos a fazer, alem desto vejo em vossos gestos, e continências não menos sentirdes, e dezejardes, esta couza que eu mesmo (...).⁶⁰⁸

Atente-se, agora, na proposta de inversão de emissor/receptor que é proposta pelo Infante D. Sancho. Diante de tão bons e experimentados cavaleiros (T2) mais cumpria ser ele, imberde lidador, esforçado por tão ilustres combatentes, do que o contrário:

(...) dizendolhes **que elles erão taes, e tam bõos cavalleiros, e tinhão tanto exercício na guerra**, que mais se esperava animarem a elle por sua menos idade e experiencia, que esperarem que elle lhes trouxesse aa memoria o que lhes compria para acometterem aquelle feito, que nas mãos tinhão.⁶⁰⁹

No poema *Arcitinge* de Cataldo Sículo, o poeta coloca na boca de D. Afonso V uma arenga (T1) que se inicia justamente por um elogio da valentia e da coragem dos capitães que integram as campanhas de Arzila e Tânger. Diz o monarca, em tom amplificado, que com tais combatentes não teme as armas de poderoso algum e seria capaz mesmo de enfrentar qualquer perigo na terra, tal é a confiança que tem nos seus companheiros. É, provavelmente, o elogio mais grandiloquente da literatura portuguesa renascentista:

«Vidi iampridem vestrae observantia mentis
In me quanta foret, **vidi rigidissima bello**
Pectora, novi animos extrema et ad ardua fortes.
Vos ego multarum per taetra pericula rerum

⁶⁰⁸ Duarte Galvão, *Crónica do príncipe D. Afonso Henriques*, Cap. XXX.

⁶⁰⁹ Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom Afonso Henriques*.

**Expertus totiens, nullorum tela potentum,
Crudelesve minas aut horrida tela vererer.
Quinetiam auderem terris quodcumque pericli,
Tantum nos animi movit fiducia notis».**⁶¹⁰

Vi há muito como era grande o respeito que tínheis por mim, vi os vossos corações corajosíssimos na guerra, conheço o vosso ânimo forte no que é extremo e difícil. Tendo-vos experimentado tantas vezes no meio de situações negras, eu não temeria os dardos de poderoso algum ou as suas ameaças cruéis ou os seus ataques de meter medo. Pelo contrário, eu ousaria afrontar na terra não importa que perigo, tanto me persuade a confiança numa coragem conhecida.

D. Sebastião traça também um rasgado elogio (T1) aos seus coronéis e fidalgos. Declara o jovem monarca que está ansioso por os ver pelejar com os mouros e tirar a limpo aquilo que diz a *vox mundi*, que o mais famoso é o rei português, não pelos seus domínios, mas pelos seus ardidos cavaleiros. Tanto assim é, prossegue o rei, que os nomes de alguns desses são já conhecidos entre os mouros pelas façanhas alcançadas e pelos castigos que lhes infligiram nas partes da Índia. E para colocar ainda maior pressão nos seus homens, D. Sebastião declara, sapientemente, que os mouros sabem que ele, rei de Portugal, ali está para ver pelejar os cavaleiros portugueses, motivo pelo qual estes não-de exceder-se em bravura para lhe agradar, de tal maneira que os mouros, como medo, lhes não-de virar as costas. Ora, tal facto,

«(...) também vos lembro **que estou muito alvoroçado pera vos ver hoje pelejar, e gozar da opiniaõ que tenho ouvido das vossas façanhas, pelas quais, mais celebrado he o meu nome no mundo, em ser rei de taõ valerosos cavaleiros (que mais se podem chamar esquadroens de capitaens, que exercito de soldados) que ser senhor de grandes reinos e estados: e pois estes mouros vos sabem o nome a muitos, dos que aqui estais, pelas victorias que delles tendes havido, e os castigos que lhes tendes dado, e sabem os destes a outros nas partes da Índia, de cujo valor se tem tantas vezes espantado, agora que sabem eu vos venho ver pelejar, e folgareis de me agradar, estou mui certo que mui depressa nos haõde voltar as costas».**⁶¹¹

Surpreende neste passagem de António Vaena, o encadeamento e o desenvolvimento lógico das ideias, o conhecimento da psicologia dos soldados e da retórica militar precisa para motivar combatentes em situação de crise. Tal facto demonstra que Vaena alcançou a síntese renascentista, aliando a erudição à sabedoria de homem experimentado nos campos norte-africanos.

Para encerrar este tópico, D. João de Mascarenhas, depois de ter arengado longamente aos soldados de Diu e ao abordar o tópico da gesta dos antigos, declara aos

⁶¹⁰ Catado, *Arcitinge*, vv. 442-449.

⁶¹¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

seus que não lhes lembrará mais façanhas, porque lembranças só se fazem a descuidados e não a soldados prevenidos e preparados como eles estão:

(...) não faço muitas lembranças a Vossas Mercês do que eles fizeram em sua vida, porque lembranças não se fazem senão a descuidados e não aos que estão prevenidos e conformes, como eu sei que Vossas Mercês o estão.⁶¹²

c. **A vitória está ao alcance; as tropas não vão para uma luta suicida, mas existem fortes possibilidades de vitória.** Decorrente do lugar-comum anterior, o capitão-orador pode afirmar que a vitória está ao alcance ou está mesmo certa. Esta é também uma forma de incutir confiança no auditório, passando a mensagem às tropas de que não vão para uma luta suicida, mas de que existem fortes possibilidades de vitória. D. Sebastião inicia a sua arenga (T1) em Alcácer Quibir, afirmando que embora esteja confiado na vitória, entende que deve dar-lhes algumas palavras de orientação e de motivação, até porque, diz o rei, os sucessos da guerra estão dependentes da fortuna e às vezes os maiores desastres resultam de pormenores:

Ainda que eu estou confiado na victoria, que hoje espero em Deos haver destes bárbaros imigos, assim por nosso esforço o prometter, como o seu medo mo certificar, não deixo de cuidar estarem os sucessos da guerra mui sujeitos a mudanças improvisas, com que muitas vezes de pequenos erros nagem mui grandes desastres.⁶¹³

Por sua vez, António da Silveira, capitão-mor de Diu durante o primeiro cerco, declara que a sua confiança é tão grande em Nosso Senhor e nos capitães (T1) que o escutam, que, não só há-de defender a fortaleza daqueles infieis, como ainda os há-de desbaratar, de modo a alcançar uma ilustre vitória:

Eu de mī digo, que estou tão confiado em nosso Senhor, e nestes bōs desejos, e na companhia com que me acho, que tenho por muy certo, **que não somente avemos de defender esta fortaleza e estes infieys, mas ainda os avemos desbaratar e alcançar deles ilustre vitoria.**⁶¹⁴

É justamente pelo tópico da facilidade e crença na vitória que se inicia a arenga (T2) de D. João de Meneses aos duzentos cavaleiros que o acompanhavam nas areias do Norte de África:

⁶¹² Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

⁶¹³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

⁶¹⁴ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VIII, Cap. CXCIII.

Erant autem illi, quos tunc secum eduxit, equites viginti supra ducentos, quibus ubi commodum visum fuit, quid sui consilii esset, aperuit: **quam facile res fieri posset** (...).⁶¹⁵

Eram os que ele levou consigo acima de 220 cavaleiros, a quem, quando lhe pareceu acertado, descobriu qual era sua deliberação: quão factível era a empresa (...).

No mesmo âmbito, mas mais ricas, do ponto de vista literário, são as palavras do príncipe Afonso Henriques, antes da Batalha de Ourique. Diante de soldados (T2) cobertos de armas, exortou-os a envergarem também a armadura da fé e da esperança, pois assim a vitória seria certa: *E que como estavam vestidos de armas, se vestissem de fé, e de esperança, que lhes prometia terão **mui certa a victoria***.⁶¹⁶ Igual assertividade é pronunciada pelo Duque de Bragança à facção apoiante da causa do futuro D. Afonso V (T2), antes da tristemente célebre Batalha de Alfarrobeira: *E sabeis certo prazendo a Deus, **que a victoria é nossa sem algum vosso perigo***.⁶¹⁷

Para reforçar a confiança na vitória, o capitão-orador pode valer-se do argumento de que não é ele o comandante, mas sim Cristo. Com tão alto capitão, a vitória é certa, pois com um simples aceno – imagem bíblica amplamente popularizada pela historiografia – aniquila qualquer exército. O *topos* do *religiosum* alia-se, deste modo, ao do *possibile*. Assim, segundo Diogo de Teive, disseminava D. João de Mascarenhas a confiança junto dos combatentes da praça de Diu (T2):

Se non illis ducem datum, sed Christum immortalem et omnipotentem deum. Tanti ducis fiducia bene de victoria sperandum esse, qui nullo milite, nullis annis, sed solo ipso nutu, non modo exercitum illum, sed omnes mortalium vires posset superare;⁶¹⁸

Que não fora ele que lhes fora dado como chefe, mas sim Cristo, deus imortal e onipotente. Que força era ter esperança na vitória, em resultado da fé em tão alto capitão, que sem soldados, sem armas, antes apenas com um simples aceno, era capaz de levar de vencida não somente aquele exército, como, até, todas as forças dos mortais;

d. **Comportamento exemplar do capitão como factor de êxito.** Uma outra variante do *topos* do *possibile* relaciona-se com a afirmação das competências do capitão, ao nível da planificação militar, mas sobretudo da audácia, evidenciada, por vezes, em contraste com a do líder inimigo. Por exemplo, Francisco de Almeida, antes da célebre batalha naval de Diu, chamou os homens que faziam parte do conselho (T1) para ordenar como havia de ser aquela batalha com os turcos. Na alocução que preferiu, venceu a

⁶¹⁵ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber III.

⁶¹⁶ Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom Afonso Henriques*.

⁶¹⁷ Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, Cap. CII.

⁶¹⁸ Diogo de Teive, *Comentarius...*, 17.

importância que assumia para todos os portugueses aquela batalha e, ao terminar o seu discurso, inflamou os seus homens com a afirmação de que ele, Francisco de Almeida, seria o primeiro abalroar a capitania dos rumes: *E crede que em vencer estes vencemos toda a índia, porque toda ela tem sua esperança nestes, e eu espero de ser ho primeiro que va aferrar sua capitaina.*⁶¹⁹

Podemos dizer que, face à repetição da afirmação – *serei o primeiro* – do chefe militar, que esta se converteu numa autêntica fórmula literária no espaço literário português. De entre os muitos exemplos que aqui poderiam ser aduzidos, seleccionámos o exemplo que consideramos o mais dramático de todos, presente em Duarte Nunes de Leão. Nos campos de Aljubarrota, a hoste portuguesa confronta o condestável, Nuno Álvares Pereira, com o facto de o exército castelhano ser mais numeroso, mais bem provido de cavaleiros ilustres e de também integrar alguns portugueses que para aquele lado se haviam passado, como acontecera com alguns irmãos do próprio Nuno Álvares. O condestável para tudo tem resposta sábia e geradora de confiança. Ora, numa demonstração de patriotismo, declara aos soldados que, se eles o acompanharem, mesmo que no exército adversário viessem o seu pai e os seus irmãos contra a causa do Mestre de Avis, ele seria dos primeiros a ferir nos contrários e nos seus irmãos:

E que em verdade lhes jurava que, se seu proprio Pai ali viera, da mesma maneira fora contra elle por serviço do Mestre seu senhor; e que se elles naquella obra quizessem ser companheiros seus, **prometia ser dos primeiros**, que, ferisse nos contrários, e em seus irmãos.⁶²⁰

Mulei-Hamet, que disputa juridicamente o trono da Berbéria com o seu tio Mulei-Maluco, nos momentos prévios ao combate, declara aos seus soldados (T3) que entrará nesse recontro como um juiz e será o primeiro a arriscar a sua vida, empunhando não uma lança para os matar, mas sim meneando a vara da justiça para os castigar. Trata-se de uma bela imagem literária e que põe de manifesto a erudição do autor, António Vaena:

E porque sabeis que mais me movo a esta batalha como zelador da justiça, que autor da guerra, sendo eu amator da paz, **eu serei o primeiro que romperei aquelles esquadroens armados**, e me arriscarei no corpo da batalha, onde me vereis diante de vós, **naõ com a lança na mão pera matar meus vassallos, mas com vara de os castigar.**⁶²¹

⁶¹⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. XCIX.

⁶²⁰ Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom João I*, Cap. XXIII.

⁶²¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX.

Alimoxeera, um dos capitães deste Mulei-Hamet, invocando a ilegitimidade do Maluco e tomado de vingança, declara aos seus combatentes que lhe é penosa a exortação que lhes dirige, porque protela a execução do castigo que pretende infligir àqueles traidores. Por isso, mais do que com palavras, é com obras que ambiciona persuadi-los, afirmando ser o primeiro a tingir a lança com o sangue de tais tiranos:

Taõ salteado tenho o coração com estímulos de vingança, que estas palavras com que vos persuado me-são penosas por me dilatarem o tempo da execução do seu castigo: **por tanto não espereis vos persuada mais com palavras, senão com obras, pois haveis de ver a minha lança, primeiro que nenhum de vós, derramar o sangue destes tyranos (...).**⁶²²

Outra atitude pessoal que os chefes podem tomar para arrastarem as tropas para a luta, reside na asseveração de que não serão capitães à distância, mas companheiros de luta dos seus homens, assegurando que nunca os abandonarão. Assim, apesar de a historiografia coeva e também a actual se mostrar severa no julgamento que faz do rei D. Sebastião, por ter sepultado o destino de uma nação nas areias de Alcácer Quibir, a verdade é que o que lhe mingua na avaliação e percepção da realidade, lhe sobeja e muito em audácia e coragem. A arenga por ele proferida, revela um rei que não só exorta os receptores ao combate, mas também um monarca que se compromete a lutar junto dos seus, a enfrentar honradamente a morte para lhes salvar a integridade. É sabido que estas palavras têm um efeito poderoso no moral das tropas, pois vêem no rei um igual entre iguais. Esta imagem de D. Sebastião facultada por António Vaena corresponde ao ideal do bom general que fora cultivado na historiografia antiga, celebrizando, na circunstância, os heróis da Antiguidade. O rei português, de acordo, com as suas próprias palavras, ajusta-se e enquadra-se perfeitamente nessa tradição historiográfica:

(...) pois em empreza onde os mortos tem certa a gloria, e os vivos haõ-de alcançar eterna fama, tivera-vos eu muita inveja, **se nesta hora não fora vosso companheiro no perigo e na honra**, pera prova do qual, nesta forma, em que me vedes armado, **espero ser-vos igual na sorte**, e avantejado na alegria do comettimento: e certifico-vos que se me buscardes, vos hei-se apparecer diante de todos os esquadroens, e se me não achardes, entendei que andarei entre os imigos; por isso, **tende-me por companheiro fiel**, que tanto hei-de aventurar minha pessoa na conservaçaõ das vossas vidas, como por honra da victoria.⁶²³

⁶²² António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁶²³ António Vaena, *Crónica de El rei D. Sebastião*, Cap. LXIV.

Atente-se que só neste excerto a palavra *companheiro* surge duplamente, a que se acrescenta a referência à igualdade na fortuna, vocabulário que confirma a tenção do rei em participar com os seus na mesma aventura.

Com tais palavras, o rei cumpre os preceitos inerentes ao conceito do óptimo general, aquele que não só impele os soldados para a luta, mas que também se iguala à condição de soldado, lutando ao mesmo nível. Com estas palavras, as tropas ganham confiança, pois sentem que o capitão é o *primus inter pares*, estando ali para sofrer também as agruras da guerra. Eis, uma vez mais, D. Afonso V, nas campanhas de Arzila e de Tânger, anunciando, amplificada e dramaticamente, que morrerá junto dos seus (T3) e que nem na eternidade os abandonará:

Vobiscum moriar, vobiscum saecula ducam

Omnia, dum mites producent stamina Parcae.⁶²⁴

Morrerei convosco, ficarei convosco para a eternidade, enquanto as Parcas fizerem correr tranquilamente os fios.

É certamente uma arenga que reage aos influxos da tradição retórico-historiográfica.

e. Destacar a superioridade militar e estratégica e minimizar a do inimigo. O capitão pode encarecer junto dos seus homens, aspectos que lhes são favoráveis e que, do ponto de vista dos soldados, lhes podem facilitar a vitória. São os casos em que o capitão enaltece as virtuosidades do local do combate, a superioridade do equipamento bélico e humano ou outra qualquer vantagem inesperada. Assim, de acordo com João de Barros, Francisco de Almeida determinou que, depois de uma longa espera, tinha chegado a hora de atacar os rumes em Diu, porque, entre outras razões, o armamento e a gente fresca haviam chegado nas armadas vindas do reino, desejosa esta de praticar actos de bravura. Tudo isso aumentava as possibilidades de vitória (T1):

(...) temos já náos, temos armas, grande cópia de munições, e sobretudo temos por cõpanheiros esta fidalguia e nobreza de gente que ora vem fresca do reino; e o que eu mais estimo, é que cada hũ tem a sy mesmo, com vivo desejo pera totalmente apagar este nome de Rumes da boca dos mouros e gentio da India, com que nos querem afrontar.⁶²⁵

⁶²⁴ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 295-296.

⁶²⁵ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. III, Cap. III.

Recordando, agora, que os portugueses procediam a ataques a cidades costeiras a partir das embarcações, tanto o local de desembarque como as marés eram condições necessárias para que esses desembarques anfíbios se efectuassem. Por isso, se ouvem os capitães a afirmar que o local e o momento oferecem *boa desembarcação*. A nível de armamento, a força e o poder da artilharia portuguesa são uma das mais-valias a que muito recorrem os capitães para galvanizarem os seus homens. Já na historiografia antiga encontramos exemplos idênticos, salvaguardando as devidas diferenças tecnológicas. Veja-se o exemplo da guarnição portuguesa da fortaleza de Sofala, que, embora estivesse reduzida a poucos efectivos, o capitão, Pêro de Anaia, tentou passar aos soldados (T2) a ideia de que as tranqueiras e a artilharia de que dispunham eram suficientes para manterem os inimigos à distância. O capitão amplifica mesmo o poder de fogo português, declarando que um só tiro de artilharia equivalia a dois meses de ataques mouros. Quem não folgaria com essa certeza? Vejamos, então:

Porque posto que os inimigos sejam muytos e nos poucos e doentes **temos hũa tranqueyra muyto forte, e artilharia que abasta pera defender que não possam chegar a nos, e eles não a tem pera nos offender, nem tem com que se emparar dos nossos tiros, e mor dano lhe podemos fazer com hum soo de hũa vez que eles a nos em dous meses**, por isso não aja quẽ não folgue coesta afronta por mais fraco e doente que se ache.⁶²⁶

Além de invocarem o poderio bélico, os chefes militares costumam também alardear o número de efectivos militares de que dispõem, já que, mais homens, oferecem, em princípio, uma vantagem sobre o inimigo. Ora, enaltecer a superioridade portuguesa sobre os inimigos baseada apenas na aritmética dos soldados nunca é explorada nos discursos, simplesmente porque nunca existiu. Os capitães viam-se na contingência de apelarem para o valor dos seus homens ou para a superioridade das suas armas, particularmente da artilharia que apetrechava as naus portuguesas, nunca para o número dos seus homens. Quando muito essa superioridade é apenas vista como positiva apenas internamente. Expliquemo-nos. Francisco de Almeida, na arenga preparatória (T1), à batalha naval de Diu, cujos inimigos são os mesmos que haviam matado o seu primogénito, Lourenço de Almeida, encoraja os capitães a atacar os rumes. Na verdade, declara ele, se o seu filho, apesar de ter morrido, desbaratou a frota de Mirocem, mais razão têm eles agora, para vencerem os rumes, pois são o dobro dos combatentes de que dispusera D. Lourenço, posto que também o número dos inimigos agora também seja

⁶²⁶ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. XXX.

maior. Além do mais, acrescenta, há diferença entre atacar e ser atacado, há muita vantagem em ir cometer quem se preparava para nos atacar, pois a surpresa da acção esmorece-lhes os espíritos. Prova-se que a melhor defesa é o ataque:

(...) qual vos peço que vos não esqueça que de hũa vez com oyto navios desbaratou a Mirocem com toda sua frota, em que avia tanta gente como sabeys; e outra com sua não somente fez tamanha destruyçã na frota dos rumes como tendes sabido; e assi na de Meliquiaz, e que mais se perdeo pelo que mereci a Deos, que por valentia dos imigos; os quais posto que então fossem menos assi **passamos nos agora do dobro dos que meu filho tinha**. E tambem há muyta deferença de cometer e ser cometido; e mais cometermos aos questavão pera nos yr cometer, que sô isto abastara pera lhes quebrar os spiritos com a vitoria que trazemos de Dabul.⁶²⁷

Ora, a superioridade numérica, como se viu, pode também ser usada como uma real e efectiva possibilidade de vantagem no confronto com o inimigo, sempre que, de facto, ela exista. E existia, mas do lado muçulmano. Assim, a fim de se conjurarem todos os reis do Oriente contra os portugueses e de os expulsarem definitivamente da Índia, Moradecan, geral do exército do Idalcão, incitou todos os reis locais, numa mesquita, a unirem esforços a fim de reaverem as cidades conquistadas e o comércio arrebatado. Incitava-os a agirem, envergonhando-os pelo facto de serem senhores de uma potência capaz de conquistar o mundo e de terem exércitos numerosos, mas de não conseguirem expulsar os portugueses que não passavam de quatro homens dentro de uma casa:

(...) vos não atreveis com hũa potencia tamanha como tendes nesse campo como que podeis conquistar o mundo **e lançar fora de vossas casas quatro homens que assi são em comparação de vossos inumeraveis exércitos**.⁶²⁸

Vejamos agora o reverso da medalha. Se os líderes militares destacam os meios bélicos próprios, não se esquecem de, para motivar os seus soldados, diminuir o poderio dos inimigos. É o exemplo a arenga de D. João de Castro. Declara o herói aos soldados portugueses (T2) que, naquela guerra contra o rei de Cambaia, o único perigo residia nos aliados turcos, com os quais tinham de se empenhar, que, em todo o caso, não seriam mais que os portugueses. Vencidos aqueles, os indianos logo procurariam estabelecer acordos de submissão e protecção com os portugueses:

Quicquid enim apud eos virium est, in Turcarum auxiliis positum est; cum his solis, qui non multo plures sunt quam vos estis, de gloria certandum est; his profligatis, non multo facilius illi e Thracia et Macedonia auxilia accersent,

⁶²⁷ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. XCIX.

⁶²⁸ Diogo do Couto, *Década VIII da Ásia*, Liv. VI, Cap. II.

quam nos e Lusitania. Nam Asiae gentes quae in medio sunt positae, aut non multo Indis bellicosiores sunt, aut non minus quam nos Turcis infestae. Vulgus vero Indorum servituti assuetum, in praemium victori cedit.⁶²⁹

Pois todas as forças que possuem assentam na ajuda dos Turcos; é apenas contra estes, que não são muitos mais do que vós, que tendes de combater pela glória; depois de vencidos, não lhes será muito mais fácil obterem socorros da Trácia ou da Macedónia do que a nós de Portugal. Já que os povos da Ásia, que têm a sua morada de permeio, ou não são muito mais aguerridos do que os Indianos ou não são menos hostis aos Turcos do que nós. Antes o povo da Índia, acostumado à servidão, há-de submeter-se, como prémio, ao vencedor.

Repare-se que este mesmo tópico está presente na arenga do mesmo orador, mas agora no poema épico de Jerónimo Corte Real, facto que nos leva para a questão da circulação de discursos entre escritores e também para a reelaboração poética sobre obras históricas:

He que ficando agora vencedores,
(O que eu senhores tenho por muy certo
Pois que temos a Deus por nossa parte;)
Nunca mais os imigos teram forças
Para se levantar; **porque nos Turcos
Tem postas todas suas esperanças.**
Os quaes, inda que sam fortes, e destros,
Nam se igualam com vosco com gram parte;
**E sendo estes por vós aqui vencidos,
Serlhão tam dilatados os socorros,
Que de Tracia virám, ou Macedónia,
Como os que a nós nos vem da Lusitania.
A gente de Ásia he mais belicosa,
Que estes miseros Índios, e nam menos
He dos Turcos immiga que nós outros.
Pois o povo da Índia he costumado
A contino servir;**⁶³⁰

Minimizar as forças adversárias é o que faz também o Duque de Bragança, falando a propósito do exército que apoiava o Infante D. Pedro contra a causa do príncipe D. Afonso, antes da Batalha de Alfarrobeira. Diz o duque (T2) que eles eram poucos e vinham atemorizados: *E sabei certo prazendo a Deus, que a victoria é nossa sem algum vosso perigo; porque a gente do Infante é pouca para a nossa, e vem estrangida e cortada toda de temor.*⁶³¹

Queremos no entanto, trazer aqui à colação, aqueles casos em que a identificação de uma qualquer vulnerabilidade do inimigo, o deixa à mercê de uma súbita investida, abrindo-se assim uma brecha de possibilidade de vitória para o atacante. Atentemos em três ilustrativos exemplos. O rei de Achém, confiado na sua gente, determinou numa

⁶²⁹ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 84-85.

⁶³⁰ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

⁶³¹ Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, Cap. CII.

noite, entrar na fortaleza portuguesa de Pacém. Antes, porém, chamou os seus capitães e proferiu-lhes uma pequena arenga (T1), motivando-os a atacar a fortaleza, pois os muros e os baluartes de madeira que a defendiam, estariam corrompidos pelo tempo, do mesmo modo que a guarnição portuguesa era também reduzida, de maneira que a probabilidade de os aniquilar era enorme:

(...) **que como os muros e baluartes da fortaleza erão de madeyra e avia dias que se fizerão avião de estar podres** e com pouco trabalhos os derribarão, e derribado qualquer lenço logo era êtrada e os **Portugueses mortos por serem muyto poucos.**⁶³²

Já que estamos em maré de abordar os inimigos dos portugueses, tratemos da arenga da rainha de Ternate aos principais daquela ilha. Exorta-os a se vingarem de todas as afrontas que os portugueses fizeram desde a sua entrada naquela ilha, de modo que tinha chegado o momento de expulsarem definitivamente tais estrangeiros. Além do mais, a ocasião favorecia aquela empresa, se aproveitassem as desavenças entre os portugueses e o seu capitão. Se os atacassem, colheriam o favor desses portugueses descontentes, para depois os matarem e alcançarem a desejada liberdade (T1):

E pois o tempo nos offerece **tamanha ocasião**, como a que oje ha com a **desavença dos Portugueses com seu capitão, lancemos mão d'ella, pois temos em nosso favor todos os Portugueses, e então a y nos fica depois matarmolos a todos**, e darmos liberdade ao vosso rey.⁶³³

Por último, Afonso de Albuquerque, ajuntando os capitães (T1) da sua conserva, disse-lhes que aproveitariam para atacar Adém, pois neste momento, os seus habitantes estariam descuidados, cuidando que os portugueses andariam ocupados no outro lado do Oceano Índico, de maneira que, quando avistassem as naus portuguesas, tanto maior seria a sua surpresa:

Isto digo a proposito da cidade Dadem que himos cometer, **do que seus moradores estarão bem descuydados, porque de lhes parecer que na Índia teremos muita ocupação, estarão descuydados da nossa ida; equãto menos apercebidos estiverem parela, tanto mayor espanto terão de nossa chegada**, que como louvado seja nosso señor tem nova de quanto nos ajuda na Índia, hão de crer que pois os himos buscar, que avemos de fazer a eles o que fizemos a outros.⁶³⁴

A atitude de valorizar os meios próprios e minimizar os dos adversários é frequente nas parênteses de arengas contrapostas, já que um orador procurar reagir

⁶³² Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VI, Cap. L.

⁶³³ Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VIII, Cap. I.

⁶³⁴ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. CIII.

argumentativamente às afirmações do outro, como se se tratasse de um tribunal. Uma das estratégias recorrentes nestes pares de discursos, passa por os líderes militares minimizarem as qualidades dos adversários, amplificando-lhes algum ponto fraco. Por vezes, esse minimalismo chega ao ponto de os oradores dizerem mal do inimigo, a fim de despertar nos seus o ódio ao adversário. Em contrapartida, para infundirem confiança nas suas tropas, destacam e sobrevalorizam o respectivo potencial humano e bélico. Ora, aí temos novamente Alimoxeera (T3), declarando que os turcos que integram o exército do Maluco não passam de uns salteadores que vêm roubar as suas fazendas e inquietar a república. Mais ainda, no passado, quando foi solicitada a sua ajuda e pagos os consequentes soldos, esses mesmos turcos semearam toda a espécie de injúrias públicas e insolências.

Já tendes experiencia dos insultos dos turcos, de outra vez que nós mesmos os chamámos em nossa ajuda, pagando-lhes seus soldos, e fizemos outros tratamentos dignos de amor, tal foi sua insolência, que nos pagaraõ estes benefícios com as injurias publicas e secretas, de que todos sois testemunhas e estais lembrados;⁶³⁵

Por seu turno, o vice-rei de Argel declara (T3) que o exército de mouros com quem se preparam para combater é constituído por gente temerária que elegeu um rei ilegítimo:

(...) mas ja que estes mouros temerariamente vem impedir nossos intentos, em nenhuma cousa nos fazem injuria digna de castigo, senaõ no pouco respeito com que aceiraraõ os mandados de Amurate, e em fim obedecem a hum entronisado contra o direito das leis.⁶³⁶

Como se observa, numa parelha de arengas, os tópicos de uma arenga acabam rebatidos ou refutados pelo orador da contrária, como se se tratasse de um discurso judicial. Sobre este ponto, falaremos com maior profundidade, no momento em que tratarmos do *topos* da justiça da luta, onde todas estas características se tornam mais claras. Embora o vice-rei de Argel se mostre convicto da sua superioridade face à do adversário, a verdade é que, no início do seu discurso, artificialmente, procura motivar os seus homens para a luta com uma estratégia argumentativa diferente. Porventura, para prevenir que se instalasse o excesso de confiança junto das suas tropas, afirma que prefere louvar os inimigos para assim lhes despertar o ímpeto de os cometer (T3):

⁶³⁵ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁶³⁶ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

Pera outros soldados, menos alvoroçados em dar a batalha, usara eu de prudente conselho se lhes persuadissemos quão fraca gente he a que vedes, e com quão pouco animo hão-de esperar a fúria turquesa, taõ temida no mundo; mas cuido que vos accendo mais o furor em volos louvar por esforçados, pera que com mais ímpeto vos acheis dignos de os commeter, pera que os prémios dos louvores sejaõ mais claros.⁶³⁷

f. **O exército inimigo é composto por gente heterogénea.** Ainda que pudesse ser integrado no lugar-comum anterior, em todo o caso preferimos dar-lhe autonomia. O capitão, também para fortalecer a confiança das tropas na possibilidade de vitória, pode afirmar que o exército inimigo é composto por gente heterogénea, forçada e que, à mínima contrariedade, se porá em fuga. Isso diz Afonso de Albuquerque, aquando da tentativa para reconquistar Goa (T2):

Porque pela nova que tenho, todos sam forasteiros e gente alugada, que no tẽpo dáfronta como nam defendem casas próprias, molher filhos, fé ou honra, **no primeiro ímpeto nosso logo viram as costas e despejam o lugar que defendem**, de que já temos experiencia as vezes que possémos o peito em terra no cometimento da fortaleza Pagij.⁶³⁸

De igual modo, D. João de Castro declara que os cambaicicos vêm ali forçados, esforçar-se-ão por salvar as vidas (T2), porque não têm esperança em qualquer espécie de recompensa por parte do seu rei, a não ser a escravidão:

(...) mas tambem vos affirmo, que a mais desta gente anda forçada, e hão de trabalhar todos de salvar as vidas pelas poucas esperanças de honra, e de proveito que disso esperam haver; porque as duas cousas que mais fazem arriscar a vida aos amigos de honra, são a honra, e fama nesta vida, e galardão perpetuo na outra. De nada disto podem estes ter esperanças, porque as honras do seu Rey são tratallos como escravos, a fama com elles se acaba, só no inferno vão gozar do galardão de suas obras em penas perpétuas.⁶³⁹

Este tópico surge também nas arengas contrapostas. Uma das estratégias argumentativas recorrentes nestes pares de discursos, passa por os líderes militares minimizarem as qualidades dos adversários, amplificando-lhes algum ponto fraco. Por vezes, esse minimalismo chega ao ponto de os oradores dizerem mal do inimigo, a fim de despertar nos seus o ódio ao adversário. Em contrapartida, para infundirem confiança nas suas tropas, destacam e sobrevalorizam o respectivo potencial humano e bélico. Ora, aí temos novamente Alimoxeera, declarando que os turcos que integram o exército do Maluco não passam de uns salteadores que vêm roubar as suas fazendas e inquietar a

⁶³⁷ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁶³⁸ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. VI, Cap. IX.

⁶³⁹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

república (T3). Mais ainda, no passado, quando foi solicitada a sua ajuda e pagos os consequentes soldos, esses mesmos turcos semearam toda a espécie de injúrias públicas e insolências.

Já tendes experiencia dos insultos dos turcos, de outra vez que nós mesmos os chamámos em nossa ajuda, pagando-lhes seus soldos, e fizemos outros tratamentos dignos de amor, tal foi sua insolência, que nos pagaraõ estes benefícios com as injurias publicas e secretas, de que todos sois testemunhas e estais lembrados;⁶⁴⁰

Por seu turno, o vice-rei de Argel declara (T3) que o exército de mouros com quem se preparam para combater é constituído por gente temerária que elegeu um rei ilegítimo:

(...) mas ja que estes mouros temerariamente vem impedir nossos intentos, em nenhuma cousa nos fazem injuria digna de castigo, senaõ no pouco respeito com que aceiraraõ os mandados de Amurate, e em fim obedecem a hum entronisado contra o direito das leis.⁶⁴¹

Como se observa, numa parelha de arenga os tópicos de uma arenga acabam rebatidos ou refutados pelo orador da arenga contrária, como se fosse um discurso judicial.

g. Um exército pequeno e bem preparado é melhor do um maior, mas desorganizado. Um dos tópicos mais recorrentes da retórica militar portuguesa assenta na possibilidade, expressa pelo comandante, de que um pequeno, mas bem organizado exército poder vencer um muito mais numeroso, porém menos disciplinado. *Mays val a ordenança, que a multidam,*⁶⁴² sintetizou o Pe. Fernando Oliveira. Trata-se de um lugar-comum que conta com uma larga tradição retórico-históriográfica e que se adaptou bem à ideologia portuguesa de quinhentos. De facto, sendo os contingentes portugueses sempre inferiores aos dos inimigos, tal facto não obstava a que alcançassem a palma da vitória. Ora, essas vitórias obtidas em cenários eminentemente marítimos e contra os muçulmanos, confirmavam os portugueses como os mais dextros dos cristãos na luta contra os infiéis e, portanto, estariam legitimados para continuarem a usufruir dos dividendos comerciais do oriente. Se era um incentivo de confiança dos capitães para os soldados, por outra via, não deixava de ser também uma mensagem dos historiadores

⁶⁴⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁶⁴¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁶⁴² Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap XIV (II Parte).

para os seus leitores. Muitos são os exemplos que ilustram este facto, mas a impossibilidade de os analisar a todos, leva-nos a seleccionar dois trechos. O primeiro de Nuno Álvares Pereira, declarando à hoste portuguesa de Aljubarrota (T2) que os portugueses estavam habituados, desde sempre, a vencer numerosos exércitos:

(...) e muitas vezes acontecera os poucos vencerem os muitos, mormente na nação Portuguesa, como virão em todos os feitos passados contra Mouros, e Christãos, de que sempre ouveraõ victorias contra innumeraveis exércitos.⁶⁴³

É, no entanto, D. João de Mascarenhas, quem melhor explica aos soldados que poucos soldados (T2), mas focados num mesmo objectivo, conseguem superiorizar-se face à aparente vantagem numérica do inimigo. Atenta-se na eloquência do comparativo latino do adjectivo:

(...) devemos tirar da fraqueza forças e não respeitar a multidão dos imigos, porque a virtude dos poucos quando está unida numa vontade e numa determinação *fortior est*;⁶⁴⁴

Na verdade, explica o capitão, acontece, muitas vezes, que os grandes exércitos, confiados excessivamente no número dos seus combatentes, desprezam a reduzida dimensão do adversário, donde resultam, com muita frequência, verdadeiros desenganos:

(...) e a experiência nos tem bem mostrado quanto mais podem as forças dos poucos quando são em uma vontade e num propósito, que a virtude dos muitos, porque é natural neles vendo-se com tanta vantagem desprezar os poucos, donde procede muitas vezes sua destruição.⁶⁴⁵

Isso mesmo declara também D. João de Castro aos capitães (T1) antes da batalha campal de Diu, num momento em que os poucos portugueses se viam cercados por um copioso exército chefiado pelo rei de Cambaia. A realidade acabou por confirmar a possibilidade como se sabe: (...) ***quanto mais forte é um exército de três mil homens determinados que o seu de sessenta mil, porque a virtude e a força unida dizem que «magis forcior est».***⁶⁴⁶

Não raras vezes, a este tópico junta-se o elemento religioso, que vem confirmar os portugueses, como os escolhidos pela Providência. De facto, escrevendo à posteriori dos acontecimentos, os historiadores confirmaram o lugar-comum de que poucos podem

⁶⁴³ Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom João I*, Cap. XXIII.

⁶⁴⁴ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

⁶⁴⁵ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

⁶⁴⁶ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (I Parte).

vencer muitos, aduzindo-lhes a ajuda divina. Desta forma, os portugueses ficavam duplamente legitimados para prosseguirem a sua empresa imperial: por um lado, eram os melhores combatentes e, por outro, colhiam o apoio divino. Na verdade, como demonstra a História, vários são os exemplos de que, com a intervenção divina, pequenos exércitos derrotaram multidões de combatentes. A força de Deus é poderosa e nunca faltou ao seu povo. Segundo Fernando Oliveira, na Batalha de Ourique, Afonso Henriques, confrontado com um numeroso exército de cinco reis mouros, declara aos seus homens que podem vencer tal multidão de infiéis, porque terão a impeli-los a mão de Deus. Neste sentido, socorre-se de exemplos veterotestamentários que atestam esta verdade, particularmente o de Josué, que, como eles portugueses, enfrentou e venceu cinco reis cananeus:

(...) vos quero dizer que na mão e vontade de Deus e não na multidão está a vitória das batalhas. E isto posto que todos o cremos por fé, para mais consolação e esforço dos fiéis temos na *Sagrada Escritura* ditos e exemplos que o provam. No primeiro livro dos Reis, diz Jónatas: «Não é dificultoso ao Senhor salvar em poucos mais que em muitos». E logo mostrou Deus a verdade deste dito, porque só ele Jónatas e um seu pagem com o favor de Deus desbarataram um grande exército de Filisteus, gente forte e guerreira. Gedeon com trezentos homens venceu outro grande número de infiéis. E Judas Macabeu com três mil venceu quarenta mil. **Mas deixo de outros muitos exemplos em que Deus mostrou o seu grande poder, um só quero que trazeis à memória, porque é muito semelhante ao presente e é este que venceu Josué cinco reis cananeus em uma batalha com ajuda divina. Assim venceremos nós com a mesma ajuda estes cinco reis mouros.**⁶⁴⁷

Nem sempre é fácil separar este lugar-comum do tópico da justiça da luta, uma vez que se um determinado exército colhe o favor divino é porque defendem uma causa justa. Aliás, quase sempre, depois de os oradores enunciarem que poderão vencer a imensidão dos inimigos porque contarão com a ajuda divina, esses mesmos oradores introduzem a noção da justiça daquela luta, como a certificarem a validade do apoio divino. Contudo, aqui, ainda não entrámos nesse aspecto, vincamos sobretudo a possibilidade da vitória de um pequeno sobre um grande exército, porque a Deus, neste caso, nada é impossível.

Isto leva-nos a um outro problema. Trata-se de que os tópicos retóricos não surgem isoladamente nos discursos, mas todos têm uma implicação, digamos, recíproca, de maneira que nem sempre se torna fácil fazer a respectiva secessão argumentativa. Casos há, em que um mesmo trecho discursivo pode ser percebido de ângulos

⁶⁴⁷ Fernando de Oliveira, *História de Portugal*, Liv. III, Cap. V.

retóricos diferentes, porque, como dissemos, os lugares-comuns interagem uns com os outros.

h. Mais vale poucos mas esforçados do que muitos e receosos ou forçados.

Variante do tópico anterior, o orador para fazer crer ao seu reduzido exército que antes quer ter consigo pouco soldados esforçados do que muitos mas amedrontados ou contrariados. Este tópico costuma emergir em contextos em que a hesitação de combater se acerca de uma parte substancial das tropas de um exército. Por isso, aconselha Fernando Oliveira:

Premeyro todauia olhe e escoldrinhe bem a vontade com que a sua gente determina pelear, e se nelles sentir algũa desconfiança ou frieza, mande ficar os taes e nam nos leue consigo, como Deos o mādou fazer a Moyses e a Gedeon capitães de Israel e o fez Judas Machabeu, porque nam façam acouardar os outros (...).⁶⁴⁸

Parece que alguns capitães da historiografia de quinhentos seguiram o conselho de Oliveira, pois, em contextos similares aos narrados por Oliveira, ordenam que só os soldados confiantes sigam para a batalha. Quanto aos outros, os temerosos, pedem que se retirem. De facto, tal como sanciona a tradição histórica-retórica e também bíblica, vale mais combater com poucos, mas esforçados, que com muitos, mas temerosos, que acabam por contagiar, perigosamente, os primeiros. Isso mesmo propõe D. João de Meneses às duas centenas de cavaleiros que o acompanham no Norte de África (T2):

(...) **eos tamen, qui rem aggredi dubitent, admonuit, ut domum redirent. Sese namque multo confidentius cum paucis, iisque fortissimis, quam cum multis**, omnia pericula metuentibus, quovis facinus agressurum.⁶⁴⁹
(...) advertindo aos que hesitassem acerca do cometimento que podiam retirar-se a suas casas. Porquanto ele mais afoitamente afrontaria qualquer facção com poucos, mas esses esforçadíssimos, que com muitos que de todos os perigos se receiam.

Também o rei fundador, cercado em Santarém por mouros e por Albojame, rei de Sevilha, contrariou a opinião de muitos, e determinou sair fora da vila para pelejar com os inimigos. Quanto aos receosos, recomendou (T2) que ficassem *intra muros* e não o envergonhassem: (...) *e se pela ventura alguns tiverem receo, o que não cuida, fiquem na Villa, e não vão lá que eu não poderei sofrer já mais tanta vergonha.*⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. XI (II Parte).

⁶⁴⁹ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber III.

⁶⁵⁰ Duarte Galvão, *Crónica do príncipe D. Afonso Henriques*, Cap. XLVI.

Eis também Cide Meriam, um abexiam, que procurava desapossar os portugueses da cidade de Damão. Para isso reuniu um numeroso exército, apetrechado com todo o tipo de armas, mas antes de iniciar a batalha, proferiu-lhes uma arenga em que declarou àqueles que se mostravam duvidosos daquela empresa, que ficassem, porquanto ele preferia antes cometer aquela batalha com trezentos voluntários, que com dez mil forçados:

E que aos que lhe não parecesse aquella determinação, se deixassem ficar, porque elle queria antes commetter aquella negocio com trezentos voluntários, que com dez mil forçados.⁶⁵¹

O *engarce* final mostra-nos em unísono que todos afirmam querer morrer com ele em tal negócio.

i. “**A mentira nobre**”. Passemos agora a um outro lugar-comum, ao qual, memoráveis comandantes recorreram, para fazer crer aos seus soldados que a vitória era possível: os ardis ou mentiras de guerra. Logo no século I, Sexto Júlio Frontino, no seu tratado intitulado *Estratagemas*,⁶⁵² dedica um capítulo inteiro a coligir exemplos de generais que recorreram a uma série de ardis ou artimanhas com o objectivo de despertar o entusiasmo do exército para o combate. Lá encontramos o caso de Epaminondas, general tebano que, para exortar as tropas a combater os espartanos, lhes declarou que estes haviam decidido, em caso de vitória, escravizar as suas mulheres e os seus filhos. Enfurecidos, os tebanos venceram os espartanos ao primeiro ataque. Também topamos com o exemplo de Sertório que, na Lusitânia, andava sempre acompanhado por um veado que, alegadamente, lhe comunicava as decisões divinas para, assim, amansar os bárbaros.

Ora, a propósito deste assunto, escreve Diogo do Couto:

Alguns grandes Capitães tiveram pera si que não era licito mentir nunca, senão oferecendo-se perigo, ou pela saúde da patria; e assim o usou algumas vezes o grande Sertorio, que em tempo de grandes necessidades mentia a seus soldados, e lhes lia cartas fingidas pera os tirara do temor em que os via, porque todo o outro mentir em hum Capitão he baixeza.⁶⁵³

Segundo Couto, só é lícito ao capitão mentir em casos de perigo iminente ou de salvação da pátria. Exemplifica a sua tese, com o exemplo de Sertório que lia cartas

⁶⁵¹ Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, Liv. X, Cap. VIII.

⁶⁵² Fron., *Strat.* (1.9).

⁶⁵³ Diogo do Couto, Década V da *Ásia*, Liv. VIII, Cap. IV.

fingidas para arredar o medo dos soldados. Este comentário ilustrado do historiógrafo português vem a propósito de um capitão, Francisco Menezes que, no Oriente, se servia também do estratagema da leitura de carta fingidas para motivar as tropas à luta. Assim, formado o exército junto a uma ribeira, trouxeram a Menezes uma carta de um outro capitão, Jorge de Lima, a quem aquele havia solicitado vinte espingardeiros. Enquanto a lia previamente em segredo, Francisco de Menezes foi sempre mostrando rosto alegre, como quem lê boas novas, de maneira que se levantou uma enorme curiosidade entre as tropas. Então, diz-nos o narrador que, para satisfazer o interesse de todos, o capitão a leu de seguida em voz alta, porém, mudando-lhe, com rapidez e artifício, as palavras:

E porque chegavam a elle muitos homens pera saberem o que era, sem fazer termo algum, foi lendo a carta alto pera que a ouvissem todos, mudando-lhe as palavras com tanta pressa, e artifício, que foi espanto, na maneira seguinte: «**Senhor, são partidos alguns Capitães do Nizamoxá pera as fortalezas de Sangaçá e Carnalá: a gente que levam he pouca, e esta ainda forçada e atemorizada, por isso apresse-se V. m. porque não tem nelles hum almoço**».⁶⁵⁴

Baseado na falsidade da mensagem de Jorge de Lima, que alegadamente o instigava a atacar um inimigo fragilizado e diminuto, Menezes pretendia levar os soldados a acreditar na enorme possibilidade de vencer um adversário que, na realidade, seria certamente numeroso e estaria bem armado. Para os inflamar, pronunciou uma arenga (T3), em que apelando para a valentia, se lamentava por os inimigos não serem mais, para a vitória ser também ela mais lustrosa:

«**Vedes aqui, Senhores, do que nos avisa Jorge de Lima, por certo que tomara eu que foram os inimigos mais pera vitoria, que por virtude de vossos braços espero de haver ser mais de gloriar; mas já que assim he, vamos buscar estes poucos, e desenganemo-los, porque nos não tornem outra vez a inquietar; e cada hum sigame, e faça o que eu fizer**».⁶⁵⁵

Como se vê, este ardil tem uma finalidade “nobre”, pois, como em sequência diz o narrador, se Francisco Menezes falasse verdade, debuxando aos seus o real poder dos inimigos, os homens haveriam de fugir e as fortalezas correriam o risco de se perderem:

Da mesma maneira este valoroso Capitão D. Francisco de Menezes, vendo que se fallava verdade, ficavam as fortalezas a risco de se perderem; porque se descobrisse aos seus o poder dos inimigos, não haviam de querer passar dali, e tudo se perderia.⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ Diogo do Couto, *Década V da Ásia*, Liv. VIII, Cap. IV.

⁶⁵⁵ Diogo do Couto, *Década V da Ásia*, Liv. VIII, Cap. IV.

⁶⁵⁶ Diogo do Couto, *Década V da Ásia*, Liv. VIII, Cap. IV.

Estamos pois diante daquilo a que podemos chamar uma variante da *nobre mentira* de que trata Platão na *República*.

j. *Os casos da fortuna sam mudaveys*. Um outro tópico utilizado pelos oradores para incutir a esperança de vitória nos soldados relaciona-se com a rotatividade da fortuna e costuma ser invocado após um ou vários reveses. Sobre este lugar-comum escreve prolixamente Fernando Oliveira:

Mas se atee entam lhe nam socedeo bem a guerra, digalhe que nam estaa sempre o demo a hũa porta e **os casos da fortuna sam mudaveys**, porque este he o bem que tem o mal, e o mal que tem o bem. Do mal esperamos emenda, e do bem arreceamos perda. Caimos na aduersidade passada por erros ou negligencias que nam tínhamos visto, mas despoys que jaa nisso he prouido emendar se ha a perda. Aponte aqui o porque verisimilmête ou segundo opiniam se perdeo o passado, e declare como jaa estaa melhor prouido.⁶⁵⁷

Aí temos Baxá Cuso, capitão turco, tentando segurar os soldados, que, levados pelo desânimo, se preparam para abandonar a fortaleza de que eram guardiães. O turco procura sossegá-los, persuadindo-os de que não devem ficar presos aos desbaratos do passado, porque os casos de guerra não estavam nas mãos dos homens. Os que combatem têm às vezes a fortuna adversa, outras vezes próspera, de maneira que se no passado ela já lhes fora amplamente favorável, era certo que a boa fortuna haveria de voltar (T2):

(...) e que com o desbarato passado se não haviam de acanhar, nem escandalizar, **porque os casos da guerra não estavam nas mãos dos homens; e que não era novo nos que militavam acharem hum dia a fortuna adversa, e o outro prospera**; e que se elles por vassallos do Grão Senhor, e tão acostumados a alcançar tão grandes vitorias, que por ellas o tinham feito tão grande Monarca, o sentiam muito, que não devia de ser assim, porque quando a fortuna se lhe tinha mostrado havia tantos annos tão mimosa em hum tão pequeno toque, não havia pera que se desconfiar: que tornassem todos sobre si, que ella tornaria a voltar, e elles se satisfariam daquelle damno.⁶⁵⁸

Também no poema épico de Francisco de Andrade, Mahamud, o futuro sultão de Cambaia, depois de sucessivas derrotas às portas da fortaleza de Diu, cerra fileiras para atacar novamente os portugueses. Junto das suas tropas, profere uma arenga (T2), em que começa por atribuir, não ao valor dos portugueses, mas aos fados e aos deuses os sucessos alcançados pelos sitiados lusos. Então, para os mover de novo para a guerra, declara-lhes que a roda da fortuna, depois de ter abonado e posteriormente abandonado os portugueses, lhes era agora favorável. Assim, visto que a fortuna os protege e já têm um

⁶⁵⁷ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. XI (II Parte).

⁶⁵⁸ Diogo do Couto, *Década X da Ásia*, Liv. III, Cap. I.

exército copioso, é hora de atacar e vencer os portugueses, pois assim, continua Mahamud, ficarão estes a saber que as vitórias anteriormente obtidas se deveram um sortilégio divino e não à força dos seus peitos:

E pois propriedade e natureza
Da **fortuna**, he fazer logo mudança
Creio que já terá virada a roda,
E a terra em favor nosso posta toda
Eya, sus, outra vez a elles tornemos,
Agora que a fortuna os desempara,
Com quanto já em vencer pouco faremos
Sendo nós tanta copia, elles tam rara,
Mas vençamos porem, porque vinguemos
Os que deixaram lá a vida cara,
E elles vejam que essoutro foi effeito
Do divino favor, não do seu peito.⁶⁵⁹

Depois de sucessivas derrotas contra Mulei-Maluco na tentativa de o afastar da luta pelo trono da Berbéria, também Mulei-Hamet, antes de uma nova batalha contra o seu opositor, procura reavivar-lhes a confiança (T3), alegando, primeiramente, que a fortuna está já cansada de o perseguir e enfastiada dos triunfos contrários. De facto, os insucessos passados devem-se mais à sua má estrela do que à sua determinação em combater os inimigos. Em todo o caso, concluiu, não desespera da fortuna, porquanto se ela lhe tem sido importuna, não é sempre constante a favorecer os outros. Há portanto uma janela de esperança que se abre:

«**Nenhuma cousa me dá maior confiança de vencer esta batalha, que cuidar que está já cançada a fortuna de me perseguir, e enfastiada dos triumphos immigos;** e vós qu tendes vistas minhas adversidades, deveis ser boas testemunhas não nacerem meus maos sucessos d'outra parte; pois em mim nunca faltou constancia, pera pôr o rosto aos imigos, nem em vós esforço e lealdade de os cometterdes; mas cuido que até agora tem mais pelejado contra vós minha triste sorte, que sua boa andança, e com estes escarneos, com que me tem a fortuna tão mal tratado, não desespero da victoria, pois ella como he importuna a perseguir huns, he inconstante a favorecer outros. (...)»⁶⁶⁰

Como vimos, a imagem da roda da fortuna é de tal maneira imagética que os soldados e os leitores certamente apreendem o seu significado simbólico. Por outro lado, é um tópico que está muito presente na boca dos capitães contrários aos portugueses. De facto, compreende-se essa opção, uma vez que os capitães portugueses fazem sempre depender a sua sorte, não dos acasos da fortuna, mas de Cristo.

⁶⁵⁹ Francisco de Andrade, *O Primeiro Cerco que os Turcos Puseram à Fortaleza de Diu*, Canto XVIII.

⁶⁶⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXXII.

1. **Vantagens anteriores sobre o mesmo inimigo.** Todas estas variantes do tópico do “possível” são menos parenéticas. Existem, contudo, outros lugares-comuns que são os mais parenéticos, pois têm por objectivo comover o ânimo dos soldados, como são os casos das rememorações das vitórias anteriores sobre os mesmos ou outros inimigos, ou o relembrar das gestas dos antigos.

Assim, vejamos um primeiro tópico, em que o chefe militar deve rememorar as vitórias recentemente alcançadas pelos seus soldados sobre aqueles ou outros inimigos. Com este procedimento, o capitão-emissor passa a mensagem aos combatentes de que se venceram uma, podem vencer outra vez tais inimigos. É isso que aconselha Fernando Oliveira, sempre que é necessário animar as tropas:

Tragalhes aa memoria (...) as victorias que ouveram em especial contra essa gente com que ham de pelear, notando a fraqueza delle e a couardia, e a desordem (...). Se os dias precedentes fez ou mandou fazer algum salto prospero tem mays ocasiam dabater nos contrayros e aleuantar os ânimos dos seus.⁶⁶¹

Pelo seu alto valor parenético, este é um tópico muito recorrente no *corpus* historiográfico. Na crónica anónima do século XVI, um capitão português, talvez Duarte Pacheco Pereira, antes de uma batalha naval contra o rei de Calecut, recorda aos seus homens (T2) que aqueles que ali vêm pelear são os mesmos que, havia poucos dias, eles tinham vencido três ou quatro vezes e que agora não vinham mais fortes que então:

Lembrevos que estes são os que vemçestes três hou quatro vezes poucos dias haa, e que suas forças não são agora mayores que êtã, quamto mais que Deus obrara como tam claramente o tem feito atee quy, compre quee aguora soframos mais trabalho que as [vezes] pasadas (...).⁶⁶²

Este mesmo tópico mesclado como de poucos podem vencer muitos é também proferido pelo rei fundador (T2), quando se prepara para combater mouros em Badajoz:

(...) estes muitos, que vedes são os que vós muito menos, dos que ora soes, sempre vencestes, para esso ganhamos nós pelejando, e vencendo, á cincoenta annos, tanto merecimento, e honra ante Deos, e o Mundo (...).⁶⁶³

Por sua vez, D. João de Castro recorda aos portugueses sitiados (T2), no segundo cerco de Diu, 1546, as vitórias que haviam alcançado durante o primeiro cerco de 1538,

⁶⁶¹ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. XI (II Parte).

⁶⁶² *Crónica do Descobrimento...*, Cap. XLI.

⁶⁶³ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XCIII.

sobre inimigos mais esforçados e poderosos, de maneira que as possibilidades de vitória são agora maiores:

Lembro-vos as grandes vitórias que no cerco passado ha bem poucos annos aqui alcançamos, de outros inimigos mais esforçados, e poderosos que estes, (que com o favor Divino havemos de vencer muito de pressa).⁶⁶⁴

Regressamos novamente àquela arenga do capitão Mogor na guerra contra os cambaicos. Depois de ter minimizado os cambaicos, o orador recorda-lhes que, embora hoje estes se apresentem temerários, sempre foram derrotados no passado, só de ouvirem o nome Mogor, quanto mais agora que terão de combater fisicamente com a forte raça dos mogores:

Esta he a mesma gente de Cambaya
Oje não sei porque tão atrevida,
Que tantas vezes já na sua praya
Do vosso nome só ficou vencida;
E se ouvindo o Mogor nome desmaia
Que fará vendose oje combatida
D'aquella rara força dos Mogores
Que forão so co nome vencedores.⁶⁶⁵

m. Rememorar a gesta dos antepassados, tidos como modelos de actuação.

Por outro lado, os oradores militares, para galvanizarem as tropas, podem optar por rememorar as façanhas dos antepassados, entendidos como modelos de actuação. É isso que propõe também Fernando Oliveira no capítulo XI (II Parte): *Tragalhes aa memoria a fama da sua naçam, e a gloria que seus passados ganharam, (...) pôdolhe diante quã vorgonhosa afronta seraa sua, faltar da virtude e valentia de seus auoos deminuindo sua honra e gloria*. A ideia subjacente é a de que se os antigos cometeram tais sucessos, eles, soldados, herdeiros do seu sangue e da sua *virtus*, podem também conseguir idênticas vitórias. Devem pois imitá-los no esforço e no empenho, pois esses maiores, segundo D. João de Castro, numa alusão ao tópico de que poucos podem vencer muitos, só se satisfaziam em vencer grandes exércitos, como o faziam os lusitanos às legiões romanas, assim como as vitórias alcançadas já em África (T2):

⁶⁶⁴ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. III, Cap. X.

⁶⁶⁵ Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto IX.

«Muito valorosos, e esforçados Fidalgos, e Cavalleiros de Christo, se a alegria, e o desejo de vos ver ás mãos com inimigos, que em todos vejo, cuidasse que vos procedia em temeridade, confesso-vos que estivera menos confiado do que estou; **mas como sei mui certo que vos nasce da lembrança de quem sois, e da vontade que tendes de imitar no valor, e esforço áquelles antigos Portuguezes nossos antepassados, não ha cousa que me faça recear cousa alguma; porque aquelles não só se tiveram por satisfeitos de vencerem grandes exercitos em Africa, com pouca, e mal provida gente, mas ainda aos Romanos, que nunca foram vencidos de outrem.**⁶⁶⁶

Muito próxima se encontra a arenga (T2) do capitão da fortaleza, D. João de Mascarenhas, fazendo recuar os antepassados até aos lusitanos, esses duros opositores dos romanos:

Mas como sey muy certo, que vos hembra
Quem sois, e o que deveis áquella fama
Dos nossos Portugueses ja passados,
Nam há cousa que aqui me faça triste.
Porque elles nam somente se tiveram
Por contentes, vencendo muitas vezes
Exércitos em Affrica com pouca,
E mal provida gente; mas ainda
Aos valentes Romãos, que conquistavam
Quasi todas as partes do universo,
Deram muito trabalho, e sendo poucos
Forão mil vezes delles vencedores.⁶⁶⁷

Como acabámos de ver, tanto na arenga de D. João de Castro, como na alocução de Mascarenhas, o tópico da rememoração das gestas dos antepassados e o tópico de que poucos podem vencer muitos surgem geralmente associados, testemunhando, por um lado, a ideologia histórica vigente, e por outro, no plano militar, esses mesmos tópicos transmitem às tropas uma dupla mensagem de possibilidade de vitória: os antigos, sendo poucos, venceram sempre, imitem-nos!

Geralmente, o orador começa por recordar os feitos dos antepassados em África e na Ásia, para, em seguida, recordar as vitórias recentemente alcançadas pelos todos e cada um dos ouvintes. É assim que procede Fernando de Castro, um dos capitães do segundo cerco de Diu (T2):

(...) hortando, praeparat: rerum praeclare gestarum a maioribus in India et Africa commemoratione accendit, parva saepe manu hostium numerosos exercitus fusos ac fugatos, oppida capta, unumquemque praesentium sui privatim decoris ac rerum per tot menses, quibus obsessi fuerunt, gestarum admonet; neminem esse omnium qui non eo tempore decem aut plures hostium

⁶⁶⁶ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

⁶⁶⁷ Jerónimo Corte Real, *Sucesso de Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

occiderit, esse nonnullos, qui totas a se cohortes extinctas merito gloriari possint.⁶⁶⁸

(...) inflama-os com a evocação dos gloriosos feitos alcançados na Índia e em África pelos seus antepassados - os numerosos exércitos desbaratados e postos em fuga, vezes sem conta, por um punhado de guerreiros, as cidades conquistadas, relembra aos presentes a glória de cada um deles e os feitos alcançados ao longo de tantos meses em que estiveram sujeitos ao cerco; de entre todos não havia nenhum que não tivesse abatido, no decurso desse tempo, dez ou mais inimigos, que alguns havia que podiam, com justiça, orgulhar-se de por si terem sido dizimados esquadrões inteiros.

Para mais inflamar os homens, veja-se que este Fernando de Castro, filho do Vice-Rei D. João de Castro, amplifica os feitos dos seus militares, enaltecendo-os de tal maneira, a ponto de afirmar que cada um havia dizimado dez ou mais daqueles inimigos, havendo alguns mesmo que tinham aniquilado esquadrões inteiros.

Já apresentámos vários exemplos deste lugar-comum. Contudo, propositadamente, deixámos para o fim, a arenga (T1) de D. João de Castro aos capitães de Diu, que chega até nós através da pena de Fernando de Castro. Nela encontramos a síntese entre estes dois últimos tópicos. Com efeito, o protagonista desfia a gesta portuguesa desde os romanos até recordar as vitórias que recentemente os seus ouvintes tinham alcançado sobre aqueles inimigos que agora se apresentavam de novo a combate.

Tanto pela sua extensão, como pela minúcia sequencial com que é apresentada, esta é uma arenga-modelo, podendo figurar numa antologia de discursos militares, proferida antes da batalha final contra o rei de Cambaia, aquando do segundo cerco de Diu. Recordemos que nesta batalha existia um desequilíbrio abissal de tropas que, segundo o próprio D. João de Castro é de 3.000 portugueses para 60.000 cambaicis, guzarates, turcos, persas, etc. Dada a importância daquela batalha para a manutenção portuguesa no Oriente, o vice-rei valeu-se de vários tópicos retóricos, sendo o mais expressivo o apelo para o sentimento dos seus homens, trazendo-lhes à memória todas as façanhas e dos antigos portugueses, desde aos seus avoengos, os lusitanos, até às actuais alcançadas em todas as latitudes. É praticamente a história da grande gesta portuguesa condensada em poucos parágrafos.

Começa por se focalizar na crónica exiguidade da linhagem portuguesa, que sendo sempre constituída por poucos combatentes, não a impediu de vencer exércitos numerosos, como sucedera logo com os lusitanos contra as legiões romanas, mas também todas as outras batalhas alcançadas em África e na Ásia, factos que contribuiram para tornar célebre o nome português:

⁶⁶⁸ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 62.

E o que deveis **ao tronco donde procedeis**, e aos avós de que tanto vos honrais, porque cuido que trareis diante os olhos e muito viva a memória de seus feitos, porque não somente se tiveram por contentes vencerem, **com pouca gente e mal provida, grandes exércitos nas partes de África e nas da Ásia, onde nos agora achamos, mas também nas da nossa Europa**, onde temos el-rei nosso senhor e nossos pais e mães, aonde tiveram muitos e grandes recontros e debates com os romanos, em tempo que senhoreavam o mundo todo, aos quais, sendo tão poucos, deram tanto trabalho que, não só uma vez senão muitas, alcançaram deles vitórias mui assinaladas, com **que o nome português ficou entre eles muito celebrado**.

De seguida, recorda-lhes os feitos alcançados naquele mesmo lugar, contra o mesmo inimigo, o rei de Cambaia, referência evidente ao primeiro cerco de Diu: *Lembro-vos as grandes vitórias que os nossos antecessores alcançaram, neste mesmo lugar, de nossos inimigos e, que ficando el-rei de Cambais.*

Uma pouco adiante, Castro aborda a questão da verdade histórica e da parcialidade dos historiadores. Assim, para rebater hipotéticos pensamentos de que ele, D. João de Castro, estava a trazer-lhes à memória factos duvidosos, a que não tinham assistido, o vice-rei passa então em revista os grandes e recentes feitos alcançados no Oriente, por familiares e amigos daqueles que o estavam a ouvir. Não olvida, uma vez mais o facto que une esses conhecidos e familiares com aqueles que ali estão: a limitação de efectivos. Estratégia retórica para demonstrar que eles, sendo também poucos, deveriam empenhar-se em vencerem, tal como ultimamente tinham feito os seus amigos e familiares:

Ora pois, senhores, para que é trazer-vos à memória **os grandes feitos em armas que por todo o mundo se fizeram, pois me podeis dizer que os não vistes e que os historiadores favorecem as partes**. Não vos quero persuadir nenhuma cousa com exemplos passados senão **com homens vivos da nossa mesma nação, que ou são vossos parentes ou foram muito vossos amigos**, que, sendo **muito poucos em número**, prevaleceram sempre contra tanta multidão de inimigos, como muitos dos que aqui estais (...).

Os exemplos que se seguem repetem sempre a mesma fórmula: poucos portugueses, do mesmo sangue ou conhecidos daqueles que agora se preparavam para atacar, venceram incomensuráveis exércitos. Primeiro caso, o governador de Calecut, com um punhado de homens enfrentou e infligiu pesadas baixas num exército de 10.000 mouros:

tereis visto em tempo do governador D. Henrique na fortaleza de Calecut, em tempo que era nossa, a qual desembarcando de um batel para entrarem na dita fortaleza, por estar cercada dos mouros **pelejou com dez mil mouros que** lhe quiseram impedir a

desembarcação, e apesar deles, desembarcaram e se recolheram na fortaleza, deixando grandes sinais nas carnes dos mouros do fio das suas espadas e da força dos seus braços.

Os exemplos seguintes, da história recente, replicam que sempre poucos e mal apetrechados portugueses venceram sempre muitos inimigos:

Em Ceilão também **trinta portugueses** mal dispostos, e não tendo outras armas mais que lanças e espadas, pelejaram sexta-feira de Endoenças com Balacém **com setecentos soldados mouros**, dos quais mataram muitos e os desbarataram, tomando-lhe suas fustas no porto de Columbo. Que vos direi das cousas que o grande **Afonso de Albuquerque** fez nas partes de Malaca contra tão grande poder de mouros, **com seiscentos portugueses somente**? Também vos lembro o que fez o governador Pedro Mascarenhas, **com quatrocentos homens**, na tomada de Ventão, entrando por um rio cinco léguas, tomando a cidade, sem lha poderem defender **dez mil homens de peleja**, tendo presente o seu próprio rei que os fazia pelejar com dobradas forças. E, pois Deus assim tem mostrado o muito que nos quer, que rezão pode haver, tendo confiança nele, que nos possa estorvar?⁶⁶⁹

Em suma, a rememoração destes exemplos históricos foi cirúrgica. Por um lado, D. João de Castro trouxe-lhes à memória exemplos que os combatentes conheciam da sua proximidade temporal e familiar, por outro lado, a questão do número nunca foi impedimento, pois sempre os poucos portugueses venceram muitos inimigos. Ora, é uma mensagem clara de que também eles poderiam agora vencer a numerosa coligação arregimentada pelo rei de Cambaia.

Remata o vice-rei, dizendo que se os poucos portugueses sempre venceram multidões de inimigos, ora isso é um sinal de que têm Deus do seu lado. Quem os pode então estorvar?

Chegamos ao fim da análise do *topos* da possibilidade e facilidade de vitória. Pela variedade de lugares-comuns que o actualizam, ficou demonstrada a sua importância na planificação estratégica das batalhas, na historiografia portuguesa do século XVI. É com a sabedoria de Fernando Oliveira, que encerramos o tópico da possibilidade: *lhe faça hũa fala* [o capitão-mor] *mostrelhe as oportunidades que se oferecem pera pelejar, e a facilidade para vencer...*

⁶⁶⁹ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (I Parte).

2.2. A CONVENIÊNCIA E A NECESSIDADE DA LUTA (*utile et necessarium*)

Destacar as vantagens, os bens e as recompensas que decorrem da vitória numa batalha é um tipo de “encabezamiento” que desempenhava um papel fundamental nas arengas da historiografia greco-latina. Também na historiografia portuguesa goza de amplo espaço, surgindo na orgânica textual como co-adjuvante do *topos* do “possível”.

Encarecer a conveniência e a necessidade, ou se quisermos a utilidade da luta, é outro dos tópicos fundamentais da argumentação instrutiva das arengas historiográficas, elemento importante ligado também à planificação estratégico-táctica de uma batalha ou campanha militar, adjuvante do tópico da possibilidade da vitória. Efectivamente, a par da persuasão de que a vitória é possível, os capitães esmeram-se a explicar às tropas a conveniência daquela luta, enumerando-lhes pormenorizadamente as vantagens que dimanam tanto para o estado como para cada um deles, individualmente. Como se depreende, é um tópico que apresenta múltiplas variantes, como a seguir vamos demonstrar.

a. **Consequências positivas para o estado.** Sempre que os reis, vice-reis ou capitães anunciam aos seus subalternos a decisão de efectuar a conquista ou a defesa de uma posição estratégica para o estado português, tratam de enumerar todos os potenciais benefícios que derivam dessa iniciativa tanto para o estado, como pelo serviço que fazem a Cristo, como ainda, se for caso disso, para cada um dos intervenientes na dita empresa. Dito de outro modo, este é um lugar-comum que apresenta larga expressão nas arengas T1.

De entre as diferentes arengas que atestam a tese acima enunciada, seleccionámos a arenga (T1) do governador da Índia, Afonso de Albuquerque, quando, subitamente viu a capital do Estado da Índia, Goa, cercada por 10.000 mouros e turcos. Chamando os principais da sua armada, mostrou-lhes a importância que a cidade de Goa assumia tanto para os interesses portugueses na região como para a Cristandade, encarecendo-lhes, de todas as maneiras, a conveniência de susterm aquele assédio, até que chegassem homens frescos de Portugal. Em termos espartanos, a arenga assenta na amplificação do tópico do conveniente. Analisemos, então, algumas partes deste importante discurso.

Começa Albuquerque o discurso por apresentar, em termos gerais, as vantagens e os beneficiários de se susterm, com fadigas é certo, o ímpeto dos inimigos:

E os taes como vos ainda que vem a fadiga que digo não deixão de ver **quantos bês se seguẽ dela, assi como merecimẽto diãte de nosso seõor em pelejar por exalçamento de sua sancta fé diante del rey meu senhor, pois coestes trabalhos lhe acrescentaes seu estado, e diante dos homẽs por amor do bem comũ; rezão tendes logo de vos arriscardes por hũ mal que acaba tão asinha a ganhar tantos bês que durão pera sempre**, e polo que de vos conheço como companheiro de tantos anos. Bem sey que ho trabalho que se nos aparelha vos não impedirá **que ganheis os bês que digo**, e mais sendo eles ho fim pera que viestes;

Pela leitura deste excerto, convém que pelejem para louvor da Fé, depois para acrescentar fazenda ao rei e, por extensão, ao estado português. Finalmente, pelo bem comum de que os portugueses e também povos autóctones podem usufruir. Descendo ao particular, Afonso de Albuquerque enumera, com precisão e com pormenor, as conveniências de que a capital, Goa, permaneça, a todo o custo, portuguesa:

[Nosso Senhor] nos ajudará, para que **defendamos esta cidade, que he a principal cousa da Índia, assi em fortaleza como em riqueza**, e em que os mouros tem mais sua esperança; e por isso cõstituyão nela como vistes contra nos **a cabeça da guerra**. E se a sostemos a este ímpeto presente, **credeme que não teremos mais necessidade de pelejar na Índia, e que todos os reys dela hão de ter nossa amizade em muyta estima, e averse por muyto ditosos de ter paz cõnosco, e cõfirmarão por verdadeira a opinião que tem de nos de sermos mais valentes que os rumes (...)**.

Albuquerque, ao contrário do seu antecessor, Francisco de Almeida, definiu um plano de estado que, embora mantendo a vocação marítima, passou a ter bases de apoio territorial, cuja cabeça era Goa, estrategicamente localizada a meio do sub-continente indiano. Foi a partir de então que surgiu a designação de Estado Português da Índia. Ora, como sempre acontece, perdida a capital, perdido o estado. Por isso, o governador diz que Goa é a *principal cousa da India, em fortaleza como em riqueza*, não surpreendendo que seja objecto da cobiça desmesurada dos mouros. Por isso, mais tarde foi denominada a Roma do Oriente. Decorre daqui que, mantendo-se Goa portuguesa, segundo Albuquerque, não haveria necessidade de mais pelejar na Índia, porquanto imediatamente todos os reis acorreriam a pedir acordos de paz com os portugueses, de tal maneira que o respeito pelos lusos desalojaria e suplantaria o que dantes existia para com os rumes.

Passemos agora às arengas de T2. Em algumas alocações, nesse processo de *docere* mais do que *mouere* que caracteriza também a finalidade retórica das arengas pronunciadas diante de uma assembleia de tropas, explicar ao auditório as consequências para o estado decorrentes daquela campanha militar em causa, enquadra-se perfeitamente no plano geral do discurso, em que para além da planificação táctica da batalha, concorrem os diferentes *capitula finalia*, entre eles, a explicitação das consequências

positivas que advirão para o estado ou nação. No seu todo, o discurso mostra aos soldados que a campanha que vão iniciar é, não só possível, mas tem também uma justificação, um objectivo muito claro, que, no caso concreto, é o de acrescentar valor ao estado. Se este lugar-comum tem uma grande incidência nas arengas de T1, a frequência nas alocuções T2 é menos assinalada, mas, em todo o caso, podemos assinalar alguns exemplos, estritamente vinculados aos preliminares de uma batalha decisiva, cujo desfecho é de tal maneira importante que dele depende, por exemplo, a permanência da soberania numa determinada região.

Por isso, D. João de Castro o invoca na arenga (T2) que pronunciou em Diu nas vésperas da batalha do dia 10 de Novembro de 1546, que terminou com o longo assédio das poderosas forças do rei de Cambaia à fortaleza portuguesa. Num discurso em que desafia as vantagens e as consequências para os dois contendores, a meio do discurso profere a seguinte frase lapidar e pragmática:

Nobis vincentibus Indiae regnum victoriae praemium proponitur.⁶⁷⁰

Nós se triunfarmos é o reino da Índia que nos é oferecido como prémio pelo triunfo.

Anos mais tarde, em 1570, procurando repelir o assalto a Goa levado a cabo por uma coligação de potentados indianos, D. Luís de Ataíde, ao ver já os inimigos a romper por uma das estâncias, não foi necessário esforçar os homens com muitas palavras, apenas lhes lembrou o seu antigo valor, e a ocasião que tinham de assegurarem o estado da Índia. De facto, perdendo-se a capital, perder-se-ia o estado, como quase sempre acontece:

(...) não foi necessario esforçalos com muitas palavras, somente lhes lembrou seu antigo valor, e a ocasião que tinham entre as mãos, de salvarem o estado da Índia.⁶⁷¹

E assim se travou tão *azeda* batalha de ambas as partes, como diz o narrador.

b. **Defesa do património individual e da família.** Depois de apontarem as vantagens da luta para o estado, por vezes, os oradores, para envolverem mais as tropas na batalha, descem aos seus interesses afectivos mais próximos, o património e a família. Trata-se de um tópico com enorme fortuna retórico-historiográfica, presente logo na *Íliada*, onde ganha uma enorme preponderância, pois lutar por ambos fazia parte do

⁶⁷⁰ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 84.

⁶⁷¹ António de Castilho, *Comentário do Cerco de Goa e Chaul, no Ano de MDLXX*, Liv. I.

código de honra do herói homérico. Variados são os exemplos, trazemos aqui, apenas, a arenga de Nestor em forma de súplica (15. 662-6):

(...) lembrai-vos, cada um de vós,
dos vossos filhos e mulheres, dos haveres e dos pais,
independentemente de serem vivos, ou já mortos.
Por aqueles que aqui não estão vos suplico que firmes
permaneçais e que não vireis as costas em fuga.

Agora, atente-se na similitude desta com a arenga (T2) de António da Silveira aos soldados portugueses, quando os turcos se preparavam para o último assalto a Diu. Embora, no opúsculo de Damião de Góis, o discurso surja breve e em estilo indirecto, é fácil comprovar a cristalização deste tópico:

Qua re percussus Antonius a Silveira, milites omnes ilico convocat, **quibus fidem, nativum solum, Regem, uxores, filios, parentes, amicos** (...).⁶⁷²
Consternado por isso, António da Silveira convoca imediatamente todos os soldados, aos quais relembra fé, o solo pátrio, o Rei, as esposas, filhos, parentes, amigos (...).

Alimoxeera, capitão de Mulei-Hamet, exorta (T3) os seus a rechaçarem Mulei-Maluco das pretensões ao trono da Berbéria, combatendo fervorosamente os seus exércitos. Ao fazê-lo, diz o capitão, estarão a defender o bem comum das iniquidades dos adversários, mas também a cuidar dos bens individuais como a família:

(...) pois, ainda que de sua entrada nestes reinos não houvesse outro inconveniente, mais que os que vos dito, não sei que cousa mais nos possa obrigar a arriscar as vidas, que defender **o bem commum** das profanidades destes barbaros, e o particular de muitas injurias. (...) e em ja de tão perto enxergarem a ferocidade com que estais determinados pera offender seus esquadroens, e defender vosso rei, **filhos e mulheres**.⁶⁷³

Do outro lado, ainda que não seja numa arenga emparelhada com a anterior, Mulei-Maluco replica os mesmos argumentos (T3), pedindo aos seus que lutem, não só pelo bem comum da colectividade, mas também pelos interesses particulares, defendendo as mulheres e a fazenda:

(...) por tanto vos rogo ponhais diante dos olhos agora mais o **bem comum** de vossa republica, e o particular de vossas **mulheres e filios e fazenda** (...).⁶⁷⁴

⁶⁷² Damião de Góis, *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis opugnatio*, 69.

⁶⁷³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

⁶⁷⁴ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII

c. **Vantagens materiais e honoríficas.** Na mesma linha de recompensas individuais, situa-se o lugar-comum que alude a toda uma gama de vantagens materiais e honoríficas. Acompanhando transversalmente a presença deste tópico na historiografia de quinhentos, evidencia-se uma utilização diferenciada do mesmo, consoante o orador seja contrário aos portugueses, geralmente muçulmano, ou então português. Vejamos, antes da batalha naval de Diu, Jerónimo Osório faculta-nos uma parelha de arengas cujos oradores são, respectivamente, Mir-Hocem e Francisco de Almeida. Na sua alocução, Mir-Hocem (T2) motiva os seus homens, anunciando-lhes riquezas e galardões:

(...) **et spe opum atque munerum** quae omnia uno illo praelio continebantur.
(...) e o anúncio de riquezas e galardões, pendurado tudo daquela peleja.⁶⁷⁵

Por sua vez, Francisco de Almeida não alude a qualquer tipo de recompensa material ou honorífica. A promessa do saque da cidade conquistada ou do exército inimigo destroçado é outro tipo de vantagens a que se costumam referir os chefes militares. Ora, Raju, capitão de um exército asiático, promete aos seus soldados o saque da cidade de Columbo, se estes conseguirem desapossá-la dos portugueses, depois de uma arenga em que lhes assegurou que os ídolos anulariam as bombardas portuguesas com água.⁶⁷⁶ Já outros líderes, muçulmanos ou mogores, depois de discursarem, tinham por hábito distribuírem parte do seu tesouro, como é narrado no poema de Francisco de Andrade.⁶⁷⁷

Ao contrário, os capitães portugueses nunca assentam a conveniência da luta baseada em promessas de riquezas ou no saque dos bens do inimigo. Em termos materiais, as vantagens da guerra estão orientadas para a aquisição da terra conquistada. Trata-se de uma matéria que estava consignada no ordenamento jurídico da época. Embora tratemos do assunto mais adiante, bulas papais reconheciam o direito de conquista em determinadas situações, nomeadamente sobre terras anteriormente cristãs. É isso que, segundo Duarte Nunes de Leão, D. Afonso Henriques (T2) diz aos que o acompanham às terras do sul de Portugal, então ocupadas por mouros:

E que pois Deos os chegara a hum dia, e feito tam glorioso, onde vencendo ganhavão honra, e fama, e **terras de que se chamassem senhores.**⁶⁷⁸

⁶⁷⁵ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber VII.

⁶⁷⁶ Diogo do Couto, *Década X da Ásia*, Liv. IX, Cap. IV.

⁶⁷⁷ Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto IX.

⁶⁷⁸ Duarte Nunes de Leão, *Crónica Del Rei Dom Afonso Henriques*.

Numa sociedade que perpetuava os valores medievos da honra, não surpreende que a honra seja a vantagem “material” mais frequente na retórica militar, tal como o afirma D. João de Castro (T2) aos combatentes de Diu:

Nós não assim, que os que daqui escaparmos, **temos por muito certas as honras, e mercês do nosso Rey**, que nos ama como pai,⁶⁷⁹

Porventura o trecho que se segue pode não ser o mais eloquente, mas é certamente um dos mais sábios que se escreveram a propósito da honra na historiografia portuguesa. As palavras são de Afonso de Albuquerque antes da conquista de Goa (T2):

Lembrevos senhores que temos às costas toda a hõra da Christandade destas partes, e a do estado del rey nosso senhor; e posto que percamos a vida sobre soste estas duas cousas que alcançams gloria pera sempre; e se se elas perderem com ficarmos vivos, que nã temos desculpa que nos salve de muyto grande pena, e que ficamos com vida peor que morte; **doãvos mais as feridas da hõra que as da carne, porque as da carne tem remédio, e as da honra não tem nenhum**; que ainda que se restaurem com se saber a verdade nunca se acaba de saber tão universalmente que fique a mentira notoria a todos.⁶⁸⁰

O herói exorta os seus homens a combaterem até à morte, porque alcançarão o galardão da glória eterna. Mas se se perder aquele território e eles ficarem vivos, para a honra deles é pior que a morte. De facto, enquanto as feridas da carne acabam por sarar, as da honra, por mais que a verdade seja reposta, nunca se há-de cabalmente restaurar.

É preciso sublinhar que a aquisição de honra na guerra, sobretudo na guerra contra os inimigos de Cristo, portanto feita ao seu serviço, era uma das principais motivações que levavam fidalgos e outros ambiciosos aventureiros a integrar campanhas militares e a participar na guerra. Por isso, a sedução da honra continua tão actual no século XVI e encontramos-la a cada passo na textura discursiva das arengas. Neste aspecto, a perspectiva ideológica de fazer a guerra apresenta ainda matizes medievais e a guerra aparece nos horizontes de muitos guerreiros como uma grande cruzada contra os infiéis.

De facto, a frequência da honra nos discursos excede em muito a recompensa em termos materiais. Neste tipo de arengas, as riquezas materiais têm uma expressão reduzida, aparecendo afastada das pretensões elevadas dos capitães portugueses. Essa escala de recompensas que apresenta, no fim da linha, os bens materiais é, afinal de

⁶⁷⁹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

⁶⁸⁰ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. XX.

contas, facultada, diversas vezes, pelas altas figuras do estado e do exército português nas suas arengas, como Francisco de Almeida. Ao querer atacar Dabul, declara aos capitães que se tomassem aquela cidade (*em que a fora ganhades servir a Deos e a el rey, e alcançar honrra e fazenda ganhais espantar estes imigos*),⁶⁸¹ serviriam, primeiramente, a Deus e ao rei, figurando as prebendas em último lugar. Aliás, D. João de Castro ao exortar os militares de Diu (T2), declara mesmo o desinteresse dos militares em bens materiais:

E porque o proveito e cómodo que daqui se nos consegue está tão certo, achei por escusado tratar de interesse a Vossas Mercês, pois **tão pouco interesseiros** se têm mostrado desde o tempo que os converso por me parecer melhor trazer-lhes à memória a grande nomeada que poderá ficar de nós quando nas obras correspondermos com o sangue donde procedemos.⁶⁸²

Nas palavras do vice-rei está todo um programa ideológico. De facto, o herói de Diu afirma que não lhes irá enumerar as recompensas certas que advirão daquela vitória, porque sempre aqueles soldados se lhe mostraram desinteressados, por isso, a única vantagem que verdadeiramente interessa a todos e sobre a qual dissertará será a reputação, a nomeada. Já o capitão Manuel da Lima, ao realizar um assalto à cidade de Goa, na enseada de Cambaia, antes de desembarcar, pede aos soldados que olvidem o saque da cidade, porque pode ser causa de se desmandarem e de se perderem:

Porem vos encomendo, e tambem peço
Que avorreçais o saco da cidade,
E nam o cobiceis, porque nam seja
Causa de desmandarvos, que bem póde
Este despejo ser ardil e manha
Com que, nam sendo cautos nos percamos.⁶⁸³

Resulta daqui, que a verdadeira vantagem por que lutam os portugueses é a fama, a reputação. Quer dizer que os portugueses faziam a guerra por completo desinteresse pelos bens materiais, fazendo-a, no plano individual, pela aquisição de honra e memória futura. Isto pelo menos do ponto de vista dos historiadores. Tal posicionamento ideológico servia necessariamente para demonstrar, junto dos leitores, que os portugueses faziam a guerra por motivos altruístas, pela religião e pela salvação dos povos, sendo a

⁶⁸¹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. XCVI.

⁶⁸² Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XIII.

⁶⁸³ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIX.

fama a única recompensa ambicionada no plano terrestre. Neste aspecto, os heróis portugueses rivalizam com os heróis homéricos!

d. **Lutar pela liberdade.** A conveniência da luta e a sua consequente vitória pode também ser direccionada para a salvaguarda ou aquisição da liberdade, tanto dos que lutam, como dos respectivos familiares. Este é também um tópico com uma larga tradição retórico-históriografia e que marca muito as arengas de Salústio.⁶⁸⁴ Assim, Mir-hocem instiga as suas tropas a lutar contra os portugueses no Índico, porque derrotando-os alcançariam a liberdade todos os sarracenos. Atente-se que no mesmo discurso, Mir-hocem repete o tópico da liberdade, facto que demonstra que os portugueses, no Oriente, representavam um jugo para os muçulmanos:

cum Mirhocemus milites rerum ab illis gestarum comemoratione, imperii amplitudine, et **Sarracenorum omnium libertate** (...). In illo praelio Indiae imperium, sociorum salutem et **libertatem**, eorumque qui dimicarent, dignitatem nullis seculis interituram consistere.⁶⁸⁵

Mir-hocem recordava aos soldados, suas proezas, a grandeza e timbre do império, a liberdade dos sarracenos todos (...). Que naquela batalha librava o império da Índia, o salvamento e liberdade das sócias nações e a dignidade dos combatentes não perecedora em algum século.

Também Afonso Henriques exorta os seus a lutarem contra os mouros, pois a vitória trará a liberdade para todos os familiares. Repare-se que para mais tocar no ânimo dos soldados, o orador enumera todas as relações de parentesco, os pais, as mães, mulheres e filhos. Ao garantir-lhes a liberdade, salvam-se todos do cativo certo: *Nós por poer nossos pais, nossas mais, nossas pessoas, molheres, e filhos, com liberdade, elles a nós todos em seu cativo* (...).⁶⁸⁶ Por vezes, a liberdade tem contornos diferentes. Um capitão turco, vendo que a sua cidade não poderia resistir ao assédio português, para evitar o respectivo cativo, chamou todos os seus e exortou-os a morrerem ainda em liberdade, imolando as suas mulheres, os seus filhos e velhos. Depois desse acto, entregar-se-iam a uma luta suicidária às mãos dos portugueses:

E, inflamando-os com esforçadas palavras ao desprezo da vida, e engrandecendo **o morrer com liberdade**, vituperando a vida sem ela, os persuadiu com tanta força de palavras que, de consentimento de todos, mataram aquela noite suas mulheres e filhos, e a todos os velhos e inábeis para defesa.⁶⁸⁷

⁶⁸⁴ Cf. HARTO TRUJILLO (2008: 313).

⁶⁸⁵ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber VII.

⁶⁸⁶ Duarte Galvão, *Crónica do príncipe D. Afonso Henriques*, Cap. XIX.

⁶⁸⁷ Lopo de Sousa Coutinho, *Livro primeiro do cerco de Diu*, Liv. I, Cap. II.

e. **A fuga é não só desonrosa, mas também perigosa.** Os tópicos que a seguir se apresentam têm uma orientação muito precisa para com o acto bélico que se irá desenrolar. Estes tópicos enquadram-se perfeitamente na planificação estratégica de uma batalha, sendo crucial a sua observância para se chegar à vitória. Qualquer comandante experiente na *ars militaris*, no momento de instrução dos soldados, não deixará de desfiar estes tópicos, cuja tradição retórica remonta à Antiguidade.

Antes de enfrentar o inimigo no campo de batalha, um exército enfrenta outro que pode ser mais desastroso que o primeiro: o medo. Se o medo começar a lavrar nas fileiras de um exército, a sua propagação assemelhar-se-á à de um incêndio numa seara madura cuja consequência imediata é a da fuga dos soldados. Um capitão experiente saberá encontrar os argumentos necessários para coarctar liminarmente tais veleidades da soldadesca. A tradição retórica mostra-nos que um dos tópicos mais utilizados é o de os comandantes prevenirem que a fuga, além de ser um acto de ignomínia, é também perigosa. De facto, os soldados correm maior perigo ao empreenderem uma fuga do que se mantiverem firmes dentro da muralha humana de uma az. A história mostra que muitos exércitos foram dizimados no momento em que empreenderam a fuga, pois foram perseguidos e chacinados pelos inimigos. Ora, perante a hesitação dos portugueses diante das tropas de cinco reis mouros, o rei fundador diz-lhes que maior é o perigo da fuga que da peleja (T2), visto que lutavam no território inimigo e isso seria suficiente para que os mouros os aniquilassem. Valia mais lutarem, porque assim teriam certa a ajuda dele e de Deus, uma vez que lutavam pela sua fé:

E que mais certo estava o perigo na fugida, que na peleja. Porque os imigos (como elles dizião) erão muitos, e estavam no seu, e tam perto delles, que não terião de que se valer para lhes escaparem, pois irião sem coração. E que ficando, e pelejando, terião a si, e a Deos, que os ajudaria, pois pelejavão por sua fee, e por sua honra.⁶⁸⁸

Apenso a este vem, com frequência o lugar-comum seguinte.

f. **Longe da pátria, os soldados não têm outra alternativa senão lutar. Não podem retirar, devem confiar no seu próprio valor.** Um tópico retórico muito próximo do anterior apresenta-nos o chefe militar a persuadir os soldados a lutarem porque essa é a única alternativa possível. Efectivamente, longe da pátria, de uma fortaleza que os acolha ou de um esquadrão solidário que os socorra, cercados ou à vista dos inimigos,

⁶⁸⁸ Duarte Nunes de Leão, *Crónica Del Rei Dom Afonso Henriques*.

devem lutar e confiar na força dos seus braços. É isso que afirma o herói Mem de Sá, nas terras brasílicas. Acossados pela presença das hostes inimigas, alguns portugueses tomaram barcos que se encontravam na praia e lançaram-se no oceano, fugindo do inimigo e abandonando os companheiros. O capitão brada aos que ficaram que, cercados por inimigos e pelo oceano, não adianta sequer nadar em direção aos barcos. Devem pois atacar os inimigos de espada em riste (T3):

Ut vero abscessisse procul sociosque ratesque
Magnanimus nequicquam heros, et dira frementes
Adversas iam instare videt facta agmine turmas:
«**Quo, socii, properamus?**»? aít: «**via nulla salutis**
Iam superest; hostis premit premit undique et undique pontus;
Terra deest ultra. Classemne petemus, et altas
Pectore findemus lymphas? Quid restat egenis
In rebus? Quo deinde pedem? Rumpamus acuto
Aere feros potius cuneos;»⁶⁸⁹

O herói, em vão magnânimo, ao ver que os companheiros levaram para longe os barcos e que a turba inimiga em linha de batalha e entre gritos de guerra começa a apertá-los, brada: «Para onde corremos, companheiros? Já não resta esperança alguma; o inimigo cerca-nos por toda à parte, de toda à parte o oceano; a terra nos falta! Buscaremos a armada, cortando com o peito as ondas? Para onde nos devemos de dirigir no aperto presente? Pois, rompamos à ponta de espada essas hordas;

Se em algumas ocasiões, combater é a única decisão a tomar, noutras, o conveniente é adiar a batalha.

g. **Refrear a temeridade.** Se em algumas situações, a decisão acertada é lutar, noutras, avaliadas sapientemente todas as circunstâncias, é mostra de sabedoria não se entrar em combate e esperar uma ocasião mais favorável. De facto, um capitão experto não conduz o seu exército para uma luta suicida. Fernando Oliveira, citando Vegécio, diz que a principal virtude de um capitão é a prudência e compara-o a um juiz de cidade na moderação e na diligência. Adianta que grandes generais fizeram mais a guerra por astúcia e manha que em campo aberto, devendo-se apenas lutar quando se oferecer disposição. Alerta veementemente que *as temeridades e desatinos sam perigos na guerra*. Precisamente, um outro tópico que contraria o *topos* da conveniência da luta é, surpreendentemente, não lutar, como estratégia de refrear a perigosa temeridade da soldadesca. O capitão-mor de Diu, D. João de Mascarenhas, procura acalmar a rebelião dos soldados, desejosos de sair da fortaleza e combater com os turcos. O capitão intenta

⁶⁸⁹ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, vv. 624-632.

acalmar aquela rebelião, alertando-os para os perigos que adviriam, para eles, que poucos homens em comparação com os inimigos e para o estado da Índia, já que um pequeno erro poderia revelar-se fatal (T2):

(...) quanta clade sibi cognita esset hostium pertinacia et potentia, quam se pro militum raritate, nec vincere nec sustinere posse, satis exploratum haberet. Quare ad castra potestate eundi nunquam se illis sponte sua facturum, nec praeterea consilium daturum, quod omnibus postea perniciosum foret; orare, ut in tanto rerum discrimine, **prudentialius quam audacius bellum tractarent**. Alias per audaciam minus peccaturos, nunc vel minimum errorem, Indiae imperio perniciosissimum fore.⁶⁹⁰

(...) as desgraças que da perseverança e poder do inimigo tinham resultado para os portugueses, que, pelo seu pequeno número, nem poderiam vencê-lo nem manter-se. Nunca, pois, por sua vontade lhes concederia a licença de sair, nem lhes daria tal conselho, que havia de ser pernicioso; pedia-lhes que em negócios de tanta gravidade tivessem mais prudência que audácia. O menor erro poderia ser fatal ao domínio da Índia.

Esta mesma arenga, podemos encontrá-la na *Ásia* de Diogo de Couto. Visto que o género historiográfico de Couto permite uma abordagem mais pormenorizada que o *Commentarius* de Góis, o historiador do Oriente introduz no discurso a referência a um espião. Diz o capitão-mor que logo que encontrasse um espião que lhe trouxesse informações precisas sobre as reais valias dos inimigos, então lhes daria permissão que saíssem ao seu encontro (T2):

Os soldados Portuguezes, que na Índia são muito soltos, e affoutos, enfadados de estarem encurralados, bradavam publicamente por batalha, requerendo ao Capitão que lhes mandasse abrir as portas, que elles queriam ir ganhar as estancias dos inimigos, e tomar-lhes toda sua artilharia. O capitão os moderou com muita brandura, **afirmando-lhes que como fosse tempo o faria, mas que por então não lhes convinha, porque não tinha informação alguma da cópia dos inimigos; porque se se haviam de julgar pelo número de galés, o menos haviam de ser mais de tres mil homens; que se quietassem, porque tratava de ver se podia haver alguma espia ás mãos; e que como se certificasse da verdade, elle lhes faria a todos a vontade.**⁶⁹¹

A arenga de Mascarenhas antes de ter sido trabalhada por Couto, fora adaptada para a épica por Corte Real. Verifica-se que a mesma arenga sofreu um processo de amplificação e de reelaboração retórica. De notar que o poeta, escrevendo antes de Couto, introduzira antes um *lingoa*, um intérprete, em vez de um espião como fará Couto. É este intérprete que irá averiguar sobre o poderio dos inimigos. Só depois, na posse da informação, o capitão tomaria a decisão que lhes fosse mais conveniente (T2):

⁶⁹⁰ Damião de Góis, *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii tres*, 28.

⁶⁹¹ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. X, Cap. III.

Os soldados, já cheos desta furia
 Vão bramando, dizendo muitos delles
 Em alta voz, palavras atrevidas.
 Do capitam se queixam, e de medo
 Dizem que pellejar lhes nam concede
 Em batalha campal; mas que ali todos
 Encerrados de fome morreriam. (...)
 Aos do motim chegando [o capitão –mor], com semblante
 Benivolo, amoroso; a todos pede
 Que promptamente o ouçam, que quer darlhes
 Razam daquela guerra, e vendo a todos
 Em silencio, lhes disse estas palavras:
 «Companheiros, amigos, bem sey certo
 Que os vossos corações sempre vos pedem
 Cousas, de que tireis honrada fama,
 E que estardes aqui, nam vos consentem
 Detras destes tam rotos, fracos muros;
 Mas rogovos que olheis a merce grande,
 Que ate gora nos fez Deos neste cerco,
 Ajudandonos sempre contra tantos,
 E tam duros imigos; e pois sendo
 Nòs tam poucos aqui nos deffendemos,
 Estando a fortaleza como vedes,
 Desfeita, e derrubada em tantas partes,
 Agora já que somos mais, mais justo
 Sera, que deffendamos nossas vidas,
 Com trabalho menor, e sem perigo.
**Mandarey tomar lingoa, que nos diga,
 O que passa no campo; quantas forças
 Os imigos tem, para fazermos
 Aquillo que nos for mais proveitoso;**
 E tendo por certeza que tam pouca
 He a gente que está la na cidade
 Como cuidais, entam bem poderemos
 Cometer, e vencer muy facilmente.
**Peçovos que tireis, ô bõs soldados,
 Tal imaginaçam de vossas almas;
 Que gram perda será, se por desastre
 Algum mal, algum dano acontecesse,**
 Em tam fortes varões como sois todos.
 Nam vos cncederey sairdes fora,
 Ate que nam tomemos hũa lingoa,
 Que de toda a verdade nos informe.
 Porque se vos cuidais que a gente he pouca,
 O meu parecer he muito contrairo,
 E tenho para mim que toda a força,
 E poder de Mamude aqui está junto».⁶⁹²

Parece mesmo que, sobre esta matéria, Mascarenhas trazia consigo o tratado de Fernando Oliveira (1555):

He tempo pera dar batalha, quando temos oportunidade pera isso, ou de auantagem nossa, ou de falta dos imigos. Se sam mayns os nossos, e melhor armados, e mais praticos na

⁶⁹² Jerónimo Corte Real, Sucesso do Segundo Cerco de Diu, Canto XIII.

guerra, se temos nauios mays competententes pera o mar e tempo em que nauegamos (...).⁶⁹³

É importante, pois, seguir as orientações do capitão.

h. **Manter a união e a disciplina militar.** Como é intrínseco de uma arenga prévia a uma batalha, uma outra variante do tópico da conveniência da luta prende-se com toda uma série de orientações estratégicas destinadas a manter a união e a disciplina das tropas. É sabido que a tratadística foca muito este aspecto, do qual decorre decisivamente o sucesso de uma batalha. *Mays val a ordenança que a multitudam*, escreve Fernando Oliveira. Muitas são as exortações dos capitães a persuadirem os soldados a seguirem os procedimentos úteis à guerra. Um dos mais ilustrativos provém da boca de Mascarenhas, herói de Diu, exortando os soldados a combaterem sempre de fileiras cerradas (T3), pois só assim poderiam vencer a adversidade do terreno e o número dos inimigos:

Omnibus igitur ita ad pugnam animatis, paucis milites exhortatus, **ne nimio pugnandi ardore ac festinatione victoriam corrumperent, neve ordines relinquerent; in eos solo spem esse perrumpendi adversus tantam hostium multitudinem, si conferti pugnam ineant.**⁶⁹⁴

Nestas condições, assim animados todos para a contenda, exortou em breves palavras os soldados: que, por força da excessiva sede de combate e agitação, não deslustrassem a vitória; que não abandonassem a formação de batalha; que, naquele terreno, a esperança de romper contra tamanha multidão de inimigos consistia em avançar para o combate de fileiras cerradas.

Já Góis nos apresenta o mesmo Mascarenhas a incitar as tropas (T2) a não menosprezarem a disciplina militar que, naquele momento, lhes prescrevia não atacarem cambaicos e turcos:

Quod si spreta **militari disciplina**, iniussu imperatoris eruptionem facere molirentur, se minime gentium eos in tanta vecordia subsequuturum.⁶⁹⁵

E se, esquecendo a disciplina militar, tencionavam acometer contra vontade dele, capitão, de maneira alguma os acompanharia nesse acto de demência.

⁶⁹³ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. XI, (II Parte).

⁶⁹⁴ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 75.

⁶⁹⁵ Damião de Góis, *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii tres*, 28.

Numa outra arenga ainda, Mascarenhas anima cada um dos soldados a cumprirem denodamente os seus deveres, pois o sucesso do colectivo depende do empenho individual. Além do mais, se cada um trabalhar bem, parecerá ao inimigo que os portugueses seriam mais do que efectivamente são:

(...) cada um de nós deve cuidar de si, que só dele depende o bom sucesso desta empresa, e nele consiste a vitória contra os inimigos e havendo esta consideração em todos não duvido nada senão que pareceremos aos inimigos de muita mais quantidade do que imaginavam.⁶⁹⁶

É sabido que a sorte de um exército depende muito da liderança do seu capitão, porque dele dependem não só a motivação do exército, como a observância da decisiva disciplina militar. Ora, no poema épico de Luís Henriques ou Anriques, à vista de Azamor, D. Jaime persuade os capitães a seguirem obedientemente a sua voz de comandante. O orador, para ser mais convincente, recorre ao *exemplum* de Roma, que sempre prosperou enquanto se observou a lei. Mas a partir do momento em que Rémulo a quebrou, começaram as dissensões, pelo que a todos pedia que sempre lhe obedecessem:

Que lhes pedia qu'ovessem memorea
Das cousas de Rroma quando prosperava,
Em quanta maneyra a ley se goardava
Segundo se nota na sua estorea.

Cõ Romus e Rromulo tam bem alegando,
De quando s'aquella cydade fundou,
A pena que ouve por que quebrantou
A ley que foy posta em se começando.
**Que lhes pidia que nunca desmando
A guerra durante em eles ouvesse,
Mas que obedecessem ho quele quisesse
E que elle sempre seria a seu mando.**⁶⁹⁷

i. **Não menosprezar o valor do inimigo.** Um capitão sábio deve alertar os seus combatentes de que o exército inimigo é composto por homens valentes e bem apetrechados. Com esta atitude, refreará a temeridade e o excesso de confiança de alguns e despertará noutros a necessidade de combater sempre com máximo empenho. A arenga (T1) de D. João de Castro, em Diu, tem um parágrafo dedicado à necessidade de não

⁶⁹⁶ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

⁶⁹⁷ Luís Anriques, *Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi*, vv. 76-89.

menosprezar as forças inimigas, pois dessa confiança costuma advir sempre grande desbarato. Ao contrário, a batalha há-de ser feroz, contra uma coligação de muitos povos que quer tomar aquela fortaleza de Diu e dar a morte aos portugueses. Por isso, é necessário, conclui, pelejar com dobradas forças:

Não quero que tenhais em pouco a força dos imigos, nem menos que cuideis que o haveis de ver com gente fraca e medrosa do vosso braço, senão que vos persuadeis haver de ser a batalha muito rija, perigosa e cruel de parte a parte, porque nunca fez bom feito desprezar o inimigo, antes temos visto grandes desaventuras e desarranjos por terem em pouco suas forças e não fazerem caso delas. O que agora quero, senhores, de vós é que vos não pareça que o haveis de haver com guzarates somente, senão com turcos, rumes, arábios, pérsios, abexins, fartaquins, os quais hão-de trabalhar por vos não venderem muito barato seu sangue e por verem se podem ir por diante com o seu intento, que não é outro senão tomar esta fortaleza com morte e destruição de todos os que aqui estamos, porque, fazendo nós esta conta, tenho por averiguado que pelejaremos com dobradas forças, as quais espero que Deus no-las acrescente.⁶⁹⁸

A história mostra que o excesso de confiança de alguns exércitos se revelou pernicioso na hora da lide. Mascarenhas tem sido muito recorrente e voltamos à sua arenga constante do opúsculo de Góis, para ouvirmos o capitão a alertar os portugueses de que não devem sair dos muros e atacar temerariamente os inimigos, desprezando o seu poder e o seu valor (T2):

Nam quod rebantur vile illic vulgus ac gregarium obsidione incubare, et multo minores quam pro fama copias esse; in eo ipsos magnopere falli.⁶⁹⁹
Quanto a menosprezar o valor e o poder dos sitiados, muito enganados estavam.

Se é conveniente não depreciar o valor do adversário, é igualmente fundamental que o comandante persuade os soldados de que a batalha que irão tratar será difícil e cruel, de maneira a que os soldados se focalizem na necessidade de se empenharem ao máximo e de mostrarem todo o valor dos seus braços e das suas armas. Assim declara D. João de Castro aos combatentes, tanto na historiografia (a) como na épica (b) (T2):

(a) Lembro-vos também, que a batalha que havemos de ter, ha de ser aspera, cruel, e arriscada⁷⁰⁰ (...).

(b) Lembrovos que a batalha há de ser rija,
Perigosa, e cruel, em ambas partes⁷⁰¹,

⁶⁹⁸ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (I Parte).

⁶⁹⁹ Damião de Góis, *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii tres*, 28.

⁷⁰⁰ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

⁷⁰¹ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

Tal como já sucedera noutros exemplos anteriores, existe uma enorme similitude vocabular entre as arengas propostas por Corte Real e Diogo do Couto. Ou ambos partilharam as mesmas fontes históricas ou então Corte Real serviu de inspiração a Diogo do Couto, já que a publicação da obra daquele precede a deste. Neste caso, parece que foi a épica que serviu de fonte à historiografia.

j. **A vitória trará consigo o fim das fadigas.** Para motivar as tropas para a luta, os capitães podem valer-se do tópico de que aquela será a derradeira batalha, à qual há-de sobrevir o fim das fadigas e o merecido descanso. Deste modo é conveniente lutar, para alcançar o sossego. Num epigrama de Diogo Pires, podemos ouvir um jovem a persuadir os soldados para retomarem à luta (T3), visto que no fim da mesma, suceder-se-á o fim dos trabalhos e o fim da desagradável guerra:

**Haec quaesita diu sedes, haec meta laborum,
Hic licet ingratham soluere militiam.**⁷⁰²

Este é o lugar há tanto tempo buscado, este o fim dos trabalhos, aqui podemos pôr termo à desagradável guerra.

Essa é uma das vantagens em conquistar Adém, segundo Albuquerque (T2), pois assim os ataques dos turcos à Índia em auxílio do rei de Cambaia tornar-se-iam controlados, portanto, menos fadigas para os portugueses:

(...) que tomada tira toda a esperança ao Soldão de mandar armadas aa Índia, e anos de todos os sobre saltos em que nos põe cada dia a vinda dos rumes, e tirara a esperança dela aos mouros da Índia, e acabarão de se entregar por vassalos del rey meu senhor, **no que receberemos grande descanso com ficar livres do trabalho da guerra**; e pois acabada esta que temos antre as mãos **se acaba pera nos tanta fadiga, posto que agora a levemos cõ pejar não nos pareça se não descanso pois coela ho alcançamos.**⁷⁰³

Para fechar em chave-de-ouro este lugar comum, na já mencionada arenga (T3) de D. Afonso V, o monarca declara aos valentes que o seguem nas campanhas de Arzila e de Tânger, que o repouso e o louvor aguardam por eles depois do trabalho concluído:

Scitis enim **requiem post partos esse labores**
Propositam, fortique viro laus magna futura est.⁷⁰⁴

⁷⁰² Diogo Pires, «De origine domus Saracae apud Rhacusanos», vv. 66-67.

⁷⁰³ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. CV.

⁷⁰⁴ Cataldo, *Arcitinge*, vv. 293-294.

Vós sabeis, na verdade, que diante de vós está o repouso depois do trabalho concluído e que ao varão corajoso aguarda um grande louvor.

1. **Este é o dia.** Como sucedera com o *topos* do *possibile*, deixamos também agora para o final, os lugares-comuns considerados mais parenéticos. Este é característico do comportamento heróico, tendo, acabado por se cristalizar numa autêntica fórmula.⁷⁰⁵ Por meio dele, os oradores sublinham a importância e as consequências decisivas da batalha para o estado, para a pátria, para a religião ou mesmo para a família. Por vezes, os chefes militares para motivarem mais os seus soldados, declaram que aquele dia decisivo era ansiado por todos há muito tempo, para dar cumprimento à defesa da pátria, da religião, etc. Com esta mensagem, os oradores apelam para o empenho guerreiro do auditório. Por outro lado, com a escolha deste tópico, os historiadores pretendem alertar os leitores de que se está decidindo o futuro de algo muito importante. Assim, o turco Rumeção, antes da derradeira e grande batalha contra a fortaleza de Diu e depois de já ter distribuído as tropas, chamou os capitães e determinou (T1):

(...) **que aquele era o dia em que a fortaleza se havia de ganhar ou perder;** e em que todos haviam de mostrar o esforço que deles se esperava que lhes encomendava e pedia muito que cada um no lugar que lhe fosse dado para o combate fizesse de maneira como que só nele estava o bom sucesso da batalha, porque fazendo cada um esta conta consigo estava certo alcançarem uma grande vitória.⁷⁰⁶

Já o capitão Luís Figueira, logo que viu as galeotas dos turcos a rodearem as dos portugueses, chamou logo os restantes capitães e disse-lhes (T1):

Senhores, **este he o dia**, em que podemos mostrar o esforço, e valor Portuguez, e ganharmos huma muito grande honra; commetamos aquelle inimigo, que eu confio em Deos que nos há de dar vitoria delle.⁷⁰⁷

D. Afonso Henriques, nos momentos prévios à Batalha de Ourique em que irá enfrentar cinco reis mouros, vê instalar-se o medo, o desmaio na sua hoste. Para recuperar os seus soldados para a luta, propõe-lhes uma longa fala (T2), em que depois de lhes recordar os feitos dos antepassados e os deles próprios contra aqueles mesmos inimigos, diz-lhes que aquele dia é não só decisivo para a reputação dos portugueses, como é ainda o dia desejado por eles, porque vão lutar pela terra cristã ocupada por

⁷⁰⁵ IGLESIAS ZOIDO (2008a: 249).

⁷⁰⁶ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXXIII.

⁷⁰⁷ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IX, Cap. III.

muçulmanos, pela família, mas sobretudo por Deus. Nessas circunstâncias, mais que uma obrigação, era uma mercê divina:

Oh quanta mercê nos Deos faz Cavalleiros, e a quanto bem nos chegou, se lho bem conhecêssemos, **chegou-nos a um dia** e feito tão glorioso, quanto Cavalleiros **não poderiam, nem saberiam mais desejar**. Chegou-nos a pelejarmos por elle, e por nós, peleija sua, e nossa contra cinco Reis Mouros imigos da sua Santa Fé (...).⁷⁰⁸

m. *Vincendum aut moriendum*. Para encerrarmos este tópico do “conveniente” ou do “necessário”, cumpre ainda olhar para uma variante que vai mais longe que as recompensas da vitória. Trata-se de mostrar aos combatentes que a batalha que se avizinha é decisiva e cuja importância se sintetiza numa lapidária como “vencer ou morrer”, não existe mais nenhuma via. Este é um tópico parenético e característico do comportamento heróico, surgindo por exemplo várias vezes na *Iliada* de Homero e um pouco em toda a historiografia antiga, tendo ficado conhecido pela expressão de Tito Lívio (21.42.1-54.1) *uicendum aut moriendum*. Esta necessidade extrema de lutar para salvar a vida é também definida por Lívio como *o ultimum et maximum telum*, temática sobre a qual disserta abundantemente Maquiavel, tanto na *Arte Militar* como nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Escreve o tratadista florentino na primeira obra: *Puede haber muchas razones que fuercen a combatir con encarnizamiento, pero ninguna tan poderosa como la que te oobligue a vencer o morir*.⁷⁰⁹ Já nos *Discursos*, capítulo XII, declara que se um capitão quiser que as suas tropas combatam com ardor, *acima de qualquer coisa*, deve espertar-lhes no peito as labaredas da necessidade. Entre os vários *exempla* que aduz para comprovar a sua teoria, destaca o do capitão dos volscos, que, vendo-se subitamente cercado por dois exércitos romanos, viu que ou abriam caminho à espada ou morriam, pronunciou a seguinte arenga: *ite mecum; non murus nec vallum, armati armatis obstant; virtute pares, quae ultimum ac maximum telum est, necessitate superiores estis*.

Vamos encontrar este tópico na arenga (T2) de D. Sebastião, em Alcácer Quibir:

Deos me quer dar a victoria, pois me offereceo esta batalha em tal sitio, **onde o rio, que nos fica nas costas, e o imigo que temos no rosto, nos ameaçaõ total perdiçaõ, se tornarmos atrás, e nos obrigaõ hir adiante, pondo toda a esperança da nossa saúde na victoria**, e sei mui bem, entre muitos indícios, que tem pera hoje serem desbaratados, estão mui temerosos de nossa determinaçaõ, **e por estarmos em parte e em lugar, onde,**

⁷⁰⁸ Duarte Galvão, *Crónica do príncipe D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

⁷⁰⁹ Nicolás Maquiavelo, *El Arte de la Guerra*, Libro IV.

como gente desesperada de poder escapar com fugida, não temos outro remedio senão desbarata-los, pera segurarmos nossas vidas, e ganharmos suas terras.⁷¹⁰

Como declara o rei, as condições físicas do local em que se desenvolve a batalha só admitem a vitória para que os portugueses saiam dali com vida: atrás têm um rio que impede a fuga e à frente têm um exército, logo só a vitória garante a salvação. Infelizmente, de vencer ou morrer, foi a segunda alternativa que imperou.

Enumerando as consequências negativas que adviriam para os portugueses se estes fossem derrotados na batalha naval de Diu, Francisco de Almeida (T1) persuadiu-os de que tinham de vencer com glória ou morrer com dignidade. Atente-se na presença da expressão liviana:

Idcirco, quod fortium virorum esset, cogitarent eo praelio esse omnibus aut cum magna gloria **vincendum, aut** cum magna virtutis significatione **moriendum.**⁷¹¹
Assim que tivessem por imaginado todos que conflito tinham do vencer com grande glória sua, ou de morrer com assinalada dignidade.

Também D. João de Castro (T1), advertindo que aquela derradeira batalha iria ser dura e cruel, motivou-os com o tópico mais parenético de todos assente na alternativa ou os inimigos ou eles haveriam de perecer naquela batalha:

Lembro-vos tambem, que a batalha que havemos de ter, ha de ser aspera, cruel, e arriscada; e tanto, que **ou elles, ou nós havemos de acabar naquelle campo.**⁷¹²

Já aqui traçamos, por diversas vezes, a similitude das arengas entre Diogo do Couto e Corte Real, particularmente nesta decisiva arenga de D. João de Castro. Se em Couto o eufemismo nos remete imediatamente para a morte, já em Corte Real a alternativa centra-se na fuga dos inimigos ou na rendição portuguesa (T1):

Lembrovos que a batalha há de ser rija,
Perigosa, e cruel, em ambas partes,
E que elles fogirám, ou nós seremos
Ao ímpeto, e furor delles rendidos⁷¹³.

A mesma arenga do vice-rei, no opúsculo de Diogo de Teive, repete a alternativa de que uns não-de vencer e de que os outros se não-de pôr em fuga, sublinhando

⁷¹⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LIV.

⁷¹¹ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...* Liber VII.

⁷¹² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. X.

⁷¹³ Jerónimo Corte Real, *Sucesso de Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI.

previamente o orador, que aquele era o recontro decisivo, para o qual cada uma das hostes trará, respectivamente, o máximo de ânimo e de experiência:

(...) *nemini dubium est, quin utraque pars suos animos, suos mores in discrimen adferant; alteri scilicet vincent, alteri fugient.*

(...) ninguém tem dúvidas de que ambas as partes hão-de trazer para este confronto derradeiro o seu ânimo e a sua experiência; uns hão-de, seguramente, vencer, os outros hão-de pôr-se em fuga.⁷¹⁴

Com este apelo máximo, o vice-rei esperava também o máximo denodo da parte dos seus ouvintes. Efectivamente, aquele era o *ultimum et maximum telum*, utilizado em momentos cruciais em que se jogava todo um futuro colectivo e individual. Esta era a perspectiva de D. João de Castro como de todos os generais que ao longo dos tempos se valeram retoricamente deste tópico para motivarem as suas tropas.

Os *topoi* do *possibile et facile* e do *utile et necessarium* estão ligados à planificação estratégica das batalhas, de maneira que encontram grande acolhimento nas arengas T1 e T2. Com efeito, a definição da estratégia é desenhada nas arengas proferidas diante do conselho dos capitães ou diante da assembleia de tropas, em que estes dois tópicos são suportes argumentativos fundamentais.

Ficou, pois, explícito, nesta análise, que o *topos* da necessidade e da facilidade da vitória assume uma importância crucial no planeamento de uma batalha, sendo sobretudo fundamental para o orador ganhar a confiança e a adesão daquela assembleia de tropas para a sua causa. Por isso, ele se manifesta numa pluralidade de variantes, que se enquadram nessa necessidade de o orador *docere* e de *mouere* o auditório.

2.3. A JUSTIÇA DA LUTA (*iustum*)

Defender numa arenga a “justiça” da luta tem forçosamente como contrapartida que Deus ou os deuses se posicionem ao lado da hoste que é exortada. Neste sentido, reis e capitães-mores procuram demonstrar, por diferentes vias, que os combatentes que os escutam defendem uma causa justa, granjeando, automaticamente, o apoio divino. Assim, o orador, perante a assembleia de tropas que o escuta, pode fazer finca-pé numa série de argumentos de modo a deixar claro que defendem uma causa justa que,

⁷¹⁴ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 84.

inevitavelmente, goza da protecção divina. Antes, porém, de desfiarmos esse rol de lugares-comuns dependentes do *topos* da justiça da luta, convém lembrar que, de todos os *topoi* retóricos, este é o que mais foi moldado e adaptado pelos historiadores à hierarquia de valores vigentes em Portugal no século XVI. O lugar-comum que a seguir tratamos é, podemos considerá-lo, o que mais foi requestado pela ideologia coeva e onde está impressa a singularidade retórica das arengas literárias portuguesas.

a. *Bellum iustum / bellum sacrum*. No processo expansionista que levou à constituição do *imperium* português, os defensores e promotores do mesmo, procuraram fundamentá-lo, sempre que necessário, à luz do conceito legal da guerra justa. Conceito e ordenamento jurídico que contava já com larga tradição histórico-jurídica que os portugueses de então interpretaram e adaptaram à sua realidade e cujas obras históricas e as arengas nelas inseridas serviram como órgão difusor. Cumpre agora, de uma maneira muito breve, apresentar uma pequena diacronia deste conceito, precisamente até ao século XVI.

Assim, é na Antiguidade clássica que surgem os primeiros pensadores preocupados tanto com a justiça como com a legitimidade da guerra. Sócrates e Platão defendiam a guerra como forma de defesa às agressões vindas do exterior. Já Aristóteles terá esboçado uma teoria da guerra justa no livro II da sua *Política*.⁷¹⁵

Foram, porém, os historiadores da época de Augusto que desenvolveram o conceito a fim de dar cobertura às empresas bélicas romanas, salientando-se, neste particular, Tito Lívio, em cuja obra se pode fazer uma análise pormenorizada de todos conflitos em que Roma esteve envolvida, bem como as suas consequências. É notória, a partir da *Primeira Guerra Púnica*, a preocupação em empreender uma guerra baseada num motivo legalmente sustentado. Quando se empreendia uma campanha militar, tornava-se imperativa a existência de uma justificação convincente, fosse ela facultada pelo agressor ou astutamente forjada pelos romanos. Se a ambição de um estado ou de um comandante estrangeiro afectava directamente os interesses romanos, tais factos exigiam uma resposta rápida e eficaz. Por isso, em Roma toda a guerra deveria ter uma justa motivação, tanto aos olhos humanos como da vontade divina. A guerra era concebida como uma interrupção do estado normal de paz entre os povos; necessitava de

⁷¹⁵ FERREIRA (2009:245).

uma justificação, devendo ser *bellum iustum piunque*,⁷¹⁶ isto é, ter uma justa causa. Em geral, a *iusta causa belli* atendia a questões formais, como a ruptura de acordos, a infracções de regras estabelecidas, como também a desconsideração pela liturgia religiosa. Outras razões podiam ainda ser invocadas como a morte de reféns ou de embaixadores (*legati*). Daqui passou-se para o conceito de legítima defesa, que se cindia em várias linhas de actuação: defesa de deuses ofendidos e defesa própria ou de povos aliados. Já no Baixo-Império, autores houve que defendiam como justa toda guerra que tivesse o propósito de assegurar o cumprimento do Direito Imperial Romano ou o de civilizar os povos considerados bárbaros. Tratava-se do conceito da *Pax Romana*, a paz alcançada por meio da guerra.

Para levar a bom termo uma guerra justa, era igualmente necessário que ela fosse conduzida por alguém de inegável valor militar. Este era determinado pela capacidade de um comandante de colocar em prática as suas virtudes com vista a favorecer os interesses político-militares do estado romano, só assim alcançaria o epíteto de general virtuoso. O conceito de guerra justa pressupõe a existência de um comandante competente, porque sem ele uma guerra não poderia ser levada a bom termo. Se uma guerra é justa e o seu comandante é virtuoso, então todos os actos que ele vier a praticar estarão justificados. Assim, por exemplo, a punição com morte de populações sublevadas não é considerado algo condenável, mas necessário para dissuadir novos ataques contra Roma. Por outro lado, a guerra só não será justa se desrespeitar as instituições romanas ou agir diversamente das tradições. De maneira que, respeitados os limites, serão actos sempre atribuídos à categoria da necessidade dentro do contexto beligerante.

Ser um comandante virtuoso também significava não pensar somente na sua glória pessoal, nem utilizar indiferentemente a fera força. Um general virtuoso obrigatoriamente deveria possuir uma apurada sensibilidade política para entrever o que seria mais vantajoso para Roma durante uma guerra. Na guerra, necessário era o emprego da força, mas frequentemente a diplomacia aliada a uma estratégia política arguta e de longo prazo alcançariam melhores resultados. Embora no contexto de guerra justa, fosse legítimo o uso da força, nem sempre, porém, eram vantajosos a total destruição do inimigo ou o seu absoluto saque.

Com a expansão do Cristianismo, disseminou-se também a mensagem da paz, bem expressa na bem-aventurança de que *bem-aventurados os pacíficos porque verão a*

⁷¹⁶ Liv. (9.1.19) *Iustum est bellum, Samnites, quibus necessarium, et pia arma quibus nulula nisi armis reliquitur spes.*

Deus. Durante o período medieval, o pensamento cristão procurou um meio-termo possível entre a perversidade de deixar sem defesa o bem comum e a imoralidade da violência excessiva. Foi de acordo com essa linha de raciocínio que surgiram as leis da cavalaria, as tréguas de Deus, os usos de guerra, o tratamento dos prisioneiros etc. que estão nos fundamentos das modernas leis da guerra. O dever de defender uma cidade era clarividente para certas figuras eminentes da Igreja. Santo Agostinho disse que *ninguém negará ao sábio o direito de fazer guerra justa ao inimigo*. De facto, deve-se ao bispo de Hipona, a primeira tentativa de definição de guerra justa: *costumam definir-se guerras justas as que vingam injustiças*.⁷¹⁷

Praticamente tudo quanto na Idade Média foi teorizado sobre o tema remete para Santo Agostinho, tanto o que escreveram os canonistas do século XII, como o decreto de Graciano, como ainda o que foi produzido por alguns autores do século XIII, de que são exemplo Raimundo de Penhaforte e Alexandre de Hales.

São Tomás de Aquino aduziu três argumentos para sustentar uma guerra justa: ser declarada por uma autoridade legítima, com justa causa e recta intenção. Esta doutrina manteve-se na sua essência até ao século XX, tendo recebido ainda contributos de autores importantes, como Francisco Suárez (1548-1617). Segundo este jesuíta que leccionou na Universidade de Coimbra, a guerra não é intrinsecamente má, nem era proibida aos cristãos. Pelo contrário era lícita de fazer do ponto de vista defensivo, mas também não deixaria de ser necessária e honesta do ponto de vista agressiva, em casos determinados. Em síntese:

(...) a guerra só seria justa com base na autoridade (*auctoritas*) do príncipe soberano e balizado por razões legítimas. E quais serão estas? No caso da guerra defensiva, o fundamento reside no próprio direito natural (individual e colectivo) à conservação. E no caso da guerra ofensiva, ela só será justificável como reacção a uma injúria grave, impossível de reparar por outra via. Neste aspecto, é ainda necessário ter em conta a questão da proporcionalidade da resposta em relação aos danos que serão eventualmente causados. Ou seja, a guerra justifica-se para evitar males maiores.⁷¹⁸

Foi pois à luz deste ordenamento jurídico, que as autoridades eclesiásticas medievais, como papas, bispos e abades procuraram sacralizar determinados conflitos, justificados pela própria inspiração divina e apoiados em exemplos do *Antigo Testamento*, concedendo a todos os guerreiros intervenientes nessas pelejas de dimensões

⁷¹⁷ Cf. FERREIRA (2009:246).

⁷¹⁸ FERREIRA (2009: 249).

teológicas entre os “exércitos de Deus” e os dos seus inimigos, toda a série de benefícios espirituais e penitenciais. Foi o próprio papado quem combinou as noções de “guerra santa” com a de “guerra justa”, a fim de legitimar a violência contra os muçulmanos, tanto nas Cruzadas efectuadas à Terra Santa, como na praticada na Península. Esta era uma “guerra santa” do ponto de vista religioso, mas também do ponto de vista jurídico, pois colhia sustentação no conceito de “guerra justa”. Partindo do conceito clássico e ampliado na Idade Média, um conflito tinha sustentação legal sempre que se procurava recuperar bens que um inimigo havia usurpado na sequência de uma campanha; o mesmo se aplicava sempre que se movia guerra a um inimigo que pretendia invadir um território ou se se procurava a sua expulsão do espaço que ele havia efectivamente anexado; finalmente, para vingar uma injúria, nomeadamente pela quebra de compromissos firmados do ponto de vista político, religioso ou moral. Ora, o conceito de Cruzada enquadrava-se perfeitamente em qualquer destas alíneas, uma vez que a Terra Santa era a herança de Deus ao seu povo, herança que os muçulmanos haviam perversamente roubado. Neste contexto, a sua recuperação não era um acto deliberado e gratuito de agressão, mas sim um acto de justiça. De facto, as Cruzadas eram entendidas uma acção de vingança contra as injúrias praticadas pelos muçulmanos contra a Igreja e contra os cristãos, sendo considerada, ao mesmo tempo, uma “guerra de libertação” dos cristãos que haviam sido perseguidos e despossados das suas terras.⁷¹⁹

Este ordenamento ideológico demonstrou toda a sua eficácia, ao convocar os reinos ocidentais para um projecto comum. Neste sentido, não é descabido pensar-se que tanto os discursos militares pronunciados no campo de batalha, como aqueles que resultam da recriação retórica levada a cabo pelos historiadores, recorrem a este argumento para animar os guerreiros, trazendo-lhes à memória as razões justas por que lutavam, de tal maneira que a arenga militar se assume como o instrumento privilegiado para a sua difusão propagandística.

Resulta daqui que as arengas medievais recolhidas e amplificadas pelos cronistas que narram as Cruzadas à Terra Santa, bem como os historiadores peninsulares, alguns deles participantes na guerra da Reconquista, mais do que em disposições tácticas, colocam o enfoque retórico dos discursos na exploração da justa guerra contra os inimigos de Cristo. Portanto, estas alocações estão vocacionadas essencialmente para as motivações espirituais e ideológicas que moveram os combatentes para aquelas batalhas,

⁷¹⁹ GARCÍA FITZ (2008: 446).

não surpreendendo que, por entre estes exércitos medievais, circulasse toda uma panóplia de religiosos, de relíquias e demais alaias sagradas, que tinham como objectivo fortalecer o ânimo das tropas e recordar-lhes os verdadeiros motivos daquela empresa. Não raras vezes, bispos e abades, empunhando uma cruz, deambulavam pelas alas do exército, lembrando aos soldados que lutavam por Cristo e ali estavam para vingar as ofensas sucessivas que os infiéis lhe haviam infligido. Estes discursos dos religiosos, pronunciados por vezes depois da arenga do rei ou do chefe militar da ocasião, tinham o objectivo de confirmar as palavras acabadas de ouvir e de incendiar os corações daquela mole humana, de modo a enfrentarem, sem receios, os inimigos, os perigos e a morte.

E foi assim que na Idade Média, a Cruzada foi considerada como a mais justa e a mais santa de todas as guerras. Se o propósito inicial era mover a guerra contra os muçulmanos na Terra Santa e depois na Península, expulsando-os destes espaços, com o tempo, o conceito tornou-se mais lato, servindo como lastro de ataques contra povos pagãos e mesmo contra cristãos desobedientes aos princípios morais e políticos do Papa de Roma.

Foqumo-nos, agora, em Portugal, nos finais do século XV e inícios do seguinte, período em que a aventura oceânica ganha um novo e decisivo fulgor. De acordo com os estudiosos, D. João II (1480-1495) arquitectara um verdadeiro projecto imperial, reservando para Portugal uma área assombrosa que ia do Brasil à Índia, cujo acesso a esta se fazia pela rota do Cabo, contornando o continente africano pelo sul. Não era alheio a este plano, cristianizar a África, partindo do litoral para o interior até se alcançar o reino semi-mítico do Preste João, rei supostamente cristão. Com o seu apoio militar e com o desvio das especiarias para a Rota do Cabo, esperava-se, finalmente, atingir aquilo por que há tanto se lutava: enfraquecer e esmagar o bloco islamita. D. João II esperava assim tornar-se imperador, no sentido de rei dos reis, cristãos e mouros. D. Manuel (1519-1521) herdou esse projecto ao qual acrescentou matizes messiânicas. Instigado por alguns conselheiros, ele seria o rei predestinado para vencer a Besta do Apocalipse, leia-se o Islão, bem como para entrar finalmente em Jerusalém, cume dos seus projectos. Iniciar-se-ia então uma era de prosperidade.⁷²⁰

Como qualquer projecto, também este necessitava de financiamento. As drogas e a pimenta altamente cotadas tornaram-se o alvo. Os dividendos do seu comércio teriam como destino, entre outros, o suporte dessas expedições militares. Ora, ir directamente ao

⁷²⁰ Cf. THOMAZ (1998: 172-174).

Oriente subtrair o comércio das especiarias aos muçulmanos seria uma compensação pelo relativo insucesso militar das Cruzadas: provocar-se-ia um bloqueio económico ao bloco muçulmano, particularmente ao Império Mameluco do Egipto, enfraquecendo-o e asfixiando-o. Além do mais, acreditava-se que havia cristãos no Oriente, que, certamente, teriam maior disponibilidade em comerciar com os seus irmãos até mesmo para formar uma tríplice aliança com o Preste João para aniquilar os muçulmanos. De facto, admitia-se uma Índia povoada por uma maioria cristã. Autores cristãos, dos primeiros séculos, apontavam que Tomé, um dos Doze Apóstolos, evangelizara aquela área. Tal ideia fora corroborada por viajantes europeus dos séculos XIII a XV, como Marco Polo e Nicolo de Conti, que atestaram a existência de comunidades cristãs no Malabar. Tudo parecia correr bem, até que Vasco da Gama chegou à Índia...

Ao contrário do que parecia supor D. Manuel, desde há dois séculos que a Índia se havia tornado num amplo espaço muçulmano, o mesmo sucedendo na costa oriental africana. No Oriente, as comunidades muçulmanas eram ricas e influentes, detendo, por isso, uma enorme ascendência sobre sociedades autóctones hindus. Além do mais a presença dos portugueses no Oriente não foi vista com agrado pelos cristãos de Veneza, pois viam substituir o eixo comercial Calecut – Meca – Alexandria – Veneza pelo de Cochim – Lisboa. Num cenário tão adverso e distante daquele que era sonhado, ou Portugal se impunha e conquistava o seu espaço ou definhava. Escolheu a primeira via, desencadeando-se, logo de seguida, uma ininterrupta série de conflitos, guerras, mas também missões diplomáticas junto do Papa, procurando demonstrar que Portugal era a grande potência marítima, capaz de defender a cristianíssima Europa da imaneente ameaça turca. Não vamos aqui desfiar esse rosário de batalhas que mamelucos do Egipto, rumes, cambaicos e os volúveis venezianos perpetraram contra os portugueses, num jogo perigoso de alianças e de interesses.

Em suma, Portugal voltava a encontrar no Oriente o seu inimigo antigo da Península e do Norte de África: o Muçulmano. Para o enfrentar, foi assim necessário, com toda a assertividade, empregar a força militar:

Tal decisão acarretou profundas consequências ideológicas: a empresa adquiriu, assim, um cunho guerreiro, renovando a atmosfera das campanhas marroquinas do século XV. Era um **ideal de guerra santa, uma como que nacionalização da ideia de cruzada** – despedida de coloração internacionalista que lhe conferia a sua relação com o conceito

medieval de *Respublica Christiana*, porque colocada agora ao serviço da política expansionista de um Estado Nacional (...).

O reencontro com os Muçulmanos no Índico não levou, porém, apenas ao avivar da atmosfera mental das campanhas marroquinas: levou, igualmente, à reprodução do modelo de organização da expansão no Norte de África, baseado na presença de um rosário de praças-fortes, ao longo da costa, em **endémico estado de guerra** – o que, como em Marrocos, permitiu a perpetuação do predomínio político da nobreza militar, chamada a desempenhar um papel essencial na manutenção do sistema. A sua educação, no seio de uma estrutura familiar, assegurava, por sua vez, a transmissão dos **valores guerreiros tradicionais**, e, consequentemente, a **ideologia belicista** que enformava a empresa.⁷²¹

Digamos que o ideal de guerra santa, tendo sido amplamente propagandeado pelo poder político e seus sequazes, foi igualmente o verdadeiro pólo agregador dos vários estratos sociais em torno do mesmo projecto. Efectivamente, lutar pela religião é igualmente lutar também pela sua própria individualidade cultural e pela sua continuidade enquanto entidade colectiva. Não supreende pois que tenha sido esta ideologia de cruzada a forma que os portugueses elegeram para manter a coesão entre si, enquanto povo, cuja consciência colectiva ainda estava em formação.

Foi assim à sombra desta ideologia de cruzada, que a empresa marítima foi vogando, não sem contornar inúmeros escolhos. Logo em 1481, o bispo Garcia de Meneses, embaixador do Rei de Portugal e comandante da armada real contra os Turcos que ocupavam militarmente Otranto na Apúlia, pronunciou uma oratio ao Papa Sisto IV, em cuja *confutatio*, apresenta os portugueses como os mais exímios na arte militar, tanto no mar como em terra, capazes de, com poucos combatentes, se oporem com êxito à imensidão dos guerreiros Turcos:

Vis mari geratur res, quid putas negotii tot quadriremibus, tot rostratis nauibus, cum lemborum, celocium et exiguarum biremium multitudine fore? Vis fusas et disiectas aut uariis locis repertas persequi? Hic tibi in primis usus Lusitanarum nauium erit, nec enim earum meminisse pigeat, cum roboris plus multo **Turcarum triremibus** habeant et quouis uento agilitate et celeritate eas longissime anteueniant. Accedit ad haec omnia, **rei militaris incredibilis paene nostrorum peritia et continuus bellorum usus, qua sola re saepe exiguae copiae máximos exercitus fuderunt, et mediocriter fortes ferocíssimas gentes exterminauerunt.**⁷²²

Admitamos que a acção se passa no mar; que espécie de problema pensais vós que pode haver para tantas quadrirremes, tantos navios providos de esporões, contra a turba de barcos ligeiros e das exíguas birremes? Admitis que estas, repelidas e dispersas, ou postas em lugares variados, possam conduzir a perseguição? Aqui será da maior importância o emprego das naus portuguesas, e não tenho pejo de as mencionar, porque a sua robustez é muito maior que a das trirremes turcas e lhes são largamente superiores, em agilidade e rapidez, com qualquer vento que seja. Junta-se a tudo isto a perícia militar, quase incrível dos nossos, e a sua prática

⁷²¹ THOMAZ (1998: 212).

⁷²² RAMALHO (1985:22).

contínua de guerra, graças à qual somente, muitas vezes forças exíguas dispersaram os maiores exércitos e, sendo medianamente fortes, exterminaram os povos mais ferozes.

Se Garcia de Meneses, em 1481, num palco internacional como era a Cúria Romana, estrategicamente apresentava os portugueses como os mais hábeis e mais bem apetrechados dos povos cristãos para susterem o avanço turco, já em meados do século XVI, Damião de Góis é mais contundente na carta que dirige ao humanista Cardeal Pedro Bembo, carta essa que serve de preâmbulo à edição dos *Commentarii Rerum gestarum in India* de 1539. Nessa carta, refuta todas as acusações de Paulo Jóvio, que acusava os portugueses de venderem especiarias estragadas à Europa e de estarem mais interessados no lucro do que na evangelização. Góis desenrola todos os feitos praticados pelos portugueses para a difusão da Fé, argumentando que os lucros das especiarias se destinam precisamente a tornar sustentável esse imenso esforço de guerra contra os turcos. Perante isto:

Quis piorum Christianorum non desinat nos maledictis lacessere, considerans ad tot sumptus sustinendos magnum omnino requiri lucrum? Quod sane nobis inuidere non debent, sed potius nos augere, aromata nostra carius emendo (quamquam a nostris semper vilius vendita sint, quam olim a ceteris nationibus vendebantur) vt ea pecunia **Mahometani de facie terrae** (quando alii Christiani principes inter se dimicando Christianam ditionem neglectui habent) **deleantur**, et sacrossanta fides passim ac tuto praedicetur.⁷²³

Que cristão justo não deixará de nos ferir com palavras ofensivas, considerando que para tantas despesas se requer em geral grande lucro? Por consequência, não nos devem querer mal, mas sim, favorecer-nos, comprando mais caro as nossas especiarias (embora os nossos as vendam sempre mais barato do que o faziam antigamente as outras nações), para com este dinheiro os Maometanos serem varridos da face da terra (pois os outros príncipes cristãos, combatendo-se uns aos outros, não curam do domínio cristão), e em toda a parte se pregar sem inquietação a santa Fé.

A crueza da expressão de Góis *Mahometani de facie terrae deleantur* demonstra, até que ponto, os portugueses estavam dispostos a agitar ideologicamente a bandeira da guerra santa, da cruzada contra os turcos, como estratégia retórica de defesa do monopólio das especiarias. Dito de outro modo, tanto no plano interno como plano externo, por meio de diplomatas, eclesiásticos, poetas, historiadores, entre outros, procuraram defender o interesse nacional apresentando-o como um serviço prestado ao bem comum da *Respublica Christiana*. Tal facto, em consequência, permitia aos protagonistas portugueses granjearem respeito e prestígio junto das elites cristãs europeias.

⁷²³ MATOS (2006:130).

Vejamos agora como se reflecte esta ideologia nos discursos. Sabendo nós que muitos cronistas participaram activamente em campanhas militares ou que privaram com alguns dos heróis que as protagonizaram, é lícito pensar-se que, efectivamente, os capitães portugueses, para motivarem as tropas, brandiam a noção de cruzada nas suas alocações. Assim, quando D. João de Mascarenhas diz aos capitães de Diu (T1): *Alembrevos que temos IESU CHRISTO / Por nosso capitam: e que está certo / Vencermos, pelejando contra imigos / De sua Fé sagrada.*⁷²⁴ Está não só a motivá-los para a guerra, recordando-lhes que ao lutarem contra os inimigos da Fé atraíem sobre si o favor de Cristo, estando, portanto, garantidos os inerentes galardões, mas ao pronunciar este argumento, D. João de Castro está também a apelar para a individualidade portuguesa, para a noção gregária de um povo que sempre se definiu, desde os alvares da nacionalidade, pela oposição religiosa contra povos adversários.

Por outro lado, no plano historiográfico, lançando mãos daquelas breves frases proferidas pelos capitães, amplificavam-nas e compunham um discurso de acordo com as normas retóricas vigentes. Só que, agora, os receptores dessas arengas já não eram os soldados, mas sim os muitos leitores das obras históricas, portugueses, mas também estrangeiros, uma vez que as edições portuguesas alcançaram rapidamente traduções em diversas línguas europeias, quer ainda porque algumas outras obras foram escritas na língua internacional da época, o latim. Portanto, um público europeu, letrado e ávido de notícias exóticas, pôde acompanhar o desenvolvimento da gesta portuguesa. Ora, somos levados a crer que estas arengas literárias provocariam um enorme efeito sobre o público leitor: de facto, ouvir em directo a voz de um herói, como D. João de Castro, num cenário de guerra distante, apelando aos seus homens para lutarem contra os infiéis de modo a evidenciem o velho espírito português, teria, certamente, um efeito dramático poderosíssimo sobre os leitores. Neste sentido, as arengas historiográficas tornaram-se num instrumento privilegiado para convencer os leitores sobre a justiça e santidade da empresa comercial e espiritual portuguesa, desempenhando assim um notável papel progandístico.

Cumprido, agora, apresentar aqui alguns dos tópicos que consubstanciam a ideologia cruzadística e que mais frequentemente são pronunciados pelos chefes militares (ou inventados pelos historiadores) nos seus discursos. Com esses tópicos, aspiravam motivar as restantes chefias intermédias para a guerra, evidenciando-lhes os altos valores

⁷²⁴ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IV.

por que lutavam (enquanto os historiadores intentavam convencer os leitores da justeza daquela guerra).

Assim, se a guerra era realizada contra os inimigos de Cristo e feita em seu serviço, o mais natural é afirmar que Cristo estava com eles, mais ainda, Cristo lutava com eles, porque era o seu capitão, como declara D. João de Mascarenhas (T1):

Alembrevos que temos **IESU CHRISTO**
Por nosso capitam: e que está certo
Vencermos, pelejando contra imigos
De sua Fé sagrada.⁷²⁵

Se Cristo é o capitão, a consequência directa é a de que eles, combatentes, são os seus *milites*, são a sua milícia. Este é um tópico que foi muito vulgarizado na história medieval das Cruzadas e que, agora, reanimado o seu espírito, volta com enorme actualidade. Na mesma arenga, depois de Mascarenhas ter dito que Cristo era o comandante deles, de seguida afirma a consequente simetria:

O fortes Portugueses, ô senhores
Que sois de IESU CHRISTO cavalleiros,
A religião Christã vos lembre a todos...

De igual modo, em Novembro de 1510, Afonso de Albuquerque, dispondo-se a atacar novamente Goa, atribui a sua anterior perda, havida em Março do mesmo ano, não à reacção violenta dos povos autóctones, mas sim ao facto de eles, portugueses, não terem devidamente agradecido à Providência essa fácil conquista. Uma vez mais, porém, os portugueses são, pela sua boca, a milícia executora dos planos de Deus contra seus inimigos (T2):

Tudo segũdo tenho sabido nos convida, tudo nos amoésta que nos tornemos a esta propriedade que nos Deos deu sem sangue, e sem o modo que trazíamos de a cometer quando nella entrámos; da qual se oje estamos fora, verdadeiramente creyo ser por lhe nam darmos graças por quam barata a ouvemos de sua mão. Porque a naçam Portugues onde nam põem trabalho nam lhe parece que tem honra, e desta sua honrada openiam vem ás vezes nam estimar as cousas, e de as nam estimar náce o esquecimento de dar louvor e gloria a Deos per qualquer módo que lhe a elle apraz concedernos victória. Com tudo como esta **milícia** però que nós sejamos ministros e instrumentos della, a causa é própria delle mesmo senhor, **pois é contra mouros e infieés imigos de sua sctã fé,**⁷²⁶

⁷²⁵ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IV.

⁷²⁶ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

Também Luiz de Mello Siva, antes de uma batalha naval, renova aos seus soldados que eles são a milícia de Cristo (T2): *fizessem prestes, porque aquella **bandeira da milícia de Christo**, que tinha pela quadra, não havia de fogir (...)*.⁷²⁷

Estamos mesmo diante de uma fera cruzada, de uma guerra de religiões, tal como se depreende também da arenga de Francisco de Almeida aos soldados embarcados que se (T2) preparavam para combater Mir-Hocem na batalha naval de Diu: *Christi nomen, religionis sanctitatem, sectae Mahumetanae scelus commemorabat*;⁷²⁸ *O vice-rei lhes punha diante o nome de Jesus Cristo, a santidade da nossa religião, a impiedade da seita de Mafamede (...)*.

Ora, os capitães são incansáveis em recordar aos seus ouvintes que lutam contra esses inimigos da Fé, que cometeram toda a espécie de iniquidades, merecedores, pois, de um justo castigo. Esta é uma estratégia, levada, a efeito, para despertar a ira sobre tais inimigos. Uma das estratégias é a de apelidar os mouros de cães ou perros. Assim o faz Francisco de Almeida (T2), vincando que os rumes eram inimigos de Cristo mas também deles, que o escutavam:

(...) peçovos muyto que vos lembre que **pelejays pela fe de nosso senhor Iesu Christo**, e que tenhais confiança nele que vos dara vitoria, como vola deu em outras batalhas em que vêcestes a **estes cães** seus imigos e vossos;⁷²⁹

Já Albuquerque (T2), a propósito dos habitantes de Adém, verbera: *e se assi ho fizermos vingaremos as brasfemias que estes **perros** offendem a magestade divina*.⁷³⁰ Por outro lado, os outros, os inimigos são apresentados negativamente, trazendo consigo o rol das perversidades praticadas sempre contra o verdadeiro Deus. Isso diz Mascarenhas aos capitães de Diu (T1), o culto dos muçulmanos ofende a majestade divina e há-de ser motivo da respectiva destruição:

Illis vero suas preces perversumque sacrorum ritum, quo numinis maiestatem offendant, in ipsorum perniciem versurum.⁷³¹

Ao passo que as preces deles e a perversão dos seus rituais sagrados, na medida em que ofendem a divina majestade, em sua própria destruição se hão-de converter.

⁷²⁷ Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. VIII, Cap. X.

⁷²⁸ Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber VII

⁷²⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. LXV.

⁷³⁰ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. CV.

⁷³¹ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 47.

Se confrontarmos esta argumentação cruzadística amplamente utilizada pelos capitães e vice-reis portugueses em África e na Ásia, presentes na historiografia ultramarina quinhentista, com os lugares-comuns retóricos presentes na historiografia que, embora escrita no século XVI, se reporta a acontecimentos medievais, verificamos uma assinalável similitude retórica, donde se concluiu aquilo que já anteriormente afirmámos: o espírito e a ideologia da Reconquista medieval foram embarcados nas naus que vogaram para a África e para a Ásia, territórios onde se reacendeu de novo a cruzada contra os mouros, inimigos da fé. Comprova-se pois que, ao nível deste lugar-comum, a argumentação militar de Afonso de Albuquerque nos mares do Oriente é idêntica à que Afonso Henriques utiliza para exortar os seus a expulsarem os mouros das terras que haveriam de ser Portugal. Compare-se e comprove-se pois com as palavras (T2) do rei fundador nos campos Ourique:

Meus bons vassallos, e amigos, muito vos deve lembrar a tenção e desejos com que partimos de Coimbra para **servir a Deos, e punhar por sua santa Fé Catholica, contra estes seus imigos, e nossos, (...)**.⁷³²

Repetindo, no mesmo discurso, a guerra contra os inimigos de Cristo:

Oh quanta mercê nos Deos faz Cavalleiros, e a quanto bem nos chegou, se lho bem conhecêssemos, chegou-nos a um dia e feito tão glorioso, quanto Cavalleiros não poderiam, nem saberiam mais desejar. **Chegou-nos a pelejarmos por elle, e por nós, peleija sua, e nossa contra cinco Reis Mouros imigos da sua Santa Fé (...)**.⁷³³

Contudo, os inimigos de Cristo são os muçulmanos, mas podem sê-lo também os partidários da Reforma. Também os franceses, partidários dos reformadores luteranos e invasores do Brasil, trazem, segundo o capitão-orador, os corações vazios de fé verdadeira, sendo, portanto, também inimigos de Deus, sobre os quais se deve, igualmente, abater a sua justiça. Não nos esqueçamos que o autor desta obra é o jesuíta José de Anchieta, que aproveita o ensejo, para divulgar os preceitos saídos de Trento:

Sed quae sunt contra divina hae robor a vires?
Numquid difficile est Domino, - caeli ardua nutat
Quo quatiente domus, - turres excindere magnas?
Non ille armatas acies, non saeva tremiscit
Agmina; non hominum terrores pertimet ille;
Ille dabit vires, **causam**que iuvabit agentes
Iustitiae Fideique pius; desxtraque potenti

⁷³² Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

⁷³³ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

**Pugnabit, frangetque hostes, atque impia, vera
Cassa fide, meritis multabit pectora poenis.**⁷³⁴

Mas o que são essas forças para a onnipotência divina? Porventura é difícil a Deus – que a um aceno faz tremer o palácio celeste – arrasar as grandes torres? Não é ele a tremer de batalhões de soldados embora créis; ele desconhece os terrores dos homens; Ele incutirá forças, ajudará compassivo a causa do justo e do fiel; com a dextra potente abaterá e esmagará os inimigos e castigará com a morte os corações ímpios, vazios da fé verdadeira.

Os portugueses são, portanto, a milícia de Cristo, defensores da sua causa contra todos os inimigos da sua Fé. Ora, os capitães são incansáveis em recordar aos seus ouvintes que lutam contra esses inimigos da Fé, como igualmente são lembrados os leitores dos seus discursos.

Os historiadores portugueses também focam o lado muçulmano, dando conta das arengas dos seus reis e capitães e do modo como percebem a respectiva *yihād*. São, aliás, várias as arengas facultadas pelos cronistas portugueses. Assim, Mulei-Maluco, nos campos do Norte África, insta os seus alcaides a darem a vida pelo Profeta, e a aniquilarem os mouros aliados de D. Sebastião e a repelirem o jugo cristão que eles pretendem impor. Trata-se, pois de uma forma de retaliar essa ocupação, é, portanto, uma batalha justa. Desejaria, neste, sentido, prologar a sua vida para que pudesse assistir a mil mortes de uma só vez, alcançando assim a glória de Mafamude (T1):

por o que toca á nossa lei e á honra do nosso profeta, com zelo mais aceso, do que minhas forças neste tempo podem, vos rogo muito (pois en não posso) vos animeis pera vingardes tão grande injuria, e apostasia da nossa religião, ao que os verdadeiros mouros devem offerecer a vida, e passar por os fins, até chegar a dar o castigo de hum tão grande crime, o qual, creio, Deos não estranhará menos nos mouros que se tornaraõ cristãos, que nos querem trazer a sua fé, e pôs debaixo de seu ceptro, com jugo de grave tributo, e aspero cativoiro, de quem a morte visinha me assegura a liberdade. Pera defençaõ da nossa seita, folgara agora queDeos me espaçara a vida hum breve tempo, e achara-me por bemaventurado morrer logo mil mortes em tal empreza; pois, com tal zelo, a minha alma ganhara a gloria que Mafamede nos promette.⁷³⁵

Fundamentalmente, estas arengas dos caudilhos muçulmanos vêm enquadradas em parênteses. É uma estratégia a que os historiadores recorrem para aumentarem a tensão dramática dos seus relatos e para evidenciarem as forças e as motivações de cada um dos lados.

⁷³⁴ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber III, vv. 2497-2505.

⁷³⁵ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXV.

b. *Bellum iustum*. No âmbito da justiça da luta, este lugar-comum goza de uma tradição larga histórico-retórica, como acabámos de ver. Centremo-nos, porém, agora, no âmbito português. Desde pelo menos o século XV que se procurava enquadrar juridicamente os vários casos que poderiam ser aduzidos como exemplos de violação de direitos justificativa de um *bellum iustum*, de tal maneira que começaram a surgir vários tratados jurídico-teológicos que regiam os comportamentos internacionais das nações. Como já por várias vezes tivemos oportunidade de referir, os portugueses, antes de uma campanha militar decisiva, procuravam saber junto de juristas e eclesiásticos se lhes assistia a justiça daquela luta. Recordemos que logo a primeira expedição ultramarina, a conquista de Ceuta, não foi feita sem uma prévia e assentada consulta de uma panóplia de autoridades, tal como conta Zurara na crónica homónima. Diga-se, no entanto, que a guerra só era feita pelos portugueses depois de esgotadas as possibilidades de entendimento pacífico.

Convém esboçarmos, de maneira breve, quanto possível, algumas das causas que, de acordo com ordenamento jurídico da época, legitimavam o conceito de *bellum iustum* e a forma como os portugueses actuavam em conformidade. Começemos, primeiramente, por ver como a governação portuguesa entendia o seu relacionamento internacional. Ora, é na *Ásia* de Barros que encontramos as linhas-mestras dessa actuação estratégica, numa fala de Francisco de Almeida aos capitães da sua armada. Corria o ano de 1505, quando o então governador da Índia, ajuntado os capitães da armada na sua nau (T1), lhes diz que D. Manuel lhe determinava que:

(...) em os negócios que teusses com os príncipes daquellas partes, em paz ou em guerra descuberta, trabalhando mais na primeira que na segunda, e esta lhe encomendava por precepto, e a guerra por necessidade.⁷³⁶

A paz por preceito e a guerra por necessidade é a súpula que resume a política portuguesa de relacionamento externo, nomeadamente com os potentados orientais. Nela fica claramente sobrevalorizada a paz como solução primária a empreender externamente com estados ou reinos orientais. Genericamente, os portugueses, chegando ao Oriente munidos pelas doações papais daqueles territórios, requeriam aos respectivos líderes que aceitassem a suserania portuguesa e que firmassem acordos de comércio e de tributação. Como norma de actuação, oferecia-se, primeiramente, a alternativa da paz e só, recusada esta, se partia para a guerra. Em 1506, numa viagem a Ceilão, Diogo de Almeida,

⁷³⁶ João de Barros, *Década I da Ásia*, Liv. VIII, Cap. III.

enviado por D. Lourenço de Almeida ao Rei de Kotta, Vira Parakramabahu, ter-lhe-á dito:

Senhor, o Capitão daquela armada é filho do Visorei da Índia e são escravos d'El-Rei de Portugal, o maior senhor que há no mundo. E vieram à Índia com muitas mercadorias para vender e comprar com as gentes bons mercadores, **em todas as terras que com eles querem paz e trato**, e quem **não quisesse paz lhe fazer guerra**, porque a coisa que mais folgam de comprar é boa verdade, que onde a acham boa a compram para sempre com muito boas obras, até por boa paz e lhe quebram sem justiça e razão, eles então tomam a vingança com fogo e sangue. E aos seus bons amigos tem amizade como próprios irmãos, guardando-lhes seus portos e navegações, onde quer que os acham, porque os Portugueses são senhores do mar. O Capitão te manda dizer que se aprover com ele assim assentar assim esta amizade e boa paz, que nesta tua terra assentará trato, o que se quiseres ele se haverá por ditoso vir ter a este porto, e fica aguardando que disto lhe mandes resposta. E que se com ele assentares esta paz, para saber que nela estás firme como bom amigo, lhe hás-de mandar cada ano, quando aqui vierem nossas naus, alguma boa peça (...). E quando te alguém fizer guerra, te mandarão armada e gente e te ajudarão contra teus inimigos como próprios irmãos. **E não querendo tu assim esta paz, ficarás por seu inimigo e farão mal às tuas coisas onde quer que as acharem**, sobre o que podes tomar teu conselho e tomares o que te aprover.⁷³⁷

Esta proposta de vassalagem era a via pacífica que jogava em alternativa ao *in possessionem mittere*, concretizado pela invasão militar, justificada pelo conceito de guerra justa de meter em posse um território. De igual modo, também Afonso de Albuquerque, antes de conquistar Ormuz, em 1507, enviou uma mensagem ao Rei Saif-ud-din:

Dize ao rei de Ormuz que El-Rei de Portugal e Senhor das Índias, desejando muito sua amizade me mandou a este porto para o servir com esta armada. Que se ele quiser ser seu vassalo e pagar-lhe tributo, que farei com ele pazes e o servirei em tudo o que me mandar contra seus inimigos. E se não quiser, saiba que lhe hei-de destruir toda esta armada em que tem sua confiança e tomar-lhe a cidade por força d'armas (...).⁷³⁸

Um dos diplomas papais que concedia a D. Manuel o direito de conquista e de submissão fora a Bula *Inneffabilis et Sumi* de 1497. Era com base em disposições legais de semelhante cariz, que os portugueses ficavam legitimados a requerem a submissão desses potentados à *pax lusitana*. Ao optarem por a recusar, ficavam à mercê do repúdio tanto da autoridade pontifícia como real, de maneira que os representantes da Coroa poderiam subjugar *manu militari* esses reinos desobedientes, apossando-se deles e reduzindo à escravidão os rebeldes. Portanto, esta era uma das causas para justamente se mover a guerra a um potentado. Em todo o caso, dado o seu reduzido número, os portugueses preferiam sempre a via da persuasão, da negociação para efectivarem o seu domínio. A paz foi, em todos os casos, a primeira opção para o relacionamento

⁷³⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, 648.

⁷³⁸ Brás de Albuquerque, *Comentários...*, Cap. XIII, (I Parte).

internacional, como aliás é amplamente replicado pela historiografia coeva, não sendo apenas um produto da retórica heróica, mas mesmo uma linha de actuação governativa.

Ficavam assim seriados os requisitos doutrinários necessários para se praticar legitimamente a guerra:

A Coroa não tinha dúvidas assim em considerar lícita uma pugna que decorria de uma situação em que, requeridos os indígenas para um relacionamento firmado sob inspirações da lei da paz, estes a negavam, recusando-se a cumprir segundo os ditames do Direito das Gentes e a correspondente proposta da *pax lusitana*. Como bem notou Sílvio Zavala, os autores eclesiásticos tinham um sentido judicial da guerra, interpretando-a como a *ultima ratio* de um príncipe em favor do qual concorria uma justa causa contra um inimigo causador de uma injúria: *de este modo la guerra venía a ser la ejecución de la justicia entre partes que no reconocían superior común, lo cual explica los efectos de resarcimento, de castigo, y hasta de venganza, que los autores concedían al vencedor en la guerra justa.*⁷³⁹

Decorre daqui que a rejeição da proposta de paz, de negação de comércio pacífico e também de liberdade de pregação do evangelho conferiam direitos de *iustum bellum*. De acordo com Thomaz (1998: 219) outros dos motivos que assistiam brandir este conceito jurídico era o da reconquista de terras anteriormente pertencentes a cristãos. Um resumo de um desaparecido tratado do século XVI, intitulado *De iuribus quibus Lusitanum imperium in Africa, India ac Guinea possidetur*, cujo autor António da Gama declara ser justa a guerra movida contra mouros e sarracenos *qui prouincias olim a Christianis posseas nunc obtinent*. Um outro tratado, anónimo, que dá por título *Por que cousas se pode mover guerra justa contra os infiéis*, informa D. João III que as conquistas feitas pelos portugueses aos mouros de África e aos turcos da Ásia se justificam pelo facto de eles ocuparem *injustamente as terras e estados dos cristãos que as possuíam e cujas eram e a cujos herdeiros e descendentes pertenciam, se aí os houvera.*⁷⁴⁰ No entanto, de acordo com o ordenamento jurídico da época e como este mesmo tratado anónimo defende, essa razão cessava diante daqueles povos que, presumivelmente, nunca tinham ouvido falar de Cristo, como eram os negros de África, os naturais muçulmanos ou gentios da Índia ou Ceilão, assim como os persas que, mantendo hostilidades permanentes com os turcos, se distanciavam destes contumazes infiéis.

⁷³⁹ SALDANHA (2005: 534).

⁷⁴⁰ Cf. SALDANHA (2005:536).

Igualmente, segundo aquele tratado anónimo, justas eram as causas de se *mover a guerra*, mesmo entre os fiéis, para se *cobrar o que nos é tomado e ocupado injustamente, quando o não querem restituir, satisfazer ou recompensar em casos em que se admite satisfação e recompensa, e tomar emenda da ofensa que nos é feita, quando os que podem e devem emendar o não fazem, como é razão*.⁷⁴¹

Estão aqui enumeradas algumas ocasiões em que um estado como Portugal, podia invocar legitimamente o conceito de guerra justa. Passemos de seguida, ao tratamento que este conceito jurídico assumiu enquanto tópico retórico nos discursos militares de quinhentos.

Um dos acontecimentos que mais concorrem para a invocação do tópico de causa justa por parte dos oradores militares portugueses, prende-se com o assédio que cambaicos e turcos impuseram por duas vezes à cidade fortificada de Diu. Esta praça, situada na orla marítima do reino de Cambaia, era um dos pontos que polarizavam as rotas comerciais marítimas e terrestres do Oriente. Desde cedo foi cobiçada pelos portugueses, porque além desta vantagem, uma outra concorria para o despertar desse interesse: dali se controlavam as incursões das embarcações turcas que vinham do Mar Vermelho. Várias foram as tentativas malogradas para ali instalar uma fortaleza, como a de Nuno da Cunha em 1528, que regressou a Goa, embora tivesse levado consigo 400 velas. Paradoxalmente, foi o próprio sultão do Guzarate, Bahadur Shah que em troca de apoio militar contra as ameaças de invasão dos mogores, deixou que os portugueses ali instalassem uma fortaleza. Morto Bahadur Shah em 1537, num encontro mal esclarecido com marinheiros e soldados portugueses, sucedeu-lhe o sobrinho Mahamud Shah. Iniciou-se um período de guerra que culminou com o primeiro cerco à cidadela comandado por Khoja Safar ou Coge Sofar (como lhe chamavam os portugueses), renegado italiano de origem albanesa. António da Silveira, capitão da fortaleza, rechaçou brilhantemente os sitiantes. Seguiu-se um período de paz, até que em 1546, Coge Sofar, então senhor de Surate, reunindo um poderosíssimo exército de forças guzarates, abissínias e turcas, durante vários meses, procurou debelar a resistência da diminuta guarnição portuguesa, comandada por D. João de Mascarenhas. D. João de Castro ainda chegou a tempo de insuflar o ânimo necessário para levar de vencida a coligação que então era já comandada por Rumeção (Rumi Khan), filho de Coge Sofar. De regresso a

⁷⁴¹ Cf. SALDANHA (2005: 540).

Goa, D. João de Castro foi recebido em cortejo, à moda romana. Este foi um dos maiores feitos de armas portugueses.

Precisamente, antes de se iniciarem as hostilidades deste segundo assédio, o capitão Mascarenhas pronuncia uma arenga para mobilizar e sensibilizar a totalidade dos combatentes para a importância e dureza daquele cerco. Entre outros argumentos, Mascarenhas afirma que a justiça daquela guerra está do lado deles, uma vez que os opositores violaram os pactos estabelecidos e desprezam todo o tipo de leis, humana e divinas. De facto, foram os cambaicos que, solicitando o apoio militar português, lhes concederam um espaço para a construção da fortaleza. Não poderiam, pois, desopressos dos inimigos, expulsar os portugueses:

Belli vero id genus esse, quod violatis foederibus, contra omnis divini atque humani iuris contemptores inviti, ac multis magnisque iniuriis lacesiti suscepimus.⁷⁴²

Por terem violados pactos de aliança, esse é o tipo de combate que, sem que o quiséssemos e flagelados por muitas e graves ofensas, empreendemos contra gente que despreza todas as leis divinas e humanas.

Corte Real adaptou à épica esta arenga de Teive. Com efeito, é logo no próêmio da arenga, que surge a primeira alusão, o que condiciona o restante discusso (T1):

Esforçados senhores, valorosos,
Usados a trabalhos, e a perigos,
Bem vedes este cerco tam soberbo,
Que Mamude nos poem sem **causa justa**.⁷⁴³

Uma pouco mais adiante, Mascarenhas entra, pois, analiticamente, na exposição das ilegalidades cometidas por aqueles sitantes. Quebraram todos os acordos de paz firmada, são gente sem palavra e só os move a perfídia, nem na vitória mostram qualquer acto de clemência. Portanto, esta guerra é a todos os títulos justa de se empreender:

**Lembrovos que este imigo he fraudulento,
Quebrantador do pacto, e a paz firmada,
Que nam guarda palavra prometida,
Nam saberá vencer, nem cós vencidos
Terá clemencia algũa; atentay todos
Que esta guerra he muy justa, pois quebraram
Contratos, condições entre nós postas.**

⁷⁴² Diogo de Teive, *Commentarius...*, 18.

⁷⁴³ Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IV.

Também, Diogo do Couto limou esta arenga. Na mesma arenga de Mascarenhas insiste e amplifica as ilegalidades cometidas pelos cambaicos, nomeadamente de terem quebrado os pactos de paz, autorizando, deste modo, os portugueses a justamente retaliarem essa agressão. Em face disto, não são os inimigos, mas sim os portugueses que gozam do favor divino, pois têm a razão e o direito do seu lado. A vitória é pois certa (T2):

(...) porque bem vistes como me justifiquei com estes inimigos, porque quis fossem elles os **quebrantadores da paz pera nos ficar na guerra todo o direito**. (...). Não me embaraça tomar-nos este cerco em tempo, que duvidosamente poderemos ser socorridos de Goa, (pelas grandes tempestades do Inverno que entra) porque **temos um Deos justo**, que nos ha de dar a victoria, assim pela razão que de nossa parte temos (...). Estes Mouros, além de quebrantadores da paz (...).⁷⁴⁴

Segundo Fernando de Castro, o cronista, a repetição do adjectivo *quebrantador* continua a ser aplicado aos cambaicos pelo mesmo Mascarenhas. De acordo com Mascarenhas, uma vez que eles quebraram a paz, cumpre aos portugueses reporem-na e fazerem cumprir o contrato firmado entre ambos:

(...) principalmente contra aqueles que foram **quebrantadores** das pazes que com ele tinham feitas, porque então ficamos com maior louvor e dobrada glória, quando nos passarmos a perigos grandes e arriscados por **fazermos guardar as pazes e cumprir em tudo a forma do contrato** com que se fizeram, como é o negócio que temos entre mãos contra el-rei de Cambaia, **quebrantador** delas.⁷⁴⁵

Outro capitão de Diu, Fernando de Castro, aponta aos seus soldados que aquela é a causa mais justa que alguma vez fora abraçada, pelo que não lhes faltaria a ajuda da Providência: *divinum vero praesidium cum Lusitanis in omnibus bellis semper adfuerit, in hoc non defuturum, quo nullam **umquam iustioribus de causis sit susceptum***.⁷⁴⁶

Como se vê, a justa causa da guerra podia também ser invocada para denunciar o incumprimento de leis ou de acordos estabelecidos, aplicando-se também como forma de retaliação contra qualquer tipo de injúria ou agressão, efectuado contra a pátria, contra o património mesmo ou contra a família.

Porventura, a melhor definição de *bellum iustum* é-nos facultada por Duarte Galvão, por meio da arenga de D. Afonso Henriques, na véspera da Batalha de Ourique. De facto, o rei inventaria, não uma, mas várias razões que contribuiriam para que

⁷⁴⁴ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. I, Cap. VII.

⁷⁴⁵ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

⁷⁴⁶ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 62.

justamente os portugueses lutassem contra os mouros. Segundo ele, enquanto os portugueses pelejariam pelo verdadeiro Deus, eles, *arrenegados*, combatê-lo-iam; enquanto os portugueses defenderiam a sua terra, as suas famílias, a sua liberdade, eles viriam para subtrair esses valores. Finalmente, era justo combater os mouros porque as terras que possuíam na Península e em África, de cristãos foram tomadas e Deus queria que fossem restituídas aos seus primitivos proprietários. Repare-se que esta arenga assenta no artifício retórico-comparativo *nos/hostes*, em que o orador avalia o tópico da causa justa dos dois lados, a fim de concluir que a justiça e o favor divino se encontram do lado do *nos*, portanto dos portugueses:

(...) deve nosso coração, e esforço quanto temos mais justas causas, e rezão de pelejar. **Nós** pelejamos por Deos, pela Fé, pela verdade, e **estes arrenegados** que vedes, pelejam contra Deos, pela falsidade. **Nós** por nossa terra, **elles** pela que nos tem tomada, e furtadada, e querem furtar. **Nós** pelo sangue, e vingança de nossos Antecessores, **elles** por ainda cruelmente espargarem o nosso. **Nós** por poer nossos pais, nossas mãs, nossas pessoas, molheres, e filhos, com liberdade, **elles** a nós todos em seu cativoiro, a terra que hoje em dia tem, e possuem em Africa, em Espanha, nossa foi, e a Christãos por nossos pecados a tomaram, e agora que Deos quer que a cobremos, com seu desfazimento, e destruição.⁷⁴⁷

O tópico da causa justa tem uma importância enorme no âmbito da retórica militar, sendo essencial para o fortalecimento da confiança dos soldados. Não surpreende assim a sua longa tradição historiográfica. De facto, ao invocar a legalidade da luta em que os soldados iam entrar, o orador contribuiria certamente para a sua galvanização, pois assim ficavam cientes de que tinham a sustentá-los o firme respaldo da justiça e não estavam a ser manobrados pelos caprichos do comandante. Por outro lado, a guerra sendo justa, colhia o favor e ajuda divina, importante para o desempenho militar no campo de batalha e igualmente decisiva para os que perecessem, pois receberiam os merecimentos do gozo eterno. Ora, numa sociedade profundamente cristã, ter estas garantias à partida, tornaria mais confiantes aqueles que iam desafiar a morte.

Porém, se os capitães portugueses invocam recorrentemente o direito de justamente fazer a guerra, do mesmo modo os historiadores portugueses não deixam de colocar na boca dos chefes inimigos a mesma reivindicação a esse direito. Como já o afirmámos, certamente essa atitude era uma forma de censurar os comportamentos excessivos de alguns, cuja actuação punha em causa o nome português. Na historiografia de quinhentos podem ser identificadas várias arengas que dão corpo às insatisfações dos líderes de povos autóctones orientais, procurando, junto dos seus respectivos povos e

⁷⁴⁷ Duarte Dalvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

militares, instaurar um clima de rebelião contra os portugueses, com vista ao desagravo de injúrias e consequente expulsão dos seus territórios. Idalxá, rei local, comunicou aos capitães (T1) que era altura de se vingarem das afrontas cometidas nas suas terras pelos portugueses, de maneira que chegara a hora de lhes fazer a guerra:

Pera isto fez chamamento de seus Capitães, e lhes fez sobre isto huma grande falla, em que lhes **representou a obrigação em que elles, como vassallos tão leaes, estavam de satisfazerem as affrontas, que tinham recebido dos Portuguezes; e como havia tantos annos que lhe comiam as suas terras** firmes de Salcete, e Bardés, que lhes deram por mandar Mealecan pera Portugal, o que nunca os Governadores da Índia lhe quizeram cumprir: e que elle agora, pois lhe tinham dado tamanha occasião, **queria lançar mão do que era seu, e que determinava de mandar descer seus exércitos abaixo.**⁷⁴⁸

Também a rainha de Ternate procura mover os principais da sua ilha, recordando-lhes todo o rol de injúrias cometidas pelos portugueses em agradecimento pela boa hospitalidade que lhes tinha sido dispensada pela família real. A lista é extensa, envolve crimes contra a família real, contra o povo, contra a religião e contra a lei. O jugo é tão pesado que parece que os autóctones se transformam em estrangeiros na sua terra. É pois justo mover-lhes a guerra, matá-los e expulsá-los (T1):

(...) **vindo os Portugueses ter a estas ilhas perdidos**, os mandou elrey Boleife meu marido buscar, e trazer pêra esta ilha, onde com honras e mimos os recebeo, e agasalhou, e deu fortaleza, perdendo por amor d'elles a amizade dos reys vesinhos e parentes. E depois que os recolheo nesta terra, pellos sustentar, e defender nella, teve muitas guerras, perdas, e danos, e arriscou muitas vezes a vida, e o estado, tratandoos em quanto viveo com mais amor que a seus proprios filhos: mas elles em satisfação d'este hospício, gasalhados, mimos, e favores, fechando elrey meu marido os olhos, **quiserão logo lançar mão de mim**, que lhes escapei, andando muitos tempos por matos, e por brenhas, passando muitas miserias, e desventuras, tomandome meus filhos mininos com engano, e quando meu filho Bayano começava a entrar em idade pera tomar posse do reino, **matarão com peçonha**, e pode bem ser que se não acodir o fação a essoutro que tem na fortaleza, tão mal tratado, **como se fora todo seu, e nos fomos os forasteiros, avexandonos sobre isto, fazendonos guerra, usando as crueldades que ha poucos dias vistes nos nossos proprios naturaes, deitandoos aos cães, como alimarias brutas. Qualquer d'estas cousas era mûy bastante pera trabalharmos de sacodir de nossos pescoços, hum tão duro e pezado jugo**: quanto mais tantas quantas pêra isso temos. E sobre tudo isto, o que he mais de sentir, a afronta que se **fez a nossa religião, avexando nossos sacerdotes, desprezando nossos templos, e vituperando nossa ley.**⁷⁴⁹

Os dois exemplos anteriores são retirados de Diogo do Couto. Admitimos que não seja por acaso que eles surgem neste cronista. De facto, este historiador do Oriente não teve problemas em denunciar os excessos cometidos pelos portugueses naquelas paragens, a corrupção, o afrouxar dos valores, o descrédito e a progressiva ruína do império. Esta estratégia narrativa de colocar na boca de personagens os desmandos

⁷⁴⁸ Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. IV, Cap. II.

⁷⁴⁹ Diogo do Couto, Década IV da *Ásia*, Liv. VIII, Cap. I.

portugueses no Oriente foi uma forma de os tornar mais credíveis junto dos leitores e uma estratégia, pela denúncia, de defender o estado português da Índia.

Para encerrarmos a enunciação das causas justas que levam à guerra, voltamos à arenga de Mulei-Maluco. É da sua boca que de uma forma concisa, sai a melhor definição do conceito de guerra justa. Trata-se essencialmente de uma guerra defensiva, pois procura defender a pátria, a fazenda, a religião e a família, mulheres e filhos. Ora, este rei via no exército de D. Sebastião e nos dos seus aliados uma ameaça que era justo ser combatida e rechaçada (T1):

(...) e o nosso profeta favorecerá vossos zelos e vossas forças **em guerra tão justa, e em hirdes defender as vidas, as fazendas, as honras, os filhos, as mulheres, a pátria, e sobretudo vossa seita**, pregada e ensinada há tantos annos por elle e seus Cacizes.⁷⁵⁰

A invocação da justiça para se fazer a guerra é transversal a todos os povos e religiões. No jogo dialéctico de *propositio* e de *refutatio* inerente às parelhas de arengas, este é um tópico recorrente, já que cada um dos oradores reivindica para si a justeza da guerra.

Assim sendo, o tópico da causa justa está directamente implicado numa série de arengas emparelhadas (T3) (dois pares) que envolve a disputa de dois candidatos muçulmanos pelo trono da Berbéria.

Deste modo, postos os exércitos em campo e à vista um do outro, arengaram primeiramente o vice-rei de Argel, aliado de Mulei-Maluco e, depois, Alimoxeera, general de campo de Mulei-Hamet. Diz o vice-rei de Argel:

Em os vencer pouco se ganha; mas no serviço de Amurate, faz a nossas honras plantarmos suas bandeiras no reino de Fez, e dar a conhecer o seu nome, e restituirmos hum príncipe aggravado em seus reinos, por mandado do nosso rei, que são as magnificencias que acrescentaõ a gloria dos grandes príncipes. (...) mas ja que estes mouros temerariamente vem impedir nossos intentos, em nenhuma cousa nos fazem injuria digna de castigo, senaõ no pouco respeito com que aceiraraõ os mandados de Amurate, e em fim obedecem a hum entronisado contra o direito das leis; (...) Quanto mais, que cuido que elles naõ seraõ taõ pródigos de suas vidas, que quereraõ experimentar nossa fúria, mas que se vem metter debaixo de nossas bandeiras, huns por temor de nossas armas, outros com obediencia de Mulei-Maluco, cujos naturaes saõ, e vassallos querem ser, com lembrança que he filho do Xarife, a quem serviraõ e obedeceraõ com amor paternal;⁷⁵¹

O tópico da causa justa, de acordo com o vice-rei, manifesta-se em três evidências. Em primeiro lugar, procurar restituir Mulei-Maluco ao trono do seu reino. Em

⁷⁵⁰ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXV.

⁷⁵¹ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

segundo lugar, obedecem os adversários, naturalmente, a um rei ilegalmente entronizado; em terceiro lugar, esses mouros acabarão por depor as armas junto de Mulei-Maluco reconhecendo que ele é legitimamente filho do falecido Xarife, a quem sempre obedeceram.

Por seu turno, Alimoxeera alega o seguinte:

(...) aqui está ante nós, príncipe dos reinos de Berberia e filho do Xarife, que tendes nas costas, em vosso socorro, de traz daquelles outeiros: e isto somente bastava pera vos accender os corações com zelo de honra, e sem temor de todos os perigos, perder a vida por vosso rei e por vossa pátria; quanto mais que tendes justa causa de indignação em castigardes aquelle exercito de tiranos, que presentes vedes, cujo intento não he outro mais que como ladrões virem saltar nossas terras e fazendas, com inquietração da republica.(...) por tanto não espereis vos persuada mais com palavras, senão com obras, pois haveis de ver a minha lança, primeiro que nenhum de vós, derramar o sangue destes tyranos, os quais sei mui de certo não esperavaõ nosso furor com a vergonha de seu atrevimento, antes volverão as costas, como homens sem primor, que não vem fazer guerra pera ganhar honra, senão saltar como ladroens. Aqui os temos concluidos em meio de nossa terra, espantados de ver este exercito taõ guerreiro, e em ja de taõ perto enxergarem a ferocidade com que estais determinados pera offender seus esquadroens, e defender vosso rei, filhos e mulheres. Na vossa mão está ajustiça, e na sua a culpa: alçada tendes, por direito das armas, de executar nelles a morte com o despojo das armas, já que não tem fazenda que perder, pois vem a ganhar as vossas, e tão merecedores de rigoroso castigo de seu atrevimento, que enxergo essas pedras alevantarem-se pera elles, e aquelles montes inclinados pera os soverter, e aterra pera os engulir; e tomando elles alli onde estaõ experiencia do vosso valor, os tem penetrado o medo, com assas arreoendimento de sua culpa; mas nem este nos deve mover á clemencia; por que em semelhantes casos a justiça não quer largar seu direito, nem dar lugar á misericórdia, pera exemplo de outros;⁷⁵²

Ora, o general de campo de Mulei-Hamet contraria o discurso do vice-rei de Argel, direccionando-o em particular contra os turcos, aliados do Maluco. Assim, o primeiro argumento que contraria exactamente o que fora proferido pelo vice-rei, é que Alimoxeera insta os soldados a lutarem pela sua pátria e pelo seu rei legítimo, filho do Xarife. Em segundo lugar, decorre daqui, que os turcos, aliados do Maluco, não passam de um tiranos, que como ladrões vêm roubar as fazendas e inquietar a república. Terceiro argumento, em face de tudo isto, é legítimo exercer sobre eles a justiça, pois vêm ofender o rei, as mulheres e filhos dos ouvintes. Não lhes assiste qualquer espécie de justiça, de tal maneira que a própria natureza se quer vingar neles. Não são dignos de misericórdia, porque em casos de justiça como este, ela deve ser executada sem clemência para prevenir ousadias futuras.

Como se vê, cada um dos bandos invoca a respectiva legitimidade daquela guerra e acusa o outro de ilegalidade. Se a primeira parelha teve como oradores figuras secundárias daquele conflito, já a segunda parelha de arengas tem como emissores os próprios protagonistas daquela guerra, Mulei-Hamet e Mulei-Maluco, antes de iniciarem

⁷⁵² António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV.

uma segunda batalha. Diz o narrador que o reino estava dividido em duas cabeças, correndo o risco de destruição, já que se tratava de uma guerra civil:

Estando o reino desta maneira diviso em duas cabeças (indicio de sua destruição) com as forças repartidas, cada hum com esperanças de ajuntar todas ahuma só coroa, começaram a marchar hum contra o outro, e pondo-se os campos á vista da cidade de Cele, começou cada hum dar ordem á gente, e animá-la naquela batalha tão duvidosa, onde se promettia todo o imperio da Berberia ao vencedor, e grande infelicidade ao vencido; e quanto mais isto importava, tanto cada hum mais trabalhava esforçar os seus soldados, e solida-los na amizade e lealdade, que são as cousas mais necessarias nas guerras civis;⁷⁵³

A batalha é pois decisiva, começa primeiro o Maluco. Parece mais um discurso pronunciado diante de um tribunal que é necessário convencer, do que uma arenga militar proferida em campo de batalha. Nele encontramos a defesa da causa própria e o ataque ao opositor. De facto, é o mesmo orador que assume o carácter judicial-deliberativo da sua alocução, ao afirmar, no exórdio do discurso, que se a batalha fora contra os cristãos usaria do antigo hábito de esforçar os soldados para pelejar. Porém, como a guerra é civil, quer apenas avisá-los da legitimidade que lhe assiste naquela batalha, em que não vem como um tirano sacar reinos alheios, mas herdar os de seu pai. Começa pois, o orador, por empreender a sua defesa:

«Nobres cavalleiros, se esta batalha, pera que estais armados, com as vidas offerecidas a todo o risco, fora contra cristãos, ou contra outros estrangeiros, correra-me muito usar do antigo costume, que todos os capitaens tem de exercitar e persuadir seus soldados a esforço pera pelejar, porque o esforço que vos enxergo nesses rostos confiados e chãos de furor, e nesses ameaçadores braços, me fizera parecer desconfiado da victoria; mas por que esta guerra, em que estamos embaraçados, he civil, como sabeis, travada dentro dos limites dos reinos, entre os reis e soldados parentes e liados em consanguinidade e afinidade, me pareceo avisar-vos (como todos sabeis) que não venho tiranicamente conquistar os reinos alhãos, nem os de Mulei-Hamet, meu sobrinho, mas venho a possuir os de meu pai, a mim devidos por direito de herança;

Sapientemente, de seguida, no sentido de demonstrar benevolência para com o seu sobrinho e por esta via colher igualmente as boas graças do auditório, Mulei-Maluco declara que procurou sempre a equidade e a razoabilidade, estranhando por isso a atitude armada do seu sobrinho, a quem estaria disposto a conceder algum reino da Berbéria:

e nesta entrada em que me vistes fazer no reino de Fez com ajuda dos turcos, e em que vós, como leais vassallos, me recolhestes com amor de irmãos e naturais, **nunca me desviei da equidade natural**, nem da obrigação de parentesco, que devo ter com Mulei-Hamet meu sobrinho, que diante de vós vedes armado contra mim, com aspecto fero de vingança. Eu sempre quiz, e hoje quererei acomodar-me á razão de o agasalhar honradamente com algum estado da Berberia, e pesa-me tanto, contra direito natural e das

⁷⁵³ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVII.

gentes, e contra justiça das armas, elle querer tentar força, que sei Deos e os homens lhe estranhaõ, que deve ser pera sua total perdição;

E depois de justificar a sua posição, alia à sua a justiça divina, que é a melhor maneira de ratificar a sua causa:

e assi tendo em vossos peitos esta minha justificação por honesta, não pertendo outra honra, outra victoria, outros reinos, senão ser rei de vossos corações chãos de amor, com obediencia de vossas vontades; e quando eu fosse tão mofino, que vos não pudesse defender deste tirano, o qual no meio da paz de seu imperio e vossa obediencia, não podestes soffrer sua crueldade, **estou mui certo dar-lhe Deos o castigo de sua temeridade, pois não deixa pacificar Berberia:** por tanto vos rogo ponhais diante dos olhos agora mais o bem comum de vossa republica, e o particular de vossas mulheres e filhos e fazenda (...).

Finalmente, como se de facto estivesse diante de um tribunal, Maluco apresenta as provas materiais que impedem o acesso do sobrinho ao trono; primeiramente, Mulei-Hamet é não só filho ilegítimo de Mulei-Abdalá, irmão do Maluco, como também é filho de uma escrava de sangue escuro, facto que lançaria um anátema sobre os xarifes da Berbéria, como também sobre os seus súbditos. Além do mais, o seu irmão Mulei-Abdalá, ao jurar como herdeiro Mulei-Hamet, fê-lo de modo tirânico, pois assumiu-se como descendente do Xeque, eliminando os seus restantes irmãos. Em face de tudo isto, quer do ponto de vista das leis humanas, quer do ponto de vista da justiça divina, Mulei-Maluco outorga-se a si mesmo como o legítimo herdeiro do trono, estando por isso legalmente autorizado a mover uma guerra justa contra o usurpador do seu sobrinho, Mulei-Hamet:

Quanto mais que me he forçado lembrar-vos o que vós sabeis, e eu quizera esquecer: Mulei-Hamet, que ali vedes, **alem de ser filho não legítimo de meu irmão Mulei-Abdalá, he demais de escuro sangue,** e forçosamente seu nascimento põem macula no illustre sangue dos Xarifes de Berberia, que tambem resulta em afronta vossa e de vossos filhos, **e eu sou filho legítimo do Xeque,** ao qual todos muito deveis, pelo amor que teve a vossos pais, e aos que o alcançastes, e a honra que por suas victorias alcançou o nome africano, **a quem meu irmão Abdalá, contra todo o direito divino e humano, perseguio e desterrou fora de seus reinos, e matou a meus irmãos Agximen e Abdelmumin,** sendo tão amados de todos vós por suas singulares virtudes e esforço; o que tudo meu irmão Abdalá fez tiranicamente, somente afim de não ter quem lhe fosse á mão em hum feito tão infame, como **foi jurar por príncipe o filho de sua escrava, e deserdar a mim, filho de meu pai, a quem por direito de herança me cabem estes reinos,** os quais atégora, juntamente e contra toda a equidade, possuo o Xarife meu sobrinho, que ali vedes: e cuido que vos mereço grande amor, pois em mêo dos desterros de minha pátria, e peregrinação em reinos tão estrangeiros, arriscando a tantos perigos, e soffrendo tantos trabalhos, nunca me esqueci de vos vir emparar, e tirar de casa dos reis de Berberia o labeo de sangue baixo, com que Mulei-Hamet a tem maculado.⁷⁵⁴

⁷⁵⁴ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII.

Por seu lado, Mulei-Hamet assenta a sua estratégia argumentativa na compaixão. Na verdade, perdida a batalha anterior, procura que os seus soldados se compadeçam da sua sorte mofina e adiram à sua causa, lutando contra a tirania de Maluco. Assim, responde com o mesmo argumento, à invectiva do seu tio:

(...) mas o que quero pedir-vos **he a compaixão de hum rei mofino**, pera me não desacompanhardes posto em estado infelice, privado de parte de meus reinos, e arriscado a os perder todos hoje neste dia; mas como prosperidade eu a tenha por comum a todos meus vassallos, e o em **mim se ajuntassem que possuía era pera vos fazer mercês, com emparo de paternal justiça e zelo de paz**; agora como todas as perdas dos bens possíveis com meu governo, e os trabalhos e adversidades que se vos aparelhão com a **tiranía de Mulei-Maluco**, que alli vem, me acho digno de toda a compaixão, não por o que toca a meu estado, senão pelo que releva a vossas pessoas, cujo dano eu mais sinto;

Insistindo na defesa dos seus vassallos e culpando a sua triste sorte, acredita que Deus o irá agora favorecer, na justa guerra contra os tiranos:

(...) a qual porque cuido merecer-vo-la, com o bom amor e zelo do bem commum e particular vosso, não vos quero a isso persuadir com palavras de homem magoado, com que o coração agonizado se dá a entender, mas com animo perplexo e duvidoso, **faço queixume de minha mofina**, quando vejo a fortuna se ter mostrado com rosto irado contra mim, e inda hoje temo vos inimisteis comigo, por se mais vingar de mim, em cujas lealdades **tenho postas as esperanças de Deos favorecer nossa parte, e se indinar contra os que tiranicamente nos querem perturbar**.

Insiste, pois, em reclamar para si a justa causa daquela guerra, persuadindo os seus homens a lutarem, não contra exércitos inimigos, mas contra vassallos rebelados, perturbadores da república e desobedientes ao rei:

Mas como sinto em vós zelo de castigardes injustiças tão manifestas, cuido que nunca eu pudera ter **mais justa causa** de as condemnar, nem vós menos razão de as perdoar, que agora: por tanto, não vos digo que **movais as armas contra aquelles exércitos como imigos, senão como vassallos reveis, esquecidos da obediencia de seu rei, e perturbadores da própria republica**.

Portanto, Mulei-Hamet afirma entrar naquela guerra mais com a vara da justiça do que com a lança de lidador. E sublinha, que a morte dos opositores derivam da sua culpa e pertinácia e não de uma vontade própria:

E porque sabeis que mais me movo a esta batalha **como zelador da justiça, que autor da guerra, sendo eu amador da paz**, eu serei o primeiro que romperei aquelles esquadroens armados, e me arriscarei no corpo da batalha, onde me vereis diante de vós, **naõ com a lança na mão pera matar meus vassallos, mas com vara de os castigar**. O poder, que agora tendes de os ferir e matar, não he por minha vontade; mas ocasionando por sua culpa, e durando sua pertinacia, não se pode escusar.⁷⁵⁵

⁷⁵⁵ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX.

Como se viu, neste pares de arengas contrapostas, os oradores, discursando diante dos seus exércitos, procuram defender-se das acusações que o outro propõe, ao mesmo tempo que desferem ataques ao adversário, como se estivessem na barra de um tribunal. Os dois oradores, apresentam-se como zeladores da paz e do bem comum, movidos para aquela guerra, não por vontades próprias, mas porque querem repor a justiça que têm pelo seu lado, estando, portanto, legitimados para, ambos, defenderem a justa causa daquela refrega.

Uma penúltima nota ainda, para dizer que, por meio desta disputa, ficou patente a fragilidade das posições assumidas por Mulei-Hamet. Ao apelar para a compaixão dos seus soldados, Hamet é já um rei fragilizado e derrotado, de maneira que a única saída que terá, será vir pedir a ajuda de D. Sebastião para, em coligação, enfrentarem Mulei-Maluco. O desfecho como se sabe, na Batalha de Alcácer Quibir, em 1578, será trágico para os três reis, porque os três ali hão-de encontrar a morte. Resulta daqui, que a análise das arengas emparelhadas, vai muito além do jogo retórico digladiado por cada um dos oponentes. Na verdade, elas permitem lançar luz sobre os reais motivos que estiveram por detrás de uma vitória ou de uma derrota, de maneira que era altura de os especialistas olharem com atenção e sem desconfiança para estes e para todos os discursos militares inseridos nas obras históricas.

Já do ponto de vista técnico-narrativo, a sucessão destas parselhas tem por objectivo intensificar a tensão dramática inerente à narração de acontecimentos fulcrais que rodearam a Batalha de Alcácer Quibir, protelando a chegada do clímax narrativo, que coincide com o momento em que se dá essa batalha decisiva.

c. **Assistência dos deuses ao exército justo.** Defender a justiça da guerra que se vai empreender implica necessariamente que tal empresa seja aprovada pelos deuses, logrando, por essa via, que o bando exortado granjeie o favor divino. Assim, o orador, perante a assembleia de tropas que o escuta, pode fazer finca-pé numa série de argumentos de modo a deixar claro que defende uma causa justa que, inevitavelmente, goza da protecção divina. Numa época de fervor religioso como foi o século XVI, os portugueses foram o porta-estandarte do Cristianismo na luta contra o Islão. Não surpreende, pois, que os capitães declarem perante os seus que terão o apoio divino da comunidade celeste, aliás, como sempre sucedera desde as profundezas da fundação da nacionalidade. Com este tópic, enquanto nos campos de batalha, os chefes militares

despertavam a confiança das tropas, os historiadores procurariam, a partir dos seus gabinetes, ganhar a aprovação dos leitores para as campanhas narradas.

Recordemos, entretanto, que, desde Homero, os deuses e outras entidades como a Fortuna eram, com frequência, invocados nas arengas, tanto historiográficas como épicas, a cujo auxílio os heróis ordinariamente recorriam, sobretudo na épica, em que as acções dos homens com frequência surgem mescladas com intervenções dos deuses. O sucesso das acções dos humanos estava iniludivelmente dependente das boas graças divinas, como se vê nas palavras de Heitor, herói troiano, referindo-se a Zeus:

Fácil é distinguir o auxílio que Zeus outorga aos homens,
Tanto àqueles a quem ele concede a glória, como àqueles
Que ele amesquinha e se recusa a auxiliar, como agora
Amesquinhou a força dos Argivos, auxiliando-nos a nós.⁷⁵⁶

Fernando de Castro, herói, mas do cerco de Diu, confirma àqueles arditos combatentes que a Providência nunca desamparou os portugueses, nem os iria agora abandonar, pois lhes acresce ainda a justiça daquela luta, maior do que qualquer outra:

(...) *divinum vero praesidium cum Lusitanis in omnibus bellis semper adfuerit, in hoc non defuturum, quo nullam umquam iustioribus de causis sit susceptum*⁷⁵⁷;
(...) mas que a Divina Providência sempre esteve presente, ao lado dos Portugueses, em todas as batalhas, e que lhes não havia de falecer nesta, pois nenhuma causa mais justa do que ela alguma vez fora abraçada.

Embora não tenha participado na gesta expansionista, a figura do rei fundador ganha amplo espaço na historiografia coeva, graças ao simbolismo ideológico que polariza. Este protagonista exorta os seus homens a tomarem de assalto a vila alcantilada de Santarém, desapossando-a definitivamente dos mouros. Convoca-os a lutarem ardidamente, pois Deus lá estará para os ajudar, de maneira a que, repare-se na hipérbole, cada um desbarate um cento deles. O retrato do monarca facultado pela historiografia é de um homem astuto. Para que os soldados (T2) se sentissem mais confiados na protecção divina, estariam em oração geral, à hora do assalto, todos os priores do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra. Efectivamente, diante dos seus homens, o rei reconhece que mentira aos freires crúzios, notificando-os de que teriam em alguém intra muros que lhes abria as portas. Com este ardil, congrega uns e outros para o mesmo fim:

⁷⁵⁶ Hom., *Il.*, (XV. 490-493).

⁷⁵⁷ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 62.

(...) todos andem á espada, e esto fazei com grande e trigozo esforço, que **Deos será ahi em nossa ajuda, para cada um de nós matar cento delles**, e hoje, e á menhá fazem por nós oração geral o Prior, e todos os Conegos do Moesteiro de Santa Cruz, a que eu ante que partisse notifiquei o que vínhamos fazer, e assi a Cleresia, com todo o povo, e por que lhes disse que tinha trato, e intelligencia na Villa, para nos dentro receberem, me perdoe Deos esta mentira, que áciente lhe disse, porque lhe esforçasse os corações, e vontades;⁷⁵⁸

Numa época em que o providencialismo ganha fulgor, a figura do rei fundador adquire assomos semi-míticos, de maneira que da sua boca escorrem exortações quase proféticas, que confirmam os portugueses como povo escolhido. A historiografia populariza a imagem da mão protectora do pai celeste, que livra dos perigos os seus filhos portugueses e os conduz à vitória. É isso que o mesmo rei declara nos preliminares na Batalha de Ourique:

Deos por sua piedade nunca abrio mão dos que em elle esperam, nem para dar, ou tolher, a quem lhe praz vitoria, ha mister poder de mais, nem menos gente. Lembrevos quantas vezes, e em quantos lugares, pelejaram nossos antecessores com estes imigos da Fé, e os venceram poucos, pois não é agora menos poderosa a mão do Senhor Deos para nos ajudar contra El-Rei Ismar, do que foi nos tempos passados para ajudar a elles, e assi outros muitos Princepes, e Senhores Christãos, em semelhantes casos, e tanto mais de ventagem de nossos imigos.⁷⁵⁹

Importa reflectir um pouco mais sobre este excerto. Para certificar os soldados de que a mão divina está verdadeiramente com os portugueses, tanto este rei como os demais chefes militares recorrem a um argumento comum: a prova de que a mão de Deus é poderosa e está efectivamente do lado luso, reside no facto de os portugueses, sendo sempre poucos, continuamente venceram muitos. Se, por um lado, com esse argumento, se abre para o futuro uma possibilidade de vitória, a repetição desse facto no passado, prova que as vitórias obtidas se deveram ao favor divino. E se não lhes faltou, não lhes faltará naquela. Confirma-se assim o proteccionismo divino de Portugal.

Esta ideia é transversal nas altas esferas políticas e intelectuais da época. Veja-se que uma personalidade erudita como o bispo D. Jerónimo Osório tem exactamente a mesma orientação ideológica, tendo-a deixado bem explícita no *Tratado da Nobreza Cristã*. Segundo este ilustre latinista, a gesta expansionista e a destreza militar tiveram a inequívoca mediação do Deus Imortal. Atente-se na força dos adjectivos e das orações participais que sublimam o esforço luso:

⁷⁵⁸ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XXX.

⁷⁵⁹ Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV.

E, finalmente, quão grande é o último cometimento dos nossos! Pois atravessaram o vasto e imenso mar com uma navegação dilatadíssima e muito temerosa, e cursaram com as armas quase todas as regiões do Ocidente e Levante, do Aquilão e Austro. Para quê consignar aqui a Etiópia, que submetemos; as cidades fortificadíssimas de Arábia e Pérsia, que expugnámos; a Índia, subjugada com guerra duríssima; esquadras equipadíssimas e imensos exércitos, desbaratados; a potência turquesca extirpada e destroçada naquelas partes por obra da bravura dos nossos? **Acaso todos estes cometimentos são de tão pequeno porte que permitam conjecturar que é possível praticá-los, não mediando a ajuda da intervenção de Deus imortal?**⁷⁶⁰

Mas também os muçulmanos replicam que obterão o favor de Mahoma porque, naturalmente, a causa que defendem é justa. Uma crónica quinhentista anónima facultava uma arenga de Mulei-Maluco que repisa o conceito de guerra justa. Desta vez, o alvo da guerra é Muley Hamet, seu tio, que se aliara a D. Sebastião e vinha ali atentar contra os de seu próprio sangue. Aos alcaides (T1) que o ouviam, instou-os a que se houvesse algum que se quisesse passar para o exército do tio, que fosse. Maluco, com aqueles que ficariam, alcançaria a vitória, porque Mahoma o ajudaria, uma vez que ele defende a família, a sua *gens* e respectiva liberdade:

(...) e que o pérfido Mahomet ainda Sobretudo o vinha acompanhando pa destruíçam **de suas mulheres e Filhos**, e nam pa sua restituíçam, com notavel crueldade e engano, **contra seu proprio Sangue, e de seus parentes amigos, e contra sua liberdade honrra e reputaçam**. Persuadia a el Rey Dom Sebastião que toda aquella província Estava por elle, (...) pelo que Se porventura alguns dos que ali estavam se quisessem passar a Muley Hamet seu tio, que elle era contente e assi lho declarava que o pudesse fazer quem disso tevesse gosto ou estevesse penhorando e dado sua palavra, que com os de bom animo o quisessem Servir entendia **que Mahoma o avia de ajudar, pois tinha causa justa**, tantos e bons amigos e vassalos naquelle exercito, que com rezam, doutro muito maior **podia esperar a Vitoria.**⁷⁶¹

Sendo justa a guerra, mais facilmente os deuses patrocina o bando que defende a justiça.

d. **Augúrios e presságios favoráveis.** Na Antiguidade, alguns generais valiam-se dos presságios, dos prodígios, das respostas dos arúspices, e da imensa força que tinham para quebrar ou impulsionar os ânimos dos soldados. Houve sempre quem visse na interpretação desses factos um desígnio dos deuses, os quais prognosticavam, conforme os casos, vitória ou destruição. Num outro plano, os capitães do século XVI não deixaram de se valer da interpretação favorável de certos indícios, tanto para comprovarem o favor divino na luta, como para divisarem a vitória na batalha próxima. Duarte Pacheco viu no

⁷⁶⁰ Jerónimo Osório, *Tratado da Nobreza Cristã*, Livro III, 3.

⁷⁶¹ *Jornada del-rei dom Sebastião à África*.

contentamento dos seus homens um prognóstico da vitória que Deus lhes iria dar sobre o rei de Calicut. E, como tratámos acima, a prova de que Deus apoia esta campanha portuguesa está no facto de poucos soldados enfrentarem e vencerem milhares de inimigos. E isso será certamente um milagre, a confirmação da ajuda e do poder de Deus (T2):

Senhores e amigos meus o prazer e contentamento que vejo em vos tenho por muyto certo pronostico da grandissima merce que nosso senhor avera por seu serviço de nos fazer oje, e creio verdadeyramento que assi como nos dá ousadia, pera que sendo tão poucos ousemos desperar a tantos milhares de gente como sam nossos imigos, que assi nos ha de dar efforço pera lhe resistirmos; e que quer oje fazer **tamanho milagre como este sera, pera que seja conhecido seu poder;**⁷⁶²

Num quarto combate contra o rei de Calecut, Duarte Pacheco insiste na interpretação de aspectos da natureza: reafirmando a convicta ajuda de Deus, vê no facto de até ao meio-dia ainda ser baixa-mar, acontecimento que impedia o desembarque dos inimigos pelo vau. Defendido o vau até essa hora, a vitória seria certa e mais uma vez, cumpria-se o milagre de poucos vencerem muitos (T2):

E sobre tudo com a confiãça na misericórdia de nosso senhor que por sua piedade nos não há de negar sua ajuda, (...). E deveis de crer que assi como nos ajudou sempre nos ajudará agora e tède por **sinal disso ser oje baixa mar ao meo dia** ate cujo termo não podẽ os imigos cometer o vao, e por a força de sua peleja ser ate estas horas se ate elas lhe defendemos este passo como espero: eu vos dou por seguro o vao. (...); e lembrevos que o que ategora tendes feyto pola misericórdia de nosso senhor (ele seja louvado) he hũa cousa tamanha, que per a muyto mais e muyto mais gẽte do que somos se pode cotar por milagrosa. E pois ho nosso bõ Deos todo poderoso, vos quis cõ sua ajuda deixar fazer cousas tão milagrosas.⁷⁶³

Já Mascarenhas afirma que o facto de pelejarem no dia de Santiago, o Santo da Reconquista, é indício de que a vitória não iria escapar:

(...) hinc etiam de victoria **bene ominari**, quod **Iacobi** potissimum **festo** nos aggrederentur, quem divum Lusitani ac tota Hispania praecipuo quodam honore prosequitur, cuiusque nomine adversus Christiani nominis hostes pugnaturi pro tesserâ fere utuntur.⁷⁶⁴

(...) que também daqui se podia augurar uma feliz vitória, pois nos acometiam com todo o seu poderio no dia consagrado a S. Tiago, santo que os Portugueses e a Hispânia inteira veneram com especiais honrarias e a cujo nome recorrem, quase como um talismã, quando se aprestam para combater contra os inimigos do nome cristão.

O *corpus* dá-nos vários exemplos similares. Dada a impossibilidade de os comentar a todas trazemos aqui, agora, aquele que consideramos o mais rico

⁷⁶² Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. I, Cap. LXVIII.

⁷⁶³ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. I, Cap. LXXIII.

⁷⁶⁴ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 47.

literariamente. D. Diogo de Noronha, para animar os quase três milhares de homens que se preparam para entrar numa batalha com os Abexins que já os esperavam no fim do campo, reúne os seus homens e coloca-se no meio deles. Diz o narrador que então se mostra um formoso sol. Ora, o capitão vê, naquele acontecimento, uma possibilidade de infundir maior confiança nas tropas e declara-lhes que vitória é certa, pois aquele belo sol é o garante da vitória, uma vez que os seus raios se assemelham já a setas contra os inimigos:

Tudo hoje vos favorece, e promete huma grande vitoria. Ponde-os primeiro que tudo em Deos nosso Senhor, por cuja fé, e lei somos obrigados a morrer: que parece que na formosura daquelle Sol, que lá se vai alevantando, nos dá hum seguro sinal de terdes certa a vitoria; porque parece que vejo naquella diversidade de raios, que já vem seintilando settas contra vossos inimigos.⁷⁶⁵

Se o exemplo anterior é elaborado literariamente, o último que aqui mencionamos é o mais parenético de todos: a afirmação da própria aparição de Cristo. De facto, o rei fundador, vendo o desânimo que se apossava dos seus ao toparem com um exército numeroso que juntava forças de cinco reis mouros, depois de ter estado recolhido em oração, surgiu diante das tropas, afiançando-lhes que o próprio Cristo lhe aparecera, prometendo-lhe ajuda e vitória:

E dizem que ele para animar os seus lhe contou publicamente **como Cristo lhe aparecera e lhe prometera vitória. Portanto que se esforçassem e confiassem em Deus, porque seriam por ele ajudados, como foram outros muitos a que Deus em semelhantes casos apareceu.**⁷⁶⁶

Tendo em conta tudo o que foi dito até agora, é lícito afirmar-se que os deuses se posicionam ao lado do exército que pratica a justiça. Sucede, no entanto, que esses que gozavam anteriormente do favor divino, em momentos de euforia vitoriosa, olvidaram o devido agradecimento pela decisiva ajuda divina. Esquecimento fatal, porque se afastou a costumada protecção celeste e sobrevieram as derrotas. É hora pois de, segundo os oradores, reconhecer essa *mea culpa*, e prometer antecipadamente aos deuses justos os devidos agradecimentos pela vindoura vitória. Depois das desgraças, é lícito acreditar-se novamente na ajuda divina. Vejamos dois exemplos, um passado com o rei de Cochim e o outro com Afonso de Albuquerque.

Assim, o rei de Cochim, apercebendo-se da iminente invasão do rei de Calecut, recordou aos seus combatentes a necessidade de atribuir sempre o vencimento das

⁷⁶⁵ Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. VIII, Cap. II.

⁷⁶⁶ Fernando de Oliveira, *História de Portugal*, Liv. III, Cap. V.

batalhas aos deuses. Segundo ele, aquela incursão do rei de Calecut, bem como os reveses por que são acometidos muitos príncipes e capitães, deve-se ao facto de assumirem para si os louros das vitórias, em vez de as agradecerem aos deuses. De modo que, as derrotas sofridas são, não só uma forma de os homens remirem as suas culpas, mas também uma estratégia para os deuses avisarem os humanos dos seus deveres de agradecimento. Assim, o mesmo rei de Cochim afirma que os malogros do passado se devem às suas próprias culpas. No entanto, prossegue o monarca, antes de iniciar aquela batalha com o rei de Calecut, prometia já edificar um memorial aos deuses em caso de vitória e render-lhes as devidas homenagens pela vitória. Se os deuses forem justos, como ele espera, não lhes faltará a consuetudinária ajuda divina:

Nam creaes, Amiguos, que, sendo nosos Deoses tã justos, sejam tam esquecidos de nos que, por nosa deshommra e destroyã, cõsymtão que elrey de Calecut com tanta soberba emtrase nesta terra **se nosas cullpas ho nã merecesem**, que, em casso que tenham rrezã de nos favorecerem, muytas vezes permitem as semelhantes afromtas aos principes e seus capitães, por que tenham memória delles e lhes dem graças cõ benefícios das vytorias que lhes dão, no que nos nã podemos escussar de çullpa, nem a elles tellos por injustos, pois nas vitorias que nos derê (*sic*) **nas pellejas passadas nenhúas graças lhe[s] oferecemos, antes a noso esforço atrebuymos noso vemçimêto**, nos que os temos tã agravados que justamente se hão cõnosco, porque conheçamos que nã somos nos hos vencedores mas que em sua vertude avemos vytoria. Emcomêdemonos a elles e **rremdamos lhes graças do pasado**. E cometamollos esforçadamente, que, neste llugar, eu lhes prometo hedeficar huu tyrycol por memória da vytoria, de a delles allcançarmos.⁷⁶⁷

De igual modo, em Novembro de 1510, Afonso de Albuquerque, dispondo-se a atacar novamente Goa, atribui a sua anterior perda, havida em Março do mesmo ano, não à reacção violenta dos povos autóctones, mas sim ao facto de eles, portugueses, não terem devidamente agradecido à Providência essa fácil conquista. Parece que, diz o *Terrível*, quando não há esforço não há lugar a honra e daí o consequente esquecimento. Ora, ali estavam, pois, outra vez, para, agora, por meio da força dos seus braços, subjugarem Goa, sendo certo que não lhes faltaria a misericórdia de Deus, uma vez que lutavam contra os inimigos da sua fé:

Tudo segũdo tenho sabido nos convida, tudo nos amoésta que nos tornemos a esta propriedade que nos Deos deu sem sangue, e sem o modo que trazíamos de a cometer quando nella entrámos; da qual se oje estamos fora, verdadeiramente creyo ser por lhe nam darmos graças por quam barata a ouvêmos de sua mão. Porque a naçam Portugues onde nam põem trabalho nam lhe parece que tem honra, e desta sua honrada openiam vem ás vezes nam estimar as cousas, e de as nam estimar náce o esquecimento de dar louvor e gloria a Deos per qualquer módo que lhe a elle apraz concedernos victória. Com tudo como esta milícia però que nós sejamos ministros e instrumentos della, a causa é própria d'elle mesmo senhor, pois é contra mouros e infieés imigos de sua scã fé;⁷⁶⁸

⁷⁶⁷ *Crónica do Descobrimento...*, Cap. XXIII.

⁷⁶⁸ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

Não ficou esgotado o *topos* da guerra justa, nem esse é o objectivo desta investigação. Foi sim, nosso objectivo, demonstrar como este tópico foi a pedra angular do edifício retórico das arengas portuguesas de quinhentos e por extensão da estratégica política portuguesa. De facto, a coberto do conceito de guerra justa contra os muçulmanos em que os portugueses se apresentavam como arautos da defesa da Cristandade face à latente e preocupante ameaça turca, Portugal procurava garantir o monopólio das especiarias, argumentando que os dividendos dessas transacções eram fundamentais para sustentar o dique que barrava o avanço turco sobre a Europa. Tanto mais que esse empenho português era necessário, porquanto os restantes reinos cristãos se entretinham a se digladiarem intestinamente. Ora, as arengas historiográficas, independentemente de na realidade os capitães motivarem os seus *milites* com o recurso a este argumento, foram o verdadeiro órgão de comunicação dessa política e desse pensamento, pois as obras historiográficas portuguesas, algumas traduzidas em línguas europeias e outras escritas em latim, certamente foram mais persuasivas do que as *orationes* diplomáticas, porquanto atingiram um público mais vasto.

Antes de cair o pano, é justo trazer aqui as palavras de Fernando Oliveira sobre a matéria. Se o capitão-mor sentir falta de ânimo nos seus:

*(...) contelhes a justiça que tem por sua parte, e a sem rezam dos imigos, e digalhes quanto deuem confiar no fauor divino que he a principal ancora em que deuem escorar...*⁷⁶⁹

Em conclusão, a linha didáctico-instrutiva assume-se como o elemento mais importante das arengas mais extensas e desenvolvidas retoricamente. Responde à finalidade de afugentar o temor e aumentar a confiança das tropas em resultado da apresentação do plano estratégico favorável e da rememoração do comportamento exemplar dos antepassados, entendidos como modelo de actuação. Além do mais, esta linha argumentativa desempenha uma função angular dentro do relato historiográfico, pois serve de intermediária na relação entre discurso e narração, tal como o havia prescrito Tucídides no seu capítulo metodológico.⁷⁷⁰

⁷⁶⁹ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. X (II Parte).

⁷⁷⁰ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 16).

3. LINHA EXORTATIVA (*PARAKÉLEUSIS*)

Entramos agora na linha exortativa presente no final de algumas arengas mais extensas (T1, T2, T3), além de coincidir com a única linha argumentativa da generalidade dos discursos T4 e T5. A designação desta componente discursiva advém justamente do facto de nela o orador galvanizar emotivamente os soldados para a iminência da batalha (*mouere*), levando-os a emular os antigos e a preferir uma “bela morte” à desonra.

Não podemos inferir que, pela sua limitada extensão, que o seu conteúdo argumentativo seja também menos relevante. Ao contrário disso, estas últimas palavras eram aquelas que ficariam registadas na memória dos combatentes e que, possivelmente, ainda ecoariam no momento da refrega. Certamente que os oradores e os cronistas não deixariam de ter isso em conta, adaptando esta parte do discurso às exigências temporais e circunstâncias de enunciação.

Esta componente do discurso tem geralmente a apartá-la da anterior uma conjunção ou locução conclusiva, seguidas de frases marcadas por imperativos e por conjuntivos exortativos, assim como por sentenças, de acordo com o acto ilocutório directivo ali presente.

Por tudo isto, não surpreende que o *topos* retórico mais frequente na linha exortativa seja aquele que se reporta aos motivos éticos (*honestum et dignum*), seguida de uma breve alusão ao *topos* que adverte para as consequências nefastas de uma derrota (*ekbesómenon*).

3.1. AS CONSEQUÊNCIAS NEFASTAS DE UMA DERROTA (*ekbesómenon*)

Em primeiro lugar, antes de definir as características deste tópico, é necessário diferenciá-lo relativamente ao tópico do “conveniente”, ou seja no que que respeita às vantagens que decorrem de uma vitória. Embora semelhantes e muitas vezes difíceis de destringir, porém, nas arengas em que o orador recorre a este presente tópico, evidencia o terrível destino que aguardam os pertences e os familiares dos vencidos, ao passo que, quando foca o tópico do conveniente, unicamente, exorta a lutar pelo património e pelos familiares. Trata-se de uma das componentes mais importantes das arengas da historiografia greco-latina, pois os oradores, ao fazerem recair as consequências terríveis

da derrota sobre os elementos familiares mais próximos (filhos, mulheres, pais), introduzem um elemento emotivo como forma de alcançar o ardor dos combatentes.

Contudo, os oradores não costumam recorrer a este tópico emotivo para acicatar o ânimo dos receptores. De facto, neste ponto, os historiadores portugueses parecem estar alinhados afinado com o entendimento que Tucídides fazia deste tópico, afastando-se, portanto, do que era frequente na restante historiografia greco-latina. De facto, Tucídides, na maior parte das suas arengas, sempre que possível, procurou evitar o recurso a estes argumentos fáceis,⁷⁷¹ gerais e facilmente comutáveis de umas arengas para outras.

Contudo, a leitura que nós fazemos da ausência deste tópico é outra. Na verdade, temos de levar em linha de conta que o cenário de guerra dos portugueses no século XVI foi África e o Oriente, pelo que não fazia sentido um orador alertar para as consequências nefastas (escravidão, violações etc.) que a derrota podia trazer para os familiares, já que estes, na sua esmagadora maioria, estavam longe, em Portugal. Neste sentido, os oradores advertem os receptores de que as nefastas consequências da derrota recaem sobretudo sobre os interesses territoriais e comerciais do estado português sobre o crédito alcançado pelos portugueses junto de povos com quem tinham estabelecido acordos e no ânimo que a derrota provocaria nos inimigos.

Veja-se o alerta de Mascarenhas aos soldados de Diu *aut pereundum, nemine sint se non minus pro vita quam pro imperio pugnare. / lembrassem-se de que estavam combatendo tanto pelo domínio português no Oriente como pela própria vida.*⁷⁷²

3.2. OS ARGUMENTOS ÉTICOS (*honestum et dignum*)

De longe, este é o *topos* mais importante da componente exortativa das arengas. Seria hercúleo analisar e comentar todos os exemplos, ainda que o merecessem, pois são ricos do ponto de vista tanto retórico como literário. É este aliás este o terreno propício para a sua aparição, visro que é momento em que cumpre ao orador apelar para a valentia, para o valoroso, para a honra dos soldados, para *mouere* os soldados para o embate militar.

⁷⁷¹ Cf. IGLESIAS ZOIDO (2008: 17).

⁷⁷² Damião de Góis, *De Bello Cambaico...*, 34.

a. **A fama, a reputação, a honra e a glória celeste.** Numa sociedade altamente marcada pelos valores cavaleirescos, como a honra, não surpreende que a invocação do *honestum et dignum*, enquanto tópicos retóricos, alcance uma enorme presença nos discursos militares historiográficos. De facto, a gente de armas apreciava muito ser apelidada de valente e de valorosa, sem que herói algum lhes fizesse sombra, de tal maneira que as comédias acabaram por fazer ironia com essa mania capricho. É isso mesmo que declara Fernando Oliveira, em linguagem saborosa: um capitão, para os engodar, deve dizer-lhes que os anteriores não eram tão valentes como eles e que daquele feito ganharão mais glória:

Ou pera os engodar com hũa yguaria de que muyto gosta a gente darmas, segundo nas comedias se representa, digalhes que os desbaratados nam eram tam valentes comelles, e que delles por serem bos cauleyros e esforçados se espera emenda e recuperaçam daquella perda, e que por tanto os manda ou leua a isso, pollo muyto que delles confia, e que da tal emenda ganharam mays assina da gloria.⁷⁷³

Depreende-se destas sábias palavras que a sociedade militar de quinhentos era muito sensível aos valores da honra, da reputação, enfim da fama. Reconhecido esse valor social, não surpreende que os líderes militares recorressem a ele enquanto tópico retórico, até porque os feitos de armas eram a alavanca privilegiada para certos sectores de uma nobreza secundária alcançarem o estatuto social e nobiliárquico que o nascimento lhes coarctava. De maneira que este tópico da fama se converteu num dos mais frequentes e importantes tópicos do panorama retórico-historiográfico renascentista, compensando a reduzida referência a honras de ordem material, benesses, riquezas etc. Do ponto de vista histórico-ideológico, os historiadores também insistiram neste tópico porque ele concorre para a construção da imagem do herói português, voluntarista, patriótico, desinteressado dos bens matérias, cuja única e ambicionada recompensa é a da imortal fama.

Aí temos Duarte Pacheco, exortando os seus homens (T2) a combaterem o rei Calecut, cuja vitória trará honra entre os portugueses e fama entre estrangeiros:

«por tanto lembrevos que coesta confiãça aveis de pelejar pera vos nosso senhor fazer tamanha merce como sera darvos vitoria **cõ honrra sobre todos os Portugueses, e fama antre estrãjeiros**, e merecimêto diãte del rey nosso senhor pera vos fazer merces cõ que sustenteis vossas vidas».⁷⁷⁴

⁷⁷³ Fernando de Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. XI, (II Parte).

⁷⁷⁴ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. I, Cap. LXVIII.

Novamente, o mesmo orador, depois de uma longa alocução (T2), exorta os seus homens a não perderem a honra alcançada no combate que se avizinhava:

«encomendovos muyto como a verdadeiros Christãos **que não queirais perder esta gloria** por algũa pouca dafrõta que podereis oje mais receber que os outros dias; **porque será acrescentamento da honrra e fama que ganhastes ategora**».⁷⁷⁵

Significativas são as palavras de D. João de Castro durante os combates ao redor de Diu. Elas atestam o que já por diversas vezes afirmámos, que a honra se sobrepunha, retoricamente, a todo o tipo de riquezas materiais (T5):

dizendo aos soldados que soubessem seguir a vitória que Deus lhes dava, **a qual havia de ser a mor que nunca se no mundo visse, e que só para eles fora guardada aquela honra, que eles haviam de estimar por cima de todas as riquezas da vida**.⁷⁷⁶

Efectivamente, a fama duradoura, capaz de atravessar a corrupção do tempo, é um dos lugares-comuns mais proclamados pelos oradores o que demonstra o grande acolhimento que teria junto dos soldados, mas também junto dos leitores, já que estes últimos apreenderiam que os portugueses lutavam desinteressadamente, movendo-os apenas um código de valores, em cujo topo figuravam a honra, a fama e a reputação. Isso mesmo declara o capitão Mascarenhas durante as escaramuças do cerco de Diu, esforçando os seus soldados a alcançarem uma eterna fama:

Ea valentes Portugueses,
A vencer costumados, dia he este
Para ficar de vos eterna fama...⁷⁷⁷

O mesmo orador declara idêntica mensagem, mas agora na historiografia: «*Ah valorosos, e esforçados cavalleiros, dia he este pera deixardes de vossa nação **huma perpétua memoria ao mundo***».⁷⁷⁸

Um estudo lexicográfico sobre a presença de palavras do campo semântico da “honra” nas arengas militares, certamente, viria demonstrar a sua elevada frequência, corroborando a importância deste valor simbólico no ordenamento ideológico quinhentista. Para além deste aspecto, a manutenção da fama e da reputação ou mesmo a sua ampliação eram igualmente importantes para a conservação do *imperium* no Oriente. De facto, se fora pelas armas que os portugueses se impuseram naquelas partes

⁷⁷⁵ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. I, Cap. LII.

⁷⁷⁶ Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (II Parte).

⁷⁷⁷ Jerónimo Corte Real, Sucesso do Segundo Cerco de Diu, Canto IX.

⁷⁷⁸ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. VI.

do globo, era fundamental manter o estatuto de potência militar, não averbando qualquer derrota militar, a fim de, por um lado, conservar as alianças com os reis aliados, e, por outro, conservar os inimigos à distância. Ora, como se sabe, basta um desaire para se perder todo o crédito. É isso que Afonso de Albuquerque diz aos seus capitães no momento em que Pulatecão, com sua gente, pôs um cerco à cidade de Goa. Era importante manter a reputação, o crédito alcançado, não só para a manutenção do estado, mas também para se alcançar o fim dos trabalhos, disse Albuquerque na linha exortativa da sua longa alocução (T1):

«E pois senhores **estais todos nesta reputação**, não somente comigo, mas com el rey meu senhor, e com todos os da Índia; **peçovos polo que deveis a este credito que ho não percais**; e porque conservandoho com vos defender neste cerco ficais em paz, e ganhais tantas cousas como disse».⁷⁷⁹

Numa batalha, porém, havia sempre baixas, de maneira que os vivos tinham vivas garantias de honra e fama, os que morreriam teriam também de ter algum prêmio equivalente. Ora, dado que o combate se fazia, na maior parte das vezes, em condições extremas, os soldados portugueses, pela boca dos seus capitães, se assumiam como a própria milícia de Cristo em luta contra os Seus inimigos, naturalmente que aqueles que pereciam teriam assegurado o galardão da vida eterna, os gozos celestes. Por diversas vezes podemos ouvir os oradores a brandirem tal argumento, como o afirma Simão de Sousa aos seus homens, antes de perecerem todos na barra de Achém (T2): (...) «*e quando não podessem salvar as vidas **que lhes salvaria as almas por sua misericordia pois morrião por seu serviço*** [Cristo]».⁷⁸⁰ Já o capitão de Goa declara aos seus homens (T2) que vivos e mortos terão os seus respectivos galardões (T2): «*E lembrevos que os que morrerẽ terão certa a gloria pera as almas, e os vivos a hõrra pera os corpos*».⁷⁸¹ Muitos são os exemplos, mas como cumpria, encerramos este ponto, com a exortação de frei António aos soldados de Diu, para que lutem sob as ordens do capitão Jesus Cristo, porque, aqueles que morrerem, terão o devido merecimento (T5):

Esforçay, esforçay, ô bons soldados,
Que com tal Capitam, nenhum perigo
Se pode arrecear, e a morte menos,
Pois morrendo por elle, vos da vida
Que descansada dura para sempre».⁷⁸²

⁷⁷⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. XX.

⁷⁸⁰ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VII, Cap. LXXXII.

⁷⁸¹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. III, Cap. LXV.

⁷⁸² Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVIII.

b. **O valoroso, o conveniente, o digno.** Na *Íliada* este é o tópico mais recorrente nas arengas, pois para o herói homérico o mais importante é a manutenção do seu estatuto e da sua fama, da sua condição de nobre.⁷⁸³ Ora, se há um momento apropriado para se fazer este tipo de apelos ele é, naturalmente, a linha exortativa das arengas. De facto, a mensagem mais importante de uma arenga é o apelo à bravura, ao combate sem tréguas contra o inimigo, único caminho para a vitória. Isso faz Fernando de Castro aos combatentes de Diu, argumentando também que o mais valoroso é simultaneamente o mais seguro (T2):

(...) eum quem superioribus diebus animum praestitissent, praestare debere, semperque illud secum cogitent, fortissimum quemque tutissimum esse.⁷⁸⁴
(...) aquela coragem de que haviam dado mostras nos dias precedentes, dela deveriam dar mostras, que tivessem sempre presente nos seus pensamentos que todo o que for o mais valoroso, esse será o mais seguro.

Diogo Pires faculta-nos um jovem capitão a exortar os seus companheiros a abrirem caminho à espada (T2): (...) *ferro / Fit via; ab ignavo pectore nulla salus. / O caminho abre-se à espada; não há salvação para um coração cobarde.*⁷⁸⁵

O mesmo apelo à bravura é feito por D. Juan de Austria aos seus capitães (T2) antes de enfrentarem os turcos otomanos:

«E a pues ô varones animosos
Usados a vencer tales affrentas,
Apercebid las armas, y al encuentro
Salgamos, al cruel duro enemigo.
**Mostralde la opinion y animo grande
De vuestros coraçones y mostralde
Con su daño, el valor de vuestro hechos.**»⁷⁸⁶

Este é um tópico que emerge com frequência nas arengas de T5. Efectivamente, durante o fragor de uma refrega, o orador pouco mais pode dizer do que apelar aos seus soldados que redobrem a força dos braços e dos seus corações, que se esforcem e aniquilem o inimigo. Eis a exemplaridade de D. Rodrigo de Córdova que, alvejado nas pernas por um pelouro, não deixou de apelar para a bravura dos companheiros (T5):

⁷⁸³ CARMONA CENTENO (2008: 113).

⁷⁸⁴ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 62.

⁷⁸⁵ Diogo Pires, «De origine domus Saracae apud Rhacusanos» vv. 73-74.

⁷⁸⁶ Jerónimo Corte Real, *Felicíssima Victoria...*, Canto IX.

Neste assalto foi espedaçado pelas pernas com hum pelouro de bombarada D. Rodrigo de Cordova; e mostrou tanto valor, que levando-o para baixo quasi morrendo, levantou a voz, dizendo: «Isto, Senhores, recebo em meu officio; haja bom animo: **ninguém deixe o seu lugar, antes abrazados que rendidos**».⁷⁸⁷

Também os chefes militares mouros não deixam de invocar o argumento da bravura para incendiarem os ânimos dos seus soldados. Aí temos o general Alimoxeera a exortar os seus contra os turcos:

«Ah! Cavalleiros africanos, estas emprezas tão honrosas, e victoria tão esclarecida vos sei eu metter nas mãos; minha he a grangearia, e vosso he o valor: não se vos vá da mão a ditosa occasião, nem vo-la escondão as trevas da noite; concluí, concluí a victoria, que já rendem as armas e os espiritos, e poem sua salvação na fugida, e na sorte da noite».⁷⁸⁸

Finalmente, este é também um tópico conotado com a épica, com a exaltação grandiosa dos feitos. O exemplo seguinte mostra o capitão português a arrastar emotivamente os soldados para a destruição dos redutos franceses no Brasil. Atente-se na ferocidade vibrante da linguagem que emociona dramaticamente o leitor (T5):

flagrat intus amor, vel caede cohortes
Perdere crudeles merita, vel funere vitam
Pugnando, patriamque suo servare cruore.
Atque: «**O victores socii, quibus arma ferusque
Ensis adhuc sqalet, scelerato et sanguine dextrae;
Acceleremus, ait, victosque ruamus in hostes,
Dum trepidant, pavidosque agitat certaminis ingens
Terror adhuc gemini, quo procubuere gementes,
Atque acceperunt versis immania tergis
Vulnera; vel saevos perdamus funditus hostes,
Auxiliante Deo, vel pulchro funere arenam
Sternamus!**»⁷⁸⁹

uma de duas, ou acabar com as hordas bárbaras ou deixar no combate a vida, comprando com o sangue a vitória da pátria. «Meus companheiros vencedores, diz, a vossa espada valente, armas e destros estão tintas ainda do sangue maldito; sem tardar, lancemo-nos contra o inimigo vencido, enquanto o abate o terror das últimas duas batalhas; vedes quantos aí estão prostrados a gemer moribundos, quantos outros na fuga receberam mortais ferimentos; ou exterminar de vez esta raça felina com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia gloriosamente»

Os apelos ao valoroso e ao conveniente são universais, isto é, facilmente podem ser movidos de umas arengas para outras, de uns oradores para outros, uma vez que o conteúdo parenético subjacente, isso torna possível.

⁷⁸⁷ Diogo do Couto, *Década XI da Ásia*, Cap. XXIX.

⁷⁸⁸ António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVI.

⁷⁸⁹ José de Anchieta, *De gestis Mendi Saa*, Liber I, vv. 534-545.

c. *Dulce et decorum est pro patria mori*. Este é o tópico que encerra maior glória, muito valorizado entre os heróis da *Iliada*, tal como no-lo atestam as palavras de Heitor aos troianos e aos lícios:

E se algum de vós,
Alvejado ou golpeado, encontrar a morte e o destino,
Que morra! **Pois não é vergonha nenhuma morrer
Pela pátria!**⁷⁹⁰

Na literatura este tópico atingiu a expressão literária máxima por meio das palavras de Horácio (Carm. 2.13) (*Dulce et decorum est pro patria mori*). Foi este verso horaciano que sintetizou tudo quanto possa ser dito sobre os motivos éticos, de tal maneira que se cristalizou ao longo da Idade Média, tendo chegado com toda a actualidade ao Renascimento.

Escreve Fernando Oliveira, a propósito deste tópico, que o capitão-mor, ao, admoestar os combatentes deve mostrar-lhes que os respectivos actos de pusilanimidade cobri-los-ão de vergonha e diminuirão a glória alcançada pelos antepassados, sendo, portanto, uma responsabilidade manter intacta a *virtus* portuguesa:

Tragalhes aa memoria a fama da sua naçam, e a gloria que seus passados ganharam, as victorias que ouveram em especial contra essa gente com que ham de pelejar, notando a fraqueza d'elle e a couardia, e a desordem, pôdolhe diante **quã vorgonhosa afronta seraa sua, faltar da virtude e valentia de seus auoos deminuindo sua honra e gloria.**⁷⁹¹

De facto, não existe nada mais nobre e belo do que morrer ao serviço da pátria. No âmbito dos motivos éticos, o tópico de que *Dulce et decorum est pro patria mori* é dos mais replicados na componente exortativa. José de Anchieta revela um enorme apreço por este tópico na sua obra, contando-se vários exemplos, altamente parenéticos. Aí temos o capitão português (T1), em terras brasílicas, exortando os seus a baterem-se contra as hordas dos índios, pois com o sangue que derramarem, darão a vida por muitos:

(...) Rumpamus acuto
Aere feros potius cuneos; mors instat? Et instet!
**Lucundum fuerit Domini pro nomine pulchras
Effudisse animas multo cum sanguine arenis
Et nece sanguinea multorum emisse salutem!**⁷⁹²

⁷⁹⁰ Hom., *Il.*, (XV, 494-597).

⁷⁹¹ Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, Cap. X (II Parte).

⁷⁹² José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Liber I, vv. 623-627

Pois, rompamos à ponta de espada essas hordas; paira sobre nós a morte? – que paire! Oh! Que belo deixar por Deus as vidas caras na arena sangrenta e comprar com esse sangue a vida de muitos.

Numa outra arenga (T1), o mesmo herói repete o tópico:

Veniamus ad ipsos,
Marte lacessentes saevo; pernicious hostes
Vel configamus telis, vel pectora **pulchrum**
Excipiant **letum**; rutilosque ruamus im enses;
Sic forsán non omnino moriemur inulti!⁷⁹³
Contra o inimigo corramos e acoçando-o em batalha feroz e com setas ligeiras varemos-lhe o peito; ou, senão, que o nosso não tema afrontar a morte bela e cravar-se na ponta da espada; assim não morreremos, pelo menos, sem alguma vingança.

O capitão-mor de Diu, D. João de Mascarenhas solicita também aos seus capitães que troquem a vida breve por uma fama eterna (T1):

**Troquemos nossas vidas que nam duram,
(Pois somos a morrer em fim sogeitos)
Por hũa honrada fama, e alto nome
Que ficará de nós eternamente.**⁷⁹⁴

Deixamos, propositadamente para o final, aquela que consideramos a componente exortativa retoricamente mais apurada, como também a mais dramática, a mais impressiva, porque além das palavras é, como prescrevia alguma tratadística militar, acompanhada por gestos. Trata-se, ainda e sempre, da arenga de D. João de Castro aos capitães de Diu. Numa primeira parte, exorta-os a pelejar valorosamente com argumentos de carácter afectivo, apelando para o sentimento interior de cada um. Surpreende logo o vocativo intensificador inicial e duas duplicações adjectivas: na primeira são portugueses *valentes e animosos*, na segunda são vassalos *leais e bons*. O elogio serve para os conquistar para aquela causa. Mas para chegar ao *imo pectore*, eles, capitães, são afinal filhos do rei de Portugal a quem chamam pai, e que muito os ama. Depois, apela ao tópico da possibilidade, pelejassem animosamente, pois têm Cristo a acompanhá-los, a vitória está ao alcance.

A chave de ouro vem a seguir. Ajoelhando-se diante de um crucifixo, deu-lhe como exemplo de abnegação o próprio Cristo, convidando-os a darem a vida por aquela causa. E causa é a mais nobre a que um guerreiro pode aspirar: morrer pela pátria, morrer pelo nome de Portugal. Poderia encerrar o discurso com o verso horaciano de

⁷⁹³ José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Liber II, vv. 1625-1629.

⁷⁹⁴ Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IV.

que *Dulce et decorum est pro patria mori*, mas, segundo cremos, cita um verso equivalente de Petrarca, segundo o qual, morrer é belo depois de uma vida honrada. É a cúpula da honra:

«Esforçai-vos valentes e animosos portugueses, leais e bons vassalos, ou, por dizer melhor, amados filhos daquele grande rei de Portugal a que todos chamais pai; pelejai todos com grande coração, pois tendes por guia e vos acompanha Cristo crucificado». Dizendo isto mostrou a todos um crucifixo, pondo-se de joelhos diante ele, tornando a continuar a sua prática foi dizendo **que acometessem os inimigos com grande ânimo e que não arrecessem morrer naquela empresa porque**, dizia ele, «**che un bel morir total a vita honora**».⁷⁹⁵

Cumpra aqui dizer que se, insistentemente, os capitães apelam para o tópico de que é honroso morrer em combate, nem sempre vem expressamente claro que a morte seja pela pátria, uma vez que, como já o dissemos, a pátria (no sentido de terra onde se nasce) estava geograficamente longe. Pode a referência à beleza da morte no exercício da guerra, à morte pela honra do nome português ou pelo rei de Portugal.

Equivalente à morte pela defesa dos interesses portugueses, estava a morte por Cristo, já que os portugueses eram a milícia de Deus. Aliás, de forma exemplar, são as autorizadas palavras de Francisco de Almeida que servem de estribo à nossa argumentação, uma vez que ele apresenta as três causas mais justas e gloriosas por que alguém deve desejar morrer, apresentando logo a religião (lei) como a primeira:

«morrermos ambos por nóssa ley, por nósso rey, y por nossa grey, que sam as mais justas e gloriósas causas de morrer que alguem pode desejar. Porque a ley dá glória de martírio; o rey premio de honra galardam em fazenda áqueles que nos succedem na herança; e a grey que é a congregaçam dos nósos parentes amigos e compatriotas a que chamamos republica, celebra nosso nome de geraçam em geraçam té fim do mundo, onde a memória de totalas cousas acaba».⁷⁹⁶

De maneira que é belo morrer pela pátria, como é belo e glorioso morrer por Cristo, como se deduz das palavras de um religioso, exortando os combatentes (T5) a vingarem a ofensa de tiro inimigo ter quebrado um braço do crucifixo: *Ao que o frade alevantou grandes clamores, dizendo: «Ó irmãos e filhos de Christo, olhay a offensa que lhe he feyta por estes infíés! **Morrer, morrer por vosso Jesu Christo!**»*.⁷⁹⁷ Porém, para não tornarmos repetitivo este razoado, terminamos com a interrogação de D. João de Mascarenhas a todos os guerreiros de Diu, cuja similitude com o discurso de

⁷⁹⁵ Fernando de Castro, *História do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI, (I Parte).

⁷⁹⁶ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. III, Cap. III.

⁷⁹⁷ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo IV, Ano de 1546, Cap. LXIV.

Francisco de Almeida é por demais evidente: (...) «*que mor honra pode ser que morrer tão honradamente por serviço de Deus e de el-rei nosso senhor, e por honra da nossa pátria?*». ⁷⁹⁸

d. **A fuga é uma vergonha.** Se é com valentia que se alcança a fama, já a fuga cobre o desertor de vergonha. O final dos discursos é também momento privilegiado para os capitães prevenirem os soldados de que fugir é um acto vergonhoso. Fernão Eanes confronta os seus homens declarando-lhes que a fuga é mais perigosa que a peleja. Assim sendo, exorta-os a lutarem, porque fugir é uma vergonha para os portugueses (T1):

(...) e pois em voltar e em pelejar ha perigo, aventuremonos antes ao da peleja que he com honrra, que ao de fogir que pera Portugueses he tão vergonhoso e de tãta desonrra; ⁷⁹⁹

Na verdade, um verdadeiro soldado cumpre as suas obrigações, porque é honroso defender a sua pátria, a sua religião e o seu rei, a trilogia que já conhecemos amplamente. É com o apelo para o cumprimento destas obrigações e também da reputação que Afonso de Albuquerque persuade os soldados a reconquistar Goa (T1):

E pois a nosso **Deos**, a nosso **rey**, e a nossas **honras** devemos nam perder o ganhado mas ir adiante com a memória destas tres obrigações, ponhamos o peito em terra que ella se despejará de nossos imigos como costuma tanto que nos vem o rosto; ⁸⁰⁰

Justamente, a fuga ao cumprimento destas obrigações é um dos motivos que mais determina a pronúncia de arengas durante as batalhas. Temos o exemplo de D. Duarte de Meneses invectivando os companheiros por o abandonarem em combate (T5):

voce magna inclamans: «**Commilitiones, et pectus frontemque in hoste obvertite, neque tam probo se fugiatis quem paulo ante erumpendi facultatem per seditionem extorsistis. Testor vestram fugam istam Lusitanicae gloriae macula, me aut hic in vestigio moriturum, aut dilapsis omnibus non nisi ultimum reditum**». ⁸⁰¹

gritando em altas vozes: «Firmes, camaradas, voltai contra o inimigo o peito e o rosto, não fuja tão ignominiosamente quem há pouco extorquiui pela violência e ordem de acometer. Por vossa fuga – mancha na honra portuguesa – juro que morrerei aqui, ou serei o último a voltar depois de a todos derrotarmos».

⁷⁹⁸ Fernando de Castro, *Crónica do Vice Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII.

⁷⁹⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. VI, Cap. XL.

⁸⁰⁰ João de Barros, *Década II da Ásia*, Liv. V, Cap. IX.

⁸⁰¹ Damião de Góis, *De Bello Cambaico...*, 29.

O mesmo faz Diogo Fernandes diante dos homens da sua nau (T5):

Cum vero lembos non aspiceret, in puppim recurrit. «Ergo, inquit, homines perditissimi, quos nec pudor neque religio ad officium impellit, **mavultis turpiter fugiundo**, ab hoste crudelissimo necari, quam fortiter et animose dimicando vitam tueri». ⁸⁰²

Mas como avistasse os batéis, correu à popa e lhes bradou: «Homens perdidíssimos, a quem nem a vergonha nem a cristandade vos arroja a fazer o que deveis, quereis antes morrer às mãos de um inimigo crudelíssimo fugindo desonradamente, do que defender vossas vidas pelejando com brio e com valor?»

Novamente emotivas são as palavras que Anchieta põe na boca do jovem capitão português ao ver-se abandonado pelos companheiros na luta contra os índios brasílicos (T5):

Ignarumque doli, paucis comitantibus, inter
Deseruere ducem saevi discrimina belli:
«Quo fugitis, miseri? Quis turbat inertia foedus
Corda pavor? Quosnam petitis properantibus hostes
Passibus? An geminae non vos movet inclita pugnae
Gloria, et occisis expugnatae hostibus arcis?
Non pudet o turpi pavefactos corda timore,
Barbaricum terrorem inter duosque labores,
Deseruisse ducem sub tanta pericula missum?
Quo fugitis? Revocate gradum! Pars máxima vestri
Deficit; ite citi, vestroque evertite forti
Cum duce castra manu! Quae vitae tanta Cupido!» ⁸⁰³

Abandonam o chefe, que ignora esse acto de infâmia, entre poucos companheiros, o furor da pele renhida. «Para onde fugis, desgraçados? Que medo vil vos assalta o coração sem brio? Que inimigo estais perseguindo tão à pressa? Já não vos movem os louros das duas vitórias e as fortalezas que tomastes com a morte de seus defensores? Apavorados de terror indigno, não vos envergonha abandonar assim o vosso chefe à fúria dos bárbaros entre tantos perigos, ao peso de tantos trabalhos? Para onde fugis? Retrocedei o passo! A maior parte dos vossos sucumbe; voltai pois ligeiros e, ao lado do chefe, valentes destruí o arraial! Para quê tanto amor à vida!»

e. **Honrar os antepassados.** Lutar pela pátria, pelo rei ou pela Fé de Cristo, é no fundo actuar em linha com aquilo que já tão bem tinham feitos os antepassados portugueses. É no fundo honrar e dignificar a honra dos antepassados. Esta é uma das variantes dos motivos éticos que os chefes militares costumam trazer à lembrança dos combatentes, a fim de os levar a emular esses briosos antepassados e não a manchar a sua memória com actos vergonhosos. Embora seja um tópico altamente parenético, não tem grande expressividade na componente exortativa das arengas, fazendo sua aparição sobretudo na linha explicativa das alocações. Em todo o caso, Simão Botelho e Frei Francisco procuraram animar os soldados de Cunhale, depois de estes se terem

⁸⁰² Jerónimo Osório, *De Rebus Emmanuelis Regis...*, Liber XII.

⁸⁰³ José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, vv. 573-584.

escondido debaixo das galeotas, logo que ouviram bradar que os mouros estavam a chegar, persuadindo-os para não envergonharem a nação portuguesa:

Fr. Francisco Baptista da Recoleta dos Descalços, que já fora cativo em Cunhale, e começaram a persuadillos que se fossem ajuntar com os que estavam na mesquita, lembrando-lhes que eram Portuguezes, e que não quizessem abater e afrontar sua nação, que tão temida fora sempre em todas as partes do mundo.⁸⁰⁴

Como vemos, mais do que desonrar os antepassados, na linha exortativa, a preocupação é sobretudo não macular a fama portuguesa alcançada, porque, além da desonra, cresceria a soberba e a ousadia dos inimigos sobre os interesses portugueses.

Em síntese, a linha exortativa dos discursos apresenta uma menor dependência em relação aos contextos narrativos, uma vez que os seus tópicos de apelo para a honra, para o valoroso ou para a mácula que acarreta a fuga do campo de batalha são muito mais gerais e podem transitar praticamente de uns para outros contextos, diferentemente do que sucede com a linha instrutiva que reage sempre à narrativa em que está inserida.

4. CONCLUSÃO

Na hora de concluir o capítulo dedicado à *argumentatio* das arengas historiográficas portuguesas, cumpre assinalar que as arengas prévias à batalha, por essa razão também as mais extensas, geralmente, desenvolvem duas linhas argumentativas, a didáctico-instrutiva e a exortativa. A parte instrutiva ou, também, explicativa, costuma estar condicionada pelo contexto narrativo em que se insere (medo ou falta de ânimo das tropas), sendo, por esse motivo, a mais extensa e a mais importante, uma vez que reúne também um maior número de *topoi* retóricos, acompanhados de uma maior profundidade argumentativa. Neste sentido, aqui são desenvolvidos e, por esta a ordem, o *topos* do *possibile et facile*, em que o orador acredita que a acção que vão praticar é exequível, seguido do *topos* do *utile et necessarium*, em que capitão enumera as vantagens da vitória tanto para o estado como para o indivíduo. Finalmente, o acto bélico a empreender é *iustum*, de acordo com as leis dos homens e de Deus, pelo que os soldados obterão o consolador apoio divino.

⁸⁰⁴ Diogo do Couto, Década XII da *Ásia*, Liv. II, Cap. VII.

Por outro lado, a linha exortativa, figurando no final das arengas mais extensas, ou assumindo-se como a única componente argumentativa na maioria das breves exortações proferidas em combate, apresentam um conteúdo mais universal, focalizado em exortações e sentenças produzidas no âmbito do *topos* do *honestum et dignum*, facilmente comutáveis de uns para outros contextos narrativos.

Ficou também patente através da importância e da frequência que cada *topos* detém nas arengas, que é possível reconstituir o quadro de valores sociais e ideológicos do século XVI português.

À cabeça, o *topos* do *bellum iustum* desempenha um função nuclear, provando às tropas que praticam actos militares justos, mas também demonstrando que a guerra inerente ao *imperium* visava, altruisticamente, defender a Fé e os interesses da Cristandade dos ataques mouros, de maneira que os lucros das especiarias eram aplicados na preservação do bem comum. Nada melhor que a obra histórica e as arengas proferidas pelos grandes protagonistas para certificarem universalmente esta verdade.

Em segundo lugar, o *topos* do *honestum et dignum* vem testemunhar o desinteresse por qualquer tipo de riqueza material. Raras são as vezes em que os oradores apresentam qualquer compensação material, chegam mesmo a impedir o saque dos exércitos ou cidades conquistadas. Os portugueses lutam, ao contrário dos mouros que desejam ouro, pela fama e reputação individuais como da nação portuguesa, como vitória do verdadeiro sobre o falso culto, ou seja, nas palavras de Francisco de Almeida, pela lei, pelo rei e pela grei.

No processo emocional de explicação estratégico-tático, foi de crucial importância o *topos* do *possibile*. De facto, sem uma eficiente capacidade de mobilização dos soldados, fazendo-os acreditar no valor dos braços e na possibilidade de um pequeno exército, bem organizado e com a ajuda de Deus, dificilmente os portugueses teriam alcançado as vitórias retumbantes que fizeram vibrar a Europa de então. Méritos aos capitães que levaram os homens a crerem nessa possibilidade. Comprovam-se pois os versos de Camões, n' *Os Lusíadas* (III, 130): *um fraco Rei faz fraca a forte gente*, ou posto ao contrário, *um forte rei ou capitão faz forte a fraca e escassa gente*.

VIII. O CAPITÃO-SOLDADO

1. INTRODUÇÃO

Diogo de Teive abre e encerra o seu *commentarius* com duas extensas arengas proferidas, respectivamente, pelos dois heróis portugueses do segundo cerco de Diu, D. João de Mascarenhas e D. João de Castro, respectivamente, o capitão-mor da fortaleza e o governador do Estado Português da Índia. Estas duas alocações antecedem os dois momentos de maior tensão dramática da narrativa de Teive: a primeira é proferida pelo capitão antes do início das hostilidades, enquanto a do *praetor* é pronunciada nas vésperas da acre batalha final havida a 10 de Novembro de 1546, *a maior vitória que se houve nesta terra depois que ela se descobriu*, segundo as palavras escritas pelo capitão-mor.

Assim, se nos focarmos no primeiro desses momentos, logo que Mascarenhas termina o seu extenso discurso preparatório às tropas, classificado retoricamente pelo narrador como *paucis*, despoja-se do seu papel de capitão, enquanto galvanizador das tropas, para assumir a função de soldado, tomando a firme resolução de ser o primeiro combatente a enfrentar as fauces inimigas:

Haec Mascarenna, tametsi capiti omnium imminere ultimum discrimen videbat, praesenti animo locutus, primus ipse labores aggreditur; primus pericula obit, **militis et imperatoris**, uti res tempusque postulabant, officio fungitur.⁸⁰⁵

Estas palavras, posto que visse que sobre a cabeça de todos pairava extrema ameaça, pronunciou-as Mascarenhas com presença de espírito; ele mesmo é o primeiro a avançar para o combate, o primeiro a enfrentar o perigo; assim desempenha a função de soldado e de comandante, conforme as circunstâncias e a ocasião reclamavam.

Desta feita, tal como afirma o narrador, Mascarenhas desempenha a função de *militis et imperatoris*, ou seja de capitão-soldado, cargo cumulativo, que, repetidamente, Mascarenhas é chamado a desempenhar ao longo desta e de outras narrativas focadas nos acontecimentos deste memorável assédio. Porém, não só Mascarenhas, mas também outros protagonistas do quinhentismo português aparecem historiograficamente investidos desse comportamento heróico. O que importa para já sublinhar é que este ideal do general-soldado remonta à épica homérica, modelo literário que granjeava já larga tradição na historiografia greco-latina, quando foi adaptado pelos historiadores e poetas do século XVI.

⁸⁰⁵ Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus...*, 17.

2. A FIGURA DO GENERAL-SOLDADO NA LITERATURA ANTIGA

Por diversas ocasiões, na *Ilíada*, a *epipólesis* é utilizada pelo poeta para destacar o carácter heróico de protagonistas como Agamémnon ou Heitor, enquanto líderes militares dos exércitos aqueu e troiano, respectivamente. Veja-se como no início do Canto XI, nos preliminares de um combate entre ambos os rivais, o poeta apresenta um símile em que compara a estrela Sírio com o movimento que Heitor empreende por entre as tropas, com o objectivo de as exortar (XI.62-65):

Tal como das nuvens refulge um astro de mau agoiro,
todo cintilante, e depois desaparece atrás das nuvens sombrias –
assim Heitor aparecia aos dianteiros a dar ordens,
e depois entre os da retaguarda;

Ora, episódios similares a este, como a grande *epipólesis* do Canto IV, favorecem o surgimento da dupla condição dos heróis, Agamémnon e Heitor, enquanto generais-soldados. Segundo os estudiosos, o herói homérico devia ser mesmo um *aristós*, tanto em conselho, como em capacidade física, ainda que o destaque maior incidisse na excelência do combate, à frente mesmo das competências de comando e de estratégia.

Pelo exposto, logo se compreende que a primeira referência objectiva a este ideal se encontre em Homero, quando Helena, a partir das muralhas de Tróia, declara a Príamo, que Agamémnon (III. 179): *é um rei excelente e um forte lanceiro*. Não surpreende, pois, que os principais chefes militares troianos e gregos, durante as batalhas, assumissem a função de instar os seus a pelejar, a fim de demonstrarem a sua habilidade e a saciarem concomitantemente a sua sede de glória.⁸⁰⁶ Resulta daqui que, na *Ilíada*, a combinação de exortação com o comportamento exemplar do general seja, pois, uma constante. Atente-se no exemplo seguinte, quando Agamémnon discorria e discursava pelo exército, arremessou uma lança que atingiu um soldado troiano (V.528-533):

E o Atrida percorreu a hoste, dando muitas ordens:
“Amigos, sede homens e assenhoreai-vos de vosso coração aguerrido!
Tende vergonha uns dos outros nos potentes combates!
A maior parte dos homens com vergonha não morre, mas salva-se:
porém dos que fogem não vem renome nem vantagem!”
Falou e depressa arremessou a lança, atingiu um varão dianteiro...

⁸⁰⁶ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 96-100).

Já no Canto XII e entre outros exemplos que podiam ser aduzidos, encontramos um símile que descreve a actuação de Heitor no meio de um combate, comparando-o a um javali ou a um leão que, cercado por cães e caçadores, não só não se amedronta, como ainda lhes oferece uma tenaz resistência (12. 41-48):

Tal como quando no meio de cães e de homens caçadores
um javali ou leão rodopia, exultante na sua força;
e estes se dispõem una aos outros como uma muralha
e se posicionam contra ele arremessando das mãos
dardos cerrados; porém o valente coração da fera
não se amedronta nem receia, pois sua coragem é sua desgraça;
e amiúde rodopia para pôr à prova as fileiras dos homens
e sempre que arremete as fileiras dos homens arrendam pé –

E, quando esperaríamos o segundo termo do símile aludindo comparativamente à bravura de Heitor, o que de facto encontramos é uma breve *epipólesis* em estilo indirecto *standard* (12.49-50):

assim Heitor se movimentava por entre a multidão e pedia
aos companheiros que atravessassem a vala.

Este tipo de símiles que estabelece uma comparação entre os heróis e as feras ajuda a evidenciar o espírito valoroso dos combatentes e atesta que a luta e o comando são atributos inseparáveis nos chefes militares da *Ilíada*, donde se conclui que o heroísmo não só se revela através do combate, como também na hora de exortar as tropas à luta. Os historiadores portugueses acabaram por reinventar este tipo de símiles, adaptando-os aos heróis da gesta portuguesa. Na memória ainda temos o símile que Damião de Góis/narrador faculta acerca de António da Silveira, que, irrompendo por entre os inimigos como leão, arrebatava os seus como ovelhas das fauces dos lobos.⁸⁰⁷

Finalmente, tanto na *Ilíada*, como na historiografia antiga, a *epipólesis* é o tipo de exortação que mais associada está aos heróis que desempenham o papel do general-soldado, uma vez que a *epipólesis* era não só uma alocação exclusiva do general, como servia exemplarmente para a caracterização da personagem general, cuja actuação audaciosa fazia reviver na mente dos leitores, precisamente, o comportamento valoroso dos heróis homéricos. Com efeito, se tratamos da caracterização de um general, de acordo com a retórica antiga (Téon e Hermógenes), temos de atender ao conceito de etopeia ou criação de carácter (*êthos*) de uma personagem, que assenta tanto na

⁸⁰⁷ Damião de Góis, *Diensis Nobilensis...*, 71.

substância como na forma dos seus discursos. Na retórica antiga, existia uma arreigada tradição do tratamento do *êthos*, de maneira que a construção de um carácter a partir do discurso era um dado adquirido em todos os tipos de oratória de qualquer dos períodos da literatura grega.⁸⁰⁸ À medida que a aproximação entre a historiografia e a retórica se foi intensificando, adquirindo esta também um tom moralizante, uma das suas maiores preocupações foi a da caracterização das personagens através do que estas proferiam.

Ora, tal como a *ékphrasis* de que já por diversas vezes tratámos, também a etopeia seria um dos *progymnásmata* desenvolvidos nas escolas da Antiguidade como meio de introdução à retórica.⁸⁰⁹ Neste particular, a composição de uma arenga pronunciada por um general deveria ser precisamente um dos exercícios regulares da etopeia nas escolas da Antiguidade, prática certamente útil para aqueles que acalentavam redigir obras históricas. Infere-se daqui que um dos meios possíveis para, na Antiguidade, os historiadores criarem o *êthos* de um general era a etopeia, no momento em que este exorta os seus soldados, é justamente aí que se manifesta todo o seu arrojo.

Podemos pois dizer que um historiador tinha ao seu dispor uma paleta de recursos para evidenciar o carácter de uma personagem. O mais elementar de todos sucede sempre que o próprio historiador tece comentários directos sobre o carácter do protagonista, ou, em alternativa, deixa que, indirectamente, uma personagem os faça. Contudo, o processo mais usul para debuxar o retrato de uma personagem passa, essencialmente, pelos discursos que profere e pelos actos que realiza.

De seguida, de uma maneira breve, passaremos em revista certos actos e discursos que contribuíram para o *êthos* de general-soldado de alguns heróis da Antiguidade. Assim, o primeiro protagonista de uma obra historiográfica, consensualmente entendido como general-modelo é o herói da *Ciropedia* de Xenofonte, Ciro, o Velho. Nesta obra, Ciro surge sempre idealizado com o propósito de encaixar duplamente no arquétipo do soberano e do chefe do exército.⁸¹⁰

As suas virtuosidades de general e de combatente emergem, de uma maneira muita nítida, na descrição da batalha de Sardes, quando as tropas persas enfrentaram as egípcias lideradas por Creso. No final do livro VI, Ciro dirige uma arenga (6.4.12-209)

⁸⁰⁹ Sobre o conceito de etopeia veja-se AMATO e SCHAMP (2005).

⁸¹⁰ Cf. VEGAS SAN SALVADOR (2000).

aos seus oficiais, enquanto o livro VII abre com o início da marcha do exército (7.1.1-4) e as tentativas do exército egípcio envolver o seu inimigo (7.1.5-5). Depois de um diálogo táctico com o seu lugar-tenente, Crisantas (7.1.6-9), *Ciro avança por entre os carros de guerra e as tropas com couraça* e profere uma *epipólesis*. Trata-se de uma *epipólesis*, cujas extensão e conteúdo remetem para aquela que é proferida por Agamémnon no Canto IV da *Ilíada*. Na verdade, *Ciro* começa por se dirigir a vários grupos de soldados (7.1.10-14) e também a oficiais (7.1.15.ss), nos momentos que antecedem a batalha.

Depois de uma acção de envolvimento dos egípcios, *Ciro* entoou um hino em que foi imediatamente acompanhado por todos (7.1.25). Invocou ainda a protecção de Ares e lançou-se com a cavalaria contra os inimigos, acto que foi seguido pela infantaria (7.1.26):

Logo de seguida invocou em altas vozes a protecção de Ares. *Ciro* avança à frente da cavalaria; encontra-se com os inimigos de flanco e pega-se com eles de imediato. A infantaria segue-o logo, ordenadamente e, lançando-se pelos dois lados, luta com grande superioridade, como tropas ordenada em grande grupo, combatendo contra uma só ala. Os inimigos partiram em fuga desordenada.

Em diferentes momentos da batalha, sobressai o heroísmo de *Ciro*, mas também dos seus lugar-tenentes. Assim, eis que do meio da confusão surge o valoroso *Ciro*, perseguindo os que se apresentavam à sua frente. Girando sobre os inimigos, cortou-lhes a retaguarda, ordenando aos seus que o seguissem, infligindo enorme carnificina entre os egípcios (7.1.36). *Ciro* nunca voltou a cara à luta, de tal maneira que chegou a estar em apuros, quando um soldado egípcio golpeou o ventre do seu cavalo, arrojando o cavaleiro ao chão. Nesse instante, os seus soldados precipitaram-se para lhe salvar a vida, facto que, diz o narrador, comprova quanto é importante o comandante ser amado pelos seus soldados (7.1.37-39):

Infantaria e cavalaria combatiam lado a lado. Um egípcio, que ficara atropelado debaixo do cavalo de *Ciro*, feriu-lhe o ventre com a espada. O animal, sentindo-se ferido, agitou-se e fez cair o cavaleiro.

Foi quando se viu o quanto vale ser um comandante amado pelos seus soldados, levantou-se um clamor geral e todos arremetem com igual impetuosidade, repelem e são repelidos, ferem e são feridos. Um dos companheiros de *Ciro* desce do seu cavalo e faz subir o seu príncipe.

Já montado, viu que a derrota lavrava entre os egípcios.

Como acabámos de ver, nesta descrição dramática da batalha, Ciro apresenta-se como o protótipo do general-soldado, aquele que exorta enquanto general e que combate enquanto soldado.

Porém, o herói da Antiguidade a quem melhor se aplica a figura do general-soldado, de acordo com os testemunhos históricos, é Alexandre Magno. Arriano e Quinto Cúrcio facultam um retrato vigoroso de Alexandre que sempre acalentara o desejo de se igualar aos heróis homéricos.⁸¹¹ Este protagonista tinha por costume preceder sempre as batalhas de uma *epipólesis* à maneira homérica, ou seja, à medida que percorria as alas do exército, chamava pelo nome a maior dos oficiais e soldados. Segundo Quinto Cúrcio, antes da batalha de Iso e cumprindo o seu papel de general, Alexandre dirigiu arengas particulares a cada uma das nações aliadas que compunham o seu exército, tal como o havia feito Agamémnon no Canto IV (3.10.4.ss). Já a dramática descrição da batalha (3. 11.4-7) põe em evidência o denodo militar do soldado Alexandre, facto que leva o narrador a afirmar directamente que Alexandre assumia o papel de general-soldado (*Alexander non ducis magis quam militis munia exequabatur, opimum caeso rege expectens...*), desejoso de alcançar a glória, dando a morte a Dario, tal como Aquiles abateu Heitor.⁸¹²

Na Antiguidade, Ciro e Alexandre foram vistos como modelos de general, desempenhando as funções de estratégia militar, ao mesmo tempo não enjeitavam evidenciar a *virtus* guerreira do soldado.

Também os romanos, admiradores desta *virtus* guerreira e impelidos pela ânsia imperialista, fizeram da historiografia um dos escaparates propagandísticos dessa virtude, enchendo as suas páginas de *exempla* dos seus heróis. A descrição de uma batalha, cujo dramatismo épico anda sempre associado, é um dos palcos preferidos para pôr em prática essa finalidade, sendo a figura do general-soldado uma das suas mais eficientes estratégias.

É Tito Lívio um dos autores que melhor levam a cabo a missão revigorante do patriotismo romano, apresentando vários exemplos de heróis que encarnam a *virtus* romana. Um desses generais é Camilo. Antes do combate em Sático contra vários povos itálicos (6.7.2-6), já velho, Camilo montou um cavalo e, percorrendo todas as filas do exército, animou as tropas com a convicção de que a vitória era certa enquanto

⁸¹¹ Na historiografia portuguesa de quinhentos, vários são autores (Miguel de Castanhoso ou Diogo do Couto) que se referem ao facto de Alexandre se afirmar desditoso, pois tendo igualado as façanhas de Aquiles, faltava-lhe, contudo, um Homero que as celebrasse, para assim ser maior do que todos.

⁸¹² Cf. CARMONA CENTENO (2008: 412-415).

os inimigos se poriam em fuga. Terminada a função de general, assumiu a de soldado, por isso, desceu do cavalo e arrastou o porta-estandarte em direcção ao inimigo, facto que provocou uma reacção efusiva dos soldados, desejosos de seguir o seu exemplo. A consagração da figura de Camilo como soldado surge, porém, quando tomou um escudo da infantaria e animou, com a sua presença, a ala esquerda que estava a ponto de retroceder (6.8.5). Ora, o comportamento de Camilo actualiza a prestação valorosa dos antepassados romanos.

Porém, é Apiano de Alexandria quem mais explora a figura do general-soldado em estreita combinação com a *epipólesis*. No prólogo da sua *Historia Romana*, afirma que os romanos tinham o poderio hegemónico militar que minguava nos gregos, por isso dominavam o mundo. Para a materialização desse pensamento, concorre o renovado uso que faz do ideal do general-soldado, potencializado pelas dramáticas descrições de batalhas que insere na sua obra. Exemplo claro disso é a descrição da batalha de Zama (*Afr.*41), onde duplamente se defrontam Cipião e Aníbal, quer em termos retóricos (*epipólesis* contrapostas), quer em termos bélicos, pois ambos os generais se defrontam num combate particular (187ss), acontecimento que recorda iguais lides travadas entre Menelau e Paris ou Ájax e Heitor.

Nesta batalha, Apiano homenageia não só o general romano mas também o cartaginês. Ambos percorrem o seu exército, arengando-lhes em simultâneo, desempenhando assim o papel de generais, do mesmo modo que não evitam o perigo, lutando ao lado dos seus homens e em duelo particular. O que, definitivamente, faz pender a vitória para o lado romano é a *virtus* de todo o exército romano, ausente nas tropas africanas.⁸¹³

Quer pelo significado político e militar que logrou dentro do estado e da historiografia romanos, quer pelo legado que deixou ou ainda pelo magnetismo que exerceu sobre os historiadores portugueses de quinhentos, César merece uma atenção particular, enquanto símbolo do general-soldado. Com esta finalidade, trazemos aqui dois episódios similares que mostram César a desempenhar a dupla condição de general e de soldado.

⁸¹³ Cf. CARMONA CENTENO (2008: 418-420).

Precisamente em *Gall.* (2.25), assistimos à descrição do debarato provocado pelos Nérvios na décima segunda legião, simbolicamente representado na morte do porta-estandarte e na perda deste:

Todos os centuriões da quarta coorte tinham tombado, o porta-estandarte estava morto e o estandarte perdido, quase todos os centuriões das outras coortes estavam feridos ou mortos (...). Os outros estavam muito abatidos e alguns homens das últimas linhas pararam de combater, retiraram-se e colocaram-se ao abrigo das armas de arremesso. (...) A situação era crítica e não havia nenhuma reserva de que se pudesse esperar auxílio.

É nestas circunstâncias que sobressai a craveira dos generais. César, qual soldado, arrebatou um escudo, avançou até à primeira linha e, no meio da batalha, levou a cabo uma *epipólesis*, chamando cada um dos centuriões pelo seu nome, do mesmo modo que arengou aos soldados, dando-lhes ordens. A sua chegada transmitiu coragem aos combatentes, procurando cada um dar o melhor de si, sob o olhar atento do general:

Então, César pegou no escudo dum soldado da retaguarda, uma vez que não tinha o seu, avançou até à primeira linha, dirigiu-se aos centuriões chamando cada um pelo nome, arengou aos soldados e deu ordem para que as insígnias avançassem e para que as linhas se alargassem (...). A sua chegada devolveu a esperança aos soldados e voltou a dar-lhes coragem.

De modo análogo, Apiano de Alexandria (*B.C.* 2.15.104), narra-nos a batalha de Munda, em que César se viu obrigado a empreender uma *epipólesis* por entre os soldados, ao olharem receosos as forças de Pompeu. Com efeito, apesar de ter arrancado o elmo da cabeça, a fim de melhor encarar os soldados, estes não mostraram qualquer assomo de ânimo, de maneira que César logo arrebatou um escudo a um soldado e saltou para a vanguarda do exército. Imediatamente uma chuva de projecteis inimigos se abateu sobre ele, até que cada um dos tribunos correu na sua direcção e tomou posição a seu lado, do mesmo modo que todo o exército correu e lutou durante todo o dia, até alcançarem a vitória.

Nestes dois episódios, observamos que, para além de proferir uma *epipólesis*, alocução tipologicamente afim da sua categoria de general, César também se apodera de um escudo, adereço, em princípio conotado com o soldado. Ao tomar esse escudo, César suplanta a sua condição de general, para assumir a de combatente diante dos seus homens. Esta atitude demonstra uma total identificação do general com a função de soldado. Estamos, como já tivemos oportunidade de a caracterizar, diante de uma cena

típica⁸¹⁴ cuja finalidade é a de retratar César segundo o ideal do general-soldado, uma vez que não só exorta as tropas a empenharem-se na batalha, como ainda se dispõe a lutar como um soldado entre os demais, desafiando os perigos inerentes a essa audácia.

Ora foi esta *virtus* guerreira que permitiu aos romanos dominarem os restantes povos do mundo de então, do mesmo modo que este retrato dos generais romanos permite aproximá-los dos heróis homéricos, ou mesmo do próprio Alexandre, amplamente conhecido do público de então. Esta maneira épica de caracterizar os heróis romanos, catapulta-os para um valor militar inaudito, donos de uma temeridade quase inverosímil. Apesar disso, certos historiadores, como Apiano, preferiram desmerecer na verosimilhança em favor do propósito propagandístico e moralizante das suas obras.⁸¹⁵

Outros exemplos poderiam ainda ser aduzidos, porém ficou explícito que a dramatização e os traços épicos caracterizam as descrições de batalha dos historiadores antigos. Elas são o cenário propício para a actuação do general-soldado, cuja pronúncia de uma *epipólesis*, pelo seu conteúdo parênético, ajuda em grande medida, na exemplaridade do general-soldado. Assim o protagonista, cumpre primeiramente e de modo dramático, a sua função de general, para depois, desempenhar, visualmente, o ofício de soldado, entregando-se valorosamente à luta.

Como vimos, a figura do general-soldado, proveniente da épica homérica, foi acolhida pela tradição historiográfica seguinte, ajudando a modelar a figura de grandes generais, como Ciro, Alexandre, Cipião, Aníbal, César, entre outros.

3. A FIGURA DO CAPITÃO-SOLDADO NA LITERATURA PORTUGUESA DE QUINHENTOS

Em 1564, saía dos prelos de João Barreira, uma obra com o extenso título de *História das cousas que o mui esforçado capitão Cristóvão da Gama fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que levou consigo*. O seu autor, Miguel de Castanhoso, participara nessa expedição à Etiópia, sendo, portanto, testemunha e actor de tudo quanto se aí passara. Na dedicatória a D. Francisco de Portugal, neto de Vasco da Gama, deixou estas palavras evocativas do espírito emulativo da época:

⁸¹⁴ Cf. Cap. V.7.3 desta tese.

⁸¹⁵ Cf. CAMUS (1967:112).

E, se alguma hora este Homero se houvera de desejar, houvera de ser nestes tempos, em que achara matérias dignas de seu estilo, porque, se os erros de Ulisses lhe pareceram matéria conveniente a seu engenho e os feitos de Aquiles, mais alta empresa era e maior campo de mostrar a divindade de seu espírito a navegação do Conde Almirante Dom Vasco da Gama, vosso avô, daqui até à Índia e os feitos de Dom Cristóvão da Gama, seu filho, vosso tio, na terra de Etiópia; **porque por a viagem de Ulisses os casos que em poucas léguas do mar Mediterrâneo lhe aconteceram, achara a navegação de vosso avô, desde o último Ocidente até o nascimento do Sol, por mares nunca navegados, por gentes nunca vistas nem ouvidas, descobrindo novos mundos, novas terras, novo céu e novas estrelas. Levantando a glória de seu rei e pondo as quinas reais de Portugal onde Alexandres nem Césares puderam chegar;** de que vieram ser tributários os reis do oriente aos de Portugal e enriquecendo o Tejo com os despojos do Ganges, e do Indo – coisa maravilhosa que parece impossível.

Como vemos, não faltaria matéria verdadeira e mais heróica a Homero, se ele pudesse ascender a Portugal no século XVI. De facto, quem percorre as páginas da historiografia de quinhentos, mergulha numa infinita catadupa de acontecimentos dramáticos, levados a cabo por infatigáveis heróis, que deixam o leitor de hoje emocionado e ofegante. Nesse processo de *aemulatio* próprio da época, os historiadores procuraram que os protagonistas portugueses em nada ficassem atrás dos antigos, cujas façanhas são a verdadeira manifestação da *virtus* portuguesa, dura, tenaz, indiferente ao sofrimento, pondo o interesse da nação acima de vãs cobiças. A galeria de heróis é extensa, porém aqui trazemos apenas um punhado de homens que, pela mão dos historiadores, desempenharam plenamente o ideal do general-soldado ou do capitão-soldado, já que capitão era o termo mais comum na época.

3.1. LOURENÇO DE ALMEIDA

O apelido deixa transparecer a filiação: era filho de Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia. Acompanhou seu pai à Índia, onde desempenhou o cargo de capitão-mor, tendo alcançado várias vitórias, reveladoras de um espírito audaz e competente. Barros, Castanheda e Gaspar Correia narraram com emoção as dramáticas batalhas em que entrou, nunca virando as costas à luta, nem já exangue, à hora da morte, abandonou os seus, exortando-os sempre à luta até ao último suspiro. Lourenço de Almeida desempenha cabalmente o ideal do capitão-soldado. Vamos à história.

A sua primeira façanha ocorreu em 1506, quando derrotou a armada do rei de Calecut. No dia 15 de Março, apareceu a frota dos inimigos, cuja imensidão dos mastros das embarcações, diz o narrador/Castanheda, parecia uma mata que até fazia sombra:

andando dō Lourenço ao longo da costa começou daparecer a frota dos imigos que andava em sua busca, e era de duzentas e oytenta velas e oytenta e quatro naos grossas, e cento e vinte quatro paraós grandes e que avia mouros e Naires de peleja sê conto, que os mais erão frecheyros, e algũs espīgardeyros, e outros de lâças, espadas e escudos, e todos armados de laudeis de seda, e celadas, e galhardos de coyros de bufaros laurado tudo de seda de cores, e muytos trazião manilhas douro e pedraria, e todas estas velas muyto bem artilhadas de muyto boa artelharia, e como erão tantas como digo. E hião juntas a multidão dos mastos parecia hũa mata muy espessa, e assi fazia sombra.

Logo chamou à sua presença os capitães e proferiu-lhes uma arenga, exortando-os a acompanhá-lo naquela empresa, porque, com a ajuda de Deus, a vitória era certa (*porisso que ho acõpanhassẽ muyto ledos pera pelejar com aqueles cães de que tivessem por muy certa a vitoria, porque nosso seõnor tinha muyto cuydado dos Christãos, nem avia nũca de sofrer que a sua santa fê fosse abatida.*).⁸¹⁶ Cumpriu assim o seu papel de capitão. Para mais incendiar as tropas, não faltou o capelão, que, subindo ao chapitéu da nau e arvorando um crucifixo, levou as tropas à comoção com as suas palavras.

No dia seguinte, postas as coisas em ordem e antes de se iniciar a contenda, como capitão, lançou um último apelo para a valentia «*Ora sus hirmãos agora he tempo que cada hũ mostre seu esforço e valentia*». E começou a refrega, na qual Lourenço de Almeida, despojado das insígnias de capitão, tomou a alabarda de soldado e foi dos primeiros a abalroar as embarcações inimigas. O seu heroísmo era tal, que os soldados se deixaram contagiar por aquela virtude guerreira, praticando também actos briosos:

porẽ dom Lourenço que os não tinha em conta com a esperãça em nosso seõnor que lhe daria vitoria foy abalroar a mayor das capitainas que trazia seiscentos homens de peleja [...] e dō Lourenço pelejava com hũa alabarda pequena com que fazia assaz de dano nos immigos, ferindo hũs e matãdo outros sem lhe valer a multidão de frechas que tiravão e outras armas offensivas de que se aproveitão, **porque tambem os nossos vendo a valentia do seu capitão mor, por se parecerem coele fazia cousas muy assinadas**: e de tal maneyra pelejarão que quãtos immigos estavam na não foram mortos.⁸¹⁷

Aqui temos a certidão de que Lourenço de Almeida é apresentado segundo o ideal de capitão-soldado. Porém, é a dramática descrição da sua morte em combate que atira com Lourenço de Almeida para os píncaros desse estatuto.

Em Março 1508, ao largo de Chaul, a força portuguesa composta por oito navios enfrentou a frota rume chefiada por Mirocem a que se juntara a armada do rei de

⁸¹⁶ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. XXV.

⁸¹⁷ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. XXVI.

Cambaia, comandada por Meliquiaz, governador de Diu. Ao todo, as duas armadas, segundo Castanheda, perfaziam *XIV velas em que entravão quarenta fustas e gales e hũ galeão, e quatro naos*. Não queremos aqui apresentar o relato completo dessa batalha, para isso existe bibliografia suficiente,⁸¹⁸ mas tão-só concentrar-nos na descrição dos momentos heróicos que antecederam a morte do capitão, Lourenço de Almeida. Durante os combates, a nau do capitão-mor começou a meter água, ficando impossibilitada de realizar qualquer movimento. Então, como não havia remédio de salvação para a tripulação, disseram a D. Lourenço que abandonasse a nau num parau com alguns remadores, pois ela era o capitão e a honra dos portugueses. Ora, D. Lourenço respondeu que jamais aceitaria salvar-se, deixando os seus em perigo:

E tendo ho contra mestre ho parao prestes disserão os fidalgos a dô Lourenço que pois a nao tinha tinha tão pouco remedio pera se salvar, quão pouco eles merecião a deos por seus pecados, que se salvasse ele pois ã sua salvação estava a honrra ou desonra dos Portugueses, porque ele era ho preço de todos; e que eles pois deos assi era servido ficarião pelejando ate que morressem. O que ouvindo dom Lourçõ lhes disse que bem sabia ho amor que sempre lhe teverão; **e porque ele lhe tinha o mesmo que nunca deos quisesse que se ele salvasse ficando eles em perigo**; que não desesperassẽ da misericórdia de deos que era grande, e que os capitães da frota ho socorrerião.

Alguns fidalgos insistiram na ideia ao que ele retorquiou, dizendo que ninguém mais falasse no assunto, senão atirar-lhe-ia com a alabarda com que lutava:

E porque os fidalgos quiserão repricar, disse **que lhe não falasse ninguém em salvarse, se não que tiraria com hũa alabarda que tinha na mão com que pelejava**. E logo ordenou sua gẽte pera se defender em quanto podessesse, porem não tinha mais sãos que trinta homens...⁸¹⁹

É sem dúvida um exemplo de capitão e de soldado. E foi assim que, não virando as costas à peleja, acabou por morrer em combate. Castanheda é sucinto na descrição da morte do herói: sem uma coxa que lhe fora levada por uma bombarda, pediu que o sentassem junto ao mastro, onde continuou a esforçar os seus. E nisto, uma segunda bombarda atingiu-o no peito e assim acabou.

João de Barros pegou nestes dados, amplificou-os, descrevendo pormenorizadamente os últimos momentos do herói. A sua morte assemelha-se à de um mártir, levando o leitor a comover-se diante desta *ékphrasis*:

⁸¹⁸ MONTEIRO (1989, Vol. I).

⁸¹⁹ Castanheda, *História do Descobrimento...*, Liv. II, Cap. LXXX.

E mandou que o encostassem ao propao junto do masto do meyo assentado em hũa cadeira quasy em giolhos: e vendose naquelle estado levantou as mãos a deos dizendo, senhor pois te aprouve tirar o poder pera ajudar a estes cavaleiros que derramam seu sangue por confissam da tua fé, peçote que aqui atado nesta columna que eu tomo por glória com a lembrança da tua, ajas por bem que os ajude com a fala pois nam posso com a pesoa, porque ella seja testemunha que te confesso com alma pois o corpo desfaleceo. Acabado estas palavras e convertandose á gente que pelejava querêdo os ajudar cõ outras nã da fraqueza da morte que lhe vazava o sangue mas que lhe ditava o animo de cavaleiro e espírito de catholico baram, **nã perdendo o officio de capitam** nem o conhecimêto pera dar a seu deos: veo outra bombarda que lhe levou todalas costas da parte direita descobrindolhe os bofes.⁸²⁰

O leitor chega ao ponto de sentir a dor da personagem, de maneira que capitão e soldado foi Lourenço de Almeida até expirar.

A morte do filho varão provocou um enorme sofrimento em Francisco de Almeida, cuja sede de vingança só será saciada na batalha naval de Diu, em 1509, desobedecendo às ordens de D. Manuel que lhe determinava o fim do mandato. Conta Gaspar Correia que essa resolução de vingança a tomou logo o vice-rei no momento em que lhe trouxeram a notícia da morte do filho. Na circunstância, terá proferido esta resoluta frase: «*quem o frangão comeo, ha de comer o galo, ou pagalo*».⁸²¹

3.2. ANTÓNIO DA SILVEIRA

António da Silveira figura na galeria dos heróis nacionais devido ao heroísmo manifestado não só como capitão mas também como soldado durante o primeiro cerco que os turcos puseram à fortaleza de Diu, no ano de 1538. No opúsculo *Diensis...* de 1544, Damião de Góis afirma que a armada que procedia do Cairo, comandada por Solimão Baxá, era constituída por 63 galés, nas quais vinham 20 000 soldados e 4 000 rumes, tendo arribado a Diu nos inícios de Setembro. Aí se encontrava Coje Sofar, capitão cambaico, com outros 20 000 homens. António da Silveira dispunha apenas de 700 soldados portugueses.

Vários são os autores que se ocupam da narração das façanhas obradas pelos soldados portugueses, sabiamente comandados por Silveira. Diogo do Couto, na Década VI, faculta-nos o retrato de um capitão atento a tudo, detentor de uma fina astúcia, implacável na aplicação da justiça, mas igualmente afectuoso com os seus homens. A sua actuação foi determinante para a libertação da cidadela. Couto evidencia

⁸²⁰ Barros, *Década I da Ásia*, Liv. II, Cap. VIII.

⁸²¹ Gaspar Correia, *Lendas...*, Tomo I, Segundo anno do visorey Dom Francisco. Armada de Tristão da Cunha. Anno de 1506, Cap. XVII.

essencialmente a vertente do capitão vigilante que percorria todas as estâncias, para se aperceber do que era necessário mandar prover. Por diversas vezes, o narrador/Couto refere que ele se deslocava para ver com o seu olho os trabalhos (*Antonio da Silveira, como capitão animoso, corria a todas as partes, para ver com o olho o de que tinham necessidade pera logo mandar prover*).⁸²² A sua presença era sempre motivo para as tropas redobrem o esforço (*porque como verem o capitão se apressava pera os vir socorrer, se lhes dobrava o animo e as forças, pelejando como leões, fazendo tal estrago nos mouros, que os fizeram retirar*).⁸²³ Também desempenhava as funções de soldado, combatendo ao lado da soldadesca (*Antonio da Silveira com toda a soldadesca trabalharam aquella noite lançando-se em meio das chamas, em que muitos se queimaram por muitas partes*).⁸²⁴ Ainda que desejasse pelejar mais vezes, a fim de partilhar do perigo por que os soldados passavam, não lho permitiam os restantes fidalgos que o acompanhavam, dizendo que aquela não era a sua obrigação, sendo sim, a garantia de salvação da fortaleza. No excerto a seguir transcrito, a admiração pelo capitão é tanta que, para o preservarem de qualquer desastre, os que o acompanham declaram que lutariam, nem que necessário fosse, com as entranhas numa mão e a espada na outra, versão alternativa do ideal renascentista, numa mão a espada e na outra a pena:

Antonio da Silveira chegou áquella parte acompanhado de alguns Fidalgos, que o seguiam (que elle chamava pera se aconselhar nas cousas arduas) **e foi passando por todos pera se por no lugar da defensão, porque lhe não sofria o animo ver os seus em perigo e elle ficar der fora**, mas os que hiam com elle o detiveram, dizendo-lhe que não era aquella sua obrigação, e que lhe não haviam de consentir arriscar-se a perigo algum, porque nele estava o remedio da fortaleza; e em quanto o vissem vivo, **pelejariam todos com as tripas em huma mão e com a espada na outra**; o que seria ao contrario, se lhe acontecesse desastre.⁸²⁵

Aqui temos pois o capitão que deseja ser soldado, mas porque amado pelos seus, o retornam à sua condição de capitão. Porém, durante este cerco, outros capitães emergem pela sua valentia. Se até agora a caracterização de Silveira enquanto capitão-soldado é feita através das suas acções, no caso do capitão do baluarte do fogo, Rodrigo Proença, o retrato de capitão-soldado é feito directamente pelo narrador. É a prova de que a figura do capitão-soldado era um verdadeiro tópico literário e que Couto tinha

⁸²² Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. V.

⁸²³ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. III.

⁸²⁴ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. I.

⁸²⁵ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. V.

bem presente quando caracteriza as suas personagens pelas quais nutria maior apreço. O excerto seguinte é altamente inequívoco, Rodrigo é soldado enquanto peleja e é capitão quando tudo ordena e comanda, à maneira épica:

Rodrigo Proença, Capitão do baluarte do fogo, deo neste dia mostras de hum **valoroso Cavalleiro, e prudente Capitão**; porque quando era necessário, **pelejava como soldado** com grande valor; e quando cumpria, **mandava e governava como astuto capitão**, acudindo de tal maneira ás necessidades, que em gritando hum por polvora, e panella, já as alli achava, por lanças de fogo, ás mãos as tinham, em fim, tudo estava tão bem negociado, que nada faltava a seu tempo.⁸²⁶

A alusão a esta personagem capitão-soldado volta a ser nítida mais à frente, agora para descrever a morte dramática deste herói, morto enquanto descansava um pouco do combate:

Rodrigo de Proença, que neste dia fez cousas bem dignas de se celebrarem, vendo o aperto em que estava, se pos diante de todos, **fazendo bem o officio de soldado, porque o estado em que via aquelle negocio o fez esquecer da obrigação de capitão, porque entendeu que alli convinha mais pelejar que mandar**; mas a fortuna invejosa de seu serviço, ordenou, que em alevantando a viseira de hum elmo, que tinha pera resfolegar hum pouco, endireitou-se uma frecha por alli dentro, que o tomou per hum olho e outra pela boca de que cahio mortal.⁸²⁷

Começámos com António da Silveira e com Damião de Góis e a eles voltamos para encerrar a caracterização daquele capitão. De facto, é Góis quem melhor retrata Silveira como capitão-soldado, tornando-se em fonte histórica de Diogo do Couto. De facto, aqui encontramos já a característica deambulatória de Silveira, que a tudo corria e tudo provia (*huc, illuc*). Foi assim que aconteceu, como capitão, ao local onde as tropas portuguesas começavam a vacilar diante do ataque dos inimigos. Assim que chega, recorre a dois vocativos (*Mei Christiani, Lusitanique milites*), alusão muito clara ao facto de os portugueses serem a milícia de Cristo, estando, por isso, destinados a combaterem os infiéis e a darem a sua vida, como os mártires, pela causa. Repare-se que Silveira não exorta os soldados a sacrificarem os seus respectivos corpos, excluindo-se ele mesmo de tal penitência. Não é isso que sucede, pois o herói chama os soldados a acompanhá-lo nesse sacrifício (*mecumque corpora*), ou seja, dispõe-se a lutar como soldado e não a ordenar como capitão. Ora, esta é, do ponto de vista verbal, a clara certidão de que Silveira desempenha o papel de capitão-soldado e de que a construção da personagem pelo narrador/Góis está orientada para esse fim. Mas, as acções

⁸²⁶ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. V, Cap. I.

⁸²⁷ Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. V, Cap. II.

sequentes praticadas pelo herói, colocam-no nos escaparates dos capitães-soldados. Num dos símiles mais ricos da literatura portuguesa e que remete para cenas idênticas da historiografia e épicas antigas, Silveira, brandindo a espada, arroja-se, como um leão ensanguentado, contra os inimigos, arrancando os seus, quais ovelhas, das fauces dos lobos inimigos. Atente-se na força sobre-humana do capitão, um leão, em contraste com a fragilidade dos companheiros que são ovelhas. Por outro lado, o narrador/Góis procurou transmitir o movimento dessa acção, recorrendo à expressão *huc illucque*, que já anteriormente, antes da alocação, havia sido empregada. Esta é uma marca do herói, que a tudo acorria com energia, percorrendo incessantemente todos os baluartes da fortaleza, a fim de prover e ajudar os mais aflitos. Góis é uma fonte atestada de Diogo do Couto, de maneira que no relato que este faz na *Década VI*, repete insistentemente a mobilidade do herói. Para completar o quadro heróico, os inimigos são arremessados para o local donde vieram como uma bola, comparação que encerra valorosamente a figura de António da Silveira como insigne capitão-soldado:

Dux Antonius a Silveira, qui omnibus arcis angulis praesto erat, huc, illuc, viginti tantum militibus circumstipatus, audit hostes non solum arcem aggressos, verum etiam muros atque turris repagula superasse. Eo dum omni celeritate festinat, suos atque hostes promiscue non super moenia, sed in ipsa arcis area dimicantes, vel potius tumultuantes, aut fluctuantes invenit. Quo viso, elatus animi magnitudine uoce sublimi **inquit: «Mei Christiani, Lusitanique milites, mementote fidei, patriae, parentum, mecumque corpora instar martirum constanter pergite sacrificare».**

His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium catervae se protrudit, huc illucque iter aperiens, suosque veluti oves ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, unde venerant, brevi temporis spatio reiecit.⁸²⁸

O capitão António da Silveira, que estava presente em todos os cantos da fortaleza, para aqui e para ali, tendo por companhia apenas 20 soldados, ouve que os inimigos não só tinham atacado a fortaleza como também tinham ultrapassado as barreiras do baluarte. Até que se apressa com toda a velocidade, [e] encontra os seus e os inimigos misturados, não sobre as muralhas, mas dentro da própria área da fortaleza lutando, ou melhor, fazendo tumulto, ou vacilando. E visto isto, exaltado pela grandeza do seu ânimo, com voz sublime, diz: «Cristãos meus e soldados Portugueses, lembrai-vos da fé da pátria, dos pais, e continuai vigorosamente a sacrificar comigo com firmeza os corpos à imagem dos mártires.»

Com estas palavras, como um leão com a boca cheia de sangue, tendo brandido a espada, lançou-se para o meio da multidão, abrindo caminho para aqui e para ali, arrancando os seus como ovelhas das fauces dos lobos, atira os inimigos como uma bola para o lugar de onde tinham vindo, num breve espaço de tempo.

Mas a fortaleza de Diu é um alforge rico em heróis.

⁸²⁸ Damião de Góis, *Diensis nobilissimae Carminae...*, 71.

3.3. D. JOÃO DE MASCARENHAS

D. João de Mascarenhas é o modelo do capitão-soldado português, sendo, também por essa via, o herói que encarna a *virtus* portuguesa. De acordo com a historiografia coeva, muitos são os heróis, mas este é o herói, o protagonista mais admirado e que detém a adesão dos autores, verdadeiro símbolo nacional. Inclusivamente, é o orador militar mais copioso, superando mesmo D. João de Castro, estando-lhe atribuídas no *corpus*, 19 arengas militares de todos os tipos, à exceção do T6. É certo que para esta cifra muito contribui o sucesso editorial que o segundo cerco de Diu alcançou, matéria tratada por vários autores, alguns deles testemunhas activas dessa façanha, como Leonardo Nunes.

Um dos autores que mais se entusiasmou com Mascarenhas foi Diogo de Teive, atribuindo-lhe três alocuções no seu *commentarius...*, tantas como as proferidas pelo vice-rei, D. João de Castro. Jerónimo Corte Real, que narra epicamente o sucesso, torna a relação oratória desequilibrada, com Mascarenhas a pronunciar seis discursos contra dois proferidos pelo vice-rei.

Foi assim que no dia 18 de Abril de 1546, as forcas do rei de Cambaia chefiadas por Coge Sofar, acompanhado pelo filho Rumeção, chegaram jubilosamente a Diu. Vinham nessa força, segundo Teive, rumes, cristãos renegados, abexins, fartaques e árabes. Mais de 30 000 tarefeiros a que se somavam 5000 turcos, 400 dos quais eram atiradores, fechavam o cerco à cidadela. Por seu turno, Mascarenhas tinha à sua guarda 200 homens. Apercebendo-se das manobras preparatórias, o capitão tratou de previamente prover a fortaleza de tudo quanto era necessário para resistir àquele aperto.

Logo no início do opúsculo, o narrador/Teive faculta-nos o retrato do valoroso capitão, detentor, segundo os tratadistas, das qualidades exigíveis para o cargo, e que em nada ficava a dever a um qualquer general da Antiguidade:

Arci tum praeerat Ioannes Mascarena, vir genere, factisque clarus, magno rei militaris usu; aderat et in periculis obeundis animi magnitudo, et in praecauendis insidiis prouidentia, et in militum animis tractandis prudentia, ut nullam bene gerendae rei spem ex temeritate, aut segnitie ducis hostes sibi promitterent.⁸²⁹

Encontrava-se, então, à frente da fortaleza João de Mascarenhas, um guerreiro insigne, na estirpe e nos feitos, com larga experiência de combate; possuía grandeza de ânimo a enfrentar o perigo, lucidez a precaver-se de ciladas e prudência a lidar com o ânimo dos soldados, de modo que os inimigos não podiam assegurar-se qualquer esperança de êxito por força da imprudência ou da passividade do capitão

⁸²⁹ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 10.

Ora, o edifício histórico de Teive assenta em dois pilares, Mascarenhas e D. João de Castro, proferindo cada protagonista, uma extensa arenga, no início e no fim do mesmo, respectivamente. Assim antes da abertura das hostilidades, o capitão proferiu diante das tropas (T2) uma elaborada arenga em estilo indirecto, na qual apela insistentemente para a valentia do auditório, particularmente na linha exortativa da alocução:

«Nolite per deum immortalem quae maiores nostri virtute, animique magnitudine obtinuerunt, ignavia torporeque de manibus amittere; vestramque vitam, vel falsa spe salutis, vel turpi mortis formidine, in praesentem perniciem praecipitare».

Não queirais deixar escapar de entre as mãos, por cobardia ou indolência, o que os vossos antepassados alcançaram pela sua coragem e grandeza de ânimo, e, seja por falsa esperança de salvação, seja por infame temor da morte; não queirais precipitar a vossa vida na perdição que tendes diante».

Findo o discurso, Mascarenhas suspende, por instantes, o papel de capitão, pois é o primeiro a avançar para o seu posto de combate. Com essa atitude, Mascarenhas demonstra que também é soldado, exercendo alternativamente os cargos, consoante as circunstâncias e a ocasião o exigirem:

primus pericula obit, **militis et imperatoris**, uti res tempusque postulabant, officio fungitur.⁸³⁰

ele mesmo é o primeiro a avançar para o combate, o primeiro a enfrentar o perigo; assim desempenha a função de soldado e de comandante, conforme as circunstâncias e a ocasião reclamavam.

O que há nestas palavras de surpreendente é que a caracterização de Mascarenhas enquanto capitão-soldado é não só construída pelo leitor a partir das suas palavras e dos seus actos, mas sobretudo porque, directamente, o narrador declara que ele *militis et imperatoris officio fungitur*.

De facto, ao longo da narrativa, sempre Mascarenhas desempenhará um destes ofícios sem descurar o outro, tal como, uma vez mais, o narrador volta a vincar:

Mascarenna cum expedita manu quocumque clamor vocabat, subsidia submittit; ubi maius aliquod discrimen imminebat, ipse obviam ibat; nec ullum **boni militis aut ducis** eo die munus praetermisit.⁸³¹

Mascarenhas com prontidão aonde quer que um apelo se fizesse ouvir, envia reforços; onde se tornasse mais iminente algum perigo, aí acorria ele próprio, a fazer-lhe frente; e não descurou nesse dia qualquer dever de um bom soldado ou de um comandante.

⁸³⁰ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 17-18.

⁸³¹ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 48.

Como dissemos acima, Corte Real confere a Mascarenhas a glória épica que lhe era exigida. Aí temos o capitão-soldado em toda a sua plenitude: perante o desmaio das tropas diante dos mouros, ocorre o capitão e, a fim de lhes restaurar o ânimo, profere palavras duras, dizendo-lhes que eram ousados nas palavras, mas temerosos na acção. Exortou-os a pelejar e, ele mesmo, como soldado, é o primeiro a subir os muros e a pelejar com os mouros.

Vendo que os Mouros matam algũs homẽs,
Com setas, e arcabuzes; vendo certo,
E evidente o perigo, nam ousavam
Subir; mas recolher se determinam.
O capitam sentindo este desmayo,
Com todos os fidalgos arremete
Dizendo a grandes vozes. «**Ah soldados**
Ousados nas palavras, mas agora
Temerosos no campo, eis aqui tendes
Nas mãos o que pedis, que fraqueza
He esta que mostrais? Ea subamos,
Restauray pellejando tal deshonra».
Dizendo isto, subio logo as paredes,
A pesar dos imigos, que com toda
Sorte de pelejar lho deffendiam.⁸³²

Deixamos para o fim, uma imagem épica do capitão-soldado, num poema épico. Durante um combate, o poeta recorre a uma imagem épica e mostra-nos o capitão com as armas já rotas de tanta lide praticada e com a espada tinta de sangue. Nessa aparência de exaustão, o capitão ainda tem ânimo para incitar os seus a terminarem, com êxito, o prélio. Após este apelo, redobram o empenho e combatem com denodo:

E os lisos capacetes, os escudos
Retinem com muy grandes, duros golpes.
Ali anda o Capitam sempre diante,
Onde o perigo estava mais notorio:
Trazendo as armas ja rotas, e a espada
Toda banhada em sangue, aos seus incita,
Dizendo: «Ea valentes Portugueses,
A vencer costumados, dia he este
Para ficar de vos eterna fama,
E para que mostreis o grande esforço:
O preço, e o valor que em tudo tendes.
Com Mouros pelejamos, pouco valem,
Que em fim procuram vida, e honra engeitão».
Dizendo estas palavras, todos juntos
Redobram mais os golpes, e arremetem
Com dobrado furor.⁸³³

⁸³² Jerónimo Corte Real, *Sucesso...*, Canto XIII.

⁸³³ Jerónimo Corte Real, *Sucesso...*, Canto IX.

Tanto a lutar, como a exortar, D. João de Mascarenhas é, de facto, o general-soldado da historiografia portuguesa, símbolo da *virtus lusitana*.

3.4. D. JOÃO DE CASTRO

Como adiantáramos, o outro herói de 1546 é o governador e posterior vice-rei D. João de Castro. Embora a imagem austera de um governador o autorizasse a ser capitão, não era, talvez, conjecturável ver este nobre de alta estirpe lutando, no meio da turba, de espada na mão. Ainda antes de se iniciar o cerco, já o capitão Mascarenhas enviara cartas a outros capitães e ao governador que tratassem de lhe enviar reforços sem tardança. A verdade é que o governador só em inícios de Novembro alcançou com uma frota a fortaleza, depois de ter vencido várias dificuldades, entre elas as de navegação. Chegando a nove desse mês, segundo Teive, ainda foi a tempo de providenciar tudo para a grande batalha final do dia seguinte. Ainda no dia nove, terá proferido diante da guarnição da fortaleza, agora de 3000 homens, aquela extensa arenga, cujos historiadores recriam nas suas obras históricas. No dia da batalha, D. João de Castro desempenhou o papel de capitão e de soldado, conforme as solicitações e os exemplos que a seguir apresentamos.

Aí temos o herói, durante um momento da batalha final, a desempenhar o papel de capitão, injuriando e exortando os seus homens (T5):

Nihilo tamen segnius pro ponte pugnatur nostris successu, Indis loco superiore fretis. Ibi cum aliquamdiu certamen haesisset, **praetor suos nunc increpare, nunc hortari**, ut antequam tota hostium vis eo se conferret, praesidia occuparent; ponte semel capto, nihil fiduciae hosti superesse, nisi in acie ubi haud dubie Lusitanus superior esset. His vocibus miles admonitus, renovato impetu, e turribus hostem deiicit, non incruenta tamen pugna. Quadraginta enim ex Lusitanis ceciderunt.⁸³⁴

Nem por isso no entanto é menos determinada a luta pela ponte da parte dos nossos com êxito, da dos Indianos com confiança na sua posição mais elevada. Aí, no momento em que o combate se mostrou, durante algum tempo indeciso, o Governador começou, ora a injuriar os seus homens, ora a exortá-los a que se apoderassem da guarnição antes que os inimigos caíssem ali sobre eles com todas as suas forças; que tão depressa fosse conquistada a ponte, nada mais restava ao inimigo em que pudesse depositar confiança, a não ser no combate em campo aberto, onde, sem dúvida, os Portugueses tinham vantagem.

Os homens, despertados por estes brados, desalojam dos baluartes, com renovado vigor, o inimigo, mas não, porém, em combate sem derramamento de sangue. Contudo tombaram quarenta dos Portugueses.

⁸³⁴ Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus...*, 88.

Apesar das exortações e orientações terem feito recuar os inimigos, isso não impediu a morte de algumas dezenas de soldados.

Jerónimo Corte Real reelaborou epicamente estes acontecimentos e apresenta-nos D. João de Castro a desempenhar o papel de capitão, mas também, vincadamente, o de soldado. De facto, várias são as aloquções proferidas em combate. Assim, o poeta, num patetismo assinalável, descreve as consequências da guerra, com os corpos em pedaços e o sangue empapando a terra. Repare-se que o sangue não é encarnado, mas sim negro, porque é sangue de morte. O vice-rei, que ali anda entre os seus, exorta-os com o *topos* do *honestum et dignum*. Feito este interregno como capitão, retoma o ofício de soldado, dando golpes mortais. No entretanto, duas setas disparadas pelos inimigos atravessam o seu escudo, que foi motivo de graça para o soldado-capitão:

O como em tal sazão, por todas partes
Se mostrava a peleja brava e fera,
Quantos corpos ali jazem sem vida
Feitos de mil pedaços; quantos lagos
De negro sangue estão por todo o campo.
O Visorrey com vozes altas brada,
Esforçando os soldados, *diz*: «ô fortes
Illustres Portugueses, tomay todos
Com vivo coração a fama e nome
Que vos concede Deos nesta batalha».
Dizendo isto mostrava hum grande esforço,
Dando golpes mortaes a todas partes.
Juntas vem dos inimigos rechinando
Duas ligeiras setas, que atravessam
A branca forte adarga que trazia
Este bom capitão por seu amparo,
Juntas ali pregadas, lhe dão graça.⁸³⁵

Atente-se neste episódio, o facto de D. João empunhar um escudo, elemento essencialmente caracterizador do soldado, papel que o governador também desempenha. Ora, esse dado remete-nos directamente para a Antiguidade e vem-nos à memória a imagem de César que, em cenas típicas, não deixava de arrebatá-lo um escudo e de se lançar na luta.

Para encerrarmos a breve caracterização deste herói, reservámos para o fim o traço mais característico do capitão-soldado: a *epipólesis*. No início deste capítulo, tivemos ocasião de verificar que na literatura antiga, a *epipólesis* era um poderoso recurso retórico para a construção da figura do general-soldado. Cremos que Diogo de Teive tinha consciência desse facto, de tal maneira que, justamente, a última aloqução

⁸³⁵ Jerónimo Corte Real, *Sucesso...*, Canto XVIII.

do vice-rei é uma *epipólesis*, proferida no auge dos combates do assalto final. Nesses instantes, quase esmagados pelo fogo inimigo, pouco faltou para que os portugueses desistissem de atacar o baluarte. Mas eis que de batalhão em batalhão se fez ouvir o brado do governador, dizendo que se abandonassem a luta, por instantes que fossem, entenderia isso como uma traição (*Sed ubi per cohortes conclamatum est, praetorem eum fortissima iuuentute ingressum esse, eum si paululum certamen remisissent prodi*).⁸³⁶ Estamos pois diante de uma *epipólesis*, proferida no meio de um combate. Trata-se de um dado crucial, pois a identificação da *epipólesis* com a figura do general-soldado atinge o seu ponto mais elevado quando aquela é levada a cabo durante uma batalha. Na verdade, uma *epipólesis* proferida no meio da refrega está intimamente conectada com a acção heróica do respectivo protagonista, estratégia retórica que, no caso, visa sublimar a actuação de D. João de Castro. Com efeito, poderá haver algo de mais heróico do que um capitão, de espada em riste ou de escudo na mão, abrir caminho por entre os inimigos, ao mesmo tempo que apela aos seus para a luta?

De notar ainda que a acção heróica do governador é também valorizada pela selecção semântica do narrador, afirmando que o herói bradava com a mais valente juventude (*fortissima iuuentute*),⁸³⁷ reafirmando a sua energia e audácia. Ouvidos os incentivos, trataram todos de se animar mutuamente (*sese mutuo cohortati*), arrojando-se violentamente contra os inimigos.

Quer pela acção, quer pelos discursos que profere, a construção da personagem D. João de Castro por Diogo de Teive obedece claramente ao modelo do general-soldado, pois, por variadíssimas vezes, vemos o herói a cumprir as funções tanto de chefe militar, como de soldado raso. Repare-se como, sintomaticamente, o último contacto do leitor com D. João de Castro é feito com o governador a cumprir uma tarefa de soldado, naquilo que podemos chamar de recriação de uma cena típica. Levantado o cerco e esboroadas as muralhas, chegava a hora da reconstrução da fortaleza, mais forte que a anterior. Ora, o narrador/Teive declara-nos que D. João de Castro foi o primeiro a lançar-se nessa empreitada, exemplo que teve o poder de arrastar o resto do exército para essa nobre e árdua missão (*primus ipse operi manum admouit, cuius exemplum reliquus secutus exercitus*).

Depois desta retumbante vitória, D. João regressou a Goa, onde foi recebido ao modo romano, num cortejo que ficou famoso pela sua sumptuosidade.

⁸³⁶ Diogo de Teive, *Commentarius...*, 89.

⁸³⁷ D. João de Castro (1500-1548) teria à data 46 anos.

Ainda que seja visível em Teive, não deixa de o ser também nos restantes autores, o facto de a construção do retrato de D. João de Castro concorrer para fazer dele um simulacro dos grandes protagonistas da Antiguidade, de Alexandre ou de Trajano.

3.5. AS *EPIPÓLESIS* DE CRISTÓVÃO DA GAMA E DE TRISTÃO VAZ

Como temos vindo a demonstrar, a importância da *epipólesis* é por demais na construção da figura do capitão-soldado. De seguida, analisamos o relevo que este tipo discursivo assume na caracterização de dois outros protagonistas.

Desde finais do século XV, que os portugueses contactavam com o Preste João, rei cristão na actual Etiópia. O interesse português em firmar uma aliança com este monarca enquadrava-se no projecto de combater os muçulmanos que dominavam as rotas terrestres do Oriente e o comércio com o Índico. Em 1540, tropas invasoras muçulmanas chefiadas pelo general Ahmad bin Ibrahim el-Ghazi (Granje, *O Canhoto*, entre os portugueses) varreram o território com sucessivas campanhas militares, comprometendo seriamente a sobrevivência deste reino cristão. Foi assim que o monarca da Abissínia pediu ajuda a D. João III, tendo este ordenado ao governador da Índia que enviasse uma força expedicionária ao rei abexim. Entre 1541 e 43, D. Cristóvão da Gama, filho mais novo de Vasco da Gama, liderou um corpo de 400 tropas portuguesas, travando batalhas contra milhares de homens, missão que hoje nos pareceria de gente louca. Embora este herói tenha perecido dramaticamente num desses prélios, a verdade é que estes quatrocentos homens (episódio que traz à memória os 300 espartanos liderados por Leónidas que enfrentaram o numeroso exército persa) evitaram o colapso iminente, venceram duas batalhas, restauraram a liberdade e ajudaram o exército etíope a expulsar, do seu território, os muçulmanos.

O relato apaixonante desta aventura chegou-nos por Miguel de Castanhoso, um dos cinco capitães da companhia, intitulado *História das cousas que o mui esforçado capitão Dom Cristóvão fez nos reinos do Preste João com quatrocentos portugueses que levou consigo*, impresso em 1563. Pena que seja desconhecido de muitos.

Toda a actuação de D. Cristóvão é a de um capitão-soldado, ainda que só possamos seleccionar aqui algumas passagens. No decurso da primeira batalha, o narrador apresenta-nos uma referência a *epipólesis*. Durante o combate, o capitão andou

sempre de um lado para o outro a esforçar a sua gente, expondo-se aos maiores perigos. Tanto assim foi que um tiro de arcabuz o atingiu na perna, que foi causa de tristeza para todos, menos para ele, pois foi motivo de honra, porque assim contrariava tudo o que as histórias antigas e modernas diziam acerca de outros capitães. Este comentário do narrador ilustra bem a grandeza de ânimo do capitão sobre os congêneres (cap. XV):

Em este tempo Dom Cristóvão **andava esforçando a gente** e pondo-se sempre em os mores perigos, sendo muitos dos nossos feridos. Foi ele ferido de um arcabuz por uma perna, que foi para nós outros grande tristeza e para ele honra, pois que, assi ferido, **se havia de amostrar e fazer o que em histórias antigas e modernas não se acha que nenhum excelente capitão fizesse.**

Assim dava exemplo enquanto capitão. Mas não descuro o ofício de soldado, pois no final da batalha, ele próprio, por sua mão, curou os feridos, substituindo o cirurgião. Só depois de tratar de todos, se curou a si mesmo. Isto é cristão sem deixar de ser grandioso: *Este Dia levou Dom Cristóvão muito trabalho, porque curou todos os feridos por sua mão, por o cirurgião que com nós ia estar ferido em a mão direita. E, depois deles curados, se curou a si por derradeiro.*

Na terceira batalha, depois de um combate de artilharia à distância, ele foi o primeiro soldado com outros cinquenta a pelejar com cem turcos, nos quais andou matando e ferindo, até que ele foi de novo ferido numa perna (cap. XIX):

E assi se fez, **sendo ele o primeiro** com cinquenta soldados de lanças e arcabuzes, contra obra de cem turcos que daquela parte pelevavam, e deu neles e os fez retirar um bom pedaço, matando e ferindo muitos, e tornou-se a recolher, porque carregaram ali a maior força dos mouros; e, ao recolher, lhe mataram quatro homens, e os mais vieram todos feridos, e Dom Cristóvão ferido de uma espingardada por uma perna.

A batalha prosseguiu e o capitão, embora ferido, andou passando em revista todas as tropas ao mesmo tempo que as esforçava (referência a *epipólesis*). Ou seja, trata-se de uma *epipólesis* proferida no meio de um combate, tipo de alocução que denuncia a máxima interrelação entre o capitão-soldado e aquela, pois aqui se manifesta, em toda a sua plenitude, o comportamento heróico de D. Cristóvão. Alíás é o próprio narrador a afirmar que é nestes dias que se conhece a valentia e a vocação dos capitães. Na verdade, não tem palavras nem as conhece para cabalmente dar conta de tanto esforço:

E Dom Cristóvão, assi ferido, **andava visitando nossas estâncias e esforçando a gente, porque estes são os dias que os capitães são conhecidos para quanto são. Não sei palavras com que diga seu esforço nem as há.**

Na construção do carácter deste herói, sobressaem as virtudes de capitão, de soldado e também de cristão, pois não só combatia os inimigos da Fé, como se igualava em condição aos mais baixos da categoria militar, pensando-lhes as feridas. Que falta para completar grandiosamente o retrato de D. Cristóvão?

Já tivemos ocasião de estabelecer aqui o paralelo entre estes portugueses e os 300 de Esparta, entre o jovem capitão (27 anos) e Leónidas. Ora, este herói grego, cercado pelos persas, teve um fim brutal, pois foi decapitado. Regressando ao século XVI, nesta última batalha, os portugueses era já poucos e feridos, de maneira que era inútil continuar a lutar, recolhendo-se então a uma serra. Os mouros foram no seu encalço, até que o descobriram, a ele e aos restantes companheiros. Prenderam-no e levaram-no à tenda do seu rei, o qual tinha à porta oitenta cabeças de soldados portugueses, uma vez que dava um prémio a quem tal mercadoria lhe trouxesse.

Como se deve prever, o tratamento a que foi submetido foi amplamente doloroso. O narrador conta dramaticamente as torturas a que foi submetido, não deixando o leitor indiferente. De facto, estamos diante da descrição de um martírio, cujas semelhanças com a morte de Cristo são evidentes. Depois de lhe ter mostrado as cabeças dos portugueses, mandou que o despissem e o manietassem, para depois ser açoitado. Deram-lhe bofetadas; das suas barbas fizeram candeias e não deixaram de lhe arrancar pestanas e sobrancelhas. Depois, como Cristo, sofreu o escárnio e o opróbrio dos restantes capitães, uma vez que o fizeram desfilar por todas as tendas dos capitães, para refrigério do rei. Tudo sofreu com paciência, dando graças a Deus: *A Dom Cristóvão foram feitas muitas injúrias, as quais ele sofria com muita paciência, dando muitas graças a Deus pelo trazer a tal estado depois de ter conquistado cem léguas aos Cristãos.*

Tal como Leónidas, tal como S. João Baptista, D. Cristóvão foi decapitado (cap. XX):

E, como se desenfadaram com ele, tornaram-no à tenda de el-Rei, o qual com sua própria mão lhe cortou a cabeça, não se havendo por satisfeito de lha mandar cortar. E naquele próprio lugar onde lha cortaram se abriu uma fonte de água, que depois diziam que sarava muitas doenças.

O martírio de D. Cristóvão tem assomos de santidade, pois no local da morte nasceu uma fonte de água que é sinal de vida, do mesmo modo que em outros lugares, a grande distância, diz o narrador, sucederam outras coisas maravilhosas.

Tristão Vaz da Veiga é também um capitão-soldado, mas agora em desempenho marítimo. Com efeito, a descrição e a imagética subjacentes, conduzem o leitor para a assimilação de Tristão no exercício desse papel heróico. Tristão da Vaz era o capitão da fortaleza de Malaca, quando esta sofreu um rude cerco por parte dos turcos em 1568. Jorge de Lemos publica em 1585 a história do cerco. Assim, logo que a armada portuguesa se apercebeu da frota turca, Tristão da Veiga abandonou a sua nau e meteu-se numa galeota para ordenar e animar os soldados (*epipólesis*). Diz o narrador, que o capitão tomou esta decisão, para que os soldados o vissem como companheiro e pelejassem mais confiados. E o que vem a seguir é a melhor definição da historiografia portuguesa do ideal do capitão-soldado e que mereceria figurar num florilégio militar.

Assim, Tristão da Veiga não queria ser apenas um capitão, ordenando tudo a partir da sua nau, mas desejava ser também soldado, pelejando numa galeota de espada na mão. O narrador explica o propósito retórico subjacente de tal atitude: com efeito, diz o narrador, que aproveitaria aos soldados terem um valente capitão, mas encerrado no alto da sua torre (metáfora), se não o vissem com *os olhos* no raso (ao nível) dos remos das suas pequenas embarcações (imagem). Este texto é magnífico, expõe de um modo transparente o significado do ideal do capitão-soldado:

E levando-se em rompendo a manhã, navegou para o rio Formoso, que está doze léguas de Malaca, por lhe afirmarem as espias, que estava nele a armada inimiga. Tanto que a descobriu, viu assomar a dianteira dela, que seria de vinte e tantos navios ligeiros. E deixando a Manuel Ferreira por capitão da sua nau, **se meteu em uma galeota, das que consigo levava, para ordenar a sua armada e animar os soldados**, para que, vendo-o a si, tão companheiro como cada qual, dos que cada um deles tinha para remédio peculiar do trabalho que lhes sobreviesse, pelejassem mais confiados; e principalmente para lhes dar a entender, visto como dependurados de seu bom ou mau semblante, que não era tão espantoso o inimigo, como se em Malaca pintava, pois queria achar-se com eles, **não só como seu capitão-mor, mandando de sua nau, senão também como soldado, pelejando numa galeota com a espada na mão**. Porque, à verdade, em perigo tão claro e manifesto, **pouco montaria terem estes soldados capitão-mor animoso, metido na torre de uma nau, se não o vissem com os olhos no raso dos navios de remo** [...]. Entendendo o capitão-mor Tristão Vaz, pelo muito curso que tinha da guerra, que na determinação sua estava o temor dos inimigos, e na dúvida, confiança, lembrou aos capitães e soldados suas obrigações, e os exortou, persuadiu e moveu à peleja, e alvoraçando-os com o provérbio muito trilhado entre eles, que «aos ousados favoreciam e ajudavam prodigamente os Fados», se fez logo na volta deles, com as velas a topetar.⁸³⁸

⁸³⁸ Jorge de Lemos, *História dos cercos de Malaca*. Cap. IX.

E foi assim que durante a batalha naval, Tristão da Veiga, incansavelmente, sempre pelejou junto dos soldados, animando-os com as suas palavras e com o seu exemplo.

3.6. D. JOÃO I

Uma das mais elaboradas, do ponto de vista literário, caracterizações de um capitão-soldado da literatura portuguesa é-nos facultada por Luís de Camões *n'Os Lusíadas*. D. João I aparece-nos descrito à maneira homérica, fazendo lembrar o comportamento heróico de Agamémnon. Mas vamos ao texto.

No decurso da batalha de Aljubarrota, D. João, como capitão que de tudo se apercebia, sentiu que o seu condestável estava em grande aperto. Este é o momento para o poeta, subitamente, introduzir um símile, comparando o comportamento do rei com o de uma brava e fera leoa, que, enquanto procurava alimento, deixara sós os filhos no ninho. Nesse entretanto, sentindo que o pastor de Massília se preparava para lhos furtar, desesperadamente *corre raivosa, e freme, e com bramidos* (aliteração da vibrante para mostrar o ruído) atoa os montes sete Irmãos (Norte de África). De igual modo, D. João, em auxílio, acorre com outros à primeira ala:

Sentio Ioane a afronta que passava
Nuno, que como sabio **capitão**,
Tudo corria, e via, e a todos dava
Com presença e palavras coração:
Qual parida Lioa fera e brava
Que os filhos que no ninho sós estão
Sentio, que em quanto pasto lhe buscava,
O pastor de Massilia lhos furtara.

Corre raivosa, e freme, e com bramidos
Os montes sete Irmãos atoa e abala,
Tal Ioane com outros escolhidos,
Dos seus, correndo acode aa primeira ala:

E como capitão, exorta-os à valentia, convocando-os a seguirem o seu exemplo de guerreiro, o primeiro a desafiar as lanças e as setas dos inimigos:

«Vedes me aqui, Rey vosso, e companheiro
Que entre as lanças e setas, e os arneses
Dos inimigos corro, e vou primeiro
Pelejay verdadeiros Portugueses».

Ou seja, ainda que não deixando de ser capitão, assume também o papel de soldado. Em seguida, tal como Agamémnon na *Iliada* (V.533), depois de ter proferido a exortação, o rei atira uma lança contra os inimigos e logo alguns dão o último suspiro:

Isto disse o magnanimo **guerreyro**
E sopesando a lança quatro vezes,
Com força tira e deste unico tiro
Muytos lançarão o ultimo sospiro.⁸³⁹

Repare-se que D. João é apresentado inicialmente como capitão, mas, à medida que o episódio se vai desenrolando, o rei vai-se despojando do papel de capitão, para envergar o papel e as atitudes de um guerreiro, menejando, no final, as armas. Em toda a sua plenitude, temos a descrição de um capitão-soldado, com matizes homéricas.

3.7. D. LUÍS DE ATAÍDE

Para o final, deixamos, propositadamente, uma perspectiva diferente da figura do capitão-soldado. Em 1575 foi impresso em Roma um florilégio poético de diversos autores portugueses sobre as recentes vitórias alcançadas por D. Luís de Ataíde em Goa e Chaul (1570-71), intitulado *DIVERSORVM AVCTORVM CARMINA/ IN LAVDEM ILLVSTRISSIMI DOMINI LVDOVICI ATHAIDII*.⁸⁴⁰ Conta com a participação de André de Resende, Inácio de Moraes e Pedro Sanches. O poema de André de Resende propõe-se cantar os feitos de D. Luís de Ataíde, seguindo, como o próprio metro sugere, os ditames da poesia épica. A narrativa ocupa, pois, lugar de relevo. Relatam-se os sucessos de Goa: o cerco posto pelo Hidalcão, o ataque lançado de surpresa pelo vice-rei, a atrocidade do combate, a vitória dos sitiados, a retirada do inimigo, a chegada de D. António de Noronha, o prémio da vitória distribuído por D. Luís aos seus soldados (vv: 27-98).

Entre os episódios narrados avulta aquele em que à falta de despojos, o vice-rei obrigou os seus soldados a aceitarem como despojos de guerra os bens da sua própria casa, exemplo de desprendimento de bens materiais, de probidade e de honestidade. Na arenga que profere aos soldados, depois de estes, num primeiro momento, terem recusado ultrajar a casa do seu capitão, o vice-rei insiste no mesmo desejo, dizendo-lhes

⁸³⁹ Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 36-39.

⁸⁴⁰ Pereira (1991: 48 e ss).

que em breve o seu mandato chegaria ao fim e seria apenas um soldado, tal como eles (vv: 90-97):

Ducis reuerentia cunctos
Mouerat. Elatis dextris, ac murmure claro,
Velle negant temerare domum. «**Dux impero** dixit,
Post paulo iam **miles ero**, tamen impedit ipsa
Si uos relligio ac pietas, age sumite nostra
Donatiua manu». Singillatimque uocatis
Quanta ea cumque fuit.
A solitudine do general a todos comovera.
Levantaram as mãos e de voz embargada claramente disseram que
não queriam ultrajar a tua casa. «**Por pouco tempo detenho o comando,**»
respondeste, «**dentro em breve serei apenas soldado, todavia se
é mesmo religião e o respeito que vos detém, vamos, tomai-a como
nossos donativos**». E, chamando um a um, distribuístes-os por grandes
que eles fosse.

Neste caso, a menção ao ideal do capitão-soldado serve para enfatizar o desprezo das riquezas de D. Luís, assumindo-se este como o traço dominante na caracterização do vice-rei. A glória advém desse desapego em relação aos bens materiais e pela aceitação da humildade.

4. CONCLUSÃO

Como por diversas vezes já apontámos, as páginas da historiografia portuguesa estão juncadas de descrições de batalhas, envoltas de um maior ou menor grau de dramatização, de patetismo ou de reminiscências épicas (*ékphrasis* conhecida e assimilada por muitos historiadores), destinadas a emularem os seus protagonistas e a comoverem os conseqüentes leitores.

Não raras vezes, do meio dessas descrições, emergem figuras cunhadas de heroísmo, cujas palavras e acções, bem como as referências directas feitas pelos narradores, permitem reconhecer que estamos diante do ideal do general-soldado, figura que remonta à épica homérica.

A entrada em cena do general-soldado, ou do capitão-soldado da literatura portuguesa, segue um guião bem estabelecido: cumprindo as suas funções de líder militar, quer nos preliminares, quer durante a batalha, o capitão irrompe por entre os soldados, proferindo uma ou várias exortações, procurando avivar nas tropas a disposição para a luta. Em seguida, qual soldado, arrebatando de um escudo ou de uma

lança, é o primeiro a arrostar com o inimigo, acto que tem por objecto arrastar os soldados duvidosos para o combate.

De todos os tipos de arengas, geralmente é a *epipólesis* que é proferida nestas circunstâncias, desde logo porque é um discurso, salvo excepções, autorizado apenas aos capitães. Por outro lado, a *epipólesis* apresenta características de realização muito particulares (levadas a cabo a pé, a cavalo ou a bordo de uma pequena embarcação) que se enquadram perfeitamente na descrição geral da batalha, que é dramática e impressionante, destinada a comover os leitores. Finalmente, como cúpula desta identificação, o conteúdo argumentativo de cariz predominantemente parenético enquadra-se eficazmente na finalidade caracterizadora da exemplaridade do capitão-soldado, fechando-se assim as descrições de batalhas, heróicas e moralizantes, que dominam muitas das páginas da historiografia e épicos portugueses quinhentistas.

IX. CONCLUSÕES

Tal como enunciámos no início deste trabalho, esta tese visa demonstrar que a arenga militar, enquanto recurso retórico-estilístico, desempenha um papel angular nas relações que retórica manteve com a historiografia e épicas portuguesas do século XVI. Dar cumprimento a este objectivo geral, pressupôs um amplo e aturado labor de pesquisa e levantamento destas obras literárias, verdadeira antecâmara que conduziu a um *corpus* que ultrapassa as duas centenas de discursos. Essa tarefa prévia de documentação revelou ainda que a presença da arenga militar extravasa os limites dos dois géneros já enunciados, de tal maneira que foi possível recolher alguns exemplos da poesia novilatina renascentista. Donde se conclui que, para além da historiografia e das epopeias de tema histórico, a arenga militar, como discurso dúctil, pôde adaptar-se a diferentes contextos narrativos e literários.

Esta elevada cifra de discursos militares só se compreende à luz do progressivo número de obras escritas e impressas que, desde meados do século, vinham divulgando em vernáculo e em latim, a gesta dos portugueses alcançada nos diferentes palcos por onde exerciam a sua influência. O poder dominante de então presentiu a influência determinante que o livro impresso poderia desempenhar na fundamentação e legitimação da presença portuguesa no Oriente e na manutenção do consequente monopólio comercial. Nesse sentido, estimulou, ainda na década de quarenta, a produção dos opúsculos de Teive, *o Commentarius de rebus apud Dium gestis* (1548) e os de Góis, *Diensis Nobilissimae...* (1544) e o *De bello Cambaico* (1549), que, escritos em latim, levaram até ao âmago da Europa culta, o projecto ultramarino português fundamentado num quadro doutrinário comprometido com os ideais da gesta e da cruzada. Progressivamente, a Europa não só foi tomando conhecimento dos nomes de um punhado de heróis portugueses que, no Oriente, barravam os ameaçadores intentos turcos, como também, cada vez mais desperta e ávida, desejava notícias desse mundo exótico.

Os ensaios de Teive e de Góis satisfizeram a ambição acalentada por diversos humanistas de exaltar as glórias pátrias, mas não conseguiram mitigar a aspiração que ardia em alguns ávidos homens de letras, de cinzelar uma obra capaz de emular com as dos autores gregos e latinos. Esse anelo épico foi, finalmente, alcançado com o poema de Luís de Camões, *Os Lusíadas* (1572). Também em verso, outros latinistas,

disseminados pela Europa, utilizando outros metros, continuaram a divulgar a gesta portuguesa, como são os casos de André de Resende ou de Pedro Sanches.

A segunda metade do século testemunhou, também, o surgimento das colecções de Castanheda e de Barros que, escritas em língua vulgar, não deixaram de projectar as descobertas e as conquistas para fora de portas, assim que granjearam a tradução para outras línguas europeias. Nestas obras, em maior ou menor grau, está bem plasmado o encómio do esforço português concentrado na vitória sobre as condições adversas, naturais e humanas, legitimadoras, por essa via, do ideal de superação dos protagonistas e paradigmas legados pela Antiguidade. Tal energia tinha por detrás, certamente, o cumprimento de uma missão providencial que impelia, física e moralmente, os heróis portugueses a cunharem os seus nomes na história da humanidade, ocupando, por isso e por direito próprio, o poscénio das narrativas históricas.

É pois desta matéria-prima de fastos históricos que os autores edificaram as suas obras, que, tocadas por renovados ventos de retórica, aspiravam a ser não só secos repositórios da gesta lusíada, como também composições literárias e eruditas, capazes de seduzirem e comoverem os seus leitores. Com este intuito, a que não foi alheio o de celebrarem os seus heróis nacionais, construíram caracteres vivos, colocando-lhes na boca, falas e discursos vários, designadamente arengas militares, imersas em dramáticas descrições de batalhas. Por essa razão, a arenga militar é o discurso mais característico da historiografia e da épica portuguesas do século XVI, de tal maneira que a cifra exacta de discursos contabilizados no *corpus*, até ao momento, é de 222 exemplares.

A arenga militar encontra também acolhimento na tratadística militar publicada em Portugal, particularmente na *Arte da Guerra do Mar* (1555) do polímata Fernando Oliveira, assim como no manual de *Doctrina Militar* (1598) do italiano Bartolomeu Scaron de Pavia. Em ambos os tratados é sublinhada a importância da arenga militar enquanto instrumento de elevação do moral da soldadesca, do mesmo modo que é feita uma revisão de toda a literatura militar desde a Antiguidade até ao Renascimento. Com todas estas frentes, se fundamenta documentalmente o extenso título desta tese.

A constituição do *corpus* foi pois a primeira e a mais longa etapa desta investigação, que teve a virtude primária de demonstrar que a arenga militar é um tipo de discurso que atravessa vários géneros literários. Em seguida, o *corpus* foi submetido a diferentes análises metodologicamente transversais, a fim de dar feito o levantamento de regularidades ou de afastamentos mais pronunciados. Dessas evidências damos

notícia de seguida, de maneira a que o leitor possa apreender, com a brevidade possível, o estado desta questão na literatura portuguesa quinhentista.

Depois de estabelecida a base de investigação, todos os discursos foram submetidos ao critério da emissão e recepção da mensagem. A historiografia antiga e a tratadística militar especializada são unânimes em apontar o general como a entidade a quem, por dever de ofício, cumpre exortar as tropas em momentos de desânimo. Em certa medida, a historiografia portuguesa está em linha com a tradição prévia, pois são os capitães-mores que mais exercem este ministério oratório. Neste particular, D. João de Mascarenhas é o orador a quem lhe está confiado o maior número de alocações. Não raras vezes, também os monarcas participaram em campanhas militares diversas, de maneira que, nesses casos, assumiram o topo da hierarquia militar, ordenando e animando as tropas, consonte as necessidades. Em situações pontuais, nomeadamente durante as batalhas, um soldado mais audaz, pode quebrar a tradição e assumir-se como orador de ocasião, a fim de resgatar os companheiros do desânimo.

A este previsível grupo de oradores se junta um outro inusitado. As mulheres de Diu, *o exército das matronas*, desempenharam um papel activo na defesa daquela praça, tanto com obras, como com palavras. No meio da turba, é possível ouvir o grito de algumas mulheres que, desafiando a condição feminina, animam filhos e consortes à luta. Atitude que em nada fica atrás das célebres Amazonas da Antiguidade. A este grupo insuspeito, junta-se ainda um inesperado conjunto de religiosos, franciscanos e dominicanos, que em momentos de angústia, arvoram a cruz de Cristo como tónico anímico junto dos que desanimam, a que acrescentam curtos, mas incisivos apelos à luta contra os inimigos da fé.

O lastro de oradores de arengas é maior do que aquele que nos proporciona a historiografia antiga. Tal facto evidencia que a defesa da fé e do império foi um projecto comum e colectivo transversal aos grupos sociais quinhentistas.

O segundo critério de análise a que foi submetido o *corpus*, residiu na identificação do momento de produção da alocação, antes, durante ou após uma batalha, sem descurar o tipo de receptor da mesma. Este procedimento visou elaborar uma tipologia de arengas, a fim de, seccionado o *corpus*, se efectuar uma análise mais fina de cada um dos aferidos tipos de arenga. Neste sentido, foi possível construir uma tipologia que conta com seis tipos discursivos:

T1 – arenga proferida aos comandos intermédios antes de um combate;

T2 – arenga proferida diante de uma assembleia de tropas antes de um combate;

T3 – arenga proferida diante de tropas em formação nos momentos prévios ao combate;

T4 – revista de tropas (*epipólesis*);

T5 – arenga proferida durante um combate;

T6 – arenga proferida depois de um combate.

Os resultados mostram que são as arengas T2 e T5 as que encontram maior expressão e acolhimento por parte dos historiadores. As alocações T2 são as mais extensas, as mais elaboradas e as que reúnem o maior número de *topoi* retóricos e respectivo desenvolvimento. São estas, sem dúvida a essência da arenga historiográfica, nela o historiador deixa esculpidos os conhecimentos compositivos de um discurso e o manejo da retórica e da tradição historiográfica prévia. Já as de T5 propiciam o dramatismo inerente ao desenrolar de um combate, sendo igualmente o tipo discursivo que permite a introdução de outras variáveis, como a participação das mulheres e dos frades enquanto emissores de arengas. Por esse motivo e decalcado da cena típica do estandarte da historiografia romana, não raras vezes emerge aquilo a que chamámos de cena típica da cruz. Em momentos de aflição, um frade, com uma cruz ao alto, procura reanimar os soldados que esmorecem. A vista da cruz e as palavras de incentivo, por vezes mal ouvidas, favorecem um renovado desejo de pelejar.

De notar ainda que a historiografia portuguesa não foi alheia a um tipo de discurso cuja origem remonta à épica homérica, a *epipólesis* (T4). Trata-se de um tipo particular de alocação que é pronunciada pelo capitão enquanto passa revista às tropas. A *epipólesis* contribui largamente para a atribuição do estuto de herói do seu emissor, já que a sua representação remete para desempenho dos heróis da *Ilíada*, como Agamémnon e Heitor, cumprindo a dupla função de generais e de soldados.

Estabelecidos os seis tipos discursivos, cada um deles foi, também, submetido à análise transversal de uma série comum de aspectos, com vista a particularizar e individualizar, ainda mais, cada tipo discursivo, designadamente: forma discursiva da arenga segundo o processo de emissão e recepção da mensagem; *engarces* identificadores; superfície terrestre ou marítima em que é pronunciada a arenga e extensão e conteúdo das linhas argumentativas. Relativamente ao primeiro aspecto, a arenga simples em estilo directo é o processo discursivo mais representativo da historiografia portuguesa. Quer dizer, de uma só vez, sem particularizar argumentativamente o discurso, o orador perora unitariamente para todo o auditório em

estilo directo. Compreende-se o interesse por esta forma discursiva, uma vez que é aquela que permite manter um contacto mais próximo entre a personagem e o leitor.

Em uníssonos, tratamos agora dos *engarces* e da extensão e conteúdo das linhas argumentativas, dada a inter-relação que se estabelece entre eles. A análise dos *engarces* revela-se importante para definição tipológica de cada um dos discursos e também para se apurar os reais motivos que conduziram à pronúncia do discurso. Assim, de uma maneira breve, sempre que o medo e a sensação de desânimo se abate sobre o exército, antes de um combate, o orador desenvolve preferentemente a linha instrutivo-didáctica da arenga, procurando, através de diferentes *topoi* retóricos, restaurar a confiança nas tropas. Ao invés, durante a refrega, as condições físicas permitem apenas que o capitão profira breves exortações de conteúdo altamente parenético.

Importante para a compreensão ideossincrática da arenga literária portuguesa é a superfície em que ela é proferida. Ora, os dados mostram que cerca de ¼ das arengas são pronunciadas a bordo de um vaso de guerra de maior ou menor tonelagem. Tal facto demonstra a importância que a defesa do mar tinha para a manutenção do *imperium* português e que uma parte substancial das batalhas deste século foi naval/marítima. A relevância da arenga naval é tal que a encontramos disseminada pelos cinco primeiros tipos discursivos, com predominância para as arengas T1. Com efeito, decisões estratégicas importantes para o Estado Português da Índia são dadas a conhecer e explicadas aos capitães e aos leitores, tendo como cenário a tolda ou o chapitêu de uma nau. Lá encontramos, com frequência, Francisco de Almeida ou Afonso de Albuquerque a apresentar o plano estratégico para atacarem diversas praças ao longo da costa da Índia e no Mar Roxo. A importância do mar é tal que até se conta até um pequeno número de *epipólesis* proferidas a bordo de uma pequena fusta, o que demonstra a recepção de um tópico já presente na literatura clássica, mormente em Lucano (IV, 475-521), quando Volteyo a bordo de uma balsa empreende também uma *epipólesis* naval nocturna.

A análise seguinte centrou-se no levantamento das diferentes partes compositivas do discurso de acordo com as regras da retórica, ou seja a *dispositio*. A investigação demonstrou que os discursos mais extensos e em estilo directo apresentam uma bem definida estrutura tripartida, corresponde a organização retórica mais simples: *exordium*, *argumentatio* e *peroratio*, cumprindo respectivamente os objectivos da retórica, ou seja, *delectare*, *docere* e *mouere*.

Finalmente, na *argumentatio*, foram analisados os cinco *topoi* retóricos consagrados pela tradição retórica, enquadrados nas respectivas linhas argumentativas, a didáctico-instrutiva e a exortativa. A análise de cada um destes *topoi* foi antecedida de uma contextualização filiada na tradição retórico-históriográfica prévia, para, numa etapa seguinte, se explicar o processo de recriação e adaptação à realidade político-ideológica coeva. Desse leque retórico, o *topos* mais recorrente e que sofreu uma modelação mais acentuada de aporuguesamento foi sem dúvida o do *iustum*. Este *topos*, amplamente glosado pelos romanos como forma de legitimação das suas conquistas, foi requestado pela historiografia portuguesa como estratégia retórica para apresentar a campanha contra o infiel como guerra pia e justa – *iustum ac pium bellum*.

Ora, aqui se começa a compreender o verdadeiro significado da assídua presença da arenga militar na historiografia. É certo que a arenga militar, como qualquer outro tipo de discurso, é um meio poderoso instrumento de construção dos careteres das personagens (etopeia). É igualmente um recurso utilizado pelos historiadores para explicar e antecipar as acções bélicas que a seguir se hão-de seguir, uma vez que nas arengas prévias, o orador tem por hábito apresentar às tropas o desenho estratégico que se porá em prática. Do mesmo modo, a partir desse desenho táctico, o leitor pode inferir os reais motivos que estiveram por detrás de uma vitória e mesmo de uma derrota. Por outro lado, a inserção da arenga militar nas narrativas pode revelar-se como meio para os autores exercitarem o seu domínio nas técnicas retórico-estilísticas de composição do discurso. Todas estas funções são desempenhadas pelas arengas militares no contexto geral das obras históricas em que estão inseridas.

Porém e retomando o fio deixado em suspenso no penúltimo parágrafo, a arenga militar historiográfica foi um instrumento privilegiado de propaganda da ideologia oficial orientada para a cruzada contra o infiel e defesa dos interesses ultramarinos. Impressionaria certamente o leitor europeu de um opúsculo de Góis, ouvir um herói do cerco de Diu, como António da Silveira, proclamar em combate «*Mei Christiani, Lusitanique milites, mementote fidei, patriae, parentum, mecumque corpora instar martirum constanter pergite sacrificare*». Certamente ficaria consciencializado de que a luta dos portugueses era legítima (*bellum iustum*), pois, de todos os povos cristãos, que então se entretinham em dirimir questiúnculas, os portugueses eram os únicos que se empenhavam em manter afastada da *Respublica* a ameaça turca. De facto, as obras históricas impressas, tanto em latim como em vernáculo, permitiram a divulgação pan-europeia da gloriosa gesta portuguesa, ao mesmo tempo que faziam a defesa da

sustentação ideológica que lhe servia de base. Mais a mais, ainda que o historiador o pudesse fazer em comentários, o facto de ser uma personagem, na primeira pessoa, a defender junto das tropas estes princípios, permitiria um certo apagamento do narrador/autor por detrás da personagem, como se de um jogo de sombras se tratasse.

Por tudo o que foi dito, a arenga militar na historiografia portuguesa vai muito além de um discurso repetitivo, olhado por alguns investigadores como um mero produto criativo dos historiadores. Este estudo procurou demonstrar que a arenga militar portuguesa desempenha diferentes funções e que, ao mesmo tempo, é um discurso maleável, capaz de se adaptar a múltiplos contextos narrativos, como o comprovam os diferentes tipos discursivos identificados, caindo por terra a ideia de repetição. As arengas permitem, por isso, aprofundar o conhecimento sobre o século XVI e os meandros sociais e políticos que o formataram.

Submetida a diversas perspectivas, este estudo pretende assim oferecer uma visão tão completa quanto nos foi possível, da arenga militar literária portuguesa do século XVI. O trabalho não está esgotado, pelo contrário é a plataforma de apoio para novas investigações que nos foram logo surgindo à medida que íamos avançando nesta. É nosso intuito, agora, aprofundar o estudo de cada um dos tipos de arengas e proceder a uma análise comparatista com os congéneres da historiografia antiga e medieval. Já que um dos tópicos fundamentais foi a cruzada contra o infiel, será igualmente interessante fazer uma análise contrastiva com os tópicos retóricos veiculados pelas arengas da historiografia árabe que narra os mesmos acontecimentos de guerra com os portugueses, como os havidos na Batalha de Alcácer Quibir.

Futuramente, pretendemos alargar o *corpus* discursivo até à profusa historiografia seicentista e setecentista e verificar de que exercícios a arenga militar foi alvo. Na mesma linha, sabemos que nesta época aumentou a publicação de tratados militares em linha com o que acontecia na Europa, de maneira que é importante averiguar o papel que foi deixado à arenga militar nesses tratados. Temos uma enorme curiosidade em saber como grandes generais que passaram em Portugal por essa época, como Schomberg ou o conde de Lippe (ambos alemães) usufruíram das potencialidades retóricas da arenga militar. Enquanto isso não acontece, ficamos com as palavras sublimes e impressivas do já nosso conhecido Bartolomeu Scario de Pavia, sublinhando que, na guerra, o capitão deve dominar mais os segredos de Calíope do que as artes de Hipócrates:

las opalabras del Capitan seran como medicina, de donde para el prouecho del exercito, y para aliuir la pena de los accidentes y aduersos casos, la buena habla y razonamiento del Capitan se deue mas dessear que la industria, y arte de los médicos y cirujanos, los quales no tienen outro cargo si no curar las heridas, mas el Capitã cõ dulce y cortes manera de hablar conforta, y alegra en grã manera los animos debiles y afligidos, que es curar las enfermedades que estan en los pechos ocultas y escõdidas, las quales son mas difficulktosas de curar, que no son aquellas que se pueden ver y tocar.

X. BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA⁸⁴¹

- ALBUQUERQUE, A. (1557), *Commentarios de Afonso Dalbuquerque capitão geral da India, collegidos por seu filho Afonso Dalbuquerque das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey dõ Manuel o primeyro deste nome, em cujo tempo gouernou a India*, Lixboa: por Ioam de Barreyra. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/15295/2/> (21/05/2010)
- ANCHIETA, J. (1958), *De Destis Mendi de Saa*, original acompanhado da trad. vernácula pelo P. Armando Cardoso S.J., Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- ANDRADE, F. (1589), *O primeiro Cerco que os turcos puserão há fortaleza de Diu nas partes da India defendida pollos portugueses*, Coimbra: João Barreira. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/14569> (15/5/2009)
- ANRIQUES, L. (1516), «Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi» in G. RESENDE, *Cancioneiro Geral*, Lisboa: por Hermã de Campos. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/12096> (12/07/2010)
- ARISTÓTELES (2010), *Retórica*, 4^a ed., prefácio e int. de Manuel A. Júnior, trad. e notas de Manuel A. Júnior, Paulo F. Alberto e Abel do N. Pena, Lisboa, INCM.
- ARRIANI, F. (1907), *Anabasis Alexandri*, A.G. Roos. in aedibus B. G. Teubneri, Leipzig. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu> (14/08/2012)
- BARROS, J. (1988), *Ásia de João de Barros. Dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, Décadas I-IV, 4^a ed. revista e prefaciada por António Baião, conforme a edição *princeps*, Lisboa, INCM.
- CAESAR, J. (1914), *C. Iuli Commentarii Rerum in Gallia Gestarum VII A. Hirti Commentarius VII*, T. Rice Holmes. Oxonii. e Typographeo Clarendoniano, Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu> (18/08/2012)

⁸⁴¹ O critério de selecção editorial das obras portuguesas incidiu na primeira edição impressa. Sempre que isso não foi possível, optámos por uma edição o mais próxima do original, independentemente da sua actualização ortográfica.

- CAMÕES, L. (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gõçaluez. No sítio da Biblioteca Nacional Digital. Consultado em <http://purl.pt/1> (20/08/2010)
- CASTANHEDA, F. (1979), *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão Editores.
- CASTANHOSO, M. (1989), *História das Cousas que o Mui Esforçado Capitão Dom Cristovão da Gama Fez nos Reinos do Preste João, Com quatrocentos portugueses que consigo levou*, Coleção Aventura Portuguesa, Mem Martins, Europa-América.
- CASTILHO, A. (1573), *Comentario do cerco de Goa e Chaul, no anno de MDLXX*, em Lisboa: impresso em casa de Antonio Gonsaluez. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/14441> (16/08/2010)
- CASTRO, F. (1995), *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, transc., e notas. de Luís de Albuquerque e Teresa Travassos Cortez da Cunha Matos, Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Tomar.
- CÉSAR, J. (2004), *A Guerra das Gálias*, introd. e notas de Victor Raquel, Clássicos do Pensamento Estratégico, Lisboa, Edições Sílabo.
- CICERO, M. T. (1959), *De Legibus*, Georde Plinval Ed., Paris, Belles Letres. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu> (22/08/2010)
- ____ (s/d), *Do Orador*, introd. de Virgínia Black e trad. de Fernando Couto, Porto, RES – Livraria, Editora & Cultura.
- ____ (1911), *M. Tulli Ciceronis Rhetorica*, Tomus II, A. S. Wilkins. Oxonii. e Typographeo Clarendoniano. Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/> (22/08/2010)
- CORREIA, G. (1975), *Lendas da Índia*, 4 vols., introd. e revisão de Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores.
- CORTE REAL, J. (1578), *Felecissima victoria concedida del cielo al señor don Iuan d' Austria en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Othomana*, Lisboa: Antonio Ribero. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/15186> (27/05/2012)
- ____ (1979), *Obras de Jerónimo Corte Real, Sucesso do Segundo Cerco de Diu, Naufrágio de Sepúlveda, Auto dos Quatro Novíssimos do Homem, Elegias*, introd. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores.

- COUTINHO, L. (1556), *Liuro primeyro do cerco de Diu que os Turcos poseram à fortaleza de Diu*, Coymbra: per loã Aluarez. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/14563> (04/08/2010)
- COUTO, D. (1765), *Vida de D. Paulo de Lima Pereira capitam moor de armadas do Estado da India onde por seu valor e esforço nas batalhas de mar e terra de que sempre conseguiu gloriosas vitorias foy chamado o Hercules portuguez*, Lisboa: na officina de Jozé Filippe.
- _____(1777-1788), *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimto e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, Décadas V, VI, VII, IX, X, XI, XII. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/7030> (30/08/2010)
- _____(1993), *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, 2 vols, edição crítica e comentada de uma versão inédita por Maria Augusta Lima Cruz, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, Lisboa, INCM.
- _____(1999), *Década Quarta da Ásia*, 2 vols, edição crítica e anotada coordenada por M. Augusta Lima Cruz, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, Lisboa, INCM.
- Crónica do Descobrimto e Conquista da Índia pelos Portugueses*, (1974), introd. e notas de Luís de Albuquerque, leitura de Adélia Lobato, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar. Separata da *Revista de Ciência do Homem* da Universidade de Lourenço Marques (1974), Vol. V, Série B. No sítio do Centro de estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, consultado em <http://www.iict.pt/imagens/086.pdf> (15/08/2011)
- CURTIUS RUFUS, Q. (1908), *Historiarum Alexandri Magni Macedonis libri qui supersunt*, Edmund Hedicke. in aedibus B.G. Teubneri. Lipsiae. Keyboarding. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/> (19/08/2011)
- FRONTINO, S. (2005), *Estratagemas*, introd. e notas de Miguel Mata, Coleção Clássicos do Pensamento Estratégico, Lisboa, Edições Sílabo.
- GALVÃO, D. (1727), *Chronica do principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal*, Lisboa Occidental: na officina Ferreyriana. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/308> (08/08/2010)
- GÓIS, D. (1544), *Diensis Nobilissimae Carmaniae seu Cambaiae vrbis oppvgnatio, Damiano a Goes autore, in Damiani a Goes Equitis Lusitani Aliquot Opuscula, Louanii, ex Officina Rutgeri Rescii, anno 1544, mense Ianuario*, in *Obras de*

- Damião de Góis* (2002), Vol. II (1539-1540), trad. Miguel Pinto de Meneses, ed., int e notas de Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, Edições Távola Redonda.
- ____ (1549), *De bello Cambaico ultimo commentarii tres. Lovanni, apud Seruatium Sassenum Diestensem. Anno m.d. xlix, mense Ianuario*. No sítio da Biblioteca Digital de Fundo Antigo da Universidade de Coimbra, consultado em <http://almamater.uc.pt/> (20/08/2011)
- ____ (1567). *Chronica do principe Dom Ioam, Rei que foi destes Regnos segundo do nome em que summariamente se trattam has cousas sustançaies que nelles acontecerão do dia de seu nascimento atte ho em que elRei dom Afonso seu pai faleço*. Em Lisboa: em casa de Francisco Correa. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/15310> (22/07/2011)
- ____ (2002), *Elogio da Cidade de Lisboa, texto latino e tradução portuguesa*, introd. por Ilídio do Amaral, apres., ed crítica e comentário por Aires A. Nascimento, Lisboa, Guimarães Editores.
- HORÁCIO (2001), *Arte Poética*, 4ª ed., introd., trad. e comentário de R. M. Rosado Fernandes, Lisboa, Editorial Inquérito.
- HOMERO (2010), *Ilíada*, 4ª ed., trad. de Frederico Lourenço, Lisboa, Livros Cotovia.
- Jornada del-rei D. Sebastião à África; Crónica de dom Henrique*, (1970), pref. de Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro, Lisboa, INCM.
- ITÁLICO, S. (2005), *La Guerra Púnica*, ed. de Joaquín Villaba Álvarez, Madrid, Ediciones Akal/Clásica.
- JENOFONTE (2000), *Ciropedia*, trad. y notas de A. V. San Salvador, Madrid, Editorial Gredos.
- LACTANCIO (2008), *Sobre la morte de los perseguidores*, introd., trad. y notas de Ramón Teja, Madrid, Editorial Gredos.
- LEÃO, D. (1975), *Crónicas dos reis de Portugal/reformadas por Duarte Nunes de Leão*, Int. e ver. M. Lopes de Almeida, Coleção Tesouros da literatura e da história, Porto, Lello & Irmão.
- LE MOS, J. (1982), *História dos Cercos de Malaca*, ed. fac-similada de Lisboa: Manoel de Lyra, 1585, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- LÍVIO, T. (1999), *História de Roma Ab Vrbe Condita*, Liv. I, 2ª ed. (revista), introd. trad e notas de P. Farmhouse Alberto, Lisboa, Editorial Inquérito.
- LIVIUS, T. (1892), *Ab urbe condita libri*, Recognovit Wilhelm Weissenborn, Leipzig. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/> (25/08/2011)

- LUCANO (1995), *Farsalia*, versión de Mariano Roldan, Córdoba, Universidad de Córdoba.
- LOPES, F. (1990), *Crónica de D. João I*, (Vol. II), edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, Barcelos, Livraria Civilização.
- MAQUIAVEL, N. (2010), *Discursos Sobre a primeira Década de Tito Lívio*, estudo introdutório e notas de David Martelo, Colecção Clássicos do Pensamento Estratégico, Lisboa, Edições Sílabo.
- MAQUIAVELO, N. (2005), *El Arte de la Guerra*, Madrid, Alba Libros.
- MELO, F. (1660), *Epanaphoras de varia historia portuguesa: a ElRey Nosso Senhor D. Afonso VI: em cinco relaçoens de sucessos pertencentes a este reyno: que contem negocios publicos, politicos, tragicos, amorosos, belicos triunfantes*, Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor delRey Nosso Senhor. No sítio da Biblioteca Nacional, consultado em <http://purl.pt/771> (21/08/2012)
- NUNES, L. (1989), *Crónica de D. João de Castro*, dir. e comente. Luís de Albuquerque; transc. em port. actual Maria da Graça Pericão, Lisboa, Alfa.
- OLIVEIRA, F. (2006), *História de Portugal*, introd. e fixação do texto por José Eduardo Franco, Lisboa, Roma Editora.
- ____ (2008), *Arte da Guerra do Mar*, introd. de António Silva Ribeiro, ed. fac-similada de Coimbra, 1555, Lisboa, Edições Setenta.
- OROSIO, P. (2008), *Historias contra los paganos*, Edición de Ángeles R. Cambrón en colaboración con Ignacio J. G. Pinilla, Zaragoza, Textos aragoneses.
- OSÓRIO, J. (1571), *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae inuictissimi virtute et auspicio gestis*. Libri Duodecim, Olysippone: apud Antonium Gondisaluu[m] Typographum.
- ____ (1996), *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*, trad., introdução e anotações de A. Guimarães Pinto, Colecção Pensamento Português, Lisboa, INCM.
- PAVIA, B. (1598), *Doctrina militar en la qual se trata de los principios causas porque fue hallada en el mundo la milicia y como con razón y iusta causa fue hallada de los hombres y fue aprobada de Dios*, Lisboa: por Pedro Crasbeeck. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/14303> (23/07/2010)
- PINA, R. (1904), *Chronica de El-Rey D. Affonso V*, Vol. II, introd. G. Pereira, Lisboa.
- Retórica a Herenio*, (1997), introducción, traducción y notas de Salvador Núñez, Madrid, Editorial Gredos.
- PIRES, D. (1983), *Antologia Poética*, introd. de Carlos Ascenso André, Coimbra, INIC.

- POLYBIUS (1889), *Histories*, Evelyn S. Shuckburgh. translator. London, New York. Macmillan. Reprint Bloomington 1962. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/> (20/08/2011)
- RESENDE, G. (1516), *Cancioneiro Geral*, Lisboa: por Hermã de Campos. No sítio da Biblioteca Nacional Digital, consultado em <http://purl.pt/12096> (21/07/2010)
- SALLUSTTI C. (1919), *Catilina, Iugurtha, Orationes Et Epistulae Excerptae De Historiis*, Axel W. Ahlberg, Leipzig. Consultado em <http://www.perseus.tufts.edu/> (09/08/2012)
- TÁCITO, C. (2006), *Historias*, edición e traducción de J. Luis Conde, Madrid, Ediciones Cátedra.
- TEIVE, D. de (1995), *Commentarius de rebus a lusitanis in India apud Dium gestis Anno salutis nostrae MDXLVI, Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, Ed. facsimilada de Conimbricæ: Excudebant Ioannes Barrerius & Joannes Aluarus Typographi Eegij, MCXLVIII, trad. do latim de Carlos Ascenso André; notas de Rui Manuel Loureiro, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Livros Cotovia.
- TUCÍDIDES (2008), *História da Guerra do Peloponeso*, trad., estudo militar introdutório e notas de David Martelo, Coleção Clássicos do Pensamento Estratégico, Lisboa, Edições Silabo.
- VAENA, A. (1903), *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, Lisboa: Escriptorio.
- VALLA, L. (2002), *Lorenzo Valla. Historia de Fernando de Aragón*, int., trad., índice y notas de S. López Moreda, Madrid, Akal.
- VEGÉCIO, P. (2009), *Compêndio da Arte Militar*, trad. de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro, prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- VICENTE, G. (1984), *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, Vol. II, introd. e normalização do texto por M. L. Carvalhão Buescu, Lisboa, INCM.
- VITORIA, F. de (1967), *Reletio de Indis o Libertad de los Indios*, ed. crítica bilingue por L. Pereña e J. M. Perez Prendes e est. de int. por V. Beltrán de Heredia, R. Agostinho Iannarone, T. Urdanoz, A. Truyol e L. Pereña, Madrid.
- XENOFONTE (2008), *Ciropedia, A educação de Ciro*, trad. de João F. Pereira, revisão de Maria de Fátima Panderlico e Rui Valente, Évora, Sementes de Mudança.

ZURARA, G. (1992), *Crónica da Tomada de Ceuta*, introd. e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Europa-América.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

ALBERTUS, J. (1908), *Die parakletikoi im der griechischen un römischen Literatur*, Strassburg.

AMATO, E., SCHAMP, J. (2005), *Ethopoia. La représentation de caractères entre fiction scolaire et réalité vivante à l'époque impériale et tardive*, Salerno, Helios Editrice.

ANDRÉ, C. (1991-92), “Luz e penumbra na literatura Humanista dos Descobrimentos”, *Humanitas* 43 e 44, Coimbra, 217-256.

BARROS, T. (1951), *As Heroínas de Diu*, Lisboa, Edições do SNI.

BLIESE, J. (1989), “Rethoric and Morale: A Study of Battle Orations from the Central Middle Ages”, *Journal of Medieval History* 15, 201-226.

____ (1991), “When Knightly Courage May Fail: Battle Orations in Medieval Military Manuals”, *Rhetorical Society Quarterly* 24, 105-130.

BUESCU, A. (2008), *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates.

CAMUS, P. M. (1967), *Ammien Marcellin*, Paris.

CARMONA CENTENO, D. (2008), *La epipólesis en la historiografía grecolatina*, tesis doctoral en Filología Griega, Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras.

____ (2008a), “Historiografía, Retórica y Ejemplaridad: La Escena Típica del Estandarte y su Función en las Historias de Roma”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 273-295.

CARMONA CENTENO, D., HARTO TRUJILLO, M. L., IGLESIAS ZOIDO, J.C., VILLALBA ALVAREZ, J. (2008), “Apendice I: Corpus de arengas en la Historiografía Grecolatina”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 537-564.

CARREIRAS, H. (2004), “As Mulheres e a Guerra”, in M. THEMUDO BARATA e N. SEVERIANO TEIVEIRA (dir.) e N. SEVERIANO TEIVEIRA (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 5, Lisboa, Círculo dos Leitores, 174-238.

- CHAUDHURI, K. (1998). “A Recepção Europeia da Expansão”, in F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1, Lisboa, Círculo dos Leitores, 512-533.
- CHAPARRO GÓMEZ, C. (2008), “La Arenga Militar en la Edad Media: Estudio de algunas crónicas hispanas”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 405-428.
- CLARK, M. (1995), “Did Thucydides invented the battle exhortation?”, *Historia* 44, 375-376.
- COSTA, F. (2004), “Milícia e Sociedade” in M. THEMUDO BARATA e N. SEVERIANO TEIVEIRA (dir.) e A. MANUEL HESPANHA (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 68-111.
- COSTA, J. (2011), *D. Manuel I*, Lisboa, Temas e Debates.
- CURTO, D. (1998), “A Literatura e Império: Entre o Espírito Cavaleiroso e as Trocas da Corte e o Humanismo Cívico”, in F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1, Lisboa, Círculo dos Leitores, 434-454.
- _____(1998a), “Cultura Escrita e Práticas de Identidade”, in F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 458-531.
- _____(2007), *Cultura Escrita, Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- DOMINGUES, F. (2004), «A guerra no mar», in M. THEMUDO BARATA e N. SEVERIANO TEIVEIRA (dir.) e A. MANUEL HESPANHA (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 151-169.
- EHRHADRT, C. (1995), “Speeches before Battle?”, *Historia* 44, 120-121.
- FERREIRA, J. (2009), *Em Nome da Pátria – Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- FERREIRA, M. (1993), *Literatura dos Descobrimentos e da expansão portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de autores portugueses.
- FORNARA, C. W. (1983), “The Speech in Greek and Roman Historiography”, *Nature of History in Ancient Greece and Rome*, Berkeley, The University of California Press, 142-163.

- GARCÍA FITZ, F. (2008), “La Arenga Militar en la Historiografía de las Cruzadas: la Ideología Patente”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 429-466.
- GOMME, A. W. (1937), “The Speeches in Thucydides”, in *Essays in Greek History and Literature*, Oxford.
- ____ et al. (1945), (2008), *A Historical Commentary on Thucydides*, Vols. I-V, Oxford.
- GUERRA CAMINITI, E. (2002), “De historico genere dicendi en los Rhetoricorum Libri V de Jorge de Trebisonda”, *Dicenda. Cuadernos de Filología Hispánica* 22, 89-108.
- HANSEN, M. H. (1993), “The Battle Exhortation in Ancient Historiography. Fact or Fiction?”, *Historia* 42, 161-180.
- ____ (1998), “The Little Horse. Henry V’s Speech at Agincourt and the Battle Exhortation in Ancient Historiography”, *Histos*, 1-14. Consultado em <http://research.ncl.ac.uk/histos/> (30/09/2010)
- HARTO TRUJILLO, M. (2008), “La Arenga Militar en la Historiografía Latina”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 297-317.
- HENRIQUES, L. (2009), “A arenga naval na historiografia ultramarina portuguesa do século XVI”, *Talia Dixit* 1, 73-111.
- HESPANHA, A. (2004), “Introdução”, in M. THEMUDO BARATA e N. SEVERIANO TEIVEIRA (dir.) e A. MANUEL HESPANHA (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 9-32.
- HUNGER, H. (1978), *Die hochsprachliche profane Literatur der Byzantiner*, 2 vols., München, Beck.
- IGLESIAS ZOIDO, J. C. (2006), “El sistema de engarce narrativo de los discursos de Tucídides”, *Talia Dixit* 1, 1-28.
- ____ (2008), “Retórica e Historiografía: La Arenga Militar”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 19-60.
- ____ (2008a), “La arenga militar en la Historiografía griega: el modelo de Tucídides y sus antecedentes literarios y retóricos”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 231-258.

- _____ (2008b), “La argumentación en las arengas militares de Tucídides”, *L’Antiquité Classique* 77, 1-22.
- _____ (2010), “The Pre-Battle Speeches of Alexander at Issus and Gaugamela” *Greek, Roman, and Byzantine Studies* 50, 215-241.
- _____ (2011), *El Legado de Tucídides en la Cultura Occidental – Discursos e historia*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- IGLESIAS ZOIDO, J. C. (ed.) (2008), *Retórica e Historiografía: el discurso militar en la historiografía desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas.
- LONGO, O (1983), “I discorsi tucididei: uditorio indiviso e scomposizione d’ uditorio”, *Museum Criticum* 8, 139-159.
- LOPES, M. A. (1995), *O discurso do chefe militar antes da batalha na cronística medieval portuguesa*, tese de Mestrado em Literatura Portuguesa, Lisboa, Universidade Clássica. No sítio de Depósito de Dissertações e Teses Digitais da Biblioteca Nacional, <http://dited.bn.pt/> (31/10/2010)
- LOPES, M. J. (2007), *Estudo histórico, literário e linguístico da obra Commentarii rerum gestarum in Índia citra Gangem a Lusitanis anno 1538 de Damião de Góis*, tese de Doutoramento em Literatura Latina, Braga, Universidade Católica Portuguesa, vol. I, 55-326.
- LOPES, O. e SARAIVA, A. J. (s/d), *História da Literatura Portuguesa*, 16ª ed., Porto, Porto Editora, 277-447.
- LÓPEZ EIRE, A. (2008), “Retorica e Historiografía en Grecia”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 63-124.
- LÓPEZ MOREDA, S. (2003), “Damião de Góis, historiador: entre la Edad Media y el Renacimiento”, in *Actas do congresso Internacional “Damião de Góis na Europa do Renascimento*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 639-669.
- McDONALD, A. (1971), «Livius», in P. KRISTELLER (ed.), *Catalogus translationum et commentariorum: Mediaeval and Renaissance Latin translations and commentaries: annotated lists and guides*, Vol. II, Washington, Catholic University of America Press, 332-348.
- MATEUS, M. H. M. (2010), *Vida e feitos de Júlio César*, 2 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- MATOS, L. de (1991), *L' expansion portugaise dans la litterature latine de le renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MERINO JEREZ, L. (2008), “Retórica e Historiografía en el Renacimiento: los Rhetoricorum Libri Quinque de Jorge de Trebisonda”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed), *Retórica e Historiografía: el discurso militar en la histografía desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 175-198.
- MOMIGLIANO, A. (1981), “The Rhetoric of History and the History of Rhetoric: On White’s Tropes”, in E. S. SHAFFER (ed), *Comparative Criticism* (ed. vol. III, Cambridge, 254-68.
- ____ (1990), *The Classical Foundations of Modern Historiography*, Berkeley e Los Ángeles.
- MONTEIRO, S. (1989), *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Sá da Costa.
- NAVARRO ANTOLÍN, F. (2000), “La Retórica del discurso: la *Cohortatio*, Tradición clásica y pervivencia”, *Cuadernos Filología Clásica* 19, 79-124.
- OSMOND, P. (2003), «Sallustius», in BROWN, V. (ed.), *Catalogus translationum et commentariorum: Mediaeval and Renaissance Latin translations and commentaries: annotated lists and guides*, Vol. VIII, Washington, Catholic University of America Press, 183-325.
- OSÓRIO, J. (1989), “Os primeiros textos em latim de propaganda da Expansão portuguesa. Séc. XV-XVI”, in *Actas do Congresso Internacional “Bartolomeu Dias e a sua Época”*, Vol. IV, “Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral”, Porto, 1989, 533-545.
- ____(1991-92), “Humanismo e História”, *Humanitas* 43 e 44, Coimbra, 461-483.
- ____(2003), “Em torno dos dois «De bello cambaico» de Damião de Góis”, *Mathesis* 12, 165-181.
- PANIAGUA AGUILAR, D. (2007), “La arenga militar desde la perspectiva de la tradición polemológica grecolatina”, *Talia Dixit* 2, 1-25.
- PARATORE, E. (1987), *História da Literatura Latina*, 13ª ed., trad. de Manuel Losa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRA, B. (1991-92), “A fama portuguesa no ocaso do império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde”, *Humanitas* 43 e 44, Coimbra, 47-80.
- PERNOT, L. (2010), *La Rhétorique dans l’Antiquité*, 3ª ed., Paris, Librairie Générale Française.

- PINEDA, V. (2008), “La Arenga en los Tratados Historiográficos de la Alta Edad Moderna”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografia: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 199-228.
- PRITCHETT, W. K. (1994), “The General’s Exhortations in Greek Warfare”, in *Essays in Greek History*, Amsterdam, Gieben, 27-109.
- ____ (2002), *Ancient Greek Battle Speeches and a Palfrey*, Amsterdam, Gieben.
- RAMALHO, A. (1985), *Latim Renascentista em Portugal – Antologia*, Coimbra, INIC.
- ____ (1988), *Para a História do Humanismo em Portugal I*, Coimbra, INIC.
- ____ (1992), “Os Humanistas e a Divulgação dos Descobrimientos”, *Humanitas* 43 e 44, Coimbra, 17-36.
- ROCHA, J. (1998), *O essencial sobre a imprensa em Portugal*, Lisboa, INCM.
- RODRIGUES, V. (2004), «A Guerra na Índia» in M. THEMUDO BARATA e N. SEVERIANO TEIVEIRA (dir.) e A. MANUEL HESPANHA (coord.), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 198-223.
- SALDANHA, A. (2005), *IUSTUM IMPERIUM – Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente – Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, 2.^a edição, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- SÁNCHEZ SALOR, E. (2008), “Retórica e Historiografía en Roma”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografia: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 125-142.
- SANTOS, J. (2001), «Portugal em Império», in R. CARNEIRO (coord. geral) e A. MATOS (coord. científica), *Memória de Portugal O Milénio Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 280-281.
- SANTOS, N. (2003), “A literatura militar clássica”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 41, Lisboa, 153-196.
- SARAIVA, A. et al. (1950-62), *História da Cultura em Portugal*, 3 vols, Lisboa, Jornal do Foro.
- ____ (1997), *Iniciação na literatura portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva.
- SERRÃO, J. (1972), *A Historiografia Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 145-360.
- ____ (1980), “A expansão na historiografia”, in *História de Portugal (1495-1580)*, Vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 188-196.

- ____ (1994), *Figuras e Caminhos do Renascimento em Portugal*, Lisboa, INCM.
- SOARES, N. (1991-92), “A literatura de sentenças no humanismo português: *res et uerba*”, *Humanitas* 43 e 44, Coimbra, 377-410.
- ____(1994), *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, INIC.
- ____(2002), “A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas”, in *Aquém e Além Taprobana*, Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard, Lisboa, Centro de História de Além-Mar – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 15-37.
- ____ (2011), “A História *OPVS ORATORIUM* e “ESPERTADOR DO ENTENDIMENTO””, in N. SOARES, M. MIRANDA e C. URBANO (coord.), *HOMO ELOQVENS HOMO POLITICUS. A RETÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE NA IDADE MÉDIA E NO RENASCIMENTO*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 117-152.
- SOARES, M. (2011), “*Ekphrasis* e *enargeia* na historiografia de Tucídides e no pensamento filosófico de Paul Ricoeur”, *Talia Dixit* 6, 1-23.
- THOMAZ, L. (1998), *De Ceuta a Timor*, 2.^a ed., Lisboa, Difel.
- TORRES, A. (1991-92), “Os Descobrimentos portugueses nos escritos latinos goisianos”, *Humanitas* 43 e 44, Coimbra, 37-45.
- USHER, S. (1969). *The Historians of Greece and Rome*, Londres, Duckworth.
- VIEIRA, L. (2006), *Ruptura e Continuidade em Apolônio de Rodes: os Símeles nas Argonáuticas I*, dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG. Consultado em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/LETR6W7JM6/1/disserta_o.pdf (01/08/2012)
- VILLALBA ÁLVAREZ, J. (2008), “Épica e Historiografía: las Arengas en los Punica de Silio Itálico y su relación con Tito Livio”, in J. C. IGLESIAS ZOIDO (ed.) *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*, Madrid, Ediciones Clásicas, 341-366.
- WALBANK, F. W. (1965), *Speeches in Greek Historians*, Third J. L. Myres Memorial Lecture, Oxford, University Press = WALBANK (1985), “Speeches in Greek

- Historians”, *Selected Papers. Studies in Greek and Roman History and Historiography*, Cambridge, 242-261.
- WHITE, H. (1973), *Metahistory: The historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore e Londres.
- ____ (1987), *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore e Londres.
- WISEMAN, T. P. (1979), *Clio’s Cosmetics: Three Studies in Greco-Roman Literature*, Leicester.
- ____ (1993), “Lying Historians: Seven Types of Mendacity”, in *Lies and Fiction in the Ancient World* (eds. C. Gill, T. P. Wiseman), Exeter e Austin, 122-146.
- WOODMAN, A. J. (1988), *Rhetoric in Classical Historiography. Four Studies*, Londres e Sidney.
- ZEHNACKER, H. (1997), “Les oeuvres antiques peuvent-elles se passer de titre? L’exemple de l’historiographie romaine”, in *Titres et articulations du texte dans les oeuvres antiques*, Paris, 212-225.

XI. ANEXOS

ANEXO 1: QUADRO-SÍNTESE DOS TIPOS DE ARENGAS

Quadro 1 – Arengas de Tipo 1

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	J. Osório (1)	<i>De Rebus...</i> (II)	João da Nova	E.I.	Deinde duces <u>admonuit</u> ...
2	F. Castanheda (1)	<i>História...</i> (II, XXV)	Lourenço de Almeida	E.I./E.D.	E sobrisso lhe <u>disse</u> .../ E em quanto ele hia fazêdo esta fala (...)
3	F. Castanheda (2)	<i>História...</i> (II, LIV)	Afonso de Albuquerque	E.D.	descobriu aos capitães, e pessoas do cõselho (...) <u>dizendo</u> .../ Assentado isto (...)
4	F. Castanheda (3)	<i>História...</i> (II, XCVI)	Francisco de Almeida	E.D.	estando juntos os capitães da frota e assi fidalgos e pessoas principais dela lhes <u>disse</u> .../ Isto assentado (...)
5	J. Barros (1)	<i>Década II da Ásia</i> (III, III)	Francisco de Almeida	E.D.	começou de lhe <u>fazer</u> este arazoamento.../ Acabando o viso rey de propor estas cousas (...)
6	G. Correia (1)	<i>Lendas...</i> (Tomo I «Duarte Pacheco, capitão do mar, ano de 1504», XVI)	Duarte Pacheco Pereira	E.I.	<u>dizendo</u> a todos...
7	G. Correia (2)	<i>Lendas...</i> (Liv. I, «Terceiro ano do Vice-rei D. Francisco. Armada que partiu do Reino sem capitão-mor. Ano de 507», Cap. IV)	Afonso de Albuquerque	E.I.	E assentado com todos na tolda, lhe <u>disse</u> .../ A todos pareceo bem o arzeoamento do Capitão mor (...)
8	G. Correia (3)	<i>Lendas...</i> (Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei D. Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508», Cap. III)	Francisco de Almeida	E.D.	o Visorey a todos lhe <u>fez esta fala</u> .../ Sendo per todos ouvido o que o Visorey dissera (...)
9	G. Correia (4)	<i>Lendas...</i> (Liv. II, «Afonso de Albuquerque, segundo governador», Cap. XVI)	Afonso de Albuquerque	E.D.	O Governador muy agastado, lhe <u>respondeo</u> .../ Ao que responderão que hirião com elle (...)
10	G. Correia (5)	<i>Lendas...</i> (Liv. II, «Afonso de Albuquerque, segundo governador», Cap. XVI)	Afonso de Albuquerque	E.I.	e o Governador na tolda da nao se queixou muyto com todos, <u>dizendo</u> .../ ao que nenhum lhe ousou de responder palavra de escusa (...)
11	G. Correia (6)	<i>Lendas...</i> (Liv. II, «Armada de Gonçalo de Sequeira. Ano 1510», Cap. XIX)	Afonso de Albuquerque	E.D.	em que elle propôs a practica, <u>dizendo</u> .../ A todos pareceo muyto bem todo' arzeoamento do Governador
12	G. Correia (7)	<i>Lendas...</i> (Liv. II, «Armada de Garcia de	Afonso de Albuquerque	E.D.	lhe <u>disse</u> .../ Com a qual resposta todos

		Noronha. Ano 1511», Cap. XXVII)			ficarão satisfeitos e contentes (...)
13	G. Correia (8)	<i>Lendas...</i> (Liv. III, «Lopo Vaz de Sampayo. Governador Provisório», Cap. I)	Lopo Vaz de Sampaio	E.D.	lhes <u>respondeo</u> .../ Ao que nom ouve nenhum que ysto lhe contrariasse (...)
14	G. Correia (9)	<i>Lendas...</i> (Liv. III, «Lenda do que fez Lopo Vaz de Sampayo depois que foy julgado por Governador», Cap. I)	Lopo Vaz de Sampaio	E.D.	e lhe <u>respondeo</u> ...
15	D. Couto (1)	<i>Década IV da Ásia</i> (VIII, VIII)	Nuno da Cunha	E.D.	lhes <u>disse</u> ...
16	D. Couto (2)	<i>Década VI da Ásia</i> (IX, III)	Luiz Figueira	E.D.	<u>disse</u> a seus Capitães...
17	F. Castanheda (4)	<i>História...</i> (I, XLIII)	João da Nova	E.D.	chamou logo os capitães e <u>disselhes</u> .../ o que logo foy feyto (...)
18	F. Castanheda (5)	<i>História...</i> (II, LXV)	Francisco de Almeida	E.D.	ho viso rey lhes <u>disse</u> .../ E dizêdo isto (...)
19	F. Castanheda (6)	<i>História...</i> (II, XCIX)	Francisco de Almeida	E.D.	e vindos lhes <u>disse</u> .../ Ao que todos responderão (...)
20	F. Castanheda (7)	<i>História...</i> (III, CIII)	Afonso de Albuquerque	E.D.	e ajütando seus capitães, lhes <u>disse</u> .../ E assentado isto se partio (...)
21	F. Castanheda (8)	<i>História...</i> (III, CV)	Afonso de Albuquerque	E.D.	e <u>disselhes</u> .../ Todos responderão que assi ho farião (...)
22	F. Castanheda (9)	<i>História...</i> (V, XXXV)	António Correia	E.D.	<u>disselhes</u> .../ E isto assentado (...)
23	F. Castanheda (10)	<i>História...</i> (VI, CXXI)	Henrique de Meneses	E.D.	<u>disselhes</u> estando todos juntos...
24	D. Couto (3)	<i>Década IV da Ásia</i> (VII, II)	Nuno da Cunha	E.I.	lhes <u>disse</u> .../ Aos capitães lhes pereceo bem esta determinação (...)
25	D. Teive (1)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Mascarenhas	E.I.	omnium turrium praefectos <u>admonet</u> .../ omnium turrium praefectos <u>admonet</u> ...
26	J. Osório (2)	<i>De Rebus...</i> (III)	Duarte Pacheco	E.I.	et <u>admonuit</u> .../ Hanc autem ultimam orationis partem (...)
27	F. Castanheda (11)	<i>História...</i> (III, XX)	Afonso de Albuquerque	E.D.	lhes <u>disse</u> .../ A esta pratica do governador ajudarão tambem dom António (...)
28	F. Castanheda (12)	<i>História...</i> (VI, L)	Rei de Achém	E.I.	e assi lho <u>disse</u> aos seus capitães, encomendadolhes.../ E coeste esforço (...)
29	F. Castanheda (13)	<i>História...</i> (VIII, XXIII)	D. João Pereira	E.D.	e ajuntado estes principais lhes <u>disse</u> .../ E parecendo isto bẽ aos mays (...)

30	F. Castanheda (14)	<i>História...</i> (VIII, CXCIII)	António da Silveira	E.D.	lhes <u>disse</u> ...
31	D. Couto (4)	<i>Década VII da Ásia</i> (IV, II)	Francisco Barreto	E.I.	e lhes <u>fez</u> sobre isto huma grande <u>falla</u> , em que lhes representou...
32	D. Couto (5)	<i>Década VII da Ásia</i> (X, VIII)	Garcia Rodrigues de Távora	E.I.	<u>declarando</u> -lhes...
33	D. Couto (6)	<i>Década VIII da Ásia</i> (VI, II)	Moradecan	E.D.	e de hum lugar alto lhes <u>fez</u> esta breve <u>fala</u> .../ Muito a tento estiverão aquelles reys e seus capitães ao que o seu prelado disse (...)
34	A. Vaena (1)	<i>Crónica...</i> (LXIV)	D. Sebastião	E.D.	lhes <u>disse</u> .../Com isto (...)
35	A. Vaena (2)	<i>Crónica...</i> (LXV)	Mulei-Maluco	E.D.	<u>disse</u> .../ Esta falla acabada(...)
36	D. Galvão (1)	<i>Crónica...</i> (LI)	Infante D. Sancho	E.D.	e <u>disse</u> -lhes.../ Com estas palavras do Ifante
37		<i>Jornada...</i> (II, X)	Maluco	E.I.	e segunda ves lhe <u>fez</u> nova <u>prática</u> .../ A isto responderam Seus Alcaides (...)
38	F. Castro (1)	<i>Crónica...</i> (XXXIII)	Rumecão	E.I.	lhes <u>disse</u> o que determinava.../ Acabada esta prática (...)
39	F. Castro (2)	<i>Crónica...</i> (XLVI)	Vice-Rei D. João de Castro	E.D./E.I.	<i>Fala que o viso-rei fez aos capitães e outras pessoas o dia de grã batalha.../ Dizendo isto (...)</i>
40	A. Castilho (1)	<i>Comentário...</i> (II)	Nisamaluco	E.I.	onde <u>representou</u> .../ Os Capitães aballados destas palavras (...)
41	D. Couto (7)	<i>Década IV da Ásia</i> (VIII, I)	Rainha de Ternate	E.D.	lhes <u>fez</u> a todos esta fala.../ A todos moverão as rezões da raynha (...)
42	J. Corte Real (1)	<i>Felicíssima Victoria</i> (IX)	D. Juan de Austria	E.D.	les <u>dize</u> .../ Dixo (...)
43	C. Parisio Sículo (1)	<i>Arcitinge</i>	D. Afonso V	E.D.	<u>Convocat</u> et recti <u>pandit</u> penetrabilia cordis.../». Dictis quibus annuit omnis Turba virum concors animis (...)
44	J. Anchieta (1)	<i>De Gestis...</i> (III)	Men de Sá	E.D.	Atque haec in medio <u>promit</u> verba ultima coetu.../ Haec postrema dedit dux forti e pectore dicta.
45	J. Corte Real (2)	<i>Sucesso...</i> (IV)	D. João de Mascarenhas	E.D.	lhes <u>disse</u> estas palavras.../ Apos estas palavras (...)
46	L. Henriques (1)	<i>Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor...</i> 57-104	D. Jaime de Bragança	E.I.	Onde per ele lhes foy decrarado.../ Com doces palavras forradas damor (...)

Quadro 2 – Arengas de Tipo 2

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	J. Osório (3)	<i>De Rebus...</i> (VII)	Mir-hocem	E.I.	<u>Excitare</u> ...
2	J. Osório (4)	<i>De Rebus...</i> (VII)	Francisco de Almeida	E.I.	<u>Commemorabat</u> .../ His et aliis eiusmodi verbis (...)
3	F. Castanheda (15)	<i>História...</i> (I, LX)	Duarte Pacheco	E.D.	juntos <u>disse</u> a todos.../ Ao que todos responderão (...)
4	F. Castanheda (16)	<i>História...</i> (I, LXVIII)	Duarte Pacheco	E.D.	lhes <u>disse</u> a todos.../ Ao que todos responderão(...)
5	F. Castanheda (17)	<i>História...</i> (I, LXVIII)	Duarte Pacheco	E.D.	<u>disse</u> aos seus...
6	F. Castanheda (18)	<i>História...</i> (II, XXVI)	D. Lourenço	E.D.	lhes <u>disse</u> .../ e dizendo isto (...)
7	J. Barros (2)	<i>Década II da Ásia</i> (IV, IX)	Afonso de Albuquerque	E.D.	quis <u>própor</u> lhe este <u>arrazoamento</u> .../ No fim das quaes palavras (...)
8	D. Couto (8)	<i>Década VII da Ásia</i> (I, V)	Francisco Anes	E.I.	e <u>bradou</u> ...
9	D. Couto (9)	<i>Década VII da Ásia</i> (VIII, VIII)	Chrstovão Pereira Homem,	E.D.	_____
10	D. Couto (10)	<i>Década VII da Ásia</i> (VIII, X)	Luiz de Mello da Silva	E.I.	lhes <u>disse</u> .../ e com isto (...)
11	F. Castanheda (19)	<i>História...</i> (I, LXXIII)	Duarte Pacheco	E.D.	lhes <u>disse</u> .../ Ao que todos respõderão (...)
12	F. Castanheda (20)	<i>História...</i> (I, LXXIII)	Duarte Pacheco	E.D.	Duarte Pacheco lhes <u>disse</u> .../ E acabando responderão (...)
13	F. Castanheda (21)	<i>História...</i> (III, CV)	Mira Mergena	E.I.	e os <u>animou</u> pera a peleja...
14	F. Castanheda (22)	<i>História...</i> (III, CXIII)	Afonso de Albuquerque	E.D.	<u>dizêdo</u> .../ E coisto (...)
15	F. Castanheda (23)	<i>História...</i> (VI, LV)	D. Sancho	E.D.	<u>disse</u> aos Portugueses.../ E coisto repartio (...)
16	F. Castanheda (24)	<i>História...</i> (VII, LXXXII)	Simão de Sousa Galvão	E.I.	<u>respõdeo</u> .../ E animados todos coestas palavras (...)
17	D. Couto (11)	<i>Década IV da Ásia</i> (IV, VII)	Simão de Sousa Galvão	E.I.	lhes <u>disse</u> .../ Animados todos com estas palavras (...)
18	D. Couto (12)	<i>Década IX da Ásia</i> (XVII)	Tristão Vaz da Veiga	E.I.	e animou a todos, <u>afirmando</u> -lhes...
19		<i>Crónica...</i> (XLI)	Capitão	E.D.	lhes <u>faliou</u> nesta maneira...
20		<i>Crónica...</i> (LI)	Capitão	E.D.	<u>fez</u> lhes esta <u>fala</u> .../ Hacabada sua fallaa (...)
21	D. Teive (2)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Mascarenhas	E.D.	eos <u>allocutus</u> est./ Haec Mascarenna (...)
22	D. Teive (3)	<i>Commentarius...</i>	Rumecão	E.I.	animos omni arte <u>tractare</u> .../ His ac talibus saepe audiendis(...)

23	D. Teive (4)	<i>Commentarius...</i>	Fernando de Castro	E.I.	<u>hortando</u> , <u>praeparat...</u> / Iis ille adhortationibus (...)
24	D. Teive (5)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Castro	E.D.	ita <u>exorsus est...</u> / Extremam eius orationem (...)
25	D. Góis (1)	<i>Diensis...</i>	António da Silveira	E.I.	milites omnes ilico <u>convocat...</u> / Quo sermone (...)
26	D. Góis (2)	<i>De Bello...</i>	D. João de Mascarenhas	E.I.	imperator <u>ostendit...</u>
27	J. Osório (5)	<i>De Rebus...</i> (III)	D. João de Meneses	E.I.	<u>aperuit...</u> <u>exposuit...</u> <u>ostendit...</u>
28	J. Osório (6)	<i>De Rebus...</i> (III)	Duarte Pacheco	E.I.	<u>excitavit</u> , docens...
29	J. Barros (3)	<i>Década IV da Ásia</i> (VII, XX)	Martim Afonso	E.I.	<u>dizendolhes...</u>
30	F. Castanheda (25)	<i>História...</i> (II, XXIX)	Pero danhaya	E.D.	e <u>disselhes...</u> / Ao que todos responderão (...)
31	F. Castanheda (26)	<i>História...</i> (VI, XL)	Fernão Eanes	E.D.	e <u>disselhes...</u> / e parecêdo isto bem a todos (...)
32	D. Nunes Leão (1)	<i>Cr. Afonso Henriques...</i>	D. Afonso Henriques	E.I.	lhes <u>fez hũa</u> comprida <u>falla</u> , lembrandolhes.../ Ditas estas palavras, e outras cõ muita efficacia (...)
33	D. Nunes Leão (2)	<i>Cr. Afonso Henriques...</i>	D. Sancho	E.I.	e fallou aos seus, <u>dizendolhes...</u> / Poserão as palavras daquelle Príncipe (...)
34	D. Nunes Leão (3)	<i>Cr. João I...</i>	Nuno Alvares Pereira	E.I.	lhes <u>disse...</u> / Quando elles ouviraõ estas palavras (...)
35	J. Barros (3)	<i>Década III da Ásia</i> (I, IV)	Raez Soleimã	E.D.	<u>começou dizer...</u> / Finalmente com estas e outras amoestações (...)
36	J. Barros (4)	<i>Década IV da Ásia</i> (VII, XI)	Mir Mohamede Zaman	E.I.	e <u>fazendolhes hũa</u> <u>prática</u> para os animar <u>disse...</u>
37	D. Couto (13)	<i>Década V da Ásia</i> (II, I)	Mir Mohamede Zaman	E.D.	lhes <u>disse...</u> / A nenhum dos seus pareceo bem aquillo (...)
38	D. Couto (14)	<i>Década VI da Ásia</i> (I, VII)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>fez</u> esta breve <u>falla...</u> / Acabada esta falla (...)
39	D. Couto (15)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, X)	D. João de Castro	E.D.	lhes <u>fez</u> esta breve <u>prática...</u>
40	D. Couto (16)	<i>Década VI da Ásia</i> (IV, VIII)	António Moniz Barreto	E.D.	e <u>disse</u> aos seus...
41	D. Couto (17)	<i>Década VI da Ásia</i> (X, III)	Capitão de Ormuz	E.I.	<u>afirmando</u> -lhes .../ Disto se não satisfizeram os soldados (...)
42	D. Couto (18)	<i>Década VII da Ásia</i> (VI, VI)	António Moniz Barreto	E.D.	<u>disse</u> a todos os companheiros ...

43	D. Couto (19)	<i>Década VII da Ásia</i> (VIII, II)	D. Diogo de Noronha	E.D.	lhes <u>fez</u> esta breve <u>falla</u> .../ Acabada a <u>falla</u> (...)
44	D. Couto (20)	<i>Década IX da Ásia</i> (XXIII)	Francisco Barreto	E.D.	e lhes <u>disse</u> ...
45	D. Couto (21)	<i>Década X da Ásia</i> (III, I)	Baxá Cuso	E.I.	lhes <u>fez</u> huma muito prudente <u>falla</u> , em que persuadio a todos.../ Com isto, e outras cousas que lhes disse (...)
46	D. Couto (22)	<i>Década X da Ásia</i> (IX, IV)	Raju	E.I.	lhes <u>metteo em cabeça</u> .../ e com isto (...)
47	G. Correia (10)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVI)	António da Silveira	E.D.	<u>dizendo</u> .../ O que a todos assy pareceo muyto bem (...)
48	D. Galvão (2)	<i>Crónica...</i> (XIV)	D. Afonso Henriques	E.D.	<u>fazer</u> a todos uma <u>falla</u> , a qual depois de todos ajuntados, assi começou.../ Quando os Portuguezes ouviram taes palavras (...)
49	D. Galvão (3)	<i>Crónica...</i> (XXX)	D. Afonso Henriques	E.D.	e <u>fez-lhe uma falla</u> nesta maneira.../ Ouviram todos a El-Rei (...)
50	D. Galvão (4)	<i>Crónica...</i> (XLIII)	D. Afonso Henriques	E.D.	<u>fallou</u> aos seus em esta maneira.../ Desque El-Rei acabou de fallar (...)
51	D. Galvão (5)	<i>Crónica...</i> (XLVI)	D. Afonso Henriques	E.D.	e <u>disse</u> ...
52	F. Castro (3)	<i>Crónica...</i> (XXIII)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<i>Fala que D. João Mascarenhas fez aos soldados da sua fortaleza de Diu, antes de ser socorrido...</i>
53	F. Castro (4)	<i>Crónica...</i> (XXXIX)	D. João de Mascarenhas	E.D.	aos quais <u>disse</u> as palavras seguintes...
54	F. Oliveira (1)	<i>História...</i> (III, V)	D. Afonso Henriques	E.D.	fez esta fala aos seus.../ Era já quase noite quando acabou esta fala (...)
55	F. Oliveira (2)	<i>História...</i> (III, V)	D. Afonso Henriques	E.I.	E dizem que ele para animar os seus lhe contou publicamente...
56		<i>Crónica...</i> (XXIII)	Príncipe Maramuhy	E.D.	Lhes <u>fez a fallia</u> seguinte...
57	R. Pina (1)	<i>Crónica...</i> (CIII)	Duque de Bragança	E.D.	lhe fez um razoamento n'esta maneira.../e com isto (...)
58	J. Corte Real (3)	<i>Sucesso...</i> (XIX)	Manuel de Lima	E.D.	<u>Diz</u> ...
59	J. Anchieta (2)	<i>De Gestis...</i> (I)	Capitão	E.D.	ait.../ Haec ubi dicta dedit (...)
60	J. Anchieta (3)	<i>De Gestis...</i> (II)	Jovens índios	E.D.	Sese <u>succendere</u> .../ His omnes accensi (...)

61	J. Corte Real (4)	<i>Sucesso...</i> (XIII)	D. João de Mascarenhas	E.D.	lhes <u>disse</u> estas palavras / Bem cuida o capitam que com tam vivas Aparentes razões tinha vencidos (...)
62	J. Corte Real (5)	<i>Sucesso...</i> (XVI)	D. João de Castro	E.D.	Com alta voz, <u>começa</u> estas palavras.../ Dizendo estas palavras (...)
63	F. Andrade (1)	<i>O Primeiro...</i> (XVIII)	Mahamud	E.D.	Em taes palavras logo a <u>lingoa</u> solta.../ Apos estas palavras (...)

Quadro 3 – Arengas de Tipo 3

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	D. Couto (23)	<i>Década IX da Ásia</i> (VIII)	Gonçalo Pereira	E.I.	<u>animou</u> os seus soldados...
2	G. Correia (11)	<i>Lendas...</i> (Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei D. Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508», Cap. III)	Afonso de Albuquerque	E.I.	<u>dizendo</u> o Capitão mór a todos...
3	G. Correia (12)	<i>Lendas...</i> (Liv. III, «Lenda do Governador Nuno da Cunha que partio do Reyno o ano de 528, e passou á Índia o ano de 1529», Cap. XXXV)	Diogo da Silveira	E.D.	Elle <u>respondeo</u> .../ Ao que todos se muyto esforçarão (...)
4	G. Correia (13)	<i>Lendas...</i> (Tomo I «Duarte Pacheco, capitão do mar, ano de 1504», Cap. XXI)	Duarte Pacheco	E.I.	Ao que todos se muyto esforçarão...
5	D. Couto (24)	<i>Década VII da Ásia</i> (VI, VI)	António Moniz Barreto	E.D.	<u>disse</u> a todos os companheiros...
6	D. Couto (25)	<i>Década VII da Ásia</i> (X, VIII)	Cide Meriam	E.I.	e lhes <u>fez</u> uma breve falla, em que os persuadio a .../ Todos lhe responderam que estavam prestes pera morrer com elle (...)
7	D. Couto (26)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, III)	D. Francisco de Meneses	E.D.	<u>disse</u> ...
8	F. Castanheda (27)	<i>História...</i> (III, LXV)	Duarte de Melo	E.D.	<u>disse</u> .../ e coisto moveo pera os immigos (...)
9	F. Castanheda (28)	<i>História...</i> (VIII, V)	Jorge de Meneses	E.I.	<u>dizendo</u> .../ E dizendo isto (...)
10	G. Correia (14)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d'Andrade, ano de 1535», Cap. LXXVIII)	D. João Pereira	E.D.	lhe <u>dixe</u> ...

11		<i>Crónica...</i> (XXIII)	Príncipe Maramuhy	E.D.	lhes <u>fez a falia</u> seguinte.../
12	A. Vaena (3)	<i>Crónica...</i> (XXV)	Vice-rei de Argel	E.D.	lhes <u>fez a falia</u> seguinte.../ Feita esta pratica (...)
13	A. Vaena (4)	<i>Crónica...</i> (XXV)	Alimoxeera	E.D.	<u>dizendo</u> -lhes...
14	A. Vaena (5)	<i>Crónica...</i> (XXVIII)	Mulei-Maluco	E.D.	<u>disse</u> ... Como Mulei-Maluco acabou esta falla (...)
15	A. Vaena (6)	<i>Crónica...</i> (XXIX)	Mulei-Hamet	E.D.	lhes <u>começou a fallar</u> desta maneira.../ Esta falla acabada (...)
16	A. Vaena (7)	<i>Crónica...</i> (XXXII)	Xarife	E.D.	<u>disse</u> .../ Com estas palavras cheas de desconfiança (...)
17	A. Vaena (8)	<i>Crónica...</i> (XXXII)	Mulei-Hamet	E.D.	<u>dizendo</u> .../ Com estas fallas feitas (...)
18	D. Nunes Leão (4)	<i>Cr. Afonso IV...</i>	D. Afonso IV	E.I.	<u>fez</u> aos seus Portugueses <u>hũa</u> breve <u>falla</u> , adhortandoos para a peleja, e encomendandolhes...
19	D. Teive (6)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Mascarenhas	E.I.	paucis milites <u>exhortatus</u> .../ Haec cum praemonuisset (...)
20	C. Parísio Sículo (2)	<i>Arcitinge</i> , 270-304	D. Afonso V	E.D.	haec placido <u>voluit</u> mitissimus ore <u>Pauca loqui</u> , magis armaret quo in proelia cunctos.../ Haec ait.
21	C. Parísio Sículo (3)	<i>Arcitinge</i> , 436-553	D. Afonso V	E.D.	<u>ait</u> ...
22	F. Andrade (2)	<i>O Primeiro cerco que os turcos puseram...</i> , IX	Mirizam	E.D.	a <u>lingoa solta</u> .../ Apos estas palavras (...)
23	D. Pires (1)	<i>De Origine...</i>	Jovem Rei	E.D.	<u>Affatur</u> comités dulcibus alloquiis.../ Dixit (...)

Quadro 4 – Arengas de Tipo 4

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	G. Correia (15)	<i>Lendas...</i> (Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei D. Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508», Cap. IV)	Francisco de Almeida	E.D.	o qual <u>dizia</u> assy...
2	D. Couto (27)	<i>Década IV da Ásia</i> (V, V)	Lopo Vaz de São Payo	E.I.	e <u>fez</u> a todos hũa muito <u>breve</u> <u>fala</u> ...
3	J. Lemos (1)	<i>História...</i> (IX)	Tristão Vaz	E.I.	e os exortou, persuadiu e moveu à <u>peleja</u> ...
4	D. Teive (7)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Mascarenhas	E.I.	ad pugnam <u>hortante</u> .../ Haec aliaque (...)

5	D. Couto (28)	<i>Década IV da Ásia</i> (X, V)	D. João Pereira	E.D.	<u>dizendo</u> lhes.../ E com isto (...)
6	A. Vaena (9)	<i>Crónica...</i> (LXIV)	D. Sebastião	R	dava animo aos soldados.
7	A. Vaena (10)	<i>Crónica...</i> (XXVIII)	Mulei-Maluco	R	louvava hunos, e aspecto severo ordenava os outros...
8	D. Couto (29)	<i>Década VI da Ásia</i> (IV, II)	Padre Fr. António do Casal	E.D.	foi <u>bradando</u> alto.../E com isto (...)
9	D. Couto (30)	<i>Década VI da Ásia</i> (V, X)	D. João de Castro	E.D.	<u>dizendo</u> a todos...
10	D. Galvão (6)	<i>Crónica...</i> (XVI)	D. Afonso Henriques	E.I.	<u>anima</u> -los, e <u>esforça</u> -los, chamando-os por seus nomes, <u>trazendo</u> -lhe á lembrança...
11	L. Nunes (1)	<i>Crónica...</i> (XXXVIII)	D. Álvaro de Castro	R	animando os cavaleiros com suas boas palavras.../
12	D. Couto (31)	<i>Década VIII da Ásia</i> (I, VII)	Dois frades franciscanos	E.D.	bradando por todos <u>dizendo</u> -lhes.../ Com estas palavras (...)
13		<i>Jornada...</i> Liv. II, Cap. XIII	D. Sebastião	E.I.	<u>exortando</u> a todos com palavras brandas...
14	Diogo de Teive (8)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Castro	E. I.	conclamatum est...
15	D. Couto (32)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, IV)	Exército das Matronas	E.D.	<u>chamando</u> -lhes...
16	D. Couto (33)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, IV)	Isabel Fernandes	E.D.	<u>dizendo</u> -lhes...
17	D. Couto (34)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, V)	Isabel Fernandes	E.D.	<u>dizendo</u> ...
18	D. Couto (35)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, II)	Isabel Fernandes	E.D.	<u>dizendo</u> ...

Quadro 5 – Arengas de Tipo 5

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	F. Castanheda (29)	<i>História...</i> (II, LXXX)	Lourenço de Almeida	E.I.	lhes <u>disse</u> ...
2	G. Correia (16)	<i>Lendas...</i> (Liv. I, «Segundo ano do Vice Rei D. Francisco. Armada de Tristão da Cunha. Ano de 1506», Cap. XVI)	D. Lourenço de Almeida	E.D.	lhe <u>disse</u> ...
3	F. Castanheda (30)	<i>História...</i> (III, CLI)	Francisco de Melo	E.I.	<u>dizêdo</u> ...
4	D. Couto (36)	<i>Década XI da Ásia</i> (XI, XXIX)	D. Rodrigo de Cordova	E.D.	<u>levantou a voz</u> , <u>dizendo</u> ...
5	D. Couto (37)	<i>Década XII da Ásia</i> (IV, XIII)	Diogo de Sousa	E.I.	dizendo algumas vezes palavras afrontosas, outras <u>persuadindo</u> -os a...
6	D. Teive (9)	<i>Commentarius...</i>	Chefes inimigos	E.I.	hostium duces suos <u>admonere</u> ...
7	D. Teive (10)	<i>Commentarius...</i>	D. João de Castro	E.I.	praetor suos nunc <u>increpare</u> , nunc <u>hortari</u> ...
8	D. Góis (3)	<i>Diensis...</i>	António da Silveira	E.D.	uoce sublimi <u>inquit</u> .../ His dictis

9	D. Góis (4)	<i>De Bello...</i>	D. Duarte de Meneses Pereira	E.D.	voce magna <u>inclamans...</u>
10	D. Góis (5)	<i>De Bello...</i>	D. João de Mascarenhas	E.I.	ad restituendum <u>hortatur...</u> His ducis vocibus experrecti (...)
11	J. Osório (7)	<i>De Rebus...</i> (XII)	Diogo Fernandes/D. Jorge Meneses	E.D./E.I.	<u>inquit...</u> / Dum haec diceret (...). <u>adhortatus est...</u>
12	D. Couto (38)	<i>Década IV da Ásia</i> (IX, IX)	Manoel de Macedo	E.I.	<u>esforçandoos</u> e <u>animandoos</u> , e <u>persuadindoos...</u>
13	D. Couto (39)	<i>Década V da Ásia</i> (VII, II)	António Galvão	E.D.	lhes <u>disse...</u>
14	D. Couto (40)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, VI)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>dizendo</u> -lhes...
15	D. Couto (41)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, VI)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>dizendo...</u>
16	D. Couto (42)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, IX)	Diogo de Reinoso	E.D.	<u>disse</u> alto.../ Com estas palavras (...)
17	D. Couto (43)	<i>Década VI da Ásia</i> (II, X)	Padre Vigairo	E.D.	levantou a voz, <u>dizendo...</u>
18	D. Couto (44)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, VI)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>dizendo...</u> /
19	D. Couto (45)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, VI)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>dizendo...</u> /E com isto (...)
20	D. Couto (46)	<i>Década VI da Ásia</i> (IV, I)	D. João de Castro	E.D.	lhes disse...
21	D. Couto (47)	<i>Década VI da Ásia</i> (IV, II)	Custodio (frade)	E.D.	<u>começou a dizer...</u> /e com isto (...)
22	D. Couto (48)	<i>Década VII da Ásia</i> (X, VIII)	Um soldado	E.D.	levantou a voz, <u>dizendo...</u>
23	D. Couto (49)	<i>Década X da Ásia</i> (IX, I)	Simão de Brito	E.D.	<u>começou a gritar...</u>
24	D. Couto (50)	<i>Década X da Ásia</i> (IX, XI)	Capitão-mor	E.D.	e <u>bradou</u> alto...
25	D. Couto (51)	<i>Década XII da Ásia</i> (II, VII)	Sebastião Botelho/Frei Francisco Baptista da Recoleta dos Descalços	E.I./E.D.	<u>começaram a persuadilloos...</u> / Com esta exhortação (...)
26	D. Couto (52)	<i>Década XII da Ásia</i> (II, VII)	Frei Francisco Baptista da Recoleta dos Descalços	E.D.	<u>dizendo...</u>
27	G. Correia (16)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, Ano de 1541, Cap. XXVII)	Catorze homens	E.D.	<u>dizendo...</u>
28	G. Correia (17)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, Ano de 1546, Cap. LXIV)	Frade	E.D.	<u>dizendo...</u>
29	G. Correia (18)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXXV)	João Pereira, Capitão de Goa	E.D.	<u>bradou...</u>
30	G. Correia (19)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXXIX)	João Pereira, Capitão de Goa	E.D.	<u>dixe...</u>
31	A. Vaena (11)	<i>Crónica...</i> (LXXVIII)	Luiz de Meneses	E.D.	<u>dizia a altas vozes...</u> / Repetindo muitas vezes estas palavras...
32	D. Nunes Leão (5)	<i>Cr. Afonso IV...</i>	Rei Hali Boacen	E.D./E.I.	em altas vozes <u>dizia...</u>

33	D. Nunes Leão (5)	<i>Cr. João I...</i>	D. João I	E.D.	<u>dizendo</u> em voz alta.../ Isto dizia el Rey (...)
34	A. Vaena (12)	<i>Crónica... (XX)</i>	Xarifes	E.I.	<u>esforçavão</u> aos seus soldados...
35	A. Vaena (13)	<i>Crónica... (XXVI)</i>	Alimoxecra	E.D.	<u>dizendo...</u> /Com isto (...)
36	A. Vaena (14)	<i>Crónica... (XXVI)</i>	Vice-rei de Argel	E.D.	lhes <u>disse</u> ...
37	A. Vaena (15)	<i>Crónica... (XXIX)</i>	Maluco	E.D.	hã <u>dizendo</u> aos soldados...
38	D. Galvão (7)	<i>Crónica... (XXXII)</i>	D. Afonso Henriques	E.D.	<u>Bradando</u> aos seus...
39	F. Castro (5)	<i>Crónica... (XLVI)</i>	Vice-rei D. João de Castro	E.I./E.D.	<u>dizendo</u> aos soldados.../ Com isto (...)
40	D. Couto (53)	<i>Vida... (XXV)</i>	Capitão-mor	E.D.	<u>dizendo</u> ...
41	F. Castanheda (31)	<i>História... (II, XLVII)</i>	Lourenço de Brito	E.I.	E <u>disselhes</u> <u>bradado</u> ...E dizendo isto (...)
42	L. Sousa Coutinho (1)	<i>Livro... (II, II)</i>	Gonçalo Falcão	R	dava ânimo a seus companheiros
43	D. Couto (54)	<i>Década V da Ásia (V, II)</i>	Ana Fernandes	E.D.	<u>disse</u> ...
44	D. Couto (55)	<i>Década VI da Ásia (II, X)</i>	Isabel Fernandes	E.D.	<u>dizendo</u> ...
45	G. Correia (20)	<i>Lendas... (Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVIII)</i>	Ana Fernandes	E.D.	<u>bradando</u> .../ E posto que estas palavras nom erão muyto ouvidas (...)
46	G. Correia (21)	<i>Lendas... (Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVIII)</i>	Huma mulher casada com hum Rafael Lourenço	E.D.	<u>dizendo</u> ...
47	G. Correia (22)	<i>Lendas... (Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVIII)</i>	Catahrina Moreira	E.D.	<u>dizendo</u> ...
48	L. Sousa Coutinho (2)	<i>Livro... (II, XVIII)</i>	Ana Fernandes	E.D.	bradou muy alto <u>dizendo</u> .../ E assi bradando e esforçando a todos (...)
49	J. Anchieta (4)	<i>De Gestis... (I)</i>	Mem de Sá	E.D.	Sic fatus (...)
50	J. Anchieta (5)	<i>De Gestis... (I)</i>	Capitão	E.D.	_____
51	L. Camões (1)	<i>Os Lusíadas (IV)</i>	D. João I	E.D.	Isto disse o magnanimo guerreyro...
52	J. Corte Real (6)	<i>Sucesso... (IX)</i>	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>Dizendo</u> .../ Dizendo estas palavras (...)
53	J. Corte Real (7)	<i>Sucesso... (IX)</i>	D. João de Mascarenhas	E.D.	Alevantou avoz, assi <u>dizendo</u> .../ Tiveram tanta força estas palavras (...)
54	J. Corte Real (8)	<i>Sucesso... (XI)</i>	Diogo de Reinoso	E.D.	<u>Dizendo</u> .../ Tiveram tanta força estas palavras (...)
55	J. Corte Real (9)	<i>Sucesso... (XI)</i>	Sacerdote	E.D.	com clamores altos <u>disse</u> .../ Ajuntavãse a estas taes palavras Outras (...)
56	J. Corte Real (10)	<i>Sucesso... (XIII)</i>	D. Francisco de Meneses	E.D.	<u>dizendo</u> .../ Dizendo estas palavras (...)
57	J. Corte Real (11)	<i>Sucesso... (XIII)</i>	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>Dizendo</u> a grandes vozes.../ Dizendo isto (...)

58	J. Corte Real (12)	<i>Sucesso...</i> (XIII)	D. João de Mascarenhas	E.D.	<u>Dizendo...</u> / Com taes palavras (...)
59	J. Corte Real (13)	<i>Sucesso...</i> (XVIII)	Padre Frei António	E.D.	<u>Dizendo</u> a grandes vozes...
60	J. Corte Real (14)	<i>Sucesso...</i> (XVIII)	D. João de Castro	E.D.	O Visorrey com vozes altas brada.../ Dizendo isto (...)
61	J. Corte Real (15)	<i>Sucesso...</i> (XVIII)	Padre Frei António	E.D.	Com grandes brados <u>diz...</u> / Ouvindo estas palavras (...)

Quadro 6 – Arengas de Tipo 6

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	D. Couto (56)	<i>Década IX da Ásia</i> (XXVII)	Tristão Vaz da Veiga	E.I.	<u>afirmando</u> -lhes com rosto muito alegre...
2	G. Correia (23)	<i>Lendas...</i> (Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXV)	João Pereira, Capitão de Goa	E.D.	<u>dizendo...</u> / E lhes disse outras palavras muy vergonhosas (...)
3	L. Nunes (2)	<i>Crónica...</i>	D. João de Castro	E.I.	e com boas e amorosas palavras agradeceu ...
4	A. Resende (1)	<i>Auctorum Carmina in Laudem... Ludovici Athaidii...</i>	Dom Luís de Ataíde	E.I./E.D.	Tum <u>breuiter grates agis omnibus...</u> /dixit...
5	P. Sanchez (1)	<i>Diversorum...</i>	Dom Luís de Ataíde	E.D.	ait...

Quadro 7 – Outros tipos de arengas

	AUTOR	PASSAGEM	EMISSOR	ESTILO	ENGARCE Inicial/Final
1	D. Couto (57)	<i>Década VII da Ásia</i> (VIII, I)	Francisco Barreto	E.D.	<u>dizendo...</u> / Estas palavras disse Francisco (...)
2	D. Couto (58)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, III)	Luís de Melo de Mendonça	E.D.	<u>dizendo</u> -lhes...
3	D. Couto (59)	<i>Década VI da Ásia</i> (III, III)	Luís de Melo de Mendonça	E.D.	<u>disse com grande cólera...</u> /Com isto (...)
4	J. Corte Real (16)	<i>Sucesso...</i> (XIII)	Luís de Melo de Mendonça	E.D.	<u>Diz</u> com bravo semblante.../ Dizendo estas palavras (...)
5	J. Corte Real (17)	<i>Sucesso...</i> (XIII)	Luís de Melo de Mendonça	E. D.	alto <u>dizendo...</u> / Ouvindo estas palavras (...)
6	D. Couto (60)	<i>Década IV da Ásia</i> (VII, III)	Capitão mouro	E.D.	lhes <u>fez esta breve arenga ...</u> / A todos pareceo bem aquelle conselho (...)
7	L. Sousa Coutinho (3)	<i>Livro primeiro...</i> (I, II)	Capitão mouro	E.I.	<u>inflamando-os...</u>

Anexo 2

CORPUS COHORTATIONUM

Tábua:

Tipo 1 – Arenga dirigida aos comandantes antes da batalha

1. Historiografia
 - 1.1. Arengas navais
 - 1.2. Arengas terrestres
 - 1.2.1. Arengas femininas
2. Épica
 - 2.1. Arengas navais
 - 2.2. Arengas terrestres

Tipo 2 – Arenga dirigida a uma assembleia de tropas (horas ou dias) antes de um combate

1. Historiografia
 - 1.1. Arengas navais
 - 1.2. Arengas terrestres
2. Épica
 - 2.1. Arengas navais
 - 2.2. Arengas terrestres

Tipo 3 – Arenga dirigida a tropas em formação antes da batalha (sem indicação de movimento por parte do capitão)

1. Historiografia
 - 1.1. Arengas navais
 - 1.2. Arengas terrestres
2. Épica
 - 2.1. Arengas terrestres
3. Poesia
 - 3.1. Arengas terrestres

Tipo 4 – Revista de tropas (*epipólesis*) que costuma produzir-se antes da luta, mas também pode ocorrer durante ou depois de uma batalha

1. Historiografia
 - 1.1. Arengas navais
 - 1.2. Arengas terrestres
 - 1.2.1. Arengas femininas

Tipo 5 – Arenga dirigida às tropas durante a batalha

1. Historiografia
 - 1.1. Arengas navais
 - 1.2. Arengas terrestres
 - 1.2.1. Arengas femininas
2. Épica

2.1. Arengas terrestres

Tipo 6 – Arenga dirigida às tropas depois da batalha

1. Historiografia

1.1. Arengas terrestres

2. Poesia

Tipo 7 – Outros tipos de arengas

1. Historiografia

1.1. Arengas navais

1.2. Arengas terrestres

Tipo 1 – Arenga dirigida aos comandantes antes da batalha

1. HISTORIOGRAFIA

1.1. Arengas navais

1. Postero die conspicatus est Novius portus aditum ab hostibus teneri. Navium numerus erat supra centum. Novius ita naves instruxit, ut possent tormentis omnibus uti. Deinde duces admonuit, **omnem salutis spem in eo positam esse, ut non cogerentur ullo modo cominus cum tanta multitudine pugnare; proinde eo ordine curarent tormenta disponi, ut continenter pilae in hostes iacerentur. Si enim ulla fieret intermissio, magnum periculum vitari non posse.** Illi summa vigilantia, quod fuerat imperatum, conficiunt. Fuit hac ratione usque ad occasum Solis magna nostrorum alacritate et contentione dimicatum. Fuere ex hostibus, ut postea compertum fuit, quadringenti atque septem et decem homines occisi, ei complures plumbeis glandibus vulnerati, aliquot naves depressae, cum interim Lusitani nullum incommodum accepissent. Hostes vexillum in pacis signum sustulerunt. Novius fraudem aliquam ab illis comparari suspicatus, belli signum contra sustulit, et praelium redintegrare praecepit.

Jerónimo Osório, *DE REBUS EMMANVELIS REGIS LVSITANIAE INVICTISSIMI VIRTUTE ET AVSPICIO GESTIS LIBRI DVODECIM, Liber II*

1. No outro dia, descortinou João da Nova impedida a barra pelos inimigos. O número dos navios era superior a cem. João da Nova dispôs de sorte a armada que laborasse com toda a artilharia. Em seguida, fez capacitar os capitães singularmente **que toda a esperança do salvamento consistia em não se deixar forçar a combater de perto com tanta multidão; e que delireassem o teor dos tiros de maneira que servissem com aturados pelouros os inimigos. Porquanto por onde parassem os tiros, entraria grandíssimo desbarato.** Desempenharam os capitães com sumo desvelo o que lhes fora incumbido. O que foi causa de se pelejar da nossa parte, com grão denodo e porfia, até ao pôr do sol. Soube-se depois que os inimigos perderam 417 homens, afora muitos mais tocados, de balas e naus desarvoradas, quando nós nenhum prejuízo padecemos. Os inimigos puseram bandeira branca. João da Nova que a suspeitou evitada de fraudulência hasteou a bandeira de guerra, e mandou alegrar a peleja.

2. De como dõ Lourenço foy buscar a grande armada de Calicut, e ouve vista dela.

[...] E aos quinze de Março de mil e quinhêtos e seis andando dõ Lourenço ao longo da costa começou daparecer a frota dos imigos que andava em sua busca, e era de duzentas e oytenta velas e oytenta e quatro naos grossas, e cento e vinte quatro paraós grandes ã que avia mouros e Naires de peleja sã conto, que os mais erã frecheyros, e algũs espõgardeyros, e outros de lâças, espadas e escudos, e todos armados de laudeis de seda, e celadas, e galhardos de coyros de bufaros laurado tudo de seda de cores, e muytos trazião manilhas douro e pedraria, e todas estas velas muyto bem artilhadas de muyto boa artilharia, e como erã tantas como digo. E hião juntas a multidão dos mastos parecia hũa mata muy espessa, e assi fazia sombra. E vendo dom Lourenço esta armada tão grossa entrou logo em conselho com os fidalgos e capitães e outras pessoas principaes de sua armada, em que mostrou a carta que lhe seu pay escrevera em que lhe mandava que pelejasse com os imigos. E sobrisso lhe disse **que se lembrassem de nosso sñor e que de boa vontade se ofrecessem à morte por sua santa fê, pois elle de muyto melhor padecera por os salvar, e que lhes lêbrasse que era aquele hũ dia em**

que sem serẽ rogados lhes devia de lēbrar os muy grandes tormētos que ele padecera por sua salvação, e não por intersse que lhe nisso fosse, senão pera que livrãdoos de seus peccados os â gloria; porisso que ho acõpanhassẽ muyto ledos pera pelejar com aqueles cães de que tivessem por muy certa a vitória, porque nosso señor tinha muyto cuydado dos Christãos, nem avia nũca de sofrer que a sua santa fê fosse abatida. E em quanto ele hia fazēdo esta fala hũ capela seu se subio ao chapiteo da nao, e mostrando hũ crucifixo a todos os da frota dizia pregandolhes **que se lembrassem dos mandamentos de deos, e que ele perdoava de sua parte os peccados a todos aqueles que se arrepēdessem de coração e de tenção de pelejar por sua sãta fê, e dizia: «Ora filhos meus vamos cõtra os imigos de boa võtade com confiança que os avemos de vencer, pois levamos por capitão a nosso señor Iesu Christo crucificado por nossos peccados com ho grade amor que nos tem»**. E ho fervor com que dezia estas palavras, e juntamente a vista do crucifixo comoveo a todos que chorassem com devoção, e que desejassem de morrer naquela batalha por amor de nosso señor e assi lho dizião, e por isso foy assentado que pelejassem cõ os imigos [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. XXV

3. De como ho capitão mor tomou a vila de Curiate e do que mais fez.

[...] E não poderão poderão ir tão caladamēte que não fossem sentidos dos imigos que estavam em vela, e tirarão logo algũs tiros sem fazerẽ nhũ dano aos dos bateis, que tornarão com recado ao capitão mor, e contarãlhe os desembarcadoyros que avia e as trãqueiras que tinham os immigos, e sabido isto por ele descobrio aos capitães, e pessoas do cõselho ho que esperava de fazer ao outro dia dizendo: **«pois sñores estes mouros nos tem dado ho desengano de quererem guerra connosco, rezão sera que lho demos de quam mal aqconselhados forão em não quererẽ paz, e em serem que por sermos poucos se desēbaraçarão de nos em pouco espaço, ho que eu espero em nosso señor que sera ao contrayro, e que pólos rogos do bēavēturado apostolo Santiago vos dará ho esforço que eu sey que vos da nos taes tempos pera que ainda que eles sejião muytos vos sereis os escolhidos. E bem sabeis quanto vay de poucos e boõs a muytos e maos como estes são. E não queyrais mais que serem eles imigos de nosso senhor Jesu Christo, que aveis de crer que nos guiou a esta terra pera destruição de seus habitadores, que como tiranos lha tem ocupada, e brasfemão nela ho seu santo nome, sendo criada por ele pera ser nela louvado, porque nos lho avemos de louvar nola há de ele de dar. Por isso senhores não tardemos mais, e vamos ante manhã coesta fê, e sem temor da artelharia dos immigos, e rõpamos suas tranqueyras, porque eu sey per Antonio do campo e per Afonso lopez da costa que temos boa desēbarcação»**. Ao que todos responderão que assi se fizesse. Assentado isto mandou o capitão mor pubricar pela frota que ao outro dia em amanhecēdo avia de dar no lugar, pera o que se todos aperceberão. [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. LIV

4. De como ho visorey pelejou cõ ho capitão de Dabul e o desbaratou e queymou a cidade.

Surto ho visorey na barra de Dabul, mãdou sõdar ho porto da cidade aquela noyte, e sabida sua disposição, determiniu de dar nela ao outro dia como a maré começasse

dencher. E antes de a cometer estando juntos os capitães da frota e assi fidalgos e pessoas principais dela lhes disse: «**He companheyros muyto necessário que não somête saybão os rumes, que sêdo nos tão poucos e eles tâtos os temos ã tã pouco que os himos buscar; mas que nos temos por tão valentes que posto que himos pelejar coeles não estimamos estoutros; e por isso queria eu com ajuda de nosso senhor e vossa, que tomássemos esta cidade, em que a fora ganhades servir a Deos e a el rey, e alcançar honrra e fazenda, ganhais espantar estes imigos que himos buscar, que certo ficarão muy espantados, sabêdo que sabeis vos que estando eles tão poderosos e soberbos com a morte de meu filho e dos outros, quereis indo os cometer mostrar primeyro vossas forças em outras empresas; pelo qual vos rogo muyto que sintã agora os cães desta cidade em vós tamanho esforço, que essoutros que principalmente himos buscar percão o que tẽ pera nos empecer; e crede que daqui se há de começar nossa vitoria. E depois de nos a nossa artelharia fazer o caminho pera sayrmos, eu por hũa parte e Pêro Barreto pela outra levaremos a dianteyra, e mostraremos aos mouros o que há em nos; e espero em nosso senhor que não ousem de nos agardar**». Isto assentado cada hũ dos capitães se tornou a seu navio, tẽdo os todos embandeirados e apadessados e os bateis de fora. E como a viração começou se fizerão todos a vela e entrarão no rio [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. XCVI

5. Como o viso rey dom Francisco Dalmeйда partio de Cananor com toda sua armada camininho de Dio contra os Rumes: e o que fez té chegar a Dabul.

[...] apercebeo todolos capitães e gente nobre da fróta e foy se com elles ao tanque que tinha a ilha de Anchediua por ser lugar graciôso e espaçoso pera geralmente dar conta a todos da causa daquela ida sua e proporlhe algúas cousas que conuinham a seu propósito. Chegãdos ao qual lugar pôstos em ordem que o podiam bem ouuir, começou de lhe fazer este arazoamento: «**Depois que aprouue a nósso Senhor levar desta vida a dom Lourenço meu filho, duas cousas me perseguem que por páрте da humanidáde sam commúas aos hómens que querem fazer razam e justiça de sy: huma requiere a ley natural do amor paterno que deuo a meu filho, que é desejar de me ver cõ elle lá onde está; e a outra pede o espirito da honra que per módo de justiça deseja de se restituir na posse em que estáua. Ver meu filho, em caminho estou que se aprouer a nósso Senhor que o eu sigua no género de sua mórte grande glória sera pera mim: morreremos ambos por nósso ley, por nósso rey, y por nossa grey, que sam as mais justas e gloriósas causas de morrer que alguem pode desejar. Porque a ley dá glória de martírio; o rey premio de honra galardam em fazenda áqueles que nos succedem na herança; e a grey que é a congregaçam dos nósso parentes amigos e compatriotas a que chamamos republica, celebra nosso nome de geraçam em geraçam té fim do mundo, onde a memória de totalas cousas acaba. Restetuirme eu em honra, desta por minha própria e particular parte nam tenho alguma perdida, mas da muyta que vós outros senhores parentes e amigos nestas partes tendes ganhado, com a espada, com a lança e com o animo que é mais poderoso que todolos ferros; a my por andar em vossa companhia me cabe tanta, que a nam mereço eu ante Deos, posto que per amor parentesco e obrigaçam do cargo que tenho a mereça a cada hum de vós. Porem quanto á parte de tam divida e alta honra como se deve ás insígnias que todos seguimos, e debaixo do favor das quães pelejamos, que sam as bandeiras da melicia de Cristo nosso redemptor, e reães armas da coroa de Portugal; esta me persegue, esta me atormenta e me**

acuda dentro do meu peito, como estímulos de justa vingança, vendo com quanta negligencia minha se passa o tempo sem acodir a esta nova e soberba gente dos Rumes, confiados na potencia do seu Soldam e nas offértas de quem os chama. Os quaes em nossa face, ousaram despregar e estender suas lûas e nome escrito do seu antechristo Mahamed em suas bandeiras, em desprezo da nossa religiam Christaã, e do nome Português tam celebrado per todo o mundo, a quem Deos deu este particular sobre totalas outras nações, defensores da fé e leães ao serviço de seu rey, as quães partes nos professamos nas duas insígnias que seguimos. Por retribuïçam da qual obra, em totalas idades em todolos tempos e em totalas partes da Európa, Africa, e agora nestas de Asia que descobrimos e conquistamos, nos tem dados muy illustres victórias desta bárbara e pérfida gente. E posto que ao presente elles estam gloriosos da morte de meu filho, esta nam se deve a seu esforço, mas ao desastre que todos sabes, ou por melhor dizer a meus peccádos e nam ao deffalecimento do animo daquelles que o acompanharam naquelle perigo. E se a culpa do meu peccado o matou, e a sua morte foy causa de nos todos nos ajuntarmos pera ir apagar esta faisca infernal que se quer ascender nesta terra por nos ganhada; bem aventurada seja a minha culpa que mereceo tal ajuntamento, tal vontade, tal amor e tal fervor de vingança como vejo em todos pera ir pugnar pella honra de seu Deos, de seu rey, e de seu nome, e finalmente pera ir derramar o sangue daquelles que derramaram o vosso e dos vossos per parentesco per natureza e per congregaçam de fé. E é verdade e Deos é testemunha della, que se no instante em que soube ser esta gente entrada logo nam acudy com a espada na mão do zelo que se deve á honra de Deos, eu leixey de o fazer temendo que se dissesse que obrava mais em mÿ a dor de minha própria chaga, que as abertas e por curar daquelles que naquelle conflito e trabalho por sua cavalaria e defensam de sua causa as recebêram; e que sem ter consideraçam dos apercebimentos e tempo que se requêre pera estas cousas (a qual convem aos homeês que tem este meu cargo) somente com o ímpeto da primeira dor da nova que ouve da morte de meu filho vos queria ir offerecer no lugar do seu sacrificio. Assy que fogindo infamia de piadóso pay acerca dos homeês, ãte Deos tenho encorrido em culpa de negligente; pois nas cousas de sua honrra, quis tomar cautélla de esperar saude de gente, cópia de armas de náos e munições, sendo o seu favor totalas cousas áquelles que por elle melitam. Però como nos outros os homeês que somos fracos acerca da honra, tememos mais a língua do mundo que a mão de Deos que é piedosa nos táes castigos, dissimuley té ora esta obra que imos fazer; em que louvado elle alem de o termos, temos já náos, temos armas, grande cópia de munições, e sobretudo temos por cõpanheiros esta fidalguia e nobreza de gente que ora vem fresca do reino; e o que eu mais estimo, é que cada hũ tem a sy mesmo, com vivo desejo pera totalmente apagar este nome de Rumes da boca dos mouros e gentio da India, com que nos querem afrontar. Assy que neste caso por parte de favor de Deos e da gloria que a ca hũ de nós compete no cometimento deste feito, eu nam tenho mais que dizer, somente que minha tençam e de caminho (se a todos bem parecer) dar hũ almoço a esta gente manceba que ora vem fresca do reino, pera levarem suas espadas cevadas do sangue destes mouros da Asia, pois em os de Africa que tem por vezinha que é a escola de sua esgrima e leite de sua criaçam sempre andam cevadas. E este almoço queria que fosse em a cidade Dabul que é do Sabayo senhor de Goa, por elle mandar sobre sobre a fortaleza que tevémos nesta ilha de Anchediva, que por seu caso se deffez; e tãbem por elle ser hũ daquelles que chamarã os Rumes, e lhe dã a colheita de seus portos. E é verdade que eu nesta sua cidade de Goa que aquy temos por vezinha quisera sair, mas duas causas moveram

cidade está metida muyto dentro pelo rio e elle nam tem fundo pera que nossas náos possam sobir tanto acima, e a segunda porque Dabul nam tem este sitio tam trabalhoso de entrar, e mais é já tã vezinha donde estão os Rumes e de Melique Az seu óspede, e Goa tam longe delles que a victória que nos Deos desse na tomada della nam lhe quebraria tanto os corações como será a de Dabul, por ser na face delles. Depois que em boa ora tornarmos com victória destes estrangeiros que ora imos buscar, entam com ajuda de nosso senhor tempo nos fica pera aver outros destes naturaes que temos mais vezinhos». Acabando o viso rey de propor estas cousas, assy como todos estávã em hũ quieto silencio cõ a tençam de o ouvir, assy foy celebrado o seu arazoamento em louvor daquelle feito; acrescentando ainda muyto mais cousas, assy do cometer os Rumes dentro em Dio como em dar primeiro na cidade de Dabul, e no alvorço que o viso rey vio que todos geralmente mostravam, deu o feito por acabado. [...]

João de Barros, *Década II, Ásia*, Liv. III, Cap. III

6. Da falsa mensagem que o Çamorym mandou ao capitão mor, e da reposta que lhe mandou, e como os nossos se aperceberão pera o combate que esperavão.

Então o Capitão mor falou com o feitor, e Capitães, e pessoas honradas o aviso que tinha do combate que ordenava dar, dizendo a todos **que era o derradeiro que o Çamorym daria á estacada, por quanto as chuvas já erão geraes de Inverno, com que as terras havião de ser cubertas d'agoa dos rios, onde então somente ficaria a guerra de paraos polos rios, se os elle quisesse mandar, com que muyto folgaria; que por tanto o mor descanso que tinha era saber certo que o Çamorym nom havia de mudar seu caminho pera outra parte, senão se fosse tornarse pera Calecut, o que elle nom havia de fazer, senão se o levassem morto ou de todo destruido, o que elle assi o esperava na misericórdia de Nosso Senhor, que tanta mercê lhe faria, que os ajudaria como assi fosse, que polo muyto mal que lhe farião, o Çamorym com muyta perda de sua gente, e dehonra, se tornasse por onde viera, ficando salvo o Reyno de Cochym, per elles defendido a hum tão poderoso imigo com tanta multidão de gente, sendo elles tão piucos, e tão poderosos que lhe tanto mal fizerão, com que pera sempre a elles ficava tamanha honra, pera suas gerações, de tamanho serviço como fazião a ElRey de Portugal Senhor de todos; que por tanto a todos pedia, de grande mercê, que todos trabalhassem, e cada hum por si só fizesse como quem era só no encargo, todos se encomendando a Nosso Senhor que os ajudasse como até aqui tinha feito, e ficassem com descanso, e tamanha honra. Ao que todos responderão com palavras de verdadeiros Portuguezes.**

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo I «Duarte Pacheco, capitão do mar, ano de 1504», Cap. XVI

7. Como 'armada partio de Mascate, e o que fez no caminho antes de chegar á cidade d'Ormuz, que assentou em paz o porto de Soar e destruiu o porto d'Orfação, e se foy a Ormuz.

O Capitão mór se fez á vela caminho direito a Ormuz, porque neste lugar hum dos pilotos de Melinde falou com hum dos cativos, que avia dez dias que viera d'Ormuz, que lhe contou que em Ormuz avia muyta gente, e grande aprecebimento de guerra, e muito mais no mar, em que estavam muytas e muy grandes naos, com muyta gente e artelharia, que se atrevião a desbaratar a nossa armada, que já sabião quanta gente levava. Ysto contado ao Capitão mór, elle falou com o mouro, que lhe deu de tudo

muyta enformação e assy foy seu caminho, e porque lhe acalmou o vento os pilotos Mouros fizerão surgir, porque a corrente d'agoa os nem levasse a terra e estiuerão surtos toda a noite, e ao outro dia até tarde porque nom tinhamo vento. Em quanto assy estavam, o Capitão mór pôs bandeira, e vierão os Capitães, com que sempre vinhão homens fidalgos, que trazião em sua companhia. E assentado com todos na tolda, lhe **disse que tinha sabido que Ormuz estavaa com grande medo, e chamára muyta gente a secorro, e estauão fortes, e com as ruas tapadas, e que todo seu esforço e confiança era nas muy naos que tinhamo no porto, muy grandes e armadas, e com muyta gente, que se atreuião a desbaratar nossa armada; e que toda sua fortaleza e confiança era nesta guerra que esperava fazer no mar; de que elle estava tão lédo e contente, que os chamou pera lhe dar tão boas novas, porque com a esperança em Nosso Senhor nom estimaria pelejar com cem naos de Mouros, as mais poderosas que ouvesse em toda a India, e tinha muyta confiança na misericórdia de Nosso Senhor todas avia de queimar diante dos olhos d'El-Rey d'Ormuz, com muyta mortindade de Mouros, com que logo as esperanças que tinhamo no seu Mafamede ficassem mortas com suas orações com que Deos por sua misericordiia lhe daria inteira victória; polo que a todos pedia por mercê que com muyta vontade em Deos emprendessem este trabalho, que seria o cabo de todos, porque sendo senhores do mar farião á cidade quanta guerra quigessem; e nysto mostrassem muy prazer, e esforço, porque as gentes que pelejão nom tem mais alma que os esforços dos Capitães.** A todos pareceo bem o arzeoamento do Capitão mór mas aquelles que tinhamo odio lhe consentia o coração ouvir cousas boas, e Manuel Teles, que por ser mancebo era mais presuntuoso, lhe disse: «Senhor, tudo assy está bem. Mas que esforço se póde dar ás gentes na guerra de que se nom espera mais bem, nem proueito, que trabalhos; e tendo já tantos passados, e todos estão com as mãos vazias?» O Capitão mór se muyto indinou, e lhe respondeo: «E pois ysso assy o dizeys, assy o deueys ter no coração; e porém tal nom devieys falar, pois vós tendes as mãos cheas, melhor que quantos aquy estão. E portanto vos requeiro da parte d'ElRey nosso Senhor, que se Sua Alteza nom quereys servir, que me nom façaes estrouo; e se andaes enfadado que por aqui nom ha boas prezas, largai a nao, que eu meterey nela pessoa que lhe nom avorrecerá tanto o seruiço d'ElRey, em que ando com toda' a vontade d'alma, e nom queria que ninguem andasse por força.» E se alevantou e mandou fazer vela, porque já vinha o vento, e os Capitães se tornarão a suas naus, e forão seu caminho

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, «Terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada que partiu do Reino sem capitão-mor. Ano de 507.» Cap. IV

8. Como despachando as naos pera o Reyno, o Visorey se partio de Cananor com sua armada pera Dio, e deu em Dabul, que destroio, e outras cousas que fez no caminho até chegar á barra de Dio, onde ordenou o modo como avia de dar batalha aos Rumes.

Polo que o Visorey pôs bandeira na quadra, e mandou o bargantym chamar os mestres e pilotos que todos vierão, com os Capitães e fidalgos, que todos forão chamados do Visorey. Antre todos assentado na tolda, o Visorey a todos lhe **fez esta fala**: «**Senhores cavalleiros, e fidalgos, meus bons amigos, nós somos aquy chegados com o querer de Nosso Senhor, elle seja muyto louvado, e partimos de Cochym em busca d'estes infieis e imigos de sua sancta fé, que temos ante os olhos, e aquy está a minha alma muy trespassada de dor, vendo que estes são os que matarão meu filho, que outro me nom ficou; e Nosso Senhor sabe se averá por seu seruiço que eu o vá ver na gloria, onde está, e vão, e hiremos, os que morrermos por sua sancta fé, servindo**

nosso Rey e senhor. E tomey atrevimento a vir buscar estes imigos na confiança da misericórdia de Nosso senhor, e favor e ajuda de vossas honradas pessoas, como quem sois, zelosos no amor de Deos, por vossa ley, e por vosso Rey; e com a piedade que do mym avereys, orfão sem filho, me ajudareys, e fareys o que Nosso Senhor vos ajudar. E porque eu sou o mais culpado neste trabalho, polo que me tanto toca, vos peço, muyto por mercê, que me outorgueys a dianteira no abalroar com a capitania dos Rumes, porque nom seja eu o somenos no trabalho, pois serey o maior no proveito, na vingança que peço á misericórdia de Nosso Senhor com estas palavras, alevantando as mãos a Deos, com lagrimas nos olhos. E outorgandome esta mercê, que com tanta razão vos peço, então ordenaremos o que cada hum fará, como melhor a todos parecer». Sendo per todos ouvido o que o Visorey dissera, huns a outros se reportarão que falassem, por acatamento dos mais velhos; e porque Nuno de Castello Branco era mais que todos, lhe todos pedirão que falasse. Polo que então se alevantou com o barrete na mão, o que lhe o Visorey nem consentio, e o fez assentar em seu lugar, o qual lhe disse: «Senhor, todos aquy somos vindos pera trabalharmos até morrer em todo o que de nós ordenardes pera o serviço de Deos, e d'ElRey nosso senhor, pera o que estamos muy prestes, em quanto as vidas tivermos nos corpos, e esto com tanta vontade, como se o vosso coração estivesse dentro em cada hum de nós; sómente a dianteira que pedís he a semrazão que nos fazeys, porque vossa pessoa he o thesouro de nossas forças, e fortaleza de nossa segurança, e por tanto nom se ha de pôr em tal risco, porque indaque sejamos vencidos, a vossa pessoa viva todos seremos salvos, e restaurados: e por tanto, senhor, tudo se faça o que mandardes, nom hindo Vossa Senhoria na dianteira, nem abalroar nenhuma nao dos imigos.» Todos forão muy contentes do que falára Nuno Vaz. Então, praticando todos, assentarão a ordem de como avião de pelejar, e foy assentado que o Visorey em sua nao For de la Mar tomasse a boca do rio no meo da barra, pera que nom consentisse sayr nada de dentro, nem entrar de fóra, repartindo toda' gente da nao polos outros navios, cada hum onde lh'aprouvesse, e sómente ficassem na nao vinte homens do mar, que fizessem dar á bomba, e ajudar á artelharia, corenta mouros com bragas rodeados, (porque sempre a nao dava a duas bombas) e oito criados do Visorey, que com elle estivessem pera o que elle mandasse, e todos os Portuguezes com as espadas nuas nas mãos pera matarem os bragas, se fizessem algum alvoroço, ou nom quisessem trabalhar; e vinte bombardeiros, com vinte escravos de soldo que os ajudassem. E assentarão que Nuno Vaz, e Jorge de Mello, ambos juntos abalroassem a capitaina dos Rumes, e fossem os primeyros na dianteira, e Pero Barrete, e Francisco de Tavora, Garcia de Sousa, Manuel Teles, Antonio do Campo, Dom Antonio, abalroassem por onde podessem:[...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.» Cap. III

9. Como os nossos estando envernando no rio de Goa com muita fome e sede, o Governador foy dar com sua gente no castello de Pangim, e o tomou com matar muytos mouros; e todo o mais que passou até se sayr do rio.

[...] o Governador nom tinha repouso nem de noite nem de dia, pólo que ajuntou os capitães e fidalgos e ouve com eles practica que fossem tomar o castello de Pangim, porque lhes fazia tanto mal, e também que n'elle tomarião os mantimentos que tinham os mouros pera seu comer, que erão muytos. Os capitães, vendo que o Governador ysto dizia com muyta vontade, e era tanto bem fazerse, elles, como andavão danados contra o Governador, por lhe queimarem o sangue forão contra yssos, e huns antre outros

moverão muytos debates porque se nom fizesse; o que o Governador entendeo bem suas tenções, e os deixou debater quanto quizerão, todos assentando que se nom fizesse. O Governador muy agastado, lhe respondeo: «**Senhores, pois esses são vossos pareceres, elles nom são bons, e vossas tenções são muyto piores, e bem endendeys que vos entendo. Eu são vosso Governador. A Deos prezando, eu hirey amanhecer na praia de Pangim com a bandeyra real d’El-Rey nosso senhor. Quando me embarçar mandarey tanger huma trombetinha de Timoja; e vá quem quiser, e fique quem quiser**». Ao que responderão que hirião com elle, mas o erro ou acerto fosse seu; com que todos se forão a suas naos fazer prestes.[...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, «Afonso de Albuquerque, segundo governador»
Cap. XVI

10. E o Governador pôs sua bandeyra na quadra, a que logo vierão os capitães, e fidalgos e gente d’armada, e o Governador na tolda da nao se queixou muyto com todos, dizendo que pois virão o grande alvoroço e união que fizerão os trédores que tinha presos, que se alevantarão com bandeyra contra o seu Governador, que he imagem d’El-Rey, cujos vassallos erão, e obrigados como fiés Portuguezes a morrer por seu serviço e estado, porque nom acodião todos com suas armas em favor de sua bandeyra real? Que de todos se muyto queixaria a El-Rey; ao que nenhum lhe ousou de responder palavra de escusa, somente pedir que lhe perdoasse seu erro de nom acodir, que fora causado de muyta torvação e união que avia em toda’ armada.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, «Afonso de Albuquerque, segundo governador», Cap. XVI

11. Como o Governador em Angediva tomou conselho secreto com os capitães e fidalgos sobre o feito de Goa, e o que assentou, com que se pertio e entrou no rio de Goa, e o que fez hindo determinado a somente queimar a ribeira e arrabaldes, e a Nosso Senhor, por sua misericordia, aprouve que a cidade foy tomada.

Afonso d’Albuquerque, Governador, depois que Timoja lhe disse a muyta gente que estava em Goa, nom tinha nenhum repouso no coração, de dia e de noite maginando no feito de Goa; e assentando com o Timoja que mandasse por terra quatro mil homens de guerra, que o Rey de Garçopa lhe ajuntou escolhidos, chegando a Angediva, com toda’armada, fez conselho com todos os capitães, e fidalgos que erão pera yssó, em que elle propôs a practica, dizendo:

«**Nobres senhores, bem sabeys todo o feito de Goa passado, que fomos em posse d’ella, e com forçada necessidade a tornámos a largar, pola multidão dos mouros contra que nom pudemos resistir; mas o Hidalcão se gloriando, e os mouros, dirão por todas as partes que nola tomarão por força dármas; a qual soberba muyto compre ao estado d’El-Rey nosso senhor que nós quebrantemos, porque seus opiniões nom creção contra nós, que nos darão muyto trabalho se virem que nom podemos com elles, e nosso credito, que atéquy temos ganhado, ficaria em muyta falta. O que todo maginando o muyto que compria nom passar embalde o começo que temos feito em Goa, mas antes o acabar, e tornarmos a tomar á força de sangue e fogo, por yssó, por exalçamento da fé de Christo e estado d’El-Rey nosso senhor, e porque nosso credito nom desfaleça, antes se acrescente, ajuntemy esta armada com vossas mercês, em que está todo o poder que a presente se póde ajuntar; o que fiz com tenção de todo gastar neste feito de Goa, per tal**

modo que segura e certa nos ficasse nas mãos, porque assy nom sendo, ficaríamos tão danados, que as pedras se alevantarião contra nós.

Mas agora tenho sabido certo que Goa está tão possante de gente que será trabalho embalde tal cousa cometer, porque a cidade he forte, como sabeys, determinados a morrer em sua defensão, e nom somos ametade dos que aviamos de ser pera cometer esta cousa; o que muyto tenho maginado na fantasia, e me muyto lembra que hum morto, deitado em huma cova, há mester dous pera o tirar, e se estiver vivo, eno quiser sayr fora, averá mester seis pera o tirar. Pois estes estão vivos, e m sua cova, e aviamos de ser muytos pera os tirar; e tambem vejo que estamos aquy á sua vista, e sabem que viemos com proposito de os hir buscar, e se lá nom fossemos, e d'aquy fizessemos outro caminho, tão soberbos ficarão que quererião hir após nós, dizendo que himos fogindo. Pólo que, antre tão videntes inconvenientes, o remedio que sinto melhor de todos, quanto a meu entender, aquy a vossas mercês o apresentarey, porque com o parecer e vontade de todos façamos o que Nosso Senhor nos der a entender, porque esse será seu santo serviço.

Digo que com toda boa ordem entremos o rio de Goa com toda'armada, e vamos sorgir ao valle de Banganim, em que mostraremos que nom himos buscar a cidade e em terra desembarcamos, e queimaremos as naos e a ribeira, e faremos todo o mal que pudermos nos arrabaldes, e nos tornaremos a embarcar sem mais entendermos com a cidade, e nos tornaremos a partir e hir a Cambaya, em modo que entendão os mouros que nom fomos a outra cousa mais que queimar sua armada, que esta me parece a melhor dissimulação que podemos ter n'esta cousa. Ao que agora vossas mercês dêem a determinação que melhor parecer, que logo ponhamos por obra, porque se nom perqua o tempo».

A todos pareceo muyto bem todo'arreoamento do Governador, e muyto aprovarão sua determinação, e foy per todos assentado que assy se fizesse, somente queimar a ribeira e arravaldes, se pudessem, e sem entender na cidade se tornassem a sahir, e hir a Cambaya assentar as pazes. [...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, «Armada de Gonçalo de Sequeira. Ano 1510»
Cap. XIX

12. Como o Governador com sua armada chegou á cidade de Malaca; e mensagens de concertos que lhe o Rey mandou; o que nada concordio, e combateo a cidade.

[...] O Governador recolhido ás caravellas com trinta feridos, e catorze mortos das frechas da peçonha, que como aventava sangue nom avia cura, os capitães reprenderão ao Governador porque nom seguio a vitoria n'este dia, e sobre yssou ouverão pratica, mas o Governador, dando a todos muytos louvores, lhe disse: «Senhores, bem vejo a vontade de vossos corações e obras de vossas mãos, tão dinos de grandes merecimentos. Muyto vos peço por mercê que sofraes, e vamos com esta cousa de pouso em pouso, porque he muy grande pera logo arrematar, que somos poucos, e temos muytos contrários. Tenhamos confiança na paixão de Nosso Senhor, que por sua misericordia, nos dará esta cidade em nossas mãos, se elle o ouver por seu santo serviço. e eu queria que fosse o mais barato, que ser pudesse, do sangue dos Portuguezes». Com a qual resposta todos ficarão satisfeitos e contentes, e cayndo na boa rezão.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. II, «Armada de Garcia de Noronha. Ano 1511»
Cap. XXVII

13. De como Lopo Vaz de Sampayo foy feito Governador, na audência de Pêro de Mascarenhas, proveo as capitánias de varias fortalezas, desbaratou os mouros no rio de Bacanor, e se foy envernar a Ormuz.

[...] Ao outro dia o Governador falou com os capitães todo o que vira aos mouros, e lhe dizendo que nom avia d'aver mais trabalho que em cometer, mas que entrando as estacadas, dando nas estancias dos mouros, tudo logo seria acabado, com ajuda de Nosso Senhor. Mas todavia foy contrariado de muytos que nom cometesse o rio, porque estava certo lhe matarem muyta gente; que abastava lhe tapar a barra e ficarem os mouros ençarrados até o Inverno, em que faria tanta perda; mas o Governador, que entendia suas falsas vontades, com muyta dessimulação lhes respondeo: **«Depois que a Índia he descuberta nunca os Governadores, nem capitães que n'ella andarão, nom duvidarão cometer os feitos trabalhosos pera acrescentar o estado da Índia. E pois ysto assy he, má conta daremsó nós estarmos aquy tantos, com hum novo Governador de que ElRey confiou seu estado, e passarmos de longo, e deixarmos aquy nossos imigos, com medo de suas tranqueiras; com que todos ficaremos desonrados. E pólo que compre ao serviço d'ElRey nosso senhor, vossas mercês, os que quiserem hir comigo, se fação prestes com seus bates e catures, com arrombadas e gente prestes, porque sem duvida nós avemos de vencer estes nossos imigos, que aquy estão tão soberbos, que nom está em rezão d'homens que os deixemos e vamos folgar pólo mar feitos calaceiros»**. Ao que nom ouve nenhum que ysto lhe contrariasse, por nom ficar falto de sua honra. E logo se ordenarão pera hir na dianteyra, Manuel de Brito e Payo Rodrigues d'Araujo, e dom Vasco de Lima, Christovão de Sousa, António da Silveira, Manuel de Macedo, todos em bates grandes, com mantas, e meos cameletes e falcões, com arrombadas d'estrens; e o Governador em hum catur, e toda a outra gente, que erão quasi mil homens, nos bates e catures e fustas.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. III, «Lopo Vaz de Sampayo. Governador Provisório», Cap. I

14. Lopo Vaz manda António de Miranda com armada ao Estreito, e provê varias capitánias. Cativa dom João d'Eça a China Cotiale. O Governador desbarata os mouros em Bacanor e se congraça com Heytor da Silveira. Manuel da Gama alimpa de cossairos a costa de Paleacate. Desastre da armada de João Froles. As tyrannias de Diogo de Mello obrigão o Governador a hir a Ormuz.

[...] Chegado o Governador mandou o seu piloto e mestre que fossem ver a barra e o rio, a que foy a nado hum canarym christão, que vio tudo e contou ao Governador como tudo estava; o que ouvido dos capitães e fidalgos, alguns lhe forão á mão, dizendo que nom levava tamanho poder como compria pera entrar o rio; que receberia muyto dano. O Governador respondeo: «Pois que he o que parece a vossas mercês?» Todos disserão que nom entrasse o rio. Do que o Governador ouve paixão, parendolhe que alguns lhe querião roubar sua honra, e lhe respondeo: **«E nom será milho ally morrermos todos quantos aquy estamos, que mostrar tanta judaria, que nos fossemos d'aquy e ficassem estes mouros tão gloriosos que dixessem que lhe ouve medo o Governador da Índia, que com toda sua gente nom ousou d'entrar a pelejar com elles? E porque eu antes hey de perder a vida, e que ElRey me corte a cabeça, que por mim receber nenhuma perda d'honra o estado d'ElRey nosso senhor, e por tanto nom há que fazer, senão que hey de hir a terra a fazer esta doudice, e os sesudos fiquem**

gardando a armada». Polo que de noite se meteo com tres homens em hum catur com o piloto, e foy ver tudo, e tomar agoa da barra. [...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. III, «Lenda do que fez Lopo Vaz de Sampaio depois que foy julgado por Governador» Cap. I

15. Da rezão por que soltão Badur mandou pedir ao governador Nuno da Cunha que se visse com elle. E da grande armada que se chamou das vistas, com que o Governador partio pera Dyo. E do desafio que ouve antre Manoel de Macedo, e o Rumecan, de tantos, por tantos.

E assi muito custosamente ataviados se embarcarão em hũa galeota rija e forte, que pêra isto escolherão, guarnecida com seu toldo de seda, e de fermosas bandeiras de cores, com charamelas, e outros instramentos de alegria, e forão salvar o galeão do Governador, e entrarão n'elle a lhes dar sua vista. O Governador os saiu a reveber fora da tolda, abraçando a todos mûy alegre, folgando de os ver tão gentis homens, e acompanhandoos a te o bordo do galeão, ao despedir lhes disse: «**Senhores fidalgos e cavaleiros, eu não tenho que vos lembrar, mas só vos lembro que ides pelear por honra de nossa nação: a vitoria está certa, va Deos convosco**». Embarcados na galeota forãose por no posto a esperar os imigos.

Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, , Lv. VIII, Cp. VIII

16. Do que aconteceu a Luiz Figueira no Estreito do mar Roxo; e de como encontrou o Turco Cofár com as suas galeotas; e de como de desconfiado investiu a Capitania; e de como foi morto, e o seu navio tomado.

[...] E havendo sinco, ou seis dias que alli estava Luiz Figueira, veio o Cafár demandallo com as suas sinco galeotas, (porque algumas gelvas lhe deram rebate dos nossos navios). E havendo vista delles, mandou huma galeota que rodeasse a Ilha pela outra banda, porque se lhe não fossem os nossos navios por lá, e elle os foi demandar, afastando-se das restingas que alli havia. Luiz Figueira tanto que vio as galeotas, chamou a si os navios, que também eram quatro, e disse a seus Capitães: «**Senhores, este he o dia, em que podemos mostrar o esforço, e valor Portuguez, e ganharmos huma muito grande honra; commetamos aquelle inimigo, que eu confio em Deos que nos há de dar vitoria delle**». E pondo-se logo em armas sem esperar resposta, tomou o remo na mão, e foi demandar as galeotas; e como homem que andava desconfiado, endireitou com a de Cofár, que vinha diante; e dando-lhe uma surriada de arcabuzaria, e de artilharia, a investio pela proa [...]

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IX, Cap. III

17. De como foy por capitão mor da segunda armada da Índia João da Nova.

[...] E ao outro dia dezaseys de Dezembro amanheceo a baya de Cananor cercada da armada del rey de Calicut, que era de cento e tantas velas assi naos como paraós tudo cheo de mouros bem apercebidos, de frechas, de lanças, e despadas e de muytos arremessos. João da Nova tanto que vio esta armada, chamou logo os capitães e disselhes: «**se os mouros nos aferrão segundo sam muytos e nos poucos, não temos salvação; e pera nos salvarmos he necessário com esperança em nosso senhor resistir-lhes com a artelharia que nos não cheguem, por isso senhores tende cuydado, e ponhamos as naos hũas a par das outras em proporção que todas**

juntamente possam jogar com sua artelharía»; o que logo foy feyto. E nisto começa a nossa artelharía de desparar com hum bravo estrondo cubrindo tudo de fumo, e desaparelhando, e espedaçando muytos navios dos mouros e metendo outros no fundo, e matando em todos muyta gente, o que os mouros não podião fazer aos Portugueses por não terem artelharía, e toda a sua peleja era com frechadas com que perfiavão dêtrar.

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. XLIII

18. De como ho visorey pelejou na vila de Panane cõ muytos mouros, e os desbaratou elhe tomou a artelharía que tinhamo.

[...] E chegados a Panane que foy hũa tarde dous dias depois que partirão de Cochim, e surtos na boca da barra, em anoitecêdo chamou o viso rey a conselho, que foy na galé de Diogo pirez onde hia. E ali veo Tristão da cunha, que hia na de Payo de Sousa. E juntos todos os do conselho, ho viso rey lhes disse: «**Poys senhores trazemos determinado de pelejar com os immigos; peçovos muyto que vos lembre que pelejays pela fe de nosso senhor Iesu Christo, e que tenhais confiança nele que vos dara vitoria, como vola deu em outras batalhas em que vêcestes a estes cães seus imigos e vossos; e que vos lembre que neste lugar estâ agora toda sua salvação; e porisso nela como em colheita muy segura recolherão suas riquezas; e assi como vos sempre esforçastes vos deveis de esforçar pera os destruir, e não ho fazendo assi dareis lugar a que se escureça a muyto grande fama que têdes ganhada nas notaveis façanhas que ate agora tendes feytas. E porque saybais pera onde aveys dhir, querovos mostrar ho lugar tirado pelo natural como ho eu mandey tirar pera que ho visseys».** E dizêdo isto mostrouho em hũ papel onde estava pintado assi como estava fortalecido; [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. LXV

19. De como ho visorey e Mirocem capitão mor do soldão se aperceberão pera se darem batalha ao outro día.

Que também surgio com acalmar ho terreno pera esperar pela viração; e neste espaço se afirma mais que que ele chamou a cõselho pera ordenar como avia de ser a peleja com os turcos; e vindos lhes disse: «**Louvado seja nosso senhor pera sempre que me deyxou ver este dia, que podeis crer meus cõpanheiros que depois da destricã da nao em que se acabou a vida de meu filho, nunca por mĩ foy outra cousa mays desejada; e pois este desejo ouve efeito, espero em deos nosso seõor que por sua misericórdia, e pelos merecimêtos de sua gloriosa madre, em cujo dia me quis mostrar esta cidade, nos dé vitoria contra estes cães imigos de sua sancta fê, por cujo exalçamento primeiramête arriscamos nossas vidas, e despoys pola honrra e estado de nosso rey, e pera vîgarmos a morte de meu filho, o qual vos peço que vos não esqueça que de hũa vez com oyto navios desbaratou a Mirocem com toda sua frota, em que avia tanta gente como sabeys; e outra com sua não somente fez tamanha destruyçã na frota dos rumes como tendes sabido; e assi na de Meliquiaz, e que mais se perdeo pelo que mereci a Deos, que por valentia dos imigos; os quais posto que então fossem menos assi passamos nos agora do dobro dos que meu filho tinha. E tambem há muyta deferença de cometer e ser cometido; e mais cometermos aos questavão pera nos yr cometer, que sô isto abastara pera lhes quebrar os spiritos com a vitoria que trazemos de Dabul. E pois ha tâtas causas pera esperarmos a destes, rezão temos pera confiarmos em nosso senhor que nola**

dara. E crede que em vencer estes vencemos toda a Índia, porque toda ela tem sua esperança nestes, e eu espero de ser ho primeiro que va aferrar sua capitaina». Ao que todos responderão que não vinha ali nenhũ que não desejasse muyto de ho tirar daquele trabalho, nem partira de Cochim com outro desejo se nã dabalrroar cõ os rumes, e que assi se fizesse tão que viesse a viração e não perdessem mais tẽpo. [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. XCIX

20. De como ho governador disse a seus capitães que avia dir a Adẽ; e de como se partio.

[...] E porque ele sabia camanha cousa era Adem, e quão prestes tinha ho socorro, quis ir dali determinado no modo como avia de ter no combate, porque pouco mais ou menos tinha enformação do sitio Dadẽ; e ajũtando seus capitães, lhes disse: **«Todos señores sabeis que em muyto mor medo põe o perigo que se não espera, que aquele pera que homem vay apercebido. Isto digo a proposito da cidade Dadem que himos cometer, do que seus moradores estarão bem descuydados, porque de lhes parecer que na Índia teremos muita ocupação, estarão descuydados da nossa ida; equãto menos apercebidos estiverem parela, tanto mayor espanto terão de nossa chegada, que como louvado seja nosso señor tem nova de quanto nos ajuda na Índia, hão de crer que pois os himos buscar, que avemos de fazer a eles o que fizemos a outros. E coeste credito muyto mayor medo nos hão daver se os cometemos em chegada do que averão se ho dilatarmos, porque avẽdo dilação pode ser que entrarão em si, e conhecerão que sam homẽs, e que tẽ armas offensivas e defensivas, e quererão provar dita, e mais tendo ho socorro tão perto que lhe não tardara nada. E por isso não avendo algũ impedimento que nolo impida, logo em chegando lhe ponhamos as mãos, ou polas portas com vay e vês se as fecharem, ou polos muros a escala vista».** E assentado isto se partio, e em saindo de çacotorã, lhe deu hũ temporal de vêto sul e susueste muy grande, em tão que as nossas naos cõ a força dele perderão os catures que levavão por popa [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. CIII

21. De como ho governador surgio no porto Dadẽ, e se apercebeo pera a combater.

[...] E entendendo ho governador por esta carta que avia de tomar a cidade por força, chamou a cõselho os capitães da frota somẽte, e disselhes: **«Pois nosso senhor por sua piedade nos quis fazer tamanha merce, que fossemos os primeyros Portugueses que cometamos esta cidade, rezão he que confiados em sua misericórdia nos esforcemos e façamos de maneyra que se não possa dizer por nos, que se outros vierão ho fizerão melhor, e se assi ho fizermos vingaremos as brasfemias que estes perros offendem a magestade divina, e ganharemos fama, e aquiriremos proveito com tão boõ serviço, como sera ganhar hũa cidade tão populosa, escala de toda a navegação dos mouros do mar roxo, e chave de toda a fortaleza do estreyto, que tomada tira toda a esperança ao Soldão de mandar armadas aa Índia, e anos de todos os sobre saltos em que nos põe cada dia a vinda dos rumes, e tirara a esperança dela aos mouros da Índia, e acabarão de se entregar por vassalos del rey meu senhor, no que receberemos grande descanso com ficar livres do trabalho da guerra; e pois acabada esta que temos antre as mãos se acaba pera nos tanta fadiga, posto que agora a levemos cõ pelejar não nos pareça se não descanso pois coela ho alcançamos; e toda nossa vitoria consiste ã pelejarmos também que**

ganhemos a porta da serra, e se a não ganharmos não fazemos nada, porque como somos poucos, e ho socorro dos immigos esta certo ser muyto endemasia, tendo esta porta por sua tornarão a entrar facilmente, e por força nos hão de fazer recolher aas naos, e se lhe tomamos esta porta por mais que venhão levemente lhe defenderemos a entrada pola fortaleza do lugar por onde há de ser. Por isso senhores vos peço muyto que isto leveis na memoria, depois de vos lembrar que pelejais por amor de nosso senhor». Todos responderão que assi ho farião, e que com sua ajuda esperavão de poder acabar aquele feyto, e que do mais tinham confiança em sua piedade que proveria tudo como era necessario. E ali se assentou que a cidade fosse cometida pela banda do mar [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. CV

22. De como Antonio correa depois de chegar de Malaca foy sobre a tranqueyra do Pago e a desbaratou e fez fugir os immigos.

[...] E entrado Antonio correa por este rio que he todo em voltas foy por ele ate a trãqueyra dos immigos e surgio na derradeyra volta detrás de hũa ponta ondestava seguro de sua artilharia, e ficava tão perto da tranqueyra que ouvia ho tã da fala dos immigos, e de noyte mandou espiata tranqueyra por hũ Iorge mesurado feytor da sua não que sabia bem a língua malaya, e foy em hũ balanço que se rema de pangayo, e por isso não levava mais que hũ soo remeiro, pelo que não foy sentido nem visto com a grande sombra do arvoredo. E chegando á tranqueyra ouvios falar hũs cõ os outros, e dizião que estevessem prestes porque os franges estavam á porta; e passado ho quattrto da modorra tornou com recado a Antonio correa a que contou o que ouvira, e que no rumor da gête parecia que era muyta. Antonio correa chamou logo a conselho, e os capitães da armada e pessoas principaes dela; e depois de lhes contar o que lhe Jorge mesurado dissera, disselhes: **«Se nesta guerra senhores foreys tão novos como eu sou, e eu tão antigo como vos, parecerame que era necessario esforçavos pera esta batalha; mas pois eu que sou novo nela estou esforçado com a confiãça que tenho em nosso senhor, e por vos ter em minha companhia, que fareis vos que quasi tendes de juro vencer a estes mouros, e vos mostrou nosso senhor tantas vezes seu poder em os vencerdes sendo tão poucos e eles tãtos que cobrião a terra e ho mar; por isso ey por escusado querer dar esforço a quem ho tem pera si e pera mĩ, se não dizervos que prazando a nosso seõnor como for manhaã daremos na tranqueyra, levado diante Duarte de Melo na sua caravela pera que nos faça caminho e possamos sobir pelos mastos e êxarcia dela; e nenhũ de vos tirara com sua artilharia ate que eu não faça sinal com hũa espera que levo».** E isto assentado tornarãse os capitães aos navios, e postos em ordem como foy manhaã abalarão a remo pera a tranqueyra, e a caravela hia á toa, e em descobrindo a ponta desparou a artilharia dos immigos com ho seu espantoso ímpeto, e por estar dalto não fez nojo aos nossos, que também em descobrindo a põta começarão de jugar com suas bombardas [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. V, Cap. XXXV

23. De como dom João de lima deu hũ rebate no arrayal dos immigos; e de como ho governador assentou de pelear coeles.

[...] . E porque os que erão de parecer contrairo não ficassem descontêtes disselhes estando todos juntos:

«Como quer que muytas vezes ho nosso juyzo se engana, e julga por falso o verdadeiro e a verdade por mentira, acontece outras tãtas fazermos obras muy

desviadas de nossa tenção, pelo que esta deve de ser posta na vontade de nosso senhor, pera que por sua misericordia guie ho efeito dela a seu serviço e por isso pus sempre neste negocio de pelejarmos cõ os imigos minha tenção, na vontade daquele deos eterno todo poderoso, pedindolhe que ordenasse tudo como fosse mais seu serviço; e tendo nele esta esperãça estive tantos dias sem declarar se tomaria vossos pareceres de não pelejar com os imigos, que como sey pelo que vi e ouvi que soys todos de muy assinada valêtia, e vos achastes em feytos muy façanhosos, a que cõ sobre natural esforço destes maravilhoso fim, receava muyto de não tomar vossos pareceres, crendo que pois erão que não pelejassemos, que vos movia a isso licita causa, e por outra parte pesando bẽ as causas que vos podia mover, que me não satisfazião pera deixarmos de pelejar, pareciami que como ho vosso parecer era humano, que se enganava, porque se vos fundaveis em sere os imigos muytos e nos poucos; por muyto menos que nos quis nosso senhor que se ouvessem na Índia e fora dela de quasi tãtos mouros e tambẽ apercebidos como estes, tantas e tã famosas vitorias como sabeis; e porisso volas não lẽbro. E de crer he que pos nos pelejamos por exalçamento de sua sancta fé, que assi nos ajudará como aos passados, e tendo esta fé de vencermos fica tirado ho receo de sermos vencidos e de se perder ho estado da Índia. Assi que parecendome que vos enganaveis em vossos pareceres, esperey tantos dias a ver se me mostrava nosso señor ser isto assi, e ele seja louvado que lhe aprouve de mo mostrar em os imigos fugirẽ ontẽ tão asinha com ho rebate que lhes deu dom João. E quãdo tam poucos e sem ordẽ os fizera fugir? que faremos nos todos postos em ordẽ, e cõ a esperança em nosso señor que os avemos de vencer; certificovos da sua parte, que ainda ey estes por poucos pera os vencermos, e que em nos vendo lhes avemos de parecer muytos mais do que eles sam. Porisso senhores peçovos que vos pareça bẽ pelejarmos, porque eu nisso estou».

E vendo os que erão de parecer que não pelejassem, sua võtade, disserão todos que pelejassem pois lhe parecia bẽ. E dandolhe ho governador por isso muytos agardecimentos, assentou com o parecer de dom João de lima que Eitor da silveira se metesse na fortaleza cõ trezentos homens escolhidos; e despois de metidos logo na noyte seguinte darião nos imigos ao quarto dalua, e no começo dele se farião na gavia da capitania fogos ã cruz e tiraria hũa bõbarda grossa, [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VI, Cap. CXXI

24. Dos grandes apercebimentos que o governador Nuno da Cunha fez pera continuar na guerra de Cambaya, e da muito grande e poderosa armada com que partio pera Dyo.

Aqui se deteve o Governador alguns dias a te chegar a armada de Cochim que não tardou muito, com o que per fez de ventagem de duzentas velas, e com todas juntas foi a Baçaim, donde atravessou a outra costa, e em tres dias foi aver vista da ilha de Beth, oito legoas de Dyo; e d'algũas embarcações que tomou n'aquella costa soube, que naquella ilha estava hum capitão d'el rey de Cambaya, turco de nação, com dous mil homens de guerra. E chamando os capitães a conselho, lhes disse, que **elle estava determinado de dar naquella ilha, e meter todos os que nella estivessem à espada, assi pera terror e espanto dos de Dyo, (porque não aguardassem a experimentar outra tal crueza, e lhes dessem s fortaleza livremente) como pera terem menos aquelles dous mil homens que erão os escolhidos de Cambaya; que forçado avião de ir socorrer Melique Tocão, e era bom não lhe deixar nas costas aquelle socorro.**

Aos capitães lhes pareceo bem esta determinação (que foi causa de se perder a empreza de Dyo, porque se logo cometerão sem duvida o tomara.) O Governador mandou logo rodear a ilha pellos navios ligeiros, porque se não saíssem d'ella.

Diogo do Couto, Década IV *Ásia*, Liv. VII, Cap. II

1.2. Arengas terrestres

25. Igitur pridie divi Iac[obi], qui dies vicesimus quartus est Iulii, animadversum est omnes vias facibus collucere magnosque coetus templa ingredientium et egredientium passim vagari; audiebantur etiam canentium voces velut lamentis precibusque mixtae, obsecrationumque ritus, quales ad eum usque diem nullas audierant. Mascarenna hac de re certior factus, omnium turrium praefectos admonet, **ut suos in armis paratos habeant hostemque quam primum expectent; haud dubie supplicationes illas eo fieri, quod omnibus viribus collectis in summam dimicationem se parent, nobis tamen eo maiorem ac certiore spem esse debere, quanto veriore cultu Deum promerere studemus. Illis vero suas preces perversumque sacrorum ritum, quo numinis maiestatem offendant, in ipsorum perniciem versurum; hinc etiam de victoria bene ominari, quod Iacobi potissimum festo nos aggrederentur, quem divum Lusitani ac tota Hispania praecipuo quodam honore prosequitur, cuiusque nomine adversus Christiani nominis hostes pugnaturi pro tessera fere utuntur.** Nostri cum his admonitionibus dimissi ad discrimen se ultimum paraverant, cum hostes paulo ante lucem aciem struunt; ac nostros incautos opprimi posse rati, summo silentio ad urbem ducunt. Eorum adventum vexilla, incerta etiam dum luce conspecta, prodiderunt, unumque in primis, quod in longissima hasta Mahometem pictum habebat, cuius velut ductu victoriam sibi pollicebantur.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

25. Deu-se conta, por isso, na véspera do dia de S. Tiago, 24 de Julho de que todas as ruas se iluminavam com archotes e da movimentação de grandes ajuntamentos de pessoas que entravam e saíam dos templos; ouviam-se, até, vozes de gente que cantava, como que numa mistura de queixumes e de preces, e rituais propiciatórios, como até esse dia nunca antes haviam escutado.

Mascarenhas, feito sabedor deste facto, recomenda aos comandantes de todos os baluartes **que tenham os seus homens preparados para o combate e de que aguardem para muito em breve o inimigo; que ele, sem dúvida, procedia àquelas súplicas no sentido de reunir todas as forças e se preparar para o assalto supremo, que nós, porém, devíamos depositar nisso maior e mais fundada esperança, tanto mais que nos esforçamos por alcançar a graça divina com mais verdadeiro culto do que eles. Ao passo que as preces deles e a perversão dos seus rituais sagrados, na medida em que ofendem a divina majestade, em sua própria destruição se hão-de converter; que também daqui se podia augurar uma feliz vitória, pois nos acometiam com todo o seu poderio no dia consagrado a S. Tiago, santo que os Portugueses e a Hispânia inteira veneram com especiais honrarias e a cujo nome recorrem, quase como um talismã, quando se aprestam para combater contra os inimigos do nome cristão.**

Enviados com estas advertências, os nossos haviam-se preparado para a derradeira ameaça, quando os inimigos pouco antes do nascer do dia, organizam a sua linha de batalha; e pensando que podiam apanhar os nossos desprevenidos, caminham no maior silêncio em direcção à cidade. A sua chegada, revelaram-na as bandeiras que se distinguiam na claridade ainda ténue, uma, em especial, que exhibia, na ponta de uma comprida lança, o retrato de Maomé, como se sob o seu comando, assegurassem para si mesmos a vitória.

26. Ab eo autem digressus [Paciecus], eos Arabas, qui opibus et auctoritate inter reliquos excellabant, accersiri iussit, et admonuit, ne metu aliquo turbarentur, neve loci illius, in quo tam commode ad illum diem vixerant, deferendi consilia susciperent. Multas deinde rationes attulit, quibus persuadere conatus est «**non esse illis ullo modo de victoria desperandum**». Postremo nimis atrociter illis minitari coepit, **qui vel perfidia a Trimumpara desciscerent, vel ignavia fugam pararent. Id se publice testificatum esse velle flagitium eorum, qui ab ea urbe demigrare conarentur, minime impunitum fore. Ne suspicaretur autem quisquam illum posse falli; esse namque sibi vigilandum et omnibus hominum conatibus occurrendum et iis custodiis exitus omnes tenendos, ne quisquam posset vel mari vel terra manus illius effugere. Qui igitur vitam caram haberet, se domi contineret et consilia plena dedecoris et infamiae detestaretur. Secus enim pro certo haberet esse sibi vitam cum acerbissimo supplicio deferendam**. Hanc autem ultimam orationis partem, qua minas proponebat, voce adeo contenta et atroci pronuntiauit, ut omnibus ingentem metum iniiceret. Ardebant enim oculi, et facies inflammari videbatur, et e vultu species quaedam furoris eminebat. Illi respondent se in officio futuros neque passuros ullo modo ut Rex de illorum perfidia conqueri posset. Factum est deinde ut omnes, qui de urbe deferenda consilia frequenter inibant, illa partim voluntate, partim metu deponerent. Paciecus interim secundum fluvium discurrebat, vigiliis disponebat, omnes exitus et mari et terra, quibus custodiis poterat, vigilantissime sepiebat, ne quisquam auderet abeundi cogitationem suscipere.

Jerónimo Osório, *DE REBUS EMMANVELIS REGIS LVSITANIAE INVICTISSIMI VIRTUTE ET AVSPICIO GESTIS LIBRI DVODECIM*, Liber III

26. Saindo de lá, [Duarte Pacheco] mandou chamar os arábios que em posses e autoridade sobrelevavam aos outros, e os admoestou **que se não turvassem de receio algum, nem tomassem a resolução de deixarem um lugar em que tão comodamente viveram até então**. E com muitos argumentos, que lhes alegou, lidou por lhes persuadir que **minimamente desconfiassem da vitória**. E concluiu, por fim, com ameaça-los mui atrozmente **quantos por perfidia se separassem de Trimumpará, ou por cobardia tratassem de fugir. Que ele publicamente o abonava, que o crime dos que cuidassem em desamparar a cidade não ficaria sem castigo. Que nenhum imaginasse podê-lo enganar; porquanto estaria sempre de vigia e poria estorvo a todos os forcejos, e tais atalaias poria a todas as saídas que nem por mar, nem por terra algum lhe pudesse escapar. Que assim, quem quisesse bem à sua vida demorasse onde estava, e detestasse conselhos marcados de desonra e de ignomínia. Quando não, tivessem por seguro haverem de se despedir da vida em acerbíssimo suplício**. Estes últimos períodos da sua fala, quando proferia as ameaças, soltou ele com uma voz tão azeda e tão terrível que a todos abalou de susto. Chamejavam-lhe os olhos e o semblante parecia abrasado, e despedir das faces assomos de furor. Ao que responderam que cumpririam com seus deveres e que de nenhuma sorte dariam a el-rei motivos de queixumes em quanto a perfidia da sua parte. E sucedeu com isto deporem, parte por medo e parte por tenção, as deliberações que frequentes traçavam de desamparar Cochim. Duarte Pacheco discorria pelo rio, aquí punha atalaias, lá circundava com quantos postos lhe era possível, todas as saídas por mar e por terra, porque a ninguém subisse a audácia de intentar fugir do reino.

27. De como Pulateção entrou na ilha de Goa com ho resto da sua gente, e pos cerco à cidade; e do que ho governador fez despois disso.

Sabido por Pulateção [...] passouse à ilha cõ todo ho resto da gente que lhe ficava que seriam bem dez mil homens todos mouros e turcos gẽte branca, e esforçada que sabia muy bem pelejar. E como foy na ilha mandou assentar seu arrayal õde chama as duas arvores obra de mea legoa da cidade caminho de Benastarim; e em quanto se as tendas assentavão foy sua gente dar vista à cidade, que polo pouco tempo que avia que estava em poder dos nossos, ainda ho governador ho não tevera de mandar levãtar os muros e estavão baixos e fracos como os mouros os tinhão, e algũa parte que se refizera à nossa

maneyra estava ainda por êxugar, de modo que a cidade estava bê fraca. E porque os immigos ho sabião confiados em sua multidão, e esforçados com a pouquidade dos nossos se chegarã aos muros ho mais que poderão, tirando com muytas frechas; e trazião espingardões com que atiravão muytos farpões, e outros tiros de besta [...] a que parecendo assi bem ho governador, juntos todos os capitães, fidalgos e pessoas principaes de sua armada lhes disse: «**Ainda que Senhores a êtrada dos turcos à primeyra face nos ameece com muyto grandes trabalhos e perigos immensos, bê creio eu que ho vosso esforço he tanto mayor do que eles podem ser por muyto grandes que sejam, que vos fara ver aquilo que não verão outros, em que ho medo tener mais entrada que em vos, porque estes taes assombrados dele nã vem mais que a fadiga dos trabalhos, que por derradeyro acaba coeles. E os taes como vos ainda que vem a fadiga que digo não deixão de ver quantos bês se seguê dela, assi como merecimêto diãte de nosso seõhor em pelejar por exalçamento de sua sancta fé diante del rey meu seõhor, pois coestes trabalhos lhe acrescentaes seu estado, e diante dos homês por amor do bem comũ; rezão tendes logo de vos arriscardes por hũ mal que acaba tão asinha a ganhar tantos bês que durão pera sempre, e polo que de vos conheço como companheiro de tantos anos. Bem sey que ho trabalho que se nos aparelha vos não impedirá que ganheis os bês que digo, e mais sendo eles ho fim pera que viestes; deveis de esperar em nosso seõhor que vos ha de ajudar a alcançalo, especialmente nesta guerra, pera que vejão os mouros as grades maravilhas que fez com os nossos despois que conquistão a India, e assi como os ajudou em tantas guerras, como vencerão pelejando com tantos immigos que cobrião ho mar e a terra, assi nos ajudará, para que defendamos esta cidade, que he a principal cousa da Índia, assi em fortaleza como em riqueza, e em que os mouros tem mais sua esperança; e por isso cõstituyão nela como vistes contra nos a cabeça da guerra. E se a sostemos a este ímpeto presente, credeme que não teremos mais necessidade de pelejar na Índia, e que todos os reys dela hão de ter nossa amizade em muyta estima, e averse por muyto ditosos de ter paz cõnosco, e cõfirmarão por verdadeira a opinião que tem de nos de sermos mais valentes que os rumes, e se a perdemos ficamos de todo em descrédito, porque os imigos não nos hão de desculpar que tinhamos fracos muros, nem poucos mantimentos; antes hão de multiplicar todo ho de nossa parte pera engrandecerem mais sua vitoria. E crede que com ho esforço dela, e saberem que nos podem vencer hão logo fazer todos liga cõtra nos, e nos hão de perseguir ate nos tomar (o que Deos não queyra) aquilo que assentarão nossos antepassados, sendo muyto menos que nos, e por ventura não também apercebidos. Lembrevos senhores que temos às costas toda a hõra da Christandade destas partes, e a do estado del rey nosso seõhor; e posto que percamos a vida sobre soster estas duas cousas que alcançams gloria pera sempre; e se se elas perderem com ficarmos vivos, que nã temos desculpa que nos salve de muyto grande pena, e que ficamos com vida peor que morte; doãvos mais as feridas da hõra que as da carne, porque as da carne tem remédio, e as da honra não tem nenhum; que ainda que se restaurem com se saber a verdade nunca se acaba de saber tão universalmente que fique a mentira notoria a todos. Por isso oulhay o que vos cumpre, que eu nã sey que mais diga, se não que a defesa da cidade não pode mais durar com trabalho que ate a vinda da armada de Portugal que sera daqui a tres meses, e cõ bizcoyto e arroz que temos, e com ho gado que ha nas ilhas de Divar e Chorão nossas vizinhas nos manteremos, em que pes aos moradores desta, que sem causa se levantarão contra nos; e que me digais que vira ho Hidalcão com grande poder de gente, e que nos não poderemos despois sayr da cidade, eu sey certo que nã pode vir por amor da guerra que tem com el rey de**

Bisneger, a quem por essa causa mãey embaixador, e a estes immigos que nos tem cercados bem me atrevo convosco a defenderlhes a cidade ate ho fim do mundo. E pois senhores estais todos nesta reputação, não somente comigo, mas com el rey meu senhor, e com todos os da Índia; peçovos polo que deveis a este credito que ho não percais; e porque conservandoho com vos defender neste cerco ficais em paz, e ganhais tantas cousas como disse». A esta pratica do governador ajudarão tambem dom António, dom Ieronimo, e outros dous ou tres capitães, dizendo que era muyto bem esperar o cerco, e trabalharẽ por se soster ate a vinda das naos de Portugal, e todos os outros se forão com seu parecer, ainda que algũs ho fizerão mais com vergonha que com vontade, como direy a diante. [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. XX

28. De como el rey Dachem combateo a fortaleza de Pacem.

[...] salvo que estando el rey sobre a fortaleza chegou Bastião de Sousa com os capitães de sua conserva, e surgio na boca do rio de Pacẽ que he hũa legoa da fortaleza, não sabendo como dõ André estava cercado, e por ser tarde não desembarcou. E sendo el rey avisado de sua chegada, cuydou que era socorro que vinha á fortaleza; e antes que entrasse nela determinou de a tomar aquela noyte confiado na muyta gente que tinha, e assi lho disse aos seus capitães, encomendãdolhes **que esforçassem sua gête pera isso, representãdolhes que como os muros e baluartes da fortaleza erão de madeyra e avia dias que se fizerão avião de estar podres e com pouco trabalhos os derribarão, e derribado qualquer lenço logo era êtrada e os Portugueses mortos por serem muyto poucos.** E coeste esforço forão os immigos cometer a fortaleza despois que foy noite, e deles com escopros e macetes trabalhavão por cortar ho muro pelo pé, outros punhão escadas e sobião ao muro e baluartes [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VI, Cap. L

29. De como dom João pereyra capitão de Goa desbaratou çoleymão haga.

[...] O que sabido por dõ Ioã determinou de ho ir buscar e indo polo caminho soube de Galvão Viegas que hia diãte descobrindo ho campo, que Çoleimão estava cõ sua gête na bicada de hũa serra dali a duas legoas, a cuja vista chegou aos nove de Fevereiro; e seria a espaço de mea legoa. E quando os Portugueses virão tantos mouros espãtarãse muyto, por não saberẽ dantes quantos erão, nẽ os fazião a dõ Ioão tantos; a que alguns disserão que se tornasse, porque seria doudice cometerẽ a tantos mouros. Do que dom Ioão ficou muyto agastado por lhe parecer que ho dizião cõ medo, e ajuntado estes principais lhes disse: **«Pareceme señores que vos vẽ de pouca fé em nosso senhor, dizerdes que nos tornemos sem cometer estes mouros, como que não fossem eles os que nos fugirão muytas vezes; e os que nos nũca poderão impedir que não fizessemos a fortaleza de Rachol, pois eles não sam agora mais esforçados que então, nẽ vos tẽdes agora menos esforço que quando eles fugirão; e o que vos parece que vos há de salvar, isso vos deitará a perder todo, porque se vos os imigos virẽ tornar cuidarão que lhe fugis e cuydãdo vos siguirão, e pola grande distancia que ha daqui á nossa fortaleza, nos matará a todos primeiro que la chegemos. Por isto cõ a esperãça em nosso senhor que nos dará vitoria, e cõ vos lêbrar quantas vezes nos fugirão demos nestes cães, porque vẽdo que os cometemos, eu vos fico que logo lhes sobrevenha ho medo que nos tẽ, e nos deixẽ ho campo».** E parecendo isto bẽ aos mays, disserão que dessem nos imigos, que neste tẽpo começarão de chegar pera dom Ioão feytos em

tres escoadrões, e de todos feyto hũ arco, em cujas pōtas hião cavalos ligeiros, e no meo os acubertados. [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VIII, Cap. CXXIII

30. Do que fez Antonio da Silveira com a vinda dos Turcos.

Vendo Antonio da silveira sobre sy hũa armada tão poderosa como a dos Turcos, e que segundo os muytos annos que avia que sesperava na Índia devia dir muyto bem provida de gente, artilharia e munições, não perdeo a esperança em nosso Senhor que o ajudaria, nem o esforço que sempre teve em semelhantes perigos, e não lhe lembrou que estava cem legoas do governador, nem hũa fortaleza cō tão pouca artilharia, e muyto pouca gente, que ainda que avia setecentos homens de rol, somente os duzentos estavam bem armados pera pelejarem, porẽ dos outros os trezentos erão espingardeiros que assi ho achou polo alardo que fez. E depois ajuntados os fidalgos e pessoas principaes que estavam na fortaleza pera repartir por eles a estancias que avia de fazer lhes disse: «**Ex aquy senhores ho tẽpo em que avemos de poer diante seremos Portugueses, e vindo a estas partes a servir a Deos e a el Rey nosso senhor, porque o contentamento de se oferecer cousa em que possamos alcançar o que pretendemos, nos fara facilmente passar todos os trabalhos que se nos devem representar do muyto aparato de gente e artilharia que tão perto de nós temos. Eu de mĩ digo, que estou tão confiado em nosso Senhor, e nestes bõs desejos, e na companhia com que me acho, que tenho por muy certo, que não somente avemos de defender esta fortaleza e estes infieys, mas ainda os avemos desbaratar e alcançar deles illustre vitoria. E porque tenho bem entendido que nesta confiança não faço aventagẽ a nhũ dos que aqui estão, não lembro as grandes obrigações que todos temos pera estas esperanças, nem as muytas vitorias que nos Deos por sua bõdade tem dado nestas partes contra estes seus e nossos imigos**». E logo tratou repartir as estâncias da fortaleza da maneyra seguinte. A Gonçalo falcão deu a guarda do baluarte sam Thome, e no pano do muro que se começa neste baluarte e vay direito ao baluarte de Santiago (que fez Garcia de Sá) ordenou tres estancias [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VIII, Cap. CXCIII

31. De como o Governador Francisco Barreto passou á terra firme em busca dos Capitães do Idalxá: e da batalha que lhes deo, em que os desbaratou: e de outras cousas.

Pera isto fez chamamento de seus Capitães, e lhes fez sobre isto huma grande falla, em que lhes representou **a obrigação em que elles, como vassallos tão leaes, estavam de satisfazerem as affrontas, que tinham recebido dos Portuguezes; e como havia tantos annos que lhe comiam as suas terras firmes de Salcete, e Bardés, que lhes deram por mandar Mealecan pera Portugal, o que nunca os Governadores da Índia lhe quizeram cumprir: e que elle agora, pois lhe tinham dado tamanha occasião, queria lançar mão do que era seu, e que determinava de mandar descer seus exércitos abaixo**; e commetteo logo allí aquella empreza a Nacer Maluco, seu capitão geral, e com elle outros capitães, Calabatecan o segundo, e hum filho seu esquerdo chamado Cahircan, Miaberu, e outro; e deo por regimento a Nacer Maluco, que se fosse ajuntar com Moratecan Governador do Concan, que tinha descido o Gate contra D. Antão de Noronha, como já contámos no Cap. X, no II Livr. Pera que ambos com igual mando fizessem guerra a Goa, e ás terras, e Ilhas de sua jurisdição.

Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. IV, Cap. II

32. Que dá conta dos capitães, que entraram pelas terras de Damão: e de como Garcia Rodrigues de Távora, Capitão daquela fortaleza, os foi buscar, e os desbaratou.

E como todos os dias era avisado do estrago, que os inimigos andavam fazendo pelas terras, e tinha certeza de seu poder, ajuntou os Capitães, e pessoas principais a conselho, e lhes deo relação de tudo, declarando-lhes **que sua tenção era ir buscar os inimigos; porque se o deixasse de fazer, ficariam elles tão affoutos, e atrevidos, que lhe iriam bater as adargas as portas da Cidade; e que pois tinham tanta gente, e tão valorosos Capitães, e esforçados soldados, que sahisses a buscallos, porque a determinação era começo de vitoria.** E logo alli mandou trazer as espias, pera que diante de todos dessem relação do poder dos inimigos, o que elles fizeram muito particularmente. Ouvido por todos o que lhes dizia, aprovaram-lhe sua tenção, affirmando-lhe que estavam todos muito alvoroçados pera se verem já ás mãos com os inimigos.

Diogo do Couto Década VII da *Ásia*, Liv. X, Cap. VIII

33. Da conjuração que todos os reys do Oriente fizerão contra o Estado da Índia e começarão a fazer preparações. E da falla que fez Moradecan geral do exercito do Idalcan.

Sobre o que os seus cassizes e doutos na sua nefanda ley lhe fazião todas as horas grandes e obrigatorias amoestações, como os nossos santos pontífices as fazem aos principais christãos pera tornarem a conquistar os divinos sanctuarios da Terra Santa, onde Deos Nosso Senhor obrou aqueles excessos de amor por salvação de nossas almas; assi os Mouros quasi todos os dias erão amoestados e requeridos dos cassizes que olhassem pela honra de Mafamede que vião hir em diminuição, ameaçando-os com gravíssimos castigos e inda quando aqueles reys do Decan Inizamoxa, Idalxa, Verido se conjurarão contra o Rajo de Bisnaga, que o desbaratarão, matarão, e ganharão seus riquíssimos tesouros (como atras contei) indo todos a hum pagode a dar graças a Mafamede de tamanha mercê como aquella, se alevantou o seu cassiz mayor como a calefa da Arábia, e de hum lugar alto lhes fez esta breve fala que os cassizes fizerão aos reys do Decan: «**Muito poderosos e victoriosos reys honra e gloria da nação mahometica de todo este Oriente bem sabeis a grande afronta que a todos vos tem feito os Portugueses em vos tomarem vossas cidades, senhorearem vossas terras, tomarem-vos vosso commercio, defenderem-vos a navegação da casa do nosso grande propheta, que eu vejo estar como corrido e envergonhado do vosso sofrimento avendo que ou fazeis pouca conta de sua ley pois não acudis por sua honra, e que de covardes e pusilanimos vos não atreveis com hũa potencia tamanha como tendes nesse campo como que podeis conquistar o mundo e lançar fora de vossas casas quatro homens que assi são em comparação de vossos inumeraveis exercitos, e de libertardes a casa do vosso propheta, tendo os vossos irmãos (que assi posso chamar aos Turcos) cativo em seu poder o santo templo de Jerusalem com todos os sanctuarios, relíquias e lugares de suas peregrinações, sem serem poderosos todos os reys christãos pera resgatarem os thesouros de sua fee. Eu tive muitas veses cartas e amoestações dos prelados do império de Constantinopla, dos da Persia e Arabia em que me estranhão muito o pouco que convosco, o poderosos reys, tenho nacabado; sabendo vós que toda ajuda que vos for necessario sua vos mandarão como ja fizeram outras vezes e tambem sei que se vos moverdes a isto**

que vos amoesto que em vos vendo abalados logo os reys da ilha Çamatra, e de Maluco se hão-de mover contra os portugueses que lá vivem por aquellas fortalezas tão rotas, e mal providas que não está em mais o acabarem de extinguilas que abalarem-se pera isso. Pello que vos requeiro, e amoesto da parte do nosso profeta que ja que estais em campo abaleis vossos exércitos pera esta empresa que he de mais honra e proveito que a do Bisnaga que tam facilmente acabastes contra o mais poderoso rey deste Oriente e eu fico que tenhais grandes ajudas e favores no nosso profeta quando vir que vos pondeis em campo por sua honra». Muito a tento estiverão aquelles reys e seus capitães ao que o seu prelado disse e movidos de suas amoestações como estavam com as mãos folgadas daquella grande vitoria logo aly na mesma mesquita jurarão todos sobre os livros do seu Moçafó de se ajuntarem todos contra nós, e que o que se escusasse disso fossem os outros sobre elle, e lhe tomassem o reyno e repartissem entre si. Esta conjuração e juramento fizeram com grandes cerimoniaes com espadas nuas nas mãos, com lançarem as toucas diante do altar de Mafamede.

Diogo do Couto, Década VIII da *Ásia*, Liv. VI, Cap. II

34. De huma falla que elrei fez aos seus antes da batalha.

Antes que elrei abalasse o seu exercito pera o imigo, (que estava á vista) vestido de ponto em branco, com humas armas azuladas, posto em hum cavallo mui formoso acobertado, com a lança na mão com o conto no chaõ, e o elmo alevantado, mandou chamar o mestre de campo e os coronéis, aos quais e aos senhores e fidalgos, que alli estavam com elle, lhes disse: «**Ainda que eu estou confiado na victoria, que hoje espero em Deos haver destes bárbaros imigos, assim por nosso esforço o prometter, como o seu medo mo certificar, não deixo de cuidar estarem os sucessos da guerra mui sujeitos a mudanças improvisas, com que muitas vezes de pequenos erros nacam mui grandes desastres: eu não sinto agora outro maior, e de que mais me tema, que da multidão de imigos, que com alaridos se querem mostrar feroces, causar algum espanto nesta gente bisonha, e possaõ desordenar os soldados velhos tão esforçados, como aqui vem, os quais de semelhantes algasarras se estão rindo: agora vos rogo neste ponto tenhais muito cuidado em vigiar e conservar a boa ordenança nos esquadroens; porque eu com esta gente de cavallo cometterei os imigos, e espero rompê-los de maneira, que vos abra a porta da victoria, e não seja necessario mais que os soldados velhos concluirem-na, com seus acostumados esforços, e os bisonhos seguirem-na como recolhimento dos despojos: tambem vos lembro que estou muito alvoroçado pera vos ver hoje pelejar, e gozar da opiniaõ que tenho ouvido das vossas façanhas, pelas quais, mais celebrado he o meu nome no mundo, em ser rei de tão valerosos cavaleiros (que mais se podem chamar esquadroens de capitaens, que exercito de soldados) que ser senhor de grandes reinos e estados: e pois estes mouros vos sabem o nome a muitos, dos que aqui estais, pelas victorias que delles tendes havido, e os castigos que lhes tendes dado, e sabem os destes a outros nas partes da Índia, de cujo valor se tem tantas vezes espantado, agora que sabem eu vos venho ver pelejar, e folgareis de me agradar, estou mui certo que mui depressa nos haõde voltar as costas. Bem sabeis antiga condiçaõ dos mouros he não esperar a quem os comette com animo ousado, e seguir com grande ímpeto a quem se lhes acobarda; por isso tenho entendido, que Deos me quer dar a victoria, pois me offereceo esta batalha em tal sitio, onde o rio, que nos fica nas costas, e o imigo que temos no rosto, nos ameaçaõ total perdiçaõ, se tornarmos atrás, e nos obrigaõ hir adiante, pondo toda a esperança da nossa saúde na victoria, e sei mui bem, entre muitos indícios, que tem pera hoje serem**

desbaratados, estão mui temerosos de nossa determinação, e por estarmos em parte e em lugar, onde, como gente desesperada de poder escapar com fugida, não temos outro remedio senão desbarata-los, pera segurarmos nossas vidas, e ganharmos suas terras: e por que sei quão persuadidos estais dos pregadores, e religiosos que entre vós andaõ, do merecimento da alma, que em empreza da honra de Deos e exaltação de sua santa fé, ganharaõ, os que morrerem nesta batalha, não vo-lo quero eu mais lembrar, senão ás mercês, que eu espero fazer aos que ficarem vivos, e o gasalhado e favor, que acharaõ em mim os filhos e mulheres dos mortos; pois em empreza onde os mortos tem certa a gloria, e os vivos haõ-de alcançar eterna fama, tivera-vos eu muita inveja, se nesta hora não fora vosso companheiro no perigo e na honra, pera prova do qual, nesta forma, em que me vedes armado, espero ser-vos igual na sorte, e avantejado na alegria do cometimento: e certifico-vos que se me buscardes, vos hei-se apparecer diante de todos os esquadroens, e se me não achardes, entendei que andarei entre os imigos; por isso, tende-me por companheiro fiel, que tanto hei-de aventurar minha pessoa na conservação das vossas vidas, como por honra da victoria. Se eu morrer nesta batalha, tende-me por ditozo, pelo premio da alma, que meu zelo merece, e a fama que espero deixar em mão de barbaros infiéis por honra da cruz: huma só cousa podeis sentir de minha morte, que será perderdes hum rei amigo, obrigado a vos fazer mercês e honras, por o amor com que me seguistes, e alegria, com que estais offerecidos a morrer por amor de Deos e meu. A Deos peço, com os olhos no ceo, nesta ultima hora de morte, vos pague a todos este zelo; porque, se eu vencer, todos no premio das mercês sentireis em mim o muito que vos amo; e pois neste estado vos não posso mostrar a vontade com obras, ao menos com estas palavras vo-lo quero significar, porque tendes por bem empregados os serviços que me fazeis». Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e percorrendo pelos esquadroens, com o rosto alegre e confiado, dava animo aos soldados. Vendo elle, como o campo dos mouros estava a-la-mira, sem fazer movimento pera parte alguma, determinou comette-los e dar Santiago; pera o qual mandou marchar o seu campo direito aos mouros, e se metteo em hum coche, hindo na dianteira do exercito, onde antes de dar a batalha pedio de comer.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV

35. Da falla que o Maluco fez aos seus.

Estando Mulei-Maluco muito mal da enfermidade, que trazia, deitado em hum coche, no qual se enxergavaõ já alguns sinaes denunciadores da morte, chegando-se de redor d'elle seu irmaõ Mulei-Hamet, e os principaes alcaides de seu campo (assás desconsalados de verem o seu rei em tal estado, e em tal tempo, de cuja morte se esperava total perdição do exercito) o começaraõ a espartar, pedindo-lhe licença pera ordenarem as hostes; porque elrei dom Sebastiam tinha já tocado á arma, e estava aparelhado pera cometter batalha. Mulei-Maluco, ainda que lhe faltavaõ os espíritos vitais, não lhe faltava o esforço, e com voz mui fraca, e palavras mui baixas, e interrompidas com hum grande suspiro, disse: «**Bem entendo, que não esperais de mim nesta hora vos dê ordem de entrardes em huma batalha de taõ valerosos e duros imigos, como os presentes, pois sabeis tenho entrado no conflicto da morte, na qual me he mais necessario tratar do negocio de minha alma, que da esperança da victoria; mas, o que me tem magoado, e levo atravessado desta vida, he deixar-vos em hum perigo taõ manifesto das vidas, das fazendas, e ainda da nossa seita, a qual com a victoria dos cristãos será mprofanada, e os mouros, debaixo de seu poder, seraõ com persuasoens ou maos tratamentos, obrigados a apostatar. Muita**

parte da injuria de nossa religião entendo, que será Mulei-Hamet, o Xarife, pois contra as leis do nosso profeta Mafamede, e preceitos de seu alcorão, vem em favor dos cristãos fazer a guerra aos mouros, á pátria, e lei, contra todo o direito divino e humano: por onde deveis ter muita presumpção ser tomado cristaõ, elle e os seus alcaides e soldados que comsigo traz, pois com tal odio nos vem a perturbar a republica temporal e espiritual. Ainda que nesta hora ultima me convem lançar de mim todo o rancor, e dar perdaõ a todas as injurias de minha pessoa, offensa de meus vassallos, e perda de meus reinos, para que Deos me perdoe, por o que toca á nossa lei e á honra do nosso profeta, com zelo mais aceso, do que minhas forças neste tempo podem, vos rogo muito (pois en não posso) vos animeis pera vingardes taõ grande injuria, e apostasia da nossa religião, ao que os verdadeiros mouros devem offerecer a vida, e passar por os fins, até chegar a dar o castigo de hum taõ grande crime, o qual, creio, Deos não estranhará menos nos mouros que se tornaraõ cristãos, que nos querem trazer a sua fé, e pôs debaixo de seu ceptro, com jugo de grave tributo, e aspero cativo, de quem a morte visinha me assegura a liberdade. Pera defensão da nossa seita, folgara agora queDeos me espaçara a vida hum breve tempo, e achara-me por bemaventurado morrer logo mil mortes em tal empreza; pois, com tal zelo, a minha alma ganhara a gloria que Mafamede nos promette, e a fama ficara eterna na memoria dos homens. Sabei certo, ainda que eu nesta hora tivera de vós todas as desconfianças, ou por nossa fraqueza, ou por meus pecados, sem esperança de vencerdes, como chego a cuidar que vos moveis a esta batalha com zelo da vossa religião, não tenho que duvidar da victoria, onde todos ficardes estendendidos no campo, com os corpos banhados em o proprio sangue, e as almas salvas, com premio conforme a vossa fé. Já a morte me não dá espaço pera alguma destas cousas, das quais não sei qual he mais gloriosa, se a victoria de fortes imigos, se a morte com zelo da nossa lei; pois primeiro me há-de acabar esta magoa de vos não acompanhar, que a vós a espada dos imigos; por tanto, meus amigos, vos despedi de mim nesta vida; acodi ao que muito vos importa, e eu vos encomendo, e o nosso profeta favorecerá vossos zelos e vossas forças em guerra taõ justa, e em hirdes defender as vidas, as fazendas, as honras, os filhos, as mulheres, a pátria, e sobretudo vossa seita, pregada e ensinada há tantos annos por elle e seus Cacizes. Lembro-vos não vos espante a grandeza de animo daquelle rei mancebo e esforçado, nem dos seus valerosos soldados; porque, posto que venhaõ com muito animo, trazem pouca ordem, pera se perderem de todo: e tende por certo que a sua muita confiança da victoria será causa de toda a sua perdição; porque nenhuma cousa he mais prejudicial na guerra que o animo acelerado, o qual, quanto mais se acende em pelejar, tanto menos entãõ tem de providencia pera saber evitar os perigos, que de cada parte se alevantaõ. Seja este o derradeiro conselho que de mim tomeis, e vos peço guardeis, e com animo assocegado esperis o ímpeto do mancebo enganado com seu valor; porque na confiança de seu comettimento sem ordem, está muito certa a ocasião de sua ruína, como em vós houver animo de soffrerdes o primeiro encontro, cuja fúria como quebrar, fica-vos entãõ lugar de carregar sobre elle com o peso da batalha e, com o corpo da gente, a qual elle mal poderá esperar, por o juvenil furor entãõ o desemparar, com temor de nosso exercito, que começará de re refresco a feri-lo, e empregar seus tiros, quando o mancebo ousado estiver cançado de fazer acomettimentos em vaõ, e achar seus esquadroens derramados por sua desordem. Ora, Deos vos guie, e vos favoreça em vossa empreza: e ainda que não posso acompanhar os vivos nesta hora, pelos mortos esperarei, e lhes serei companheiro; destes quero ser capitaõ, e dos vivos serei intercessor com Deos. Vou consolado,

que com meu corpo sem alma haveis de vencer a batalha, pera que entendais que nunca vos desemparei nos perigos, na vida, nem na morte». Esta falla acabada, os alcaides, com os olhos banhados em lagrimas, se sahirão da prezença do Maluco, com muitos saluços dizendo: «Já que não pode ser nosso capitaõ, nós lhe traremos a victoria á cama, com a cabeça do rei cristaõ, e a do Xarife imigo de sua lei e pátria». Com estas palavras se acendeo todo o exercito em mais ira, com entenderam os alcaides o justo odio do Xarife, lançando fama no exercito que se tornara cristaõ, pera mais exercitar os mouros a ódio e vingança, e que el rei de Portugal mandara lançar pregaõ, que, se não desse vida a arrenegado algum, pera que assim elles como os mouros pelejassem com mais aceso odio. Com isto dando ordem aos seus esquadroens, postos em ala, tendo a infantaria repartida em mangas antre a cavallaria, e escopeteiros de cavallo nas pontas das alas, postos os mouros nesta ordem, não fizeraõ movimento, e constantes esperaraõ, até elrei dom Sebastiam os cometter.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXV

36. Das jornadas que o Ifante D. Sancho fez, e como partio de Évora guerreando os Mouros até Sevilha, onde fez falla aos seus ante que com os Mouros peleijasse.

Chegaram novas ao Ifante como os Mouros esperavam alli para peleijar com elle, do que foi mui ledio, dando muitas graças a Deos, por se achar a tempo, e ora que o podesse servir contra aquelles infieis seus imigos, mandou então chamar os Grandes, e outros principaes Cavalleiros de sua oste, e disse-lhes: «**Quero-vos amigos dar boas novas, com que muito deveis de folgar, como eu faço. Sabei que todo o poder de Sevilha, e terras de redor vos estão aguardando para peleijar com nosco, parece-me que muito nos mostra o Senhor Deos aprazer-lhe de nos dar em nossas mãos o porque viemos, cousa com que elle seja mui servido, e vós grandemente honrados, que por eu ser novo nestas cousas, e vós que comigo vindes Cavalleiros, em ellas tão provados, ainda agora esta honra ha de ser mais vossa que minha, pelo qual sede muito ledos, e com muito prazer ordenemos, como logo de menhã vamos a elles, e assi a ordenança que a nossa gente hade levar, que do mais hei por mui escuzado dizer-vos nada do que cada um hade fazer, nem meter-vos esforço para isso, conhecendo-vos que sois tais, e que sabeis tanto de honra, e cavallaria exercitados em muitas peleijas, e batalhas, e grandes vencimentos com El-Rei meu Senhor, e pai, que soies mais para dar desso ensino e esforço, que toma-lo de ninguem; hei por assas lembrar-vos, que ponhaes em vossos corações o mais que tudo vos há-de lembrar, que peleijamos por defender, e acrecentar a Fé de N. Senhor Jesus Christo, o qual de sermos nada, fez de nós filhos, a elle que nos tanto amou, a elle em cujo serviço se não perde trabalho: nos encomendemos, elle que para havermos de servi-lo poz em nós o querer, nos cumpra o poder que façamos com sua graça de menhã, por onde corram de nós taes novas, que elle seja louvado, e meu Pai descansado, e vejam todos que para parecer eu seu filho, e vós seus Cavalleiros, e amigos, não faz mister ser elle presente».** Com estas palavras do Ifante folgaram todos muito, e foram mui satisfeitos.

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. LI

37. Sente o maluco grande Alboroto em os seus anima os E faz lhe hua pratica convencendo os com palavras E rezoens: que Seu sobrinho vinha a entregar a terra os bens e molheres e filhos a sua enemigos

O temor nos mouros era mui grande, e muitos se apartavam de suas ordenanças e vinham reconhecer o campo del Rey; o que sentindo Maluco chamou Seus Alcaldes, e segunda ves lhe fez nova pratica, **maravilhando se de os ver confusos e com temor de tam poucos enemigos, porque davam a entender que nunca viram homens, e que aquelles que viam lhe affirmava nam eram mais esforçados, tam valentes nem tantos, que lhe pudessem dar em que cuidar, pello que lhes encomendava Se aquietassem E tivessem animo para se assinalar naquella batalha, pois se assi o fisessem certa tinham a boa fortuna, e que se lembrassem que da vinda daquelle Rey christam nam era socorrer ao Xerife Seu sobrinho, mas aspirar descubertamente a se fazer Senhor do Império de Africa onde ia tinha tomado as principaes forças do marítimo della, e que o pérfido Mahomet ainda Sobretudo o vinha acompanhando pa destruição de suas mulheres e Filhos, e nam pa sua restituçam, com notavel crueldade e engano, contra seu proprio Sangue, e de seus parentes amigos, e contra sua liberdade honrra e reputaçam. Persuadia a el Rey Dom Sebastião que toda aquella província Estava por elle, e em aparecendo em a terra de Africa se passariam todos de sua parte; pelo que Se porventura alguns dos que ali estavam se quisessem passar a Muley Hamet seu tio, que elle era contente e assi lho declarava que o pudesse fazer quem disso tevesse gosto ou estevesse penhorando e dado sua palavra, que com os de bom animo o quisessem Servir entendia que Mahoma o avia de ajudar, pois tin há causa justa, tantos e bons amigos e vassalos naquelle exercito, que com rezam, doutro muito maior podia esperar a Vitoria. A isto responderam Seus Alcaldes, que em todo Seu campo nam avia algum que o pretendesse deixar, mas que So queriam diante delle ou morrer ou vencer; e que o Rumor que os mouros faziam, eram mostras de Alegria de ver que os christaos vinham perdidos e emganados; e nam hiam fora do que era nesta resposta. [...]**

*Jornada del-rei dom Sebastião à África,
Crónica de dom Henrique, Liv. II, Cap. X*

38. De como os mouros combateram terceira vez a fortaleza e de como a entraram e foi tornada a cobrar.

Rumecão, vendo que por esta maneira poderia entrar na fortaleza, folgou muito dos nossos não acudirem às estâncias, como costumavam, parecendo-lhe que o faziam por medo que tivessem de sua artilharia e que por esta causa estariam sós e desamparados; com esta presunção, mandou fazer prestes toda a sua gente, com muita ordem e concerto repartindo-a para o combate da fortaleza o qual queria que se desse a todas as partes dela, para que os nossos sendo tão poucos, não pudessem acudir a tantas partes; e como teve todas as cousas ordenadas chamou todos os capitães do arraial e lhes disse o que determinava **que aquele era o dia em que a fortaleza se havia de ganhar ou perder; e em que todos haviam de mostrar o esforço que deles se esperava que lhes encomendava e pedia muito que cada um no lugar que lhe fosse dado para o combate fizesse de maneira como que só nele estava o bom sucesso da batalha, porque fazendo cada um esta conta consigo estava certo alcançarem uma grande vitória.** Acabada esta prática deu a cada um o lugar por onde havia de combater a fortaleza e o regimento do modo que nisso haviam de ter.

Fernando de Castro, Crónica do Vice-Rei D. João de Castro, Cap. XXXIII

39. Da grande batalha campal que o visó-rei D. João de Castro deu aos capitães de el-rei de Cambaia e da vitória que deles alcançou, com outras cousas que sucederam.

Acabado este auto tão devoto, tornou o visó-rei a chamar todos os capitães, fidalgos e outras pessoas de muita experiência, aos quais fez uma fala, persuadindo-lhes que lhes não parecesse cousa dificultosa aquela empresa, dandolhes muitas rezões, a qual ponho aqui por ser cousa que serve ao fio de nossa história. *Fala que o visó-rei fez aos capitães e outras pessoas o dia de grã batalha.* «Senhores: se me parecera que a grandeza de vosso ânimo e o grande esforço de vosso braço e o grande alvoroço que me todos mostrais para a empresa que temos ente mãos, procedia de não entenderdes a graveza do negócio e a importância dele, e que temerariamente, sem outra nenhuma consideração, entraveis nela, tivera o coração menos alegre e não me atrevera a querer mostrar por armas a el-rei de Cambaia quanto mais forte é um exército de três mil homens determinados que o seu de sessenta mil, porque a virtude e a força unida dizem que *«magis forcior est»*. Mas porque sei que vos lembra quem sois, esteios e alicerces que ao presente sustêm e defendem a Índia, que é uma morada que foi edificada sobre tantas vidas e sangue português, assim de fidalgos muito nobres como de outra gente cuja fama e nome com tanta glória e honra anda por todo o mundo. E o que deveis ao tronco donde procedeis, e aos avós de que tanto vos honrais, porque cuido que trareis diante os olhos e muito viva a memória de seus feitos, porque não somente se tiveram por contentes vencerem, com pouca gente e mal provida, grandes exércitos nas partes de África e nas da Ásia, onde nos agora achamos, mas também nas da nossa Europa, onde temos el-rei nosso senhor e nossos pais e mães, aonde tiveram muitos e grandes recontros e debates com os romanos, em tempo que senhoreavam o mundo todo, aos quais, sendo tão poucos, deram tanto trabalho que, não só uma vez senão muitas, alcançaram deles vitórias mui assinaladas, com que o nome português ficou entre eles muito celebrado.

Lembro-vos as grandes vitórias que os nossos antecessores alcançaram, neste mesmo lugar, de nossos imigos e, que ficando el-rei de Cambais desta vez sem castigo da ofensa que tem feita a el-rei nosso senhor e aos seus capitães, quão abatidos ficamos e quanto melhor nos é a todos morrer nesta empresa que ficar com vida, sem fazer conhecer aos imigos o erro que cometeram e o engano em que caíram com terem para si que na multidão dos muitos estava a vitória certa; pelo que cumpre que todos, com ânimo alegre e esforçado, ofereçamos nossas vidas, pondo-as em todos os perigos por defesa da nossa lei e por aumento do estado de el-rei nosso senhor, porque em tal caso, sucedendo não sairmos como desejamos, não teremos conta que dar, pois acabamos em cousa de tanto serviço de Deus e em que ia tanto a reputação e opinião do nome português, e os que escaparmos com vida ficamos ganhando uma fama tão gloriosa que nunca jamais poderá ser esquecida, nem os que viverem poderão perder a memória e a lembrança de um dia tão insigne como é o que se nos hoje oferece.

Não quero que tenhais em pouco a força dos imigos, nem menos que cuideis que o haveis de ver com gente fraca e medrosa do vosso braço, senão que vos persuadeis haver de ser a batalha muito rija, perigosa e cruel de parte a parte, porque nunca fez bom feito desprezar o inimigo, antes temos visto grandes desaventuras e desarranjos por terem em pouco suas forças e não fazerem caso delas. O que agora quero, senhores, de vós é que vos não pareça que o haveis de haver com guzarates somente, senão com turcos, rumes, arábios, pérsios, abexins,

fartaquins, os quais não-de trabalhar por vos não venderem muito barato seu sangue e por verem se podem ir por diante com o seu intento, que não é outro senão tomar esta fortaleza com morte e destruição de todos os que aqui estamos, porque, fazendo nós esta conta, tenho por averiguado que pelejaremos com dobradas forças, as quais espero que Deus no-las acrescente, pois confiamos na grandeza da sua misericórdia e também pois vê que tudo resulta em serviço seu.

Ora pois, senhores, para que é trazer-vos à memória os grandes feitos em armas que por todo o mundo se fizeram, pois me podeis dizer que os não vistes e que os historiadores favorecem as partes. Não vos quero persuadir nenhuma coisa com exemplos passados senão com homens vivos da nossa mesma nação, que ou são vossos parentes ou foram muito vossos amigos, que, sendo muito poucos em número, prevaleceram sempre contra tanta multidão de inimigos, como muitos dos que aqui estais tereis visto em tempo do governador D. Henrique na fortaleza de Calecut, em tempo que era nossa, a qual desembarcando de um batel para entrarem na dita fortaleza, por estar cercada dos mouros pelejou com dez mil mouros que lhe quiseram impedir a desembarcação, e apesar deles, desembarcaram e se recolheram na fortaleza, deixando grandes sinais nas carnes dos mouros do fio das suas espadas e da força dos seus braços.

Em Ceilão também trinta portugueses mal dispostos, e não tendo outras armas mais que lanças e espadas, pelejaram sexta-feira de Endoenças com Balacém com setecentos soldados mouros, dos quais mataram muitos e os desbarataram, tomando-lhe suas fustas no porto de Columbo. Que vos direi das cousas que o grande Afonso de Albuquerque fez nas partes de Malaca contra tão grande poder de mouros, com seiscentos portugueses somente? Também vos lembro o que fez o governador Pedro Mascarenhas, com quatrocentos homens, na tomada de Ventão, entrando por um rio cinco léguas, tomando a cidade, sem lha poderem defender dez mil homens de peleja, tendo presente o seu próprio rei que os fazia pelejar com dobradas forças. E, pois Deus assim tem mostrado o muito que nos quer, que razão pode haver, tendo confiança nele, que nos possa estorvar? Não mostrarmos a estes mouros que não somos inferiores aos portugueses que nos tempos passados alcançaram tantas vitórias deles? E a quem isto não parecer bem, não deve de se lembrar da obrigação que tem a Deus e a seu rei a aos avós donde procede, como se lembrará dos perigos evidentes que nesta empresa estão certos e da morte que quererá fugir, da qual não há poder escapar na terra quando por Deus for ordenada.

Ora pois, senhores, lembro-vos que tendes um rei por senhor tão desejoso de vos fazer mercês e tão compadecido de vossas necessidades que vos está obrigando a lhe defenderdes esta sua fortaleza como ele e eu esperamos que façais, e que o proveito que disto se nos segue, além das rezões que já vos disse, é, que ficando agora vencedores (o que eu tenho por mui certo, pois temos a Deus por nossa parte), que nunca mais os inimigos terão atrevimento para tornarem outra vez a se levantar contra nós, porque, ainda que eles se estribem no favor e ajuda que têm nos turcos, assim por serem fortes como por serem excitados e destros nas armas, todavia não se podem comparar com o vosso ânimo, que tão costumado está a alcançar muitas e grandes vitórias deles.

Ponde todas estas rezões diante dos olhos, fazei conta que pelejais em presença de el-rei nosso senhor, o qual há-de julgar vossos trabalhos e remunerar vossos serviços, não como quem está daqui cinco mil léguas, senão como se estivera presente a todos os combates e recontros que por vós passarão. Esforçai-vos valentes e animosos portugueses, leais e bons vassallos, ou, por dizer melhor,

amados filhos daquele grande rei de Portugal a que todos chamais pai; pelejai todos com grande coração, pois tendes por guia e vos acompanha Cristo crucificado».

Dizendo isto mostrou a todos um crucifixo, pondo-se de joelhos diante ele, tornando a continuar a sua prática foi dizendo **que acometessem os inimigos com grande ânimo e que não arreceassem morrer naquela empresa porque, dizia ele, «che un bel morir total a vita honora».**

Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (I Parte)

40. Via o Nisamaluco estas perdas cada dia cos olhos, fez conselho de guerra, onde representou, **os capitães escolhidos, a gente de guerra, as forças e armas que neste cerco juntara, quam pouco fundia o maior poder de todo Oriente, o cõselho, industria, esforço de tantos; doutra parte não avia mil Portugueses, e esses criados ã trato, e comercio, governados por dous capitães entre si mal acordados, sem terem muros, cavas, nem obdiencia na guerra, tinham ganhada mais hõrra que todos os Reys da Índia vezinhos que tantas vezes vencera, nam podia crer que da nossa parte Deos pelejasse, pois nam costumava favorecer a tyranos, que tam longe levava a cobiça a terras estranha. Mas somente era desdita sua, e fraqueza de seus Capitães e se hũa cousa e outra podia restaurar honrra, estado, thesouro, lhes rogava distribuíssem o seu, tomassem seu Reyno, tomassem a vida, a troco daquela pequena Cidade fraqua, arazada, batida por todas as partes, em que nam ficava mais que fazer que cometeremna quomo vencedores.** Os Capitães aballados destas palavras sayram ao Campo co as armas na mão, e dado sinal á bataria mais brava, cingindo a cidade, abrindo caminho a seus Elephantes e a suas bandeyras, cõtinuando tee o quarto dalva esta força: determinadamente foy outra vez a Cidade em roda batida, e os Imigos entravam por todas as partes.

António de Castilho, *Comentário do cerco de Goa e Chaul, no ano de MDLXX*, Liv. II

1.2.1. Arengas femininas

41. Das cousas que este anno passado acontecerão em Maluco, e de como os da terra matarão o capitão Gonçalo Pereira, e lhe socedeo Vicente da Fonseca.

A raynha e os regedores ficarão muito contentes de verem aquellas divisões, porque esperavão de por ellas tornarem a cobrar a liberdade d'aquella ilha, e lançarem fora todos os Portugueses: e vendo que se lhe offerecia tamanha occasião, não a quiserão perder. E fazendo a raynha ajuntamento de todos os principaes da ilha, lhes fez a todos esta fala:

«Bem vos lembra amigos meus a quem eu sempre amei como filhos, que vindo os Portugueses ter a estas ilhas perdidos, os mandou elrey Boleife meu marido buscar, e trazer pêra esta ilha, onde com honras e mimos os recebeo, e agasalhou, e deu fortaleza, perdendo por amor d'elles a amizade dos reys vesinhos e parentes. E depois que os recolheo nesta terra, pellos sustentar, e defender nella, teve muitas guerras, perdas, e danos, e arriscou muitas vezes a vida, e o estado, tratandoos em quanto viveo com mais amor que a seus proprios filhos: mas elles em satisfação d'este hospício, gasalhados, mimos, e favores, fechando elrey meu marido os olhos, quiserão logo lançar mão de mim, que lhes escapei, andando muitos tempos por matos, e por brenhas, passando muitas miserias, e desventuras, tomandome meus filhos mininos com engano, e quando meu filho Bayano começava a entrar em idade pera tomar posse do reino, matarãomo com peçonha, e pode bem ser que se

não acodir o fação a essoutro que tem na fortaleza, tão mal tratado, como se fora todo seu, e nos fomos os forasteiros, avexandonos sobre isto, fazendonos guerra, usando as crueldades que ha poucos dias vistes nos nossos proprios naturaes, deitandoos aos cães, como alimarias brutas. Qualquer d'estas cousas era mûy bastante pera trabalharmos de sacodir de nossos pescoços, hum tão duro e pezado jugo: quanto mais tantas quantas pêra isso temos. E sobre tudo isto, o que he mais de sentir, a afronta que se fez a nossa religião, avexando nossos sacerdotes, desprezando nossos templos, e vituperando nossa ley. E pois o tempo nos offerece tamanha occasião, como a que oje ha com a desavença dos Portugueses com seu capitão, lancemos mão d'ella, pois temos em nosso favor todos os Portugueses, e então a y nos fica depois matarmolos a todos, e darmos liberdade ao vosso rey, e a vossa patria, e não consentir mais hospedes, que tão mal nos ãode pagar o gasalhado».

A todos moverão as rezões da raynha, a quem não faltarão lagrimas, em quanto renovou as cousas passadas, e todos ali se lhe oferecerão pera dar a execução aquelle negocio, tratando logo ali o modo, e o dia, em que avia de ser.

Diogo do Couto, Década IV da *Ásia*, Lv. VIII, Cp. I

2. Épica

2.1. Arengas navais

42. ¶ neste nono canto, el señor Don Juan d'Austria, junta los capitanes en su galera: a todos persuade com razones urgentes, incitandolos a la pelea. Venus le da las armas hechas por Vulcano, traele exemplos de algunos capitanes antiguos, y de otros Lusitanos que grandes victorias alcançaron en Oriente.

Pues viendo el general famoso d'Austria (...) Un elado temor y miedo acculto: Que de unos a otros pechos se empeçava Conocer y mostrar ya claramente.

Y que un ciego rumor, y voz medrosa
Volava a ca y alla com triste aguero,
Mostrando alli los flacos coraçones
Un desmayo en los gestos amarillos.
Determina esforçar la flaca gente,
Y dar a los osados, nuevo brio,
Manda llamar, sus fuertes capitanes,
Y juntos los teniendo assi les dize.

**«Esforçados varones, es llegado
El tiempo en que hõra y fama teneis cierta:
Tal oportunidade muy claro vemos
Que el cielo nos la esta offresciendo.
Tenemos en la mano el punto, y ora
En que deveis mostrar com fuertes braços
El valor, el esfuerço, y la osadia
De vuestros invencibles coraçones.
El persido enemigo no está lexos:
Espera el fin guardando, en vuestras manos,
Venced, venced amigos, pues el cielo**

Os tiene concedida alta victoria.
No se pueden temer fuerças de Turcos:
No pueden recearse sus armadas,
Pues les falta virtud, y no conoſcem
Verdad: que solo se halla en vuestros pechos.
Pues ho saben tener honra, ved como
Osaran resistir pechos honrados?
La braveza que muestran al principio,
Al fin pâra en bolveros las espaldas.
El temor concebido entre Christianos,
Los hizo injustamente assi nombrados,
Cometen com gran fuerça, y esto es sempre
A donde hallan menor la resistência.
Considerad varone animosos,
En guerra exercitados, quanto valen,
Ellos para com vos: y vereis claro
Quanto los precedeis en valentia.
Si tanto dr han ampliado: y tantos Reynos
Han ganado: es la culpa de los Christianos,
Que nunca han atajado, sus intentos:
Ni resistido a sus conjuraciones.
Mas antes muchas vezes se han valido
Dellos, en casos com razon odiosos,
Y muy aborrescibles: assi al cielo
Como a ca en el mundo, a justos hombres.
Es desto buen testigo, el grande Imperio
De Griegos, ya de Turcos destruido,
Y el Duque Ludovico Esforza, y Francia
Com poca religion dandole hospicio.
Victorias alcançaron, pero fueron
Com gran desigualdade de fuerça y gente,
Contra aquellos, que siendo inferiores
En numero y poder, fueron vencidos.
Qual es aquel que ignora a Mahometo
Aquel que conquistô la gran Bisancio,
Y com potente braço victorioso
A Trapesonda puso en fervidumbre.
Entre todas aquellas fuertes vandas
De belicosos, bravos cavalleros
A victorias usados, y entre tantos
Esquadrones de fuerte Infanteria.
Affrentado y turbado com huida
Infame y com renombre y fama oscura:
Las espaldas bolvio al fuerte braço
D'aquel Moldavo Drâcola valiente.
Que com seis mil cavallos, y otros tantos
Infantes, lo buso dentro en sus tiendas,
Poblandolas de muertos, y regando
De roxa sangre, aquellos campos verdes.
Aquel Ismael Sophi en mil recuentros

Con su cavalleria ha quebrantado,
 Y reprimido todas sus bravezes
 Com que ellos al principio acõmetian.
 Pues esse Iuan Vniades rompendo
 Com muy desigual numero Amurates,
 Y mesmo Mahometo alla en Belgrado,
 Cobrô fama y renombre eterno al mundo.
 Aquel illustre George Castrioto
 De los Turcos llamado Scander Bego,
 De fuerte pecho, y animo invencible:
 Valiente capitan de Iesu Christo.
 Quantas vezes deshizo su potencia,
 Y quantas los vencio, biene es sabido,
 Com muy pequeño exercito, aunque este era
 De fuerte gente llena de osadia.
 Pues esse Rey Mathia, quantos daños
 Les hizo, sin cessar de perseguirlos,
 Iustamente llevando sempre dellos
 La palma, y el laurel, de mil victorias.
 Para que me detengo en acordaros
 Las cosas ya passadas? pues tenemos
 Casi fresco aquel dia, en que sobervio
 Solimano mostrô vil covardia.
 Quando del Rio Drâuo, las inchadas
 Ondas passo, con impetu arrogante:
 Com fiera multitude, de armada gente,
 A Carlo mi señor despreciado.
 Mas luego en breve espácio arrepentido
 Quedo, del temerario pensamiento,
 I no osando esperar la espalda y fuerça
 De la magestad sacra, fue huyendo.
 Y tal miedo llevaba, que las puentes
 Por do yva passando, derribava:
 La su verdad es esta, y no son fuertes
 Sino para quien teme resistillos.
 Todos sabemos bien quan espantados
 Iuan Baptista Castaldoen Transilvania
 Los dêxo, com aquellos Españoles
 Cuyo valor el numero abilita.
 Y aquella guarnicion en Corôn puesta
 Tambien desta nacion famosa y fuerte,
 Quantas vezes deshizo sus disseños,
 Y quantas los turbo com daños graves.
 El buen Principe d'Oria en el socorro
 De Corôn, ahuyentô la gruessa armada
 Enemiga, la qual en fuerça y numero
 A su flota y galeras excedia.
 Si os acordais de aquella lid sangrenta
 Quando don Bernardino de Mendonça
 General de galeras Españolas

Desbaratô Aliamathey Caramano.
Bien se que os pungirá la tal victoria,
Y un fuego encendera en vuestros pechos,
Para que com mas fuerça en esta empresa
Os deis a conoscer com fama honrada.
Que verguença sera ô fuertes hombres,
Si dexamos a Cipro entregue a Turcos?
Y que las islas sean saqueadas
Com muretes y com daños tan sangrentos:
Y de tales afrentas olvidados,
A tantos gritos, sordos nos mostremos,
Boluindose ellos todos si «n peligro:
Culpando la impieda, de los Christianos.
Y sabiendo que estamos com tal flota,
Abastada de tantas naeiones, municiones,
Com tan diestros soldados, y con tantos
Prudentes y animosos capitanes.
Iustamente diran, que los tenemos,
Culpando nustro miedo y covardia:
Considerad si es justo que tal nombre
Nos quede: o que dexemos tal memoria.
La guerra solamente desensina
No merescio jamas ser alabada:
Sola aquella fera digna de gloria
Que al enemigo impede hazer el daño.
Pues vuestras intenciones al presente
Tan vivas estaran y tan dispuestas,
Como quando siguistes las vanderas
De Carlo mi señor, sempre invencibles.
Aora militais en esta empresa,
Siguiendoel estandarte sacro y sancto
De nuestra redempcion, que os afigura
Corona victoriosa immortal al premio.
E a pues ô varones animosos
Usados a vencer tales affrentas,
Apercebid las armas, y al encuentro
Salgamos, al cruel duro enemigo.
Mostralde la opinion y animo grande
De vuestros coraçones y mostralde
Con su daño, el valor de vuestro hechos».

Dixo: y luego entre todos se levanta
Un sordo murmurar de varias voces,
Bien assi como quando en aquel tiempo
Que Phebo la tercera casa ilustra.
Suena un baxo rumor ronco e molesto,
Y un prolixo sussurro de volantes
Solicitas avejas, quando en medio
De la caliente fiesta, el campo buscan.
Donde las varias flores despojando,
Con su dulce carga buelven a su puesto,

Y a la pequeña puerta amontonadas,
 Con ciega voz, entrar dentro procuran.
 Prudentes capitanes a una parte:
 Por otra los soldados animosos,
 En varias opiniones repartidos,
 Razonan entre si confusamente.
 Aquellos que mostravan al principio
 Un temor, de infelice y mal successo,
 Muchas razones dando, mâs fundadas
 En temor, que en razon, ni causa justa.
 Y s muestran un spiritu animoso,
 Vino acõmetedor de grandes hechos:
 Ya mueren por hallarse com el Turco
 Travados, en reñida lid sangrenta.
 Corre por la gran flota un vivo grito
 Regozijado y lleno d' Alegria:
 Sabida la intencion, ya presupuesta,
 Y assentada, en buscar al enemigo.
 De nuevo se aperciben, y aparejan,
 Las armas, com señal de gran contento:
 Unos limpian y apuntan arcabuzes,
 Y hazen de frio plomo, ardientes balas.

Jerónimo Corte Real, *Felicissima victoria concedida del cielo al señor don Iuan d'*
Austria en el golfo de Lepanto de la poderosa armada Otomana, Canto IX

2.2. Arengas terrestres

43. Postera lux aderat, croceisque Aurora capillis
 Cesserat e turris, illasque reliquerat udas,
 Cum sic progenies primos Eduardica verbis
 Mitibus alloquitur monstraque **pericula sortis**
Esse benigna duci, quotiens devincitur hostis,
 Illorumque animos hortatus (qualia princeps
 Militibus narrare solet post dura pericla)
Maiores queritur belli superesse tumultus.
Urbs fuit aequoreas (est nunc) placidíssima o bundas
Tinge quam bello multi petiere potentes
Praestantesque duces, frustra sed tempore longo
Pugnare suis opulentam viribus urbem.
Nam claris munita opibus, munita superbo
Milite, contemnit vicinos improba reges.
Ingeniumque loci facit, ut securior omni
Parte sui maneat, nullosque insana timescat.
Quin et ab Antheo memoratur condita Mauro.
Hinc Abila est, illinc erecta cacumine Calpe
Obiicitur. Priscorum aliqui dixere columnas
Herculeas, quibus annexis reparasse receptum
Alcides canitur mare; nec prius unda refluxit,
Quam mons imposito nexu laxatus uterque
(Sive sit a nostris nuper memorabile fictum,

fabula seu fingat veterum monstrosa virorum)
permisset aquas solito iam calle reverti.
Hincque sui capit Oceanus primordia cursus
Littus ad Hispanum, Libycumque hinc usque Triquetram
Abluit, Ionium simul, Aegeumque profundum.
 Idque sua regnum cupiens ditione tenere,
 Arma parata movet, fidos procereque ducesque
 Convocat et recti pandit penetralia cordis :
 «Vidi iampridem vestrae observantia mentis
In me quanta foret, vidi rigidissima bello
Pectora, novi animos extrema et ad ardua fortes.
Vos ego multarum per taetra pericula rerum
Expertus totiens, nullorum tela potentum,
Crudelesve minas aut horrida tela vererer.
Quinetiam auderem terris quodcumque pericli,
Tantum nos animi movit fiducia notis.
Nunc quo nos fortuna vocat cedamus et illic,
Marte favente, decet solitas entendre vires.
Gens fera litoribus nostris vicina cohaeret,
Regibus invitis, quam nutrit barbara Tinge.
Quae scitis quot iniqua viros, quot tradidit Orco
Armigeros, quasi semper inexpugnabilis omnes
Negligat, imperium nunquam captiva subivit
Illa meum (non vana loquor) vos omnia nostis.
Pergamus quo fata monent, non impia regnet,
Non impune ferat». Dictis quibus annuit omnis
 Turba virum concors animis; tum tendere gressus
 Largisque optatam contingere passibus urbem
 Festinant nullumque putant pro laude laborem.

Cataldo Parísio Sículo, *Arcitinge*, 411-462

43. Chegara a luz do seguinte dia e a Aurora de cabelos de açafão afastara-se das terras, deixara-as húmidas, quando a progénie de Duarte assim fala aos principais com doces palavras e mostra **que os perigos da sorte são compensadores para o general, todas as vezes que o inimigo é vencido** e exortando o ânimo dos homens (com palavras como as que um príncipe costuma dizer aos soldados depois das duras provações) **lamenta-se de restarem ainda maiores perturbações da guerra. Houve uma cidade muito agradável, que ainda existe, diante das águas do mar, Tânger, de que muitos capitães poderosos e notáveis tentaram apoderar-se, por meio da guerra, mas longo tempo e em vão lutaram contra esta cidade opulenta de forças. Na verdade, fortificada de meios, fortificada de soldados soberbos, despreza impudente os reis vizinhos. E as condições do lugar fazem que permaneça segura de todos os lados e na sua insolência a ninguém tema. Recorda-se até que foi estabelecida pelo mouro Anteu. De um lado fica Ábila, do outro, opõe-se-lhe Calpe, levantada num cume. Alguns dos antigos chamaram-lhes as colunas de Hércules, colocando-as uma ao lado da outra, cantam que o Alcides voltou a recolher o mar; e as águas não correram de novo, antes que os dois montes, livres da cadeia que lhes fora imposta (seja isto memória da imaginação recente dos nossos ou fabula de monstros dos antigos), tivessem permitido que as águas voltassem pelo costumado caminho. Daqui toma o seu começo o Oceano até à costa espanhola, daqui banha as costas da Líbia até à Sicília, ao mesmo tempo mar da Iónia e Egeu profundo. Desejoso de ter sob a sua obediência este reino, põe em movimento o exército que preparara, convoca os fiéis magnates e chefes e abre-lhes os recessos do seu justo coração: «Vi há muito como era grande o respeito que tínheis por mim, vi os vossos corações corajosíssimos na guerra, conheço o vosso ânimo forte no que é extremo e difícil. Tendo-vos experimentado tantas vezes no meio de situações negras, eu não temeria os dardos de poderoso algum ou as suas ameaças cruéis ou os seus ataques de meter medo. Pelo**

contrário, eu ousaria afrontar na terra não importa que perigo, tanto me persuade a confiança numa coragem conhecida. Agora para onde a fortuna nos chama, sigamos nós, e aí, com o favor de Marte, é altura de revelar o costumado vigor. Um povo feroz mantém-se vizinho das nossas costas, contra a vontade dos Reis, um povo criado na bárbara Tânger. E vós sabeis quantos homens, quantos guerreiros, na sua iniquidade, ela mandou para o Orco, como se fora inexpugnável sempre, a todos despreza, nunca sofreu, em cativo, o meu império (não são coisas vãs as que digo), porque vós sabeis tudo isto. Prossigamos para onde os Fados nos aconselham, para que ela não reine na sua impiedade, não actue na impunidade». E a estas palavras anuiu toda a multidão dos varões, concorde em seu coração; então apressam-se a marchar e a atingir a ambicionada cidade com largos passos, não tendo em conta esforço algum, em vista da glória.

44. Ergo simul proceres omnes coire vocati,
Quae sedeat menti praetor sententia pandit,
Atque haec in medio promit verba ultima coetu:
«**Ventum ad supremum, proceres; stat Marte superbam
Oppugnare arcem. Video munita locique
Ingenio et multis tutissima moenia telis,
Hostilesque manus et vitam effundere certos,
Aut tutari arcem spargendo funera, Gallos.
Sed quae sunt contra divina hae robora vires?
Numquid difficile est Domino, - caeli ardua nutat
Quo quatiente domus, - turres excindere magnas?
Non ille armatas acies, non saeva tremiscit
Agmina; non hominum terrores pertimet ille;
Ille dabit vires, causamque iuvabit agentes
Iustitiae Fideique pius; desxtraque potenti
Pugnabit, frangetque hostes, atque impia, vera
Cassa fide, meritis multabit pectora poenis.
Ergo, Dei invicto fidentes robore, magnum
Aggrediamur opus divinae laudis amore;
Splendida praecedant sacra vexilla tropaei
Et sperata crucis victoria signa sequetur**».
Haec postrema dedit dux forti e pectore dicta.
Iamque omnes trahit ad sese; iam pectora cunctis
Incaluere viris armorum ac Martis amore;
Fervescunt animis; iuvat ire, et Gallica bello
Moenia diruere, et fumantibus urere flammis.

José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber III, 2490-2514

44. Logo que se reuniram todos os chefes em conselho, o governador expõe a decisão que guarda no peito e no meio da assembleia profere estas últimas palavras: «**Chegámos, senhores, ao termo; estou enfim decidido a atacar a fortaleza altiva. Bem sei a posição estratégica do lugar e as construções montadas de inúmeras peças, as mãos inimigas e os Franceses decididos a perder a vida ou salvar o forte a preço de sangue. Mas o que são essas forças para a onipotência divina? Porventura é difícil a Deus – que a um aceno faz tremer o palácio celeste – arrasar as grandes torres? Não é ele a tremer de batalhões de soldados embora creís; ele desconhece os terrores dos homens; Ele incutirá forças, ajudará compassivo a causa do justo e do fiel; com a dextra potente abaterá e esmagará os inimigos e castigará com a morte os corações ímpios, vazios da fé verdadeira. Confiados pois na força do Deus invencível, lancemo-nos à grande empresa para glória divina; preceda-nos o estandarte fulgente do triunfo de Cristo, e a desejada vitória seguirá a bandeira da Cruz!**» Esse grito último arrancou o chefe do ardoroso. Já todos arrastou para si; já o peito dos bravos se acende no anseio das batalhas furiosas; fervem as almas impacientes; desejam ir arrasar as fortificações francesas entregá-las às chamas; ou generosas perder a vida em morte gloriosa pela causa santa da fé e da glória

divina. O próprio chefe, conduzido em batel, passa em revista a todos e manda que as naus avancem em ordem.

45. Neste Canto Quarto se trata da falla que o capitam Dom Joam Mazcarenhas fez aos capitães das estancias: e de como mandou queimar hũa grande nao, em que Cogeçofar tinha inventado um sutil, e danoso ardil.

[...] Dadas estas estancias aos fidalgos,
Segundo a cada hum lhe coube em sorte:
Estando todos juntos em silencio,
O Capitam lhes disse estas palavras:
«**Esforçados senhores, valorosos,
Usados a trabalhos, e a perigos,
Bem vedes este cerco tam soberbo,
Que Mamude nos poem sem causa justa.
Bem vedes que este tempo, em tempestades
Metido, mil trabalhos nos promete.
Alembrevos que temos IESU CHRISTO
Por nosso capitam: e que está certo
Vencermos, pelejando contra inimigos
De sua Fé sagrada. O Portugueses
Dignos de immortal fama, e nome eterno,
Aqui mostray quem sois com vivo esforço;
Mostray vosso poder, e valentia.
Temos nas mãos agora o que contino
Vossos corações pedem belicosos;
Nam deixemos perder a honra presente.
Mil perigos passastes, mil trabalhos;
Mil batalhas vencestes assaz duras;
lemên, e nome honrastes para sempre,
Sigamos a fortuna que se mostra
A Portugueses sempre favoravel.
Hum Deos temos por nós brando, e benigno,
Que nam quer, nem consente nosso dano;
Hum Deos que em fim morreo por nos dar vida.
O fortes Portugueses, ô senhores
Que sois de IESU CHRISTO cavalleiros,
A religião Christã vos lembre a todos,
E aquella gloriosa, eterna fama
Que os nossos ja passados adquiriram.
Alembrovos que somos filhos destes;
Alembrovos quam justo he que sigamos
A via tam ditosa paronde elles
Com tanta gloria, e honra caminharam,
Deixandonos hum rastro todo tinto
Com sangue sempre fresco, que nos guie
Por caminho direito, até que ajamos
O galardão final que pretendemos.
Lembrovos que este imigo he fraudulento,**

**Quebrantador do pacto, e a paz firmada,
Que nam guarda palavra prometida,
Nam saberá vencer, nem cós vencidos
Terá clemencia algũa; atentay todos
Que esta guerra he muy justa, pois quebraram
Contratos, condições entre nós postas.
Lembrovos que o vencer he glorioso,
E que o morrer he certo em toda a parte.
Lembrevos defender a Fé sagrada
Daquelle que por nós na Cruz com dores
Morrendo, derramou seu puro sangue,
O qual ja nos promete hum vencimento,
Que celebrado seja em todo o mundo.
E ainda que este cerco trabalhoso,
E duro se nos mostra; bem confio
Nos vossos corações, a quem perigos,
A quem a mesma morte nam espanta.
Troquemos nossas vidas que nam duram,
(Pois somos a morrer em fim sogeitos)
Por hũa honrada fama, e alto nome
Que ficará de nós eternamente».**

Apos estas palavras se alevantam
Todos num coraçam: ja desejosos
De de verem travados cós imigos.
Repartense dali por baluartes.[...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IV

46. Depoys de chegados e todos surgidos
quando vio tempo mays conveniente,
senhores, fidalgos foram rrequeridos,
qu'a elle se fossem todos juntamente.
Des que congregados com ele presente
Lhes fez hũa falla de tanto primor,
como aquele que tem gram favor,
ajuda sossidio de mays eloquente.

Onde per ele lhes foy declarado
**Toda a tençã del rrey, seu senhor,
Que foy enziallo sobre Azamor
Pola maldade do erro passado.
C'a todos pidia que d'amor e grado
Quissem sem outra vontade, nem zello
Em sua tomada tambem cometelo**

Por que depoys de ter esperança
Em nosso senhor de lhe dar vitoria
Em elles levava tanta cõfyança
Pera todo feyto mais dyno de grorea.
Que lhes pedia qu'ovessem memorea

**Das cousas de Rroma quando prosperava,
Em quanta maneyra a ley se goardava
Segundo se nota na sua estorea.**

**Cõ Romus e Rromulo tam bem alegando,
De quando s'aquella cydade fundou,
A pena que ouve por que quebrantou
A ley que foy posta em se começando.
Que lhes pidia que nunca desmando
A guerra durante em eles ouvesse,
Mas que obedecessem ho quele quisesse
E que elle sempre seria a seu mando.**

Com doces palavras forradas damor
Com muy abimoso desejo e vontade,
Com mil cortesias, com grande favor,
Com humas entranhas de pura verdade.
Assy os pervoca, com tall manssidade,
Que todos rrespondem dizendo: senhor
Nosso desejo he muyto mayor
Do que nos pidija, em grande quantidade.

Ouvyndo palavras tã bem rrezoadas,
Ficou de contente atam satisfeyto
De saa senhoria atam estimadas,
Que o por fazer estimou por feytio,
Dizendo: que sempre seria sogeyto
Fazendo por todos, como bem veriam,
Que dy endiante eles conheceriam
As suas palavras fycar em effeyto.

Luís Henriques, *Ao duque de Bragança, quando tomou Azamor, em que conta como foi*, 57-104

Tipo 2 – Arenga dirogida a uma assembleia de tropas (horas ou dias) antes de um combate

1. Historiografia

1.1. Arengas navais

1. Almeida inde profectus, Diu vela dare iussit. Ibi Mirhocemus cum in altum naves educere et cum Almeida mari aperto dimicare constituisset, quamvis Melichiazus id consilium minime probaret, omnes duces confestim iussit ex angustiis prodire. In Mirhocemi classe erant tres constratae naves ingentes, et tres aliae rostratae, sex trirremes, quatuor naves Cambaienses, et longae Melichiazii naves, quarum iam mentio facta fuit. Calecutienses vero parones erant permulti. Erat denique numerus hostilium navium supra centum. Milites, quos Mirhocemus adduxerat, et armis et animis praeferoces, victoriam sibi certissimam pollicebantur. Idem animus erat in reliquis

nationibus, quae cum illo societatem coiverant. Spes et odium illos acriter stimulabant, ut et libertatem tuerentur et gentem invisam extinguerent. Quod vero indignissimum fuit, non minus ardoris in Christianis quibusdam, qui eadem classe vehebantur, erat ad manus cum Christianorum classe conferendas, quam in illis, qui propter religionis odium Christianum nomen extinctum cupiebant. Hi erant Veneti, partim Dalmatae, qui trirremes ductabant.

Variae deinde fuerunt imperatoris utriusque cohortationes, cum Mirhocemus milites **rerum ab illis gestarum comemoracione, imperii amplitudine, et Sarracenorum omnium libertate, Christianique nominis odio, et spe opum atque munerum quae omnia uno illo praelio continebantur, excitaret. Viderent praeterea socios spectatores esse. Si vincerent, se laudem sempiternam adepturos; si victi essent, dedecus et ignominiam subituros nulla temporis vetustate delendam. In illo praelio Indiae imperium, sociorum salutem et libertatem, eorumque qui dimicarent, dignitatem nullis seculis interituram consistere.**

2. Almeida vero **Christi nomen, religionis sanctitatem, sectae Mahumetanae scelus commemorabat: neque solum spem amplissimae dignitatis et gloriae, verum et coeleste praemium proponebat. Dicebat praeterea omnem salutis spem una virtute contineri. Si victi eo praelio essent, reputarent animis esse se hostibus innumerabilibus circumsessos, qui metu tenebantur, ne conceptum odium in nomen Christianum expromerent. Hoc autem metu sublato, fore, ut undique ruerent, ut CHRISTI memoriam in illis regionibus delerent; subsidia esse longinqua, hostes autem circumfusos; nullum fore tutum in calamitate receptum, fidem ubique lubricam, fraudem ad fidem violandam paratissimam. Idcirco, quod fortium virorum esset, cogitarent eo praelio esse omnibus aut cum magna gloria vincendum, aut cum magna virtutis significatione moriendum. Referebat deinde filii Laurentii omnibus carissimi necem, ad cuius vindictam omnes, qui dolorem non mediocrem ex casu illius exceperant, acriter incitabat. Considerent porro, Christi numen, pro cuius gloria praecipue dimicabant, adfuturum.** His et alii eiusmodi verbis Almeida Lusitanos satis sponte sua concitados ad certamen acuebat.

Jerónimo Osório, *DE REBUS EMMANVELIS REGIS LVSITANIAE INVICTISSIMI VIRTUTE ET AVSPICIO GESTIS LIBRI DVODECIM*, Liber VII

1. A sair de lá mandou Almeida velejar para Diu. Como ordenasse Mir-hocem levar âncoras e tomar o alto porque intentava combater o vice-rei em mar aberto, posto que Melique-az não aprovasse tal ideia, atirou peça de leva para as naus saírem da barra. Compunha-se a armada de Mir-hocem de três mui alterosas naus, três galeões, seis galés e quatro naus de Cambaia, e as fustas de Melique-az de que já menção fizemos. E uma infinidade de paraus de Calecute. Passava além de 100 a quantia de embarcações inimigas. Os soldados que Mir-hocem trouxera, ferocíssimos de génio e de exercício, se prometiam certíssima a vitória. E a mesma confiança lavrava nas mais nações que ali vieram de comunidade. Que os esporeava acerrimamente ódio e a esperança de sustentarem sua liberdade e darem fim a homens aborrecidos. O que, porém, era indignidade suma, ver não menos ardor em certos cristãos que vinham na adversária armada, tão sófregos de se pelejar conosco como os mouros e desejando, em ódio da religião, extinta a cristandade. Dálmatas eram uns, venezianos outros, comitres das galés.

De uma e de outra parte fizeram os generais diferentes falas, Mir-hocem recordava aos soldados, suas proezas, a grandeza e timbre do império, a liberdade dos sarracenos todos, o ódio do nome cristão, e o anúncio de riquezas e galardões, pendurado tudo daquela peleja. E que reparassem nos companheiros, a que tinham por espectadores. O perdurável louvor que haviam de granjear, vencendo; e a desonra e a ignomínia por onde passariam, se vencidos fossem, a qual não tinha de gastar nenhum correr de tempos. Que naquela batalha librava o império da Índia, o salvamento e liberdade das sócias nações e a dignidade dos combatentes não perecedora em algum século.

2. O vice-rei lhes punha diante o nome de Jesus Cristo, a santidade da nossa religião, a impiedade da seita de Mafamede e lhes alardeava não somente a esperança de mui compridas honras e renome, mas ainda a celeste recompensa. Acrescentando que no único valor deles pesava toda a confiança de salvamento, porquanto, se se deixavam vencer, advertissem em seus entendimentos ali estavam

para os aprisionar um sem número de inimigos, a quem, para exalar todo o ódio concebido contra o nome cristão, faltava não mais que perder-nos o receio. Que este destruído, romperiam de toda a parte a afogar a memória de Cristo em todas aquelas terras; que inimigos por todos os lados nos cingiam; socorros, de longe nos ficavam; couro nenhum num desbarato nos era seguro; lealdade, vidrenta em toda aquela costa, e embustes assestados para a salvo a quebrantarem. Assim que tivessem por imaginado todos que conflito tinham do vencer com grande glória sua, com abonos de qualificada valentia. Debuxou-lhes, por fim, a morte de seu mui prezado filho D. Lourenço, para cuja vingança se alvoraçaram os brios de quantos de seu desastre tinham concebido não mediano sentimento. E que a maior confiança a segurar a deviam segurar na cruz de Jesus Cristo, por cuja glória pelejavam. Com estas vozes e outras, na mesma substância, afiava Almeida os brios dos portugueses, ansiosos já de si para a batalha.

3. De como ho governador desbaratou os mouros que estavam em Couleto.

[...] E dali por diãte ate ho tone ser em salvo não achou Duarte Pacheco mais perigo, e tornando-se pera Cochim quasi ás dez horas do dia chegou ao passo, por õde passou de madrugada e achouho todo çarrado de trinta e quatro paraós que estão encadeados, bem fornidos de gente darmas, principalmente de frecheiros, em cada hũ tinha seu tiro por proa, e em ambas as pontas do passo em terra estava muyta gente que crêdo que os nossos aviã de ser ali mortos, ou tomados acodião a vela. E em os nossos aparecendo derão os imigos hũa grande grita. Duarte Pacheco que os vio mãdou ter os bateis e juntos disse a todos: «**Se não soubera senhores que ha dous meses que pelejais coestes perros, e que sabeis suas rebolarias e que os conheceis, aĩda que vos tenho por muyto efforçados, parecerame que vos posera ã afrõta estarẽ como estão, porẽ nã digo eu há dous meses mas esta manhaã deos seja louvado tevestes vos a barba a perto de sete mil de que deixastes o chãõ bẽ cuberto de mortos; e assi fareis a estes cõ a ajuda de nosso seõnor, porque posto que estẽ embarcados a nossa artelharia lhe arrõbara os seus paraós; e como eles sã mais alterosos que os nossos bateis nã nos poderá fazer a sua outro tãto; por isso cõ a cõfiãça ã nosso deos demos neles levãdo nossos bateis ãcadeados**». Ao que todos responderão que assi seria bẽ, e que nã ya ali nhũ que ouvesse medo a tais perros. E ãcadeados os quatro bateis e os paraós de Cochim detrás desparãdo logo sua artelharia a tiro despingarda forão cometer os paraós, bradado todos por Sãtiago, e os imigos derão tambẽ grande grita, e poserão fogo a seus tiros que passarã por alto o que os nossos não fizerão antes arrõbarão algũs paraós ao lume dagoa e os desencadearão. [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. LX

4. De como o capitão mor Duarte Pacheco fez hũ salto em terra de Repelim e de como se partio pera o passo de Cãbalão a esperar el rey de Calicut.

[...] E sendo [Duarte Pacheco] já no passo, mandoulhe ho Caimal de Cambalão pedir pazes com hũ presente que lhe ele não quis tomar, nẽ fazer paz coele por ser imigo del rey de Cochĩ; donde lhe chegou recado per hum Bramene, que ao outro dia avia el rey de Calicut de dar batalha; e que estava injuriado de se lhe ele poer naquele passo por õde queria entrar. E disselhe que se affirmavão todos que el rey de Calicut ho avia de prẽder; ou matar na batalha. Ao que ele respondeo que aquilo esperava ele de fazer a el rey por amor do dia que era de grande solẽnidade pera os Christãos; que mal acertarão os seus feiticerys de lhe prometerem a vitoria em tal dia. Hũ Naire que vinha cõ ho Bramene ouvindo dizer isto, disselhe rindo como por escãrnio, que lhe via muy pouca gẽte pera fazer o que dizia, e que a del rey de Calicut cobria a terra e ho mar, que como avia de ser vencido. [...] E aquela tarde lhe mandou el rey de Cochim quinhẽtos Naires

de que ele não fez nhũa conta, nem dos outros, porque sabia que avia de fugir; e nos nossos depois de nosso señor tinha confiança. e toda aquela noyte fizerão grandes alegrias, porque soubesse el rey de Calicut que ho não temião, e mostrava muyto efforço pera lhe dar batalha. Do que estava muyto ledado e antes que amanhecesse lhes disse a todos: **«Senhores e amigos meus o prazer e contentamento que vejo em vos tenho por muyto certo pronostico da grandissima merce que nosso senhor avera por seu serviço de nos fazer oje, e creio verdadeyramento que assi como nos dá ousadia, pera que sendo tão poucos ousemos desperar a tantos milhares de gente como sam nossos imigos, que assi nos ha de dar efforço pera lhe resistirmos; e que quer oje fazer tamanho milagre como este sera, pera que seja conhecido seu poder; e sua santa fé exalçada e da sua parte vos peço eu que assi ho creais, porque sem isso ainda que nos fossemos tantos como imigos e eles tãtos como nos, todas nossas forças não serião nada pera os vencer, e sendo como digo toda a multidão dos imigos vos parecera muyto pouca pera os vècerdes, e eles vos julgarão pelo dobro do que eles sam pera vos temer; e crede que se vindo oje cõ tamanha presunção por serẽ muytos, e terẽ por tão certo de vos tomar vos ouverẽ medo, daqui por diante lhes ficarão os spiritos tão quebrados pera vos cometer, que se ho fizerẽ mais ho farão por medo del rey de Calicut, que por vātade que tenhamo pera isso. por tanto lembrevos que coesta confiãça aveis de pelejar pera vos nosso senhor fazer tamanha merce como sera darvos vitoria cõ honrra sobre todos os Portugueses, e fama antre estrãjeiros, e merecimẽto diãte del rey nosso senhor pera vos fazer merces cõ que sustenteis vossas vidas».** Ao que todos responderão que no combate veria quam bẽ lhe lembrarão suas palavras; e logo ã giolhos disserão a Salve Regina êtoada.[...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. LXXVIII

5. De como ho capitã mor Duarte Pacheco pelejou cõ cincoenta e dous paraós dos inimigos.

Depois disto estãdo Duarte pacheco hũ domingo jentando na sua caravela que viera de vigiar aquela noyte, como fazia as outras, disselhe hũ homẽ que estava no topo do masto, que pola bãda de Repelĩ vinhã dezoyto paraós de Calicut. E sabendo que não erã mais disse aos seus: **«Ea filhos, vos outros estais pera dar nestes paraós. Bem sey que estais cansados do trabalho desta noyte e doje: porẽ estes sam os paraós que queimarã a ilha de Cochĩ, eles sã poucos e recolhẽse, e agora passa de meo dia; se dermos neles, espero que nosso senhor nos ajude, e que os levemos na mão».** Todos disserão que estavam prestes.[...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. LXXVIII

6. Da muyto famosa vitoria que dom Lourenço e seus capitães ouverão da armada de Calicut, e como despois dela se partio dom Lourẽço pera Cochim.

E ao outro antes de ventar ho terreno mandarão os capitães mores dos imigos algũs recados a dõ Lourẽço dizendo que eles hião pera Cananor a tratar em suas mercadorias e com esse proposito hião e não de pelejar coele nem ho avião de fazer que os deyxasse ir em paz, ao que dõ Lourenço respondeo que ele era bem lèbrado de quam mal os mouros goardarão sempre a fê aos nossos, como erã testemunhas os que matarão em Calicut, e os quatro mil cruzados que roubarão na feitoria; por isso que se não avia de fiar deles,

que passassem se podessem, porque avia de fazer que soubessem quanto pesavão os golpes dos nossos e que esforço era ho seu, ao que os imigos responderão que pois assi queria que Mafamede os defêderia e destriria seus imigos, e começado de ventar derão as capitainas dos contryros as velas poendo as proas na nossa frota que estava da bãda da terra obra dhũ tiro de bõbarda de Cananor, donde se podia ver a peleja, e porque elrey dessa cidade a visse e fosse testemunha da valentia dos nossos, soffreo dõ Lourêço esperar ali os imigos, e ã quanto se chegavão a ele fez almorçar os seus. E depois lhes disse: «**Ora sus hirmãos agora he tempo que cada hũ mostre seu esforço e valentia**», e dizendo isto como as capitainas estavam já a tiro de lança dele poẽ a proa neles, ao que eles derão muy grãdes gritas que parecia que furavão ho ceo, e era cousa medonha de ver ho arroido das trombetas, e doutros instrumẽtos que trazião, porẽ dom Lourenço que os não tinha em conta com a esperãça em nosso seõnor que lhe daria vitoria foy abalrroar a mayor das capitainas que trazia seiscentos homẽs de peleja [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. XXVI

7. Como Afonso Dalboquérque sayo em Goa segunda vez e a tomou per força darmas.

[...] e foy surgir no rio de Goa a vinte dias de novẽbro do ano de quinhẽtos e dez. Afonso Dalboquérque como a principal cousa que avia mister pera cometer aquella cidade Goa, era levar os homeẽs contentes e alegres pólos ver em algũa maneira descontentes do que se passara nella quãdo a leixáram aos mouros, posto que já sobréste caso em alguũs conselhos se tinha justificado, toda via lhe pareceo necessário dar publica razam de sy, pola experiencia que tinha quanto adoçava o animo dos homeẽs que obedecem as justificações do superior, e mais nos tempos que elles vam offerecer suas vidas debaixo de seu mãdado. Assy que movido destas causas (posto que em todos visse prontidã pera aquelle feito) quis próporlhe este arrazoamento: «**Repetirvos senhores e amigos o que temos passado sobre esta cidade de Goa, seria trazervos á memória os méritos da honra que nella tendes ganhado, sem fazer algum desconto della porque a leixámos, como alguũs de pouca consideraçam querem fazer, atribuindo este feito de a leixar nã a obra de Portugueses, e mais assy mesmos que a mĩ seu capitam. Como se eu nam tevẽsse visto em todos, que se este feito se ouvera do governar pelo que queria o animo de cada hũ, primeiro leixára a vida que hũa ameya do que tinha ganhado, por esta ser a natureza do leal e verdadeiro Portuguẽs. Mas como todos militámos debaixo dos precẽptos e regimento delrey nosso seõnor, e elle sempre faz mais conta da vida de cada hum de nós que do senhorio das cidades da India, e a principal cousa que encomenda a nós outros que temos este cargo que eu sirvo é a vossa segurança; nã podeis vós tanto desejar de as offerecer á morte debaixo de sua bandeira por lhe conquistar estados e senhorios, quanto elle é cautellóso no resguardo que nos manda ter por nã encorrerdes em pirigo della. E posto que eu sentisse em vós o pejo com que leixaveis esta cidade por parte de vossa honra, pólo que convinha á minha obrigaçam foy ncessário ser assy: cá o animo vosso sem os instrumentos com que se elle substenta e ajuda, que eram os mantimentos e monições que nos faleciam, fogo era sem matéria em que se elle conserva. Mas parece que meus pecados saindo eu da cidade a buscar esta cõservaçã de vossa vida e saude, nos trouxerã a padecer no mar o que eu temia na terra; pois como vistes a fome lavrou em nós mais que o ferro destes infiees. Ora louvado Deos nos vimos providos pera a necessidade que me obrigou a leixar esta cidade, e os vossos animos estã tam vivos**

pera vos tornar apouentar nella, como os lugares que tevêstes por apouentamento ainda quentes e frescos de vossas pesóas, pera vos receber em sy como próprio e natural assento vosso; o que é pelo contrairo nos mouros que nella estam. Porque pela nova que tenho, todos sam forasteiros e gente alugada, que no tẽpo dáfronta como nam defendem casas próprias, molher filhos, fé ou honra, no primeiro ímpeto nosso logo viram as costas e despejam o lugar que defendem, de que já temos experiencia as vezes que possémos o peito em terra no cometimento da fortaleza Pagij. Tudo segũdo tenho sabido nos convida, tudo nos amoésta que nos tornemos a esta propriedade que nos Deos deu sem sangue, e sem o modo que trazíamos de a cometer quando nella entrámos; da qual se oje estamos fora, verdadeiramente creyo ser por lhe nam darmos graças por quam barata a ouvemos de sua mão. Porque a naçam Portugues onde nam põem trabalho nam lhe parece que tem honra, e desta sua honrada openiam vem ás vezes nam estimar as cousas, e de as nam estimar náce o esquecimento de dar louvor e gloria a Deos per qualquer módo que lhe a elle apraz concedernos victória. Com tudo como esta milícia peró que nós sejamos ministros e instrumentos della, a causa é própria delle mesmo senhor, pois é contra mouros e infieés imigos de sua scã fé; ao presente nesta obra por que seu louvor, e glória de nosso rey, fama de nossos trabalhos ymos cometer, eu confio em sua misericórdia que mais fácil nos há de ser o feito, que a m̃y esta relaçam que vos faço, do estado em que de certo sey estarem as cousas desta vossa cidade de que temos perdido a posse e nam a auçam de a cobrar. Portanto senhores e amigos, pois vos Deos deu animo, forças, prudẽcia, e seguimos ley sancta, e servimos a príncipe a quem elle mesmo Deos concedeo o que nam deu a nenhũ de seus antepassados, descobrir e conquistar terras tam remotas do seu reino, devemos crer que nós outros seus criados e vassállos trazemos em favor nosso aquelle espírito de Deos que movéo a elle pera cõtinuar esta tam alta empresa. Póla qual os Portugueses em todalas partes do mundo sam muy conhecidos e estimados, posto que pelos feitos que em Africa tem feito já tevessem gram nome. E pois a nosso Deos, a nosso rey, e a nossas honras devemos nam perder o ganhado mas ir adiante com a memória destas tres obrigações, ponhamos o peito em terra que ella se despejará de nossos imigos como costuma tanto que nos vem o rosto; ca segundo vejo no de cada hũ de vós, já lhe parece pouco o que ymos fazer pera o que fará tanto que me ouvir invocar o apostolo Sanctiágo capitam de nossas victórias». No fim das quaes palavras por algum sinal que elle Afonso Dalboquerque tinha dado, como que fazia fim de seu arazoamẽto, começará as trõbetas de tanger ármãs, armas, com que a gẽte se alvorçoou tanto, que naquelle instante nenhũa cousa duvidara cometer. Afonso Dalboquerque assossegado aquelle rumor e geral alvorço, tornou a praticar com os capitães no módo como aviam de cometer a cidade [...]

João de Barros, DécadaII da *Ásia*, Liv. V, Cap. IX

8. De como o Turco mandou outro Capitão chamado Cafár, a buscar as galés que estavam em Baçorá; e de como tomou algumas náos de Ormuz; e de outras cousas que passaram.

[...] Os que iam na galeota, que seriam perto de trinta pessoas, tomáram antre si conselho sobre o que fariam, e todos foram de parecer, que pois a galé os entrava, e lhe não podiam fugir, que amainassem, já que não podiam pelejar com a galé; que pelo menos mal era serem cativos, que metterem-nos no fundo, porque logo se resgatariam. Só hum Francisco Anes, da obrigação de Fernão de Sousa Távora, requereo, e bradou

que tal não fizessem, e que se deixassem ir seu caminho, que Deos os ajudaria; e que quando lhe não pudessem fugir, que não sabia cousa mais honrada, que morrerem todos com as armas nas mãos; mas como elle era só, amainaram a vela e entregaram-se. [...]

Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. I, Cap. V

9. De como o Viso-Rey D. Constantino mandou Christovão Pereira Homem a lançar em Maçud o irmão Fulgencio Freire da Companhia de Jesus, com recado ao Bispo; e de como encontrou quatro galés de Turcos, e os tomaram.

[...] E vendo aquillo hum daquelles soldados, (enão cuidou que foi dos melhores, que sempre ha alguns, que querem ganhar terra) vendo a pressa com que o navio se hia sahindo, disse alto, como por galanteria, muito fugimos; o que ouvido por Christovão Pereira Homem, mandou ao leme que voltasse á galé, e poz a elle hum homem de sua obrigação, «e vós senhores, **determinai-vos, que dentro naquelle galé havemos de ir buscar nossa salvação, por isso cada hum se encommende a Deos, e a seu braço**». E fazendo voltar o navio, como a galé hia pera elle com fúria, na volta que fez se encontraram; e pondo a nossa fusta a proa na galé, pelo primeiro remo se lançou logo dentro Christovão Pereira com quatorze, ou quinze homens mais, que o acompanharam, e como leões famintos remetteram com os Turcos [...]

Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. VIII, Cap. VIII

10. Do que aconteceu a Luiz de Mello da Silva na costa do Malavar todo o mais resto do verão; e de como morreo o Veador da fazenda Aleixo de Sousa Chichorro.

[...] Mas Luiz de Mello da Silva, porque via vir-se ja chegando aquella Armada, e a toda a mudança que dalli se fizesse lhe haviam de pôr nome de fogida, emais tanto á vista dos inimigos, lhes disse **que negociassem, e fizessem prestes, porque aquella bandeira da milícia de Christo, que tinha pela quadra, não havia de fogir, mas que ainda os havia de ir receber fóra, pera mostrar o pouco que os receava** e com isto tomou as armas, e encadeou os navios a si, ficando elle em meio de todos; e com a artilharia prestes, e cevada, foi com o remo em punho saindo fora da enseada, porque os navios, que viam, traziam nella a proa; [...]

Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. VIII, Cap. X

11. De como el rey de Calicut deu ho quarto cõbate a Duarte Pacheco

[...] e Duarte Pacheco mãdou fazer ho mesmo aos Portugueses; e mandou arrasar a pôta da ilha Darraul porque os imigos não assentassem antre ho arvoredado algũ tiro secreto com que lhe fizessem dano, e mandou dar cabos dũa caravela a outra pera fazer dous bordos se lhe comprisse; e toda a noyte fez cõ os seus grandes alegrias. E antemanhã chegarão do vao Simão dandrade e Christovão jusarte, porque ficava seguro cõ a maré que enchia. E despois de todos comerem, lhes disse: «**Bem sabeis companheiros que el rey de Calicut vem oje sobre nos determinado de nos entrar, ou por este passo, ou polo do vao: eu pela experiêcia que de vos tenho não lhe hey medo. E sobre tudo com a confiãça na misericórdia de nosso senhor que por sua piedade nos não há de negar sua ajuda, onde importa tanto pera sua gloria, por cuja honrra pelejamos principalmente; e despois pola del Rey nosso señor. E deveis de crer que assi como**

nos ajudou sempre nos ajudará agora e tède por sinal disso ser oje baixa mar ao meo dia ate cujo termo não podẽ os imigos cometer o vão, e por a força de sua peleja ser ate estas horas se ate elas lhe defendemos este passo como espero: eu vos dou por seguro o vao. E pera nos defendermos não vos ponhão temor seus feros, pois sabeis bẽ onde chegãõ; e lembrevos que o que ategora tendes feyto pola misericórdia de nosso senhor (ele seja louvado) he hũa cousa tamanha, que per a muyto mais e muyto mais gẽte do que somos se pode cotar por milagrosa. E pois ho nosso bõ Deos todo poderoso, vos quis cõ sua ajuda deixar fazer cousas tão milagrosas: encomendovos muyto como a verdadeiros Christãos que não queirais perder esta gloria por algũa pouca dafrõta que podereis oje mais receber que os outros dias; porque será acrescentamento da honrra e fama que ganhastes ategora». Ao que todos respõderão, que assi ho farião, e que todos estavam pera ho ajudar ate morte. E sendo ho dia claro apareceo a põta da ilha cuberta de imigos, pera darẽ dali combate com algũas bombardas que tinhão assentadas em estancias de terra, que os emparasse da nossa artelharia. E dali começarão logo de cõbater muyto rijo e nisto apareceo a frota que era de CCL navios. [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. LXXIII

12. De como el rey de Calicut deu combate aos nossos com os castelos, e de como foy desbaratado.

Partido el rey de Cochim, Duarte Pacheco se foy para a sua caravela. [...] E querendo cear cõ os seus chegou Lourenço Moreno cõ esses da feytoria, com que costumava de ir; porque como disse nunca errou nhũa batalha das que os imigos derã aos nossos. Acabada a cea repousarão todos ate a meã noyte, e cõfessados e ausolutos pelo vigairo, Duarte Pacheco lhes disse: «Senhores e amigos meus, muyto alegre estou de ver que vos lembra o principal, que he a alma, porque sou certo que coesta lẽbrança terá nosso senhor cuydado de vos dar vitoria de vossos imigos, não somẽte por satisfação de vosso trabalho, como por exalçamẽto de sua fé catholica. E pera que saiba el rey de Cochĩ, e os seus que nosso seõhor he Deos verdadeiro e poderoso sobre os poderosos; e nã desconfiẽ do que lhes eu prometo em seu nome, assi como ontẽ desconfiava da vitoria que lhe prometia, que bẽ vistes quã triste e descõfiado partio, que de nos ter por perdidos me dizia que me possesse ẽ salvo. E nunca enxerguey nele tamanho medo nẽ nos seus tã grãde desmayo. E isto lhes faz terẽ ho poder del rey de Calicut por mayor do que he que posto que fosse tamanho como eles cuidã muyto mayor sem cõparaçãõ he ho de nosso senhor; e vos bem ho vistes nos socorros passados que nos mandou. E assi espero que seja agora; e coesta confiança venceremos a nossos imigos: sustentaremos a honrra que temos ganhada, que daqui por diãte crecera tanto que ficaremos no mundo por espelho de valentia. E coisto tão temidos na Índia, que nem el el rey de Calicut, nẽ outro nhũ nos ousara de cometer, assi que ganhando hõrra seguraremos repouso pera os trabalhos que temos». E acabando responderão todos que sem a vitoria nã querião a vida. E estando nisto que seria duas horas depois de meã noyte começarão de ouvir algũas bõbardas que tirava a frota de Calicut; [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. LXXXIII

13. De como ho governador surgio no porto Dadê, e se apercebeo pera a combater.

[...] E assi era, porque Mira mergena se soube despois que estava descõfiado dos seus ho ajudarem, e toda sua confiança tinha nos estrangeiros, e assi lho disse, e os animou pera a peleja, **lembrãdolhe quão pouco duraria sua ley naquelas partes se os nossos tomassem a cidade, e que muy cedo tomarião a casa de Meca e a destroyrião, o que seria muy grande desonrra de sua ley.** E assentou coeles que toda sua força fizessem em defender a serra, onde se recolherião se os nossos entrassem a cidade, e que dali se restaurarião com ho socorro que esperavão, e fizeram tranqueyras nas bocas das ruas que sayão pera a serra, em que assêtarão artelharia, assi taparão a porta do mar com lemes de naos, tamanha era a pressa que não poderão com mais, e esperarão o que os nossos farião. [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. CV

14. Da causa porque ho governador não quis fazer fortaleza na porta do estreyto, e do que fez em Adem.

[...] E foyse [o governador] muyto agastado pera a caravela de Ioão gomez que já era chegado cõ Ruy Galvão, e ali ajũtou obra de cẽ marinheiros cõ mestres e pilotos e deulhes por capitão a Ioão Teixeira bõ cavaleiro, e como foy noyte mandoulhe que saltasse ã terra e queymasse as naos e ã partido deitoulhes a bẽção, dizêdo: «**Meus cavaleyros a bẽção de Deos vâ convosco, queymaime as naos desses cãs, que vos aveis de fazer melhor que os homens darmas**». E coisto partirão muyto ledos indo ele em sua companhia no seu esquife, em que levava suas trombetas, que tocarão com cõ hum som muy esperto em os nossos saltando em terra, a que acodirão obra de trinta mouros que estavam em vigia das naos [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. CXIII

15. De como dõ Sacho ãrriquez e dõ Antonio ãrriquez forão mortos no porto de Pãõ, e lhes foy tomado hũ galeão.

[...] e sendo avisado por el rey, de como dõ Ssncho estava na barra, foylhe em amanhecendo levando em sua companhia dez lancharas del rey que erão corenta em que ião mil e duzentos homens de peleja, e os Portugueses erão trinta. E quãdo dom Sancho vio tanta gẽte sobresi e que não tinha nenhũ remedio se não pelejar, disse aos Portugueses: «**Cõpanheiros com a esperança em nosso Senhor que nos dara esforço, não temos outra salvação se não pelejar bem, e da sua parte vos peço que queirais ãtes a morte cõ honrra que cativoiro cõ vitupério**». E coisto repartio aqueles trinta ã ambos os bordos do navio, e a proa deu a seu irmão, e ele ficou na popa, e em cada parte destas avia sete homens, salvo na proa e popa que avia oyto ã cada hũa, e os imigos que os virão tão poucos começarão de gritar com prazer de os terem por mortos; [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VI, Cap. LV

16. De como Simão de Sousa Galvão foy morto na barra de Dacheim cõ quãtos yãõ coele.

[...] E Simão se Sousa pregũtou á gẽte da galé que dizia, e muytos lhe disserão que faria bem de fazer o que el rey de Dachẽ queria pois por força ho aviãõ de fazer por não serẽ poderosos pera se defẽder posto que todos os que ali chegarão forão vivos e sãos quanto mais sendo a mayor parte mortos e feridos; e poderia ser que vẽdo el rey que se punhão em seu poder que lhes goardaria sua palavra e faria o que dizia, e que se tiraria dalgũ mão pensamẽto se ho tinha, o que mais asinha poeria em obra vẽdo que não se fiava dele. Ao que Simão de Sousa respõdeo, **que claro estava que era tão mortal imigo dos Portugueses como el rey Dachẽ que se os acolhesse que os avia de matar de muy cruas mortes; e pois aviãõ de morrer sem as vingar, que melhor morreriãõ vingado as, e fariãõ o que deviã a Christãos e a cavaleyros, e entre tãto que faziãõ o que deviãõ lhes daria nosso senhor maneyra pera se salvarẽ; e quando não podessem salvar as vidas que lhes salvaria as almas por sua misericordia pois morriãõ por seu serviço.** E animados todos coestas palavras, disserão que fizesse o que lhe bem parecesse, e que eles ho segiriãõ; [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VII, Cap. LXXXII

17. De como Simão de Sousa Galvão, que ya pera Maluco, foi com tempo fortuito tomar a barra do Achem, e da grande e espantosa batalha que teve com hũa armada sua, em que foi morto, e a galé tomada.

Alguns forão de parecer, que deviãõ aceitar aquelles cumprimentos, que polla ventura seriãõ verdadeiros, porque elles ja não estavam pera mais, e que não podia aver tamanha maldade em hum homem que tinha nome de rey, que tratasse mal os homens, que o buscavãõ de paz, e confiados em sua palavra, entravãõ em seu porto. Simão de Sousa lhes disse **que se não fiassem d'aquillo que diziãõ, porque aquelle barbaro, era o mais cruel, falso, e fementido mouro que avia em toda a Índia, e que entendessem que se os acolhia, os avia de martyrizar, que muito melhor lhes era, pois aviãõ de morrer, ser antes com as armas nas mãos, vingando bem suas mortes, e que quando não podessem salvar as vidas, o fariãõ as almas, que Deos por sua misericordia lhes receberia, pois acabavãõ pelejando por sua Santa Fé.** Animados todos com estas palavras disserão que o seguriãõ em tudo, e logo se puzerãõ em armas.

Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. IV, Cap. VII

18. Das cousas que succederam em Malaca neste tempo: e do cerco que os vizinhos puzeram áquella Fortaleza.

Vendo Tristão Vaz da Veiga que era já necessario baralhar-se com elles por lhe ser forçado, entregou a sua não a hum Manoel Ferreira, e elle embarcou na galeota de Ayres Pinto, porque vissem os nossos que elle se não queria valer da Fortaleza da sua nao, estando elles arriscados em navios tão pequenos, e mal petrechados, e chegou toda a Armada a si, e animou a todos, afirmando-lhes **que os inimigos os queriam commetter com desconfiança que era sinal de sua perdição, pois se queria valer do balravento, que trabalhava por lhe tomar; porque quando elle se queria tambem ajudar daquella ventagem, sinal era que a confiança que trazia não era grande, que elle entendia naquellas mostras que lhe havia Deos nosso Senhor de dar vitoria**

contra aquelle inimigo; e logo mandou que se chegassem pera a nao, e galeão, assim pera os segurar, como pera se valer de sua artilheria.

Diogo do Couto, Década IX da *Ásia*, Cap. XVII

19. Como elrrey imigo mãdou combater as caravelas e emtrar o vaao juntamente, e da fala que ho Capitão fez aos seus.

Elrrey imiguo, sabemdo que ho vaao hera muyto vigiado de noyte e de dia, e que o ñã poderya pasar tam legeyramemte, e que correrya niso muyto perigo, e aimda cõtodo nam semdo certo de ho pasar, cõ conselho dos dous stprevoneses (= escravoneses) enviados por Venesa, como vos ja dise, a que (=quem) pera iso pedio conselho, detreminou ao outro dia mamdar combater, per mar e per terra, as caravellas—que bem se pode tudo fazer, porque ellas estava cheguadas muyto a terra, e não podiam estar doutra maneira que ha boca do estreyto ñã fycase despejada—e outra muyta gente comtra o vaao, e que começassem todos a batalha a huu tempo, e a rrenovassem de gente de rrefresco muytas vezes. E deu por capitão do mar ao senhor do Rapellim, o qual lhe prometeo de tomar as caravellas ou, apessas dos nosos, emtrar pelo esteyro ao vaao. E deu por capitão per terra comtra o vaao ao primçipe Nambedeary, com xb homêes, e que ñã tornassem emtrar. E emtã mamdou hyr diãte os seus sãbios e pergumtoulhes se haveria vitoria. Disseram que sy. Follgou muyto cõ yso e asy todollos seus, çremdo que hera asy e que ñã avia ahy Deus sobre elles. Deixou aquelle dia o combate. Os nosos souberam llogo tudo ysto e ho prazer que levava, avendo ja a vitoria por sua e as palavras daquelles por tão verdadeiras como que as disera ho profeta Davyd. E os de Cochy amdavã muyto tristes, damdo lhes também fee. Os nosos começaramse d'aperçeber pera ho combate. E porque junto das caraveellas estava hua pomta mais allta que elles, que tinha hus outeyros pequennos, como medoos, domde com frechas e pedras poderiam rreç[e]ber nojo, a mamdarã lloguo harrasar e mãdaram cortar muyto arvoredado da pomta huu gramde tyro de beesta, pera lhes ficar despejado pera artelharia, e poserã se cõ has caravelas ha boca do estreyto, cada hua com quatro amarras, forradas cõ cadeas de ferro, com sua artelharia apomtada. Feitas suas rrombadas e padesadas, o mais forte que poderã, muyto abamdeiradas, cõ seus tambores e atabaques, se lleixarã ally estar, esperamdo por Elrrey. E emtam o Capitão fez hyr todos peramte sy e lhes faliou nesta maneira: **«Sennhores amigos: Bem sabeis que elrrey de Calecut vem amenhã comtra nos per mar e per terra, cõ muytos navios e gente, cõ detreminação de a todos matarem e ñã lhes ficar Cochy, o que eu espero ê Noso Senhor, em cujo verviço (= serviço) amdamos, e ao apostolo Samtiagu, que taall ñõ sejaa. Lembrevos que estes são os que vemçestes três hou quatro vezes poucos dias haa, e que suas forças não são agora mayores que êtã, quanto mais que Deus obrara como tam claramemte o tem feito atee quy, compre quee aguora soframos mais trabalho que as [vezes] pasadas, porque, aliem de defemdermos este paso em que estamos, he neçesaryo que ao tempo da maré vazia açudamos nos batees ao vaao, que ho ñã emtrem hos imigos. Peçovos que vos lembre a boa ordem que tyvestes no pasado, e que ha saybais guardar. E os que eu ordenar pera irem comiguo ao vaao sejam muy prestes pera quãdo for tempo e os eu chamar».** Emtã, chamamdoos, os fez estar prestes e esperado a menhã. Ao outro dia pela menhã o Capitão mandou dar de comer a gente, e os fez armar e poer nos luguares omde aviam de pellejar. Hera ja manhã e os imiguos vinham pelo rrio, com grandes gritas, cheos de soberba pela vã esperamça que traziam, dizemdo os feiticeiros que os Deoses estava muyto agravados dos nosos, que fosse sem medo.

Crónica do Descobrimento, Cap. XLI

20. Como elrey de Cochy foy ver ho Capitão e como estava descomfortado e o Capitão ho esforçou, e da falia que fez aos seus, e da batalha que houvera e como vemçerã.

Muyto allegre e comtemte foy Elrey destas palavras e em ver as festas e folias que hos nossos faziam e espantavasse elle e os seus de sseus esforços e detreminaçã, e fallamdo em outras cousas se espidirã. Pois descamsamdo aquelle dia e noyte, duas oras ante menhãa ho Capitã mamdou dar de comer a gemte e fez lhes esta fala: «**Senhores amigos: Bem vistes omtem quã descomfiado chegou a nos Elrey que, foi avendonos por perdidos, me rrogou que nos po[se]ssemos em salvo, que numqua tanto desmayo em gemte vy como nelle e nos seus; que esta batalha que oje esperamos seja mayor e de mayor afromta que as outras, espero em Noso Senhor que elles se homrrem della(s) como das pasadas; estay todos muy prestes e cada huus (sic) ê seus llogares ordenados porque do mais eu s[e]y que soys tam esforçados que nenhua mymgoa pasara por vos. E que nos a isto nõ provoque outra cousa senã ser dia d'Açençã, abasta pera cõ novos esforços pellejarmos por nosa samta fee, e em seu nome averemos vitoria; nam vos esqueça o nnome do apostollo Samtiago e cõ elle em voz allta pellejemos e os dos batees estem prestes pera quando comprir**». Hacabada sua fallaa, leixouse estar prestes aguardamdo pelos imiguos. E elrey de Calecut e os seus, muyto allegres e comtemtes cõ ha emvençã dos castellos, e [porque] muyto desejava vimgarse do Capitão, por o callvete que [este] armara pera elle, prometendo aos Deoses de a helle e aos christãaos mamdar matar das mais cruas mortes que se podese emventar, e semdo ja prestes, fez aballar todollos seus navios, que heram os que ouvistes, cõ hos castellos e o senhor do Rapel íoi v lim por capitão, com muyta gemte e archeiros.

Crónica do Descobrimento..., Cap. LI

1.2. Arengas terrestres

21. Turribus omnibus in hunc modum distributis, ac militibus in eas pro praesenti copia divisis, reliquam manum sibi servat velut in subsidiis, cum qua quocumque res posceret, ad repentina pericula occurreret. Verum antequam dimisit, praefectus paucis pro tempore eos allocutus est. «**Se non illis ducem datum, sed Christum immortalem et omnipotentem deum. Tanti ducis fiducia bene de victoria sperandum esse, qui nullo milite, nullis annis, sed solo ipso nutu, non modo exercitum illum, sed omnes mortalium vires posset superare; omnes hac spe fiduciaque pugnare oportere, ut divinitus sibi auxilia non putent defutura; sese vero iam animo praesagire victoriam, quam pro certa habebat. Quod autem sibi nonnulli forte persuadent commodius, et ad salutem tutius, id ego – inquit – non modo foedum, et flagitiosum, sed longe omnium perniciosissimum reor. Quanto enim satius est gnaviter ac strenue dimicando gloriose occumbere, quam se turpiter dedendo tormentis lacerari, crudilissimo, foedissimoque mortis genere obtruncari? Id unum a vobis, commilitones, peto, ut et religionis, cui nomen dedistis, et Lusitanorum gloriae, et vestrae maiorumque vestrorum virtutis vobis in mentem veniat. Cum eo autem hoste rem esse cogitate, cui praeter perpetuum Christiani nominis odium, nec fides sit in promissis, nec in victoria modus, nec erga victos ulla clementia. Belli vero id genus esse, quod violatis foederibus, contra omnis divini atque humani**

iuris contemptores inviti, ac multis magnisque iniuriis lacesciti suscepimus; in quo vincere gloriosum, mori certa salus est, vinci, non minus perniciosum quam turpe ac dedecorosum. Nolite per deum immortalem quae maiores nostri virtute, animique magnitudine obtinuerunt, ignavia torporeque de manibus amittere; vestramque vitam, vel falsa spe salutis, vel turpi mortis formidine, in praesentem perniciem praecipitare». Haec Mascarenna, tametsi capiti omnium imminere ultimum discrimen videbat, praesenti animo locutus, primus ipse labores aggreditur; primus pericula obit, militis et imperatoris, uti res tempusque postulabant, officio fungitur. Reliqui, confirmatis animis, ad ultima perferenda in sua quisque praesidia abeunt; ac statim omnes operi accincti centones ac sarcinas in summis turribus disponunt, terram accumulunt, plena etiam dolia inter pinnas collocant, ut minore periculo hostem iacularentur seque a sclopetarum ictibus facilius protegerent; nondum enim maioribus tormentis certabatur.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

21. Distribuídos desta forma todos os baluartes, e repartidos por eles os soldados, conforme as disponibilidades do momento, reserva para si a força restante, a título de reforços, com os quais acorreria aonde quer que as necessidades o reclamassem, a súbitos perigos.

Mas, antes de lhes dar voz para avançarem, o capitão dirigiu-lhes, por momentos, umas breves palavras. **«Que não fora ele que lhes fora dado como chefe, mas sim Cristo, deus imortal e onnipotente. Que força era ter esperança na vitória, em resultado da fé em tão alto capitão, que sem soldados, sem armas, antes apenas com um simples aceno, era capaz de levar de vencida não somente aquele exército, como, até, todas as forças dos mortais; que importava que todos se entregassem à peleja com esta esperança e fé, para que não viessem a supor poder-lhes faltar a ajuda da divindade; que antevia já no coração a vitória, a qual tinha por segura. Mas o que alguns lhe sugerem ser porventura mais fácil e mais seguro para alcançar a salvação, isso, acrescentou, «considero-o não apenas indigno e infame, como a mais arriscada das soluções. Quanto mais não vale cair gloriosamente, combatendo com coragem e bravura, do que, entregando-se, de forma vergonhosa, ser dilacerado por torturas e massacrado na mais cruel e indigna espécie de morte? Só isto vos peço, companheiros de combate, que vos acorra ao espírito a religião a quem destes o nome e a glória dos Portugueses e vossa e o valor dos vossos antepassados. É com esse inimigo - pensai bem! - que temos de lidar, o qual, além do ódio eterno que alimenta contra o nome cristão, não conhece lealdade nos juramentos, nem moderação na vitória, nem clemência de qualquer espécie contra os vencidos. Por terem violados pactos de aliança, esse é o tipo de combate que, sem que o quiséssemos e flagelados por muitas e graves ofensas, empreendemos contra gente que despreza todas as leis divinas e humanas; vencer nele há-de ser fonte de glória, morrer, salvação assegurada, ser vencido, não menos motivo de desgraça que de vergonha e desonra. Não queirais deixar escapar de entre as mãos, por cobardia ou indolência, o que os vossos antepassados alcançaram pela sua coragem e grandeza de ânimo, e, seja por falsa esperança de salvação, seja por infame temor da morte; não queirais precipitar a vossa vida na perdição que tendes diante».**

Estas palavras, posto que visse que sobre a cabeça de todos pairava extrema ameaça, pronunciou-as Mascarenhas com presença de espírito; ele mesmo é o primeiro a avançar para o combate, o primeiro a enfrentar o perigo; assim desempenha a função de soldado e de comandante, conforme as circunstâncias e a ocasião reclamavam. Os restantes, de ânimo determinado a resistir até ao fim, põem-se a caminho, cada um para seu posto; de imediato se entregam ao trabalho e colocam, no cimo dos baluartes, farrapos e fardos, amontoam terra, põem entre as ameias cântaros cheios, para atirarem sobre o inimigo com menor risco e mais facilmente se protegerem dos tiros das espingardas, pois ainda se não combatia com os canhões de maior porte.

22. Rumican enim Sofaris filius viginti quinque annos natus, iam a pueritia Christiani nominis odio imbutus, domestica insuper calamitate accensus omni arte retinere exercitum contendit. Ac principio, cum palam reluctando se nihil acturum speraret, obsecundando paulatim impetum illum et consternationem sedat, lit[t]eras a rege expectandas suadet; neque integris viribus ac salvo exercitu committendum ut potius fugisse, quam discessisse videantur. Interea ut quisque au[c]toritate apud vulgus pollebat, eorum seorsum animos tentare; interim apud singulos opportuna tempori dicere; interdum se circulis inserere ac multitudinis animos omni arte tractare: **patrem quidem suum magnum duce[m] ac fortem virum fuisse, sed unum tamen hominem, ex cuius vita aut morte non modo eius exercitus et regni Cambaiae, sed totius prope orientis spes pendere, universis quidem turpe, tot vero ducibus, qui in exercitu superessent, etiam contumeliosum. Nec ferendum ut tot annorum apparatus, tot mensium opera, hostibus timidissimis ac sua iam confessione victi, sint ludibrio. Eo enim iam redactos, ut neque progredi ad conferendam manum audeant, neque latebris se diutius protegere possint. Quicquid erat periculi iam exhaustum gloriam vero perfecti belli superesse. Itaque si quando alias, nunc ac[c]errime contendendum, ne eam e manibus dimittant, caedemque sui ducis et commilitonum ulciscantur; demantque sui contemptum in posterum et libertatem a maioribus relictam posteris suis relinquunt.** His ac talibus saepe audiendis confirmati militum animi. Rumicanem in locum demortui patris duce[m] creant.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Diu[m] Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

22. Rumeção, filho de Sofar, de vinte e cinco anos de idade, impregnado, desde a infância, do ódio ao nome cristão e, além disso, inflamado pela tragédia que se abatera sobre a sua casa, esforça-se, com toda a sorte de estratagemas, por reter o exército. E, no começo, por estar certo de que nada havia de conseguir se lutasse abertamente, serena pouco a pouco, apazigua a raiva e a agitação e persuade a que se aguarde carta do rei; e que, com as forças intactas e o exército incólume, não dessem a aparência de se terem, antes, posto em fuga, mais do que de ter retirado.

Entretanto, a cada um por sua vez, consoante a autoridade que detinha junto do povo, ia-lhes aliciando o espírito, em separado; ora dizia, em particular, o que lhe parecia adequado ao momento; ora se insinuava em grupos e manipulava, com toda a astúcia, o espírito da multidão: **que o seu pai havia sido, sem dúvida, um grande general e um homem de coragem, mas, todavia, não passava de um só homem, e que depender da sua vida ou da sua morte a esperança, não apenas daquele exército e do reino de Cambaia, como ainda de quase todo o Oriente era, em verdade, coisa vergonhosa para todos e, mais ainda, um ultraje para tantos capitães que restavam no exército. E que não deviam tolerar que os preparativos de tantos anos e a obra de tantos meses fossem motivo de chacota para um inimigo apavorado e já declaradamente vencido e reduzido a uma condição tal que nem ousava avançar para lhes dar combate, nem era capaz de se resguardar nos abrigos por muito mais tempo. Que o perigo, qualquer que ele fosse, tinha-se desvanecido, e apenas o havia sido, no passado. Força era também agora que se combatesse com todo o vigor, para a não deixarem fugir das mãos e para vingarem a morte do seu capitão e dos seus companheiros de armas; e para se furtarem ao desprezo da posteridade. E para que a liberdade que dos seus antepassados haviam herdado a pudessem deixar aos seus vindouros».**

Ao ouvirem tantas vezes estes e outros semelhantes incitamentos, o ânimo dos soldados robusteceu-se. Para o lugar do pai desaparecido, elegem Rumeção como chefe.

23. Eo tempore Fernandus Castrus, cum febris vehementer laboraret, nec admonitionibus, nec precibus, nec au[c]toritate cuiusquam retineri potuit, quominus partem periculi in se capesseret; neque ferendum existimabat, ut qui periculis aliorum toties subvenerat, locum sibi proprie commissum in extremo discrimine desereret. Itaque animi viribus, corporis infirmitatem dissimulans, suorum animos ad pericula subeunda hortando, praeparat: **rerum praeclare gestarum a maioribus in India et Africa commemoratione accendit, parva saepe manu hostium numerosos exercitus fusos ac fugatos, oppida capta, unumquemque praesentium sui privatim decoris ac rerum per tot menses, quibus obsessi fuerunt, gestarum admonet; neminem esse omnium qui non eo tempore decem aut plures hostium occiderit, esse nonnullos, qui totas a se cohortes extinctas merito gloriari possint, divinum vero praesidium cum Lusitanis in omnibus bellis semper adfuerit, in hoc non defuturum, quo nullam umquam iustioribus de causis sit susceptum; quaecumque humano consilio provideri possent, ea praefecti sapientia ac diligentia provisa, itaque in hoc proelio, quod ultimum futurum esset, eum quem superioribus diebus animum praestitissent, praestare debere, semperque illud secum cogitent, fortissimum quemque tutissimum esse.** Iis ille adhortationibus animos suorum sponte paratos in expectationem conflictus erexerat.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

23. Por esse tempo, Fernando de Castro, posto que se debatesse com febres altíssimas, não houve autoridade alguma, quer por meio de conselhos, quer por recurso a súplicas, que lograsse impedi-lo de assumir sobre os seus ombros uma parte do perigo; de modo algum aceitava admitir que ele, que tantas vezes acudira a situações de risco dos outros, pudesse abandonar, em instante decisivo, o posto que a si mesmo lhe estava confiado.

Disfarçando, assim, com as forças da alma a enfermidade do corpo, prepara o ânimo dos seus homens, com palavras de incitamento, para enfrentar o perigo, inflama-os **com a evocação dos gloriosos feitos alcançados na Índia e em África pelos seus antepassados - os numerosos exércitos desbaratados e postos em fuga, vezes sem conta, por um punhado de guerreiros, as cidades conquistadas, relembra aos presentes a glória de cada um deles e os feitos alcançados ao longo de tantos meses em que estiveram sujeitos ao cerco; de entre todos não havia nenhum que não tivesse abatido, no decurso desse tempo, dez ou mais inimigos, que alguns havia que podiam, com justiça, orgulhar-se de por si terem sido dizimados esquadrões inteiros, mas que a Divina Providência sempre esteve presente, ao lado dos Portugueses, em todas as batalhas, e que lhes não havia de falecer nesta, pois nenhuma causa mais justa do que ela alguma vez fora abraçada; que, de quanto era possível serem munidos, no tocante a conselho humano, de tudo isso estavam munidos pela sabedoria e diligência do capitão, e assim, nesta batalha, que havia de ser a derradeira, aquela coragem de que haviam dado mostras nos dias precedentes, dela deveriam dar mostras, que tivessem sempre presente nos seus pensamentos que todo o que for o mais valoroso, esse será o mais seguro.**

Com tais exortações soergue ele o ânimo dos seus homens, já de si preparados, para o embate que se aguardava.

24. Cum, ut imperatum erat, convenissent, loco magis quam caetera edito, in area arcis, unde prospectus in omnes partes erat, Ant[onius] Custodius Franciscanus, homo integrae vitae ac summae sanctitatis opinione, sacrum orditur. Eo cum magno silentio peracto, caeteris tacite subsequentibus orationis verba praeit: **«Christum omnipotentem precatis Deum ut suum nomen a contumelia vindicet, suam potentiam hosti superbissimo ostendat, et hanc manum, quamlibet parvam, ipsius tamen auxilii fiducia innumerabiles hostium copias non reformidantem, spei votique sui compotem faciat, ac**

in hostium castra, qui ad religionem eius evertendam coniurati venerant, tumultum, terrorem et fugam convertat». Haec ubi dixisset, quamquam omnium animi spe et fiducia erecti viderentur, Praetor tamem paucis admonendos sibi ratus, silentio facto, ita exorsus est: **«Si magnitudo ista animi et alacritas quam in vobis intueor, aut ex vestrarum virium nimia fiducia, aut hostium ignorantia oriretur, comprimendam potius putarem, nec in praecipitia ruentes oratione etiam impellerem. Sed cum et vos memineritis Lusitanos esse, quorum maiores ingentes saepe, non Afrorum modo, sed et Romanorum copias parva manu fuderint, et hos eosdem esse hostes, de quibus hoc ipso in loco tam praeclara victoria superioribus annis parta est, nemini dubium est, quin utraque pars suos animos, suos mores in discrimen adferant; alteri scilicet vincent, alteri fugient. Neque enim aequa illis et vobis proposita sunt vel pericula, vel praemia. Nobis enim victis a tergo Oceanus tempestatibus invius, Lusitania quam petamus toto terrarum orbe interiecto dissita, arx in quam fugiamus diruta, neque si incolumis sit, aliae supersunt copiae unde subsidia expectemus. Illis contra pugnantibus omnia infesta, fugientibus a tergo latebrae, et spes plerisque redeundi ad suos, ad quos ut revertantur, homines barbari, ne ignominiae quidem notam reformidant. Illis ne si vicerint quidem, spes ulla emolumentum est ex unius arcis non adeo opulentiae praeda, nec e liberalitate regis quicquam est quod expectent, aerario diuturna obsidione exhausto et fide barbarorum cum fortuna mutabili.**

Nobis vincentibus Indiae regnum victoriae praemium proponitur. Nam et parta servabimus et eorum animos, qui eventum huius belli expectant, confirmabimus; et hostes ita profligabimus, ut in multos annos vires resumere nequeant. Quicquid enim apud eos virium est, in Turcarum auxiliis positum est; cum his solis, qui non multo plures sunt quam vos estis, de gloria certandum est; his profligatis, non multo facilius illi e Thracia et Macedonia auxilia accersent, quam nos e Lusitania. Nam Asiae gentes quae in medio sunt positae, aut non multo Indis bellicosiores sunt, aut non minus quam nos Turcis infestae. Vulgus vero Indorum servituti assuetum, in praemium victori cedit. Horum itaque memores cum proelium inieritis, ita pugnate, tamquam sub oculis Regis Lusitaniae res geratur; qui et vestrae virtutis idem iudex optimus et remunerator est futurus, et suum honorem, maiorum gloriam bello partam, et orientis imperium, quod in huius proelii eventu positum est, vobis absens commendat. Ita pugnate, tamquam non meo sed dei praesentis, atque omnia intuentis ductu, adversus eius hostes omnis iuris divini et humani expertes dimicaturi; neque existimate eum qui mortuus est, ut nos viveremus, permissurum, ut homines impii, qui eius morti illudunt, et potentiam contemnunt, impune in nos insultent. Nescio quid aliis usus venerit; equidem ita animo affectus sum, ut cum hoc signum intueor (Christi cruci affixi imaginem manu ostendebat) mearum virium oblitus, vel si solus irem, de victoria minime dubitem».

Extremam eius orationem cum summa alacritate militum clamor subsectus est poscentium, ut quam primum in hostem duceret.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Diem Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

24. Quando se ajuntaram, como lhes fora determinado, em lugar mais elevado que os restantes, em uma zona da fortaleza de onde era possível observar todos os lados, António, custódio de S. Francisco, homem de vida íntegra e com fama de grande santidade, celebra o sagrado sacrifício. Concluído este por entre profundo silêncio, enuncia diante dos outros, para em recolhimento o acompanharem, as palavras de uma oração: «**Roga a Cristo Deus omnipotente que vingue o Seu nome da afronta; que manifeste o Seu poder contra a arrogância do inimigo, e faça com que este exército, posto que exíguo, mas confiado, no entanto, no Seu auxílio, não tema as tropas inumeráveis dos inimigos e alcance a realização da sua esperança e dos seus votos, e no campo dos inimigos, que se conjuraram ali para subverter a sua religião, desencadeie a agitação, o terror e a fuga**».

Assim que acabou de pronunciar estas palavras, embora o ânimo de todos parecesse levantar-se na esperança e na fé, o Governador, contudo, por ser de opinião que devia dirigir-lhes algumas palavras de incitamento, estabelecido o silêncio, assim falou: «**Se esta grandeza de ânimo e o ardor que em vós vejo tivesse origem ou no excesso de confiança nas vossas forças ou no desconhecimento das do inimigo, pensaria que devíeis, acima de tudo, refreá-los e não vos incitaria, mesmo, com as minha palavras, a precipitardes-vos no abismo. Mas porque tendes presente que sois portugueses, cujos antepassados desbarataram tantas vezes, com forças exíguas, não apenas as tropas dos Africanos, como também as dos Romanos, e porque estes inimigos são os mesmos sobre quem, neste mesmo lugar, em anos já passados, foi alcançado tão notável triunfo, ninguém tem dúvidas de que ambas as partes hão-de trazer para este confronto derradeiro o seu ânimo e a sua experiência; uns hão-de, seguramente, vencer, os outros hão-de pôr-se em fuga. Nem estão, portanto, assegurados, a eles e a vós, prémios ou riscos de igual valor.**

Nós, em caso de derrota, teremos atrás o oceano, vedado por força das tempestades; Portugal, para onde havemos de encaminhar-nos, está de nós separado por se interpor de permeio todo o orbe terrestre; a fortaleza para onde podemos fugir está arrasada; e, ainda que se mantenha intacta, não nos restam mais tropas de que possamos esperar ajuda.

Eles, por seu turno, em caso de combate dispõem-se a todos os danos, e em caso de fuga, têm na retaguarda refúgios e, para muitos, a esperança de regresso para junto dos seus; quando para junto deles voltam, os homens bárbaros nem sequer temem a mancha da ignomínia.

Eles, se vencerem, nem sequer possuem alguma esperança de proveito a partir do saque de uma fortaleza isolada e sem qualquer opulência, e nada há que possam esperar da generosidade do rei, pois o tesouro se esgotou em cerco tão prolongado, e porque a lealdade dos bárbaros se altera com os golpes da fortuna.

Nós se triunfamos é o reino da Índia que nos é oferecido como prémio pelo triunfo.

Havemos, pois, de conservar aquilo que conquistámos; e dar firmeza ao ânimo daqueles que esperam o desfecho desta guerra; e aos inimigos, de tal forma havemos de flagelá-los que não hão-de ser capazes, por muitos anos, de refazer as suas forças. Pois todas as forças que possuem assentam na ajuda dos Turcos; é apenas contra estes, que não são muitos mais do que vós, que tendes de combater pela glória; depois de vencidos, não lhes será muito mais fácil obterem socorros da Trácia ou da Macedónia do que a nós de Portugal. Já que os povos da Ásia, que têm a sua morada de permeio, ou não são muito mais aguerridos do que os Indianos ou não são menos hostis aos Turcos do que nós. Antes o povo da Índia, acostumado à servidão, há-de submeter-se, como prémio, ao vencedor.

Lembrados, pois, de tudo isto quando vos encaminhardes para a batalha, combatei exactamente como se deve agir à vista do rei de Portugal; que há-de ser ele mesmo, o melhor juiz da vossa coragem e atribuir-vos a recompensa; e a sua honra, a glória dos antepassados alcançada no campo de batalha e o império do Oriente que no desfecho desta guerra está depositado, tudo isso, apesar de ausente, ele confia nas vossas mãos.

Combatei como se estivésseis, não sob o meu comando, mas sob o comando de Deus que está presente e vela sobre todas as coisas; é contra os seus inimigos, desprovidos de todo o direito humano e divino, que tendes de combater; e não acrediteis que Ele, que morreu para que nós vivéssemos, há-de consentir que homens ímpios, que troçam da sua morte e desprezam o seu poder, nos insultem impunemente.

Não sei o que possa ter utilidade para os outros; eu, por certo, de tal forma me sinto tocado na minha alma que, quando ponho os olhos nesta bandeira (apontava com a

mão a imagem de Cristo pregado na cruz) **esquecido das minhas forças, mesmo que avance sozinho, não tenho a menor dúvida em relação à vitória».**

À conclusão do discurso seguiu-se o clamor dos soldados, a reclamarem, com grande entusiasmo, que os comandasse, quanto antes, contra o inimigo.

25. Tandem tertio Calendarum Novembrium Turcae prospicientes ex omni certamine continuam sibi cladem illatam, quasi desperatione deducti, ad extremam pugnam penitus se componunt. In cuius diei nocte, de secunda vigilia a nostris, praeter solitum, gressus, rumor, et hominum e castris ad vallum accedentium, continui aditus audiuntur. Quod ubi animadversum est, magnis ignibus factis, prospiciunt ingentia mancipiorum agmina, scalas machinasque in vallum comportare. Quae omnia inde ad radices murorum, tacito susurro, humi reclinata deponebant. Quae insolita signa satis indicabant acriorem solito dimicationem sperandam esse.

Qua re percussus Antonius a Silveira, milites omnes ilico **convocat, quibus fidem, nativum solum, Regem, uxores, filios, parentes, amicos, patriae longinquitatem atque Turcarum perfidiam, paulo ante omnibus perspectam, in mentem redigit, singulatimque ab atavis gentilicia omnium facta commemorat. Pro quibus omnibus deprecari coepit, uti potius mori malint exemplo suorum maiorum quam in manus cruentorum hostium se dare.** Quo sermone adducti omnes ad infimum usque sacramento se obstringunt, officio atque fidei suae nunquam defuturos.

Oratione autem finita, mox unicuique, opus quod facere tenebatur, imponit, et quem quisque locum tueri deberet, indicat.

Damião de Góis, Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio, Damiano a Goes autore, in Damiani a Goes Equitis Lusitani Aliquot Opuscula

25. Finalmente, no terceiro dia das Calendas de Novembro, os Turcos notando que de toda a luta tinha originado para eles um morticínio constante, como se fossem conduzidos pelo desespero, juntam-se/preparam-se para a última batalha. E na noite desse dia, desde a segunda vela que são ouvidos pelos nossos, para além do habitual, os passos, as vozes, e a contínua aproximação dos homens que se deslocavam do acampamento para o reparo. [E] quando isso foi notado, acesas grandes fogueiras, observam que gigantescas fileiras de escravos transportavam escadas e máquinas para o reparo. E em seguida eles depunham todas essas coisas junto das bases dos muros, sem fazer ruído, voltadas para o chão. De facto estes sinais desacostumados indicavam de sobremaneira que era de esperar um combate mais violento que o habitual.

Consternado por isso, António da Silveira convoca imediatamente todos os soldados, **aos quais relembra fé, o solo pátrio, o Rei, as esposas, filhos, parentes, amigos, a distância da pátria e a perfídia dos Turcos, pouco antes exposta a todos, e a cada um relembra os feitos nacionais de todos, desde os antepassados. E por eles começou a interceder no sentido de que preferissem morrer segundo o exemplo dos seus antepassados, a entregar-se nas mãos de um inimigo cruel.** Movidos por esse discurso, todos até ao mais humilde se comprometem por sacramento a não faltarem nunca ao seu dever e à sua fé.

Terminado então o discurso, imediatamente atribui a cada um o trabalho que era suposto fazer, e indica que lugar cada um devia defender.

26. His inconditis clamoribus quatenus fieri potuit sedatis, quanta maxima valuit ratione prudens imperator **ostendit, quanta clade sibi cognita esset hostium pertinacia et potentia, quam se pro militum raritate, nec vincere nec sustinere posse, satis exploratum haberet. Quare ad castra potestate eundi nunquam se illis sponte sua facturum, nec praeterea consilium daturum, quod omnibus postea perniciosum foret; orare, ut in tanto rerum discrimine, prudentius quam audacius bellum tractarent. Alias per audaciam minus peccaturos, nunc vel minimum errorem, Indiae imperio perniciosissimum fore. Nam quod rebantur vile illic vulgus ac gregarium**

obsidione incubare, et multo minores quam pro fama copias esse; in eo ipsos magnopere falli. Quin potius adesse ibi totius imperii Cambaici vires. Quod si sprete militari disciplina, iniussu imperatoris eruptionem facere molirentur, se minime gentium eos in tanta vecordia subsequuturum. Sin (quod melius rectiusque et quod ipsis, ut fortibus et prudentibus viris potissimum conueniat) ducis imperium consiliumque respicerent, se imprimis autorem esse, ut eos usque expectetur, donec hostium quempiam interciperent, a quo hostilis exercitus magnitudine viresque cognoscant.

Damião de Góis, *De Bello Cambaico Vltimo Commentarii Tres*

26. Acalmando como melhor pôde estes desordenados clamores, fez-lhes ver, o prudente capitão-mor [D. João de Mascarenhas], **as desgraças que da perseverança e poder do inimigo tinham resultado para os portugueses, que, pelo seu pequeno número, nem poderiam vencê-lo nem manter-se. Nunca, pois, por sua vontade lhes concederia a licença de sair, nem lhes daria tal conselho, que havia de ser pernicioso; pedia-lhes que em negócios de tanta gravidade tivessem mais prudência que audácia. O menor erro poderia ser fatal ao domínio da Índia. Quanto a menosprezar o valor e o poder dos sitiados, muito enganados estavam. Pois em frente deles se viam juntas todas as tropas do império de Cambaia. E se, esquecendo a disciplina militar, tencionavam acometer contra vontade dele, capitão, de maneira alguma os acompanharia nesse acto de demência. Mas, se (o que melhor era, mais recto e mais convincente a homens fortes e sensatos) tomassem em consideração as suas ordens e conselhos, era ele de parecer que se esperasse até que um prisioneiro inimigo os informasse do número e das forças do seu exército.**

27. At Menesius in intimis aedibus, ne ea res in vulgus emanaret, duas quadratas aedificari iubet. In quem vero usum id fieret, nullus ex fabris lignariis, quorum fidei opus illud commiserat, suspicari potuit. Cuiuslibet autem lintris magnitudo tanta erat, quanta posset unius validi iumenti tergo supportari. His perfectis, se tantisper continuit, dum noctem pluuiis et tempestate turbidam videret. Eam nactus tempestatem, quam optabat, signum excursionis propere faciendae dari iubet. Admirantur omnes eo tempore classicum cani, quo propter imbrum vim omnis mentio belli necessario conticescit. Id tamen a sapiente Duce et in bellis exercito non temere fieri suspicantur. Armati conveniunt, eumque sine ulla recusatione sequuntur. Nemo tamen quid ille animo ageretur, aut quorsum tenderet, inquirebat. Erant autem illi, quos tunc secum eduxit, equites viginti supra ducentos, quibus ubi commodum visum fuit, quid sui consilii esset, **aperuit: quam facile res fieri posset, exposuit; quid ab omnibus fieri vellet ostendit, eos tamen, qui rem aggredi dubitarent, admonuit, ut domum redirent. Sese namque multo confidentius cum paucis, iisque fortissimis, quam cum multis, omnia pericula metuentibus, quovis facinus aggressurum.** Nemo tamen fuit ita sui decoris oblitus, ut domum redire vellet.

Jerónimo Osório, *DE REBUS EMMANVELIS REGIS LVSITANIAE INVICTISSIMI VIRTUTE ET AVSPICIO GESTIS LIBRI DVODECIM, Liber III*

27. Ora Meneses, no interior de seus aposentos porque não fosse divulgado, mandou construir duas barcas, cujo préstimo não puderam adivinhar os mesmos carpinteiros que as lavravam, e a quem cometera segredo. E eram acomodadas no peso ao que um possante jumento pode carregar sobre o costado. Acabadas elas, não aguardou mais que apontar-lhe uma noite bem chuvosa e bem revolta de tempestade. E acolhendo uma da feição que ele desejava, mandou dar o sinal para a designada correria. Admiram-se todos que com um mau tempo tal ouçam a trombeta, quando em tão desatada chuva emudece todo o clangor de guerra. Posto que suspeitem não caber temeridade em capitão tão avisado e com tanto uso de pelejas. Juntam-se todos armados e o seguem sem a menor repugnância. Nem lhe perguntarem qual era seu pensamento, ou aonde se encaminhava. Eram os que ele levou consigo acima de 220 cavaleiros, a quem, quando lhe pareceu acertado, descobriu qual era sua deliberação: **quão factível era a empresa e o**

que de todos ele requeria, advertindo aos que hesitassem acerca do cometimento que podiam retirar-se a suas casas. Porquanto ele mais afoitamente afrontaria qualquer facção com poucos, mas esses esforçadíssimos, que com muitos que de todos os perigos se receiam. Nenhum, porém, se esqueceu tanto de seu brio, que voltasse rédeas ao cavalo.

28. In his autem difficultationibus, hoc commodum inesse conspiciebat, quod utrumque vadum simul transiri non poterat. Cum enim aestus se ex alto incitabat, ita vadum Palignarium fluctibus operiebat, ut pedibus transmitti non posset; navibus autem paulo maioribus neque aestu accedente, neque decedente, aditus per illud patebat. Vadum vero, in quo naves consistebant, aestu accedente transmitti poterat navibus, decedente vero non poterat. Ita eveniebat ut, cum Palignarium vadum pedibus transire posset, Palurtium navibus non posset; contra vero cum Palurtium facilem transitum peditibus praeberet, Palignarium aestus vehementis accessione transitum militibus impediret. Hoc cum Paciecus animadvertisset, utrique vado diversis temporibus subsidium diligenter afferre statuebat, ut aestu augescente, Palurtium, minuente vero Palignarium tueretur. Cum igitur Palignarium petere constitueret, ducibus, quibus Palurtium custodiendum permisit, **quid ab illis fieri vellet, ostendit, et quo signo, si illis opus esset auxilio, id significarent, demonstravit**. Tum omnes **ad honestatem, et dignitatem, et ad studium religionis excitavit**, docens, **eam dimicationem, quae erat illis omnibus subeunda, fore multo acriorem atque difficiliorem. Scire se quibus hominibus loqueretur, nempe quos nulla periculi magnitudo perterret, sed quo gravis periculum immineret, eo vehementius omnes animi vires excitarent. Confiderent porro, idem CHRISTI numen, quod illis tam praesens reliquis in praeliis adfuerat, illis in eo, quod instabat, minime defuturum. Dei namque summi potentiam nec ullis terminis definiri, nec ullis hominum viribus impediri, neque innumerabili multitudine retardari. Tum illos, ut cibum sumerent, admonuit die namque sequenti dubitare se, an liceret eis aliis epulis frui, quam iis, quae virtutis invictae fructu containerentur.** Faciunt illi quod iusserat, et sumpto cibo, et vigiliis dispositis, conquiescunt. Non tamen Dei opem implorare, quoad fieri poterat, intermittunt.

Jerónimo Osório, *DE REBUS EMMANVELIS REGIS LVSITANIAE INVICTISSIMI VIRTUTE ET AVSPICIO GESTIS LIBRI DVODECIM, Liber III*

28. Resguardava como grande cómodo, nestes apertos, não se poderem os dois vaus passar ao mesmo tempo. Porque, quando havia preia-mar no vau de Palignar, eram tão altas as águas que não dava pé; e para os navios um tanto grossos nem na água baixa, nem na jusante abria acesso. E ora onde as nossas naus ancoravam, dava passagem quando a maré enchia, mas nunca na vazante. E sucedia assim que, quando se podia vadear o passo de Palignar, não se podia o de Palurte; e pelo contrário, quando o vau de Palurte dava trânsito fácil aos peões, o de Palignar com a força e crescimento das águas negava ser dos soldados vadeado. Pacheco, que o tinha bem observado, acudia segundo os ensejos com desvelado socorro, ora a este ora àquele vau – a Palurte no fluxo da água, e ao refluxo a Palignar. Indo, pois, em demanda do vau de Palignar, declarou aos capitães que deixou de guarda em Palurte o que requeria deles **que fizessem, e com que sinal lho fariam a saber, no caso que necessitassem de seu socorro.** Então encomendou a todos **«o bom termo, o decoro e o zelo da Fé cristã, dizendo-lhes que a peleja que se lhes encetava seria muito mais crua e mais difficil. Mas ele bem sabia a que homens falava, homens a quem nenhum vulto de perigo descorçoava, antes, quanto mais medonha trazia a carranca, mais os brios lhes animava. Que muito confiassem naquele perigo que lhes vinha sobranceiro, lhes não faltaria a mesma Divindade de Cristo, que tão presente lhes fora nas demais batalhas. Porquanto, a força do Supremo Senhor, marcos não há que a abalzem, nem humanas forças que a atalhá-la valham, nem multidão sem conto que a represem.** Concluiu com dizer-lhes **que tomasse cada um sua refeição, porque no dia seguinte muito receio tinha pudessem gostar de outras iguarias – das que no fruto de invencível esforço andam encerradas.** Estas ordens são executadas, tomam seu repasto e, dispostas as vigias, vão descansar. Contudo sem se descuidarem de implorar quanto ao possível o divino adjutório.

29. Apos isto começou apparecer o exercito d'el Rei, e sua bandeira Real, perque se vir elle alli. E a razão porque não usou se suas cerimonias, e sinaes que costumava mandar fazer com aquelle grande atãbor, foi por tomar os Portugueses de súbito, e desbaratalos logo, o que na verdade fizera, se Martim Afonso com sua vigilancia, e bom aviso o não desviara. Quando a bandeira, e insignias d'el Rei de Calecut forão vistas dos Naires de Cochij, foi tanto seu pavor, que se afastarão hum pedaço de Martim Afonso, para fugirem se vissem que os Portugueses levavão o pior. O que sentindo Martim Afonso, os entreteve por fazer corpo com elles, e não dar animo aos inimigos vêdo tam poucos Portugueses, **dizendolhes, que não ouvessem medo, que elle esperava em Deos cõ aquelles poucos que tinha,** que não serião mais de setenta, **desbaratar aquella multidão que vião dos d'el Rei de Calecut.** Mas algũs dos nossos desconfiados d'aquillo poder ser, lhe aconselharão que se recolhesse às embarcações, porque era temeridade esperar tam grossa gente.

João de Barros, Década IV da *Ásia*, , Lv. VII, Cp. XX

30. De como os mouros de çofala induzirão a el rey çufe que se levantasse contra os nossos e ho fez pelo qual foy morto: e como despois disto morreo Pero danhaya capitão de Sofala.

[...] O que sabido por Acote ho descobrio ao nosso capitão, prometendo lhe de ho ajudar com todo seu poder, e se ir parele tres ou quatro dias antes que os mouros e a gête del rey desse sobrele; e que tevesse grande tento, porque os mouros determinavão de lhe poer fogo às casas da trãqueyra com frechas de fogo que lhe avião de lançar dentro. E ido Acote ho capitão fez ajuntar os seus, que serião quarenta homens ou pouco mais todos doentes, e ele tambem, e **disselhes: «Se não soubera senhores e cõpanheiros as muytas façanhas sobre naturaes que os Portugueses tem feytas despois do descobrimento da Índia poserame em grande afronta o que agora me disse Acote, que el rey çufe induzido pelos mouros que morão em sua terra he tornado nosso immigo, e manda sua gête sobre nos pera nos tomarem esta tranqueyra. E ho principal ardil em que se fundão he deitarennos fogo dentro cõ frechas, pera o que com ajuda de nosso senhor ja lhe tenho buscado remédio; e este ardil atalhado não ha mais que temer ajudando nos nosso senhor como eu espero. Porque posto que os immigos sejam muytos e nos poucos e doentes temos hũa tranqueyra muyto forte, e artelharia que abasta pera defender que não possam chegar a nos, e eles não a tem pera nos offender, nem tem com que se emparar dos nossos tiros, e mor dano lhe podemos fazer com hum soo de hũa vez que eles a nos em dous meses, por isso não aja quẽ não folgue coesta afronta por mais fraco e doente que se ache; porque nosso senhor há de ser cõnosco. E vede que ainda bẽ não veo logo nos mandou ho socorro donde ho menos esperavamos, que he de Acote que sendo çafre e mouro que por rezão avia de ser mais amigo de seus naturaes que nosso; ele me descobrio a treyção, e me prometeo de nos ajudar com sua gente. Pois que he histo se não milagre de deos nosso senhor, que sem o merecermos o quer fazer assi com nosoutros, demoslhe por isso graças e louvores; e confiemos que pois nos descobrio a treyção que nos ha de livrar dela e coesta fee nos comecemos desforçar e aperceber pera nos defender dos immigos».** Ao que todos responderão que assi ho farião, e mostrarão todos muyto esforço.[...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimeto e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. XXIX

31. De como os mouros ganharão as tanadarias de Pondá e de Salsete.

[...] E como Fernão Eanes era muyto esforçado e lhe parecia que sabia bem da guerra, assentou que os immigos hião fogindo com medo, e que com qualquer gête os poderia desbaratar; e partio logo apos eles, levando vintecinco Portugueses de cavalo, e trezêtos piães da terra; e ao outro dia a oras de vespera passou hũ rio que se chama ho do Sal (tres legoas donde partira) e no cabo de hũa grande e fermosa veiga que se faz da banda dalém; a tiro de bombarda ouve vista dos immigos, que estavam descansando ao pé de hum oyteiro. Que em vendo os Portugueses se levantarão logo; e como estavam espalhados e erão cïco mil, parecião muyto mais do que erão; ho que crendo os Portugueses se espantaram, e dizião que aqueles erão muyto mais dos que forão sobre o Pagode. E vêdo Fernão Eanes este espanto, deteveos pera os esforçar e disselhes: **«Senhores de que vos espantais? Porque não erão mais os imigos que nos cercarão do que estes são, que se ho forã não levantarão tão asinha ho cerco, e de se averê por poucos, pera contra nossas forças nos alargarão; e assim espero em nosso Senhor que lhes ha agora de parecer pera nos fugirem, e coesta esperança que todos avemos de ter como Christãos, avemos de dar neles, porque posto que fossem mais dom que vos parecem, não temos melhor remedio que pelejar que se nos queremos recolher não temos se não ho Pagode que he muy longe, e se voltamos estes perros hão de crer que he cõ medo, e por isso nos hão dapertar, de maneyra que mais dano nos hã de fazer sem pelejarmos que pelejado, e que nos não siga, corremos muyto perigo ã passar este rio que temos passado, porque a maré enche e ele he estreito, e os de pé esta certo não acharẽ vão, e os de cavalo duvido, e pois em voltar e em pelejar ha perigo, aventuremonos antes ao da peleja que he com honrra, que ao de fogir que pera Portugueses he tão vergonhoso e de tãta desonrra;»** e parecêdo isto bem a todos acordarão que se fizesse assi. E estado nesta pratica, cuydando os immigos que se detinhão com medo deles forãnos cometer, feytos em duas batalhas em que avia muytos de cavalo acubertados, e hũa delas cometeo os Portugueses de rosto, e a outra lhes tomou a traseira pera ficarem cercados de todo e não terẽ por onde fogir, porque das ilhargas tinhão o rio e ho mar. [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VI, Cap. XL

32. Quando os Christãos virão tam immensa multidão dos Mouros, e a desigoaldade que havia de si a elles, duvidarão de dar a batalha, e tiverão receo de se perderem, e disserão ao Principe, que visse o perigo em que se mettia, que parecia mais temeridade, que valentia, pelejarem tam poucos contra tantos, e arriscarem a honra, e senhorio de Portugal ao perigo de huma soo hora, para tentar a Deos. E que lhe não dizião aquillo por falta de coração, nem vontade. Mas que se devião de guardar para quando com sua vida o podessem dervir. E que agora morrerião todos os boõs, que se ali achassem, sem com sua morte aproveitarem. Pesou muito ao Principe da desconfiança que vio nos seus, e lhes fez hũa comprida falla, lemandolhes **que a tenção com que todos unanimes partirão de Coimbra, fora pelejar pola fee de Christo contra aquelles seus imigos, e que hora estando aa vista delles, seria grande falta fugirlhes. Porque mostrarião, ou inconsideração no conselho que tomarão, ou medo dos imigos que virão, quando a seu salvo podessem tornar. E que mais certo estava o perigo na fugida, que na peleja. Porque os imigos (como elles dizião) erão muitos, e estavam no seu, e tam perto delles, que não terião de que se valer para lhes escaparem, pois irião sem**

coração. E que ficando, e pelejando, terião a si, e a Deos, que os ajudaria, pois pelejavão por sua fee, e por sua honra. E que se lembrassem quantas vezes seus antepassados, sendo muito poucos, vencerão grandes exercitos de daquelles Mouros, com que os lançarão de suas terras. E que naquella hora não era a mão de Deos menos poderosa, que entam. E que se no numero da gente erão desigoaes dos Mouros, tambem o erão na causa porque pelejavão, e no galardão que esperavão. E que pois Deos os chegara a hum dia, e feito tam glorioso, onde vencendo ganhavão honra, e fama, e terras de que se chamassem senhores, e sendo vencidos ganhavão o ceo, não perdessem tal ocasião, que de todo bom cavalleiro havia de ser desejada. E que como estavam vestidos de armas, se vestissem de fee, e de esperança, que lhes prometia terião mui certa a victoria. E que repousassem entam, e ao outro dia em amanhecendo, mui ledos e confiados acometterião aquelles imigos, que lhes Deos trouxera a suas mãos, e confirmassem o nome de **boôs Portugueses, que nunca nas pressas deseparão seu senhor.** Ditas estas palavras, e outras cõ muita efficacia, assi ficarão animados e contentes, que parece, que o esforço do Príncipe se passou a cada hum delles. E mui alegres lhes responderão, que tendo a Deos por sua parte, e a elle por senhor e capitão, não era razão que temessem perigo algum. E que estavam prestes para fazerem o que lhes mandasse. Antes de se fazer tarde, o Principe ordenou como estivessem seguros aquella noite. [...]

Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom Afonso Henriques*

33. Quando os de Sevilha souberão da vinda do Infante, tiverãose por mui affrontados. Porque depois da destruição de Hespanha nunca Sevilha fora guerreada, nem vista de gente armada de Christãos. Polo que sairão todos a esperalo ao campo de Axarase. O Infante como o soube foi mui ledo, e fallou aos seus, **dizendolhes que elles erão taes, e tam boôs cavalleiros, e tinhão tanto exercício na guerra, que mais se esperava animarem a elle por sua menos idade e experiencia, que esperarem que elle lhes trouxesse aa memoria o que lhes compria para acometterem aquelle feito, que nas mãos tinhão.** Mas que soo lhes lembrava, que por essas mesmas razões a honra daquela victoria havia de ser mais delles, que sua, pois tudo se havia de fazer por sua ordenança e conselho. E que na ausencia del Rei seu pai e senhor, ficava sua virtude e esforço delles de mais dura condição, pois que tendoo presente, com fazer o que devião, lhe satisfazião. E que agora ainda que muito satisfizessem a elle seu Capitão, como testemunha de vista, fazendo seu dever, não succedendo bem e prosperamente, não satisfarião a seu pai, por ser hum Príncipe, que nunca foi vencido. E que confiado em suas bondades e esforço, lhes entregou a elles seu filho. E que como de fieis e leaes vassalos, e de tanto valor e esforço tinha a victoria de **totalas empresas por certa.** Poserão as palavras daquela Príncipe mancebo nos corações dos que o ouvirão tanto affecto, que cada hum desejava aventurar a vida por elle, e todos se offerecerão ao servir, e lhe derão certas esperanças de victoria. O Infante levava consigo dous mil e trezentos de cavallo, afora os corredores. [...]

Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom Afonso Henriques*

34. Partese Nunalvarez para Alentejo; busca o inimigo, ajunta soldados, aos quaes animou com huma fala, que lhes fez para o seguirem contra os Castelhanos.

[...] e outros grandes senhores, que trazião consigo soma de gente de pé, e mil lanças e muitos ginetes e besteiros; e que dizião, segundo Nunalvarez tinha pouca gente, que o partido era desigual, e o perigo mui certo.

A outra razão, que derão, foi que na gente contraria andavão dous irmãos de Nunalvarez, dando a entender que se refrearia elle de lhes fazer mal, e não pelejaria como devia. E que temiaõ que todos pereceriaõ, se a pelear viessem com tal e tanta gente; pello que sua tenção era não irem com elle.

Nunalvarez, que tal resposta não esperava de Portuguezes, que sempre pelejaraõ poucos contra muitos, ficou mui triste em seu peito. Mas fingindo rostro alegre, e gracioso, lhes disse: **Que aos Capitães serem muitos, e grandes senhores, tanto seria mor honra vencelos; e que o vencimento estava em Deos; e muitas vezes acontecera os poucos vencerem os muitos, mormente na nação Portugueza, como virão em todos os feitos passados contra Mouros, e Christãos, de que sempre ouveraõ victorias contra innumeraveis exércitos; e que alli era mais de esperar, onde os Portuguezes tratavaõ de sua honra e liberdade; e el Rey de Castella sustentava causa injusta, querendoos sogeitar contra os contratos jurados, que fizera em desprezo da nação Portugueza, fazendo da força justiça. E o que tocava a pelear com seus irmãos, que elle os não tinha já nessa conta, pois vinhaõ destruir a terra que os gerara, e criara. E que por mais irmãos tinha a elles seus companheiros, que pelejavão por a pátria, e por a liberdade, e por a honra como bons e leaes Portuguezes. E que em verdade lhes jurava que, se seu proprio Pai ali viera, da mesma maneira fora contra elle por serviço do Mestre seu senhor; e que se elles naquella obra quizessem ser companheiros seus, prometia ser dos primeiros, que, ferisse nos contrários, e em seus irmãos. Mas porque a guerra não soldados senão voluntarios, e de animos alegres, se sua tenção delles era a que lhe disseraõ, os que se quizessem ir para suas casas, se fossem logo com Deos; que elle com esses poucos bons Portuguezes, que consigo trazia, determinava dar batalha aos Castelhanos. Pollo que os que quizessem ir com elle se passassem além de hum regato de agoa, que ahi estava; e os que não quizessem, ficassem da outra parte. Quando elles ouviraõ estas palavras, muitos dos que antes duvidavaõ, cobraraõ coraçãõ para o seguir, e acompanhar; e a outros lhe pareceo cousa vergonhoza iremse; pollo que nenhum ouve, que não passasse a agoa; e assi ficaraõ todos.**

Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom João I*, Cap. XXIII

35. E quando veo ao seguinte dia, quasy como em satisfaçam de seu requerimento, mandou Lopo Soarez a dõ Afonso de Meneses e com elle Dinis Fernãdez de Mello em sua galee que lhe fosse sondar e em quanto elles isto faziam foram outros capitães com algũs batees poer fogo a hũas naos que estavam no meyo do canal. O qual depois de ser posto, assy tomou posse de hũ galeão fazendoo todo em hua labareda que parecia aos da cidade que ardiam já nelle, e começaram de a despejar. Raez Soleimã quando vio o alvorço da gente, começou dizer: **«Senhores e amigos onde vos quereis ir que temeas? Nam vedes vós que aquella gente há tres dias que veo e não fez mais que queimar aquella galeam que achou desemparado de defensam. Se credes que ha de sayr em terra, estaes enganados? porque quem sair em terra nam há de queimar o galeam, mas vir a elle e tomallo; por tâto tornaivos a vossas casas, que nam é aquella gête que se há de por nesse trabalho. E porque os assombremos de cá, tanto quanto os assombam os pelouros dos basiliscos que lhe lá vam fazer damno, demos lhe hũa mostra por fora dos muros, porque vejã que esta cidade nam esta tam desemparada como elles cuydam»**. Finalmente com estas e outras amoestações, elle pos toda a gente em ordenança, com grande estrondo de seus tangeres e bandeiras, e deu de sy mostra ao longo da ribeira, saindo por hũa porta e entrando por outra; e de cima dos muros onde todo o povo estava posto era tamanhos os alaridos, que sendo hũa legoa donde os nossos estavam lhe vinham estrugir as orelhas. E de quando em quando

tiravam tres ou quatro basiliscos de trinta palmos de cumprimento, cujo pelouro era de tamanho da cabeça de hũ homẽ, alguõs dos quais andavam pulando entre as naos, mas aprouve a deos que andando nestes saltos como hũa pela de vento, nam fizeram dano.

João de Barros, Década III *da Ásia*, Lv. I, Cp. IV

36. Mir Zaman que era homẽ prudente e muito cavalleiro, e que sabia de ardijs de guerra, vendo que os inimigos estavam hũa legoa, e com sessenta mil homẽs, posto que conhecia a diferença dos seus poucos em comparação dos muitos, suspeitou que a detença que fazião era algum modo de engano. E como homem que se começava já a temer da gente estrangeira que consigo trazia ser corrompida pelos inimigos, teve conselho secreto com os seus, e determinouse de não esperar mais tempo e dar batalha. E para animar os seus Mogoles, que erão mil e quinhentos, repartio o dinheiro e ouro que tinha ávido, que cada hũ levasse aquella soma derredor de si que podesse, porque não sabião a vêtura da batalha; e fazendolhes hũa pratica para os animar **disse que elle faria duas batalhas delles, e de todos os estrangeiros hũa, nos quaes tinha pouca confiança, que cada hum trabalhasse por o seguir, porque o animo determinado era o que rompia todos temores, e passava levemente todos, e vinha a fim vitorioso.** Algũs dos seus principaes, cujo animo não era confiado, vendo o grande numero dos inimigos, erão de parecer que se fossem meter em Dio, e que se abrigassem ao favor dos Portugueses, ate que o tempo lhes mostrasse outro caminho para prosseguirem sua empresa. Ao que elle respondeu, que não queria experimentar novos amigos, e que para a opinião que a gente tinha delle, em fazendo isso, ninguém o seguiria e perderia quanto até entam avia ganhado. Finalmente elle se pôs no campo, e foi buscar os imigos para lhes dar batalha.

João de Barros, Década IV *da Ásia*, Lv. VII, Cp. XI

37. De como os Grandes de Cambaya alevantaram por Rey Soltão Mamud, e do exercito, que mandou contra Mir Mahamede Zaman, que se appellidva Rey de Cambaya: e do recontro que tiveram com os Magores, em que ficaram desbaratados.

O Mir Mohamede Zaman, tanto que se vio em salvo, e alongado dos inimigos, parou por esperar pelo segundo esquadrão, o que fez muitas horas sem chegar, pelo que o houve por perdido, e de mágoa parecia querer arrebenatar, e ajuntando os seus, assim lhes disse:

«Não me consente o animo, e o amor, que a todos os naturaes tenho, valorosos, e esforçados companheiros meus, que os veja a elles em perigo, ficando eu fora delle, antes desejo ser o primeiro em todos os trabalhos, e riscos: pelo que he necessario que tornemos a voltar em busca do outro esquadrão, que pois tarda, deve de estar em perigo. Vamos, e corramos com elles a mesma fortuna, e não vos assombre a multidão dos inimigos, que estes sam os mesmos, que muitas vezes fugiram só de nos ouvir nomear, e ninguem os póde hoje fazer esforçados, senão nossa covardia: e eu confio que em nos vendo outra vez com elles, percão o furor, se o tiverem, porque bem hão de entender de nossa volta, que he pera livrarmos os nossoa à custa de nossas vidas, que a elles hão de ser bem caras; e não os tenho por taes, que queiram esperar esta determinação».

A nenhum dos seus pareceo bem aquillo, dando-lhe razões taes, e tão frias, que entendeo de seu temor, que não fariam cousa alguma, e assim triste, e melenconizado, foi seguindo seu caminho pera o Cinde, lembrando-lhe novamente pera mor mágoa sua,

que deixara de ser senhor de hum tamanho Imperio por seu proprio descuido, e negligencia.

Diogo do Couto, Década V da *Ásia*, Liv. II, Cap. I

38. Falla que o Capitão da fortaleza de Dio D. João Mascarenhas fez aos Capitães dos baluartes, e soldados, animando-os e persuadundo-os à defensão da fortaleza.

Feito isto, ajuntou todos no terreiro da fortaleza, e posto no meio delles, fez esta breve falla: «**Bem pudera, muito valorosos Capitães, e esforçados cavalleiros, escusar de fazer estas lembranças; porque a quem tem tantas obrigações pera tudo, nenhuma cousa os move mais, que o sangue, a opinião, e a honra, assi particular de cada hum, como em geral desta nossa nação Portuguesa, que todos tanto desejamos conservar; mas satisfação nisto a minha obrigação pelas muitas que carregão sobre mim, como homem que ha de dar conta desta fortaleza, que eu pertendo defender com tão valorosos companheiros, não só a todo o poder d'EIRey de Cambaya, mas ainda ao do grão Turco, se com elle se ajuntar. E pera isto tomara que não estiveramos rodeados destes muros, porque então mostraremos a todos como não ha outros mais fortes peitos, que nunca se renderam a bombardas, trabucos, nem a outro algum ameaço de morte. E além de vosso esforço, e valor, que me assegura a victoria, ainda mo faz mais a justiça, que de nossa parte temos; porque bem vistes como me justifiquei com estes inimigos, porque quis fossem elles os quebrantadores da paz pera nos ficar na guerra todo o direito. Não me embaraça tomar-nos este cerco em tempo, que duvidosamente poderemos ser socorridos de Goa, (pelas grandes tempestades do Inverno que entra) porque temos um Deos justo, que nos ha de dar a victoria, assim pela razão que de nossa parte temos, como porque havemos de defender sua Santa Fé, e a honra de nosso Rey, que com tanto custo seu, e trabalho de seus vassallos trouxe a Lei do sagrado Evangelho tantas mil leguas, por tantos riscos, e perigos, e a tem dilatada por todo este Oriente, e ainda antre as mais barbaras nações delle. Estes Mouros, além de quebrantadores da paz, pelejão por defenderem as mentiras do seu falso Profeta, que está no inferno padecendo tormentos eternos. Por isso, ó Portuguezes dignos de immortal nome, e fama, aqui vos convem mostrar a differença que ha de nação a nação. Costumados sois todos a perigos, e trabalhos, por quem tendes alcançado grandes victorias, e engrandecido vossa patria, e nome. Agora neste transe não haja algum, que não trabalhe por fazer immortal a fama Portugueza, pondo os olhos em Deos, que tendes brando, e benigno, e depois nos feitos de vossos antepassados, e nas grandes proezas, e cavallerias, que nossos parentes, e amigos ha bem poucos annos obraram neste lugar, onde alcançaram victorias, que pareciam milagrosas, destes, e de outros inimigos mais poderosos, e de huma Armada, que pudéra assombrar a toda a Europa se lá passára, pera assi vos accenderdes no desejo de vos igualardes com elles, e alcançardes a fama que elles alcançaram».**

Acabada esta falla, todos com os corações mui determinados, e desejosos de se verem já ás mãos com os inimigos, lhe responderam, que todos estavam alvoroçados pera enganarem aquelles barbaros; e que em quanto os elle governasse os estimavam poucos, e dalli se foram todos armar o mais custosamente que puderam, pondo-se de plumas, e cores alegres, e foram dar vista ao Capitão, que tambem se vestio de escarlata, e em sua companhia foram correr as estancias, e a tomar posse dellas.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. I, Cap. VII

39. De como o Governador D. João de Castro chegou à fortaleza de Dio: e do conselho que tomou sobre a desembarcação: e de como se ordenou pera dar batalha aos inimigos.

Tanto que amanheceo, se armou hum formoso Altar no meio do terreiro da fortaleza, em que o Custodio disse Missa, e deo o Divino Sacramento da Eucharistia a todos com muito veneração, e devoção, sendo Governador, Capitães, e Fidalgos velhos os primeiros. Acabado este solemne auto (que foi de muito grande alegria e consolação pera todos) alevantou-se o Governador no meio de toda aquella multidão de soldados, e alçando a voz, lhes fez esta breve prática:

«Muito valorosos, e esforçados Fidalgos, e Cavalleiros de Christo, se a alegria, e o desejo de vos ver ás mãos com inimigos, que em todos vejo, cuidasse que vos procedia em temeridade, confesso-vos que estivera menos confiado do que estou; mas como sei mui certo que vos nasce da lembrança de quem sois, e da vontade que tendes de imitar no valor, e esforço áquelles antigos Portuguezes nossos antepassados, não ha cousa que me faça recear cousa alguma; porque aquelles não só se tiveram por satisfeitos de vencerem grandes exercitos em Africa, com pouca, e mal provida gente, mas ainda aos Romanos, que nunca foram vencidos de outrem. Lembro-vos as grandes vitorias que no cerco passado ha bem poucos annos aqui alcançamos, de outros inimigos mais esforçados, e poderosos que estes, (que com o favor Divino havemos de vencer muito de pressa.) Lembro-vos tambem, que a batalha que havemos de ter, ha de ser aspera, cruel, e arriscada; e tanto, que ou elles, ou nós havemos de acabar naquelle campo. E quando isto for (o que Deos não permitta) não devem elles de ficar pera se gloriarem da vitoria, porque todos havemos de trabalhar por vingar a morte do companheiro, que apar delle cahir; mas tambem vos affirmo, que a mais desta gente anda forçada, e hão de trabalhar todos de salvar as vidas pelas poucas esperanças de honra, e de proveito que disso esperam haver; porque as duas cousas que mais fazem arriscar a vida aos amigos de honra, são a honra, e fama nesta vida, e galardão perpetuo na outra. De nada disto podem estes ter esperanças, porque as honras do seu Rey são tratallos como escravos, a fama com elles se acaba, só no inferno vão gozar do galardão de suas obras em penas perpétuas. Nós não assim, que os que daqui escaparmos, temos por muito certas as honras, e mercês do nosso Rey, que nos ama como pai; e os que morrerem, ficaram vivendo no Mundo em fama, e suas almas iram gozar de huma bemaventurança, que não tem fim. Por isso, Senhores Fidalgos, e e Cavalleiros de Christo, pelejemos confiados, como quem peleja diante do seu Deos, e do seu Rey, defendendo suas honras, como verdadeiros Christãos, e filhos. Aqui tendes a figura daquelle Christo Jesus Senhor, e Salvador nosso», (a este tempo arvorou o Custodio hum devoto Crucifixo sobre huma hastia no ar, pera que de todos fosse visto,) «este he o que vos ha de ajudar, e favorecer, e debaixo de tão piedosa, preciosa, e poderosa bandeira pelejai seguros, e desbarataremos diante delle todos estes inimigos de sua santa Fé, e Nome».

Toda aquella multidão, e concurso que estava suspenso, e calado, ouvindo dependurado da boca do Governador, ouvindo-lhe com grande attenção o que lhes dizia, em vendo arvorar aquella sacratíssima figura de nossa Redempção, se prostraram todos logo por terra, e com os olhos arrazados de lagrimas, adoraram aquella Divina Imagem, pedindo-lhe misericordia, favor, e ajuda, e bradando por batalha.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. III, Cap. X

40. De como o Madune persuadió a El Rey de Candea alevantar-se contra os Portuguezes: e do que aconteceu a Antonio Moniz Barreto na jornada: e de como atravessou toda a Ilha de Ceilão com as armas nas mãos, pelejando com o poder daquelle Rey.

Antonio Moniz Barreto vendo aquelle negocio, e que não soffria dilação alguma, tomou huma mui apressada, e resoluta determinação, que foi mandar logo no mesmo instante queimar todo o fato que consigo levavam, sem deixar mais que o que tinham nos corpos, com hum pouco de biscouto, e as armas, e disse aos seus:

«**Bem vedes, valorosos soldados, e companheiros meus, o apressado aviso que nos deram; pera o que he necessario outra apressada determinação pera segurarmos nossas vidas; e não se me offereceo outra melhor que esta, de nos pormos á ligeira, e caminharmos com as armas nas mãos pera a parte de Triquinimalle, pera dahi nos passarmos á Cota, onde temos Rey amigo, porque pera tornarmos pera a Armada, receio tenhamos os caminhos tomados, e que todos nos serem inimigos; e pera estoutra parte temos hum Rey, que nos há de recolher, e agazalhar mui bem; por isso lembro-vos, que a vida de cada hum está na defensão de seus braços, e de suas mãos (deixando ás de Deos, que ellas são as que nos hão de defender, e livrar nesta jornada,) por isso segui-me».** E tomando a espingarda ás costas, começou a marchar pera fora da Cidade.

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. VIII

41. De como a Armada dos Turcos chegou a Ormuz: e do cerco que puzeram á fortaleza: e do que aconteceu em todo o discurso delle.

Os soldados Portuguezes, que na Índia são muito soltos, e affoutos, enfadados de estarem encurralados, bradavam publicamente por batalha, requerendo ao Capitão que lhes mandasse abrir as portas, que elles queriam ir ganhar as estancias dos inimigos, e tomar-lhes toda sua artilharia. O capitão os moderou com muita brandura, affirmando-lhes **que como fosse tempo o faria, mas que por então não lhes convinha, porque não tinha informação alguma da cópia dos inimigos; porque se se haviam de julgar pelo número de galés, o menos haviam de ser mais de tres mil homens; que se quietassem, porque tratava de ver se podia haver alguma espia ás mãos; e que como se certificasse da verdade, elle lhes faria a todos a vontade.** Disto se não satisfizeram os soldados, e andavam quasi como amotinados, e ainda os azedavam mais os Turcos, porque tanto que se acabava a bateria, de noite lhes diziam do arraial muitas cousas, que lhes soavam mal, chamando-lhes cocorins que quer dizer galinhas, e que não prestavam para cousa alguma;

Diogo do Couto, *Ásia, Década VI*, Liv. X, Cap. III

42. Das cousas, em que o Viso-Rey D. Constantino proveo: e das inquietações que os Abexins deram aos nossos: e de como o Viso-Rey mandou a Antonio Moniz Barreto a dar nelles: e da grande vitoria que alcançou: e quem he o Rey do Sarzeta, e que cousa são Choutos.

E como a noite era muito escura, e elles caminhavam ás surdas, por não serem sentidos, quando foi ao romper da alva, chegou Antonio Moniz Barreto á vista dos inimigos com perto de cento e vinte homens, porque os mais se perderam pelos caminhos. E vendo

que se os inimigos o vissem com tão pouca gente, e o commettessem, forçado se havia de perder, disse a todos os companheiros: «**Senhores, segui-me, porque na pressa com que dermos nesta gente, está nossa salvação**»; e arrancando com grandes gritas, apellidando **Sant-Iago**, tocando-se trombetas, e tambores, (que faziam hum grande estrondo, deo em os inimigos tão de sobresalto, que primeiro que se soubessem determinar, perderam muitos as vidas.

Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, Liv. VI, Cap. VI

43. De como D. Diogo de Noronha foi buscar os Abexins, e lhes deo batalha, em que os desbaratou.

Nesta ordem chegou D. Diogo de Noronha ao campo, onde os inimigos o estavam esperando no cabo delle, e parou pera notar a ordem em que estavam, que o numero bem sabia que eram seiscentos de cavallo, e dous mil de pé. E vio que estavam com as costas em hum formoso tanque de agua, e por sima delle se alevantava o Sol tão formoso, que alegrou a todos. D. Diogo de Noronha, depois que vio, e notou bem tudo, ajuntou os seus a si, e pondo-se no meio delles, lhes fez esta breve falla: «**Aqui temos, valorosos companheiros, Senhores, Fidalgos, Capitães, e Cavalleiros, os inimigos, que com tanto alvoroço buscavamos, pondo os olhos nelles, e em vosso valor, e esforço, e vereis quão poucos são pera o coração de cada hum desejava. Tudo hoje vos favorece, e promete huma grande vitoria. Ponde-os primeiro que tudo em Deos nosso Senhor, por cuja fé, e lei somos obrigados a morrer: que parece que na formosura daquelle Sol, que lá se vai alevantando, nos dá hum seguro sinal de terdes certa a vitoria; porque parece que vejo naquella diversidade de raios, que já vem seintilando settas contra vossos inimigos. Por isso, coração em Deos, confiança em vossos valorosos braços, olho nas obrigações de Christão, e amor no serviço de vosso Rey, e demos nelles com o favor do Bemaventurado Apostolo Sant-Iago, que a vitoria está certa**». Acabada a falla, começou a marchar, levando diante hum Religioso da Ordem de S. Domingos hum devoto Crucifixo arvorado no ar, e foram cingindo o campo com tenção de ir tomar o Sol aos inimigos, ou ao menos a não lhes ficar tanto pelos olhos, mandando aos seus que se não desordenassem, nem desmandassem.

Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, , Liv. VIII, Cap. II

44. Do que succedeo a Francisco Barreto nesta Conquista, e a ordem que teve em caminhar pela terra dentro.

Feita esta diligencia, ao outro dia á tarde levantou o Governador o campo, e foi marchando até o Sol posto, que se tornou a alojar, e ao outro dia fez pela manhã resenha da gente que o seguia, e achou quinhentos e sessenta soldados todos de espingarda, em que entravam cem mosqueteiros que levavam soldo dobrado, e vinte e tres de cavallo, e desta gente ordenou sinco Companhias; e cavalgando em hum fermoso cavallo, armado de armas ligeiras, se poz no meio de todos, e lhes disse: «**Eia, companheiros meus, e esforçados cavalleiros, caminemos, e vamos buscar os inimigos, que mais contente, e seguro vou com estes poucos tão contentes que com muitos mais forçados, e contra sua vontade**»; e logo foi marchando pela terra dentro com guias ...

Diogo do Couto, Década IX da *Ásia*, Cap. XXIII

45. De como o Turco mandou prover a Fortaleza que tinha nos Estados da Persia: e de como Oxá se confederou com Semechombel Gorgiano contra os Turcos: e da batalha que com elles teve, em que os desbaratou.

Vendo elles o Baxá desbaratado, e sem com que os prover, ficaram de todo tristes, e desconfiados; e o Baxá Cuso arrenegado, que alli estava por Capitão, lhe encampou a Fortaleza, e os soldados se começaram a amotinar, e a requerer-lhe que já não estavam pera defender a Fortaleza; e a voltas disto se alteraram os mesmos que vinham com o Baxá, por verem que os deixaria alli: mas elle a tudo supprio com muita prudência, e brandura, temperando a todos com muitos, e largos promettimentos; e depois que os teve quietos, e moderados, lhes fez huma muito prudente falla, em que persuadiu a todos a **emprestarem do que salvaram nas bolsas o que pudessem pera socorrer aquella Fortaleza do Grão Senhor; e do pouco que elle salvara daria quatro mil cruzados, e que se obrigaria a lhes pagarem em dobro tudo o que cada hum emprestasse, e que com o desbarato passado se não haviam de acanhar, nem escandalizar, porque os casos da guerra não estavam nas mãos dos homens; e que não era novo nos que militavam acharem hum dia a fortuna adversa, e o outro prospera; e que se elles por vassallos do Grão Senhor, e tão acostumados a alcançar tão grandes vitorias, que por ellas o tinham feito tão grande Monarca, o sentiam muito, que não devia de ser assim, porque quando a fortuna se lhe tinha mostrado havia tantos annos tão mimosa em hum tão pequeno toque, não havia pera que se desconfiar: que tornassem todos sobre si, que ella tornaria a voltar, e elles se satisfariam daquelle damno.** Com isto, e outras cousas que lhes disse ficaram elles animados, e quietos; e logo do que cada hum tinha emprestou hum pouco, e não tão pouco, que com os quatro mil cruzados que o Baxá deo, não se ajuntassem trinta mil cruzados, que o Baxá logo mandou ao Georgiano Alexandre (a que os Turcos chamam Leusbeli) que era grande seu amigo, pera que lhe mandasse todos os provimentos que pudesse...

Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. III, Cap. I

46. Dos grandes apercebimentos que o Raju fez pera contra Columbo: e de como o Capitão João Correa se fortificou.

Feita esta abominável superstição, querendo animar todos os seus pera esta jornada, lhes metteo em cabeça **que os ídolos lhe tinham prometido que lhes lançaria agua nas bombardas dos Portuguezes, pera que não tomassem fogo, nem lhes fizessem damno, e que lhes tinham asegurado tomar daquella feita a Cidade de Columbo, e lhe entregar nas mão ElRey D. João, que nella estava;** e com isto mandou lançar pregões por todo o Exército, que elle dava aquella Cidade a saco a todos os soldados, e que della não queria mais que a prata das Igrejas, e artilharia; e pera que fosse tido dos seus por tanto, e lhe crerem tudo o que dizia, fingia invenções diabólicas, escondia pessoas detras dos ídolos, que davam as respostas que elle queria, e de que os tinha ensaiados; e com isto, que aquelles rudes não entendiam, o tinham por santo, e o adoravam; e chegou o seu desatino a tanto, que mandou fazer muitas figuras de ouro em seu nome, e as mandou repartir por todos os Reynos, e pollos entre ídolos pera lhe fazerem tambem adoração, como a elles. Feito isto, começou a por a sua gente em ordem, e repartio a seu modo, dando a dianteira a Vijacom Mudelca, e a Gafanita Arache, e começou logo a caminhar.

Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. IX, Cap. IV

47. Da falla que Antonio da Silveira fez á gente, vendo que estavam temerosos do combate passado.

N'este dia do combate, á tarde, todalas galés a remo se forão além do baluarte, e puserão as proas na terra, onde elles sempre fazião agoada. O que vendo os nossos, de todo cuidarão que vinhão ally pera toda a gente sayr em terra, e virem dar o combate: com que todos forão em muyta torvação. O capitão sentio bem a torvação e desmayo da gente, vendolhe os rostros muy tristes. Junto do baluarte, onde estavam muytos homens praticando na cousa, o capitão lhes falou a todos, com o rostr muy alegre, dizendo: «Senhores, estou espantado vevros tristes, e nom muyto ledos, pois tendes visto quanto nos Deos estima, n'este tão honroso feyto que pera nós gardou, pera ganharmos a todos quantos n'estas partes são feytos polos portuguezes; mostrando por nós sinaes milagrosos de suas grandezas, sendo nós aquy tão poucos, em huma casa tão rota como temos esta fortaleza. E folgo de assy estar pera que nossos imigos nos cometessem como fizerão, de que em suas carnes levarão sentimentos e sinaes de nossas lanças e espadas, (que nunca atégora tinhão provado das mãos dos portuguezes) que sempre terão que contar per onde forem, e nossas honras pera sempre serão enxalçadas, pois assy temos tantas portas abertas, e as defendemos a tanta multidão d'imigos como ante nós temos, sendo nós tão poucos. Polo que a Nosso Senhor devemos tantos louvores os que estamos aquy; e aos que lh'aprouver levar pera sy n'esta tão santa obra, morrendo martyres por sua santa fé, nos está muy certa sua santa gloria, porque com este trabalho purgamos as culpas de nossas almas, e os que ficarmos vivos, com a frol e bandeira de todalas honras da Índia, de que a fama durará em memoria, a ganharemos pelejando por nossa ley e nosso Rey. Nom sey porque nom sentis o muyto poder que nos Deos dá, que nos combates em que de cadavês elles vierão com dobradas forças, de cada vez vos detivestes menos em os desbaratar, hindo tão lastimados de vossas mãos! Com que bem vereis quão poucas forças e corações agora terão pera nos tornar a cometer. Portanto, estêmos todos muy prestes e esforçados pera o remate de nossas honras, como o Senhor Deos cada vez nos mais acrecentará, porque esta obra he sua, e nós seus filhos, comprados por seu sangue. E pois isto he verdade, rogovos muyto que ninguem mostre tristeza, antes que todos folguemos, gritando e apupando, e cantando e foliando, que cuidem nossos imigos que sabemos nós o mal que lhe fizemos». O que a todos assy pareceo muyto bem e com animos novos se tornarão muy esforçados, e todos com lagrimas d'alegria se abraçavão huns com outros, com palavras de muyto amor;

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVI

48. Como os Portuguezes vista multidão dos Mouros requereram ao Príncipe D. Affonso que escuzasse a batalha, e da falla que lhe o Príncipe fez sobre esso.

Os Christãos que eram com o Príncipe, vendo a grande multidão dos Mouros sem conto, começaram de poer duvida em se haver de dar batalha pela mui grande desigualança, que havia delles aos Mouros. Então se foram ao Príncipe, e lhe disseram: «Senhor quem sua carga compassa pôde com ella, e vós vedes bem a multidão de gente que El-Rei Ismar traz consigo, e cuidardes de com tão pouca, como tendes pelejar com elle, é cousa fora de toda a rezão, que ainda parece mais tentar a Deos, que sesuda valentia, nem se deve haver por serviço de Deos, antes por muito seu desserviço para tamanha aventura, e risco de uma só ora o senhorio de Portugal, ganhado em tantos de muitos dias, e annos, pelo qual Senhor, a todos parece, e não com mingoa de coração, e vontade que em nós nunca achastes, devesse ter modo por onde toda via se escuze esta batalha».

Quando o Principe D. Affonso ouvio aos seus esto, pezou-lhe muito, e posto que nelle só houvesse o esforço que a toda a Oste cumpria, lhe pareceo necessário fazer a todos uma falla, a qual depois de todos ajuntados, assi começou: «**Meus bons vassallos, e amigos, muito vos deve lembrar a tenção e desejos com que partimos de Coimbra para servir a Deos, e punhar por sua santa Fé Catholica, contra estes seus imigos, e nossos, e ora estando nós já em vista dos que viemos buscar, será grande mingua, e ainda poder-se-ia mais azinha de Portugal seguir essa perda, não pelejando, que pelejando receaes se fogissemos ás batalhas a que Deos, e nossas vontades tão acerca trouxeram, que já nosso recolhimento não podia deixar de parecer fugida, ou ser desbarato. Deos por sua piedade nunca abriu mão dos que em elle esperam, nem para dar, ou tolher, a quem lhe praz vitoria, ha mister poder de mais, nem menos gente. Lembre-vos quantas vezes, e em quantos lugares, pelejaram nossos antecessores com estes imigos da Fé, e os venceram poucos, pois não é agora menos poderosa a mão do Senhor Deos para nos ajudar contra El-Rei Ismar, do que foi nos tempos passados para ajudar a elles, e assi outros muitos Princepes, e Senhores Christãos, em semelhantes casos, e tanto mais de ventagem de nossos imigos; deve nosso coração, e esforço quanto temos mais justas causas, e rezão de pelejar. Nós pelejamos por Deos, pela Fé, pela verdade, e estes arrenegados que vedes, pelejam contra Deos, pela falsidade. Nós por nossa terra, elles pela que nos tem tomada, e furtadada, e querem furtar. Nós pelo sangue, e vingança de nossos Antecessores, elles por ainda cruelmente espargarem o nosso. Nós por poer nossos pais, nossas mais, nossas pessoas, molheres, e filhos, com liberdade, elles a nós todos em seu cativeiro, a terra que hoje em dia tem, e possuem em Africa, em Espanha, nossa foi, e a Christãos por nossos pecados a tomaram, e agora que Deos quer que a cobremos, com seu desfazimento, e destruição, não desfaleçamos a vontade do Senhor Deos, e a tamanho bem nosso; oh quanta mercê nos Deos faz Cavalleiros, e a quanto bem nos chegou, se lho bem conhecêssemos, chegou-nos a um dia e feito tão glorioso, quanto Cavalleiros não poderiam, nem saberiam mais desejar. Chegou-nos a pelejarmos por elle, e por nós, peleija sua, e nossa contra cinco Reis Mouros imigos da sua Santa Fé, em que nos elle salvou, peleija em que mataremos, seguros de culpa, morreremos mais seguros de galardão, matando, ganharemos a terra, e honra temporal, morrendo ganhamos o Ceo, e gloria eterna, matando tolhemso a vida a nossos imigos, e morrendo damos vida e gloria a nós para sempre, a quem se deve mais nossa vida que a Deos que no la deu, nem nosso sangue que a Christo, que o seu proprio por nós espargeo, nem que podemos fazer neste mundo por elle, que muito mais, o primeiro não fizesse por nós, elle sendo filho de Deos, se sbaixou a fazer homem por nos fazer filhos de Deos, e nós filhos de homens, ainda por elle não faremos por onde filhos de Deos pareçamos? Elle padeceo por nós, só nu, e despido, sem galardão, e nós cubertos de armas, e acompanhados, e com galardão, muito maior que merecimento, receamos pelejar por quem assim por nós morreo, para que nos fez logo Deos, para que nos teve amor tão sobejo, que por remir tão ingratos servos, deu seu proprio filho, sendo logo (quando assi por nós, e nós possamos fazer por elle) feito tudo só por nós, e para nós, que Deos nada lhe faz mister? Certo não é de homens, nem de Cavalleiros, e muito menos de Christãos, e mais nós Portuguezes recearmos trabalho, que nos sae em tanta gloria, nem morte que nos passa a vida para sempre segura da morte, pelo qual meus bons Cavalleiros tenhamos muita Fé, e muita Esperança, em N. Senhor, o dia de amenhã em que com sua graça venceremos a batalha, será de tanto prazer para nós, e nos apresenta tanta gloria e honra para o outro mundo, e para este cuidando no premio, faz ligeiro o trabalho; não cureis de**

nhumas rezões, nem temores que a lembrança de Deos só e de tanto bem nosso, no los deve lançar fora de nossos corações. Hi-vos agora todos em boa hora a repouzar, e esperai com muito prazer, e descanso o dia amenhã, taõ ledos, e de prazer, como nunca foi a Cavalleiros, tanto que amanhecer vamos logo com a ajuda de Deos, e sua graça ao que viemos fazer, que elle ha de ser comnosco como sempre o é com os seus, e elle por sua piedade no-lo dará feito, e vencido, em nossas mãos, e de manhã prazendo a elle acabareis de confirmar para sempre o bom nome, e louvor que os Portuguezes tem de saberem bem aguardar seu Senhor nas pressas, e perigos maiores, porque com a ajuda do Senhor Deos, eu espero tomar tal lugar na peleija, onde me faça mester vossas mãos, e ajuda». Quando os Portuguezes ouviram taes palavras, com tanto e tão confiado esforço do Príncipe, foram assi todos esforçados, e animados de um coração para servir a Deos, e a elle naquella batalha que pareceo ser trespasado em cada um o mesmo esforço, que no Príncipe viam, responderam todos mui ledos, que pois elle queria, e lhe assi percia, elles estavam mui prestes para fazer o que sempre fizeram aquelles donde elles decendiam.

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XIV

49. Como El-Rei D. Affonso Anriques descubrio aos seus que iam sobre Santarem, e das rezões que disse a todos.

Na serra Dalvados, que acima dissemos, esteve El-Rei a quinta feira até noite, e dahi abalaram ao serão andando toda a noite, até a mata que está sobre Pernes, onde chegaram sexta feira amanhecete, então concirou El-Rei que era bem descobrir a todos seu desejo, e ao que iam, e fez-lhe uma falla nesta maneira: «**Meus bons Cavalleiros, e amigos, mais verdadeiramente, que a outros nhuns se ha de chamar, bem sabeis quantos trabalhos, e fadigas comigo, e sem mim padecestes por azo desta Villa de que acerca estamos, e quanta guerra, e males tem feitos á nossa Cidade de Coimbra, e a todo meu Reino por muito tempo, pelo qual detreminei de a vir comvosco escalar, e tomar, como em Deos espero, e ainda que parece necessário chamar mais gente para isso, e seja certo que me viera de mui boa vontade, porém não quis, nem escolhi mais que vós soes, em que sempre puz, e ponho meus conselhos, e fadigas, e cuja lealdade, e valentia, em muitos perigos meus conhecida me deu sempre de vós, tal, e tão firme confiança, que com a graça de Deos, ei já por feito o que vimos a fazer, alem destos vejo em vossos gestos, e continências não menos sentirdes, e dezejardes, esta couza que eu mesmo, o que me cauza tanto prazer, que já me não parece termos nisto pejo, que a detença deste dia, que passe azinha, para com a graça de N. Senhor nos irmos a noite seguinte aposentar dentro da Villa, e o que tenho cuidado para se esto mais ligeiramente fazer, escolham-se cento e vinte de nós, para dez esquadras partidos a cada uma doze, que logo no primeiro sobir, se achem não menos de dez sobre o muro, e assi se dobre cada vez o conto da gente. Os primeiros que sobirem alevantem logo minha bandeira, para esforço dos nosso, e esmaio dos imigos se espertarem do sono, e a poz esto quebrai as fechaduras das portas, e assi a volta, e estrondo, dos que pela porta entrarem, ajuntados com os de dentro esmaiarão mais os imigos, em cuja matança de homens sahidos do sono, uns, e desarmados, bem vedes quam pouco ha de fazer. Vós anhumas pessoa não perdoeis, nem deis vida, nem a homem, nem a mulher, moço, nem velho, de qualquer idade, e qualidade, todos andem á espada, e esto fazei com grande e trigozo esforço, que Deos será ahi em nossa ajuda, para cada um de nós matar cento delles, e hoje, e á menhã fazem por nós oração geral o Prior, e todos os Conegos do Moesteiro de Santa Cruz, a que eu ante que partisse notifiquei o que vínhamos fazer, e assi a Cleresia, com todo o povo, e por que lhes disse que tinha**

trato, e intelligencia na Villa, para nos dentro receberem, me perdoe Deos esta mentira, que áciente lhe disse, porque lhe esforçasse os corações, e vontades; assi meus amigos vos esforçai, e pelejai como sempre fizestes, lembrando-vos o que fazeis por Deos, por mi, e por vós, por vossos filhos, e netos, hi serei eu, e me verei comvosco, que não póde haver afronta, nem perigo, que a viver, e morrer me aparte de vós, como vejo que fareis por mi». Ouviram todos a El-Rei, muito promptos, e animados, em seus corações, para ouzarem, e cometerem tudo o que lhes falou.

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XXX

50. Como El-Rei D. Affonso tomou Cezimbra, e Palmela, e peleijou, e venceo El-Rei Mouro de Badalhouce com muita Mourama.

El-Rei com quanto vio o medo, e receio dos seus pela grande multidão dos Mouros; porém esforçando-se no poderio de Deos ser maior que o dos homens, no qual elle sempre esperando se achava vencedor, fallou aos seus em esta maneira: «**Que esmaio é este amigos, ou que nova desconfiança do Senhor Deos, nem vedes vós agora de novo, para tanta torvação; estes muitos, que vedes são os que vós muito menos, dos que ora soes, sempre vencestes, para isso ganhamos nós peleijando, e vencendo, á cincoenta annos, tanto merecimento, e honra ante Deos, e o Mundo, para todo em uma só hora, fugindo perdermos, certo que ouvindo-vos, o que ouço, se vos a todos não conhecera, podera mal cuidar, serdes os que comigo vencestes muito mais, que estes imigos no campo Dourique, e em outros lugares, não ponhaes ante vós meus amigos, quantos mais são, que nós, mas quanto no poder, e querer de Deos, por quem peleijamos, são muito menos que nós; o medo, em que os Deos já poz para nós maioritariamente se dermos nelles de sobressalto, fará que lhes pareçamos muito mais do que somos, e elles assi mesmos, menos muito, do que são, e tendonos Deos tantas vezes mostrado esta verdade, podeis ainda cuidar em nos devermos de retraher, nem fugir, Deos por nós sempre contra elles em honra, e vencimento, e nos queremos ora poer em deshonra, e nossos imigos em gloria, e esforço contra nós. Ora havei Cavalleiros, que mingua de fé, mingua de crença, nos encurta o esforço, mal concorda no coração de Christão esmaio com ardidez, mal no Christão desconfiança com fé, que inda que poucos sejamos, tambem de muitos, poucos são os que peleijam, não tem hoje estes nossos imigos em seus corações, cousa mais certa que topando-se no campo convosco, e comigo, haverem-se logo por vencidos, tanto que nos virem não ficará destroço, nem mortos, nem vencimentos passados, quantos contra elles houvemos, que como presentes ante si não ponham, este de agora, que com a graça de Deos haveremos. Pelo qual meus bons Cavalleiros, não vos venham por sentido medos, de que nosso Senhor Deos sempre livrou, e mostrou o contrario, e pois por tantas, e tão milagrosas vitórias, que sobre nosso poder, por sua piedade nos deu, temos tão sabido nada ser a elle impossível, não devemos nada temer, vamos logo com sua graça, que nos sempre acompanha ferir nos imigos. Eu quero hoje ser vosso pendão, e ver se me quereis seguir, e guardar como sempre fizestes, que pois Deos ordenou para mostrar mais seu gram poder, com tão poucos me aqui acertasse, eu determino por seu serviço, hoje neste dia, de vencedor, ou de morto me não partir do campo».** Desde El-Rei acabou de fallar, vendo os seus em elle tão grande confiança, e determinação, todos mui esforçados com suas palavras, esforço, disseram, que por muito mais desigual que o cazo fosse, delles aos Mouros, pois elle seu corpo determinava poer atal feito, elles lhes não faleceriam, e o seguiriam como sempre fizeram, dizendo que dessem logo nelles.

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XLIII

51. Como os Mouros vieram com Albojame Rei de Sevilha cercar El-Rei D. Affonso Anriques em Santarem, e como El-Rei foi a pelejar com elles, e os desbaratou e venceo.

El-Rei D. Affonso por não poder cavalgar a cavallo, e sair a elles era mui enojado em seu coração acostumado a vencer nos campos, e cercar, e não ser cercado, pelo qual determinando de sair fora em carro a lhes dar batalha, alguns dos seus lho contradisseram, e outros diziam que era bem ficar na Villa, e que elles sairiam a pelejar com os Mouros, concelhos ambos muito fóra do parecer del-Rei, e do seu grande animo, e por tanto lhe respondeo e disse: **«Amigos não cumpre agora ver se sairemos, ou não; mas é tempo de tomardes tal esforço para pelejar, que eu possa perante todos louvar os que o bem fizerem, e eu mesmo em pessoa vos ajudarei a isso contra os imigos, quanto em mim for como sempre fiz, e se pela ventura alguns tiverem receo, o que não cuido, fiquem na Villa, e não vão lá que eu não poderei sofrer já mais tanta vergonha.** Então acordaram que era bem sair fora em toda maneira, e estando já prestes para um dia certo, e corregidos como deviam ir, e de quaes havia El-Rei de ser guardado, aconteceu virem novas a El Rei D. Affonso como El-Rei D. Fernando de Lião seu genro, vinha com muita gente...

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XLVI

52. De como o capitão, vendo a determinação de Coje Çofar, começou a prover as estâncias da fortaleza, e de como os mouros naquela noite fizeram um baluarte que nos faziam muito dano.

Após isto mandou pôr em cada estância destas vinte soldados com suas armas, para que, havendo alguma maneira de sobressalto ou rebato soubesse cada um a que parte havia de acudir; e com todas as mostras que Coje Çofar tinha mostrado da guerra quis o capitão esperar que ele fosse o que começasse de a romper de todo, fazendo a Deus juiz da causa dela; e para fazer em tudo bem o ofício de bom capitão e tão prudente como ele era, fazendo vir diante si toda a gente que havia na fortaleza, lhes fez uma prática mui avisada em que animou de maneira a todos os que estavam na fortaleza, que ficaram desejando de se verem logo embrulhados com os mouros para mostrarem quão pouco os estimavam; a qual prática me pareceu razão pôr aqui memória de tão singular e insigne capitão. *Fala que D. João Mascarenhas fez aos soldados da sua fortaleza de Diu, antes de ser socorrido.* **«Como quer que os mais dos que nos aqui achamos presentes nenhuma outra cousa, como fim mais principal, nos haja movido a deixarmos a nossa natureza para virmos a partes tão remotas dela por caminhos tão estranhos e trabalhosos, mais que a ganhar honra e nome perpétuo fazendo com inteireza, como de cada um de nós se espera, o que toca ao serviço de Deus e de el-rei nosso senhor, principalmente contra aqueles que foram quebrantadores das pazes que com ele tinham feitas, porque então ficamos com maior louvor e dobrada glória, quando nos passarmos a perigos grandes e arriscados por fazermos guardar as pazes e cumprir em tudo a forma do contrato com que se fizeram, como é o negócio que temos entre mãos contra el-rei de Cambaia, quebrantador delas. E porque o proveito e cómodo que daqui se nos consegue está tão certo, achei por escusado tratar de interesse a Vossas Mercês, pois tão pouco interesseiros se têm mostrado desde o tempo que os converso por me parecer melhor trazer-lhes à memória a grande nomeada que poderá ficar de nós quando nas obras correspondermos com o sangue donde procedemos; por que se em todo o outro tempo era cousa muito louvada trabalhar cada um por com suas obras, fazer**

escurecer os feitos dos outros, neste de agora o ficará sendo muito mais se cada um dos que nos aqui achamos tivermos o olho em trabalhar por cada um ser avantajado do outro com tais obras que mereçam este louvor que é o verdadeiro prêmio que desta vida podemos pretender na terra.

E, pois sabemos esta fortaleza ser cousa tão importante aos Estados que el-rei nosso Senhor tem, devemos tirar da fraqueza forças e não respeitar a multidão dos imigos, porque a virtude dos poucos quando está unida numa vontade e numa determinação *fortior est*; e posto que o exército dos imigos seja tal qual sabemos, e que o tempo se mostre mais favorável a eles que a nós por causa do Inverno ser entrado, em que ficamos desesperados de alguma maneira de socorro, todavia, hei que nem poder imigos, nem indústrias suas, nem contrariedades de tempo poderão tanto que arrombe uma conformidade tão grande como é a que Vossas Mercês têm mostrado para esta empresa que se nos veio meter entre mãos, pois tenho visto o ânimo e esforço com que Vossas Mercês pelejaram em todas as outras em que se acharam, levando sempre a melhor de seus imigos, e a experiência nos tem bem mostrado quanto mais podem as forças dos poucos quando são em uma vontade e num propósito, que a virtude dos muitos, porque é natural neles vendo-se com tanta vantagem desprezar os poucos, donde procede muitas vezes sua destruição; e pois isto assim é, senhores, e o tempo em que as pessoas de semelhantes qualidades podem alcançar honra e nome perpétuo é o que temos entre mãos e o em que nos todos agora achamos, deve cada um de se esmerar em mostrar a força de seu braço e o ânimo de seu espírito; porque, que aproveitam vitórias passadas se houverem de ficar escurecidas por descuido e negligência dum dia e ficara licença aos praguentos para poderem dizer que por covardia perdemos o que tínhamos alcançado, cada um de nós deve cuidar de si, que só dele depende o bom sucesso desta empresa, e nele consiste a vitória contra os imigos e havendo esta consideração em todos não duvido nada senão que pareceremos aos imigos de muita mais quantidade do que imaginavam. Tenham Vossas Mercês lembranças de quantas batalhas ajudaram já a vencer e quão honrados ficaram com elas, e quão necessário é trabalharmos agora por conservarmos a opinião que estas bárbaras nações têm concebido de nós; e se em algum tempo isto nos podia obrigar muito, nenhum outro eu sinto mais importante e em que mais nos (...) que o presente em que estamos; sigamos a fortuna, pois se nos mostrou sempre tão favorável, caminemos pelos caminhos por onde nossos avós alcançaram tanta glória e louvor; não faço muitas lembranças a Vossas Mercês do que eles fizeram em sua vida, porque lembranças não se fazem senão a descuidados e não aos que estão prevenidos e conformes, como eu sei que Vossas Mercês o estão.

A Deus tomemos por juiz desta guerra que nos fazem, porque, pois ela é injusta, de sua parte deles, de el-rei é que nos dará a vitória com grande desbarato e destruição dos imigos, não nos assombre a morte nem trabalhos porque, que mor honra pode ser que morrer tão honradamente por serviço de Deus e de el-rei nosso senhor, e por honra da nossa pátria? Vamo-nos, senhores, cada um pôr em nossas estâncias e cada um faça conta que ele é o capitão para melhor acudir em todas as cousas que virem com necessidade». Tornando a Coge Çofar, que tinha entrado na cidade, quarta-feira de Trevas, como dissemos, naquela mesma noite fez os três baluartes de que acima falámos.

Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXIII

53. De como D. João Mascarenhas saiu aos inimigos, e de como se tornou a retirar, com perda e morte de alguns fidalgos.

Correu a nova deste motim a D. Álvaro de Castro e a D. Francisco de Meneses, os quais se foram logo ajuntar ao capitão para que os soldados cessassem da sua contenda. O capitão, como os viu a par de si, pediu aos soldados, que pois estavam tão desejosos de pelejar, que o ouvissem primeiro e que depois fariam o que fosse mais serviço de Deus e de el-rei nosso senhor, aos quais disse as palavras seguintes: «**Tenho muito bem entendido o desejo que vossas mercês têm de ganharem nome e fama na terra lhes faz parecer não ser a empresa tão áspera e dificultosa como na verdade o é, porque nunca nenhum capitão prudente nem soldados animosos foram cometer inimigos sem primeiro saberem os modos de seus reparos e a ordem que tinham no seu arraial. E, pois isto não está ainda feito, deviam vossas mercês de esperar que mande eu algumas escuitas ver o modo de seu campo e, juntamente, tomar alguma língua do qual tomassem informação, para irem melhor encaminhados, quando de todo em todo insistissem na sua porfia, e a informação tomada, fará então cada um o que lhe for mais proveitoso; e achando ser a gente mais do que imaginavam que parecia mais de ânimo covarde sair fora que deixar-se estar recolhido na fortaleza, porque o ânimo que está desesperado de suas forças e que lhe parece não se poder defender sói e costuma fazer o que eles queriam acometer; pelo que sou de parecer, que pois todos os que aqui estamos somos homens para poder resistir a outros poderes maiores que o de el-rei de Cambaia, que devíamos de cuidar bem neste negócio antes que o começemos, por que não pareça depois que fizemos semelhante cousa sem muita e madura consideração**». Cuidando o capitão que os soldados ficassem persuadidos com tão vivas e aprentes razões como foram as que lhe tinha ditas, achou tudo ao revés, porque os soldados, parecendo-lhe que o capitão dizia isto por os desviar, não quiseram discorrer pelos inconvenientes que lhe apontava e punha diante, antes cerradamente, sem nenhuma maneira nem ordem de discurso, acendidos em furor, alevantaram as vozes desconcertadamente, dizendo que todas aquelas razões não eram de ânimo esforçado, senão de quem tinha medo de vir a braços com os inimigos, e que o capitão sabia muito bem que os mouros tinham tal vigia no seu arraial que por nenhum caso poderiam haver língua de que soubessem o que ele dizia;

Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XXXIX

54. Da famosa batalha e vastíssima vitória do campo de Ourique

Determinou Dom Afonso Henriques dar batalha aos Mouros logo ao outro dia seguinte, que era véspera do sobredito apóstolo Santiago, padroeiro de Hespanha, cujo patrocínio e favor ele tinha por mais certo, porquanto era muito seu devoto. E porque lhe pareceu que o estado das cousas o requeria, fez esta fala aos seus: «**Nobres cavaleiros e fidalgos portugueses meus amigos, bem sei que para vós em cousa d'armas contra infiéis não é necessária admoestação alguma, porque vós tendes tanto na vontade e uso fazer o que deveis, que parece sobejo trazer-vos à memória o que sempre nos lembra. Porém, por fazer meu officio, vos quero dizer que na mão e vontade de Deus e não na multidão está a vitória das batalhas. E isto posto que todos o cremos por fé, para mais consolação e esforço dos fiéis temos na *Sagrada Escritura* ditos e exemplos que o provam. No primeiro livro dos Reis, diz Jónatas: «Não é dificultoso ao Senhor salvar em poucos mais que em muitos**». E logo mostrou Deus a verdade deste dito, porque só ele Jónatas e um seu pagem com o favor de Deus

desbarataram um grande exército de Filisteus, gente forte e guerreira. Gedeon com trezentos homens venceu outro grande número de infieis. E Judas Macabeu com três mil venceu quarenta mil. Mas deixo de outros muitos exemplos em que Deus mostrou o seu grande poder, um só quero que trazeis à memória, porque é muito semelhante ao presente e é este que venceu Josué cinco reis cananeus em uma batalha com ajuda divina. Assim venceremos nós com a mesma ajuda estes cinco reis mouros, contra os quais nós pelejamos também por amor de Deus, como, então, Josué fazia, senão que esta nossa guerra tem figura de mais justiça, porque Josué lançava aqueles das suas terras e nós defendemos as nossas e defendemos a nós e nossos amigos e vizinhos. Portanto, temos razão de confiar que Deus nos ajudará e pelejará por nós. E porque Ele não ache em nós cousa que ofenda sua justiça, nem aparte de nós a sua misericórdia, todos os que tiverem necessidade de se confessar, confessem-se esta noite; porquanto eu determino dar batalha a nossos inimigos em amanhecendo». Era já quase noite quando acabou esta fala e não houve tempo para se valerem nem fortificarem de qualquer maneira, mas recolheram-se a um tesouro, donde descobriram o arraial dos Mouros e vieram o que se fazia nele. [...]

55. Dom Afonso Henriques, a maior parte dela esteve em oração, como nos tais tempos acostumava. Por todos geralmente se diz que, então, lhe apareceu Cristo crucificado e lhe deu firme esperança da vitória que logo houve. E dizem que ele para animar os seus lhe contou publicamente **como Cristo lhe aparecera e lhe prometera vitória. Portanto que se esforçassem e confiassem em Deus, porque seriam por ele ajudados, como foram outros muitos a que Deus em semelhantes casos apareceu.**

Fernando Oliveira, *História de Portugal*, Livro III, Cap. V

56. Como se tomou Cochym per trayçã e como morreram os Príncipes em batalha

Quando os principes de Cochym os vyrã, fora muy trystes por se verem tão soos, e bem emtemderã que hera trayçã. Ajustarãse emtão os Príncipes com a gente que tinham e detreminarão morrer antes que comsentir os imigos pasarem avante, e, pera os provocar ha pellejar, ho principee Maramuhy lhes fez a falia seguinte: «**Nam creaes, Amiguos, que, sendo nosos Deoses tã justos, sejam tam esquecidos de nos que, por nosa deshorrã e destroyã, cõsyntão que elrey de Calecut com tanta soberba emtrase nesta terra se nosas cullpas ho nã merecesem, que, em casso que tenham rrezã de nos favorecerem, muytas vezes permitem as semelhantes afromtas aos principes e seus capitães, por que tenham memória delles e lhes dem graças cõ benefícios das vytorias que lhes dão, no que nos nã podemos escussar de çullpa, nem a elles tellos por injustos, pois nas vitorias que nos derê (*sic*) nas pellejas passadas nenhúas graças lhe[s] oferecemos, antes a noso esforço atrebuymos noso vemçimêto, nos que os temos tã agravados que justamente se hão cõnosco, porque conheçamos que nã somos nos hos vencedores mas que em sua vertude avemos vytoria. Emcomêdemonos a elles e rremdamos lhes graças do pasado. E cometamollos esforçadamente, que, neste llugar, eu lhes prometo hedeficar huu tyrycol por memória da vytoria, de a delles alcançarmos».**

A este (*sic*) ora, cõ muyto esforço, cõ ha gente muyto çarrada, rrompeo poios imiguos, matado e ferindo nelles; e de húa parte e outra hera ha batalha muy feryda, aimda que hera deshygoal, porque os imigos aquella ora hera vimte pera huu; nem por yso ho Princepee cõ hos seus deixava de pellejar e, muy sem medo pellejamdo, acodia omde vya as mayores pressas, e por omde hya cõ sua espada na mã lhe dava caminho. E por certo se elrey de Calecut nã mãdara ê socorro, cõ bj homêes, ho senhor do Rapelim, ho primçepee Nanbederym fora desbaratado, porque sua gente, vendose desnodadamête

cometidos, começava a retraeas (*sic*),mas, como este chegou, cobraram esforço e tornara ha batalha. O príncipe Na[ra]moy trazia sua gemte cerrada, nenhú dos imiguos ousava chegar a elle, que ho temyam como a fogo, mas a esta ora heram mortos dos seus bem dozemtos, e muytos dos outros feridos, e elle ferydo de húa flecha.

Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, Cap. XXIII

57. D'outra falla que o duque fez a todolos seus, em que determinou não leixar o seu caminho

Pelo qual porque soube que o Infante o havia d'esperar no estremo e confina de sua terra, a que já estava mui chegado, foi alli com esses principaes ver o lugar de melhor disposição para a peleja, e assi partir e escolher o campo para elles mais seguro. E deshi volveu a seu alojamento, e fez ajuntar todolos seus, e com quanto era de pouca fala, com a contenença grave e segura lhe fez um razoamento n'esta maneira. «**Honrados criados e amigos, eu sou aqui vindo por mandado d'El-Rei meu Senhor, como vos disse, e por estas suas cartas o vereis; levo comvosco este publico caminho sem danificar nem agravar alguém como sabeis, e ora sou certificado que o Infante D. Pedro contra defesa e mandado do dito Senhor, vem por elle com proposito de por força m'o impedir, e porque eu por muitas causas que todos entenderéis, sou em determinação de todavia seguir avante, eu vos rogo e encomendo, que para qualquer trabalho e afronta que sobrevier, por serviço d'El-Rei meu Senhor e minha honra esforceis os corações, e desenvolveas as mãos como de vós e de vossas bondades espero. E sabeí certo prazendo a Deus, que a victoria é nossa sem algum vosso perigo; porque a gente do Infante é pouca para a nossa, e vem constrangida e cortada toda de temor; porque além de conhecerem a que se dispõem, sabem o erro e deslealdade que cometem, vindo contra a obediência e mandado de seu Rei e Senhor. E por isso assi sem duvida, que todos estes na sombra do medo, vendo-nos logo o leixarão. E por isso eu vos encomendo que no sangue d'estes não solteis vossas mãos e ferro a toda a crueza, pois em fim são christãos e vassalos de El-Rei meu Senhor, e á verdade innocentes, ainda que tenho grande receio á vinda do Infante D. Fernando, e do conde d'Ourem meu filho que vem detraz, e na hora do nosso ajuntamento serão comnosco, que por ventura nas mortes e danos d'estes não quererão ter esse resguardo, mas Deos o perdoe, ou acoime ao Infante D. Pedro, pois é causa d'isso, e este trabalho que por mim tomaes, eu sempre vo-lo conhecerei, e El-Rei meu Senhor tambem vo-lo deve e por meus requerimentos e intercessão vo-lo satisfará com honras e mercês, como a bons e leaes vassalos que soes»; e com isto se recolheu a seu alojamento.**

Rui de Pina, *Crónica d'El-Rei D. Afonso V*, Cap. CIII

2. Arengas na épica

2.1. Arengas navais

58. Neste Decimo Nono Canto se trata como dom Manoel de Lima por mandado do Visorey foy buscar duas Naos del Rey de Cambaya, e nam as achando entrou outra vez na enseada de Cambaya onde destruhio a cidade de Goga fazendo grandes danos por toda aquella parte.

Despois que tudo assi fica ordenado,
O capitão se torna para as fustas,
E diz aos capitães, que determina
Desembarcar, ja quando a noite fosse
Fogindo da graciosa luz, que a fresca
E belíssima Aurora, traz consigo.
Aos soldados também diz: **«esforçados
Companheiros, amigos, bem sei certo
Que sempre mostrareis aquelle esforço
Que em vossos corações está contino.
Nam peço que mostreis nesta peleja
Animos invencíveis, braços fortes;
Que isto eu o vi em vós em todo o tempo.
Porem vos encomendo, e tambem peço
Que avorreçais o sacco da cidade,
E nam o cobiceis, porque nam seja
Causa de desmandarvos, que bem póde
Este despejo ser ardil e manha
Com que, nam sendo cautos nos percamos.
E se isto fosse assi (como já muitas
Vezes aconteceo) se formos juntos
Nam ha cousa que estorve, ou nos impida
A nossa embarcaçam; porque os soldados
Que aqui mando ficar, e os bombardeiros,
Com favor desta nossa artilheria,
Nos foram tornar salvos e seguros»**.
Logo em amanhecendo desembarcam,
E com boa ordenança e passo ousado
A cidade cometem pola parte
Que está para o sertam, porque se ouvesse
Cillada, a descubrissem de mais longe,
E nam podessem ser nella enganados.

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIX

2.2. Arengas terrestres

59. Huc omnis iuvenum legio, quibus acrior intus
Sanguinis ardor erat bellique cupido nefandi,
Contulit arma ferox, arcus celeresque sagittas
Lignaque picta avium pennis, quae barbara ferro

Spumiferique dolat peracuto dente politque
 Dextra suis, gestatque feros crudelis in usus;
 Et direpta ferarum immania tergora costis,
 Durata ad solem, scuta horrida et invia telis.
 Omnes vestiti patrio robusta colore
 Membra; genas illi et frontem mediasque rubenti
 Turparunt suras; hi nigro corpora sulco
 Pingentes totos diversis nexibus artus,
 Et picto veras imitantes corporore vestes,
 Ut quas artificis pulchra solet arte Minervae
 Pingere acu tunicas solertis dextra, vel quae
 Retia multiplici textit subtilia filo.
 Pectora centum alii variarum ac terga volucrum
 Nudarunt pinnis, quas infecere colore
 Diverso, aptantes visco lita corpora circum;
 Ornarunt alis avium capita ardua multi,
 Plurima pendentes pexo redimicula crine;
 Atque alios aliosque habitus per nuda dedere
 Membra feri, horribus visu, vultuque minaces.
 Hos ubi magnanimus numeroque armisque potentes
 Convenisse vidit iuvenis, crudelibus omnem
 Lusium populum vastent ut cladibus, aegro
 Indignans animo: «**Saevas, ait, ecce cohortes
 Cernimus, o socii, dirum intra pectora virus
 Infensis gestare animis, odioque furentes
 Immani, nostris bellum extremumque parare
 Excidium; atque ideo totis huc viribus omnes
 Collecti erumpent furiis stimulantibus hostes
 Conceptum patrare nefas, nisi nostra cruentum
 Conatum infringant coeptis praestantibus arma.
 Quare, animis invicti omnes (hinc omnis origo
 Est quoniam belli) tendamus barbara contra
 Agmina; crudeli properemus funera genti
 Quae meruit: nunc Martis opus, nunc viribus usus!
 Auxilium nobis et robora ab aethere summo
 Sufficiet Pater altitonans; et vindice dextra
 De saevis poenas meritas petet hostibus, ultus
 Sacrilegum populum; iustasque accensus in iras,
 Crudeles multa vastabit caede catervas**».
 Haec ubi dicta dedit, divinis pectora telis
 Instruit, atque animo culparum pondera (si qua
 Insedit menti) deponens, ante sacratum
 Genua sacerdotem flectit, mente omnia versans,
 Quem secum pius in tales adduxerat usus.
 Incalvere viri, magnique hausere sub imo
 Pectore verba ducis; factumque insigne secuti,
 Abstergere omni culparum pectoral labe,
 Crimina confessi. Belli flagrat intus inurens
 Acer amor; justus mediis dolor ossibus haeret.

José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, 318-370

59. Aí se ajuntara toda a juventude guerreira de sangue borbulhante e sedento de lutas infames, brande as armas feroz, o arco e as setas velozes, o tocape ornado de penas várias, alisado e polido pela mão do bárbaro com o ferro ou o dente afiado do porco montês; em todas as suas ferozes usanças é a arma que os serve; têm também impenetráveis escudos, couros peludos, arrancados ao dorso das feras e endurecidos ao sol. Pintam os membros robustos com as cores da tribo; tingem com listas vermelhas as faces, a fronte e as meias pernas; o resto do corpo com riscas pretas, tão bem enlaçadas, membro por membro, que imita a pele pintada verdadeiros vestidos, que em nada desmerecem dos que, com o requinte da arte de Minerva, borda a agulha na mão habilidosa do artista, nem das redes aprimoradas, tecidas de fios variados. Outros depenam o peito e as costas de inúmeras aves e tingindo-lhes as penas de variadíssimas cores colam-nas ao corpo, untado todo de visco; outros ornam o topete com asas de pássaros e dependuram muitos enfeites dos penteados cabelos; com estes e muitos outros adereços, medonhos e feios, cobrem os membros nus os selvagens ferozes. Ao vê-los o herói, poderosos em número e em armas, aí reunidos para saquear barbaramente a gente lusitana toda, estas palavras amargas disse cheio de indignação: «**Eis aí, companheiros, as hordas cruéis que destilam dos peitos malvados o veneno mortal do furor e do ódio implacável e nos ameaçam com a guerra o completo extermínio; contra nós se arrojarão em bloco cerrado, com todas as forças que a raiva esporeia, cumprirão o seu designio nefando, se em estreia brilhante as nossas armas não lhes quebrarem o furor sanguinário. Daquí nasceu toda a guerra, portanto, com peito invencível lancemo-nos, todos, contra as hostes selvagens; adiantemos-lhes a morte que contra nós preparavam e que eles merecem: eis a hora dos valentes e dos bravos! Alento e energia nos dará o Deus poderoso que domina as alturas; a sua mão vingadora sobre o inimigo desumano descera justiça; vingando as ofensas sacrílegas, a sua cólera santa dizimará com a morte as catervas ferozes**». Terminada esta arenga, com armas divinas robusteceu o peito; com cuidado examina a consciência e a seguir aos pés do sacerdote de Deus se ajoelha, para isso o chefe piedoso o trouxera consigo, e liberta-se do peso das culpas que talvez contraíra. Entusiasmaram-se os soldados; a fala do capitão tocara no íntimo dos corações; seguindo-lhe o lúcido exemplo purificam os corações de todas as manchas com a confissão. Lavra nos peitos agora incontido o fogo da guerra; e justa ira lhes ferve nas veias.

60. Quid memorem quantis succenderit altera flammis
 Oppida magnanimus rector, generosa triumphi
 Pectora iam parti palma plectus, et hostes
 Perdiderit gladio ultori aerataque bipenni!
 Non tamen omne malum, penitusque superbia mentes
 Liquerat indomitas; nondum timor omnibus ingens
 Flexerat elatas cervices. Confluit omnis
 Undique, vel letum bello subitura, vel ipsum
 Demissura ducem morti, selecta iuventus;
 Inque vicem ad pugnam sese succendere: «**Quidam?
 Quid facimus iuvenes, fortissima pectora? Quare
 Paucis, ait, tanto nos multat funere miles?
 Hem quianam saevae consumunt oppida flammae?
 Nos victos latitare metu, silvisque sub altis
 Confugium timidos ceu molles quaerere damas!
 Illos intrepidus nostris nostris nos urere tectis,
 Et laniare feros velut ore fremente leones,
 Et cum coniugibus captos abducere natos?
 Quin potius pulchram petimus per vulnera mortem,
 Ut nostri fecere patres? Veniamus ad ipsos,
 Marte lacescentes saevo; pernibus hostes
 Vel configamus telis, vel pectora pulchrum
 Excipiant letum; rutilosque ruamus in enses;
 Sic forsitan non omnino moriemur inulti!»
 His omnes accensi, iras tetrumque furorem**

Concepere animis; sortemque ad ultramque parati,
Seu mactare ducem, seu certae occumbere morti,
Tecta petunt urbis.

José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber II, 1606-1633

60. Para quê lembrar agora o terrível incêndio com que o nobre chefe abrasou os segundos redutos, redobrou-lhe os bríos a glória do triunfo alcançado e vibrou de novo a espada da vingança e a acha de bronze. Não cessara de todo, o mal, ainda a altivez dos selvagens; não se curvara ainda a alguns o terror não dobrara as cervizes soberbas. Eis que de toda a parte acorrem jovens valentes prontos a arrostar a morte na luta ou a infligi-la de vez ao chefe; uns aos outros se inflamam para o combate com estas palavras: «**Nós, nós que fazemos, jovens de peitos robustos? Por que tanto luto nos causam alguns poucos guerreiros? Ah! Porque nos consomem chamas cruéis os redutos? Nós nos ocultamos, medrosos, nas brechas escuras e nelas buscamos abrigo, como tímidas corças! Eles, intrépidos, nas nossas próprias casas queimam-nos e despedaçam-nos, quais feros leões de fauces tremendas, e com as nossas esposas nos levam os filhos cativos. Oh! Porque não preferimos morte gloriosa na guerra como fizeram os nossos pais? Contra o inimigo corramos e acoçando-o em batalha feroz e com setas ligeiras varemos-lhe o peito; ou, senão, que o nosso não tema afrontar a morte bela e cravar-se na ponta da espada; assim não morreremos, pelo menos, sem alguma vingança**». Inflamados com tais ditos, os índios se enchem de raiva e de negro furor; dirigem-se para a cidade, decididos ou a matar o chefe ou a morrer fatalmente.

61. Neste Decimo Tercio Canto se trata, como chegaram à fortaleza Luis de Melo de Mendonça, e dom Duarte de Meneses, filho do Cõde da Feira, e dom Jorge de Meneses com algũs soldados. Trata tambem da vinda de dom Alvaro de Castro, e dom Francisco de Meneses; e de como o Capitão mòr sahio aos imigos, tornando-se a recolher com perda, e morte de algũs fidalgos.

Os soldados, já cheos desta furia
Vão bramando, dizendo muitos delles
Em alta voz, palavras atrevidas.
Do capitam se queixam, e de medo
Dizem que pellejar lhes nam concede
Em batalha campal; mas que ali todos
Encerrados de fome morreriam.
Pois como o capitam lhe fosse dito
O furor dos soldados, e o que pedem,
Acodio diligente, e traz consigo,
Dom Alvaro de Castro, e dom Francisco
De Meneses, com todos os fidalgos,
Com outros capitães, e cavalleiros.
Aos do motim chegando, com sembrante
Benivolo, amoroso; a todos pede
Que promptamente o ouçam, que quer darlhes
Razam daquella guerra, e vendo a todos
Em silencio, lhes disse estas palavras:
«**Companheiros, amigos, bem sey certo
Que os vossos corações sempre vos pedem
Cousas, de que tireis honrada fama,
E que estardes aqui, nam vos consentem
Detras destes tam rotos, fracos muros;**

**Mas rogovos que olheis a merce grande,
 Que ate gora nos fez Deos neste cerco,
 Ajudandonos sempre contra tantos,
 E tam duros imigos; e pois sendo
 Nòs tam poucos aqui nos deffendemos,
 Estando a fortaleza como vedes,
 Desfeita, e derrubada em tantas partes,
 Agora já que somos mais, mais justo
 Sera, que deffendamos nossas vidas,
 Com trabalho menor, e sem perigo.
 Mandarey tomar lingoa, que nos diga,
 O que passa no campo; quantas forças
 Os imigos tem, para fazermos
 Aquillo que nos for mais proveitoso;
 E tendo por certeza que tam pouca
 He a gente que está la na cidade
 Como cuidais, entam bem poderemos
 Cometer, e vencer muy facilmente.
 Peçovos que tireis, ô bõs soldados,
 Tal imaginaçam de vossas almas;
 Que gram perda será, se por desastre
 Algum mal, algum dano acontecesse,
 Em tam fortes varões como sois todos.
 Nam vos cncederey sairdes fora,
 Ate que nam tomemos hũa lingoa,
 Que de toda a verdade nos informe.
 Porque se vos cuidais que a gente he pouca,
 O meu parecer he muito contrairo,
 E tenho para mim que toda a força,
 E poder de Mamude aqui está junto».
 Bem cuida o capitam que com tam vivas
 Aparentes razões tinha vencidos,
 E apaziguados já estes soldados;
 Mas antre elles se ouvia hum mal destinto,
 Hum confuso rumor alvoraçado. [...]**

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII

62. Neste Canto Decimo Sexto se trata, como dõ Manuel de Lima tornou à costa de Cambaya por mandado do Visorey; contase nelle todas as cousas que ali fez nesta segunda viagem. Trata tambem da chegada do Visorey a Diu.

Acabandose a Missa derradeira,
 O Visorey chamou quantos fidalgos,
 Capitães, e soldados ali estavam;
 Vendoos a todos juntos com silencio
 Com alta voz, começa estas palavras:
**«O nobres Portugueses, se a grandeza
 Do animo que em vós claro estou vendo,
 E essa grande alegria verdadeira,**

Que todos amostreais, me parecesse
Que de temeridade procedia,
Tivera o coraçam menos alegre.
Mas como sey muy certo, que vos hembra
Quem sois, e o que deveis áquella fama
Dos nossos Portugueses ja passados,
Nam há cousa que aqui me faça triste.
Porque elles nam somente se tiveram
Por contentes, vencendo muitas vezes
Exércitos em Affrica com pouca,
E mal provida gente; mas ainda
Aos valentes Romãos, que conquistavam
Quasi todas as partes do universo,
Deram muito trabalho, e sendo poucos
Forão mil vezes delles vencedores.
Alembrovos a todos as victorias
Que aqui neste lugar, os nossos sempre
Destes mesmos immigos alcançaram.
Lembrovos que a batalha há de ser rija,
Perigosa, e cruel, em ambas partes,
E que elles fogirám, ou nós seremos
Ao ímpeto, e furor delles rendidos.
Pois bem sabemos todos que esta gente
Pellejará a mais della com frieza,
Sem muito se arriscar, porque bem sabem
Por quam pouco interesse se aventuram;
Pois nesta fortaleza, mais de pressa
Acharàm cruéis mortes, que thesouros,
Nem mais outro proveito, os que acabarem
Que penar para sempre la no inferno.
A esperança lhe falta de poderem
Alcançar de Mamude grandes prémios,
Por ser o seu thesouro já gastado,
Em guerras que tem sempre tam continas.
Mas nós outros vencendo, temos certa
Hũa fama gloriosa, em todo o mundo;
Temos delRey merces, temos favores,
Temos em fim fazer o que devemos
Por Deos, por nossa pátria, e por quem somos.
O proveito que disto se nos segue,
Alem destas razões que ja vos disse,
He que ficando agora vencedores,
(O que eu senhores tenho por muy certo
Pois que temos a Deus por nossa parte;)
Nunca mais os imigos teram forças
Para se levantar; porque nos Turcos
Tem postas todas suas esperanças.
Os quaes, inda que sam fortes, e destros,
Nam se igualam com vosco com gram parte;
E sendo estes por vós aqui vencidos,

**Serlhão tam dilatados os socorros,
 Que de Tracia virám, ou Macedónia,
 Como os que a nós nos vem da Lusitania.
 A gente de Ásia he mais belicosa,
 Que estes miseros Índios, e nam menos
 He dos Turcos immiga que nós outros.
 Pois o povo da Índia he costumado
 A contino servir; e nam tem conta
 Nem menos lhe da nada da victoria.
 Pondo estas cousas todas ante os olhos,
 Assi vos esforçay, como se visseis
 El Rey nosso senhor aqui presente,
 O qual ha de julgar vossos trabalhos,
 E ha de remunerar vossos serviços.
 E ainda que este Rey tam poderoso
 Ausente está de nós, vos encomenda
 Que olheis ca por sua honra, que está posta
 No fim desta batalha, no sucesso,
 Que está ser mão, ou bom nos vossos braços.
 Esforçai vos valentes Portugueses,
 Que sois de Iesu Christo cavalleiros;
 Esforçai vos leaes e bõs vassallos,
 Ou por melhor dizer, amados filhos
 Del Rey de Portugal. Pelejay todos
 Com grande coraçam, que aqui vos guia
 IESU crucificado, (sto dizendo
 Levanta hum Crucifixo, que adorado
 Foy de todos ali com reverencia,
 E grande devaçam) pois atestemos
 Se com tal Capitam averá cousa,
 Que possa contrastar o furor grande,
 E a força dos soldados que o seguirem.
 Cometamos com força estes immigos,
 Da Sancta, e sacra Fé que professamos,
 Mostremos lhe, que mais val a pequena
 Copia de corações nobres, e fortes,
 Que a immensa multidam dos seus covardos,
 Perversos, desleaes, e fementidos».
 Dizendo estas palavras, lhes pergunta
 Se lhe parece bem, (e lho aconselhem
 Lhes pede) que a batalha apresentada
 Seja sem mais tardança; e disto todos
 Soldados, capitães lhe dem resposta.**

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVI

63. O capitão Antonio da Silveira manda que os Catures que vieram de Goa, se tornem a partir antes que seja menhaã. Os Turcos cometem tres vezes o baluarte do mar, e tornão desbaratados com morte do seu capitão. Tomãose dous turcos vivos, e o que se fez delles. Os imigos dam hum cruel assalto ao baluarte dos cõbates, e o sucesso delle. Contase hũ feito notavel que aqui fez hum soldado particular. Contãose tambẽ algũas cousas notáveis que neste tempo acontecerão na fortaleza.

Não deixaram porem de recolherse
Ate que a hum caez chegarão da cidade,
Onde de novo tornão a acenderse
Ausentes da Christaã ferocidade,
Tratam de quanto devem de correrse
De ver que tam pequena quantidade
De gente, hũa e outra vez os desbarata,
E tanto a salvo seu tam malos trata.
O forte Mahamud, de que já conta
A minha historia atrás, que os governava,
A quem aquella vergonha, aquella afronta
La dêtro ao cêtro d'alma então chegava
Vendo que elles de novo mastrão pronta
Vontade para o que elle desejava,
Porque de todo os mova a darẽ volta,
Em taes palavras logo a lingoa solta:

**«He possível, ó fortes, bõs soldados,
Que tam poucos, e fracos defensores
Contra tantos de nós, tam esforçados
Sam oje duas vezes vencedores.
Eu creyo que a fortuna, e os duros fados
E outros deoses algũs, s'os há mayores
Lhe quiseram dar oje esta vitoria
Com tanta afronta vossa, e sua gloria.**

**Que possível não fora, doutra sorte,
Que pudera ficar vitorioso
O que menos forte hé do que hé mais copioso,
Por õde s'em nós ouve afrõta, e morte,
E nelles sim sem dano, e glorioso,
Nem cá afronta, nem lá honra se deve,
Pois toda a parte nisto o fado teve.**

**Mas com quanto nos dá disto a certeza,
De não termos afronta e segurança,
Bem se pode porem ter por fraqueza
Deixarmos oje os mortos sem vingança.
E pois propriedade e natureza
Da fortuna, he fazer logo mudança
Creyo que já terá virada a roda,
E a terra em favor nosso posta toda.**

**Eya, sus, outra vez a elles tornemos,
Agora que a fortuna os desempara,
Com quanto já em vencer pouco faremos
Sendo nós tanta copia, elles tam rara,
Mas vençamos porem, porque vingüemos
Os que deixaram lá a vida cara,
E elles vejam que essoutro foi effeito
Do divino favor, não do seu peito.
Agora que a vitoria esta no braço
Mostrailhe vos qual he forte e cõtante
Rompa sem piedade oje o vosso aço
Poilo imigo Christão, oje arrogante.
Nisto não podeis já ter embaraço,
Pois a fortuna e a mi levais diante,
Seguinos, que com ella, e mais comigo
Não podeis já temer nenhũ perigo».**

Apos estas palavras, logo estuda
De dar esecução ao que pretende,
Toda a gente tambẽ para isto o ajuda,
Que do que tem ouvido mais s'acende,
Da a Barca outra vez volta a proa aguda,
E contra o baluarte as ondas fende,
Agora que o furor mais os incita
O alvoroço hé mayor, mais alta a grita.

Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto XVIII

Tipo 3 – Arenga dirigida a tropas em formação antes da batalha (sem indicação de movimento por parte do capitão)

1. Historiografia

1.1. Arengas navais

1. Da grande vitória que Gonçalo Pereira alcançou de ElRey de Maluco.

Gonçalo Pereira tanto que vio tão grossa Frota, ajuntou os seus navios, a sua galeota, e tomou no meio as embarcações dos mantimentos, e se preparou pera aquelle conflicto, em que lhe era necessario mostrar todo o valor, porque bem vio que o negocio era muito arriscado; mas não perdendo ponto em seu animo, posto em sima do toldo, animou os seus soldados com a brevidade a que o tempo deo lugar, e esperou os inimigos mui confiado em Deos nosso Senhor, a quem se encommendou muito do coração.

Diogo do Couto, *Ásia, Década IX*, Cap. VIII

2. Como despachando as naos pera o Reyno, o Visorey se partio de Cananor com sua armada pera Dio, e deu em Dabul, que destroio, e outras cousas que fez no caminho até chegar á barra de Dio, onde ordenou o modo como avia de dar batalha aos Rumes.

[...] O que elle fez primeyro que todos, que mandou portar huma ancora junto da nao Meril. E de todo os nossos se apreceberão como compria, com toda artelharia carregada, e bombardeiros repartidos, e a gente com Capitães repartida nos chapiteos, e convézes; dizendo o Capitão mór a todos **que no feito destas naus do mar era acabado todo seu trabalho, porque desbaratando os Mouros do mar, que seria com muyta mortindade delles, ficavão senhores do mar, e da cidade. No que todos se esforçassem na paixão de Nosso Senhor, que lhe daria vencimento contra os imigos da sua sancta fé.** No que assy gastarão o dia, e á tarde vierão da banda d'além da terra firme 'armada que os Mouros esperavão, que forão mais de tresentas terradas, remo, com muytos frecheiros, e portarão da outra banda da cidade, que os nossos as nom virão, sómente sentirão o alvoroço que logo ouve na cidade. E de noite muytos Mouros se recolherão e embarcarão nas naos, que também fizerão alvoroço. O que sentido polo Capitão mór, mandou o seu esquife dizer aos Capitães que mandassem fazer o comer do fogão de noite, porque ao outro dia o nom poderião fazer, e que avisa os seus bombardeiros que nom tirassem senão a cousa certa, e os tiros miudos per cyma tirassem a matar os Mouros que pelejassem, e que como elle tirasse assy fizessem todos o que todos assy fizerão. [...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.» Cap. III

3. Como o Governador mandou armada a guerrear Cambaya, em que foy Diogo da Silveira, e o que fez.

[...] Diogo da Silveira, que levou vinte velas, galeotas e fustas, com boa gente, e foy andar sobre a barra de Dio, a que as fustas nom ousarão de sayr, então passou avante doze legoas de Dio a huma cidade chamada Pate, cerquada de muro, assentada perto da praya, que diante avia hum recife, que guardava hum baluarte e huma tranqueira muy forte com muyta artelharia, que guardava as naos que estavam varadas; porque n'esta cidade avia grande trato e muytos mercadores, e por isso por guarda da cidade sempre ally estava gente de gornição d'ElRey deCambaya. E postoque a cidade estava tão áspera, Diogo da Silveira ordenou sua gente. Ao que alguns lhe contradizião que nom cometesse tão forte cousa. Elle respondeo: «**O que vedes nom he mais forte que até lhe chegarmos com as mãos; e por isso cada hum trabalhe por mais asinha chegar, porque todo o perigo são os tiros antes que chegemos, e por tanto encomendar a Deos e apertar o remo e chegar**». Ao que todos se muyto esforçarão, e feita per hum crelgo a confissão geral, todos postos em az com as proas nas bombardas, çarrando os olhos, encomendandose a Deos, com os pelouros que por elles passavão, de que tres portugueses forão mortos e alguns feridos, abalroarão a tranqueira tão fortemente que os mouros nom puderão registir o ferir dos nossos; [...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. III, «Lenda do Governador Nuno da Cunha que partio do Reyno o ano de 528, e passou á Índia o ano de 1529» Cap. XXXV

4. Como o Çamorym mandou a Calecut chamar dous italianos, os quaes lhe derão ardil de huns castellas de madeira e materiaes, que fossem abalroar e queimar as caravellas; e do conselho que deu o irmão do Çamorym acerca da paz; e combate que se deu.

Polo que, sendolhe chegados os paraos, que foy a vinte e seis de Julho, porque já tinha tudo prestes, ordenou naquella antemenhã passar, porque tinha prestes muytas jangadas de madeira pera a gente passar á Ilha de Palimbão, que havia de passar polo vao, que logo passou antes que fosse noite, porque a vissem os nossos e houvessem medo, como de feito houverão muy grande, vendo tanta gente com que havião de pelejar; mas o Capitão mor a todos falava e esforçava com palavras muy catholicas e d'esforçado cavalleiro, tudo pondo em seu lugar como compria. Assi o fazia tambem na estacada, dando a todos aviso que o Çamorym nom havia de querer passar senão pola estacada, e que por tanto lhe lembrava que pelejassem pola fé de Christo, em que tinham salvação pera as almas os que morressem, e os que vissem tanta honra pera suas gerações, e muyto lhe encarregando a boa guarda que tivessem no fogo porque nom houvesse algum desastre.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo I «Duarte Pacheco, capitão do mar, ano de 1504», Cap. XXI

1.2. Arengas Terrestres

5. Das cousas, em que o Viso-Rey D. Constantino proveo: e das inquietações que os Abexins deram aos nossos: e de como o Viso-Rey mandou a Antonio Moniz Barreto a dar nelles: e da grande vitoria que alcançou: e quem he o Rey do Sarzeta, e que cousa são Choutos.

E como a noite era muito escura, e elles caminhavam ás surdas, por não serem sentidos, quando foi ao romper da alva, chegou Antonio Moniz Barreto á vista dos inimigos com perto de cento e vinte homens, porque os mais se perderam pelos caminhos. E vendo que se os inimigos o vissem com tão pouca gente, e o commettessem, forçado se havia de perder, disse a todos os companheiros: «Senhores, segui-me, porque na pressa com que dermos nesta gente, está nossa salvação»; e arrancando com grandes gritas, apellidando **Sant-Iago**, tocando-se trombetas, e tambores, (que faziam hum grande estrondo, deo em os inimigos tão de sobresalto, que primeiro que se soubessem determinar, perderam muitos as vidas.

Diogo do Couto, *Ásia, Década VII*, Liv. VI, Cap. VI

6. Que dá conta dos capitães, que entraram pelas terras de Damão: e de como García Rodrigues de Távora, Capitão daquella fortaleza, os foi buscar, e os desbaratou.

E destes era hum Abexim chamado Cide Meriam, homem havido por grande cavalleiro, e que tinha quinhentos de cavallo de sua cevadeira, que desejando de haver a cidade de Damão pera se nella aposentarem, ou ao menos comerem todas suas parganas, que importavam, muito, solicitou alguns Capitães, que lhe acudiram com suas gentes; e com a que elle tinha, ajuntou oitocentos de cavallo, e quasi mil de pé, em que entravam quatrocentos arcabuzeiros, e outros tantos bombardeiros, e todas as munições, e petrechos de guerra, e mais cousas, que lhe pareceram necessarias para aquelle jornada,

pera sustentar a Cidade de Damão, que cuidada levar nas mãos na primeira commettida. E tendo tudo prestes, poz-se em campo com todos, e lhes fez uma breve falla, em que os persuadio a se **quererem achar todos com elle com bom animo naquella jornada. Porque não era honra do Reyno de Cambaya consentirem seus Capitães possuírem os Portuguezes aquella Cidade, e terras a despeito de todos, que nella, e nas suas Tanadarias se poderiam agazalhar todos os que alli estavam, porque com todos havia de partir igualmente, e que assim deixariam de peregrinar. E que aos que lhe não parecesse aquella determinação, se deixassem ficar, porque elle queria antes commetter aquella negocio com trezentos voluntários, que com dez mil forçados; e que por isso os que o quizessem seguir, e acompanhar, havia de ser com tamanha determinação, que ou morressem todos na demanda, ou ganhassem aquella Cidade, e suas terras, e lançassem dellas os Portuguezes.** Todos lhe responderam que estavam prestes pera morrer com elle; e que pera sinal daquella vontade queriam fazer voto em huma mesquita de o não largarem; e assim logo o fizeram todos com grande solemnidade.

Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. X, Cap. VIII

7. De como Jorge de Lima, Capitão de Chaul, avisou D. Francisco de Menezes da gente do Nizamoxá: e da grande batalha que deo aos inimigos, em que os desbaratou.

D. Francisco de Menezes tanto que chegou ao pé das fortalezas, desembarcou toda a gente, e despedio hum peão a Pero de Lemos, que estava em Carnalá com hum escrito, em que lhe mandava dizer que, lhe mandasse ao caminho vinte soldados espingardeiros; e elle ficou junto de huma ribeira pondo sua gente em ordem. Estando aqui, lhe deram a carta de Jorge de Lima, que abriu, e leo em segredo com um rosto muito alegre e risinho. E porque chegavam a elle muitos homens pera saberem o que era, sem fazer termo algum, foi lendo a carta alto pera que a ouvissem todos, mudando-lhe as palavras com tanta pressa, e artificio, que foi espanto, na maneira seguinte: **«Senhor, são partidos alguns Capitães do Nizamoxá pera as fortalezas de Sangaçá e Carnalá: a gente que levam he pouca, e esta ainda forçada e atemorizada, por isso apresse-se V. m. porque não tem nelles hum almoço».** E dobrando a carta disse:

«Vedes aqui, Senhores, do que nos avisa Jorge de Lima, por certo que tomara eu que foram os inimigos mais pera vitoria, que por virtude de vossos braços espero de haver ser mais de gloriar; mas já que assim he, vamos buscar estes poucos, e desenganemo-los, porque nos não tornem outra vez a inquietar; e cada hum sigame, e faça o que eu fizer».

E logo cavalgou com a gente posta em ordem e começou a marchar. Alguns grandes Capitães tiveram pera si que não era licito mentir nunca, senão oferecendo-se perigo, ou pela saude da patria; e assim o usou algumas vezes o grande Sertorio, que em tempo de grandes necessidades mentia a seus soldados, e lhes lia cartas fingidas pera os tirara do temor em que os via, porque todo o outro mentir em hum Capitão he baixeza. Da mesma maneira este valoroso Capitão D. Francisco de Menezes, vendo que se fallava verdade, ficavam as fortalezas a risco de se perderem; porque se descobrisse aos seus o poder dos inimigos, não haviam de querer passar dali, e tudo se perderia.

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. III

8. De como ho capitão de Goa pelejou com os inimigos e os desbaratou; e como depois foy morto e desbaratado, e do que os nossos fizeram depois d'isto.

[...] E dizendo isto decerão todos pola serra abaixo, que era tão íngreme que quasi que lhe corria as selas sobre os pescoços dos cavalos, que se os mouros tiverão acôrdo ao descer os matarão todos. E chegados dous tiros de besta dos inimigos pouco mais ou menos, deteveos ho capitão e fez-lhes hũa fala, dizendo: **«Bem vedes senhores como estes perros estão quedos, que não he se não cõ medo de nos outros de nos verem tão determinados a cometelos, e pasmão de ver nossa determinação pola deferença que ha de sua multidão a nossa pouquidade. Esperemos em nosso senhor que pera sua destruyção nos trouve aqui; por isso señores como tivestes ousadia pera descer da serra, assi tende pera dardes neles. E lembrevos que os que morrerẽ terão certa a gloria pera as almas, e os vivos a hõrra pera os corpos»**; e coisto moveo pera os inimigos que nunca se desfizerão da pinha em que estavam. [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. LXV

9. De como dom Iorge de Meneses tomou a cidade de Tidore.

[...] E como eles hião todos, ou os mais de má vontade a esta guerra, abastou esta ferida pera os espantar, e impedir que não passassem avante, e deteverãse. O que ouvera de ser causa de morrerẽ muytos se nosso Senhor não acodira, porque como estavam juntos, poderãlhe as espingardadas dos inimigos fazer muyto dano. Mas nisto chegou dom Iorge e começou de bradar, **que se chegassem ao muro**, e eles não derão por isso e deixarãse estar quedos. E como ele era muyto esforçado, passou a diante com hũa espada dambas as mãos, dizendo. **Que pois não querião pelejar, que ele queria ser ho primeyro que recebesse a morte, antes que padecer tamanha vergonha**. E dizendo isto, e chamado por Santiago, remeteo a hũ portal que estava na tranqueyra por onde os de dentro se servião. [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. VIII, Cap. V

10. Que conta hum vencimento que Dom João Pereira, capitão de Goa, ouve contra os Mouros da terra firme.

O Soleymagá estava com arrayal assentado huma legoa do castello. Sabendo que dom João era entrado se alevantou, e foy pousar d'ahy duas legoas ao pé de huma serra; o que dom João logo seguiu em sua busca, e mandou diante Diogo Fernandes, adayl, com tres de cavallo descobrindo a terra, e forão até aver vista dos mouros, de que os nossos ouverão grande espanto, que lhe parecerão muytos, dizendo que era erro cometer tal cousa; mas o capitão, muy esforçado, lhe dixeu: **«Ó senhores, nom mostreys falta de quem somos, que aquelles inimigos, que ally vedes, já estão costumados a nos fogir, e agora nom há d'aver mais detença n'elles que até lhe darmos Santiago, que nos ajudará. Estamos bem ordenados, e por tanto mais nom agardemos»**. E mandou tanger as trombetas.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d'Andrade, ano de 1535», Cap. LXXVIII

11. Como se tomou Cochym per trayçã e como morreram os Príncipes em batalha

Quando os principes de Cochym os vyrã, fora muy trystes por se verem tão soos, e bem emtemderã que hera trayçã. Ajustarãse emtão os Príncipes com a gente que tinhão e detreminarão morrer amtes que comsentir os imigos pasarem avamte, e, pera os provocar ha pellejar, ho primcipee Maramuhy lhes fez a falia seguimte: «**Nam creaes, Amiguos, que, sendo nosos Deoses tã justos, sejam tam esquecidos de nos que, por nosa deshomrra e destroyçã, cõsyntão que elrrey de Calecut com tanta soberba emtrase nesta terra se nosas cullpas ho nã mereçesem, que, em casso que tenham rrezã de nos favorecerem, muytas vezes permitem as semelhantes afromtas aos principes e seus capitães, por que tenham memória delles e lhes dem graças cõ benefícios das vytorias que lhes dão, no que nos nã podemos escussar de çullpa, nem a elles tellos por injustos, pois nas vitorias que nos derê (*sic*) nas pellejas passadas nenhúas graças lhe[s] oferecemos, amtes a noso esforço atrebuymos noso vemçimêto, nos que os temos tã agravados que justamemte se hão cõnosco, porque conheçamos que nã somos nos hos vencedores mas que em sua vertude avemos vytoria. Emcomêdemonos a elles e rremdamos lhes graças do pasado. E cometamollos esforçadamente, que, neste llugar, eu lhes prometo hedeficar huu tyrycol por memória da vytoria, de a delles alcançarmos».**

A este (*sic*) ora, cõ muyto esforço, cõ ha gente muyto çarrada, rrompeo poios imiguos, matado e ferindo nelles; e de húa parte e outra hera ha batalha muy feryda, aimda que hera deshygoal, porque os imigos aquella ora hera vimte pera huu; nem por yso ho Princepee cõ hos seus deixava de pellejar e, muy sem medo pellejamdo, acodia omde vya as mayores pressas, e por omde hya cõ sua espada na mã lhe dava caminho. E por certo se elrrey de Calecut nã mãdara ê socorro, cõ bj homêes, ho senhor do Rapelim, ho primçepee Nanbederym fora desbaratado, porque sua gente, vendose desnodadamête cometidos, começava a rretraeas (*sic*),mas, como este chegou, cobraram esforço e tornara ha batalha. O primçipe Na[ra]moy trazia sua gente cerrada, nenhú dos imiguos ousava chegar a elle, que ho temyam como a fogo, mas a esta ora heram mortos dos seus bem dozemos, e muytos dos outros feridos, e elle ferydo de húa flecha.

Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses, Cap. XXIII

12. Como o viso-rei de Argaél vêo com o Maluco a o metter na posse de Berbéria.

O Xarife ficou atraz hum quaro de legoa com os quinze mil de cavallo de Marrocos, que o acompanhavaõ, por naõ aventurar sua pessoa na batalha, e esperar o sucesso della. Com os turcos vinhaõ cinco mil Alarves de cavallo pera saquear o campo, como tem por costume, e ordenados seus esquadroens assentaraõ seu campo. E como os turcos eraõ todos de infantaria e haviaõ de pelejar a pé, deraõ os cavallos em que caminhavaõ a seus cõ a seus ciados. Tocadas as trombetas e pífaros de ambas as partes e despregadas as bandeiras, puzeraõ seus exércitos á vista hum do outro, em som de dar batalha, e animando cada capitaõ seus soldados, o viso-rei de Argel começou assi: «**Agora cuido, valerosos companheiros, que a fortuna se lembra de nos honrar, pois nos offerece occasiaõ de taõ ditosa empresa, de gente taõ lusida, como vedes no campo dos imigos, pera que nossa victoria fique mais clara e o despojo mais rico. Naõ posso deixar de me mostrar alegre e acelarado no rompimento desta batalha, em que vejo em vós os mesmos effeitos, com mais certa confiança de victoria. Pera outros soldados, menos alvoroçados em dar a batalha, usara eu de prudente conselho se lhes persuadissemos quaõ fraca gente he a que vedes, e com quaõ pouco animo hão-de esperar a fúria turquesa, taõ temida no mundo; mas cuido que vos accendo mais o furor em volos louvar por esforçados, pera que com mais ímpeto vos acheis dignos**

de os commeter, pera que os prêmios dos louvores sejaõ mais claros. Em os vencer pouco se ganha; mas no serviço de Amurate, faz a nossas honras plantarmos suas bandeiras no reino de Fez, e dar a conhecer o seu nome, e restituirmos hum príncipe aggravado em seus reinos, por mandado do nosso rei, que são as magnificencias que acrescentaõ a gloria dos grandes príncipes. Este he o effeito da victoria que pretendemos, e o merecimento de nosso valor; pois o vencer outros mais fortes exércitos do que vedes, com menos gente do que somos, he isso ja ordinario nas armadas dos turcos; mas ja que estes mouros temerariamente vem impedir nossos intentos, em nenhuma cousa nos fazem injuria digna de castigo, senaõ no pouco respeito com que aceiraraõ os mandados de Amurate, e em fim obedecem a hum entronisado contra o direito das leis; e pera que no principio achem o desengano de sua ousadia, e ao diante fiquem avisados de seus comettimentos, firamos e matemos nelles sem piedade, pera que, ensinados de seu dano, venhaõ com humildade buscar nossa clemencia, com reconhecimento do nome de Amurate, debaixo de cujo emparo aqui trazemos Mulei-Maluco. Quanto mais, que cuido que elles naõ seraõ taõ pródigos de suas vidas, que quereraõ experimentar nossa fúria, mas que se vem metter debaixo de nossas bandeiras, huns por temor de nossas armas, outros com obediencia de Mulei-Maluco, cujos naturaes saõ, e vassallos querem ser, com lembrança que he filho do Xarife, a quem serviraõ e obedeceraõ com amor paternal; por as quais razoens comettei confiados, pois o nosso esforço, o nome, as armas, e sobretudo a justiça de Mulei-Maluco, nos favorecem pera mais confiadamente seguirmos a empresa». Feita esta pratica, começou Abrandan a pôr os soldados em ordem de cometter, e tocar as trombetas e tambores, com que a gente estivesse mais prompta e prestes pera acometter ao primeiro sinal.

13. Alimoxeera naõ se mostrando menos esforçado e practico na arte militar, tendo sua gente posta a pique, se voltou a elles, dizendo-lhes: «**Naõ vos quero, esforçados cavalleiros, fazer outra lembrança pera cumprirdes com a obrigaçaõ de leaes vassallos, senaõ mostrar-vos com o dedo este minino, que aqui está ante nós, príncipe dos reinos de Berberia e filho do Xarife, que tendes nas costas, em vosso socorro, de traz daquelles outeiros: e isto somente bastava pera vos accender os coraçõens com zelo de honra, e sem temor de todos os perigos, perder a vida por vosso rei e por vossa pátria; quanto mais que tendes justa causa de indignaçãõ em castigardes aquelle exercito de tiranos, que presentes vedes, cujo intento naõ he outro mais que como ladrões virem saltar nossas terras e fazendas, com inquietraçaõ da republica. Já tendes experiencia dos insultos dos turcos, de outra vez que nós mesmos os chamámos em nossa ajuda, pagando-lhes seus soldos, e fizemos outros tratamentos dignos de amor, tal foi sua insolência, que nos pagaraõ estes benefícios com as injurias publicas e secretas, de que todos sois testemunhas e estais lembrados; pois, ainda que de sua entrada nestes reinos naõ houvesse outro inconveniente, mais que os que vos dito, naõ sei que cousa mais nos possa obrigar a arriscar as vidas, que defender o bem commum das profanidades destes barbaros, e o particular de muitas injurias. Taõ salteado tenho o coração com estímulos de vingança, que estas palavras com que vos persuado me-saõ penosas por me dilatarem o tempo da execuçaõ do seu castigo: por tanto naõ esperéis vos persuada mais com palavras, senaõ com obras, pois haveis de ver a minha lança, primeiro que nenhum de vós, derramar o sangue destes tyranos, os quais sei mui de certo naõ esperavaõ nosso furor com a vergonha de seu atrevimento, antes volveraõ as costas, como homens sem primor, que naõ vem fazer guerra pera ganhar honra,**

senaõ saltar como ladroens. Aqui os temos concludos em meio de nossa terra, espantados de ver este exercito taõ guerreiro, e em ja de taõ perto enxergarem a ferocidade com que estais determinados pera offender seus esquadroens, e defender vosso rei, filhos e mulheres. Na vossa maõ está ajustiça, e na sua a culpa: alçada tendes, por direito das armas, de executar nelles a morte com o despojo das armas, já que não tem fazenda que perder, pois vem a ganhar as vossas, e tão merecedores de rigoroso castigo de seu atrevimento, que enxergo essas pedras alevantarem-se pera elles, e aquelles montes inclinados pera os soverter, e aterra pera os engulir; e tomando elles alli onde estão experiencia do vosso valor, os tem penetrado o medo, com assas arreendimento de sua culpa; mas nem este nos deve mover á clemencia; por que em semelhantes casos a justiça não quer largar seu direito, nem dar lugar á misericordia, pera exemplo de outros; portanto tendes autoridade publica, e o direito das armas, pera com mortal estrago destruides aquelles esquadroens, pera segurança de vossas casas e vidas».

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXV

14. Como Mulei-Maluco e o Xarife se refizerão pera segunda batalha.

Estando o reino desta maneira diviso em duas cabeças (indicio de sua destruição) com as forças repartidas, cada hum com esperanças de ajuntar todas ahuma só coroa, começaram a marchar hum contra o outro, e pondo-se os campos á vista da cidade de Cele, começou cada hum dar ordem á gente, e animá-la naquela batalha taõ duvidosa, onde se promettia todo o imperio da Berberia ao vencedor, e grande infelicidade ao vencido; e quanto mais isto importava, tanto cada hum mais trabalhava esforçar os seus soldados, e solida-los na amizade e lealdade, que são as cousas mais necessarias nas guerras civis; e assi o Mulei-Maluco se poz em parte onde fosse visto de sua gente, e com a eloquencia e discrição, que nelle eraõ companheiras de seu esforço, disse: «Nobres cavalleiros, se esta batalha, pera que estais armados, com as vidas offerecidas a todo o risco, fora contra cristãos, ou contra outros estrangeiros, correra-me muito usar do antigo costume, que todos os capitaens tem de exercitar e persuadir seus soldados a esforço pera pelear, porque o esforço que vos enxergo nesses rostos confiados e chãos de furor, e nesses ameaçadores braços, me fizera parecer desconfiado da victoria; mas por que esta guerra, em que estamos embaraçados, he civil, como sabeis, travada dentro dos limites dos reinos, entre os reis e soldados parentes e liados em consanguinidade e afinidade, me pareceo avisar-vos (como todos sabeis) que não venho tiranicamente conquistar os reinos alhãos, nem os de Mulei-Hamet, meu sobrinho, mas venho a possuir os de meu pai, a mim devidos por direito de herança; e nesta entrada em que me vistes fazer no reino de Fez com ajuda dos turcos, e em que vós, como leais vassallos, me recolhestes com amor de irmãos e naturais, nunca me desviei da equidade natural, nem da obrigação de parentesco, que devo ter com Mulei-Hamet meu sobrinho, que diante de vós vedes armado contra mim, com aspecto fero de vingança. Eu sempre quiz, e hoje quererei acomodar-me á razaõ de o agasalhar honradamente com algum estado da Berberia, e pesa-me tanto, contra direito natural e das gentes, e contra justiça das armas, elle querer tentar força, que sei Deos e os homens lhe estranhaõ, que deve ser pera sua total perdição; e assi tendo em vossos peitos esta minha justificação por honesta, não pertendo outra honra, outra victoria, outros reinos, senaõ ser rei de vossos corações chãos de amor, com obediencia de vossas vontades; e quando eu fosse taõ mofino, que vos não pudesse defender deste tirano, o qual no meio da paz de seu imperio e vossa obediencia, não podestes soffrer sua crueldade, estou mui certo dar-lhe Deos o castigo de sua

temeridade, pois não deixa pacificar Berberia: por tanto vos rogo ponhais diante dos olhos agora mais o bem comum de vossa republica, e o particular de vossas mulheres e filhos e fazenda, que respeitos apaixonados, e continuei com a victoria, que vos está offerecida e já chamado; por que, alem de com isso cumprirdes com a obrigação de vossas honras, mais obrigareis a mim a vos fazer mercês. Quanto mais que me he forçado lembrar-vos o que vós sabeis, e eu quizera esquecer: Mulei-Hamet, que ali vedes, alem de ser filho não legitimo de meu irmão Mulei-Abdalá, he demais de escuro sangue, e forçosamente seu nascimento põem macula no illustre sangue dos Xarifes de Berberia, que tambem resulta em afronta vossa e de vossos filhos, e eu sou filho legitimo do Xeque, ao qual todos muito deveis, pelo amor que teve a vossos pais, e aos que o alcançastes, e a honra que por suas victorias alcançou o nome africano, a quem meu irmão Abdalá, contra todo o direito divino e humano, perseguio e desterrou fora de seus reinos, e matou a meus irmãos Agximen e Abdelmumin, sendo taõ amados de todos vós por suas singulares virtudes e esforço; o que tudo meu irmão Abdalá fez tiranicamente, somente afim de não ter quem lhe fosse á mão em hum feito taõ infame, como foi jurar por príncipe o filho de sua escrava, e deserdar a mim, filho de meu pai, a quem por direito de herança me cabem estes reinos, os quais atégora, juntamente e contra toda a equidade, possuiu o Xarife meu sobrinho, que ali vedes: e cuido que vos mereço grande amor, pois em mêo dos desterros de minha pátria, e peregrinação em reinos taõ estrangeiros, arriscando a tantos perigos, e soffrendo tantos trabalhos, nunca me esqueci de vos vir emparar, e tirar de casa dos reis de Berberia o labeo de sangue baixo, com que Mulei-Hamet a tem maculado. Não me alargo mais no que vos podia dizer; pois, alem de vós o entenderdes bem, e sentirdes com zelo de honra, o tempo não dá lugar para alegar leis nem referir respeitos de honra, que são practica de tempo de paz, senaõ de aparelhar as armas para justificar todas estas causas». Como Mulei-Maluco acabou esta falla, com rosto alegre e confiado, posto sobre hum fermoso cavallo, armado com a lança nas mãos, começou a correr o arraial, e com riso de amor louvava huns, e aspecto severo ordenava os outros no modo que deviaõ ter no offender, e defender, e com ar de graça, que de si dava, convertia a si os olhos de todos os mouros, e juntamente os corações, com grande esperança de victoria, tendo-o por dino de huma grande monarchia, e que viera a Africa por honra dos reis della, e dar lustro á policia e esforço dos passados, e com seu valor e prudencia alargar os limites de seus reinos, com força de armas.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII

15. Da falla que o Xarife fez a seus soldados, e da batalha que houve entre elle e o Maluco.

Naõ se descuidava neste tempo o Xarife Mulei-Hamet do officio de capitão, em pôr em ordem os seus esquadroens, com ordem de cometter e resistir; e posto defronte do Maluco, com as bandeiras arvoradas e tambores tocados, de maneira que se viaõ e ouviaõ os exércitos hum ao outro, e os soldados batendo as armas com ânímos ferozes e desejo de se encontrarem, com ódio capital, sem lembrança da nação, parentesco, língua e religião, onde todos eraõ nascidos, o Mulei-Hamet, pera os mais animar e induzir á compaixão do estado em que se via, lhes começou a fallar desta maneira: «**Hoje me he necessario, esforçados cavalleiros fazer-vos huma falla por diferente maneira e diferente materia do que atégora se usou entre os grandes e illustres capitaens; porque, como elles pera alcançar victorias pertendidas, tivessem necessidade de esforço em seus soldados, todas as palavras que buscavaõ e os affectos que fingiaõ**

era mover hunos a ferocidade e outros a perder o medo. Eu cuido não haver falta em vós destas cousas, segundo vejo pelos olhos; mas o que quero pedir-vos he a compaixão de hum rei mofino, pera me não desacompanhardes posto em estado infelice, privado de parte de meus reinos, e arriscado a os perder todos hoje neste dia; mas como prosperidade eu a tenha por comum a todos meus vassallos, e o que possuía era pera vos fazer mercês, com emparo de paternal justiça e zelo de paz; agora como em mim se ajuntassem todas as perdas dos bens possíveis com meu governo, e os trabalhos e adversidades que se vos aparelhão com a tirania de Mulei-Maluco, que alli vem, me acho digno de toda a compaixão, não por o que toca a meu estado, senão pelo que releva a vossas pessoas, cujo dano eu mais sinto; a qual porque cuido merecer-vo-la, com o bom amor e zelo do bem commum e particular vosso, não vos quero a isso persuadir com palavras de homem magoado, com que o coração agonizado se dá a entender, mas com animo perplexo e duvidoso, faço queixume de minha mofina, quando vejo a fortuna se ter mostrado com rosto irado contra mim, e inda hoje temo vos inimisteis comigo, por se mais vingar de mim, em cujas lealdades tenho postas as esperanças de Deos favorecer nossa parte, e se indinar contra os que tiranicamente nos querem perturbar. Mas como sinto em vós zelo de castigardes injustiças tão manifestas, cuido que nunca eu pudera ter mais justa causa de as condemnar, nem vós menos razão de as perdoar, que agora: por tanto, não vos digo que movais as armas contra aquelles exércitos como inimigos, senão como vassallos reveis, esquecidos da obediencia de seu rei, e perturbadores da própria republica. Bem crêo que conheceraõ todos sua culpa, e não esperaraõ ver minha presença, com temor de seu castigo, e vergonha de sua rebelliaõ. E porque sabeis que mais me movo a esta batalha como zelador da justiça, que autor da guerra, sendo eu amator da paz, eu serei o primeiro que rompereí aquelles esquadroens armados, e me arriscarei no corpo da batalha, onde me vereis diante de vós, não com a lança na mão pera matar meus vassallos, mas com vara de os castigar. O poder, que agora tendes de os ferir e matar, não he por minha vontade; mas ocasionando por sua culpa, e durando sua pertinacia, não se pode escusar. Não cuideis que he de animo fraco pedir-vos compaixão de mim pois a qualquer parte parte destes exercitos que se a victoria inclinar, eu ficarei assas perdido e vencido, pois, á força, hunos e outros saõ meus vassallos e filhos, que muito amo. Mulei-Maluco ficará vencedor, com o pouco amor dos que o seguem, e muito ódio dos que o offendem». Esta falla acabada, o Xarife se virou com o rosto pera o exercito de Mulei-Maluco, e mandou dar sinal de cometter; e pondo-se diante de todos, com animo determinado, remetteo aos inimigos, levando em sua companhia, repartidos pelo corpo do exercito, Mulei Xerique e a sei irmaõ Mulei-Nacar.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX

16. Da batalha que tiverão o Xarife e Mulei-Hamet.

Postos os campos inimigos em ordem de pelejar, dentro do reino de Sus, em Buxoleia, despregadas as bandeiras, e fazendo os sinaes significadores de batalha, cada hum dos príncipes trabalhava animar a sua gente pera com esforço pelejar; e começando o Xarife disse: «Nenhuma cousa me dá maior confiança de vencer esta batalha, que cuidar que está já cançada a fortuna de me perseguir, e enfastiada dos triumphos inimigos; e vós qu tendes vistas minhas adversidades, deveis ser boas testemunhas não nacerem meus mãos sucessos d'outra parte; pois em mim nunca faltou constancia, pera pôr o rosto aos inimigos, nem em vós esforço e lealdade de os cometterdes; mas cuido que até agora tem mais pelejado contra vós minha triste sorte, que sua boa andança, e com estes escarneos, com que me tem a fortuna tão

mal tratado, não desespero da victoria, pois ella como he importuna a perseguir huns, he inconstante a favorecer outros. Desgraças de vossos vencimentos sentiria eu muito, se forão por alguma cobardia que de vós nacera ou falta que vos fizesse; mas como vos vejo dignos de perpetua fama, pelo esforço com que pelejais, quero-vos-la consumir, com vos mostrar ao mundo, que mais honra ganhais em conservar um rei vencido tantas vezes, que alcançar prosperas victorias de hum capitão venturoso: porque quanto eu e toda a Berberia mais entendemos minha estrella ser sinistra, pera em todas as batalhas ser vencido, tanto mais cresce vossa gloria em me conservardes com lealdade, e defenderdes o exercito com valerozo animo: agora que de vossa confiança e esforço a tenho eu da victoria, e de minha infelicidade temor de a perder, tentai a fortuna com rogos, pera que cance de vos encontrar, pera que vós com ameaços espanteis aos imigos, que, sem minha infelicidade, não poderião esperar o rigor de vossas armas». Com estas palavras cheas de desconfiança, que o Xarife tinha de sua mofina, não temia dar a batalha, com esperança da victoria por esforço dos soldados.

17. Mulei-Hamet, volvendo-se aos seus, não lhes quis faltar com outra matéria de persuasões, dizendo: «Senhores, já a felicidade de Mulei-Maluco, meu irmão, e a justiça com que Deos castiga a Mulei-Hamet, que alli vedes, vos deve ter persuadido, quão certa tendes a victoria; mas alem disto, attentai que a experiencia vo-lo mostra muito mais, pois em todas as batalhas, de que já andais enfatiados, vos vedes sempre vencedores, e os exercitos do Xarife fugidos. Não vos dou outra persuasão, senão a de vossas armas tingidas no sangue de vossos imigos, que já vos compadeceis de seus maos sucessos; mas pois vedes sua contumacia em serem mais cruéis pera si, que vós pera elles, pois, sem conhecimento do seu erro, vos provocão a ira, deveis de converter a piedade em furor, por vos livrardes de tão brutal importunação. Certo que vos confesso de mim, que me espanto da clemencia que tendes usado com aquelles imigos, pois tendes mil vezes de compaixão encolhido a mão de seu sangue: agora vos rogo vos desenganeis, pois, com todos esses benefícios, não querem cessar estes bárbaros, até nos não beberem o nosso; por tanto, não me parece tempo de vos persuadir a esforço contra gente tantas vencida, mas aconselhar-vos que não he prudencia perdoar tantas ignorancias com perigo de nossas vidas. Ora pois, com justo furor dai naquelles imigos sem piedade; lançaí de vossas cabeças o perigo, que vossa clemencia com elles, e o seu odio contra vós podem causar». Com estas fallas feitas, ambos os exercitos se puzerão em ordem, e arremetendo hum ao outro se travou a batalha, ferida cruelmente de cada parte, até que o Xarife começou a declinar nas forças, e o seu exercito derramar-se e pôr-se em fuga.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXXII

18. E muitos dos Christãos, que vião a olhos tendidos todos os montes, serras, e valles cubertos delles, não podiam crer, senão que per encantamentos, que os Mouros sabião, se fazião parecer tantos. Muitos dos Mouros stavão postos ao longo do rio, para defenderem o passo delle aos Christãos, specialmente contra a parte do mar, que a el Rei de Castella era ordenada, e onde stava Hali Boacen. Porque entre a montanha e o campo, per onde el rei de Portugal ia contra el Rei de Granada, ao passar do rio, que alli era mais alto, não houve tamanha contradição.

El Rei de Portugal, hum pouco antes que a batalha se rompesse, fez aos seus Portugueses hũa breve falla, adhortandoos para a peleja, e encomendandolhes, **que o bom nome, que com tantas proezas e feitos honrados tinhão ganhado, tomando as terras em que vivião aaquelles Mouros, não perdessem agora, onde elles vinhão**

tomar as terras e as casas, e as molheres e os filhos. E que não deixassem das mãos a ocasião de tanta honra, como se lhes offerecia. E que não receassem aquella multidão de Mouros. Porque aquelles erão os mesmos que muitas vezes vencerão. E que lhes certificava, que a elle lhe pesava de não ver alli quantos havia no mundo, para naquelle dia se acabar seu nome. Porque elle, com a ajuda de Deos, stava tam confiado da victoria, como se já a tivera nas mãos. E logo mandou ao Prior do Crato Dom Álvaro Gonçalvez Pereira, que antes de se encontrarem com os imigos, mostrasse a todos o lenho da sancta vera cruz, que levara do Marmelal, que he hũa grande relíquia. O qual trouxe hum clérigo revestido, posto em hũa hastea, levantado como bandeira. [...]

Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom Afonso IV*

19. Mascarenna hoc motu audito, cum Alvaro Castro et Fran[cisco] Menesio deliberat; et cum omnibus tentatis remediis, frustra tumultum se dare conaretur, consensu multitudinis velut tempestate abreptus in posterum diem, qui primus erat Septembri, proelium edicit; in arce praesidia relinquit, simul ne inter pugnam custodiis nudatam hostis invaderet, simul ut, si quid adversi quod vehementer timebat, accidisset, facilior nostris receptus esset. Omnibus igitur ita ad pugnam animatis, paucis milites exhortatus, **ne nimio pugnandi ardore ac festinatione victoriam corrumpent, neve ordines relinquerent; in eos solo spem esse perrumpendi adversus tantam hostium multitudinem, si conferti pugnam ineant.** Haec cum praemonuisset, Alvarus Castrus Franciscusque Menesius, primi sub signis progressi in murum evadunt; ac iam intra castra pugnabant, Indis contra acriter se defendentibus.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

19. Mascarenhas, ao ouvir falar de tais movimentações, toma conselho com Álvaro de Castro e Francisco de Meneses; e porque, depois de tentadas todas as soluções, revelaram-se vãos os esforços para apaziguar o levantamento geral, compelido pela unanimidade da multidão, como se fora por uma tempestade, anuncia o combate para o dia seguinte, que era o primeiro de Setembro; deixa guarnições na fortaleza, por um lado, para que, apanhando-a desprovida de guardas em meio de combates, o inimigo a não invadissem; por outro lado, para que, se algum revés lhes acontecesse, o que grandemente temia, com maior facilidade os nossos pudessem recolher-se. Nestas condições, assim animados todos para a contenda, exortou em breves palavras os soldados: **que, por força da excessiva sede de combate e agitação, não deslustrassem a vitória; que não abandonassem a formação de batalha; que, naquele terreno, a esperança de romper contra tamanha multidão de inimigos consistia em avançar para o combate de fileiras cerradas.**

Depois que ele fez tais advertências, Álvaro de Castro e Francisco de Meneses são os primeiros a avançar, atrás de suas bandeiras, e a sair fora da muralha; e depressa combatiam dentro do campo, ante os Indianos que deles se defendiam com vigor.

2. Épica

2.1. Arengas terrestres

20. Iam cum tempus erat clausos irrumpere in hostes,
Alta iubet tolli ductor vexilla manipulis,
Quandoquidem oblonga ferri testudine muros
Fregerat, hincque iter invadendae fecerat urbi.
Nullum opus in terris ita inexpugnabile constat,

Quod non tale suo tormentum conterat ictu.
 Namque ubi per minimum postrema ex parte foramen
 Igniculus lambit confertum pulvere corpus,
 Emittit tonitrum saxumque volatile longe
 Proiicit, in prima quod fixum fronte manebat.
 Hoc est illud opus, cui fulmins sacra Tonantis
 Conferri possint, sonitum flammamque et odorem
 Dant similem, et cunctis sunt paene simillima rebus.
 Rex licet ardentis omnes fortesque videret,
 Et licet hortatu consortum nullus egeret,
 Attamen haec placido voluit mitissimus ore
Pauca loqui, magis armaret quo in proelia cunctos:
**«O quid ego, socii, quid vos exhorter ad arma?
 Si pro me primis animam diffundere ab annis
 Nom renuistis? Amor iam pridem cognitus imo
 Vester inest animo, proprios e corpore natos
 Esse meos volui. Vestras nunc promite vires
 Et solitos monstrate animos, quibus ante fuistis.
 Scitis enim requiem post partos esse labores
 Propositam, fortique viro laus magna futura est.
 Vobiscum moriar, vobiscum saecula ducam
 Omnia, dum mites producent stamina Parcae.
 Eia agite, armato et constanti pectore in hostes
 Tendamus, memores laudis memoresque decori.
 Quinetiam dextrumque Iovem Martemque secundum
 Credamus, quoniam sunt haec mandata deorum».**
 Haec ait. Aere dato signo prius ore sonoro,
 Invadunt equites céleres peditesque frequentes,
 Moenia circumdant, ruit omnis in agmina turba
 Vibratumque levi iaculatur missile dextra.

Cataldo Parísio Sículo, *Arcitíngē*, 270-304

20. Quando já era tempo de investir contra o inimigo cercado, o comandante ordena que os companheiros ergam os estandartes, visto que já rompera os muros com uma comprida tartaruga de ferro e assim abriam caminho para a invasão da cidade. Dizem que não há obra na terra tão inexpugnável que tal artilharia não esmague com os seus projecteis. Quando por uma pequena abertura na cauda o fogo lambe o corpo cheio de pólvora, lança um rugido e projecta pelos ares a distância uma pedra colocada na sua boca. Bem se pode comparar esta máquina aos raios sagrados do Trovejante, pois produz um som, uma chama e um cheiro semelhantes e em quase tudo o mais se lhes assemelha. O Rei, embora visse em todos entusiasmo e coragem e nenhum deles precisasse de incitamentos dos companheiros, todavia, com extrema afeição, tais palavras quis da plácida boca dizer, em termos breves, para mais os armar a todos para os combates: **«Porquê, caros companheiros? Porque hei-de eu exortar-vos a combater, se não recusastes, desde a minha infância, dar a vida por mim? O amor que em vós sempre conheci está no fundo do vosso coração e os filhos que vos pertencem sempre lhes quis como meus. Revelai agora as vossas forças e mostrai a vossa coragem costumada, a que sempre tivestes. Vós sabeis, na verdade, que diante de vós está o repouso depois do trabalho concluído e que ao varão corajoso aguarda um grande louvor. Morrerei convosco, ficarei convosco para a eternidade, enquanto as Parcas fizerem correr tranquilamente os fios. Eia, pois! Com o peito armado e constante, marchemos contra o inimigo, lembrados da nossa glória e lembrados da nossa honra. Mas ainda, acreditemos que Júpiter nos é propício e Marte nos é favorável, visto que a nossa empresa é ordenada pelos deuses».** Estas foram as suas palavras. Dado antes o sinal com o bronze de sonora voz, cavaleiros velozes e infantes em grande

número cercam as muralhas, precipita-se para as fileiras toda a multidão e o dardo vibrado com a destra ligeira é lançado.

21. Mittitur astuta scrutator callidus arte,
cautius advertat valeaque occulta referre.
Ut reddit, valuas urbis vidisse patentes
Ulteriusque oculis quantum prospexit acutis,
Nil vidisse refert, solos audisse ululantes
Latrantesque canes. Nihilum sensisse fatetur
Humani, tacitis plena omnia fraudibus inquit.
Quid faciant? Intrare vetat Timor anxius, obstat
Ire pudor, vincique nefas et cedere turpe est.
Verum magnanimo virtus in principe nusquam
Contremuit, quotoque magis versatur iniquis
Casibus, audendo tanto praestantior extat.
Rex placido astantes vultu circumspicit alas
Instructasque acies: «**En nunc ego primus, amici,
Experiamur**» ait «**tacita quid fraudis in urbe,
Quidve doli captent. Dat vincere certa voluntas**».
Irruit armipotens, hominum quem mille phalanges
Plus solito armatae vi magna pone sequuntur.

Cataldo Parísio Sículo, *Arcitinge*, 436-553

21. Enviam um espia hábil, bem treinado na arte, para que tudo note cautelosamente e seja capaz de contar o que está escondido. Quando ele regressou, refere ter visto abertas as portas da cidade e que nada lhe foi dado ver com os olhos penetrantes, que só ouviu cães que uivavam e ladravam. Confessa nada ter percebido de humano, diz que está tudo cheio de silenciosa fraude. Que não-de eles fazer? Um temor ansioso os impede de entrar, a vergonha opõe-se a que partam, ser vencido é opróbrio e retirar uma infâmia. Todavia, no magnânimo príncipe, em ocasião alguma a coragem hesitou e quanto mais se encontra em casos perigosos, tanto mais se saliente pela audácia. O Rei olha em volta, com sereno rosto, as alas em parada e as frentes em posição de combate e diz: «**Experimentemos pois, meus amigos, e eu em primeiro lugar, que fraudes se escondem na cidade silenciosa, ou que enganos eles procuram. A vontade firme traz a vitória**». Precipita-se o guerreiro poderoso a quem seguem inúmeros batalhões, armados mais do que é hábito, em grande força.

22. Dase a batalha entre os Mogores e os Cmbayos. O primeiro esquadrão dos Mogores passa em salvo, o segundo foge para a vila dos Rumes. He seguido dos Cambayos, e se perde a mor parte delle: os que escaparam se salvam na villa. Contase hum estranho caso dum Mouro, e de hũa Moura. O Governador vem a Diu, fortifica a fortaleza e se torna a invernar em Goa.

O Mogor que se vé posto no meio
Dum perigo õde a morte hé conhecida
Agora hé mor que nunca o seu receio
Que passar por tal copia assaz duvida:
Mas tẽdo o espírito forte, e d'hõra cheio
Vendo que no seu braço está sua vida
Posta em dous esquadrões a sua gente
Quer vencer ou morrer honradamẽte.

Hum tomou para si no qual avia
Mil e duzentos homens de cavallo,
O outro em que setecentos averia
Deu a hum seu, cujo nome agora calo
Porque não sei quem hé, mas de quem fia
Mirizam que bem possa governalo,
E antes d'entrar na bellica revolta
Perãte os seus d'esta arte a lingoa solta:

**«O tempo, a conjunção, e esses armados
Imigos que ala vedes esperarvos,
Me pediam que aqui (fortes soldados)
Tempo, e palavras gaste ã animarvos
Nem foram sem razão ambos gastados
Mas em vez d'animar temo anojarvos,
Porque quem com rezões o forte acende
Cõ as mesmas rezões o anoja e ofende.**

**Sempre em qualquer de vos achei hũ peito
Atrevido, leal, forte, animoso,
Com que não duvidastes nenhũ feito
Por mais grave que fosse e duvidoso,
Por onde sei que não vos será aceito
Antes qualquer de vos, ficar queixoso
De mim deve, se o vosso forte espírito
Amostrar fortaleza agora *meizo* (?).**

**Assi que tratar disto já não quero
(Pois estou vêdo ã vos que me he scusado)
Porque vos não cuideis que desespero
Ou sou menos do que era confiado
Do vosso heróico espírito, ousado e fero
De todos domador, nunca domado;
E também porque sei que aos grandes feitos
Vos animã assaz os vossos peitos,**

**Mas porque ajais por vossa já a vitoria
Sem menear espada ou vestir malha,
Quero agora trazervos há memoria
Qu'esta hé aquella fraca, e vil canalha
De que ouvestes despojos mais que gloria
Pois nunca s'atreveo darvos batalha
E a quẽ sem sangue vosso, e cõ grãõ gosto
Sempre vistas as costas, nunca o rosto.**

**Esta he a mesma gente de Cambaya
Oje não sei porque tão atrevida,
Que tantas vezes já na sua praya
Do vosso nome só ficou vencida;**

**E se ouvindo o Mogor nome desmaia
Que fará vendose oje combatida
D'aquella rara força dos Mogoeres
Que forão so co nome vencedores.**

**Vencida esta batalha, como eu fio,
E tenho mais certeza que esperança
Iremos ao rio Indo, onde confio
Que nos dará a fortuna grão bonança,
Porque eu já conquistar o senhorio
De Cambaya não quero, nem liança
Cós Portugueses ter, porque a vontade
Perdi de ter com elles amizade.**

**E não vos represente o pensamento
Neste caminho sernos impedidos,
Porque este glorioso vencimento
Vos fará ein toda a terra tão temidos,
Que passareis sem ter impedimento
E de todos sereis bem recebidos,
A pesar do seu ódio novo, e antigo
Que o medo faz propicio o mor imigo.**

**E sendo onde vos digo já arribados,
Passaremos a vida descansada,
Ate Deos melhorar nossos estados
Sem poder nunca ali faltarnos nada,
Potq de meus amigos, e aliados
Toda aquella terra hé senhoreada
E o mesmo Rey que manda aquella gente
Alem d'amigo, me he muito parente.**

**Mas grão vergonha hé vermos que o Cãbayo
Chegar a tanto bem oje nos tolhe
Em quem customais por tanto desmaio
Que de ouvir nomearnos so sencolhe:
Deste atrivimento oje castigayo
E jágora o segui que já s'acolhe,
Pois que sempre foi seu, e vosso estillo
Elle fugir de vos, e vos seguillo».**

Apos estas palavras que este mouro
Com animo, e efficacia tinha dito
Abre com grão largueza o seu tizouro
Qu'ouvera do Soltão, quasi infinito,
Reparte pollos seus gram soma douro,
Qu'em todos ajuntou hũ novo esprito,
Porque isto tem nos homens tanta força
Que faz invicto o forte, o fraco esforça.

Francisco de Andrade, *O primeiro cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Canto IX

3. Poesia

23.[...] nam regem in bella ruentem
Involuit rapidis Bossina vorticibus;
Et tot spes, et opes, conceptaque gaudia falso
Ah dolor! In lacrimas vertit amara dies.
Tunc facies belli mutata, incessit et hostis,
Qui medo turbatis fugerat ordinibus.
At iuvenis fractos animo, et peiora timentes
Affatur comités dulcibus alloquiis:
**«O qui magnanimi Belli vexilla secuti
In patriam, amisso rege, paratis iter,
Si qua mares animos, Romanaque indole dignos
Cura subit, vanum soluite corde metum.
Et duce me (nec enim vester dux esse recuso)
Hic agite, o fortes, sistite signa viri.
Haec quaesita diu sedes, haec meta laborum,
Hic licet ingratam soluere militiam.
Nam qua saxa modo pulsat maris unda refusi
Et natat in pigris sutilis alnus aquis,
Iam locus urbis erit, quam faetam armisque, virisque
Evehat Illyrico Blasius imperio.
Divi aderunt, divis auctoribus aurea surgent
Moenia, victurae stabit et urbis honos.
Interea sua cuique Deus sit dextera; ferro
Fit via; ab ignavo pectore nulla salus».**
Dixit, et armatae circumstrepere cohortes.

Diogo Pires, «De origine domus Saracae apud Rhacusanos» 51-75

23. Com efeito, o rei que se lançava na batalha, o Bóssina o envolveu em rápidos turbilhões; e tantas esperanças, e riquezas, e prazeres concebidos em vão, ah dor! Em lágrimas os transformou em amargo dia. Então, mudou-se a face da guerra, e avançou o inimigo que, há pouco fugira com as fileiras desordenadas. Mas o jovem, aos companheiros de ânimo quebrado e que temiam piores males, dirige estas brandas palavras: **«Ó vós que, tendo seguido a bandeira do magnânimo Belo, perdido o rei, vos preparais para retomar o caminho da pátria, se algum cuidado ocupa o vosso ânimo viril e digno de estirpe romana, dissipai o vão medo no vosso coração. E, sob o meu comando (pois não recuso ser o vosso chefe), vamos, ó corajosos varões, assentai aqui as bandeiras. Este é o lugar há tanto tempo buscado, este o fim dos trabalhos, aqui podemos pôr termo à desagradável guerra. É que, por onde as águas do mar revoltado batiam, há pouco, nos penedos, e os navios de álamo nadavam nas águas preguiçosas, aí será o lugar duma cidade que, repleta de armas e homens, Blásio arrancará ao domínio ilírico. Os deuses hão-de ajudar e, por obra dos deuses, hão-de levantar-se muralhas douradas, e erguer-se-á a glória duma cidade imorredoura. Entretanto, que para cada qual seja Deus a mão direita; o caminho abre-se à espada; não há salvação para um coração covarde!»** Assim falou e à sua volta ergueram altos brados as legiões armadas.

Tipo 4 – Revista de tropas (epipólesis) que costuma produzir-se antes da luta, mas também pode ocorrer durante ou depois de uma batalha

1. Historiografia

1.1. Arengas navais

1. Como o Visorey deu batalha aos Rumes sobre a barra de Dio, e os desbaratou, e tomou 'armada, e Meliquiaz se entregou ao Visorey com a cidade, e fez todo o que quis o Visorey, e com elle assentou paz.

[...] O Visorey deu sinal ao bargantym que quando lhe mostrasse hum guião azul na proa da nao era sinal que o chamava, ao qual sinal que vio, foy á nao, e o Visorey lhe deu hum seu assinado, e que corresse toda 'armada, e o mostrasse a cada Capitão, no qual dizia: «Senhor, os Rumes já nom hão de sayr pois oje o nom fizerão, e por tanto com a lembrança na paixão de Christo, com a viração, a que farey o sinal, em que tereys boa vigia, lhe vamos dar a merenda; e sobre tudo vos encomendo grande cuidado das rigeiras, que deixarês por popa, pera vos alardes a ellas quando vos comprir, porque ysto mais releva sobre totalas cousas, pera que vos aparteyts de fogo, se os Mouros em sy o poserem pera vos queimar, ou vos levarem á costa cortando suas amarras». O qual aviso foy dado a todos, que prouerão cada hum como compria, no que se gastou o dia, e comeo toda' gente, e repousou. Como virão que a maré vinha do mar, outra vez o Visorey mandou o bargantym per toda 'armada aos Capitães com hum papel, que o mandassem ler em presença de toda' gente, o qual dizia assy: «**Dom Francisco d'Almeida, Visorey da India, polo muyto alto, e excelente Rey Dom Manuel, meu senhor. Notefico a quantos esta minha carta virem , que porquanto neste dia e ora estou nesta barra de Dio com todo o poder que tenho, pera dar batalha a huma armada do grão Turco, que elle mandou, que vierão de Meca pera guerrearem, e ponirem contra a fé de Christo, e contra o estado d'EIRey meu senhor; em comprimento do qual, dentro em Chaul, no rio, derão batalha com o Capitão mór do mar da India, e o matarão, e muytos cativarão com 'ajuda dos de Melequiaz, Capitão de Dio, que os recolheo, onde se tornarão a refazer, e acrecentar com mór poder de gente e armada, com proposito de hirem guerrear e tomar as fortezas de Cananor, e Cochym, com favor e ajuda de grande armada que lhe mandou o Rey de Calecut, e com outra muyta que lhe forveceo Melequiaz aquy nesta cidade de Dio, onde erão juntos pera fazer a dita obra de guerra; o que por mym sabido, por atalhar o tamanho mal como se podia seguir, se estes imigos nom fossem ponidos, e de todo apagados, me fiz prestes com todo o poder d'EIRey meu senhor que pude ajuntar, e os vim buscar aquy a esta cidade de Dio, onde estão juntos com todos seus poderes, onde oje neste dia, com ajuda de Nosso Senhor, e piadade da sua grande misericordia, lhe dou a batalha, onde comigo aquy são juntos muytos fidalgos, e cavalleiros, e gente navegante, e valentes escravos, que ajudam a seus senhores pelejando; no qual feito Nosso Senhor sabe o que será. E porque o feito e serviço he tamanho, com tão manifesto perigo das vidas dos que ahy forem martyres, e; como inteiro e perfeito Visorey, em nome d'EI-Rey meu senhor, me apraz, e hey por bem, e muyto seruiço de Sua Alteza, que todos quantos aquy são comigo presentes ajão honras de cavalleiros perfeitamente, assy vivos, como os que**

Nosso Senhor levar pera sy, pera honra de seus herdeiros; e o que já he cavalleiro lhe outorgo as honras de fidalguia, e a todos os degredados perdão livremente de todos seus degredos, e aos omiziados livre perdão, da parte da justiça, de seus delitos e os escravos que neste feito morrerem serão pagos a seus donos por cada hum cincoenta cruzados, e os que vivos ficarem, se dentro neste ano ouverem alforrias de seus senhores, averão as liberdades de escudeiros e os que ficarem alejados, que nom possão servir seus senhores, lhe serão pagos como mortos, e se com suas aleijões puderem servir, a cada hum serão pagos vinte cruzados os quaes pagamentos dos ditos escravos, se ElRey meu senhor nom ouver por bem, tudo me obrigo a pagar de minha fazenda, vivendo, e morto mando que de minha fazenda se tudo pague. E a todos dou escala franca, que seja seu o que cada hum tomar, tirando os navios, e artelharia, que nom posso dar. O que todo assy dou, e outorgo, com todo o poder que se contém em minha patente, e regimento d'ElRey meu Senhor, em cujo nome tudo outorgo, e confirmo d'este dia pera todo sempre, com todas as mais mercês, e acrescentamentos d'onras, e satisfações que de Sua Alteza receberão, que nesta ora da morte lhe peço que aja lembrança d'este tamanho serviço, em que tão voluntariamente arriscão as vidas; e pola parte da mercê, que a mym toca, peço a Sua Alteza em singular mercê, que assy aja por seu serviço, por ser este o primeyro feito contra Turcos. E mando que o treslado desta carta se dê a toda' pessoa que a pedir, que contra minha fazenda valerá como escritura publica, assinada per mym em dia do glorioso Bispo Sam Bras, tres dias de Fevereiro do ano de 509.[...] O bargantym mostrando a carta por toda 'armada foy grande contentamento e prazer em toda' gente, com muytos louvores que dauão ao Visorey, o qual estava em sua nao como dito he, que mandou dar grande jantar a toda' gente. Estando tudo a ponto como compria, acabado o Visorey de comer se recolheo á sua camara com cinco crelgos que tinha, e elle posto de joelhos diante de hum retavolo muy devoto de Nossa Senhora, da Piedade, onde os crelgos rezarão a vigilia de sam Brás, e depois as ladainhas, devotamente pedindo a Nosso Senhor victoria contra os imigos O Visorey se assentou n'hum cadeira no chapiteo de nao, esperando a boa ora, que pedia a Nosso Senhor, com as maos alevantadas ao Ceo, com as lagrimas piadosas. [...]

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, «Continuação do terceiro ano do Vice-rei Dom Francisco. Armada de Jorge de Aguiar. Ano de 508.» Cap. IV

2. De como o governador Lopo Vaz de São Payo foi avisado de hũa armada de Cambaya que andava fora, e de como a foi buscar, e pelejou com ella, e a desbaratou de todo.

[...] O Governador amanheceo sobre Bombaim, aos seis de Fevereiro, que foi ao outro dia logo, em que cayo dia de Çinza e o ouverão vista da armada do imigo, que estava na ponta d'aquella barra. O Governador meteose em hum navio ligeiro, e foi correr as nossas fustas, e fez a todos hũa muito breve fala, **pondolhes diante suas obrigações, facilitandolhes a vitoria, affirmandolhes que estava só no cometimento: que lhes mandava da parte d'elRey, que nenhum navio tirasse bomba so pena do caso maior ao tempo do cometimento, por que se não estorvassem os marinheiros, que os aferrassem primeiro, e que ganhassem aquella honra a espada, porque assi ficaria a vitoria mais fermoza, e ao primeiro que investisse navio lhe prometeo cem**

cruzados, e o navio, tirando artilharia, encomendando a dianteira a Eitor das Sylveira, que pos todos os seus navios em ordem. O Governador receando que os inimigos lhe fugissem para o rio de Bandora, que estava diante de sua legoa, mandou a hum capitão, que tanto que a batalha se travasse, fosse com oito navios (que lhe nomeou, e a quem mandou recado) e tomasse a boca d'aquelle rio.[...]

Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. V, Cap. V

3. Da batalha que Tristão Vaz apresentou no mar de Achem, indo-o buscar ao rio Formoso, e da vitória que dele teve

E levando-se em rompendo a manhã, navegou para o rio Formoso, que está doze léguas de Malaca, por lhe afirmarem as espias, que estava nele a armada inimiga. Tanto que a descobriu, viu assomar a dianteira dela, que seria de vinte e tantos navios ligeiros. E deixando a Manuel Ferreira por capitão da sua nau, se meteu em uma galeota, das que consigo levava, para ordenar a sua armada e animar os soldados, para que, vendo-o a si, tão companheiro como cada qual, dos que cada um deles tinha para remédio peculiar do trabalho que lhes sobreviesse, pelejassem mais confiados; **e principalmente para lhes dar a entender, visto como dependurados de seu bom ou mau semblante, que não era tão espantoso o inimigo, como se em Malaca pintava, pois queria achar-se com eles, não só como seu capitão-mor, mandando de sua nau, senão também como soldado, pelejando numa galeota com a espada na mão.** Porque, à verdade, em perigo tão claro e manifesto, pouco montaria terem estes soldados capitão-mor animoso, metido na torre de uma nau, se não o vissem com os olhos no raso dos navios de remo [...]. Entendendo o capitão-mor Tristão Vaz, pelo muito curso que tinha da guerra, que na determinação sua estava o temor dos inimigos, e na dúvida, confiança, lembrou aos capitães e soldados suas obrigações, e os exortou, persuadiu e moveu à peleja, e alvoraçando-os com o provérbio muito trilhado entre eles, que «aos ousados favoreciam e ajudavam prodigamente os Fados», se fez logo na volta deles, com as velas a topetar. E indo [os inimigos] pouco menos de uma légua, viraram, parecendo-lhes que poderiam por essa derrota, tomar o barlavento da nossa armada.

Tristão, prognosticando a tal princípio um fim feliz, bradou para acrescentar os espíritos aos companheiros, que arreceavam os mouros à batalha, pois com tanta vantagem se queriam também valer do vento, afirmando-lhes mais que isso mesmo o levava a ajudar-se da sua nau e do galeão, para os render a pouco custo. Unida, pois, esta pequena armada à nau e ao galeão, descaiu o Achem com a sua sobre ela, e ficando ambas encaradas e fronteiras, se travou uma muito crespada e belicosa batalha. O capitão-mor pôs a proa da galeota, em que ia, na galé capitaina do Achem; e os sete navios mais, de remo, nas outras galés que os cometeram.

Jorge de Lemos, *História dos Cercos de Malaca*, Cap. IX

1.2. Arengas terrestres

4. Ex iis qui calamitatem eam evaserunt, quatuor Lusitani venientium hostium impetum exceperunt. Caeteri enim aut corporibus vulneratis erant inutiles, aut animis attonitis nondum sui compotes erant. Mascarenna cum octo militibus in subsidium venit, sacerdote Christi crucifixi imaginem seu vexillum praeferente, ac nunc singulos, nunc universos magno clamore ad pugnam hortante eius auspiciis pugnarent, qui ut omnibus vitam daret, unus mori voluit, cuius ductu nec de victoria esse desperandum nec mortem timendam; eo itaque animo certarent, ut qui superessent certamini, ad

praeclaram se victoriam reservatos putarent, qui caderent, aditum sibi ad immortalitatem per mortem factum crederent. Haec aliaque pro loco ac tempore clamitans, accurrentibus undique, qui prope erant, pauci adversus tantam multitudinem hostium pugnam aliquamdiu sustinuerunt.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

4. Dos que escaparam ao massacre, quatro foram os portugueses que fizeram frente ao ímpeto dos inimigos que se aproximavam. Os restantes ou estavam incapacitados pelas feridas que lhes cobriam o corpo ou tinham o espírito alucinado e não estavam ainda senhores de si.

Mascarenhas acorre em socorro com oito soldados; à frente, um sacerdote, com a imagem de Cristo crucificado, como um estandarte, a exortar com grandes clamores, ora a cada um em particular, ora a todos em geral, **a que com batessem sob patrocínio d'Ele, pois, para dar a vida a todos, quis, sozinho, morrer, e clamava que, sob o seu comando, nem há que desesperar da vitória nem há que temer a morte; combatessem, portanto, com tal ânimo que os que viessem a sobreviver à batalha, podiam convencer-se de que estavam guardados para uma resplandecente vitória, e os que viessem a tombar, podiam crer que, pela sua morte, se lhes abriam a porta para a imortalidade.**

Com estes e outros brados, consoante o lugar e a ocasião, e graças ao socorro dos que se encontravam por perto, um escasso número aguentou durante algum tempo o combate contra tamanha multidão de contrários.

5. Dos recontros que os nossos tiveram com os Mouros. E de como Dom João Pereira pelejou com elles e os desbaratou. E das cousas em que o governador Nuno da Cunha proveo em Dyo e em Goa.

Nesta ordem comessarão a marchar pera Vernâ, e chegando a vista, achou ja os imigos em campo, com as costas em hũa serra, com toda a gente de pé em dous esquadrões de quatro mil e quinhentos cada hum: e em cada ponta cento de cavalo e cincoenta que erão acubertados na testa do exercito, pera sustentarem o primeiro encontro. Dom João Pereira posto que visse o grande poder dos imigos, e a boa ordem em que estavam não fez aballo algum em seu coração, não deixando de o fazer nos mais da sua companhia, que ficarão embaraçados vendo tamanho exercito, o que Dom João logo entendeo, e receando que mais o desbaratasse o medo dos seus, que o poder dos imigos, foi percorrendo por todos com hum rosto **mũy alegre dizendolhes: «Que he isto cavaleiros, e companheiros meus, aqui temos estes Mouros imigos de nossa ley, que são os mesmos que vos desbaratastes muitas vezes, não aja novidades, seguime que Deos he com nosco, e a vitoria está certa».** E com isto despedio Jurdão de Freitas pera que pegasse com os de cavalo de hũa das pontas, e mandou aos de pe que travassem a batalha, e elle com os da sua companhia remeteo com os cavalos acubertados dando nelles Santiago com tamanho ímpeto, que d'aquelle primeiro encontro lhe derribou alguns, e os mais fez recolher aos escoadrões.

Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Lv. X, Cp. V

6. Com isto, mandou elrei cada coronel á sua estancia, e percorrendo pelos esquadroens, com o rosto alegre e confiado, dava animo aos soldados. Vendo elle, como o campo dos mouros estava a-la-mira, sem fazer movimento pera parte alguma, determinou comette-los e dar Santiago; pera o qual mandou marchar o seu campo direito aos mouros, e se metteo em hum coche, hindo na dianteira do exercito, onde antes de dar a batalha pedio de comer.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXIV

7. Como Mulei-Maluco e o Xarife se refizerão pera segunda batalha.

Como Mulei-Maluco acabou esta falla, com rosto alegre e confiado, posto sobre hum feroso cavallo, armado com a lança nas mãos, começou a correr o arraial, e com riso de amor louvava huns, e aspecto severo ordenava os outros no modo que deviaõ ter no offender, e defender, e com ar de graça, que de si dava, convertia a si os olhos de todos os mouros, e juntamente os corações, com grande esperança de victoria, tendo-o por dino de huma grande monarchia, e que viera a Africa por honra dos reis della, e dar lustro á policia e esforço dos passados, e com seu valor e e prudencia alargar os limites de seus reinos, com força de armas.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVIII

8. De como o Governador D. João de Castro apresentou batalha aos inimigos, e da crueza della, e de como os desbaratou, e ganhou a Cidade com morte de Rumecan, e cativoiro de Juzarcan.

Foi aqui a crueza mui grande, porque se feriam em descuberto, e sem amparo algum; mas como o poder dos inimigos era grande, e de todas as partes lhes foi acudindo sempre mais gente, estiveram os nossos quasi perdidos, e desbaratados; mas chegou áquelle tempo o Padre Fr. Antonio do Casal com o Crucifixo arvorado na lança, e passando por meio dos nossos, foi bradando alto: «**Ah Cavalleiros de Christo, aqui tendes a figura de vosso Deos, que he o que vos guia: esforçai, e passai avante, porque com tal Capitão não há que recear**». E com isto se foi pôr diante de todos, chamando por Sant-Iago, como varão mui animoso, e Religioso. Tanta força tiveram aquellas palavras, e a vista de Christo crucificado, que infundio em todos novos espíritos.

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. IV, Cap. II

9. De como o Governador D. João de Castro passou a Salsete em busca dos inimigos, e batalha que lhes deo, em que os desbaratou de todo.

O Siqueira voltou logo ao Governador, e lhe disse, que alli tinha os inimigos da outra banda da ribeira. O Governador hia em hum palaquim de que em lhe dando as novas saltou logo fora, e cavalgou em hum formoso cavallo melado; e tomando huma lança, e adarga, correo por todo o exército muito rizonho, dizendo a todos: «**Eia filhos, alli temos os inimigos: vamos a elles, que pouco tendes que fazer, porque pera vosso esforço, e pera o alvoroço que em todos sinto, tomara que foram mais, pera que ficara a vitoria mais gloriosa**». E passando-se á dianteira, aonde hia seu filho D. Alvaro de Castro, e D. Diogo de Almeida com a gente de cavallo, lhes deo a nova, e mandou que se pusessem em ordem.

Diogo do Couto, *Ásia, Década VI*, Liv. V, Cap. X

10. Como o Príncipe D. Affonso Anriques depois de ordenar suas azes para peleijar com os Mouros no Campo Dourique foi levantado por Rei.

Não cessava o Príncipe em ordenando as azes, e depois de ordenados, correndo por todos a anima-los, e esforça-los, chamando-os por seus nomes, trazendo-lhe á lembrança **o que lhes tinha falado, e encomendado, e nelles cabia fazer**, e assi desde que o Sol sahio, e ferio nas armas dos Christãos, maioritariamente indo acompanhados

da graça de Deos resplandeciam e reluziam tão grandemente, que ainda que poucos fossem, não havia poder maior que os não temesse.

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XVI

11. De como D. Álvaro tomou a fortaleza de Caxem por força de armas e a entregou a seu rei natural

D. Álvaro e correndo pessoalmente todos os lugares da peleja e da subida, animando os cavaleiros com suas boas palavras e ajudando-os a subir e a pelejar com todo o cumprimento suficiente que comum é a cargo de capitão e obrigação de cavaleiro. Com o qual tanto trabalhou e ajudou com suas boas palavras e bom tratamento delas e gentil maneira de sua pessoa, de que ele é tão abastado, como de partes de excelente varão, que seus soldados, apesar dos Mouros, subindo um diante do outro e ajudados dos arcabuzes de fora, ganharam um lanço de muro. O qual logo começaram a sustentar com mui ásperas e fortes lançadas.

Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*, Cap. XXXVIII

12. De como os mouros cometerão as tranqueyras, e dos casos que passarão, e da grande victoria que os nossos alcançarão.

Aquella confusão de gritos e alaridos se ouvia na fortaleza com grande dor de todos que como era ja menham acudião todas as molheres meninos e velhos às igrejas a pedir misericordia e os fradinhos de S. Francisco estiverão sempre de juelhos diante do Santíssimo Sacramento pedindo a Deos misericordia com infinitas lagrimas: os outros dous frades que ficarão de fora andarão todo este tempo entre os nossos, sem recearem frechas, nem pelouros, de que o ar estava cuberto: e vendo agora os nossos neste segundo cometimento tão afrontados e apertados foram correndo todas as estancias com crucifixos alevantados bradando por todos dizendo-lhes: «**À cavaleiros de Christo olhai pera este Senhor que vos remio e que vos ha-de salvar afferecido aos mesmos perigos riscos e pelouros em vossa companhia: de sua parte vos prometemos hũa grande victoria, por isso meneay meus irmãos as armas e esforçai-vois, e não queirais mor galardão aos que aqui morrerdes pella fee de Christo que terdes segura aquella gloria que ha-de durar eternamente; e se aqui há alguns com as conciencias pejudadas cheguem-se a nós, e desaliva-los-emos porque pellejem com mais animo e segurança**». Com estas palavras que ouvirão alevantando os olhos a Christo crucificado a quem se encomendarão de coração foi tamanho o furor que aquella vista influio nelles que pondo os peitos aos imigos os deitarão fora das serquas ficando ellas e os quintais e o campo fora entulhado tudo de corpos espedaçados.

Diogo do Couto, *Década VIII da Ásia*, Liv. I, Cap. VII

13. Cerca o exercito enemigo ao catholico a modo de mea lua, E tendo o de todo cercado, tendo alguns rebates dos enemigos E como a artelheria que desperarão mortos alguns dos nosos el rey os E sforça a batalha.

[...] Vendo o capitam Aldana que acaso se achou perto del Rey, o sucesso que as cousas prometiam lhe lembrou que em pessoa devia de animar os seus porque era tempo, ao que o Rey Satisfez discorrendo pellos de seus exercito, exortando a todos com palavras brandas, **lembrando lhe o valor e antigo esforço de seus passados, e como Sempre Sendo poucos venceram a muitos, e que agora com mais rezam esperava elle que o fisessem naquelle dia pelejando contra aquelles Barbaros inimigos da Sancta fee Catholica, de que sempre tiveram Seus pais e avos gloriosas victorias, e que**

lembrado disto teriam ante elle seu merecido lugar e os covardes Seu devido castigo. Os mouros a este tempo hiama tiro de canham apartados em suas esquadras e fileiras de vinte em vinte emgrossando se de cada vez mais com sua cavalaria trabalhando de cerrar o cerco que hiã fazendo, e nam se dispunham acometer com toda furia ate ter os portugueses no meio.

Jornada del-rei dom Sebastião à África, Liv. II, Cap. XIII

14. Sed ubi per cohortes conclamatum est, praetorem eum fortissima iuventute ingressum esse, eum si paululum certamen remisissent prodi; id uero flagitiosum rati, se se mutuo cohortati, tanta ui irruunt, ut nulla ratione impetus eorum sustineri potuerit.

Diogo de Teive, *Commentarius de Rebus...*, 89.

Mas quando, de batalhão em batalhão, se fez ouvir o brado de que o Governador, com a mais valente juventude, havia rompido dentro, e de que, se abandonassem a luta por pouco que fosse, o estariam a trair, consideraram que isso seria uma atitude infame e, entre mútuos incitamentos, avançam com tamanha violência que o seu ímpeto, de modo algum seria possível sustê-lo.

1.2.1. Arengas femininas

15. Do recado que Rumecan mandou ao Capitão por Simão Feio: e do grande, e aspero combate que os inimigos deram á fortaleza: e de como entraram o baluarte S. Thomé.

O exercito das matronas fez aqui tambem seu officio, acudindo aos baluartes, em que pelejavam, carregadas de lanças, dardos, panellas de polvora, pedras, e de outras muitas cousas desta qualidade pera empecerem aos inimigos, que repartiam pelos que pelejavam e algumas dellas se metiam antre aquelles valorosos soldados, e cavalleiros, que estavam accezos em furor, chamando-lhes: «**Filhos, cavalleiros de Christo, pelejai por vossa fé, que Deos tendes, que vos ha de favorecer ajudando também a lançar sobre os inimigos os instrumentos de sua perdição**».

16. E a boa velha Isabel Fernandes, que teve aquelle honrado sobrenome da velha de Dio, que já pera aquelle tempo trazia muitos bolos de assucar, e bocados doces, corria os baluartes, e aos que via mais cansados e fracos, lhes mettia nas bocas alguma daquellas cousas, dizendo-lhes: «**Esforçai, filhos: pelejai, cavalleiros, que a Virgem nossa Senhora está comvosco**».

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. IV

17. De outro muito grande, e aspero combate, que Rumecan deo á fortaleza com todo o poder: e das cousas, que nelle succedêram.

A velha Isabel Fernandes corria os baluartes com seus bolos, e bocados doces, esforçando a todos, acudindo aos fracos com aquella refeição, mettendo-lha nas bocas por não desoccuparem as mãos, que estavam offendendo aos inimigos, alevantando a voz a toda a parte a que chegava, pera que todos a ouvissem, pera se della quizessem alguma cousa, a dar, dizendo: «**Ah filhos, cavalleiros de Christo, pelejai, que elle he comvosco: vede o de que tendes necessidade, que logo se vos dará**». E assim todas as vezes que entrava nos baluartes, que a ouviam, assim se animavam todos tanto, que pelejavam com alegria, e sem receio.

Diogo do Couto, *Ásia, Década VI*, Liv. II, Cap. V

18. De alguns assaltos, que os Mouros deram á fortaleza: e de huns escravos, que della fugiram pera os Mouros: e de como os inimigos ganharam ametade do baluarte Sant-Iago.

As honradas matronas não faltaram aqui, porque em todos os assaltos tiveram sempre cuidado de acudir ao baluarte, e andavam antre os que pelejavam, mettendo-lhes nas mãos panellas de pólvora, e dando-lhes todas as mais cousas que eram necessarias, e que se pediam, porque se não tirassem dos seus lugares; tanto que hum cahia, era tirado por ellas, e levado a curar. A boa Isabel Fernandes andava com huma chuça nas mãos, e com o seio cheio de seus bocadinhos, humas vezes pelejando, outras animando todos, e aos que via fracos acudia-lhes com seus mimos, mettendo-lhos na boca, dizendo: «Esforçai, Cavalleiros de Christo, e pelejai por sua fé, que elle está comvosco».

Diogo do Couto, *Ásia, Década VI*, Liv. III, Cap. II

Tipo 5 – Arenga dirigida às tropas durante a batalha

1. Historiografia

1.1. Arengas navais

1. De como foy morto dom Lourêço e oitenta dos seus, e vinte forão cativos, e a sua não foy metida no fundo.

[...] E tendo ho contra mestre ho parao prestes disserão os fidalgos a dô Lourenço que pois a nao tinha tinha tão pouco remedio pera se salvar, quão pouco eles merecião a deos por seus pecados, que se salvasse ele pois ã sua salvação estava a honrra ou desonra dos Portugueses, porque ele era ho preço de todos; e que eles pois deos assi era servido ficarião pelejando ate que morressem. O que ouvindo dom Lourêço lhes disse que bem sabia ho amor que sempre lhe teverão; e porque ele lhe tinha o mesmo que nunca deos quisesse que se ele salvasse ficando eles em perigo; que não desesperassê da misericórdia de deos que era grande, e que os capitães da frota ho socorrerião. E porque os fidalgos quiserão reprimir, disse que lhe não falasse ninguém em salvarse, se não que tiraria com hũa alabarda que tinha na mão com que pelejava. E logo ordenou sua gête pera se defender em quanto podesse, porem não tinha mais sãos que trinta homens; e os outros que erão setenta muyto feridos; mas com a pressa todos se levantarão, e era piedade velos todos ãprastados, que quasi se não se podião soster nas pernas, e mostrarê todos muy grade coração pera pelejarê. [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. LXXX

2. Como Dom Lourenço tornando polo rio abaixo deu sua nao sobre huma estacada, onde a nao se atravessou e foy abalroado dos Rumes e morto com outros muytos, com'ajuda que lhe fez Meliquiaz, que entrou no rio com força d'artelharía e remo.

[...] Mas os nossos o nom quiserão ouvir, com esperança que se sosterião como estavam até encher a maré, que os batés lhe acodirião; mas os Rumes pelejauão tanto que já os

nossos se nom podião bolir, porque entravão muytas vezes, e só Dom Lourenço os tornava a deitar fora com matar e ferir muytos; e taes cousas fez neste dia que os nossos estavam espantados. Os Rumes, vendo que nenhum remedio tinham em quanto Dom Lourenço fosse vivo, e que nom podia muyto tardar a maré, e que Dom Lourenço e os Portuguezes estavam juntos debaixo do chapiteo, afastarão sua nao pera fóra hum pouco. Então com artelaria tirarão muytos tiros ao chapiteo, ao que as fustas ajudavão fortemente, e quis a ventura que entrou hum pelouro que quebrou ambas as pernas ao triste Dom Lourenço, e cayo que nom se pôde mais aleuantar; ao que acodirão todos com grandes choros. Dom Lourenço lhe disse: «**Senhores, companheiros, irmãos, minha vida he acabada, que este mundo me tinha emprestada, e minha alma hirá dar conta ao Senhor Deos que a fez. Eu vos mando, e muyto rogo, que tomadouos Melequiaz sobre assy, como diz, aventureys as vidas em sua palavra, porque de o nom fazerdes tão certas aquy tendes as mortes, se Deos nom acodir com sua misericordia, que lhe peço que aja com minh'alma, que em suas sanctas mãos encomendo**».E deu a alma. Então, per acordo de todos, deitarão o corpo per hum escotilhão, que foy ter no fundo da nao, a qual por baxo estaua aberta, e parece ser que o corpo acertou polo buraco, e com o pezo das armas se soterrou na vaza que era grande, e correo com 'agoa per de bayxo da nao, ou como a Nosso Senhor aprouve, que seu corpo numqua mais foy achado, O que foy muyto acertado os nossos assy o fazerem, porque se o corpo fora achado dos Rumes, esfolada a pele chea de palha, a levarão ao grão Turco.Os Rumes nom sabião da morte de Dom Lourenço, nem ousauão d'entrar, sómente tirar, com que entrarão outros pelouros que matarão seis homens e ferirão outros;

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Liv. I, «Segundo ano do Vice Rei Dom Francisco. Armada de Tristão da Cunha. Ano de 1506.» Cap. XVI

3. Como Jorge Botelho assentou amizade com el rey de Menãcabo, e de como Francisco de Melo pelejou cõ hũa armada del rey de Bintão, e a queymou.

[...] E avêdo mea hora que isto era passado, quãdo acodem as outras doze lancharas dos immigos, que parece que achandose perto ouvirão ho tã das bombardas, e acodião; e quando os nossos as virão ficarão muyto tristes por quão cansados e feridos estavam, e Francisco de Melo os esforçou, dizêdo **que esperassem em nosso senhor, que os não livrara dos primeyros pera os deixar morrer a mãos daqueles, e que lhe avia dacabar de dar a vitoria, pera que vissem os imigos camanho era seu poder**. E nisto chegarão os immigos, e comecouse a peleja muyto mais brava que dâtes, e os nossos não pelejavão se não cõ a artelaria e cõ artificios de fogo [...]

Fernão L. Castanheda, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. III, Cap. CLI

4. Do grande combate que esta não Chagas teve com tres naos Inglezas á vista da Ilha do Fayal, a qual depois de huma bem ferida batalha, foi desgraçadamente queimada, e della escaparam somente com vida treze pessoas.

Bem viam os do Fayal investirem-se estas naos; mas durante o combate, não as podiam divisar, porque se encerraram entre huma espessa nuvem de fumo, dentro da qual ouviam retumbar os pavorosos ecos das bombardas. Neste assalto foi espedaçado pelas pernas com hum pelouro de bombarada D. Rodrigo de Cordova; e mostrou tanto valor,

que levando-o para baixo quasi morrendo, levantou a voz, dizendo: «**Isto, Senhores, recebo em meu officio; haja bom animo: ninguem deixe o seu lugar, antes abrazados que rendidos**».

Diogo do Couto, *Ásia, Década XI*, Cap. XXIX

5. Dos Capitães, e socorros que o Conde Almirante mandou pera fora: e do que succedeo a D. Jeronymo Coutinho, e as naos de sua companhia com algumas naos Hollandezas na Ilha de Santa Helena.

Vendo a gente da nossa nao aquelle destroço, que em tão pouco era feito, ficaram os mais delles tão atemorizados, que se puzeram pelo bordo, por onde o caravellão estava, pera se lançarem a elle, e acolherem-se por ser muito ligeiro. A isto acudio Diogo de Sousa, e fellos recolher outra vez á nao, dizendo algumas vezes palavras afrontosas, outras persuadindo-os a se defenderem como valerosos Portuguezes, afirmando-lhes que pera contra aquellas duas naos a sua bastava; e que esperava em Deos de as render, e levar consigo. E assim mandou laborar logo a sua artilharia, com que lhe matou muita gente, e fez tal destroço, que se foram os Hollandezes alando por rageiras até ficarem atravesados pela proa da nossa não.

Diogo do Couto, *Ásia, Década XII*, Liv. IV, Cap. XIII

6. Sed Hagamahemedus in Sousam invecus, trirremem nocte crebris ictibus oppugnauit, septem Lusitanos occidit, vulnera gravia et periculosa multis imposuit. Alexius Sousa, Andreae Sousae frater, non leue vulnus accepit. Ad trirremem tandem, ut eam retineret, suam nauem applicuit. Georgius Menesius ut topem Sousae ferret acceleravit. Nihil tamen secius Hagamahemedus, ut utramque alligaret, summa ope contendebat; sed Begiensis cum trirreme, cuius praefectus erat, et Franciscus Mendoza cum quatuor lembis subsidio occurrit; et cum trirremem Sousae laceram et dissipatam animadverteret, eam submoveri iussit. Deinde in trirremem Georgii Menesii transcendit. Naves interim nostrae eo quod ventus omnino defecerat, immobiles permanebant; praelium vero exarsit. Qui erant in lembis, cum non possent aut non auderent hostium impetum sustinere, lembos subdixerunt, ut trirremis puppi se defenderent. Idque omne certamen erat contra duas trirremes institutum. Malus trirremis, in quam Begiensis se contulerat, erat iam pertusus, latera multis in locis perfossa. Begiensis cum acerrime dimicaret et omnibus locis occurreret optimique ducis et strenui militis manus simul obiret, exemplo suo multos ad rem strenue gerendam excitabat. Cum vero lembos non aspiceret, in puppim recurrit. «**Ergo, inquit, homines perditissimi, quos nec pudor neque religio ad officium impellit, mavultis turpiter fugiendo, ab hoste crudelissimo necari, quam fortiter et animose dimicando vitam tueri**». Dum haec diceret, tormenti unius ingentis pila latus illius percussit, lorica perfregit et ipsius loricae fragmenta intra lacerum corpus immisit. Cum Georgius Menesius illum cecidisse conspiceret, corpus illius integumento involutum a militum conspectu subtraxit, ne multi caede illius exanimati, a pugna disisterent. Eos autem, quos mors illius fallere non poterat, adhortatus est, «ne unius viri casu animos demitterent, imo virtutis illius exemplo ad simile decus aspirarent». Tum ducis officio egregie functus, multa pertulit. [...] Menesius cum hoc animadvertisset, septem aut octo remiges vulneravit, reliquos formidine perterritos in officio continuit.

Jerónimo Osório, *DE REBUS EMMANVELIS REGIS LVSITANIAE INVICTISSIMI VIRTUTE ET AVSPICIO GESTIS LIBRI DVODECIM*, Liber XII

6. De noite veio Hagam-hamet acometer a galé de André de Sousa e a cravou de balas, matou-lhe 7 portugueses e deixou muitos deles feridos grave e perigosamente. Aleixo de Sousa, irmão de André de Sousa, recebeu não leve ferida, ao chegar perto da galé para a segurar. Também D. Jorge de Meneses se apressou a acudir-lhe. Mas nada menos trabalhava Hagam-hamet com grande ânsia em abalroar as duas galés; mas Diogo Fernandes de Beja acorreu com a galé de que ele era capitão e Francisco de Mendonça com 4 batéis; e vendo como estava desarvorada e rota a galé de André de Sousa, a mandou retirar. E subiu logo à galé de D. Jorge de Meneses. Entanto as nossas naus estavam imóveis por lhe faltar o vento e batalha recrescia. Os que estavam nos batéis, não podendo ou não ousando suster o ímpeto dos inimigos, descaíram para a popa da galé, para lhes esta servir de abrigo. Assim, nas duas só galés caía o peso da contenda. Já tinham varado as balas o mastro da galé a que subira Diogo Fernandes, e aberto muitos rombos pelas cintas dela. Diogo Fernandes, pelejando acérrimo e acudindo a todas as partes e desempenhando ao mesmo tempo o cargo de excelente capitão de valoroso soldado, animava a muitos com o seu exemplo a combaterem destemidos. Mas como avistasse os batéis, correu à popa e lhes bradou: **«Homens perdidíssimos, a quem nem a vergonha nem a cristandade vos arroja a fazer o que deveis, quereis antes morrer às mãos de um inimigo crudelíssimo fugindo desonradamente, do que defender vossas vidas pelejando com brio e com valor»?** Isto dizia, quando vem uma bombarda que lhe despedaça as armas de uma ilharga e lhe embebe os estilhaços delas pela carne dentro. D. Jorge de Meneses, que o viu cair morto, por não descorçoar os soldados e desistirem do combate, mandou cobrir o corpo e lho esconder da vista. Àqueles porém, a quem se não pôde ocultar a sua morte, exortou dizendo **«que lhes não quebrasse os ânimos a morte de um só homem, antes com aquele exemplo de valor à vista deviam aspirar a semelhante grau de honra»**. Depois padeceu muito com o dever de egrégio capitão.[...] D. Jorge de Meneses, que o advertiu, começou a ferir sete ou oito deles, com o que os mais cobraram medo e se encerraram na sua obrigação.

1.2. Arengas terrestres

7. Mascarenna cum expedita manu quocumque clamor vocabat, subsidia submittit; ubi maius aliquod discrimen imminebat, ipse obviam ibat; nec ullum boni militis aut ducis eo die munus praetermisit. Contra, hostium duces suos **admonere paucitatis nostrorum, suae multitudinis, neque cum hominibus iam rem esse, sed verius cum hominum simulacris, vulneribus, vigilliis, fame morboque confectis. Ad extremum sacramenti memores esse debere, cum nuper in templis coniurassent, se non nisi victores in castra redituros; praesente hoc ipso Mahomete, quem suae quisque fortitudinis aut ignaviae, iurisiurandi servati aut violati nunc testem, mox ultorem habituri essent.** Omnium igitur ad hunc diem oppugnationum haec fuit acerrima cum spes, desperatio, vetus odium recenti ira cumulatam omnium animos varie versarent cum in illius diei eventu Indiae regnum positum utraque pars arbitraretur.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

7. Mascarenhas com prontidão aonde quer que um apelo se fizesse ouvir, envia reforços; onde se tornasse mais iminente algum perigo, aí acorria ele próprio, a fazer-lhe frente; e não descurou nesse dia qualquer dever de um bom soldado ou de um comandante.

Os chefes inimigos, por seu turno, incitavam os seus homens, lembrando-lhes **a exiguidade das nossas tropas e o número imenso das suas, e que se não tratava já de pelejar com homens, mas, antes, com simulacros de homens, prostrados por ferimentos, vigílias, fome e doença. Que deviam manter na lembrança, até ao limite das suas forças, o juramento, pois há bem pouco todos haviam jurado no templo que não voltariam ao seu campo, a não ser depois de alcançarem o triunfo; que o presenciara o próprio Maomé, ele que cada um tinha agora por testemunha da sua coragem ou da sua cobardia, do respeito à palavra jurada ou da sua violação, e que dentro em breve haviam de ter por vingador.**

De todos os combates travados até àquele dia, este foi, portanto, o mais violento, na medida em que a esperança, o desespero e o velho ódio acrescido da fúria mais recente revolviam de modo vário o coração de todos e porque no desfecho daquele dia acreditavam ambos os lados que assentava o reino da Índia.

8. Nihil tamen segnius pro ponte pugnatur nostris successu, Indis loco superiore fretis. Ibi cum aliquamdiu certamen haesisset, praetor suos nunc increpare, nunc hortari, ut antequam tota hostium vis eo se conferret, praesidia occuparent; ponte semel capto, nihil fiduciae hosti superesse, nisi in acie ubi haud dubie Lusitanus superior esset. His vocibus miles admonitus, renovato impetu, e turribus hostem deiicit, non incruenta tamen pugna. Quadraginta enim ex Lusitanis ceciderunt.

Diogo de Teive, *Commentarius De Rebus a Lusitanis In India Apud Dium Gestis. Anno Salutis Nostrae MDXLVI*

8. Nem por isso no entanto é menos determinada a luta pela ponte da parte dos nossos com êxito, da dos Indianos com confiança na sua posição mais elevada. Aí, no momento em que o combate se mostrou, durante algum tempo indeciso, o Governador começou, ora a injuriar os seus homens, ora a exortá-los a que se apoderassem da guarnição antes que os inimigos caíssem ali sobre eles com todas as suas forças; que tão depressa fosse conquistada a ponte, nada mais restava ao inimigo em que pudesse depositar confiança, a não ser no combate em campo aberto, onde, sem dúvida, os Portugueses tinham vantagem.

Os homens, despertados por estes brados, desalojam dos baluartes, com renovado vigor, o inimigo, mas não, porém, em combate sem derramamento de sangue. Contudo tombaram quarenta dos Portugueses.

9. Dux Antonius a Silveira, qui omnibus arcis angulis praesto erat, huc, illuc, viginti tantum militibus circumstipatus, audit hostes non solum arcem aggressos, verum etiam muros atque turris repagula superasse. Eo dum omni celeritate festinat, suos atque hostes promiscue non super moenia, sed in ipsa arcis area dimicantes, vel potius tumultuantes, aut fluctuantes invenit. Quo viso, elatus animi magnitudine uoce sublimes inquit: «Mei Christiani, Lusitanique milites, mementote fidei, patriae, parentum, necumque corpora instar martirum constanter pergite sacrificare».

His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium catervae se protrudit, huc illucque iter aperiens, suosque veluti oves ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, unde venerant, brevi temporis spatio reiecit. Interim a parte litorali tormentis nostris tres trirremes evertuntur, uniusque puppis confringitur.

Damião de Góis, *Diensis Nobilissimae Carminae seu Cambaiae urbis oppugnatio, Damiano a Goes autore, in Damiani a Goes Equitis Lusitani Aliquot Opuscula*

9. O capitão António da Silveira, que estava presente em todos os cantos da fortaleza, para aqui e para ali, tendo por companhia apenas 20 soldados, ouve que os inimigos não só tinham atacado a fortaleza como também tinham ultrapassado as barreiras do baluarte. Até que se apressa com toda a velocidade, [e] encontra os seus e os inimigos misturados, não sobre as muralhas, mas dentro da própria área da fortaleza lutando, ou melhor, fazendo tumulto, ou vacilando. E visto isto, exaltado pela grandeza do seu ânimo, com voz sublime, diz: «Cristãos meus e soldados Portugueses, lembrai-vos da fé da pátria, dos pais, e continuai vigorosamente a sacrificar comigo com firmeza os corpos à imagem dos mártires.»

Com estas palavras, como um leão com a boca cheia de sangue, tendo brandido a espada, lançou-se para o meio da multidão, abrindo caminho para aqui e para ali, arrancando os seus como ovelhas das fauces dos lobos, atira os inimigos como uma bola para o lugar de onde tinham vindo, num breve espaço de tempo. Entretanto, da parte marítima, três galés são afundadas pelos nossos canhões, e a popa de uma é despedaçada.

10. Is, quem dixi, Ferienseis comitis filius, hostium impetum postremus ferens, saucius graviter, nec loco tamen cedens, indolem suam clarissimorumque natalium decus egregie ostendit, summumque virtutis suae testimonium reportavit. Nam caeteris ignominiosam exprobandis, eos omni ratione revocare nitebat, voce magna inclamans: «**Commilitiones, et pectus frontemque in hoste obvertite, neque tam probo se fugiatis quem paulo ante erumpendi facultatem per seditionem extorsistis. Testor vestram fugam istam Lusitanicae gloriae macula, me aut hic in vestigio moriturum, aut dilapsis omnibus non nisi ultimum rediturum**». Quod et ipsum facto praestitit, nam dictorum fidem morte ibidem fortissime excepta adimplevit.

Damião de Góis, *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii Tres*

10. Este filho do Conde da Feira [D. Duarte de Meneses Pereira], o último a sustentar o ataque inimigo, gravemente ferido mas não cedendo, deu prova do seu valor, honrando-se e aos seus ilustres antepassados. Exprobandos aos outros a fuga vergonhosa, incita-os ao combate, gritando em altas vozes: «**Firmes, camaradas, voltai contra o inimigo o peito e o rosto, não fuja tão ignominiosamente quem há pouco extorquiui pela violência e ordem de acometer. Por vossa fuga – mancha na honra portuguesa – juro que morrerei aqui, ou serei o último a voltar depois de a todos derrotarmos**». Cumpriu a sua palavra, morrendo ali heroicamente.

11. Rumeceanum, maximi inter suos imperii ducem, tam vehementer in Mascaregnam impressio fit, ut nostri impetum sustinere amplius non valerent, et ordine turbato resilire occiperent. Id ipse Mascaregnas animadvertens, conclamat, suosque ad restituendum hortatur: «**Urgerent victoriam, quam iam propemodum adepti essent, non superesse victis ulla suffugia, exarmatam esse arcem, ablatis valvis, quicquid munitionis fuit, non iam minus hosti quam ipsis patere, adesse omnia auxilia, quae a suis sperari possent, aut his copiis esse vincendum, aut pereundum, nemine sint se non minus pro vita quam pro imperio pugnare. Si pedem referrent, nec victis vitam, nec mortuis sepulturam immanissimum hostem concessurum esse**».

His ducis vocibus expectati, tanta animi praestantia in hostes se referunt, ut quanquam per summam pertinaciam hostes resistirent, impetum tamen nostrorum amplius sustinere non possent, effusaque fuga terga uerterunt. Quare dispersim palantes, alii per vada, natando currendoque, se quotque potuere, extra insulam eiiciunt.

Damião de Góis, *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii Tres*

11. Rumeção, capitão do maior prestígio entre os seus, susteve estas forças e fez tão violenta pressão sobre D. João de Mascarenhas, que os nossos, impotentes para aguentar a investida, começam a recuar em desordem. D. João de Mascarenhas brada e exorta os seus à resistência: «**seguissem o caminho da vitória que já quase tinham nas mãos, pois aos vencidos não restava esperança, com a retaguarda desarmada e as portas arrancadas, quanto havia de defesa estava a descoberto tanto para o inimigo como para eles; encontravam-se aí presentes todos os socorros que dos seus havia de esperar, com eles se morreria ou venceria, lembrassem-se de que estavam combatendo tanto pelo domínio português no Oriente como pela própria vida. Se cedessem, o cruelíssimo inimigo não concederia a vida aos vencidos nem sepultura aos mortos**».

Animados com estas palavras do capitão, cometeram o inimigo com todo o denodo, que este, embora resistindo ferozmente, não pôde sustentar mais a nossa investida e procurou na fuga a salvação. Vagueando em desordem, e todos se lançaram fora da ilha, uns pela ponte, outros a vau, a nado ou em louca correria.

12. De como o governador Nuno da Cunha se viu com soltão Badur, e de novo confirmarão as pazes, e se começou a fortaleza, e de alguns socorros que o Governador deu ao soltão Badur contra os Magores.

Manoel de Macedo vendo aquelle medo e desatino, tanto nos grandes como nos pequenos, acodio com muita pressa a os deter, esforçandoos e animandoos, e persuadindoos a lhe ajudarem a defender sua cidade, **que elle com os Portugueses que tinha a defenderião a te morrerem todos; e que era pouquidade e covardia de animo fogirem sem verem de que: que esperassem os imigos, e que quando vissem que elle os não rebatia e afastava, dos muros d'aquella cidade, que então fizessem de si o que lhes melhor viesse: dandolhes muitas rezões pêra não averem de reccar os Magores, e que de um dia pêra o outro terião muitos socorros do Governador.** Mas como o medo tinha ja entrado em seus corações, nenhua d'estas cousas os quietou, antes desordenadamente se forão da cidade largandoa, e deixandoa deserta, assi os moradores, como o capitão e gente que elrey mandou em sua companhia.

Diogo do Couto, Década IV da *Ásia*, Lv. IX, Cp. IX

13. Das cousas, que este anno aconteceram em Maluco: e da chegada de Antonio Galvão áquella fortaleza: e de como foi buscar os Reys da Liga á Ilha de Tidore, onde lhes deo batalha, em que os desbaratou.

Antonio Galvão acudio áquella parte, e vendo tamanha mercê de Deos, tomou logo huma muito prudente resolução, que foi mandar dar fogo ao Castello, porque os seus não tivessem esperança de se salvar nelle. E ajuntando todos, lhes disse:

«**Ora sus, meus cavalleiros de Christo, pois nos elle fez tantas mercês, não arrefeçamos, saibamo-nos aproveitar do tempo, e vamos commeter em fresco a Cidade, porque os inimigos estam com medo nas entranhas; e agora vendo este incendio hão de acabar de descorçoar, e não hão de esperar nossa furia, por isso segui-me, que Deos he comnosco**». E tomando a bandeira de Christo a par de si, arremecou-se pelo monte abaixo como hum trovão, e foi demandar a Cidade ao som de muitas caixas, e trombetas, com grandes gritas de todos os nossos, que com hum novo animo hiam seguindo seu Capitão.

Diogo do Couto, Década V da *Ásia*, Liv. VII, Cap. II

14. De como os Mouros entraram pela banda da rocha: e de hum valoroso feito, que huma mulher fez: e de como acudiu o Capitão, e os lançou fora: e de como mataram Juzarcão.

O Capitão andava animando os seus, e bradando por escadas, que lhe trouxeram mais capazes, e arrimando-as ao muro, começaram a subir os nossos, favorecendo-os o Capitão debaixo, dizendo-lhes: «**Ah valorosos, e esforçados cavalleiros, dia he este pera deixardes de vossa nação huma perpétua memoria ao mundo**». Os golpes retiniam, os arremessos de ambas as partes eram muitos ...

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. II, Cap. VI

15. De como os Mouros entraram pela banda da rocha: e de hum valoroso feito, que huma mulher fez: e de como acudiu o Capitão, e os lançou fora: e de como mataram Juzarcão.

Chegado o Capitão aos baluartes, e vendo o perigo, e a crueza da batalha, e as maravilhas que os nossos faziam, levantou a voz pera os animar, dizendo: «**Ah senhores Fidalgos, Capitães, e Cavalleiros de Christo, fazei-vos hoje acabar de conhecer a estes bárbaros, porque não queiram provar mais vosso ferro: fazei que este dia do bemaventurado Apostolo Santiago seja muito ditoso, e glorioso á vossa nação; aqui me tendes comvosco por companheiro em vossos trabalhos. Ah senhores, demos nestes inimigos da fé de Christo, e deitemo-los fora**». E querendo passar adiante, o detiveram todos, não consentindo que se puzesse em lugar de perigo. E cobrando todos novo animo, e rebentando de furor, remettêram aos inimigos, e com morte de muitos deram com elles dos muros abaixo.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. II, Cap. VI

16. De como Rumecan mandou minar o baluarte S. João: e do ardil de que usou de huma falsa espia pera segurar os nossos: e de como arreventou o baluarte: e da morte de D. Fernando de Castro, e de outros Fidalgos, e cavalleiros.

D. João Mascarenhas, que estava no baluarte S. Thomé, vendo aquelle termo, não lhe pareceo medo; mas logo entendeo que aquillo era ardil pera darem fogo a alguma mina, e mandou dizer a D. Fernando de Castro, que se recolhesse com todos, e deixasse o baluarte, porque entendia que estava minado, e que aquelle affastar dos inimigos era pera darem fogo. Com este recado se começaram a sahir alguns, o que visto por Diogo de Reinoso, disse alto: «**Não ha Deos de permitir que por medo algum commettam Portuguezes fraqueza, e que se diga no mundo, que com temor da morte largaram o lugar que sustentavam. Póde bem ser seja isto ardil pera cuidarmos que querem dar fogo a algumas minas pera nos affastarmos, e elles terem lugar de entrarem, e ganhar este baluarte, o que será causa de se perder esta fortaleza. Por isso, senhores, vede o que fazeis, não desampareis este baluarte que he d'ElRey; e se a ventura nos tem aqui guardado nosso fim, não queiramos mais ditosa, nem mais honrosa morte: e affirmo-vos que o que se sahiir daqui, o hei de pregoar por fraco, e covarde**». Com estas palavras se detiveram todos, e tornaram alguns dos que se tinham ido.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. II, Cap. IX

17. De como os Mouros commettêram o baluarte S. João: e do grande valor, com que sínco homens o defenderam: e de outras cousas.

E como andava pela fortaleza huma voz que o baluarte era perdido, desampararam alguns Capitães as estancias, e foram-lhes acudir; e ao mesmo tempo chegou o Padre Vigairo com hum Crucifixo levantado em huma hastea, e entrou pelo baluarte com aquella Divina bandeira de nossa redempção arvorada, e pondo-se no meio de todos, levantou a voz, dizendo: «**Ah Cavalleiros de Christo, aqui tendes a figura de vosso Deos, que vos não ha de desamparar: aqui o vereis com as mãos, e os pés cravados, e lado aberto derramando seu preciosíssimo Sangue por vosso resgate: derramai vós tambem o vosso agora pelo resgatar a elle, porque não vá ter a poder de seus inimigos. Pelejai, valorosos Portuguezes, e defendei vosso Deos, que elle está**

comvosco nestes trabalhos pera vos ajudar a defender. Aqui o tendes, ponde os olhos, e o coração nelle, porque delle vos ha de vir o esforço contra vossos inimigos». E assim se apresentou diante do mor perigo. Os que estavam accezos na batalha ouvindo a voz, levantando os olhos, que viram o Crucifixo arvorado, bradando por misericórdia, remettêram com os inimigos como leões bravos, e lançando-se no meio delles, fizeram tão grande estrago que foi espanto.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. II, Cap. X

18. De como D. João Mascarenhas por desconfiança sahio aos inimigos, e lhes ganhou as primeiras estancias, e a parede, e os commetteo no campo, onde foi desbaratado, e morto D. Francisco de Menezes, e outros fidalgos.

O Capitão com o guião de Christo, que hia hum pouco atrás, chegou ás paredes hum espaço pequeno, depois de D. Alvaro de Castro, e D. Francisco de Menezes estarem já da outra banda, e achou os principaes soladados do motim embaraçados nas paredes, e sem as ousarem subir, porque dêes que viram a grossura, e altura dellas, ficarão pasmados. Elle vendo-os assim, chegou a elles, dizendo: **«que he isto, ousados, e atrevidos nas palavras, e tão tímidos, e covardes nas obras? Que do vosso brio, e arrogancia, ou pera melhor dizer, o vosso mal considerado esforço? Como não subis estas paredes? Que medo he o que vos ata as mãos, tendo ha pouco a língua tão solta? Segui-me que eu vos guiarei aonde estão os inimigos, e quero ver se os achais tão fracos como dizeis».** E commettendo as paredes, as subio, seguindo-o todos mais por vergonha, que por vontade (bem arrependidos do que tinham commettido).

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. III, Cap. VI

19. De como D. João Mascarenhas por desconfiança sahio aos inimigos, e lhes ganhou as primeiras estancias, e a parede, e os commetteo no campo, onde foi desbaratado, e morto D. Francisco de Menezes, e outros fidalgos.

Os seus tanto que souberão daquella desaventura, começaram a se pôr em desbarato. Vendo elle a desordem com que alguns se recolhiam, acudio a isso, dizendo: **«Que he isto, soldados, que vergonha he esta? Como arriscais assim a fama Portugueza por hum pequeno temor da morte? Aonde vos ides? Esperais de vos salvar, deixando o vosso Capitão no campo? Tornai, valorosos cavalleiros, e segui-me que hoje avemos de alcançar huma famosa vitoria».** E com isto voltou a ter o encontro aos inimigos, que carregavam sobre elles, como homens vitoriosos.

Diogo do Couto, , Década VI da *Ásia*, Liv. III, Cap. VI

20. De como o Governador D. João de Castro sahio da fortaleza, e commetteo as estancias dos inimigos: e do muito primoroso, e honroso desafio que tiveram Dom João Manoel e João Falcão: e de como os nossos ganharam as estancias: e dos grandes, e espantosos casos que aconteceram a alguns Portuguezes.

Vendo o Governador o risco, e perigo em que estava, e que os seus parecia que afracavão, adiantou-se com huma adarga embraçada, e huma formosa, e larga espada na mão; e pondo-se diante de todos, lhes disse: «**Ah fortes, e esforçados Portuguezes, hoje he o dia que vosso nome ha de subir por todos os passados; não receeis cousa alguma, passai adiante, que aqui está o vosso Governador diante de vós offerecido aos mesmos riscos, e perigos; segui-me, e fazei o que eu fizer**». E chegando á bandeira, achou já o Alferes em pé muito mal tratado dos tiros, e arremessos com que lhe deram, e levando-a diante, appellidou o Apostolo Sant-Iago, e começou a subir os vallos.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. IV, Cap. I

21. De como o Governador D. João de Castro apresentou batalha aos inimigos, e da crueza della, e de como os desbaratou, e ganhou a Cidade com morte de Rumecan, e cativoiro de Juzarcan

E como o Custodio andava diante de todos animando-os, e esforçando-os, permittio o Senhor, por dar mor animo aos seus, que daquelles números infinitos de pedras que cahiam sobre todos, acertasse huma em hum braço do Crucifixo, que lho quebrou todo; e vendo assim o Custodio, levantou a voz, e começou a dizer:

«**Ah Cavalleiros de Christo, vedes aqui a Imagem de nosso Deos ferida, e escalavrada diante de vós; que fazeis que não vingais tamanha ofensa, e injúria, feita a hum Senhor, que vos remio pelo seu precioso sangue? Segui-me, filhos meus, e Cavalleiros Christãos, vamos vingar nosso Deos**»; e com isto remetteo com os inimigos, bradando por Christo. Ouvindo todas aquellas palavras, alevantando os olhos, que lhe viramo braço dependurado do cravo pela mão, clamando todos a grandes brados, misericórdia, misericórdia, arrebentaram com aquella furia, que lhes fazia levar o desejo de satisfazerem, e vingarem aquella injuria feita ao Senhor.

Diogo do Couto, Década VI da *Ásia*, Liv. IV, Cap. II

22. Que dá conta dos capitães, que entraram pelas terras de Damão: e de como García Rodrigues de Távora, Capitão daquella fortaleza, os foi buscar, e os desbaratou.

E sendo já perto, dispararam os seus bombardeiros huma somma de bombas, que se foram desfazer entre os nossos, de que derribaram sete, e entre elles foi o Padre de S. Domingos, que levava o Crucifixo, que logo alevantou hum soldado muito animoso, a que não soubemos o nome; e chamando pelo Nome de Jesus e do Apostolo Sant-Iago, foi passando avante até se metter em meio dos inimigos de pé, com quem já os nossos começavam a pegar, e a espingardaria a laborar de huma e de outra parte. E neste conflicto deram huma espingardada no braço do Crucifixo; ao que o soldado que o levava, levantou a voz, dizendo: «**Aqui, Cavalleiros de Christo, vingemos a affronta, que seus inimigos fizeram á Imagem de nosso Deos e Senhor**». E alevantando todos os olhos, vendo a Christo dependurado de hum braço, e com o outro quebrado, accenderam-se em tamanha ira e furor, que pareciam leões, e como taes se metteram em meio dos inimigos, fazendo nelles grandes estragos.

Diogo do Couto, Década VII da *Ásia*, Liv. X, Cap. VIII

23. Do que conteceo a Martím Affonso de Mello na viagem de Melinde: e de como destruiu as Cidades de Ampaza, e Mombaça.

A este tempo vinha entrando o Capitão Mor pela banda do certão, sem achar com quem pelejar, porque estava todo o poder desta parte; e achando os Mouros, que hiam fugindo de Simão Brito, os fizeram voltar com grande ímpeto; mais de mil tornaram a dar nos que hiam victoriosos com tão grande fúria, que puzeram os nossos quasi em desbarato, e se começaram a espalhar, e recolher de má feição. Vendo Simão de Brito tão supita, e desordenada mudança nos seus, tirou o murrião da cabeça, e como doudo de ver aquelle desmancho, começou a gritar: «**Ah Senhores Fidalgos, e Cavalleiros, como assim quereis perder huma honra, que tendes ganhado á força de vossos braços? Como assim quereis desamparar estas cans?**» E com huma desesperada determinação se arremeçou entre os Mouros, e fez entre elles taes maravilhas que foi espanto; e voltando muitos ao ajudar, o acharam ferido em meio dos inimigos, fazendo tamanho estrago, como um leão magoado; e dando de refresco aos Mouros, os puzeram em desbarato.

Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. IX, Cap. I

24. De como a Cidade de Jor foi entrada; e do grande e perigoso conflito em que os nossos se viram; e dos casos que passaram até os inimigos serem de todo vencidos e despejarem a Cidade.

Neste passo houve alguns que bradaram que dessem logo á Cidade, o que o Capitão Mor ouviu, e bradou alto: «**Avante, Cavalleiros, ganhemos esta victoria por nossos braços: não queiramos que a gloria della nos leve o fogo**»; e com isto foi dando alguns passos adiante, e ferindo nos inimigos, aos quaes não havia força humana que fizesse mover, porque estava a rua massissa.

Diogo do Couto, Década X da *Ásia*, Liv. IX, Cap. XI

25. Do que succedeo aos que desembarcaram em Cunhale: e de alguns casos notáveis que allí passaram até se desbaratarem por si mesmos.

A este tempo sahio do baluarte de sobre a barra hum esquadrão de Mouros, que vinham em favor dos seus; e correndo a voz de *Mouros, Mouros*, foi tão grande o desmancho dos soldados comuns, que andavam espalhados, que perto de cento e sincoenta delles se acolheram pera debaixo das galeotas, que estavam varadas dos inimigos á borda do rio, sem verem, pelos não deixar o medo com que hiam, quão perigoso era o lugar que escolhiam; porque mais seguro lhes era fazerem-se em hum corpo, e pelejarem em defensão de suas vidas, quando por honra o não quizessem fazer, ou pela Fé de Christo, que eram respeiros que os engradeciam mais.

Os nossos que estavam derredor da mesquita, vendo recolherem-se aquelles fracos soldados pera os navios, bradaram que os fossem alguns fazer recolher, onde todos estavam, pera juntos resistirem aos inimigos: ao que foi Sebastião Botelho, e com elle hum Padre de S. Francisco, que se chamava Fr. Francisco Baptista da Recoleta dos Descalços, que já fora cativo em Cunhale, e começaram a persuadillos que se fossem ajuntar com os que estavam na mesquita, lembrando-lhes que eram Portuguezes, e que não quizessem abater e afrontar sua nação, que tão temida fora sempre em todas as partes do mundo. A voltas disto alevantou o Padre no ar hum devoto Crucifixo, e lhe disse: «**Eia, soldados de Christo, e esforçados cavalleiros, segui este Capitão, e esta sua bandeira, que certa está a vitoria em quem á sua sombra quizer pelejar**». Com esta exhortação se foram os soldados sahindo de debaixo dos navios,

como homens que queriam seguir tão formoso estandarte; e cuidando o Sebastião Botelho, e o Padre Fr. Francisco Baptista, que vinham apos elles, começaram a andar; e virando pera trás, os viram lançar todos ao mar pera se passarem á outra banda, não lhes deixando ver sua covardia, que se fugiam de huma morte, hiam dar em outra mais afrontosa, e de mor vitupério; e que já que haviam de morrer, fazendo-o com a espada na mão, ficavam vivendo no Ceo por gloria, e na terra pela fama que de si deixavam; e assi arriscaram todos as vidas, e não sei se as almas, por tomarem morte por suas próprias vontades, e destes se affogaram a mor parte.

Diogo do Couto, Década XII da *Ásia*, Liv. II, Cap. VII

26. Do que succedeo aos que desembarcaram em Cunhale: e de alguns casos notáveis que alli passaram até se desbaratarem por si mesmos.

O Padre Fr. Francisco Baptista andou sempre com o Crucifixo alevantado no meio da briga animando os nossos, e pedindo a Deos misericordia; e vindo hum pelouro de espingarda encaminhado por vontade de Deos, deo em hum braço do Crucifixo, e quebrou-lho, ficando dependurado pelo outro. O que visto pelo Padre, alevantou a voz, **dizendo: «Ah cavalleiros de Christo, vingai esta affensa feita a vosso Deos pelos mores inimigos que tem, e ha do seu Santo Nome»**; e abraçando-se com o Crucifixo, dizendo muitas lastimas, e derramando muitas lágrimas pelo ver assim tão mal tratado, e abraçado com elle, o mataram.

Diogo do Couto, Década XII da *Ásia*, Liv. II, Cap. VII

27. De como cem homens portuguezes se alevantarão pera se hirem pola terra dentro em busca do Preste, os quaes forão todos mortos polos mouros; o que sabido em Maçuhá ouve grande ounião na gente e o que fez Manuel da Gama.

Os mouros, vendo tal desmando e que os tinham á sua vontade, dessimulando com elles tomavão as espingardas, e as lanças, e espadas, gabandolhas, e fazião que as estavam olhando, e sendo apoderados da mor parte das armas derão com ellas nos portuguezes, matando e ferindo n'elles quanto podião. Ao que o Rey bradou que nom pelejassem, e se entregassem e que os nom matarião; que elles assy o fizerão forçadamente, porque nom tinham com que pelear, e os que pelejavão, que tinham armas, erão poucos e se entregarão. Mas huns catorze homens, valentes cavalleiros, vendo que os outros s'entregavão, bradarão com elles fortemente assy na peleja em que andavão, **dizendo: «O homens mal aventurados! Porque vos entregaes a trédores arrenegados? Morrey como homens, porque depois vos hão de matar com fortes justiça»**. Estes catorze homens pelejarão ás lançadas e cotiladas até que todos forão mortos.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1541, Cap. XXVII

28. De como o Governador per sua boa ordem sayo da fortaleza menhá crara, e cometeo as muralhas do arrayal á escalla vista, e as entrou e venceo, e pôs em fogida os mouros, e os nossos forão após elles até serem deitados fora da ilha; e como tudo passou.

Mas vendo os mouros já tornada a alevantar a bandeira todos tiravão ao alferes com setas e espingardas, polo derrubar, como a bandeira de todo fosse apagada; e assy muyto

ferião aos nossos que estavam per cima das paredes e tranqueira, onde o Governador logo sobio, e o frade com a cruz diante d'ele, bradando a grandes brados, dizendo: «**Ó fies christãos, olhay pera Christo, vosso capitão, que vay diante, e por vós morreo n'arvore da cruz! Aquy vay comvosqo. Ajuday, que elle vos promete vitoria**». Onde n'este instante que o frade sobia a tranqueira, per acerto veo hum pilouro d'espingarda que quebrou hum braço do crucifixo: o que Deos quis que vissem muytos. Ao que o frade alevantou grandes clamores, dizendo: «**Ó irmãos e filhos de Christo, olhay a offensa que lhe he feyta por estes infiés! Morrer, morrer por vosso Jesu Christo!**» Na qual ora, polo querer de Nosso Senhor, se acendeo nos corações dos homens hum novo esforço, com que todos muy denodadamente entrarão a tranqueira e paredes, que ás lançadas fizerão afastar os mouros do pé das paredes; onde o Governador bradando Santiago, saltarão abaixo dentro no arrayal com os mouros.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1546, Cap. LXIV

29. Como o Acedecão se tornou á obediência do Idalcão, e da guerra que ouve com os nossos pera que se tornassem as terras.

O que sabido em Goa, o capitão se fez prestes, e passou além com cento e cincoenta de cavallo, casados dos melhores de Goa, bem armados, e quatrocentos portuguezes de pé, lanceiros e ametade espingardeiros, e oitocentos homens da terra, frecheiros e adargueiros, bons homens da guerra, com que foy em busca do turqo; e entrando no campo em que estavam os mouros pôs em ordem a gente, com adargueiros diante escudando os espingardeiros e lanceiros que hião detrás, e elle em huma az com todos os de cavallo, com a sua bandeira real e trombetas. Ao que o turqo tambem se concertou com sua gente, vindo pera os nossos com suas gritas e tangeres, deitando grão numero de frechas, e virotões de fogo, e bombas de ferro, que correm polo campo com muyta furia e estrondo; o que pôs tão supito medo nos nossos que nom fizerão mais que desparar as espingardas que levavão carregadas, virando as costas a fogir. O que vendo o capitão bradou Santiago, e toqando as trombetas arremeteo aos mouros; o que elle fez só com doze que o seguirão, porque os outros todos voltarão fogindo, como fazião os de pé; com que o capitão, vendo que lhe fogaão, bradou: «**Ah, rapazes, avey vergonha, que vosso capitão, só, vay a morrer, e livrar a bandeira, que está cerquada de mouros!**» A qual tinha hum homem de pé, valente cavalleiro, chamado Thomé Rodrigues, que tinha a bandeira com a mão esquerda fincada no chão, e com a espada pelejava, que nenhum mouro lhe ousava a chegar.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d'Andrade, ano de 1535», Cap. LXV

30. Da chegada do Governador a Goa, onde logo lhe veo mensagem do Acedecão sobre a guerra da terra firme; e o que se fez de novo.

O Governador mandou passar dom João Pereira com gente de pé espingardeiros, e homens de cavallo, e que os repartisse polos lugares que comprisse. Onde andando ouve recontros com os mouros e fortes escaramuças, em que os mouros ganharão o campo, por serem muytos e bons guerreiros, e cobrando grande esforço se ajuntarão grão numero de mouros pera dar batalha ao capitão em hum campo, com grandes estrondos e gritas, e cometerão os nossos com tanto esforço, e por tantas partes, que os nossos voltarão fogindo todos, de pé e de cavallo, até se colherem onde estava o capitão, bradando todos que se recolhessem o melhor que pudessem, porque nom podião defenderse de tantos mouros como vinhão sobr'elles. Mas o capitão, vendo a desposição

da terra, que era de maneira que se nom podia recolher sem receber muyto mal, pôs sua esperança em Deos, e recolheo a gente, e lhe falando e esforçando ordenou pera dar batalha; mas todos bradavão que tal nom fizesse. Elle dixe: «**Nós estamos nas mãos de Deos, que com sua misericórdia nos ajudará contra seus imigos. Melhor é morrer pelejando que fogindo; e por tanto, quem quiser faça o que eu fizer**». E mandou tanger as trombetas, com seu guião diante, evocando Santiago, rompeo por entre os mouros. O que todos assy fizerão, porque virão que nom tinham salvação.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXXIX

31. Como Luiz de Brito alevantou o estendarte Real.

Mas, porque o campo andava já de todo desordenado, nem se viaõ bandeiras, nem os soldados acodiaõ a ellas, andava toda a gente errada, sem saber o caminho que havia de seguir, nem a que esquadraõ se havia de acostar, principalmente por o estendarte real não aparecer, por dom Luiz de Menezes, alferes mor, haver perdido o cavallo, em que o trazia arvorado; mas, posto que cahisse entre muitos imigos, antre os quaes estava cercado, e a que não podia resistir, abraçado com o estendarte, com brados cheos de zelo da honra das insígnias reaes, dizia a altas vozes: «**Defendei, senhores, a bandeira delrei**». Repetindo muitas vezes estas palavras, Gonçalo Ribeiro Pinto, capitão dos gastadores, que alli se achou, com animo aceso de esforço se poz diante do alferes mor com espada e rodela, a defende-lo valerosamente até ser oprimido dos imigos.

António Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. LXXVIII

32. A qual não podendo elles sofrer, receando serem seguidos dos Portugueses, que já adiante ião victoriosos, forão todos desbaratados, e hūs fugindo se acolhião a Aljezira, outos descião ao mar onde estava el Rei Hali Boacen, com a maior força de gente. O qual vendo que ja el Rei de Granada ia fugindo del Rei de Portugal, anojado por isso, mas não desconfiado, valuendose aos seus, em altas vozes dizia: «**Olhae aquelle covardo del Rei de Granada, que vai fugindo del Rei de Portugal**». E animandoos, lhes dizia, **que Deos, para mais sua honra, quisera que fosse assi, para outrem não levar a gloria da victoria senão os seus, que nascerão para sempre vencerem, como dava testemunho o senhorio de toda a Africa**. [...] E assi se dobrou entre elles a furia da peleja, que dos Mouros foi feito hum grande estrago. Hali Boacen, vendo que não lhe sucedia bem a seus desejos, mas que a cousa se ia inclinando a sua perdição, já como desesperado, se pôs em meo dos seus, que ainda erão muitos, a que em altas vozes fez hũa falla, **acusando sua fortuna, e mal dizendo sua velhice, chamandolhe desonrada, e mais que de nenhum outro homem abatida**, arrancando com isto muitos cabellos de sua grande e branca barba, e ferindo com bofetadas seu rosto, cheo de Real autoridade, para mais animar os seus.[...]

Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom Afonso IV*

33. Faz el Rey de Portugal falla, animando os seus soldados; da-se a batalha de Aljubarrota.

[...] El Rey quando vio a vanguarda rota e o Condestabel em tamanha pressa, abalou rijamente com sua Bandeira Real, dizendo em voz alta: «**Senhores, avante, S. Jorge, Portugal, que eu sou el Rey**». (Isto dizia el Rey, porque té entãõ, dizem, que os Príncipes, nem outros cavaleiros usavaõ trazer cotas de armas, por as quaes fossem conhecidos nas batalhas). [...]

Duarte Nunes de Leão, *Crónica del Rei Dom João I*, Cap. LVIII

34. Como o Xarife velho rebellou, e o Xarife sei irmão o reduzio, e tornou a tomar o reino de Fez.

Começada a batalha com ânimos obstinados de morrer ou vencer, lidando cada hum pela vida e honra e reino, esforçavão aos seus soldados **ora com palavras cheas de esperanças de victoria, ora com exemplos de esforço** pera os animar a não afrouxarem, e ferindo-se com ódio capital, veo a victoria a inclinar-se pouco a pouco ao Xarife, ficando senhor do campo com desbarate do exercito e morte do rei de Fez, o qual acabou sete mezes depois de ser alevantado rei.

António de Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XX

35. Como se deo batalha entre os do Xarife, e os do rei de Argel.

Dogali, mourisco de Granada, em quem o Xarife muito confiava, sendo capitão de mil e quinhentos infantes, tendo já tratada a treição, como vio a briga travada, se passou com toda sua gente á parte dos turcos, com a qual mudança os mouros não ficarão quebrados nem alterados, e como se não acontecera, continuarão com a batalha, a qual andando envolta com igual sorte por hum grande espaço, sem fazer declaração a alguma das partes, se perfiava com igual desejo d'alcançar victoria. Todavia instando Alimoxecra, general do campo, e animando os mouros, lhes deo muito alento e carregarem sobre os turcos dizendo: «**Ah! Cavalleiros africanos, estas empresas tão honrosas, e victoria tão esclarecida vos sei eu metter nas mãos; minha he a grangearia, e vosso he o valor: não se vos vá da mão a ditosa occasião, nem vo-la escondão as trevas da noite; concluí, concluí a victoria, que já rendem as armas e os espíritos, e poem sua salvação na fugida, e na sorte da noite**». Com isto carregaraõ sobre os turcos com mais contínuos e pesados golpes, sem lhes darem alento a se defenderem: ao quais como viraõ a determinação dos mouros, com mais forte resistência e mais impetuoso comettimento, do que esperavaõ, começaraõ a affrouxar de sua bizaria e furor, e com isto começaraõ a retirar-se.

António de Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVI

36. Como se deo batalha entre os do Xarife, e os do rei de Argel.

O visorei de Argel, como valeroso capitão, não perdendo o animo no meio daquelle perigo, acudindo a todas as partes, onde via necessidade socorria com maravilhosa destreza, e pondo-se diante dos que fugião, lhes disse: «**Que vergonha he esta, soldados? Que costume tão sesusado, que fugis da victoria e dos vencidos? Ou tornai a traz, ou deixai-me morto diante de vós, por não terdes vivo hum tão severo acusador de vossa cobardia. Não sois vós os genisaros espanto do mundo: não sois vós os vingadores das offensas publicas; pois hides assombrados das immundices de Berbéria, com vergonha fugida. Restaurai, com esses espíritos antigos, e com esses corpos feitos pedaços, a reputação humana, e não deis materia de riso a estes fracos imigos**». Mas os turcos, tendo mais conta com a fugida que com a vergonha dos Mouros, que carregavaõ sobre elles, não puderão al fazer senaõ largar e perder a bagagem e as bestas de carga, e por ser já muito de noite, e os Mouros estarem muito cançados, não seguindo a victoria que se lhes começava a metter nas mãos, tiveraõ os turcos tempo de tomar conselho, com o qual se fizessem fortes com trincheiras, a que tambem as trevas da noite ajudavaõ defender, até pela manhã ou se renderem, ou cometterem algum honesto partido, por terem perdido a esperança da saude.

António de Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXVI

37. Da falla que o Xarife fez a seus soldados, e da batalha que houve entre elle e o Maluco.

O Maluco, que sabia bem pelear, e melhor vencer, quando vio os imigos, mostrando-lhe as costas nuas de armas, e os rostos cobertos de vergonha, então com nova determinação, se pôz no alcance, matando e ferindo, por concluir a victoria, antes que lhe escapasse das mãos, e hia dizendo aos soldados: «**Reprimi, reprimi, por amor de mim, o rigor das armas nesses vencidos, basta atardes-lhes as mãos fracas, e descobrires-lhes os rostos envergonhados de sua rebelião e fugida, que eu com minha grandeza acabarei de lhes render esses animos ingratos**». Vendo-se o Xarife desbaratado, com cincoenta de cavallo, que o seguirão, se recolheo a Marrocos; mas Mulei-Maluco, não lhe dando tempo de repousar, na mesma noite lhe mandou Mulei-Hamet, seu irmão, nas costas, que o seguisse até Marrocos.

António de Vaena, *Crónica de El Rei D. Sebastião*, Cap. XXIX

38. Como El-Rei D. Affonso Anriques e os seus escalaram a Villa de Santarem, e foi entrada, e tomada.

D. Mendo nesta afronta bradou chamando em ajuda Santiago Patrão de Espanha: e El-Rei tambem do pé do muro, altas vozes acodio: «Santa Maria Virgem Bemaventurada, e glorioso Apostolo Santiago acorre-nos». Bradando aos seus, que eram em cima do muro: «**Matai-os; andem á espada todos, que não fique nhum**, e os que sobiram, apartaram-se logo pelo muro, em duas partes peleijando cada um com os Mouros que vinham.

Duarte Galvão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Cap. XXXII

39. De como o viso-rei alcançou perfeita vitória dos imigos deitando-os fora do campo.

O viso-rei, vendo fugir os mouros, foi seguindo a vitória, fazendo tal destruição neles que parecia estar escurecendo todas as outras vitórias dos capitães passados. Os mouros que estavam guardando a estância do baluarte de Diogo Lopes de Sequeira, como viram o desbarato dos seus, deixaram a estância e se foram ajuntar com eles, porque assim o mandara Rumeção, parecendo-lhe que com este novo socorro fizesse deter a sua gente, mas, como os imigos estivessem mui escandalizados dos nossos e tivessem experimentado em si a nossa fúria, nenhuma cousa houve que os fizesse deter nem esperar, porque o viso-rei de sôfrego da vitória, nenhuma maneira de descanso lhes dava, antes andava como um leão feroz matando e ferindo os mouros mui animosamente, outras vezes dizendo aos soldados **que soubessem seguir a vitória que Deus lhes dava, a qual havia de ser a mor que nunca se no mundo visse, e que só para eles fora guardada aquela honra, que eles haviam de estimar por cima de todas as riquezas da vida**. Acabando de os animar com estas palavras tornou outra vez a dar «S. Tiago» dizendo: «**Cavaleiros animosos, fogem os mouros, apertemos com eles, não lhes demos lugar a que olhem para trás e vejam quão poucos somos! Façamo-los fugir apressadamente sem nenhuma maneira de ordem nem concerto**»! Com isto arremeteram os nossos a eles com tão grande ferocidade e braveza que, apesar de Rumeção, fizeram fugir assim aos que tinham vindo do baluarte de Diogo Lopes, como aos que tinham experimentado a grande fúria dos portugueses.

Fernando de Castro, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Cap. XLVI (IV Parte)

40. De como os nossos desembarcaram na cidade de Jor e a cometeram, e de como a entraram; e da espantosa e duvidosa batalha que dentro nela tiveram com os inimigos e dos casos que nela sucederam

E, juntos assim, se determinaram com os nossos, que, como homens oferecidos a morrerem, se metiam pelas lanças e chegaram à espada e às punhadas, e assim se travou ali uma batalha a pé quedo, e de rosto a rosto, muito cruel e arriscada. Mas, como os inimigos eram tantos, apertaram de feição com os nossos que começaram a se desordenar. O Capitão-mor vendo aquilo, e entendendo que não estava em mais perder-se que em começar a desconcertar-se, arrancando de uma formosa espada lançou-se no meio dos inimigos com ela levantada em alto, dizendo: «**Aqui, cavaleiros de Cristo, aqui! Ah, cavaleiros, segui-me, porque aqui está o caminho da vitória**». E com aquele furor deu em os inimigos, aos quais fez bem sentir os fios da espada. Vendo os capitães, e todos os mais a seu capitão-mor naquele risco, rompendo como leões por tudo, foram-lhe por diante, e ali obraram tão altas cavalarias que foi espanto, fazendo nos mouros tal estrago que, de o não poderem sofrer, se foram recolhendo para o palmar.

Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Cap. XXV

41. De como os inimigos derão hũ combate à traqueyra, e de como forão desbaratados.

[...] E depois disto ceirão e toda a noyte foliarão, e fizera muyta festa por dar a entêder aos inimigos que os nam tinham em cota; cujos capitães ante manhã se começaram de poer em ordem pera dar ho combate; de modo que manhã crara abalarão pera a nossa tranqueyra com grandes gritas levado suas balas diante que erão tâtas que quasi ocupavão outro tanto espaço como ho da tranqueyra; e com cada hũa delas vinhão dous homens que as rolavão, e detrás vinha toda a gente emparada com elas. [...] Os nossos que ja estavam pretes poserão fogo a seus tiros, e ho primeiro foy hũ camelo cõ que lhe ho capitão mandou tirar, cuydando que arrõbasse a bala em que desse; mas não foy assi, porque ho pelouro com quam grosso era embaçou nela ho que deu tanto prazer aos inimigos que levantarão grande grita, que parecia que fendia ho ceo e fazia tremer a terra. E este embaçar do pelouro teve tanto poder que sentio ho capitão em algũs dos nossos que desacoroçavão de se poderem defêder. E disselhes bradado: «**Homês de que desconfiaes, têde muyta fê em deos que não vos livrou tâtas vezes das armas destes cães quando passaveis per meo deles a tomar agoa pera vos desemparar agora**». E dizendo isto supitamête lhe lembrou que estava na fortaleza hũ tiro de metal chamado serpe, que era mais furioso que ho camelo; e mandou logo por ele; porque se mais tardara este remedio, os inimigos ouverão demparelhar com a cava, e os nossos ouverão de passar perigo. [...]

Fernão L. Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. XLVII

42. Dos repairos e defensas que de uma parte e outra se fizeram. E de algumas coisas particulares, e das vezes que os nossos saltaram os inimigos.

Aos dezasseis dias de Outubro, pela manhã, trabalhando Gonçalo Falcão no seu baluarte de danar aos inimigos com artilharia – ainda que os lugares do curso dela estivessem cegos e desabrigados, sendo ele o primeiro que calhava à bombarda, e, com ser o dianteiro, dava ânimo a seus companheiros, que mui escandalizados dos tiros dos seus inimigos receavam de se descobrir, sem o qual não se pode conseguir ofensa que, contra os contrários, se pretende – foi de um pelouro de espera ferido na cabeça.

Lopo de Sousa Coutinho, *Livro primeiro do cerco de Diu*, Livro II, Cap. II

1.2.1. Arengas femininas

43. De como as outras duas batalhas commetêram o baluarte: e dos casos, que aconteceram a alguns dos nossos: e de como os inimigos se retiraram desbaratados.

Isabel da Veiga, e Anna Fernandes, cujos annos e idades eram já mais pera repouso, que pera aquelles trabalhos, subidas ambas ao baluarte, mettidas no meio dos que pelejavam, alevantando as vozes esforçavam a todos. Aqui Anna Fernandes com hum fervor christianissimo, arrancou de um devoto Crucifixo, e arvorando-se ao ar, disse: «**Ah filhos, que aqui tendes quem vos ha de dar a vitoria: ponde os olhos neste Senhor, que delle vos ha de vir todo o socorro: pelejai, Cavalleiros de Christo, esforçados Capitães, e soldados seus, com muita confiança contra vossos e seus inimigos, que aqui tendes convosco aquelle, que defende, e guarda todas as Cidades, e lugares daquelles, que pelejam por sua Fé Sagrada, e Catholica**». Isabel da Veiga tambem pela sua parte fazia outro tanto, tão seguras ambas, e confiantes, que nada lhes dava dos pelouros, e das frechas, que lhes hiam zonindo pelas orelhas.

Diogo do Couto, *Década V da Ásia*, Liv. V, Cap. II

44. De como os Mouros commettêram o baluarte S. João: e do grande valor, com que sinco homens o defenderam: e de outras cousas.

O esquadrão feminino desamparando as casas, se foram ao baluarte pera nelle morrerem em companhia daquelles esforçados defensores, e dos caros consortes que alli tinham, levando sobre suas cabeças pólvora, pedras, e outras cousas pera offenderem aos inimigos, mettendo-se no meio dos que pelejavam com ânimos varonis, e animando aos que pelejavam. A boa Isabel Fernandes com huma chuça nas mãos se metteo no meio daquelle conflicto, dizendo: «**Ah filhos, pelejemos pela Fé de Christo, e mostremos a estes inimigos della que temos Deos por nós que nos favorece**».

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. II, Cap. X

45. De como veo catur de Dio ao VisoRey, que contou o grande aperto em que estava a fortaleza, que na gente d'armada fez grande alvoroço e ounião, porque o VisoRey nom acodia. E outro grande combate que se deu á fortaleza polo mar e pola terra.

N'este ensejo veose meter antre a gente huma molher portuguesa, per Nome Anna Fernandes, casada com hum bacharel de medicina, a qual trouxe nas mãos hum retavolo da imagem de Nossa Senhora, bradando: «**Ah! Senhores, olhai que Nossa Senhora**

vos vem aquy secorrer, e ajudar com seu bento filho, per quem vós pelejaes. Esforçay, filhos de Jesu Christo, que elle he comvosco!» E posto que estas palavras nom erão muyto ouvidas, mas vendo a imagem de Nossa Senhora, cobrarão tanto coração que arremeterão com os rumes tão fortemente que os fizeram tornat atrás.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVIII

46. De como veo catur de Dio ao VisoRey, que contou o grande aperto em que estava a fortaleza, que na gente d'armada fez grande alvoroço e ounião, porque o VisoRey nom acodia. ¶ outro grande combate que se deu á fortaleza polo mar e pola terra.

Huma molher casada com hum Rafael Lourenço, que primeiro fora turqua, se vestio nos vestidos de seu marido, e pôs huma espada na cinta e hum capacete na cabeça, e com huma lança nas mãos se foy ao muro onde estava seu marido, dizendo: «**Senhores, agora vereis pera quão pouco são estes perros; que eu sey quem elles são, que nacy antre elles, e aquy me veres com elles**».

47. Outra molher portuguesa, chamada Catharina Moreira, em trajos d'homem, com huma chuça nas mãos se foy onde os nossos estavam pelejando, dizendo: «**A elles! A elles, senhores, que são infiés á fé de Christo, e cães, e vós sois portugueses tão nomeados; que nunca os bons forão vencidos, e assy agora sereis vencedores**». E n'isto lhe derão huma espingarda polas costas, que a derribarão. Ella se tornou logo a levantar, dizendo: Nom he nada. E se foy curar. Certamente que as milheres da terra, e portuguesas que estavam na fortaleza, todas são dinas de onorosa fama, porque sem duvida sua ajuda foy grande no trabalho corporal, no acarreto da pedra, e barro, e terra, e agoa que tiravão do mar, com que se amassavão os entulhos dos contramuros; e então moer e amassar, e fazer todolos comeres que podião, que levavão ao muro aos que pelejavão e vigiavão.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, Ano de 1538, Cap. XVIII

48. Do grande e aturado combate que os Turcos deram à fortaleza, e da gente que da nossa parte morreo.

Ana Fernandez de quẽ fiz mençam a esta hora sobio ao muro levando em suas mãos hũ devoto retavolo, da fegura de Christo nosso salvador: e chegando aos que defendiam, descobrindoo, de hũa toalha, erguendoo bradou muy alto dizendo: «**O cavaleyros Christãos, esta he a fegura, daquelle que sem nos ter nenhũa obrigaçam, mais que a da sua misericordia, quis padecer mais do que todos juntos, ay morrendo podereis sentir: pelejay e esforçadamête tendo a elle por ajudador, que o que morrer tem muy certa a gloria, e o que viver merecimento ante elle, e honrra ante ho mundo: que pera ho covardo eu soo abasto pera ho apregoar**». E assi bradando e esforçando a todos, nam se tirando do lugar da peleja, prevalecia e convocava a todos: e o caya morto ajudavao a affastar: e ao ferido apertava a ferida: e se era pequeno dizialhe que tornasse a pelejar que nam era nada.

Lopo de Sousa Coutinho, *Livro Primeiro do cerco que os Turcos puseram à fortaleza de Diu*, Liv. II, Cap. XVIII

2. Épica

2.1. Arengas terrestres

49. Non hic longa mora est pugnae, non arcubus hostes
Pugnare intentis, vitamque per arma tueri;
Sed celerare fugam, nec castris fidere, et arcis
Moenia postremae celeri petere ardua cursu.
Hic dux, effuso telis victribus hoste,
Et vallis ferro scissis, ac caede peracta
Ingenti, gemino licet ipse cohorsque labore
Lassi essent, multis et stricti corpora telis,
Non tamen assuetum generosa e mente vigorem
Abiecit; flagrat intus amor, vel caede cohortes
Perdere crudeles merita, vel funere vitam
Pugnando, patriamque suo servare cruore.
Atque: «**O victores socii, quibus arma ferusque
Ensis adhuc squalet, scelerato et sanguine dextrae;
Acceleremus, ait, victosque ruamus in hostes,
Dum trepidant, pavidosque agit certaminis ingens
Terror adhuc gemini, quo procubuere gementes,
Atque acceperunt versis immania tergis
Vulnera; vel saevos perdamus funditus hostes,
Auxiliante Deo, vel pulchro funere arenam
Sternamus!**» Sic fatus abit (simul omnibus idem
Ardor inest); ad castra ruit, torrentis aquae
More furens, vel qualis aquas agit aequoris ater
Turbo, salum vertens, et carbasa rumpit, et altos
Confringit malos, et terque quaterque rotatas
Torquet agens, rapidoque vorat sub vortice puppes.
Quas ibi tum strages iuvenis dedit inclita bello
Dextera! Quot tristi demisit corpora morti
Saeva virum, sumens hostili e sanguine poenas!

José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, 525-553

49. Já não se alonga o combate, já não pensa o inimigo em entesar o arco e defender a vida com brio; tudo é pressa em fugir, não lhes valem de nada os redutos, só resta galgar ligeiro as muralhas do último forte. As nossas armas gloriosas prostraram o feroz inimigo, rompendo à força as trincheiras com vasta matança, o general e o seu bravo esquadrão, cansados embora do duplo esforço e com os corpos crivados de flechas, conservaram ainda frescas a conhecida energia das almas nobres; vibram de entusiasmo; uma de duas, ou acabar com as hordas bárbaras ou deixar no combate a vida, comprando com o sangue a vitória da pátria. «**Meus companheiros vencedores, diz, a vossa espada valente, armas e destros estão tintas ainda do sangue maldito; sem tardar, lancemo-nos contra o inimigo vencido, enquanto o abate o terror das últimas duas batalhas; vedes quantos aí estão prostrados a gemer moribundos, quantos outros na fuga receberam mortais ferimentos; ou exterminar de vez esta raça felina com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia gloriosamente**». A estas palavras, parte (a todos devora o mesmo fogo); arrojam-se contra o acampamento como impetuosa corrente ou como a tempestade negra que revolve o oceano, encapela as ondas, rasga o linho branco das velas, quebra os altos mastros, e, girando três ou quatro vezes as popas as submerge voraz em rápido redemoinho. Quantos estragos não causou então o braço valente do jovem chefe! Quantos corpos de guerreiros ferozes arremessou à morte, tomando vingança no sangue inimigo.

50. Sed quanta humanas tenet inconstantia mentes!
 Formidant alii atque alii; turpique timore,
 Augeri magis atque magis dum barbara cernunt
 Agmina, retro abeunt furtim, seseque cruentae
 Subducunt pugnae, ignavum sine nomine vulgus;
 Et repetunt naves, solventes littore cumbas;
 Ignarumque doli, paucis comitantibus, inter
 Deseruere duces saevi discrimina belli:
**«Quo fugitis, miseri? Quis turbat inertia foedus
 Corda pavor? Quosnam petitis properantibus hostes
 Passibus? An geminae non vos movet inclita pugnae
 Gloria, et occisis expugnatae hostibus arcis?
 Non pudet o turpi pavefactos corda timore,
 Barbaricum terrorem inter durosque labores,
 Deseruisse duces sub tanta pericula missum?
 Quo fugitis? Revocate gradum! Pars máxima vestri
 Deficit; ite citi, vestroque evertite forti
 Cum duce castra manu! Quae vitae tanta Cupido!»**
 Ergo furens mediis dum dat fera funera castris
 Fulminea iuvenis dextra, - ratus omne suorum
 Agmen adesse simul, saevasque labore catervas
 Urgere extremo, finemque imponere bello –
 Paulatim hostiles properare ad praelia turmae.

José de Anchieta, *De gestis Mendi de Saa*, Liber I, 567-581

50. Mas quanta inconstância tem as mentes humanas! Estes, mais aqueles começam de vacilar; vai-os prendendo o pavor cobarde, cada vez maior, ao verem que a onda dos índios cresce, já recuam e se furtam à luta, esgueirando-se insensivelmente, esses cobardes sem nome; tornam às naus, desligando da margem as barcas; abandonam o chefe, que ignora esse acto de infâmia, entre poucos companheiros, o furor da pele renhida. **«Para onde fugis, desgraçados? Que medo vil vos assalta o coração sem brio? Que inimigo estais perseguindo tão à pressa? Já não vos movem os louros das duas vitórias e as fortalezas que tomastes com a morte de seus defensores? Apavorados de terror indigno, não vos envergonha abandonar assim o vosso chefe à fúria dos bárbaros entre tantos perigos, ao peso de tantos trabalhos? Para onde fugis? Retrocedei o passo! A maior parte dos vossos sucumbe; voltai pois ligeiros e, ao lado do chefe, valentes destruí o arraial! Para quê tanto amor à vida!»** Enquanto, ardendo em fúrias, o jovem vai fulminante espalhando nos acampamentos os horrores da morte - certo que os seus lutam a seu lado, e em esforço supremo esmagam as hordas bárbaras finalizando a peleja - eis que pouco a pouco em magotes os selvagens acorrem à batalha.

51. Sentio Ioane a afronta que passava
 Nuno, que como sabio capitão,
 Tudo corria, e via, e a todos dava
 Com presença e palavras coração:
 Qual parida Lioa fera e brava
 Que os filhos que no ninho sós estão
 Sentio, que em quanto pasto lhe buscava,
 O pastor de Massilia lhos furtara.

Corre raivosa, e freme, e com bramidos
 Os montes sete Irmãos atroa e abala,

Tal Ioane com outros escolhidos,
Dos seus, correndo acode aa primeira ala:
**«O fortes companheiros, o subidos
Cavaleyros, a quem nenhum se ygoala,
Defendey vossas terras que a esperança
Da liberdade, estâ na vossa lança.**

**Vedes me aqui, Rey vosso, e companheiro
Que entre as lanças e setas, e os arneses
Dos inimigos corro, e vou primeiro
Pelejay verdadeiros Portugueses».**

Isto disse o magnanimo guerreyro
E sopesando a lança quatro vezes,
Com força tira e deste unico tiro
Muytos lançarão o ultimo suspiro.

Porque eis os seus acesos novamente
Dhũa nobre vergonha e honroso fogo
Sobre qual mais com animo valente
Perigos vencerâ, do Marcio jogo
Porfião: tingeo ferro o fogo ardente
Rompem malhas primeiro, e peitos logo
Assi recebem junto e dão feridas
Como a quem ja não doe perder as vidas.

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 36-39

52. Neste Canto Nono se trata do segundo combate que os Mouros deram na fortaleza. E de como a entraram, e foy tornada a cobrar. Trata tambem da morte de Juzarcão Abexim capitam da gente que o Soltam ali trouxera.

[...] E os lisos capacetes, os escudos
Retinem com muy grandes, duros golpes.
Ali anda o Capitam sempre diante,
Onde o perigo estava mais notorio:
Trazendo as armas ja rotas, e a espada
Toda banhada em sangue, aos seus incita,
Dizendo: «Ea valentes Portugueses,
A vencer costumados, dia he este
Para ficar de vos eterna fama,
E para que mostreis o grande esforço:
O preço, e o valor que em tudo tendes.
Com Mouros pelejamos, pouco valem,
Que em fim procuram vida, e honra engeitão».
Dizendo estas palavras, todos juntos
Redobram mais os golpes, e arremetem
Com dobrado furor. [...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IX

53. Neste Canto Nono se trata do segundo combate que os Mouros deram na fortaleza. E de como a entraram, e foy tornada a cobrar. Trata tambem da morte de Iuzarcão Abexim capitam da gente que o Soltam ali trouxera.

[...] Aos baluartes chega, que ainda estavam
Trabalhados assaz: mas ja se via
Nos nossos aventagem conhecida.
Vendo aquella revolta tam furiosa,
Alevantou avoz, assi dizendo:
«**A valentes soldados, á Senhores,
Fazeivos conhecer a estes imigos;
Corra por toda a terra do Oriente,
A fama deste tam ditoso dia**».
Tiveram tanta força estas palavras,
Que os que estavam cansados do trabalho
Tamanho, e tam contino, com dobrado
Animo acometéram aos contrairos: [...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto IX

54. Neste Undécimo Canto se trata do quinto combate que os Mouros deram na fortaleza, onde pola falsa informaçam de hum Guzarate os Portugueses receberam grande dano, no incendio, e ruína do baluarte Sam João.

[...] Quando o Capitam vio que assi mostravam
Desusado temor, manda num ponto
Avisar dom Fernando (que com muitos
Nobres e fortes homens aguardava
O ímpeto dos Mouros) que se affastem
Todos os capitães, e os bõs soldados
Que ali com elle estam; porque parece
Que a detença que vião nos imigos
Era, quererem dar fogo em algũas
Minas que tinham feitas. Algũs ouve
Que ouvindo este recado se saíram,
Daquelle baluarte destinado,
Para ser de fidalgos sepultura.
Mas como o que há de ser, nada o impide,
E ao que Deos determina, ninguem foge;
Estando todos ja, deste perigo
Livres, levanta a voz hum valente homem,
Que Diogo de Reinoso se chamava,
Dizendo: «**Nunca Deos isto permita,
Que os portugueses tenham tal infamia,
Nem no mundo se diga, que fizeram
Cousa que se lhes note por fraqueza.
Pode ser isto ardil, que se deixarmos
A estancia, sobirám estes imigos,**

**Ganhando o que depois, nenhum remédio,
Tera; e se aqui tenho certa a morte,
Morrer com ganhar honra, isso he o que busco.
A vos digo senhores, que guardemos
Esta estancia delRey, e a deffendamos,
E aquelle que se for, eu lhe prometo
De apregoar que faz o que nam deve».**
Tiveram tanta força estas palavras,
Que logo tornaram todos ao perigo,
Querendo antes morrer, que ser notados
De fazer covardia. [...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XI

55. Neste Undécimo Canto se trata do quinto combate que os Mouros deram na fortaleza, onde pola falsa informação de hum Guzarate os Portugueses receberam grande dano, no incendio, e ruína do baluarte Sam João.

[...] Estando nestes termos o revoltó,
Perigoso combate; eis vem correndo
Hum sacro Sacerdote, e traz erguido
Nas mãos hum Crucifixo, que em tal hora
Ao forte dá furor, forças ao fraco;
Dos outros baluartes, vem correndo
Tambem algũs soldados, que mostravam
Querer morrer por elle, e ganhar honra.
Envoluense cós Mouros, e o Vigairo
Chegando, com clamores altos disse:
«O fieis cavalleiros, vede a Christo
Que aqui crucificado está presente;
Olhay as sanctas Chagas, que derramão
O sangue divinal, que das entranhas
Daquella pura Virgem foy tomado.
Vede o divino lado todo aberto,
E o coraçam partido; vede os braços
Estendidos na Cruz, com mil tormentos,
Com mil deshonoras morto, por nos outros.
Morrey por tam bom Deos, ô Portugueses.
Morrei neste lugar, e a Fé sagrada
Deffendei fortemente, que esperando
Este Senhor está por vossas almas.
Nam vejais maltratar sua sancta Imagem,
Baste o que padeceo por nossas culpas».

Ajuntavãse a estas taes palavras
Outras, que o Capitam alto dizia;
As quaes hũas, e outras bem se imprimem
Nos corações que a sancta Fé confessam.
Persuadidos assi co a verdadeira,
E Sancta exortaçam, logo acometem
Os Mouros até li victoriosos;

Com animo invencível, confiados;
Vendose acompanhados do divino
Redemptor que os anima, e lhes da forças. [...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XI

56. Neste Decimo Tercio Canto se trata, como chegaram â fortaleza Luís de Melo de Mendonça, e dom Duarte de Meneses, filho do Cõde da Feira, e dom Jorge de Meneses com algũs soldados. Trata tambem da vinda de dom Alvaro de Castro, e dom Francisco de Meneses; e de como o Capitão mòr sahio aos imigos, tornando-se a recolher com perda, e morte de algũs fidalgos.

Dom Alvaro pedio neste trabalho
A Iorge Mendonça, e Luís de Mello
De Mendonça, irmãos ambos, que atentassem
Por elle na sobida das paredes.
Como sobidos foram nellas, logo
Dali se lançam dentro, ferem rijo
Nos imigos; que todos bem armados,
Em pouco espaço acodem, levantando
Mil espantosas gritas, e alaridos.
Em chegando, despedem muitos dardos;
Dãose grandes lançadas hũs, e os outros;
Disparam arcabuzes; tiram muitas,
E violentas pedradas. Dom Francisco
De Meneses, aos seus brada dizendo:
«**Ah senhores, ah fortes companheiros,
Pelejemos que a honrra assi se adquire**».
Dizendo estas palavras, entra dando
Grandes, e mortaes golpes; mas chegava
A hora, que sua alma num momento,
Deixando o mundo, ao ceo se sobira.

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII

57. Neste Decimo Tercio Canto se trata, como chegaram â fortaleza Luís de Melo de Mendonça, e dom Duarte de Meneses, filho do Cõde da Feira, e dom Jorge de Meneses com algũs soldados. Trata tambem da vinda de dom Alvaro de Castro, e dom Francisco de Meneses; e de como o Capitão mòr sahio aos imigos, tornando-se a recolher com perda, e morte de algũs fidalgos.

Vendo que os Mouros matam algũs homens,
Com setas, e arcabuzes; vendo certo,
E evidente o perigo, nam ousavam
Subir; mas recolher se determinam.
O capitam sentindo este desmayo,
Com todos os fidalgos arremete
Dizendo a grandes vozes. «**Ah soldados
Ousados nas palavras, mas agora
Temerosos no campo, eis aqui tendes**

**Nas mãos o que pedis, que fraqueza
He esta que mostrais? Ea subamos,
Restauray pellejando tal deshonra».**

Dizendo isto, subio logo as paredes,
A pesar dos imigos, que com toda
Sorte de pelejar lho deffendiam.

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII

58. Neste Decimo Tercio Canto se trata, como chegaram â fortaleza Luis de Melo de Mendonça, e dom Duarte de Meneses, filho do Cõde da Feira, e dom Jorge de Meneses com algũs soldados. Trata tambem da vinda de dom Alvaro de Castro, e dom Francisco de Meneses; e de como o Capitão mòr sahio aos imigos, tornando-se a recolher com perda, e morte de algũs fidalgos.

Outros de todo entregues, e rendidos
A hum vil, e torpe medo, dam as costas
Aos imigos, fogindo, sem lembrança
De infamia, ou de deshonra, todos cegos
Desatinados, vam lugar buscando
Para salvar as vidas; que isto era
O que entam lhes lembrava; e como visse
O Capitam mor este caso feo,
Vay correndo a detellos, affrontando
Os mais acovardados, com palavras,
Que os rostros lhe tornava em cor sanguinha,
**Dizendo: «Onde fugis, ô fracos homês
Aonde intentais yr mezquinha gente?
Que esperais salvar tam tristes vidas?
Porque abateis assi com tal injuria
A fama Portuguesa? Que vos move
Ao vosso Capitam deixar no campo?
Porque deseparais vossos amigos,
Que com esforço ficam pelejando?
Tornay, tornay soldados Portugueses,
Nam infameis hum tam nobre apellido».**
Com taes palavras, muitos delles viram
Os rostros outra vez, e sobem todos
A muralha dos muros, procurando
Dom Alvaro ajudar, e dom Francisco,
Que ainda nam sabiam que era morto.

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII

59. Neste Canto Octavo se trata da gloriosa victoria que o Visorrey dom João de Castro teve dos capitães do gram Soldão Mamude ajudados dos Turcos, e do que mais succedeo depois do vencimento desta tam famosa batalha.

Portugueses soldados, algũs sobem
Por partes, que para isso acham despostas,
Outros sobidos ja, andam travados
Em aspera peleja com cos immigos.
O Padre Frey António revestido
Sobe, levando alçado hum crucifixo,
Dizendo a grandes vozes: «**cavaleiros**
Olhai Christo IESU, que aqui vos guia.
Esforçay, esforçay, ô bons soldados,
Que com tal Capitam, nenhum perigo
Se pode arreçar, e a morte menos,
Pois morrendo por elle, vos da vida
Que descansada dura para sempre».
Sobe Lourenço Pirez, dos de Tavora
Illustres, decendido, e com grande ímpeto
Arremete aos immigos [...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVIII

60. Neste Canto Octavo se trata da gloriosa victoria que o Visorrey dom João de Castro teve dos capitães do gram Soldão Mamude ajudados dos Turcos, e do que mais succedeo depois do vencimento desta tam famosa batalha.

O como em tal sazão, por todas partes
Se mostrava a peleja brava e fera,
Quantos corpos ali jazem sem vida
Feitos de mil pedaços; quantos lagos
De negro sangue estam por todo o campo.
O Visorrey com vozes altas brada,
Esforçando os soldados, diz: «**ô fortes**
Illustres Portugueses, tomay todos
Com vivo coração a fama e nome
Que vos concede Deos nesta batalha».
Dizendo isto mostrava hum grande esforço,
Dando golpes mortaes a todas partes.

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVIII

61. Neste Canto Octavo se trata da gloriosa victoria que o Visorrey dom João de Castro teve dos capitães do gram Soldão Mamude ajudados dos Turcos, e do que mais succedeo depois do vencimento desta tam famosa batalha.

Estava ali o Custodio na revolta,
Tendo nas mãos alçado hum crucifixo,
Para que com tal vista se esforçassem
Aquelles que por elle pelejavam.

E como as pedras fossem tam continuas,
 Offendendo os soldados, vem direita
 Hũa dellas com força pollos ares,
 De mão dura, infernal arremessada,
 Acerta o Crucifixo, e leva hum braço
 Daquella piadosa, e sacra ephige.
 Vendo tam grande mal, o bom Prelado,
 Com grandes brados diz: «ô cavaleiros,
**O soldados Christãos, vedes que offensa
 Se fez, a quem por vos com tantas dores
 Na cruz quis padecer? Vingay soldados
 A injuria feita a Deos, pelejay todos
 Com mayor esperança dalcancardes
 Victoria destes mãos, perversos homês».**
 Ouvindo estas palavras, os soldados
 Todos cheos de furia, tiram forças
 Renovadas de novo, e arremetem
 Com tal ímpeto aos Mouros, que nam basta
 Numero desigual darmada gente [...]

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XVIII

Tipo 6 – Arenga dirigida às tropas depois da batalha

1. Historiografia

1.1. Arengas terrestres

1. Dos Embaixadores do Idalxá que foram a Goa: e da Armada que a Rainha de Japarâ mandou sobre Malaca.

Esta perda da Armada, que era todo o remédio daquella Fortaleza, foi sentida, e chorada com lágrimas de sangue de todos em geral; e o que mais de tudo sentiam, era a ufanía, e coragem que ficou daquelle desestrado feito aos inimigos; mas Tristão Vaz da Veiga, que era Fidalgo de grande animo, acudio a remediar as desconfianças de todos, afirmando-lhes com rosto muito alegre **que Deos nosso Senhor lhe havia de dar grandes vitorias daquelles inimigos, que com a gente que lhe ficara se havia de defender delles, e de outros, se viesse, que não entrassem nelles desconfianças, porque só por essa razão os castigaria Deos nosso Senhor, que os não havia de desamparar, que nelle principalmente, e no valor de seus braços esperassem a defensão daquella Fortaleza, porque se elles não faltassem, Deos o não havia de fazer da sua parte, por honra de seu Santíssimo nome, e de sua Lei sagrada.** E assim logo dos cento e sincoenta homens que lhe ficaram na Fortaleza, e dos Quêlís naturaes da terra, proveo os baluartes, e estancias o melhor que pode.

Diogo do Couto, *Década IX da Ásia*, Cap. XXVII

2. Como o Acedecão se tornou á obediência do Idalcão, e da guerra que ouve com os nossos pera que se tornassem as terras.

Os mouros, desbaratados, colhendose per antre huns matos os nossos os seguirão, passando os matos até hum rio que tinha huma ponte de pão, que nom cabendo por ella com a pressa, passarão o rio os de cavallo com o turqo, e os de pé morrerão muytos. E dom João nom consentio que os nossos passassem o rio, e ajuntou toda a gente, que hum só homem foy morto; mas ouve muytos feridos, e dos mouros dous capitães, e hum sobrinho do turqo, e mais de duzentos mortos. Onde o capitão assy a todos juntos fez grande escramação, dizendo: «**Muytos louvores dou a Nosso Senhor, de tamanha mercê que me fez em me dar a vitoria d'estes seus imigos, por sua misericordia. D'este feito sempre serey lembrado de tamanha judaria como fizestes, vendome remeter a pelejar com os mouros, e vós voltando, fogindo. O que vendo, nom pude al fazer senão, como desesperado, me meter antre os mouros, pera morrer com a bandeira d'ElRey, que estava tomada polos mouros. E se ally morrera fiqava minha alma salva ante Deos, de meus pecados salva, e vós, casados de Goa, ficaríeis tão condenados, e aviltados de vossas honras, em toda vossa vida pera sempre perdidas! E posto que vós fizestes o pecado em vossa fogida, que se falaria pola Índia e ante ElRey em Portugal, a perda toda sobre mim ficava, dizendo: Dom João Pereira, capitão de Goa, passou á terra firme, e perdeo a bandeira, e fogio com sua gente, que erão tantos de cavallo e tantos de pé, que avondavão pera pelejar com o poder do Idalcão. A qual deshonra pera sempre ficava em minha geração; polo que antes escolhia a morte que ficar vivo com tanta deshonra: o que Nosso Senhor remediou com sua grande misericordia. E pera que sejaes bem lembrados de tamanho mal, pera outra tal vos nom acontecer, ao menos comigo, nom venhaes mais a me ajudar, que o nom hey de consentir**». E lhes disse outras palavras muy vergonhosas. Com que se tornou pera Goa.

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Tomo IV, «Armada de Fernão Peres d' Andrade, ano de 1535», Cap. LXV

3. Acabada esta vitória, o governador deu por ela graças a Nosso Senhor e com boas e amorosas palavras agradeceu aos cavaleiros e soldados o bom serviço que fizeram a El-Rei Nosso Senhor, em tanta maneira que os contentou muito a todos. Eles houveram rica presa nesta batalha tão somente nas peças de armas dos Mouros, porque eram mui adornadas de ouro e de prata e cinjiam ricas jóias, e os talabartes e fivelas e tachões delas eram de ouro maciço mui fino; e mais traziam os Mouros muito dinheiro metido entre si e as armas, porque é seu costume este, para que quem os despojar os tenha por nobres, e não por mouros mesquinhos. (161)

Leonardo Nunes, *Crónica de D. João de Castro*

2. Poesia

4. Altera cura subit, sociis tam fortibus ecquae
Praemia militibus meritis aequalia posses
Reddere, cum missus uenit subcessor, eratque
Deponenda tibi prouincia militiaeque
Tradendum imperium, maiorum more, quod alter
Nec meliore fide, nec gessit honestius unquam.
Ergo ad signa uocas, ruit ad praetoria miles
Imperio pronus, si quo ferre arma iuberet
Tum breuit grates agis omnibus, **atque laborum**
Tecum exhaustorum persoluere praemia digna

Non opis esse tuae quaereris, quae sola facultas
Tunc foret, in praedam: te linqere quidquid haberes
Irent diriperent, auferrent. Victa pudore
 Lumina demisere. Ducis reuerentia cunctos
 Mouerat. Elatis dextris, ac murmure claro,
 Velle negant temerare domum. «**Dux impero dixit,**
Post paulo iam miles erro, tamen impedit ipsa
Si uos relligio ac pietas, age sumite nostra
Donatiua manu». Singillatimque uocatis
 Quanta ea cumque fuit. Postquam est donata supellex,
 Ad subcessoem tranfers moderamen; et ille
 Nuper Idalconis domitor, regionis heoae
 Rector, opumque animo magno despector, opimo
 Pauper ab orbe redis, alienoque aere grauatus,
 Quod non luxus iners, nec pyrgo inuersa doloso
 Tessera contraxit, animi sed uiuida uirtus
 Marte decus patriae, non emolumenta potentis.

André de Resende, «Auctorum Carmina in Laudem Illustrissimi Domini Ludovici
 Athaidii», vv. 78-104, *DIVERSORUM AUCTORUM CARMINA IN LAudem*
ILLUSTRISSIMI DOMINI LVDOVICI ATHAIDII SERENISSIMI REGIS
PORTUGVGALLIAE A CONSILIIIS

4. Outros cuidados sobrevêm – que recompensas, dignas dos merecimentos os soldados, a companheiros tão valorosos, poderias conceder – eis que chega aquele que fora enviado para te suceder, devendo tu, então, segundo o costume dos antepassados, entregar o comando do exército e abandonar o cargo que jamais alguém desempenhou com maior lealdade ou mais honestamente.
- Logo mandas tocar a reunir, correm para o palácio os soldados prontos para, às tuas ordens, pegar em armas, para onde quer que os mandasses, testemunhas, então, em poucas palavras, a todos o teu reconhecimento e anuncias-lhes **que não está nas tuas mãos pagar recompensas dignas dos trabalhos que contigo suportaram, que só uma possibilidade havia: deixavas atrás de ti, como presa, tudo o que tinhas, que fossem, saqueassem, levassem.** Vencidos pela vergonha, baixaram os olhos. A solicitude do general a todos comovera.
- Levantaram as mãos e de voz embargada claramente disseram que não queriam ultrajar a tua casa. **Por pouco tempo detenho o comando, respondeste, dentro em breve serei apenas soldado, todavia se é mesmo religião e o respeito que vos detém, vamos, tomai-a como nossos donativos.** E, chamando um a um, distribuíste-os por grandes que eles fosse. Depois de ter dado a mobília da casa, ao teu sucessor levas o leme do governo; e tu, ainda há pouco do Hidalcão vencedor, e tu senhor das terras do Oriente e magnânimo desprezador das riquezas, voltas, de um mundo rico, pobre e carregado de dívidas, que nem o luxo indolente, nem os dados voltados no copo enganador contraíam, mas sim o valor de um peito ardente, que na guerra procura não o lucro mas a honra da pátria.

5. AD EVDEM , De spoliata domo, Petrus Sanchez
**«Post reges uictos, post bella exhausta, ducesque
 Innumeros caesos, millia uirum,
 Praemia pro factis quae uobis digna dabuntur»?**
 Militibus fortis dux Ludouicus ait.
**«Nullum aurum in castris deuicto ex hoste relictum est,
 Nulla urbs, quam uictrix dextera diripiat,
 Non tamen, o socii, uester labor irritus ut sit
 Iam patiar, nostrum depopulate domum».**
 Esset solet uictus uictori praeda superbo,
 At uictor praeda, hic solus in orbe fuit.

Pedro Sanches, *DIVERSORUM AUCTORUM CARMINA IN LAUDEM ILLUSTRISSIMI
 DOMINI LVDOVICI ATHAIDII SERENISSIMI REGIS PORTUGVGALLIAE A
 CONSILIIS*

5. **«Depois de terdes vencido reis, depois de terdes laboriosamente
 acabado as guerras e morto tantos generais e tantos milhares de
 homens que recompensas, dignas dos vossos feitos, vos hei-de
 conceder»?** pergunta Luís, o valoroso general, aos seus soldados.
**«Nenhum ouro foi deixado nos acampamentos pelo inimigo derrotado,
 Não há qualquer cidade que a mão vencedora possa despojar,
 Não quer isto dizer, ó companheiros, que o vosso esforço seja vão
 E que eu o não sofra – ponde a saque a minha casa».**
 Costuma o vencido ser presa da soberba do vencedor,
 Mas vencedor que fosse presa, foi este o único no mundo.

Tipo 7 – Arenga proferida em cenários não bélicos

1.1 Arengas navais

1. Da viagem que fizeram as naos, que partiram pera o Reyno no anno de 1559: e de como não passaram mais que a Rainha, o Tigre, e o Castello; e Francisco Barreto, e João Rodrigues de Carvalho arribaram a Moçambique: e da perdição da nao N. Senhora da Barca, de que era Capitão mor D. Luiz Fernandes de Vasconcellos: e de como se salvou no seu batel com sessenta pessoas: e do que mais succedeo até tornar á Índia.

Vendo Francisco Barreto o estado em que estavam, fez a todos os da nao huma breve falla, nascida de hum animo, a quem nem trabalhos cansavam, nem perigos atemorizavam, pera perder hum muito pequeno ponto d'elle, (como a outra que Eneas fez a seus companheiros, quando escaparam da destruição de Troia, andando pelo mar Mediterrâneo, buscando alguma parte de Itália, onde fundasse povoação, pelos ver tristes, e descoraçoados, como Virgílio conta no seu primeiro livro das Eneidas) dizendo: **«Senhores Fidalgos, e Cavalleiros, amigos e companheiros, não deveis de vos entistecer e melancorizar com irmos demandar a terra, onde possamos conquistar outro novo mundo, descubrir outra Índia maior, que a que está descuberta, pois levo aqui Fidalgos e Cavalleiros por companheiros, com quem me atrevo a commetter todas as conquistas, e empresas do mundo, por arduas e**

difficultosas que sejam; porque o que a experiencia de muitos que aqui vão nesta companhia me tem mostrado, me assegura, e dá confiança pera não haver cousa no mundo, que possa temer, nem recear». Estas palavras disse Francisco Barreto com o rosto tão alegre, e dasassombrado, como se se estivera recreando nas hortas de Enxobregas, e não posto a varar na terra da mais bruta, e barbara gente, que o mundo tem. E todavia accrescentou com ellas a todos os daquela companhia novas forças, e deo-lhes novos espíritos pera poderem continuar, e levar avante o pezo do trabalho, com que hiam, que era assas grande.

Diogo do Couto, *Década VII da Ásia*, Liv. VIII, Cap. I

2 . **Dos socorros que partiram de Baçaim; e do que aconteceu a Luiz de Mello de Mendonça, e os mais até chegarem a Dio; e do grande assalto que os Mouros deram, em que ganharam parte de todos os baluartes.**

[...] O tempo era tão grosso que o mar parecia que fervia, e que debaixo das ondas sahiam labaredas de fogo. De sima não tinham menos perigo, porque também parecia que as cataratas do Ceo queriam fazer outro segundo dilúvio, e com isso eram tão grandes, e espantosos os fuzis, e relampagos, que pasmavam todos. Os soldados pediram a Luiz de Mello de Mendonça, que quizesse arribar, porque parecia que os elementos todos estavam conjurados em seu damno, e que era temeridade querer ir contra a ira de Deos; porque segundo havia necessidade de homens em Dio, melhor era pouparem-se para outra conjuração, que deixarem-se morrer por teima. Luiz de Mello de Mendonça muito seguro, e sem mostras de algum receio, os esforçou e animou, dizendo-lhes: «**Esforçados companheiros, não vos espantem estas carrancas, porque alguma cousa he necessario que soframos pera chegarmos a socorrer a fortaleza d’El-Rey. A honra não se ganha sem riscos, e perigos, com tempo quieto, e brando pouco havia que nos agradecer. Esta he a mesma galveta, em que meu primo Antonio Moniz Barreto passou este mesmo golfo, e estas mesmas tempestades, pois nós que menos temos que elle, que não passemos por onde elle fez? E ainda que não fora pela honra, que pretendemos ganhar, só pela infamia, em que cahiremos, vendo-nos arribar de medo, nos havíamos de arriscar a mores perigos; andar por diante, e vá Deos connosco, que elle nos encaminhará».** Todavia, como a galveta era muito pequena, e os mares tão soberbos, e grandes, deixando-se vencer delles, ficou adornada, e quasi submergida.[...]

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. III

3. **Dos socorros que partiram de Baçaim; e do que aconteceu a Luiz de Mello de Mendonça, e os mais até chegarem a Dio; e do grande assalto que os Mouros deram, em que ganharam parte de todos os baluartes.**

[...] Vendo os soldados hum tamanho perigo, requereram a Luiz de Mello de Mendonça que arribassem; mas elle dissimulou, mandando-lhes que trabalhassem. Vendo elles tamanha contumácia, falaram-se em segredo huns com os outros, e determinaram de lho fazer por força. Disto foi elle avisado por hum Gomes de Quadros de sua obrigação, e dissimulando-se se foi ás armas, e as tomou todas, e as meteo em hum pequeno paiol, e posto em sima delle com huma espada nua na mão, disse com grande colera: «**Ninguem seja ousado de fallar em arribarmos, porque eu ou hei de morrer, ou hei de chegar a socorrer a fortaleza d’El-Rey, por isso cada hum trabalhe por se segurar, e não temer, que Deos irá connosco; e folgai todos de passardes comigo a ventura que eu**

passar, pois não tendes que perder mais que eu; e se passardes riscos, e perigos, Os Portuguezes assim servem seu Rey, e pera vencerem todos os trabalhos nasceram; por isso não sejamos sós os que nos deixamos vencer delles, acuda cada hum ao que lhe he encommendado, e vamos por diante». Com isto se calaram todos, e forão trabalhando com os baldes todo o dia, e toda a noite. Ao outro dia já sobre a tarde, navegando sempre por baixo de agua, chegaram a haver vista da fortaleza.[...]

Diogo do Couto, *Década VI da Ásia*, Liv. III, Cap. III

4. Neste Decimo Tercio Canto se trata, como chegaram â fortaleza Luis de Melo de Mendonça, e dom Duarte de Meneses, filho do Cõde da Feira, e dom Jorge de Meneses com algũs soldados. Trata tambem da vinda de dom Alvaro de Castro, e dom Francisco de Meneses; e de como o Capitão mòr sahio aos imigos, tornando-se a recolher com perda, e morte de algũs fidalgos.

[...] Leva nove

Soldados Portugueses; mas o tempo
Naquella conjunçam foy tam furioso,
Que la dentro no golfam, muitas vezes
A pequena galveta se cubria
Daquella tam soberba, e revolta agua.
Os soldados começam (vendo a força
Dos ventos, e o mortal termo chegado)
Enfraquecer de todo, e determinam
Fazer que o Capitam por força arribe.
Aires Gomez de quadros, que era hum delles
Lhe descobre este intento; mas o forte
Mancebo, toma as armas desmandadas
Daquelles que o motim tinham movido,
Tendo elle nas mãos ambas alto erguida
Hũa luzente, aguda, larga espada.
**Diz com bravo semblante: «ninguém seja
Mais ousado a fallar, nem tema dano,
Que em fim Deos he por nós, e desta affronta
Todos nos salvará. Sus bõs soldados
Esforçay, esforçay, que nestes tempos
Se mostram corações livres de medo».**
Dizendo estas palavras, rompe as nuvês
Hũa ligeira luz de vivo fogo;
Ouvese polos ares hum rogado
Espantoso, que corre a todas as partes;
Deixase vir a baixo impituosa
Espessa, e grossa chuiva, acompanhada
De horrendíssimo vento, que revolve
Com grande fúria o mar; fica a galveta
Cuberta de mil ondas, e escondida
Toda a gente ficou debaixo de agua.
Aparece outra vez o affadigado,
E sumido navio; soa hũa alta,

E miserável grita, a Deos pedindo
Merce, dizem, Senhor misericordia.
Luís de Mello esforça a desmayada
Enfraquecida gente, alto dizendo:

**5. «O nobres companheiros, ô soldados
Não mostreis tal temor, que os Portugueses
Assi servem seu Rey. Mores perigos
Passamos todos ja, pois que fraqueza
He esta que mostrais injustiça agora?
Acodi, acodi ao necessario,
Nam vos espante a força deste vento,
Nem menos estas tam soberbas ondas,
Que eu vos affirmo aqui, que Deos nos leve
Todos a salvamento dentro de Diu».**

Ouvindo estas palavras, toda a gente
Acode aos embornaes, e saese humilde
Toda quanta agua entrou soberba.

Jerónimo Corte Real, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, Canto XIII

1.2. Arengas terrestres

6. De como o governador Nuno da Cunha cometeo a ilha de Beth, e a entrou; e do espantoso caso que nella socedeo, por que se deu aquella ilha o nome que oje tem, da ilha dos Mortos.

Os de dentro vendose d'aquella maneira, desconfiados de todo o remédio, e entendendo bem que os Portugueses lhe avião d'entrar a fortaleza por força, e que forçado todos os que dentro estavam avião de morrer em sua defensão, e que suas molheres, filhos, e fazendas, não poderião deixar de ficar por despojos aos Portugueses, o que sentião em estremo, e trazendolhe o demonio hum brutalíssimo remédio a memoria, ajuntou o capitão todos os Mouros, e lhes fez esta breve arenga:

«Bem vedes amigos e companheiros meus, como tentei todos os remedios, quantos a honra e a obrigação me derão lugar, por ver se podia salvar as mulheres, e filhos, de todos os que aqui estamos, que he o que só desejava: porque nos como somos homens mais avemos de pretender hũa morte honrosa, que vida com vitupério, de que não podemos escapar, segundo estes inimigos estão encarnissados contra nos. Mas por que depois de todos acabados em nosso officio, e obrigação, não fiquem nossas molheres e filhos em seu poder, nem as fazendas que com tanto trabalho adquirimos, sou de parecer, que antes se consuma tudo a nossas mãos entregandoas ao duro fogo, pera que as gaste e consuma, e depois com odio desta magoa mais entranhável, e com a ira desta crueza mais azeza, sayamos aos inimigos, e tomemos nelles vingança d'esta deshumanidade que avemos de usar, com nossas proprias molheres e filhos. E quando todos acabarmos a suas mãos, não lhes ficara cousa de que se possam louvar de nos, e assi ficaremos hum raro exemplo ao mundo».

A todos pareceo bem aquelle conselho, e saindose d'alli com aquella furia, cada hum se foi a sua casa, e nos innocentes filhos e molheres, que estavam repousando, banharão as crueis espadas, abrindolhes as entrenhas sem piedade algũa (o que todos fizeram em hum mesmo tempo) não perdoando a pays, mãys, molheres, filhos, irmãos, nem a toda mais

gente e familia. Esta crueza executarão, sem lhes mover as entranhas o choro do tenro filho, nem as lágrimas, e piadosas lamentações da chara, e amada esposa.

Diogo do Couto, *Década IV da Ásia*, Liv. VII, Cap. III

7. De como o governador Nuno da Cunha foi sobre a cidade de Diu, e o que lhe sucedeu no caminho

O turco, vendo-se desenganado e toda a esperança perdida de poder com sua honra salvar a vida e a dos seus, movido de desesperada e honrosa determinação, comunicou com os seus o pouco remédio que, com boas razões, tinha alcançado dos portugueses, e quanto pior lhes seria a todos o cativo que a morte. E, inflamando-os com esforçadas palavras ao desprezo da vida, e engrandecendo o morrer com liberdade, vituperando a vida sem ela, os persuadiu com tanta força de palavras que, de consentimento de todos, mataram aquela noite suas mulheres e filhos, e a todos os velhos e inábeis para defesa. Donde se pode ver quanto valem palavras bem assentadas.

Lopo de Sousa Coutinho, *Livro primeiro do cerco de Diu*, Livro I, Cap. II